

**OBSERVATÓRIO DE PROTOCOLOS AUTÔNOMOS**  
**CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM DIREITO SOCIOAMBIENTAL**  
**(CEPEDIS)**  
**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)**

**DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**  
**(CorIDH) RELATIVAS AO DIREITO À CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E**  
**INFORMADA**

**BRASÍLIA, 2023**

## Sumário

|                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| POVO INDÍGENA KICHWA DE SARAYAKU VS. EQUADOR - SENTENÇA DE 27 DE JUNHO DE 2012                          | 03  |
| CASO PUEBLOS KALIÑA Y LOKONO VS. SURINAM - SENTENCIA DE 25 DE NOVIEMBRE DE 2015                         | 111 |
| COMUNIDAD GARÍFUNA TRIUNFO DE LA CRUZ Y SUS MIEMBROS VS. HONDURAS - SENTENCIA DE 8 DE OCTUBRE DE 2015   | 220 |
| CASO COMUNIDAD GARÍFUNA DE PUNTA PIEDRA Y SUS MIEMBROS VS. HONDURAS - SENTENCIA DE 8 DE OCTUBRE DE 2015 | 321 |
| CASO DO POVO SARAMAKA VS. SURINAME - SENTENÇA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007                                 | 436 |

## **CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

### **POVO INDÍGENA KICHWA DE SARAYAKU VS. EQUADOR**

**SENTENÇA DE 27 DE JUNHO DE 2012**

**(Mérito e Reparações)**

*No Caso do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku,*

a Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada "Corte Interamericana", "Corte" ou "Tribunal"), integrada pelos seguintes juízes:

Diego García-Sayán, Presidente;  
Manuel E. Ventura Robles, Vice-Presidente;  
Leonardo A. Franco, Juiz;  
Margarette May Macaulay, Juíza;  
Rhadys Abreu Blondet, Juíza;  
Alberto Pérez Pérez, Juiz;  
Eduardo Vio Grossi, Juiz; e

presentes, ademais,

Pablo Saavedra Alessandri, Secretário, e  
Emilia Segares Rodríguez, Secretária Adjunta,

em conformidade com os artigos 62.3 e 63.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (doravante denominada "Convenção" ou "Convenção Americana") e com os artigos 31, 32, 42, 65 e 67 do Regulamento da Corte<sup>1</sup> (doravante denominado "Regulamento"), profere a presente Sentença, que se estrutura na ordem que se segue.

---

<sup>1</sup> Regulamento da Corte aprovado pelo Tribunal no LXXXV Período Ordinário de Sessões, realizado de 16 a 28 de novembro de 2009, que se aplica ao presente caso, em conformidade com seu artigo 79. Segundo o artigo 79.2 desse Regulamento, "[q]uando a Comissão houver adotado o relatório a que se refere o artigo 50 da Convenção anteriormente à entrada em vigor do presente Regulamento, a apresentação do caso perante a Corte reger-se-á pelos artigos 33 e 34 do Regulamento anteriormente vigente. No que se refere ao recebimento de declarações, aplicar-se-ão as disposições do presente Regulamento". Por conseguinte, no que se refere à apresentação do caso, são aplicáveis os artigos 33 e 34 do Regulamento anterior, aprovado pela Corte no XLIX Período Ordinário de Sessões.

## Sumário

|             |                                                                                                                                                    |                                     |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>I</b>    | <b>INTRODUÇÃO DA CAUSA E OBJETO DA CONTROVÉRSIA .....</b>                                                                                          | <b>4</b>                            |
| <b>II</b>   | <b>PROCEDIMENTO PERANTE A CORTE .....</b>                                                                                                          | <b>5</b>                            |
| <b>III</b>  | <b>COMPETÊNCIA .....</b>                                                                                                                           | <b>10</b>                           |
| <b>IV</b>   | <b>RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL.....</b>                                                                                       | <b>10</b>                           |
| <b>V</b>    | <b>EXCEÇÃO PRELIMINAR .....</b>                                                                                                                    | <b>12</b>                           |
| <b>VI</b>   | <b>PROVA.....</b>                                                                                                                                  | <b>13</b>                           |
|             | A. PROVA DOCUMENTAL, TESTEMUNHAL E PERICIAL .....                                                                                                  | 14                                  |
|             | B. ADMISSIBILIDADE DA PROVA DOCUMENTAL .....                                                                                                       | 14                                  |
|             | C. ADMISSIBILIDADE DOS DEPOIMENTOS DE SUPOSTAS VÍTIMAS E DA PROVA TESTEMUNHAL E PERICIAL.....                                                      | 16                                  |
|             | D. AVALIAÇÃO DO EXPEDIENTE DE MEDIDAS PROVISÓRIAS .....                                                                                            | 17                                  |
|             | E. AVALIAÇÃO DA DILIGÊNCIA DE VISITA AO TERRITÓRIO SARAYAKU .....                                                                                  | 17                                  |
| <b>VII</b>  | <b>FATOS.....</b>                                                                                                                                  | <b>18</b>                           |
|             | A. O POVO INDÍGENA KICHWA DE SARAYAKU .....                                                                                                        | 18                                  |
|             | B. AS EXPLORAÇÕES DE PETRÓLEO NO EQUADOR .....                                                                                                     | 19                                  |
|             | C. ADJUDICAÇÃO DE TERRITÓRIOS AO POVO KICHWA DE SARAYAKU E ÀS COMUNIDADES DO RIO BOBONAZA EM MAIO DE 1992 .....                                    | 20                                  |
|             | D. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO COM A EMPRESA CGC PARA EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS E EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO CRU NO BLOCO 23 DA REGIÃO AMAZÔNICA..... | 21                                  |
|             | E. FATOS ANTERIORES À FASE DE PROSPECÇÃO SÍSMICA E INCURSÕES NO TERRITÓRIO DO POVO SARAYAKU.....                                                   | 23                                  |
|             | F. MANDADO DE SEGURANÇA.....                                                                                                                       | 27                                  |
|             | G. FATOS RELACIONADOS COM AS ATIVIDADES DE PROSPECÇÃO SÍSMICA OU EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA DA EMPRESA CGC A PARTIR DE DEZEMBRO DE 2002 .....          | 28                                  |
|             | H. ALEGADOS ATOS DE AMEAÇA E AGRESSÃO EM DETRIMENTO DE MEMBROS DOS SARAYAKU .....                                                                  | 32                                  |
|             | G. FATOS POSTERIORES À SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA CGC.....                                                                                | 34                                  |
| <b>VIII</b> | <b>MÉRITO .....</b>                                                                                                                                | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
|             | <b>VIII.1 DIREITOS À CONSULTA E À PROPRIEDADE COMUNAL INDÍGENA .....</b>                                                                           | <b>36</b>                           |
|             | A. ALEGAÇÕES DAS PARTES.....                                                                                                                       | 35                                  |
|             | A.1 Direito à propriedade em relação à obrigação de respeitar os direitos, à liberdade de pensamento e de expressão e aos direitos políticos. .... | 35                                  |
|             | A.2 Direito de circulação e de residência.....                                                                                                     | 39                                  |
|             | A.3 Direitos econômicos, sociais e culturais .....                                                                                                 | 40                                  |
|             | A.4 Dever de adotar disposições de direito interno.....                                                                                            | 41                                  |
|             | A.5 Obrigação de respeitar os direitos .....                                                                                                       | 41                                  |
|             | B. A OBRIGAÇÃO DE GARANTIR O DIREITO À CONSULTA EM RELAÇÃO AOS DIREITOS À PROPRIEDADE COMUNAL E À IDENTIDADE CULTURAL DO POVO SARAYAKU .....       | 42                                  |
|             | B.1 O direito à proteção da propriedade comunal indígena.....                                                                                      | 42                                  |
|             | B.2 A relação especial do povo Sarayaku com seu território .....                                                                                   | 43                                  |
|             | B.3 Medidas de salvaguarda para garantir o direito à propriedade comunal.....                                                                      | 45                                  |
|             | B.4 A obrigação do Estado de garantir o direito à consulta do Povo Sarayaku.....                                                                   | 43                                  |
|             | B.5 Aplicação do direito à consulta do povo Sarayaku neste caso.....                                                                               | 58                                  |
|             | a) A consulta deve ser realizada em carácter prévio .....                                                                                          | 55                                  |
|             | b) A boa-fé e a finalidade de se chegar a um acordo .....                                                                                          | 57                                  |
|             | c) A consulta adequada e acessível .....                                                                                                           | 62                                  |
|             | d) Estudo de Impacto Ambiental .....                                                                                                               | 64                                  |
|             | e) A consulta deve ser fundamentada.....                                                                                                           | 65                                  |
|             | B.6 Os direitos à consulta e à propriedade comunal em relação ao direito à identidade cultural.....                                                | 66                                  |

|                                                                                                                   |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| B.7 Dever de adotar disposições de direito interno.....                                                           | 69        |
| B.8 Direito de circulação e de residência.....                                                                    | 71        |
| B.9 Liberdade de pensamento e de expressão, direitos políticos e direitos<br>econômicos, sociais e culturais..... | 71        |
| B.10 Conclusão.....                                                                                               | 71        |
| <b>VIII.2 DIREITOS À VIDA, À INTEGRIDADE PERSONAL E À LIBERDADE PESSOAL .....</b>                                 | <b>72</b> |
| A. ALEGAÇÕES DAS PARTES.....                                                                                      | 72        |
| A.1 Direito à vida.....                                                                                           | 72        |
| A.2 Direitos à liberdade e à integridade pessoais.....                                                            | 73        |
| B. CONSIDERAÇÕES DA CORTE.....                                                                                    | 75        |
| B.1 Em relação aos explosivos espalhados no território Sarayaku.....                                              | 75        |
| B.2 Alegadas ameaças a membros do Povo Sarayaku.....                                                              | 77        |
| B.3 Alegadas agressões e detenção ilegal e restrições à circulação pelo rio<br>Bobonaza.....                      | 77        |
| <b>VIII.3 DIREITOS ÀS GARANTIAS JUDICIAIS E À PROTEÇÃO JUDICIAL .....</b>                                         | <b>79</b> |
| A. ALEGAÇÕES DAS PARTES.....                                                                                      | 79        |
| B. CONSIDERAÇÕES DA CORTE.....                                                                                    | 80        |
| B.1 Sobre a obrigação de investigar.....                                                                          | 81        |
| B.2 Sobre o mandado de segurança.....                                                                             | 82        |
| <b>IX REPARAÇÕES</b>                                                                                              |           |
| <b>(APLICAÇÃO DO ARTIGO 63.1 DA CONVENÇÃO AMERICANA).....</b>                                                     | <b>84</b> |
| A. PARTE LESADA.....                                                                                              | 85        |
| B. MEDIDAS DE RESTITUIÇÃO, REPARAÇÃO E GARANTIAS DE NÃO REPETIÇÃO.....                                            | 85        |
| B.1 Restituição.....                                                                                              | 86        |
| B.2 Garantias de não repetição.....                                                                               | 88        |
| a) Devida consulta prévia.....                                                                                    | 88        |
| b) Regulamentação da consulta prévia no direito interno.....                                                      | 89        |
| c) Capacitação de funcionários estatais em direitos dos povos indígenas.....                                      | 89        |
| B.3 Medidas de reparação.....                                                                                     | 89        |
| a) Ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional.....                                           | 89        |
| b) Publicação e veiculação da Sentença.....                                                                       | 90        |
| C. INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E IMATERIAIS.....                                                | 91        |
| C.1 Dano material.....                                                                                            | 91        |
| a) Alegações das partes.....                                                                                      | 91        |
| b) Considerações da Corte.....                                                                                    | 92        |
| C.2 Dano imaterial.....                                                                                           | 93        |
| a) Alegações das partes.....                                                                                      | 94        |
| b) Considerações da Corte.....                                                                                    | 95        |
| D. CUSTAS E GASTOS.....                                                                                           | 95        |
| D.1 Alegações das partes.....                                                                                     | 95        |
| D.2 Considerações da Corte.....                                                                                   | 96        |
| E. REEMBOLSO DE GASTOS AO FUNDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA.....                                                      | 97        |
| F. MODALIDADES DE CUMPRIMENTO DOS PAGAMENTOS ORDENADOS.....                                                       | 98        |
| G. MEDIDAS PROVISÓRIAS.....                                                                                       | 98        |
| <b>X PONTOS RESOLUTIVOS .....</b>                                                                                 | <b>99</b> |

## I

### INTRODUÇÃO DA CAUSA E OBJETO DA CONTROVÉRSIA

1. Em 26 de abril de 2010, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada "Comissão Interamericana" ou "Comissão") apresentou ao Tribunal, em conformidade com os artigos 51 e 61 da Convenção, uma demanda contra a República do Equador (doravante denominado "Estado" ou "Equador") em relação ao Caso nº 12.465. A petição inicial foi apresentada perante a Comissão em 19 de dezembro de 2003 pela Associação do Povo Kichwa de Sarayaku (*Tayjasaruta*), pelo Centro de Direitos Econômicos e Sociais (doravante denominado "CDES") e pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (doravante denominado "CEJIL"). Em 13 de outubro de 2004, a Comissão aprovou o Relatório de Admissibilidade nº 62/04,<sup>2</sup> no qual declarou o caso admissível e, em 18 de dezembro de 2009, aprovou, nos termos do artigo 50 da Convenção, o Relatório de Mérito nº 138/09.<sup>3</sup> A Comissão designou como delegados a senhora Luz Patricia Mejía, Comissária, e o senhor Santiago A. Cantón, Secretário Executivo; e, como assessoras jurídicas, as senhoras Elizabeth Abi-Mershed, Secretária Executiva Adjunta, e Isabel Madariaga e Karla I. Quintana Osuna, advogadas.

2. De acordo com a Comissão, o caso refere-se, entre outros temas, à concessão de autorização, pelo Estado, a uma empresa petrolífera privada para realizar atividades de exploração e extração de petróleo no território do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku (doravante denominado "Povo Sarayaku" ou "Povo" ou "Sarayaku"), na década de 1990, sem que se tivesse consultado, previamente, o Povo e sem seu consentimento. Assim, iniciaram-se as fases de exploração petrolífera, inclusive com a introdução de explosivos de alta potência em vários pontos do território indígena, criando, com isso, uma alegada

---

<sup>2</sup> Nesse relatório, a Comissão recusou a exceção de não esgotamento dos recursos da jurisdição interna, interposta pelo Estado, e concluiu que era competente para examinar as queixas apresentadas pelos petionários sobre a alegada violação dos artigos 4, 5, 7, 8, 12, 13, 16, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, em relação aos artigos 1.1 e 2 da Convenção Americana, e que a petição era admissível conforme os requisitos estabelecidos nos artigos 46 e 47 da Convenção Americana. Cf. Relatório de Admissibilidade nº 62/04, expediente de prova, tomo 1, folhas 71 a 90.

<sup>3</sup> No Relatório de Mérito, a Comissão concluiu que o Estado é responsável pela violação dos direitos reconhecidos nas seguintes disposições: no artigo 21, em relação aos artigos 13, 23 e 1.1 da Convenção Americana, em detrimento dos membros do Povo Kichwa de Sarayaku; nos artigos 4, 22, 8 e 25, em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana, em detrimento dos membros do Povo Kichwa de Sarayaku; no artigo 5, em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana, em detrimento de Hilda Santi Gualinga, Silvio David Malaver Santi, Laureano Gualinga, Edgar Gualinga Machoa, José Luís Gualinga Vargas, Victoria Santi Malaver, Marco Gualinga, Héctor Santi Manyá, Marco Santi Vargas, Alonso Isidro Gualinga Machoa, Heriberto Gualinga Santi, Jorge Santi Guerra, Aura Cuji Gualinga, María Angélica Santi Gualinga, Clotilde Gualinga, Emerson Alejandro Shiguango Manyá, Romel F. Cisneros Dahua, Jimmy Leopoldo Santi Gualinga, Franco Tulio Viteri Gualinga e Cesar Santi, todos membros do Povo Sarayaku. A Comissão também considerou que o Estado é responsável pelo descumprimento das disposições do artigo 2 da Convenção Americana. Finalmente, a Comissão salientou que não dispunha de elementos probatórios suficientes para se pronunciar a respeito da alegada violação dos artigos 7, 12, 16, 19, 24 e 26 da Convenção Americana ou do artigo 13 do Protocolo de San Salvador. Nesse relatório, a Comissão fez as seguintes recomendações ao Estado: 1) adotar as medidas necessárias para garantir e proteger o direito de propriedade do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku e seus membros, a respeito de seu território ancestral, garantindo a especial relação que mantêm com seu território; 2) garantir, aos membros do Povo Kichwa de Sarayaku, o exercício de suas atividades tradicionais de subsistência, retirando o material explosivo disseminado em seu território; 3) garantir a participação significativa e efetiva dos representantes indígenas nos processos de tomada de decisões acerca do desenvolvimento e outros temas que os afetem e a sua sobrevivência cultural; 4) adotar, com a participação dos povos indígenas, as medidas legislativas, ou de outra natureza, necessárias para tornar efetivo o direito à consulta prévia, livre, fundamentada e de boa-fé, conforme as normas de direitos humanos internacionais; 5) reparar, no âmbito individual e comunitário, as consequências da violação dos direitos enunciados; 6) adotar as medidas necessárias para evitar que, no futuro, ocorram fatos semelhantes, em conformidade com o dever de prevenção e garantia dos direitos fundamentais, reconhecidos na Convenção Americana. Cf. Relatório de Mérito nº 138/09, expediente de prova, tomo 1, folhas 3 a 69.

situação de risco para a população, já que, durante um período, tê-los-ia impedido de buscar meios de subsistência e limitado seus direitos de circulação e de expressão de sua cultura. Além disso, o caso refere-se à alegada falta de proteção jurídica e de observância das garantias judiciais.

3. Com base no exposto, a Comissão solicitou à Corte que declare a responsabilidade internacional do Estado pela violação:

- a) do direito à propriedade privada, reconhecido no artigo 21, em relação aos artigos 13, 23 e 1.1 da Convenção Americana, em detrimento do povo indígena de Sarayaku e de seus membros;
- b) do direito à vida, às garantias judiciais e à proteção judicial, contemplado nos artigos 4, 8 e 25, em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana, em detrimento do Povo e de seus membros;
- c) do direito de circulação e residência, reconhecido no artigo 22, em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana, em detrimento dos membros do Povo;
- d) do direito à integridade pessoal, reconhecido no artigo 5 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento de 20 membros do Povo Kichwa de Sarayaku;<sup>4</sup> e
- e) do dever de adotar disposições de direito interno, reconhecido no artigo 2 da Convenção Americana.

Finalmente, a Comissão solicitou à Corte que ordene ao Estado determinadas medidas de reparação.

4. A demanda foi notificada ao Estado e aos representantes<sup>5</sup> em 9 de julho de 2010.

## II PROCEDIMENTO PERANTE A CORTE

### **A. Medidas provisórias**

5. Em 15 de junho de 2004, a Comissão submeteu à consideração da Corte um pedido de medidas provisórias a favor do Povo Sarayaku e de seus membros, em conformidade com os artigos 63.2 da Convenção e 25 do Regulamento da Corte. Em 6 de julho de 2004, o Tribunal ordenou medidas provisórias<sup>6</sup> que ainda encontram-se vigentes.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> A saber: Hilda Santi Gualinga, Silvio David Malaver Santi, Laureano Gualinga, Edgar Gualinga Machoa, José Luís Gualinga Vargas, Victoria Santi Malaver, Marco Gualinga, Héctor Santi Manyá, Marco Santi Vargas, Alonso Isidro Gualinga Machoa, Heriberto Gualinga Santi, Jorge Santi Guerra, Aura Cuji Gualinga, María Angélica Santi Gualinga, Clotilde Gualinga, Emerson Alejandro Shiguango Manyá, Romel F. Cisneros Dahua, Jimmy Leopoldo Santi Gualinga, Franco Tulio Viteri Gualinga e Cesar Santi.

<sup>5</sup> A referida demanda foi recebida, primeiramente, na Secretaria da Corte Interamericana (doravante denominada "Secretaria"), em fac-símile, em 26 de abril de 2010, sem os anexos. A demanda original, os apêndices e anexos, bem como as respectivas cópias, foram recebidos na Secretaria em 17 de maio de 2010.

<sup>6</sup> Cf. *Assunto Povo Indígena Sarayaku. Medidas provisórias a respeito do Equador*. Resolução da Corte de 6 de julho de 2004. Disponível em [http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/sarayaku\\_se\\_01.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/sarayaku_se_01.pdf).

<sup>7</sup> Mediante resoluções de 17 de junho de 2005 e de 4 de fevereiro de 2010, a Corte ratificou a vigência das medidas provisórias a respeito da República do Equador. Resoluções disponíveis em

## **B. Procedimento**

6. Em 10 de setembro de 2010, o senhor Mario Melo Cevallos e o CEJIL, representantes do Povo Sarayaku neste caso (doravante denominados "representantes"), apresentaram à Corte seu escrito de petições, argumentos e provas (doravante denominado "escrito de petições e argumentos"), nos termos do artigo 40 do Regulamento da Corte. Os representantes concordaram substancialmente com o alegado pela Comissão, solicitaram ao Tribunal que declarasse a responsabilidade internacional do Estado pela alegada violação dos mesmos artigos da Convenção Americana mencionados pela Comissão Interamericana, com alcance mais amplo, e alegaram que o Estado também havia violado:

a) o direito à cultura, reconhecido no artigo 26 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento dos membros do Povo Sarayaku; e

b) o direito à integridade pessoal e o direito à liberdade pessoal, contemplados nos artigos 5 e 7 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, bem como no artigo 6 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (doravante denominada "CIPST"), em detrimento de quatro dirigentes dos Sarayaku, detidos ilegalmente por efetivos militares em 25 de janeiro de 2003.

Por conseguinte, solicitaram à Corte que ordenasse ao Estado diversas medidas de reparação, bem como o pagamento de custas e gastos.

7. Também, nessa oportunidade, solicitaram ter acesso ao Fundo de Assistência Jurídica deste Tribunal (doravante denominado "Fundo de Assistência Jurídica") "para cobrir alguns gastos concretos relacionados com a produção de provas durante a tramitação do presente caso perante a Corte", os quais especificaram e que, posteriormente, apresentaram comprovantes para justificar a carência de recursos econômicos das supostas vítimas para saldar esses gastos.

8. Mediante resolução de 3 de março de 2011, o Presidente da Corte (doravante denominado "Presidente") declarou procedente a solicitação interposta pelas supostas vítimas, por meio de seus representantes, para recorrer ao Fundo de Assistência Jurídica (par. 7 *supra*) e aprovou que se concedesse a assistência econômica necessária para a apresentação de, no máximo, quatro depoimentos.

9. Em 12 de março de 2011, o Estado apresentou, perante a Corte, seu escrito de interposição de exceção preliminar, contestação da demanda e observações sobre o escrito de petições, argumentos e provas (doravante denominado "contestação da demanda"). Nesse escrito, o Estado interpôs uma exceção preliminar de não esgotamento dos recursos de jurisdição interna. O Estado designou como agentes os senhores Erick Roberts Garcés, Rodrigo Durango Cordero e Alfonso Fonseca Garcés.

10. Em 18 e 19 de maio de 2011, a Comissão Interamericana e os representantes apresentaram, respectivamente, suas observações sobre a exceção preliminar interposta pelo Estado e solicitaram à Corte que a declarasse improcedente.

11. Em 17 de junho de 2011, o Presidente da Corte expediu uma resolução,<sup>8</sup> mediante a qual determinou o recebimento de depoimentos prestados perante notário público (*affidavit*), por 12 supostas vítimas, indicadas pelos representantes, uma testemunha proposta pelo Estado e seis peritos propostos pelos representantes. Além disso, mediante

---

<sup>8</sup> Cf. *Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Equador*. Resolução do Presidente da Corte de 17 de junho de 2011. Disponível em [http://www.corteidh.or.cr/docs/Assuntos/Sarayaku\\_17\\_6\\_11.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/Assuntos/Sarayaku_17_6_11.pdf).



essa resolução, o Presidente convocou as partes para uma audiência pública e formulou determinações a respeito do Fundo de Assistência Jurídica.

12. A audiência pública sobre exceção preliminar e eventuais mérito e reparações foi realizada em 6 e 7 de julho de 2011, durante o 91º Período Ordinário de Sessões da Corte, realizado em sua sede.<sup>9</sup> Na audiência, foram recebidos os depoimentos de quatro membros do Povo Sarayaku, das testemunhas propostas pelo Estado, de um perito proposto pela Comissão e de um perito proposto pelos representantes, bem como as alegações finais orais dos representantes e do Estado, além das observações finais orais da Comissão.

13. Por outro lado, o Tribunal recebeu escritos de *amicus curiae* das seguintes entidades: 1) Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da *Seattle University*;<sup>10</sup> 2) Clínica Jurídica da Universidade de San Francisco de Quito;<sup>11</sup> 3) Centro de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Equador;<sup>12</sup> 4) Anistia Internacional;<sup>13</sup> 5) Aliança Regional pela Livre Expressão e Informação;<sup>14</sup> 6) senhoras Luz Ángela Patiño Palacios e Gloria Amparo Rodríguez, e senhor Julio Cesar Estrada Cordero; 7) senhor Santiago Medina Villareal e senhora Sophie Simon; 8) Clínica Internacional de Direitos Humanos *Allard K. Lowenstein* da Faculdade de Direito da *Yale University*;<sup>15</sup> e 9) organização *Forest Peoples Programme*.<sup>16</sup>

14. Em 5 e 8 de agosto de 2011, o Estado e os representantes apresentaram, respectivamente, suas alegações finais escritas e, no dia 8 do mesmo mês e ano, a Comissão apresentou suas observações finais escritas. Mediante nota da Secretaria, de 19 de agosto de 2011, e seguindo instruções do Presidente, concedeu-se um prazo para que apresentassem as observações que julgassem pertinentes sobre os anexos enviados pelos representantes e pelo Estado.

---

<sup>9</sup> Compareceram a essa audiência: a) pela Comissão Interamericana: Luz Patricia Mejía, Comissária, e Karla Quintana Osuma, assessora; b) pelos representantes: José María Gualinga Montalvo, Presidente dos Sarayaku, Mario Melo, advogado, e Viviana Kristicevic e Gisela de León, do CEJIL; e pelo Estado: Erick Roberts Garcés, Agente, Alonso Fonseca Garcés, Agente Assistente, Dolores Miño Buitrón, María do Cisne Ojeda e Coronel Rodrigo Braganza, assessores. Também, assistiram a essa audiência os seguintes membros do Povo Sarayaku: Eriberto Benedicto Gualinga Montalvo, Franco Tulio Viteri Gualinga, Hernán Malaver, Jorge Malaver, Sandra Gualinga, Bolívar Luis Dahua Imunda, Sabine Bouchat, Catalina Santi Gualinga, Carlos Wilfrido Carrasco Castro, Clever Fransisco Sando Mitiap, Carlos Santiago Mazabanda Calles e Cristina Corina Gualinga Cuji.

<sup>10</sup> Escrito apresentado por Thomas Antkowiak e Alejandra Gonza em 29 de abril de 2011.

<sup>11</sup> Escrito apresentado por Marcel Jaramillo e Elizabeth Rodríguez em 30 de junho de 2011.

<sup>12</sup> Escrito apresentado por David Cordero Heredia, Coordenador do Centro de Direitos Humanos, Harold Burbano, Assessor Jurídico, e Mónica Vera, Assessora Jurídica, em 5 de julho de 2011.

<sup>13</sup> Apresentado por Susan Lee, Diretora para a América, em 14 de julho de 2011.

<sup>14</sup> Escrito apresentado por Karina Banfi, Secretária Executiva, em 19 de julho de 2011. Também, aderiram Manfredo Marroquín, Diretor Executivo da Ação Cidadã, da Guatemala; Nery Mabel Reyes, Presidente da Associação de Jornalistas, de El Salvador; Juan Javier Zeballos Gutiérrez, Diretor Executivo da Associação Nacional da Imprensa, da Bolívia; Álvaro Herrero, Diretor Executivo da Associação pelos Direitos Civis, da Argentina; Edison Lanza Robatto, Diretor Executivo do Centro de Arquivo e Acesso à Informação Pública, do Uruguai; Elizabeth UngarBleier, Diretora Executiva da Corporação Transparência pela Colômbia; Katya Salazar, Diretora Executiva da Fundação para o Devido Processo, dos Estados Unidos; Andrés Morales, Diretor Executivo da Fundação para a Liberdade de Imprensa, da Colômbia; Moises Sanchez Riquelme, Diretor Executivo da Fundação Pró-Acesso, do Chile; César Ricuarte, Diretor Executivo da *Fundamedios*, do Equador; Miguel Ángel Pulido Jiménez, Diretor Executivo do Fundar, Centro de Análise e Pesquisa, do México; Ezequiel Francisco Santagada, Diretor Executivo do Instituto de Direito e Economia Ambiental, do Paraguai; Alejandro Dogado Faith, Presidente do Instituto de Imprensa e Liberdade de Expressão, da Costa Rica; Ricardo Uceda, Diretor Executivo do Instituto Imprensa e Sociedade, do Peru, e Mercedes de Freitas, Diretora Executiva da Transparência Venezuela.

<sup>15</sup> Escrito apresentado por James J. Silk, Diretor e Professor de Direito, e Allyson A. McKinney em 21 de julho de 2011.

<sup>16</sup> Escrito apresentado por Fergus MacKay em 22 de julho de 2011.

15. Mediante nota da Secretaria de 19 de agosto de 2011, informou-se ao Estado, seguindo instruções do Presidente e, em conformidade com o artigo 5 do Regulamento da Corte, sobre o Funcionamento do Fundo de Assistência Jurídica e sobre os gastos realizados com recursos do citado Fundo neste caso, concedendo ao Estado um prazo improrrogável, até 2 de setembro de 2011, para apresentar as observações que considerasse pertinentes. O Estado não apresentou observações.

16. Em 1º de setembro de 2011, os representantes e o Estado apresentaram observações sobre os anexos das alegações finais da outra parte. Em 2 de setembro de 2011, a Comissão Interamericana declarou, *inter alia*, que não tinha observações sobre os anexos apresentados pelos representantes e, com relação aos enviados pelo Estado, observou que “vários deles são extemporâneos” e solicitou que fossem recusados, sem especificar a que documentos se referia.

17. Mediante nota da Secretaria de 6 de setembro de 2011, informou-se aos representantes, seguindo instruções do Presidente, que suas manifestações e alegações que não se referiam especificamente à admissibilidade ou ao conteúdo dos documentos apresentados pelo Estado com suas alegações finais escritas eram inadmissíveis, razão pela qual não seriam considerados pela Corte. Na mesma nota informou-se ao Estado, seguindo instruções do Presidente, de que seu escrito de observações era inadmissível, posto que havia apresentado alegações que não se referiam especificamente aos anexos enviados pelos representantes.<sup>17</sup>

### **C. Diligência de visita ao Povo Sarayaku**

18. Em seu escrito de alegações finais de 5 de agosto de 2011, o Estado reiterou um pedido formulado durante a audiência pública para que a Corte “realiz[asse] uma visita de campo às comunidades do rio Bobonaza [com a finalidade de que] pud[esse] constatar, *in loco*, as complexidades jurídicas e socioambientais quanto à matéria desta *litis*”. Além disso, durante a audiência, uma das supostas vítimas, a senhora Ena Santi, solicitou à Corte que se estabelecesse em Sarayaku.<sup>18</sup> Em 28 de setembro de 2011, o Presidente Constitucional do Equador, senhor Rafael Correa Delgado, dirigiu-se ao Presidente da Corte para “ratificar formalizar o convite feito pelos agentes do Estado durante a audiência realizada em San José, Costa Rica [...], [para] que a Corte Interamericana realiz[asse] uma visita oficial [a seu país]”. Posteriormente, atendendo a instruções do Presidente da Corte, deu-se oportunidade à Comissão e aos representantes para que apresentassem suas observações a esse respeito.

19. Mediante Resolução do Presidente da Corte de 20 de janeiro de 2012,<sup>19</sup> em conformidade com os artigos 4, 15.1, 26.1, 26.2, 31.2, 53, 55, 58 e 60 do Regulamento da Corte e em consulta com os demais membros da Corte, resolveu-se credenciar uma delegação do Tribunal, chefiada pelo Presidente, para realizar uma visita ao território do

---

<sup>17</sup> Os anexos dos representantes pretendiam, unicamente, sustentar suas petições sobre custos e gastos, razão pela qual se informou, ademais, que a admissibilidade e, caso fosse pertinente, o valor probatório dos referidos anexos seriam decididos pelo Tribunal em sentença.

<sup>18</sup> “[O] Estado diz que realizou projetos em benefício dos Sarayaku. O Estado ofereceu, sim, alguns projetos [...], mas tampouco os cumpriu [...]. Estão convidados para vir a Sarayaku verificar como está a situação dos projetos oferecidos pelo Estado” (Minuto 49.05 – 49.25 da gravação, parte 3). “Senhores juízes da Corte Interamericana, estou convidando a que venham a Sarayaku para que verifiquem, *in loco*, as obras do Governo, para ver se há uma estrada boa, linda, feita pelo Estado, se há pontes acabadas, e todas aquelas obras que dizem ter oferecido ao povoado dos Sarayaku. Vão até lá, vamos esperar [...]” (Minuto 55.00 a 55.22 da gravação).

<sup>19</sup> Cf. *Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Equador*. Resolução do Presidente da Corte de 20 de janeiro de 2012. Disponível em <http://corteidh.or.cr/docs/Assuntos/sarayaku1.pdf>.

Povo Sarayaku no Equador.<sup>20</sup> Além disso, rejeitou-se um pedido do Estado quanto à realização de uma perícia adicional.

20. Essa visita teria o propósito de conduzir “diligências destinadas a obter informações adicionais acerca da situação das supostas vítimas e lugares em que teriam ocorrido alguns dos fatos alegados”. Do mesmo modo, “[c]onforme o princípio do contraditório – e com vistas a manter o equilíbrio processual –, [informou-se que] a visita realizar-se-[ia] com a participação de representantes das supostas vítimas, da Comissão Interamericana e do Estado, caso consideras[sem] necessário”. Finalmente, salientou-se que “a diligência *in loco* ser[ia] realizada em lugares do território [...] Sarayaku onde se alega[va] terem ocorrido fatos incluídos no marco fático do caso”.<sup>21</sup>

21. Pela primeira vez na história da prática judicial da Corte Interamericana, uma delegação de juízes realizou uma diligência ao local dos fatos de um caso contencioso submetido à sua jurisdição. Assim, em 21 de abril de 2012, uma delegação da Corte, acompanhada por delegações da Comissão, dos representantes e do Estado, visitou o território do Povo Sarayaku.<sup>22</sup> Na chegada, as delegações foram recebidas por membros do Povo Sarayaku. Após cruzar o rio Bobonaza em uma canoa, dirigiram-se à casa da assembleia do Povo (*Tayjasaruta*), onde foram recebidos pelo senhor José Gualinga, Presidente, pelos *kurakas*, pelos *yachaks* e por outras autoridades e membros do Povo. Estavam presentes, ademais, representantes de outras nacionalidades indígenas do Equador. Ali, a delegação da Corte ouviu declarações de membros dos Sarayaku, entre eles jovens, mulheres, homens, idosos e crianças da comunidade,<sup>23</sup> os quais relataram suas experiências, percepções e expectativas sobre seu modo de vida, sua cosmovisão e sobre o que haviam vivido em relação aos fatos do caso. O Presidente da Corte também concedeu apalavra aos representantes das delegações, os quais expressaram seus pontos de vista. Nesse momento, o Secretário Jurídico da Presidência, Alexis Mera, reconheceu a responsabilidade do Estado (pars. 23 e 24 *infra*). Por último, as delegações percorreram o povoado a pé, especificamente Sarayaku centro, e seus membros compartilharam várias expressões e rituais culturais. Além disso, as delegações realizaram um sobrevoo do território, durante o qual se observaram lugares onde ocorreram fatos do caso.

<sup>20</sup> Cf. *Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Equador*. Resolução do Presidente da Corte de 20 de janeiro de 2012, par. 17.

<sup>21</sup> Na resolução, considerou-se que, “embora o Estado tivesse solicitado uma visita ‘às comunidades do rio Bobonaza’, o caso submetido ao conhecimento do Tribunal refere-se a fatos que se alega terem ocorrido no território Sarayaku e em zonas limítrofes”, razão pela qual se decidiu circunscrever a referida diligência de visita a seu território, o que não se vê prejudicado pelo fato de ter visitado também a comunidade que habita o setor denominado Jatun Molino, por proposta dos representantes e do Estado nesse sentido (Escrito dos representantes das supostas vítimas, de 20 de fevereiro de 2012, e escrito do Estado, de 13 de março de 2012). A esse respeito, a Corte considera necessário esclarecer que o objeto do presente caso é determinar se o Estado é responsável pelas alegadas violações da Convenção Americana, em detrimento do Povo Sarayaku. O Tribunal não ignora que esse povo indígena encontra-se num território onde existem outras comunidades indígenas e que, naturalmente, existem relações entre elas, e podem confluir interesses convergentes e divergentes, ou direitos das outras comunidades. Não obstante isso, não cabe a este Tribunal, no presente caso, formular outras considerações sobre outras comunidades, populações ou pessoas que não sejam as que atuaram como peticionárias, neste caso.

<sup>22</sup> A delegação do Tribunal que fez a visita era integrada pelo Presidente da Corte, Juiz Diego García-Sayán, pela Juíza Rhadys Abreu Blondet, pelo Secretário Pablo Saavedra Alessandri e pelos advogados da Secretaria Olger I. González Espinosa, e Jorge Errandonea. Por parte do Estado do Equador estiveram presentes o Secretário Jurídico da Presidência da República, doutor Alexis Mera; a Ministra da Justiça, Johana Pesántez, o Vice-Chanceler, Marco Albuja, o Secretário Executivo do ECORAE, Carlos Viteri, entre outros funcionários estatais. Pela Comissão Interamericana estiveram presentes as advogadas Isabel Madariaga e Karla I. Quintana. Estiveram também presentes o senhor Mario Melo e a senhora Viviana Kristicevic, por parte dos representantes.

<sup>23</sup> Entre outras declarações foram ouvidas as de Narsiza Gualinga, Delegada de Shiwakocha; Holger Cisneros, Delegado de Shiwakocha; Franco Viteri, Delegado de Pista; Digna Gualinga, Delegado de Pista; Lenin Gualinga, Delegado de Pista; Cesar Santi, Delegado de Sarayakillu; Isidro Gualinga, Delegado de Kali Kali; e Siria Viteri e Ronny Ávilez, pelos jovens de Sarayaku.

Posteriormente, as delegações dirigiram-se ao povoado de Jatun Molino, onde ouviram algumas pessoas do lugar.

### **III COMPETÊNCIA**

22. A Corte Interamericana é competente, nos termos do artigo 62.3 da Convenção, para conhecer do presente caso, pois o Equador é Estado Parte na Convenção Americana desde 28 de dezembro de 1977, e reconheceu a competência contenciosa da Corte em 24 de julho de 1984.

### **IV RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL**

23. Durante a diligência de visita realizada pela Corte ao território dos Sarayaku, após ouvir as declarações de vários membros do Povo, o Presidente da Corte concedeu a palavra ao Secretário de Assuntos Jurídicos da Presidência da República do Equador, Alexis Mera, que, assim, manifestou-se:

[...] vou lhes dizer uma coisa, não só a título pessoal, mas [em] nome do Presidente Correa, que me pediu que viesse [...] eu não sinto que estejamos confrontados. Por quê? Porque todas as coisas que se denunciaram nessa jornada, todos os testemunhos, todos os atos invasivos da extração petrolífera ocorridos em 2003, o governo não os quer confrontar. O governo considera que há responsabilidade do Estado nos acontecimentos de 2003, e quero que seja dito e que eu seja entendido com clareza. O governo reconhece a responsabilidade. Portanto, todos os atos ocorridos, os atos invasivos, os atos das forças armadas, os atos contra a destruição de rios são temas que condenamos como governo e cremos que há direito a reparação. Portanto, eu convido a contraparte que nos sentemos para falar das reparações. Toda reparação que tenha de se fazer à comunidadeo Estado está disposto a fazer.

Digo isso da maneira mais direta. Tanto assim, que esta audiência foi realizada a pedido do próprio Presidente da República: o próprio Presidente pediu, por escrito, ao Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que viesse para constatar a situação do Povo Sarayaku e também para constatar que este governo foi o que expulsou a petrolífera CGC. Nós, quando chegamos, há cinco anos, nos deparamos com todos esses incidentes e havia todos esses mal-estares, e havia um problema grave no bloco, e nós, como os senhores sabem, expulsamos a companhia petrolífera CGC. Já não está extraindo. E não haverá extração petrolífera aqui, enquanto não haja uma consulta prévia.

Aí via os que chegavam aqui para visitar, que diziam "não à rodada 23". [...] Não há nova rodada a ser iniciada enquanto não haja uma consulta fundamentada. E o que é essa consulta? Tem a ver, especialmente, com o que eu falava da contaminação: que é o que não se deve contaminar, porque não se pode contaminar os rios e as comunidades pela ação do petróleo; não pode haver contaminação, não se pode permitir uma extração petrolífera que contamine. E também tem de se falar sobre a situação das comunidades; como está a situação da saúde? Como está a situação da educação? Poderíamos, aqui, num momento em que se discuta a questão petrolífera, poderiam vir aqui os melhores médicos tratar das mães de família, ter as melhores equipamentos de saúde, os melhores professores, que venham de Quito, se vai haver dinheiro com a extração petrolífera.

A extração petrolífera deve beneficiar as comunidades. O que acontece é que, ancestralmente, o Estado deu as costas aos povos indígenas. Essa é a realidade histórica deste país: como deu as costas aos povos indígenas, a extração petrolífera ocorreu em detrimento das comunidades, mas não queremos esse regime, o governo não o quer e, portanto, não vamos fazer nenhuma extração petrolífera de costas para as comunidades, mas com o diálogo que haverá em algum momento, se é que vamos decidir iniciar a extração petrolífera, ou pensar em uma extração petrolífera aqui. Não haverá nenhum empreendimento petrolífero sem um diálogo aberto, franco; não um diálogo feito pela petrolífera, como sempre se acusou. Nós mudamos a legislação para que os diálogos partam do governo e não do setor extrativo.

Razão pela qual, em definitivo, Senhor Presidente, agradeço que me tenha concedido a palavra. Volto a repetir que o Estado reconhece a responsabilidade, está disposto a chegar a qualquer acordo de reparação e, por último, uma reflexão final: essa visão de “maus” de que nos acusam os demandantes [...] Lembro-me de que o senhor Cisneros dizia que nós somos os “maus”... eu não vejo assim, eu creio que houve sofrimentos que devem ser reparados. E, finalmente, no que diz respeito aos conhecimentos ancestrais, vejo, aqui, a cúpula indígena. Deveríamos trabalhar juntos para exigir das empresas, que roubam os direitos ancestrais das comunidades indígenas, deveríamos, em algum momento, iniciar um diálogo franco para estabelecer, e que não se permita que outras pessoas roubem todos esses conhecimentos que houve nessas comunidades e se tornem milionárias; em algum momento, deveríamos conversar sobre esse tema. Obrigado, Senhor Presidente.

24. Após essas declarações, o Presidente da Corte concedeu a palavra aos membros do Povo Sarayaku, a seus representantes no presente caso e à Comissão Interamericana, que apresentaram suas observações a respeito. Imediatamente depois da assembleia, membros do Povo Sarayaku comunicaram que haviam decidido esperar a Sentença da Corte.

25. Em 15 de maio de 2012, após a diligência no território e o reconhecimento de responsabilidade, o Estado afirmou que “a declaração pública [do Secretário de Assuntos Jurídicos da Presidência] é por si só, e de maneira prévia, uma fórmula de reparação de direitos humanos, compreendida no disposto no artigo 63.1 da Convenção Americana”, e solicitou à Corte que “transmita oficialmente essa posição, que permitirá, eventualmente, às partes avançar em entendimentos específicos e técnicos sobre reparações ou aspectos de mérito, segundo o caso”. A Comissão e os representantes não apresentaram observações a esse respeito.

26. Em conformidade com os artigos 62 e 64 do Regulamento,<sup>24</sup> e no exercício de seus poderes de tutela judicial internacional de direitos humanos, questão de ordem pública internacional que transcende a vontade das partes, cabe ao Tribunal zelar para que os atos de acatamento sejam aceitáveis para os fins que visa cumprir o Sistema Interamericano. Nessa tarefa não se limita, unicamente, a constatar, registrar ou tomar nota do reconhecimento do Estado, ou a verificar as condições formais dos mencionados atos, mas deve confrontá-los com a natureza e gravidade das violações alegadas, as exigências e interesses da justiça, as circunstâncias particulares do caso concreto e a atitude e posição das partes,<sup>25</sup> de maneira que possa determinar, na medida em que seja possível, e no exercício de sua competência, a verdade dos fatos.<sup>26</sup>

27. A Corte constata que, no presente caso, o reconhecimento de responsabilidade foi efetuado pelo Estado em termos amplos e genéricos. Cabe, então, ao Tribunal, atribuir plenos efeitos ao ato do Estado e avaliá-lo de maneira positiva, por sua importância no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em especial, por ter sido realizado no próprio território Sarayaku, quando da diligência realizada neste caso. Assim, esse reconhecimento representa, para a Corte, uma admissão dos fatos constantes do marco

---

<sup>24</sup> Essas normas do Regulamento da Corte estabelecem: “Artigo 62. Reconhecimento. Se o demandado comunicar à Corte sua aceitação dos fatos ou seu acatamento total ou parcial das pretensões que constam na submissão do caso ou no escrito das supostas vítimas ou seus representantes, a Corte, ouvido o parecer dos demais intervenientes no processo, resolverá, no momento processual oportuno, sobre sua procedência e seus efeitos jurídicos.” “Artigo 64. Prosseguimento do exame do caso. A Corte, levando em conta as responsabilidades que lhe cabem em matéria de proteção dos direitos humanos, poderá decidir pelo prosseguimento do exame do caso, mesmo em presença das situações indicadas nos artigos precedentes.”

<sup>25</sup> Cf. *Caso KimeI Vs. Argentina. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 2 de maio de 2008. Série C Nº 177, par. 24; e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 31 de agosto de 2011. Série C Nº 232, par. 25.

<sup>26</sup> Cf. *Caso Manuel Cepeda Vargas Vs. Colômbia. Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 26 de maio de 2010. Série C Nº 213, par. 17; e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 25.

fático da demanda da Comissão,<sup>27</sup> bem como dos fatos pertinentes apresentados pelos representantes, que os esclareçam ou expliquem.<sup>28</sup> Do mesmo modo, ressalta o compromisso manifestado pelo Estado com vistas a promover as medidas de reparação necessárias em diálogo com o Povo Sarayaku. Todas essas ações, por parte do Equador, constituem uma contribuição positiva para o andamento desse processo, para a vigência dos princípios que inspiram a Convenção<sup>29</sup> e, em parte, para o atendimento das necessidades de reparação das vítimas de violações de direitos humanos.<sup>30</sup>

28. Por último, apesar da cessação da controvérsia, a Corte procederá à determinação precisa dos fatos ocorridos, uma vez que isso contribui para a reparação das vítimas, para evitar que se repitam fatos semelhantes e para atender, em suma, aos fins da jurisdição interamericana sobre direitos humanos.<sup>31</sup> Além disso, a Corte abrirá os devidos capítulos para analisar e especificar, no que seja cabível, o alcance das alegadas violações e, por estar ainda pendente a determinação das reparações, decidirá sobre a matéria.

## V EXCEÇÃO PRELIMINAR (*Não esgotamento dos recursos internos*)

29. O Estado alegou que o Povo Sarayaku interpôs um mandado de segurança constitucional, em 27 de novembro de 2002, contra a empresa CGC e sua subcontratada

---

<sup>27</sup> Por outro lado, o Estado referiu-se a processos penais abertos contra membros dos Sarayaku, em relação aos supostos atos de violência e a um suposto furto de 150 kg do explosivo pentolite, razão pela qual um desses membros, da comunidade, teria sido penalmente condenado. Por sua vez, declarou que “entre 22 de novembro de 2002 e 25 de janeiro de 2003, foram sequestrados 29 trabalhadores vinculados à CGC” (f. 492, t. 2). Alegou, ademais, que os membros dos Sarayaku estariam obtendo benefícios econômicos com a existência do explosivo pentolite em seu território. A esse respeito, a Corte reitera, uma vez mais, o estabelecido desde a primeira Sentença proferida num caso contencioso: que não é um tribunal penal ou uma instância que analisa ou determina a responsabilidade criminal, administrativa ou disciplinar dos indivíduos (Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*. Sentença de 29 de julho de 1988. Série C Nº 4, par. 134; e *Caso López Mendoza Vs. Venezuela. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 1º de setembro de 2011. Série C Nº 233, par. 98.). Desse modo, ainda que, de fato, tenham sido prestadas informações, esses fatos estariam fora do objeto do presente caso. Por conseguinte, a Corte não levará em consideração alegações sobre a culpabilidade ou inocência de membros do Povo Sarayaku a respeito de ações irregulares de que tenham sido acusados, por não constituir o objeto do presente caso.

<sup>28</sup> No escrito de petições e argumentos, os representantes fizeram referência a uma série de fatos não incluídos na demanda apresentada pela Comissão. É jurisprudência reiterada do Tribunal que as supostas vítimas e seus representantes podem invocar a violação de outros direitos, diferentes dos já compreendidos na demanda, desde que se circunscrevam aos fatos já constantes desta, que constitui o marco fático do processo perante a Corte. Isso não exclui a possibilidade de expor os fatos que permitam explicar, esclarecer ou rejeitar os que foram mencionados na demanda (*Caso “Cinco Aposentados” Vs. Peru. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 28 de fevereiro de 2003. Série C Nº 98, par. 153 e 154; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 27 de abril de 2012. Série C Nº 242, par. 17), ou ainda os fatos supervenientes, que poderão ser enviados ao Tribunal em qualquer estágio do processo, antes do proferimento da Sentença. Em definitivo, cabe à Corte decidir, em cada caso, acerca da procedência de alegações dessa natureza, com vistas a resguardar o equilíbrio processual das partes (Cf. *Caso do “Massacre de Mapiripán” Vs. Colômbia. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C Nº 134, par. 58; e *Caso Torres Millacura e outros Vs. Argentina. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 26 de agosto de 2011. Série C Nº 229, par. 52). Portanto, o Tribunal não considerará os fatos alegados pelos representantes que não constituam o marco fático, ou os fatos que não os expliquem ou esclareçam, nem referir-se-á às alegações de direito formuladas pelos representantes a respeito de fatos que excedam esse marco fático.

<sup>29</sup> Cf. *Caso do Caracazo Vs. Venezuela. Mérito*. Sentença de 11 de novembro de 1999. Série C Nº 58, par. 43; e *Caso Pacheco Teruel e outros Vs. Honduras. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 27 de abril de 2012. Série C Nº 241, par. 19.

<sup>30</sup> Cf. *Caso Cepeda Vargas Vs. Colômbia*, par. 18; e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 26.

<sup>31</sup> Cf. *Caso Tiu Tojín Vs. Guatemala. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 26 de novembro de 2008. Série C Nº 190, par. 26; e *Caso Manuel Cepeda Vargas Vs. Colômbia*, par. 153.

"Daymi Services S.A.", o qual teria permanecido inconcluso por falta de ação dos próprios recorrentes, ou seja, o Povo Sarayaku, porquanto não teriam oferecido nem os meios nem a colaboração necessários para a tramitação ágil e eficiente do recurso. O Estado acrescentou que as partes foram convocadas para uma audiência pública, em 7 de dezembro de 2002, dia em que compareceu a demandada principal no processo, a empresa CGC, mas nenhum representante dos Sarayaku, razão pela qual, segundo a Lei de Controle Constitucional vigente naquele momento, considerou-se que tinham desistido do recurso. Por outro lado, o Estado sustentou que as supostas vítimas tinham à sua disposição recursos adequados para solucionar essa situação, tais como uma queixa perante a Comissão de Recursos Humanos do Conselho Nacional da Magistratura ou um "processo de recusa do juiz que conheceu da causa". A esse respeito, a Comissão declarou, *inter alia*, que, durante a tramitação do caso perante si, o Estado efetivamente interpôs a referida exceção, mas que, contrariamente ao que alega perante a Corte, nessa oportunidade o Estado afirmou que o mandado de segurança não era adequado e eficaz para solucionar a situação, uma vez que o recurso não era concebido para impugnar um contrato de concessão de exploração de petróleo, que devia ser impugnado mediante um recurso contencioso-administrativo, motivo pelo qual concluiu, em seu Relatório nº 62/04, que o mandado de segurança era adequado, segundo a legislação equatoriana aplicável ao caso, e que era aplicável a exceção prevista no artigo 46.2.c) da Convenção, pela falta de solução e efetividade do recurso. A Comissão, por conseguinte, solicitou que, em virtude do princípio de *estoppel*, a exceção interposta fosse declarada improcedente. Por sua vez, os representantes concordaram com a Comissão, apresentaram outras alegações e solicitaram à Corte que desconsiderasse essa exceção.

30. Atendendo ao disposto no artigo 42.6 e em concordância com o estabelecido nos artigos 61, 62 e 64, todos de seu Regulamento, a Corte julga que, ao ter reconhecido sua responsabilidade no presente caso, o Estado aceitou a plena competência do Tribunal para conhecer do caso, motivo pelo qual a interposição de uma exceção preliminar de não esgotamento dos recursos internos é, em princípio, incompatível com o referido reconhecimento.<sup>32</sup> Além disso, o conteúdo dessa exceção está intimamente relacionado com o mérito do assunto, em especial no que se refere à alegada violação dos artigos 8 e 25 da Convenção. Por conseguinte, a exceção reiterada carece de objeto e não é necessário analisá-la.

## VI PROVA

31. Com base no estabelecido nos artigos 46, 47, 48, 50, 51, 57 e 58 do Regulamento, bem como em sua jurisprudência relativa à prova e sua apreciação,<sup>33</sup> a Corte examinará e apreciará os elementos probatórios documentais enviados pela Comissão, pelos representantes e pelo Estado em diversas oportunidades processuais, bem como os depoimentos das supostas vítimas e testemunhas, e os laudos periciais apresentados mediante declaração juramentada perante notário público e na audiência pública perante a

---

<sup>32</sup> Cf. *Caso do "Massacre de Mampirán" Vs. Colômbia. Exceções Preliminares*. Sentença de 7 de março de 2005. Série C Nº 122, par. 30; e *Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 1º de julho de 2006. Série C Nº 148, par. 104. Ver, no mesmo sentido, *Caso Montero Aranguren e outros (Prisão de Catia) Vs. Venezuela. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 5 de julho de 2006. Série C Nº 150, par. 50; e *Caso Vélez Loor Vs. Panamá. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 27.

<sup>33</sup> Cf. *Caso "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros) Vs. Guatemala. Reparações e Custas*. Sentença de 25 de maio de 2001. Série C Nº 76, par. 51; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 10.

Corte. Para isso, o Tribunal ater-se-á aos princípios da crítica sã, no respectivo marco normativo.<sup>34</sup>

### **A. Prova documental, testemunhal e pericial**

32. O Tribunal recebeu diversos documentos apresentados a título de prova pela Comissão Interamericana, pelos representantes e pelo Estado, anexados a seus escritos principais. O Tribunal também recebeu os depoimentos prestados perante notário público (*affidavit*) por quatro supostas vítimas,<sup>35</sup> a saber: Sabine Bouchat, Bertha Gualinga, Franco Viteri e José Gualinga, todos membros dos Sarayaku, e de seis peritos: Rodolfo Stavenhagen, Alberto Acosta Espinosa, Víctor Julio López Acevedo, Bill Powers, ShashiKanth e Suzana Sawyer.

33. A Corte faz constar que os representantes declararam, em seu escrito de 23 de junho de 2011, que haviam “decidido apresentar os depoimentos escritos” de quatro das supostas vítimas e “desistir da apresentação” dos depoimentos de outras oito supostas vítimas, todos ordenados mediante a Resolução do Presidente de 17 de junho de 2011.<sup>36</sup> Uma vez que a apresentação de um depoimento tenha sido ordenada pelo Presidente, a exibição dessa prova deixa de estar à disposição das partes, razão pela qual não apresentar exige a devida justificativa. Desse modo, a não apresentação da prova pode afetar, unicamente quando seja pertinente, a parte que injustificadamente deixou de apresentá-la.

34. Quanto à prova apresentada em audiência pública, a Corte ouviu os depoimentos das seguintes supostas vítimas: *don* Sabino Gualinga, líder espiritual (*Yachak*); Patricia Gualinga, dirigente das mulheres e famílias; Marlon Santi, ex-Presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador – CONAIE – e ex-Presidente dos Sarayaku; e Ena Santi, todos membros dos Sarayaku. Além disso, ouviu como testemunhas Oscar Troya e David Gualinga (oferecidas pelo Estado), e dois peritos (oferecidos pela Comissão e pelos representantes): James Anaya, atual Relator Especial das Nações Unidas sobre Povos Indígenas, e o antropólogo e advogado Rodrigo Villagra Carrón.<sup>37</sup>

### **B. Admissibilidade da prova documental**

35. No presente caso, como em outros, o Tribunal admite o valor probatório dos documentos enviados pelas partes, na devida oportunidade processual, bem como os relativos a fatos subsequentes enviados pelos representantes e pela Comissão Interamericana, que não tenham sido questionados ou objetados, nem cuja autenticidade tenha sido posta em dúvida, exclusivamente na medida em que sejam pertinentes e úteis para a determinação dos fatos e suas eventuais consequências jurídicas.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> Cf. *Caso "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros) Vs. Guatemala. Mérito*. Sentença de 8 de março de 1998. Série C Nº 37, par. 76; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 10.

<sup>35</sup> O Estado não enviou a declaração juramentada da testemunha Rodrigo Braganza, por ele oferecida e ordenada mediante a Resolução do Presidente do Tribunal de 17 de junho de 2011 (par. 11 *supra*).

<sup>36</sup> Os representantes não apresentaram as declarações juramentadas de Mario Santi, Felix Santi, Isidro Gualinga, Eriberto Gualinga, Marcia Gualinga, Bolivar Dahua, Eliza Cisneros e Reynaldo Gualinga, por eles oferecidas e ordenadas mediante a Resolução do Presidente do Tribunal de 17 de junho de 2011 (par. 11 *supra*).

<sup>37</sup> Cf. *Caso do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Equador*. Resolução do Presidente da Corte de 17 de junho de 2011.

<sup>38</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*, par. 140; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 12.



36. Quanto às notas de imprensa apresentadas pelas partes e pela Comissão, juntamente com seus diferentes escritos, este Tribunal considerou que poderão ser apreciadas quando reúnam fatos públicos e notórios ou declarações de funcionários do Estado, ou quando corroborem aspectos relacionados com o caso. O Tribunal decide admitir os documentos que estejam completos ou que, pelo menos, permitam constatar a respectiva fonte e data de publicação, e os avaliará levando em conta o conjunto do acervo probatório, as observações das partes e as regras da crítica são.<sup>39</sup>

37. Com relação a alguns documentos mencionados pelas partes, obtidos por meio da Internet, o Tribunal estabeleceu que, caso uma das partes forneça pelo menos o *link* eletrônico do documento citado como prova e seja possível acessá-lo, não se vê afetada nem a segurança jurídica nem o equilíbrio processual, porque é imediatamente localizável pelo Tribunal e pelas demais partes.<sup>40</sup> Além disso, neste caso não houve oposição ou observações das demais partes sobre o conteúdo e autenticidade desses documentos.

38. Por outro lado, a Corte observa que, juntamente com as observações sobre a exceção preliminar interposta pelo Estado, os representantes enviaram vários anexos como “prova superveniente” e apresentaram um documento intitulado “Estudo de Povoamento Tradicional, Populacional e de Mobilidade do Povo Originário Kichwa de Sarayaku”.<sup>41</sup>

39. Com relação à oportunidade processual para a apresentação de prova documental, em conformidade com o artigo 57.2 do Regulamento, aquela deve ser apresentada, em geral, juntamente com os escritos de apresentação do caso (demanda), de petições e argumentos, ou de contestação, conforme seja pertinente. Não é admissível a prova enviada fora das oportunidades processuais devidas, exceto nas supostas exceções estabelecidas no referido artigo 57.2, do Regulamento, a saber, força maior ou impedimento grave, ou caso trate-se de um fato ocorrido posteriormente aos citados momentos processuais.

40. Nesse sentido, o Tribunal observa que o Estado enviou diversos documentos junto a suas alegações finais escritas. Os representantes alegaram que todos esses documentos seriam inadmissíveis e que vários deles foram apresentados de forma extemporânea, o que não foi justificado pelo Estado em nenhuma dessas situações excepcionais e, mais ainda, que os documentos apresentados encontravam-se à disposição do Estado antes de seu escrito de contestação. A Comissão também solicitou à Corte que rejeitasse alguns desses documentos por terem sido enviados fora do prazo, mas sem especificar a que documentos se referia. A esse respeito, este Tribunal considera que não cabe admitir os documentos apresentados pelo Estado em suas alegações finais escritas caso não tenham sido apresentados no momento processual oportuno.<sup>42</sup>

41. Quanto aos anexos apresentados pelos representantes, juntamente com as observações sobre a exceção preliminar, o Tribunal observa que no escrito de petições e argumentos os representantes informaram que “o Povo [Sarayaku] esta[va] levando a cabo um processo de censo, [e que] este [...] [seria] apresentado à [...] Corte tão logo estivesse disponível”. Por conseguinte, a Corte considera admissível o referido estudo, no

---

<sup>39</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*, par. 146; e *Caso Pacheco Teruel e outros Vs. Honduras*, par. 12.

<sup>40</sup> Cf. *Caso Escué Zapata Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 4 de julho de 2007. Série C Nº 165, par. 26; e *Caso González Medina e familiares Vs. República Dominicana. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 27 de fevereiro de 2012. Série C Nº 240, par. 68.

<sup>41</sup> Cf. “Estudo de Povoamento Tradicional, Populacional e de Mobilidade do Povo Originário Kichwa de Sarayaku”, de 2011 (expediente de prova, tomo 18, folhas 9.932 a 9.988).

<sup>42</sup> Os anexos do escrito de alegações finais do Estado que não serão considerados por serem extemporâneos são os anexos 1 a 5, 13 a 17, 28, 32 e 39 a 45.

entendimento de que ainda não estava disponível e que, além disso, havia sido citado no escrito de petições e argumentos. Quanto aos demais anexos apresentados pelos representantes, junto às observações sobre a exceção preliminar, a Corte unicamente admitirá os documentos que sustentem fatos supervenientes.

42. Por outro lado, os representantes enviaram, com suas alegações finais escritas, comprovantes de despesas de litígio relacionadas com o presente caso. O Tribunal só considerará os documentos que se refiram às solicitações de custas e gastos em que os representantes alegaram ter incorrido durante o procedimento perante esta Corte, posteriormente à data de apresentação do escrito de petições e argumentos.

### **C. Admissibilidade dos depoimentos de supostas vítimas e da prova testemunhal e pericial**

43. A Corte considera pertinente admitir os depoimentos e pareceres apresentados pelas supostas vítimas e peritos em audiência pública e mediante declarações juramentadas, na medida em que se ajustem ao objeto definido pelo Presidente na Resolução que ordenou recebê-los (par. 11 *supra*), e ao objeto do presente caso, os quais serão avaliados no capítulo pertinente, em conjunto com os demais elementos do acervo probatório.<sup>43</sup> De acordo com a jurisprudência deste Tribunal, os depoimentos apresentados pelas supostas vítimas não podem ser avaliados isoladamente, mas apenas dentro do conjunto das provas do processo, já que são úteis por poderem proporcionar mais informação sobre as supostas violações e suas consequências.<sup>44</sup> Serão avaliados no capítulo pertinente, em conjunto com os demais elementos do acervo probatório e levando em conta as observações formuladas pelas partes.<sup>45</sup>

44. O Estado enviou, juntamente com a lista definitiva de depoentes, um documento intitulado "Relatório Antropológico Protocolizado", assinado pelo senhor Borris Aguirre Palma, originalmente apontado como perito pelo Estado em sua contestação. Ao enviá-lo, o Estado declarou que o fazia "sobre o objeto aprovado pela Corte". Segundo consta da Resolução do Presidente, de 17 de junho de 2011, essa perícia não havia sido solicitada nem pela Corte, nem por seu Presidente. O referido documento, assinado pelo senhor Aguirre Palma e enviado pelo Estado como perícia, não foi apresentado como prova documental no momento processual oportuno, nem pode ser considerado perícia, porque não foi pedido pelo Tribunal, ou por seu Presidente, nem foi elaborado de acordo com as disposições constantes dos artigos 41.1.b, 46 e 50 do Regulamento em matéria de oferecimento, citação e comparecimento de depoentes. Por conseguinte, esse documento não é aceito.

45. Esta Corte também faz constar que não foi enviado o depoimento do senhor Rodrigo Braganza, apresentado pelo Estado como testemunha e solicitado no ponto resolutivo primeiro da Resolução do Presidente de 17 de junho de 2011. O Estado credenciou o senhor Braganza como parte da delegação que o representaria na audiência,<sup>46</sup> o que foi objetado pelos representantes durante a reunião que antecedeu a referida audiência, por considerar que havia sido convocado como testemunha. O senhor Braganza participou, como parte da delegação credenciada pelo Estado, da apresentação das alegações finais orais do Estado durante a audiência pública, referindo-se à questão do pentolite enterrado no território do

<sup>43</sup> Cf. *Caso Loayza Tamaio Vs. Peru. Mérito*. Sentença de 17 de setembro de 1997. Série C Nº 33, par. 43; e *Caso Pacheco Teruel Vs. Honduras*, par. 13.

<sup>44</sup> Cf. *Caso Loayza Tamaio Vs. Peru. Mérito*, par. 43; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 13.

<sup>45</sup> Cf. *Caso Loayza Tamaio Vs. Peru. Mérito*, par. 43; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 13.

<sup>46</sup> O Estado solicitou seu credenciamento mediante escrito de 5 de julho de 2011.

Povo Sarayaku. Os representantes declararam, em suas alegações finais, que esse aspecto não deveria ser considerado pela Corte. Portanto, ao ter sido apresentado como parte da delegação do Estado, a Corte considera que as declarações do senhor Braganza não constituem elementos de prova propriamente ditos, mas alegações de parte.

46. No que se refere ao depoimento em audiência do senhor Oscar Troya, testemunha apresentada pelo Estado, o Tribunal salienta que, ao responder a uma pergunta dos representantes, durante seu depoimento na audiência, o mesmo senhor Troya confirmou que havia estado presente na sala de audiência enquanto foram colhidos os depoimentos das supostas vítimas, testemunhas e peritos. Cabe às partes comunicar às testemunhas, por elas oferecidas, as regras de comparecimento perante a Corte. A Corte considera que essa conduta, além de afetar o princípio de equilíbrio processual entre as partes no procedimento, contraria o disposto no artigo 51.6, do Regulamento da Corte. Por conseguinte, a Corte não admite o depoimento do senhor Oscar Troya.

#### **D. Avaliação do expediente de medidas provisórias**

47. Em sua demanda, na seção "avaliação da prova" do capítulo "fundamentos do fato", a Comissão Interamericana levou em conta que nela havia tramitado o expediente sobre medidas cautelares e que se encontravam em tramitação as medidas provisórias ordenadas pela Corte. Em seguida, considerou que o Estado, "como parte em ambos os procedimentos, teve a oportunidade de questionar e objetar as provas apresentadas pelos petionários e que, portanto, existe um equilíbrio processual entre as partes", razão pela qual incorporou ao acervo probatório "as provas apresentadas pelas partes no procedimento de medidas cautelares e provisórias". Por sua vez, os representantes fizeram várias referências em suas petições e argumentos às medidas provisórias, ou a documentos apresentados em seu âmbito. Por outro lado, o Estado alegou, em sua contestação, que os relatórios que enviou, referentes às medidas provisórias, "devem ser avaliados pela Corte Interamericana como prova a favor do Estado".

48. Esta Corte recorda que o objeto do procedimento de medidas provisórias, de natureza incidental, cautelar e tutelar, é diferente do de um caso contencioso, tanto nos aspectos processuais como de avaliação da prova e alcance das decisões.<sup>47</sup> Não obstante isso, diferentemente de outros casos,<sup>48</sup> as supostas vítimas do presente caso foram também beneficiárias dessas medidas de proteção, ou seja, o grupo concreto ou potencial dos beneficiários é idêntico ao grupo de pessoas constituído pelas supostas vítimas. Além disso, o objeto das medidas provisórias coincide com muitos dos aspectos do mérito da controvérsia. Desse modo, os escritos e a documentação apresentados no procedimento de medidas provisórias serão considerados parte do acervo probatório do presente caso, conforme tenham sido oportuna, específica e devidamente mencionados ou identificados pelas partes em relação a suas alegações.

#### **E. Avaliação da diligência de visita ao território Sarayaku**

49. Com relação à diligência *in loco* (pars. 18 a 21 *supra*), destinada a obter informação adicional sobre a situação das supostas vítimas e lugares em que teriam ocorrido alguns dos

---

<sup>47</sup> Cf. *Caso Perozo e outros Vs. Venezuela. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C Nº 195, par. 69; e *Caso Fernández Ortega e outros Vs. México. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 30 de agosto de 2010. Série C Nº 215, par. 70.

<sup>48</sup> Cf. *Caso Ríos e outros Vs. Venezuela. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 29 de janeiro de 2009. Série C Nº 194, par. 58; e *Caso Perozo e outros*, par. 69. Ver também *Caso Torres Millacura e outros Vs. Argentina*, par. 55; e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 6.

fatos alegados no presente caso, a informação recebida será avaliada considerando as circunstâncias específicas em que esses fatos ocorreram. Desse modo, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal, os depoimentos prestados pelas pessoas que foram ouvidas não podem ser avaliados isoladamente, mas somente dentro do conjunto de provas do processo, já que são úteis na medida em que podem proporcionar mais informações sobre as alegadas violações e suas consequências.<sup>49</sup>

50. No que diz respeito à informação recebida em Jatun Molino, a Corte a considerou informação contextual, mas não fará afirmação alguma a respeito dessa comunidade (par. 20 *supra*).

## VII FATOS

### A. O Povo Indígena Kichwa de Sarayaku<sup>50</sup>

51. A nacionalidade Kichwa<sup>51</sup> da Amazônia equatoriana compreende dois povos que compartilham a mesma tradição linguística e cultural: o Povo Napo-Kichwa e o Povo Kichwa de Pastaza. A autodefinição dos Kichwa da província de Pastaza como *Runas* (pessoas ou seres humanos) marca sua vinculação e pertencimento ao mesmo espaço identitário intraétnico dos demais povos indígenas no Kichwa.<sup>52</sup> Segundo o Conselho de Desenvolvimento de Nacionalidades e Povos do Equador ("CODENPE"),<sup>53</sup> os Kichwa da Amazônia organizaram-se em diferentes federações. O Povo Kichwa, de Sarayaku e outros grupos falantes de kichwa, da província de Pastaza, fazem parte do grupo cultural dos Canelos-Kichwa, os quais são parte de uma cultura emergente, surgida de uma mescla dos habitantes originais da zona norte do Bobonaza.<sup>54</sup>

52. O Povo Kichwa de Sarayaku está localizado na região do Equador Amazônico, na área da mata tropical, na província de Pastaza, em diferentes pontos e nas margens do rio Bobonaza. Seu território situa-se 400 metros acima do nível do mar, a 65 km da cidade de El Puyo. É um dos assentamentos Kichwas, da Amazônia, de maior concentração populacional e extensão territorial e, segundo o censo do Povo, compõe-se de cerca de 1.200 habitantes. O entorno territorial do povoado de Sarayaku é um dos que oferecem maior biodiversidade no mundo, e é formado por cinco centros povoados: Sarayaku Centro, Cali Cali, Sarayakillo, Shiwacocha e Chontayacu. Esses centros não constituem comunidades independentes, mas estão vinculados ao povoado de Sarayaku e, em cada um deles, há grupos de famílias estendidas ou *ayllus*, que, por sua vez, estão divididos em *huasi*, que são

<sup>49</sup> Cf. *Caso Loayza Tamaio Vs. Peru. Mérito*, par. 43; e *Caso Atala Riffo e crianças Vs. Chile*, par. 25.

<sup>50</sup> A maior parte dos fatos desta seção não foi questionada e decorre, principalmente, de um relatório antropológico-jurídico da FLACSO sobre os impactos sociais e culturais da presença da companhia CGC em Sarayaku, de maio de 2005. FLACSO, *Sarayaku: el Pueblo del Cénit*, 1ª Edição, CDES-FLACSO, Quito, 2005 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.224 e ss.). Além disso, cita-se outra prova relevante, conforme seja necessário.

<sup>51</sup> O artigo 83, da Constituição, estabelece que os povos indígenas autodefinem-se como nacionalidades de raízes ancestrais. Cf. Constituição Política da República do Equador (expediente de prova, tomo 8, folha 4.079).

<sup>52</sup> Cf. Conselho de Desenvolvimento de Nacionalidades e Povos do Equador (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.169 e ss.); e Ministério da Educação e Cultura do Equador, "Nacionalidade Kichwa da Amazônia" (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.190 e ss.).

<sup>53</sup> O Conselho de Desenvolvimento de Nacionalidades e Povos do Equador, CODENPE, foi criado mediante o Decreto Executivo nº 386, publicado no Registro Oficial nº 86, de 11 de dezembro de 1998.

<sup>54</sup> Cf. Conselho de Desenvolvimento de Nacionalidades e Povos do Equador, folhas 4.169 e ss.

os lares formados por um casal e seus descendentes. Isso pôde ser observado parcialmente pela delegação da Corte em sua visita.

53. O território onde está localizado o povoado de Sarayaku é de difícil acesso. O deslocamento entre Puyo – a cidade mais próxima – e Sarayaku, dependendo das condições climáticas, demora entre dois e três dias, por via fluvial, pelo rio Bobonaza, e aproximadamente oito dias por via terrestre. Para entrar no território Sarayaku, seja por rio, ou por terra, deve-se necessariamente passar pela paróquia Canelos. Sarayaku também dispõe de um espaço para aterrissagem de aviões pequenos, embora a utilização desse meio de transporte seja cara.

54. Os Sarayaku sobrevivem da agricultura familiar coletiva, da caça, da pesca e da colheita em seu território, de acordo com as tradições e costumes ancestrais. Uma média de 90% de suas necessidades alimentares é atendida com produtos provenientes de sua própria terra, e os 10% restantes com bens que vêm de fora da comunidade.

55. No que concerne à organização política, desde 1979, Sarayaku tem um estatuto inscrito no Ministério de Bem-Estar Social, que incorpora autoridades como Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Conselheiros. A partir de 2004, Sarayaku foi reconhecido como Povo Originário Kichwa de Sarayaku. Atualmente, as decisões sobre temas importantes, ou de especial importância para o Povo, são tomadas na tradicional Assembleia Comunitária,<sup>55</sup> denominada *Tayja Saruta-Sarayacu*,<sup>56</sup> que também constitui a máxima instância de tomada de decisões. Além disso, organiza-se sob um Conselho de Governo, integrado por líderes tradicionais de cada comunidade (*kurakas* ou *varayuks*), autoridades comunitárias, ex-dirigentes, idosos, sábios tradicionais (*yachaks*) e grupos de assessores técnicos da comunidade. Esse conselho detém capacidade de decisão em certos tipos de conflito interno e externo, mas sua tarefa principal é servir de interlocutor com os atores externos a Sarayaku, com base nas decisões tomadas em assembleia.

56. A organização do Povo Kichwa de Sarayaku faz parte da Coordenação Kichwa de Pastaza. É parte também da Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE) e da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE).

57. De acordo com a cosmovisão do Povo Sarayaku, o território está ligado a um conjunto de significados: a selva é viva e os elementos da natureza têm espíritos (*Supay*)<sup>57</sup> que se conectam entre si e cuja presença sacraliza os lugares.<sup>58</sup> Unicamente os *Yachaks* podem ter acesso a certos espaços sagrados e interagir com seus habitantes.<sup>59</sup>

---

<sup>55</sup> A organização política do Povo Kichwa de Sarayaku foi reconhecida pelo Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento de Nacionalidades e Povos do Equador (CODENPE) mediante o Acordo nº 24, de 10 de junho de 2004. Ver relatório antropológico-jurídico, da FLACSO, folhas 4.226 e 4.227.

<sup>56</sup> As assembleias são convocadas para a eleição de autoridades, apresentação dos resultados de suas gestões e tomada de decisões que dizem respeito a todo o povoado e, para resolver certos tipos de conflito interno. É importante salientar que os conflitos internos são administrados por várias instâncias prévias antes de chegar à Assembleia. Somente os de muita gravidade chegam a essa instância. Esses conflitos são de dois tipos: a morte de um membro da associação e o descumprimento das disposições da Assembleia. Ver relatório antropológico-jurídico, da FLACSO (expediente de prova, folha 4.273).

<sup>57</sup> Cf. Declaração juramentada de José María Gualinga Montalvo de 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folhas 10.014 e ss.).

<sup>58</sup> Cf. Depoimento de Sabino Gualinga e peritagem de Rodrigo Villalba perante a Corte durante a audiência pública realizadas em 6 e 7 de julho de 2011.

<sup>59</sup> Cf. Depoimentos prestados por Sabino Gualinga e Rodrigo Villalba perante a Corte durante a audiência pública realizada em 6 e 7 de julho de 2011.

## **B. As explorações de petróleo no Equador**

58. O Estado intensificou o desenvolvimento da atividade hidrocarborífera, como ele próprio salientou, a partir da década de 1960, concentrando seu interesse na Região Amazônica do Equador. O Estado declarou, a esse respeito, que, em 1969, descobriram-se as primeiras reservas de petróleo cru leve na região nordeste e, três anos mais tarde, começaram as exportações, com o que a região "assumiu grande importância geopolítica e econômica, transformando-se de 'mito' a espaço estratégico nacional". De acordo com o que ressaltaram as partes, durante os anos 1970, o Equador viveu um crescimento acelerado da economia nacional, um aumento vertiginoso das exportações<sup>60</sup> e um forte processo de modernização da infraestrutura das principais cidades.

59. Conforme havia ressaltado o Estado, nesse momento histórico singular foram adotadas medidas destinadas ao controle absoluto do recurso petrolífero de uma perspectiva nacionalista e em conformidade com a filosofia da "segurança nacional", concepção econômico-política segundo a qual o setor petrolífero era definido como área estratégica. Naquela época "as variáveis ambiental[is], étnica[s] e cultura[is] não eram motivo de discussão política". Conforme destacaram os representantes, a extração de petróleo teria provocado um custo ambiental de grandes proporções que significaria, inclusive, derramamento de grandes quantidades de petróleo cru, contaminação das fontes hídricas por resíduos da produção de hidrocarboneto e queimas ao ar livre de grandes quantidades de gás natural. Além disso, essa contaminação do meio ambiente teria provocado riscos para a saúde das populações das zonas petrolíferas do leste equatoriano.<sup>61</sup>

60. Atualmente, o Equador ocupa o quinto lugar como produtor de petróleo e o quarto como exportador, entre os países da América Latina. De acordo com cifras do Ministério de Energia e Minas do Equador, em 2005, as vendas de petróleo cru geraram, aproximadamente, um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) do país, e as receitas de petróleo eram responsáveis por cerca de 40% do orçamento nacional.<sup>62</sup>

## **C. Adjudicação de territórios ao Povo Kichwa de Sarayaku e às comunidades do rio Bobonaza em maio de 1992**

61. Em 12 de maio de 1992, o Estado adjudicou, por intermédio do Instituto de Reforma Agrária e Colonização (IERAC), na província de Pastaza e de forma indivisa, uma área singularizada no título que se denominou Bloco 9, correspondente a uma superfície de 222.094 ha.,<sup>63</sup> ou 264.625 ha.,<sup>64</sup> a favor das comunidades do rio Bobonaza,<sup>65</sup> entre as quais

<sup>60</sup> Cf. Alberto Acosta, "Preparémonos para lo que se avecina. En el Oriente es un Mito", 1ª Edição, Abda Yala/CEP, Quito, 2003 (expediente de prova, tomo 1, folha 392).

<sup>61</sup> Cf. Miguel San Sebastian e Anna-Karin Hurtig, "Oil exploitation in the Amazon basin of Ecuador: a public health emergency" (2004) 15: 3 Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.326 e ss.). Por exemplo, um estudo de 2003, elaborado pela FLACSO e pela PETROECUADOR, mostra a realização de três pesquisas sobre os efeitos das explorações e extrações de petróleo no Equador. Segundo o estudo, os maiores impactos socioambientais provocados pelas atividades petrolíferas no Equador decorrem da chamada "era Texaco" (1967-1992). Aída Arteaga, "Indicadores de gestión e Impactos de la actividad petrolera en la Región Amazónica Ecuatoriana", em *Petróleo y desarrollo sostenible en Ecuador*, 1ª Edição, FLACSO- PETROECUADOR, Quito, 2003 (expediente de prova, tomo 11, folha 6.904).

<sup>62</sup> Cf. Empresa petrolífera do Equador (PETROECUADOR), *Relatório Estatístico 1972-2006*, de 2006 (expediente de prova, tomo 8, folha 4.354).

<sup>63</sup> Cf. Certificação notarial, de 26 de maio de 1992, do registro da adjudicação de 12 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo 14, folhas 8.621 a 8.623).

<sup>64</sup> Cf. Expediente de prova, tomo 14, folha 8.631. Segundo o Estado, em 11 de maio de 2005, "encaminha-se para escritura pública a minuta de Hipoteca Aberta sobre o imóvel concedido às comunidades do rio Bobonaza mediante adjudicação realizada pelo IERAC, em [12] de maio de 1992, e registrada em 26 do mesmo mês e ano,

se encontra o Povo Kichwa de Sarayaku.<sup>66</sup> Dentro desse Bloco 9, o território Sarayaku consiste em 135.000 ha. Com efeito, em 10 de junho de 2004, o Secretário Executivo do CEDENPE (instituição estatal vinculada à Presidência da República com competência em temas indígenas) registrou o Estatuto do Povo Originário Kichwa de Sarayaku (Acordo nº 24), cujo artigo 47.b) estabelece “[o] território do Povo Kichwa de Sarayaku e seus recursos naturais compreendidos n[a] superfície do Bloco 9, coabitado pelo Povo Kichwa de Boberas, dos quais corresponde aos Sarayaku, aproximada e tradicionalmente, 135.000 hectares, bem como os bens a que se fazem referência nos artigos 45 e 46 deste Estatuto, [f]icando registrado que essas dimensões territoriais poderão ser aumentadas no futuro”.<sup>67</sup>

62. Do mesmo modo, em conformidade com o título, a adjudicação realizou-se de acordo com as seguintes disposições:

a) A presente adjudicação inspira-se no triplo propósito de proteger os ecossistemas da Amazônia equatoriana, melhorar as condições de vida dos membros das comunidades indígenas e preservar a integridade de sua cultura[;]

b) esta adjudicação não afeta, de modo algum, as adjudicações anteriormente feitas a pessoas ou instituições, cuja validade ratifica-se por este ato, nem os assentamentos e possessões dos colonos estabelecidos anteriormente a esta data, nem o livre trânsito, pelas vias aquáticas e terrestres existentes, ou que se construam no futuro, de acordo com a legislação nacional[;]

c) esta adjudicação não limita a faculdade do Estado de construir vias de comunicação, portos, aeroportos e demais obras de infraestrutura, necessárias para o desenvolvimento econômico e a segurança do país[;]

d) o Governo Nacional, suas instituições e a força pública terão livre acesso às zonas adjudicadas para o cumprimento das ações previstas na Constituição e nas leis da República[;]

e) os recursos naturais do subsolo pertencem ao Estado, e este poderá extraí-los sem interferências, em conformidade com as normas de proteção ecológica[;]

f) o Governo Nacional, a fim de proteger a integridade social, cultural, econômica e ambiental das comunidades adjudicatárias, terá os planos e programas que, para esse efeito, serão elaborados pelas respectivas comunidades indígenas e submetidos à consideração do Governo[; e]

---

correspondente à superfície de duzentos e setenta e quatro mil seiscientos e vinte e cinco hectares. Essa escritura foi firmada entre a organização ‘Tayac Apu del territotio Ade la Nacion Originaria del Pueblo Kichwa de Sarayaku (Tayjasaruta)’ e o *Instituto para el Ecodesarrollo de la Región Amazónica* (ECORAE), com o objetivo de garantir a execução do projeto denominado Ampliação da Pista Aérea da Comunidade de Saraya[k]u”.

<sup>65</sup> Cf. Segundo o Estado, entre as comunidades do rio Boboneza, encontram-se: Sarayacu, Sarayaquillo, Cali Cali, Shigua Cucha, Chintayacu, Niwa Cucha, Palanda, Teresa Mama, Ramizuma, Tahuay Nambi, Palizada, Mimo, Tishin, Mangaurco, Hoberas, Santo Tomas, Puca Urcu, Liz Pungo, Yanda Playa, Chiyun, Playa, Shawindia, Upa, Lulun, Huagra, Cucha, Tuntun Lan, Llanchamacocha, Alto Corrientes, Papaya, Cabahuari e Masaranu.

<sup>66</sup> Cf. Registro da Propriedade de Puyo, Pastaza. Adjudicação de terras a favor das comunidades do rio Bobonaza, Puyo, 26 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo 14, folhas 8.616 e ss.; expediente de prova, tomo 8, folhas 4.374 e ss., e tomo 10, folhas 6.005 e ss.).

<sup>67</sup> Cf. O artigo 3 desse Acordo dispõe que “O Conselho de Governo do Povo Originário Kichwa de Sarayaku, e que consta deste registro, terá todos os direitos, garantias e atribuições estabelecidos na Constituição Política da República do Equador para os povos indígenas autodefinidos como nacionalidades de raízes ancestrais. Além disso, “Artigo 48. DO TERRITÓRIO: a) Os limites do Povo Kichwa de Sarayaku são os que constam da providência de adjudicação, expedida pelo Instituto Equatoriano de Reforma Agrária (IERAC), em 12 de maio de 1992, e registrada em 26 do mesmo mês e ano, e da providência de retificação, de 23 de julho de 1992, registrada em 21 de agosto do mesmo ano; outorgada pelo Instituto Equatoriano de Reforma Agrária, sem prejuízo do território compreendido nos limites históricos tradicionais existentes, bem como toda a extensão que se possa agregar no futuro”. Este documento consta do expediente perante a Corte, já que foi incorporado junto com a Autoavaliação Comunitária dos Impactos Sofridos pelo Povo Kichwa de Sarayaku, em virtude da Entrada da Petroleira CGC em seu Território (anexo 3, de 21 de janeiro de 2008, apresentado pelos representantes dos beneficiários das medidas provisórias, expediente de medidas provisórias no assunto *Povo Indígena de Sarayaku* (Equador), tomo 6, folha 1.464). Ver também FLACSO. *Sarayaku: el Pueblo del Cénit*, folha 16 (expediente de prova, tomo 11, folha 6.626).

g) a comunidade adjudicatária submeter-se-á às normas de manejo e cuidado da área adjudicada, e fica, expressamente, proibida sua venda ou transferência, total ou parcial”.<sup>68</sup>

#### ***D. Contrato de participação com a empresa CGC para exploração de hidrocarbonetos e extração de petróleo cru no Bloco 23 da Região Amazônica***

63. Em 26 de junho de 1995, a Comissão Especial de Licitação (“CEL”) convocou a oitava rodada de licitação internacional para a exploração e extração de hidrocarbonetos, no território nacional equatoriano, na qual se incluiu o chamado “Bloco 23” da Região Amazônica da província de Pastaza.<sup>69</sup> Segundo o Estado, o Bloco 23 encontrava-se localizado na província de Pastaza, a aproximadamente 40 km da cidade de Puyo, nadireção leste, e a base de operações da Companhia CGC estabeleceu-se em Chonta, tomando como pontos de apoio os setores de Pacayacu, Shimi, Jatun Molino e KunKuk.

64. Em 26 de julho de 1996, foi assinado perante o Terceiro Cartório de San Francisco de Quito, um contrato de participação para a exploração de hidrocarbonetos e extração de petróleo cru, no Bloco 23 da Região Amazônica (doravante denominado “contrato de exploração e extração de petróleo” ou “contrato com a CGC”), entre a Empresa Estatal de Petróleo do Equador (PETROECUADOR) e o consórcio integrado pela Companhia Geral de Combustíveis S.A. (CGC) (doravante denominada “CGC” ou “companhia CGC” ou “empresa CGC”) e a Petrolífera Argentina San Jorge S.A.<sup>70</sup>

65. O espaço territorial cedido para essa finalidade no contrato com a CGC compreendia uma superfície de 200.000 ha., onde vivem várias associações, comunidades e povos indígenas: Sarayaku, Jatun Molino, Pacayaku, Canelos, Shaimi e Uyuimi. Das populações indígenas mencionadas, Sarayaku é a maior em termos de população e extensão territorial, pois seu território ancestral e legal abrange aproximadamente 65% dos territórios compreendidos no Bloco 23.

66. De acordo com as disposições do contrato celebrado entre a empresa estatal PETROECUADOR e a companhia CGC, a fase de exploração sísmica teria uma duração de quatro anos – com possibilidades de prorrogação por até dois anos – a partir da data efetiva do contrato, isto é, quando o Ministério de Energia e Minas aprovasse o Estudo de Impacto Ambiental. Além disso, ficou estipulado que a fase de extração teria uma duração de 20 anos, com possibilidade de prorrogação.

67. No âmbito das obrigações da contratada, estabeleciam-se, entre outras, a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (doravante denominado “EIA”) e a realização de todos os esforços para preservar o equilíbrio ecológico existente na área de exploração do bloco adjudicado. Dispôs-se que as relações com o Povo Sarayaku estariam a cargo da Subsecretaria de Proteção Ambiental, do Ministério de Energia e Minas, por intermédio do Departamento Nacional de Proteção Ambiental. Também foi incluída no contrato a obrigação de obter de terceiros qualquer permissão ou direito de passagem ou servidão que se fizesse necessário para chegar à área do contrato, ou nela deslocar-se para o desenvolvimento de suas atividades.

---

<sup>68</sup> Cf. Registro da Propriedade de Puyo, Pastaza. Adjudicação de terras a favor das comunidades do rio Bobonaza, Puyo, 26 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.374 e ss.; tomo 10, folhas 6.005 e ss.; e tomo 14, folhas 8.616 e ss.).

<sup>69</sup> Cf. Contrato de participação para a exploração de hidrocarboneto e extração de petróleo cru, no Bloco 23 da Região Amazônica, entre a Empresa Estatal de Petróleo do Equador, PETROECUADOR, e a Companhia Geral de Combustíveis S.A., de 26 de julho de 1996, cláusula segunda (2.1) (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.381 e ss.; expediente de prova, tomo 10, folhas 5.928 e ss.).

<sup>70</sup> Cf. Contrato de participação entre a PETROECUADOR e a CGC.



68. Nos seis primeiros meses caberia à contratada apresentar um Estudo de Impacto Ambiental para a fase de exploração, bem como um Plano de Manejo Ambiental para o período de extração. O EIA deveria conter, entre outras, uma descrição dos recursos naturais, em especial das matas, flora e fauna silvestre, bem como dos aspectos sociais, econômicos e culturais das populações ou comunidades assentadas na área de influência do contrato.<sup>71</sup>

69. A Companhia CGC, em consórcio com a Petrolífera Argentina San Jorge (em seguida "Chevron-Burlington"), assinou um contrato com a empresa consultora *Walsh Environmental Scientists and Engineer, Inc.* para a realização de um plano de impacto ambiental para a prospecção sísmica, exigido no contrato de participação. O plano foi elaborado em maio de 1997<sup>72</sup> e, em 26 de agosto seguinte, aprovado pelo Ministério de Energia e Minas<sup>73</sup> (MEM). No EIA expõe-se, entre outros aspectos, que: "[é] necessário especificar que, com exceção de uma área onde nos negaram acesso, a maioria das regiões fisiográficas e tipos de mata identificados com as imagens de satélite foram percorridos durante a visita de campo".<sup>74</sup> Segundo informação do Ministério de Energia e Minas, o estudo de impacto ambiental não chegou a ser executado, ou seja, na prática não foi implementado.<sup>75</sup>

70. Em 15 de maio de 1998, o Equador ratificou a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, da Organização Internacional do Trabalho – OIT (doravante denominada "Convenção nº 169 da OIT"). Essa Convenção entrou em vigor para o Equador em 15 de maio de 1999.

71. Além disso, em 5 de junho de 1998, o Equador aprovou sua Constituição Política de 1998, na qual são reconhecidos os direitos coletivos dos povos indígenas e afro-equatorianos.<sup>76</sup>

72. Segundo informou o Estado, mediante o Acordo Ministerial nº 197, publicado no registro oficial nº 176, de 23 de abril de 1999, foram suspensas as atividades de prospecção no Bloco 23, uma vez que "as atividades que [a CGC] desempenhava e[ram] afetadas pelas ações das organizações indígenas contra os trabalhadores e de destruição do acampamento". Essa suspensão ocorreu para que se continuasse a desenvolver os programas de relações comunitárias, a fim de conseguir solucionar os problemas suscitados,<sup>77</sup> e foi prorrogada em várias oportunidades até setembro de 2002.<sup>78</sup>

---

<sup>71</sup> Cf. Cláusula 5.1.21.6 do Contrato de Participação entre a PETROECUADOR e a CGC.

<sup>72</sup> Cf. Estudo de Impacto Ambiental para as Atividades de Prospecção Sísmica, Bloco 23, Equador: Relatório Final, de maio de 1997 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.463 e ss.; expediente de prova, tomo 10, folhas 6.021 e ss.).

<sup>73</sup> Cf. Ofício nº 155 do Ministério de Energia e Minas (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.797 e ss.); e Relatório do Ministério de Energia e Minas sobre as atividades realizadas no Bloco 23 (expediente de prova, tomo 8, folha 4.778).

<sup>74</sup> Cf. Estudo de Impacto Ambiental para as Atividades de Prospecção Sísmica, Bloco 23.

<sup>75</sup> Cf. Ofício nº 155 do Ministério de Energia e Minas e Relatório do Ministério de Energia e Minas sobre as atividades realizadas no Bloco 23.

<sup>76</sup> Cf. Constituição do Equador, Capítulo 5, Dos direitos coletivos, Seção primeira, Dos povos indígenas e negros ou afro-equatorianos, artigos 83 a 85 (expediente de prova, tomo 8, folha 4.079). Na Constituição de 1998 figuravam disposições que resguardavam os direitos das populações indígenas de ser consultadas sobre planos e programas de prospecção e extração de recursos não renováveis que se encontrem em suas terras e que possam afetá-las ambiental ou culturalmente, e a participar dos benefícios que esses projetos tragam, na medida do possível, e receber indenizações pelos prejuízos socioambientais que lhes causem (artigo 84.5).

<sup>77</sup> Cf. Acordo Ministerial nº 197, Publicado no Registro Oficial nº 176 (expediente de prova, tomo 14, folhas 8.653 e 8.654).

### **E. Fatos anteriores à fase de prospecção sísmica e incursões no território do Povo Sarayaku**

73. Alegou-se, sem que tenha sido questionado pelo Estado, que em várias ocasiões a empresa petrolífera CGC tentou negociar a entrada no território do Povo Sarayaku e conseguir o consentimento desse Povo para a exploração petrolífera, inclusive mediante ações como as seguintes: a) relacionamento direto com os membros das comunidades, ignorando o nível da organização indígena; b) oferecimento de uma caravana para atendimento médico a várias comunidades que compõem Sarayaku, na qual, para serem atendidas, as pessoas tinham de assinar uma lista que, posteriormente, teria sido utilizada como carta de apoio dirigida à CGC, autorizando-a a continuar seus trabalhos;<sup>79</sup> c) pagamento de salários a pessoas particulares das comunidades para que recrutassem outras pessoas a fim de avaliar a atividade de prospecção sísmica; d) oferecimento de presentes e favores pessoais; e) formação de grupos de apoio à atividade petrolífera;<sup>80</sup> e f) oferecimento de dinheiro, de forma individual ou coletiva.<sup>81</sup>

74. Os representantes também alegaram que, em maio de 2000, o procurador da CGC visitou Sarayaku e ofereceu US\$60.000,00 para obras de desenvolvimento, e 500 postos de trabalho para os homens da Comunidade. O Estado não questionou a alegação. Em 25 de junho de 2000, foi realizada uma Assembleia Geral dos Sarayaku, na qual, com a presença do procurador da CGC, decidiu-se recusar a oferta da empresa.<sup>82</sup> Por sua vez, as comunidades vizinhas de Pakayaku, Shaimi, Jatún Molino e Canelos assinaram convênios com a CGC.<sup>83</sup>

75. Com relação ao exposto, os representantes alegaram que, ante a negativa dos Sarayaku de aceitar a atividade petrolífera da CGC, a empresa contratou, em 2001, a Daymi Service S.A., uma equipe de sociólogos e antropólogos dedicados a programar relações comunitárias. Segundo membros dos Sarayaku, sua estratégia consistiu em dividir as

---

<sup>78</sup> Cf. Na Resolução nº 028-CAD-2001-01-19 decidiu-se por uma prorrogação da suspensão de abril de 2000 a 9 de abril de 2001 (expediente de prova, tomo 14, folha 8.656); e a Resolução nº 431-CAD-2001-08-03, de agosto do 2001, aceita o pedido de extensão da prorrogação até 26 de setembro de 2002 (expediente de prova, tomo 14, folha 8.658).

<sup>79</sup> Cf. Carta intitulada "Comunidade de Independentes de Sarayaku filial O.P.I.P.", sem data (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.818 e ss.); Lista de assinantes do Povo Chontayacu, firmada em 31 de dezembro de 2002 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.825 e ss.); e Ata da Assembleia Geral do "CAS - TAYJASARUTA", de 7 de janeiro de 2003 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.828 e ss.).

<sup>80</sup> Cf. Escrito de petições e argumentos, tomo 1, folhas 281 e 282. Ver também a declaração juramentada de José María Gualinga Montalvo de 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folhas 10.018 a 10.022).

<sup>81</sup> Cf. Decisão tomada pela Associação Sarayaku-OPIP na reunião mantida com a Companhia CGC em 25 de junho de 2000 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.812 e 4.813); Carta de 13 de abril de 2002, dirigida ao Ministro de Energia e Minas pela Associação Sarayaku (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.815 e 4.816).

<sup>82</sup> Cf. Decisão tomada pela Associação Sarayaku-OPIP na reunião realizada com a Companhia CGC em 25 de junho de 2000 (expediente de prova, tomo 10, folhas 6.109 e 6.110). A Associação Sarayaku e a Organização de Povos Indígenas de Pastaza, OPIP, tomaram as seguintes decisões: "Os Sarayaku ratificam sua decisão de não aceitar nenhuma companhia petrolífera, seja a CGC, seja outras companhias: petroleiras, mineradoras e madeireiras; a partir dessa resolução, decidem não manter mais diálogo, ou negociação, com a CGC; decidem não aceitar os USD\$60.000,00 do convênio Conselho Provincial e Companhia CGC porque esse dinheiro geraria conflitos intercomunitários de graves consequências; os Sarayaku não aceitarão mais reuniões convocadas pela companhia CGC com outras comunidades do bloco; de acordo com essas resoluções, solicita-se a anulação, definitiva, do contrato entre a CGC e o Estado equatoriano, no Bloco 23, e essas resoluções sustentam-se nos direitos coletivos reconhecidos na constituição equatoriana; na Convenção nº 169 da OIT; e nas "[de]mais leis e organismos internacionais que amparam os direitos dos povos indígenas".

<sup>83</sup> Cf. Em fevereiro de 2003, a CGC havia destinado USD\$350.000,00 a obras sociais nessas quatro comunidades. Jornal "El Comercio", de 7 de fevereiro de 2003, "*Mediación para el conflicto de Sarayaku*" (expediente de prova, tomo 11, folha 6.541). Ver também a declaração juramentada de José María Gualinga Montalvo, de 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folha 10.018).

comunidades, manipular dirigentes e criar campanhas de calúnia e desprestígio de líderes e organizações. Os representantes alegaram que, como parte dessa estratégia, a empresa criou uma chamada "Comunidade de Independentes de Sarayaku", para chegar a um acordo e justificar sua entrada no território.<sup>84</sup> O Estado não questionou a alegação.

76. Quanto à norma interna do Equador, em 18 de agosto de 2000, foi aprovada a Lei de Promoção do Investimento e Participação Cidadã.<sup>85</sup> Essa lei dispunha, entre outros aspectos, que:

"[a]ntes da execução de planos e programas sobre exploração, ou extração, de hidrocarbonetos que se encontrem em terras destinadas pelo Estado equatoriano a comunidades indígenas, ou povos negros, ou afro-equatorianos, e que possam afetar o meio ambiente, A PETROECUADOR, suas filiais, ou as contratadas, ou associados deverão consultar as etnias ou comunidades. Para essa finalidade, promoverão assembleias, ou audiências públicas, para explicar e expor os planos e objetivos de suas atividades, as condições em que se irão desenvolver, sua duração e os possíveis impactos ambientais diretos, ou indiretos, que possam causar à comunidade ou a seus habitantes. Dos atos, acordos, ou convênios que decorram das consultas a respeito dos planos e programas de exploração e extração, deixar-se-á registro por escrito, mediante ata, ou instrumento público".

77. Por outro lado, em 13 de fevereiro de 2001, foi promulgado o Regulamento Substitutivo do Regulamento Ambiental para as Operações Hidrocarboríferas no Equador (DE 1215).<sup>86</sup> O artigo 9 desse Regulamento estabelece que:

"[p]reviamente ao início de toda licitação petrolífera estatal, o organismo encarregado de executar as licitações petrolíferas aplicará, em coordenação com o Ministério de Energia e Minas e o Ministério do Meio Ambiente, os procedimentos de consulta previstos no regulamento que se expeça para esse efeito.

Antes da execução de planos e programas sobre exploração e extração de hidrocarbonetos, os controladores informarão as comunidades compreendidas na área de influência direta sobre os projetos, e conhecerão suas sugestões e critérios. Dos atos, acordos ou convênios que decorram dessas reuniões de informação, deixar-se-á registro por escrito, mediante instrumento público, que se enviará à Subsecretaria de Proteção Ambiental.

Os convênios serão elaborados em conformidade com os princípios de compensação e indenização pelos possíveis danos ambientais e à propriedade que a execução dos projetos energéticos possam ocasionar à população. Os cálculos de indenização efetuar-se-ão conforme o princípio de tabelas oficiais vigentes.

Quando esses espaços, ou zonas, encontrarem-se dentro do Patrimônio Nacional de Áreas Naturais, serão observadas as disposições do plano de manejo dessa zona, de acordo com a Lei Florestal e de Conservação de Áreas Naturais e Vida Silvestre e seu Regulamento, aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente".

78. Por outro lado, em 30 de julho de 2001, o Ministério da Defesa do Equador assinou um Convênio de Cooperação de Segurança Militar com as empresas petrolíferas que operavam no país, mediante o qual o Estado comprometia-se a "garantir a segurança das instalações petrolíferas, bem como das pessoas que nelas trabalhem".<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> Cf. Escrito de petições e argumentos, tomo 1, folha 283, p. 30. Ver também declaração juramentada de José María Gualinga Montalvo, de 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folha 10.021), edepoimento prestado por Marlon Santi perante a Corte, durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011.

<sup>85</sup> Cf. *Lei de Promoção do Investimento e Participação Cidadã*, Decreto-Lei 2000-1, Registro 144, de 18 de agosto de 2000 (expediente de prova, tomo 11, folha 6.541).

<sup>86</sup> Cf. Decreto Executivo 1.215, Registro Oficial 265, de 13 de fevereiro de 2001.

<sup>87</sup> Cf. Cláusula Segunda do Objeto do Convênio de Cooperação Militar, Convênio de Cooperação de Segurança Militar entre o Ministério da Defesa Nacional e as empresas petrolíferas que operam no Equador, assinado em Quito em 30 de julho de 2001 (expediente de prova, tomo 8, folha 4.365).

79. Em 26 de março de 2002, a companhia CGC apresentou, perante o Ministério, documentação referente à atualização do Plano de Manejo Ambiental e Plano de Monitoramento para as atividades de prospecção sísmica 2D<sup>88</sup> no Bloco 23. Em 17 de abril de 2002, foram solicitados dados antecedentes para determinar se o projeto a ser executado correspondia às mesmas áreas e características do projeto sísmico aprovado em 26 de agosto de 1997, criando um plano operacional para que, à medida que se fosse desenvolvendo o plano de exploração sísmica, se fosse avançando em temas como educação, saúde, projetos produtivos, infraestrutura e apoio comunitário.

80. Em 13 de abril de 2002, a Associação dos Sarayaku enviou uma comunicação ao Ministério de Energia e Minas na qual manifestou sua oposição à entrada das companhias petrolíferas em seu território ancestral.<sup>89</sup>

81. Mediante ofício de 2 de julho de 2002, e considerando que o projeto aprovado em 1997 não havia sido executado por motivo de força maior, “relacionado com as ações das comunidades indígenas”, e que a área correspondente é a mesma estabelecida nesse ano, aprovou-se a atualização do Plano de Manejo Ambiental e Plano de Monitoramento para as atividades de prospecção sísmica 2D no Bloco 23.

82. Em 26 de agosto de 2002, a companhia CGC apresentou ao Ministério de Energia e Minas os seguintes cinco acordos de investimento com comunidades, ou associações indígenas, assinados em 6 de agosto de 2002, perante o Segundo Cartório do Cantão Pastaza: Organização FENAQUIPA, USD\$194.000,00; Organização AIEPRA, comunidade de Jatun Molino e comunidades independentes de Sarayaku, USD\$194.900,00; Federação FENASH-P, USD\$150.000,00; Associação de Centros Indígenas de PACAYAKU, USD\$222.600,00; e Comunidade Achuar de SHAIMI, USD\$50.600,00. Esses acordos baseavam-se em contribuições para projetos produtivos, infraestrutura, capacitação laboral, saúde e educação,<sup>90</sup> e sustentavam-se num plano operacional, na medida em que se desenvolvesse a sísmica em seus territórios.

83. Segundo informou o Estado, em setembro de 2002, a companhia CGC solicitou ao Ministério de Energia e Minas a suspensão da força maior, o que implicava a possibilidade de retomar as atividades de exploração ou extração.

84. Em 13 de novembro de 2002, a companhia CGC apresentou um primeiro relatório de andamento do projeto sísmico 2D, no qual se ressaltava que, até aquela data, se havia avançado 25% nos acordos comunitários e que, como parte da divulgação do plano de gestão ambiental específico, realizara-se uma reunião com os comunicadores sociais da Cidade de Puyo e autoridades da Província.

85. Em 22 de novembro de 2002, o Vice-Presidente e as Conselheiras da Junta Paroquial Rural de Sarayaku apresentaram uma queixa perante a Defensoria Pública. Alegaram que o contrato de prospecção sísmica 2D, a ser executada no Bloco 23, constituía uma violação dos artigos 84.5 e 88 da Constituição Política do Equador, em concordância com o artigo 28.2 da Lei de Gestão Ambiental, e solicitaram: a) que a Empresa CGC respeitasse o território correspondente à jurisdição da Paróquia Sarayaku; b) a imediata saída do pessoal das Forças Armadas que oferecia proteção aos trabalhadores da empresa CGC; e c) o

---

<sup>88</sup> Cf. *Relatório do Ministério de Energia e Minas sobre as atividades desenvolvidas no Bloco 23* (expediente de prova, tomo 8, folha 4.779); Ofício nº 155 do Ministério de Energia e Minas (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.798 e ss.).

<sup>89</sup> Cf. Comunicação da Associação dos Sarayaku ao Ministro de Energia e Minas de 13 de abril de 2002 (expediente de prova, tomo 10, folhas 6.111 e 6.112).

<sup>90</sup> Cf. Relatório de atividades do Bloco 23 CGC. Ofício enviado pela CGC ao senhor Ab. Gustavo Gutiérrez em 24 de dezembro de 2002. Ofício nº 155 DM-DINAPA-CSA-870 0212389 (Anexo 14, tomo 8, folha. 4.797).

cumprimento, por parte das autoridades estatais, dos mencionados artigos. Posteriormente, o senhor Silvio David Malaver, membro do Povo Sarayaku, aderiu à demanda.<sup>91</sup>

86. Em 27 de novembro de 2002, o Defensor Público do Equador emitiu uma “declaração defensorial”, na qual estabeleceu que os membros do Povo Sarayaku encontravam-se sob a proteção de sua autoridade. Também declarou que “[n]enhuma pessoa, ou autoridade, ou funcionário, poderia impedir o livre trânsito, circulação, navegação e intercomunicação dos membros pertencentes aos Saraya[k]u por todas as terras [e] rios pelos quais necessitassem e solicitassem passar, em direito legítimo. Aquele que obstrua, impeça, ou limite, o direito de livre trânsito e circulação [d]os membros dessa comunidade, ou a ele oponha-se, estará sujeito à imposição das penas e sanções que estabelecem as leis do Equador”.<sup>92</sup>

#### **F. Mandado de segurança**

87. Em 28 de novembro de 2002, o Presidente da OPIP, representante das 11 associações do Povo Kichwa de Pastaza, apresentou um mandado de segurança constitucional perante o Primeiro Juiz Civil de Pastaza, contra a empresa CGC e contra a *Daymi Services*, subcontratada daquela. Nesse recurso, alegou que, desde 1999, a CGC havia executado diversas ações destinadas a negociar, de forma isolada e separada, com as comunidades e com os particulares “gerando uma série de situações conflitivas e impasses internos no seio de [suas] organizações, que levaram à deterioração de [sua], até o momento, sólida organização”.<sup>93</sup>

88. Em 29 de novembro de 2002, o Primeiro Juiz Civil de Pastaza admitiu a tramitação do mandado de segurança e ordenou, como medida cautelar, “suspender qualquer ação atual, ou iminente, que afete ou ameace os direitos que são matéria da ação”, bem como a realização de uma audiência pública em 7 de dezembro de 2002.<sup>94</sup>

89. Segundo informou o Estado, mediante providência tomada em 2 de dezembro de 2002, ampliou-se a decisão inicial, “retificando o erro cometido a respeito da data, confirmando a sexta-feira, 6 de dezembro, para a realização da audiência”.

90. A audiência convocada não foi realizada. O Estado afirmou que nenhum representante dos Sarayaku havia comparecido à audiência, enquanto a parte demandada, a petrolífera CGC, sim, compareceu. Os representantes, em seu escrito de contestação da exceção preliminar, salientaram que a audiência não se realizou e que a prova disso é que não existe uma “ata de realização” dessa audiência.

91. Em 12 de dezembro de 2002, a Corte Superior de Justiça do Distrito de Pastaza enviou um ofício ao Primeiro Juiz Civil de Pastaza, mediante o qual “observou irregularidades na tramitação [e declarou que era] preocupante a total falta de agilidade

---

<sup>91</sup> Cf. Defensoria Pública da Província de Pastaza. Resolução de 10 de abril de 2003, Demanda n° 368-2002 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.831 e ss.).

<sup>92</sup> Cf. Defensoria Pública Nacional, “Declaração defensorial”, de 28 de novembro de 2002 (expediente de prova, tomo 8, folha 4.870, e tomo 10, folha 6.032).

<sup>93</sup> Mandado de segurança constitucional apresentado pela Organização dos Povos Indígenas de Pastaza contra a empresa CGC e a empresa *Daymi Services* em 28 de novembro de 2002 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.333 e ss.; e expediente de prova, tomo 10, folhas 6.025 e ss.).

<sup>94</sup> Cf. Decisão do Primeiro Juiz Civil de Pastaza referente ao Mandado Constitucional da OPIP-Sarayaku (Bloco 23), de 29 de novembro de 2002 (expediente de prova, tomo 8, folha 4.872; expediente de prova, tomo 10, folha 6.029).

[...do] recurso, levando em consideração as repercussões de ordem social que seu objetivo implica".<sup>95</sup>

### **G. Fatos relacionados com as atividades de prospecção sísmica ou exploração petrolífera da empresa CGC a partir de dezembro de 2002**

92. O programa de prospecção sísmica, proposto no Bloco 23, compreendia uma extensão de 633.425 km, distribuídos em 17 linhas voltadas principalmente para norte-sul eleste-oeste.<sup>96</sup> Calculou-se, no início, que a campanha sísmica teria uma duração de seis a oito meses, dependendo das condições climáticas. Na área de prospecção, abriram-se trilhas para o assentamento das linhas sísmicas, bem como para acampamentos, zonas de descarga e heliportos.<sup>97</sup>

93. Em 2 de dezembro de 2002, adotou-se o Regulamento de Consulta de Atividades Hidrocarboríferas. O Regulamento dispunha "um procedimento uniforme para o setor hidrocarborífero para a aplicação do direito constitucional de consulta aos povos indígenas".<sup>98</sup>

94. Em 4 de dezembro de 2002, realizou-se uma reunião em Quito com a participação dos Sarayaku, do Governador de Pastaza, da PETROECUADOR, da Subsecretaria de Proteção Ambiental do Ministério de Energia e Minas, da CGC, da OPIP, dos Canelos e da Comissão de Coordenação da CGC do Governo de Pastaza, na qual se exigiu que fossem paralisadas as atividades do Bloco 23. Não se chegou a nenhum acordo.<sup>99</sup>

95. Em 5 de dezembro de 2002, aprovaram-se os pontos de monitoramento ambiental, apresentados pela empresa por se enquadrarem, segundo o Estado, ao disposto no artigo 12, do Regulamento Substitutivo do Regulamento Ambiental para as Operações Hidrocarboríferas no Equador (DE 1.215).<sup>100</sup>

96. Em 12 de dezembro de 2002, firmou-se um Acordo de Intenção entre o Subsecretário do Ministério de Governo e os representantes das organizações indígenas. Esse acordo estabelecia o seguinte:

- a) que se encontre uma saída pacífica para o problema, sem a intervenção da força pública;
- b) que as comunidades permitam a saída imediata dos trabalhadores que se encontram detidos nas Comunidades de Shaimi e Sarayaku, como mostra de boa vontade e abertura para o diálogo;

---

<sup>95</sup> Ofício de 12 de dezembro de 2002 enviado pela Presidência da Corte Superior de Justiça do Distrito de Pastaza ao Primeiro Juiz Civil de Pastaza (expediente de prova, tomo 8, folhas 4874 e ss.; expediente de prova, tomo 10, folhas 6.030 e ss.).

<sup>96</sup> Cf. Relatório final de operações, elaborado pela Companhia Geral de Combustíveis (CGC), em fevereiro de 2003 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.881, 4.884, 4.889 ou p. 5, 8 e 13).

<sup>97</sup> Cf. Relatório final de operações, elaborado pela Companhia Geral de Combustíveis (CGC) (folhas 4.884 e 4.903); e Explicação de um processo de exploração sísmica, elaborada de maneira geral pelo Ministério de Energia e Minas, de 7 de março de 2006 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.953 e 4.954).

<sup>98</sup> Decreto Executivo nº 3.401, de 2 de dezembro de 2002; Registro Oficial nº 728, de 9 de dezembro de 2002, "Regulamento de Consulta de Atividades Hidrocarboríferas" (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.130 e ss.).

<sup>99</sup> Cf. Memorando nº DINAPA-CSA-003-200, Subsecretaria de Proteção Ambiental (expediente de prova, tomo 10, folha 6.131).

<sup>100</sup> Cf. Ofício nº 155, de 24 de dezembro de 2002, Ministério de Energia e Minas, que se refere ao Ofício nº DINAPA-CSA-808, de 5 de dezembro de 2002 (expediente de prova, tomo 8, folha 4.799).

c) que o Governo comprometa-se, dada a situação crítica apresentada no Bloco 23, a INSTAR a Companhia CGC a suspender, temporariamente, a prospecção sísmica no Bloco 23, para que o novo governo a retome;

d) que o Ministério de Governo, como mostra de abertura, forme uma comissão de alto nível com as autoridades responsáveis diretamente pela atividade petrolífera e tente realizar uma reunião na cidade de Puyo, na qual se dê início à busca de uma solução para o problema do Bloco 23; e

e) que o governo zele pelo cumprimento do contrato da Companhia CGC [...] supervisiona[ndo] o apego às normas por ele estabelecidas, e, [a]o mesmo tempo, dando andamento às normas para a Consulta Prévia, para que as regras sejam, claramente, estabelecidas para ambas as partes.<sup>101</sup>

97. Em 7 de janeiro de 2003, habitantes de Chontayaku e o Conselho de Kurakas realizaram uma assembleia, na qual apresentaram um documento em que reafirmaram a união do Povo Kichwa de Sarayaku e sua oposição à entrada da petrolífera.<sup>102</sup>

98. Em 25 de janeiro de 2003, os senhores Reinaldo Alejandro Gualinga Aranda, Elvis Fernando Gualinga Malver, Marco Marcelo Gualinga Gualinga e Fabián Grefa, todos membros dos Sarayaku, foram detidos por elementos da empresa CGC e do Exército no território Sarayaku "em virtude do perigo que ofereciam [...] por terem em mãos armamento e explosivos".<sup>103</sup> Posteriormente, foram transferidos em helicóptero da CGC à cidade de Chontoa e, em seguida, transportados por policiais em veículos da companhia à cidade de Puyo, onde foram colocados à disposição da polícia local e liberados nessa mesma tarde.<sup>104</sup>

99. Com relação a essas detenções, em 28 de janeiro de 2003, foi aberto um procedimento interrogatório prévio, pelo Promotor do Distrito de Pastaza e, em 7 de outubro de 2003, o Primeiro Tribunal Penal de Pastaza emitiu ordens de prisão preventiva contra Reinaldo Alejandro Gualinga Aranda, Elvis Fernando Gualinga Malver, Marco Marcelo Gualinga Gualinga, Yacu Viteri Gualinga e Fabián Grefa, relacionadas a acusações por crime de sequestro e roubo agravado.<sup>105</sup> Posteriormente, as mencionadas ordens de prisão contra Elvis Gualinga, Reinaldo Gualinga e Fabián Grefa foram revogadas e eles liberados.<sup>106</sup> A Comissão informou que Marcelo Gualinga Gualinga foi condenado a um ano de prisão, pelo crime de posse de explosivos e liberado após cumprir pena.

100. Em consequência da retomada da fase de exploração sísmica em novembro de 2002, e diante da entrada da CGC no território dos Sarayaku, a Associação do Povo Kichwa Sarayaku declarou "emergência", durante a qual a comunidade paralisou suas atividades econômicas, administrativas e escolares cotidianas, por um período de quatro a seis meses. Com o propósito de resguardar os limites do território, para impedir a entrada da CGC,

---

<sup>101</sup> Cf. Acordo de intenção com o Subsecretário Geral de Governo, de 12 de dezembro de 2002 (expediente de prova, tomo 10, folhas 6.141 e 6.142).

<sup>102</sup> Cf. Ata da Assembleia Geral do "CAS - TAYJASARUTA", de 7 de janeiro de 2003 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.828 e 4.829).

<sup>103</sup> Ofício de 13 de março de 2003, assinado pelo Comandante da 17ª Brigada de Pastaza (expediente de prova, tomo 9, folha 5.215).

<sup>104</sup> Cf. Ofício de 13 de março de 2003, assinado pelo Comandante da 17ª Brigada de Pastaza e Interrogatório Prévio nº 069-2003, por denúncia apresentada pelo senhor José Walter Hurtado Pozo, por suposto crime de roubo e sequestro (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.091 e ss.).

<sup>105</sup> Cf. Primeiro Tribunal Penal de Pastaza, de 7 de outubro de 2003 (expediente de prova, tomo 14, folhas 9.222 e 9.223).

<sup>106</sup> Cf. Primeiro Tribunal Penal de Pastaza, de 7 de outubro de 2003. Relatório do Procurador Nacional, de 27 de setembro de 2003 (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.210 e 5.211), solicitação, de 1º de outubro de 2003, mediante a qual o Ministério Público solicitou ao juiz que expedisse ordem de prisão preventiva (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.210 e 5.211).

membros do Povo organizaram seis denominados "Acampamentos de Paz e Vida", nos limites do território, constituídos, cada, por 60 a 100 pessoas, entre homens, mulheres e jovens.<sup>107</sup> Alegou-se, em especial, sem que o Estado questionasse, que os membros dos Sarayaku entraram floresta adentro para chegar até os acampamentos estabelecidos nos limites, inclusive crianças já capazes de andar e mulheres grávidas, ou com crianças pequenas.<sup>108</sup> Os únicos que não participaram dessa vigilância foram os idosos, os doentes e algumas crianças que ainda não andavam, os quais permaneceram no povoado de Sarayaku Centro.<sup>109</sup> Durante esse período, os membros do Povo viveram na selva; as plantações e a comida esgotaram-se e, durante vários meses, as famílias viveram unicamente dos recursos da mata.<sup>110</sup>

101. Entre os meses de outubro de 2002 e fevereiro de 2003, os trabalhos da empresa petrolífera avançaram 29% no interior do território dos Sarayaku.<sup>111</sup> Nesse período, a empresa CGC carregou 467 poços com, aproximadamente, 1.433 quilogramas de explosivo "pentolite",<sup>112</sup> tanto no nível superficial como em maior profundidade, e os deixou disseminados nos territórios que formavam o Bloco 23.<sup>113</sup> De acordo com informações prestadas, no momento em que é proferida esta Sentença, os explosivos disseminados permanecem no território dos Sarayaku.

102. Em 6 de fevereiro de 2003, a Associação da Indústria Hidrocarborífera do Equador informou que a CGC declarou situação de "força maior" e suspendeu os trabalhos de exploração sísmica.<sup>114</sup> Em 10 de fevereiro de 2003, a CGC mostrou-se disposta a "continuar a campanha de registro sísmico e o restante do compromisso assumido no contrato". O Estado informou, sem que fosse questionado que, segundo o Ofício nº 019-CGC-GG-03, de 26 de fevereiro de 2003, a CGC manteve a suspensão das atividades. O Estado também mencionou que, segundo o Ofício nº 023-CGC-GG-05, de 15 de junho de 2005, manteve-se a suspensão.<sup>115</sup>

103. Em 10 de abril de 2003, a Defensoria Pública da Província de Pastaza expediu uma resolução relacionada com a queixa interposta em novembro de 2002 (par. 85 e 86 *supra*), na qual, com base nas alegações apresentadas pelas partes, na ata de reconhecimento do

---

<sup>107</sup> Cf. Primeiro Cartório do Cantão de Pastaza, Declarações juramentadas de Ena Margoth Santi e Carmenza Soledad Malaver Calapucha, de 13 de novembro de 2007 (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.000 e ss.); mapa elaborado pelos petionários, no qual se observa a distribuição dos Acampamentos de Paz e Vida no território dos Sarayaku (expediente de prova, tomo 9, folha 4.969).

<sup>108</sup> Depoimento prestado por Ena Margot Santi perante a Corte, durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011. Ver também depoimento prestado perante notário público, por Gloria Berta Gualinga Vargas, em 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folha 10.039).

<sup>109</sup> Escrito de petições e argumentos (tomo 1, folha 284). Ver também depoimento prestado por Ena Margot Santi perante a Corte, durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011.

<sup>110</sup> Depoimento de Abdón Alonso Gualinga Machoa, pergunta 2 (expediente de prova, tomo 11, folha 6.526); Primeiro Cartório do Cantão de Pastaza, declarações juramentadas de Ena Margoth Santi e Carmenza Soledad Malaver Calapucha, de 13 de novembro de 2007.

<sup>111</sup> Cf. Ministério de Energia e Minas. Certificação de cargas explosivas, distribuídas no Bloco 23, segundo informação constante no Departamento Nacional de Proteção Ambiental (expediente de prova, tomo 9, folhas 4.956 e 4.957).

<sup>112</sup> Cf. Ministério de Energia e Minas, Certificação de cargas explosivas, distribuídas no Bloco 23, segundo informação constante no Departamento Nacional de Proteção Ambiental (expediente de prova, tomo 9, folhas 4.956 e 4.957).

<sup>113</sup> Cf. Mapa sísmico (expediente de prova, tomo 9, folhas 4.969 e ss.).

<sup>114</sup> Cf. Relatório do Ministério de Energia e Minas sobre as atividades realizadas no Bloco 23, expediente de prova, tomo 8, folha 4.788).

<sup>115</sup> Cf. Contestação da demanda (expediente de mérito, tomo 2, folha 494).



local dos fatos e na legislação internacional, decidiu acolher parcialmente a queixa e resolveu que o Ministro de Energia e Minas e Presidente da Diretoria da PETROECUADOR e o procurador e representante legal da empresa CGC haviam violado, de forma plena, entre outros, os artigos 84.5 e 88 da Constituição Política do Equador, a Convenção nº 169 da OIT e o Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Além disso, responsabilizou, por essas violações, o Ministro de Energia e Minas e Presidente da Diretoria da PETROECUADOR, bem como o procurador e representante legal da CGC.<sup>116</sup>

104. Com relação aos danos ao território Sarayaku, alegou-se, sem que fosse questionado pelo Estado, que em julho de 2003 a CGC destruiu, pelo menos, um sítio de especial importância na vida espiritual dos membros do Povo Sarayaku, no terreno do *Yachak Cesar Vargas*.<sup>117</sup> Os fatos foram registrados pelo Primeiro Cartório de Puyo nos seguintes termos:

[...] no local denominado PINGULLU havia sido derrubada uma árvore de aproximadamente 20 metros de altura por um metro de espessura, cujo nome é LISPUNGU. [...] Ao cair da noite [...], entrevistamos o ancião Shaman Cesar Vargas [...] que declarou [...]: que empregados de uma companhia petrolífera haviam entrado na sua mata sagrada, em PINGULLU, e destruído todas as árvores ali existentes, em especial a grande árvore do Lispungu, o que o deixou sem forças para obter seu remédio para curar as doenças de seus filhos e familiares [...].

105. Do mesmo modo, o Estado não questionou se a empresa abriu trilhas sísmicas,<sup>118</sup> habilitou sete heliportos<sup>119</sup>, destruiu covas, fontes de água e rios subterrâneos, necessários para o consumo de água da comunidade;<sup>120</sup> e cortou árvores e plantas de grande valor para o meio ambiente, a cultura e a subsistência alimentar dos Sarayaku.<sup>121</sup> Tampouco questionou que a entrada de helicópteros tivesse destruído parte da denominada *Montanha Wichu kachi*, ou "*saladero de loras*", local de grande valor para a cosmovisão do Povo Sarayaku.<sup>122</sup> Os trabalhos da petrolífera provocaram a suspensão, em alguns períodos, de atos e cerimônias ancestrais culturais do Povo, tais como a *Uyantza*, sua festividade mais

---

<sup>116</sup> Cf. Resolução da Defensoria Pública da Província de Pastaza, de 10 de abril de 2003 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.831 e ss.).

<sup>117</sup> Cf. Primeiro Cartório do Cantão de Pastaza, doutor Andrés Chacha Gualoto, Ata de Constatação Notarial de 20 de julho de 2003 (expediente de prova, tomo 9, folha 5.225).

<sup>118</sup> Cf. Mapas apresentados como anexos do escrito de petições e argumentos (expediente de prova, tomo 12, folha 7.297; e Anexo 124, documento em formato eletrônico).

<sup>119</sup> Cf. Depoimento prestado perante notário público, por Gloria Berta Gualinga Vargas, em 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folha 10.037). Ver também *Relatório da Visita Realizada à Comunidade dos Sarayaku para Atender à Denúncia da OPIP [...] contra a Companhia Geral de Combustíveis*, Comissão de Direitos Humanos, Congresso Nacional da República do Equador, 8 de maio de 2003 (expediente de prova, tomo 10, folha 6.155); Boletim de Imprensa da Associação Kichwa de Sarayaku, de 17 de janeiro de 2003, expediente de prova, tomo 10, folha 6.396; Relatório do Ministério de Energia e Minas do Equador, de 7 de março de 2006, escrito de petições e argumentos, Anexo 48, tomo 10, folha 6.398; "Autoavaliação Comunitária dos Impactos Sofridos pelo Povo Kichwa de Sarayaku em Virtude da Entrada da Petrolífera CGC em seu Território" (expediente de prova, tomo 11, folha 6.588).

<sup>120</sup> Cf. Roberto Narváez, Estudo Social "Danos à Qualidade de Vida, à Segurança e à Soberania Alimentar em Sarayaku", Quito, 2010 (expediente de prova, tomo 11, folha 6.757).

<sup>121</sup> Cf. Roberto Narváez, Estudo Social "Danos à Qualidade de Vida, à Segurança e à Soberania Alimentar em Sarayaku", folha 6.759. Ver também perícia apresentada pelo antropólogo Rodrigo Villagra, perante a Corte, durante a audiência pública realizada em 7 de julho de 2011; depoimento prestado por *don* Sabino Gualinga, perante a Corte, durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011; depoimento prestado por Marlon René Santi Gualinga, perante a Corte, durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011.

<sup>122</sup> Em especial, César Santi declarou que "[a] companhia, há dois meses, passou por aqui com a linha sísmica e, agora, já não há nem pássaros, foi-se o dono, o *Amazanga*, porque quando o dono vai-se, todos os animais vão-se. [...] Como se evitou que os helicópteros continuassem vindo, se deixarmos um bom tempo tranquilo talvez os animais voltem". FLACSO, "*Sarayaku: el Pueblo del Cénit*", folha 6721.

importante, que acontece anualmente em fevereiro,<sup>123</sup> e a linha sísmica passou perto de locais sagrados, utilizados para cerimônias de iniciação dos jovens na idade adulta.

106. Por sua vez, após visitar o Povo Sarayaku, em 8 de maio de 2003, a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional da República apresentou um relatório no qual concluiu que "[o] Estado, por meio dos Ministérios do Meio Ambiente e Energia e Minas, violou o parágrafo 5 do artigo 84 da Constituição Política da República, ao não consultar a comunidade sobre planos e programas de prospecção e exploração de recursos não renováveis que se encontrem em suas terras, e que possam afetá-los ambiental e culturalmente". Essa Comissão do Congresso concluiu também que a CGC ignorou a diretoria da OPIP ao negociar com as comunidades de forma isolada, provocando o enfrentamento entre elas. Igualmente, constatou o dano à flora e à fauna do território. Quanto à população, afirmou, em suas conclusões, que "[e]xiste violação dos direitos humanos ao ocasionar grave dano psicológico às crianças da comunidade, ao observar o enfrentamento com os militares, policiais e membros da segurança da CGC, e ao deter os dirigentes da OPIP, acusando-os de terroristas, os quais, por sua vez, foram objeto de maus-tratos físicos que afetaram sua integridade pessoal, o que é proibido pela Constituição Política da República".<sup>124</sup>

#### **H. Alegados atos de ameaça e agressão em detrimento de membros dos Sarayaku**

107. Entre fevereiro de 2003 e dezembro de 2004, foi denunciada uma série de atos de supostas ameaças e hostilidades em detrimento de líderes e membros, bem como de um advogado dos Sarayaku.<sup>125</sup>

108. Em 4 de dezembro de 2003, cerca de 120 membros do Povo Sarayaku teriam sido agredidos com facões, paus, pedras e armas de fogo por membros do Povo de Canelos, na

---

<sup>123</sup> Com as atividades da festa, renova-se o vínculo com o território e os laços sociais. Volta-se às zonas de recreação (*purinas*) e às zonas de caça do *prioste*, e reforça-se a posse dessas zonas, por parte do território. Também, segundo membros da comunidade, a festa dos Sarayaku caracteriza-se pela intervenção de todos os Kurakas, das autoridades e líderes, e dos *yachak*, que visitam as casas da festa para dispor e transmitir a paz e o respeito, e para que não aconteçam conflitos (FLACSO, "*Sarayaku: el Pueblo del Cénit*", expediente de prova, folhas 6.672 a 6.676). Ver também declarações de Simón Gualinga e Jorge Malaver em "Autoavaliação Comunitária dos Impactos Sofridos pelo Povo Kichwa de Sarayaku em Virtude da Entrada da Petroleira CGC em seu Território" (tomo 11, folha 6.588).

<sup>124</sup> Relatório da Visita Realizada à Comunidade dos Sarayaku para Atender à Denúncia da OPIP contra a Companhia Geral de Combustíveis, Comissão de Direitos Humanos, Congresso Nacional da República do Equador, 8 de maio de 2003 (expediente de prova, tomo 10, folha 6.155).

<sup>125</sup> Cf. Denúncia de 19 de abril de 2004 pelas ameaças por e-mail de 3 de abril de 2004, e ameaças telefônicas; denúncia apresentada por José Gualinga, em 27 de fevereiro de 2003, perante o Ministério Público do Distrito de Pastaza, por uma suposta falsa notícia de sua morte em um acidente rodoviário (expediente de prova, tomo 10, prova, folhas 6.164 e 6.165); e denúncia, de 1º de março de 2004, de Marlon Santi, perante a Segunda Delegacia Nacional do Cantão de Quito (expediente de prova, tomo 10, prova, folha 6.287), pelos supostos atos de 29 de fevereiro de 2004, nos quais teria sido assaltado. Também, consta que, em 23 de abril de 2004, José Serrano Salgado, então advogado e representante legal do Povo Sarayaku, denunciou que teria sido agredido e assaltado, por três homens armados e encapuzados, que o pressionaram a abandonar a defesa dos Sarayaku (expediente de prova, tomo 10, prova, folhas 6.336 e 6.337). Em dezembro de 2004, o senhor Marlon Santi, então candidato à Presidência da CONFENAIE, denunciou, perante a Promotoria Geral do Equador, que, em 21 e 22 de dezembro de 2004, enquanto participava de um congresso da CONAIE, na cidade de Otavalo, para eleger o novo presidente, eleição na qual era um dos candidatos, foi objeto de "chamadas [] telefônicas [...], nas quais lhe diziam que iriam matá-lo, bem como que devia desistir da candidatura a presidente, ou em 24 horas não estaria respirando". Declarou que denunciou esse fato, que constitui uma ameaça contra sua integridade física e psicológica bem, como um ato de perseguição e amedrontamento contra seu Povo e, como tal, de minha condição de dirigente indígena. Denúncia, apresentada por Marlon Santi e seu advogado, José Serrano, perante a Promotora Geral do Equador (expediente de prova, tomo 10, folha 6.338).

presença de agentes policiais, quando se dirigiam a uma “marcha pela paz e pela vida”, que se realizaria em 5 e 6 de dezembro, em Puyo, em função do perigo de “militarização do Bloco 23”.<sup>126</sup>

109. A esse respeito, em 1º de dezembro de 2003, a Associação Kichwa de Sarayaku tinha enviado uma comunicação aos membros dos Canelos, para convidá-los a participar da marcha.<sup>127</sup> Em resposta a essa comunicação, no dia seguinte, a Associação de Indígenas Kichwas de Canelos “Palati Churicuma” expediu uma circular, na qual decidiu não participar da marcha e salientou que “como é do conhecimento no âmbito provincial [...] está totalmente suspensa a circulação dos que se opuseram, de maneira contundente, ao tema petrolífero”.<sup>128</sup> Em 4 de dezembro de 2003, o Tenente de Polícia Wilman Aceldo reuniu-se com o Presidente da Junta Paroquial de Canelos, que esclareceu ao tenente que “se não fossem respeitadas as decisões dos Canelos de não permitir a passagem por seu território [aconteceriam] encontros de maior força”.<sup>129</sup>

110. O Estado enviou um contingente de segurança, integrado por 10 funcionários policiais, ao local dos fatos. O Tenente de Polícia Aceldo Argoti, que se encontrava no local, relatou:

“[...] toda a população [de Canelos] ia reunindo-se, com a finalidade de impedir que pessoas dos Sarayaku se locomovessem até a cidade de Puyo, à marcha pela paz e pela vida [...]. [M]e transferi para o setor de Cuyas para esperar a chegada das pessoas dos Sarayaku[. Às 13h00, mais ou menos cinco pessoas chegaram, mas a partir desse momento os habitantes de Canelos disseram um não enfático à circulação e, por isso, a aproximadamente 500 metros de onde no[s] encontrávamos, cortaram uma árvore na estrada para evitar nossa saída [...] imediatamente lhes demos segurança, com nosso pessoal para evitar desgraças novamente [...] do outro lado da ponte, na altura da escola, encontravam-se cerca de 110 pessoas de Sarayaku, [...] e redobramos o passona ponte com um cerco policial, mas não foram suficientes nossos esforços. O cerco policial foi rompido, instante em que começaram a perseguir as pessoas de Sarayaku, armando-se de paus. Tentamos evitar o enfrentamento, esgotando nossos esforços. Os perseguiram por 10 minutos até alcançá-los, ocorrendo, nesse momento, uma confusão, fruto da qual alguns ficaram feridos”.<sup>130</sup>

111. Nesses atos ficaram feridos membros do Povo Kichwa de Sarayaku, entre eles, Hilda Santi Gualinga, Silvio David Malaver Santi, Laureano Gualinga, Edgar Gualinga Machoa, José Luís Gualinga Vargas, Victoria Santi Malaver, Marco Gualinga, Héctor Santi Manyá, Marco Santi Vargas, Alonso Isidro Gualinga Machoa, Heriberto Gualinga Santi, Jorge Santi Guerra,

---

<sup>126</sup> Cf. Providência inicial de investigação da Defensoria Pública da Província de Pastaza, Puyo, de 5 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.127 e 5.128) e Interrogatório Prévio, assinado pelo Promotor do Ministério Público, em 9 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.130 e 5.131). Ver também partes do Comando Provincial de Polícia de Pastaza nº 16: de 4 de dezembro de 2003, assinado pelo Tenente de Polícia Wilman Oliver Aceldo Argoti, e dois de 5 de dezembro de 2003, assinados pelo Tenente de Polícia Patricio Campaña e pelo Major de Polícia Aníbal Sarmiento Bolaños (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.135 a 5.140); e Relatório da Junta Paroquial de Canelos sobre o enfrentamento ocorrido entre o Povo de Canelos e o Povo de Sarayaku, sem data (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.141 a 5.144). Do mesmo modo, ver a lista das pessoas que, supostamente, agrediram os membros do Povo Kichwa de Sarayaku em 4 de setembro de 2003 (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.146 e 5.147) e onze declarações de 36 das pessoas denunciadas por esses fatos (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.001 e ss.).

<sup>127</sup> Cf. Relatório da Junta Paroquial de Canelos sobre o enfrentamento ocorrido entre o Povo de Canelos e o Povo de Sarayaku, folha 5.111.

<sup>128</sup> Cf. Relatório da Junta Paroquial de Canelos sobre o enfrentamento ocorrido entre o Povo de Canelos e o Povo de Sarayaku, folha 5.112.

<sup>129</sup> Cf. Relatório da Junta Paroquial de Canelos sobre o enfrentamento entre o Povo de Canelos e o Povo de Sarayaku, folha 5.112. Do mesmo modo, ver denúncia policial, de 4 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.116 e 5.117).

<sup>130</sup> Relatório encaminhado ao comandante provincial de Pastaza nº 16, de 4 de dezembro de 2003, assinada pelo Tenente de Polícia Wilman Oliver Aceldo Argoti (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.135 a 5.137). Ver também Interrogatório Prévio nº 845-2003 no qual se confirma o enfrentamento (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.230 e ss.).

Aura Cuji Gualinga, María Angélica Santi Gualinga, Clotilde Gualinga, Emerson Alejandro Shiguango Manyá, Romel F. Cisneros Dahua, Jimmy Leopoldo Santi Gualinga, Franco Tulio Viteri Gualinga e Cesar Santi.<sup>131</sup>

112. Em virtude dos fatos acima relatados, em 5 de dezembro de 2003, a Defensoria Pública da Província de Pastaza iniciou, de ofício, a tramitação da queixa e emitiu uma resolução, na qual concluiu que dirigentes e membros do Povo Indígena de Canelos eram responsáveis por: a) flagrante violação do direito a transitar livremente pelo território nacional, direito garantido e reconhecido no artigo 23-14 da Constituição Política da República; b) infração penal, prevista e sancionada no artigo 129 do Código Penal; e c) violação do artigo 12, parágrafo primeiro, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.<sup>132</sup>

113. Por outro lado, ante uma denúncia da Defensoria Pública, em 9 de dezembro de 2003, a Promotoria Distrital de Pastaza deu início a uma investigação prévia sobre esses fatos.<sup>133</sup> A Promotoria conduziu algumas diligências de investigação.<sup>134</sup>

### ***I. Fatos posteriores à suspensão das atividades da empresa CGC***

114. Em 3 de agosto de 2007, foi assinado um Convênio de Cooperação Interinstitucional entre o Ministério de Minas e Petróleos e a Polícia Nacional, com o objetivo de retirar o pentolite do território dos Sarayaku, tendo em vista as medidas provisórias ordenadas pela Corte.<sup>135</sup>

115. Em 22 de abril de 2008, foi promulgado o Regulamento de Aplicação dos Mecanismos de Participação Social, estabelecido na Lei de Gestão Ambiental,<sup>136</sup> que regulamenta, entre outros aspectos, os mecanismos e o alcance da participação social na gestão ambiental.<sup>137</sup>

116. A Constituição do Equador de 2008, que entrou em vigor em 20 de outubro daquele ano, dispôs no artigo 57 que "se reconhecem e garantirão às comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, em conformidade com a Constituição e com os pactos,

---

<sup>131</sup> Cf. Certidões médicas do Ministério Público, Sistema de Medicina Legal e Ciências Forenses, de 9 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 9, folhas 5.149 e ss.); Relatório policial de Pastaza nº 16, de 5 de dezembro de 2003, assinada pelo Tenente de Polícia Patricio Campaña, Fotos no hospital (expediente de prova, tomo 11, folhas 6.578 e ss.); Interrogatório Prévio nº 845-2003 no qual se confirma o enfrentamento, folhas 9.230 e ss.

<sup>132</sup> Cf. Providência inicial de investigação iniciada de ofício pela Defensoria Pública da província de Pastaza, de 5 de dezembro de 2003, Anexo 45 da demanda.

<sup>133</sup> Cf. Interrogatório Prévio nº 845-2003 no qual se confirma o enfrentamento, folhas 9.230 e ss.

<sup>134</sup> Cf. Interrogatório Prévio de 9 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 16, prova, folhas 9.253 e 9.254); Ata de designação de peritos de 9 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 16, prova, folha 9.255); Atas de reconhecimento legal médico, de 9 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.256 a 9.295); tomada de versões dos suspeitos de 4, 5, 14 e 20 de maio, 4 e 8 de junho de 2004 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.313 a 9.370); ata de versão de testemunha, de 10 de junho de 2004 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.371 a 9.372); e relatório do reconhecimento do local dos fatos Sarayaku e Canelos, de 23 de abril de 2004 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.359 a 9.360).

<sup>135</sup> Cf. Assinatura de um Convênio de Cooperação Interinstitucional entre o Ministério de Minas e Petróleos e a Polícia Nacional para a retirada de pentolite (expediente de prova, tomo 14, folhas 8.679 e 8.680).

<sup>136</sup> Cf. Decreto Executivo nº 1.040, de 22 de abril de 2008, "Regulamento de Aplicação dos Mecanismos de Participação Social estabelecido na Lei de Gestão Ambiental", Registro Oficial nº 332, quinta-feira, 8 de maio de 2008.

<sup>137</sup> Este Regulamento também revogou o Decreto Executivo nº 3.401, Registro Oficial nº 728, de 19 de dezembro de 2002.

convênios, declarações e demais instrumentos internacionais de direitos humanos, os [...] direitos coletivos”.

117. Em 20 de abril de 2009, o Conselho de Administração da PETROECUADOR resolveu tornar sem efeito a suspensão das atividades nos Blocos 23 e 24, decretada em 6 de fevereiro de 2003 (par. 102 *supra*), e dispôs a imediata retomada das atividades determinadas nos contratos de participação.<sup>138</sup>

118. Com base em ofício expedido pelo Ministério de Minas e Petróleos, em 8 de maio de 2009, ter-se-ia permitido a retomada das atividades da empresa petrolífera.<sup>139</sup>

119. Em julho de 2009, o Estado informou que havia iniciado um processo de negociação com a CGC para encerrar os contratos de participação mencionados.<sup>140</sup>

120. Em 2 de outubro de 2009, foi assinado um Convênio de Cooperação Interinstitucional entre o Ministério de Recursos Naturais Não Renováveis e a Polícia Nacional para a retirada de pentolite do território dos Sarayaku, tanto da superfície como do que estivesse enterrado nas profundezas do Bloco 23, para o que se devia passar por três fases, que seriam controladas pela Subsecretaria de Política Hidrocarbórfica e pela Polícia Nacional do Equador, por intermédio do Grupo de Intervenção e Resgate (GIR).<sup>141</sup>

121. Em 17 de dezembro de 2009, foi aprovado um “convênio modificatório”, com o objetivo de aumentar o orçamento do plano de “Reparação e Recuperação de Danos Ambientais” num montante de US\$8.640,00.<sup>142</sup> O Estado retirou 14 kg de pentolite enterrada na superfície.<sup>143</sup>

---

<sup>138</sup> Cf. Ofício de 8 de maio de 2009 do Ministério de Minas e Petróleos (expediente de prova, tomo 9, folha 5.228, e tomo 14 folha 8.661) que se refere à Resolução nº 080-CAD-2009-04-20, de 20 de abril de 2009, do Conselho de Administração da PETROECUADOR.

<sup>139</sup> Cf. Ofício de 8 de maio de 2009 do Ministério de Minas e Petróleos.

<sup>140</sup> Cf. Expediente de prova, tomo 9, folha 5.232.

<sup>141</sup> Cf. Contestação do Estado (expediente de mérito, tomo 2, folhas 496 e 497).

<sup>142</sup> Procuradoria-Geral do Estado do Equador, “Convênio Modificatório com o objetivo de aumentar a dotação orçamentária” de 17 de dezembro de 2009 (expediente de prova, tomo 14, folha 8.707).

<sup>143</sup> No âmbito das medidas provisórias, no final de 2009, o Estado informou que a retirada de pentolite obedeceria a duas fases: a primeira, referente ao material encontrado na superfície, etapa que já havia sido concluída, e uma segunda, relativa ao material que se encontra abaixo da superfície da terra. Quanto à primeira fase, o Estado havia informado, previamente, que, em dezembro de 2007, foi assinado um Convênio de Cooperação Interinstitucional entre o Ministério de Minas e Petróleos e o Povo de Sarayaku, que se encerrou em abril de 2008 com, aproximadamente, 40% desses trabalhos preliminares. Para concluir o restante dos trabalhos prévios, assinou-se um segundo convênio entre os Sarayaku e o Ministério, em abril de 2008. Em outubro e dezembro de 2009 foi assinado um novo convênio de cooperação. Na primeira fase, o Estado informou que a retirada dos explosivos sobre a superfície foi realizada em três subfases – busca visual por técnicos em explosivos, do Grupo de Intervenção e Resgate da Polícia Nacional do Equador (GIR), busca com equipamentos tecnológicos e busca com a ajuda de cães detectores de explosivos. Assim, em julho de 2009, o pessoal do GIR entrou no território do Povo Sarayaku e procedeu à busca visual e à extração manual de 14 quilos de pentolite, material explosivo que foi queimado e detonado, de maneira controlada, em 24 de agosto de 2009, na Jurisdição Provincial da Polícia de Pastaza, na presença de um representante da Promotoria de Pastaza, líderes do Povo Sarayaku, representantes do Ministério da Justiça e Direitos Humanos e da imprensa. O Estado acrescentou que a área de busca dos explosivos foi delimitada de acordo com informações prestadas pela comunidade. Acrescentou que a segunda fase, isto é, a extração do material no subsolo, estava pendente de realização, devido a desentendimentos com os membros da comunidade a respeito do método a ser utilizado, mas o Estado sustentou que esse material alojado no subsolo não representava perigo para a comunidade, em virtude da profundidade em que se encontra o explosivo. Finalmente, o Estado declarou que não dispunha de informação certa a respeito da quantidade de explosivo que se encontraria no território em questão. Cf. *Assunto Povo Indígena Sarayaku a Respeito do Equador. Medidas Provisórias*. Resolução da Corte Interamericana de 4 de fevereiro de 2010, considerando 8. Ver [http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/sarayaku\\_se\\_04.doc](http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/sarayaku_se_04.doc).

122. Segundo consta de um ofício de 16 de setembro de 2010, em que figura a ata de aprovação, por parte do Subsecretário de Qualidade Ambiental da “Avaliação Integral Ambiental” do Bloco 23, o representante da CGC devia: “a) enviar um cronograma e prazos específicos para a execução das atividades contempladas no Plano de Ação, inclusive o que se refere aos processos de informação sobre o manejo aplicado ao pentolite, a condição atual desse explosivo; os efeitos ambientais da tentativa de busca e avaliação do material enterrado, [entre outros]”.<sup>144</sup>

123. Em 19 de novembro de 2010, por escritura pública, a PETROECUADOR assinou, com a empresa CGC, um Ato de Terminação, por mútuo acordo, do contrato de participação para a exploração e extração de petróleo cru no Bloco 23.<sup>145</sup> Os representantes salientaram que, em que pese tê-lo solicitado expressamente, o Povo Sarayaku não foi informado dos termos da negociação que o Estado mantinha com a empresa CGC, nem das condições em que se celebrou o Ato.<sup>146</sup> Segundo os termos do referido Ato, na cláusula 8.4, as partes (PETROECUADOR e CGC) “aceitam e ratificam que não existe nenhum passivo ambiental” na área de concessão atribuível à contratada.<sup>147</sup>

## **VIII MÉRITO**

### **VIII.1 DIREITOS À CONSULTA E À PROPRIEDADE COMUNAL INDÍGENA**

124. No presente caso, cabe determinar se o Estado respeitou e garantiu adequadamente os direitos do Povo Sarayaku que se alegam violados, ao ter outorgado um contrato para exploração e extração petrolífera em seu território a uma empresa privada; ao executar-se o referido contrato, e ao ocorrer uma série de fatos conexos. Embora tenha, sim, reconhecido que não conduziu um processo de consulta prévia no presente caso, o Estado questionou durante o litígio sua obrigação de fazê-lo, e alegou que certos atos da empresa deram cumprimento à consulta às comunidades indígenas da zona outorgada em concessão. Diferentemente de outros casos conhecidos por este Tribunal,<sup>148</sup> neste caso não está em

---

<sup>144</sup> Ato de terminação, por mútuo acordo, do contrato de participação para a exploração de hidrocarboretos e extração de petróleo cru do Bloco 23, Anexo XV, nº MAE-SCA-2010-3.855, de 16 de setembro de 2010 (expediente de prova, tomo 17, folha 9.595).

<sup>145</sup> Ato de terminação, por mútuo acordo, do contrato de participação para a exploração de hidrocarboretos e extração de petróleo cru do Bloco 23, de 19 de novembro de 2010 (expediente de prova, tomo 17, folhas 9.389 e ss.).

<sup>146</sup> Cf. Em 30 de julho de 2010, o Secretário de Hidrocarboretos do Ministério de Recursos Naturais Não Renováveis enviou aos Sarayaku o Ofício nº 24-SH-2010 109.964 (expediente de prova, tomo 10, folha 6.451) no qual solicitava “uma cópia autenticada do expediente técnico e jurídico do processo dos Sarayaku pelas operações no Bloco 23 e em seu território, demanda perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, documentação anexa física e digital”. Com referência ao citado ofício, em 4 de agosto de 2010, os Sarayaku solicitaram ao Secretário de Hidrocarboretos cópia autenticada do Ato de Entendimento, sem ter recebido nenhuma resposta (expediente de prova, tomo 10, folha 6.451).

<sup>147</sup> Ato de terminação, por mútuo acordo, do contrato de participação para a exploração de hidrocarboretos e extração de petróleo cru do Bloco 23, de 19 de novembro de 2010, folha 9.412.

<sup>148</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awás Vs. Nicarágua. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 10 de fevereiro de 2000. Série C Nº 66; *Caso da Comunidade Moiwana Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 15 de junho de 2005. Série C Nº 124; *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C Nº 125; *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 29 de março de 2006. Série C Nº 146; *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 28 de novembro de 2007. Série C Nº 172; e *Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 24 de agosto de 2010 Série C Nº 214.

dúvida o direito do Povo Sarayaku a seu território, plenamente reconhecido pelo Estado, mediante atos internos (par. 55, 61 e 62 *supra*) e como fato não controverso no processo perante a Corte. A seguir a Corte analisará: a) as alegações das partes; e b) a obrigação de garantir o direito à consulta em relação aos direitos à propriedade comunal e à identidade cultural do Povo Sarayaku.

## **A. Alegações das partes**

### *A.1 Direito à propriedade<sup>149</sup> em relação à obrigação de respeitar os direitos,<sup>150</sup> à liberdade de pensamento e de expressão<sup>151</sup> e aos direitos políticos<sup>152</sup>*

125. A Comissão alegou que o Estado violou os direitos reconhecidos no artigo 21 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1, 13 e 23 do mesmo instrumento, em detrimento do Povo Sarayaku e seus membros. Salientou, especificamente, que a legislação equatoriana dispõe de uma série de normas, de hierarquia constitucional e legal, sobre direitos dos povos indígenas, em função da qual o Estado foi obrigado a adotar medidas especiais para garantir-lhes o gozo efetivo dos direitos humanos, sem restrições, bem como incluir medidas que promovam a plena efetividade de seus direitos sociais, econômicos e culturais, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes, tradições e instituições. Acrescentou que, com base no artigo 21 da Convenção, e na jurisprudência dos órgãos do Sistema, no momento da assinatura do contrato com a CGC, o Estado tinha a obrigação de consultar, previamente, e de maneira livre e fundamentada, seus membros, para que tivessem a possibilidade de participar desse processo e, caso considerassem pertinente, interpor recursos judiciais. Nesse sentido, salientou também que, em virtude da interpretação evolutiva do artigo 21 da Convenção, em relação aos direitos dos povos indígenas e da ratificação da Convenção nº 169 da OIT, o Equador tinha a obrigação, antes de aprovar a atualização do EIA, de consultar, de forma prévia, livre e fundamentada, o Povo Sarayaku, com garantias processuais específicas.

126. Com relação ao artigo 13 da Convenção, a Comissão alegou que, no âmbito da consulta, o Estado deveria ter-se assegurado de prestar informação clara, suficiente e oportuna sobre a natureza e o impacto das atividades cuja realização se pretendia e sobre o processo de consulta prévia, já que num assunto como o presente, o acesso à informação é vital para um adequado exercício de controle democrático da gestão estatal com relação às atividades de exploração e extração dos recursos naturais no território das comunidades indígenas, um assunto de evidente interesse público. Por outro lado, em relação ao artigo

---

<sup>149</sup> O artigo 21 da Convenção Americana dispõe: "1. Toda pessoa tem direito ao uso e gozo dos seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse social. 2. Nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos e na forma estabelecidos pela lei. [...]".

<sup>150</sup> O artigo 1.1 da Convenção Americana dispõe: "Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita a sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social".

<sup>151</sup> O artigo 13.1 da Convenção Americana dispõe: "Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente, ou por escrito, ou em forma impressa, ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha".

<sup>152</sup> O artigo 23 da Convenção Americana dispõe: "1. Todos os cidadãos devem gozar dos seguintes direitos e oportunidades: a) de participar na direção dos assuntos públicos, diretamente, ou por meio de representantes livremente eleitos; [...]".

23 da Convenção, a Comissão mencionou que, ao não informar ou consultar o Povo Sarayaku sobre o projeto que impactaria, diretamente, seu território, o Estado descumpriu suas obrigações, conforme os princípios do Direito Internacional e de seu direito interno, de adotar todas as medidas necessárias para garantir que os povos indígenas possam participar, por meio de suas próprias instituições e de acordo com seus valores, usos, costumes e formas de organização, da tomada de decisões sobre assuntos e políticas que influenciem, ou possam influenciar, a vida cultural e social dos povos indígenas.

127. Os representantes alegaram que o Estado incorreu em responsabilidade internacional por violar, diretamente, os artigos 21, 13 e 23 da Convenção, em relação ao artigo 1.1, em detrimento dos membros do Povo Sarayaku por permitir, e apoiar, a incursão de terceiros em território Sarayaku, bem como por não proteger o uso e gozo dos recursos naturais que nele se encontram e são a base de sua subsistência. Alegaram as mesmas violações que a Comissão, em atenção aos seguintes fatos e circunstâncias: i) o Estado não só assinou o contrato com a petrolífera, sem consultar e ter o consentimento da comunidade, como também permitiu e apoiou (mediante a "militarização do território") a entrada ilegal da Companhia CGC no território, apesar da repetida recusa da comunidade; ii) o uso e a destruição, não autorizadas, do território pela entrada da petrolífera entre novembro de 2002 e fevereiro de 2003, quando foram abertos quase 200 quilômetros de mata primária; assim, os recursos do território teriam sido afetados, o que é especialmente grave quando se considera a relação de dependência entre esse território e a sobrevivência da comunidade; iii) o abandono de explosivos no território; e iv) a destruição de zonas sagradas. Acrescentaram que, embora todo o território fosse sagrado, destruíram-se sítios específicos, de especial valor cultural e espiritual. Assim, a outorga e posterior implementação da concessão petrolífera foi realizada sem que o Estado garantisse a participação, efetiva, dos membros da comunidade por meio de consulta e do consentimento prévio, livre e fundamentado, segundo suas tradições e costumes, de modo que se beneficiassem, razoavelmente, do plano, e sem ter-se realizado um estudo prévio de impacto social e ambiental por uma entidade independente, sob a supervisão do Estado. Alegaram também que a violação do artigo 21 é agravada por não ter cumprido as medidas cautelares da Comissão e as medidas provisórias ordenadas pela Corte, especialmente por não ter sido retirado o pentolite do território.

128. O Estado alegou que, ao assinar o contrato de exploração e extração de petróleo com a CGC, em 1996, não tinha obrigação alguma de iniciar um processo de consulta prévia, nem tampouco de obter o consentimento livre, prévio e fundamentado dos Sarayaku, uma vez que ainda não tinha ratificado a Convenção nº 169 da OIT, e que a Constituição, vigente na época, não continha nenhuma disposição nesse sentido e, portanto, com base no artigo 28 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, tratava-se de uma obrigação juridicamente inexistente para o Equador. Ressaltou que isso não implicava, de modo algum, um desconhecimento ou desrespeito aos direitos territoriais dos povos indígenas, razão pela qual o Estado adjudicou o território aos Sarayaku, o que não constitui um título de propriedade ilimitado, pois, de acordo com as disposições do próprio contrato de adjudicação, o Estado não tem limitada sua faculdade de construir vias de comunicação ou outras obras de infraestrutura. Além disso, afirmou que suas instituições e a Força Pública têm livre acesso ao território para o cumprimento de suas obrigações constitucionais. Alegou também que os recursos naturais do subsolo pertencem ao Estado e que este poderá extraí-los sem interferências, desde que observe as normas de proteção ecológica.

129. O Estado também salientou no processo que, ainda que não existisse uma obrigação de consulta prévia, considerou que a participação dos povos indígenas nos assuntos que lhes são inerentes, bem como o direito de serem consultados, é fundamental para seu desenvolvimento social e cultural. Entretanto, alegou que não existe norma alguma que



faculte às comunidades indígenas o exercício de um "direito de veto" sobre uma decisão do Estado a respeito da extração de seus recursos naturais, especialmente aqueles sob a superfície.

130. O Estado acrescentou que, apesar de não existir nenhuma obrigação nesse sentido, a Companhia CGC, as supostas vítimas e outras comunidades assinaram, em agosto de 2002, um acordo para "desenvolver a sísmica 2D", no qual se reconhece que a empresa havia informado devida, oportuna e reiteradamente sobre o projeto de sísmica, com anterioridade à sua execução. O Estado também alegou que a empresa procurou um entendimento com as comunidades para conseguir realizar suas atividades contratuais; que havia sido realizado um estudo de impacto ambiental, em 1997; e que, além disso, o projeto havia sido oportuna e devidamente "socializado" com as comunidades afetadas, ainda que, "na prática, nunca tenha sido executado". Alegou, ainda, que, ao entrar em vigora Constituição de 1998, atualizou-se o Plano de Manejo Ambiental.

131. O Estado declarou que foram a constante e reiterada falta de colaboração e a atitude reativa dos membros do Povo Sarayaku que impediram o cabal cumprimento das medidas de compensação com as quais a CGC comprometeu-se. Por isso, a declaração de força maior continuou vigente e o contrato deu-se por encerrado, sem que se tenha extraído um único barril de petróleo.

132. Com relação à alegada violação à liberdade de expressão do Povo de Sarayaku, o Estado considerou que, dos fatos do presente caso, não se infere ação ou omissão que a tenha prejudicado, e que lhe seja imputável.

133. O Estado destacou que o acesso à participação política dos povos indígenas, em geral, tinha sido garantido com maior plenitude a partir de 1990, e que os espaços de poder político que foram ocupados pelos líderes dos Sarayaku em instituições públicas são inúmeros, assim como o são os eventos eleitorais de que participaram. Por outro lado, o Estado reiterou, quanto à relação da participação política com a consulta de atividades extrativas que, na data da concessão, não existia um marco jurídico, em âmbito local ou internacional, aceito pelo Equador, que reconhecesse o direito à cultura como eixo transversal de políticas públicas relacionadas com a extração de recursos naturais. Por conseguinte, as instâncias e mecanismos de exercício de participação política dos povos indígenas, antes de executar projetos extrativos de recursos naturais, não haviam sido incorporados de maneira a constituir um direito protegido. Por último, recordou que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção nº 169 da OIT e o amplo catálogo de direitos constitucionais coletivos e difusos surgiram a partir de 1998.

#### *A.1 Direito de circulação e de residência*<sup>153</sup>

134. A Comissão alegou que a impossibilidade do Povo de poder circular livremente em seu território, bem como a impossibilidade de sair dele, tudo isso com a aquiescência e participação de agentes estatais, permitem concluir que o Estado é responsável pela violação do direito à livre circulação, protegido pelo artigo 22 da Convenção Americana, em

---

<sup>153</sup> O artigo 22 da Convenção Americana dispõe: "1. Toda pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e de nele residir em conformidade com as disposições legais. 2. Toda pessoa tem o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive do próprio. 3. O exercício dos direitos acima mencionados não pode ser restringido senão em virtude de lei, na medida indispensável, numa sociedade democrática, para prevenir infrações penais ou para proteger a segurança nacional, a segurança ou a ordem públicas, a moral ou a saúde públicas, ou os direitos e liberdades das demais pessoas. 4. O exercício dos direitos reconhecidos no inciso 1 pode também ser restringido pela lei, em zonas determinadas, por motivo de interesse público [...]"

detrimento dos membros do Povo Sarayaku. Concretamente, a Comissão considerou que o Estado tinha pleno conhecimento do problema de livre circulação que afetou o Povo Sarayaku, mas não ofereceu, ou implementou, as medidas de proteção necessárias e suficientes para sanar essa situação. A esse respeito, a Comissão recordou que o deslocamento, por via fluvial, pelo rio Bobonaza, é o mais usado pelos membros do Povo, que não podem usar a pista aérea, pois, durante muitos anos, não teriam existido condições necessárias para que os aviões pudessem decolar ou aterrissar. A Comissão também alegou que o Estado é responsável por ter impedido, por meio de destacamentos militares, o livre trânsito e circulação dos membros do Povo. Por último, também mencionou que a colocação de explosivos no território da comunidade causou impacto na livre circulação dos habitantes, reduzindo as áreas em que poderiam buscar alimentos para sua subsistência.

135. Os representantes alegaram, com base no exposto, que a violação configura-se, em primeiro lugar, pela falta de proteção do Estado em garantir a liberdade de circulação dos Sarayaku pelo rio Bobonaza e por seu próprio território, apesar de ter conhecimento de ataques e restrições desse direito por parte de terceiros. Além disso, a liberdade dos Sarayaku de transitar pelo rio viu-se diretamente limitada por efetivos militares instalados em Jatun Molino em janeiro de 2003. Alegaram que a polícia reconheceu que os bloqueios eram utilizados pela comunidade dos Canelos como medida de repressão contra os Sarayaku, por sua oposição à atividade petrolífera. Os representantes afirmaram que essas restrições eram desproporcionais, pois os Sarayaku exerciam seu direito de circulação pelo meio necessário de acesso a seu território sem afetar terceiros. Além disso, recordaram que esses fatos revestem-se de maior gravidade, uma vez que o assentamento do Povo, na selva Amazônica, é de difícil acesso. Por último, alegaram que o Estado não investigou, nem puniu, os ataques por parte de terceiros contra a liberdade de circulação.

136. O Estado alegou que a Comissão e os representantes não apresentaram provas conclusivas que permitissem estabelecer, fidedignamente, que houve violação alguma e que, ao contrário, fica demonstrado que o Estado garantiu este e outros direitos do Povo. Também, declarou que a adjudicação, realizada em 1992, pelo IERAC, claramente estabelece que aquela não afeta a livre circulação. Alegou também que, durante os sete anos de vigência das medidas provisórias, “não se registraram fatos lamentáveis”.

#### *A.1 Direitos econômicos, sociais e culturais*<sup>154</sup>

137. Os representantes sustentaram que o Equador violou o direito à cultura dos membros do Povo Sarayaku, constante no artigo 26 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento. Alegaram que conceder a um terceiro o território do Povo, sem consulta, constituiu uma violação de seu direito à cultura, em razão de sua especial vinculação com seu território. Mencionaram também que essa violação configurou-se pela falta de providências, por parte do Estado, ante a entrada da empresa, para proteger e resguardar zonas sagradas, de valor cultural, bem como os usos tradicionais, a celebração de rituais e outras atividades cotidianas que fazem parte de sua identidade cultural, o que resultou em violações de aspectos fundamentais da cosmovisão e da cultura dos Sarayaku. Mencionaram que a paralisação das atividades cotidianas do Povo e a dedicação dos adultos à defesa do território teve impacto profundo no ensino das crianças e jovens sobre as tradições e rituais culturais, bem como na aprendizagem e perpetuação do conhecimento espiritual dos sábios.

---

<sup>154</sup> O artigo 26 da Convenção Americana dispõe: “Os Estados Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados”.

138. A Comissão não alegou violação do artigo 26 da Convenção, nem referiu-se a essas alegações dos representantes.

139. O Estado alegou que não havia violação do artigo 26 da Convenção. Afirmou que o direito à cultura é uma preocupação essencial do Estado e que alguns dos indicadores mais importantes dessa preocupação podem ser encontrados na institucionalidade, incorporada pelo Equador, em harmonia com os preceitos constitucionais. O Estado também alegou que os representantes apresentam a definição de cultura “a partir de uma noção étnica fixa” e que, portanto, “não sugerem a integralidade e a polissemia da dimensão cultural dos povos indígenas, em geral de qualquer componente de socialização humana, seja urbana ou rural”.

#### *A.1 Dever de adotar disposições de direito interno*<sup>155</sup>

140. A Comissão alegou que o Estado não adotou as disposições de direito interno para garantir o direito de acesso à informação e o direito à consulta prévia, motivo pelo qual é responsável pelo descumprimento do artigo 2 da Convenção. Em especial, a Comissão observou que o Decreto nº 1.040, de abril de 2008, não faz referência alguma ao direito de acesso à informação ou ao direito de consulta prévia dos povos indígenas, de acordo com as disposições internacionais aplicáveis, nem exige que a prestação de informação nos denominados “mecanismos de participação social” seja acessível, suficiente e oportuna, nos termos que foram descritos na presente demanda. Além disso, apesar de que tanto a Constituição de 1998, como a de 2008 consagram o direito à consulta prévia, até a data da demanda o Equador não dispunha de mecanismos e procedimentos específicos que desenvolvessem, adequadamente, o marco estabelecido na nova Constituição Política, no Plano Nacional de Direitos Humanos e na Convenção nº 169 da OIT.

141. Os representantes concordaram, essencialmente, com o declarado pela Comissão em relação à violação do artigo 2 da Convenção.

142. O Estado, por sua vez, considerou que não havia violado o artigo 2 da Convenção, e destacou que a Constituição encontra-se em pleno processo de harmonização com leis, regulamentos e outros corpos normativos, e que os instrumentos internacionais de direitos humanos estão incorporados em todas as reformas, tanto substantivas como adjetivas.

#### *A.1 Obrigação de respeitar os direitos*

143. Os representantes e a Comissão alegaram que o Estado é responsável pelas alegadas violações, anteriormente citadas, em relação ao artigo 1.1 da Convenção.

144. O Estado alegou que não violou o artigo 1.1 da Convenção. Alegou, especificamente, que quanto à prevenção de violações dos direitos humanos, o Ministério da Justiça e Direitos Humanos foi criado, precisamente para aproximar o cidadão e o Estado num sistema de respeito de direitos e garantias. Também declarou, “[e]m relação à investigação de crimes e de violência que pode violar os direitos das pessoas, [que] a Promotoria Geral da Nação desenvolveu um sistema denominado “*Promotores Indígenas*” que, ao conhecer o kichwa e o castelhano, além de outros idiomas reconhecidos constitucionalmente, “facilitam enormemente os trabalhos de coleta de provas e esclarecimento dos fatos supostamente delituosos”. O Estado também salientou que nas comunidades vizinhas dos Sarayaku, e na

---

<sup>155</sup> O artigo 2 da Convenção Americana estabelece: “Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades”.

própria comunidade, “quando não são impedidos pelos habitantes”, os promotores indígenas cumprem um importante papel. Por último, declarou que os representantes não demonstraram exaustivamente que o Estado tenha violado obrigações gerais de caráter *erga omnes*.

*B. A obrigação de garantir o direito à consulta em relação aos direitos à propriedade comunal indígena e à identidade cultural do Povo Sarayaku*

*B.1 O direito à proteção da propriedade comunal indígena*

145. O artigo 21 da Convenção Americana protege a estreita vinculação que os povos indígenas possuem com suas terras, bem como com os recursos naturais dos territórios ancestrais e os elementos incorpóreos que deles emanam.<sup>156</sup> Entre os povos indígenas existe uma tradição comunitária sobre uma forma comunal da propriedade coletiva da terra, no sentido de que sua posse não se centra num indivíduo, mas no grupo e sua comunidade.<sup>157</sup> Essas noções de domínio e da posse das terras não necessariamente correspondem à concepção clássica de propriedade, mas merecem igual proteção do artigo 21 da Convenção Americana. Desconhecer as versões específicas do direito ao uso e gozo dos bens, dadas pela cultura, usos, costumes e crenças de cada povo, equivaleria a sustentar que só existe uma forma de usar os bens e deles dispor, o que, por sua vez, significaria tornar ilusória a proteção dessa disposição para milhões de pessoas.<sup>158</sup>

146. Devido à conexão intrínseca que os integrantes dos povos indígenas e tribais tem com seu território, a proteção do direito a sua posse, uso e gozo é necessária para garantir sua sobrevivência, ou seja, o direito a usar e usufruir do território careceria de sentido no contexto dos povos indígenas e tribais caso esse direito não estivesse vinculado à proteção dos recursos naturais que se encontram no território. Por isso, a proteção dos territórios dos povos indígenas e tribais também decorre da necessidade de garantir a segurança e a manutenção, por parte deles, do controle e uso dos recursos naturais, o que, por sua vez, permite manter seu modo de vida. Essa vinculação entre o território e os recursos naturais que os povos indígenas e tribais usaram tradicionalmente e que são necessários para sua sobrevivência física e cultural, bem como para o desenvolvimento e continuidade de sua cosmovisão, deve ser protegida pelo artigo 21 da Convenção para garantir que possam continuar vivendo de acordo com seu modo de vida tradicional, e que sua identidade cultural, estrutura social, sistema econômico, costumes, crenças e tradições distintas sejam respeitados, garantidos e protegidos pelos Estados.<sup>159</sup>

147. Além disso, a falta de acesso aos territórios pode impedir as comunidades indígenas de usar os recursos naturais necessários, e deles usufruir, para procurar sua subsistência, mediante suas atividades tradicionais;<sup>160</sup> e de ter acesso aos sistemas tradicionais de saúde

---

<sup>156</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awás Tingni Vs. Nicarágua*, par. 148; e *Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai*, par. 85. Além disso, Comissão Interamericana, Relatório de Acompanhamento – Acesso à Justiça e Inclusão Social: O caminho para o fortalecimento da democracia na Bolívia. Documento OEA/Ser/L/V/II.135, Doc. 40, de 7 de agosto de 2009, par. 156.

<sup>157</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awás Tingni Vs. Nicarágua*, par. 149; e *Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai*, par. 85 a 87.

<sup>158</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguai*, par. 120; e *Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai*, par. 87.

<sup>159</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 124, 135 e 137; e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguai*, par. 118 e 121.

<sup>160</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 164.

e a outras funções socioculturais, o que pode expô-los a condições de vida precárias, ou desumanas, a maior vulnerabilidade diante de doenças e epidemias, bem como submetê-los a situações de desproteção extrema, que podem implicar em várias violações de seus direitos humanos, além de ocasionar-lhes sofrimento e prejudicar a preservação de sua forma de vida, costumes e idioma.<sup>161</sup>

## B.2 A relação especial do Povo Sarayaku com seu território

148. Para determinar a existência da relação dos povos e comunidades indígenas com suas terras tradicionais, a Corte estabeleceu: i) que ela pode expressar-se de diferentes maneiras, de acordo com o povo indígena em questão e as circunstâncias concretas em que se encontra; e ii) que a relação com as terras deve ser possível. Algumas formas de expressão dessa relação poderiam incluir o uso ou presença tradicional, por meio dos laços espirituais ou cerimoniais; assentamentos ou cultivos esporádicos; formas tradicionais de subsistência, como caça, pesca, ou colheita sazonal ou nômade; uso de recursos naturais ligados a seus costumes ou outros elementos característicos de sua cultura.<sup>162</sup> O segundo elemento implica que os membros da comunidade não se vejam impedidos, por causas alheias à sua vontade, de realizar as atividades que revelam a persistência da relação com suas terras tradicionais.<sup>163</sup>

149. No presente caso, a Corte constata que não está em dúvida a propriedade comunal do Povo Sarayaku sobre seu território, cuja posse exerce de forma ancestral e imemorial, como foi expressamente reconhecido pelo Estado na adjudicação, realizada em 12 de maio de 1992 (par. 61 *supra*). Sem prejuízo do exposto, além do que se salientou na parte dos fatos (pars. 51 a 57 *supra*), a Corte considera pertinente destacar o profundo laço cultural, imaterial e espiritual que a comunidade mantém com seu território, para compreender, de maneira mais plena, os danos provocados no presente caso.

150. O senhor Sabino Gualinga, *Yachak* de Sarayaku, declarou durante a audiência que “Sarayaku é uma terra viva, é uma selva vivente; aí existem árvores e plantas medicinais, e outros tipos de seres”.<sup>164</sup> Anteriormente, havia declarado:

No subsolo, *ucupacha*, assim como aqui, habita gente. Há povos bonitos que estão lá embaixo, tem árvores, lagos e montanhas. Algumas vezes escutam-se portas fechando nas montanhas, essa é a presença dos homens que moram lá... O *caipacha* é onde vivemos. No *jahuapacha* vive o poderoso, antigo sábio. Aí tudo é plano, é bonito... Não sei quantos *pachas* existem em cima, onde estão as nuvens é um *pacha*, onde estão a lua e as estrelas é outro *pacha*, mais acima disso, existe outro *pacha* onde há uns caminhos feitos de ouro, depois outro *pacha*, onde cheguei, que é um planeta de flores, onde vi um lindo beija-flor que estava bebendo o mel das flores. Até aí cheguei, não pude ir mais além. Todos os antigos sábios estudaram para tentar chegar ao *jahuapacha*. Sabemos que o deus está aí, mas não conseguimos chegar até lá.<sup>165</sup>

<sup>161</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguai*, par. 73.61 a 73.74; e *Caso Xákmok Kásek Vs. Paraguai*, par. 205, 207 e 208.

<sup>162</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 154; e *Caso Xakmok Kasek Vs. Paraguai*, par. 113.

<sup>163</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguai*, par. 132; e *Caso Xákmok Kásek Vs. Paraguai*, par. 113.

<sup>164</sup> Depoimento prestado por Sabino Gualinga perante a Corte durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011.

<sup>165</sup> FLACSO, *Sarayaku: el Pueblo del Cémit*, p. 96, (expediente de prova, tomo 11, folha 6.678).

151. O mesmo senhor Gualinga havia relatado, em depoimento anterior, que “é intolerável o extermínio da vida; com a destruição da selva apaga-se a alma, deixamos de ser indígenas da selva”.<sup>166</sup>

152. O atual Presidente dos Sarayaku, José Gualinga, disse que nessa “selva vivente” há “ruídos e fenômenos especiais”, e é a “inspiração onde, quando estamos nesses lugares, sentimos uma forma de anseio, de emoção e, assim, quando regressamos ao nosso povo, à família, nos sentimos fortalecidos”.<sup>167</sup> Esses espaços “são o que nos dão a potência, a potencialidade e a energia vital para poder sobreviver e viver. E tudo está entrelaçado entre as lagoas, as montanhas, as árvores, os seres e também nós, como ser vivente exterior”.<sup>168</sup> Declarou, também: “[N]ascemos, crescemos, nossos ancestrais viveram nestas terras, nossos pais, ou seja, somos originários destas terras e vivemos deste ecossistema, deste meio ambiente”.<sup>169</sup>

153. Para os Sarayaku, existe uma relação íntima entre o *Kawsak Sacha*, ou “selva viva”, e seus membros. Segundo a senhora Patricia Gualinga:

É uma relação íntima, é uma relação de convivência harmônica, o *Kawsak Sacha*, para nós, é a selva que é viva, com tudo o que isso implica, com todos os seus seres, com toda a sua cosmovisão, com toda a sua cultura, na qual estamos todos inseridos. [...] Esses seres são muito importantes. Eles nos mantêm com a energia vital, eles mantêm o equilíbrio e a abundância, eles mantêm todo o cosmos e estão conectados entre si. Esses seres são indispensáveis não só para os Sarayaku, mas para o equilíbrio amazônico, e estão conectados entre si, e, por isso, o Sarayaku defende tão arduamente seu espaço de vida.<sup>170</sup>

154. Durante a audiência pública, o perito Rodrigo Villagra Carron salientou que “o território, o conhecimento, as possibilidades, as potencialidades produtivas, mas também a reprodução humana que tem estão, intimamente, relacionadas”.<sup>171</sup> Do mesmo modo, ao considerar que “da relação especial entre cada grupo cultural e a natureza depende sua identidade cultural, que se expressa nas mais variadas práticas de manejo, proteção, uso, ou extração primária de recursos naturais, bens, ou serviços dos ecossistemas”. No mesmo sentido, o perito Víctor López Acevedo afirmou que “para os Sarayaku não é aceitável depender do Estado nem de grupos internos que demandem bens, porque eles entendem que o território é seu maior patrimônio, no sentido de que dentro dele estão todos os elementos materiais que determinam uma apropriada reprodução social e onde se fundam os seres que representam suas crenças espirituais, o que constitui valores diferentes dos da sociedade que os rodeia, mas que constituem sua razão de ser e sua razão de viver”.<sup>172</sup>

155. Os fatos provados e não questionados neste caso permitem considerar que o Povo Kichwa de Sarayaku tem uma profunda e especial relação com seu território ancestral, que

---

<sup>166</sup> FLACSO, *Sarayaku: el Pueblo del Cénit*, folha 6.729.

<sup>167</sup> Depoimento de José María Gualinga Montalvo prestado perante notário público em 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folha 10.016).

<sup>168</sup> Depoimento prestado perante notário público por José María Gualinga Montalvo, folha 10.016.

<sup>169</sup> Depoimento prestado perante notário público por José María Gualinga Montalvo, folhas 10.028 e 10.029. Ver também depoimento de Franco Tulio Viteri Gualinga prestado perante notário público em 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folhas 9.994 e 9.995).

<sup>170</sup> Depoimento prestado por Patricia Gualinga perante a Corte durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011.

<sup>171</sup> Peritagem apresentada pelo antropólogo Rodrigo Villagra perante a Corte durante a audiência pública realizada em 7 de julho de 2011.

<sup>172</sup> Peritagem apresentada pelo antropólogo e professor Víctor López Acevedo perante notário público em 29 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folhas 10.145 e 10.146).

não se limita a assegurar sua subsistência, mas que integra sua própria cosmovisão e identidade cultural e espiritual.

### B.3 Medidas de salvaguarda para garantir o direito à propriedade comunal

156. A Corte Interamericana destacou que, quando os Estados impõem limitações, ou restrições, ao exercício do direito dos povos indígenas à propriedade de suas terras, territórios e recursos naturais devem respeitar certas diretrizes. Assim, “quando a propriedade comunal indígena e a propriedade privada particular entram em contradições reais, ou aparentes, a Convenção Americana e a jurisprudência do Tribunal dispõem as diretrizes para definir as restrições admissíveis”,<sup>173</sup> as quais devem ser estabelecidas por lei, ser necessárias e proporcionais e ter por finalidade alcançar um objetivo legítimo numa sociedade democrática, sem implicar uma denegação da subsistência como povo.<sup>174</sup> O Tribunal também afirmou que, tratando-se de recursos naturais que se encontram no território de uma comunidade indígena, além dos critérios mencionados, exige-se que o Estado assegure-se de que essas restrições não impliquem uma denegação da subsistência do próprio povo indígena.<sup>175</sup>

157. É por esse motivo que no *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname*, o Tribunal estabeleceu que, para que a exploração, ou extração, de recursos naturais, nos territórios ancestrais, não impliquem uma denegação da subsistência do povo indígena como tal, o Estado deve aplicar as seguintes salvaguardas: i) efetuar um processo adequado e participativo que garanta seu direito à consulta, em especial, entre outras hipóteses, em casos de planos de desenvolvimento, ou de investimento, em grande escala; ii) a realização de um estudo de impacto ambiental; e iii) quando seja pertinente, distribuir de maneira prudente os benefícios que decorram da extração dos recursos naturais (como uma forma de justa indenização exigida pelo artigo 21 da Convenção), segundo o que a própria comunidade determine e resolva a respeito de quais seriam os beneficiários dessa compensação, segundo seus costumes e tradições.<sup>176</sup>

158. Neste caso, não foram apresentadas alegações específicas em relação aos referidos critérios para determinar a admissibilidade, ou validade, das restrições à propriedade comunal do território Sarayaku, ou, em relação a uma das medidas de salvaguarda, qual o requisito para a distribuição de benefícios. Em consequência, a Corte não analisará esses temas e passará a referir-se ao direito à consulta.

### B.4 A obrigação do Estado de garantir o direito à consulta do Povo Sarayaku

159. A Corte observa, então, que a estreita relação das comunidades indígenas com seu território tem, em geral, um componente essencial de identificação cultural baseado em suas próprias cosmovisões, e que, como atores sociais e políticos diferenciados em sociedades multiculturais, devem ser especialmente reconhecidos e respeitados numa sociedade democrática. O reconhecimento do direito à consulta das comunidades e povos

---

<sup>173</sup> *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai, Mérito, Reparações e Custas*, par. 144. Ver também *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações, e Custas*, par. 128.

<sup>174</sup> *Cf. Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações, e Custas*, par. 128. No mesmo sentido, *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai*, par. 144 e 145.

<sup>175</sup> *Cf. Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações, e Custas*, par. 129.

<sup>176</sup> *Cf. Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas e Gastos*, par. 129; e *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. “Interpretação da Sentença” de Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 12 de agosto de 2008. Série C No 185, par. 25 a 27.

indígenas e tribais está alicerçado, entre outros, no respeito de seus direitos à cultura própria ou identidade cultural (pars. 212 a 217 *infra*), os quais devem ser garantidos, sobretudo numa sociedade pluralista, multicultural e democrática.<sup>177</sup>

160. É por todo o exposto que uma das garantias fundamentais para assegurar a participação dos povos e comunidades indígenas nas decisões relativas a medidas que afetem seus direitos e, em particular, seu direito à propriedade comunal é, justamente, o reconhecimento de seu direito à consulta, o qual está reconhecido na Convenção nº 169 da OIT, entre outros instrumentos internacionais complementares.<sup>178</sup>

161. Em outras oportunidades,<sup>179</sup> este Tribunal salientou que os tratados de direitos humanos são instrumentos vivos, cuja interpretação tem de acompanhar a evolução dos tempos e as condições de vida do momento. Essa interpretação evolutiva é compatível com as regras gerais de interpretação estabelecidas no artigo 29 da Convenção Americana, bem como na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Nesse sentido, esta Corte tem afirmado que, ao interpretar um tratado, não só se levam em conta os acordos e instrumentos com ele formalmente relacionados (artigo 31.2 da Convenção de Viena), mas também o sistema no qual se inscreve (artigo 31.3 do mesmo instrumento).<sup>180</sup> Este Tribunal tem considerado também que poderia “abordar a interpretação de um tratado sempre que esteja diretamente implicada a proteção dos direitos humanos num Estado membro do Sistema Interamericano”,<sup>181</sup> mesmo que esse instrumento não tenha origem no mesmo

---

<sup>177</sup> Em relação a isso, a título de exemplo, na Sentença C-169/01, a Corte Constitucional da Colômbia afirmou: “Já disse a Corte que o pluralismo estabelece as condições para que os conteúdos axiológicos da democracia constitucional tenham lugar e fundamento democrático. Dito sinteticamente, a opção popular e livre pelos melhores valores está justificada formalmente pela possibilidade de escolher sem restrição outros valores, e materialmente pela realidade de uma ética superior” (Sentença C-089/94, *ibid.*). Na mesma oportunidade, salientou-se que a democratização do Estado e da sociedade disposta na Constituição se encontra vinculada a um esforço progressivo de construção histórica, durante o qual é indispensável que a esfera pública, e com ela o sistema político, esteja aberta ao reconhecimento constante de novos atores sociais. Por conseguinte, só se pode falar de uma verdadeira democracia, representativa e participativa, onde a composição formal e material do sistema guarde uma correspondência adequada com as diversas forças que constituem a sociedade, e permita a todas elas participar da adoção das decisões que lhes diga respeito. Isso é especialmente importante num Estado Social de Direito, que se caracteriza por pressupor a existência de uma profunda inter-relação entre os espaços, tradicionalmente separados, do “Estado” e da “Sociedade Civil”, e que pretende superar a concepção tradicional da democracia, vista simplesmente como o governo formal das maiorias, para acoplar-se melhor à realidade e incluir no debate público, enquanto sujeitos ativos, os diferentes grupos sociais, minoritários ou em processo de consolidação, desse modo promovendo sua participação nos processos de tomada de decisões em todas as esferas”.

<sup>178</sup> Cf. *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 134. Ver também Convenção nº 169 da OIT, artigos 6 e 17, e Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, artigos 19, 30.2, 32.2 e 38.

<sup>179</sup> Cf. *O Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Âmbito das Garantias do Devido Processo Legal*. Parecer Consultivo OC-15/97 de 14 de novembro de 1997. Série A Nº 15, par. 114; *Caso dos “Meninos de Rua” (Villagrán Morales e outros). Mérito*, par. 193; e *Caso Irmãos Gómez Paquiyauri. Mérito, Reparações e Custas*, Sentença de 8 de julho de 2004. Série C Nº 110, par. 165.

<sup>180</sup> Cf. *O Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Âmbito das Garantias do Devido Processo Legal*, par. 113; *Caso dos “Meninos de Rua” (Villagrán Morales e outros) Vs. Guatemala. Mérito*, par. 192 e 193; e *Caso Bueno Alves Vs. Argentina. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 11 de maio de 2007. Série C No 164, par. 78.

<sup>181</sup> “*Outros Tratados*” Objeto da Função Consultiva da Corte (art. 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), Parecer Consultivo OC-1/82, de 24 de setembro de 1982. Série A Nº 1, par. 21; *Interpretação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem no Âmbito do Artigo 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Parecer Consultivo OC-10/89, de 14 de julho de 1989. Série A Nº 10, par. 44; e *Condição Jurídica e Direitos Humanos da Criança*. Parecer Consultivo OC-17/02, de 28 de agosto de 2002. Série A Nº 17, par. 22.



sistema regional de proteção.<sup>182</sup> Nesse sentido, a Corte interpretou o artigo 21 da Convenção à luz da legislação interna referente aos direitos dos membros dos povos indígenas e tribais, como, por exemplo, em casos da Nicarágua,<sup>183</sup> Paraguai<sup>184</sup> e Suriname,<sup>185</sup> como também levou em conta a Convenção nº 169 da OIT.<sup>186</sup>

162. Nesse sentido, a jurisprudência reiterada, deste Tribunal, desde o *Caso Yakye Axa Vs. Paraguai*, é aplicável ao presente caso:

Considerando que o presente caso trata dos direitos dos membros de uma comunidade indígena, a Corte considera oportuno recordar que, de acordo com os artigos 24 (Igualdade perante a Lei) e 1.1 (Obrigação de Respeitar os Direitos) da Convenção Americana, os Estados devem garantir, em condições de igualdade, o pleno exercício e gozo dos direitos destas pessoas que estão sujeitas à sua jurisdição. Entretanto, há de se ressaltar que para garantir efetivamente estes direitos, ao interpretar e aplicar sua normativa interna, os Estados devem levar em consideração as características próprias que diferenciam os membros dos povos indígenas da população em geral e que conformam sua identidade cultural. O mesmo raciocínio deve aplicar a Corte, como, com efeito, fará no presente caso, para apreciar o alcance e o conteúdo dos artigos da Convenção Americana, cuja violação a Comissão e os representantes imputam ao Estado.<sup>187</sup>

163. A Convenção nº 169 da OIT aplica-se, *inter alia*, “aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total, ou parcialmente, por seus próprios costumes, ou tradições. ou por legislação especial”,<sup>188</sup> razão pela qual os Estados “deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade”.<sup>189</sup> Os artigos 13 a 19 dessa Convenção referem-se aos direitos dessas populações sobre suas terras e territórios”, e os artigos 6, 15, 17, 22, 27 e 28 regulamentam as diferentes hipóteses nas quais deve ser aplicada a consulta prévia livre e fundamentada em casos onde se disponham medidas suscetíveis de afetá-las.

164. Diversos Estados, membros da Organização dos Estados Americanos, mediante suas normas internas e por intermédio de seus mais altos tribunais de justiça, incorporaram as normas mencionadas. Desse modo, a legislação interna de vários Estados da região, como,

---

<sup>182</sup> Cf. *Condição Jurídica e Direitos Humanos da Criança*, par. 22. Ver também *O Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Âmbito das Garantias do Devido Processo Legal*, par. 109; e “*Outros Tratados*” Objeto da Função Consultiva da Corte (artigo 64 da *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*), par. 14, 32 e 38. Também, “[n]ão existe nenhuma razão para excluir, prévia e abstratamente, que se possa solicitar da Corte, e esta emitir, um parecer sobre um tratado aplicável a um Estado americano em matéria concernente à proteção dos direitos humanos, pelo único fato de que sejam também partes nesse tratado, Estados que não pertencem ao Sistema Interamericano, ou, que não tenha sido adotado no âmbito ou sob a proteção deste”. “*Outros Tratados*” Objeto da Função Consultiva da Corte (artigo 64 da *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*), par. 48; e *Condição Jurídica e Direitos Humanos da Criança*, par. 22.

<sup>183</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicarágua*, par. 148 a 153.

<sup>184</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 138 a 139; *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguai*, par. 122 a 123; e *Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai*, par. 143.

<sup>185</sup> Cf. *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 106 a 117; e *Caso da Comunidade Moiwana. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 86.39 a 86.41.

<sup>186</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 125 a 130; *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 93 e 94; e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguai*, par. 117.

<sup>187</sup> *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 51; e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguai*, par. 59 a 60.

<sup>188</sup> Convenção nº 169 da OIT, artigo 1.1.a.

<sup>189</sup> Convenção nº 169 da OIT, artigo 2.

por exemplo, Argentina,<sup>190</sup> Bolívia,<sup>191</sup> Chile,<sup>192</sup> Colômbia,<sup>193</sup> Estados Unidos,<sup>194</sup> México,<sup>195</sup> Nicarágua,<sup>196</sup> Paraguai,<sup>197</sup> Peru,<sup>198</sup> e Venezuela,<sup>199</sup> refere-se à importância da consulta ou da

---

<sup>190</sup> A Constituição Nacional da República Argentina, de 1994, no artigo 75.17, reconhece a preexistência étnica e cultural dos povos indígenas argentinos, a personalidade jurídica de suas comunidades, e a posse e propriedade comunitária das terras que tradicionalmente ocupam, e declara que nenhuma delas será alienável, transmissível, ou suscetível de tributo, ou embargo. Além disso, a mesma disposição assegura a participação de povos indígenas “na gestão referente a seus recursos naturais e aos demais interesses que os afetem”.

<sup>191</sup> Na Bolívia, a Constituição Política do Estado, de 7 de fevereiro de 2009, reconhece o direito dos povos indígenas de serem consultados “mediante procedimentos apropriados e, em especial, mediante suas instituições, cada vez que se disponham medidas legislativas, ou administrativas, suscetíveis de afetá-los. Nesse âmbito, respeitar-se-á e garantir-se-á o direito à consulta prévia obrigatória, realizada pelo Estado, de boa-fé e concertada, com respeito à extração dos recursos naturais não renováveis no território que habitam” (artigo 30.II.15). Além das disposições constitucionais, a legislação interna boliviana faz várias referências ao direito à consulta prévia como, por exemplo, a Lei nº 3.058, de 19 de maio de 2005, o artigo 78, da Lei nº 1.333 do Meio Ambiente, de 27 de abril de 1992, e o Decreto Supremo nº 29.033, de 16 de fevereiro de 2007, mediante o qual se regulamentou o processo de Consulta Prévia e, especificamente, o artigo 4, que reúne os princípios de integralidade e participação.

<sup>192</sup> No Chile, o artigo 34 da *Lei Indígena* nº 19.253, de 1993, estabelece que os “serviços da administração do Estado e das organizações de caráter territorial, quando considerem matérias que tenham ingerência, ou relação, com questões indígenas, deverão ouvir e levar em conta a opinião das organizações indígenas que esta lei reconhece”.

<sup>193</sup> A Constituição Política da Colômbia dispõe, no parágrafo do artigo 330, que “[a] extração dos recursos naturais nos territórios indígenas far-se-á sem prejuízo da integridade cultural, social e econômica das comunidades indígenas. Nas decisões que se adotem a respeito dessa extração, o Governo propiciará a participação dos representantes das respectivas comunidades”. Além disso, a legislação colombiana refere-se em várias disposições à consulta prévia: *Lei Geral Ambiental da Colômbia*, Lei nº 99, de 1993, cujo artigo 76 regulamenta os modos e procedimentos de participação das comunidades indígenas e negras na esfera ambiental; Decreto nº 1.397, de 1996; Lei nº 70, de 1993, artigo 44; Diretriz Presidencial nº 01, de 2010; Decreto nº 1.320, de 1998, Decreto-Lei nº 200, de 3 de fevereiro de 2003; Decreto nº 1.220, de 21 de abril de 2005; Decreto nº 4.633, de 2011; e Decreto nº 4.633, de 9 de dezembro de 2011.

<sup>194</sup> Nos Estados Unidos, o direito à consulta prévia foi codificado no Decreto do Noroeste, aprovado pelo Congresso em 1787. Nessa norma, o artigo III estabeleceu que os territórios das populações indígenas nunca “poderão ser invadidos, ou alvo de desordem, a menos que seja em virtude de uma declaração de guerra ordenada pelo Congresso” (tradução da Secretaria). Além disso, a obrigação de realizar uma consulta prévia está estabelecida no *National Historic Preservation Act*, de 1966, 16 U.S.C. §§ 470(a)(d)(6)(B) & 470(h) (1992); no *National Environmental Policy Act* (NEPA); no *Native American Graves Protection and Repatriation Act*, de 1990 §3(c); na *EPA Policy for the Administration of Environmental Programs on Indians Reservations*, de 1984; e na *Lei de Liberdade Religiosa de Indígenas Norte-Americanos*, de 1978. Ver também a Ordem Executiva 12.875 (1993), na qual se estipulou que o Governo Federal necessita consultar as comunidades tribais sobre aspectos que as afetem de maneira significativa; a Ordem Executiva 13.007 (1996), na qual se estipulou que os organismos federais devem permitir o acesso a lugares sagrados e evitar ações que causem danos à integridade desses lugares; e a Ordem Executiva 13.175 (2000), que estabeleceu como política de governo que se devem realizar consultas regulares com as comunidades antes de implementar políticas federais que as afetem.

<sup>195</sup> A Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos dispõe que “[a] Federação, os Estados e os Municípios, para promover a igualdade de oportunidades dos indígenas e eliminar qualquer prática discriminatória, estabelecerão as instituições e determinarão as políticas necessárias para garantir a vigência dos direitos dos indígenas e o desenvolvimento integral de seus povos e comunidades, as quais deverão ser traçadas e administradas juntamente com eles [...] IX. Consultar os povos indígenas na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento e dos estaduais e municipais e, quando seja pertinente, incorporar as recomendações e propostas que apresentem”. (Título Primeiro, Capítulo 1, artigo 2.B.IX). Ver também *Lei da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas*, de 21 de maio de 2003, *Lei de Planejamento*, de 13 de junho de 2003; *Lei Geral de Direitos Linguísticos dos Povos Indígenas*, de 13 de março de 2003. Do mesmo modo, vários Estados do México promulgaram normas que se referem à consulta prévia: *Lei de Consulta Indígena para o Estado e Municípios de San Luis Potosí*, de 8 de julho de 2010; *Lei de Direitos, Cultura e Organização dos Povos e Comunidades Indígenas do Estado de Campeche*, de 15 de junho de 2000; *Lei Geral dos Povos e Comunidades Indígenas do Estado de Durango*, de 22 de julho de 2007; *Lei de Direitos e Cultura dos Povos e Comunidades Indígenas do Estado de Querétaro*, de 24 de julho de 2009; *Lei de Direitos e Cultura Indígena do Estado de Chiapas*, de 29 de julho de 1999; *Regulamento da Lei de Direitos, Cultura e Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Indígenas do Estado de Puebla*, de 22 de julho de 2011; *Lei de Fomento e Desenvolvimento dos Direitos e Cultura das Comunidades e Povos Indígenas do Estado de Morelos*, de 18 de janeiro de 2012; *Lei de Direitos e Cultura Indígena do Estado de Nayarit*, de 18 de dezembro de 2004; *Lei Regulamentar do Artigo 9º da Constituição Política do Estado, sobre os Direitos e a Cultura Indígena*, de 13 de setembro de 2003; Constituição

propriedade comunitária. Além disso, vários tribunais internos de Estados da região que ratificaram a Convenção nº 169 da OIT<sup>200</sup> referiram-se ao direito à consulta prévia, em conformidade com suas disposições. Nesse sentido, altos tribunais da Argentina,<sup>201</sup> Belize,<sup>202</sup>

---

Política do Estado Livre e Soberano de San Luis Potosí, de 11 de julho de 2003; *Lei de Direitos e Culturas Indígenas para o Estado de Veracruz de Ignacio de la Llave*, de 3 de novembro de 2010; *Lei sobre os Direitos e o Desenvolvimento dos Povos e das Comunidades Indígenas do Estado de Jalisco*, de 11 de janeiro de 2007; *Lei Geral dos Povos e Comunidades Indígenas do Estado de Durango*, de 22 de julho de 2007; *Lei Número 701 de Reconhecimento, Direitos e Cultura dos Povos e Comunidades Indígenas do Estado de Guerrero*, de 8 de abril de 2011; *Lei de Direitos e Cultura Indígena do Estado de Baja California*, de 26 de outubro de 2007; Constituição Política do Estado Livre e Soberano de Chihuahua, artigo 64; Constituição Política do Estado de Durango, de 22 de fevereiro de 2004; Constituição Política do Livre e Soberano Estado de Jalisco, de 29 de abril de 2004; Lei de Direitos e Cultura Indígena do Estado do México, de 10 de setembro de 2002; Constituição Política do Estado Livre Soberano de Puebla, de 10 de dezembro de 2004; e *Lei de Direitos, Cultura e Organização Indígena do Estado de Quintana Roo*, de 20 de novembro de 1996.

<sup>196</sup> A Constituição Política da República da Nicarágua dispõe que “[as] comunidades da Costa Atlântica [...] têm o direito de preservar e desenvolver sua identidade cultural na unidade nacional; dotar-se de suas próprias formas de organização social e administrar seus assuntos locais conforme suas tradições”. Além disso, acrescenta que “[o] Estado reconhece as formas comunais de propriedade das terras das comunidades da Costa Atlântica. Igualmente, reconhece o gozo, uso e desfrute das águas e matas de suas terras comunais” (Título IV: Direitos, Deveres e Garantias do Povo Nicaraguense, Capítulo VI: Direitos das comunidades da Costa Atlântica, artigo 89). Também, “[o] Estado garante a essas comunidades o desfrute de seus recursos naturais, a efetividade de suas formas de propriedade comunal e a livre escolha de suas autoridades e deputados” (Título IX: Divisão Política Administrativa, Capítulo II: Comunidades da Costa Atlântica, artigo 180). Além disso, a *Lei do regime depropriedade comunal dos Povos indígenas e comunidades étnicas das regiões autônomas da Costa Atlântica da Nicarágua e dos rios Bocay, Coco, Índio e Maíz* estipula, em seu artigo 3, que a consulta consiste na “prestação da informação técnica sobre a operação, ou o projeto, seguido do processo de discussão e decisão que a eles refira-se; durante os quais as comunidades deverão contar com tradutores que traduzirão para suas línguas tudo o que seja dito durante esse processo, e ser assistidas por técnicos na matéria”.

<sup>197</sup> A Constituição Política do Paraguai, de 1992, estabelece, em seu artigo 64, que os povos indígenas “têm direito à propriedade comunitária da terra, em extensão e qualidade suficientes para a conservação e o desenvolvimento de suas formas peculiares de vida”.

<sup>198</sup> A Lei do Direito à Consulta Prévia aos Povos Indígenas ou Originários, reconhecida na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, de 2011, estabelece, entre outros, que o direito à consulta prévia “[é] o direito dos povos indígenas, ou originários, a serem consultados de forma prévia sobre as medidas legislativas, ou administrativas, que afetem, diretamente, seus direitos coletivos, sobre sua existência física, identidade cultural, qualidade de vida, ou desenvolvimento”, e que, “[t]ambém, cabe efetuar a consulta a respeito dos planos, programas e projetos de desenvolvimento nacional e regional que afetem, diretamente, esses direitos” (artigo 2). Ver também a Lei Geral do Meio Ambiente, Lei nº 28.611, artigo 72.2, e o Decreto Supremo nº 012-2008-EM, “Aprovam Regulamento de Participação Cidadã para a Realização de Atividades de Hidrocarboretos”, artigo II: Objeto e Natureza da Participação.

<sup>199</sup> A Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, dispõe, em seu artigo 120, que “[o] aproveitamento dos recursos naturais nos habitats indígenas, por parte do Estado, far-se-á sem lesar sua integridade cultural, social e econômica e, igualmente, está sujeito à prévia informação e consulta às comunidades indígenas respectivas. Os benefícios desse aproveitamento, por parte dos povos indígenas, estão sujeitos à Constituição e à Lei”. Por sua vez, o artigo 11, da *Lei Orgânica de Povos e Comunidades Indígenas*, de 8 de dezembro de 2005, dispõe que “[t]oda atividade suscetível de afetar, direta ou indiretamente, os povos e comunidades indígenas deverá ser motivo de consulta com os povos e comunidades indígenas envolvidos. A consulta será de boa-fé, levando em conta os idiomas e a espiritualidade, respeitando a organização própria, as autoridades legítimas e os sistemas de comunicação e informação dos integrantes dos povos e comunidades indígenas envolvidos, conforme o procedimento estabelecido nesta Lei. Toda atividade de aproveitamento de recursos naturais e qualquer tipo de projeto de desenvolvimento a serem executados em habitat e terras indígenas estarão sujeitos ao procedimento de informação e consulta prévia, conforme a presente Lei”.

<sup>200</sup> Os seguintes países da região ratificaram a Convenção nº 169 da OIT: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela.

<sup>201</sup> A Corte Suprema de Justiça da Nação declarou que a garantia do direito à propriedade comunitária dos povos indígenas “deve levar em conta que a terra está estreitamente relacionada a suas tradições e expressões orais, seus costumes e línguas, suas artes e rituais, seus conhecimentos e usos relacionados com a natureza, suas artes culinárias, o direito consuetudinário, sua vestimenta, filosofia e valores”, e “[a] relevância e a delicadeza dos aludidos bens devem guiar os magistrados, não só no esclarecimento e decisão dos pontos de direito substancial, mas também [...] dos vinculados à “proteção judicial”, disposta na Convenção Americana sobre Direitos Humanos

Bolívia,<sup>203</sup> Brasil,<sup>204</sup> Chile,<sup>205</sup> Colômbia,<sup>206</sup> Costa Rica,<sup>207</sup> Equador,<sup>208</sup> Guatemala,<sup>209</sup> México,<sup>210</sup> Peru<sup>211</sup> ou Venezuela<sup>212</sup> salientaram a necessidade de respeitar as normas de

---

(artigo 25), que exhibe hierarquia constitucional” (CSJN, “Comunidade Indígena Eben Ezer c/província de Salta - Ministério do Emprego e da Produção s/Amparo”, de 30 de setembro de 2008, C. 2124. XLI, p. 4). Do mesmo modo, o Tribunal Superior de Justiça de Neuquén pronunciou-se sobre o direito à consulta prévia dos povos indígenas, salientando que a consulta é, “em essência, um direito fundamental de caráter coletivo, razão pela qual o Estado é obrigado a instaurar procedimentos de boa-fé, destinados a recolher o parecer livre e fundamentado dessas comunidades, quando se observem ações governamentais, legislativas, ou administrativas, suscetíveis de afetá-las, diretamente, a fim de estabelecer os acordos, ou medidas, que sejam cabíveis”. O mesmo Tribunal acrescentou que o “reconhecimento [do direito à consulta prévia] surge em decorrência da consciência da necessidade de reivindicar, de maneira especial, a salvaguarda dos interesses das populações humanas que, por fatores ligados a sua identidade cultural, viram-se aliadas dos processos de decisão do poder público e do funcionamento das estruturas estatais em geral. Nesse sentido, cria-se, como garantia de igualdade, o mecanismo de equiparação, quanto à aptidão real dessas populações de pronunciar-se e influir sobre as disposições destinadas a repercutir em suas condições de vida, a fim de situá-las no mesmo plano que cabe a qualquer grupo de cidadãos” (TSJN, Acordo nº 6 nos autos “Comunidade Mapuche Catalán e Confederação Indígena Neuquina c/Província do Neuquén s/ação de inconstitucionalidade”, de 25 de outubro de 2010, Expediente nº 1.090/04). Ver também Primeira Câmara da Suprema Corte de Justiça de Mendoza, Argentina, Expediente nº 102.631, Sentença de 18 de maio de 2012.

<sup>202</sup> A Corte Suprema de Belize salientou que “embora Belize ainda não tenha ratificado a Convenção nº 169 da [OIT] [...], não há dúvida de que o artigo 14, desse instrumento, contém disposições sobre o direito à terra dos povos indígenas que refletem os princípios de direito internacional relativos aos povos indígenas”. Corte Suprema de Belize, *Aurelio Cal por direito próprio e em nome da Comunidade Maya de Santa Cruz e outros Vs. Procurador-Geral de Belize e outros*. Casos 171 e 172, de 2007. Sentença de 18 de outubro de 2007.

<sup>203</sup> O Tribunal Constitucional da Bolívia pronunciou-se, em várias oportunidades, sobre o direito à consulta prévia. Especificamente, salientou que “o respeito, por parte do Estado, dos direitos sociais, econômicos e culturais dos povos indígenas, em especial os relativos às suas terras de origem, garantindo o uso e aproveitamento sustentável dos recursos naturais que essas terras abrigam, efetiva uma garantia de proteção dos povos indígenas pelas características desses povos, entre elas, as condições econômico-sociais que os distinguem do restante da comunidade nacional, o fato de que se regem por seus próprios costumes ou tradições, têm consciência de que pertencem a essa comunidade e merecem um reconhecimento formal como tal, por parte dos órgãos do Estado”. Tribunal Constitucional da Bolívia, Sentença 0045/2006, 2 de junho de 2006. II.5.3. Ver também Expediente nº 2008-17547-36-RAC, Sentença de 25 de outubro de 2010, III.5: “A consulta, de acordo com o artigo 15.2 da Convenção nº 169 da OIT, estende-se aos recursos existentes nas terras dos povos indígenas, ao destacar que quando a propriedade dos minerais ou recursos do subsolo pertencem ao Estado, os governos deverão estabelecer, ou manter, procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados e em que medida, antes de executar, ou autorizar, qualquer programa de prospecção, ou extração, dos recursos existentes nessas terras”.

<sup>204</sup> A Quinta Vara Federal de Primeira Instância, Seção Judicial do Maranhão, dispôs que “[o] Estado não pode desconhecer a proteção constitucionalmente eleita como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil”, ou seja, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Constituição Federal de 1988, artigo 3.IV), incluindo, assim, as comunidades afrodescendentes tradicionais (comunidades remanescentes de quilombos), máxime quando, como o destaca o representante do Ministério Público, o Estado brasileiro confirmou sua intenção de estabelecer políticas públicas destinadas ao combate da discriminação dos modos de vida tradicionais dos povos indígenas e tribais, ao publicar o Decreto Legislativo nº 43/2000, ratificando a Convenção nº 169 da OIT. Quinta Vara Federal de Primeira Instância, Seção Judicial do Maranhão (Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Maranhão, 5ª Vara), *Joisael Alves e outros Vs. Diretor-Geral do Centro de Lançamento de Alcântara*, Sentença nº 027/2007/JCM/JF/MA, Processo nº 2006.37.00.005222-7, Sentença de 13 de fevereiro de 2007.

<sup>205</sup> A jurisprudência do Chile referiu-se ao direito à consulta prévia, salientando que num caso em que uma municipalidade procedeu à intervenção num morro para a extração de árvores, sem consultar às comunidades indígenas interessadas, “há [via]-se violado o direito à integridade psíquica dos recorrentes, razão pela qual não cabe dúvida que a intervenção e destruição de seu patrimônio cultural leva a uma sensação de falta de respeito a sua identidade social, a seus costumes e tradições, bem como à conservação das características próprias de sua etnia, produzindo, naturalmente, inquietação e grande preocupação”. Tribunal de Recursos de Concepción, Chile, 10 de agosto de 2010.

<sup>206</sup> Sobre o direito à consulta prévia, livre e fundamentada, a Corte Constitucional colombiana declarou que “é necessário que o Estado, de forma articulada, garanta e incentive a aplicação real e efetiva do direito fundamental à consulta prévia das comunidades étnicas, pois, antes de tudo, as ferramentas que subjazem à consulta permitem conciliar posições e chegar a um ponto intermediário de diálogo intercultural em que os povos exerçam seu direito à autonomia com seus próprios planos de vida, frente aos modelos econômicos baseados na economia de mercado,

consulta prévia e dessa Convenção. Outros tribunais de países que não ratificaram a Convenção nº 169 da OIT referiram-se à necessidade de realizar consultas prévias com as

---

ou similares” (Corte Constitucional da Colômbia, Sentença T-129/11, par. 5.1). Além disso, o mesmo Tribunal salientou que o dever de consulta a cargo do Estado é consequência direta do direito que assiste às comunidades nativas de decidir as prioridades em seu processo de desenvolvimento e preservação da cultura (Sentença C Nº 169/01, par. 2.3).

<sup>207</sup> A Câmara Constitucional, da Corte Suprema de Justiça da Costa Rica, salientou que a “Constituição Política deve interpretar-se e aplicar-se de forma que permita e facilite a vida e o desenvolvimento independentes das minorias étnicas que habitam a Costa Rica, sem outros limites que não aqueles que os próprios direitos humanos impõem à conduta de todos os homens” (Considerando III). Sobre a consulta a povos indígenas, estabeleceu que “qualquer medida legislativa, ou administrativa, que seja suscetível de afetar, diretamente, os povos interessados deve ser objeto de consulta a eles” (Considerando IV, itálicos e negritos no original). Nesse sentido, recordou que, pela hierarquia normativa que lhe concede a Constituição Política, em seu artigo 7, a Convenção nº 169 da OIT, tem autoridade superior à das leis e, portanto, sua proteção recai no âmbito da jurisdição constitucional (Considerando III). Câmara Constitucional, da Corte Suprema de Justiça da Costa Rica, 2011-1768, de 11 de fevereiro de 2011. Mandado de Segurança. Ver também Câmara Constitucional, da Corte Suprema de Justiça da Costa Rica, Sentença 2000-08019, de 8 de setembro de 2000.

<sup>208</sup> A Corte Constitucional do Equador referiu-se à consulta prévia, em sua jurisprudência, ao destacar que “[a] consulta pública é outro dos aspectos importantes vinculados ao manejo ambiental e é que a participação da população deve expressar-se nas diferentes etapas desse manejo, isto é, no planejamento, nas normas, no desenvolvimento de estudos de impacto ambiental, na vigilância e na legitimidade processual; deve estar habilitada para acionar diferentes demandas perante as instâncias administrativas, ou judiciais” (Caso dos Pântanos Secos de Pastaza, nº 222-2004-RA, Sentença de 9 de junho de 2004, considerando décimo segundo). Por outro lado, salientou que “toda decisão estatal que possa afetar o meio ambiente, para cujo efeito a comunidade deverá ser devidamente informada, remetendo à Lei para que garanta a participação da comunidade” e que “a participação cidadã, na gestão ambiental, [...] torna-se indispensável, porquanto é, precisamente, a comunidade, a que enfrentará as consequências das atividades de ordem diversa a realizar-se em seu ambiente” (Caso do Cine IMAX na Paróquia de Cumbayá, nº 679-2003-RA, considerando sexto).

<sup>209</sup> A Corte de Constitucionalidade da Guatemala referiu-se ao direito à consulta prévia dos povos indígenas ressaltando que ele é, essencialmente, “um direito fundamental de caráter coletivo, razão pela qual o Estado é obrigado a instaurar procedimentos de boa-fé, destinados a recolher o parecer livre e fundamentado dessas comunidades, quando se observem ações governamentais, legislativas, ou administrativas, suscetíveis de afetá-las, diretamente, a fim de estabelecer os acordos, ou medidas, que sejam cabíveis”. A Corte acrescentou que “[s]eu reconhecimento surge em decorrência da consciência da necessidade de reivindicar, de maneira especial, a salvaguarda dos interesses das populações humanas que, por fatores ligados a sua identidade cultural, viram-se alijadas dos processos de decisão do poder público e do funcionamento das estruturas estatais em geral. Nesse sentido, cria-se, como garantia de igualdade, o mecanismo de equiparação, quanto à aptidão real dessas populações de pronunciar-se e influir sobre as disposições destinadas a repercutir em suas condições de vida, a fim de situá-las no mesmo plano que cabe a qualquer grupo de cidadãos” (Corte de Constitucionalidade, Guatemala, 21 de dezembro de 2009, Recurso de Sentença de Amparo, Expediente nº 3878-2007, item V).

<sup>210</sup> Cf. Corte Suprema de Justiça da Nação, Mandado em revisão nº 781/2011. María Monarca Lázaro e outra. 14 de março de 2012. Por outro lado, o Tribunal Eleitoral, do Poder Judiciário da Federação Mexicana, invocou a Convenção nº 169 da OIT, para determinar que a ausência de consulta a uma comunidade indígena, sobre a realização de eleições, é considerada como indício de falta de diligência, por parte das autoridades, que determinou, no caso concreto, entre outros fatores, a decisão do Tribunal no sentido de considerar indevidamente fundamentado o ato de adiamento das eleições, segundo o direito consuetudinário indígena. Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação, *Joel Cruz Chávez e outros Vs. Quinquagésima Nona Legislatura do Estado de Oaxaca e outras*, SUP-JDC-11/2007. Sentença de 6 de junho de 2007.

<sup>211</sup> A jurisprudência do Tribunal Constitucional peruano referiu-se ao direito à consulta prévia em várias de suas sentenças. Especificamente, o Tribunal destacou que, em casos de extração de recursos naturais, será necessário “proceder à consulta às comunidades nativas que possam ser prejudicadas com essas atividades” e que “não só serão consultados aqueles povos indígenas em cujo território serão realizadas as atividades, mas por exemplo também os povos indígenas imediatamente adjacentes a esse local, e que sejam suscetíveis de serem afetados”. Além disso, a mesma sentença salientou que “o início de todo o processo será a determinação da medida legislativa, ou administrativa, que pode ser suscetível de afetar, diretamente, um povo indígena” (Sentença do Tribunal Constitucional, Autos nº 0022-2009-PI/TC, par. 23 e 41). Além disso, a Corte estabeleceu que o direito à identidade étnica compreende “[o] direito a serem ouvidos e consultados, anteriormente, a toda ação, ou medida, que se adote e que possa afetá-los” (Sentença do Tribunal Constitucional, Expediente nº 03343-2007- PA/TC, par. 30).

<sup>212</sup> Cf. Sentença do Tribunal Supremo de Justiça. Expediente nº 2005-5648, de 6 de dezembro de 2005.

comunidades indígenas, autóctones, ou tribais, sobre qualquer medida administrativa, ou legislativa, que os afete diretamente, bem como sobre a extração de recursos naturais em seu território. Desse modo, observam-se desdobramentos jurisprudenciais similares por parte de altas cortes de países da região como o Canadá,<sup>213</sup> ou os Estados Unidos da América,<sup>214</sup> ou de fora da região, como a Nova Zelândia,<sup>215</sup> ou seja, a obrigação da consulta, além de constituir uma norma convencional, também é um princípio geral do Direito Internacional.

165. Portanto, está claramente reconhecida, hoje, a obrigação dos Estados de realizar processos de consulta especiais e diferenciados quando determinados interesses das comunidades e povos indígenas corram o risco de ser afetados. Esses processos devem respeitar o sistema específico de consulta de cada povo, ou comunidade, para que possa haver um relacionamento adequado e efetivo com outras autoridades estatais, atores sociais, ou políticos, além de terceiros interessados.

166. A obrigação de consultar as comunidades e povos indígenas e tribais sobre toda medida administrativa, ou legislativa, que afete seus direitos reconhecidos na legislação interna e internacional, bem como a obrigação de assegurar os direitos dos povos indígenas de participar das decisões dos assuntos que digam respeito a seus interesses, está em relação direta com a obrigação geral de garantir o livre e pleno exercício dos direitos reconhecidos na Convenção (artigo 1.1). Isso implica o dever de organizar, adequadamente, todo o aparato governamental e, em geral, todas as estruturas mediante as quais se manifesta o exercício do poder público, de maneira que sejam capazes de assegurar juridicamente o livre e pleno exercício dos direitos.<sup>216</sup> O acima exposto implica a obrigação de estruturar as normas e instituições de modo que a consulta às comunidades indígenas,

---

<sup>213</sup> Com respeito aos direitos territoriais das populações indígenas, a Corte Suprema do Canadá declarou que “[a] honra da Coroa requer que esses direitos sejam determinados, reconhecidos e respeitados. Este último requer que a Coroa atue de forma honrada e participe de processos de negociação. Durante esse processo, a honra da Coroa pode exigir uma consulta e, quando seja pertinente, considerar os interesses da população indígena” (*Haida Vs. British Columbia (Ministro das Florestas)* [2004] 3 S.C.R. 511, par. 25). No que diz respeito à obrigação de consultar, a Corte estabeleceu que a natureza e o alcance do dever de consultar poderão variar segundo as circunstâncias, e que em todos os casos a obrigação de consultar deve ser exercida de boa-fé e com a intenção de considerar os interesses da população indígena cujos territórios estejam em jogo. Também, determinou que a mesma consulta surja sempre que o Estado propõe-se a estabelecer restrições à propriedade indígena (*Haida Vs. British Columbia*, par. 35). Além disso, a obrigação de realizar uma consulta implica um processo de ouvir, com mente aberta, o que o grupo indígena tem a dizer, e estar preparado para mudar a proposta original. Do mesmo modo, a Corte Suprema do Canadá determinou que a obrigação de consultar, previamente, era um dever do Estado que se acrescia, proporcionalmente, à gravidade do dano do direito em questão (*Haida Vs. British Columbia*, par. 39 e 68). Por último, o Alto Tribunal também determinou que a proposta de intervenção no território indígena por parte do Estado não requer um impacto, imediato, sobre os territórios, ou recursos, das comunidades indígenas para que surja a obrigação de consultar; é suficiente que a atividade do Estado tenha, potencialmente, um impacto negativo sobre os direitos territoriais da comunidade indígena (*Rio Tinto Alcan Inc. Vs. Carrier Sekani Tribal Council* [2010] 2 S.C.R. 650, par. 31 e ss.).

<sup>214</sup> Em um caso do Tribunal de Recursos do Nono Circuito dos Estados Unidos, de 1986, a Corte sustentou que o conceito de consulta requer uma discussão prévia com um executivo, ou líderes da comunidade, ou com quem tenha autoridade inequívoca para representar a tribo junto ao organismo. (*Hoopa Valley Tribe Vs. Christie*, 812 F.2d 1097 (1986)). Em outro caso de 1979, o Tribunal estabeleceu que a falta de consulta prévia não pode ser sanada mediante reunião posterior à decisão (*Oglala Sioux Tribe of Indians Vs. Andrus*, 603 F.2d 707 (1979)). Ver também *Lower Brule Sioux Tribe Vs. Deer*, 911 F.Supp. 395 (D.S.D. 1995); *Klamath Tribes Vs. U.S.*, 1996 WL 924509; *Confederated Tribes and Bands of the Yakama Nation Vs. U.S. Department of Agriculture*, 2010 WL 3434091; e *Quechan Tribe Vs. Department of Interior*, 755 F.Supp.2d 1104.

<sup>215</sup> *New Zealand Maori Council Vs. Attorney General* [1987] 1 NZLR 641; *Gill Vs. Rotorua District Council* [1993] 2 NZRMA 604, *Haddon Vs. Auckland Regional Council* [1993] A77/93, e *Aqua King Limited Vs. Marlborough District Council* [1995] WI9/95.

<sup>216</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*. Sentença de 29 de julho de 1988. Série C Nº 4, par. 166; e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 24 de novembro de 2011. Série C Nº 237, par. 47.

autóctones, nativas, ou tribais, possa ser realizada, efetivamente, em conformidade com as normas internacionais na matéria.<sup>217</sup> Desse modo, os Estados devem incorporar essas normas aos processos de consulta prévia, de maneira a gerar canais de diálogos sustentados, efetivos e confiáveis com os povos indígenas nos procedimentos de consulta e participação por meio de suas instituições representativas.

167. Posto que o Estado deve garantir esses direitos de consulta e participação em todas as fases de planejamento e desenvolvimento de um projeto que possa afetar o território sobre o qual se assenta uma comunidade indígena, ou tribal, ou outros direitos essenciais para sua sobrevivência como povo, esses processos de diálogo e busca de acordos devem ser realizados desde as primeiras etapas da elaboração e planejamento da medida proposta, a fim de que os povos indígenas possam participar verdadeiramente e influir no processo de tomada de decisões, em conformidade com as normas internacionais pertinentes. Nesse sentido, o Estado deve assegurar que os direitos dos povos indígenas não sejam ignorados em qualquer outra atividade, ou acordos, que faça com terceiros particulares, ou no âmbito de decisões do poder público que afetariam seus direitos e interesses. Por esse motivo, cabe ao Estado, compete também ao Estado realizar tarefas de fiscalização e de controle em sua aplicação e dispor, quando pertinente, formas de tutela efetiva desse direito, por intermédio dos órgãos judiciais respectivos.<sup>218</sup>

168. No caso do Equador, sua Constituição Política vigente (de 2008) protege, de forma abrangente, os direitos das populações indígenas.<sup>219</sup> Inclusive, o perito Anaya salientou, durante a audiência pública realizada na sede da Corte, que essa Constituição é “uma das

---

<sup>217</sup> Nesse sentido, o artigo 6.1 da Convenção nº 169 da OIT, dispõe que “[a]o aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas, ou administrativas, suscetíveis de afetá-los, diretamente; [e] b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, [...] em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas, ou organismos administrativos e de outra natureza, responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes”. Do mesmo modo, o artigo 36.2, da *Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas*, estabelece que “os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão medidas eficazes para facilitar o exercício e garantir a aplicação desse direito”. Por outro lado, o artigo 38, do mesmo instrumento, dispõe que “[o]s Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão as medidas apropriadas, incluídas medidas legislativas, para alcançar os fins da [...] Declaração”.

<sup>218</sup> Cf. artigos 6, 15, 17.2, 22.3, 27.3 e 28 da Convenção nº 169 da OIT, e artigos 15.2, 17.2, 19, 30.2, 32.2, 36.2 e 38, da *Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas*.

<sup>219</sup> A Constituição do Estado do Equador, de 2008, entrou em vigor em 20 de outubro de 2008. O artigo 57 dispõe que “reconhece-se e garante-se às comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, em conformidade com a Constituição e com os pactos, convenções, declarações e demais instrumentos internacionais de direitos humanos, os seguintes direitos coletivos: 1. Manter, desenvolver e fortalecer livremente sua identidade, sentido de pertencimento, tradições ancestrais e formas de organização social; [...] 6. Participar do uso, usufruto, administração e conservação dos recursos naturais renováveis que se encontrem em suas terras; 7. A consulta prévia, livre e fundamentada, em prazo razoável, sobre planos e programas de prospecção, extração e comercialização de recursos não renováveis que se encontrem em suas terras e que possam afetá-los ambiental, ou culturalmente; participar dos benefícios que esses projetos acarretem e receber indenizações por prejuízos sociais, culturais e ambientais que lhes causem. A consulta que devem realizar, as autoridades competentes, será obrigatória e oportuna. Caso não se obtenha o consentimento da comunidade consultada, proceder-se-á conforme a Constituição e a lei; 8. Conservar e promover suas práticas de manejo da biodiversidade e de seu ambiente natural. O Estado estabelecerá e executará programas, com a participação da comunidade, para assegurar a conservação e utilização sustentável da biodiversidade; 9. Conservar e desenvolver suas próprias formas de convivência e organização social, e de geração e exercício da autoridade, em seus territórios, legalmente reconhecidos e terras comunitárias de posse ancestral; [...] 16. Participar, por meio de seus representantes, nos organismos oficiais que determine a lei, da definição das políticas públicas que lhes digam respeito, bem como da formulação e decisão de suas prioridades nos planos e projetos do Estado; 17. Ser consultados antes da adoção de uma medida legislativa que possa afetar qualquer de seus direitos coletivos; [e...] 20. A limitação das atividades militares em seus territórios, de acordo com a lei. [...]”.

mais avançadas” e uma das “exemplares do mundo”.<sup>220</sup> Além disso, em várias normas da legislação equatoriana, emitida entre 2000 e 2010, reforça-se o reconhecimento dos direitos à propriedade, entre outros, dos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades de raízes ancestrais, bem como dos povos negros, ou afro-equatorianos, e estabelecem-se obrigações de consultar em uma série de hipóteses a cargo de instituições públicas.<sup>221</sup> Assim, hoje, no Equador, encontra-se plenamente reconhecido o direito à consulta.

---

<sup>220</sup> Perícia apresentada por James Anaya, durante a audiência pública, realizada na sede da Corte, em 7 de julho de 2011.

<sup>221</sup> A *Lei de Desenvolvimento Agrário*, de 16 de abril de 2004, artigos 3 e 49, dispõe, *inter alia*, que “a presente lei procura outorgar a garantia de segurança na posse individual e coletiva da terra, e busca o fortalecimento da propriedade comunitária, orientada com critério empresarial e de produção ancestral. [...] O Estado protegerá as terras do INDA [Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário] que se destinem ao desenvolvimento das populações do campo, indígenas e afro-equatorianas, e legalizá-las-á mediante adjudicação de forma gratuita às comunidades, ou etnias, que delas tenham tido a posse ancestral, sob a condição de que se respeitem tradições, vida cultural e organização social próprias”. Cf. *Lei de Desenvolvimento Agrário*, codificação 2004-02, publicada em Suplemento do Registro Oficial nº S-315, de 16 de abril de 2004 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.082 e ss.). Nesse mesmo mês, foi aprovada a *Lei de Organização e Regime das Comunas* (codificação 2004-04, publicada em Suplemento do Registro Oficial nº 315, de abril de 2004, expediente de prova, tomo 8, folha 4.098), que estabelece, em seu artigo 3, que “se garante o exercício dos direitos coletivos dos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades de raízes ancestrais e dos povos negros, ou afro-equatorianos, bem como das comunidades que fazem parte dessas coletividades, de acordo com o disposto na [...] Constituição”. Em 16 de abril de 2004, foi aprovada a *Lei de Terras Baldias e Colonização* (codificação 2004-03, publicada em Suplemento do Registro Oficial nº 315, de 16 de abril de 2004, expediente de prova, tomo 8, folha 4.119), na qual se menciona que “[n]ão se considerarão terras baldias as terras comunitárias de posse ancestral dos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades de raízes ancestrais e dos povos negros, ou afro-equatorianos, bem como das comunidades que fazem parte dessas coletividades, em conformidade com o disposto no artigo 84, da Constituição Política da República”. Em 10 de setembro de 2004, foi aprovada a *Lei de Gestão Ambiental* (Registro oficial suplemento nº 418, de 10 de setembro de 2004, expediente de prova, tomo 8, folhas 4.103 e ss.), cujos artigos 28 e 29 dispunham que “[t]oda pessoa física, ou jurídica, tem o direito de participar da gestão ambiental, por meio dos mecanismos que, para esse efeito, estabeleça o regulamento, entre os quais se incluirão consultas, audiências públicas, iniciativas, propostas, ou qualquer forma de associação entre o setor público e o privado. Concede-se ação popular para denunciar aqueles que violem essa garantia, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal por denúncias, ou acusações temerárias, ou maliciosas. O descumprimento do processo de consulta a que se refere [...] a Constituição Política da República tornará inexecutável a atividade em questão e será causa de anulação dos contratos respectivos. [...] Toda pessoa física, ou jurídica, tem o direito de ser informada, oportuna e suficientemente, sobre qualquer atividade das instituições do Estado que, conforme o Regulamento desta Lei, possa produzir impactos ambientais. Para isso, poderá formular petições e apresentações de caráter individual, ou coletivo, perante as autoridades competentes”. Em 29 de janeiro de 2009, foi aprovada a *Lei de Mineração* (publicada no Primeiro Suplemento do Registro Oficial nº 517), que dispunha em seus artigos 87, 89 e 90 que “[o] Estado [...] é responsável por executar os processos de participação e consulta social, por meio das instituições públicas pertinentes, de acordo com os princípios constitucionais e a legislação vigente. Essa competência é indelegável a qualquer instância privada. Esses processos terão por objetivo promover o desenvolvimento sustentável da atividade mineradora, providenciando o racional aproveitamento do recursomineral, o respeito ao ambiente, a participação social, em matéria ambiental, e o desenvolvimento das localidades situadas nas áreas de influência de um projeto de mineração. [...] [E]sse processo deverá ser realizado em todas as fases da atividade mineradora, no âmbito dos procedimentos e mecanismos estabelecidos na Constituição e na Lei. [...] Os processos de participação cidadã, ou consulta, deverão considerar um procedimento especial obrigatório às comunidades, povos e nacionalidades, partindo do princípio de legitimidade e representatividade, por meio de suas instituições, para aqueles casos em que a exploração, ou a extração, de minérios realize-se em suas terras e territórios ancestrais, e quando esses trabalhos possam afetar seus interesses”. Em 20 de abril de 2010, foi aprovada a *Lei Orgânica de Participação Cidadã* (Registro Oficial nº 175, Suplemento), mediante a qual se dispõe, no artigo 81, que “[s]e reconhecerá e garantirá às comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, povos afro-equatorianos e do campo, o direito coletivo à consulta prévia, livre e fundamentada, num prazo razoável. Quando se trate da consulta prévia a respeito de planos e programas de prospecção, extração e comercialização de recursos não renováveis, que se encontrem em seus territórios e terras, as comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, povos afro-equatorianos e do campo, mediante suas autoridades legítimas, participarão dos benefícios que esses projetos gerem; bem como receberão indenizações pelos eventuais prejuízos sociais, culturais e ambientais que lhes causem. A consulta que devam realizar as autoridades competentes será obrigatória e oportuna. Caso não se obtenha o consentimento do sujeito coletivo consultado, se procederá conforme a Constituição e a Lei”.



169. No presente caso, em 26 de julho de 1996, o Estado assinou um contrato de participação com a empresa CGC para a exploração e extração de petróleo cru no Bloco 23, que compreendia o território Sarayaku.

170. Segundo o perito Acosta Espinoza, antes da entrada em vigor da Constituição Política de 1998 e da Convenção nº 169 da OIT para o Equador, o conflito entre a territorialidade indígena e o interesse petrolífero resolvia-se com a simples imposição da vontade estatal, sem que o Estado formalizasse um processo de expropriação, motivo pelo qual, na prática, territórios foram ocupados, a população foi deslocada e, até, foi propiciado o desaparecimento de povos indígenas.<sup>222</sup>

171. A devida proteção da propriedade comunal indígena, nos termos do artigo 21 da Convenção, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento, impõe aos Estados a obrigação positiva de adotar medidas especiais para garantir aos povos indígenas e tribais o exercício pleno e igualitário do direito aos territórios que tradicionalmente usaram e ocuparam. Desse modo, conforme o artigo 29.b) da Convenção, as disposições do artigo 21 desse instrumento devem ser interpretadas em conjunto com outros direitos reconhecidos pelo Estado em sua legislação interna, ou em outras normas internacionais relevantes.<sup>223</sup> Segundo as normas internacionais, não é possível negar às comunidades e povos indígenas o gozo de sua própria cultura, que consiste num modo de vida fortemente associado ao território e ao uso de seus recursos naturais.<sup>224</sup>

172. Embora antes da ratificação dessa Convenção existisse a obrigação de garantir ao Povo Sarayaku o direito ao gozo efetivo de sua propriedade, conforme sua tradição comunitária, levando em conta as particularidades próprias de sua identidade indígena, na relação com o território, desde que o Estado assumiu o compromisso internacional de garantir o direito à consulta, ao ratificar, em abril de 1998, a Convenção nº 169 da OIT, e desde que se consagraram, constitucionalmente, os direitos coletivos dos povos indígenas e afro-equatorianos, ao entrar em vigor a Constituição Política do Equador, de 1998,<sup>225</sup> a

---

<sup>222</sup> Cf. Escrito de petições e argumentos, tomo 1, folhas 268 a 272. Ver também perícia apresentada perante notário público pelo economista Alberto José Acosta Espinoza, em 30 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folhas 10.072 a 10.077).

<sup>223</sup> Por exemplo, o Equador havia ratificado tanto o *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos* como o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. Assim, em conformidade o artigo 1 comum desses Pactos, os povos indígenas podem “prove[r] seu desenvolvimento econômico, social e cultural” e podem “dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais” para que não sejam privados de “seus meios de subsistência”. Nesse mesmo sentido, ver *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 93 a 95. Ver também *Interpretação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem no Âmbito do Artigo 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, par. 37; e o *Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Âmbito das Garantias do Devido Processo Legal*, par. 113 a 115 (sustentando uma interpretação dos instrumentos internacionais de direitos humanos que leve em consideração o desenvolvimento progressivo do *corpus juris* internacional dos direitos humanos no tempo e em sua situação atual).

<sup>224</sup> Cf. *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 91, 92, 94 e 95. Ver também *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awás Tingni Vs. Nicarágua*, par. 149.

<sup>225</sup> O artigo 84 da Constituição do Equador (Capítulo 5: Dos direitos coletivos, Seção primeira: Dos povos indígenas e negros ou afro-equatorianos) dispõe que: O Estado reconhecerá e garantirá aos povos indígenas, em conformidade com esta Constituição e a lei, o respeito à ordem pública e aos direitos humanos, os seguintes direitos coletivos: [...] 2. Manter a posse imprescritível das terras comunitárias, que serão inalienáveis, inembargáveis e indivisíveis, a menos que o Estado, fazendo uso de suas faculdades, declare sua utilidade pública. Essas terras estarão isentas do pagamento do imposto predial. 3. Manter a posse ancestral das terras comunitárias e obter sua adjudicação gratuita, conforme a Lei. 4. Participar do uso, usufruto, administração e conservação dos recursos naturais renováveis que se encontrem em suas terras. [...] 6. Conservar e promover suas práticas de manejo da biodiversidade e do entorno natural. 8. A não serem deslocados, como povos, de suas terras. 9. A propriedade intelectual coletiva de seus conhecimentos ancestrais; a sua valorização, uso e desenvolvimento conforme a Lei. 10. Manter, desenvolver e administrar seu patrimônio cultural e histórico.

empresa CGC iniciou atividades de prospecção sísmica a partir de julho de 2002. Foi nessa data que o Estado aprovou, por intermédio do Ministério de Energia e Minas, a atualização de um Plano de Impacto Ambiental, apresentado pela companhia CGC e realizado por uma empresa por ela subcontratada, que havia sido inicialmente aprovado em agosto de 1997. Segundo o Estado, essa aprovação apoiou-se no Regulamento Substitutivo do Regulamento Ambiental para as Operações Hidrocarboríferas. Não se questionou que a empresa tivesse aberto trilhas sísmicas, habilitado heliportos, destruído covas, fontes de água e rios subterrâneos, necessários para consumo de água da comunidade; cortado árvores e plantas de valor ambiental, cultural e de subsistência alimentar dos Sarayaku; e disseminado explosivos de alta potência na superfície e no subsolo do território (par. 105 *supra*).

173. Além disso, não se questionou a vigência de outra lei nacional, segundo a qual, desde 1998, estabeleciam-se formas de consulta sob responsabilidade do Estado (Plano Nacional de Direitos Humanos,<sup>226</sup> de 1998, e Lei de Promoção do Investimento e Participação Cidadã,<sup>227</sup> de 2000). Foi somente depois da aprovação do plano de impacto ambiental da empresa e ordenada a retomada da prospecção, que, em dezembro de 2002, foi aprovado o Regulamento de Consulta de Atividades Hidrocarboríferas,<sup>228</sup> que estabelecia, em seu primeiro artigo:

[U]m procedimento uniforme para o setor hidrocarborífero para a aplicação do direito constitucional de consulta aos povos indígenas, que se autodefinem como nacionalidades e afro- equatorianos em matéria de prevenção, mitigação, controle e reabilitação relacionados com os impactos socioambientais negativos, bem como com o impulso dos impactos socioambientais positivos causados pela realização de atividades hidrocarboríferas que se realizem em suas terras; e a participação desses povos e comunidades nos processos relacionados com a consulta, na elaboração dos estudos de impacto ambiental e nos planos de manejo ambiental, inclusive nos planos de relações comunitárias.<sup>229</sup>

---

<sup>226</sup> Cf. Plano Nacional de Direitos Humanos do Equador, de 18 de junho de 1998 (expediente de prova, tomo 9, folha 5.312). O artigo 8 dispõe como objetiv[o] gera[l] "4. [v]isar a que os povos indígenas sejam consultados antes de autorizar projetos de prospecção e extração de recursos renováveis e não renováveis situados em suas terras e territórios ancestrais, e analisar a possibilidade de que os povos indígenas participem de forma equitativa dos benefícios que gerem as atividades da extração dos recursos, bem como seu direito de serem indenizados pelos prejuízos causados".

<sup>227</sup> Publicada no Registro Oficial nº 144, Suplemento, de 18 de Agosto de 2000.

<sup>228</sup> Cf. Decreto Executivo nº 3.401, de 2 de dezembro do 2002, Registro Oficial nº 728, de 19 de dezembro de 2002, *Regulamento de Consulta de Atividades Hidrocarboríferas*, referente aos momentos da consulta que deve ser realizada; ao objeto da consulta pré-licitatória aos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades e afro-equatorianos; ao objeto da consulta prévia de execução aos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades e afro-equatorianos; aos sujeitos das consultas; às resoluções e consensos na consulta aos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades e afro-equatorianos, às compensações pelos prejuízos socioambientais que se causem no desenvolvimento de atividades hidrocarboríferas; à formalização de resoluções e consensos na consulta de execução aos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades e afro- equatorianos, e às fases do desenvolvimento de atividades hidrocarboríferas nas quais procede o processo de consulta prévia de execução (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.130 e ss.).

<sup>229</sup> Também o artigo 7 do Decreto Executivo nº 3.401 dispunha que: "[t]anto a consulta aos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades e afro-equatorianos como a consulta cidadã realizar-se-ão: a) anteriormente à convocação por parte do organismo encarregado de realizar as licitações nos processos licitatórios hidrocarboríferos, caso em que se denominará consulta pré-licitatória; e b) anteriormente à aprovação dos estudos de impacto ambiental para a execução de atividades hidrocarboríferas, conforme o estabelecido no artigo 42 desse Regulamento, caso em que se denominará consulta prévia de execução". Também, o artigo 8 estabelece que: "[a] consulta pré-licitatória aos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades e afro-equatorianos tem por objetivo: a) contar, previamente, com os critérios, comentários, opiniões e propostas dos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades e afro-equatorianos que habitem a área de influência direta do bloco a ser licitado, relativos aos impactos socioambientais positivos e/ou negativos que possa causar em seus territórios a realização dos planos e programas que decorram das licitações petrolíferas e da assinatura dos respectivos contratos de exploração e extração; b) receber critérios sobre as estratégias e medidas socioambientais gerais de prevenção, mitigação, controle, compensação e reabilitação relativas aos impactos socioambientais negativos, bem como de impulso aos impactos socioambientais positivos que deverá considerar o organismo encarregado de conduzir as licitações na realização dos processos licitatórios petrolíferos, na adjudicação e assinatura de contratos

174. Neste caso, segundo o projeto de extração do Bloco 23, a concessão petrolífera implicava o trabalho sísmico numa área significativa do território Sarayaku, que o afetaria substancialmente, em vista dos impactos inerentes e prováveis de um projeto petrolífero na selva.<sup>230</sup> A área total que seria afetada pelo projeto, no território Sarayaku, compreendia mata primária, sítios sagrados, zonas de caça, pesca e colheita, plantas e árvores medicinais e lugares de rituais culturais. Por conseguinte, se a isso somam-se precedentes sobre o impacto que a extração de petróleo, no Equador, teve na vida de outros povos indígenas<sup>231</sup> e de habitantes da região,<sup>232</sup> é compreensível que o Povo Sarayaku razoavelmente percebesse que o desenvolvimento de um projeto dessa dimensão afetaria seriamente seu território e seu modo de vida.

175. Com efeito, cumpre observar que o Povo Sarayaku opôs-se, todo o tempo, à entrada da empresa em seu território, mediante diversas ações, dentro e fora da comunidade, por decisão de suas próprias autoridades (pars. 74, 80, 85, 87, 94 e 97 *supra*). A esse respeito, a senhora Patricia Gualinga declarou na audiência pública que, em Sarayaku, opunham-se porque “havia visto toda a desgraça que havia ocasionado a extração petrolífera em outras zonas; havia visto tudo o que se passava no Bloco 10 e todas as divisões que vinha provocando [...] e, independentemente disso, sabia que parte de sua subsistência dependia

---

e nas atividades de controle de sua execução; e c) dispor dos critérios sobre os mecanismos de participação dos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades e afro-equatorianos, que habitem a área de influência direta do Bloco a ser licitado, por meio de suas organizações representativas, na execução das medidas socioambientais de prevenção, mitigação, compensação, controle e reabilitação relacionadas com os impactos socioambientais negativos, bem como de impulso aos impactos socioambientais positivos que se causem em seus territórios em virtude da realização das atividades hidrocarboníferas que decorram das licitações petrolíferas e da assinatura dos respectivos contratos de exploração e extração”. Finalmente, o artigo 10 salienta que: “O objetivo da consulta prévia de execução aos povos indígenas que se autodefinem como nacionalidades e afro-equatorianos é o de dispor, previamente, dos critérios, comentários, opiniões e propostas das comunidades indígenas e afro-equatorianas que se encontrem na área de influência direta do projeto, sobre os impactos socioambientais positivos e/ou negativos específicos que possa causar a realização de atividades de exploração e extração de hidrocarboneto, bem como determinar as medidas socioambientais de prevenção, mitigação, controle, compensação e reabilitação relacionadas com os impactos socioambientais negativos, bem como de impulso aos impactos socioambientais positivos que, caso sejam técnica e economicamente viáveis e legalmente procedentes, incorporar-se-ão ao Estudo de Impacto Ambiental e ao Plano de Manejo Ambiental, inclusive ao Plano de Relações Comunitárias (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.130 e ss.).

<sup>230</sup> O perito William Powers mostra, em sua perícia, os impactos inerentes a um projeto petrolífero na selva, que incluem a entrada de mão de obra na região; a abertura de várias trilhas, com limpeza de vegetação, irrupção de correntes de água, erosão do solo e impactos indiretos pela abertura da área à população externa; explosivos para criar as ondas sísmicas; a construção de heliportos; acampamentos móveis; centenas de poços de produção; linhas de fluxo dos poços às estações de produção, e um gasoduto, ou oleoduto, para transportar a produção. Perícia apresentada, perante notário público, pelo engenheiro William Powers, em 29 de junho de 2010 (expediente de prova, tomo 19, folhas 10.090 a 10.103).

<sup>231</sup> Cf. Perícia apresentada, perante notário, pelo economista Alberto José Acosta Espinoza, em 30 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folhas 10.073 a 10.077).

<sup>232</sup> A esse respeito, a Comissão Interamericana havia salientado, em 1997, que a extração petrolífera, no leste do Equador, lesava, diretamente, o direito à vida de muitos habitantes da região, destacando que essas atividades os deixaram expostos aos derivados tóxicos na água que utilizam para beber e banhar-se, no ar que respiram e no solo que cultivam, com a finalidade de obter alimentos. A Comissão determinou que isso suscitou um risco considerável para a vida e a saúde humana, ao estarem expostos a maiores riscos de contrair doenças graves (Comissão Interamericana, *Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Equador*. OEA/Ser.L/V/II.96 Doc. Rev. 1 (1997), Capítulo VIII, “A situação dos direitos humanos dos habitantes do interior do Equador, afetados pelas atividades de desenvolvimento”). O perito Alberto Acosta referiu-se aos efeitos que o apogeu petrolífero teve, na Amazônia equatoriana, ressaltando que “[o] fato indiscutível é que, desde a segunda metade da década de sessenta, as atividades petrolíferas vêm atropelando, maciçamente, a biodiversidade e o bem-estar da população da Amazônia. As comunidades indígenas e os colonos sofreram inúmeros abusos a seus direitos mais elementares, em nome do mítico bem-estar de toda a população” (expediente de prova, tomo 19, folhas 10.073 e 10.074).

da defesa de seu espaço de vida e território”.<sup>233</sup> Assim, ante as primeiras incursões da CGC, em novembro de 2002, o Povo Sarayaku decidiu, na assembleia, declarar um “estado de emergência” e organizaram os chamados “Acampamentos de Paz e Vida” (par. 100 *supra*).

176. Dado que a Convenção nº 169 da OIT se aplica aos impactos e decisões posteriores, originados em projetos petrolíferos, ainda que tivessem estes sido contratados anteriormente à entrada em vigor dessa Convenção,<sup>234</sup> é indubitável que, pelo menos desde maio de 1999,<sup>235</sup> o Estado tinha a obrigação de garantir o direito à consulta prévia ao Povo Sarayaku, em relação a seu direito à propriedade comunal e identidade cultural, para assegurar que os atos de execução da referida concessão não comprometessem seu território ancestral, ou sua sobrevivência e subsistência como povo indígena.

### *B.5 Aplicação do direito à consulta do Povo Sarayaku neste caso*

177. A Corte estabeleceu que para garantir a participação efetiva dos integrantes de um povo, ou comunidade indígena, nos planos de desenvolvimento, ou investimento, dentro de seu território, o Estado tem o dever de consultar ativamente e de maneira fundamentada essa comunidade, segundo seus costumes e tradições, no âmbito de uma comunicação constante entre as partes. Além disso, as consultas devem-se realizar de boa-fé, por meio de procedimentos culturalmente adequados, e devem ter por finalidade chegar a um acordo. Também deve-se consultar o povo, ou a comunidade, em conformidade com suas próprias tradições, nas primeiras etapas do plano de desenvolvimento, ou investimento, e não unicamente quando surja a necessidade de obter a aprovação da comunidade, quando seja o caso. O Estado também deve assegurar que os membros do povo, ou da comunidade, tenham conhecimento dos possíveis benefícios e riscos, para que possam avaliar se aceitam o plano de desenvolvimento e investimento proposto. Por último, a consulta deve levar em conta os métodos tradicionais do povo, ou da comunidade, para a tomada de decisões.<sup>236</sup> O descumprimento dessa obrigação, ou a realização da consulta sem observar suas características essenciais, comprometem a responsabilidade internacional dos Estados.

---

<sup>233</sup> Depoimento prestado por Patricia Gualinga, perante a Corte, durante a audiência pública, realizada em 6 de julho de 2011. Também, depoimento prestado perante notário público por Gloria Berta Gualinga Vargas, em 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folha 10.037).

<sup>234</sup> A Comissão de Peritos da OIT afirmou, no contexto da atividade petrolífera, no Equador, que, embora as disposições da Convenção não possam ser aplicadas retroativamente, “a Convenção tem aplicação na atualidade [no Equador] no que concerne às atividades que vêm sendo realizadas desde 15 de maio de 1999”. Segundo a Comissão, “a obrigação de consultar os povos interessados não é aplicável somente à celebração de contratos, mas surge de maneira geral, no contexto da aplicação das disposições da Convenção”. A Comissão, portanto, solicitou ao Equador que, a partir da referida data, “aplique, plenamente,” a Convenção, recomendando que “estabeleça consultas prévias nos casos de exploração e extração de hidrocarbonetos que possam afetar as comunidades indígenas e tribais, e que assegure a participação dos povos interessados nas diferentes etapas do processo, bem como nos estudos de impacto ambiental e nos planos de gestão ambiental” (OIT, “Reclamação na qual se alega o descumprimento da Convenção por parte do Equador [169] [...]”, par. 28, expediente de prova, tomo 10, folhas 6.013, 6.014 e 6.019, par. 28, 30 e 45.a).

<sup>235</sup> Sem prejuízo de que, em virtude do disposto no artigo 18 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, o Equador estivesse obrigado a atuar de boa-fé e conforme o objeto e fim da Convenção. O artigo 18 da Convenção dispõe: “Obrigação de não Frustrar o Objeto e Finalidade de um Tratado antes de sua Entrada em Vigor. Um Estado é obrigado a abster-se da prática de atos que frustrariam o objeto e a finalidade de um tratado, quando: a) tiver assinado, ou trocado instrumentos constitutivos do tratado, sob reserva de ratificação, aceitação, ou aprovação, enquanto não tiver manifestado sua intenção de não se tornar parte no tratado; ou b) tiver expressado seu consentimento em obrigar-se pelo tratado no período que precede a entrada em vigor do tratado e com a condição de esta não ser indevidamente retardada”.

<sup>236</sup> Cf. *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações, e Custas*, par. 134.

178. Cabe, então, determinar a forma e o sentido em que o Estado tinha a obrigação de garantir o direito à consulta do Povo Sarayaku e se os atos da empresa concessionária, que o Estado assinalou como formas de “socialização”, ou de busca de “entendimento”, atendem aos critérios mínimos e requisitos essenciais de um processo de consulta válido a comunidades e povos indígenas, em relação a seus direitos à propriedade comunal e à identidade cultural. Para isso, cumpre analisar os fatos, recapitulando alguns dos elementos essenciais do direito à consulta, levando em conta as normas e a jurisprudência interamericana, a prática dos Estados e a evolução do Direito Internacional. A análise far-se-á na seguinte ordem: a) o caráter prévio da consulta; b) a boa-fé e a finalidade de chegar a um acordo; c) a consulta adequada e acessível; d) o estudo de impacto ambiental; e e) a consulta fundamentada.

179. É necessário esclarecer que é dever do Estado – e não dos povos indígenas – demonstrar efetivamente, no caso concreto, que todas as dimensões do direito à consulta prévia foram efetivamente garantidas.

a) *A consulta deve ser realizada em caráter prévio*

180. No que se refere ao momento em que se deve efetuar a consulta, o artigo 15.2 da Convenção nº 169 da OIT dispõe que “os governos deverão estabelecer, ou manter, procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de determinar-se se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de empreender-se, ou autorizar-se, qualquer programa de prospecção, ou exploração, dos recursos existentes nas suas terras”. Sobre o assunto, este Tribunal observou que se deve consultar, em conformidade com as próprias tradições do povo indígena, nas primeiras etapas do plano de desenvolvimento, ou investimento, e não unicamente quando surja a necessidade de obter a aprovação da comunidade, se fosse o caso, pois o aviso antecipado permite um tempo adequado para a discussão interna nas comunidades, e para oferecer uma adequada resposta ao Estado.<sup>237</sup>

181. A esse respeito, a Comissão de Peritos da OIT estabeleceu, ao examinar uma reclamação em que se alegava o descumprimento da Convenção nº 169 da OIT por parte da Colômbia, que o requisito de consulta prévia implica que essa consulta deva ser realizada antes de tomar-se a medida, ou executar o projeto suscetível de afetar as comunidades, inclusive de medidas legislativas, e que as comunidades afetadas sejam envolvidas o quanto antes no processo<sup>238</sup>. Quando se trate de consulta prévia à adoção de uma medida legislativa, os povos indígenas deverão ser consultados antecipadamente, em todas as fases

---

<sup>237</sup> Cf. *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações, e Custas*, par. 134. Do mesmo modo, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas dispõe, no artigo 32.2, que “[o]s Estados celebrarão consultas e cooperação de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas próprias instituições representativas [...] antes de aprovar qualquer projeto que afete suas terras, outerritórios, e outros recursos, particularmente, em relação ao desenvolvimento, à utilização, ou à exploração de recursos minerais, hídricos, ou de outro tipo”. Ver também a perícia apresentada por Rodolfo Stavenhagen, em 24 de junho de 2011 (expediente dos *affidavits* dos representantes das supostas vítimas, tomo 19, folha 10.130).

<sup>238</sup> Cf. Relatório da Comissão Estabelecida para Examinar a Queixa em que se Alega o Descumprimento, pela Colômbia da Convenção sobre Povos indígenas e Tribais, 1989 (nº 169), apresentada em virtude do artigo 24, da Constituição da OIT, pela Central Unitária de Trabalhadores (CUT), GB.276/17/1; GB.282/14/3 (1999), par. 90. Também, OIT, Comissão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações (CEACR), Observação Individual sobre a Convenção nº 169 da OIT, Argentina, 2005, par. 8. Também, Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, James Anaya, 5 de outubro de 2009, A/HRC/12/34/Add.6, Anexo A, par. 18 e 19.

do processo de produção normativa, e essas consultas não devem ser restritas a propostas.<sup>239</sup>

182. A legislação<sup>240</sup> e a jurisprudência nacional de vários países da região também referiram-se ao caráter prévio da consulta.<sup>241</sup>

183. Tendo estabelecido que o Estado estava obrigado a realizar um processo de consulta prévia, em relação aos impactos e decisões posteriores originados no referido contrato de exploração petrolífera, pelo menos desde 1998 (par. 172 *supra*), o Estado devia ter garantido a participação do Povo Sarayaku e, por conseguinte, que não se realizassem atos de execução da referida concessão dentro de seu território sem consultá-lo previamente.

184. Nesse sentido, não se questionou que o Estado não tivesse procedido a alguma forma de consulta com os Sarayaku em nenhuma das fases de execução dos atos de exploração petrolífera e mediante suas próprias instituições e órgãos de representação. Em especial, o povo não foi consultado antes de que fossem construídos heliportos, que se

---

<sup>239</sup> Cf. Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, James Anaya, 5 de outubro de 2009, A/HRC/12/34/Add.6, Anexo A, par. 20.

<sup>240</sup> Cf. Lei de Consulta Prévia, de 6 setembro de 2011, do Peru, artigo 4: "O processo de consulta realiza-se de forma prévia à medida legislativa, ou administrativa, a ser adotada pelos organismos estatais"; Lei 3.058, de 17 de maio de 2005, *Lei de Hidrocarbonetos* da Bolívia, artigo 115: "a consulta realizar-se-á em dois momentos: [p]reviamente à licitação, autorização, contratação, convocação e aprovação das medidas, obras ou projetos hidrocarboníferos, sendo condição necessária para isso; e previamente à aprovação dos Estudos de Avaliação de Impacto Ambiental". Equador: Constituição Política de 2008, artigo 57.17, Regulamento Substitutivo do Regulamento Ambiental para as Operações Hidrocarboníferas no Equador, Decreto Executivo 1.215, Registro Oficial 265, de 13 de fevereiro de 2001, Artigo 9: "Previamente ao início de toda licitação petrolífera estatal, o organismo encarregado de realizar as licitações petrolíferas aplicará, em coordenação com o Ministro de Energia e Minas e o Ministério do Meio Ambiente, os procedimentos de consulta previstos no Regulamento que se expeça para esse efeito. Previamente à execução de planos e programas sobre exploração e extração de hidrocarbonetos, os controladores deverão informar às comunidades compreendidas na área de influência direta dos projetos conhecer suas sugestões e critérios [...]"; e Lei de Mineração, registro oficial suplemento 517, 29 de janeiro de 2009, artigo 89. Estados Unidos: Ordem Executiva 13.175 (2000), *Section 5(b)(2)(A)*, 36 C.F.R. §800.2(c)(2)(ii)(A), e *EPA Policy on Consultation and Coordination with Indian Tribes (Policy)*; México: Lei da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas, de 21 de maio de 2003; Venezuela: Lei Orgânica de Povos e Comunidades Indígenas, de 8 de dezembro de 2005, artigos 11 a 15. Ver também Colômbia: Presidência, Diretriz Presidencial nº 01, de 2010, 2. Ações que exigem a garantia do direito à consulta prévia.

<sup>241</sup> Nesse sentido, o Tribunal Constitucional do Peru salientou que "[t]ransferir essa consulta para um momento posterior à publicação da medida elimina a expectativa da intervenção subjacente à consulta [que,] [a]lém disso, faria com que a consulta se realizasse sobre os fatos consumados, podendo relevar-se, com isso, uma ausência de boa-fé" (Sentença do Tribunal Constitucional do Peru, Autos nº 0022-2009-PI/TC, par. 36). Por sua vez, a Corte de Constitucionalidade da Guatemala declarou que a consulta "deve acontecer antes de que as ações em questão tenham-se aperfeiçoado, pois é dessa maneira que sobre elas pode transcender de maneira eficaz" (Corte de Constitucionalidade, Guatemala, 21 de dezembro de 2009, Recurso de Sentença de Amparo, Autos 3878-2007, V.a). Da mesma forma, a Corte Constitucional da Colômbia esclareceu que "o processo deverá efetuar-se desde a etapa de estudos de viabilidade, ou planejamento, e não ao final". Além disso, que é obrigatório definir o procedimento a seguir em cada processo específico "mediante um processo 'pré-consultivo' [...] a realizar-se de comum acordo com a comunidade afetada e demais grupos participantes" (Corte Constitucional da Colômbia, Sentença T-129/11, 7.1, pág. 75, e 8.1.vi) ou "consulta sobre a consulta" (em que "se definirão as condições de realização da consulta prévia se se decide iniciar uma obra pública, como uma etapa específica de consulta prévia que ocorrerá uma vez que se determine a viabilidade da obra" (T-235/11, pág. 56). Ver. Também, Tribunal Constitucional da Bolívia, Sentença Constitucional 2003/2010-R (25 de outubro de 2010, Expediente 2008-17547- 36-RAC. III.5) que dispõe que a "consulta deve ser realizada [...] a) [a]ntes de adotar, ou aplicar, leis ou medidas que possam afetar, diretamente, os povos indígenas [...]; b) [a]ntes de aprovar-se qualquer projeto que afete suas terras, ou territórios, e outros recursos [...]; c) [a]ntes de autorizar-se, ou executar-se, qualquer programa de prospecção, ou extração, dos recursos naturais que se encontrem nas terras onde habitam povos indígenas [...]; e d) [a]ntes de utilizar as terras, ou territórios, indígenas para atividades militares". A Corte Suprema de Justiça da Venezuela estabeleceu, em 5 de dezembro de 1996, que a participação, na consulta prévia aos povos indígenas, "deve-se manifestar antes e durante a atividade legislativa e não, tão somente, no momento de sua promulgação por parte do Governador do Estado". Decisão de 1996, do Plenário da Corte Suprema de Justiça, citada no expediente nº 2005-5648. Ver também Corte Constitucional do Equador, Sentença nº 001-10-SIN-CC, Casos nº 0008-09-IN e nº 0011-09-IN, Sentença de 18 de março do 2010, p 39 e 53.

cavassem trilhas, que se disseminassem explosivos, ou se destruíssem áreas de alto valor para sua cultura e cosmovisão.

b) *A boa-fé e a finalidade de se chegar a um acordo*

185. De acordo com as disposições da Convenção nº 169 da OIT, as consultas deverão ser “efetuadas com boa-fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas”.<sup>242</sup>

186. A consulta tampouco deve se esgotar num mero trâmite formal, mas deve ser concebida como “um verdadeiro instrumento de participação”,<sup>243</sup> “que deve responder ao objetivo último de estabelecer um diálogo entre as partes, baseado em princípios de confiança e respeito mútuos, e com vistas a alcançar um consenso entre elas”.<sup>244</sup> Nesse sentido, é inerente a toda consulta com comunidades indígenas o estabelecimento de “um clima de confiança mútua”,<sup>245</sup> e a boa-fé exige a ausência de qualquer tipo de coerção por parte do Estado, ou de agentes, ou terceiros que atuem com sua autorização ou aquiescência. Além disso, a mesma consulta, com boa-fé, é incompatível com práticas como as intenções de desintegração da coesão social das comunidades afetadas, seja mediante a corrupção dos líderes comunais ou do estabelecimento de lideranças paralelas, seja por meio de negociações com membros individuais das comunidades, contrárias às normas internacionais. Do mesmo modo, a legislação<sup>246</sup> e a jurisprudência nacional de Estados da região<sup>247</sup> têm-se referido a esse requisito de boa-fé.

---

<sup>242</sup> Convenção nº 169 da OIT, artigo 6.2. No mesmo sentido, ver *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 134. Por sua vez, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas dispõe que “[o]s Estados consultarão e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas, antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem” (artigos 19 e 32.2).

<sup>243</sup> “Relatório da Comissão Encarregada de Examinar a Queixa em que se Alega o Descumprimento, pelo Brasil da Convenção sobre Povos indígenas e Tribais, 1989 (nº 169), apresentada em virtude do artigo 24 da Constituição da OIT, pelo Sindicato de Engenheiros do Distrito Federal (SENGE/DF)”, 2006, GB.295/17; GB.304/14/7, par. 42.

<sup>244</sup> OIT, CEACR: Observação Individual sobre a Convenção nº 169, Povos Indígenas e Tribais, 1989 Bolívia, 2005. Ver, também. Nações Unidas, Foro Permanente para as Questões Indígenas, Relatório do Seminário Internacional sobre Metodologias Relativas ao Consentimento Livre, Prévio e Fundamentado e os Povos Indígenas, E/C.19/2005/3, de 17 de fevereiro de 2005. Nesse relatório, o Foro Permanente para as Questões Indígenas estabeleceu que a consulta fundamentada “deveria implicar que se preste informação que inclua (pelo menos) os seguintes aspectos: a) a natureza, envergadura, ritmo, reversibilidade e alcance de qualquer projeto, ou atividade, proposto; b) a razão, ou razões, ou o objetivo, ou objetivos, do projeto, ou atividade; c) a duração do que antecede; d) os lugares das regiões que se verão afetados; e) uma avaliação preliminar do provável impacto econômico, social, cultural e ambiental, inclusive dos possíveis riscos e uma distribuição de benefícios justa e equitativa, num contexto que respeite o princípio de prudência; f) o pessoal que, provavelmente, intervirá na execução do projeto proposto (inclusive os povos indígenas, o pessoal do setor privado, as instituições de pesquisa, os empregados governamentais e demais pessoas); g) os procedimentos que o projeto pode implicar” (par. 46). Ver também o Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, James Anaya, de 5 de outubro de 2009, A/HRC/12/34/Add.6, Anexo A, par. 21 e 23.

<sup>245</sup> Relatório da Comissão Encarregada de Examinar a Queixa em que se Alega o Descumprimento, pela Guatemala da Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989 (nº 169), apresentada em virtude do artigo 24, da Constituição da OIT. pela Federação de Trabalhadores do Campo e da Cidade (FTCC), GB.294/17/1; GB.299/6/1 (2007), par. 53. Ver também Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, James Anaya, 5 de outubro de 2009, A/HRC/12/34/Add.6, Anexo A, par. 23 a 25 e 49 e 50.

<sup>246</sup> Cf. Constituição Política da Bolívia, artigo 30.II: “No âmbito da unidade do Estado e, de acordo com esta Constituição, as nações e povos indígenas originários camponeses gozam dos seguintes direitos: [...] 15. De ser consultados, mediante procedimentos apropriados e, em especial, mediante suas instituições, cada vez que se disponham medidas legislativas, ou administrativas, suscetíveis de afetá-los. Nesse contexto, respeitar-se-á e garantir-se-á o direito à consulta prévia obrigatória, realizada pelo Estado, de boa-fé e concertada, com respeito à

187. Cumpre salientar que a obrigação de consultar é responsabilidade do Estado,<sup>248</sup> razão pela qual o planejamento e realização do processo de consulta não é um dever que se possa evitar, delegando-o a uma empresa privada ou a terceiros, muito menos à mesma empresa interessada na extração dos recursos no território da comunidade objeto da consulta.<sup>249</sup>

188. Durante o processo, o Estado alegou que a companhia petrolífera CGC buscou, posteriormente à assinatura do contrato, um “entendimento” ou forma de “socialização” com as comunidades, visando à execução de suas atividades contratuais e que, além disso, realizou, em 1997, um estudo de impacto ambiental, por intermédio da Consultora Ambiental Walsh, subcontratada da companhia CGC, o qual foi atualizado e aprovado em 2002, após várias reformas legais e a entrada em vigor da Constituição de 1998 e de acordo com os artigos 34 e 41 do Regulamento Substitutivo do Regulamento Ambiental para as Operações Hidrocarboníferas. O Estado alegou que esse estudo havia sido “devida e oportunamente socializado com as comunidades afetadas, embora, de fato, nunca tenha sido colocado em prática”.<sup>250</sup> Alegou também que, de acordo com o artigo 37 desse Regulamento, “em 18, 19 e 22 de junho de 2002 [a CGC efetuou] três apresentações públicas do Plano de Manejo Ambiental nas localidades de Canelos, Pacayacu e Shauk”. Nesses termos, da posição sustentada inicialmente pelo Estado perante este Tribunal, infere-se que as autoridades estatais pretenderam avaliar essas ações da empresa petrolífera como formas de consulta. Essas “apresentações” não incluíram os Sarayaku.

---

extração dos recursos naturais não renováveis no território que habitam”. Peru: *Lei do Direito à Consulta Prévia aos Povos Indígenas ou Originários, Reconhecido na Convenção 169 da OIT*, de 6 de setembro de 2011, artigo 4. “[O]s organismos estatais analisam e avaliam a posição dos povos indígenas, ou originários, durante o processo de consulta, num clima de confiança, colaboração e respeito mútuo”. Do mesmo modo, na Venezuela, a Lei Orgânica de Povos e Comunidades Indígenas, de 8 de dezembro de 2005, dispõe, em seu artigo 11, que “[a] consulta será de boa-fé, levando em conta os idiomas e a espiritualidade, respeitando a organização própria, as autoridades legítimas e os sistemas de comunicação e informação dos integrantes dos povos e comunidades indígenas envolvidos, conforme o procedimento estabelecido nesta Lei [...]”.

<sup>247</sup> A Corte Constitucional da Colômbia dispôs que é “necessário estabelecer relações de comunicação efetiva baseadas no princípio de boa-fé, nas quais se ponderem as circunstâncias específicas de cada grupo e a importância que, para eles, revestem o território e seus recursos” (Corte Constitucional da Colômbia, Sentença T- 129/11, 8.1.iv. Também Corte de Constitucionalidade, Guatemala, 21 de dezembro de 2009, Recurso de Sentença de Amparo, Expediente nº 3878-2007, IV, V). Além disso, a mesma Corte salientou que a realização da consulta de boa-fé “implica que essa consulta não se deva abordar como um mero procedimento formal a ser cumprido, nem como um trâmite, mas como um processo de estabilidade constitucional, com um conteúdo substantivo que lhe é próprio e destinado a preservar os direitos fundamentais dos povos afetados” (Sentença C-461/08, 6.3.4.). Do mesmo modo, o Tribunal Constitucional do Peru ressaltou que “o princípio de boa-fé constitui o núcleo essencial do direito à consulta [...] [e que] [c]om ele é possível excluir uma série de práticas sutis, implícitas, ou expressas, que pretendam esvaziar de conteúdo o direito de consulta” (Autos nº 0022-2009-PI/TC, par. 27). A Corte Constitucional do Equador destacou que as “normas específicas, desenvolvidas pela OIT, que se deveriam levar em conta são: [...] e) A obrigação de atuar de BOA-FÉ por parte de todos os envolvidos. A consulta deve-se constituir em verdadeiro “mecanismo de participação”, cujo objetivo seja a busca do consenso entre os participantes; [e] f) O dever de divulgação pública do processo e a utilização de um tempo razoável para cada uma de suas fases, condição que contribui para a transparência e a geração de confiança entre as partes” (Sentença nº 001-10-SIN- CC, Casos nº 0008-09-IN e nº 0011-09-IN, Sentença de 18 de março do 2010, p. 53).

<sup>248</sup> Cf. Convenção nº 169 da OIT, artigo 6; Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, art. 19; *Caso do Povo Indígena de Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações, e Custas*, par. 102, 129 e 131. Ver também Declaração feita, perante notário público, pelo professor Rodolfo Stavenhagen, em 24 de junho de 2011 (expediente dos *affidavits* dos representantes das supostas vítimas, tomo 19, folha 10.131).

<sup>249</sup> Cf. Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, James Anaya, A/HRC/12/34, de 15 de julho de 2009, par. 53 a 55.

<sup>250</sup> Nesse mesmo sentido, durante a audiência pública, realizada na Corte, em 7 de julho de 2011, o agente estatal manifestou-se, ante uma pergunta da Corte sobre a posição do Estado quanto ao direito à consulta, que “houve mecanismos que [...] nessa época, não se poderiam considerar estritamente dentro das normas de que, agora, dispomos de consulta prévia, mas sim existiu uma socialização e contato com as comunidades”.



Essa “socialização e contato” foi realizada precisamente pela mesma empresa que pretendia realizar a extração petrolífera e, por isso, tentava negociar a entrada no território.

189. Durante a visita da Delegação da Corte ao território Sarayaku, ao aceitar sua responsabilidade neste caso, o Estado reconheceu que não havia sido devidamente realizado um processo de consulta prévia (par. 23 *supra*), ou seja, o Estado não só reconheceu, desse modo, que não realizou a consulta, mas que, ainda que se aceitasse a possibilidade de que esse processo de consulta possa ser delegado a terceiros particulares, o Estado tampouco informou que tipo de medida havia adotado para observar, fiscalizar ou monitorar o processo ou dele participar e, desse modo, garantir a salvaguarda dos direitos do Povo Sarayaku.

190. Além disso, membros dos Sarayaku declararam que houve presença militar em seu território durante as incursões da empresa CGC,<sup>251</sup> e que essa presença tinha por objetivo garantir os trabalhos da companhia frente a sua oposição. Durante a audiência, o Estado questionou que o Exército houvesse entrado com o objetivo de militarizar o território Sarayaku.

191. Não foi questionado que na zona do Bloco 23 operasse a Brigada da Selva<sup>252</sup> nº 17 e que, especificamente ao redor dos Sarayaku, tivessem sido instaladas quatro bases militares, a saber, em Jatún Molino, Shaimi, Pacayaku e Pozo Landa Yaku.<sup>253</sup> A testemunha Ena Santi, ao referir-se aos “Acampamentos de Paz e Vida”, declarou durante a audiência pública que o motivo por que criaram esses acampamentos foi o fato de que se haviam inteirado de que “estavam subindo militares de Montalvo [... e tinham] muito medo de que provocassem dano a [seus] esposos, de que os matassem, e por isso, ficamos aí”.<sup>254</sup> A testemunha Marlon Santi, que esteve nos “Acampamentos de Paz e Vida”, declarou durante a audiência pública que “a empresa petrolífera tinha dois tipos de segurança: uma denominada segurança privada, feita por uma empresa de segurança privada, Jaraseg, e outra que era a segurança pública, a cargo do Exército equatoriano e da Polícia Nacional, em conjunto”.<sup>255</sup> Esses depoimentos são apoiados por imagens tomadas por membros dos

---

<sup>251</sup> Cf. Depoimento prestado perante notário público, por José María Gualinga Montalvo. em 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folha 10.026). Ver também depoimento prestado perante notário público, por Gloria Berta Gualinga Vargas, em 27 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folha 10.038); e depoimento prestado por Ena Santi, perante a Corte, durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011.

<sup>252</sup> Cf. Defensoria Pública da Província de Pastaza. Resolução de 10 de abril de 2003 (expediente de prova, tomo 8, folha 4.868).

<sup>253</sup> O Ministério de Energia e Minas informou que durante uma reunião, realizada em 3 e 4 de fevereiro de 2003, no Povoado de Sarayaku, resolveu-se “[i]mpedir a presença de militares e policiais nos territórios dos Sarayaku”. Relatório do Ministério de Energia e Minas sobre as atividades realizadas no Bloco 23 (expediente de prova, tomo 8, folha 4.786); Mapa “de cerco petromilitar” elaborado pelo Centro de Informação Socioambiental de Pastaza (expediente de prova, tomo 9, folha 4.970); Defensoria Pública da Província de Pastaza. Resolução de 10 de abril de 2003 (expediente de prova, tomo 8, folha).

<sup>254</sup> Diante da pergunta do Agente do Estado quanto a se os viu, diretamente, ou só tinha referências, Ena Santi respondeu, “eu não venho aqui para dizer mentiras [...] Eu vi, com meus próprios olhos. Não é o que me contou meu esposo. Eu estive aqui, sustentando [o] meu bebê [...] Eu estive lá. Por isso venho dar meu depoimento”. Depoimento prestado por Ena Santi, perante a Corte, durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011.

<sup>255</sup> Depoimento prestado por Marlon René Santi Gualinga perante a Corte, durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011.

Sarayaku, e que constam dos autos,<sup>256</sup> bem como por notas da imprensa<sup>257</sup> e por um vídeo produzido pelos Sarayaku em 2003.<sup>258</sup>

192. Também é relevante que, em 30 de julho de 2001, o Ministério da Defesa tenha assinado um convênio de cooperação militar com as empresas petrolíferas que operavam no país, mediante o qual o Estado comprometeu-se a "garantir a segurança das instalações petrolíferas, bem como das pessoas que nelas trabalhem" (par. 78 *supra*). A esse respeito, o próprio Estado apresentou, como anexo de sua contestação, uma carta da companhia CGC à PETROECUADOR, de 16 dezembro de 2002, na qual seu representante solicita ao Estado que "providencie a segurança necessária para as operações petrolíferas, convocando, com urgência, a intervenção da Polícia Nacional e das Forças Armadas".<sup>259</sup> Em outra carta similar, de 25 de novembro de 2002, esse mesmo representante da CGC solicitou ao Estado, ante a oposição dos Sarayaku, que "forneça todas as medidas necessárias, que julgue convenientes para que, em conjunto com as forças armadas, facilite-se a execução do projeto de sísmica".<sup>260</sup>

193. Dessa maneira, é possível considerar que o Estado apoiou a atividade de exploração petrolífera da empresa CGC, ao fornecer-lhes segurança com membros de suas forças armadas em determinados momentos, o que não favoreceu um clima de confiança e respeito mútuo para alcançar o consenso entre as partes.

194. Por outro lado, os atos da empresa, ao pretender legitimar suas atividades de exploração petrolífera e justificar suas intervenções no território Sarayaku, deixaram de respeitar as estruturas próprias de autoridade e representatividade dentro e fora das comunidades.<sup>261</sup> A companhia CGC limitou-se a oferecer dinheiro e diversos benefícios econômicos ao Povo Sarayaku (assim como o fez com outras comunidades da área, pars. 73 a 75, 82 e 84 *supra*), com a finalidade de obter seu consentimento para realizar atividades de exploração e extração dos recursos naturais que existiriam em seu território, sem que o

---

<sup>256</sup> Cf. Fotografias (expediente de prova, tomo 11, folhas 6.575 e 6.576), Vídeo produzido pelos Sarayaku, para uso exclusivo da Comissão e da Corte.

<sup>257</sup> Expediente de prova, tomo 11, folhas 6.550 e ss.

<sup>258</sup> No vídeo estão reunidas declarações à imprensa do então Ministro de Energia e Minas, coronel reformado Carlos Arboleda, afirmando, em outubro de 2003, que "os trabalhos da CGC serão protegidos porque essa é uma política do Estado"; e, ao responder perguntas dos jornalistas sobre a presença de militares no local, destacou que "o Estado tem de garantir, com todas as forças do Estado, a segurança das empresas que querem trabalhar no Equador". No vídeo seria possível ver que membros do Exército fizeram uso de helicópteros contratados pela empresa CGC. Isso tampouco foi questionado, especificamente, pelo Estado. (Vídeo produzido pelos Sarayaku, para uso exclusivo da Comissão e da Corte. Anexo enviado pelos petionários com a comunicação de 15 de março de 2004, e que consta dos autos perante a Corte).

<sup>259</sup> Expediente de prova, tomo 14, folha 8.647.

<sup>260</sup> Cf. Ofício DM-DINAPA-CSA-870, de 24 de dezembro de 2002, do Ministério de Energia e Minas, no qual se faz referência à carta da CGC, de 25 de novembro de 2002 (expediente de prova, tomo 9, folhas 4.958 e ss.).

<sup>261</sup> "As will be seen bellow, the corporation cultivated relations with select communities that supported oil activity through patronage and promises. This selective corporate-indigenous engagement led to strident disagreement among indigenous communities as to who had authority to dictate what would happen within indigenous territory. Because broad consultation never occurred the intimate relations that Kichwa sustain with their sentient rain forest were place under threat [...] And fully informed consultation and consent among equals would necessarily diminish the chances of manipulation and encourage the chances of indigenous cohesion". [Comose verá abaixo, a empresa forjou relações com comunidades específicas que apoiavam a atividade petrolífera, por meio do clientelismo e de promessas. Essas relações seletivas, entre a empresa e os indígenas, resultaram em um grave desacordo entre as comunidades indígenas a respeito de quem tinha autoridade para determinar o destino do território. Dado que nunca se realizaram consultas amplas, a relação íntima entre os Kichwas e a selva viu-se ameaçada. [...] Caso tivesse havido consulta prévia com as comunidades, com a finalidade de obter seu consentimento, teriam sido menores as possibilidades de manipulação, e teriam sido fortalecidas as possibilidades de maior unidade entre as comunidades]. Perícia apresentada perante notário público pela professora Suzana Sawyer, em 24 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo 19, folhas 10.109 e 10.119).

Estado conduzisse, ou supervisionasse, um processo sistemático e flexível de participação e diálogo com a referida empresa. Além disso, segundo foi alegado e não questionado pelo Estado, a companhia CGC teria utilizado procedimentos fraudulentos para a obtenção de assinaturas de apoio por parte de membros da comunidade dos Sarayaku (par. 73 *supra*).

195. De fato, em 10 de abril de 2003, a Defensoria Pública da Província de Pastaza declarou que, neste caso, havia sido comprovado, "de forma plena", que se havia violado o direito constitucional disposto no artigo 84.5 da Constituição Política do Equador, em concordância com o artigo 15.2 da Convenção nº 169 da OIT e com o Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Também responsabilizou por essas violações o Ministro de Energia e Minas e presidente da diretoria da PETROECUADOR, bem como o procurador e representante legal da CGC (par. 110 *supra*).

196. Por sua vez, em 8 de maio de 2003, após visitar o Povo Sarayaku, a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional da República preparou um relatório no qual concluiu que "[o] Estado, por intermédio dos Ministérios do Meio Ambiente e Energia e Minas, violou o parágrafo 5 do artigo 84 da Constituição Política da República, ao não consultar a comunidade sobre os planos e programas de prospecção e extração de recursos não renováveis que se encontrem em suas terras, e que podem afetá-los ambiental e culturalmente". Essa Comissão do Congresso concluiu também que a CGC ignorou a diretoria da OPIP ao negociar diretamente com as comunidades de forma isolada, provocando o enfrentamento entre elas. Igualmente, constatou o dano à flora e à fauna do território. Quanto à população, afirmou em suas conclusões que "[e]xiste violação dos direitos humanos ao ocasionar um grave dano psicológico às crianças da comunidade, ao observar o enfrentamento com os militares, policiais e membros de segurança da CGC e, adeter os dirigentes da OPIP, acusando-os de terroristas, os quais, por sua vez, foram objeto de maus-tratos físicos que afetaram sua integridade pessoal, o que é proibido pela Constituição Política da República" (par 106 *supra*).

197. Além disso, após a suspensão das atividades de prospecção, foram feitos alguns pronunciamentos de apoio à atividade petrolífera da empresa, por parte de altas autoridades da Província de Pastaza e do Governo da época, que não ajudaram a gerar um clima de confiança com as autoridades estatais.<sup>262</sup>

---

<sup>262</sup> Em 1º de junho de 2003, o Governador da Província de Pastaza anunciou, publicamente, que a decisão do Governo era "concluir todos os trabalhos no Bloco 23, de 200 mil hectares", com, ou sem, o consentimento das comunidades indígenas que aí habitam (Marcelo Gálvez, "Tensión por explotación petrolera en bloque 23", EL UNIVERSO, 2 de junho de 2003, expediente de prova, tomo 11, folha 6.547). O então Presidente da República do Equador também anunciou que garantiria toda a segurança às companhias petrolíferas ("La CGC continuará la exploración del bloque 23", EL COMERCIO, 18 de setembro de 2003, expediente de prova, tomo 11, folha 6.550). Em 16 de setembro de 2003, anunciou-se a intenção de retomar os trabalhos de prospecção sísmica nos Blocos 23 e 24, a partir de dezembro de 2003 (ver notas de imprensa, expediente de prova, tomo 11, folhas 6.547 e 6.550). Em 3 de outubro de 2003, o Ministro de Energia e Minas declarou à imprensa que "o governo está disposto a oferecer todas as garantias de segurança à empresa CGC para que continue suas operações no Bloco 23, e possa cumprir o contrato celebrado. E, se para dar segurança, conforme a lei, é necessária a presença da força pública, ou das Forças Armadas, o governo disponibilizará as medidas necessárias conforme seu compromisso de respeitar o contrato" ("Coronel Arboleda encabeza operación militar para invadir Sarayaku", Boletim de Imprensa, expediente de prova, tomo 11, folha 6.553). Em outubro de 2003, o Ministro de Energia e Minas declarou que a exploração e extração petrolíferas, no território dos Sarayaku, seriam realizadas com, ou sem, o consentimento do Povo de Sarayaku, para o que o território indígena seria militarizado a partir de diferentes datas (expediente de medidas provisórias, solicitação da Comissão Interamericana, folha 000010). Em 31 de dezembro de 2003, o Ministro de Energia e Minas afirmou que reiniciaria uma intervenção para garantir a passagem das petrolíferas, razão pela qual se previa uma incursão militar iminente ("Protestan Ecologistas por destrucción de la Amazonia Ecuatoriana", Resumo de Imprensa (México), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 4 de janeiro de 2004). Na mesma nota, destaca-se que "se espera que depois de amanhã comece a incursão armada, mas de pronto, já há um ano bloqueou-se o rio Bobonaza e, ultimamente, as vias terrestres também foram afetadas" (Expediente de medidas provisórias, solicitação da Comissão Interamericana, folha 11).

198. É possível considerar, então, que a falta de consulta séria e responsável por parte do Estado, em momentos de alta tensão nas relações intercomunitárias, e com autoridades estatais, favoreceu, por omissão, um clima de conflito, divisão e enfrentamento entre as comunidades indígenas da região, em particular o Povo Sarayaku. Embora haja notícias de várias reuniões entre diferentes autoridades locais e estatais, empresas públicas e privadas, a Polícia, o Exército e outras comunidades, é também evidente a desvinculação entre esses esforços e uma vontade clara de buscar consenso, o que propiciava situações de conflito.

199. O Estado, portanto, não só delegou, em parte, inadequadamente, a uma empresa privada, sua obrigação de consulta, em descumprimento ao referido princípio de boa-fé e a sua obrigação de garantir o direito do Povo Sarayaku à participação, mas também prejudicou o clima de respeito entre as comunidades indígenas da região, ao favorecer a execução de um contrato de extração petrolífera.

200. A Corte reitera que a busca de um "entendimento" com o Povo Sarayaku, levado a cabo pela empresa CGC, não pode ser entendida como uma consulta de boa-fé, na medida em que não consistiu em um diálogo genuíno como parte de um processo de participação com vistas a alcançar um acordo.

*c) A consulta adequada e acessível*

201. Este Tribunal estabeleceu, em outros casos, que as consultas a povos indígenas devem-se realizar mediante procedimentos culturalmente adequados, isto é, em conformidade com suas próprias tradições.<sup>263</sup> Por sua vez, a Convenção nº 169 da OIT dispõe que "os governos deverão [...] consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas",<sup>264</sup> bem como adotar "medidas para garantir que os membros desses povos possam compreender e se fazer compreender em procedimentos legais, facilitando para eles, se for necessário, intérpretes, ou outros meios eficazes", levando em conta sua diversidade linguística, particularmente nas áreas onde o idioma oficial não seja falado majoritariamente pela população indígena.<sup>265</sup>

202. Do mesmo modo, a Comissão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações da OIT salientou que a expressão "procedimentos apropriados" deve-se entender com referência à finalidade da consulta e que, portanto, não há um único modo de procedimento apropriado, o qual deveria "levar em conta as circunstâncias nacionais e as dos povos indígenas, bem como [contextualmente] a natureza das medidas consultadas".<sup>266</sup>

<sup>263</sup> Cf., *mutatis mutandis*, *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 130.

<sup>264</sup> Convenção nº 169 da OIT, artigo 6.1.a. Nesse mesmo sentido, o artigo 30.2, da *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* assinala que "os Estados realizarão consultas eficazes com os povos indígenas interessados, por meio de procedimentos apropriados e, em particular, por intermédio de suas instituições representativas, antes de utilizar suas terras, ou territórios, para atividades militares".

<sup>265</sup> Cf. Convenção nº 169 da OIT, artigo 12. Por sua vez, a *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* estabelece, em seu artigo 36.2, que os Estados, "em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão medidas eficazes para facilitar o exercício e garantir a aplicação desse direito".

<sup>266</sup> OIT, Relatório da Comissão Encarregada de Examinar a Queixa em que se Alega o Descumprimento, pelo Brasil da Convenção sobre Povos indígenas e Tribais, 1989 (nº 169), apresentada em virtude do artigo 24, da Constituição da OIT, pelo Sindicato de Engenheiros do Distrito Federal (SENGE/DF), GB.295/17; GB.304/14/7 (2006), par. 42. O Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas acrescentou que "as normas internacionais não impõem critérios preestabelecidos para a criação de órgãos e mecanismos para a concretização do requisito da consulta, que devem atender às características próprias e sistemas constitucionais de cada país. Entretanto, pode-se, de fato, entender que o estabelecimento gradual desses órgãos e mecanismos é uma das obrigações que decorrem da ratificação da Convenção nº 169 e de outras normas internacionais, levando em conta os requisitos mínimos de boa-fé, adequação e representatividade

Assim, tais processos devem incluir, segundo critérios sistemáticos e preestabelecidos, diferentes formas de organização indígena, sempre que respondam a processos internos desses povos.<sup>267</sup> A adequação também implica que a consulta tem uma dimensão temporal, a qual, novamente, depende das circunstâncias precisas da medida proposta, levando em conta o respeito às formas indígenas de decisão.<sup>268</sup> Nesse mesmo sentido, a jurisprudência<sup>269</sup> e a legislação interna de vários Estados se referem à necessidade de realizar-se uma consulta adequada.<sup>270</sup>

---

discutidos anteriormente. Nos casos em que esses mecanismos não existam formalmente, deverão ser adotados, provisoriamente, mecanismos transitórios, ou *ad hoc*, com vistas ao exercício efetivo da consulta indígena” (par. 37). O Relator Especial também declarou que o “caráter adequado, ou não, da consulta aos povos indígenas, mediante suas instituições representativas, não responde a uma fórmula unívoca, mas depende, em grande medida, do âmbito, ou alcance, da medida específica que é objeto de consulta e da finalidade dessa medida. Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, James Anaya, 5 de outubro de 2009, A/HRC/12/34/Add.6, Apêndice A, par. 28.

<sup>267</sup> Cf. Relatório da Comissão Encarregada de Examinar a Queixa em que se Alega o Descumprimento, pelo México da Convenção nº 169 da OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, de 1989, apresentada em virtude do artigo 24 da Constituição da OIT, pela Frente Autêntica do Trabalho (FAT), GB.283/17/1 (2001), par. 109. Do mesmo modo, o Relator das Nações Unidas sobre Povos Indígenas declarou que [à] luz desses mínimos critérios de representatividade, poder-se-ia destacar que esses critérios: i) dependem, contextualmente, do alcance das medidas a ser consultadas; ii) devem ater-se a critérios sistemáticos e preestabelecidos; iii) devem incluir diferentes formas de organização indígena, sempre que respondam a processos internos desses povos; e iv) conforme os princípios de proporcionalidade e não discriminação, devem responder a uma pluralidade de perspectivas identitárias, geográficas e de gênero”. Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, James Anaya, de 5 de outubro de 2009, A/HRC/12/34/Add.6, Anexo A, par. 31.

<sup>268</sup> Cf. Relatório da Comissão Encarregada de Examinar a Queixa em que se Alega o Descumprimento, pela Colômbia da Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989 (nº 169), apresentada em virtude do artigo 24 da Constituição da OIT pela Central Unitária de Trabalhadores (CUT), GB.276/17/1; GB.282/14/3 (1999), par. 79. Vertambém Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, James Anaya, de 5 de outubro de 2009, A/HRC/12/34/Add.6, Anexo A, par. 33. Do mesmo modo, “deve-se prever o tempo necessário para que os povos indígenas do país possam realizar seus processos detomada de decisão e participar, efetivamente, das decisões tomadas, de maneira que se adapte a seus modos culturais e sociais... caso esses não sejam levados em conta, será impossível cumprir os requisitos fundamentais da consulta prévia e da participação”.

<sup>269</sup> A Corte de Constitucionalidade da Guatemala observou que a consulta prévia implica que deva estar “em harmonia com as características próprias de cada nação, uma dinâmica de informação, participação e diálogo com membros de suas comunidades dotados de autêntica representatividade, destinada à consecução de acordos sobre as medidas que se projeta realizar” (21 de dezembro de 2009, Recurso de Sentença de Amparo, Autos 3.878- 2007, V.). A Corte Constitucional da Colômbia dispôs que “a participação das comunidades indígenas nas decisões que podem afetá-las, em relação à extração dos recursos naturais [...] fundamenta-se em um instrumento que é básico para preservar a integridade étnica, social, econômica e cultural das comunidades de indígenas e para assegurar, por conseguinte, sua subsistência como grupo social”, e que, desse modo, “a participação não se reduz, meramente, a uma intervenção na ação administrativa, destinada a assegurar o direito de defesa dos que serão afetados”, [...] mas, tem um significado maior, pelos altos interesses que ela procura tutelar, como são os atinentes à definição do destino e da segurança da subsistência das referidas comunidades” (Sentença SU-039/97). Ver também Corte Constitucional do Equador, Caso da Organização de Nacionalidades Huaorani, CONAIE Vs. AGIP OIL EQUADOR B.V. (0054-2003-RA), Sentença de 3 de julho de 2003, e Sentença nº 001-10-SIN-CC, Casos nº 0008-09-IN e nº 0011-09-IN, Sentença de 18 de março do 2010, pág. 53: “As normas específicas desenvolvidas pela OIT que se deveriam levar em conta são: a) o caráter flexível do procedimento de consulta, de acordo com o direito interno de cada Estado e as tradições, usos e costumes dos povos consultados [...]; d) o reconhecimento de que a consulta não se esgota com a mera informação, ou divulgação pública, da medida. De acordo com as recomendações da OIT, a consulta deve ser um processo sistemático de negociação que implique um genuíno diálogo com os representantes legítimos das partes; [...] i) o respeito à estrutura social e aos sistemas de autoridade e representação dos povos consultados. O procedimento de consulta deve respeitar, sempre, os processos internos, bem como os usos e costumes para a tomada de decisões dos diferentes povos consultados [...]”.

<sup>270</sup> Cf. Lei de Consulta Prévia do Peru, de 6 setembro de 2011: Artigo 4.2: “Interculturalidade. O processo de consulta desenvolve-se reconhecendo, respeitando e adaptando-se às diferenças existentes entre as culturas e contribuindo para o reconhecimento e valor de cada uma delas”; Artigo 4.4: “Flexibilidade. A consulta deve ser realizada mediante procedimentos apropriados ao tipo de medida legislativa, ou administrativa, que se busca

203. No presente caso, a Corte considerou provado que a companhia petrolífera pretendeu relacionar-se diretamente com alguns membros do Povo Sarayaku, sem respeitarsua forma de organização. Também é fato reconhecido pelo Estado que não foi o Povo que realizou essa “busca de entendimento”, mas a própria companhia petrolífera. Assim, da posição sustentada pelo Estado perante este Tribunal, infere-se que o Estado pretendeu delegar, *de facto*, sua obrigação de realizar o processo de consulta prévia à mesma empresa privada que estava interessada em extrair o petróleo que existiria no subsolo do território Sarayaku (par. 199 *supra*). Pelo exposto, o Tribunal considera que esses atos realizados pela companhia CGC não podem ser entendidos como uma consulta adequada e acessível.

#### d) *Estudo de Impacto Ambiental*

204. Em relação à obrigação de realizar estudos de impacto ambiental, o artigo 7.3 da Convenção nº 169 da OIT dispõe que “[o]s governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de avaliar-se a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento previstas possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas”.

205. A realização desses estudos constitui uma das salvaguardas para garantir que as restrições impostas às comunidades indígenas, ou tribais, a respeito do direito à propriedade pela emissão de concessões em seu território não impliquem uma denegaçãode sua subsistência como povo (par. 157 *supra*). Nesse sentido, o Tribunal estabeleceu que o Estado devia garantir que não se emitirá nenhuma concessão dentro do território de uma comunidade indígena, a menos e até que entidades independentes e tecnicamente capazes, sob a supervisão do Estado, realizem um estudo prévio de impacto social e ambiental.<sup>271</sup> Além disso, a Corte determinou que os Estudos de Impacto Ambiental “servem para avaliar o possível dano, ou impacto, que um projeto de desenvolvimento, ou investimento, pode ter

---

adotar, bem como levando em conta as circunstâncias e características especiais dos povos indígenas, ou originários envolvidos”, Artigo 4.5: “O processo de consulta realiza-se considerando prazos razoáveis, que permitam às instituições, ou organizações representativas dos povos indígenas, ou originários, conhecer a medida legislativa, ou administrativa, objeto da consulta e sobre ela refletir e realizar propostas concretas; a Constituição Política da Bolívia, de 2009, artigo 304: “As autonomias indígena-origenário-campesinas poderão exercer as seguintes competências exclusivas [...] 21: Desenvolver e executar os mecanismos de consulta prévia, livre e fundamentada relativos à aplicação de medidas legislativas, executivas e administrativas que os afetem, e deles participar”. Ver também Equador: Lei de Participação Cidadã, Registro Oficial nº 175 (suplemento), 20 de abril de 2010, artigo 81, e Lei de Mineração, Registro Oficial Suplemento nº 517.29, de janeiro de 2009, artigo 90: “Os processos de participação cidadã, ou consulta, deverão considerar um procedimento especial obrigatório às comunidades, povos e nacionalidades, partindo do princípio de legitimidade e representatividade, mediante suas instituições, para os casos em que a exploração pela extração mineira realize-se em suas terras e territórios ancestrais, e quando esses trabalhos possam afetar seus interesses”. Do mesmo modo, Colômbia: Constituição Política, “Parágrafo: [...] Nas decisões que se adotem a respeito dessa extração, o Governo propiciará a participação dos representantes das respectivas comunidades”. Nesse mesmo sentido, na Venezuela, a Lei Orgânica de Povos e Comunidades Indígenas, de 8 de dezembro de 2005, dispõe, em seu artigo 13, que “[t]oda atividade, ou projeto, que se pretenda desenvolver, ou executar, no hábitat e terras dos povos e comunidades indígenas deverá ser apresentado mediante projeto aos povos, ou comunidades, indígenas envolvidos, para que, reunidos em assembleia, decidam em que medida seus interesses podem ser prejudicados, e os mecanismos necessários que se devem adotar para garantir sua proteção. A decisão tomar-se-á conforme seus usos e costumes[...]. Na Nicarágua, a Lei 445, de 23 de janeiro de 2003, estabelece, em seu artigo 3, que “[...] Consulta [é] a expressão e prestação da informação técnica sobre a operação, ou o projeto, seguido do processo de discussão e decisão que a eles refira-se; durante os quais as comunidades deverão contar com tradutores que traduzirão, para suas línguas, tudo que seja dito durante esse processo, e serem assistidas por técnicos na matéria [...]”.

<sup>271</sup> Cf., *mutatis mutandi*, Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, par. 130.

sobre a propriedade e comunidade em questão. O objetivo desses [estudos] não é [unicamente] ter alguma medida objetiva do possível impacto sobre a terra e as pessoas, mas também [...] assegurar que os membros do povo [...] tenham conhecimento dos possíveis riscos, inclusive os riscos ambientais e de salubridade”, para que possam avaliar e aceitar o plano de desenvolvimento ou investimento proposto, “com conhecimento e de forma voluntária”.<sup>272</sup>

206. Por outro lado, a Corte estabeleceu que os Estudos de Impacto Ambiental devem ser realizados conforme as normas internacionais e boas práticas pertinentes;<sup>273</sup> respeitar as tradições e a cultura dos povos indígenas; e ser concluídos previamente à outorga da concessão, já que um dos objetivos da exigência desses estudos é garantir o direito do povo indígena de ser informado acerca de todos os projetos propostos em seu território.<sup>274</sup> Portanto, a obrigação do Estado de supervisionar os Estudos de Impacto Ambiental coincide com seu dever de garantir a efetiva participação do povo indígena no processo de outorga de concessões. Além disso, o Tribunal acrescentou que um dos pontos sobre os quais deveria tratar o estudo de impacto social e ambiental é o impacto acumulado que tem gerado os projetos existentes, e os que gerarão os projetos que tenham sido propostos.<sup>275</sup>

207. No presente caso, a Corte observa que o plano de impacto ambiental: a) foi realizado sem a participação do Povo Sarayaku; b) foi realizado por uma entidade privada, subcontratada pela empresa petrolífera, sem que conste que tenha sido submetido a um controle estrito posterior por parte de órgãos estatais de fiscalização; e c) não levou em conta a influência social, espiritual e cultural que as atividades de desenvolvimento previstas podiam ter sobre o Povo Sarayaku. Portanto, o Tribunal conclui que o plano de impacto ambiental não foi realizado em conformidade com o disposto em sua jurisprudência ou com as normas internacionais sobre a matéria.

e) *A consulta deve ser fundamentada*

208. Conforme se ressaltou, a consulta deve ser fundamentada, no sentido de que os povos indígenas tenham conhecimento dos possíveis riscos do plano de desenvolvimento ou investimento proposto, inclusive os riscos ambientais e de salubridade. Nesse sentido, a consulta prévia exige que o Estado aceite e preste informação, e implica uma comunicação constante entre as partes. A jurisprudência de tribunais nacionais<sup>276</sup> e a legislação interna<sup>277</sup> referiram-se a esse elemento da consulta.

---

<sup>272</sup> Cf. *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Interpretação da Sentença*, par. 40.

<sup>273</sup> Cf. *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Interpretação da Sentença*, nota de rodapé nº 23.

<sup>274</sup> Cf. *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Interpretação da Sentença*, par. 41.

<sup>275</sup> Cf. *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Interpretação da Sentença*, par. 41.

<sup>276</sup> A Corte Constitucional da Colômbia salientou que a consulta prévia deve visar a que “a comunidade tenha conhecimento pleno dos projetos destinados a explorar ou extrair os recursos naturais nos territórios que ocupa ou lhe pertencem, e sobre os mecanismos, procedimentos e atividades necessários para colocá-los em execução”; a que “seja inteirada e esclarecida sobre como a execução dos referidos projetos pode implicar danos ou deterioração dos elementos que constituem a base de sua união social, cultural, econômica e política e, por conseguinte, o substrato para sua subsistência como grupo humano com características especiais”; e a “[q]ue lhe seja dada a oportunidade para que, livremente e sem interferências estranhas, possa, mediante a convocação de seus integrantes ou representantes, avaliar conscientemente as vantagens e desvantagens do projeto sobre a comunidade e seus membros, ser ouvida em relação às preocupações e pretensões que apresente, no que diga respeito à defesa de seus interesses, e pronunciar-se sobre a viabilidade do projeto” (Sentença SU-039/97). Ver também Sentença C-030/08. Ver também a respeito Corte Constitucional do Equador, Caso Intag (459-2003-RA), Caso Nangaritza (0334-2003-RA) e Caso Yuma (0544-06-RA).

<sup>277</sup> Peru: do Direito à Consulta Prévia aos Povos Indígenas ou Originários Reconhecidos na Convenção nº 169 da OIT, artigo 4.f): “Ausência de coação ou condicionamento. A participação dos povos indígenas ou originários no

209. No presente caso, a Corte constata que não se infere do acervo probatório que o alegado “entendimento” realizado pela companhia CGC tivesse incluído a prestação da informação constante do estudo de impacto ambiental, nem que este houvesse servido para permitir que o Povo Sarayaku participasse de maneira ativa de um processo de diálogo adequado. Tampouco foi demonstrado que a alegada “socialização” do estudo esteja relacionada a uma atividade de consulta ao Povo Sarayaku ou que houvesse servido de base para informá-lo sobre as vantagens e desvantagens do projeto em relação à sua cultura e forma de vida, no âmbito de um processo de diálogo destinado a chegar a um acordo. Portanto, a Corte considera que os atos da empresa não foram parte de uma consulta fundamentada.

210. Nesse sentido, há elementos para concluir que as constatadas faltas no processo da consulta devida pelo Estado, somadas às várias ações da empresa para fragmentar as comunidades, propiciaram enfrentamentos entre as comunidades do Bobonaza e afetaram suas relações intercomunitárias. É por esse motivo que, ao ampliar as medidas provisórias em junho de 2005, a Corte considerou “particularmente necessário que as medidas que adot[assem] inclu[ísse]m ações que favore[cessem] a manutenção de um clima de respeito dos direitos humanos dos beneficiários [...] para assegurar os efeitos próprios da Convenção nas relações interindividuais”. Por essa mesma razão, o Tribunal solicitou ao Estado que, ao implementar as medidas, informasse “as comunidades indígenas vizinhas sobre o sentido e alcance das medidas provisórias, tanto para o próprio Estado como para terceiros particulares, a fim de propiciar um clima de convivência entre elas”.

\*

211. Em conclusão, a Corte constatou que não se efetuou um processo adequado e efetivo que garantisse o direito à consulta do Povo Sarayaku antes de executar ou autorizar o programa de prospecção ou extração de recursos que existiriam em seu território. Segundo análise feita pelo Tribunal, os atos da empresa petrolífera não atendem aos elementos mínimos de uma consulta prévia. Definitivamente, o Povo Sarayaku não foi consultado pelo Estado antes que se realizassem atividades próprias de extração petrolífera, disseminassem-se explosivos ou afetassem-se sítios de especial valor cultural. Tudo isso foi reconhecido pelo Estado e, de maneira categórica, constatado pelo Tribunal através dos elementos probatórios apresentados.

---

processo de consulta deve ocorrer sem coação ou condicionamento algum”; artigo 4.7: “Informação oportuna. Os povos indígenas ou originários direito a receber das entidades estatais toda a informação que seja necessária para que possam manifestar seu ponto de vista, devidamente fundamentado, sobre a medida legislativa ou administrativa a ser consultada. O Estado tem a obrigação de prestar essa informação desde o início do processode consulta e com a devida antecipação”. Bolívia: Decreto Supremo nº 29.033, de 16 de fevereiro de 2007: “O processo de consulta e participação deverá enquadrar-se neste princípio de veracidade em concordância com as normas legais vigentes, especialmente nas disposições da Convenção nº 169 da OIT, que estabelecem que a consulta deve ser realizada de boa-fé e, portanto, toda a informação que seja parte e resultado do processo de consulta e participação deverá ajustar-se à verdade”. Equador: Lei de Gestão Ambiental, Registro Oficial Suplemento 418, 10 de setembro de 2004, artigo 29: “Toda pessoa física ou jurídica tem direito a ser informada oportuna e suficientemente sobre qualquer atividade das instituições do Estado que, em conformidade com o Regulamento desta Lei, possa provocar impactos ambientais”. No mesmo sentido, na Venezuela, a Lei Orgânicos Povos e Comunidades Indígenas, de 8 de dezembro de 2005, dispõe, em seu artigo 14 que “[o]s projetos serão apresentados com não menos de noventa dias de antecipação à consideração dos povos e comunidades indígenas respectivos, reunidos em assembleia. Os projetos deverão conter toda a informação necessária sobre sua origem, objetivos e alcance, bem como sobre os benefícios que perceberão os povos e comunidades indígenas envolvidos e os possíveis danos ambientais, sociais, culturais ou de qualquer natureza e suas condições de reparação, a fim de que possam ser avaliados e analisados previamente pelo povo ou pela comunidade respectiva[...]”. Ver também o artigo 3 da Lei nº 445, de 23 de janeiro de 2003, da Nicarágua. Ver também Colômbia, Decreto nº 1.397, de 1996, artigos 8 e 16.



### B.6 Os direitos à consulta e à propriedade comunal em relação ao direito à identidade cultural

212. Em relação ao exposto, a Corte reconheceu que “[a]o se desconhecer o direito ancestral das comunidades indígenas sobre seus territórios, poderiam ser afetados outros direitos básicos, como o direito à identidade cultural e à própria sobrevivência das comunidades indígenas e de seus membros”.<sup>278</sup> Uma vez que o gozo e o exercício efetivos do direito à propriedade comunal sobre “a terra garante que os membros das comunidades indígenas conservem seu patrimônio”,<sup>279</sup> os Estados devem respeitar essa especial relação para assegurar sua sobrevivência social, cultural e econômica.<sup>280</sup> Também foi reconhecida a estreita vinculação do território com as tradições, costumes, línguas, artes, rituais, conhecimentos e outros aspectos da identidade dos povos indígenas, salientando que “[e]m função de seu entorno, sua integração com a natureza e sua história, os membros das comunidades indígenas transmitem de geração em geração esse patrimônio cultural imaterial, que é recriado constantemente pelos membros das comunidades e grupos indígenas”.<sup>281</sup>

213. Segundo o princípio da não discriminação, estabelecido no artigo 1.1 da Convenção, o reconhecimento do direito à identidade cultural é ingrediente e via de interpretação transversal para conceber, respeitar e garantir o gozo e o exercício dos direitos humanos dos povos e comunidades indígenas protegidos pela Convenção e, segundo seu artigo 29.b), também pelos ordenamentos jurídicos internos.

214. A esse respeito, o princípio 22 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento reconhece que:

“[o]s povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável”.

215. Dois instrumentos internacionais têm particular relevância no reconhecimento do direito à identidade cultural dos povos indígenas: a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais<sup>282</sup> e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.<sup>283</sup> Vários instrumentos internacionais da UNESCO também desenvolvem o conteúdo do direito à cultura e à identidade cultural.<sup>284</sup>

---

<sup>278</sup> *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 147. Ver também Assembleia Geral, Conselho de Direitos Humanos, Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, senhor Rodolfo Stavenhagen. A/HRC/6/15, de 15 de novembro de 2007, par. 43.

<sup>279</sup> *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 146.

<sup>280</sup> *Cf. Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 91.

<sup>281</sup> *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 154.

<sup>282</sup> Artigo 2.2.b): “[os governos, com a participação dos povos, deverão desenvolver uma ação coordenada e sistemática, que inclua medidas] que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e suas instituições”. Artigo 4.1: “Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados”. Artigo 5: “Ao se aplicar as disposições da presente Convenção, a) deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados; b) deverá ser respeitada a integridade dos valores, práticas e instituições desses povos”.

<sup>283</sup> *Cf. A/Res/61/295*, de 10 de dezembro de 2007, Resolução da Assembleia Geral da ONU, 61/295. Artigo 8.1: “Os povos e pessoas indígenas têm direito a não ser submetidos a uma assimilação forçada, ou à destruição de sua cultura”. Artigo 8.2: “Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a prevenção e a reparação de: a) Todo ato que tenha por objetivo ou consequência privar os povos e as pessoas indígenas de sua integridade como

216. Por sua vez, tanto a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, em casos em que se alegava a violação dos artigos 17.2 e 17.3 da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos,<sup>285</sup> como o Comitê PIDESC<sup>286</sup> e, em alguma medida, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, em casos relacionados a minorias,<sup>287</sup> referiram-se ao direito à identidade cultural e à dimensão coletiva da vida cultural das comunidades e povos nativos, indígenas, tribais e minoritários.

217. A Corte considera que o direito à identidade cultural é um direito fundamental e de natureza coletiva das comunidades indígenas, que deve ser respeitado numa sociedade

---

povos distintos, ou de seus valores culturais ou de sua identidade étnica [...]”. Artigo 11: “Os povos indígenas têm o direito de praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Isso inclui o direito de manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, tais como sítios arqueológicos e históricos, utensílios, desenhos, cerimônias, tecnologias, artes visuais e interpretativas e literaturas”. Artigo 12.1: “Os povos indígenas têm o direito de manifestar, praticar, desenvolver e ensinar suas tradições, costumes e cerimônias espirituais e religiosas; de manter e proteger seus lugares religiosos e culturais e de ter acesso a estes de forma privada [...]”.

<sup>284</sup> Cf. Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001; *UNESCO. Recomendação sobre a Participação e Contribuição Popular em Geral com Relação à Vida Cultural*; Declaração do México sobre as Políticas Culturais; Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais; Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Do mesmo modo, ver convenções e recomendações da UNESCO referentes à cultura ou à identidade cultural que mencionam os povos indígenas: *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore*, de 15 de novembro de 1989, e *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, de 20 de outubro de 2005.

<sup>285</sup> A Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, em sua Comunicação nº 276/2003, de novembro de 2009, declarou que “proteger direitos humanos vai além do dever de não destruir ou de não enfraquecer deliberadamente grupos minoritários, pois requer, além do respeito e da proteção de seu patrimônio religioso e cultural essencial para sua identidade de grupo [...] A Comissão] nota que o artigo 17 da Carta [Africana] é de uma dimensão dual em sua natureza tanto individual como coletiva, ao proteger, por um lado, a participação dos indivíduos na vida cultural de sua comunidade e, por outro, ao obrigar o Estado a promover e proteger valores tradicionais reconhecidos por uma comunidade. Consequentemente, entende cultura como o significado de um todo complexo que inclui uma associação física e espiritual da terra, conhecimento, crenças, artes, leis, moral e costumes, bem como outras habilidades e hábitos adquiridos pela humanidade, do indivíduo como membro da sociedade – a soma total das atividades e produtos materiais e espirituais de um determinado grupo social, que o distinguem de outros grupos semelhantes. Também entendeu que identidade cultural compreende a linguagem, a religião e outras características que definem um grupo (par. 241). Também observou: “ao ter forçado uma comunidade a viver em terras semiáridas sem acesso a depósitos de sal medicinal e outros recursos vitais para sua saúde, o Estado demandado criou uma ameaça maior para o modo de vida pastoril dos *Endorois*” (par. 251). A Comissão Africana também salientou que o Estado “tem um dever maior de dar passos positivos para proteger grupos e comunidades como os *Endorois*, bem como de promover os direitos culturais, inclusive a criação de oportunidades, políticas e instituições”. Ao considerar que “o Estado demandado não levou em consideração o fato de que, ao restringir o acesso ao lago Bogoria, denegou à comunidade o acesso a um sistema integrado de crenças, valores, normas, moral, tradições e artefatos intimamente relacionados com o acesso ao lago”, a Comissão Africana concluiu que o Estado havia violado os artigos 17.2 e 17.3 da Carta, por julgar que “a pura essência do direito à cultura dos *Endorois* foi denegado, a ponto de torná-lo, para todas as intenções e propósitos, ilusório” (par. 250 e 251) (tradução livre da Secretaria).

<sup>286</sup> “A forte dimensão da vida cultural dos povos indígenas é indispensável para sua existência, bem-estar e desenvolvimento integral, e compreende o direito às terras, territórios e recursos que tradicionalmente possuíram, ocuparam ou de outra forma utilizaram ou adquiriram. Há de respeitar-se e proteger-se os valores culturais e os direitos dos povos indígenas associados a suas terras ancestrais e a sua relação com a natureza, a fim de evitar a degradação de seu peculiar estilo de vida, inclusive dos meios de subsistência, a perda de recursos naturais e, em última instância, de sua identidade cultural” (par. 36). “Portanto, os Estados Partes devem tomar medidas para reconhecer e proteger os direitos dos povos indígenas de possuir, explorar, controlar e utilizar suas terras, territórios e recursos comunais e, nos casos em que se houver ocupado ou utilizado de outro modo essas terras ou territórios sem seu consentimento livre e fundamentado, adotar medidas para que lhes sejam devolvidos.”

<sup>287</sup> No caso *Chapman Vs. Reino Unido* (nº 27,238/95 ECHR 2001-I), o Tribunal Europeu reconheceu que o artigo 8 protege o direito de uma minoria (“Gypsy”) a manter sua identidade (par. 93). No caso *Gozelik e outros Vs. Polônia* (nº 44.158/98, par. 92, de 17 de fevereiro de 2004), o Tribunal Europeu observou que a necessidade de proteger a identidade cultural é também importante para o correto funcionamento de uma democracia. Referências a todos os casos mencionados neste parágrafo em “Direitos Culturais na Jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos”, Divisão de Pesquisa do ECHR, janeiro de 2011, p. 9 a 12.

multicultural, pluralista e democrática.<sup>288</sup> Isso implica a obrigação dos Estados de garantir aos povos indígenas que sejam devidamente consultados sobre assuntos que influenciam, ou podem influenciar, sua vida cultural e social, de acordo com seus valores, usos, costumes e formas de organização. Nesse sentido, a Convenção nº 169 da OIT reconhece as aspirações dos povos indígenas de “assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram”.<sup>289</sup>

218. No presente caso, não se questionou o fato de que a empresa afetou zonas de alto valor ambiental, cultural e de subsistência alimentar dos Sarayaku. Assim, em julho de 2003, a CGC destruiu, pelo menos, um sítio de especial importância na vida espiritual dos membros do Povo Sarayaku, no terreno do *Yachak* Cesar Vargas, a saber, o local denominado “Pingullu” (par. 104 *supra*). Para os Sarayaku, a destruição de árvores sagradas por parte da empresa, como a árvore “Lispungo”, significou uma violação de sua cosmovisão e crenças culturais.<sup>290</sup> Tampouco foi questionado que a entrada de helicópteros destruiu parte da denominada *Montaña Wichu kachi*, ou “*saladero de loras*” (par. 105 *supra*), fazendo com que, na cosmovisão do Povo, os espíritos donos desse lugar sagrado fossem embora, ocasionando a esterilidade do lugar que, por sua vez, é associada pelos Sarayaku à esterilidade material do lugar e à fuga permanente dos animais dessa área até que a espiritualidade do lugar seja restaurada.<sup>291</sup> Os trabalhos da petrolífera ocasionaram a suspensão, em alguns períodos, de atos e cerimônias ancestrais culturais do Povo Sarayaku, tais como a *Uyantsa*, sua festa mais importante que acontece anualmente em fevereiro, o que afetou a harmonia e a espiritualidade da comunidade.<sup>292</sup> Alegou-se também que a linha sísmica passou perto de lugares sagrados utilizados para cerimônias de iniciação dos jovens na idade adulta (par. 105 *supra*). Desse modo, a paralisação das atividades cotidianas do povo e a dedicação dos adultos à defesa do território teve impacto no ensino às crianças e

---

<sup>288</sup> A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, amplamente aceita após ter sido adotada no órgão respectivo com a assinatura de 143 Estados (inclusive o Equador), contempla o direito desses povos de determinar livremente sua condição política, a buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, a participar da adoção das decisões que os afetem, e a participar plenamente, caso assim queiram, da vida política, econômica, social e cultural do Estado (artigos 3, 4, 5, 18, 19, 20, 23, 32, 33 e 34). No caso específico do Equador, esse reconhecimento é tão claro que hoje sua própria Constituição de 2008 reconhece o direito à autodeterminação de diversas formas, entre outras, ao declarar que as comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas têm direito a “manter, desenvolver e fortalecer livremente sua identidade, sentido de pertencimento, tradições ancestrais e formas de organização social, motivo por que a Constituição garante o respeito e a promoção dos costumes e identidade dos povos indígenas em todas as ordens da vida” e, no caso dos “povos em isolamento voluntário”, o Estado “deverá adotar medidas para garantir suas vidas, fazer respeitar sua autodeterminação e vontade de permanecer no isolamento, e tomar medidas para a observância de seus direitos”.

<sup>289</sup> Convenção nº 169 da OIT. Considerando quinto.

<sup>290</sup> O *Yachak* Don Sabino Gualinga declarou: “Num local que se chama Pingullo eram as terras do senhor Cesar Vargas, aí vivia com suas árvores, aí estava tecida como fios a forma como ele podia curar, quando derrubaram essa árvore de Lispungo lhe causaram muita tristeza (...). Quando derrubaram essa árvore grande de Lispungo que ele tinha como fios, se entristeceu muito e morreu sua esposa e depois morreu ele, também morreu um filho, depois outro filho e agora só ficaram duas filhas mulheres. (Depoimento prestado por *don* Sabino Gualinga perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos durante a audiência pública realizada em 6 de julho de 2011).

<sup>291</sup> César Santi afirmou: “A Companhia há dois meses passou por aqui com a linha sísmica e, agora, já não há nem pássaros, foi-se o dono, o *Amazanga*, porque quando o dono vai-se, todos os animais vão-se... Como se evitou que os helicópteros continuassem vindo, se deixamos um bom tempo tranquilo talvez os animais voltem”. FLACSO, *Sarayaku: el Pueblo del Cénit*, folhas 6.627 e ss.

<sup>292</sup> Mediante as atividades da festa renovam-se o vínculo com o território e os laços sociais. Volta-se às áreas de recreio (*purinas*) e às áreas de caça do *prioste*, e reforça-se a posse dessas áreas ao território. Além disso, segundo os membros da comunidade, a festa dos Sarayaku caracteriza-se pela intervenção de todos os Kurakas, além das autoridades e líderes, e os *yachak* que visitam as casas da festa para dispor e transmitir a paz e o respeito, e que não ocorram conflitos. FLACSO. *Sarayaku: el Pueblo del Cénit*, folhas 6.672 a 6.676. Ver também declarações de Simón Gualinga e Jorge Malaver, Autoavaliação, folhas 6.588 e ss.

jovens das tradições e ritos culturais, bem como na perpetuação do conhecimento espiritual dos sábios. As detonações de explosivos destruíram parte das matas, fontes de água, covas, rios subterrâneos e sítios sagrados, e causaram a migração dos animais. Quanto à área em que permanecem os explosivos, o *Yachak* Sabino Gualinga declarou na audiência que:

“nesse setor já se foi a metade dos donos que preservavam o ecossistema [...]. Eles são os que sustentam a selva, a mata. Se se destrói, [...] também, derrubam-se as montanhas. Nós vivemos na bacia do Bobonaza, e isso nos afeta totalmente. Todos os que querem provocar danos não sabem o que estão fazendo. Nós, sim, o sabemos, porque nós vemos isso”.

219. Dada a importância que têm os sítios de valor simbólico para a identidade cultural do Povo Sarayaku e sua cosmovisão, como sujeito coletivo, vários dos depoimentos e perícias apresentados durante o processo mostram o forte laço que existe entre os elementos da natureza e da cultura, por um lado, e as dimensões do ser de cada integrante do Povo, por outro. O exposto denota também os profundos danos nas relações sociais e espirituais que os integrantes da comunidade podem sofrer com os diferentes elementos da natureza que os rodeia quando são destruídos ou alvo de descaso.

220. A Corte considera que a falta de consulta ao Povo Sarayaku afetou sua identidade cultural e, portanto, não há dúvida de que a intervenção em seu patrimônio cultural, e sua destruição, implica uma falta grave a esse respeito, em virtude de sua identidade social e cultural, seus costumes, tradições, cosmovisão e seu modo de viver, provocando, naturalmente, grande preocupação, tristeza e sofrimento entre eles.

#### *B.7 Dever de adotar disposições de direito interno*

221. A Corte recorda que o artigo 2 da Convenção obriga os Estados Parte a adotar, de acordo com seus procedimentos constitucionais e as disposições da Convenção, as medidas legislativas, ou de outra natureza que sejam necessárias para tornar efetivos os direitos e liberdades protegidos pela Convenção,<sup>293</sup> ou seja, os Estados não só têm a obrigação positiva de adotar as medidas legislativas necessárias para garantir o exercício dos direitos nela consagrados, mas também devem evitar promulgar leis que impeçam o livre exercício desses direitos, e evitar que se suprimam ou modifiquem as leis que os protegem.<sup>294</sup> Definitivamente, “o Estado tem o dever de adotar as medidas necessárias para tornarefetivo o exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção”.<sup>295</sup>

222. Embora, nos termos referidos, o Estado tivesse a obrigação de consultar o Povo Sarayaku, não consta à Corte que até 9 de dezembro de 2002 o Estado dispusesse de um Regulamento minucioso sobre consulta prévia, no qual estivessem estabelecidas claramente, *inter alia*, o momento em que se deve fazer a consulta, o objetivo dessa consulta, os sujeitos da consulta, as fases do desenvolvimento de atividades nas quais se procede ao processo de consulta prévia de execução, a formalização de resoluções na consulta, ou as compensações pelos prejuízos socioambientais causados na execução de atividades de extração de recursos naturais, em especial, hidrocarboríferos. Em todo caso, esse Regulamento de Consulta de Atividades Hidrocarboríferas, de 2002, tampouco teve impacto neste caso e foi revogado posteriormente, em abril de 2008, pelo Regulamento de

<sup>293</sup> Cf. *Caso Genie Lacayo Vs. Nicaragua. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 29 de janeiro de 1997. Série C Nº 30, par. 51; e *Caso Chocrón Chocrón Vs. Venezuela. Exceção Preliminar, Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 1º de julho de 2011. Série C Nº 227, par. 140.

<sup>294</sup> Cf. *Caso Chocrón Chocrón Vs. Venezuela*, par. 140; e *Caso Castillo Petruzzi e outros Vs. Peru. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 30 de maio de 1999. Série C Nº 52, par. 207.

<sup>295</sup> *Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala. Exceção Preliminar, Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 24 de novembro de 2009. Série C Nº 211, par. 240.

Aplicação dos Mecanismos de Participação Social, estabelecido na Lei de Gestão Ambiental,<sup>296</sup> Decreto nº 1.040, o qual não estabelece mecanismos específicos de consulta, segundo foi alegado e não questionado pelo Estado.

223. Além disso, a Corte constata que o Estado alegou que se encontrava “em pleno processo de adoção de medidas legislativas para a harmonização constitucional” e que “no período de transição, estabelecido na própria Constituição de [...]2008 destacaram-se, com prioridade, os pacotes legislativos que deviam ser aprovados”, isto é, o Estado reconhece que, até o momento de sua contestação neste caso, não dispunha de normas regulamentares de harmonização constitucional que permitissem tornar efetiva a legislação interna em matéria de consulta prévia.<sup>297</sup>

224. Portanto, a Corte conclui que, embora a Comissão ou os representantes não tivessem esclarecido por que motivo a falta de regulamentação anterior a dezembro de 2002 constituiu um obstáculo real para que se tornasse efetivo o direito à consulta prévia do Povo Sarayaku, o próprio Estado reconheceu que se encontrava, então, num período de transição para adequar sua norma regulamentar e legislativa com vistas a efetivar o direito à consulta prévia dos povos indígenas do Equador.

225. Do mesmo modo, a Corte observa que o Estado alegou que “o artigo 2 da Convenção Americana [...] refere-se não só às disposições normativas, mas também a medidas de outra natureza [...], nas quais se podem agrupar as de caráter institucional, econômico e de outro tipo que se obtenham em conjunto, ou seja, e como se manifestou em várias ocasiões, a Corte Interamericana [...], de forma integral”, e que a “jurisprudência do [...] Tribunal Interamericano [...], ao determinar essas *outras medidas*, estipulou que não se trata das meramente administrativas, ou judiciais, que, somente, enquadram-se nos deveres de respeito e garantia a que se referem o artigo 1.1. da CADH, e não no artigo 2 [da Convenção]. Esse ponto pode ser verificado inclusive nos Estados que se filiam ao sistema do *common law*, porque nesse sistema o que institui direito geral não é o ato jurisdicional, mas o poder normativo dos tribunais”.

226. Em relação a essa alegação, embora se pudesse compartilhar, em termos gerais, o proposto pelo Estado, a Corte observa que este não se referiu a nenhum outro mecanismo, ou a “outras medidas” em particular, que permitissem inferir que a falta de regulamentação do direito à consulta prévia, constante da legislação interna e internacional aplicável ao Equador, não constituísse um obstáculo para sua efetividade neste caso.

227. Considerando o acima exposto, este Tribunal considera que o Estado é responsável pelo descumprimento de sua obrigação de adotar disposições de direito interno, constante do artigo 2 da Convenção Americana, em relação às violações declaradas dos direitos à consulta, à identidade cultural e à propriedade.

---

<sup>296</sup> Cf. *Regulamento de Aplicação dos Mecanismos de Participação Social estabelecido na Lei de Gestão Ambiental*, Decreto nº 1.040, em comunicação dos peticionários de 10 de junho de 2008 (expediente de prova, tomo 8, folhas 4.154 e ss.).

<sup>297</sup> Nesse sentido, o Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas salientou, em observações formuladas em novembro de 2010 sobre os avanços e desafios na implementação das garantias da Constituição Política do Equador sobre os direitos dos povos indígenas, que o Estado devia “levar em conta as propostas feitas pela CONAIE, durante as mesas de diálogo, bem como quaisquer outras novas propostas de reforma, inclusive com relação à Lei de Mineração, à Lei de Recursos Hídricos, à Lei de Educação Intercultural Bilingue, ao Código Orgânico de Organização Territorial de Autonomia e Descentralização e ao Código Ambiental, com vistas a chegar a acordos, consensuais com os povos indígenas sobre essas e outras leis, bem como para reformar e implementar as leis conforme os direitos dos povos indígenas, garantidos na Constituição de 2008 e nos instrumentos internacionais de direitos humanos”. Nações Unidas, Relatório do Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos indígenas, James Anaya – Observações sobre os avanços e desafios na implementação das garantias da Constituição Política do Equador sobre os direitos dos povos indígenas, A/HRC/15/37/Add.7, de 13 de setembro de 2010, par. 56.

### B.8 *Direito de circulação e de residência*

228. Alegou-se uma série de situações em que terceiros ou, inclusive, agentes estatais, dificultaram, ou impediram, a passagem de membros dos Sarayaku pelo rio Bobonaza.<sup>298</sup> É evidente que o Estado teve conhecimento de situações que afetaram a livre circulação de membros do Povo Sarayaku pelo rio. No entanto, não foi apresentada prova suficiente para analisar tais fatos em conformidade com o artigo 22 da Convenção.

229. Por outro lado, efetivamente o fato de que tenham sido disseminados explosivos de pentolite no território do Povo Sarayaku implicou uma restrição ilegítima de circular, realizar atividades de caça e tradicionais em determinados setores de sua propriedade, pela evidente situação de risco criada para sua vida e integridade. Entretanto, os efeitos dessa situação foram e serão analisados em relação ao direito à propriedade comunal e à consultaprévia, bem como aos direitos à vida e à integridade pessoal (pars. 244 a 249 *infra*).

### B.9 *Liberdade de pensamento e de expressão, direitos políticos e direitos econômicos, sociais e culturais*

230. Quanto ao exposto pela Comissão Interamericana e pelos representantes sobre a alegada violação dos artigos 13, 23 e 26 da Convenção, a Corte concorda com a Comissão quanto a que, em assuntos como o presente, o acesso à informação é vital para um adequado exercício do controle democrático da gestão estatal a respeito das atividades de exploração e extração dos recursos naturais no território das comunidades indígenas, um assunto de evidente interesse público.<sup>299</sup> No entanto, a Corte considera que, no presente caso, os fatos foram suficientemente analisados, e as violações conceituadas, de acordocom os direitos à propriedade comunal, à consulta e à identidade cultural do Povo Sarayaku, nos termos do artigo 21 da Convenção, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento, razão pela qual não se pronuncia sobre a alegada violação daquelas normas.

### B.10 *Conclusão*

231. Em oportunidades anteriores, em casos relativos a comunidades ou povos indígenas e tribais, o Tribunal declarou violações em detrimento dos integrantes ou membros das comunidades e povos indígenas ou tribais.<sup>300</sup> Entretanto, a legislação internacional relativa a povos e comunidades indígenas ou tribais reconhece direitos aos povos como sujeitos coletivos do Direito Internacional e não unicamente a seus membros.<sup>301</sup> Tendo em vista que

---

<sup>298</sup> Com efeito, consta que ante determinados fatos alegados pelos Sarayaku, em 27 de novembro de 2002, o Defensor Público dispôs, como medida cautelar, que “nenhuma pessoa, nem autoridade, ou funcionário, poderá impedir o livre trânsito, circulação, navegação e intercomunicação dos membros pertencentes aos Saraya[k]u” (par. 86 *supra*).

<sup>299</sup> O artigo 9, da Carta Democrática Interamericana, aprovada na primeira sessão plenária, realizada em 11 de setembro de 2001, dispõe que “a promoção e proteção dos direitos humanos dos povos indígenas [...], contribu[i] para o fortalecimento da democracia e a participação do cidadão”.

<sup>300</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicarágua*; *Caso da Comunidade Moiwana Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*; *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*; *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguai*; *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, e *Caso da Comunidade Indígena Xakmok Kasek Vs. Paraguai*.

<sup>301</sup> Assim, por exemplo, a *Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas*, de 2007, estabelece, em seu artigo 1, que: “Os indígenas têm direito, a título coletivo ou individual, ao pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o direito internacional dos direitos humanos”. O artigo 3.1 da Convenção nº 169

os povos e comunidades indígenas ou tribais, unidos por suas particulares formas de vida e identidade, exercem alguns direitos reconhecidos pela Convenção de uma perspectiva coletiva, a Corte salienta que as considerações de direito expressas ou expostas na presente Sentença devem ser entendidas nessa perspectiva coletiva.

232. O Estado, ao não consultar o Povo Sarayaku sobre a execução do projeto que impactaria, diretamente, no seu território, descumpriu suas obrigações, conforme os princípios do Direito Internacional e seu próprio direito interno, de adotar todas as medidas necessárias para garantir que os Sarayaku participassem, mediante suas próprias instituições e mecanismos, e de acordo com seus valores, usos, costumes e formas de organização, da tomada de decisões sobre assuntos e políticas que exerciam, ou podiam exercer, influência em seu território, vida e identidade cultural e social, afetando seus direitos à propriedade comunal e à identidade cultural. Por conseguinte, a Corte considera que o Estado é responsável pela violação do direito à propriedade comunal do Povo Sarayaku, reconhecido no artigo 21 da Convenção, em relação ao direito à identidade cultural, nos termos dos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento.

## VIII.2

### **DIREITOS À VIDA, À INTEGRIDADE PESSOAL E À LIBERDADE PESSOAL**

#### **A. Alegações das partes**

##### *A.1 Direito à vida*<sup>302</sup>

233. A Comissão alegou que o Estado é responsável pela violação do artigo 4 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento do Povo Sarayaku e seus membros, em razão do descumprimento por parte do Estado de sua obrigação de garantir-lhes o respeito do direito de propriedade, permitindo a disseminação de explosivos em seu território, o que significou a criação de uma situação permanente de perigo que ameaça a vida e a sobrevivência de seus membros e, além disso, pôs em risco o direito do Povo de preservar e transmitir seu legado cultural. A Comissão acrescentou que as detonações de explosivos haviam destruído matas, fontes de água, covas, rios subterrâneos e sítios sagrados, bem como provocado a migração dos animais, e que a colocação de explosivos em áreas tradicionais de caça os teria impedido de buscar alimentos, diminuindo a capacidade dos membros do Povo de procurar a subsistência, desse

---

da OIT dispõe que: "Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos". Nesse sentido, o Comitê PIDESC, em sua Observação Geral nº 17, de novembro de 2005, assinalou expressamente que o direito a beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais que sejam cabíveis em função das produções científicas, literárias ou artísticas também assiste aos povos indígenas na qualidade de sujeitos coletivos e não unicamente a seus membros como sujeitos individuais de direitos (par. 7, 8 e 32). Posteriormente, na Observação Geral nº 21, de 2009, o Comitê interpretou que a expressão "toda pessoa", constante do artigo 15.1.a) do Pacto "se refere tanto ao sujeito individual como ao sujeito coletivo. Em outras palavras, uma pessoa pode exercer os direitos culturais: a) individualmente; b) em associação com outras; ou c) dentro de uma comunidade ou um grupo" (par. 8). Além disso, outros instrumentos de proteção regional como a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, de 1986, estabelecem a proteção especial de certos direitos dos povos tribais, em função do exercício de direitos coletivos. Ver, *inter alia*, os artigos da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, artigo 20, que protege o direito à existência e à autodeterminação dos povos; artigo 21, que protege o direito sobre os recursos naturais e a propriedade sobre suas terras; artigo 22, que garante o direito ao desenvolvimento.

<sup>302</sup> O artigo 4.1 da Convenção Americana dispõe: "Toda pessoa tem o direito a que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente".

modo alterando-se seu ciclo de vida. Por outro lado, a Comissão alegou que quando a Associação do Povo Sarayaku declarou o estado de emergência, foram paralisadas suas atividades econômicas, administrativas e escolares cotidianas, por alguns meses, período em que os membros do Povo viveram dos recursos da selva, pois os cultivos e a comida esgotaram-se. Tudo isso também afetou as possibilidades dos membros do Povo de Sarayaku de ter uma vida digna. Nesse contexto, o Estado não teria adotado as medidas positivas necessárias, no âmbito de suas atribuições, que razoavelmente eram de esperar-se, para prevenir ou evitar o risco do direito à vida dos membros desse Povo.

234. Os representantes consideraram que o Estado incorreu em responsabilidade ao colocar em grave risco os membros dos Sarayaku, em virtude da entrada “sem consulta” da petrolífera em seu território. Além disso, afirmaram que o Estado não tomou as medidas necessárias e suficientes para garantir condições de vida digna a todos os membros do Povo Sarayaku, “afetando sua forma de vida diferente, o projeto de vida individual e coletivo de seus membros e seu modelo de desenvolvimento”, configurando-se, desse modo, uma violação do artigo 4.1 da Convenção. Também alegaram que o Estado não adotou nenhuma medida para cumprir sua obrigação de proteção, levando em conta a situação de especial vulnerabilidade em que se encontrava o povo indígena, frente à incursão da petrolífera. Alegaram que durante o período de escassez de alimentos e situação de emergência aconteceram casos de diversas doenças que afetaram principalmente as crianças e os anciãos, situações que classificaram de “fatais para a saúde dos membros dos Sarayaku, que se viram impedidos de ter acesso aos centros assistenciais de saúde”, o que afetou seu direito à vida. Alegaram, ainda, que o Estado não havia prestado informação a respeito da quantidade de pentolite que foi abandonada na superfície. Acrescentaram que foram afetadas as relações dos Sarayaku com as comunidades vizinhas e as relações intracomunitárias, o que alterou profundamente a segurança, a tranquilidade e o modo de vida dos membros do Povo.

235. O Estado considerou que o direito à vida tem valor prioritário no sistema de garantias convencionais e, por esse motivo, são muito excepcionais os casos em que o Estado pode ser declarado responsável pela violação desse direito, por haver deixado de responder com a devida diligência. Neste caso, reiterou que não se pode sustentar que o impacto da atividade petrolífera tenha provocado graves danos para o desenvolvimento de condições de vida digna para os Sarayaku. No que diz respeito à disseminação de explosivos, nas medidas provisórias, o Estado informou a Corte sobre os avanços na retirada desse material. Quanto às supostas doenças e outros danos alegados, o Estado destacou que não existem atestados médicos imparciais, ou outra sustentação científica, mas declarações juramentadas de membros dos Sarayaku e “estudos de confiabilidade duvidosa”. Além disso, argumentou que é incoerente alegar violações do direito à vida em virtude do dano do direito à saúde, à alimentação, ao acesso à água limpa ou aos meios de subsistência, em função de uma atividade privada interrompida que nem sequer chegou à fase de prospecção sísmica, razão pela qual não cabe falar de contaminação nem de alteração substancial no estilo de vida dos povos indígenas da área. Por último, alegou que não havia descumprido sua obrigação positiva ou negativa de proteção do direito à vida, na medida em que havia garantido o cumprimento da regulamentação aplicável à data dos fatos para atividades extrativas de recursos naturais.

## A.2 *Direitos à liberdade<sup>303</sup> e à integridade pessoais<sup>304</sup>*

---

<sup>303</sup> O artigo 5 da Convenção Americana dispõe: “1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral. 2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com respeito devido à dignidade inerente ao ser humano [...]”.



236. A Comissão alegou, em relação ao ocorrido no dia 4 de dezembro de 2003, data na qual cerca de 120 membros do Povo Sarayaku teriam sido agredidos por membros do Povo de Canelos, na presença de agentes policiais, que o Estado não ofereceu a proteção adequada aos 120 membros do Povo que haviam sido agredidos, uma vez que o contingente de policiais presente era “claramente insuficiente” para impedir os atos de violência, ainda mais quando dias antes a comunidade de Canelos havia anunciado que negaria a passagem aos Sarayaku.

237. Com relação a esses fatos, os representantes consideraram que o Estado é responsável pela violação do direito à integridade física, em detrimento dos membros dos Sarayaku agredidos e atacados na comunidade de Canelos. Alegaram que o Estado tinha conhecimento do protesto indígena, bem como dos constantes bloqueios da liberdade de circulação dos Sarayaku pelo rio Bobonaza, e dos ataques das comunidades vizinhas e, apesar disso, enviou um contingente de apenas dez policiais. Afirmaram que, uma vez ocorrido o ataque, os agentes estatais ordenaram aos membros dos Sarayaku que voltassem à sua comunidade, distante de Canelos um dia em canoa, apesar de suas condições físicas, sem alimentação ou assistência médica, o que demonstra que o Estado não tomou as medidas necessárias para proteger a integridade pessoal dos Sarayaku que se dirigiam à marcha pacífica. Além disso, declararam que o Estado não investigou e puniu os autores das referidas agressões. Por tudo isso, os representantes alegaram que o Estado violou o direito à integridade dos 120 membros dos Sarayaku que foram atacados em Canelos, em 4 de dezembro de 2003.

238. No que diz respeito aos fatos de 4 de dezembro de 2003, o Estado desprezou o alegado pelos representantes e pela Comissão, por considerar que o sistema de investigação penal agiu por meio de diversas indagações para esclarecer os fatos e determinar responsáveis. Destacou que foi determinado que as pessoas que foram feridas não apresentaram incapacidades físicas graves, que não implicaram sequer tempo de repouso, que o atendimento foi ambulatorial e que alguns apresentaram incapacidade por horas. Além disso, o Estado alegou que o Governador de Pastaza declarou publicamente ter ordenado a presença das Forças Armadas e da Polícia para proteger os direitos das pessoas e prevenir a possibilidade de que ocorressem enfrentamentos intercomunitários, e que o trabalho da força pública havia sido realizado segundo as normas de proporcionalidade e respeito dos direitos. O Estado também alegou que os membros dos Sarayaku conheciam perfeitamente os riscos potenciais de suas ações.

239. Por outro lado, os representantes alegaram, quanto aos fatos ocorridos em 25 de janeiro de 2003, que os senhores Elvis Gualinga, Marcelo Gualinga, Reinaldo Gualinga e Fabián Grefa foram detidos por militares equatorianos, sem ordem judicial alguma e sem que tivessem sido apanhados em flagrante na prática de algum crime. Alegaram que eles não foram informados, em nenhum momento, das razões de sua detenção nem das acusações formuladas contra eles, razão pela qual essa detenção violava o artigo 7 da Convenção. Os representantes também alegaram que durante o período de detenção foram submetidos a tratamentos desumanos por parte de empregados da companhia CGC. Com

---

<sup>304</sup> O artigo 7 da Convenção Americana dispõe: “1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. 2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas. 3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários. 4. Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da sua detenção e notificada, sem demora, da acusação ou acusações formuladas contra ela. 5. Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo. [...]”.

base nisso, os representantes sustentaram que o tratamento a que foram submetidos por militares e a posterior aceitação dos supostos constrangimentos a eles infligidos por membros da companhia CGC, constituíram formas de tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes imputáveis ao Estado, em violação dos artigos 5 da Convenção e 6 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura - CIPST.

240. Quanto aos fatos de 25 de janeiro de 2003, embora a Comissão tenha feito referência a esses fatos, salientou que não dispunha de elementos probatórios suficientes para pronunciar-se sobre o ocorrido. Além disso, a Comissão não se referiu especificamente às alegadas violações do artigo 7 da Convenção Americana e do artigo 6 da CIPST.

241. Os representantes também consideraram que o Estado é responsável por várias ameaças e perseguições contra líderes dos Sarayaku, que lhe são imputáveis porquanto não lhes estendeu proteção, apesar da vigência de medidas de proteção em seu benefício concedidas pela Comissão Interamericana desde 5 de maio de 2003. Além disso, alegaram que, apesar das denúncias apresentadas pelos atingidos, o Estado não teria realizado nenhuma diligência de investigação nem prescrito punição alguma.

242. Por sua vez, os representantes destacaram que as referidas violações causaram a estigmatização do Povo Sarayaku como um povo violento, o que provocou grande dano nas relações de seus membros com o restante da sociedade equatoriana, particularmente com as comunidades vizinhas. Destacaram também que a situação havia criado angústia, ansiedade e temor entre os membros dos Sarayaku, e havia afetado sua integridade física e psicológica. Os representantes solicitaram à Corte que declare que o Estado violou o direito de todos os membros dos Sarayaku à integridade pessoal.

243. Quanto aos fatos de 25 de janeiro de 2003, o Estado alegou que sem provas fundamentadas que demonstrem certo padrão e provas diretas que demonstrem o momento em que foram registrados os supostos maus-tratos, e provas sobre a responsabilidade de agentes estatais, não se pode declarar a responsabilidade do Estado. Alegou também que, no presente caso, não existem indícios ou suposições consistentes que levem à conclusão, de maneira sólida, de que as supostas vítimas sofreram torturas ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes e, mais ainda, com o apoio ou tolerância das autoridades governamentais, motivo pelo qual mal se poderia responsabilizar o Estado por fatos que jamais se comprovaram de forma fidedigna.

## **B. Considerações da Corte**

### *B.1 Em relação aos explosivos disseminados no território Sarayaku*

244. A Corte estabeleceu, em sua jurisprudência constante, que as obrigações impostas pelo artigo 4 da Convenção Americana, relacionado ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, pressupõem que ninguém seja privado de sua vida arbitrariamente (obrigação negativa) e, além disso, à luz de sua obrigação de garantir o pleno e livre exercício dos direitos humanos, exigem que os Estados adotem todas as medidas apropriadas para proteger e preservar o direito à vida (obrigação positiva) daqueles que se encontrem sob sua jurisdição. Das obrigações gerais estabelecidas nos artigos 1.1 e 2 da Convenção decorrem deveres especiais, determináveis em função das necessidades específicas de proteção do sujeito de direito, seja por sua condição pessoal, seja pela situação específica em que se encontre.<sup>305</sup> Em determinados casos, apresentaram-se circunstâncias excepcionais que

---

<sup>305</sup> Cf. *Caso do "Massacre de Mapiripán" Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C Nº 134, par. 111 e 113; e *Caso Anzualdo Castro Vs. Peru. Exceção Preliminar, Mérito*,

permitem fundamentar e analisar a violação do artigo 4 da Convenção, a respeito de pessoas que não faleceram em consequência dos fatos violatórios.<sup>306</sup>

245. É claro que um Estado não pode ser responsável por qualquer situação de risco do direito à vida. Levando em conta as dificuldades que implicam o planejamento e a adoção de políticas públicas e as escolhas de caráter operacional que devem ser feitas em função de prioridades e recursos, as obrigações positivas do Estado devem interpretar-se de maneira a não impor às autoridades um ônus impossível ou desproporcional. Para que surja essa obrigação positiva, deve-se estabelecer se no momento dos fatos as autoridades sabiam, ou deviam saber, da existência de uma situação de risco real e imediato para a vida de um indivíduo, ou determinado grupo de indivíduos, e não tomaram, no âmbito de suas atribuições, as medidas necessárias que razoavelmente poder-se-ia esperar para prevenir, ou evitar, esse risco.<sup>307</sup>

246. Desde que foram ordenadas as medidas provisórias neste caso, em junho de 2005 (par. 5 *supra*), a Corte observou, com particular atenção, a colocação de mais de 1.400 kg de explosivos de alta potência (pentolite) no território Sarayaku, ao considerar que tal fato “constitui um fator de grave risco para a vida e a integridade de [seus] membros”.<sup>308</sup> Em virtude disso, a Corte ordenou ao Estado que retirasse esse material explosivo, disposição que está vigente até esta data e que o Estado cumpriu de forma parcial (pars. 120 e 121 *supra*). Diante da presença desse material no território, a Assembleia dos Sarayaku decidiu declarar restrita a área por razões de segurança, proibindo o acesso a ela, medida que continuaria vigente, apesar de considerá-la uma importante zona de áreas sagradas e de caça para os Sarayaku.

247. Os trabalhos de extração de pentolite iniciaram-se em dezembro de 2007, após a assinatura de um primeiro convênio de cooperação entre o Ministério de Minas e Petróleos e o Povo Sarayaku para a realização de trabalhos preliminares. Os trabalhos começaram no mês de julho de 2009, e consistiram em ações destinadas unicamente à extração do pentolite que se encontrava na superfície do território Sarayaku. Até o momento, o Estado extraiu entre 14 e 17 kg dos 150 kg que se encontrariam na superfície,<sup>309</sup> do total de mais de 1.400 kg deixados no território. Chama a atenção que, ao encerrar-se o contrato com a CGC, deixasse-se registro de que não havia passivos ambientais (pars. 120 a 123 *supra*). A presença de explosivos foi uma evidente preocupação do Povo Sarayaku em função de sua

---

*Reparações e Custas*. Sentença de 22 de setembro de 2009. Série C Nº 202, par. 37. Nesse sentido, ver *Caso Gelman Vs. Uruguai. Mérito e Reparações*. Sentença de 24 de fevereiro de 2011. Série C Nº 221, par. 76.

<sup>306</sup> Assim, por exemplo, no *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai*, a Corte declarou que o Estado era responsável pela violação do direito à vida por considerar que, ao não ter garantido o direito à propriedade comunitária, o Estado os havia privado da possibilidade de ter acesso a seus meios de subsistência tradicionais, bem como ao uso e desfrute dos recursos naturais necessários à obtenção de água limpa e à prática da medicina tradicional de prevenção e cura de doenças, além de não haver adotado as medidas positivas necessárias para assegurar-lhes as condições de vida compatíveis com sua dignidade (*Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 158.d) e e). Ver também *Caso "Instituto de Reeducação do Menor" Vs. Paraguai. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 2 de setembro de 2004. Série C Nº 112, par. 176; *Caso do Massacre de La Rochela Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 11 de maio de 2007. Série C Nº 163, par. 124, 125, 127 e 128; e *Caso Gelman Vs. Uruguai*, par. 130.

<sup>307</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguai*, par. 155 e 166. Ver também *Caso do Massacre de Pueblo Bello Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C Nº 140, par. 123; e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 123.

<sup>308</sup> *Assunto Povo Indígena Sarayaku a respeito do Equador. Medidas Provisórias*. Resolução da Corte Interamericana de 17 de junho de 2005, par. expositivo 12.

<sup>309</sup> Cf. Anexo 1 do Relatório do Estado, de 21 de setembro de 2009, apresentado à Corte em 13 de outubro de 2009 (expediente de prova, tomo 8, folha 2.523).

segurança física,<sup>310</sup> e a ativação, ou detonação, desses explosivos é, segundo declarações de peritos,<sup>311</sup> uma possibilidade real e potencial.

248. No presente caso, a empresa petrolífera realizou, com a aquiescência e a proteção do Estado, a abertura de trilhas, e disseminou cerca de 1.400 kg do explosivo pentolite no Bloco 23, que inclui o território Sarayaku. Por conseguinte, foi um risco claro e comprovado, que cabia ao Estado neutralizar, como, efetivamente, foi ordenado mediante as medidas provisórias, ou seja, o descumprimento da obrigação de garantir o direito à propriedade comunal do Povo Sarayaku por parte do Estado, permitindo a disseminação de explosivos em seu território, significou a criação de uma situação permanente de risco e ameaça para a vida e a integridade pessoal de seus membros.

249. Pelas razões expostas, o Estado é responsável por ter colocado gravemente em risco os direitos à vida e à integridade pessoal dos membros do Povo Sarayaku, reconhecidos nos artigos 4.1 e 5.1 da Convenção, em relação à obrigação de garantia do direito à propriedade comunal, nos termos dos artigos 1.1 e 21 desse mesmo instrumento.

### *B.2 Alegadas ameaças a membros do Povo Sarayaku*

250. Os representantes alegaram que ocorreu uma série de supostas ameaças e hostilidades em detrimento de líderes e membros dos Sarayaku, a maioria das quais não faz parte do quadro fático do caso. Alguns desses supostos fatos foram denunciados perante as autoridades (par. 107 *supra*). A Corte considera que, embora seja uma hipótese plausível no contexto dos fatos, não foi apresentada documentação probatória que permita comprovar que as agressões, hostilidades e ameaças alegadas são imputáveis ao Estado. Os representantes tampouco demonstraram que o Estado soubesse que os integrantes do Povo Sarayaku, supostamente agredidos, corressem um perigo específico, iminente e real, quando ocorreram os supostos fatos contra eles, ou seja, não foi apresentada prova suficiente, idônea e variada que permita concluir que o Estado é responsável por ação ou omissão nos fatos alegados.

### *B.3 Alegadas agressões e detenção ilegal e restrições à circulação pelo rio Bobonaza*

---

<sup>310</sup> Em sua última resolução de medidas provisórias, o Tribunal aplaudiu "que autoridades estatais e representantes do Povo Sarayaku tenham assinado convênios para a retirada do material explosivo, e que se tenha encerrado uma primeira fase de retirada dos explosivos que se encontravam sobre a superfície do território, do que foi informada a comunidade Sarayaku, e de que tenham sido envidados vários esforços coordenados nesse sentido. Não obstante isso, embora o Estado tenha dado explicações sobre o atraso em realizar esse procedimento, não se justificaram, claramente, as razões pelas quais o processo começou a ser implementado mais de quatro anos depois que o Tribunal o ordenara, expressamente. Nas circunstâncias particulares em que foram ordenadas essas medidas provisórias, a proteção da vida e da integridade pessoal dos membros do Povo Indígena Sarayaku exigia e exige, fundamentalmente, que se assegure a remoção de todos os explosivos do território em que se encontram assentados, pois isso impediu sua livre circulação e a utilização dos recursos naturais existentes nessa área. Nessas circunstâncias, é claro que a principal preocupação neste momento volta-se para o risco, atual e potencial, que implica, para a comunidade Sarayaku, a existência de explosivos de alto poder destrutivo enterrados no território onde se assenta". Cf. *Assunto Povo Indígena Sarayaku a respeito do Equador. Medidas Provisórias*. Resolução da Corte Interamericana de 4 de fevereiro de 2010, par. expositivo 13.

<sup>311</sup> Nesse sentido, um dos peritos salientou que o abandono dos explosivos, com os cabos de detonação visíveis, apresenta certo perigo, já que podem ser detonados de maneira deliberada, ou acidental (por causas eletrostáticas) (*affidavit* do Professor Shashi Kanth, Dossiê sobre Detonadores de Pentolite Usado na Exploração de Petróleo. 25 de maio de 2011. Escola de Minas, Dakota do Sul, expediente de prova, tomo 19, folha 10.164). Também, o perito Bill Powers considerou que os explosivos abandonados no território, pela Companhia CGC, constituem um "perigo latente" para os Sarayaku (*affidavit* do engenheiro William E. Powers. Etapas de Desenvolvimento de um Campo Petrolífero na Selva, 29 de junho de 2011, expediente de prova, tomo 19, folha 10.103).

251. Alegou-se uma série de situações em que terceiros, ou mesmo agentes estatais, dificultaram, ou impediram, a passagem de membros dos Sarayaku pelo rio Bobonaza. Conforme consta dos escritos apresentados no trâmite de medidas provisórias, é evidente que o Estado teve conhecimento de situações que afetaram a livre circulação de membros do Povo Sarayaku. Quanto ao ocorrido em 4 de dezembro de 2003 (pars. 108 a 113 *supra*), embora as medidas adotadas pudessem abstratamente ter sido outras, tampouco foram apresentadas à Corte documentação ou alegações específicas, mostrando que as autoridades estatais estavam em condições de calcular a dimensão dos eventos que, defato, aconteceram, e que o contingente de polícia enviado seria insuficiente para esses efeitos. A Corte não dispõe de elementos suficientes que permitam concluir que o Estado é responsável por deixar de cumprir a obrigação de garantir a integridade pessoal das pessoas feridas nos acontecimentos de 4 de dezembro de 2003. Entretanto, conforme se demonstra no próximo capítulo, esses fatos não foram diligentemente investigados, apesar de terem sido denunciados, razão pela qual o Estado não garantiu o direito à integridade pessoal por meio de investigações diligentes (pars. 265 a 271 *infra*).

252. No que diz respeito aos fatos de 25 de janeiro de 2003 (par. 98 *supra*), a Corte observa que os representantes não remeteram nenhuma documentação, ou fizeram referência específica em seus escritos à prova apresentada, que permita comprovar a interposição de uma denúncia por esses fatos, na qual se declarasse que membros dos Sarayaku haviam sido alvo de atos que pudessem ser qualificados como tortura ou tratamentos cruéis por parte do pessoal de segurança da empresa, com a tolerância ou aquiescência de funcionários militares, ou por negligência de sua parte. Chama a atenção que em relatório apresentado pelo “Chefe da Segurança Física da [Companhia] CGG” ao “Chefe da Brigada da CIA. CGG”, embora se conclua que, “ao chegar à Base de Chontoa os detidos não foram maltratados nem física nem moralmente”, também faça-se constar que, tão logo chegaram à base, os detidos foram, “de imediato, [...] conduzidos a uma área segura, onde [foram] investigados pela segurança da CGC” antes de serem levados a Puyo para serem entregues à Polícia Nacional.<sup>312</sup> Não obstante isso, os representantes não questionaram, em suas alegações, a natureza das entidades que participaram da detenção e que teriam praticado o referido exame médico, nem referiram-se especificamente a esses documentos. Tampouco apresentaram informação sobre o procedimento comum de controle do estado físico ou de saúde no momento da detenção.

253. No que diz respeito à alegada violação da liberdade pessoal desses quatro membros dos Sarayaku, o Tribunal constata que, contrariamente ao mencionado pelos representantes, em 28 de janeiro de 2003, foi efetivamente aberto contra eles um procedimento de interrogatório prévio pelo Promotor do Distrito de Pastaza.<sup>313</sup> Infere-se do expediente do interrogatório da promotoria que, embora não houvesse sido resultado de uma ordem judicial, a detenção teria decorrido de supostos atos criminosos cometidos por essas pessoas, que teriam sido detidas no próprio local dos fatos.<sup>314</sup> O Tribunal observa, por um lado, que no período transcorrido entre a detenção desses quatro membros dos Sarayaku, num dos heliportos abertos em seu território (linha E 16), e sua entrega à Polícia Nacional em Puyo, eles teriam sido “investigados” por pessoal de segurança privada (par. 252 *supra*). Entretanto, os representantes não prestaram informação sobre o regime jurídico aplicável, nem alegaram especificamente uma violação de seu direito à liberdade pessoal por terem sido interrogados por pessoas que aparentemente não eram as autoridades competentes. Por outro lado, essas quatro pessoas foram submetidas a medida

---

<sup>312</sup> Cf. Interrogatório Prévio nº 069-2003 por denúncia apresentada pelo senhor José Walter Hurtado Pozo por suposto crime de roubo e sequestro (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.105 e 9.106).

<sup>313</sup> Cf. Instrução da Promotoria nº 069-2003 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.096 e 9.097).

<sup>314</sup> Cf. Instrução da Promotoria nº 069-2003, folhas 9.096 e 9.097.

cautelar de privação de liberdade por decisão do Primeiro Tribunal de Pastaza (par. 99 *supra*), sem que conste das atas da decisão se as autoridades da promotoria e judiciais fundamentaram devidamente a necessidade dessa medida, em função da necessidade processual invocada nessa situação, a saber, o perigo de não comparecimento. Entretanto, os representantes não alegaram que o exposto implicasse que o artigo 7.3 da Convenção tivesse sido afetado, nem mencionaram ou apresentaram elementos probatórios que permitam à Corte analisar se eles foram detidos arbitrariamente, ou por motivos ilegítimos.

254. Por conseguinte, a Corte não dispõe de elementos de prova suficientes que permitam concluir que o Estado é responsável pelas alegadas violações dos direitos reconhecidos nos artigos 5 e 7 da Convenção Americana e 6 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

### **VIII.3 DIREITOS ÀS GARANTIAS JUDICIAIS<sup>315</sup> E À PROTEÇÃO JUDICIAL<sup>316</sup>**

#### **A. Alegações das partes**

255. A Comissão alegou que o Estado havia violado o direito às garantias judiciais e à proteção judicial por vários motivos: i) o mandado de segurança não foi conduzido de forma regular e houve atrasos inexplicáveis no processo, pois tampouco resolveu-se ou realizou-se a audiência convocada; ii) esse mandado não foi efetivo, pois a medida cautelar ordenada não foi cumprida; e iii) o Estado não prestou informação que permita concluir que se tenha realizado uma investigação efetiva das denúncias em relação aos vários incidentes de violência e ameaça contra membros do Povo Sarayaku.

256. Os representantes concordaram com o que a Comissão declarou e acrescentaram que o juiz competente para fazer tramitar o mandado de segurança não havia convocado a audiência nos termos legais estabelecidos pela Constituição e pela Lei de Controle Constitucional. Alegaram que o Estado havia violado a garantia do devido processo ao descumprir a medida cautelar ordenada, ao não garantir os meios para executar as decisões e sentenças proferidas pelas autoridades competentes para que se protegessem efetivamente os direitos, o que torna ilusório o direito à proteção judicial. Assim como a Comissão, alegaram que o Estado é responsável pela total falta de investigação frente às denúncias interpostas em várias ocasiões por membros dos Sarayaku.

257. O Estado alegou que o mandado de segurança interposto pela OPIP teria permanecido inconcluso por falta de atividade processual do interessado, no entendimento de que a recorrente “não mostrou o devido interesse no desenvolvimento do mandado” que, portanto, teria ficado “inconcluso”. Salientou, especificamente, que, neste caso, “a falta de agilidade no processo não se dev[e] a irregularidades”, mas a que o interessado não prestou a “colaboração necessária para proceder à citação de um dos demandados” antes

---

<sup>315</sup> O artigo 8.1 da Convenção Americana dispõe: “1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”.

<sup>316</sup> O artigo 25 da Convenção Americana dispõe: “1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais. 2. Os Estados Partes comprometem-se: a) a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpuser tal recurso; b) a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; e c) a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso”.

da data da audiência. Acrescentou que a OPIP não podia beneficiar-se de seu próprio dolo a respeito da falta de citação da companhia *Daymi Services* "porquanto fora erro seu a falta do respectivo aviso ao não se assegurar do verdadeiro endereço dos demandados, para, assim, tutelar de forma efetiva os supostos direitos violados". Além disso, o Estado alegou que a OPIP não compareceu à audiência, nem justificou seu não comparecimento, o que, segundo a Lei de Controle Constitucional, entende-se como desistência do recurso.

258. Com respeito ao acima exposto, os representantes mencionaram que a data da referida audiência foi modificada em 2 de dezembro de 2002 pelo Primeiro Juiz Civil de Pastaza, que, nesse mesmo dia, notificou a OPIP. Acrescentaram que o endereço da *Daymi Services*, citado no escrito da OPIP, estava errado, mas que o erro foi sanado mediante escrito da OPIP, de 16 de dezembro de 2002, e que não constava do expediente "que o Juiz realizara diligências adicionais a partir dessa data para voltar a convocar a audiência". Por conseguinte, declararam que se não se havia citado todas as partes, "o juiz, de nenhum modo, poderia ter marcado a audiência, como não o fez e, portanto, não se pode acusar os demandantes de não haver comparecido a essa audiência, e muito menos considerar que tenham desistido do recurso".

259. No que diz respeito às investigações, o Estado declarou que "não pode ser considerado culpado pela falta de investigação a respeito das denúncias apresentadas por membros dos Sarayaku, já que fora possível o andamento dos processos de investigação conduzidos pela Promotoria de Pastaza até o momento em que a autoridade teve acesso às comunidades e à colaboração por parte dos denunciantes para prosseguir a investigação dos casos apresentados". Também mencionou que os Sarayaku "não ofereceram as facilidades para que a promotoria realizasse seu trabalho de investigação, já que restringiram o acesso a seu território, expondo as autoridades da ordem a um grande enfrentamento caso tentassem entrar à força". Acrescentou que a falta de êxito nos interrogatórios "corresponde a uma total recusa de colaboração dos possíveis afetados", e que, segundo as reformas realizadas no Código de Procedimento Penal, em 2009, "os processos de interrogatório não poderão manter-se abertos por mais de um ano em crimes de prisão, e dois anos em crimes de reclusão".

## **B. Considerações da Corte**

260. A Corte considerou que o Estado tem a obrigação de oferecer recursos judiciais às pessoas que aleguem ser vítimas de violações dos direitos humanos (artigo 25), recursos que devem ser instruídos em conformidade com as normas do devido processo legal (artigo 8.1), tudo isso no contexto da obrigação geral, a cargo dos Estados, de garantir o livre e pleno exercício dos direitos reconhecidos na Convenção a toda pessoa que se encontre sob sua jurisdição (artigo 1.1).<sup>317</sup>

261. Por outro lado, a Corte salientou que o artigo 25.1 da Convenção dispõe, em termos gerais, a obrigação dos Estados de garantir um recurso judicial efetivo contra atos que violem direitos fundamentais. Ao interpretar o texto do artigo 25 da Convenção, a Corte sustentou, em outras oportunidades, que a obrigação do Estado de proporcionar um recurso judicial não se reduz, simplesmente à mera existência dos tribunais ou procedimentos formais ou, ainda, à possibilidade de recorrer aos tribunais. O Estado tem, antes, o dever de adotar medidas positivas para garantir que os recursos que proporciona por meio do sistema judicial sejam "verdadeiramente efetivos para estabelecer se houve ou não uma

---

<sup>317</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Exceções Preliminares*. Sentença de 26 de junho de 1987. Série C Nº 1, par. 91; e *Caso Fleury e outros Vs. Haiti. Mérito e Reparações*. Sentença de 23 de novembro de 2011. Série C Nº 236, par. 105.

violação aos direitos humanos e para oferecer uma reparação".<sup>318</sup> Desse modo, o Tribunal declarou que "a inexistência de um recurso efetivo contra as violações dos direitos reconhecidos pela Convenção constitui uma transgressão de seus termos pelo Estado Parte onde tal situação tenha ocorrido".<sup>319</sup>

262. A Corte também reiterou que o direito de toda pessoa a um recurso simples e rápido, ou a qualquer outro recurso efetivo perante os juízes ou tribunais competentes que a ampare contra atos que violem seus direitos fundamentais "constitui um dos pilares básicos, não só da Convenção Americana, mas do próprio Estado de Direito numa sociedade democrática no sentido da Convenção".<sup>320</sup>

263. Este Tribunal afirmou, ainda, que para que o Estado cumpra o disposto no citado artigo, não basta que os recursos existam formalmente, mas que tenham efetividade.<sup>321</sup> Nesse sentido, nos termos do artigo 25 da Convenção, é possível identificar duas responsabilidades concretas do Estado. A primeira, consagrar normativamente recursos efetivos perante as autoridades competentes, que amparem todas as pessoas sob sua jurisdição contra atos que violem seus direitos fundamentais ou que impliquem a determinação dos direitos e obrigações dessas pessoas, bem como assegurar sua devida aplicação. A segunda, garantir os meios para executar as respectivas decisões e sentenças definitivas proferidas por essas autoridades competentes, de maneira que se protejam efetivamente os direitos declarados, ou reconhecidos, este último tendo em vista que uma sentença com natureza de coisa julgada confere certeza sobre o direito, ou controvérsia, discutida no caso concreto e, por conseguinte, tem como um de seus efeitos a obrigatoriedade, ou necessidade, de cumprimento. O processo deve tender à materialização da proteção do direito reconhecido no pronunciamento judicial mediante a aplicação idônea desse pronunciamento.<sup>322</sup> Portanto, a efetividade das sentenças e das providências judiciais depende de sua execução.<sup>323</sup> O contrário supõe a própria negação do direito envolvido.<sup>324</sup>

264. Além disso, no que diz respeito a povos indígenas, é indispensável que os Estados concedam uma proteção efetiva que leve em conta suas particularidades próprias, suas

---

<sup>318</sup> *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 177. Ver também, *Garantias Judiciais em Situações de Emergência* (artigos 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Parecer Consultivo OC-9/87 de 6 de outubro de 1987. Série A Nº 9, par. 24.

<sup>319</sup> *Garantias Judiciais em Situações de Emergência* (artigos 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), par. 24; *Caso Castillo Petruzzi e outros Vs. Peru*, par. 185. Ver também *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 179.

<sup>320</sup> *Caso Castillo Páez Vs. Peru. Mérito*. Sentença de 3 de novembro de 1997. Série C Nº 34, par. 82; e *Casoda Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai*, par. 139.

<sup>321</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*, par. 63, 68 e 81; e *Caso Cabrera García e Montiel Flores Vs. México. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 26 de novembro de 2010. Série CNº 220, par. 142. Também *Garantias Judiciais em Situações de Emergência* (artigos 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Parecer Consultivo OC-9/87 de 6 de outubro de 1987. Série A nº 9, par. 24.

<sup>322</sup> Cf. *Caso Mejía Idrovo Vs. Equador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 5 de julho de 2011. Série C Nº 228, par. 104; e *Caso Baena Ricardo e outros Vs. Panamá. Competência*. Sentença de 28 de novembro de 2003. Série C Nº 104, par. 73 e 82.

<sup>323</sup> Cf., *mutatis mutandis*, *Caso Baena Ricardo e outros Vs. Panamá. Competência*, par. 82; e *Caso Mejía Idrovo Vs. Equador*, par. 104.

<sup>324</sup> Cf. *Caso Baena Ricardo e outros Vs. Panamá. Competência*, par. 82; e *Caso Mejía Idrovo Vs. Equador*, par. 104.



características econômicas e sociais, bem como sua situação de especial vulnerabilidade, seu direito consuetudinário, valores, usos e costumes.<sup>325</sup>

### B.1 Sobre a obrigação de investigar

265. O Tribunal já afirmou que a obrigação de investigar, julgar e, caso seja pertinente, punir os responsáveis por violações de direitos humanos insere-se nas medidas positivas que os Estados devem adotar para garantir os direitos reconhecidos na Convenção,<sup>326</sup> em conformidade com seu artigo 1.1. Esse dever é uma obrigação que deve ser assumida pelo Estado como um dever jurídico próprio e não como uma simples formalidade condenada de antemão a ser infrutífera, ou como uma mera gestão de interesses particulares, quedependa da iniciativa processual das vítimas, de seus familiares ou da apresentação privada de elementos probatórios.<sup>327</sup>

266. O Tribunal também declarou que a obrigação de investigar e o respectivo direito da suposta vítima ou dos familiares não só se inferem das normas convencionais do Direito Internacional, imperativas para os Estados Partes, mas além disso, tem origem na legislação interna que faz referência ao dever de investigar de ofício certas condutas ilícitas às normas que permitem que as vítimas ou seus familiares denunciem, ou apresentem queixas, provas, petições, ou qualquer outra diligência, com a finalidade de participar processualmente da investigação penal com a pretensão de estabelecer a verdade dos fatos.<sup>328</sup>

267. No presente caso, a Corte observa que foram interpostas várias denúncias em relação às alegadas agressões, ou ameaças, a integrantes do Povo Sarayaku (par. 107 *supra*).

268. Não constam diligências, ou resultados, em relação à denúncia interposta perante a Promotoria Distrital de Pichincha, em abril de 2004, pelo senhor José Serrano.

269. Além disso, da investigação iniciada de ofício pelo Defensor Público de Pastaza, pelos fatos ocorridos em 4 de dezembro de 2003 (par. 112 *supra*), o Tribunal observa que a Promotoria de Pastaza conduziu algumas diligências de investigação<sup>329</sup> em relação à denúncia que lhe fora apresentada (par. 113 *supra*). Apesar disso, não foi apresentada documentação probatória que permita determinar se houve alguma ação, ou decisão definitiva ou provisória por parte das autoridades em relação aos fatos denunciados. Com respeito às demais denúncias, a Corte constata que não foi remetida pelas partes nenhuma documentação probatória nem alegações específicas para determinar se se realizaram

---

<sup>325</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*, par. 63; e *Caso Rosendo Cantú e outra Vs. México. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 31 de agosto de 2010. Série C Nº 216, par. 184.

<sup>326</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*, par. 166 e 167; e *Caso Torres Millacura e outros Vs. Argentina*, par. 112.

<sup>327</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*, par. 177; e *Caso Torres Millacura e outros Vs. Argentina*, par. 112.

<sup>328</sup> Cf. *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 80; e *Caso García Prieto e outro Vs. El Salvador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 20 de novembro de 2007. Série C Nº 168, par. 104.

<sup>329</sup> Cf. Interrogatório prévio de 9 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.253 e 9.254); ata de designação de peritos, de 9 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 16, folha 9.255); atas de reconhecimento médico legal de 9 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.256 a 9.295); tomada de versões dos suspeitos, de 4, 5, 14 e 20 de maio, 4 e 8 de junho de 2004 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.313 a 9.370); ata da versão de testemunha de 10 de junho de 2004 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.371 e 9.372); e relatório do reconhecimento do lugar dos fatos Sarayaku e Canelos de 23 de abril de 2004 (expediente de prova, tomo 16, folhas 9.359 e 9.360).

diligências de investigação ou de verificação em consequência das denúncias iniciadas. Tampouco foi apresentada documentação de que conste alguma ação definitiva, ou provisória, por parte das autoridades, em relação aos fatos denunciados.

270. Em definitivo, a Corte observa que não se iniciaram investigações de cinco dos seis fatos denunciados e que, quanto à investigação iniciada, evidencia-se inatividade processual posteriormente à realização de algumas diligências. Embora o Estado alegue que tal inatividade deveu-se à falta de acesso ao território do Povo Sarayaku, o Estado não apresentou documentação probatória acerca de alguma ação ou decisão definitiva por parte das autoridades, em relação às investigações dos fatos denunciados, que contenham essa, ou alguma outra explicação para que não tivessem continuidade. Por esse motivo, este Tribunal julga que, neste caso, o conjunto das investigações não constituiu um meio efetivo para garantir os direitos à integridade pessoal das supostas vítimas desses fatos.

271. Em virtude das considerações acima, a Corte considera que, no presente caso, as falhas nas investigações dos fatos denunciados mostram que as autoridades estatais não agiram com a devida diligência nem conforme suas obrigações de garantir o direito à integridade pessoal, constante do artigo 5.1 da Convenção, em relação à obrigação do Estado de garantir os direitos, estabelecida no artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento dos referidos membros do Povo Sarayaku (pars. 107 e 111 *supra*).

## B.2 Sobre o mandado de segurança

272. No âmbito do exame dos recursos simples, rápidos e efetivos que a disposição em exame contempla, esta Corte sustentou que a instituição processual do recurso pode reunir as características necessárias para a tutela efetiva dos direitos fundamentais,<sup>330</sup> isto é, a de ser simples e breve. Nesse sentido, o Estado sustentou no trâmite perante este Tribunal em relação aos fatos do presente caso, que o mandado de segurança era efetivo para “solucionar a situação jurídica do peticionário”.

273. No presente caso, no que se refere ao mandado de segurança interposto pela OPIP, em 28 de novembro de 2002, o Tribunal observa que, em 12 de dezembro de 2002, a Corte Superior de Justiça do Distrito de Pastaza comprovou “irregularidades [em] sua tramitação”. Além disso, a Corte Superior do Distrito de Pastaza salientou que a providência inicial, na qual se convocam as partes para uma audiência pública, violou o disposto na Lei de Controle Constitucional, e declarou que era “preocupante a total falta de agilidade que se vem dando ao recurso, levando em consideração as repercussões de ordem social que seu objetivo implica”. Na mesma providência, “observou-se” ao Primeiro Juiz Civil de Pastaza, “de forma enérgica, a fim de que cumpra de forma estrita o disposto na Lei de Controle Constitucional, com a agilidade e a eficiência que o caso exige”.<sup>331</sup> Do mesmo modo, apesar de a OPIP ter apresentado, em 16 de dezembro de 2002, um escrito perante o Primeiro Juiz Civil de Pastaza, esclarecendo o endereço em que deviam ser notificados os demandados,<sup>332</sup> não foi apresentada informação, ou documentação, que permitam à Corte saber se houve ações processuais posteriores, ou um ato conclusivo por parte do citado Tribunal em relação ao recurso interposto.

---

<sup>330</sup> Cf. *O Habeas Corpus sob Suspensão de Garantias* (artigos 27.2, 25.1 e 7.6 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Parecer Consultivo OC-8/87 de 30 de janeiro de 1987, par. 32; *Caso do Tribunal Constitucional Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de janeiro de 2001*. Série C Nº 71, par. 91; e *Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 121.

<sup>331</sup> Cf. Resolução da Corte Superior de Justiça de Pastaza, folha 8.725.

<sup>332</sup> Cf. Escrito apresentado pelo Presidente da OPIP perante o Primeiro Juiz Civil de Pastaza, em 16 de dezembro de 2002 (expediente de prova, tomo 14, folha 8.730).

274. Levando em conta o exposto, a Corte constata que o tribunal de alçada verificou irregularidades na tramitação do mandado de segurança e ordenou que fossem sanadas. Entretanto, não consta a este Tribunal que o destacado por esse tribunal de alçada tenha sido cumprido cabalmente pelo Primeiro Juiz Civil de Pastaza e, por conseguinte, que essa providência tenha sido efetiva. Pelo contrário, conforme salientou o Estado, o recurso permaneceu inconcluso. Portanto, a Corte considera que, no presente caso, o mandado de segurança careceu de efetividade, uma vez que o Primeiro Juiz Civil de Pastaza não cumpriu o ordenado pelo Tribunal Superior do Distrito de Pastaza e impediu que a autoridade competente decidisse sobre os direitos dos demandantes.

275. Do mesmo modo, o Tribunal destaca que o Primeiro Juiz Civil de Pastaza ordenou, em 29 de novembro de 2002, como medida cautelar, a suspensão de qualquer ação que afetasse, ou ameaçasse, os direitos objeto do recurso (par. 88 *supra*). Não consta do acervoprobatório que esse mandato tenha sido cumprido pelas autoridades. Portanto, a Corte considera que a providência do Primeiro Juiz Civil de Pastaza, de 29 de novembro de 2003, que dispunha uma medida cautelar, careceu de efetividade para prevenir a situação gerada, e não produziu o resultado para o qual foi concebida.<sup>333</sup> Nesse sentido, cabe reiterar que, para que os recursos propostos no presente caso fossem verdadeiramente eficazes, o Estado devia ter adotado as medidas necessárias para seu cumprimento.<sup>334</sup>

276. Por último, embora seja legítimo considerar que a medida cautelar, expedida pelo Primeiro Juiz Civil, fosse transitória, até que o juiz competente tomasse uma decisão definitiva sobre o mandado de segurança, não é possível chegar à conclusão de que a obrigatoriedade de tal medida houvesse-se extinguido pelo fato de o recurso não ter sido concluído, sobretudo se a inefetividade do recurso devia-se, como foi demonstrado, à negligência das próprias autoridades judiciais. Portanto, a obrigação de cumprir as medidas cautelares ordenadas, a cargo da autoridade judicial do Estado, prolongou-se por todo o período durante o qual permaneceu a suposta situação de risco para os direitos dos demandantes.

277. Além disso, embora as autoridades judiciais não tivessem tomado medidas ou uma decisão definitiva sobre a procedência do mandado de segurança, ordenaram uma medida cautelar com a finalidade de assegurar a efetividade de uma eventual decisão definitiva. Por isso, o Estado estava na obrigação de garantir o cumprimento dessa providência nos termos do disposto pelo artigo 25.2.c da Convenção.

278. Em virtude das considerações acima, a Corte julga que o Estado não garantiu um recurso efetivo que remediasse a situação jurídica infringida, nem garantiu que a autoridade competente prevista decidisse sobre os direitos das pessoas que interpuseram o recurso, e que se executassem as providências mediante uma tutela judicial efetiva, em violação dos artigos 8.1, 25.1, 25.2.a) e 25.2.c) da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento do Povo Sarayaku.

## **IX REPARAÇÕES**

---

<sup>333</sup> Cf. *Caso Mejía Idrovo Vs. Equador*, par. 98; e *Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 121.

<sup>334</sup> Cf., *mutatis mutandis*, *Caso Acevedo Buendía e outros ("Demitidos e aposentados da Controladoria") Vs. Peru. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 1º de julho de 2009. Série C Nº 198, par. 75.

### (Aplicação do artigo 63.1 da Convenção Americana)<sup>335</sup>

279. Com base no disposto no artigo 63.1 da Convenção, a Corte declarou que toda violação de uma obrigação internacional que tenha provocado dano contém, em si, o dever de repará-lo adequadamente,<sup>336</sup> e que essa disposição "reflete uma norma consuetudinária que constitui um dos princípios fundamentais do Direito Internacional contemporâneo sobre responsabilidade de um Estado".<sup>337</sup>

280. A reparação do dano ocasionado pela infração de uma obrigação internacional exige, sempre que seja possível, a plena restituição (*restitutio in integrum*), que consiste no restabelecimento da situação anterior. Caso isso não seja possível, como ocorre na maioria dos casos de violações de direitos humanos, o Tribunal determinará medidas para garantir os direitos violados e reparar as consequências que as infrações provocaram.<sup>338</sup> Portanto, a Corte considerou a necessidade de conceder diversas medidas de reparação, a fim de ressarcir os danos de forma integral, razão pela qual, além das compensações pecuniárias, as medidas de restituição, reparação e garantias de não repetição têm especial relevância pelos danos ocasionados.<sup>339</sup>

281. Este Tribunal estabeleceu que as reparações devem possuir nexos causal com os fatos do caso, as violações declaradas e os danos comprovados, bem como com as medidas solicitadas para reparar os respectivos danos. Portanto, a Corte deverá observar essa concomitância para pronunciar-se devidamente e conforme o direito.<sup>340</sup>

282. Ao final do processo contencioso perante a Corte, o Estado reiterou sua vontade, manifestada durante a visita ao território Sarayaku, de chegar a um acordo com o Povo sobre as reparações no presente caso (pars. 23 e 25 *supra*). Durante a referida diligência, o *Tayak Apu*, ou Presidente dos Sarayaku, José Gualinga, salientou que a vontade do Povo era que a Corte proferisse sentença. No momento de proferi-la, a Corte não foi informada acerca de acordos específicos sobre reparações, o que, evidentemente, não impede que possam ser alcançados no âmbito interno, em qualquer momento posterior à Sentença.

283. Por conseguinte, e sem prejuízo de qualquer forma de reparação que se acorde posteriormente entre o Estado e o Povo Sarayaku, em consideração às violações da Convenção Americana declaradas nesta Sentença, o Tribunal procederá a dispor as medidas destinadas a reparar os danos causados aos Sarayaku. Para isso, levará em conta as pretensões da Comissão e dos representantes, bem como os argumentos do Estado, à luz

---

<sup>335</sup> O artigo 63.1 da Convenção Americana dispõe: "Quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegidos nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada".

<sup>336</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones e Custas*. Sentença de 21 de julho de 1989. Série C Nº 7, par. 25; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 27 de abril de 2012. Série C Nº 242, par. 145.

<sup>337</sup> Cf. *Caso Castillo Páez Vs. Peru. Reparaciones e Custas*. Sentença de 27 de novembro de 1998. Série C Nº 43, par. 50; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 145.

<sup>338</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones e Custas*, par. 26; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 157.

<sup>339</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones e Custas*. Sentença de 21 de julho de 1989. Série C Nº 7, par. 26; e *Caso Pacheco Teruel Vs. Honduras*, par. 91.

<sup>340</sup> Cf. *Caso Ticona Estrada Vs. Bolívia. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 27 de novembro de 2008. Série C Nº 191, par. 110; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 146.

dos critérios fixados na jurisprudência da Corte em relação à origem e alcance da obrigação de reparar.<sup>341</sup>

### **A. Parte Lesada**

284. O Tribunal considera como parte lesada, nos termos do artigo 63.1 da Convenção Americana, o Povo indígena Kichwa de Sarayaku, que sofreu as violações declaradas no capítulo de Mérito desta Sentença (pars. 231, 232, 249, 271 e 278 *supra*), razão pela qual o considera beneficiário das reparações que ordene.

### **B. Medidas de restituição, reparação e garantias de não repetição**

285. O Tribunal determinará medidas que buscam reparar o dano imaterial e que não têm natureza pecuniária, bem como medidas de alcance, ou repercussão pública.<sup>342</sup> A jurisprudência internacional, e em especial da Corte, estabeleceu reiteradamente que a Sentença constitui, *per se*, uma forma de reparação.<sup>343</sup> Não obstante isso, considerando as circunstâncias do caso *sub judice*, em atenção aos danos causados ao Povo Sarayaku e às consequências de ordem imaterial ou não pecuniária decorrentes das violações da Convenção Americana declaradas em seu detrimento, a Corte considera pertinente fixar medidas de restituição, reparação e garantias de não repetição.

286. A Comissão solicitou à Corte que ordene ao Estado:

- i. “adotar as medidas necessárias para garantir e proteger o direito de propriedade do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku e seus membros, a respeito de seu território ancestral, assegurando a especial relação que com ele mantêm”;
- ii. “garantir aos membros desse povo o exercício de suas atividades tradicionais de subsistência, retirando o material explosivo disseminado em seu território”;
- iii. “garantir a participação significativa e efetiva dos representantes indígenas nos processos de tomada de decisão acerca do desenvolvimento e de outros temas que os afetem e a sua sobrevivência cultural”;
- iv. “adot[ar], com a participação dos povos indígenas, as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias para tornar efetivo o direito à consulta prévia, livre, fundamentada e de boa-fé, conforme as normas de direitos humanos internacionais”; e
- v. “adotar as medidas necessárias para evitar que, no futuro, ocorram fatos semelhantes, conforme o dever de prevenção e garantia dos direitos fundamentais reconhecidos na Convenção Americana”.

287. Os representantes solicitaram que, além das medidas citadas pela Comissão, a Corte ordene ao Estado:

---

<sup>341</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones e Custas*, par. 25 a 27; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 147.

<sup>342</sup> Cf. *Caso das “Crianças de Rua” (Villagrán Morales e outros) Vs. Guatemala. Reparaciones e Custas*. Sentença de 26 de maio de 2001. Série C Nº 77, par. 84; e *Caso Atala Riffo e Crianças Vs. Chile*, par. 251.

<sup>343</sup> Cf. *Caso Neira Alegría e outros Vs. Peru. Reparaciones e Custas*. Sentença de 19 de setembro de 1996. Série C Nº 29, par. 56; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 149.

- i. “[r]ealizar, imediatamente, as investigações e processos efetivos e rápidos sobre todos os fatos denunciados, oportunamente, pelos membros do Povo Kichwa, de Sarayaku, que levem ao esclarecimento dos fatos, à punição dos responsáveis e à compensação adequada das vítimas”;
- ii. assinar um “documento de fraternidade com as comunidades vizinhas do Povo Kichwa de Sarayaku”;<sup>344</sup>
- iii. decretar “a cessação imediata de todo tipo de exploração, ou extração, petrolífera no território do Povo Kichwa de Sarayaku realizada sem respeitar os direitos do Povo”;<sup>345</sup>
- iv. proceder à “retirada de todo tipo de explosivo, maquinário, estruturas e resíduos não biodegradáveis e ao reflorestamento das áreas desflorestadas pela companhia petrolífera ao abrir trilhas e instalar acampamentos para a prospecção sísmica”;
- v. determinar o “respeit[o] à [d]ecisão do Povo Sarayaku de declarar a totalidade do território de sua propriedade como ‘Território Sagrado Patrimônio de Biodiversidade e de Cultura Ancestral da Nacionalidade Kichwa’”;<sup>346</sup>
- vi. “adotar, num prazo razoável, módulos de capacitação sobre os direitos dos povos indígenas para todos os operadores policiais, funcionários judiciais e outros funcionários do Estado cujas funções impliquem relacionamento com membros de povos indígenas”;
- vii. exigir o “[c]umprimento, na íntegra, das medidas provisórias em vigor a favor dos membros do Povo Indígena Sarayaku”; e
- viii. estabelecer que a garantia do direito à consulta prévia “inclu[a] o respeito do direito ao consentimento livre, prévio e fundamentado, em conformidade com as normas internacionais vigentes”.

288. O Estado não apresentou alegações específicas a respeito dessas petições da Comissão e dos representantes.

### **B.1 Restituição**

---

<sup>344</sup> Especificamente, em seu escrito de petições e argumentos, os representantes solicitaram à Corte que ordene ao Estado “assinar um documento que se poderia denominar ‘Ata Protocolar de Fraternidade’ entre os Sarayaku e as duas comunidades em relação às quais, ainda, há ressentimentos”, e na qual o Estado “comprometer-se-á a não tomar nenhuma medida que repercuta na divisão dos [13] Povos da bacia do Bobonaza”. Acrescentaram que, de acordo com esse documento, “as três comunidades comprometer-se-ão com a convivência pacífica e harmoniosa, num ambiente de respeito e tolerância”. Além disso, para essa finalidade, o Estado deverá iniciar um processo de consulta com a anuência das três comunidades envolvidas.

<sup>345</sup> Solicitaram à Corte que solicite ao Estado tomar as “medidas necessárias para tornar sem efeito o contrato com a empresa CGC, no que diz respeito ao território do Povo Kichwa de Sarayaku. Como parte dessas medidas, o Estado deve prestar informação detalhada e clara aos Sarayaku sobre a situação atual do contrato, bem como assegurar que a comunidade [tenha] participação nos passos a seguir para o cancelamento do referido contrato”. Acrescentaram que o Estado devia “informar sobre qualquer outro projeto de desenvolvimento, atual, do Estado que possa afetar seus interesses, além de assegurar a participação da comunidade e obter seu consentimento”.

<sup>346</sup> Acrescentaram que esse conceito “não corresponde a uma categoria legal existente no Equador, dado que para o Povo Kichwa de Sarayaku, é importante que a declaração tenha base num conceito originado em sua própria cosmovisão”, e que “[o] fundamento jurídico dessa declaração está no direito à livre determinação dos povos indígenas, reconhecido pelo artigo 3 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e no direito à propriedade garantido no artigo 21 da Convenção Americana, no parágrafo 12 do artigo 57 da Constituição e no parágrafo 12 do artigo 66 da Constituição”.

### *Retirada de explosivos e reflorestamento das áreas afetadas*

289. No que se refere aos explosivos enterrados no território do Povo Sarayaku, a Corte aplaude que o Estado tenha adotado, desde 2009, várias medidas para desativar, ou retirar, o material explosivo, em algumas oportunidades consultando o Povo Sarayaku para essa finalidade. Além disso, o Estado propôs várias opções para neutralizar os explosivos enterrados no território.

290. Em especial, foi apresentada uma ata de aprovação, por parte do Subsecretário de Qualidade Ambiental, de uma "Avaliação Integral Ambiental" do Bloco 23, na qual se destaca que o representante da CGC devia, *inter alia*, "[r]emeter um cronograma e prazos específicos para a execução das atividades dispostas no Plano de Ação, entre elas as referentes aos processos de informação sobre o manejo dado ao pentolite [...], à condição atual desse explosivo e aos efeitos ambientais na intenção de busca e avaliação do material enterrado".<sup>347</sup> Ao mesmo tempo, segundo os termos da ata de encerramento do contrato, na cláusula 8.4, as partes (PETROECUADOR e CGC) "aceitam e ratificam que não existe nenhum passivo ambiental na área de [concessão] [...] atribuível à contratada" (par. 123 *supra*).

291. Com relação à extração do pentolite que se encontra no território do Povo Sarayaku, esta Corte observa que, de acordo com o exposto pelas partes, existem duas situações diferentes: em primeiro lugar, o pentolite da superfície, que corresponderia a aproximadamente 150 kg, encontra-se enterrado a uma profundidade que chegaria a até 5 metros, e seria possível retirar em sua totalidade. Em segundo lugar, o pentolite enterrado em maior profundidade – a uns 15 ou 20 metros –, de difícil retirada sem causar danos ambientais importantes, até mesmo com potenciais riscos de segurança para os querealizem essa retirada.

292. Com relação ao pentolite colocado na superfície, o Estado ressaltou que a retirada, por meios físicos, apresentava sérios riscos para a segurança das pessoas encarregadas de realizar essa operação e que, ademais, isso implicaria danos à integridade do território, na medida em que deveria ser feito por meio de maquinaria pesada. Por sua vez, os representantes e a Comissão solicitaram que se retirasse a totalidade dos explosivos da superfície, realizando, para isso, uma busca em pelo menos 500 metros de cada lado da linha sísmica E16 em sua passagem pelo território Sarayaku.

293. O Tribunal dispõe que o Estado deverá neutralizar, desativar e, caso seja pertinente, retirar a totalidade do pentolite da superfície, realizando uma busca em pelo menos 500 metros de cada lado da linha sísmica E16, em sua passagem pelo território Sarayaku, em conformidade com o proposto pelos próprios representantes. Os meios e métodos que se implementem para esses efeitos deverão ser escolhidos após um processo de consulta prévia, livre e fundamentada com o Povo, que deverá autorizar a entrada e permanência em seu território do material e das pessoas que sejam necessárias para esse efeito. Por último, dado que o Estado alegou a existência de um risco para a integridade física das pessoas que se encarregariam dessa retirada, cabe a ele, em consulta com o Povo, optar pelos métodos de extração dos explosivos que apresentem o menor risco possível para os ecossistemas da área, em consonância com a cosmovisão dos Sarayaku, e para a segurança da equipe humana encarregada da operação.

294. No que se refere ao pentolite enterrado em maior profundidade, a Corte constata que, com base em perícias técnicas realizadas, os próprios representantes propuseram uma solução para neutralizar sua periculosidade.<sup>348</sup> O Estado não apresentou observações a esse

<sup>347</sup> Expediente de prova, tomo 17, folha 9.595.

<sup>348</sup> Os representantes pediram à Corte que ordene ao Estado "retirar a totalidade dos explosivos que se encontram na superfície do território [...] precisamente como os Sarayaku solicitaram no processo de medidas

respeito. Nos autos não há alegações específicas, nem perícias técnicas, ou provas de outra natureza, que indiquem que a proposta do Povo Sarayaku não seja uma medida idônea, segura e compatível com sua cosmovisão para neutralizar os explosivos enterrados. Com base no exposto, o Tribunal dispõe que, em conformidade com as perícias técnicas apresentadas neste processo, e salvo melhor solução que as partes possam acordar no âmbito interno, o Estado deverá: i) determinar a quantidade de pontos de enterramento do pentolite; ii) enterrar os cabos detonadores de maneira que sejam inacessíveis e as cargas de pentolite se degradem naturalmente; e iii) marcar devidamente os pontos de enterramento, inclusive neles plantando espécies locais de árvores cuja raiz não alcance uma profundidade que possa provocar a explosão acidental do pentolite. Além disso, o Estado deverá adotar as medidas necessárias para retirar qualquer maquinaria, estruturas e resíduos não biodegradáveis que tenham permanecido após as ações da empresa petrolífera, bem como para reflorestar as áreas que ainda possam estar afetadas pela abertura de trilhas e acampamentos para a prospecção sísmica. Esses procedimentos deverão ser realizados após um processo de consulta prévia, livre e fundamentada com o Povo, que deverá autorizar a entrada e permanência em seu território do material e das pessoas que sejam necessárias para esse efeito.

295. O cumprimento dessa medida de reparação é obrigação do Estado, que deve concluí-la num prazo não superior a três anos. Para efeitos do cumprimento, a Corte dispõe que, no prazo de seis meses, o Estado e o Povo Sarayaku devem estabelecer, de comum acordo, um cronograma e plano de trabalho que inclua, entre outros aspectos, a determinação da localização do pentolite superficial e do que se encontra enterrado mais profundamente, bem como os passos concretos e efetivos para a desativação, neutralização e, caso seja pertinente, retirada do pentolite. No mesmo prazo, devem informar o Tribunal a esse respeito. Uma vez prestada essa informação, o Estado e o Povo Sarayaku deverão informar, a cada seis meses, sobre as medidas adotadas para o cumprimento do plano de trabalho.

## **B.2 Garantias de não repetição**

### *a) Devida consulta prévia*

296. O Tribunal foi informado pelo Estado e pelos representantes de que, em novembro de 2010, a PETROECUADOR assinou com a empresa CGC um Ato de Terminação por Mútuo Acordo do contrato de participação para a exploração de hidrocarbonetos e extração de petróleo cru no Bloco 23 (par. 123 *supra*). Por outro lado, os representantes referiram-se a diversos anúncios de autoridades do setor de hidrocarbonetos do Estado sobre uma convocação para uma nova licitação petrolífera no centro-sul da Amazônia equatoriana, nas províncias de Pastaza e Morona Santiago. Alegou-se, especialmente, que, no sudeste da Amazônia, estariam por ser explorados pelo menos oito blocos, que incluem a província de Pastaza, e que a nova rodada de licitações incluiria o território dos Sarayaku.

297. Também se informou que, em novembro de 2010, o Estado havia assinado um "Contrato Modificatório do Contrato de Prestação de Serviços para a Exploração e Extração

---

provisórias". Para isso, "o Estado deve realizar uma busca em, pelo menos, 500 metros de cada lado da linha sísmica E16, em sua passagem pelo território dos Sarayaku". Também, solicitaram à Corte que "ordene ao Estado equatoriano o tratamento do pentolite subterrâneo de acordo com o plano do professor Kanth, que se baseia em determinar a quantidade de pontos de enterramento do pentolite, enterrar os cabos detonadores, marcar os pontos de enterramento e declarar a área como zona de recuperação". Por último, salientaram que "o processo descrito deve ser executado pelo Estado o mais breve possível", e que "[c]ada uma das fases desse plano de manejo deve ser consultada e acordada com o Povo Kichwa de Sarayaku, que poderá continuar recebendo assessoria externa sobre o processo".



de Hidrocarbonetos (petróleo cru) no Bloco 10” da Região Amazônica equatoriana,<sup>349</sup> com uma empresa concessionária desse novo “Bloco 10”, cuja área redefinida incorporaria uma porção de aproximadamente 80.000 ha do Bloco 23. Isto afetaria o território de comunidades Kichwas da bacia alta do Bobonaza e da Associação Achuar de Shaime, bem como uma porção do território dos Sarayaku.

298. A esse respeito, é oportuno recordar que o Secretário de Assuntos Jurídicos da Presidência da República do Equador, ao reconhecer a responsabilidade do Estado neste caso, declarou que:

[...] não haverá extração petrolífera aqui, enquanto não haja uma consulta prévia [...] não há nova rodada a ser iniciada enquanto não haja uma consulta fundamentada. [...] não vamos fazer nenhuma extração petrolífera de costas para as comunidades, mas com o diálogo que haverá, em algum momento, se é que vamos decidir iniciar a extração petrolífera [...] aqui. Não vai haver nenhum empreendimento petrolífero sem um diálogo aberto, franco; não um diálogo feito pela petrolífera, como sempre se acusou. Nós mudamos a legislação para que os diálogos partam do governo, e não do setor extrativo [...].

299. Embora não caiba pronunciar-se sobre novas rodadas petrolíferas que o Estado teria iniciado, no presente caso a Corte determinou que o Estado é responsável pela violação do direito à propriedade comunal do Povo Sarayaku, por não ter garantido adequadamente seu direito à consulta. Por conseguinte, o Tribunal dispõe, como garantia de não repetição que, caso se pretenda realizar atividades, ou projetos, de exploração, ou extração, de recursos naturais, os planos de investimento, ou desenvolvimento, ou de qualquer outra natureza, que impliquem potenciais danos ao território Sarayaku, ou a aspectos essenciais de sua cosmovisão, ou de sua vida e identidade culturais, o Povo Sarayaku seja prévia, adequada e efetivamente consultado, em plena conformidade com as normas internacionais aplicáveis à matéria.

300. O Tribunal recorda, nesse sentido, que os processos de participação e consulta prévia devem-se realizar de boa-fé, em todas as etapas preparatórias e de planejamento de qualquer projeto dessa natureza. Além disso, conforme as normas internacionais aplicáveis, nesses casos, o Estado deve garantir efetivamente que o plano, ou projeto, que envolva, ou possa potencialmente afetar o território ancestral, inclua a realização prévia de estudos integrais de impacto ambiental e social, por parte de entidades tecnicamente capacitadas e independentes, e com a participação ativa das comunidades indígenas envolvidas.

#### *b) Regulamentação da consulta prévia no direito interno*

301. Com relação ao ordenamento jurídico interno que reconhece o direito à consulta prévia, livre e fundamentada, a Corte já observou que, na evolução do *corpus juris* internacional, a Constituição equatoriana de 2008 é uma das mais avançadas do mundo na matéria. Entretanto, também constatou que os direitos à consulta prévia não foram suficientes e devidamente regulamentados mediante normas adequadas para sua implementação prática. Consequentemente, em conformidade com o artigo 2 da Convenção Americana, o Estado deve adotar as medidas legislativas, administrativas, ou de outra natureza, que sejam necessárias para o andamento e efetividade, num prazo razoável, do direito à consulta prévia dos povos e comunidades indígenas e tribais, e modificar aquelas que impeçam seu pleno e livre exercício, para o que deve assegurar a participação das próprias comunidades.

---

<sup>349</sup> Cf. Relatório Final de Negociação, “Contrato de Prestação de Serviços para a Exploração e Extração de Petróleo Cru do Bloco 10”. AGIP EQUADOR OIL B.V., de 21 de novembro de 2010 (expediente de prova, tomo 18, folhas 9.711, 9.736).

c) *Capacitação de funcionários estatais em direitos dos povos indígenas*

302. No presente caso, a Corte determinou que as violações dos direitos à consulta prévia e à identidade cultural do Povo Sarayaku ocorreram por ações e omissões de diversos funcionários e instituições que não os garantiram. O Estado deve implementar, num prazo razoável e com a respectiva disposição orçamentária, programas, ou cursos, obrigatórios que contemplem módulos sobre as normas nacionais e internacionais em direitos humanos dos povos e comunidades indígenas, dirigidos a funcionários militares, policiais e judiciais, bem como a outros cujas funções impliquem relacionamento com povos indígenas, como parte da formação geral e contínua dos funcionários nas respectivas instituições, em todos os níveis hierárquicos.

### **B.3 Medidas de reparação**

a) *Ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional*

303. Os representantes solicitaram à Corte que ordene ao Estado “[r]ealizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade, acordado previamente com o Povo Sarayaku e seus representantes, em relação às violações declaradas na eventual sentença da Corte”. Além disso, salientaram que “esse ato deverá realizar-se no território do Povo, em cerimônia pública que conte com a presença do Presidente da República e outras altas autoridades do Estado, e para a qual sejam convidados os membros das comunidades vizinhas da bacia do rio Bobonaza”. Além disso, no transcurso desse ato “o Estado deve reconhecer que os Sarayaku são um Povo pacífico, que lutou durante mais de 14 anos em defesa da integridade de seu território e da preservação de sua cultura e subsistência”. Do mesmo modo, sugeriram que [...] o “Estado deve dignificar a imagem dos líderes dos Sarayaku que sofreram ameaças, hostilidades e insultos como consequência de seu trabalho em defesa do território e de seu Povo, e que, por isso, foram beneficiários específicos das medidas provisórias”. Por último, solicitaram que se ordene ao Estado “[r]ealizar o ato de reconhecimento público no idioma espanhol e também em kichwa, e [...] divulgá-lo nos meios de comunicação nacional”.

304. A Comissão não formulou solicitações semelhantes, e o Estado não se referiu à solicitação dos representantes.

305. Embora, no presente caso, o Estado já tenha efetuado um reconhecimento de responsabilidade, no próprio território Sarayaku, como o dispôs em outros casos,<sup>350</sup> e com a finalidade de reparar os danos causados ao Povo Sarayaku, pelas violações de seus direitos, a Corte considera que o Estado deve realizar um ato público de reconhecimento de sua responsabilidade internacional pelas violações declaradas nesta Sentença. A determinação do local e a modalidade do ato deverão ser consultadas e acordadas previamente com o Povo. O ato deverá ser realizado em cerimônia pública com a presença de altas autoridades do Estado e dos membros do Povo, nos idiomas kichwa e castelhano, e deverá ser, amplamente, divulgado nos meios de comunicação. Para isso, o Estado conta com um prazo de um ano, a partir da notificação desta Sentença.

b) *Publicação e divulgação da Sentença*

---

<sup>350</sup> Cf. *Caso Cantoral Benavides Vs. Peru. Reparaciones e Custas*. Sentença de 3 de dezembro de 2001. Série CNº 88, par. 81; e *Caso Atala Riffo e crianças*, par. 263. Do mesmo modo, ver *Caso da Comunidade Moiwana Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas*, par. 216 e 217; e *Caso da Comunidade Indígena Xakmok Kasek Vs. Paraguai*, par. 297.

306. Os representantes solicitaram que “se publique, pelo menos uma vez, no Diário Oficial e em outro jornal de circulação nacional, as partes pertinentes da Sentença, tanto em espanhol como em kichwa”. A Comissão e o Estado não se manifestaram sobre o assunto.

307. A esse respeito, a Corte considera, como o dispôs em outros casos,<sup>351</sup> que o Estado deverá publicar, no prazo de seis meses, contados a partir da notificação da presente Sentença:

- o resumo oficial da presente Sentença, elaborado pela Corte, uma única vez, no Diário Oficial;
- o resumo oficial da presente Sentença elaborado pela Corte, uma única vez, em jornal de ampla circulação nacional; e
- a íntegra da presente Sentença, disponível por um ano, numa página eletrônica oficial.

308. O Tribunal também considera apropriado que o Estado divulgue, por meio de uma emissora de rádio de ampla cobertura no sudeste amazônico, o resumo oficial da Sentença, em espanhol, em kichwa e em outras línguas indígenas dessa sub-região, com a respectiva interpretação. A transmissão por rádio deverá ocorrer no primeiro domingo de cada mês, pelo menos quatro vezes. Para isso, o Estado conta com o prazo de um ano, a partir da notificação da presente Sentença.

### **C. Indenização compensatória por danos materiais e imateriais**

#### **C.1 Dano material**

309. A Corte desenvolveu em sua jurisprudência o conceito de dano material e as hipóteses em que cabe indenizá-lo. Este Tribunal estabeleceu que o dano material supõe “a perda ou redução da renda das vítimas, os gastos efetuados em virtude dos fatos e as consequências de caráter pecuniário que guardem nexos causal com os fatos do caso”.<sup>352</sup>

##### *a) Alegações das partes*

310. A Comissão solicitou à Corte que ordene ao Estado reparar, “no âmbito individual e comunitário as consequências das violações”; e que no momento de determinar o dano material e demais pretensões que os representantes formulem considere a cosmovisão do Povo Sarayaku e o efeito que produziu no próprio Povo e em seus membros o fato de estarem impedidos de usar seu território, bem como dele usufruir e dispor e, entre outras consequências, de realizar suas atividades tradicionais de subsistência.

311. Os representantes solicitaram à Corte que determine, de maneira justa, uma compensação a título de dano material, que deverá ser entregue diretamente ao Povo Sarayaku, pelos danos a seu território e recursos naturais;<sup>353</sup> pelo prejuízo causado pela

---

<sup>351</sup> Cf. *Caso Cantoral Benavides Vs. Peru. Reparaciones e Custas*, par. 79; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 183.

<sup>352</sup> *Caso Bámaca Velásquez Vs. Guatemala. Reparaciones e Custas*. Sentença de 22 de fevereiro de 2002. Série C Nº 91, par. 43; e *Caso González Medina e familiares Vs. República Dominicana*, par. 310.

<sup>353</sup> Esse título inclui: a) “A abertura de trilhas sísmicas e de sete heliportos no território, destruindo grandes extensões de mata”; b) “A destruição de covas, fontes de água e rios subterrâneos necessários ao consumo de água da comunidade”; c) “Corte de árvores e arbustos de grande valor para o meio ambiente e cultural e de subsistência alimentar dos Sarayaku”; d) “Contaminação ambiental, resíduos e lixo dos trabalhadores,

paralisação das atividades produtivas dos Sarayaku durante os seis meses que durou a “situação de emergência”;<sup>354</sup> pelo prejuízo decorrente das ações em defesa do território;<sup>355</sup> e pelo prejuízo econômico ocasionado pela restrição à liberdade de circulação pelo rio Bobonaza.<sup>356</sup>

312. O Estado alegou que os danos ao território dos Sarayaku e a seus recursos naturais, bem como as despesas em que incorreram seus membros para deslocar-se, não haviam sido provados, e que não haviam sido apresentados relatórios, ou inspeções, que sustentem solicitado. Alegou que a suposta falta de entrada de turistas em Sarayaku devia-se “à posição adotada pelos dirigentes frente ao trabalho da companhia estrangeira”, e que os “conflitos criados por eles e sua recusa em estabelecer um mecanismo de negociação seriam as grandes causas dessas situações”. Com relação à falta de produção de mandioca e à necessidade de adquirir outros produtos de primeira necessidade, o Estado alegou que os Sarayaku não haviam apresentado documentos nem provas que justifiquem essas afirmações. Por outro lado, com respeito às perdas da empresa de turismo comunitário “Papango Tours”, o Estado observou que, para demonstrar sua falência, é necessária a apresentação de uma série de documentos, tais como o balanço anual, o demonstrativo de perdas e ganhos e os documentos apresentados ao Serviço de Rendas Internas. Por último, o Estado afirmou que a liberdade de circulação dos Sarayaku pelo rio Bobonaza não foi restringida e “que as atividades que, segundo a comunidade dos Sarayaku, não puderam

---

abandonados no território”, e e) “Abandono de explosivos de alta periculosidade na superfície e no subsolo no território dos Sarayaku, os quais permanecem até a atualidade”.

<sup>354</sup> Este título inclui: a) a receita que se deixou de receber devido à impossibilidade de plantar e vender os produtos das chácaras, o que resultou na necessidade de comprar produtos do mercado. De acordo com os representantes, as perdas somente pela colheita de mandioca do ano em que se deixou de produzir chegariam a US\$64.000 (sessenta e quatro mil dólares dos Estados Unidos da América). Além disso, para poder complementar sua dieta, devido à falta de alimentos originada pela escassez de caça e pesca, em virtude das atividades sísmicas, cada uma das 160 famílias da comunidade teve de investir USD\$34 (trinta e quatro dólares dos Estados Unidos da América) mensais durante os seis meses da situação de emergência, e US\$8,50 (oito dólares e cinquenta centavos dos Estados Unidos da América) durante os oito meses subsequentes; b) interrupção de outras atividades produtivas da comunidade como construção de canoas, casas e artesanato; c) graves prejuízos ao turismo comunitário dos Sarayaku, fazendo com que os encarregados do projeto deixassem de receber as receitas diretas dos turistas, como gastos de alimentação, alojamento e caminhadas pela selva com guias comunitários. Também, alegaram que cada turista pagava US\$15 (quinze dólares dos Estados Unidos da América) pela entrada no território. Alegaram que, em média, 200 turistas, por ano, entravam no território Sarayaku, entrada de dinheiro que se interrompeu durante dois anos, ou seja, após o conflito teriam deixado de receber um total de US\$6.000 (seis mil dólares dos Estados Unidos da América), destinados a um fundo comunitário; e d) prejudicaram-se alguns projetos de desenvolvimento dos Sarayaku, como o de piscicultura e o programa de economia comunitária. No escrito de alegações finais, os representantes salientaram que, “[d]e acordo com o novo censo citado acima, calcula-se que os Sarayaku contem com 206 famílias nucleares e não com 160 como havia[m] informado n[o] ESAP”, razão pela qual apresentaram uma nova solicitação referente à receita não recebida em virtude da impossibilidade de plantar e vender os produtos das chácaras, que redundou na necessidade de comprar produtos do mercado. A soma que os representantes solicitam que a Corte fixe, de maneira justa, para esse título é de US\$618.000 (206 famílias x duas chácaras cada uma x 150 quintais de mandioca x USD\$10 cada quintal).

<sup>355</sup> De acordo com a alegação, a defesa do território implicou vários gastos para os líderes dos Sarayaku, que tiveram de se deslocar a diferentes partes dentro e fora do país. Acrescentaram que a empresa comunitária de turismo havia falido.

<sup>356</sup> Os representantes alegaram que essa restrição acarretou gastos adicionais de transporte, dado que os membros dos Sarayaku não tiveram outra opção de transporte senão a via aérea para assuntos de urgência, o que multiplicou os gastos da comunidade, porque cada viagem de avião custa, em média, US\$250 (duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América). Acrescentaram que, além disso, a restrição à liberdade de circulação havia dificultado as seguintes atividades: a) a entrada de turistas; b) a comercialização de produtos dos Sarayaku, na cidade; c) a entrada de mercadorias e produtos básicos da cidade, cujo transporte teve de ser feito por avião, multiplicando o custo; d) a entrada de produtos para as lojas dos Sarayaku; e e) como era supostamente impossível o deslocamento pelo rio, os membros dos Sarayaku tiveram de deslocar-se em avião para sair de Sarayaku, multiplicando o custo do transporte.

ser realizadas por falta do exercício de seu direito ao livre trânsito, devem ser demonstradas em conformidade com a lei, ou seja, devidamente sustentadas”.

b) *Considerações da Corte*

313. Com respeito aos danos ao território dos Sarayaku e a seus recursos naturais, a Corte observa que foi apresentado um relatório da Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional da República do Equador,<sup>357</sup> no qual se informa que “o Estado, por intermédio dos Ministérios do Meio Ambiente e Energia e Minas, violou [...] a Constituição Política da República ao não consultar a comunidade sobre planos e programas de prospecção e extração de recursos não renováveis que se encontrem em suas terras, e que possam afetá-la ambiental e culturalmente”. O citado relatório se refere, em especial, ao “notável impacto negativo provocado na flora e na fauna da região, pela destruição das matas e a construção de heliportos”. Além disso, no que diz respeito a esse título, foi apresentado um relatório do Ministério de Energia e Minas,<sup>358</sup> que detalha as tarefas de “limpeza” que se devem realizar no processo de exploração sísmica.<sup>359</sup> Ao mesmo tempo, a Corte constata que o restante da documentação probatória apresentada pelos representantes consiste em documentos elaborados pelos próprios Sarayaku (boletins de imprensa<sup>360</sup> ou depoimentos nodocumento “Autoavaliação”),<sup>361</sup> além de um texto de um estudo social sobre danos à qualidade de vida, segurança e soberania alimentar em Sarayaku.<sup>362</sup>

314. O critério de equidade tem sido utilizado na jurisprudência desta Corte para a quantificação de danos imateriais<sup>363</sup> e materiais.<sup>364</sup> No entanto, ao aplicar esse critério, isso não significa que a Corte possa agir discricionariamente ao fixar os montantes indenizatórios.<sup>365</sup> Cabe às partes mostrar, claramente, a prova do dano sofrido, bem como a relação específica da pretensão pecuniária com os fatos do caso e as violações que se alegam.

315. O Tribunal chama a atenção para o fato de que não foram apresentados elementos probatórios suficientes e específicos para determinar a receita que os membros do Povo Sarayaku deixaram de receber com a paralisação de suas atividades por alguns períodos, bem como pela plantação e venda dos produtos que deixaram de realizar-se nas chácaras, pelos alegados gastos para complementar sua dieta ante a falta de alimentos em alguns períodos ou pelos prejuízos ao turismo comunitário. Além disso, a Corte observa que os montantes solicitados a título de dano material variam significativamente entre o escrito de petições e as alegações finais escritas enviadas pelos representantes. Embora isso se entenda pela diferença no número de famílias inicialmente informado e o que figurou no

---

<sup>357</sup> Cf. Expediente de prova, tomo 10, folha 6.158.

<sup>358</sup> Cf. Expediente de prova, tomo 10, folha 6.398.

<sup>359</sup> Concretamente, o texto do relatório detalha a limpeza de trilhas para o assentamento de linhas sísmicas, para os acampamentos e para os caminhos nas áreas de descarga, e de caminhos para o heliporto.

<sup>360</sup> Cf. Expediente de prova, tomo 10, folha 6.396.

<sup>361</sup> Cf. Expediente de prova, tomo 10, folhas 6.588 e ss.

<sup>362</sup> Cf. Expediente de prova, tomo 11, folhas 6.753 e ss.

<sup>363</sup> Cf. Caso Velásquez Rodríguez. Reparaciones e Custas, par. 27; e *Caso Atala Riffo e crianças Vs. Chile*, par. 291.

<sup>364</sup> Cf. Caso Neira Alegria e outros Vs. Peru. Reparaciones e Custas, par. 50; e *Caso Atala Riffo e crianças Vs. Chile*, par. 291.

<sup>365</sup> Cf. Caso Aloeboetoe e outros Vs. Suriname. Reparaciones e Custas. Sentença de 10 de setembro de 1993. Série C Nº 15, par. 87; e *Caso Atala Riffo e crianças Vs. Chile*, par. 291.

censo realizado em Sarayaku, não estão claras as diferenças nos critérios propostos pelos representantes para calcular os danos materiais. Entretanto, nas circunstâncias do presente caso, é razoável presumir que os fatos provocaram uma série de gastos e o não recebimento de receitas por parte dos membros do Povo Sarayaku, os quais viram afetadas suas possibilidades de uso e gozo dos recursos de seu território, especialmente pela restrição de áreas de caça, de pesca e de subsistência em geral. Além disso, pela própria localização e modo de vida do Povo Sarayaku, é compreensível a dificuldade para demonstrar essas perdas e danos materiais.

316. Do mesmo modo, embora não tenham sido apresentados documentos comprobatórios dos gastos, é razoável supor que as ações e gestões realizadas por membros do Povo geraram gastos que devem ser considerados como dano emergente, especialmente no que se refere às ações ou diligências realizadas para manter reuniões com diferentes autoridades públicas e outras comunidades para as quais seus líderes ou membros tiveram de deslocar-se. Considerando o exposto, a Corte determina, de maneira justa, uma compensação pelos danos materiais ocorridos, levando em conta que: i) membros do Povo Sarayaku incorreram em gastos para realizar ações e gestões no âmbito interno para reclamar a proteção de seus direitos; ii) seu território e recursos naturais foram danificados; e iii) o Povo teria visto afetada sua situação econômica pela paralisação de atividades produtivas em determinados períodos.

317. Por conseguinte, a Corte fixa uma compensação de US\$90.000,00 (noventa mil dólares dos Estados Unidos da América), a título de dano material, a qual será entregue à Associação do Povo Sarayaku (*Tayjasaruta*), no prazo de um ano, a partir da notificação da presente Sentença, para que invistam o dinheiro no que o Povo decida, conforme seus próprios mecanismos e instituições de tomada de decisão, entre outros aspectos, para a implementação de projetos educacionais, culturais, de segurança alimentar, de saúde e de desenvolvimento do ecoturismo, ou outras obras com finalidades comunitárias, ou projetos de interesse coletivo que o Povo considere prioritários.

## **C.2 Dano Imaterial**

318. A Corte desenvolveu, em sua jurisprudência, o conceito de dano imaterial e estabeleceu que esse dano “pode compreender tanto os sofrimentos e as aflições causados à vítima direta e a seus parentes, e a deterioração de valores muito significativos para as pessoas, quanto às alterações de caráter não pecuniário nas condições de vida da vítima ou de sua família”.<sup>366</sup>

### *a) Alegações das partes*

319. A Comissão solicitou à Corte que fixe, de maneira justa, o montante da indenização correspondente ao dano moral causado ao Povo Sarayaku e seus membros, “pelos sofrimentos, angústias e indignidades a que foram submetidos durante os anos em que viram limitado seu direito de usar seu território, e dele usufruir e dispor” e demais violações alegadas.

320. Os representantes solicitaram ao Tribunal que fixe, de maneira justa, uma quantia para reparar os danos imateriais impostos ao Povo Sarayaku, que se traduzem nos seguintes prejuízos: a ameaça à subsistência e à identidade cultural do Povo pela violação do território;<sup>367</sup> o prejuízo à educação de crianças e jovens;<sup>368</sup> o prejuízo à saúde e à

<sup>366</sup> Cf. *Caso das “Crianças de Rua” (Villagrán Morales e outros) Vs. Guatemala. Reparações e Custas*, par. 84; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 194.

<sup>367</sup> A esse respeito, salientaram que a entrada da companhia petrolífera no território e os danos por ela causados no local, implicaram que “os espíritos que habitavam esses lugares foram-se, fugiram para outros

integridade;<sup>369</sup> às relações familiares e comunitárias;<sup>370</sup> e aos projetos individuais de vida e ao próprio projeto de desenvolvimento coletivo.<sup>371</sup>

321. O Estado salientou que as alegações dos representantes sobre danos imateriais são em vários aspectos “absolutamente disfuncionais na lógica cultural de um povo indígena quichua da Amazônia, porquanto aparecem como aspectos isolados, o que contradiz o *ethos* da cosmovisão indígena dos Sarayaku”. Quanto às alegadas ameaças à subsistência e à identidade cultural do Povo pela violação do território e outros fatos alegados, o Estado acrescentou que no “imaginário quichua amazônico, a ordem social, comunitária e do entorno com a natureza revitaliza-se mediante um processo de reatribuição simbólicahierárquica que não implica uma intervenção do Estado e que, pelo contrário, cabe aos agentes culturais de cada povo”. Quanto à alegada negação à comunidade de educação, saúde, relações comunitárias e projeto de desenvolvimento coletivo, o Estado declarou “que as condições ecológicas e sociais em Sarayaku não estão seriamente em risco porquanto existe um fluxo de turistas mensal apreciável, e o turismo comunitário converteu-se em alternativa de desenvolvimento, ou melhor, de ecodesenvolvimento”. Por último, afirmou que o Estado havia investido mais de meio milhão de dólares em Sarayaku desde 2004, inclusive num projeto denominado “Elaboração do Plano de Vida da Comunidade de Sarayaku”, e que “todo esse investimento é fruto dos lucros petrolíferos, dos quais os Sarayaku são um dos povos indígenas mais beneficiad[os]”, razão pela qual “considera que não existem alterações reais no projeto de vida de seus habitantes”, e que sua pretensão

---

lugares, levando consigo os elementos da selva, como animais e a força espiritual”. Além disso, mencionaram outros prejuízos a sua cosmovisão, a saber: a) a destruição do local sagrado do Shaman César Vargas, inclusive a árvore *Lispungu*, bem como a montanha *Wichu Kachi*, ou “*saladero de loras*”; b) a destruição de árvores e plantas de alto valor para a medicina tradicional; c) os danos a sítios sagrados; e d) a impossibilidade de celebrar a festa *Uyantsa* durante dois anos.

<sup>368</sup> A esse respeito, ressaltaram que, adicionalmente, ao “prejuízo para a educação ancestral, as crianças e jovens também viram afetada, sua educação, em consequência da suspensão das aulas nas escolas e colégio durante três meses, tempo durante o qual as crianças menores ficaram em casa e os jovens uniram-se aos Acampamentos de Paz e Vida para proteger o território”. Mencionaram também que “muitos dos líderes do Povo Sarayaku tiveram de abandonar os estudos na universidade de Sarayaku, criada graças a um projeto de cooperação com universidades equatorianas e uma universidade espanhola, porque tiveram de dedicar-se à defesa do território. Por isso não puderam obter seu título universitário”.

<sup>369</sup> Sobre esse ponto, os representantes destacaram que a) em consequência da carência de alimentos durante e após a “situação de emergência” para defender o território dos Sarayaku, “seus membros sofreram diversas doenças, como desnutrição, febre, diarreia, vômitos, dores de cabeça, aumento de gastrite e anemias, hepatite B e outros”; b) o conflito alterou, gravemente, a segurança, a tranquilidade e o modo de vida dos membros do Povo, que sentem que, [a qualquer momento,] pode acontecer algo e [que] podem ser reais todas as ameaças”; c) as crianças viveram com medo da militarização do território e da sorte de seus pais e, em consequência, da paralisação das aulas, não voltaram a estudar; d) os efeitos das ameaças, hostilidades e agressões físicas das quais foram objeto continuam estendendo-se até a atualidade, posto que “os membros dos Sarayaku continuam temendo pelo futuro de seu território”; e e) “como resultado das ações do Estado, os Sarayaku foram estigmatizados como Povo ‘guerrilheiro’, como ‘um verdadeiro estado dentro do Estado’, e com vinculação a atividades subversivas, o que afetou suas relações com grande parte da sociedade equatoriana”.

<sup>370</sup> Os representantes alegaram quanto, a esse item que a) “a tensão foi constante com as comunidades vizinhas, especialmente, com a comunidade de Canelos, junto à qual, ainda, trabalha-se, hoje, para melhorar a relação”; b) “o conflito gerou tensões entre as próprias famílias dos Sarayaku, tanto pelas disputas em relação a permitir a entrada da petrolífera, como pela falta de tempo para dedicar à vida familiar”; e c) a divisão causada pela empresa provocou a expulsão e punição de alguns membros dos Sarayaku, [bem como] situações de conflito e desconfiança”. A esse respeito, salientaram que as consequências “desses conflitos tiveram efeitos até a atualidade, como o demonstra a situação provocada pela intenção de secessão de parte do território e da criação da comunidade Kutukachi”.

<sup>371</sup> Em especial, argumentaram que: a) afetou o projeto de vida de muitos membros da comunidade que se viram forçados a deixar suas ocupações anteriores para dedicar-se, por completo, à defesa do território; e b) os projetos de desenvolvimento da comunidade, como o projeto de piscicultura, o de economia comunitária, o de conservação do território, o de turismo comunitário e o da universidade de Sarayaku, viram-se “atrasados, dificultados ou frustrados”.

“excede as dimensões de um potencial e colateral dano causado por falta de proteção da estrutura estatal”.

#### *b) Considerações da Corte*

322. Ao declarar as violações dos direitos à propriedade comunal e à consulta, a Corte levou em conta os graves danos sofridos pelo Povo, considerando a profunda relação social e espiritual com seu território, em especial, pela destruição de parte da selva e certos lugares de alto valor simbólico.

323. Tendo em vista as indenizações ordenadas pelo Tribunal em outros casos, e em consideração às circunstâncias do presente caso, aos sofrimentos ocasionados ao Povo, à sua identidade cultural, aos prejuízos a seu território, em especial, pela presença de explosivos, bem como à mudança provocada em suas condições e modo de vida, e às demais consequências de ordem imaterial que sofreram pelas violações declaradas nesta Sentença, a Corte julga pertinente fixar, de maneira justa, a quantia de USD\$1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) para o Povo Sarayaku, a título de indenização por dano imaterial. Esse montante deverá ser entregue à Associação do Povo Sarayaku (*Tayjasaruta*), no prazo de um ano, a partir da notificação da presente Sentença, para que invistam o dinheiro no que o Povo decida, conforme seus próprios mecanismos e instituições de tomada de decisão, entre outros aspectos, para a implementação de projetos educacionais, culturais, de segurança alimentar, de saúde e de desenvolvimento do ecoturismo, ou outras obras, com finalidades comunitárias, ou projetos de interesse coletivo que o Povo considere prioritários.

#### **D. Custas e gastos**

324. Como a Corte já salientou em oportunidades anteriores, as custas e gastos estão compreendidos no conceito de reparação estabelecido no artigo 63.1 da Convenção Americana.<sup>372</sup>

##### *D.1 Alegações das partes*

325. A Comissão solicitou à Corte que “uma vez ouvidos os representantes da parte lesada, ordene ao Estado o pagamento das custas e gastos [...], levando em consideração as especiais características do [...] caso”.

326. Os representantes solicitaram que o Tribunal ordene, ao Estado, o pagamento de gastos e custas em benefício do Povo, bem como de seus representantes, Mario Melo e CEJIL, pelos seguintes desembolsos realizados: gastos em que incorreu o Povo;<sup>373</sup> gastos

---

<sup>372</sup> Cf. *Caso Garrido e Baigorria Vs. Argentina. Reparaciones e Custas*. Sentença de 27 de agosto de 1998. Série C Nº 39, par. 79; e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina*, par. 198.

<sup>373</sup> Com respeito a esse título, salientaram que “a realização de gestões vinculadas ao caso obrigaram, ao longo dos últimos sete anos, a que dirigentes e membros dos Sarayaku se deslocassem, periodicamente, às cidades de Puyo e Quito (Equador), Washington, D.C. (Estados Unidos), Assunção (Paraguai) e San José (Costa Rica)”. Acrescentaram que, embora alguns dos gastos em que incorreram tenham sido financiados por organizações não governamentais, houve outros gastos que tiveram de ser assumidos pelo Povo Sarayaku, e que “esses gastos chegam a [...] uma soma de cinco mil dólares por ano [...] uma vez que o Povo Sarayaku não guardou recibos da maioria dos gastos em que incorreu, solicita-se à Corte que ordene, de maneira justa, o pagamento de uma soma total de [USD\$]35.000”. Em suas alegações finais escritas, os representantes ressaltaram que o Povo Sarayaku contou com o apoio do Fundo de Assistência Jurídica da Corte, razão pela qual não solicitaram o reembolso de gastos adicionais aos já apresentados no escrito de petições.



em que incorreu o advogado Mario Melo perante o Sistema Interamericano;<sup>374</sup> e gastos em que incorreu o CEJIL.<sup>375</sup> No total, solicitaram que a Corte fixe, de maneira justa, USD\$152.417,26 a título de custas e gastos.

327. Por sua vez, o Estado não apresentou observações sobre as pretensões sobre custas e gastos dos representantes.

## D.2 Considerações da Corte

328. Como a Corte já salientou, as custas e gastos fazem parte do conceito de reparação, uma vez que a atividade exercida pelas vítimas com a finalidade de obter justiça implica desembolsos que devem ser compensados quando a responsabilidade internacional do Estado é declarada mediante uma Sentença condenatória. Quanto ao seu reembolso, cabe ao Tribunal avaliar prudentemente seu alcance, o que compreende os gastos gerados perante as autoridades da jurisdição interna, bem como os gerados no curso do processo perante este Tribunal, levando em conta as circunstâncias do caso concreto e a natureza da jurisdição internacional de proteção dos direitos humanos. Essa avaliação pode ser realizada com base no princípio de equidade e levando em conta os gastos citados pelas partes, desde que seu *quantum* seja razoável.<sup>376</sup>

329. A esse respeito, o Tribunal reitera que as pretensões das vítimas, ou seus representantes, em matéria de custas e gastos e as provas que as sustentam devem ser apresentadas no primeiro momento processual que a eles se concede, isto é, no escrito de petições e argumentos, sem prejuízo de que essas pretensões se atualizem, em momento posterior, conforme as novas custas e gastos em que se tenha incorrido por ocasião desse procedimento.<sup>377</sup> Do mesmo modo, não é suficiente o envio de documentos probatórios, exigindo-se que as partes formulem uma argumentação que relacione a prova ao fato que

---

<sup>374</sup> Os representantes solicitaram o reembolso das custas e gastos gerados pela defesa assumida pelo advogado Mario Melo, como membro da equipe do Centro de Direitos Econômicos e Sociais – CDES - entre 2003 e 2007, e como membro da equipe da Fundação Pachamama, de 2007 até a presente data. Ressaltaram, especificamente, que “os custos gerados por sua atuação profissional, bem como os custos de viagem a localidades como Puyo e Sarayaku, no Equador; Washington D.C. (Estados Unidos) e San José (Costa Rica) para atender a gestões do caso; a coleta de provas e a notariação de documentos foram financiadas pelo CDES e pela Fundação Pachamama, numa quantia média de US\$15.000,00 por ano, razão pela qual solicitaram que mande pagar as custas em que incorreram as mencionadas organizações, CDES e Fundação Pachamama, de maneira justa. Em suas alegações finais escritas, solicitaram, além das custas e gastos mencionados, o reembolso de gastos e custas correspondentes aos gastos em que incorreram os representantes do Povo Kichwa, de Sarayaku, desde a apresentação do escrito de petições, em setembro de 2010, até a realização da audiência pública do presente caso, na sede da Corte, na Costa Rica. Pelo exposto, solicitaram ao Tribunal que ordene o pagamento às mencionadas organizações CDES e Fundação Pachamama, de maneira justa, da quantia de USD\$13.569,97. No total, solicitaram que se fixe, de maneira justa, US\$73.569,97.

<sup>375</sup> Os representantes solicitaram à Corte que ordene ao Estado reembolsar, por custas e gastos o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), a título de representação das vítimas e seus familiares no processo internacional a partir de 2003, e que se fixe, de maneira justa, a quantia de US\$28.056,29, a título de gastos e que, por sua vez, esse pagamento seja realizado pelo Estado, diretamente, aos representantes. Também, solicitaram que o Tribunal fixe, de maneira justa, a soma de US\$15.791,00, que cobriria os gastos em que incorreu o CEJIL desde a apresentação do escrito de petições até o momento atual. Por último, solicitaram que se reconheçam os gastos futuros que sejam gerados, que compreendem, *inter alia*, “os deslocamentos e gastos adicionais de testemunhas e peritos à eventual audiência perante a Corte; o traslado dos representantes até essa audiência; os gastos que demande a obtenção de prova futura”. No total, solicitaram que se fixe, de maneira justa, USD\$43.847,29.

<sup>376</sup> Cf. *Caso Garrido e Baigorria Vs. Argentina. Reparaciones e Custas*, par. 82; e *Caso González Medina e familiares Vs. República Dominicana*, par. 325.

<sup>377</sup> Cf. *Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez Vs. Equador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C Nº 170, par. 275; e *Caso González Medina e familiares Vs. República Dominicana*, par. 326.

se considera representado, e que, ao se tratar de alegados desembolsos econômicos, sejam estabelecidos com clareza os valores e sua justificação.<sup>378</sup>

330. No que diz respeito aos gastos solicitados pelo advogado Mario Melo, o Tribunal constata que, em alguns comprovantes de pagamento, não se distinguem os pagamentos que se pretende comprovar. Os títulos a que se referem foram equitativamente deduzidos do cálculo estabelecido pelo Tribunal. Do mesmo modo, tal como ocorreu em outros casos, é evidente que os representantes incorreram em gastos na tramitação do caso perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Quanto aos gastos alegados pelo CEJIL, a Corte observa que de alguns dos comprovantes enviados não se infere claramente a relação com desembolsos vinculados ao presente caso. No entanto, também constata que os representantes incorreram em diversos gastos relativos, entre outros aspectos, a coleta de prova, transporte e serviços de comunicação na tramitação interna e internacional do presente caso.

331. No presente caso, os gastos em que teria incorrido o Povo Sarayaku já foram levados em conta determinar a indenização por dano material (pars. 316 e 317 *supra*). Por outro lado, a Corte determina, de maneira justa, e em consideração a certos comprovantes de despesas apresentados, que o Estado deve pagar a soma total de USD\$58.000,00 (cinquenta e oito mil dólares dos Estados Unidos da América) a título de custas e gastos. Dessa quantia, o Estado deverá entregar, diretamente, a soma de USD\$18.000,00 ao CEJIL. O restante do fixado deverá ser entregue à Associação do Povo Sarayaku (*Tayjasaruta*), para que o distribua da forma cabível entre as demais pessoas e, caso seja pertinente, organizações que tenham representado o Povo Sarayaku perante o Sistema Interamericano. Na etapa de supervisão do cumprimento da presente Sentença, a Corte poderá dispor o reembolso por parte do Estado às vítimas, ou seus representantes, de despesas posteriores razoáveis e devidamente comprovadas.

#### **E. Reembolso de gastos ao Fundo de Assistência Jurídica**

332. Em 2008, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (doravante denominada "OEA") criou o Fundo de Assistência Jurídica do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, com o "objetivo [de] facilitar [o] acesso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos àquelas pessoas que, atualmente, não dispõem dos recursos necessários para levar seu caso ao sistema".<sup>379</sup> No presente caso, foi concedida, às vítimas, a ajuda econômica necessária, debitada do Fundo de Assistência Jurídica, para o comparecimento dos senhores Sabino Gualinga e Marlon Santi e das senhoras Patricia Gualinga e Ena Santi à audiência pública (pars. 8 e 11 *supra*).

333. O Estado teve a oportunidade de apresentar suas observações sobre os desembolsos realizados no presente caso, os quais chegam à soma de US\$6.344,62 (seis mil trezentos e quarenta e quatro dólares e sessenta e dois centavos dos Estados Unidos da América). O Estado não apresentou observações a esse respeito. Cabe ao Tribunal, em aplicação do artigo 5 do Regulamento do Fundo, avaliar a procedência de ordenar ao Estado demandado o reembolso ao Fundo de Assistência Jurídica dos desembolsos em que houvesse incorrido.

---

<sup>378</sup> Cf. *Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez. Vs. Equador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*, par. 277; e *Caso González Medina e familiares Vs. República Dominicana*, par. 326.

<sup>379</sup> AG/RES. 2426 (XXXVIII-O/08), resolução aprovada pela Assembleia Geral da OEA durante a realização do Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da OEA, na quarta sessão plenária, realizada em 3 de junho de 2008, "Criação do Fundo de Assistência Jurídica do Sistema Interamericano de Direitos Humanos", parágrafo dispositivo 2, a, e resolução CP/RES. 963 (1728/09), artigo 1.1.

334. Em razão das violações declaradas na presente Sentença, a Corte ordena ao Estado o reembolso ao Fundo da quantia de US\$6.344,62 (seis mil trezentos e quarenta e quatro dólares e sessenta e dois centavos dos Estados Unidos da América) a título dos gastos realizados já mencionados por ocasião da audiência pública. Essa quantia deverá ser reembolsada no prazo de noventa dias, contados a partir da notificação da presente Sentença.

#### **F. Modalidades de cumprimento dos pagamentos ordenados**

335. O Estado deverá efetuar o pagamento das indenizações fixadas a título de danos material e imaterial, bem como a parte correspondente de custas e gastos (par. 331 *supra*), diretamente ao Povo Sarayaku, por intermédio de suas próprias autoridades, além do respectivo pagamento, a título de custas e gastos, diretamente aos representantes, no prazo de um ano, contado a partir da notificação da presente Sentença, nos termos dos parágrafos seguintes.

336. O Estado deve cumprir suas obrigações mediante o pagamento em dólares dos Estados Unidos da América.

337. Caso, por razões atribuíveis aos beneficiários, não seja possível que estes as recebam no prazo indicado, o Estado depositará esses montantes em seu favor, em uma conta, ou certificado de depósito em instituição financeira do Equador, nas condições financeiras mais favoráveis que permitam a legislação e a prática bancária. Se, depois de dez anos, a indenização não tenha sido reclamada, as quantias serão devolvidas ao Estado, com os juros acumulados.

338. As quantias designadas na presente Sentença como indenização e como reembolso de custas e gastos deverão ser entregues aos beneficiários na íntegra, conforme o estabelecido nesta Sentença, sem reduções decorrentes de eventuais ônus fiscais.

339. Caso o Estado incorra em mora, deverá pagar juros sobre a quantia devida, correspondente aos juros bancários de mora no Equador.

#### **G. Medidas provisórias**

340. As medidas provisórias foram ordenadas desde que este caso se encontrava em conhecimento da Comissão Interamericana (par. 5 *supra*), com o propósito de proteger a vida e a integridade dos membros do Povo Sarayaku, mediante uma série de ações que o Estado devia implantar. A proteção ordenada também evitaria, *inter alia*, que se frustrasse uma eventual reparação que a Corte pudesse determinar a seu favor. Com relação ao que se destacou para efeitos de avaliação da informação constante do expediente de medidas provisórias (par. 48 *supra*), e diferentemente da maioria dos casos, o grupo concreto de beneficiários dessas medidas de proteção são, a partir dos preceitos desta Sentença de mérito e reparações, idênticos aos beneficiários das medidas de reparação ordenadas, ou seja, as obrigações de proteção dos direitos à vida e à integridade pessoal dos membros do Povo Sarayaku, inicialmente ordenadas mediante as resoluções de medidas provisórias, estão, a partir de agora, compreendidas no conjunto das reparações ordenadas na Sentença, as quais devem ser cumpridas a partir do momento em que ela seja notificada ao Estado. Dessa maneira, dada a especificidade deste caso, as obrigações do Estado no âmbito das medidas provisórias ficam substituídas pelo ordenado na Sentença e, por

consequente, sua execução e observância serão objeto de supervisão do cumprimento, e já não de medidas provisórias.<sup>380</sup> Essas medidas ficam, conseqüentemente, sem efeito.

## **X PONTOS RESOLUTIVOS**

341. Portanto,

### **A CORTE**

#### **DECLARA:**

Por unanimidade, que:

1. Dado o amplo reconhecimento de responsabilidade por parte do Estado, que a Corte avaliou de maneira positiva, a exceção preliminar interposta carece de objeto e não cabe analisá-la, nos termos do parágrafo 30 da presente Sentença.
2. O Estado é responsável pela violação dos direitos à consulta, à propriedade comunal indígena e à identidade cultural, nos termos do artigo 21 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento, em detrimento do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku, em conformidade com o exposto nos parágrafos 145 a 227, 231 e 232 da presente Sentença.
3. O Estado é responsável por ter colocado gravemente em risco os direitos à vida e à integridade pessoal, reconhecidos nos artigos 4.1 e 5.1 da Convenção Americana, em relação à obrigação de garantir o direito à propriedade comunal, nos termos dos artigos 1.1 e 21 do mesmo instrumento, em detrimento dos membros do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku, em conformidade com o exposto nos parágrafos 244 a 249 e 265 a 271 da presente Sentença.
4. O Estado é responsável pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, reconhecidos nos artigos 8.1 e 25 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1, do mesmo instrumento, em detrimento do Povo indígena Kichwa de Sarayaku, em conformidade com o exposto nos parágrafos 272 a 278 da presente Sentença.
5. Não cabe analisar os fatos do presente caso à luz dos artigos 7, 13, 22, 23 e 26 da Convenção Americana, nem do artigo 6 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, pelas razões mencionadas nos parágrafos 228 a 230 e 252 a 254 desta Sentença.

#### **E DISPÕE:**

Por unanimidade, que:

---

<sup>380</sup> Nesse sentido, Cf. *Caso Fermín Ramírez Vs. Guatemala. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 20 de junho de 2005. Série C Nº 126, ponto resolutivo 14. Ver também resoluções relevantes no *Caso Raxcacó Reyes Vs. Guatemala. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C Nº 133, ponto resolutivo 15. Do mesmo modo, ver *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicarágua. Medidas Provisórias*. Resolução da Corte Interamericana de 26 de novembro de 2007, parágrafos expositivos 10 e 11; e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguai. Supervisão de cumprimento da Sentença*. Resolução da Corte de 2 de fevereiro de 2007, parágrafos expositivos 8 a 21.

1. Esta Sentença constitui, *per se*, uma forma de reparação.
2. O Estado deve neutralizar, desativar e, caso seja pertinente, retirar o pentolite na superfície e enterrado no território do Povo Sarayaku, com base num processo de consulta com o Povo, nos prazos e em conformidade com os meios e modalidades citados nos parágrafos 293 a 295, desta Sentença.
3. O Estado deve consultar o Povo Sarayaku de forma prévia, adequada, efetiva e em plena conformidade com as normas internacionais aplicáveis à matéria, no eventual caso de que se pretenda realizar alguma atividade ou projeto de extração de recursos naturais em seu território, ou plano de investimento ou desenvolvimento de qualquer outra natureza que implique potenciais danos a seu território, nos termos dos parágrafos 299 e 300 desta Sentença.
4. O Estado deve adotar as medidas legislativas, administrativas, ou de outra natureza, que sejam necessárias para colocar plenamente em andamento e tornar efetivo, num prazo razoável, o direito à consulta prévia dos povos e comunidades indígenas e tribais, e modificar as que impeçam seu pleno e livre exercício, para o que deve assegurar a participação das próprias comunidades, nos termos do parágrafo 301 desta Sentença.
5. O Estado deve implementar, num prazo razoável e com a respectiva disposição orçamentária, programas ou cursos obrigatórios que contemplem módulos sobre as normas nacionais e internacionais de direitos humanos dos povos e comunidades indígenas, destinados a funcionários militares, policiais e judiciais, bem como a outros cujas funções impliquem relacionamento com povos indígenas, nos termos do parágrafo 302 desta Sentença.
6. O Estado deve realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional pelos fatos do presente caso, em conformidade com o estabelecido no parágrafo 305 da presente Sentença.
7. O Estado deve providenciar as publicações mencionadas nos parágrafos 307 e 308 da presente Sentença.
8. O Estado deve pagar as quantias fixadas nos parágrafos 317, 323 e 331 da presente Sentença, a título de indenização por danos materiais e imateriais, e de reembolso de custas e gastos, nos termos dos referidos parágrafos e dos parágrafos 335 a 339 da presente Sentença, bem como reembolsar ao Fundo de Assistência Jurídica a quantia estabelecida no parágrafo 334.
9. O Estado deve, no prazo de um ano, contado a partir da notificação desta Sentença, apresentar à Corte um relatório sobre as medidas adotadas para seu cumprimento, sem prejuízo do disposto no parágrafo dispositivo segundo, em relação aos parágrafos 293 a 295 da presente Sentença.
10. As medidas provisórias ordenadas no presente caso ficaram sem efeito, nos termos do parágrafo 340 desta Sentença.
11. A Corte supervisionará a íntegra do cumprimento desta Sentença, no exercício de suas atribuições e no cumprimento de seus deveres, conforme a Convenção Americana, e dará por concluído o presente caso uma vez que o Estado tenha dado cabal cumprimento ao disposto nesta Sentença.

Redigida em espanhol e inglês, fazendo fé o texto em espanhol, em San José, Costa Rica, em 27 de junho de 2012.

Diego García-Sayán  
Presidente

Manuel E. Ventura Robles

Margarette May Macaulay

Alberto Pérez Pérez

Leonardo A. Franco

Rhadys Abreu Blondet

Eduardo Vio Grossi

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretário

Comunique-se e execute-se,

Diego García-Sayán  
Presidente

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretário

**CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS**

**CASO PUEBLOS KALIÑA Y LOKONO VS. SURINAM**

**SENTENCIA DE 25 DE NOVIEMBRE DE 2015**

***(Fondo, Reparaciones y Costas)***

En el caso *Pueblos Kaliña y Lokono*,

la Corte Interamericana de Derechos Humanos (en adelante "la Corte Interamericana", "la Corte" o "el Tribunal"), integrada por los siguientes Jueces:

Humberto Antonio Sierra Porto, Presidente;  
Roberto F. Caldas, Vicepresidente;  
Manuel E. Ventura Robles, Juez;  
Diego García-Sayán, Juez;  
Alberto Pérez Pérez, Juez;  
Eduardo Vio Grossi, Juez, y  
Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, Juez;

presentes además,

Pablo Saavedra Alessandri, Secretario, y  
Emilia Segares Rodríguez, Secretaria Adjunta,

de conformidad con los artículos 62.3 y 63.1 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos (en adelante "la Convención" o "la Convención Americana") y con los artículos 31, 32, 65 y 67 del Reglamento de la Corte (en adelante "el Reglamento"), dicta la presente Sentencia, que se estructura en el siguiente orden:

**CASO PUEBLOS KALIÑA Y LOKONO VS. SURINAM**  
**ÍNDICE**

|                                                                                                                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>I INTRODUCCIÓN DE LA CAUSA Y OBJETO DE LA CONTROVERSIA</b> .....                                                                                                                  | <b>4</b>  |
| <b>II PROCEDIMIENTO ANTE LA CORTE</b> .....                                                                                                                                          | <b>7</b>  |
| <b>III COMPETENCIA</b> .....                                                                                                                                                         | <b>10</b> |
| <b>IV PRUEBA</b> .....                                                                                                                                                               | <b>10</b> |
| A. Prueba documental, testimonial y pericial.....                                                                                                                                    | 10        |
| B. Admisión de la prueba .....                                                                                                                                                       | 11        |
| B.1 Admisión de la prueba documental .....                                                                                                                                           | 11        |
| B.2 Admisión de la prueba testimonial y pericial .....                                                                                                                               | 12        |
| C. Valoración de la prueba.....                                                                                                                                                      | 12        |
| <b>V HECHOS</b> .....                                                                                                                                                                | <b>13</b> |
| A. Los Pueblos Kaliña y Lokono .....                                                                                                                                                 | 13        |
| B. Asentamientos maroons en el territorio reclamado como ancestral por los Pueblos Kaliña y Lokono .....                                                                             | 16        |
| C. Los pueblos indígenas de acuerdo con el ordenamiento jurídico de Surinam .....                                                                                                    | 18        |
| D. Acciones realizadas por los pueblos indígenas para el reconocimiento de sus derechos .....                                                                                        | 20        |
| D.1 Acciones realizadas con anterioridad al reconocimiento de la competencia de la Corte (12 de noviembre de 1987).....                                                              | 20        |
| D.2 Acciones realizadas con posterioridad al reconocimiento de la competencia de la Corte (12 de noviembre de 1987).....                                                             | 20        |
| E. Establecimiento de las reservas naturales .....                                                                                                                                   | 22        |
| E.1 Las Reservas Naturales Wia Wia y Galibi .....                                                                                                                                    | 23        |
| E.2 La Reserva Natural Wane Kreek .....                                                                                                                                              | 24        |
| E.2.1 Proceso de consulta.....                                                                                                                                                       | 25        |
| E.2.2 Actividades de minería de bauxita .....                                                                                                                                        | 26        |
| E.2.3 Otras actividades de extracción de recursos naturales .....                                                                                                                    | 28        |
| F. Proyecto de parcelación urbano denominado "Tuinstad Albina" ("Garden City Albina").....                                                                                           | 29        |
| <b>VI FONDO</b> .....                                                                                                                                                                | <b>30</b> |
| <b>VI-I DERECHO AL RECONOCIMIENTO DE LA PERSONALIDAD JURÍDICA (ARTÍCULO 3) EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 1.1, 2, 21 Y 25 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA SOBRE DERECHOS HUMANOS</b> ..... | <b>30</b> |
| A. Argumentos de la Comisión y de las partes .....                                                                                                                                   | 30        |
| B. Consideraciones de la Corte.....                                                                                                                                                  | 31        |
| <b>VI-II DERECHO A LA PROPIEDAD COLECTIVA (ARTÍCULO 21) Y DERECHOS POLÍTICOS (ARTÍCULO 23) EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 1.1 Y 2 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA</b> .....                | <b>33</b> |
| A. Argumentos de la Comisión y de las partes .....                                                                                                                                   | 33        |
| B. Consideraciones de la Corte.....                                                                                                                                                  | 36        |
| B.1 Interpretación del derecho a la propiedad colectiva y participación en asuntos públicos de los pueblos indígenas en el presente caso .....                                       | 36        |
| B.2 La falta de reconocimiento del derecho a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono .....                                                                   | 38        |
| B.2.1 El derecho a la propiedad colectiva y el deber de delimitar, demarcar, titular y garantizar el uso y goce del territorio colectivo .....                                       | 38        |
| B.2.1.1 Respeto de la falta de delimitación, demarcación y titulación en el caso .....                                                                                               | 39        |
| B.2.2 Respeto del derecho a solicitar la reivindicación del territorio ante la existencia de títulos individuales a favor de terceros no indígenas ni tribales.....                  | 41        |
| B.3 Reservas naturales en el territorio tradicional .....                                                                                                                            | 46        |
| B.3.1 El alegado mantenimiento de la reserva y reivindicación .....                                                                                                                  | 47        |
| B.3.2 Alegadas restricciones para los pueblos indígenas en las reservas naturales .....                                                                                              | 48        |
| B.3.2.1 Compatibilidad de los derechos de los pueblos indígenas con la protección del medio ambiente.....                                                                            | 48        |
| B.3.2.2 Las alegadas afectaciones en las reservas de Galibi y Wane Kreek .....                                                                                                       | 52        |
| B.4 Respeto de las garantías a la propiedad colectiva frente a la concesión minera dentro de la Reserva Natural Wane Kreek .....                                                     | 56        |
| <b>VI-III DERECHO A LA PROTECCIÓN JUDICIAL (ARTÍCULO 25) EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 13, 1.1 Y 2 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA</b> .....                                              | <b>64</b> |
| A. Argumentos de la Comisión y de las partes .....                                                                                                                                   | 64        |
| B. Consideraciones de la Corte.....                                                                                                                                                  | 65        |



|                                                                                                                                                |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| B.1 Recursos adecuados y efectivos en la legislación interna para proteger los derechos de los pueblos indígenas y tribales .....              | 66        |
| B.2 Idoneidad y efectividad de los procedimientos judiciales y peticiones interpuestas ante autoridades estatales .....                        | 70        |
| B.3 El derecho de acceso a la información en relación con el artículo 25 de la Convención Americana                                            | 71        |
| C. Conclusión .....                                                                                                                            | 74        |
| <b>VII REPARACIONES .....</b>                                                                                                                  | <b>74</b> |
| A. Parte Lesionada .....                                                                                                                       | 75        |
| B. Restitución .....                                                                                                                           | 75        |
| C. Rehabilitación del territorio .....                                                                                                         | 79        |
| D. Creación de un fondo de desarrollo comunitario .....                                                                                        | 80        |
| E. Garantías de no repetición .....                                                                                                            | 81        |
| E.1 Medidas para el reconocimiento de la personalidad jurídica, garantías a la propiedad colectiva, participación y acceso a la justicia ..... | 81        |
| E.2 Medidas de capacitación .....                                                                                                              | 83        |
| F. Satisfacción .....                                                                                                                          | 84        |
| F.1 Publicación y radiodifusión de la Sentencia .....                                                                                          | 84        |
| F.2 Otra medida solicitada: acto público de reconocimiento de responsabilidad del Estado .....                                                 | 84        |
| G. Costas y gastos .....                                                                                                                       | 85        |
| H. Modalidad de cumplimiento de los pagos ordenados .....                                                                                      | 87        |
| <b>VIII PUNTOS RESOLUTIVOS .....</b>                                                                                                           | <b>87</b> |
| <b>IX ANEXOS .....</b>                                                                                                                         | <b>91</b> |

## I

### INTRODUCCIÓN DE LA CAUSA Y OBJETO DE LA CONTROVERSIA

1. *El caso sometido a la Corte.* – El 28 de enero de 2014<sup>1</sup>, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (en adelante “la Comisión” o “la Comisión Interamericana”) sometió el caso *Pueblos Kaliña y Lokono* (en adelante “los Pueblos Kaliña y Lokono”) contra la República de Surinam (en adelante “el Estado” o “Surinam”) ante la jurisdicción de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. De acuerdo con la Comisión, el presente caso se relaciona con la responsabilidad internacional del Estado por una serie de violaciones de los derechos de los miembros de ocho comunidades de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono del Río Bajo Marowijne, en Surinam. Específicamente, por la ausencia, hasta la fecha, de un marconormativo que reconozca la personalidad jurídica de los pueblos indígenas, por lo que esta no ha sido reconocida en favor de los Pueblos Kaliña y Lokono hasta la actualidad. Asimismo, el Estado no ha establecido las bases normativas que permitan un reconocimiento del derecho a la propiedad colectiva de las tierras, territorios y recursos naturales de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono. Esta falta de reconocimiento ha sido acompañada por la emisión de títulos de propiedad individuales a favor de personas no indígenas; el otorgamiento de concesiones y licencias para la realización de operaciones mineras, y el establecimiento y continuidad de tres reservas naturales en parte de sus territorios ancestrales. Las violaciones del derecho a la propiedad colectiva derivadas de esta situación continúan hasta la fecha. Además, ni el otorgamiento de concesiones y licencias mineras ni el establecimiento y permanencia hasta el día de hoy de reservas naturales, han sido sometidos a procedimiento alguno de consulta dirigido a obtener el consentimiento previo, libre e informado de los Pueblos Kaliña y Lokono. Todos estos hechos han tenido lugar en un contexto de falta de protección judicial y en un marco de desprotección normativa, debido a que en Surinam no existen recursos efectivos para que los pueblos indígenas puedan exigir sus derechos.

2. *Trámite ante la Comisión.* – El trámite ante la Comisión fue el siguiente:

a) *Petición.* – El 16 de febrero de 2007 la Comisión recibió una petición presentada por ocho líderes tradicionales en nombre de los Pueblos Kaliña y Lokono del Bajo Marowijne; por la Asociación de Líderes de Pueblos Indígenas en Surinam (*Vererniging van Inheese Dorpschoufden in Suriname*, en adelante, “VIDS”, en holandés, y Association of Indigenous Village Leaders in Suriname, en inglés), y por la Comisión de Derechos de Tierras del Bajo Marowijne (*Commissie Landrechten Inheemsen Beneden- Marowijne*, en adelante, “CLIM”, en holandés, y Lower Marowijne Indigenous Lands Rights Commission, en inglés)<sup>2</sup>, contra Surinam por la violación de los artículos 3, 21 y 25 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1 y 2 del mismo instrumento, en perjuicio de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono<sup>3</sup>.

b) *Informe de Admisibilidad.* – El 15 de octubre de 2007 la Comisión emitió el Informe de Admisibilidad No. 76/07 (en adelante “Informe de Admisibilidad” o “Informe 76/07”),

---

<sup>1</sup> El 26 de enero de 2014 la Corte recibió el escrito de sometimiento del caso en español, el cual fue remitido en inglés dos días después, es decir el 28 de enero de 2014. La Corte tomará esta última fecha como la de sometimiento del caso, al ser el inglés el idioma oficial del mismo (expediente de fondo, folio 88).

<sup>2</sup> La organización CLIM (Lower Marowijne Indigenous Lands Rights Commission) cambió de nombre posteriormente a KLIM (Organization of Kaliña and Lokono Indigenous Peoples of Marowijne) conforme a lo señalado en un reporte de actividades elaborado por VIDS y KLIM respecto de su participación en el caso ante la Comisión Interamericana (expediente de prueba, folio 2098).

<sup>3</sup> La representación legal de los peticionarios durante el procedimiento ante la Comisión estuvo a cargo del asesor Fergus MacKay de la organización Forest Peoples Programme; David Padilla, asesor legal adjunto, y Jacqueline Jubithana, asesora legal adjunta (expediente de fondo, folio 9).

en el que concluyó que tenía competencia para conocer la petición y decidió admitirla sobre la presunta violación de los artículos 3, 21 y 25 de la Convención, en relación con los artículos 1 y 2 del mismo instrumento.

c) *Informe de Fondo*. – El 18 de julio de 2013 la Comisión aprobó el Informe de Fondo No. 79/13, en los términos del artículo 50 de la Convención Americana (en adelante “Informe de Fondo” o “Informe 79/13”), en el cual llegó a una serie de conclusiones<sup>4</sup> y formuló varias recomendaciones al Estado, a saber:

#### Conclusiones:

- i) el Estado violó el derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica consagrado en el artículo 3 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono;
- ii) el Estado violó el derecho a la propiedad, consagrado en el artículo 21 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono al no adoptar medidas efectivas para reconocer su derecho a la propiedad colectiva de las tierras, territorios y recursos naturales que tradicional yancestralmente han ocupado y utilizado;
- iii) el Estado violó el derecho a la propiedad consagrado en el artículo 21 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono, al (i) otorgar títulos de propiedad a personas no indígenas dentro del territorio de los Pueblos Kaliña y Lokono; (ii) establecer y mantener las Reservas Naturales Wia Wia, Galibi y Wane Kreek, y (iii) otorgar una concesión minera y autorizar actividades mineras dentro de su territorio tradicional, todo esto sin realizar un procesode consulta dirigido a obtener su consentimiento libre, previo e informado de conformidad con los estándares interamericanos, y
- iv) el Estado violó el derecho a la protección judicial consagrado en el artículo 25 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono al no proporcionarles un acceso efectivo a la justicia para la protección de sus derechos fundamentales.

#### Recomendaciones:

- i) adoptar las medidas legislativas y reglamentarias necesarias para el reconocimiento de los Pueblos Kaliña y Lokono como personas jurídicas en el derecho de Surinam;
- ii) eliminar las normas que impiden la protección del derecho a la propiedad de los Pueblos Kaliña y Lokono y adoptar en su legislación interna, a través de consultas efectivas y plenamente informadas a los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros, medidas legislativas, administrativas y otras que sean necesarias para proteger, a través de mecanismos especiales, el territorio en el que [dichos Pueblos] ejercen su derecho a la propiedad comunal, según sus prácticas consuetudinarias de uso de la tierra, sin perjuicio de otras comunidades indígenas y tribales;

---

<sup>4</sup> La Comisión señaló en su informe de fondo que, con posterioridad al informe de admisibilidad, los peticionarios alegaron que el hecho de que el Estado no proporcionara detalles sobre las fechas exactas en que diversos títulos de propiedad y arrendamiento se emitieron a personas no indígenas sobre parte del territorio tradicional de los Pueblos Kaliña y Lokono, sin la formulación de una causa que justifique la negativa del otorgamiento de dicha información pública, constituía una violación del artículo 13 de la Convención Americana. En su informe de fondo, la Comisión consideró lo ocurrido como parte de los hechos del caso, y los analizó dentro de la violación del derecho a la propiedad colectiva de los Pueblos Kaliña y Lokono, consagrado en el artículo 21 de la Convención.

- iii) abstenerse de realizar actos que puedan generar que terceras personas realicen actividades, con aquiescencia o tolerancia del Estado, que puedan afectar el derecho a la propiedad o a la integridad del territorio de los Pueblos Kaliña y Lokono, según lo establecido en el Informe [de Fondo];
- iv) revisar, a través de consultas efectivas y plenamente informadas con los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros, respetando su derecho consuetudinario, los títulos de propiedad, títulos de arrendamiento y títulos de arrendamiento a largo plazo, emitidos en favor de personas no indígenas, los términos de las actividades mineras autorizadas dentro de la Reserva Natural Wane Kreek, y los términos del establecimiento y manejo de las Reservas Naturales Wia Wia, Galibi y Wane Kreek para determinar las [respectivas] modificaciones que han de ser realizadas sobre [aquellos] [con el fin de] garantizar el respeto de los derechos de los Pueblos Kaliña y Lokono a la propiedad de sus tierras, territorios y recursos naturales ancestrales de conformidad con sus costumbres y tradiciones;
- v) adoptar todas las medidas necesarias, a través de consultas efectivas y plenamente informadas con los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros, respetando su derecho consuetudinario, para delimitar, demarcar y otorgar título colectivo de propiedad a los Pueblos Kaliña y Lokono de las tierras y territorios que han ocupado y usado tradicionalmente;
- vi) adoptar todas las medidas necesarias para aprobar, de conformidad con los procedimientos constitucionales de Surinam y con las normas de la Convención Americana, las medidas legislativas y otras que sean necesarias para establecer protecciones judiciales y hacer efectivos los derechos individuales y colectivos de los Pueblos Kaliña y Lokono, respecto del territorio que tradicionalmente han ocupado y utilizado, y
- vii) reparar individual y colectivamente las consecuencias de la violación de los derechos mencionados anteriormente. En particular, considerar los daños y perjuicios ocasionados a los miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono como resultado de la falta de otorgamiento del título de propiedad sobre su territorio ancestral, así como los daños causados al territorio por las acciones de terceros.

*d) Notificación al Estado.* – El Informe de Fondo fue notificado al Estado el 26 de julio de 2013, otorgándosele un plazo de dos meses para informar sobre el cumplimiento de las recomendaciones.

*e) Solicitud de prórroga e informe de cumplimiento.* – El 26 de septiembre de 2013 el Estado solicitó una prórroga para el cumplimiento de las recomendaciones, la cual fue otorgada por la Comisión por un plazo de tres meses, y se le requirió que presentara un informe sobre los avances alcanzados a más tardar el 15 de enero de 2014. El Estado presentó un informe en esa fecha pero no aportó información sobre el cumplimiento de cada una de las recomendaciones. El 24 de enero de 2014 el Estado solicitó una nueva prórroga sin presentar información adicional sobre el cumplimiento de lo recomendado.

*f) Sometimiento a la Corte.* – El 28 de enero de 2014 la Comisión sometió el presente caso a la jurisdicción de la Corte “por la necesidad de obtención de justicia”, y respecto de la totalidad de los hechos y violaciones de derechos humanos descritos en el Informe de Fondo<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> La Comisión designó al Comisionado José de Jesús Orozco Henríquez y al Secretario Ejecutivo Emilio Álvarez Icaza, como sus delegados; y a Elizabeth Abi-Mershed, Secretaria Ejecutiva Adjunta, y Silvia Serrano Guzmán, abogada de la Secretaría Ejecutiva de la CIDH, como asesoras legales.

3. *Solicitudes de la Comisión Interamericana.* – Con base en lo anterior, la Comisión solicitó a la Corte que declarara la responsabilidad internacional del Estado por las violaciones señaladas en su Informe de Fondo y que ordenara al Estado como medidas de reparación las recomendaciones indicadas en dicho documento (*supra* párr. 2.c).

## II PROCEDIMIENTO ANTE LA CORTE

4. *Notificación al Estado<sup>6</sup> y a los representantes de las presuntas víctimas<sup>7</sup>.* – El sometimiento del caso por la Comisión fue notificado al Estado y a los representantes de las presuntas víctimas (en adelante “los representantes”) el 27 de febrero de 2014.

5. *Escrito de solicitudes, argumentos y pruebas.* – El 24 de abril de 2014 los representantes presentaron su escrito de solicitudes, argumentos y pruebas (en adelante “escrito de solicitudes y argumentos”).

6. *Escrito de contestación.* – El 3 de octubre de 2014 el Estado presentó ante la Corte su contestación al escrito de sometimiento del caso y de observaciones a los escritos de solicitudes y argumentos (en adelante “escrito de contestación”).

7. *Convocatoria a Audiencia.* – Mediante Resolución del Presidente de la Corte de 18 de diciembre de 2014<sup>8</sup> se resolvió, entre otras situaciones: i) requerir que una presunta víctima, un testigo y un perito propuestos por los representantes, así como un testigo propuesto por el Estado<sup>9</sup>, presten sus declaraciones ante fedatario público; ii) convocar a las partes a una audiencia pública para recibir las declaraciones de dos presuntas víctimas y un dictamen pericial propuestos por los representantes, así como un dictamen pericial propuesto por la Comisión, y iii) trasladar al presente caso, los peritajes de Mariska Muskiet y Magda Hoever- Venoaks, presentados en el caso del *Pueblo Saramaka Vs. Surinam*. Las declaraciones ante fedatario público fueron recibidas el día del 27 de enero de 2015.

8. *Audiencia pública.* – La audiencia pública fue celebrada el 3 y 4 de febrero de 2015 en la ciudad de San José, Costa Rica, durante el 107º Período Ordinario de Sesiones de la Corte<sup>10</sup>. En la audiencia se recibieron las declaraciones de las presuntas víctimas Capitán Ricardo Pané y Capitán Jona Gunther y de la perita Victoria Tauli-Corpuz propuestas por los representantes, así como del perito Jeremie Gilbert, propuesto por la Comisión. Asimismo, se recibieron las observaciones y alegatos finales orales de la Comisión, de los representantes y del Estado. De

---

<sup>6</sup> La representación del Estado para el presente caso estuvo conformada por el señor Martin M. Misiedjan, Agente, y por la señora Dr. Jennifer Van Dijk-Silos, Agente Alterna (expediente de fondo, folio 96).

<sup>7</sup> Los representantes acreditados en el presente caso son el asesor legal Fergus MacKay de la organización Forest Peoples Programme, y David Padilla, asesor legal adjunto (expediente de fondo, folio 80).

<sup>8</sup> *Caso Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Surinam*. Resolución del Presidente de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 18 de diciembre de 2014. Disponible en: [http://www.corteidh.or.cr/docs/asuntos/kaliñaylokono\\_18\\_12\\_14.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/asuntos/kaliñaylokono_18_12_14.pdf).

<sup>9</sup> El 15 de enero la Corte requirió al Estado que confirmase el *estatus* de Claudine Sakimin como miembro de su delegación o como testigo, dada la imposibilidad de desempeñar ambas figuras (expediente de fondo, folio 327). El 27 de enero de 2015, a través de la presentación del *affidavit* de Claudine Sakimin, el Estado declaró de manera tácita su condición de testigo (expediente de fondo, folio 486) y lo ratificó de manera expresa a través de la comunicación recibida el 29 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 507 y 508).

<sup>10</sup> A esta audiencia comparecieron: a) por la Comisión Interamericana: James Louis Cavallaro, Comisionado, Silvia Serrano Guzmán, Jorge H. Meza Flores y Erick Acuña Pereda, Asesores; b) por los representantes de las presuntas víctimas: Fergus Mackay, David Padilla, Alancay Morales Garro y Max Ooft, en calidad de intérprete, y c) por el Estado de Surinam: Martin P. Misiedjan, Asishkumar R. Lala, Robbin Mussendijk, Ajaj Piarelal, Grasella Jozefzoon, Armilia Tojosemito, y M. Pool, en calidad de intérprete.

igual manera, los representantes hicieron entrega de un mapa en el cual se establecían los límites aproximados del territorio reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono, así como la copia del proyecto de ley referido al reconocimiento de autoridades tradicionales de 2014.

9. *Amicus curiae.* – El 18 de febrero de 2015, con fundamento en lo dispuesto en el artículo 44.1 del Reglamento de la Corte, la Secretaría recibió un escrito en calidad de *amicus curiae* y dos anexos, remitidos por la Fundación Pro Bono-Colombia<sup>11</sup>. Dichos documentos fueron remitidos en español, por lo que a través de carta de Secretaría de fecha 24 de febrero de 2015 se solicitó el envío del *amicus* en inglés, por ser el idioma oficial del caso. Dicho escrito fue recibido en inglés el 10 de marzo de 2015.

10. *Observaciones y alegatos finales escritos.* – El 4 de marzo de 2015 el Estado presentó sus alegatos finales escritos y anexos. El día 5 de marzo de 2015, los representantes y la Comisión presentaron sus alegatos finales escritos y anexos, así como sus observaciones finales escritas, respectivamente.

11. *Observaciones a los anexos.* – El 26 de marzo de 2015 la Secretaría de la Corte remitió los anexos a los alegatos finales escritos y solicitó a las partes y a la Comisión las observaciones que estimaren pertinentes. Mediante comunicación de 7 de abril de 2015, la Comisión señaló no tener observaciones respecto de dichos anexos. Asimismo, el 13 de abril de 2015, los representantes presentaron observaciones al anexo enviado por el Estado. El Estado no remitió observaciones respecto de los anexos enviados por los representantes.

12. *Prueba para mejor resolver.* – El 26 de marzo de 2015, siguiendo instrucciones del Presidente y con fundamento en lo dispuesto en el artículo 58.b) de su Reglamento, la Secretaría solicitó al Estado la presentación de documentación como prueba para mejor resolver. Dicha solicitud fue ratificada el 15 de abril de 2015. Mediante comunicación de 29 de abril de 2015, el Estado remitió de forma parcial lo solicitado<sup>12</sup>.

13. *Observaciones a la prueba para mejor resolver.* – Mediante comunicaciones de 12 y 13 de mayo de 2015, tanto los representantes como la Comisión presentaron sus observaciones respecto de la prueba para mejor resolver remitida por el Estado, la cual fue solicitada durante la audiencia pública del caso y reiterada el 26 de marzo y 15 de abril de 2015 (*supra* párr. 12).

14. *Diligencia in situ en los Pueblos Kaliña y Lokono* (en adelante “la visita” o “la diligencia *in situ*”). – Entre los días 17 al 19 de agosto de 2015 una delegación del Tribunal llevó a cabo una diligencia *in situ* en parte del territorio reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono, con el

---

<sup>11</sup> El escrito de *amicus curiae* fue presentado y firmado por Juliana Amaya Lamir, Directora y Representante Legal de la Fundación ProBono-Colombia (expediente de fondo, folio 539).

<sup>12</sup> Al respecto, mediante carta de 26 de marzo de 2015, la Secretaría de la Corte constató que el Estado no remitió la siguiente información, solicitada por los jueces durante la audiencia pública, por lo que reiteró su solicitud: a) la Resolución de Protección de la Naturaleza de 1998 (en la carta señala 1992 pero el año correcto es 1998); b) el proyecto legislativo sobre las autoridades tradicionales; c) los títulos de propiedad y de arrendamiento a corto y largo plazo, otorgados a terceros indígenas y no indígenas, así como información respecto a cuántos de estos títulos fueron entregados a terceros no indígenas; d) información relativa a la supuesta construcción de un casino en el territorio reclamado por los indígenas, y e) información sobre los acuerdos entre el Estado y los Pueblos Kaliña y Lokono para que estos puedan acceder libremente, usar y gozar de los territorios que se encuentran dentro de las reservas naturales. En virtud de ello, se otorgó un plazo al Estado para presentar la información referida a más tardar el 13 de abril de 2015 (expediente de fondo, folio 797). Dicho pedido fue reiterado el 15 de abril, otorgándole de plazo hasta el 29 de abril de 2015 (expediente de fondo, folio 827). En dicha fecha, el Estado remitió de forma parcial lo solicitado (expediente de fondo, folio 836, fondo), e indicó, sin aportar mayor evidencia que: a) en referencia a los títulos de propiedad y arrendamiento, aún estaba en el proceso de investigación y recopilación de los mismos (expediente de fondo, folio 839), y b) conforme a sus investigaciones, no se comprobó que existiera la construcción de un casino en el territorio reclamado por los pueblos indígenas (expediente de fondo, folios 840 y 868).

objetivo de observar algunas de estas áreas, incluyendo algunas de las reservas naturales, y reunirse con las partes, la Comisión, y diversas autoridades y pobladores<sup>13</sup>. La misma consta en versión videográfica elaborada por el Estado. En particular, se realizaron principalmente, las siguientes actividades: a) el lunes 17 de agosto se visitó Paramaribo, donde se celebraron reuniones con diferentes autoridades y delegaciones, entre ellas la recién nombrada Ministra de Relaciones Exteriores y la Representante de la Asamblea Nacional. Asimismo, se llevaron a cabo reuniones en las que participaron, entre otros, representantes de los Pueblos Kaliña y Lokono, de las comunidades maroons, de la Comisión y del Estado; b) el martes 18 de agosto se realizó una reunión con los representantes de los Pueblos de Christiaankondre y Langamankondre y una breve visita a dichos pueblos, en donde se recibieron sus manifestaciones, luego de lo cual, la delegación recibió una bienvenida por parte de sus miembros, y c) el miércoles 19 de agosto se realizó una visita a la Reserva Natural de Galibi, se celebró un encuentro en Erowarte con representantes de seis de los pueblos indígenas, a saber, Erowarte, Tapuku, Pierrekondre, Marijkedorp (o Wan Shi Sha), Alfonsdorp y Bigiston, en donde también se recibieron una serie de manifestaciones. De igual manera, se realizaron recorridos en vehículo por algunos de aquellos pueblos indígenas, con excepción de Alfonsdorp y Bigiston, y por último, se realizó una visita al pueblo maroon de Moengotapu, a la Reserva Natural de Wane Kreek y al área de la concesión minera.

15. *Observaciones respecto de la visita y recepción de videos.* – El 8 de septiembre de 2015 se recibieron las observaciones de la Comisión y de los representantes respecto de la visita. En esa misma fecha, se recibieron los videos de la diligencia *in situ* enviados por el Estado y contenidos en seis DVDs en versiones tanto editadas como no editadas. Mediante dicha comunicación el Estado solicitó una prórroga al envío de sus observaciones respecto a la visita, la cual le fue otorgada. Dichas observaciones y algunos anexos se recibieron el 17 y 18 de septiembre de 2015, respectivamente.

16. *Prueba para mejor resolver solicitada con posterioridad a la visita.* –Durante la diligencia *in situ* la delegación de la Corte otorgó al Estado un listado de prueba para mejor resolver. Asimismo, el 25 de agosto de 2015, la Secretaría envió una comunicación reiterando y especificando dicha prueba, tanto al Estado como a los representantes<sup>14</sup>. Al respecto, el 8 de

---

<sup>13</sup> La delegación del Tribunal que efectuó la visita estuvo integrada por el Presidente de la Corte, Juez Humberto Antonio Sierra Porto; Emilia Segares, Secretaria Adjunta de la Corte; Jorge Calderón Gamboa, Abogado Coordinador de la Secretaría, y Cecilia La Hoz Barrera, Abogada de la Secretaría. Asimismo, por parte del Estado estuvieron presentes Mr. Martin Misiedjan, Agente del Estado; Robbin Mussendijk y Grasella Jozefzoon, representantes del Estado. Por la Comisión Interamericana estuvieron presentes Tracy Robinson, Comisionada, y Erick Acuña, Asesor de la Comisión. Además, estuvieron presentes por parte de los representantes el señor Fergus MacKay, el traductor Max Ooft, Loreen Jubitana, Capitán Ronald Makosi, Capitán Theo Jubitana y otros miembros de las comunidades.

<sup>14</sup> Carta de la Secretaría de la Corte Interamericana de 25 de agosto de 2015 (expediente de fondo, folio 923). Mediante esta comunicación, se solicitó como prueba para mejor resolver: a) al Estado, una lista con las comunidades maroons y la correspondiente población que se encontraría en los territorios reclamados en este caso; registros de los participantes en el encuentro que tuvo lugar el 27 de septiembre de 2013 en el que se formaron tres comisiones; registros de los participantes en el encuentro que tuvo lugar el 31 de enero y el 28 de febrero de 2003 con los Ministerios de Desarrollo Regional y de Recursos Naturales, y copias de los títulos de propiedad, de arrendamiento y de arrendamiento a largo plazo concedidos tanto a indígenas como a no indígenas en Tuinstad Albina; b) a los representantes, información concerniente al vínculo ancestral entre las culturas de Barbakoea y Koriabo con los Pueblos Kaliña y Lokono; un mapa actualizado del territorio que se reclama en el presente caso; una lista de comunidades cuyo territorio no se reclama, y la sentencia de mayo de 1998, en el caso *Celientje Martina Joeroeja- Koewie y otros v. Suriname*, así como la sentencia de mayo de 1998 en el caso *Tjang A. Sjin v. Zaalman y otros*, y c) a ambas partes, información actualizada concerniente al desarrollo que se ha producido tras la creación del Proyecto de Ley sobre Autoridades Tradicionales; el acto constitutivo de la Comisión de Diálogo de la Reserva Natural de Galibi información al respecto de las actividades en curso; una comunicación de 26 de agosto de 1978 firmada por Jr. F. C. Bubberman, Jefe del Servicio Estatal de Administración de Bosques y Mr. A. C. Cirino, presidente de KANO; los registros de los participantes en el encuentro que tuvo lugar en 1986 en Wan Shi Sha concerniente al establecimiento de la Reserva Natural de Wane Kreek, y documentación que indique el comienzo y la conclusión de las operaciones mineras en la Reserva de Wane Kreek.

septiembre de 2015, se recibieron los anexos como prueba para mejor resolver remitidos por los representantes<sup>15</sup>. El 17, 18, 22, 29 y 30 de septiembre de 2015 se recibieron los anexos como prueba para mejor resolver remitidos por el Estado<sup>16</sup>, luego de una solicitud de prórroga otorgada por el Tribunal.

17. *Observaciones a la prueba para mejor resolver posterior a la visita.* – Los días 30 de septiembre y 13 de octubre de 2015, los representantes, el Estado y la Comisión remitieron sus observaciones a la prueba para mejor resolver.

18. *Deliberación del presente caso.* – La Corte inició la deliberación de la presente Sentencia el 17 de noviembre de 2015.

### **III COMPETENCIA**

19. La Corte Interamericana es competente, en los términos del artículo 62.3 de la Convención, para conocer el presente caso, en razón de que Surinam es Estado Parte de la Convención Americana desde el 12 de noviembre de 1987 y reconoció la competencia contenciosa de la Corte ese mismo día.

### **IV PRUEBA**

#### **A. Prueba documental, testimonial y pericial**

20. La Corte recibió diversos documentos presentados como prueba por la Comisión, los representantes y el Estado, adjuntos a sus escritos principales (*supra* párrs. 2.f, 5 y 6).

---

<sup>15</sup> Carta de la Secretaría de la Corte Interamericana de 11 septiembre de 2015 (expediente de fondo, folio 978). Los representantes enviaron 10 anexos, los cuales contenían lo siguiente: a) un proyecto educativo para promover la concienciación de los derechos por la tierra bajo la ley de Surinam y el derecho internacional denominado "Wi Gon Na Wi"; b) mapas de los territorios maroons y de otras zonas indígenas ocupadas; c) la correspondencia de GazonMatodja concerniente a un proceso de diálogo en relación a los derechos de las tierras; d) una Decisión Judicial en relación una demanda interpuesta por residentes indígenas de Pierrekondre contra el Estado de Surinam y Surinam Stone & Industries N.V; e) recibos originados por gastos de representación, y f) Declaración de la familia Ajintoena en la que afirma que vive en los territorios del Pueblo Lokono en paz y buenas relaciones con las autoridades indígenas tradicionales (expediente de prueba, folios 2867 a 2920). Respecto de lo solicitado, los representantes no remitieron lo siguiente, al no contar con dicha información: a) los registros de los participantes en el encuentro que tuvo lugar en 1986 en Wan Shi Sha concerniente al establecimientos de la Reserva Natural de Wane Kreek, y b) una comunicación del 26 de agosto de 1878, firmada por Jr. F. C. Bubberman, jefe del Servicio Estatal de Administración de Bosques y Mr. A. C. Cirino, presidente de KANO (expediente de fondo, folio 945).

<sup>16</sup> Cartas de la Secretaría de la Corte Interamericana de 25 de agosto, 11 y 22 de septiembre y 5 de octubre de 2015 (expediente de fondo, folios 923, 974, 1019 y 1080). Estos anexos contenían: a) un listado con los asentamientos maroons situados en el área reclamada por los pueblos indígenas; b) resoluciones administrativas referentes a pensiones que los capitanes de los Pueblos Kaliña y Lokono recibían del Gobierno; c) documentación relativa a una serie de encuentros, realizados en 2013 y 2014 entre el Estado y representantes de los pueblos indígenas, encaminados a resolver el problema de la propiedad de las tierras; d) un documento acreditativo de pactos entre el Estado y KANO; e) en relación con la Reserva de Galibi, documentos acerca del Acto Constitutivo de la Comisión de Diálogo e información de las actividades en curso; f) en relación a la Reserva de Wane Kreek, documentación referida a un encuentro entre el Estado y representantes indígenas establecimiento de la reserva; g) informes, documentación y mapas referidos a la concesión minera de Wane Kreek, así como a la rehabilitación de la zona, y h) un mapa de Albina y otro de Tuistad Albina, así como copias de los registros de la Oficina de Dominios respecto de los títulos de "Tuinstad Albina" (expediente de prueba, folios 2925 a 3077). Respecto de lo solicitado, el Estado informó que no pudo obtener los registros de los participantes en el encuentro que tuvo lugar en 1986 en Wan Shi Sha, concerniente al establecimiento de la Reserva Natural de Wane Kreek. Sin embargo, quiso proporcionar a la Corte documentación relativa a la formación de la Reserva Natural de Wane Kreek, entre otros, informes de diferentes encuentros entre KANO, el Servicio Forestal y los jefes de las poblaciones indígenas afectadas (expediente de prueba, folio 3032).



Además, la Corte recibió las declaraciones rendidas ante fedatario público de: 1) los testigos Claudine Sakimin y Loreen Jubitana, propuestas por el Estado y los representantes, respectivamente; 2) el peritaje del experto Dr. Stuart Kirsch<sup>17</sup>, propuesto por los representantes; 3) la declaración de la presunta víctima Capitana Grace Watamaleo, propuesta por los representantes, y 4) la Corte trasladó los peritajes de Mariska Muskiet<sup>18</sup> y Magda Hoever-Venoaks<sup>19</sup>, rendidos en el caso del *Pueblo Saramaka Vs. Surinam* al presente caso. En cuanto a la prueba rendida en audiencia pública, la Corte escuchó las declaraciones de las presuntas víctimas Capitán Ricardo Pané y Capitán Jona Gunther, y de la perita Victoria Tauli-Corpuz<sup>20</sup>, propuestos por los representantes; así como el peritaje del experto Jeremie Gilbert<sup>21</sup>, propuesto por la Comisión<sup>22</sup>. Asimismo, el Tribunal recibió diversos documentos como prueba para mejor resolver con posterioridad a la celebración de la audiencia del caso, así como luego de la realización de la diligencia *in situ* (*supra* párrs. 12, 15 y 16).

## **B. Admisión de la prueba**

### **B.1 Admisión de la prueba documental**

21. En el presente caso, como en otros, la Corte admite aquellos documentos presentados por las partes y la Comisión en la debida oportunidad procesal o solicitados como prueba para mejor resolver por la Corte o su Presidencia, que no fueron controvertidos ni objetados, ni cuya autenticidad fue puesta en duda<sup>23</sup>. Los documentos solicitados por la Corte, que fueron aportados por las partes con posterioridad a la audiencia pública y a la diligencia *in situ*, son incorporados al acervo probatorio en aplicación del artículo 58 del Reglamento (*supra* párrs. 10, 12, 15 y 16).

---

<sup>17</sup> El peritaje del señor Dr. Stuart Kirsch, Profesor Asociado de Antropología de la Universidad de Michigan, versó sobre el impacto de la extracción de recursos naturales y otras actividades en el bienestar y cultura de las presuntas víctimas, así como sobre la naturaleza de las operaciones mineras en su territorio.

<sup>18</sup> El peritaje de la señora Mariska Muskiet versó sobre los derechos reales en Surinam y los recursos internos en relación con los reclamos de las tierras de comunidades indígenas y tribales. *Cfr. Caso Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Surinam*. Resolución del Presidente de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, *supra*, Considerando vigésimo primero y nota al pie 4.

<sup>19</sup> El peritaje de la señora Magda Hoever-Venoaks versó sobre el estatus legal de las disposiciones que proporcionan recursos a las partes interesadas en la Ley de Minería de Surinam y en la Ley de Gestión Forestal de Surinam, así como sobre otros recursos disponibles en el área del derecho constitucional o administrativo del Estado. *Cfr. Caso Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Surinam*. Resolución del Presidente de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, *supra*, Considerando vigésimo primero y nota al pie 4.

<sup>20</sup> El peritaje de la señora Tauli-Corpuz, Relatora Especial de Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas, versó acerca de la normativa y política internacional respecto de áreas protegidas y la conservación y utilización sostenible de la diversidad biológica en relación con los derechos de los pueblos indígenas, incluidos en el Convenio sobre Diversidad Biológica.

<sup>21</sup> El peritaje del señor Jeremie Gilbert, "Reader in Law" de la Universidad de East London, School of Law and Social Sciences, versó acerca de a) los estándares internacionales y de derecho comparado aplicables a situaciones de tensión entre el derecho a la propiedad privada de personas no indígenas y el derecho a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas, así como respecto de situaciones de real o aparente tensión entre los derechos de los pueblos indígenas y la protección ambiental, ofreciendo elementos de análisis sobre el alcance de las obligaciones estatales en el diseño e implementación de iniciativas y políticas de derecho ambiental; b) la aplicación de un modelo para analizar restricciones a derechos que toma en consideración y otorgue efectos particulares al derecho a la propiedad de los pueblos indígenas, y c) los posibles medios de compensación que un Estado tendría que activar en respuesta al resultado de su modelo de análisis de restricciones de derechos.

<sup>22</sup> Los objetos de estas declaraciones se encuentran establecidos en la Resolución de la Presidencia de 18 de diciembre de 2014 (*supra* nota 8).

<sup>23</sup> *Cfr. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo*. Sentencia de 29 de julio de 1988. Serie C No. 4, párr.140, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 5 de octubre de 2015. Serie C No. 302, párr. 31.

22. Respecto de la prueba para mejor resolver solicitada con posterioridad a la visita, los representantes objetaron el anexo 7d presentando por el Estado, el cual consistía en unas fotos de los registros de títulos de la Oficina de Dominio en Surinam, en virtud de su falta de legibilidad, y por haber sido enviada en holandés. Asimismo, el Estado señaló que el mapa referente a la población maroon en los territorios reclamados por los Pueblos Kaliña y Lokono remitido por los representantes, fue hecho de manera unilateral, por lo que no permitía tener una visión clara de la realidad. Por otro lado, el Estado controvertió el mapa entregado en la audiencia por los representantes el cual establecía el territorio reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono, debido a que la información vertida en el mismo era incorrecta. La Corte decide admitir tales documentos, tomando en consideración los elementos que han sido controvertidos respecto de los mismos (*infra* párr. 27). Asimismo, las declaraciones y *affidávits* presentados en el caso no fueron controvertidos por las partes.

### **B.2 Admisión de la prueba testimonial y pericial**

23. La Corte estima pertinente admitir las declaraciones rendidas durante la audiencia pública, ante fedatario público, y las manifestaciones ofrecidas y recogidas con motivo de la diligencia *in situ* realizada en los alegados territorios de los Pueblos Kaliña y Lokono, en cuanto se ajusten al objeto definido por el Presidente en la Resolución que ordenó recibirlos, al objeto del presente caso y de la visita efectuada, respectivamente (*supra* párrs. 14 y 20).

### **C. Valoración de la prueba**

24. Con base en su jurisprudencia constante respecto de la prueba y su apreciación<sup>24</sup>, la Corte examinará y valorará los elementos probatorios documentales remitidos por las partes y la Comisión, las declaraciones, testimonios y dictámenes periciales, así como la prueba para mejor resolver solicitada e incorporada por este Tribunal, al establecer los hechos del caso y pronunciarse sobre el fondo. Para ello se sujeta a los principios de la sana crítica, dentro del marco normativo correspondiente, teniendo en cuenta el conjunto del acervo probatorio y lo alegado en la causa<sup>25</sup>.

25. Asimismo, conforme a la jurisprudencia de este Tribunal, las declaraciones rendidas por las presuntas víctimas no pueden ser valoradas aisladamente sino dentro del conjunto de las pruebas del proceso, en la medida en que pueden proporcionar mayor información sobre las presuntas violaciones y sus consecuencias<sup>26</sup>.

26. En relación con la diligencia *in situ* (*supra* párr. 14), encaminada a obtener información adicional acerca de la situación de las presuntas víctimas y lugares en que habrían ocurrido algunos de los hechos alegados en el presente caso; las manifestaciones, documentos, así como la información recibidas, serán valorados en consideración de las circunstancias particulares en la que fueron producidos<sup>27</sup>. Al respecto, la Corte incorporó al expediente del

---

<sup>24</sup> Cfr. Caso de la "Panel Blanca" (*Paniagua Morales y otros*) Vs. Guatemala. Fondo. Sentencia de 8 de marzo de 1998. Serie C No. 37, párrs. 69 a 76, y Caso López Lone y otros, *supra*, párr. 40.

<sup>25</sup> Cfr. Caso de la "Panel Blanca" (*Paniagua Morales y otros*) Vs. Guatemala. Fondo, *supra*, párr. 76, y Caso López Lone y otros, *supra*, párr. 40.

<sup>26</sup> Cfr. Caso Loayza Tamayo Vs. Perú. Fondo. Sentencia de 17 de septiembre de 1997. Serie C No. 33, párr. 43, y Caso López Lone y otros, *supra*, párr. 41.

<sup>27</sup> Cfr. Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y Reparaciones. Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245, párr. 49, y Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros Vs. Honduras. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 8 de octubre de 2015. Serie C No. 304, párr. 79.

caso el video que contiene las imágenes recabadas por el Estado durante la diligencia *in situ* y lo transmitió a las partes.

27. La Corte toma nota que Surinam envió copias fotográficas del registro de títulos de la Oficina de Dominios ("*Domains Office*"), en holandés (*supra* párr. 22), prueba que ha sido controvertida por los representantes. Respecto de ello, la Corte resalta que de dicha información solo se puede derivar, en algunos casos, los nombres de los que ostentan dichos títulos, así como su ubicación en el proyecto de parcelación de Tuinstad Albina<sup>28</sup>. En este sentido, la Corte analizará esta información siempre y cuando pueda establecer claramente su utilidad. Asimismo, esta información, así como toda la documentación remitida como prueba para mejor resolver junto con las observaciones de las partes a la visita, será analizada por la Corte de acuerdo con las reglas de la sana crítica y en tanto complementen los objetivos particulares de la misma<sup>29</sup>.

## V HECHOS

28. En este capítulo se establecerán los hechos del presente caso, con base en el marco fáctico sometido a conocimiento de la Corte por la Comisión, tomando en consideración el acervo probatorio del caso, así como lo alegado por los representantes y el Estado. De esta forma, los mismos serán expuestos en los siguientes apartados: 1) los Pueblos Kaliña y Lokono; 2) asentamientos maroons en el territorio reclamado como ancestral por los Pueblos Kaliña y Lokono; 3) los pueblos indígenas de acuerdo con el ordenamiento jurídico de Surinam; 4) acciones realizadas por los pueblos indígenas para el reconocimiento de sus derechos; 5) establecimiento de las reservas naturales, y 6) proyecto de parcelación urbano denominado "Tuinstad Albina" ("Garden City Albina"). Los hechos ocurridos con anterioridad a la fecha de ratificación de la competencia contenciosa de la Corte por parte de Surinam (12 de noviembre de 1987) únicamente se aluden como parte de los antecedentes del caso sometido a la Corte.

### A. Los Pueblos Kaliña y Lokono

29. La zona del río Bajo Marowijne, ubicado en el extremo noreste de Surinam, que a su vez funge como límite fronterizo con la Guyana Francesa, ha sido territorio de uso y ocupación ancestral de pueblos indígenas, particularmente, de los Pueblos Kaliña y Lokono<sup>30</sup>. Los Pueblos Kaliña y Lokono, son dos de los cuatro pueblos indígenas con mayor población de Surinam, y son conocidos como los "Pueblos del Bajo Marowijne"<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> La Corte solicitó el envío de información respecto de la titulación de tierras a favor de terceros en tres oportunidades (*infra*, párr. 264). Finalmente, el Estado la proporcionó en holandés y de manera poco clara, precisa, e ininteligible, ya que envió las copias de los registros escritos a mano de la Oficina de Dominios ("*Domains Office*"), a través de imágenes fotográficas, muchas de las cuales no pudieron ser observadas con claridad por la calidad de la imagen. Asimismo, algunas de ellas sólo permitieron identificar el nombre del titular y la ubicación del predio dentro del proyecto de Tuinstad Albina. De igual manera, del mapa enviado por el Estado respecto de dicho proyecto, cuya numeración está referida en los registros de títulos, parecería que existen 73 divisiones de tierras derivadas de la parcelación efectuada (expediente de prueba, anexos 7b, 7c y 7d, folios 3078 a 3230).

<sup>29</sup> *Cfr. Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 80.

<sup>30</sup> *Cfr. The historical use and occupation by Indigenous Peoples and communities of the Lower Marowijne River region of Surinam*, de 25 de junio de 2006, elaborado por Caroline de Jong (expediente de prueba, folio 5); *Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono: A Surinamse case study in the context of article 10(c) of the Convention on Biological Diversity*, de 17 de febrero de 2006, elaborado por Henry Zaalman, Georgette Kumanajare, Louis Biswane, Grace Watamaleo, Michael Barend, Sylvia Oeloekanamoe, Steven Majarawai, Harold Galgren, Ellen-Rose Kambel y Caroline de Jong (expediente de prueba, folio 40), y *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 448).

<sup>31</sup> *Cfr. IWGIA, The Indigenous World 2012: Surinam* (expediente de prueba, folio 13).

30. Los pueblos Kaliña y Lokono están integrados por ocho aldeas que forman parte de este caso, de las cuales seis son Kaliña y dos son Lokono. Las aldeas del pueblo Kaliña son Christiaankondre, Langamankondre, Pierrekondre, Bigiston, Erowarte y Tapuku. Mientras que las dos aldeas del pueblo Lokono son Marijkedorp (o Wan Shi Sha) y Alfonsdorp<sup>32</sup>. De acuerdo con los relatos orales de los ancianos, los Kaliña habitaban principalmente a lo largo de la costa y al margen del río Marowijne, mientras que los Lokono tendían a establecer sus aldeas en el interior, a lo largo de los arroyos<sup>33</sup>. Los representantes señalan que el territorio ancestral de los Pueblos Kaliña y Lokono tendría una extensión de aproximadamente 133,945 hectáreas (en adelante ha).

31. En cuanto a la población, de acuerdo con sus registros internos, en 2005 las ocho comunidades estaban conformadas por aproximadamente 2,026 personas, distribuidas de la siguiente manera: 800 personas entre Christiaankondre y Langamankondre; 125 en Erowarte; 129 en Tapuku; 150 en Pierrekondre; 287 en Marijkedorp (Wan Shi Sha); 285 en Alfonsdorp, y 250 en Bigiston<sup>34</sup>. Por otra parte, de acuerdo con la Dirección General de Estadísticas de Surinam, para el año 2015 en la región Bajo Marowijne habitaban 1,673 indígenas, distribuidos principalmente entre el sub-distrito (*ressorten*) de Galibi, donde viven 677 indígenas, y Albina, con 915<sup>35</sup>.

32. Las principales actividades de subsistencia de los Pueblos Kaliña y Lokono son la agricultura<sup>36</sup>, la pesca<sup>37</sup>, la caza<sup>38</sup> y la recolección de productos no maderables del bosque, como frutas<sup>39</sup>.

33. Asimismo, los Pueblos Kaliña y Lokono de la región Bajo Marowijne son pueblos que tienen una relación especial, tanto material como espiritual, con sus territorios y recursos naturales. Para ellos, todos los animales, plantas, peces, piedras, arroyos y ríos son seres vivos interconectados entre sí que cuentan con espíritus protectores<sup>40</sup>.

---

<sup>32</sup> Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 40), y The historical use and occupation by Indigenous Peoples and communities of the Lower Marowijne River region of Surinam, *supra* (expediente de prueba, folio 5).

<sup>33</sup> Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 40).

<sup>34</sup> Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 40).

<sup>35</sup> Cfr. Observaciones Finales Escritas del Estado de 2 de marzo de 2015 (expediente de fondo, folio 583).

<sup>36</sup> Al respecto se destaca que lo siguiente: i) el principal producto de cultivo es la tapioca; ii) tanto los hombres como las mujeres participan de la actividad, y iii) cada comunidad tiene una zona común para la agricultura donde cada residente puede realizar su cultivo propio. Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folios 74, 81 y 82).

<sup>37</sup> Al respecto se destaca lo siguiente: i) en promedio los habitantes de las comunidades realizan actividades de pesca de tres a cuatro veces por semana; ii) el pescado se atrapa para consumo personal y comercial, y iii) tanto hombres como mujeres participan de las actividades. Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 92).

<sup>38</sup> Al respecto se destaca lo siguiente: i) ancestralmente la caza era una de las principales actividades de subsistencia pero en la actualidad no es tan frecuente; ii) aunque cada comunidad tiene su propio territorio paracazar, los indígenas tienen la libertad para cazar donde deseen, y iii) tradicionalmente se utilizaban el arco y la flecha, pero en la actualidad casi todos los cazadores utilizan rifles. Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folios 84, 87 - 89).

<sup>39</sup> Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 100).

<sup>40</sup> Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 128).

34. Sobre esta relación espiritual, se destaca que con motivo de su cosmovisión, los propios indígenas restringen el ingreso a ciertos territorios, la tala de determinados árboles, como los takini, kumaka, uremari y kwasini<sup>41</sup>, y la captura o caza de algunos animales y peces, como las boas constrictoras, manatíes, delfines y tortugas<sup>42</sup>. Además, cuentan con dos reglas generales que guían el uso y extracción de recursos naturales, a saber: i) no cazar o talar especímenes jóvenes, y ii) usar únicamente lo que se necesita<sup>43</sup>.

35. Los pueblos indígenas de la zona tienen una fuerte relación espiritual con el Río Marowijne, el cual es un elemento fundamental en su identidad cultural y tradiciones, por lo que estiman que pertenecen a este lugar de la misma forma que este les pertenece a ellos. Asimismo, los Pueblos Kaliña y Lokono cuidan sus tierras no solo porque ellos y sus futuras generaciones necesitan un lugar donde vivir, sino que la cultura y costumbres que les han inculcado sus ancestros se fundamentan en un profundo respeto por el medioambiente, que incluye tanto los seres vivos como los objetos inanimados<sup>44</sup>.

36. De esta forma, para los Pueblos Kaliña y Lokono es de vital importancia mantener el balance entre los seres humanos y la naturaleza, y dicha tarea es responsabilidad de los chamanes, conocidos como *piay* o *semechichi*. De acuerdo con su cosmovisión, a través de los guardianes o espíritus guía, conocidos como *jakoewa*, el *piay* es capaz de descubrir si alguien ha alterado incorrectamente el balance entre los seres humanos y la naturaleza<sup>45</sup>.

37. Dentro del territorio ancestral de los Pueblos Kaliña y Lokono existen ciertas zonas que son consideradas como sitios sagrados o espirituales, a las cuales los propios indígenas restringen su ingreso con fundamento en su cosmovisión. En las zonas cercanas a Galibi y el río Marowijne se destacan las siguientes: Kumakande; Korotoko yume; Sek´seki sabana; Alakoeserie bate; Masjipe Itjoeloe, y Kanawa. En las cercanías de Alfonsdorp y Wane Kreek se destacan las siguientes: Dede Betre; Balakaiman, y Awaradaja. Finalmente, en la zona de Bigiston se destacan Jorka-creek y Zwampoe<sup>46</sup>.

38. Las ocho comunidades indígenas de la región del Bajo Marowijne tienen sus propias autoridades, que consisten en un capitán o jefe de la aldea, conocido como *yopoto* o *wakorokoro*, y en promedio dos asistentes, conocidos como *basyas* o *yopoto petjore*. Tradicionalmente, las autoridades tienen la responsabilidad de establecer la paz y el orden en la comunidad y de representarla en asuntos relacionados con el gobierno y terceros ajenos a la

---

<sup>41</sup> Se dice que estos árboles albergan espíritus malignos que lastimaran a la persona que los corte, aunque particularmente el takini es utilizado por los *piays* (chamanes) para sus rituales. Por esto no se cosecha alrededor de ellos ni se les corta. *Cfr.* Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 133).

<sup>42</sup> Se dice que el espíritu de la boa atormentará a la persona que la mató y eliminará a toda su familia, y que el abuelo de las tortugas marinas, considerado como el guardián del mar, se enfadará y enfermará a la persona que mató a la tortuga y a toda su familia. Por otra parte, se dice que los delfines y manatíes fueron seres humanos en el pasado y que cuidan y ayudan a las personas que caen en el agua. *Cfr.* Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folios 131 y 132).

<sup>43</sup> *Cfr.* Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 128).

<sup>44</sup> *Cfr.* Affidavit de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 444 y 448).

<sup>45</sup> *Cfr.* Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 128).

<sup>46</sup> *Cfr.* Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folios 135 - 137).

comunidad. Por sus funciones, el Estado les proporciona una remuneración económica mensual<sup>47</sup>.

39. Por otra parte, como fue constatado anteriormente por este Tribunal en el *Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Surinam*, el conflicto interno en Surinam iniciado en 1986 tuvo un especial impacto en la zona oriental del país, en la cual se encuentra ubicado el territorio reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono. La fuerza armada conocida como el *Jungle Command* ("Comando de la Jungla"), dirigida por maroons y opositora al régimen militar, tenía su base en la Isla Stoelmans, en el río Marowijne, por lo que la mayoría de combates ocurrieron en ese enclave. Durante el período comprendido entre 1986 y 1987, aproximadamente 15,000 personas huyeron de la zona de combate a la ciudad capital, Paramaribo, y otras 8,500 escaparon a la Guyana Francesa, de los cuales aproximadamente 1,000 eran indígenas<sup>48</sup>. De esta forma, los sucesos acaecidos entre 1986 y 1992 tuvieron un impacto directo en la vida de los Pueblos Kaliña y Lokono en la región, ya que se dio la destrucción, quema y saqueo de casas, escuelas, clínicas y oficinas estatales. No obstante, el Acuerdo de Paz de Lelydorp de 1992, que puso fin al conflicto, tuvo como consecuencia que muchos de los antiguos habitantes regresaran a la zona de Albina, así como nuevos residentes y un aumento de turistas en la región<sup>49</sup>.

## **B. Asentamientos maroons en el territorio reclamado como ancestral por los Pueblos Kaliña y Lokono**

40. Al momento de presentar sus alegatos finales escritos, el Estado informó a la Corte que en el territorio que reclamaban los Pueblos Kaliña y Lokono en el presente caso habitan también comunidades maroons<sup>50</sup>. En este sentido, durante la diligencia *in situ* la Corte constató que el territorio que es reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono limita en distintas zonas con asentamientos de la tribu N'djuka maroon<sup>51</sup>. Al respecto, en el *Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Surinam*, la Corte observó que las tierras tradicionales de los N'djuka maroons se extienden a lo largo de los ríos Tapanahoni y Cottica<sup>52</sup>.

41. Sobre lo anterior, el Estado señaló, durante la diligencia *in situ* y en sus observaciones escritas al respecto, que en el área reclamada por los Pueblos Kaliña y Lokono se encontraban maroons que habitaban en los siguientes asentamientos: 1) Albina; 2) Papatam; 3) Mankele Kampu; 4) Maria Kondre; 5) Eduard Kondre; 6) Bamboesie; 7) Onikai Kondre; 8) Manja Bong; 9) Kronto Kondre; 10) Boni Kondre o Baa Joebe kampoe; 11) Moengo Tapu; 12) Adjuma Kondre; 13) Nengre Kriki; 14) Bilo Kondre; 15) Akoloikondre; 16) Baajoebkampu; 17) Solegakampu, y 18) Brunswijkkampu. Asimismo, indicó que existen más asentamientos

---

<sup>47</sup> Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 45).

<sup>48</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia 15 de junio de 2005. Serie C No. 124, párrs. 86.12 a 86.13.

<sup>49</sup> Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 44), y *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 445).

<sup>50</sup> De acuerdo con la información aportada por el Estado en sus alegatos finales escritos, en el Distrito de Marowijne habitan aproximadamente 13,103 maroons (expediente de fondo, folio 582).

<sup>51</sup> Cfr. Manifestaciones de 17 de agosto de 2015 rendidas durante la diligencia *in situ* por parte del señor M. Misindjan, Presidente de la Comisión de Derechos Territoriales y agente del Estado en el presente caso, del señor Mi T. Sondrejo, Comisionado de Distrito de Marowijne, y del señor Fergus MacKay, representantes de las presuntas víctimas (expediente de fondo, folio 973).

<sup>52</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Moiwana, supra*, párr. 86.4.

maroons en el territorio reclamado, pero que no pudieron ser señalados porque el mapa aportado por los representantes durante la audiencia pública era impreciso.

42. En relación con lo anterior, los representantes manifestaron en sus observaciones escritas a la diligencia *in situ* que el territorio que se encontraba al sur del río Anjoemara Creek y al norte del río Aloemada Creek<sup>53</sup>, no formaba parte del reclamo del presente caso. En este sentido, los representantes señalaron una lista de los asentamientos relevantes que se encontraban dentro de los límites indicados, y que en consecuencia no formaban parte del territorio sobre el cual los Pueblos Kaliña y Lokono alegaban derecho a la propiedad ancestral, a saber: 1) Albina; 2) Papatam; 3) Mankilikampoe; 4) Mariakondre; 5) Eduardkondre; 6) Akoloikondre; 7) Bamboesi y 8) Koni. Asimismo, indicaron que en las cercanías de la comunidad Lokono de Alfonsdorp se ubicaban los asentamientos maroons de 9) Mongo Tapu y 10) Adjoemakondre, sin embargo estos asentamientos se encontraban fuera del territorio ancestral indígena reclamado<sup>54</sup>.

43. Por otra parte, los representantes realizaron precisiones sobre varias familias de maroons que habitaban en los territorios de la comunidad Lokono de Alfonsdorp; sobre un asentamiento maroon denominado 11) Bilokondre, que se encontraba entre las comunidades de Marijkedorp (Wan Shi Sha) y Pierrekondre, y sobre los asentamientos maroons de 12) Krontokondre, 13) Soke, 14) Pakirakondre y 15) Mopikondre que se ubicaban en la comunidad Kaliña de Bigiston.

44. Respecto de la comunidad Lokono de Alfonsdorp, los representantes manifestaron que dentro del territorio reclamado habitaban una familia de maroons que contaba con el permiso del Capitán de Alfonsdorp y tres familias de maroons que no contaban con la autorización de dicho Capitán.

45. En cuanto a las comunidades de Pierrekondre y Marijkedorp (Wan Shi Sha), particularmente en el área conocida como Tuinstad Albina (*infra* párrs. 96 a 99), se encontraba un asentamiento maroon denominado Bilokondre<sup>55</sup>. Al respecto, los Capitanes de Marijkedorp (Wan Shi Sha) y Pierrekondre aclararon que no se oponían a que el asentamiento maroon de Bilokondre permaneciera en la zona en que se encuentra en la actualidad<sup>56</sup>.

46. Por otra parte, sobre la comunidad Kaliña de Bigiston, la Corte toma nota de lo señalado por los representantes en cuanto a que en dicha comunidad y sus alrededores existen varios asentamientos maroons, a saber: Krontokondre, Soke, Pakirakondre y Mopikondre. Al respecto, de acuerdo con el señor Marchiano Aroepa, Asistente del Capitán Kaliña de Bigiston, dichos grupos han convivido en armonía con los Kaliña de Bigiston por largo tiempo, bajo la autoridad del Capitán de Bigiston. En este sentido, el señor Marchiano Aroepa señaló que un eventual reconocimiento del derecho a la propiedad ancestral de la comunidad

---

<sup>53</sup> El río Anjoemara Creek establece la división entre la comunidad de Marijkedorp (Wan Shi Sha) y la ciudad de Albina. Por otra parte, el río Aloemada Creek establece el límite a partir del cual inicia la comunidad Kaliña de Bigiston. *Cfr.* Escrito de los representantes de 8 de septiembre de 2015, párr. 19 (expediente de fondo, folio 953).

<sup>54</sup> Asimismo, los representantes indicaron que las casas que fueron construidas en la comunidad de Alfonsdorp para los sobrevivientes de la Masacre de Moiwana se encontraban habitadas de forma esporádica, sin especificar por quien, y que la comunidad maroon N'djuka de Moiwana se encontraba fuera del territorio reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono. *Cfr.* Escrito de los representantes de 8 de septiembre de 2015, párrs. 14, 15 y 19 (expediente de fondo, folios 951 - 954).

<sup>55</sup> *Cfr.* Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte del señor Jona Gunther, Capitán de Erowarte (expediente de fondo, folio 973).

<sup>56</sup> *Cfr.* Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de la señora Grace Watamaleo, Capitana de Marijkedorp (Wan Shi Sha) (expediente de fondo, folio 973), y Escrito de los representantes de 8 de septiembre de 2015 (expediente de fondo, folio 954).

indígena de Bigiston sobre el territorio reclamado no afectaría la relación armoniosa que sostienen con dichos asentamientos maroons<sup>57</sup>. Sin embargo, de acuerdo con el Estado, estas aldeas maroons cuentan con sus propias autoridades tradicionales. Por otra parte, la Corte observa que en una carta dirigida al líder maroon de Krontokondre, Da Gazon Matodja, Paramount Chief (Gaaman) de los N'djuka maroons se refirió a conflictos que los maroons habían tenido con los indígenas en 2009, y señaló que el territorio en cuestión era propiedad de los indígenas<sup>58</sup>. En vista de ello, la Corte carece de elementos probatorios para determinar la situación de los asentamientos maroons en Bigiston.

47. Sobre la base de lo anterior, la Corte constata que quedarían excluidos del reclamo los territorios que se encuentran al sur del río Anjoemara Creek y al norte del río Aloemada Creek, así como tampoco se incluyen en el reclamo los territorios en los que se ubican los siguientes asentamientos maroons: 1) Albina; 2) Papatam; 3) Mankelekampu; 4) Mariakondre; 5) Eduardkondre; 6) Akoloikondre; 7) Bamboesi; 8) Koni; 9) Moengotapu, y 10) Adjoemakondre.

48. Asimismo, la Corte carece de información suficiente que le permita aclarar los argumentos relacionados con diversos asentamientos maroons. En cuanto a los asentamientos maroons de 1) Bilokondre, que se encuentra ubicado entre las comunidades de Pierrekondre y Marijkedorp (Wan Shi Sha); 2) Krontokondre; 3) Soke, 4) Pakirakondre, y 5) Mopikondre, que se encuentran ubicados en las cercanías de la comunidad Kaliña de Bigiston, la Corte observa que lo señalado por los representantes no esclarece si los Pueblos Kaliña y Lokono reclaman derechos a la propiedad indígena ancestral sobre los territorios en los cuales se encuentran dichos asentamientos maroons, a la vez que los asentamientos de Soke, Pakirakondre y Mopikondre no fueron señalados por el Estado.

49. Por otra parte, los asentamientos maroons de: 1) Onikaikondre; 2) Manjabong; 3) Bonikondre o Baajoebekampu; 4) Nengrekriki; 5) Solegakampu y 6) Brunswijkkamp fueron señalados por el Estado pero los representantes no se refirieron respecto de ellos, por lo cual la Corte carece de certeza sobre su ubicación y si los territorios en los cuales se encuentran dichos asentamientos maroons comprenden el reclamo de los Pueblos Kaliña y Lokono.

### **C. Los pueblos indígenas de acuerdo con el ordenamiento jurídico de Surinam**

50. Es un hecho no controvertido que el ordenamiento interno de Surinam no reconoce la posibilidad de que los pueblos indígenas se constituyan como personas jurídicas, y en consecuencia carecen de capacidad para ostentar títulos de propiedad colectivos. En este sentido, durante la audiencia pública del presente caso, el Estado manifestó que "en la legislación de Surinam se le otorga [la personalidad jurídica] únicamente a las personas naturales y legales, y no [...] a los pueblos indígenas y tribales". Lo anterior fue reafirmado por los representantes indígenas de la Asamblea Nacional de Surinam durante las diligencias *in situ* realizadas en presente caso.

51. Además, se constata que mediante el Acuerdo de Paz de Lelydorp de 1992 el Estado se comprometió a crear mecanismos legales para proveer protecciones para las tierras de los pueblos indígenas y tribales. En este sentido, el artículo 10 del referido Acuerdo establecía, entre otros, que "[e]l Gobierno procurará la creación de normativa interna, mediante la cual los ciudadanos que habiten en asentamientos con características tribales podrán asegurar un

---

<sup>57</sup> Cfr. Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte del señor Marchiano Aroepa, Asistente del Capitán de Bigiston, (expediente de fondo, folio 973), y Escrito de los representantes de 8 de septiembre de 2015 (expediente de fondo, folio 954).

<sup>58</sup> Cfr. Carta de Da Gazon Matodja, Paramount Chief (Gaaman) de los N'djuka maroons, de 9 de abril de 2009 (expediente de prueba, folio 2884).



título de propiedad legítimo en sus áreas de residencia. 2. La demarcación y extensión de las áreas residenciales respectivas [...] serán determinadas sobre la base de un estudio ejecutado al respecto por el Consejo de Desarrollo Interior". Sin embargo, el Estado no ha adoptado ninguna medida para dar efecto a esta disposición<sup>59</sup>.

52. Dicha situación fue previamente analizada por la Corte en el caso de la *Comunidad Moiwana Vs. Surinam*, en el cual estableció como hecho probado que "[a] pesar de que a los miembros individuales de las comunidades indígenas y tribales se les reconoce como personas en la Constitución de Surinam, el ordenamiento jurídico del Estado no reconoce tales comunidades como entidades jurídicas. Igualmente, la legislación nacional no establece derechos colectivos a la propiedad"<sup>60</sup>.

53. Asimismo, en el caso del *Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, la Corte concluyó que "el marco legal del Estado meramente le otorga a los integrantes del *Pueblo Saramaka* un privilegio para usar la tierra, el cual no le garantiza el derecho de controlar efectivamente y ser propietarios de su territorio sin ningún tipo de interferencia externa"<sup>61</sup>.

54. Por otra parte el 27 de septiembre de 2013 se realizó una reunión entre autoridades estatales y representantes de comunidades indígenas y maroons en la cual se constituyeron tres comités relacionados con el desarrollo de legislación sobre autoridades tradicionales, campañas de concientización y consulta previa e informada.

55. El 6 de enero de 2014 el Estado contrató un equipo de consultores para que elaborara un borrador de proyecto de ley sobre autoridades tradicionales<sup>62</sup>. El proyecto de 3 de junio de 2014 denominado "*Draft Bill on Traditional Authorities*" estableció, entre otros, que un Ministro encargado de los asuntos relacionados con autoridades tradicionales nombraría a un grupo de dignatarios que servirían como intermediarios entre el Gobierno y las comunidades indígenas y/o maroons y serían responsables de mantener la paz y el orden en las comunidades, para lo cual cumplirían con una jornada laboral y serían remunerados por el Estado<sup>63</sup>. Cabe señalar que, la Corte constató que dicho proyecto no contemplaba a los pueblos indígenas y tribales como personas jurídicas o derechos respecto de tierras, recursos y territorios comunales.

56. Asimismo, en una comunicación del señor Martin Misiedjan, Presidente de la Comisión de Derechos Territoriales y agente del Estado para el presente caso, dirigida a comunidades indígenas y maroons, se señaló que el borrador del proyecto de ley fue elaborado sin la contribución de comunidades indígenas y maroons, por lo cual los invitó a una reunión para realizar la discusión del borrador<sup>64</sup>. No obstante, la Corte carece de información sobre a quién iba dirigida la invitación, si dicha reunión fue efectuada y los resultados de la misma.

57. Por otra parte, la Corte toma nota de que el 1 de octubre de 2014, el señor Martin Misiedjan le dirigió una comunicación al Director Ejecutivo de "*Conservation International*

---

<sup>59</sup> El artículo 10 (el derecho a la tierra) del Acuerdo de Lelydorp. *Cfr. Affidavit* de Loreen Jubitana de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 431 y 432).

<sup>60</sup> *Caso de la Comunidad Moiwana, supra*, párr. 86.5.

<sup>61</sup> *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2007. Serie C No. 172, párr. 115.

<sup>62</sup> *Cfr. Affidavit* de Loreen Jubitana de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 433), y Contrato por servicios profesionales de 6 de enero de 2014 (expediente de prueba, folio 2997).

<sup>63</sup> *Cfr. Artículos 1, 2, 5, 7 y 8, Draft Bill on Traditional Authorities*, de 3 junio de 2014 (expediente de fondo, folios 848 a 850).

<sup>64</sup> *Cfr. Comunicación* de 30 de julio de 2014, Ref.: 038-14/KB/BG (expediente de prueba, folio 3000).

Surinam” en la cual le solicitó financiamiento para realizar futuras reuniones con las comunidades indígenas y maroons respecto del borrador de proyecto de ley<sup>65</sup>. Sin embargo, la Corte carece de información adicional sobre la solicitud realizada.

#### **D. Acciones realizadas por los pueblos indígenas para el reconocimiento de sus derechos**

58. En el siguiente apartado la Corte se referirá a distintas protestas sociales, peticiones administrativas y procedimientos judiciales relacionados con el territorio reclamado en el presente caso, realizados por los Pueblos Kaliña y Lokono para exigir ante las autoridades estatales el reconocimiento de sus derechos en la legislación y práctica interna.

##### **D.1 Acciones realizadas con anterioridad al reconocimiento de la competencia de la Corte (12 de noviembre de 1987)**

59. Las acciones realizadas por los Pueblos Kaliña y Lokono para alcanzar el reconocimiento de sus derechos iniciaron con anterioridad a la independencia del Estado de Surinam, alcanzada el 25 de noviembre de 1975. En 1972 presentaron diversas peticiones a la Comisión de Independencia, en las que denunciaban, entre otros, que la clasificación de territorios indígenas bajo el dominio estatal era injusta<sup>66</sup>.

60. Entre 1975 y 1976 interpusieron tres casos ante tribunales internos para reclamar sus derechos a tierras ancestrales, los cuales fueron desestimados aduciendo falta de base jurídica<sup>67</sup>.

61. En 1976 los Pueblos Kaliña y Lokono participaron en una marcha de 142 kilómetros, de Albina a Paramaribo, para protestar en contra de las violaciones a sus derechos territoriales por la creación de la Reserva Natural Galibi en 1969, así como la sub-división y parcelación de las aldeas de Erowarte, Marijkedorp (Wan Shi Sha), Tapuku y Pierrekondre. La respuesta estatal al respecto fue que los indígenas no tenían derechos territoriales y, por lo tanto, no cabía objeción alguna<sup>68</sup>. También en 1978, los Pueblos Kaliña y Lokono, junto a otros indígenas y maroons, adoptaron la Declaración de Santigrón en la cual reclamaban participar en los planes y reconocimiento de los derechos de propiedad de su territorio<sup>69</sup>.

##### **D.2 Acciones realizadas con posterioridad al reconocimiento de la competencia de la Corte (12 de noviembre de 1987)**

62. Con motivo de la finalización del conflicto interno en Surinam, ocurrido en 1992 mediante el Acuerdo de Paz de Lelydorp, los Pueblos Kaliña y Lokono comenzaron a retornar a sus territorios y a reconstruir sus comunidades. Paralelamente, intentaron recuperar los territorios que habían sido otorgados por el Estado a terceros. En dicho contexto, el señor Tjan A. Sjin, propietario de una casa vacacional ubicada en la comunidad de Marijkedorp (Wan Shi

---

<sup>65</sup> Cfr. Comunicación de 1 de octubre de 2014, Ref.: 057/14/KB/BG (expediente de prueba, folios 3001 y 3002).

<sup>66</sup> Cfr. *Affidavit* de Loreen Jubitana de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 431).

<sup>67</sup> A saber: *Caso No. 165, Asociación de Pueblos Indígenas Vs. Surinam*, 17 de marzo de 1975; *Asociación de Pueblos Indígenas Vs. Surinam*, A.R. No. 754180, 26 de septiembre de 1975; y *Asociación de Pueblos Indígenas Vs. Surinam*, A.R. No. 753160, 13 de enero de 1976. Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 445).

<sup>68</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 445); *Affidavit* de Loreen Jubitana de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 431).

<sup>69</sup> Cfr. *Affidavit* de Loreen Jubitana de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 428).

Sha), denunció en sede interna al Capitán Lokono Erick Zaalman en virtud de que este último y los habitantes de la comunidad le impedían al señor Tjan A. Sjin la reconstrucción de su casa, que había sido destruida durante el conflicto interno. Dicho caso fue conocido como *Tjang A Sjin v. Zaalman y otros*<sup>70</sup>.

63. Al respecto, en 1998, en protesta por la denuncia interpuesta contra el Capitán Zaalman, miembros de los pueblos Kaliña y Lokono en compañía de indígenas de otras zonas de Surinam realizaron una vigilia por varios días frente a la Suprema Corte de Justicia de Surinam en Paramaribo<sup>71</sup>. Sin embargo, la sentencia de 21 de mayo de 1998 emitida por la Corte Cantonal del Primer Cantón de Paramaribo, estableció que la comunidad indígena debía respetar el derecho de propiedad del señor Tjan A. Sjin, ya que éste era el propietario legítimo del terreno, de acuerdo con el título de propiedad emitido a tal efecto. Este proceso judicial interno fue referido por esta Corte en el caso del *Pueblo Saramaka Vs. Surinam*<sup>72</sup>.

64. El 24 de diciembre de 2002 los habitantes de la comunidad de Pierrekondre denunciaron al Estado con la intención de que el juez revocara una concesión minera de arena que había sido otorgada sobre un territorio en el cual los habitantes de la comunidad indígena tenían una licencia para tala de árboles. Dicho caso fue conocido como *Celientje Martina Joeroeja-Koewie y otros v. Surinam & Surinam Stone & Industries N.V.* La defensa del Estado señaló que el argumento de los habitantes de la comunidad habían habitado el territorio en disputa por siglos era groseramente exagerado, a la vez que la legislación interna no contemplaba el reconocimiento de territorios ancestrales, y que el área de habitación de los peticionarios no se encontraba demarcada. El 24 de julio de 2003 la Corte Cantonal del Primer Cantón de Paramaribo emitió sentencia mediante la cual denegó la demanda en virtud de que los miembros de la comunidad indígena carecían de capacidad legal como entidad colectiva, y por ello carecían de competencia para requerir la revocación de la concesión minera<sup>73</sup>.

65. Por otra parte, los días 31 de enero de 2003, 22 de marzo de 2004 y 25 de septiembre de 2005 los Capitanes de los pueblos Kaliña y Lokono presentaron peticiones formales ante el Presidente de Surinam, el señor Ronald Venetiaan, sobre la base de lo establecido en el artículo 22 de la Constitución Política de 1987<sup>74</sup>. En dichas comunicaciones, los Capitanes solicitaron el reconocimiento de los derechos a sus territorios ancestrales; manifestaron que el ordenamiento interno surinamés no contemplaba el reconocimiento de su personalidad jurídica ni la obligación de consulta en virtud de situaciones que afecten sus territorios y cultura, e impugnaron la creación de tres reservas naturales y el otorgamiento de concesiones mineras y de extracción maderera en su territorio ancestral<sup>75</sup>. Dichas peticiones no obtuvieron respuesta por parte del Estado<sup>76</sup>.

---

<sup>70</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 445 y 446).

<sup>71</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 446) y *Affidavit* de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 350).

<sup>72</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 180; *Affidavit* de Mariska Muskiet de 3[0] de abril de 2007 (expediente de fondo, folio 455), y *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 446).

<sup>73</sup> Cfr. Sentencia de 24 de julio de 2003 emitida por la Corte Cantonal del Primer Cantón de Paramaribo en el caso *Celientje Martina Joeroeja-Koewie y otros v. Surinam & Surinam Stone & Industries N.V.* (expediente de prueba, folios 2900 a 2903), y *Affidavit* de Mariska Muskiet de 30 de abril de 2007 (expediente de fondo, folios 452 y 453).

<sup>74</sup> El artículo 22 de la Constitución Política de 1987 establece lo siguiente: "1. Todas las personas tienen el derecho a someter peticiones escritas a las autoridades competentes. 2. La ley regulará el procedimiento respectivo" (expediente de prueba, folio 294).

<sup>75</sup> Cfr. Escrito de 31 de enero de 2003 y 22 de marzo de 2004 (expediente de prueba, folios 402 a 407).

<sup>76</sup> Cfr. Comunicación de 7 de octubre de 2007 (expediente de prueba, folio 332).

66. El 31 de enero y 28 de febrero de 2003 se llevaron a cabo reuniones con los Ministros de Desarrollo Regional y Recursos Naturales en las cuales se discutieron las preocupaciones de los Pueblos Kaliña y Lokono pero no se alcanzaron acuerdos concretos<sup>77</sup>.

67. En diciembre de 2004 la organización CLIM, en representación de los Pueblos Kaliña y Lokono, presentó una comunicación a la Oficina de Tierras Estatales en la cual solicitó la suspensión de la entrega de títulos en la zona denominada "Tuinstad Albina" (*infra* párrs. 96 a 99)<sup>78</sup>. Asimismo, el 22 de mayo de 2006 CLIM presentó una comunicación al Ministro de Planificación Territorial en la cual solicitó la suspensión de cualquier actividad que afectara su territorio ancestral en tanto que las reclamaciones presentadas al respecto fueran atendidas y resueltas<sup>79</sup>. Ninguna de las comunicaciones obtuvo respuesta.

68. El 7 de octubre de 2007 los Capitanes de los ocho pueblos Kaliña y Lokono presentaron una comunicación al Presidente de Surinam impugnando la construcción de una casa de habitación, una estación de gasolina y un centro comercial en la comunidad de Pierrekondre<sup>80</sup>, sin obtener respuesta de parte del Estado<sup>81</sup>.

69. El 28 de enero de 2013 los Capitanes de Marijkedorp (Wan Shi Sha), Pierrekondre, Tapuku y Erowarte presentaron una comunicación al Presidente de la República protestando por la construcción de un casino en la comunidad de Marijkedorp (Wan Shi Sha) sin haber realizado el correspondiente proceso de consulta a los indígenas de la zona<sup>82</sup>. Sin embargo, dicha protesta no obtuvo respuesta por parte del Estado.

### **E. Establecimiento de las reservas naturales**

70. Dentro del territorio que se encuentra en discusión en el presente caso, se crearon tres reservas naturales, a saber: i) la Reserva Wia Wia en 1966; ii) la Reserva Galibi en 1969, y (iii) la Reserva Wane Kreek en 1986<sup>83</sup>. No existe controversia entre las partes en cuanto a que la Reserva Wia Wia tiene una extensión aproximada de 36,000 ha, la Reserva Galibi de 4,000 ha y la Reserva Wane Kreek de 45,000 ha.

71. De acuerdo con lo señalado por los representantes, aproximadamente 10,800 ha de la Reserva Wia Wia, 4,000 ha de la Reserva Galibi, y 45,000 ha de la Reserva Wane Kreek se encuentran ubicadas dentro del territorio ancestral de los Pueblos Kaliña y Lokono. De esta forma, las tres reservas en su conjunto abarcan un aproximado de 59.800 ha de las 133.945 ha reclamadas en el presente caso.

---

<sup>77</sup> Cfr. Comunicación de 7 de octubre de 2007 (expediente de prueba, folio 333).

<sup>78</sup> Cfr. Comunicación de diciembre de 2004 (expediente de prueba, folio 326).

<sup>79</sup> Cfr. Comunicación de 22 de mayo de 2006 (expediente de prueba, folios 329 y 330).

<sup>80</sup> Cfr. Comunicación de 7 de octubre de 2007 (expediente de prueba, folio 332).

<sup>81</sup> Cfr. Manifestaciones de 19 de agosto de 2015 rendidas durante la diligencia *in situ* por parte de Louise Biswane, Asistente del Capitán de Pierrekondre, y Leni Landveld, habitante de Marijkedorp (Wan Shi Sha) (expediente de fondo, folio 973).

<sup>82</sup> Cfr. Comunicación de 28 de enero de 2013 (expediente de fondo, folio 879).

<sup>83</sup> Cfr. Decreto del 22 de abril de 1966 "Decreto de la Protección de la Naturaleza de Wia Wia" (expediente de prueba, folio 2758); Decreto de 23 de mayo de 1969 "Decreto de la Protección de la Naturaleza de Galibi", (expediente de prueba, folio 2764), y Decreto del 26 de agosto de 1986 "Decreto de la Protección de la Naturaleza de Wane Kreek" (expediente de prueba, folio 2746).

72. Las reservas fueron establecidas con fundamento en Ley de Protección de la Naturaleza (*Nature Protection Act*) de 1954<sup>84</sup>. Dicha norma, tras las reformas introducidas en 1980 y 1992 establece que el Presidente de Surinam se encuentra facultado para designar mediante decreto las tierras y las aguas que sean propiedad del Estado como reserva natural<sup>85</sup>.

73. Asimismo, el artículo 5(c) de la referida ley determina que dentro de una reserva natural se prohíbe realizar actividades de caza y pesca<sup>86</sup>. Sobre lo anterior, Ferdinand Baal, Bryan Drakenstein y Claudine Sakimin, quienes fueron Directores de la División de Conservación Natural desde 1978 hasta la actualidad, afirmaron que la Ley de Protección de la Naturaleza de 1954 no contemplaba el reconocimiento de derechos a los pueblos indígenas relacionados con sus costumbres y tradiciones<sup>87</sup>.

### ***E.1 Las Reservas Naturales Wia Wia y Galibi***

74. Las reservas de Wia Wia y Galibi fueron establecidas durante la administración colonial holandesa por el Gobernador de Surinam los días 22 de abril de 1966<sup>88</sup> y 26 de mayo de 1969<sup>89</sup>, respetivamente, para la protección de las playas de anidación de las tortugas marinas<sup>90</sup>. Las comunidades más cercanas a estas reservas son Christiaankondre y Langamankondre, sin embargo son popularmente conocidas como Galibi<sup>91</sup>.

75. Los ex Directores de la División de Conservación Natural Ferdinand Baal y Bryan Drakenstein manifestaron que no existían asentamientos de pueblos indígenas en los territorios designados para las reservas naturales y que ningún indígena había sido desplazado en el contexto del establecimiento o permanencia de las reservas<sup>92</sup>.

76. Sin embargo, tanto el perito Stuart Kirsh como el Capitán Ricardo Pané, líder de la Comunidad de Christiaankondre, contradijeron dicha versión. Al respecto, el señor Kirsh indicó que algunas zonas de cosecha y casas de habitación, que se encontraban ubicadas dentro de las reservas naturales, tuvieron que ser reubicadas<sup>93</sup>. Por su parte, el Capitán Pané afirmó ser

---

<sup>84</sup> Cfr. *Affidavit* de Ferdinand Baal y Bryan Drakenstein de 12 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 351), y *Affidavit* de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 477).

<sup>85</sup> Cfr. La Ley de Protección de la Naturaleza de 1954, Artículo 1: "Para proteger y preservar los recursos naturales de Surinam, después de escuchar al Consejo de Estado, el Presidente podrá designar territorios y aguas que sean propiedad del Estado como reservas naturales" (expediente de prueba, folio 2743).

<sup>86</sup> Cfr. Ley de Protección de la Naturaleza, Artículo 5: "En una reserva natural se encuentra prohibido cazar, pescar, ingresar perros, armas de fuego o artefactos para caza o captura, sin previa autorización del Jefe de Servicio de Manejo de Bosque Estatal" (expediente de prueba, folio 2743).

<sup>87</sup> Cfr. *Affidavit* de Ferdinand Baal y Bryan Drakenstein de 12 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 351), y *Affidavit* de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 480).

<sup>88</sup> Cfr. Decreto de la Protección de la Naturaleza de Wia Wia de 22 de abril de 1966 (expediente de prueba, folio 2759).

<sup>89</sup> Cfr. Decreto de la Protección de la Naturaleza de Galibi de 26 de mayo de 1969 (expediente de prueba, folio 2765).

<sup>90</sup> Cfr. *Affidavit* de Ferdinand Baal y Bryan Drakenstein, de 12 de setiembre 2008 (expediente de prueba, folio 351); Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 142), *Affidavit* de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 351).

<sup>91</sup> Cfr. *Affidavit* de Ferdinand Baal y Bryan Drakenstein de 12 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 352); *Affidavit* de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 481), y Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 49).

<sup>92</sup> Cfr. *Affidavit* de Ferdinand Baal y Bryan Drakenstein de 12 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 351).

<sup>93</sup> Cfr. *Affidavit* de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 351).

testigo de situaciones en las que la policía sacaba a la fuerza a los indígenas que habitaban los territorios de las reservas al momento de su constitución<sup>94</sup>.

77. Por otra parte, al momento de la constitución de las reservas, las autoridades de gobierno llegaron a un acuerdo con los habitantes de las comunidades de Christiaankondre y Langamankondre mediante el cual se les autorizaba realizar la extracción de huevos de tortuga para su consumo personal, lo cual formaba parte de sus tradiciones, a la vez que se les autorizaba la comercialización de éstos, bajo el monitoreo de las autoridades estatales<sup>95</sup>.

78. Durante el conflicto interno en Surinam (*supra* párr. 39) existieron prohibiciones que impedían el acceso a la Reserva de Galibi con motivo del incremento en los robos de huevo de tortuga y se pusieron puestos militares en las áreas de acceso<sup>96</sup>.

79. El 30 de abril de 1998 se estableció una Comisión de Diálogo en Galibi que contaba con representantes de la División de Conservación Natural de Surinam, la Fundación de Conservación Natural de Surinam (STINASU), el Comisario de Distrito de Marowijne, el Servicio de Pesca y habitantes de Christiaankondre y Langamankondre<sup>97</sup>. En dicha Comisión se acordó limitar la extracción de huevos de tortuga, permitiéndose solamente para el consumo tradicional de las comunidades de Christiaankondre y Langamankondre, y no para su comercialización. Asimismo, se acordó compartir los beneficios generados por el incremento del turismo en la Reserva Galibi mediante la autorización de que una organización comunitaria denominada STIDUNAL realizara el transporte de turistas hacia la Reserva Galibi<sup>98</sup>. En la actualidad, la Comisión de Diálogo se encuentra inactiva en virtud de que las comunidades no participan de las reuniones<sup>99</sup>.

80. Por otra parte, en 2012 el Estado demarcó una zona frente a la costa de Galibi en la cual se prohibía actividades pesqueras de terceros. Sin embargo, ésta prohibición no ha sido efectiva ya que la zona carece de un control o fiscalización idóneo, afectando con esto a los pueblos indígenas de la zona y poniendo en riesgo la conservación de las tortugas marinas<sup>100</sup>.

## **E.2 La Reserva Natural Wane Kreek**

81. La Reserva Natural Wane Kreek fue establecida el 26 de agosto de 1986 mediante el Decreto de Protección de la Naturaleza (*Wane Kreek Nature Protection Order*) de 1986. El territorio designado para la reserva es propiedad del Estado de Surinam, y tiene una extensión

---

<sup>94</sup> Cfr. Declaración del Capitán Ricardo Pané rendida durante la audiencia pública celebrada el 3 de febrero de 2015.

<sup>95</sup> Cfr. *Affidavit* de Ferdinand Baal y Bryan Drakenstein de 12 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 352).

<sup>96</sup> Cfr. Manifestaciones de 19 de agosto de 2015 rendidas durante la diligencia *in situ* por parte del Capitán Ricardo Pané, y del señor Roy Ho Tsoi, Jefe de la Sección del Servicio Forestal de Surinam (expediente de fondo, folio 973).

<sup>97</sup> Cfr. *Affidavit* de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 478).

<sup>98</sup> Cfr. *Affidavit* de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 479); *Affidavit* de Ferdinand Baal y Bryan Drakenstein de 12 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 352), y *Affidavit* de Rudy Emanuel Strijk de 11 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 355).

<sup>99</sup> Cfr. Manifestación de Roy Ho Tsoi, Jefe de la Sección del Servicio Forestal de Surinam, de 18 de agosto de 2015 (expediente de fondo, folio 973).

<sup>100</sup> Cfr. Declaración del Capitán Ricardo Pané rendida durante la audiencia pública celebrada el 3 de febrero de 2015 y Manifestación de 18 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de Shak Aridamai, miembro indígena de Galibi (expediente de fondo, folio 973).

de aproximadamente 45,400 ha. La reserva cuenta con nueve ecosistemas únicos, siendo la protección y conservación de éstos el fundamento de la constitución de la reserva<sup>101</sup>.

82. La "International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources" designó a la Reserva Wane Kreek como un área protegida de categoría IV, lo cual la define como un área sujeta a la intervención activa para su administración, con el propósito de mantener el hábitat y las especies que en ella se encuentran<sup>102</sup>.

83. El artículo cuarto del Decreto de Protección de la Naturaleza de 1986 estableció que los derechos tradicionales de las comunidades y aldeas tribales que se encuentren ubicadas dentro de la reserva serían respetados<sup>103</sup>. Sobre lo anterior, en las notas aclaratorias a dicho Decreto, elaboradas por el Ministro de Recursos Naturales y Energía, se estableció que el área seleccionada para la reserva era reclamada por las comunidades que residían alrededor de ésta como parte de sus territorio ancestral<sup>104</sup>.

84. El territorio de la Reserva Wane Kreek forma parte de los territorios ancestrales reclamado por los pueblos Kaliña y Lokono<sup>105</sup>. En este sentido, señalaron que el área de la Reserva es su principal zona de caza y pesca, a la vez que es utilizada para extraer medicinas, arcilla y caolín. Asimismo, los Pueblos Kaliña y Lokono siempre han tenido campamentos y asentamientos en esa zona, y en ella se encuentran comunidades antiguas y sitios sagrados que consideran fundamentales para sus orígenes e identidad<sup>106</sup>. Además, la zona presenta un gran valor arqueológico en virtud de numerosos hallazgos de poblaciones precolombinas<sup>107</sup>.

### **E.2.1 Proceso de consulta**

85. Previo al establecimiento de la Reserva Wane Kreek se realizaron diversas reuniones en las que participaron autoridades del Servicio de Manejo de Bosques Estatales, una organización de pueblos indígenas denominada "KANO", jefes de las comunidades y algunos residentes<sup>108</sup>. De acuerdo con el Estado, la organización KANO fue fundada en 1969 y se encontraba compuesta por indígenas Kaliña y Lokono. Sin embargo, los representantes señalaron que la organización KANO estaba compuesta por indígenas de diversas zonas de

---

<sup>101</sup> Cfr. Artículo 3 del Decreto de Protección a la Naturaleza de 26 de agosto 1986 (expediente de prueba, folio 2748); Estudio de Impacto Ambiental de Wane 4 de julio de 2005 (expediente de fondo, folios 395 y 405); *Affidavit* de Ferdinand Baal y Bryan Drakenstein de 12 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 351), y *Affidavit* de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 480).

<sup>102</sup> Cfr. Estudio de Impacto Ambiental de Wane 4 de julio de 2005 (expediente de fondo, folio 395).

<sup>103</sup> El artículo 4 de la Decreto de Protección a la Naturaleza de 26 de agosto 1986 establece lo siguiente: "Insofar as, on the effective date of this Government Regulation, plots of land in the areas designated as nature reserves by this Government Regulation have been issued as allodial and hereditary titles, leasehold, rent, use, license or concession, or villages and settlements of tribal communities of inhabitants of the interior are located therein, the rights derived therefrom will be respected (expediente de prueba, folio 2752).

<sup>104</sup> Cfr. Notas aclaratorias del Decreto de Protección a la Naturaleza de 26 de agosto 1986 (expediente de prueba, folio 2756).

<sup>105</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 446); y Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de la señora Margariet Biswane, Capitana de Alfonsdorp (expediente de fondo, folio 973).

<sup>106</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 447); Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso celebrada el 3 de febrero de 2015; Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de la señora Margariet Biswane, Capitana de Alfonsdorp (expediente de fondo, folio 973), y Traditional use and management of the Lower Marowijne área by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 89).

<sup>107</sup> Cfr. Estudio de Impacto Ambiental de Wane 4 de julio de 2005 (expediente de fondo, folio 409).

<sup>108</sup> Cfr. Notas aclaratorias del "Nature Protection Order" de 26 de agosto 1986 (expediente de prueba, folio 2757) y *Affidavit* de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 483).

Surinam que no eran autoridades tradicionales ni representantes legítimos de las presuntas víctimas del caso. Asimismo, KANO dejó de existir en 1980, es decir, 6 años antes de la constitución de la Reserva Wane Kreek.

86. En este sentido, en comunicación de 26 de agosto de 1978 se estableció que en reunión celebrada el 21 de agosto de 1978, la Administración de Bosques Estatales y representantes de KANO acordaron lo siguiente:

- Los derechos de los habitantes tradicionales serán respetados.
- Representantes de KANO y de la Administración de Bosques Estatales visitarán varias reservas naturales. KANO proporcionará información detallada a los habitantes locales sobre la reunión realizada con la Administración de Bosques Estatales y le consultará a los habitantes locales al respecto.
- KANO contribuirá activamente en la formulación de los aspectos sociales de las políticas futuras en el campo de la conservación de la naturaleza<sup>109</sup>.

87. Sin embargo, de acuerdo con los Capitanes Watamaleo y Gunther, la única reunión de la cual tienen conocimiento se realizó en 1986 en Marijkedorp (Wan Shi Sha), en la cual los indígenas rechazaron enfáticamente la propuesta de crear la Reserva de Wane Kreek<sup>110</sup>. En virtud de lo anterior, los pueblos Kaliña y Lokono desconocían que la reserva había sido constituida, hasta que en 1997 se percataron de la realización de actividades de extracción minera en la zona<sup>111</sup>. Por otra parte, en cuanto a las actuaciones previas realizadas por KANO, los representantes de los Pueblos Kaliña y Lokono han señalado que la organización KANO no les consultó ni los representó en ningún momento<sup>112</sup>.

### **E.2.2 Actividades de minería de bauxita<sup>113</sup>**

88. El 28 de enero de 1958, antes de la independencia de Surinam de los Países Bajos, el Estado otorgó una concesión a una compañía denominada "Suralco", quien fuera una subsidiaria de la compañía denominada "Aluminum Company of America" (ALCOA), para que realizaran actividades de extracción de bauxita en la región este de Surinam, dentro del cual se incluía el territorio de Wane Kreek<sup>114</sup>. La concesión fue otorgada por un período de 75 años,

<sup>109</sup> Cfr. Comunicación de 26 de agosto de 1978 (expediente de prueba, folio 3005), y *Affidavit* de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 483).

<sup>110</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 447); Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso celebrada el 3 de febrero de 2015.

<sup>111</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 447); Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de la señora Margariet Biswane, Capitana de Alfonsdorp (expediente de fondo, folio 973), y *affidavit* de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 354).

<sup>112</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 447); Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso el 3 de febrero de 2015, y Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de la señora Leni Landveld, anciana de Marijkedorp (Wan Shi Sha) (expediente de fondo, folio 973).

<sup>113</sup> El término bauxita se entenderá como aquel mineral que contiene hidróxido de aluminio, que sea o pueda ser usado por Suralco como materia prima para la manufactura de alúmina, o que pueda ser vendido por Suralco para la industria del aluminio, la química, la refractaria, la fundición de metales, el cemento y cualquier otra industria que consuma tales minerales y de la que pueda recuperarse, al menos, un promedio del 32% de alúmina. Cfr. Artículo 3 del Ordenanza de Gobierno No. 10 de 28 de enero de 1958 (expediente de prueba, folio 3061).

<sup>114</sup> De acuerdo con el Instituto de Bauxita de Surinam (Bauxite Institute of Suriname), en el Distrito de Marowijne, Suralco cuenta con un área concesionada para la explotación de bauxita de 48,406 ha, de las cuales aproximadamente 2,626 ha se ubican dentro de la Reserva Wane Kreek. Sin embargo, de acuerdo con el señor Stuart Kirsh, la concesión fue otorgada en un territorio de 123,000 ha. Cfr. Memorandum de 27 de agosto de 2015 del Director del Instituto de Bauxita de Surinam (expediente de prueba, folios 3070 y 3071), y *Affidavit* de Stuart Kirsh de 20 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 354).



en virtud de lo cual vencería en 2033<sup>115</sup>. En 1997 la compañía Suralco comenzó las actividades de extracción de depósitos de bauxita en Wane Hills<sup>116</sup>. En 2003, la *joint-venture* denominada BHP Billiton-Suralco se hizo cargo de la explotación minera en Wane Kreek<sup>117</sup>.

89. Dentro de los trabajos preparatorios realizados a mediados de la década de los noventa, se construyó una amplia carretera para acceder a la mina y transportar la bauxita. Además, la carretera era utilizada para actividades relacionadas con extracción maderera (*infra* párr. 94), y se prohibía su utilización para ingresar al área de concesión con fines de caza y pesca por parte de los indígenas de la zona<sup>118</sup>.

90. Típicamente, la bauxita se encuentra cercana a la superficie del suelo, por lo que para su extracción se requiere la realización de minería a cielo abierto en grandes extensiones de terreno<sup>119</sup>. El proyecto de explotación minera se encontraba dividido en varias secciones, cuatro de las cuales se ubicaban dentro de la Reserva Wane Kreek. La extracción de la bauxita se realizó en las secciones Wane 1 y Wane 2 en un espacio de entre 100 y 144 ha, mientras que las secciones Wane 3 y Wane 4 no fueron explotadas<sup>120</sup>. Sin embargo, se aclara que en la sección Wane 4 si se realizaron actividades de exploración, lo cual a su vez generó un importante impacto ambiental a la zona<sup>121</sup>.

91. El primer estudio de impacto ambiental (Environmental Sensitivity Analysis of Wane 4 Concession) fue realizado en 2005 por una consultora privada contratada por la empresa BHP Billiton, con la intención de iniciar actividades de extracción en la sección Wane 4<sup>122</sup>. Dicho estudio determinó que las secciones Wane 1 y Wane 2 habían sufrido un daño ambiental considerable como consecuencia de la minería a cielo abierto de bauxita. Asimismo, entre otros, el estudio recomendó lo siguiente: i) comprometerse a no minar Wane 3 y 4 y evitar mayores disturbios en esas áreas; ii) rehabilitar el daño ocasionado en Wane 4 producto de las actividades de exploración; iii) concluir las actividades de explotación minera en Wane 1 y 2

---

<sup>115</sup> Cfr. Artículo 8 del Ordenanza de Gobierno No. 10 de 28 de enero de 1958 (expediente de prueba, folio 3061). Sin embargo, la Corte toma nota que de acuerdo con el peritaje del señor Stuart Kirsh, la concesión fue otorgada por un período de 60 años, con lo cual vencería en 2018. Asimismo, el Instituto de Bauxita de Surinam señaló que dentro de los territorios concesionados a Suralco en el Distrito de Marowijne, hay una concesión que vence en 2030, y otra que vence en 2032. Cfr. Memorándum de 27 de agosto de 2015 del Director del Instituto de Bauxita de Surinam (expediente de prueba, folios 3070), y Affidavit de Stuart Kirsh de 20 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 354).

<sup>116</sup> Cfr. Affidavit de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 357); Estudio de Impacto Ambiental Wane 4 de julio de 2005 (expediente de fondo, folio 396); Affidavit de Glen Renaldo Kingswijk de 10 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 362) y Affidavit de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 483 y 484). Sin embargo, la Corte toma nota que de acuerdo con el Instituto de Bauxita de Surinam, la sección denominada Wane 1 comenzó a ser explotada en 1998, y la sección denominada Wane 2 comenzó a ser explotada en 1999. Cfr. Memorándum de 27 de agosto de 2015 del Director del Instituto de Bauxita de Surinam (expediente de prueba, folios 3071).

<sup>117</sup> Cfr. Affidavit de Glen Renaldo Kingswijk de 10 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 362).

<sup>118</sup> Cfr. Affidavit de Glen Renaldo Kingswijk de 10 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 362).

<sup>119</sup> Cfr. Peritaje de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 356).

<sup>120</sup> Cfr. Estudio de Impacto Ambiental de Wane 4 de julio de 2005 (expediente de fondo, folio 388); Affidavit de Glen Renaldo Kingswijk de 10 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 362) y Affidavit de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 484). Sin embargo, la Corte toma nota que de acuerdo con el Instituto de Bauxita de Surinam, las secciones de Wane 1 y Wane 2, abarcaban un territorio de 144 ha. Cfr. Memorándum de 27 de agosto de 2015 del Director del Instituto de Bauxita de Surinam (expediente de prueba, folio 3071).

<sup>121</sup> Cfr. Peritaje de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 358).

<sup>122</sup> Cfr. Peritaje de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 357 y 358), y Estudio de Impacto Ambiental de Wane 4 de julio de 2005 (expediente de fondo, folio 388).

tan pronto sea posible, y iv) rehabilitar el daño ocasionado en Wane 1 y 2 producto de las actividades de explotación<sup>123</sup>.

92. En cuanto a las afectaciones generadas por las actividades de minería en la Reserva, las actividades de caza y pesca, que eran tradicionales en la zona, se han reducido considerablemente. En este sentido, el ruido y las vibraciones generadas por los camiones y las explosiones de dinamita; la contaminación de los suelos y arroyos, así como la tala de árboles frutales, ahuyentaron a los animales que cazaban y pescaban los indígenas para alimentar a los miembros de las comunidades de la zona<sup>124</sup>. Por otra parte, el acceso de los indígenas y cualquier persona no autorizada al área de la concesión minera se encontraba prohibido<sup>125</sup>.

93. Las actividades de extracción de bauxita en la Reserva Wane Kreek concluyeron en 2009, y en la actualidad la zona se encuentra en una fase de rehabilitación forestal a cargo de las empresas que realizaron la explotación minera<sup>126</sup>. Al respecto, el Bauxite Institute of Surinam señaló que las secciones Wane 1 y Wane 2 se encontrarían ya rehabilitadas<sup>127</sup>. Sin embargo, los miembros de las comunidades indígenas de la zona se encuentran disconformes, particularmente, con las composiciones de especies que están siendo utilizadas para la reforestación<sup>128</sup>. Por otra parte, la Corte observó durante la diligencia *in situ* que en las zonas de explotación existe una transformación radical del paisaje.

### **E.2.3 Otras actividades de extracción de recursos naturales**

94. Una de las consecuencias de la construcción de la carretera para la extracción de bauxita consistió en el desarrollo de actividades de extracción legal e ilegal de madera, la caza furtiva, y la minería de arena, grava y caolín<sup>129</sup>.

95. En cuanto a la tala de árboles, en 2008 el Estado otorgó una concesión de extracción maderera a miembros de la comunidad indígena de Alfonsdorp<sup>130</sup>. Sin embargo, de acuerdo con la Capitana Watamaleo, las personas no indígenas que participan de la extracción maderera son los responsables de la destrucción del bosque, ya que no cortan los árboles de forma tal que permita a los árboles jóvenes crecer. Asimismo, se están eliminando lossenderos utilizados tradicionalmente por los indígenas para la caza<sup>131</sup>. Además, las personas

---

<sup>123</sup> Cfr. Estudio de Impacto Ambiental de Wane 4 de julio de 2005 (expediente de fondo, folio 390).

<sup>124</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 448); Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso celebrada el 3 de febrero de 2015, y *Affidavit* de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 359).

<sup>125</sup> Cfr. *Affidavit* de Glen Renaldo Kingswijk de 10 de septiembre de 2008 (expediente de prueba, folio 362) y *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 449).

<sup>126</sup> Cfr. Comunicación del Director del Instituto de Bauxita de Surinam de 27 de Agosto de 2015 (expediente de prueba, folio 3071).

<sup>127</sup> Cfr. Informe agosto de 2015 elaborado por el Instituto de Bauxita de Surinam sobre la rehabilitación de Wane 1 y Wane 2 (expediente de prueba, folio 3076).

<sup>128</sup> En este sentido, los árboles plantados han crecido poco y no son útiles para alimentar a los animales ya que no les proporcionan frutas y semillas. Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 449) y *Affidavit* de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 360 y 361).

<sup>129</sup> Cfr. Peritaje de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 353 y 360).

<sup>130</sup> Cfr. Peritaje de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 355).

<sup>131</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 448 y 450).

no indígenas han talado indiscriminadamente árboles que son sagrados de acuerdo con la cosmovisión de los Pueblos Kaliña y Lokono<sup>132</sup>.

#### **F. Proyecto de parcelación urbano denominado "Tuinstad Albina" ("Garden City Albina")**

96. Es un hecho no controvertido que en 1975, el Estado inició un proyecto de parcelación urbano denominado "Tuinstad Albina" ("Garden City Albina") paralelo al río Marowijne en las cercanías de los pueblos de Erowarte, Tapuku, Pierrekondre y Marijkedorp (Wan Shi Sha)<sup>133</sup>.

97. De acuerdo con el Estado, el área donde se realizó el proyecto de parcelación no se encontraba habitada por pueblos indígenas. Sin embargo, diversas declaraciones de indígenas de las comunidades afectadas afirmaron lo contrario. En este sentido, la Capitana Watamaleo, manifestó que la división en parcelas de las comunidades fue ejecutada por el Estado a pesar de que personas indígenas se encontraban viviendo en dichos territorios en esa época<sup>134</sup>. Asimismo, el Capitán Gunther, afirmó que miembros de su comunidad fueron forzados a salir de sus territorios<sup>135</sup>. En similar sentido, el señor Max Sabajo, indígena Lokono de Marijkedorp, señaló que los pueblos indígenas de la zona fueron desplazados del margen del río Marowijne cuando el Estado comenzó a entregar parcelas a personas adineradas de la ciudad<sup>136</sup>.

98. El principal uso que se le ha dado a los territorios titulados a terceros ha sido para la construcción de casas vacacionales, las cuales se encuentran a escasos metros de las casas de miembros de las comunidades indígenas, y así fue constatado por la Corte durante la diligencia *in situ*<sup>137</sup>. Al respecto, las casas vacacionales han restringido a los pueblos indígenas el acceso directo a ciertas zonas del río Marowijne, las cuales son contiguas a sus centros poblacionales. Esta situación ha sido especialmente compleja en tanto los pueblos indígenas de la zona tienen una fuerte relación espiritual con el río Marowijne, siendo este un elemento fundamental en su identidad cultural y tradiciones<sup>138</sup>. Asimismo, dicho río es utilizado por los miembros de las comunidades para atracar sus botes, pescar, bañarse y lavar su vestimenta<sup>139</sup>.

---

<sup>132</sup> Cfr. Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de Louis Biswane, Asistente del Capitán de Pierrekondre (expediente de fondo, folio 973).

<sup>133</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 443); Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso el 3 de febrero de 2015; *Affidavit* de Max Sabajo de 25 de septiembre de 2008 (expediente de fondo, folio 161), y Traditional use and management of the Lower Marowijne área by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 141). Al respecto, los representantes manifestaron que entre 1976 y 2008 fueron emitidos aproximadamente 20 títulos a personas no indígenas.

<sup>134</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 443).

<sup>135</sup> Cfr. Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso el 3 de febrero de 2015.

<sup>136</sup> Cfr. *Affidavit* de Max Sabajo de 25 de septiembre de 2008 (expediente de fondo, folio 161).

<sup>137</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 444); Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso el 3 de febrero de 2015, y Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de Louis Biswane, Asistente del Capitán de Pierrekondre (expediente de fondo, folio 973).

<sup>138</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 444), y manifestaciones de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de Harold Malbons, asistente del Capitán de Tapuku, Louis Biswane, Asistente del Capitán de Pierrekondre, y la señora Leni Landveld, anciana de Marijkedorp (expediente de fondo, folio 973).

<sup>139</sup> Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 141).

99. Además de la construcción de casas vacacionales, en Marijkedorp (Wan Shi Sha) en 2008 se intentó construir un hangar para aviones, y en la actualidad se está construyendo un hotel/casino, el cual fue observado por la Corte durante las diligencias *in situ*. Por otra parte, en 2007 se limpió una parcela en Pierrekondre con la intención de construir una gasolinera y un centro comercial<sup>140</sup>. Sobre la base de lo anterior, los miembros de las comunidades indígenas enfrentan una inseguridad jurídica persistente ante la posibilidad de que sean expulsados de los territorios en los que habitan en la actualidad<sup>141</sup>.

## VI FONDO

100. En atención a los derechos de la Convención alegados en el presente caso, la Corte realizará el siguiente análisis: 1) Derecho de la Personalidad Jurídica, en relación con los artículos 21, 25, 1.1 y 2 de la Convención Americana; 2) Derecho a la propiedad colectiva y Derechos políticos, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la Convención Americana, y 3) Derecho a la protección judicial, en relación con los artículos 1.1, 2, 13 y 23 de la Convención Americana. Es preciso señalar que, de acuerdo con la jurisprudencia de la Corte, las alusiones que se hagan a los estándares sobre los derechos de los pueblos indígenas, también son aplicables a los pueblos tribales.

### VI-I DERECHO AL RECONOCIMIENTO DE LA PERSONALIDAD JURÍDICA (ARTÍCULO 3) EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 1.1, 2, 21 Y 25 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA SOBRE DERECHOS HUMANOS

#### **A. Argumentos de la Comisión y de las partes**

101. La **Comisión** concluyó que Surinam ha violado el derecho de los Pueblos Kaliña y Lokono al reconocimiento de su personalidad jurídica, en virtud del artículo 3 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1.1 y 2 del mismo instrumento, debido a que, al igual que en el caso del *Pueblo Saramaka*, la ley surinamesa no reconoce el derecho de los pueblos indígenas a la personalidad jurídica, a pesar de que el Estado declara que se encuentra en proceso de reconocimiento de diversos derechos indígenas. Por tanto, la Comisión estimó que al respecto no existe realmente una controversia, sino más bien una violación continuada al artículo 3 de la Convención, toda vez que desde el caso del *Pueblo Saramaka* esta Corte estableció que el Estado de Surinam tenía que reconocerles personalidad jurídica a los pueblos tribales e indígenas.

102. Los **representantes** coincidieron en líneas generales con la Comisión. Señalaron que debido a que los Pueblos Kaliña y Lokono se les niega el derecho a ser reconocidos como personas ante la ley, también se les niega la capacidad de mantener, ejercer y buscar la protección de su propiedad colectiva y otros derechos en la legislación nacional y los tribunales. Asimismo, los representantes argumentan que el Estado ha incumplido lo establecido en el caso del *Pueblo Saramaka*, en el sentido de adoptar medidas legislativas y

---

<sup>140</sup> Cfr. Comunicación de 22 de mayo de 2006 (expediente de prueba, folio 329); *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 444); Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso el 3 de febrero de 2015; *Affidavit* de Max Sabajo de 25 de septiembre de 2008 (expediente de fondo, folio 160); *Affidavit* de Loreen Jubitana de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 428); y Manifestación de 19 de agosto de 2015 rendida durante la diligencia *in situ* por parte de la señora Leni Landveld, anciana de Marijkedorp (expediente de fondo, folio 973).

<sup>141</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 445); Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso el 3 de febrero de 2015; *Affidavit* de Max Sabajo de 25 de septiembre de 2008 (expediente de fondo, folio 160).

administrativas que reconozcan la personalidad jurídica de pueblos indígenas y tribales. Por ello, Surinam ha violado el artículo 3 de la Convención en relación con los artículos 1 y 2 de la misma.

103. El **Estado** alegó que es consciente de que los pueblos indígenas bajo el derecho internacional y la jurisprudencia, específicamente dentro del sistema interamericano de protección de los derechos humanos, tienen el derecho al reconocimiento de su personalidad jurídica colectiva. Sin embargo, el Estado señaló que la ley surinamesa no está familiarizada con el concepto de otorgar personalidad jurídica colectiva a grupos étnicos. Asimismo, indicó que la ley es la que establece de manera taxativa los sujetos que pueden acceder al reconocimiento de la personalidad jurídica, la cual reconoce a las personas naturales y a colectivos como asociaciones, fundaciones, ciertas compañías, entre otros, más no a grupos étnicos. El Estado indicó que el concepto de personalidad jurídica en el caso de los Pueblos Kaliña y Lokono significa que cada miembro de la comunidad es considerado como titular de derechos y obligaciones. En este sentido, el Estado concluyó que aunque actualmente no existen disposiciones específicas relativas al reconocimiento de la personalidad colectiva de los pueblos indígenas de Kaliña y Lokono, la legislación interna de ninguna manera limita los derechos de sus miembros como sujetos de derecho dentro del territorio nacional.

104. No obstante lo anterior, el Estado señaló que, de conformidad con las obligaciones adquiridas en virtud de tratados, Surinam inició un proceso para examinar o estudiar el impacto que el reconocimiento de los derechos colectivos tendría en su sistema jurídico. Además, en la actualidad se está formulando legislación respecto a la relación legal entre las autoridades tradicionales y el gobierno, por lo que está previsto el reconocimiento de las autoridades tradicionales como los representantes legítimos de los pueblos indígenas y tribales ante el gobierno central, especialmente para temas relacionados con sus tradiciones y para situaciones en las que es necesaria la consulta a los pueblos. El Estado consideró que la adopción de esta nueva ley significaría una solución aceptable a la problemática del reconocimiento de la personalidad jurídica colectiva. En sus alegatos finales el Estado señaló de que tenía conocimiento que es un hecho que los pueblos indígenas y tribales tienen el derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica de conformidad con lo establecido en el derecho internacional, concretamente, con el sistema interamericano de protección de los derechos humanos. Aunado a lo anterior, el Estado también señaló que actualmente, en el Parlamento, existen posturas contrarias, en cuanto a que si los títulos de propiedad que se otorgan a los pueblos indígenas y tribales tienen que ser individuales o colectivos.

## **B. Consideraciones de la Corte**

105. La Corte advierte que la controversia del presente apartado, consiste en determinar el alegado incumplimiento por parte del Estado, respecto del reconocimiento colectivo de la personalidad jurídica a los pueblos indígenas y tribales, especialmente a los Pueblos Kaliña y Lokono.

106. Esta Corte hace notar que respecto de Surinam, en el caso de la *Comunidad Moiwana Vs. Surinam*, el Tribunal destacó que el ordenamiento jurídico interno garantizaba derechos individuales a los miembros de las comunidades indígenas y tribales, pero no reconocía a tales comunidades como entidades jurídicas y tampoco establecía derechos colectivos a la propiedad<sup>142</sup>.

---

<sup>142</sup> Cfr. Caso de la Comunidad Moiwana, *supra*, párr. 86.5.

107. Posteriormente, en el caso *del Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, la Corte constató que se había negado a otras comunidades en Surinam sus derechos por falta de capacidad legal y consideró que “el derecho a que el Estado reconozca su personalidad jurídica es una de las medidas especiales que se debe proporcionar a los grupos indígenas y tribales a fin de garantizar que éstos puedan gozar de sus territorios según sus tradiciones. Ésta es la consecuencia natural del reconocimiento del derecho que tienen los miembros de los grupos indígenas y tribales a gozar de ciertos derechos de forma comunitaria”<sup>143</sup>. Así, estimó que dicho reconocimiento podía lograrse mediante la adopción de medidas legislativas o de otra índole que reconocieran y tomaran en cuenta el modo particular en que un pueblo tribal se percibe como colectivamente capaz de ejercer y gozar del derecho a la propiedad. Por ello, el Estado debía establecer las condiciones judiciales y administrativas necesarias para garantizar la posibilidad de reconocimiento de su personalidad jurídica, a través de la realización de consultas, con pleno respeto a sus costumbres y tradiciones, y con el objeto de asegurarle el uso y goce de su territorio de conformidad con su sistema de propiedad comunal, así como del derecho de acceso a la justicia e igualdad ante la ley<sup>144</sup>.

108. En este sentido, esta Corte señaló que si bien “es necesario el reconocimiento de [la] personalidad jurídica de los miembros individuales de la comunidad para el goce de otros derechos, como el derecho a la vida y a la integridad personal. Sin embargo, dicho reconocimiento individual no toma en cuenta el modo en que los miembros de los pueblos indígenas y tribales en general, y [...] en particular, gozan y ejercen un derecho en especial; es decir, el derecho a usar y gozar colectivamente de la propiedad de conformidad con sus tradiciones ancestrales”<sup>145</sup>.

109. No obstante, “el reconocimiento de la personalidad jurídica es un modo, aunque no sea el único, de asegurar que la comunidad, en su conjunto, podrá gozar y ejercer plenamente el derecho a la propiedad, de conformidad con sus sistema de propiedad comunal, así como el derecho a igual protección judicial contra toda violación de dicho derecho”<sup>146</sup>.

110. Además, la Corte constata que desde el Acuerdo de Paz de Lelydorp de 1992 el Estado se habría comprometido a crear mecanismos legales para proveer protecciones para las tierras de los pueblos indígenas y tribales (*supra*, párr. 51).

111. Por su parte, esta Corte toma nota de lo establecido también por diversos organismos internacionales, tales como: el Comité para la Eliminación de la Discriminación Racial de la Organización de las Naciones Unidas<sup>147</sup> (en adelante “ONU”), el Comité de Derechos Humanos de la ONU<sup>148</sup>, así como el Relator Especial sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas<sup>149</sup>, los

---

<sup>143</sup> *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 172.

<sup>144</sup> *Cfr. Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 174.

<sup>145</sup> *Cfr. Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 168.

<sup>146</sup> *Cfr. Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 171.

<sup>147</sup> *Cfr. Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las formas de Discriminación Racial (UNCERD), Consideraciones sobre los informes presentados por los Estados Partes de conformidad con el artículo 9 de la Convención, Observaciones finales sobre Surinam (64º periodo de sesiones, 2004), U.N. Doc. CERD/C/64/CO/9, 28 de abril de 2004, párr. 11. Disponible en: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=CERD/C/64/CO/9&referer=http://www.un.org/en/documents/index.html&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=CERD/C/64/CO/9&referer=http://www.un.org/en/documents/index.html&Lang=S).*

<sup>148</sup> *Cfr. Comité de Derechos Humanos, Consideraciones sobre los informes presentados por los Estados Partes en virtud del artículo 40 del Pacto, Observaciones finales sobre Surinam (80º periodo de sesiones, 2004), U.N. Doc. CCPR/CO/80/SUR, 4 de mayo de 2004, párr. 21. Disponible en: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=CCPR/CO/80/SUR&referer=http://www.un.org/en/documents/index.html&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=CCPR/CO/80/SUR&referer=http://www.un.org/en/documents/index.html&Lang=S).*

cuales han manifestado que el marco jurídico de Surinam no reconoce la personalidad jurídica a los pueblos indígenas para la protección de sus territorios y recursos naturales.

112. En el presente caso, es un hecho no controvertido que en la actualidad el ordenamiento interno de Surinam no reconoce la personalidad jurídica a los pueblos indígenas, y en consecuencia carecen de capacidad para ostentar títulos de propiedad colectivos. Lo anterior, habría sido corroborado por el Estado en la audiencia y por los representantes indígenas de la Asamblea Nacional de Surinam durante la diligencia *in situ* de la delegación de la Corte a la misma.

113. Lo anterior, resulta aún más gravoso con motivo de lo ya dispuesto en la sentencia en el caso *del Pueblo Saramaka* de 28 de noviembre de 2007 (*supra* párr. 107)<sup>150</sup>, que fue reiterado al Estado, para efectos de dicho caso, mediante Resolución de Cumplimiento de 23 de noviembre de 2011<sup>151</sup>.

114. En conclusión, ya que el ordenamiento jurídico interno de Surinam no reconoce el ejercicio de la personalidad jurídica de los pueblos indígenas y tribales de manera colectiva, esta Corte considera que el Estado ha violado el artículo 3 de la Convención Americana, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono, en relación con el artículo 2 de la misma. Además, para efectos del presente caso, la falta de reconocimiento de la personalidad jurídica de los Pueblos Kaliña y Lokono impacta, como será analizado *infra*, en la violación de otros derechos reconocidos en los artículos 1.1, 21 y 25 de la Convención.

## **VI-II DERECHO A LA PROPIEDAD COLECTIVA (ARTÍCULO 21) Y DERECHOS POLÍTICOS (ARTÍCULO 23) EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 1.1 Y 2 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA**

### **A. Argumentos de la Comisión y de las partes**

115. La **Comisión** alegó que el Estado de Surinam violó el derecho a la propiedad establecido en el artículo 21 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1.1 y 2 del mismo instrumento, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono, al no adoptar medidas efectivas para reconocer su derecho a la propiedad colectiva de las tierras, territorios y recursos naturales que tradicionalmente y ancestralmente han ocupado y utilizado. Aunado a lo anterior, la Comisión agregó que el Estado violó el derecho a la propiedad de los Pueblos Kaliña y Lokono por: i) la concesión de títulos de propiedad a personas no indígenas dentro de su territorio tradicional; ii) establecer y mantener las Reservas Naturales de Wia Wia, Galibi y Wane Kreek, y iii) el otorgamiento de una concesión minera y la autorización de actividades mineras dentro de su territorio tradicional, todo ello sin la realización de un proceso de consulta previa, libre e informada de acuerdo a los estándares interamericanos, sin la existencia de un estudio de impacto ambiental y social, y sin el reparto razonable de los beneficios derivados de la concesión.

---

<sup>149</sup> Cfr. Informe del Relator Especial sobre la situación de los derechos humanos y las libertades fundamentales de los indígenas, Rodolfo Stavenhagen, presentado de conformidad con la resolución 2002/65 de la Comisión (59º periodo de sesiones), U.N. Doc. E/CN.4/2003/90, 21 de enero de 2003, párr. 21. Disponible en: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=E/CN.4/2003/90&referer=http://www.un.org/en/documents/index.html&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.4/2003/90&referer=http://www.un.org/en/documents/index.html&Lang=S).

<sup>150</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 194.

<sup>151</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia*. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 23 de noviembre de 2011, punto declarativo 3.b).

116. En particular, la Comisión alegó que el continuo otorgamiento de títulos a terceros no indígenas ha provocado que los derechos de los Pueblos Kaliña y Lokono permanezcan desprotegidos. Asimismo, señaló que algunos de los terceros habían obtenido fallos judiciales en favor de sus derechos a la propiedad, excluyendo así los derechos de los Pueblos Kaliña y Lokono. En relación con las reservas naturales, la Comisión aseguró que no existía una conexión racional entre la protección del medio ambiente y las restricciones del uso y goce de los territorios y recursos por parte de personas indígenas, ya que estas contribuían a la protección de los mismos. Además, la Comisión remarcó la necesidad de iniciar un proceso de consulta libre e informada con las comunidades, a fin de discutir sobre la posibilidad de levantar las reservas o mantenerlas bajo un modelo de administración conjunta que incorpore la plena participación de los Pueblos Kaliña y Lokono. En relación con las concesiones mineras, la Comisión señaló que el Estado no consultó a las comunidades afectadas cuando se planearon o comenzaron las actividades mineras y no se incluyó ningún tipo de protección a los pueblos indígenas. Asimismo, las concesiones generaron un impacto negativo en las actividades en el territorio tradicional de los Pueblos Kaliña y Lokono, entre ellos la contaminación de los recursos, la reducción de la fauna para la caza, así como la deforestación y destrucción del hábitat.

117. Los **representantes** coincidieron con la Comisión en el sentido de que el Estado no ha reconocido ni garantizado el derecho de los pueblos indígenas a la propiedad colectiva. Asimismo, indicaron que los actos y omisiones de Surinam son aún más graves debido a la relación existente entre el reconocimiento, garantía y protección del derecho de propiedad y la supervivencia y bienestar de las víctimas, así como el respeto de otros derechos interrelacionados e interdependientes. Añadieron que al no reconocer y garantizar los derechos de las presuntas víctimas a su territorio, Surinam violó el derecho a la propiedad de los Pueblos Kaliña y Lokono por la asignación de áreas de tierras a terceros y la emisión de títulos individuales en cuatro de las comunidades de las víctimas (Erowarte, Tapuku, Pierrecondre y Marijkedorp [Wan Shi Sha]); por el establecimiento de reservas naturales en su territorio y la expedición unilateral de concesiones para explotar los recursos naturales.

118. En particular, los representantes alegaron que el otorgamiento de títulos a terceros no indígenas, a pesar de las objeciones de la comunidad, violaba el deber del Estado de asegurar el disfrute efectivo del derecho a la propiedad. Con respecto a las reservas naturales añadieron que no es necesario ni proporcional negarle a los pueblos indígenas el derecho a la propiedad y otros derechos dentro de las reservas, pues los objetivos de conservación pueden lograrse con medios menos invasivos. En específico, sostuvieron que el Estado por un lado, ha permitido concesiones mineras en reservas naturales, pero por el otro ha justificado la negación de los derechos a la caza y pesca de las presuntas víctimas. Asimismo, los representantes señalaron que los Pueblos Kaliña y Lokono no fueron consultados respecto del proceso para otorgar los permisos mineros que autorizaron actividades de extracción en 1997; tampoco se realizó el estudio de impacto ambiental antes del inicio de dichas actividades ni los Pueblos Kaliña y Lokono se beneficiaron o fueron compensados por la utilización de su territorio debido a las actividades mineras. Los representantes alegaron que por el contrario, las operaciones mineras y madereras que tuvieron lugar en el territorio tradicional de las presuntas víctimas, ocurrieron sin regulación significativa o control del Estado y en detrimento de sus fuentes tradicionales de alimentos, medio ambiente, y valores espirituales y culturales. Los representantes indicaron que el Estado tampoco garantizó que dichas actividades no generarían daños significativos en las tierras tradicionales de las víctimas y que no causarían una degradación ambiental severa.

119. El **Estado** señaló que alrededor de 1975, el gobierno puso en marcha un proyecto llamado "Tuinstad Albina", con el fin de parcelar una zona en las inmediaciones de las localidades de Erowarte, Tapuku, Pierrecondre y Marijkedorp (Wan Shi Sha), en la cual se



otorgaron títulos de propiedad, contratos de arrendamiento y arrendamientos a largo plazo a un número de individuos no indígenas e indígenas<sup>152</sup>. El Estado alegó que la zona, la cual constituía los suburbios de Albina, no había sido habitada por los pueblos indígenas del Bajo Marowijne, ni en el momento de la parcelación de tierras ni durante los años anteriores al inicio de dichas actividades, e indicó que la ciudad de Albina, capital del distrito de Marowijne, ha sido un núcleo de actividades sociales, económicas y culturales en la región del Bajo Marowijne durante siglos. Además indicó que si bien los Pueblos Kaliña y Lokono han participado en dichas actividades, no consideran Albina como parte de su territorio ancestral sobre el cual pueden demandar derechos de propiedad. En este sentido, el Estado señaló que dichos pueblos nunca protestaron contra este proyecto, ya que el área sobre el cual se llevó a cabo, no forma parte de la tierra sobre la cual mantienen una relación especial. Asimismo, el Estado declaró que parte de los pueblos reclamados, en los que sí habitaban los indígenas, los comparten con las tribus maroons<sup>153</sup>. En la visita, agregó que hay alrededor de 18 comunidades donde habitan maroons en el área reclamada (*supra* párr. 41).

120. En cuanto a las reservas naturales, el Estado afirmó que se establecieron con la finalidad de prosperar en los esfuerzos de conservación de la naturaleza y que las mismas respondieron a un interés superior que prevalecía sobre los derechos de propiedad de los Pueblos Kaliña y Lokono. También alegó que a dichos pueblos nunca se les ha restringido el acceso ni el uso de los recursos dentro de las reservas, y que además se ha propiciado su participación en la administración de las mismas<sup>154</sup>. No obstante, el Estado aclaró que estaba en contra de que los pueblos indígenas administraran por sí solos las "reservas naturales en sutotalidad". Por lo mismo, el Estado alegó que la restitución de las tierras que ahora son parte de las reservas sería una amenaza a las obligaciones que tiene con sus ciudadanos y podría implicar una ruptura en un sistema que ha demostrado que mantiene la paz, debido a las implicaciones legales, sociales, económicas, étnicas y raciales que dicha restitución podría significar. Conjuntamente, el Estado sostuvo que no puede compartir el manejo de los recursos naturales, pues si todos los pueblos indígenas y maroons solicitaran el control de los mismos en sus territorios ancestrales, sería desastroso para la economía de Surinam<sup>155</sup>.

121. Respecto de las concesiones mineras para extraer bauxita, el Estado afirmó que los pueblos indígenas no habitaban la zona minera o sus alrededores y que la distancia entre ésta y el pueblo indígena (Alfonsdorp) más cercano era aproximadamente 6.3 km. Asimismo, el Estado señaló que en la actualidad no existían actividades de exploración o explotación en el área, sin embargo, la empresa Suralco tenía la intención de reiniciar actividades de

---

<sup>152</sup> De acuerdo con el Estado, los registros públicos muestran que, efectivamente, los títulos, en un número limitado de parcelas, fueron emitidos a individuos no indígenas, pero que también a personas indígenas como Cornelis Pierre quien solicitó y obtuvo un arrendamiento a largo plazo de dos parcelas en Erowarte de Tuinstad Albina.

<sup>153</sup> El Estado alegó que la tierra reclamada por los Pueblos Kaliña y Lokono está bajo la jurisdicción de 3 administraciones: Galibi, Albina y Patamacca. Galibi alberga 677 personas de pueblos indígenas y 5 maroons; Albina 915 personas indígenas y 3,082 maroons, y Patamacca al sur del distrito de Marowijne, alberga 412 maroons pero no tiene registros de personas indígenas viviendo en esa área (expediente de fondo, folio 583).

<sup>154</sup> El Estado alegó que los indígenas pueden usar libremente los recursos de las tres reservas naturales en el área del Bajo Marowijne, ya que no se les aplican las restricciones de los otros habitantes surinameses, tales como las licencias oficiales para la pesca y caza (expediente de fondo, folio 587). Asimismo, afirmó que el Estado ha priorizado la participación de los miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono en la administración de las actividades en las reservas en la región del Bajo Marowijne respetando e incluyendo su conocimiento tradicional. El Estado puso como ejemplo la promoción de actividades como el turismo en la reserva de Galibi, donde se contrataba por tiempo completo o por temporada a miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono, por tiempo completo o por temporadas, para el apoyo en el monitoreo de las tortugas marinas. Adicionalmente, el Estado afirma que renta botes y alojamiento de la comunidad local (expediente de fondo, folio 588). *Cfr. Affidavit* de Claudine Sakimin de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 479 y 480).

<sup>155</sup> El Estado destacó que el 85% de la economía dependía de los recursos naturales, por lo que requería de su control debido a que esto implicaba un asunto de seguridad nacional (expediente de fondo, folio 604).

exploración, por lo que un grupo de exploración recolectaría muestras de bauxita del área. De igual manera, el Estado alegó que estas actividades mineras no tuvieron efectos nocivos sobre la comunidad y que las presuntas víctimas, en todo caso, fueron compensadas por los posibles daños que les podría haber causado las concesiones mineras, ya que se vieron beneficiados al contar con la posibilidad de utilizar el camino existente para sus actividades de tala y transporte de madera.

## **B. Consideraciones de la Corte**

### **B.1 Interpretación del derecho a la propiedad colectiva y participación en asuntos públicos de los pueblos indígenas en el presente caso**

122. De conformidad con lo dispuesto por esta Corte en el 2007, en el *caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, la legislación interna de Surinam no reconoce el derecho a la propiedad comunal de los miembros de sus pueblos tribales y no ha ratificado el Convenio No. 169 de la OIT<sup>156</sup>. No obstante, Surinam ratificó tanto el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (PIDCP), como el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales<sup>157</sup> (PIDESC), y votó a favor de la Declaración de Naciones Unidas sobre Pueblos Indígenas. El Comité sobre Derechos Económicos, Sociales y Culturales, que es el organismo de expertos independientes que supervisa la implementación del PIDESC por parte de los Estados Parte, ha interpretado el artículo 1 en común de dichos pactos como aplicable a los pueblos indígenas<sup>158</sup>. Al respecto, en virtud del derecho a la autodeterminación de los pueblos indígenas conforme a dicho artículo 1, los pueblos podrán “proveer[r] asimismo a su desarrollo económico, social y cultural” y pueden “disponer libremente de sus riquezas y recursos naturales” para que no se los prive de “sus propios medios de subsistencia”<sup>159</sup>. Conforme al artículo 29.b de la Convención Americana, esta Corte no puede interpretar las disposiciones del artículo 21 de dicho instrumento en el sentido que limite el goce y ejercicio de los derechos reconocidos por Surinam en dichos Pactos<sup>160</sup>.

---

<sup>156</sup> Cfr. Organización Internacional del Trabajo (OIT), Convenio No. 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en los Países Independientes, adoptado el 27 de junio de 1989 y vigente desde el 5 de septiembre de 1991. Disponible en: <http://www.ilo.org/indigenous/Conventions/no169/lang--es/index.htm>. Sin embargo, la Declaración de Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas fue aprobada con el apoyo del Estado de Surinam, cuyo artículo 32 reconoce el derecho a la consulta. Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 131, nota a pie de página 128, y Organización de Naciones Unidas (ONU), Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, Resolución 61/295, 107ª sesión plenaria de la Asamblea General, 13 de septiembre de 2007. Disponible en: [http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_es.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_es.pdf).

<sup>157</sup> Surinam ratificó ambos el 28 de diciembre de 1976. *Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos*, 19 Diciembre 1966, 99U.N.T.S. 171, Can T.S. 1976 No. 47, 6 I.L.M. 368 (entró en vigencia el 23 de marzo de 1976), y *Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales*, 16 Diciembre 1966, 993 U.N.T.S. 3, 6 I.L.M. 368 (entró en vigencia el 3 de enero de 1976).

<sup>158</sup> Cfr. ONU, Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, *Consideración de Informes presentados por Estados Partes bajo los Artículos 16 y 17 del Pacto. Observaciones Finales sobre la Federación Rusa (trigésimo primer sesión)*. N.U. Doc. E/C.12/1/Add.94, 12 de diciembre de 2003, párr. 11, en el cual el Comité expresó preocupación por la “situación precaria de las comunidades indígenas en el Estado Parte, las cuales afectan su derecho a la autodeterminación según el artículo 1 del Pacto”.

<sup>159</sup> El artículo 1.1 común del PIDCP y PIDESC, establece que “[t]odos los pueblos tienen el derecho de libre determinación. En virtud de este derecho establecen libremente su condición política y proveen asimismo a su desarrollo económico, social y cultural”.

<sup>160</sup> Cfr. Artículo 29 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párrs. 93 *Interpretación de la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre en el Marco del Artículo 64 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos*. Opinión Consultiva OC-10/89 de 14 de julio de 1989. Serie A No. 10, párr. 37, y *El Derecho a la Información sobre la Asistencia Consular en el Marco de las Garantías del Debido Proceso Legal*. Opinión Consultiva OC-16/99 de 1 de octubre de 1999. Serie A No. 16, párrs. 113 a 115 (sosteniendo una interpretación de los instrumentos internacionales de derechos humanos que tenga en consideración el desarrollo progresivo del *corpus juris gentium* del derecho internacional de los derechos humanos en el tiempo y en su estado actual).

123. Asimismo, el Comité de Derechos Humanos ha analizado las obligaciones de los Estados Parte del PIDCP, incluido Surinam, bajo el artículo 27 de dicho instrumento y notó que "no se negará a las personas que pertenezcan a dichas minorías el derecho que les corresponde, en comunidad con los demás miembros de su grupo, a gozar de su propia cultura, [la cual] podrá consistir en un modo de vida que está fuertemente asociado con el territorio y el uso de sus recursos naturales. Esto podría ser particularmente cierto de los miembros de comunidades indígenas que constituyen una minoría"<sup>161</sup>.

124. El análisis anterior sustenta una interpretación del artículo 21 de la Convención Americana al grado de exigir el derecho de los integrantes de los pueblos indígenas y tribales a que determinen y gocen, libremente, de su propio desarrollo social, cultural y económico, el cual incluye el derecho a gozar de la particular relación espiritual con el territorio que han usado y ocupado tradicionalmente. Por ello, en el presente caso, el derecho a la propiedad protegido conforme al artículo 21 de la Convención Americana, e interpretado a la luz de los derechos reconocidos en los artículos 1 en común y 27 del PIDCP, los cuales no podrán ser restringidos al interpretar la Convención Americana en el presente caso, confiere a los integrantes de los Pueblos Kaliña y Lokono el derecho al goce de su propiedad de conformidad con su tradición comunitaria<sup>162</sup>.

125. Aplicando el criterio mencionado al presente caso, la Corte, concluye que los Pueblos Kaliña y Lokono conformados como pueblos indígenas, se encuentran protegidos por el derecho internacional de los derechos humanos que garantiza el derecho al territorio colectivo que han usado y ocupado tradicionalmente, derivado del uso y ocupación de la tierra y de los recursos necesarios para su subsistencia física y cultural y, asimismo, que el Estado tiene la obligación de adoptar medidas especiales para reconocer, respetar, proteger y garantizar a sus integrantes el derecho de propiedad comunal respecto de dicho territorio<sup>163</sup>.

126. Asimismo, la Corte considera importante resaltar que si bien las partes no han alegado la violación del artículo 23 de la Convención durante el procedimiento ante este Tribunal, estima pertinente aplicar el principio *iura novit curia*, el cual "permite estudiar la posible violación de las normas de la Convención que no han sido alegadas en los escritos presentados por las partes, siempre y cuando éstas hayan tenido la oportunidad de expresar sus respectivas posiciones en relación con los hechos que las sustentan"<sup>164</sup>. Por lo que la Corte se pronunciará respecto de este derecho.

127. En vista de lo anterior, a la luz de los alegatos de las partes, la Corte constata que las violaciones alegadas se relacionan con cuatro controversias principales: a) la falta de reconocimiento del derecho a la propiedad colectiva y la ausencia de delimitación, demarcación y titulación de las tierras ancestrales de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono; b) el

---

<sup>161</sup> *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 94. ONU, Comité de Derechos Humanos, *Comentario General No. 23. Los derechos de las minorías (Artículo 27)* (quincuagésima sesión, 1994), ONU. Doc. CCPR/C/21Rev.1/Add.5, 4 de agosto de 1994, párrs. 1 y 3.2.

<sup>162</sup> *Cfr. Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 95.

<sup>163</sup> *Cfr. Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 96.

<sup>164</sup> *Cfr. Caso Velásquez Rodríguez. Fondo, supra*, párr. 163, y *Caso de personas dominicanas y haitianas expulsadas Vs. República Dominicana. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de agosto de 2014. Serie C No.282, párr. 305. El Estado no hizo ninguna observación con respecto a la alegada violación del derecho de acceso a la información durante la etapa de fondo ante la Comisión, a pesar de que dichas alegaciones hechas por los representantes fueron puestas en su conocimiento, por lo que el Estado tuvo la oportunidad de expresar su posición respecto a dichos hechos. Asimismo, durante la diligencia *in situ* alegó que en Surinam no se negaba al acceso al Registro Público.

otorgamiento de títulos de propiedad y de otra naturaleza a personas no indígenas dentro del territorio reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono; c) las afectaciones en el uso y goce de las áreas de las reservas naturales dentro de los alegados territorios tradicionales, y d) la falta de participación efectiva, a través de un proceso de consulta frente a las concesiones mineras dentro de una de las reservas naturales en el territorio ancestral.

128. El Tribunal nota que a pesar de que el Estado reconoció el establecimiento de reservas naturales y la expedición de concesiones de minería, estas fueron otorgadas antes de la ratificación de la Convención por parte de Surinam en el año 1987. No obstante que el Estado no interpuso una excepción preliminar al respecto, la Corte tomará en cuenta su competencia *ratione temporis*, en relación con las controversias señaladas en el párrafo anterior.

## **B.2 La falta de reconocimiento del derecho a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono**

### **B.2.1 El derecho a la propiedad colectiva y el deber de delimitar, demarcar, titular y garantizar el uso y goce del territorio colectivo**

129. La Corte recuerda su jurisprudencia en la materia, en el sentido que el artículo 21 de la Convención Americana protege la estrecha vinculación que los pueblos indígenas guardan con sus tierras, así como con los recursos naturales de las mismas y los elementos incorporales que se desprendan de ellos. "Entre los pueblos indígenas existe una tradición comunitaria sobre la propiedad colectiva de la tierra, en el sentido de que la pertenencia a ésta no se centra en un individuo sino en el grupo y su comunidad. Tales nociones del dominio y de la posesión sobre las tierras no necesariamente corresponden a la concepción clásica de propiedad, pero la Corte ha establecido que merecen igual protección del artículo 21 de la Convención Americana. Desconocer las versiones específicas del ejercicio del derecho al uso y goce de los bienes, dadas por la cultura, usos, costumbres y creencias de cada pueblo, equivaldría a sostener que solamente existe una forma de usar y disponer de los bienes, lo que a su vez significaría hacer ilusoria la protección de tal disposición para estos colectivos"<sup>165</sup>.

130. La Corte ha considerado que los indígenas, por el hecho de su propia existencia tienen derecho a vivir libremente en sus territorios. Asimismo, la estrecha relación que los indígenas mantienen con la tierra debe ser reconocida y comprendida como la base fundamental de su cultura, vida espiritual, integridad y sistema económico. "Para las comunidades indígenas la relación con la tierra no es meramente una cuestión de posesión y producción sino un elemento material y espiritual del que deben gozar plenamente, inclusive para preservar su legado cultural y transmitirlo a las generaciones futuras"<sup>166</sup>. La cultura de los miembros de las comunidades indígenas corresponde a una forma de vida particular de ser, ver y actuar en el mundo, constituido a partir de su estrecha relación con sus tierras tradicionales y recursos naturales, no sólo por ser estos su principal medio de subsistencia, sino además porque constituyen un elemento integrante de su cosmovisión, religiosidad y, por ende, de su identidad cultural<sup>167</sup>, por lo que la protección y garantía del derecho al uso y goce de su

---

<sup>165</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de marzo de 2006. Serie C. 146, párr. 120, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 165.

<sup>166</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni Vs. Nicaragua. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2001. Serie C No. 79, párr. 149, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 166.

<sup>167</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 17 de junio de 2005. Serie C No. 125, párr. 135, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 166.

territorio, es necesaria para garantizar no sólo la supervivencia sino el desarrollo y evolución como pueblo de estas comunidades<sup>168</sup>.

131. A lo largo de su jurisprudencia en la materia, la Corte ha enfatizado la relevancia de garantizar la protección del carácter colectivo de la propiedad indígena (*supra* párr. 129). Al respecto, en los casos paraguayos de las comunidades *Yakye Axa*, *Sawhoyamaxa* y *Xákmok Kásek* se estableció que: a) la posesión tradicional de los indígenas sobre sus tierras tiene efectos equivalentes al título de pleno dominio que otorga el Estado, por lo que el área poseída en la práctica es equivalente a la propiedad; b) los miembros de los pueblos indígenas que por causas ajenas a su voluntad han salido o perdido la posesión de sus tierras tradicionales mantienen el derecho de propiedad sobre las mismas, aún a falta de título legal, salvo cuando las tierras hayan sido legítimamente trasladadas a terceros de buena fe, y c) los miembros de los pueblos indígenas que involuntariamente han perdido la posesión de sus tierras, y éstas han sido trasladadas legítimamente a terceros inocentes, tienen el derecho de recuperarlas o obtener otras tierras de igual extensión y calidad<sup>169</sup>.

132. Por su parte, en cuanto a las garantías del uso y goce de la propiedad, en el caso de la Comunidad *Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua* la Corte señaló que los Estados deben garantizar la propiedad efectiva de los pueblos indígenas y abstenerse de realizar actos que puedan llevar a que los agentes del propio Estado, o terceros que actúen con su aquiescencia o su tolerancia, afecten la existencia, valor, uso o goce de su territorio<sup>170</sup>. En el caso del Pueblo *Saramaka Vs. Surinam* se estableció que los Estados deben garantizar el derecho de los pueblos indígenas de controlar efectivamente y ser propietarios de su territorio sin ningún tipo de interferencia externa de terceros<sup>171</sup>. En el caso *Sarayaku Vs. Ecuador* se dispuso que los Estados deben garantizar el derecho de los pueblos indígenas y tribales para el control y uso de su territorio y recursos naturales<sup>172</sup>.

### **B.2.1.1 Respeto de la falta de delimitación, demarcación y titulación en el caso**

133. La Corte ha establecido que, en atención al principio de seguridad jurídica, es necesario materializar los derechos territoriales de los pueblos indígenas a través de la adopción de medidas legislativas y administrativas necesarias para crear un mecanismo efectivo de delimitación, demarcación y titulación, que reconozca tales derechos en la práctica<sup>173</sup>. Lo anterior, considerando que el reconocimiento de los derechos de propiedad comunal indígena

---

<sup>168</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párrs. 124, 135 y 137, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 166.

<sup>169</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párrs. 131 y 137; *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa*, *supra*, párr. 128, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de agosto de 2010. Serie C No. 214, párr. 109.

<sup>170</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, *supra*, párrs. 153 y 164.

<sup>171</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 115.

<sup>172</sup> Cfr. *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 146.

Adicionalmente, en el caso de la *Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, en el cual la comunidad tenía ya título de propiedad, la Corte estableció que el Estado debe garantizar el uso y goce efectivo de la propiedad indígena o tribal, para lo cual proceden diversas medidas, entre ellas "el saneamiento, [el cual] consiste en un proceso que deriva en la obligación del Estado de remover cualquier tipo de interferencia sobre el territorio en cuestión [...] a fin de que la Comunidad [en cuestión] pueda hacer uso y goce pacífico y efectivo de su dominio pleno de la propiedad colectiva". *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 181.

<sup>173</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, *supra*, párr. 153 y 164, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros Vs. Panamá. Excepciones Preliminares, fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 14 de octubre de 2014. Serie C No. 284, párr. 119.

debe garantizarse a través del otorgamiento de un título de propiedad formal, u otra forma similar de reconocimiento estatal, que otorgue seguridad jurídica a la tenencia indígena de la tierra frente a la acción de terceros o de los agentes del propio Estado, y que este "reconocimiento meramente abstracto o jurídico de las tierras, territorios o recursos indígenas carece prácticamente de sentido si no se [establece, delimita y demarca] físicamente la propiedad"<sup>174</sup>.

134. Al respecto, en el caso del *Pueblo Saramaka* la Corte determinó que el marco legal del Estado de Surinam "meramente le otorga[ba] a los integrantes del pueblo [...] un privilegio para usar la tierra, el cual no le garantiza[ba] el derecho de controlar efectivamente y ser propietarios de su territorio sin ningún tipo de interferencia externa [... Por tanto,] [a] fin de obtener [un] título, el territorio que los miembros de [los] pueblo[s] [...] han usado y ocupado tradicionalmente debe ser primero demarcado y delimitado, a través de consultas realizadas con dicho pueblo y con los pueblos vecinos"<sup>175</sup>.

135. La Corte hace notar que el artículo 10 del Acuerdo de Paz de Lelydorp de 1992 establecía el compromiso del Estado con los pueblos indígenas y tribales de demarcar y otorgar títulos legítimos en sus territorios (*supra* párr. 51).

136. De la prueba obrante en el expediente, así como de la diligencia *in situ* realizada por la delegación de la Corte, quedó evidenciado que, en la actualidad Surinam aún no reconoce el derecho a la propiedad colectiva de pueblos indígenas y tribales, tampoco existen mecanismos o procedimientos para delimitar los territorios tradicionales. Como consecuencia, los Pueblos Kaliña y Lokono no cuentan con ningún tipo de garantía o título respecto del territorio y hábitat que tradicionalmente han ocupado ni del que actualmente tienen posesión. Además, el Estado no ha realizado ninguna acción a fin de delimitar, demarcar y titular el territorio tradicional ni garantizar el uso y goce de su territorio frente a terceros.

137. Respecto de la extensión del territorio tradicional y ocupación por otros pueblos tribales (maroons), en el presente caso, los representantes han señalado que el territorio tradicional comprende una extensión aproximada de 133,945 ha y han remitido un mapa con las áreas aproximadas que dicho territorio abarcaría (*supra* párrs. 8 y 30).

138. La Corte ha establecido que los derechos territoriales de los pueblos indígenas "abarcan un concepto más amplio y diferente que está relacionado con el derecho colectivo a la supervivencia como pueblo organizado, con el control de su hábitat como una condición necesaria para la reproducción de su cultura, para su propio desarrollo y para llevar a cabo sus planes de vida"<sup>176</sup>. "La propiedad sobre la tierra garantiza que los miembros de las comunidades indígenas conserven su patrimonio cultural"<sup>177</sup>.

139. Cabe precisar, que para efectos de la delimitación, demarcación y titulación del territorio tradicional en el presente caso, la Corte estima que el derecho a la propiedad de los pueblos indígenas y tribales contempla garantías plenas sobre los territorios que tradicionalmente han poseído, ocupado, y utilizado para ejercer su propia forma de vida,

---

<sup>174</sup> *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa, supra*, párr. 143, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 169.

<sup>175</sup> *Cfr. Caso de la Comunidad Moiwana, supra*, párr. 210, y *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 115.

<sup>176</sup> *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa, supra*, párr. 146, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros, supra*, párr. 143.

<sup>177</sup> *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa, supra*, párr. 146.

subsistencia, tradiciones, cultura y desarrollo como pueblos<sup>178</sup>. Sin perjuicio de lo anterior, existirían otras áreas tradicionales complementarias o adicionales a las que hayan tenido acceso para sus actividades tradicionales o de subsistencia (que en su caso pueden compartir otros fines), respecto de las que se debe garantizar, al menos, su acceso y uso en la medida que corresponda.

140. Asimismo, la Corte ha constatado que efectivamente dentro del territorio alegado como tradicional por los Pueblos Kaliña y Lokono, habrían al menos 10 asentamientos maroons que estarían excluidos de dicho reclamo, a saber: 1) Albina; 2) Papatam; 3) Mankelekampu; 4) Mariakondre; 5) Eduardkondre; 6) Akoloikondre; 7) Bamboesi; 8) Koni; 9) Moengotapu, y 10) Adjoemakondre (*supra* párr. 47). Sin embargo, la Corte carece de información suficiente que le permita aclarar los argumentos relacionados con posibles asentamientos maroons en: 1) Bilokondre; 2) Krontokondre; 3) Soke; 4) Pakirakondre; 5) Mopikondre; 6) Onikaikondre; 7) Manjabong; 8) Bonikondre o Baajoebekampu; 9) Nengrekriki; 10) Solegakampu, y 11) Brunswijkkamp (*supra* párrs. 48 y 49).

141. Sin perjuicio de lo anterior, siendo que es un deber del Estado delimitar los territorios tradicionales<sup>179</sup>, corresponde a éste, mediante un proceso consultivo y a través de las medidas necesarias de carácter administrativo y legales, conforme a los estándares internacionales en la materia, primeramente delimitar los territorios que le corresponden a los Pueblos Kaliña y Lokono, de conformidad con el párrafo 139 de esta Sentencia, para así proceder a demarcarlos y titularlos, garantizando su uso y goce efectivo. Para ello, el Estado también debe respetar los derechos que le puedan asistir a los pueblos tribales o sus miembros en el área. Para ello, el Estado deberá desarrollar, de común acuerdo con las comunidades indígenas y maroons, reglas de convivencia pacíficas y armoniosas en el territorio en cuestión<sup>180</sup>.

142. En vista de lo señalado, la falta de delimitación, demarcación y titulación de los territorios de los Pueblos Kaliña y Lokono por parte del Estado ha violado el derecho a la propiedad colectiva, reconocido en el artículo 21 de la Convención Americana, y el deber de adoptar medidas de derecho interno, establecido en el artículo 2 de la misma, en perjuicio de tales pueblos.

### **B.2.2 Respetto del derecho a solicitar la reivindicación del territorio ante la existencia de títulos individuales a favor de terceros no indígenas ni tribales**

143. En el presente apartado, corresponde al Tribunal analizar las alegadas afectaciones con motivo de la titulación a terceros en el territorio reclamado como tradicional por los Pueblos Kaliña y Lokono y con ello determinar sí, en su caso, les asiste el derecho a la reivindicación en su favor. Por ello, el Tribunal considerará la existencia de dichos títulos, la posesión de las tierras reclamadas, la vigencia del derecho de reivindicación, así como la ponderación entre los derechos a la propiedad privada y colectiva.

---

<sup>178</sup> En este mismo sentido, la Declaración sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de la ONU reconoce en su artículo 26 derecho a las tierras, territorios y recursos que tradicionalmente han poseído, ocupado o utilizado o adquirido, así como el derecho a poseer, utilizar, desarrollar y controlar esas tierras, por lo que los Estados deben asegurar el reconocimiento y protección jurídica de esos territorios respetando las costumbres, tradiciones y los sistemas de tenencia de la tierra de los pueblos indígenas. ONU, Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, *supra*.

<sup>179</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni*, *supra*, párr. 153, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*, *supra*, párr. 119.

<sup>180</sup> Cfr. *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 326.

144. La Corte ha constatado que diversos Pueblos Kaliña y el Pueblo Lokono de Marijkedorp (Wan Shi Sha) habitaban tradicionalmente al margen del río Marowijne, tal como lo señalaron los relatos orales de los ancianos<sup>181</sup>, con el cual han mantenido una fuerte relación material y espiritual conforme a diversas declaraciones (*supra* párrs. 30 y 33), y son reconocidos en Surinam como los “Pueblos del Bajo Marowijne” (*supra* párr. 29).

145. Asimismo, el Tribunal ha establecido que es un hecho no controvertido que en 1975, el Estado inició un proyecto de parcelación urbano llamado “Tuinstad Albina” (Garden City Albina) paralelo al río Marowijne, en las cercanías de los pueblos Erowarte, Tapuku, Pierrekondre y Marijkedorp (Wan Shi Sha) y que algunas de estas parcelas fueron entregadas a personas no indígenas, a través de la emisión de títulos de propiedad y arrendamientos a corto y largo plazo, hasta por lo menos el año 2013, sobre parte de las tierras tradicionales de los Pueblos Kaliña y Lokono (*supra* párrs. 96 a 98).

146. A pesar de que el Tribunal no cuenta con información clara respecto a la cantidad, ubicación, extensión y fechas de emisión de los títulos de propiedad o arrendamiento, de la información como prueba para mejor resolver enviada por el Estado, se comprueba al menos la existencia de diversos títulos inscritos en el registro de la Oficina de Dominios de Surinam, todos localizados en el proyecto de Tuinstad Albina (*supra* párr. 27). Algunos de ellos serían de propiedad privada, y otros de arrendamientos a corto y largo plazo otorgados a privados sobre tierras en las que el Estado sería el propietario. Por otro lado, en el acervo probatorio del caso, existe una lista parcial con los nombres de aproximadamente 17 personas no indígenas que poseerían títulos en los territorios de los pueblos de Pierrekondre y Marijkedorp (Wan Shi Sha)<sup>182</sup>. Se desconoce la calidad de dichos títulos otorgados (propiedad o arrendamiento).

147. Adicionalmente, durante la diligencia *in situ*, la delegación de la Corte pudo constatar la existencia de diversas edificaciones en los territorios de Pierrekondre y Marijkedorp (Wan Shi Sha), localizadas al margen del río Marowijne, las cuales serían presuntamente casas vacacionales de terceros<sup>183</sup>. Dichas construcciones contarían con dispositivos de seguridad con el fin de impedir el acceso al inmueble, restringiendo con ello, el acceso al río. Asimismo, se observó la construcción de un pequeño edificio, el cual, según los representantes, consistiría en un hotel-casino<sup>184</sup>. En este sentido, la Corte constató que parte del territorio reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono, se encuentra en posesión de terceras personas no indígenas, pero a pesar de ello, los miembros de dichos Pueblos “aún consideran que esas tierras son suyas en la actualidad<sup>185</sup>”.

---

<sup>181</sup> Cfr. Traditional use and management of the Lower Marowijne area by the Kaliña and Lokono, *supra* (expediente de prueba, folio 40). Asimismo, Grace Watamaleo señaló que su pueblo Wan Shi Sha estaba localizado en el margen izquierdo del río Marowijne, entre la ciudad de Albina y el pueblo indígena de Pierrekondre. Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 442).

<sup>182</sup> Cfr. Lista parcial de personas no indígenas que ostentan títulos dentro del territorio indígena de Lower Marowijne (expediente de anexos al informe de fondo, folio 365). Dichas personas serían: a) en Pierrekondre: 1. Mr. Ramlal; 2. Mr. Findlay; 3. Mrs. Ramdath; 4. Mr. Tjon Tjin Joe; 5. Mr. Tjon a Tjoen; 6. Mr. Tjoe a Long; 7. Mr. Hee On; 8. Mr. De Vries; 9. Mr. Quartier, y 10. Mr. Ferreira, y b) en Marijkedorp (Wan Shi Sha): 11. Mr. Tjon a Tjoen; 12. Mr. Tjon a Tjoen; 13. Mr. Tjanga-sin; 14. Mr. Liesdeck; 15. De Surinaamse Bank; 16. Mr. Tjon Sienki, y 17. Mr. Dinesh Boekha.

<sup>183</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 443) y Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso.

<sup>184</sup> Si bien se constató la construcción del edificio, la delegación de la Corte no ha podido comprobar del material probatorio del expediente ante el Tribunal ni de la diligencia *in situ*, si dicha construcción estaría destinada a ser un hotel o casino.

<sup>185</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 444).



148. Asimismo, la Corte corroboró durante la diligencia *in situ* que la zona habitacional de los pueblos de Erowarte, Tapuku, Pierrekondre, Marijkedorp (Wan Shi Sha), se encuentra de manera contigua, a unos pocos metros de distancia de las edificaciones de los pueblos indígenas de la zona<sup>186</sup>.

149. Al respecto, la constante jurisprudencia de la Corte ha establecido que los pueblos indígenas y tribales que involuntariamente han perdido sus tierras tradicionales, y éstas han sido trasladadas legítimamente a terceros inocentes, tienen el derecho a solicitar la reivindicación o a obtener otras tierras de igual extensión y calidad<sup>187</sup>.

150. De igual manera, tal cómo se estableció en los casos de las comunidades indígenas de *Moiwana*, *Yakye Axa*, *Sawhoyamaxa* y *Xákmok Kásek*, la base espiritual y material de la identidad de los pueblos indígenas se sustenta principalmente en su relación única con sus tierras tradicionales, por lo que mientras esa relación exista, el derecho a solicitar la reivindicación de dichas tierras permanecerá vigente. Si esta relación hubiera dejado de existir, también se extinguiría ese derecho<sup>188</sup>. En este sentido, la Corte analizará el derecho de los Pueblos Kaliña y Lokono a solicitar la reivindicación de sus territorios tradicionales.

151. Para determinar la existencia de la relación de los pueblos indígenas con sus tierras tradicionales, la Corte ha establecido que: i) ésta puede expresarse de distintas maneras según el pueblo indígena del que se trate y las circunstancias concretas en que se encuentre, y ii) la relación con las tierras debe ser posible. Algunas formas de expresión de esta relación podrían incluir el uso o presencia tradicional, a través de lazos espirituales o ceremoniales; asentamientos o cultivos esporádicos; caza, pesca o recolección estacional o nómada; uso de recursos naturales ligados a sus costumbres, y cualquier otro elemento característico de su cultura<sup>189</sup>. El segundo elemento implica que los miembros de los pueblos indígenas no se vean impedidos, por causas ajenas a su voluntad, a realizar aquellas actividades que revelan la persistencia de la relación con sus tierras tradicionales<sup>190</sup>.

152. En el presente caso, la Corte observa que la relación de los miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono con su territorio tradicional se manifiesta, *inter alia*, en el desarrollo de sus actividades tradicionales dentro de las tierras reclamadas (*supra* párrs. 33 y 34), así como en la relación intrínseca y material con el río Marowijne, siendo este un elemento fundamental de su identidad cultural, tradiciones y fuente de supervivencia (*supra* párr 35). En efecto, el río es utilizado por los miembros de dichos pueblos para atracar sus botes, pescar, bañarse y lavar su vestimenta (*supra* párr. 98). Adicionalmente, la Capitana Grace Watamaleo señaló que

---

<sup>186</sup> La presunta víctima Grace Watamaleo señaló mediante *affidavit* que “[quería ser] muy clara respecto a que [esas] casas [de los terceros] [estaban] en sus pueblos y al costado de donde [los indígenas tenían] sus casas. [Era] como si alguien construyera una casa en [su] patio trasero. Muchas personas de [su] comunidad mira[ban] desde sus ventanas o puertas de entrada y [podían] ver esas casas. [Estaban] a metros de distancia de [sus] viviendas y no en una parte deshabitada de [sus] tierras”. De igual manera, la presunta víctima Capitán Jona Gunther declaró durante la audiencia pública que las casas de terceros habían sido construidas de cinco a diez metros de distancia de las viviendas indígenas. *Cfr. Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 444) y Declaración del Capitán Jona Gunther rendida durante la audiencia pública celebrada en el presente caso.

<sup>187</sup> *Cfr. Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa, supra*, párr. 128, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 173.

<sup>188</sup> *Cfr. Caso de la Comunidad Moiwana, supra*, párrs. 131 y 133; *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa, supra*, párrs. 131, 135, 137 y 154; *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa, supra*, párrs. 127, 130 y 131, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek, supra*, párr. 112.

<sup>189</sup> *Cfr. Caso Comunidad Indígena Yakye Axa, supra*, párr. 154, y *Caso Pueblo Indígena Sarayaku, supra*, párr. 148.

<sup>190</sup> *Cfr. Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa, supra*, párr. 132, y *Caso Pueblo Indígena Sarayaku, supra*, párr. 148.

“ellos tenían una fuerte conexión espiritual con el río Marowijne, el cual cumplía un rol central en su identidad cultural y tradiciones [,] y a través del cual entendían que ellos pertenecían tanto a [ese lugar] como [ese lugar] les pertenecía a ellos”<sup>191</sup>. Sin embargo, diversos testimonios de miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono (*supra* párr. 98) fueron consistentes en señalar que los propietarios de los inmuebles les han restringido el acceso directo al río Marowijne, lo cual fue corroborado durante la diligencia *in situ*.

153. Por otro lado, el Tribunal ya ha establecido que Surinam no reconoce el derecho a la propiedad colectiva, por lo que los Pueblos Kaliña y Lokono no han logrado que sus territorios reclamados sean delimitados, demarcados y titulados, a pesar de que el Estado se comprometió a garantizar dicho derecho y a demarcar las tierras residenciales indígenas en el Acuerdo de Paz de Lelydorp de 1992 (*supra* párr. 51). Por el contrario, Surinam ha emitido títulos individuales en favor de personas no indígenas en los territorios reclamados. Ante dicha situación, y debido a la ausencia de un recurso para lograr la protección de sus derechos (*infrapárrs.* 249 y 258), los Pueblos Kaliña y Lokono intentaron diversas acciones para lograr el reconocimiento del derecho a la propiedad colectiva y el cese de las titulaciones. Al respecto, la Corte constató diversas acciones de reclamo realizadas desde 1972 hasta al menos 2013, respecto de la presencia de terceros en sus territorios<sup>192</sup> (*supra* párrs. 59 a 69). Con base en ello, el Tribunal considera que el Estado conocía los reclamos territoriales de los Pueblos Kaliña y Lokono, y aun así, sin otorgar respuesta a ninguna de sus peticiones, continuó emitiendo títulos privados en su perjuicio, a pesar de que ellos alegaban que dicha área era parte de su territorio ancestral. En este sentido, el Estado no garantizó el uso y goce de su territorio, sin ninguna interferencia externa<sup>193</sup>.

154. Con fundamento en lo anterior, este Tribunal concluye que se ha restringido a dichos pueblos el acceso directo al río Marowijne y por ende, el uso y goce de los territorios tradicionales contiguos al río. No obstante, la Corte estima que permanece vigente el derecho de los Pueblos Kaliña y Lokono a solicitar la reivindicación de sus tierras tradicionales, actualmente en posesión y propiedad de terceros no indígenas<sup>194</sup>.

155. Sin perjuicio de lo anterior, la Corte reitera su jurisprudencia en el sentido que tanto la propiedad privada de los particulares como la propiedad colectiva de los miembros de las comunidades indígenas tienen la protección convencional que les otorga el artículo 21 de la Convención Americana<sup>195</sup>. Sobre el particular, la Corte ha señalado que cuando existan conflictos de intereses en las reivindicaciones indígenas, o el derecho a la propiedad comunal indígena y la propiedad privada particular entran en contradicciones reales o aparentes, habrá de valorarse caso por caso la legalidad, necesidad, proporcionalidad y el logro de un objetivo

---

<sup>191</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 444).

<sup>192</sup> Dentro de las cuales se encuentran: a) peticiones a la Comisión de Independencia en 1972; b) interposición de tres demandas ante tribunales internos en 1975 y 1976; c) marcha de 142 Km. a Paramaribo para protestar en contradel proyecto de parcelación; d) denuncias debido a la existencia de propiedades privadas y concesiones en casos como *Tjang A Sjin v. Zaalman y otros* y *Celientje Martina Joeroeja-Koewie y otros v. Surinam & Surinam Stone & Industries N.V.*; e) peticiones formales ante el Presidente de Surinam en tres oportunidades (2003, 2004 y 2005) con base en el artículo 22 de la Constitución (derecho de petición) para lograr el reconocimiento de su territorio; f) reuniones con altas autoridades en 2003, y g) peticiones interpuestas por la organización CLIM en nombre de los Pueblos y por los Capitanes de los ocho Pueblos del Bajo Marowijne en cuatro oportunidades (2004, 2006, 2007, 2013) solicitando la suspensión de entrega de títulos en la zona de Tuinstad Albina o de cualquier otra actividad que afectara su territorio, así como la impugnación de la construcción de una casa, una estación de gasolina, un centro comercial y un casino.

<sup>193</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni*, *supra*, párr. 153, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 233.

<sup>194</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párrs. 115 y 116.

<sup>195</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 143, y *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 89.

legítimo en una sociedad democrática<sup>196</sup> (utilidad pública e interés social), para restringir el derecho de propiedad privada, por un lado, o el derecho a las tierras tradicionales, por el otro<sup>197</sup>, sin que la limitación a este último, implique la denegación de su subsistencia como pueblo<sup>198</sup>. El contenido de cada uno de estos parámetros ha sido definido por el Tribunal en su jurisprudencia (*Caso Comunidad indígena Yakye Axa*<sup>199</sup> y en adelante).

156. En este sentido, a la Corte no le corresponde decidir si el derecho a la propiedad colectiva de los Pueblos Kaliña y Lokono debe primar sobre el derecho a la propiedad privada, por cuanto no es un tribunal de derecho interno que dirime las controversias entre particulares. Esa tarea corresponde exclusivamente al Estado<sup>200</sup>, sin discriminación alguna y tomando en cuenta los criterios y circunstancias anteriormente señaladas, entre ellas, la relación especial que los pueblos indígenas tienen con sus tierras<sup>201</sup>.

157. Asimismo, el Tribunal considera que el hecho de que las tierras reclamadas estén en manos privadas, no constituye *per se* un motivo suficiente para denegar *prima facie* las solicitudes indígenas<sup>202</sup>. Ello, posicionaría a los pueblos indígenas en una situación vulnerable donde los derechos a la propiedad individual pueden triunfar sobre los derechos a la propiedad comunal<sup>203</sup>, debido a la sola existencia de títulos en favor de los primeros, en detrimento de los segundos, como lo ocurrido en casos como *Tjang A Sjin v. Zaalman y Celientje Martina Joeroeja-Koewie y otros v. Surinam & Surinam Stone & Industries N.V.* (*supra* párrs. 62 a 64).

158. Lo anteriormente señalado, no significa que siempre que estén en conflicto los intereses territoriales particulares o estatales y los intereses territoriales de los miembros de las comunidades indígenas, prevalezcan los últimos por sobre los primeros<sup>204</sup>. Por ello, si el Estado

---

<sup>196</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 144 y 146, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 156. Sobre el juicio de proporcionalidad puede verse en el mismo sentido: *Caso Kimel Vs. Argentina. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 2 de mayo de 2008. Serie C No. 177, párr. 51, y *Caso Mémoli Vs. Argentina. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 22 de agosto de 2013. Serie C No. 265, párr. 127 y ss.

<sup>197</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párrs. 144 y 145, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 156.

<sup>198</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párrs. 146 a 148, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 156.

<sup>199</sup> El artículo 21.1 de la Convención dispone que “[l]a ley puede subordinar [el] uso y goce [de los bienes] al interés social”. La necesidad de las restricciones legalmente contempladas dependerá de que estén orientadas a satisfacer un interés público imperativo, siendo insuficiente que se demuestre, por ejemplo, que la ley cumple un propósito útil u oportuno. La proporcionalidad radica en que la restricción debe ajustarse estrechamente al logro de unlegítimo objetivo, interfiriendo en la menor medida posible en el efectivo ejercicio del derecho restringido. Finalmente, para que sean compatibles con la Convención las restricciones deben justificarse según objetivos colectivos que, por su importancia, preponderen claramente sobre la necesidad del pleno goce del derecho restringido. Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 145 y ss.

<sup>200</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa*, *supra*, párr. 136 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*, *supra*, párr. 144.

<sup>201</sup> Los Estados deben tener en cuenta que los derechos territoriales indígenas abarcan un concepto más amplio y diferente que está relacionado con el derecho colectivo a la supervivencia como pueblo organizado, con el control de su hábitat como una condición necesaria para la reproducción de su cultura, para su propio desarrollo y para llevar a cabo sus planes de vida. La propiedad sobre la tierra garantiza que los miembros de las comunidades indígenas conserven su patrimonio cultural. Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 146, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párrs. 145 y 146.

<sup>202</sup> En caso contrario, el derecho a la devolución carecería de sentido y no ofrecería una posibilidad real de recuperar las tierras tradicionales, limitándose únicamente a esperar la voluntad de los tenedores actuales, y forzando a los indígenas a aceptar tierras alternativas o indemnizaciones pecuniarias. Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa*, *supra*, párr. 138, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 310.

<sup>203</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 173.

<sup>204</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 149.

se ve imposibilitado, por razones objetivas, concretas y justificadas de adoptar medidas para devolver el territorio tradicional y los recursos comunales a los Pueblos Kaliña y Lokono<sup>205</sup>, luego de que se haya valorado adecuadamente conforme a lo indicado en esta Sentencia la posibilidad de expropiación<sup>206</sup> de los territorios de terceros, podrá el Estado ofrecer tierras alternativas de igual o mayor extensión y calidad, el pago de una justa indemnización o ambos de manera consensuada con los pueblos interesados<sup>207</sup> (*infra* párr. 281).

159. Sin perjuicio de lo anterior, el Estado deberá desarrollar, de común acuerdo con los Pueblos Kaliña y Lokono y los terceros, reglas de convivencia pacífica y armoniosas en las tierras en cuestión, que respeten los usos y costumbres de dichos pueblos y garanticen su acceso al río Marowijne (*infra* párr. 283).

160. Con base en lo expuesto, la Corte concluye que el Estado de Surinam tenía conocimiento de los reclamos de reivindicación de tierras de los Pueblos Kaliña y Lokono y continuó emitiendo títulos de propiedad y arrendamiento en favor de terceros privados, al menos hasta el 2013, a pesar de dichos reclamos concretos. Asimismo, el Tribunal reitera que la falta de delimitación, demarcación y titulación en favor de los Pueblos Kaliña y Lokono, potenció la continuidad de la emisión de títulos, sin que existiera en el fuero interno un recurso que les permitiera lograr la protección de sus derechos (*infra*, párr. 268), lo anterior en contravención del deber de garantía del artículo 21 de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 de la misma.

### **B.3 Reservas naturales en el territorio tradicional**

161. Respecto de las reservas naturales en el territorio alegado como tradicional, la Corte observa que los alegatos se relacionan, por un lado, con la creación y falta de consulta en el establecimiento de las reservas, así como su mantenimiento, y por otra parte, con ciertas restricciones para dichos pueblos dentro de las reservas. Así, la Corte procede a distinguir su competencia.

162. En relación con la creación de las reservas de Wia Wia (1966), Galibi (1969) y Wane Kreek (1986), la Corte reitera que no se pronunciará respecto de la creación de las mismas y otros hechos que hayan sido consumados con anterioridad al reconocimiento de su competencia. No obstante, sí se pronunciará respecto de “nuevos hechos” ocurridos con posterioridad a la fecha en que Surinam reconoció la competencia contenciosa de la Corte, “así como respecto de los hechos violatorios que, habiéndose iniciado con anterioridad a dicha fecha, hubiesen continuado o permanecido con posterioridad a ésta”<sup>208</sup>, es decir, el alegado mantenimiento de las reservas y las afectaciones en éstas.

---

<sup>205</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 149, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 325.

<sup>206</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 217, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 324.

<sup>207</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 149 y 151, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 325.

<sup>208</sup> *Caso Heliodoro Portugal Vs. Panamá. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 12 de agosto de 2008. Serie C No. 186, párr. 27, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*, *supra*, párr. 30.

### **B.3.1 El alegado mantenimiento de la reserva y reivindicación**

163. La Corte señaló que las tres reservas en su conjunto abarcan un aproximado de 59,800 ha de las 133,945 ha reclamadas en el presente caso, lo cual representa aproximadamente 45% del territorio total reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono (*supra* párr. 71).

164. La Corte ha establecido que la conexión entre el territorio y los recursos naturales que han usado tradicionalmente los pueblos indígenas y tribales, y que son necesarios para su supervivencia física y cultural, así como el desarrollo y continuidad de su cosmovisión, deben ser protegidos bajo el artículo 21 de la Convención. Esta protección tiene como fin el garantizar que los pueblos indígenas y tribales puedan continuar viviendo su modo de vida tradicional y que su identidad cultural, estructura social, sistema económico, costumbres, creencias y tradiciones distintivas serán respetados, garantizados y protegidos por los Estados<sup>209</sup>. Así, los pueblos indígenas tienen el derecho de ser titulares de los recursos naturales que han usado tradicionalmente dentro de su territorio, ya que sin ellos su supervivencia económica, social y cultural está en riesgo<sup>210</sup>.

165. Por otra parte, la Corte ha analizado a la luz de su jurisprudencia el derecho de reivindicación de las tierras colectivas que se encuentra en manos de privados o intereses estatales, para ello ha señalado que el Estado debe ponderar que las restricción sobre el territorio tradicional cumplan con los requisitos de legalidad, finalidad, necesidad y proporcionalidad (*supra*, párr. 155). En este sentido, por ejemplo, en el caso *Xákmok Kásek*, este Tribunal dispuso que “[...] el Estado deb[ía] adoptar las medidas necesarias para que [su legislación interna relativa a un área protegida] no [fuera] un obstáculo para la devolución de las tierras tradicionales a los miembros de la Comunidad”<sup>211</sup>. Cabe precisar que, en dicho caso, la determinación del área protegida se llevó a cabo dentro de la competencia de la Corte.

166. Respecto de la alegada violación por el mantenimiento de las zonas de reservas hasta la fecha, la Corte especifica que en vista de la falta de competencia para analizar su creación, se encuentra impedida de conocer aspectos relacionados con el proceso que derivó en la determinación técnica del área, los límites y zonas establecidas como áreas de reserva. Por otra parte, las violaciones ya acreditadas con motivo de la falta de reconocimiento de la propiedad de los Pueblos Kaliña y Lokono, así como la falta de delimitación de su territorio, no permiten a este Tribunal conocer cuál ha sido la extensión precisa de su territorio tradicional dentro de tales reservas, lo que ya ha acarreado la contravención del derecho a la propiedad colectiva (*supra* párr. 142). En consecuencia, esta Corte no cuenta con elementos de prueba certeros respecto de cuál sería el total de las áreas de reservas reclamadas, que pudieran corresponder al territorio tradicional que han poseído, ocupado y utilizado; en particular aquellos pueblos que colindan con las reservas, a saber: Christaankondre, Langamankondre, con una población alrededor de 1000 personas y Alfonsdorp con alrededor de 300 personas.

167. Sin embargo, la Corte ha constado que, principalmente en las reservas de Galibi y Wane Kreek ha existido un vínculo continuo entre los Pueblos Kaliña y Lokono con ciertas áreas que ellos utilizan para el desarrollo de sus formas de vida, caza, pesca, recolección de medicinas tradicionales, centros culturales, sitios sagrados, entre otros (*supra* párrs. 37 y 84). Particularmente, se señalaron al menos seis sitios sagrados en el área de la reserva de Galibi y

---

<sup>209</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párrs. 124, 135 y 137, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 167.

<sup>210</sup> Cfr. *Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párrs. 135 y 137, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párrs. 165 a 167 y 172.

<sup>211</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 313.

tres en el área de la reserva de Wane Kreek (*supra* párr. 37). La Corte no cuenta con información relacionada con el uso tradicional y vínculo con la reserva de Wia Wia, por lo que no se pronunciará respecto de esta última.

168. En vista de lo anterior, a la luz de la jurisprudencia de esta Corte, le asiste a los Pueblos Kaliña y Lokono el derecho de solicitar en derecho interno, la posible reivindicación de las partes correspondientes a su territorio tradicional dentro de las reservas que son colindantes con el territorio que actualmente poseen, frente a lo cual el Estado debe ponderar los derechos en juego (*supra* párrs. 155 y 165). En este caso, el Estado deberá ponderar entre los derechos colectivos de los Pueblos Kaliña y Lokono y la protección del medio ambiente como parte del interés general. Por ende, deberá determinar su procedencia al momento de llevar a cabo la delimitación, demarcación y titulación de los territorios tradicionales correspondientes (*supra* párr. 139).

### ***B.3.2 Alegadas restricciones para los pueblos indígenas en las reservas naturales***

169. Primeramente, la Corte toma nota del compromiso e interés del Estado de Surinam en la protección del medio ambiente, a través de la creación de diversas reservas naturales dentro de su territorio y las medidas para su mantenimiento. Sin embargo, según lo alegado por los representantes y la Comisión, el Estado ha restringido los derechos de los Pueblos Kaliña y Lokono dentro de las reservas, en protección de los recursos naturales y animales en tales reservas.

170. En este sentido, partiendo de la existencia de las reservas, la Corte valorará si las alegadas restricciones impuestas a los pueblos indígenas fueron proporcionales, a la luz de los estándares en la materia. Para ello, analizará: a) la compatibilidad de los derechos de los pueblos indígenas con la protección del medio ambiente, y b) las restricciones impuestas y su aplicación al presente caso.

#### ***B.3.2.1 Compatibilidad de los derechos de los pueblos indígenas con la protección del medio ambiente***

171. Respecto de la protección del medio ambiente como causa de interés general, en el caso *Salvador Chiriboga* la Corte estableció que la finalidad en la protección del medio ambiente, mediante la creación de un parque metropolitano, era un objetivo legítimo en una sociedad democrática a fin de restringir el derecho a la propiedad privada, establecido en el artículo 21 de la Convención<sup>212</sup>.

172. Por su parte, el Tribunal ha resaltado la importancia de la protección, preservación y mejoramiento del medio ambiente contenido en el artículo 11 del Protocolo Adicional a la Convención Americana sobre Derechos Económicos, Sociales y Culturales<sup>213</sup> "Protocolo de San Salvador" como un derecho humano esencial relacionado con el derecho a la vida digna derivado del artículo 4 de la Convención a la luz del *corpus iuris* internacional existente sobre la protección especial que requieren los miembros de las comunidades indígenas "en relación con el deber general de garantía contenido en el artículo 1.1 y con el deber de desarrollo

---

<sup>212</sup> Cfr. *Caso Salvador Chiriboga Vs Ecuador. Excepción Preliminar y Fondo*. Sentencia de 6 de mayo de 2008. Serie C No. 179, párr. 76.

<sup>213</sup> El artículo 11 de dicho instrumento estipula que: "1. Toda persona tiene derecho a vivir en un medio ambiente sano y a contar con servicios públicos básico; y 2. [...] Los Estados partes promoverán la protección, preservación y mejoramiento del medio ambiente". Surinam ratificó el Protocolo de San Salvador el 28 de febrero de 1990. El Protocolo entró en vigencia internacional el 16 de noviembre de 1999.

progresivo contenido en el artículo 26 de la misma”<sup>214</sup>. Sin perjuicio de ello, como fue referido en el caso *de la Comunidad Xákmok Kásek*, el Tribunal determinó que “[...] el Estado deb[ía] adoptar las medidas necesarias para que [su legislación interna relativa a un área protegida] no [fuera] un obstáculo para la devolución de las tierras tradicionales a los miembros de la Comunidad”<sup>215</sup>.

173. La Corte considera relevante hacer referencia a la necesidad de compatibilizar la protección de las áreas protegidas con el adecuado uso y goce de los territorios tradicionales de los pueblos indígenas. En este sentido, la Corte estima que un área protegida, consiste no solamente en la dimensión biológica, sino también en la sociocultural y que, por tanto, incorpora un enfoque interdisciplinario y participativo<sup>216</sup>. En este sentido, los pueblos indígenas, por lo general, pueden desempeñar un rol relevante en la conservación de la naturaleza<sup>217</sup>, dado que ciertos usos tradicionales conllevan prácticas de sustentabilidad y se consideran fundamentales para la eficacia de las estrategias de conservación<sup>218</sup>. Por ello, el respeto de los derechos de los pueblos indígenas, puede redundar positivamente en la conservación del medio ambiente. Así, el derecho de los pueblos indígenas y las normas internacionales de medio ambiente deben comprenderse como derechos complementarios y no excluyentes<sup>219</sup>.

174. En este sentido, el peritaje de la Relatora Especial de la ONU sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, señaló ante la Corte que:

“[El] derecho internacional ambiental y el derecho internacional de los derechos humanos no deberían considerarse como cuerpos de ley separados, sino como interrelacionados y complementarios. En efecto, los Estados Partes del Convenio sobre Diversidad Biológica (CBD) han incorporado el respeto de los derechos y obligaciones internacionales relacionadas en sus decisiones sobre las áreas protegidas en relación con los pueblos indígenas” [...] El CBD y su

---

<sup>214</sup> Cfr. *Caso Comunidad indígena Yakye Axa supra*, párr. 163, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek, supra*, párr. 187.

<sup>215</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek, supra*, párr. 313.

<sup>216</sup> Cfr. Secretaría del Convenio sobre la Diversidad Biológica (2004) Principios y directrices de Addis Abeba para la utilización sostenible de la diversidad biológica (Directrices del CDB) Montreal: Secretaría del Convenio sobre la Diversidad Biológica, Principio práctico 9, p. 16. Disponible en: <https://www.cbd.int/doc/publications/addis-gdl-es.pdf>, y Acuerdo Durban: Plan de Acción, adoptado en el V Congreso Mundial de Parques, Durban, Sudáfrica, 2003, p. 25. En este congreso, convocado por la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (IUCN) y la Comisión Mundial de Áreas Protegidas, se adopta un nuevo paradigma de área protegida que deja atrás la consideración de reserva como mero espacio de conservación nacional, y se hace cargo de reclamos científicos, económicos y culturales e implementa políticas de gestión y financiación protagonizadas por varios socios. Este nuevo paradigma ha sido posteriormente incorporado por numerosos organismos y entidades internacionales. Disponible en: [http://www.redeuroparc.org/biblioteca\\_virtual/durbanactionplan\\_sp.pdf](http://www.redeuroparc.org/biblioteca_virtual/durbanactionplan_sp.pdf).

<sup>217</sup> Cfr. Declaración de Río sobre el Medioambiente y el Desarrollo, Principio 22, aprobada en la Conferencia sobre Medioambiente y Desarrollo de las Naciones Unidas, celebrada en Río de Janeiro del 3 al 14 de junio de 1992, en la que Surinam adoptó sin formular reserva alguna. Disponible en: <http://www.un.org/spanish/esa/sustdev/agenda21/riodeclaration.htm>; Conferencia Mundial sobre los Pueblos Indígenas, reunión plenaria de alto nivel de la Asamblea General de las Naciones Unidas en la que Surinam tomó parte, Resolución aprobada por la Asamblea General el 22 de septiembre de 2014, párrs. 22, 26, 34 y 35. Disponible en: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2015/9817.pdf?view=1>. Disponible en: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/69/2>.

<sup>218</sup> Cfr. WWF Internacional, 2008. Los Pueblos Indígenas y la Conservación: Declaración de Principios del WWF. Gland, Suiza: WWF Internacional., p. 5, 9. Disponible en: [http://awsassets.panda.org/downloads/183113\\_wwf\\_policyrpt\\_sp\\_f\\_1.pdf](http://awsassets.panda.org/downloads/183113_wwf_policyrpt_sp_f_1.pdf).

<sup>219</sup> Cfr. Unión Mundial para la Naturaleza y WWF-Internacional, *Pueblos Indígenas y Tradicionales y Áreas Protegidas: Principios, Directrices y Casos de Estudio*. UICN, Gland, Suiza y Cambridge, UK y WWF Internacional, Gland, Suiza, Principio 1. Los principios, las directrices y los casos de estudio que se presentan en este estudio responden a la Resolución 1.53 del Congreso Mundial de la Naturaleza (CMN) sobre los Pueblos Indígenas y las Áreas Protegidas aprobada en el CMN en Montreal, en octubre de 1996.

interpretación autorizada por la Conferencia de las Partes defienden completamente los derechos de los pueblos indígenas en relación con las áreas protegidas y requiere que se establezcan y sean gestionados en pleno cumplimiento de la obligación internacional del Estado. Esto permite la aplicación de todo el espectro de las obligaciones de derechos humanos del Estado según los define la Convención Americana sobre Derechos Humanos y establecidos en la declaración de la ONU. Este es también el consenso reflejado en las normas de política internacional primarias y buenas prácticas. [...] La Relatoría [de la ONU] se ha adherido a los mismos principios básicos enunciados por el Comité de Derechos Humanos y el Comité para la Eliminación de la Discriminación Racial. [...]”<sup>220</sup>.

175. Por su parte, el perito Jeremie Gilbert declaró ante la Corte sobre los mecanismos de ponderación de derechos en juego para este tipo de casos, y señaló que:

[Respecto del criterio de necesidad], los pueblos indígenas son parte de la protección natural; no hay ninguna necesidad de expulsar a los pueblos indígenas en nombre de la protección de la naturaleza. [...] Respecto de su legitimidad, la protección de la naturaleza es legítima, pero con base en [lo dicho], los pueblos indígenas son parte de la protección de la naturaleza, así que no hay ningún objetivo legítimo para la eliminación de estos pueblos que han sido parte de esos recursos. [Por tanto], si aplicamos estrictamente la norma jurídica, podemos afirmar que en esta situación se equivocan [los Estados] al utilizar el interés público como justificación”<sup>221</sup>.

176. Por otra parte, la Corte toma nota también de lo señalado por el Estado en cuanto a su compromiso con la protección del medio ambiente, mediante el cual destacó expresamente sus “obligaciones derivadas del Convenio de sobre la Diversidad Biológica de la ONU [de 1992]<sup>222</sup> y el Convenio de Ramsar sobre la protección de Humedales [de 1971]”<sup>223</sup>. Asimismo, en el Decreto de Protección de la Naturaleza de 1998 (que modificó los Decretos que crearon la Reserva de Wia Wia y Wane Kreek), en su exposición de motivos hizo mención expresa a sus compromisos con la preservación y desarrollo sostenible de bosques tropicales, “derivado del acceso de Surinam a diversas convenciones internacionales, tales como: la Convención del Patrimonio Mundial [de 1972]<sup>224</sup>, el Convenio sobre la Diversidad Biológica [de 1992] y el Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático [de 1998]”<sup>225</sup>, entre otros instrumentos aplicables a Surinam en la materia.

---

<sup>220</sup> Declaración pericial rendida por la señora Victoria Tauli-Corpuz durante la audiencia pública celebrada el 3 y el 4 de febrero de 2015.

<sup>221</sup> Declaración rendida por el perito Jeremie Gilbert en la audiencia pública celebrada en este caso.

<sup>222</sup> El 22 de mayo de 1992 se aprobó el texto de la Convención sobre la Diversidad Biológica, en el marco de la Conferencia de Nairobi, propiciada por el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (UNEP). La Convención, que entró en vigor el 29 de diciembre de 1993, supone un paso significativo en la consecución de la conservación de la diversidad biológica. Surinam la ratificó el 12 de enero de 1996. Disponible en: <https://www.cbd.int/convention/text/default.shtml>.

<sup>223</sup> Convención Ramsar, Convención Relativa a los Humedales de Importancia Internacional Especialmente como Hábitat de Aves Acuáticas, firmada en Ramsar, Iran, el 18 de enero de 1971, que entró en vigor el 21 de diciembre de 1975 y fue ratificada por Surinam el 22 de noviembre de 1985.

<sup>224</sup> La Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural fue adoptada el 16 de noviembre de 1972, en el marco de la Conferencia General de la UNESCO celebrada del 17 de octubre al 21 de noviembre en París. La característica más importante de esta Convención es que aúna en un mismo documento los conceptos de la conservación de la naturaleza y la preservación del patrimonio cultural. La Convención reconoce la manera en la que la gente interactúa con la naturaleza y los fundamentos necesarios para asegurar el equilibrio entre ambos. Surinam la aceptó el 23 de octubre de 1997. Disponible en: [http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL\\_ID=13055&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13055&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html).

<sup>225</sup> La Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático se aprobó el 9 de mayo de 1992 en la sede de las Naciones Unidas en Nueva York y entró en vigor el 21 de marzo 1993. Su fin era considerar qué opciones se daban para limitar el aumento del calentamiento global medio y, por tanto, el cambio climático, así como para enfrentar los impactos nocivos, cuando estos fueran inevitables. Surinam la ratificó el 14 de octubre de 1997. Disponible en: [http://unfccc.int/portal\\_espanol/informacion\\_basica/la\\_convencion/items/6196.php](http://unfccc.int/portal_espanol/informacion_basica/la_convencion/items/6196.php).



177. En este respecto, por ejemplo, el artículo 8.j) del Convenio de Diversidad Biológica señala que los Estados “respetará[n], preservará[n] y mantendrá[n] [...] las prácticas de las comunidades indígenas y locales que entrañen estilos tradicionales de vida pertinentes para la conservación y la utilización sostenible de la diversidad biológica y promoverá[n] su aplicación más amplia, con la aprobación y la participación de quienes posean esos conocimientos [...] y prácticas, y fomentará que los beneficios derivados de la utilización de [ellos] se compartan equitativamente”. El artículo 10.c) del mismo, señala que se “[p]rotegerá y alentará la utilización consuetudinaria de los recursos biológicos, de conformidad con las prácticas culturales tradicionales que sean compatibles con las exigencias de la conservación o de la utilización sostenible”.

178. En este sentido, la Conferencia de Partes del Convenio de Diversidad Biológica, órgano rector del Convenio, ha determinado “las obligaciones de las Partes hacia las comunidades indígenas y locales de conformidad con el Artículo 8.j) del Convenio y disposiciones conexas [para el] establecimiento, gestión y vigilancia de las áreas protegidas [las cuales] deberán realizarse con la participación plena y efectiva de las comunidades indígenas y locales[,] respetando plenamente sus derechos en consonancia con la legislación nacional y las obligaciones internacionales aplicables”<sup>226</sup>.

179. Por su parte, el Principio 22 de la Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y Desarrollo, establece que “las poblaciones indígenas y sus comunidades [...] desempeñan un papel fundamental en la ordenación del medio ambiente y en el desarrollo debido a sus conocimientos y prácticas tradicionales. Los Estados deberían reconocer y apoyar debidamente su identidad, cultura e intereses y hacer posible su participación efectiva en el logro del desarrollo sustentable”<sup>227</sup>.

180. Asimismo, el artículo 29 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas establece que “[estos] tienen derecho a la conservación y protección del medio ambiente y de la capacidad productiva de sus tierras o territorios y recursos. Los Estados deberán establecer y ejecutar programas de asistencia a los pueblos indígenas para asegurar esa conservación y protección, sin discriminación”. El artículo 25 de la misma destaca el derecho a mantener y fortalecer su relación espiritual con las tierras y otros recursos que han poseído y utilizado de otra forma y asumir las responsabilidades para con las generaciones venideras. El artículo 18 establece “el derecho a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afecten a sus derechos, por conducto de representantes [...]”<sup>228</sup>.

181. En vista de lo anterior, la Corte reitera que, en principio, existe una compatibilidad entre las áreas naturales protegidas y el derecho de los pueblos indígenas y tribales en la protección de los recursos naturales sobre sus territorios, destacando que los pueblos indígenas y tribales, por su interrelación con la naturaleza y formas de vida, pueden contribuir de manera relevante en dicha conservación. En este sentido, los criterios<sup>229</sup> de a) participación

---

<sup>226</sup> Decisiones adoptadas por la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Diversidad Biológica en su séptima reunión, Decisión VII/28, áreas protegidas (Artículo 8 (a) a (e), párr. 22. Disponible en: <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-07/full/cop-07-dec-es.pdf>.

<sup>227</sup> Declaración de Río sobre el Medioambiente y el Desarrollo, *supra*, Principio 22.

<sup>228</sup> Esta Declaración fue ampliamente aceptada al haber sido adoptada en el órgano respectivo con la firma de 144 Estados, entre ellos Surinam. Desde su aprobación, Australia, Nueva Zelanda, Canadá y los Estados Unidos de Norte América han revertido su decisión y ahora se han adherido a la Declaración. Colombia y Samoa también han revertido su posición y han indicado su apoyo a misma. Véase también el artículo 23 de la Declaración.

<sup>229</sup> Artículos 8.j) y 10 del Convenio sobre Diversidad Biológica, *supra*.

efectiva<sup>230</sup>, b) acceso y uso de sus territorios tradicionales<sup>231</sup> y c) de recibir beneficios de la conservación<sup>232</sup> —todos ellos, siempre y cuando sean compatibles con la protección y utilización sostenible— (*supra* párr. 177), resultan elementos fundamentales para alcanzar dicha compatibilidad, la cual debe ser evaluada por el Estado. En consecuencia, es necesario que el Estado cuente con mecanismos adecuados para la implementación de tales criterios como parte de la garantía de los pueblos indígenas y tribales a su vida digna e identidad cultural, en relación con la protección de los recursos naturales que se encuentren en sus territorios tradicionales. Para ello, la Corte verificará tal concurrencia en el siguiente apartado.

### **B.3.2.2 Las alegadas afectaciones en las reservas de Galibi y Wane Kreek**

182. La Corte nota que subsiste la controversia respecto de las siguientes afectaciones alegadas en las reservas: 1) el impedimento de acceso a la Reserva de Galibi por parte de autoridades estatales; 2) la prohibición de la caza y pesca en las reservas, derivado de la Ley de Protección de la Naturaleza de 1954 (*supra* párr. 73); 3) la prohibición de acceso al área de la zona minera en la Reserva Wane Kreek, y 4) la negativa del control y administración de las reservas a los pueblos indígenas. Al respecto, el Tribunal se pronunciará en los siguientes tres apartados.

#### **i) Respeto de las afectaciones en la Reserva de Galibi**

183. La Corte toma nota de que, según lo manifestado en la visita a esta reserva (*supra* párr. 14), durante el conflicto interno existieron prohibiciones que impedían el acceso a la Reserva de Galibi con motivo del incremento en los robos de huevo de tortuga y se pusieron

---

<sup>230</sup> Por ejemplo, a través de la participación en decisiones que impacten en el mismo pueblo o en sus recursos naturales: Para ello, es necesario: i) reconocer el derecho de los pueblos indígenas a utilizar sus propias instituciones y representantes para el manejo, la administración y protección de sus territorios tradicionales; ii) asegurar un sistema de decisiones que cuente con la participación plena y efectiva y de los pueblos indígenas en la toma de decisiones; iii) buscar acuerdos entre las respectivas comunidades y las agencias de conservación que establezcan la gestión, el compromiso, las responsabilidades y los objetivos del área; y iv) garantizar el acceso a la información de toda medida respecto de dichas áreas. *Cfr.* artículos 8 y 10 del Convenio de Diversidad Biológica, *supra*; Decisiones adoptadas por la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Diversidad Biológica en su séptima reunión. Decisión VII/28, *supra*, párr.22; Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, *supra*, Principio 10, y artículo 4 de la Convención de Aarhus sobre el acceso a la información, la participación de los ciudadanos y el acceso a la justicia, tratado internacional que regula los derechos de participación ciudadana en relación con el medio ambiente. Disponible en: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/HTML/?uri=URISERV:l28056&from=ES>. *Cfr. Caso Claude Reyes y otros Vs Chile. Fondo, Reparaciones y Costas.* Sentencia de 19 de septiembre de 2006. Serie C. No. 151, párrs. 79 y 84.

<sup>231</sup> Por ejemplo, a fin de que puedan usar y disfrutar de los recursos naturales que se encuentran en los mismos, necesarios para procurar su subsistencia mediante sus actividades tradicionales, acceder a los sistemas tradicionales de salud y otras funciones socioculturales, y preservar su forma de vida, costumbres e idioma, así como acceder, mantener y proteger sus lugares religiosos y culturales. Además, deberán mantener, proteger y promover las prácticas tradicionales de los pueblos indígenas que colaboren con el cuidado y protección del medio natural y sostenibilidad. En este sentido, resulta pertinente apoyar los conocimientos, instituciones, prácticas, estrategias y planes de gestión relacionados con la conservación de los pueblos indígenas. *Cfr.* Artículo 12 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, *supra*, y Decisiones adoptadas por la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Diversidad Biológica en su décima segunda reunión, Decisión XII /12, párrs. 8 y 9.

<sup>232</sup> *Cfr.* Artículo 8.j) del Convenio sobre la Diversidad Biológica; ONU, Protocolo de Nagoya sobre Acceso a los Recursos Genéticos y Participación Justa y Equitativa en los Beneficios que se deriven de su Utilización al Convenio sobre la Diversidad Biológica, de 29 de octubre de 2010. Artículos 5 a 16 y 21, tratado internacional que se basa y apoya la aplicación del CDB, en particular de uno de sus tres objetivos, la participación justa y equitativa en los beneficios derivados de la utilización de los recursos genéticos Disponible en: <https://www.cbd.int/abs/doc/protocol/nagoya-protocol-es.pdf>; artículo 12 de la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre. Disponible en: <http://www.oas.org/es/cidh/mandato/Basicos/declaracion.asp>.

puestos militares en las áreas de acceso (*supra* párr. 78). Durante el año 2005 también se habrían instalado puestos de seguridad que limitaron el acceso en el área y en 2006 uno de los guardias realizó un disparo al aire. Por su parte, la Corte constató que en 1998 se estableció la Comisión de Diálogo, mediante la cual se acordó el acceso y uso de la zona de la reserva, limitando la extracción de huevos de tortuga para el consumo personal de los miembros de los pueblos indígenas y la no comercialización de los mismos. Además, se previeron formas de participación en la vigilancia de la reserva, y se dispusieron medidas para compartir beneficios con el incremento de la actividad turística en la zona, medidas que fueron verificadas durante la visita. También se evidenció que esta Comisión de Diálogo no opera en la actualidad. Durante la visita al área, las partes coincidieron en manifestar en que en la actualidad las condiciones de acceso y participación en los beneficios persistían para las comunidades vecinas.

184. La Corte carece de elementos de prueba que especifiquen las circunstancias de tiempo, modo y lugar en que se habrían presentado las alegadas restricciones y, en su caso, las afectaciones concretas para las comunidades vecinas, así como el tiempo que dichas restricciones habrían permanecido. Tampoco se acreditó que estas acciones hubieran sido denunciadas en el fuero interno. Asimismo, la Corte entiende que con la Comisión de Diálogo de 1998 se habrían establecido acuerdos con la población indígena del área. Cabe señalar que para efectos del año 2007, fecha de presentación del caso ante la Comisión Interamericana, no se habría evidenciado ninguna restricción de entidad en esta área en cuestión, por lo que las alegadas afectaciones ya se habrían resuelto para ese entonces.

## **ii) Respetto de las afectaciones en la Reserva de Wane Kreek**

185. Respecto de la Reserva Wane Kreek, se alegó la prohibición de acceso a sus lugares tradicionales dentro del área de la concesión minera y de tala de árboles durante su operación, no obstante lo dispuesto en el Decreto de Protección de la Naturaleza de 1986 (*supra* párr. 83).

186. Al respecto, la Corte observa que el Decreto de 1986 que creó esta Reserva disponía en su artículo 4 que los derechos tradicionales de las comunidades y aldeas tribales que se encuentren ubicadas dentro de la reserva serían respetados. Asimismo, en su exposición de motivos se establecieron que se garantizarían tales derechos, siempre y cuando: i) no fueran perjudicados los objetivos y propósitos nacionales de la reserva; ii) [que] los derechos e intereses tradicionales fueran válidos, y iii) se produjeran durante el proceso de avanzar hacia una única ciudadanía de Surinam.

187. En este sentido, la Capitana Watamaleo declaró que:

“La compañía minera [...] solía detener a las personas de la comunidad que entraran a la reserva. Ellos pusieron una enorme señal que decía: ‘no cazar’, ‘no pescar’ y ‘no recolectar plantas’, y además, ellos impedirían a personas de [la] comunidad de entrar a éstas. Al mismo tiempo [ellos] observa[ron] cómo personal de la compañía permitía el acceso a otras personas para que cazaran y pescaran, incluso, utilizando veneno para matar a un gran número de peces. [Ellos] sabe[n] cómo entrar a ésta sin que [los] vean, pero actualmente es muy difícil encontrar comida en el área”.

188. Por su parte, Glenn Renaldo Kingswijk<sup>233</sup>, trabajador de la compañía BHP Billiton- Suralco, declaró que basado en la política de la empresa, se adoptaron algunas prácticas, dentro de las cuales estarían:

---

<sup>233</sup> Declaración de Glenn Renaldo Kingswijk ante la CIDH (expediente de prueba, folio 362).

“Que por razones de seguridad: i) ninguna persona no autorizada tendría acceso a las áreas de la minera (100 [ha]); ii) se habría negado el uso de la carretera para el acceso a la caza y pesca en el área de la concesión y habría un letrero en la entrada; iii) los indígenas que tradicionalmente acudían a la reserva en su forma tradicional podrían continuar haciéndolo, y iv) nunca se les cobró ninguna cuota a los indígenas por usar la carretera.”

189. En vista de lo anterior, la Corte estima que las posibles restricciones de acceso específico a ciertas áreas donde se encontraban en operación las actividades de extracción minera podrían haber resultado razonables por cuestiones principalmente de seguridad en la zona. Asimismo, la Corte observa que adicionalmente a las 100 ha de explotación, habría otras áreas contiguas disponibles a las comunidades aledañas, particularmente la Comunidad Lokonode Alfonsdorp, por lo que no encuentra, para efectos del presente caso, una restricción desproporcionada al respecto.

### **iii) Respeto del control y administración de las reservas**

190. La Corte observa que el Estado ha señalado que los pueblos indígenas serían incapaces para manejar por sí mismos la reserva, debido a la falta de equipo, formas de administración, entre otras razones<sup>234</sup> (*supra* párr. 120). Por su parte, los representantes y la Comisión aludieron que la protección de la naturaleza es compatible con su forma de vida y se les debe restituir dichos territorios.

191. Al respecto, la Corte estima que, a la luz de los estándares antes mencionados, es compatible el control, acceso y participación en áreas del territorio de una reserva por los pueblos indígenas y tribales, pero también resulta razonable que el Estado pueda tener control, acceso y manejo de áreas de interés general, estratégico y de seguridad que le permita ejercer su soberanía, y/o proteger sus límites territoriales.

192. Por tanto, en vista de que en el caso concreto la Corte no se ha pronunciado respecto de la creación y mantenimiento de las reservas (*supra* párr. 162), sino que, partiendo de su existencia, ha analizado las restricciones impuestas, estima que, para efectos del presente caso, el Estado debió, a partir del surgimiento de sus compromisos nacionales e internacionales (*supra* párr. 176), procurar la compatibilidad entre la protección del medio ambiente y los derechos colectivos de los pueblos indígenas, a fin de garantizar a) el acceso y uso de sus territorios ancestrales, a través de sus formas tradicionales de vida en las reservas; b) brindar los medios para participar de manera efectiva con los objetivos de las mismas; principalmente, en el cuidado y conservación de las reservas; c) participar en los beneficios generados por la conservación (*supra* párr. 181).

193. En este sentido, la Corte constata que respecto de la Reserva de Galibi, existirían ciertos acuerdos que han permitido el acceso a la reserva, la participación limitada de los

---

<sup>234</sup> Entre ellas alegaron que: i) los Pueblos Kaliña y Lokono tienen una capacidad limitada para llevar a cabo tareas en relación a las áreas clasificadas por las IUCN como reservas de categoría IV, ya que estas requieren unos conocimientos especiales, que no están en condiciones de ofrecer (expediente de fondo, folio 589); ii) el Estado observa que las poblaciones de Kaliña y Lokono se encuentran en un proceso de aculturización y que están más interesados en actividades modernas que en el conocimiento tradicional. Son, por tanto, incapaces de adaptarse a los cambios de la naturaleza, como vientos e inundaciones (expediente de fondo, folio 589); iii) no poseen la capacidad de coordinar los esfuerzos para la conservación natural más allá del nivel local, no tienen conocimientos para la evaluación de los sistemas biológicos integrados en el país como un todo. mientras que el Estado, como dispone la ley, sí (expediente de fondo, folios 589 y 590), y iv) el Surinam debe posicionarse en el sistema mundial de la protección de la naturaleza y dialogar con una amplia gama de interesados, el Convenio sobre la Diversidad Biológica, la Convención Ramsar y otros (expediente de fondo, folio 590). Por todo esto, bajo ningún concepto el Estado dejará en manos de los indígenas la supervisión de las tres reservas, no obstante respeta sus derechos para asegurar sus medios de subsistencia y supervivencia y de hecho estos grupos han cobrado más protagonismo en la protección de la naturaleza en Río Bajo Marowijne (expediente de fondo, folio 590).

Pueblos Kaliña y Lokono en la conservación de la misma y la autorización para recibir ciertos beneficios (*supra* párr. 79). Sin embargo, dichos acuerdos no constan de manera formal, a fin de garantizarlos en el tiempo y de acuerdo a todos los criterios que serían aplicables, y la Comisión de Dialogo se encuentra inactiva (*supra* párrs. 79 y 183). En este sentido, los representantes insistieron en que la Ley aplicable a la Reserva de Galibi sería la de 1954, que expresamente prohíbe la caza y pesca dentro de la misma.

194. Al respecto, la Corte verificó que la Ley de Protección de la Naturaleza de 1954 prohibía actividades de caza y pesca en las reservas. Sin embargo, con el Decreto de 1986 se reconoció la protección a los pueblos indígenas y tribales que habitaban en ciertas reservas naturales (*supra* párr. 83) sin haber realizado una alusión expresa de la Reserva de Galibi. No obstante, el Estado refirió someramente que con la implementación de dicho Decreto de 1986 se habría aplicado la misma protección de manera general para todas las reservas, lo cual no quedó acreditado por ninguna medida probatoria ante esta Corte o en la diligencia *in situ*. Derivado de lo anterior se desprende una situación de inseguridad jurídica respecto de los derechos reconocidos en dicha reserva.

195. Por otra parte, respecto de la Reserva de Wane Kreek, el Estado no demostró contar con mecanismos de participación efectiva para los Pueblos Kaliña y Lokono (*infra* párr. 200), sino que el Estado ha gestionado la misma sin haber contado con la participación de las comunidades vecinas Kaliña y Lokono.

196. Al respecto, la Corte recuerda que el artículo 23 de la Convención Americana dispone el deber de gozar de los derechos y oportunidades “de participar en la dirección de los asuntos públicos [...]”. En este sentido, la participación en la conservación del medio ambiente para las comunidades indígenas resulta no sólo en un asunto de interés público sino parte del ejercicio de su derecho como pueblos indígenas a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afectan sus derechos, de conformidad con sus propios procedimientos e instituciones<sup>235</sup> (*supra* párrs. 178 y 180).

197. En vista de lo anterior, la Corte estima que, para efectos del presente caso, no se configuró la violación por la falta de control y manejo exclusivo de la reserva por parte de los pueblos indígenas. Sin embargo, la falta de mecanismos expresos que garanticen el acceso, uso y la participación efectiva de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono en la conservación de las referidas reservas y sus beneficios, configura una violación del deber de adoptar las disposiciones que fueren necesarias para hacer efectivas tales medidas, a fin de garantizar el derecho a la propiedad colectiva, a la identidad cultural y a los derechos políticos, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono.

#### ***iv) Conclusión de las restricciones en las reservas***

198. En suma, este Tribunal estima que el Estado vulneró los derechos a la propiedad colectiva, identidad cultural y participación en asuntos públicos de las víctimas, principalmente al impedir la participación efectiva y el acceso a parte de su territorio tradicional y recursos naturales en las reservas de Galibi y Wane Kreek, así como al no garantizar de manera efectiva el territorio tradicional de las comunidades afectadas por la degradación del medio ambiente dentro de la reserva de Wane Kreek (*infra* párrs. 217 a 222), lo cual configuró la violación de los artículos 21, 2 y 23 de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros.

---

<sup>235</sup> Cfr. Artículo 18 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, *supra*.

#### **B.4 Respeto de las garantías a la propiedad colectiva frente a la concesión minera dentro de la Reserva Natural Wane Kreek**

199. En este apartado, la Corte analizará el alegado incumplimiento de las salvaguardias al derecho a la propiedad colectiva, en relación con la explotación de bauxita en la Reserva de Wane Kreek.

200. Como fue constatado, en 1958 Surinam otorgó una concesión minera hasta el año 2033 a la empresa Suralco, con el fin de extraer bauxita en la zona este del país. En el año 1997 la compañía comenzó las actividades de extracción de depósitos de bauxita en un área de entre 100 a 144 ha, aproximadamente, comprendida dentro de la reserva de Wane Kreek, denominadas como Wane Kreek 1 y 2 (*supra* párrs. 88 y 90). Ello implicó que a mediados de los noventa se iniciaran trabajos preparatorios como la construcción de una carretera para acceder a la mina y transportar dicho mineral (*supra* párr. 89). No existe controversia respecto de que ninguna de dichas actividades contó con la participación efectiva de los Pueblos Kaliñay Lokono, y de que no se realizó un estudio de impacto ambiental al respecto (*infra* párr. 213). Sin perjuicio de lo anterior, la Corte no tiene competencia respecto del otorgamiento de la concesión minera otorgada en 1958. No obstante, la Corte sí es competente para analizar las acciones realizadas con posterioridad a la entrada en vigencia de su competencia, en particular, las actividades extractivas llevadas a cabo a partir 1997<sup>236</sup>.

201. En este particular, esta Corte ya estableció en el caso del *Pueblo Saramaka Vs. Surinam* que de conformidad con el artículo 1.1 de la Convención, a fin de garantizar que las restricciones impuestas respecto del derecho a la propiedad de los pueblos indígenas y tribales, por la emisión de concesiones dentro de su territorio, no impliquen una denegación de su subsistencia, el Estado debe cumplir con las siguientes tres garantías: "primero, debe asegurar la participación efectiva<sup>237</sup> de los integrantes de los [pueblos indígenas y tribales], de conformidad con sus costumbres y tradiciones, en relación con todo plan de desarrollo, inversión, exploración o extracción (en adelante "plan de desarrollo o inversión") que se lleve a cabo dentro [de su territorio]. Segundo, el Estado debe garantizar que los miembros de los [pueblos indígenas y tribales] se beneficien razonablemente del plan que se lleve a cabo dentro de su territorio. Tercero, el Estado debe garantizar que no se emitirá ninguna concesión dentro de su territorio a menos y hasta que entidades independientes y técnicamente capaces, bajo la supervisión del Estado, realicen un estudio previo de impacto social y ambiental. Mediante estas salvaguardas se intenta preservar, proteger y garantizar la relación especial que los miembros de [los pueblos indígenas y tribales], tienen con su territorio, la cual a su vez, garantiza su subsistencia [como pueblo indígena]"<sup>238</sup>. En el presente caso, la Corte

---

<sup>236</sup> Cfr. *Inter alia*, *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*, *supra*, párr. 30.

<sup>237</sup> El caso *Saramaka* señaló que "al garantizar la participación efectiva de los integrantes de [los pueblos indígenas y tribales] en los planes de desarrollo o inversión dentro de su territorio, el Estado tiene el deber de consultar [les], activamente, [...] según sus costumbres y tradiciones. Este deber requiere que el Estado acepte y brinde información, e implica una comunicación constante entre las partes. Las consultas deben realizarse de buena fe, a través de procedimientos culturalmente adecuados y deben tener como fin llegar a un acuerdo. Asimismo, se debe consultar con [dichos pueblos], de conformidad con sus propias tradiciones, en las primeras etapas del plan de desarrollo o inversión [...]. El aviso temprano proporciona un tiempo para la discusión interna dentro de las comunidades y para brindar una adecuada respuesta al Estado. El Estado, asimismo, debe asegurarse [de] que los miembros de [los pueblos indígenas y tribales] tengan conocimiento de los posibles riesgos, inclu[yendo] los riesgos ambientales y de salubridad, a fin de que acepten el plan de desarrollo o inversión propuesto con conocimiento y de forma voluntaria. Por último, la consulta debería tener en cuenta [sus] métodos tradicionales para la toma de decisiones". *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 133, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 178.

<sup>238</sup> *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 129, y *Caso de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 215.

analizará el alegado incumplimiento de las referidas salvaguardias por parte del Estado, en relación con el inicio de actividades de extracción de bauxita en 1997.

202. Adicionalmente a lo anterior, la Corte reitera que el artículo 23 de la Convención Americana dispone que “todos los ciudadanos deben gozar de los siguientes derechos y oportunidades: a) [...] participar en la dirección de los asuntos públicos [...]”. En similar sentido, el artículo 18 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas establece que “el derecho [de los pueblos indígenas] a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afecten a sus derechos, por conducto derepresentantes [...]”, y el artículo 32, en lo pertinente, dispone el deber de los Estados de “celebr[ar] consultas y coopera[ci]ón de buena fe [...] antes de aprobar cualquier proyecto queafecte sus tierras [...], particularmente en relación con [...] la utilización o la explotación de recursos minerales [...]”<sup>239</sup>.

203. En vista de ello, a fin de garantizar el uso y goce del derecho a la propiedad colectiva indígena, conforme a los artículos 1.1 y 21 de la Convención, frente a la utilización o explotación de recursos naturales en su territorio tradicional, el Estado debe, para efectos del presente caso, contar con mecanismos para garantizar la participación efectiva de los pueblos indígenas, a través de procedimientos culturalmente adecuados para la toma de decisiones de dichos pueblos. Lo anterior no solo consiste en un asunto de interés público, sino que también forma parte del ejercicio de su derecho a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afectan sus intereses, de conformidad con sus propios procedimientos e instituciones, en relación con el artículo 23 de la Convención Americana (*supra* párr. 196)<sup>240</sup>.

#### ***i) Participación efectiva a través de un proceso de consulta***

204. En el presente caso, el Estado en su contestación “recono[ció] que la consulta es un instrumento importante para asegurar un mayor apoyo de los pueblos y que estos se vean beneficiados por los procesos de desarrollo”, por lo que informó que, en la actualidad, Surinam está trabajando en la implementación de una comisión para el establecimiento de un protocolo que refleje el principio del consentimiento libre, previo e informado de los pueblos (*infra* párr. 210). Asimismo, en sus alegatos finales escritos, el Estado señaló que el “principio del consentimiento libre, previo e informado [era] un requerimiento internacional al cual los Estados debían adherirse al momento de consultar a los pueblos indígenas y tribales. Ello significa[ba] que los Estados debían cumplir con los siguientes requisitos: respetar las tradiciones culturales de las comunidades, darles la oportunidad de ser representados por las personas u organizaciones que ellos elijan, informarles previamente respecto al tema [respectivo] en un lenguaje entendible. En resumen, ello significa[ba] que debía existir una estructura clara de consulta previa con las comunidades. El Estado de Surinam declaró estar aplicando este principio [...]. Desarrollar regulaciones respecto de la consentimiento previo, libre e informada significaría una mejora y formalización de lo que ya ocurre en la práctica”.

205. No obstante, Surinam alegó que, para efectos del caso, no había pueblos indígenas viviendo dentro o cerca del área de la concesión minera, ya que la distancia entre esta y el pueblo indígena más cercano, llamado Alfonsdorp, era de 6.3 km, aproximadamente. En virtud de ello, el Estado señaló que la actividad minera no generó afectaciones substanciales en la

---

<sup>239</sup> Cfr. Artículo 29 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, *supra*; artículo 6 de la Carta Democrática Interamericana, que señala que “la participación de la ciudadanía en las decisiones relativas a su propio desarrollo es un derecho y una responsabilidad [...]”.

<sup>240</sup> Cfr. *Mutatis mutandi*, *Caso Yatama Vs. Nicaragua, Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 23 de junio de 2005. Serie C No. 127, párr. 225.

comunidad, en sus derechos o actividades tradicionales, por lo que se desprende que la consulta no era necesaria.

206. En este sentido, la Corte ya ha establecido que el Estado debe garantizar la participación efectiva "en relación con todo plan de desarrollo, inversión, exploración o extracción"<sup>241</sup>. En particular la Corte se refirió a planes de desarrollo e inversión como "cualquier actividad que pueda afectar la integridad de las tierras y recursos naturales [...], en particular, cualquier propuesta relacionada con concesiones madereras o mineras"<sup>242</sup>.

207. Al respecto, el Tribunal considera que el deber del Estado en relación con dicha garantía se actualiza de manera previa a la ejecución de acciones que podrían afectar de manera relevante los intereses de los pueblos indígenas y tribales, tales como las etapas de exploración y explotación o extracción. En el presente caso, si bien la concesión minera se dio en el año 1958, las actividades de extracción de bauxita se iniciaron en el año 1997, es decir casi 40 años después, momento en el cual ya se contaba con la determinación precisa del lugar donde se realizarían las actividades extractivas, respecto del resto del territorio previamente explorado. En este sentido, la garantía de participación efectiva debió llevarse a cabo de manera previa al inicio de la extracción o explotación minera, lo cual no ocurrió en el presente caso. Particularmente, respecto de los Pueblos Kaliña y Lokono que se encontraban cerca del área y mantenían una vinculación directa con esta zona, los cuales enfrentaron afectaciones en parte de su territorio tradicional (*supra* párr. 92).

208. Ahora bien, no se desprende de la información allegada por las partes a esta Corte, la existencia de algún mecanismo, normativa o medida en el fuero interno a efectos de garantizar la participación efectiva de los pueblos indígenas y tribales, aunque el Estado indicó ciertas medidas que se estarían tomando en la actualidad para garantizar dicho derecho (*infra* párr. 210).

209. Al respecto, el Estado alegó que conforme a la legislación en Surinam, los derechos y los intereses de los indígenas y maroons eran tomados en consideración en el momento en que el Estado decidía sobre el otorgamiento de una concesión, para lo cual hizo referencia al artículo 41 del Ley de Gestión Forestal<sup>243</sup> (*Forest Management Act*) y al artículo 25.1 del Decreto de Minería<sup>244</sup> (*Mining Decree*). El primero establecía que se debía "respetar los derechos de las comunidades locales en sus lugares residenciales y de agricultura, cuanto más se pueda (*as much as possible*); y el segundo señalaba que "la aplicación de los derechos de exploración deb[ía] presentarse de conformidad con el artículo 10 y contener: [...] b. un reporte sobre las aldeas existentes en el terreno y en la vecindad del terreno, así como un reporte acerca de los residentes de la zona". Sin embargo, la Corte estima que si bien la normativa interna reconocía los "intereses" de los derechos de los pueblos indígenas y tribales

---

<sup>241</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 129. En este mismo sentido en el caso de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, la Corte señaló que la consulta debe ser previa y debe realizarse desde las primeras etapas del plan de desarrollo o inversión, a fin de que los pueblos indígenas y tribales puedan verdaderamente participar e influir en el proceso de adopción de decisiones Cfr. *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 217.

<sup>242</sup> *Caso del Pueblo de Saramaka, supra*, párr. 129. La Corte entiende, además, que un proyecto minero está conformado por distintas etapas, entre ellas principalmente la etapa de exploración, la etapa de explotación y la del cierre del proyecto. Cfr. Decreto de Minería (*Mining Decree*) de 8 de mayo de 1986, artículos 21, 25 y 30, los cuales señalan como etapas en un proyecto minero a mayor escala a la etapa de reconocimiento, exploración y explotación en Surinam (expediente de prueba, folios 428, 431 y 435).

<sup>243</sup> Ley de Gestión Forestal (*Forest Management Act*) de 18 de setiembre de 1992, artículo 41. (expediente de prueba, folio 2727).

<sup>244</sup> Decreto de Minería de 8 de mayo de 1986, artículo 25 (expediente de prueba, folio 431).



al otorgar concesiones forestales y mineras, esto no incluía el derecho a la participación efectiva<sup>245</sup>.

210. Asimismo, como fue mencionado, el Estado manifestó su voluntad de seguir trabajando con el fin de asegurar la consulta previa, libre e informada de los pueblos indígenas y tribales, (*supra* párr. 204). Para lograrlo, el Estado indicó que actualmente estaría elaborando un "protocolo de consulta previa, libre e informada" (*Free, Prior and Informed Consent Communication Protocol*), y que habría establecido la Comisión de Derecho sobre Autoridades Tradicionales (*Commission Law on Traditional Authorities*), cuyo objetivo sería reconocer a las autoridades tradicionales como legítimos representantes de los indígenas, particularmente en lo que se refiere a situaciones en las que los pueblos indígenas deben ser consultados. Al respecto, si bien el Tribunal considera positivo el compromiso estatal por la creación de un protocolo de consulta, el mismo no ha sido adoptado hasta la fecha, ni consta en el expediente si dicho protocolo tomaría en cuenta los estándares en la materia, establecidos por esta Corte a fin de garantizar la participación efectiva de los pueblos indígenas y tribales de manera efectiva.

211. Por otro lado, la Corte considera que la participación efectiva de los Pueblos Kaliña y Lokono también deberá ser garantizada por el Estado respecto de cualquier plan de desarrollo o inversión, así como de cualquier actividad nueva de exploración o explotación que pueda originarse en el futuro en los territorios tradicionales de estos pueblos<sup>246</sup>, en particular, dentro de la Reserva Natural de Wane Kreek (*supra* párr. 206).

212. En conclusión, del acervo probatorio, la Corte ha constatado que el Estado no garantizó la participación efectiva, a través de un proceso de consulta a los Pueblos Kaliña y Lokono antes de emprender o autorizar la explotación de la mina de bauxita dentro de parte de su territorio tradicional.

## ***ii) Evaluación previa de impacto ambiental y social***

213. La Corte constató que en el año 2005 una consultora privada contratada por la empresa BHP Billiton realizó un estudio de sensibilidad ambiental, el cual concluyó que las secciones Wane 1 y Wane 2 habían sufrido un daño ambiental considerable como consecuencia de la minería. No obstante, Surinam alegó que la realización de estudios de impacto ambiental no era exigida por su legislación interna. Asimismo, el Estado señaló que la zona afectada por las actividades mineras estarían siendo rehabilitadas, lo cual ha sido controvertido por los representantes.

214. A este respecto, el Tribunal ha establecido que el Estado debe garantizar que no se emitirá ninguna concesión dentro del territorio de una comunidad indígena a menos y hasta que entidades independientes y técnicamente capaces, bajo la supervisión del Estado, realicen un estudio previo de impacto social y ambiental<sup>247</sup>. Además, la Corte determinó que los

---

<sup>245</sup> Cfr. Peritaje de Mariska Muskiet de 30 de abril de 2007 (expediente de fondo, folios 452 y ss).

<sup>246</sup> Conforme a diversas declaraciones y al peritaje de Stuart Kirsch, (expediente de fondo, folio 357) existirían dentro de la Reserva de Wane Kreek concesiones madereras otorgadas a terceros no indígenas, así como nuevas actividades de exploración en Wane Kreek Hills que se habrían iniciado desde el 2014 derivadas de la concesión otorgada en 1958 hasta el año 2033, según el Instituto de Bauxita de Surinam, (expediente de prueba, folio 3076). La Corte no cuenta con prueba suficiente para establecer la fecha, ubicación, cantidad de concesiones, personas o empresas a las cuales se las hubieran otorgado concesiones madereras o si, efectivamente, actividades de exploración se han retomado en el año 2014.

<sup>247</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 129, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 205. Cfr. artículo 14 del Convenio sobre la Diversidad Biológica, *supra*: "Evaluación del impacto y reducción al mínimo del impacto adverso 1. Cada Parte Contratante, en la medida de lo posible y según proceda: a) Establecerá

estudios de impacto ambiental "sirven para evaluar el posible daño o impacto que un proyecto de desarrollo o inversión puede tener sobre la propiedad y comunidad en cuestión. El objetivo de [los mismos] no es [únicamente] tener alguna medida objetiva del posible impacto sobre la tierra y las personas, sino también [...] asegurar que los miembros del pueblo [...] tengan conocimiento de los posibles riesgos, incluidos los riesgos ambientales y de salubridad", para que puedan evaluar si aceptan el plan de desarrollo o inversión propuesto, "con conocimiento y de forma voluntaria"<sup>248</sup>. El nivel de impacto permitido no puede negar la capacidad de los miembros de los pueblos indígenas y tribales a su propia supervivencia<sup>249</sup>.

215. Por otro lado, la Corte ha establecido que los estudios de impacto ambiental deben respetar las tradiciones y cultura de los pueblos indígenas y que uno de los objetivos de la exigencia de dichos estudios es garantizar el derecho del pueblo indígena a ser informado acerca de todos los proyectos propuestos en su territorio<sup>250</sup>. Por lo tanto, la obligación del Estado de supervisar dichos estudios coincide con su deber de garantizar la efectiva participación del pueblo indígena<sup>251</sup>. Al respecto, la Corte considera, como lo hizo con la salvaguardia relativa a la participación efectiva en la que, para el caso concreto, el estudio de impacto ambiental y social adquiriría también relevancia de manera previa al inicio de actividades de explotación, ya que es allí donde se concreta el área específica en la que se llevaría a cabo las actividades extractivas respecto de toda el área en concesión.

216. En el presente caso, la Corte constató que el estudio de impacto ambiental y social: a) no fue efectuado antes del inicio de las actividades de extracción en 1997; b) la legislación interna no lo exigía (*supra* párr. 213); c) el primer estudio fue realizado en el año 2005, ocho años más tarde del inicio de la extracción y aquel no contó con la participación de los Pueblos Kaliña y Lokono antes de su adopción, y d) fue realizado por una entidad privada subcontratada por la empresa minera, sin que conste que el mismo fue sometido a una supervisión o fiscalización posterior por parte de órganos estatales. En vista de ello, el plan de

---

procedimientos apropiados por los que se exija la evaluación del impacto ambiental de sus proyectos propuestos que puedan tener efectos adversos importantes para la diversidad biológica con miras a evitar o reducir al mínimo esos efectos y, cuando proceda, permitirá la participación del público en esos procedimientos. b) Establecerá arreglos apropiados para asegurarse de que se tengan debidamente en cuenta las consecuencias ambientales de sus programas y políticas que puedan tener efectos adversos importantes para la diversidad biológica; [...]", y Declaración de Río sobre el Medioambiente y el Desarrollo, *supra*, Principio 17 que señala que "[d]eberá emprenderse una evaluación del impacto ambiental, en calidad de instrumento nacional, respecto de cualquier actividad propuesta que probablemente haya de producir un impacto negativo considerable en el medio ambiente y que esté sujeta a la decisión de una autoridad nacional competente".

<sup>248</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 133, y *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam. Interpretación de la Sentencia de Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 12 de agosto de 2008. Serie C No. 185, párrs. 40 y 41, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku, supra*, párr. 205.

<sup>249</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka. Interpretación de la Sentencia, supra*, párr. 42.

<sup>250</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka. Interpretación de la Sentencia, supra*, párr. 41, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku, supra*, párr. 206. Cfr. Declaración de Río sobre el Medioambiente y el Desarrollo, *supra*, Principio 10 que señala que: "[e]l mejor modo de tratar las cuestiones ambientales es con la participación de todos los ciudadanos interesados, en el nivel que corresponda. En el plano nacional, toda persona deberá tener acceso adecuado a la información sobre el medio ambiente de que dispongan las autoridades públicas, incluida la información sobre los materiales y las actividades que encierran peligro en sus comunidades, así como la oportunidad de participar en los procesos de adopción de decisiones. Los Estados deberán facilitar y fomentar la sensibilización y la participación de la población poniendo la información a disposición de todos. Deberá proporcionarse acceso efectivo a los procedimientos judiciales y administrativos, entre éstos el resarcimiento de daños y los recursos pertinentes".

<sup>251</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka. Interpretación de la Sentencia, supra*, párr. 41, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku, supra*, párr. 206, y Declaración de Río sobre el Medioambiente y el Desarrollo, *supra*, Principio 22 que señala que "[l]as poblaciones indígenas y sus comunidades, así como otras comunidades locales, desempeñan un papel fundamental en la ordenación del medio ambiente y en el desarrollo debido a sus conocimientos y prácticas tradicionales. Los Estados deberían reconocer y apoyar debidamente su identidad, cultura e intereses y hacer posible su participación efectiva en el logro del desarrollo sostenible".

impacto ambiental no se llevó a cabo de conformidad con lo dispuesto en su jurisprudencia ni con los estándares internacionales en la materia<sup>252</sup>.

217. El Tribunal toma nota de que la Reserva Natural de Wane Kreek fue establecida con el objetivo de proteger y conservar nueve ecosistemas únicos (*supra* párr. 81) en parte del territorio reclamado como tradicional por los Pueblos Kaliña y Lokono. Sin embargo, la Corte constata que por el contrario, la extracción de bauxita en Wane Kreek 1 y 2 generó graves daños al medio ambiente y a los recursos naturales necesarios para la subsistencia y desarrollo de los Pueblos Kaliña y Lokono (*supra* párrs. 91 y 92). En este sentido, conforme a diversas declaraciones<sup>253</sup>, la actividad de extracción impactó ampliamente esta zona, pues el ruido de la construcción y las explosiones regulares de dinamita provocaron que los animales y aves se alejaran; los riachuelos se contaminaron afectando con ello la pesca; la tala de árboles y los ruidos derivados de las actividades ahuyentaron a diversas especies de animales, afectando con ello la caza<sup>254</sup>, y el suelo se vio afectado por lo que muchas de las plantas tradicionales dejaron de crecer. Asimismo, se habrían derivado otras afectaciones con motivo de la construcción de la carretera para el transporte de la bauxita<sup>255</sup>.

218. Estos impactos negativos en el medio ambiente y recursos naturales indígenas, fueron además reconocidos en el propio estudio de impacto ambiental de 2005, el cual fue preparado para NV BHP Billiton Maatschappij Surinam, ya que el mismo concluyó que las secciones Wane 1 y Wane 2 habían sufrido un daño ambiental considerable como consecuencia de la minería a cielo abierto de bauxita. Asimismo, entre otros, el estudio recomendó lo siguiente: i) que las empresas dejaran las secciones Wane 3 y Wane 4 intactas para evitar mayor degradación ambiental; ii) que se finalizaran las actividades de exploración y extracción tan pronto fuera posible; iii) que se restauraran las áreas perjudicadas, y iv) que se retiraran de la Reserva Wane Kreek<sup>256</sup> (*supra* párr. 91).

219. Al respecto, las compañías mineras han implementado ciertas políticas para la rehabilitación del área. Según prueba aportada por el Estado luego de la visita<sup>257</sup>, para agosto de 2015, Wane 1 y 2 estarían rehabilitadas (*supra* párr. 93) y el crecimiento estimado de lo plantado sería del 70-80%, aunque en otras áreas la intensidad de crecimiento podría ser menor<sup>258</sup>. Sin embargo, los representantes resaltaron que lo anterior era contradictorio con las imágenes aportadas como prueba que muestran la zona devastada, y con lo señalado en declaraciones de las víctimas (*supra* párr. 92). Por ello, los representantes señalaron que no se

---

<sup>252</sup> Cfr. Peritaje de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 357). El perito señaló que mediante una comunicación personal de 10 de febrero de 2009, el Vicepresidente de Desarrollo Sostenible de BHP Billiton le informó de que el ordenamiento interno de Surinam no exigía la realización de estudios de impacto ambiental y social, razón por la cual éstos no fueron realizados hasta el 2005.

<sup>253</sup> De acuerdo con el peritaje del Dr. Stuart Kirsh, la Reserva de Wane Kreek se ha convertido, *de facto*, en una zona de extracciones de recursos naturales con efectos negativos para el medio ambiente y con consecuencias perjudiciales para los pueblos indígenas. Cfr. Peritaje de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 357 a 360).

<sup>254</sup> Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 450), y Peritaje de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 360).

<sup>255</sup> Por ejemplo, se habrían incrementado las actividades legales e ilegales de explotación forestal, de caza ilegal, de la minería de arena y grava, y recientemente de la minería de caolín Cfr. *Affidavit* de la Capitana Grace Watamaleo de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 450).

<sup>256</sup> Cfr. *Án*alisis de afectación al medioambiente en la Concesión Wane 4 de julio de 2005 (expediente de fondo, folio 390).

<sup>257</sup> Cfr. Memorándum preparado por el Instituto de Bauxita en Surinam referente a la rehabilitación en la zona de Wane Kreek Hills de agosto de 2015 (expediente de prueba, folio 3076).

<sup>258</sup> Cfr. Memorándum preparado por el Instituto de Bauxita en Surinam referente a la rehabilitación en la zona de Wane Kreek Hills de agosto de 2015, *supra* (expediente de prueba, folio 3076).

tiene certeza de si las acciones de rehabilitación serán exitosas, ya que, por ejemplo, los árboles que han plantado no han alcanzado el tamaño previsto, por lo que se espera que la rehabilitación de todo el territorio afectado demore un tiempo prolongado<sup>259</sup>.

220. Por su parte, el Tribunal en su diligencia *in situ*, constató que el área se encontraba afectada de manera evidente y que existía una transformación radical del paisaje (*supra* párr. 93), por lo que estima que hasta el momento las acciones emprendidas no han cumplido con los objetivos previstos para la adecuada rehabilitación del territorio en cuestión, máxime siendo un área protegida de reserva natural.

221. Al respecto, el Estado tiene el deber de proteger tanto las áreas de reserva natural como los territorios tradicionales con el fin de prevenir daños en el territorio indígena, inclusive aquel que proceda de terceros, a través de mecanismos adecuados de supervisión y fiscalización<sup>260</sup> que garanticen los derechos humanos, en particular, mediante la supervisión y fiscalización de estudios de impacto ambiental. Asimismo, el Tribunal toma nota que el artículo 32 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas dispone que “los Estados establecerán mecanismos eficaces para la reparación justa y equitativa por [la explotación de recursos minerales] y se adoptarán medidas adecuadas para mitigar las consecuencias nocivas de orden ambiental [...]”.

222. En este sentido, los impactos negativos en el área antes descritos afectaron de manera directa los recursos naturales de los Pueblos Kaliña y Lokono dentro de un área que tradicionalmente han utilizado. Asimismo, no sólo no fueron evitados mediante mecanismos de prevención o medidas adecuadas para mitigar el daño instaurado por parte del Estado, como lo es la supervisión de un estudio de impacto ambiental, sino que los efectos negativos se han mantenido en el tiempo, afectando con ello el territorio tradicional y los medios de supervivencia de los miembros de dichos pueblos. Asimismo, la Corte recuerda que el Estado también tiene la responsabilidad de supervisar y fiscalizar las acciones en el territorio afectado, a efectos de lograr su pronta rehabilitación con el fin de garantizar un pleno uso y goce de los derechos de los pueblos.

223. En este particular, el Tribunal toma nota de que las actividades mineras que generaron las afectaciones al medio ambiente y por ende a los derechos de los pueblos indígenas, fueron llevadas a cabo por actores privados, primero por la empresa Suralco y posteriormente por la *joint venture* denominada BHP Billiton-Suralco.

224. Al respecto, la Corte toma nota de los “Principios Rectores sobre las empresas y los derechos humanos”<sup>261</sup>, avalados por el Consejo de Derechos Humanos de la Naciones Unidas,

<sup>259</sup> Cfr. Peritaje de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folios 359 a 362).

<sup>260</sup> Cfr. *Caso Suárez Peralta Vs. Ecuador. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 21 de mayo de 2013. Serie C No. 261, párr. 133, y *Caso Gonzales Lluy y otros Vs. Ecuador. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 1 de septiembre de 2015. Serie C No. 298, párr. 184.

<sup>261</sup> Cfr. ONU, Principios Rectores sobre las empresas y los derechos humanos: puesta en práctica del marco de las Naciones Unidas para “proteger, respetar y remediar”. Informe del Representante Especial del Secretario General para la cuestión de los derechos humanos y las empresas transnacionales y otras empresas, John Ruggie. Presentado durante el 17º período de sesiones del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, A/HRC/17/31, 21 de marzo de 2011. Disponible en: [http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR\\_SP.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_SP.pdf), y <http://www.ohchr.org/EN/Issues/TransnationalCorporations/Pages/Reports.aspx>. El Consejo de Derechos Humanos avaló dichos principios y creó un comité para promover su implementación. Cfr. Consejo de Derechos Humanos, Resolución 17/4, UN Doc. A/HRC/17/4, 6 de julio de 2011. Disponible en: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/G11/144/74/PDF/G1114474.pdf?OpenElement>. Asimismo, Cfr. La Responsabilidad de las Empresas de Respetar los Derechos Humanos: Guía para la interpretación. Disponible en: [http://www.ohchr.org/Documents/Publications/HR.PUB.12.2\\_sp.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Publications/HR.PUB.12.2_sp.pdf). En similar sentido, la Organización de Estados Americanos en su resolución del 4 de junio de 2014 hace evidente la necesidad de continuar implementando

mediante los cuales se ha establecido que las empresas deben actuar de conformidad con el respeto y la protección de los derechos humanos, así como prevenir, mitigar y hacerse responsables por las consecuencias negativas de sus actividades sobre los derechos humanos<sup>262</sup>. En este sentido, tal como lo reiteran dichos principios, los Estados tienen la responsabilidad de proteger los derechos humanos de las personas contra las violaciones cometidas en su territorio y/o su jurisdicción por terceros, incluidas las empresas. Para tal efecto los Estados deben adoptar las medidas apropiadas para prevenir, investigar, castigar y reparar, mediante políticas adecuadas, los abusos que aquellas puedan cometer, actividades de reglamentación y sometimiento a la justicia<sup>263</sup>.

225. En este sentido, el Representante Especial del Secretario General de Naciones Unidas para la cuestión de los derechos humanos y las empresas transnacionales y otras empresas, ha señalado que estas deberán respetar los derechos humanos de personas pertenecientes a grupos o poblaciones específicas, entre ellos los pueblos indígenas y tribales, y deberán prestarle especial atención cuando vulneren dichos derechos<sup>264</sup>.

226. En virtud de lo señalado, la Corte estima que, siendo que el Estado no garantizó la realización de un estudio de impacto ambiental y social de manera independiente y previa al inicio de la extracción de bauxita ni supervisó el estudio que fue realizado con posterioridad, incumplió con dicha salvaguardia, máxime tratándose de un área natural protegida y de territorios tradicionales para diversos pueblos.

### **iii) Beneficios compartidos**

227. Al considerar los planes de desarrollo dentro de los territorios de los pueblos indígenas y tribales, el Estado debe compartir razonablemente los beneficios del proyecto en cuestión, de ser el caso. Dicho concepto es inherente al derecho de indemnización reconocido en el artículo 21.2 de la Convención, el cual se extiende no sólo, por ejemplo, a la total privación de un título de propiedad por medio de una expropiación por parte del Estado, por ejemplo, sino que también comprende la privación del uso y goce regular de dicha propiedad<sup>265</sup>.

---

instrumentos que sean jurídicamente vinculantes sobre las empresas y el "desarrollo de mecanismos que permitan el intercambio de buenas prácticas y experiencias en cuanto a la promoción y protección de los derechos humanos en el ámbito empresarial". Cfr. Resolución AG/RES. 2840 (XLIV-O/14), sobre la Promoción y Protección de los Derechos Humanos en el Ámbito Empresarial. Aprobada en la segunda sesión plenaria celebrada el 4 de junio de 2014. Disponible en: [http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/AG-RES\\_2840\\_XLIV-O-14.pdf](http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/AG-RES_2840_XLIV-O-14.pdf).

<sup>262</sup> Cfr. Principios rectores sobre las empresas y los derechos humanos, *supra*, Principios 1, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 22, 25.

<sup>263</sup> Cfr. Principios rectores sobre las empresas y los derechos humanos, *supra*, Principio 1.

<sup>264</sup> Según el Informe del Representante Especial del Secretario General para la cuestión de los derechos humanos y las empresas transnacionales y otras empresas, John Ruggie en su párr. 18: "Para ello, el primer paso en el proceso de debida diligencia en materia de derechos humanos es identificar y evaluar la naturaleza de las consecuencias negativas actuales y potenciales sobre los derechos humanos en los que pueda verse implicada una empresa. El objetivo es comprender las consecuencias concretas sobre personas específicas en un contexto de operaciones determinado. Por lo general, esto implica evaluar el contexto de derechos humanos antes de emprender una actividad empresarial propuesta, siempre que sea posible, identificar a los posibles afectados, catalogar las normas y cuestiones pertinentes de derechos humanos, y proyectar las consecuencias de la actividad propuesta y de las relaciones comerciales correspondientes sobre los derechos humanos de las personas identificadas. En este proceso, las empresas deben prestar especial atención a las consecuencias concretas sobre los derechos humanos de las personas pertenecientes a grupos o poblaciones expuestos a un mayor riesgo de vulnerabilidad o de marginación, y tener presentes los diferentes riesgos que pueden enfrentar las mujeres y los hombres". Disponible en [http://www2.ohchr.org/SPdocs/Business/A-HRC-17-31\\_sp.doc](http://www2.ohchr.org/SPdocs/Business/A-HRC-17-31_sp.doc).

<sup>265</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párrs. 138 a 139.

228. En el presente caso, los representantes de las víctimas señalaron que no existía evidencia alguna en el expediente ante la Corte de que los Pueblos Kaliña y Lokono se hubieran beneficiado debido a la concesión minera otorgada por el Estado, sino que más bien esta causó daños graves al medio ambiente de la zona, perjudicando con ello a dichos Pueblos. Sin embargo, el Estado alegó que el daño ocasionado fue mínimo, y que, en todo caso, los Pueblos Kaliña y Lokono habrían sido compensados por el hecho de poder usar y gozar de la carretera construida a fin de transportar su madera.

229. A este respecto, la Corte considera que conforme a la prueba del expediente, Surinam no reconoce esta salvaguardia en su legislación interna. Asimismo, si bien no consta controversia respecto de la utilización por los pueblos indígenas de la carretera, dicho acceso no puede ser considerado como un beneficio directo y consensuado en beneficio de los pueblos a la luz de los estándares antes referidos, máxime teniendo en cuenta que dicha carretera fue parte del proyecto de explotación que generó un impacto negativo sobre los recursos naturales de su territorio, por lo que tampoco se garantizó este requisito.

#### ***iv) Conclusión respecto de las salvaguardias***

230. Conforme a todo lo expuesto anteriormente, la Corte concluye que el Estado de Surinam no garantizó la participación efectiva a través de un proceso de consulta a los Pueblos Kaliña y Lokono. Asimismo, el Tribunal concluye que no se llevó a cabo un estudio de impacto ambiental y social ni se compartieron los beneficios del citado proyecto minero. De igual manera, Surinam no ha adoptado mecanismos a fin de garantizar las salvaguardias anteriores. Con base en lo señalado, el Estado ha violado los artículos 21 y 23 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros.

### **VI-III**

#### **DERECHO A LA PROTECCIÓN JUDICIAL (ARTÍCULO 25) EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 13, 1.1 Y 2 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA**

##### ***A. Argumentos de la Comisión y de las partes***

231. La **Comisión** señaló que previamente en el caso del *Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, la Corte Interamericana determinó que el Código Civil de Surinam, el Decreto-L de 1982, el Decreto de Minería de 1986 y la Ley de Gestión Forestal de 1992 no proveían recursos adecuados y efectivos que protegieran al pueblo tribal *Saramaka* de los actos que fueran violatorios de su derecho a la propiedad comunal. Sobre la base de lo anterior, tomando en consideración que el Estado no aportó información que demostrara acciones concretas que hayan sido adoptadas en aras de solucionar los problemas encontrados en el caso del *Pueblo Saramaka*, la Comisión concluyó que, en el presente caso, el Estado violó el derecho a la protección judicial debido a que no existe en el derecho interno de Surinam un recurso idóneo y efectivo que garantice la protección del derecho a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas y tribales.

232. Asimismo, la Comisión señaló en su Informe de Fondo que, con posterioridad al Informe de Admisibilidad, los peticionarios alegaron que el hecho de que el Estado no proporcionara detalles sobre las fechas exactas en que diversos títulos de propiedad y arrendamiento se emitieron a personas no indígenas sobre parte del territorio tradicional de los Pueblos Kaliña y Lokono, sin la formulación de una causa que justifique la negativa del otorgamiento de dicha información pública, constituía una violación del artículo 13 de la Convención Americana. La Comisión consideró lo ocurrido como parte de los hechos del caso, y concluyó que si bien no contó con suficientes elementos para declarar la violación del artículo

13 de la Convención Americana, los analizó dentro de la violación del derecho a la propiedad colectiva de los Pueblos Kaliña y Lokono, consagrado en el artículo 21 de la Convención.

233. Los **representantes** coincidieron con lo señalado por la Comisión en el sentido de que Surinam continúa sin establecer mecanismos legales o administrativos para la restitución o el reconocimiento de los derechos de propiedad de los pueblos indígenas, ni para la delimitación, demarcación y titulación de sus territorios ancestrales. Al respecto, añadieron que los pueblos Kaliña y Lokono hicieron uso del derecho de petición consagrado en el artículo 22 de la Constitución de Surinam, mediante el cual mantuvieron reuniones con autoridades y presentaron quejas y peticiones ante diversos Ministerios y oficinas estatales. Sin embargo, alegaron que los procedimientos fueron inefectivos ya que el Estado no ejecutó ninguna acción concreta, en violación del derecho a la protección judicial.

234. Respecto del derecho de acceso a la información, alegaron ante la Comisión en su escrito de 28 de mayo de 2008 que la falta de respuesta respecto de la información solicitada constituía una violación del artículo 13 de la Convención Americana. Sin embargo, los representantes no solicitaron la declaratoria de la violación de dicho artículo ante la Corte, sino que argumentaron estos hechos en relación con violaciones a los artículos 3, 21, y 25 de la Convención Americana, junto con los artículos 1 y 2 de la misma, por parte del Estado de Surinam.

235. El **Estado** no se refirió a la alegada violación del derecho a la protección judicial. No obstante, durante la visita a la Asamblea Nacional realizada como parte de las diligencias *in situ*, la vocera de la Asamblea Nacional señaló que el Decreto sobre Otorgamiento de Territorios Estatales de 15 de junio de 1982, conocido como el "L Decree" (Decree Granting of State-owned Land) reconoce en cierta medida los derechos de los pueblos indígenas, y que en la práctica se reconoce su derecho a la propiedad colectiva.

236. El Estado no hizo ninguna observación con respecto a la alegada violación del derecho de acceso a la información durante la etapa de fondo ante la Comisión y alegó durante la diligencia *in situ* que en Surinam no se negaba al acceso al Registro Público.

## **B. Consideraciones de la Corte**

237. La Corte ha expresado de manera reiterada que los Estados Partes están obligados a suministrar recursos judiciales efectivos a las víctimas de violaciones de los derechos humanos (artículo 25), los cuales deben ser sustanciados de conformidad con las reglas del debido proceso legal (artículo 8.1), todo ello dentro de la obligación general, a cargo de los mismos Estados, de garantizar el libre y pleno ejercicio de los derechos reconocidos por la Convención a toda persona que se encuentre bajo su jurisdicción (artículo 1.1)<sup>266</sup>. La inexistencia de un recurso efectivo frente a las violaciones de los derechos recogidos en la Convención supone una transgresión de la misma por el Estado Parte en el cual semejante situación tenga lugar<sup>267</sup>.

238. Asimismo, la Corte ha interpretado que el alcance de la obligación del Estado de proporcionar un recurso judicial, recogida en el texto del artículo 25 de la Convención, no se reduce a la mera existencia de tribunales o procedimientos formales, sino que el Estado debe, además, adoptar medidas positivas para garantizar que estos recursos sean efectivos para

---

<sup>266</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Excepciones Preliminares*. Sentencia de 26 de junio de 1987. Serie C No.1, párr. 91, y *Caso López Lone*, *supra*, párr. 245.

<sup>267</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni*, *supra*, párr. 113, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Embera de Bayano y sus miembros*, *supra*, párrs. 193 y 198.

dirimir si ha habido una vulneración de derechos humanos y proporcionar la eventual reparación<sup>268</sup>.

239. En ese sentido, en los términos del citado artículo, es posible identificar dos obligaciones específicas del Estado. La primera, consagrar normativamente y asegurar la debida aplicación de recursos efectivos ante las autoridades competentes, que amparen a todas las personas bajo su jurisdicción contra actos que violen sus derechos fundamentales o que conlleven a la determinación de los derechos y obligaciones de éstas. La segunda, garantizar los medios para ejecutar las respectivas decisiones y sentencias definitivas emitidas por tales autoridades competentes, de manera que se protejan efectivamente los derechos declarados o reconocidos<sup>269</sup>.

240. En lo que respecta a pueblos indígenas y tribales, la jurisprudencia de este Tribunal ha señalado que los Estados tienen el deber de establecer procedimientos adecuados en el marco del ordenamiento jurídico interno para procesar las reivindicaciones de tierras de los pueblos indígenas, derivado de la obligación general de garantía que establecen los artículos 1 y 2 de la Convención<sup>270</sup>. De esta forma, los recursos ofrecidos por el Estado deben suponer una posibilidad real<sup>271</sup> para que las comunidades indígenas y tribales puedan defender sus derechos y puedan ejercer el control efectivo de su territorio<sup>272</sup>.

241. Sobre la base de lo expuesto, a continuación el Tribunal analizará la alegada violación del artículo 25 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de ese tratado, para lo cual valorará: a) los recursos adecuados y efectivos en la legislación interna para proteger los derechos de los pueblos indígenas y tribales; b) la idoneidad y efectividad de las peticiones interpuestas ante autoridades estatales, y c) el derecho de acceso a la información en relación con el artículo 25 de la Convención Americana .

### ***B.1 Recursos adecuados y efectivos en la legislación interna para proteger los derechos de los pueblos indígenas y tribales***

242. En el caso del *Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, con fundamento en los alegatos expuestos por las partes y la Comisión, la Corte analizó las disposiciones establecidas en los artículos 1386, 1387, 1388, 1392 y 1393 del Código Civil; el Decreto de Minería (Decreto E 58) de 8 de mayo de 1986, y el artículo 41.1.b de la Ley de Gestión Forestal de 1992, en aras de determinarse mediante dicha normativa resultaba posible reparar adecuadamente las presuntas violaciones a los derechos de propiedad colectiva de los pueblos indígenas y tribales<sup>273</sup>.

243. Al respecto, en cuanto a las disposiciones del Código Civil, la Corte consideró que el recurso judicial en él establecido era inadecuado e ineficaz en virtud de que solo se encontraba disponible para las personas que reclaman una violación de sus derechos individuales a la

---

<sup>268</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez, Fondo, supra*, párrs. 63, 68 y 81 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros, supra*, párr. 165.

<sup>269</sup> Cfr. *Caso de los "Niños de la Calle" (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Fondo*. Sentencia de 19 de noviembre de 1999. Serie C No. 63, párr. 237, y *Caso Wong Ho Wing Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 30 de junio de 2015. Serie C No. 297, párr. 196.

<sup>270</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa, supra*, párr. 102, y *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa, supra*, párr. 109.

<sup>271</sup> Cfr. *Caso del Tribunal Constitucional Vs. Perú. Competencia*. Sentencia de 24 de septiembre de 1999. Serie C No. 55, párr. 90, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek, supra*, párr. 144.

<sup>272</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni, supra*, párrs. 148 a 153 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Embera de Bayano y sus miembros, supra*, párr. 112.

<sup>273</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párrs. 179 a 184.



propiedad privada, y no reconocía el derecho a la propiedad colectiva<sup>274</sup>. Por otra parte, la Corte constató que, para interponer un procedimiento judicial, el Decreto de Minería exigía al reclamante ser titular de un derecho o interés registrable emitido por el Estado, sin embargo los miembros del *Pueblo Saramaka* no poseían un título sobre su territorio tradicional, por lo que el aparente recurso era inadecuado e ineficaz<sup>275</sup>. Finalmente, la Corte observó que el procedimiento de presentación de reclamos escritos ante el Presidente de Surinam establecido en la Ley de Gestión Forestal era ineficaz ya que las quejas interpuestas por integrantes del *Pueblo Saramaka* no obtuvieron una respuesta<sup>276</sup>.

244. En el presente caso, el Estado no aportó documentación o información que demostrara una modificación en la normativa analizada en el caso del *Pueblo Saramaka Vs. Surinam*. Por ello, la Corte considera que dicha normativa continua siendo inadecuada e ineficaz para resolver presuntas violaciones a los derechos de propiedad colectiva de los pueblos indígenas y tribales en Surinam.

245. A pesar de lo anterior, de los hechos del presente caso se desprende que las presuntas víctimas se han fundamentado en el artículo 22 de la Constitución Política de Surinam para interponer peticiones escritas ante diversas autoridades estatales para reclamar sus derechos (*supra* párr. 65 e *infra* párr. 265). Se constata que dicho artículo establece que toda persona tiene el derecho de someter peticiones escritas ante autoridades públicas, y la ley establecerá el procedimiento respectivo. Con ello, se regula el derecho fundamental de petición a la vez que se delega la creación de recursos específicos a normas de jerarquía inferior, como las leyes.

246. Sin embargo, para que este derecho de petición sea efectivo, la Corte estima que este debe a su vez comprender una respuesta oportuna, coherente, completa y detallada sobre los asuntos indicados en la petición, independientemente de que sea favorable o no a lo solicitado. En este sentido, la Corte recuerda que el artículo 24 de la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre establece que “[t]oda persona tiene derecho a presentar peticiones respetuosas a cualquier autoridad competente, ya sea por motivo de interés general, ya de interés particular, y el de obtener una pronta resolución”.

247. Asimismo, el Estado aportó el Decreto sobre Otorgamiento de Territorios Estatales de 15 de junio de 1982, conocido como el “L Decree”. Dicho Decreto establece que para solicitar el otorgamiento de un territorio que sea propiedad del Estado, el solicitante deberá presentar una petición por escrito al Ministro de Planificación Territorial<sup>277</sup>, especificando la ubicación del territorio y el uso pretendido<sup>278</sup>. Dicha solicitud será puesta en conocimiento del Comisionado de Distrito correspondiente<sup>279</sup>, y eventualmente será resuelta e informada al solicitante por el propio Ministro de Planificación Territorial<sup>280</sup>. En este sentido, la Corte constató que los procedimientos establecidos en dicho instrumento se refieren de forma general al

<sup>274</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 179.

<sup>275</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 183.

<sup>276</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 184.

<sup>277</sup> Cfr. Artículo 1 del Decreto sobre Otorgamiento de Territorios Estatales de 15 de junio de 1982 (expediente de prueba, folio 2691).

<sup>278</sup> Cfr. Artículo 5 del Decreto sobre Otorgamiento de Territorios Estatales de 15 de junio de 1982 (expediente de prueba, folio 2692).

<sup>279</sup> Cfr. Artículo 7 del Decreto sobre Otorgamiento de Territorios Estatales de 15 de junio de 1982 (expediente de prueba, folio 2693).

<sup>280</sup> Cfr. Artículos 8, 9 y 10 del Decreto sobre Otorgamiento de Territorios Estatales de 15 de junio de 1982 (expediente de prueba, folio 2693).

otorgamiento de territorios que sean propiedad del Estado a individuos o personas jurídicas que residan en Surinam<sup>281</sup>, y no guardan relación con solicitudes específicas de reivindicaciones de territorios de pueblos indígenas como las analizadas en el presente caso. Asimismo, el Estado no argumentó de qué manera el procedimiento podía reparar adecuadamente las violaciones alegadas por los Pueblos Kaliña y Lokono, máxime que los mismos carecen de legitimación para solicitar el otorgamiento del territorio, en virtud de que el Estado no reconoce la personalidad jurídica colectiva de los pueblos indígenas (*supra* párr. 112).

248. Por otra parte, la Corte toma nota de que en el informe de 18 de agosto de 2011, la Relatoría Especial sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de Naciones Unidas, indicó que resultaba evidente que Surinam debía adoptar medidas legislativas o reglamentarias que establecieran adecuadamente protecciones y procedimientos específicos mediante las cuales se aseguraran los derechos de los pueblos indígenas y tribales. En este sentido, a la luz de las Sentencias emitidas por la Corte en los casos de los *Pueblos Moiwana* y *Saramaka*, recomendó que se debía priorizar el desarrollo de legislación sobre dos puntos: i) un procedimiento para identificar y titular territorios indígenas y tribales, y ii) un procedimiento para consultar, con miras al consentimiento, a los pueblos indígenas y tribales sobre la extracción de recursos y otras actividades que afecten su territorio<sup>282</sup>.

249. En consecuencia, la Corte considera que la normativa analizada en el presente caso no contempla recursos judiciales o administrativos mediante los cuales se establezcan procedimientos para la protección del derecho de propiedad colectiva de los pueblos indígenas y tribales.

250. Ahora bien, la Corte toma en consideración que durante la audiencia pública del presente caso, el Estado indicó "estar consciente de que la legislación de Surinam efectivamente aún no cumple con las normas internacionales", por lo que solicitó a la Corte la guía para solventar las distintas complejidades relacionadas con el reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas y tribales en Surinam.

251. En este sentido, la Corte estima que conforme a la jurisprudencia del Tribunal, así como de otros estándares internacionales en la materia, los recursos internos, deben ser interpretados y aplicados con el fin de garantizar los derechos humanos de los pueblos indígenas, tomando en cuenta los siguientes criterios:

1. reconocimiento de la personalidad jurídica colectiva, en tanto pueblos indígenas y tribales<sup>283</sup>, así como de la personalidad jurídica individual, como miembros integrantes de dichos pueblos<sup>284</sup>;
2. otorgamiento de capacidad legal para interponer acciones administrativas, judiciales o de cualquier otra índole de manera colectiva, a través de sus representantes, o en forma individual, tomando en cuenta sus costumbres y características culturales<sup>285</sup>;

---

<sup>281</sup> Cfr. Artículo 2 del Decreto sobre Otorgamiento de Territorios Estatales de 15 de junio de 1982 (expediente de prueba, folio 2691).

<sup>282</sup> Cfr. Informe del ex Relator Especial sobre los derechos de los pueblos indígenas, James Anaya, emitido el 18 de agosto de 2011, párrs. 17, 34 y 35. Disponible en: [http://www.ohchr.org/Documents/Issues/IPeoples/SR/A-HRC-18-35-Add7\\_en.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Issues/IPeoples/SR/A-HRC-18-35-Add7_en.pdf).

<sup>283</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 172.

<sup>284</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya*, *supra*, párr. 188, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 249.

<sup>285</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párrs. 173 y 174.

3. garantía de acceso a la justicia de las víctimas -en tanto miembros de un pueblo indígena o tribal- sin discriminación<sup>286</sup> y conforme a las reglas del debido proceso<sup>287</sup>, por lo que el recurso disponible deberá ser:

a) accesible<sup>288</sup>, sencillo y dentro de un plazo razonable<sup>289</sup>. Ello implica, entre otras cosas, el establecimiento de medidas especiales para asegurar el acceso efectivo y eliminación de obstáculos de acceso a la justicia, a saber:

i) asegurar que los miembros de la comunidad puedan comprender y hacerse comprender en los procedimientos legales iniciados, facilitándoles intérpretes u otros medios eficaces para tal fin<sup>290</sup>;

ii) proporcionar el acceso a los pueblos indígenas y tribales a asistencia técnica y legal en relación con su derecho a la propiedad colectiva<sup>291</sup>, en el supuesto de que estos se encontrasen en una situación de vulnerabilidad que les impediría conseguirla, y

iii) facilitar el acceso físico a las instituciones administrativas y judiciales, o a los organismos encargados de garantizar el derecho a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas y tribales, así como facilitar la participación de los pueblos en el desarrollo de los procesos judiciales, administrativos o de cualquier otra índole, sin que ello les implique hacer esfuerzos desmedidos o exagerados<sup>292</sup>, ya sea debido a las distancias o a las vías de acceso a dichas instituciones, o a los altos costos en virtud de los procedimientos<sup>293</sup>.

---

<sup>286</sup> Cfr. *Caso Tiu Tojín Vs. Guatemala*, supra, párr. 100, y *Caso Norín Catrimán y otros (Dirigentes, miembros y activista del Pueblo Indígena Mapuche) Vs. Chile. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de mayo de 2014. Serie C No. 279, párrs. 202, 203 y 206. Asimismo, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas reafirma en el párrafo quinto de su preámbulo "que, en el ejercicio de sus derechos, los pueblos indígenas deben estar libres de toda forma de discriminación", y dispone en el artículo 2 que "[l]os pueblos y los individuos indígenas son libres e iguales a todos los demás pueblos y personas y tienen derecho a no ser objeto de ningún tipo de discriminación en el ejercicio de sus derechos, en particular la fundada en su origen o identidad indígenas". Cfr. Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, supra.

<sup>287</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, supra, párrs. 62 y 96, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*, supra, párr. 166.

<sup>288</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, supra, párr. 102, y *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa*, supra, párr. 109.

<sup>289</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, supra, párrs. 112 y 134, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, supra, párr. 262.

<sup>290</sup> Cfr. *Caso Tiu Tojín*, supra, párr. 100, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, supra, párr. 201.

<sup>291</sup> Cfr. ONU, Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas. Informe sobre el sexto periodo de sesiones (14 a 25 de mayo de 2007). E/2007/43. E/C.19/2007/12. El Foro Permanente, en la recomendación No. 23 del citado informe, recomendó a los Estados que en consulta con los pueblos indígenas interesados, presten asistencia financiera y técnica a los pueblos indígenas a fin de que se demarquen los límites de sus tierras comunitarias y que, con carácter de urgencia, terminen la elaboración del marco jurídico y normativo necesario para el registro de los títulos de propiedad colectivos; también les recomendó que presten apoyo a los pueblos indígenas en la preparación de sus solicitudes para obtener títulos de propiedad colectivos. Cfr. *Mutatis mutandi, Excepciones al Agotamiento de los Recursos Internos* (arts. 46.1, 46.2.a y 46.2.b Convención Americana sobre Derechos Humanos). Opinión Consultiva OC-11/90 del 10 de agosto de 1990. Serie A No. 11, párrs. 25 a 28.

<sup>292</sup> Cfr. *Caso Tiu Tojín*, supra, párr. 100.

<sup>293</sup> Cfr. *Mutatis mutandi, Caso Cantos Vs. Argentina. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2002. Serie C No. 97, párrs. 54 a 55, y *Excepciones al Agotamiento de los Recursos Internos*, Opinión Consultiva. OC-11/90, supra, párrs. 29 a 31. Asimismo, Cfr. CIDH, Acceso a la justicia como garantía de los derechos económicos, sociales y culturales. Estudio de los estándares fijados por el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. OEA/Ser.L/V/II.129. Doc. 4 de 7 de septiembre de 2007, párrs. 66 a 80. Disponible en: <http://www.cidh.org/countryrep/AccessoDESC07sp/Accessodescindice.sp.htm>, y Acceso a la justicia para mujeres víctimas de violencia en las Américas. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 68 de 20 de enero de 2007, párr. 112. Disponible en: <http://www.cidh.oas.org/women/Accesso07/indiceacceso.htm>.

- b) adecuado y efectivo para proteger, garantizar y promover los derechos sobre sus territorios indígenas, a través de los cuales se puedan llevar a cabo los procesos de reconocimiento, delimitación, demarcación, titulación y, en su caso, de garantía del uso y goce de sus territorios tradicionales<sup>294</sup>;
4. otorgamiento de una protección efectiva que tome en cuenta las particularidades propias que los diferencian de la población en general y que conforman su identidad cultural<sup>295</sup>, sus características económicas y sociales, su posible situación de vulnerabilidad, su derecho consuetudinario, valores, usos y costumbres<sup>296</sup>, así como su especial relación con la tierra<sup>297</sup>, y
5. respeto de los mecanismos internos de decisión de controversias en materia indígena, los cuales se encuentren en armonía con los derechos humanos<sup>298</sup>.

### ***B.2 Idoneidad y efectividad de los procedimientos judiciales y peticiones interpuestas ante autoridades estatales***

252. A pesar de la inexistencia de una consagración normativa de procedimientos judiciales o administrativos específicos, los Pueblos Kaliña y Lokono han recurrido a tribunales de jurisdicción ordinaria y a diversas autoridades administrativas para la presentación de quejas y solicitudes formales, fundamentadas en el derecho a la petición consagrado en el artículo 22 de la Constitución Política de 1987 (*supra* párr. 65), con el objetivo de reclamar el reconocimiento de los derechos a sus territorios ancestrales; su personalidad jurídica y la obligación de consulta.

253. En este sentido, la sentencia emitida el 21 mayo de 1998 por la Corte Cantonal del Primer Cantón de Paramaribo en el caso *Tjang A. Sjin v. Zaalman y otros*, estableció que la comunidad de Marijkedorp (Wan Shi Sha) debía respetar el derecho de propiedad del señor Tjan A. Sjin, ya que éste tenía un título de propiedad válido conforme al ordenamiento surinamés (*supra* párr. 63). Asimismo, la sentencia de 24 de julio de 2003 emitida por el la Corte Cantonal del Primer Cantón de Paramaribo en el caso *Celientje Martina Joeroeja-Koewiey otros v. Surinam & Surinam Stone & Industries N.V.*, rechazó la solicitud de los habitantes de Pierrekondre de revocar una concesión de minería de arena que había sido otorgada en su territorio en virtud de que carecían de personalidad jurídica como entidad colectiva (*supra* párr. 64).

254. Por otra parte, el 12 de enero de 2003 los Capitanes de los Pueblos Kaliña y Lokono presentaron una petición formal ante el Presidente de Surinam, el señor Ronald Venetiaan, y los Ministerios y agencias estatales afines, en la cual solicitaron el reconocimiento de los derechos a sus territorios ancestrales; su personalidad jurídica y la obligación de consulta. Los días 31 de enero y 28 de febrero de 2003 se llevaron a cabo reuniones al respecto pero no se alcanzaron acuerdos concretos (*supra* párrs. 65 y 66). Posteriormente, el 22 de marzo de 2004

---

<sup>294</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni*, *supra*, párr. 138, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*, *supra*, párr. 157.

<sup>295</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 51, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*, *supra*, párr. 112.

<sup>296</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 63, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*, *supra*, párr. 167.

<sup>297</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni*, *supra*, párr. 149, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*, *supra*, párr. 111.

<sup>298</sup> Cfr. Artículos 27 y 33.2 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, *supra*.

los Capitanes de los Pueblos Kaliña y Lokono reiteraron lo establecido en la petición de 12 de enero de 2003. Sin embargo, la petición no obtuvo respuesta por parte del Estado (*supra* párr. 65).

255. A su vez, en diciembre de 2004 la organización CLIM presentó una comunicación a la Oficina de Tierras Estatales en la cual solicitó la suspensión de entrega de títulos en la zona denominada "Tuinstad Albina". También, el 22 de mayo de 2006 CLIM presentó una comunicación al Ministro de Planificación Territorial solicitando la suspensión de cualquier actividad que afectara su territorio ancestral. No obstante, las comunicaciones no fueron respondidas (*supra* párr. 67). Igualmente, el 7 de octubre de 2007 los Capitanes de los Pueblos Kaliña y Lokono presentaron una comunicación al Presidente de Surinam impugnando diversas construcciones en la comunidad de Pierrekondre, sin obtener respuesta de parte del Estado (*supra* párr. 68). Asimismo, el 28 de enero de 2013 los Capitanes de Marijkedorp (Wan Shi Sha), Pierrekondre, Tapuku y Erowarte presentaron una comunicación al Presidente de la República protestando por la construcción de un casino en la comunidad de Marijkedorp, sin recibir respuesta alguna (*supra* párr. 69).

256. Sobre la base de lo anterior, la testigo Loreen Jubitana, directora de la Asociación de Líderes de Pueblos Indígenas en Surinam (VIDS), manifestó en su declaración jurada presentada ante la Corte que no existen avances concretos por parte del Estado en aras de solucionar las problemáticas relacionadas con el reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas, y que por el contrario, cuando se ejerce presión sobre el Estado, éste crea comisiones como un mecanismo para tranquilizar la situación, sin que se alcancen resultados efectivos<sup>299</sup>.

257. Por su parte, el perito Stuart Kirsh manifestó en su declaración jurada presentada ante la Corte que a pesar de haber sometido numerosas peticiones y haber sostenido múltiples reuniones con autoridades estatales, los Pueblos Kaliña y Lokono no han recibido una respuesta productiva o conclusiva a sus solicitudes de reconocimiento de sus territorios ancestrales u otros derechos<sup>300</sup>.

258. De esta forma, la Corte considera que las actuaciones y omisiones de las autoridades estatales en los procedimientos judiciales y peticiones analizadas en el presente apartado, no han dado respuestas adecuadas y efectivas a los reclamos planteados, por lo que no han mostrado una posibilidad real para que los Pueblos Kaliña y Lokono alcancen la reivindicación de sus territorios ancestrales.

### ***B.3 El derecho de acceso a la información en relación con el artículo 25 de la Convención Americana***

259. La Corte considera importante resaltar que las partes no han alegado la violación del artículo 13 de la Convención durante el procedimiento ante este Tribunal (*supra* párrs. 232 y 234). Sin embargo, estima pertinente aplicar el principio *iura novit curia*, el cual permite estudiar la posible violación de las normas de la Convención que no han sido alegadas en los escritos presentados por las partes, siempre y cuando éstas hayan tenido la oportunidad de expresar sus respectivas posiciones en relación con los hechos que las sustentan<sup>301</sup>.

---

<sup>299</sup> Cfr. *Affidavit* de Loreen Jubitana de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 434).

<sup>300</sup> Cfr. *Affidavit* de Stuart Kirsh de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 351).

<sup>301</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs Honduras. Fondo, supra*, párr. 163, y *Caso Comunidad Campesina de Santa Bárbara Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 1 de septiembre de 2015. Serie C No. 299, párr. 194. El Estado no hizo ninguna observación con respecto a la alegada violación del derecho de acceso a la información durante la etapa de fondo ante la Comisión, a pesar de que dichas alegaciones hechas por los

260. A la Corte le corresponde analizar si la falta de respuesta por parte del Estado a la solicitud de información acerca de los títulos de propiedad que alegan las víctimas constituye una violación del artículo 25 de la Convención Americana en relación con el artículo 13 de la misma.

261. La Corte ha establecido que, de acuerdo con la protección que otorga la Convención Americana, el derecho a la libertad de pensamiento y de expresión comprende no sólo el derecho y la libertad de expresar su propio pensamiento, sino también el derecho y la libertad de buscar, recibir y difundir informaciones e ideas de toda índole<sup>302</sup>. De este modo, el artículo 13 de la Convención, al estipular expresamente los derechos a buscar y a recibir informaciones, protege el derecho que tiene toda persona a solicitar el acceso a la información bajo el control del Estado, con las salvedades permitidas bajo el régimen de restricciones de la Convención. Dicha información debe ser entregada sin necesidad de acreditar un interés directo para su obtención o una afectación personal, salvo en los casos en que se aplique una legítima restricción<sup>303</sup>.

262. La Corte ha establecido que los Estados se encuentran en la obligación de suministrar la información solicitada. Sin embargo, en caso de que proceda la negativa de entrega, deberá dar una respuesta fundamentada que permita conocer cuáles son los motivos y normas en que se basa para no entregar la información. De esta manera, analizando dicha decisión se podrá determinar si tal restricción es compatible con las restricciones permitidas por la Convención Americana, esto es, aquellas que sean legales, necesarias, proporcionales, con el fin de lograr un objetivo legítimo y que respondan a un interés general en el marco de una sociedad democrática<sup>304</sup>. En los casos en que no se obtiene respuesta del Estado la Corte entiende que además de la violación al artículo 13 de la Convención, tal actitud supone una decisión arbitraria<sup>305</sup>. En razón de esto es necesario que la carga de la prueba para justificar cualquier negativa de acceso a la información recaiga en el órgano al cual la información fue solicitada<sup>306</sup>.

263. En el caso particular, el 7 de octubre de 2007 los Capitanes de ocho comunidades de los Pueblos Kaliña y Lokono<sup>307</sup>, la Comisión de Derechos de Tierras del Bajo Marowijne<sup>308</sup> y la

---

representantes fueron puestas en su conocimiento, por lo que el Estado tuvo la oportunidad de expresar su posición respecto a dichos hechos. Asimismo, durante la diligencia *in situ* alegó que en Surinam no se negaba al acceso al Registro Público.

<sup>302</sup> Cfr. La colegiación obligatoria de periodistas (artículos 13 y 29 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos). *Opinión Consultiva OC-5/85* de 13 de noviembre de 1985. Serie A No. 5, párr. 30, y *Caso Granier y otros (Radio Caracas Televisión) Vs. Venezuela. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 22 de junio de 2015. Serie C No. 293, párr. 135.

<sup>303</sup> Cfr. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. Serie C No. 151, párr. 77, y *Caso Gomes Lund y otros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de noviembre de 2010. Serie C No. 219, párr. 211.

<sup>304</sup> Cfr. *Caso Claude Reyes y otros, supra*, párr. 77, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros Vs. Chile. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 2 de septiembre de 2015. Serie C No. 300, párr. 90.

<sup>305</sup> Cfr. *Caso Claude Reyes y otros, supra*, párr. 77, y *Caso Gomes Lund y otros ("Guerrilha do Araguaia")*, *supra*, párr. 211.

<sup>306</sup> Cfr. Comité Jurídico Interamericano. Resolución 147 del 73º Período Ordinario de Sesiones: Principios sobre el Derecho de Acceso a la Información. 7 de agosto de 2008. Punto resolutivo 7. Disponible en: [http://www.oas.org/cji/CJI-RES\\_147\\_LXXII-O-08\\_esp.pdf](http://www.oas.org/cji/CJI-RES_147_LXXII-O-08_esp.pdf).

<sup>307</sup> Los jefes de los pueblos indígenas que firmaron la solicitud fueron: Ricardo Pané, jefe de la comunidad Christiaankondre; Henry Zalman, jefe de Wan Shia Sha; Jona Gunther, jefe de Erowate; Harold Galgren, jefe de Alfonsdorp; Ramses Kajoeramari, jefe de Langamankondre; Romeo Pierre, Jefe de Pierrekondre; Frans Perre, jefe de Tapuku, y Leo Maipio, jefe de Bigiston.

Asociación de Líderes de Pueblos Indígenas en Surinam<sup>309</sup> solicitaron al Estado “clarificar y producir los documentos relevantes que prueben si las personas identificadas anteriormente [los señores H.J. De Vries y Harrold Sijlbing] poseen títulos válidos en el Pueblo de Pierrekondre; y si fuera así, [clarificar] la naturaleza de aquellos títulos y si estas personas tienen permiso para construir casas y/o comercios debido a los mismos. Solicita[ron] que esta información sea entregada por escrito y sea discutida con [estos] tan pronto se encuentre disponible”<sup>310</sup>. Sin embargo, el Estado de Surinam no dio respuesta a dicha solicitud<sup>311</sup>. Por otro lado, durante la diligencia *in situ*, el Estado señaló que cualquier surinamés podía acceder a los registros públicos a solicitar dicha información.

264. De igual manera, esta Corte solicitó al Estado que aportara los títulos de propiedad y de arrendamiento a corto y largo plazo, otorgados a terceros indígenas y no indígenas, así como información respecto de cuántos de estos títulos fueron entregados a terceros no indígenas. Esta información fue entregada el 22 de septiembre de 2015, pero en idioma holandés (*supra* párr. 27) y sin explicar la información remitida, luego de que fuera solicitada en tres oportunidades (*supra* párrs. 12 y 16)<sup>312</sup>.

265. La Corte no tiene conocimiento específico acerca de la existencia de una norma interna que desarrolle y regule el acceso a la información en Surinam. No obstante, observa que la solicitud de información de 7 de octubre de 2007 sobre la existencia de títulos de propiedad en Pierrekondre, se amparó en la protección del artículo 22 de su Constitución, que permite la presentación por parte de toda persona de peticiones escritas ante las autoridades públicas. Como ya fue mencionado, la Corte ha señalado en su jurisprudencia que el Estado tiene la obligación de suministrar la información solicitada, o si procediera la negativa de la entrega de la misma, deberá dar una respuesta fundamentada que permita conocer cuáles son los motivos y normas en que se basa para no entregar la información. Asimismo, el artículo 24 de la Declaración Americana establece como parte del derecho de petición, la obligación de dar una pronta respuesta por parte del Estado (*supra* párr. 246).

266. En este sentido, la Corte subraya el hecho de que frente a dicha petición no se brindó una respuesta o razón fundamentada para no facilitar tal documentación. Además, la Corte ya ha establecido en ocasiones anteriores que no dar respuesta posibilita la actuación discrecional y arbitraria del Estado de facilitar o no determinada información, generando con ello inseguridad jurídica respecto al ejercicio del derecho bajo análisis<sup>313</sup>.

---

<sup>308</sup> Representada por Grace Watamaleo, Coordinadora de la Comisión de Derechos de Tierras del Río Bajo Marowijne.

<sup>309</sup> Representada por Loreen Jubitana, Directora de la Asociación de Líderes de Pueblos Indígenas de Surinam.

<sup>310</sup> *Cfr.* Petición formal presentada en virtud del art. 22 de la Constitución de 1987 de la República de Surinam, 7 de octubre de 2007 (expediente de prueba, folios 332 a 333).

<sup>311</sup> *Cfr.* Escrito de 28 de mayo de 2008 (expediente de prueba, folio 570), y Escrito de 29 de octubre de 2008 (expediente de prueba, folio 1258).

<sup>312</sup> En este sentido, la Corte solicitó durante la audiencia pública la entrega de dichos documentos, como parte de la prueba para mejor resolver. El 14 de marzo el Estado entregó unos anexos a los alegatos finales, los cuales no incluyeron la información respecto de los títulos de terceros solicitados durante la audiencia. En este sentido, el 26 de marzo y el 15 de abril de 2015, la Corte volvió a requerir al gobierno de Surinam la información antes solicitada. El Estado, inicialmente, informó a la Corte que la investigación sobre los títulos requeridos se estaba llevando a cabo, pero no adjuntó ningún documento que acreditase tal información. Finalmente, el 22 de septiembre de 2015 el Estado proporcionó dicha información a la Corte, pero en el idioma holandés, luego de haberle sido requerida con posterioridad a la visita.

<sup>313</sup> *Cfr. Caso Claude Reyes y otros, supra*, párr. 77, y *Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”), supra*, párr. 211.

267. Por otro lado, la Corte estima que la información solicitada era documentación de importancia para que los Pueblos Kaliña y Lokono pudieran tener elementos claros de cuántos individuos ajenos a sus comunidades se encontraban en la zona, y cuál era la situación legal de la posesión de ese territorio. En este sentido, aquella información podría haberles otorgado elementos adicionales a efectos de la presentación de sus reclamos en el fuero interno. Por ello, el Tribunal considera que la ausencia de entrega de la información en manos de la oficina de registros públicos de Surinam, o la falta de fundamentación de la negativa de la misma, colocó a estos pueblos en una situación de desventaja y desconocimiento frente a los terceros que alegaban la titularidad de parte de las tierras, por lo que no garantizó, a través del derecho de petición, el acceso a la información y a la justicia.

### **C. Conclusión**

268. En vista de lo anteriormente señalado, el Tribunal concluye que las disposiciones internas antes mencionadas no proporcionaron recursos legales adecuados y efectivos para proteger a los miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono contra actos que violan su derecho a la propiedad, los procedimientos judiciales y las peticiones interpuestas no resultaron efectivas para tal efecto, y el Estado no otorgó la información solicitada por los representantes ni fundamentó la imposibilidad de entrega de la misma. Por ello, el Estado es responsable por la violación del derecho a la protección judicial establecido en el artículo 25 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1.1, 2 y 13 del mismo instrumento.

## **VII REPARACIONES (APLICACIÓN DEL ARTÍCULO 63.1 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA)**

269. Sobre la base de lo dispuesto en el artículo 63.1 de la Convención Americana<sup>314</sup>, la Corte ha indicado que toda violación de una obligación internacional que haya producido daño, comporta el deber de repararlo adecuadamente y que esa disposición recoge una norma consuetudinaria que constituye uno de los principios fundamentales del Derecho Internacional contemporáneo sobre responsabilidad de un Estado<sup>315</sup>.

270. La Corte ha establecido que las reparaciones deben tener un nexo causal con los hechos del caso, las violaciones declaradas y los daños acreditados, así como con las medidas solicitadas para reparar los daños respectivos. Por lo tanto, la Corte deberá observar dicha concurrencia para pronunciarse debidamente y conforme a derecho<sup>316</sup>.

271. De acuerdo con las violaciones a la Convención Americana declaradas en el Capítulo VI de la presente Sentencia, la Corte procederá a analizar los argumentos y recomendaciones presentados por la Comisión, las pretensiones de los representantes de las víctimas y los alegatos del Estado, a la luz de los criterios fijados en su jurisprudencia en relación con la

---

<sup>314</sup> El artículo 63.1 de la Convención Americana establece que “[c]uando decida que hubo violación de un derecho o libertad protegidos en [la] Convención, la Corte dispondrá que se garantice al lesionado en el goce de su derecho o libertad conculcados. Dispondrá asimismo, si ello fuera procedente, que se reparen las consecuencias de la medida o situación que ha configurado la vulneración de esos derechos y el pago de una justa indemnización a la parte lesionada”.

<sup>315</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 21 de julio de 1989. Serie C No. 7, párr. 25, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 313.

<sup>316</sup> Cfr. *Caso Ticona Estrada y otros Vs. Bolivia. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 27 de noviembre de 2008. Serie C No. 191, párr. 110, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 314.



naturaleza y alcance de la obligación de reparar, con el objeto de disponer las medidas dirigidas a reparar los daños ocasionados a las víctimas<sup>317</sup>.

272. La Corte considera que la reparación en casos como el presente, debe reconocer el fortalecimiento de la identidad cultural de los pueblos indígenas y tribales, garantizando el control de sus propias instituciones, culturas, tradiciones y territorios, a fin de contribuir con su desarrollo de acuerdo con sus proyectos de vida, necesidades presentes y futuras. Asimismo, el Tribunal reconoce que la situación de los pueblos indígenas varía según las particularidades nacionales y regionales, así como con las diversas tradiciones históricas y culturales. En vista de ello, la Corte estima que, las medidas de reparación otorgadas deben proporcionar mecanismos eficaces, enfocados desde su propia perspectiva étnica, que les permita definir sus prioridades en lo que atañe a su proceso de desarrollo y evolución como pueblo<sup>318</sup>.

### **A. Parte Lesionada**

273. La Corte considera parte lesionada, en los términos del artículo 63.1 de la Convención, a quien ha sido declarada víctima de la violación de algún derecho reconocido en la misma. Por lo tanto, esta Corte considera como parte lesionada a los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros.

### **B. Restitución**

274. La **Comisión** solicitó que se reconozca a los Pueblos Kaliña y Lokono como personas jurídicas. Además, que a través de consultas efectivas y plenamente informadas de los Pueblos Kaliña y Lokono, y respetando su derecho consuetudinario, se lleve a cabo: i) la delimitación, demarcación y entrega de título colectivo de propiedad a los Pueblos Kaliña y Lokono sobre las tierras y territorios que han ocupado y usado tradicionalmente; ii) la revisión y determinación de las modificaciones necesarias a los títulos de propiedad, derechos de traspaso y arrendamiento a largo plazo otorgados a personas no indígenas; iii) la revisión de los términos de las actividades mineras autorizadas dentro de la Reserva Natural Wane Kreek, y iv) la verificación de los términos de creación y gestión de las reservas naturales, con el fin de garantizar que las mismas no serán un obstáculo para el uso y goce pleno de las tierras de los pueblos, y el levantamiento del estatus de "reserva" o, por el contrario, mantenerlo, pero bajo un modelo de manejo conjunto con los pueblos, todo ello con la consulta previa correspondiente.

275. Además, la Comisión solicitó a la Corte que, en relación con las concesiones mineras, ordene al Estado la abstención de todo acto estatal o privado de terceras partes que afecte el disfrute de los Pueblos Kaliña y Lokono, tales como concesiones, proyectos de desarrollo o inversión, así como la explotación forestal indiscriminada, que no cumplan con los estándares internacionales aplicables. Asimismo, en sus observaciones finales la Comisión precisó que las medidas de reparación deben ser cumplidas dentro de un plazo determinado. De lo contrario, siguiendo lo ordenado por la Corte en el caso *Xákmok Kásek*, el Estado deberá pagar un monto de compensación por el incumplimiento dentro del plazo establecido.

276. Por su parte, los **representantes** solicitaron que la Corte ordene al Estado la adopción de todas las medidas legislativas, administrativas y de otra índole necesarias para: i) reconocer y garantizar el derecho de los Pueblos Kaliña y Lokono a la personalidad jurídica con la finalidad de garantizar el ejercicio y disfrute pleno de su derecho a la propiedad colectiva,;

---

<sup>317</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez. Reparaciones y Costas*, *supra*, párrs. 25 y 26, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 315.

<sup>318</sup> Cfr. *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 316.

ii) crear un mecanismo efectivo, con la colaboración de las víctimas y en el plazo de 18 meses, para la delimitación, demarcación y titulación del territorio y recursos naturales que tradicionalmente han poseído y utilizado los Pueblos Kaliña y Lokono, de acuerdo con sus valores, usos, costumbres y con pleno respeto de los límites tradicionalmente reconocidos por los mismos y por sus vecinos, los pueblos tribales N'djuka. Asimismo, solicitaron que Surinam se abstenga, hasta que este proceso culmine, de toda afectación a su territorio, a menos que el Estado obtenga el consentimiento libre, previo e informado; iii) restituir las tierras que están en manos de terceros; iv) restituir a las víctimas las tierras incorporadas a las áreas protegidas y que forman parte de los territorios de los Pueblos Kaliña y Lokono, reconociendo su derecho de propiedad y otros derechos sobre estas tierras, así como requerir que el Estado negocie con los representantes, elegidos libremente por las víctimas, sobre el posible mantenimiento de las áreas protegidas, planes de manejo de ecosistemas y especies, y los mecanismos de distribución equitativa de los beneficios; v) revisar, y en su caso revocar, las concesiones madereras y de aceite de palma en el territorio de los Pueblos Kaliña y Lokono, con la participación efectiva de las víctimas, y vi) garantizar la participación efectiva y la consulta previa e informada respecto de actividades que puedan afectar a los Pueblos Kaliña y Lokono en sus territorios, así como de compartir razonablemente los beneficios de cualquier proyecto de desarrollo que se realice en su territorio.

277. El **Estado** no se pronunció en su contestación respecto de las pretensiones planteadas por la Comisión y los representantes, concernientes a medidas de restitución. Sin embargo, en sus alegatos finales el Estado argumentó en relación a las solicitudes de las partes y la Comisión lo siguiente: i) la delimitación, titulación y demarcación suponen una serie de dificultades que en principio no la harían viable; ii) los pueblos indígenas no tienen la capacidad de afrontar el manejo de las reservas (*supra* párr. 120) iii) se opuso a la restitución de las reservas, dado que introduciría alteraciones en la población y sentaría precedente para otros grupos indígenas y tribales que viven en reservas; además el Estado tiene una obligación medioambiental tanto en el ámbito nacional, con sus ciudadanos, como en el internacional a partir de pactos medioambientales internacionales, como el Convenio de Diversidad Biológica; iv) en cuanto a la posibilidad de expropiar a terceros, esto provocaría conflictos étnicos y raciales, supondría consecuencias impredecibles sobre la vida de las personas que se vieran obligadas a abandonar estos territorios y comportaría perjuicios económicos en el ámbito local y estatal<sup>319</sup>, y v) el Estado no puede compartir el control de sus recursos, dado que el 85% de la economía de Surinam depende de sus recursos naturales<sup>320</sup> y debe, por tanto, poseer el control total de estos para proveer a sus ciudadanos y sostener a la economía que es el principal promotor del desarrollo de la nación. .

278. En los Capítulos VI-I y VI-II, la Corte determinó que el Estado violó los artículos 3, 21 y 23 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono, por diversos motivos: a) la falta de reconocimiento de la personalidad jurídica colectiva; b) la falta de reconocimiento y garantías de la propiedad colectiva indígena, a través de la falta de delimitación, demarcación, titulación y garantía de uso y goce, así como las afectaciones derivadas de la entrega de títulos a terceros, y con motivo de diversas afectaciones en las reservas, y c) la falta de participación efectiva frente a proyectos de explotación en el área de la reserva (*supra* párrs. 114, 142, 160, 198 y 230).

---

<sup>319</sup> El Estado señaló que tendría que compensar económicamente a los terceros expropiados, asumiendo un costo demasiado alto. Por otro lado, supondría consecuencias para la economía local, ya que al estar cerca de la frontera con la Guayana Francesa se dan muchas actividades económicas en torno a comercios y provisión de servicios que se verían alteradas negativamente por la restricción de determinadas facilidades.

<sup>320</sup> En particular, la bauxita supuso en 2013 un 15% del total de las ganancias del Estado.

279. La Corte establece que a fin de lograr una reparación integral de las violaciones acreditadas, a través de la restitución de los derechos conculcados, corresponde al Estado adoptar las siguientes medidas:

i) *Respecto de la personalidad jurídica y la propiedad colectiva*

- a) otorgar a los Pueblos Kaliña y Lokono el reconocimiento legal de la personalidad jurídica colectiva correspondiente con la comunidad que ellos integren, con el propósito de garantizarles el ejercicio y pleno goce de su derecho a la propiedad de carácter colectiva, así como el acceso a la justicia como comunidad, de conformidad con sus costumbres y tradiciones, de acuerdo a lo establecido en los párrafos 105 a 114. El Estado deberá cumplir con esta medida de reparación dentro de un plazo no mayor a 18 meses, a partir de la notificación de la presente Sentencia, y
- b) delimitar, demarcar, y otorgar título colectivo del territorio de los miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono, garantizando su uso y goce efectivo, de conformidad con lo establecido en los párrafos 129 a 142 de la Sentencia, y a través de procesos participativos con los mismos. Lo anterior, tomando en cuenta los derechos que asisten a otros pueblos tribales en la zona.

280. En el caso de que las tierras reclamadas en manos de terceros no indígenas ni tribales, sean de personas naturales o jurídicas, el Estado deberá, a través de sus autoridades competentes, decidir si procede la compra o expropiación del territorio a favor de los indígenas, a través del pago de las indemnizaciones que corresponda a los perjudicados, de conformidad con lo establecido en el derecho interno<sup>321</sup>. Para resolver esta cuestión, las autoridades estatales deben seguir los estándares establecidos en esta Sentencia (*supra* párrs.155 a 159 y 168), teniendo muy en cuenta la especial relación que los indígenas tienen consus tierras para la preservación de su cultura y su supervivencia. En ningún caso la decisión delas autoridades internas deberá basarse exclusivamente en que dichas tierras estén en manos privadas o que estén racionalmente explotadas<sup>322</sup>.

281. En el caso que, por motivos objetivos y debidamente fundados, el Estado considere que no es posible llevar a cabo la titulación de las tierras tradicionales, deberá conferir títulos de propiedad colectiva a dichos pueblos sobre tierras alternativas contiguas de igual extensión y calidad que las no otorgadas. El Estado, para la implementación de esta medida, deberá, contar con la participación efectiva de los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros, de conformidad con los estándares en la materia<sup>323</sup>.

282. Hasta en tanto no se lleven a cabo dichas medidas, el Estado deberá garantizar de manera inmediata y efectiva que los territorios que actualmente se encuentran en posesión de los Pueblos Kaliña y Lokono, no sufran ninguna intrusión, interferencia o afectación por parte de terceros o agentes del Estado que puedan menoscabar la existencia, el valor, el uso o el

---

<sup>321</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párrs. 148 y 217, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 324. Al respecto, la Corte recuerda su jurisprudencia según la cual "la restricción que se haga al derecho a la propiedad privada de particulares pudiera ser necesaria para lograr el objetivo colectivo de preservar las identidades culturales en una sociedad democrática y pluralista en el sentido de la Convención Americana; y proporcional, si se hace el pago de una justa indemnización a los perjudicados, de conformidad con el artículo 21.2 de la Convención".

<sup>322</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 217, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 284.

<sup>323</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 217, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 325.

goce de su territorio<sup>324</sup>, así como evitar, mediante garantías de seguridad jurídica, la emisión de nuevos títulos de propiedad y arrendamiento en los territorios de los Pueblos Kaliña y Lokono.

283. El Estado deberá desarrollar, de común acuerdo con los Pueblos Kaliña y Lokono y los otros pueblos tribales de la zona, así como de terceros privados, reglas de convivencia pacífica y armoniosas en el territorio en cuestión, que respeten los usos y costumbres de los Pueblos Kaliña y Lokono, las cuales garanticen su relación con sus áreas tradicionales, incluyendo el río Marowijne (*supra* párr. 159).

284. El Estado cuenta con el plazo total de tres años, contados a partir de la notificación de la Sentencia, para hacer entrega a los Pueblos Kaliña y Lokono de los títulos que les correspondan, los cuales deberán estar debidamente saneados, a fin de garantizar el uso y goce efectivo de su propiedad.

285. El Estado deberá, dentro del plazo de tres meses a partir de la notificación de la presente Sentencia, poner en marcha los mecanismos necesarios de coordinación entre instituciones que tengan incidencia en la toma de decisiones y cuenten con competencia en la materia, con el fin de velar por la efectividad de las medidas antes dispuestas<sup>325</sup>.

*ii) Respetto de las restricciones en las reservas naturales*

286. En relación con las reservas de Galibi y Wane Kreek, el Estado deberá adoptar las medidas suficientes y necesarias, para que mediante mecanismos adecuados, se garantice el acceso, uso y participación efectiva para los Pueblos Kaliña y Lokono en las mismas, a fin de hacer compatible la protección del medio ambiente con los derechos de los pueblos indígenas, de conformidad con el párrafo 181 de la Sentencia, de manera que el mantenimiento de las reservas no constituya un obstáculo desmedido para sus derechos<sup>326</sup>, por lo que cualquier restricción a los mismos deberá cumplir con los requisitos de legalidad, necesidad, proporcionalidad y el logro de un objetivo legítimo (*supra* párr. 155).

*iii) Respetto de las concesiones dentro de las reservas naturales en el territorio tradicional*

287. Dado que las actividades de la concesión minera cesaron en 2009<sup>327</sup>, la Corte estima que no es necesario adoptar las medidas relativas a la revisión y revocación de la concesión minera solicitadas por los representantes. Sin embargo, siendo que la concesión finaliza hasta el año 2033 la Corte advierte que, en todo caso, el Estado deberá adoptar las medidas necesarias para que no se lleven a cabo actividades que puedan afectar el territorio tradicional, en particular en la Reserva de Wane Kreek, mientras no se garantice la participación efectiva, a través de un proceso de consulta de los Pueblos Kaliña y Lokono, en los términos de los párrafos 206, 207, y 212.

---

<sup>324</sup> Cfr. Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni, *supra*, párr. 153.2, y Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, *supra*, párr. 324. b.

<sup>325</sup> Cfr. Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, *supra*, párr. 328.

<sup>326</sup> Cfr. Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek, *supra*, párr. 313.

<sup>327</sup> Cfr. Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku, *supra*, párr. 299, y Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, *supra*, párr. 327.

### C. Rehabilitación del territorio

288. La **Comisión** solicitó que se adopten medidas para rehabilitar el área afectada por las actividades mineras en la reserva de Wane Kreek, con la aprobación de los Pueblos Kaliña y Lokono. También solicitó la realización de un estudio independiente sobre el impacto actual en el suelo, bosques y ríos, así como un plan de rehabilitación. Para ello se deberá consultar a los pueblos con el fin de lograr dicho objetivo.

289. Los **representantes** requirieron: i) la rehabilitación y restauración de las tierras que están en manos de terceros, y de las que se encuentran dentro de las tres áreas protegidas creadas en el territorio de los Pueblos Kaliña y Lokono, y ii) la efectiva descontaminación del medio ambiente y rehabilitación de las tierras degradadas por la minería en el territorio de dichos pueblos. Aunado a lo anterior, en sus observaciones finales, los representantes destacaron que los daños causados por la actividad minera eran considerables y que los esfuerzos que se han realizado para la rehabilitación del territorio no han sido efectivos. El **Estado** no formuló alegatos expresos al respecto, sin embargo, con posterioridad a la diligencia *in situ*, el Estado remitió un Memorandum de 27 de agosto de 2015 del Director del Instituto de Bauxita de Surinam, en el que se señaló que se han realizado diversas acciones para rehabilitar los territorios que fueron dañados por la actividad minera, sin aportar mayor prueba al respecto.

290. En vista de que el Estado fue encontrado responsable por la violación del artículo 21 de la Convención, debido a los daños ocasionados al medio ambiente y a los territorios de los Pueblos Kaliña y Lokono por la actividad minera de extracción de bauxita en la Reserva de Wane Kreek (*supra* párr. 230), y siendo que los trabajos de rehabilitación por parte de la empresa aún no han sido efectivos ni suficientes, la Corte dispone que el Estado deberá:

- a) implementar las acciones suficientes y necesarias, a fin de rehabilitar la zona afectada. Para ello, es preciso elaborar un plan de acción de rehabilitación efectiva de la zona, de manera conjunta con la empresa que ha estado a cargo de dicha rehabilitación, y con la participación de una representación de los Pueblos Kaliña y Lokono<sup>328</sup>. Dicho plan deberá incluir: i) una evaluación integral actualizada de la zona afectada, mediante un estudio a cargo de expertos independientes en la materia; ii) un cronograma de trabajo; iii) las medidas necesarias para remover cualquier afectación derivada de las actividades mineras, y iv) las medidas para reforestar las áreas que aún están afectadas por tales actividades, todo ello tomando en cuenta el parecer de los Pueblos afectados<sup>329</sup>, y
- b) establecer los mecanismos de fiscalización y supervisión necesarios para la ejecución de la rehabilitación que lleva a cabo la empresa. Para ello, el Estado deberá nombrar a un experto en la materia a efectos del cumplimiento total de la rehabilitación de la zona.

291. El cumplimiento de esta medida de reparación es obligación del Estado, el cual debe completarla en un plazo no mayor de tres años. En dicho periodo, el Estado deberán informar anualmente las medidas adoptadas para el cumplimiento del plan de trabajo, con posterioridad a la adopción del mismo<sup>330</sup>.

---

<sup>328</sup> Cfr. Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku, *supra*, párr. 293.

<sup>329</sup> Cfr. Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku, *supra*, párrs. 294 y 295.

<sup>330</sup> Cfr. Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku, *supra*, párr. 295.

#### **D. Creación de un fondo de desarrollo comunitario**

292. Los **representantes** solicitaron a la Corte que ordene al Estado crear un fondo de desarrollo como consecuencia de los daños materiales e inmateriales causados por las violaciones a los derechos de los Pueblos Kaliña y Lokono. Al respecto, los representantes argumentaron que este fondo de desarrollo comunitario no debe ser creado en los términos establecidos en los casos de la *Comunidad Moiwana*<sup>331</sup> y del *Pueblo Saramaka*<sup>332</sup>, ambos contra Surinam, pues, a su juicio, estos no han funcionado adecuadamente. En este sentido, los representantes solicitaron que se ordene al Estado transferir cualquier indemnización concedida a una entidad elegida libremente por las víctimas, que sea controlada y administrada autónomamente por las propias víctimas, y que se puedan utilizar los fondos a sudiscreción para invertir, por ejemplo, en la salud, la educación, gestión de recursos y otros proyectos en su territorio. Aunado a lo anterior, los representantes destacaron que los Pueblos Kaliña y Lokono tienen plena capacidad para administrar el fondo, pues llevan décadas administrando fondos a través de sus instituciones tradicionales y organizaciones representativas. Por ello, manifestaron que no desean que el Estado se encuentre involucrado en la toma de decisiones o administración del fondo en cuestión.

293. Por su parte, el **Estado**, en sus alegatos finales escritos cuestionó la necesidad e importancia de crear cualquier tipo de fondo de desarrollo para pueblos indígenas, ya que la política del gobierno es desarrollar al país de forma equitativa con el fin de mejorar la calidad de vida de todos los surinameses, incluyendo los pueblos indígenas y maroons. Sin perjuicio de lo anterior, el Estado afirmó que en caso de que la Corte decida establecer un fondo de desarrollo, la participación estatal en este es fundamental, con la finalidad de asegurar que los fondos no se utilicen de forma inadecuada. Asimismo, expresó que su participación en los fondos de desarrollo de los casos de los *Pueblos Moiwana y Saramaka* no fue un obstáculo para la distribución de los capitales.

294. La **Comisión** no se pronunció expresamente al respecto, aunque solicitó que se reparen, de manera individual y colectiva, a los Pueblos Kaliña y Lokono, por las diversas violaciones a sus derechos reclamadas en el presente caso.

295. En vista de que el Estado fue encontrado internacionalmente responsable por la violación de los artículos 1.1, 2, 3, 21, 23 y 25 de la Convención, lo cual acarreó el menoscabo de valores muy representativos para los miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono, mismos que impactan en su identidad cultural y en el patrimonio cultural a transmitirse a las futuras generaciones, la Corte estima apropiado, como lo ha hecho en casos anteriores<sup>333</sup>, establecer la creación de un fondo de desarrollo comunitario como compensación por el daño material e inmaterial que los miembros de dichos pueblos han sufrido. En este sentido, dicho fondo es adicional a cualquier otro beneficio presente o futuro que corresponda a los Pueblos Kaliña y Lokono con motivo de los deberes generales de desarrollo del Estado<sup>334</sup>.

296. Tomando en consideración que los pueblos indígenas tienen derecho a la conservación y protección de su medio ambiente y de la capacidad productiva de sus territorios y recursos

---

<sup>331</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Moiwana*, *supra*, párrs. 213 a 215.

<sup>332</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párrs. 201 y 202.

<sup>333</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 205 y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 332.

<sup>334</sup> Cfr. *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párrs. 332 a 336.

naturales<sup>335</sup>, así como lo indicado por los representantes sobre los proyectos de inversión solicitados, la Corte estima que el fondo de desarrollo comunitario deberá ser destinado a desarrollar proyectos de salud, educación, seguridad alimentaria, gestión de recursos y otros que los Pueblos Kaliña y Lokono consideren pertinentes para su desarrollo.

297. El Estado deberá adoptar todas las medidas administrativas, legislativas, financieras y de recursos humanos necesarias para la constitución e implementación de este fondo, para lo cual, en el plazo de tres meses a partir de la notificación de la presente Sentencia, deberá nombrar a una autoridad con competencia en la materia, a cargo de la administración del mismo. Por su parte, los Pueblos Kaliña y Lokono deberán elegir una representación para la interlocución con el Estado, a fin de que la implementación del fondo se realice conforme lo dispongan dichos pueblos<sup>336</sup>.

298. Para dicho fondo, el Estado deberá destinar la cantidad de US\$ 1,000,000.00 (un millón de dólares de los Estados Unidos de América), la cual será invertida e implementada de acuerdo con los objetivos propuestos, en el periodo no mayor a tres años a partir de la notificación de la presente Sentencia.

299. Finalmente, la Corte establece que las partes deberán remitir al Tribunal un informe anual durante el periodo de ejecución, en el cual se detallen los proyectos en los cuales se invertirá el monto destinado al Fondo.

## **E. Garantías de no repetición**

300. En casos como el presente, en el que se configuran violaciones reiteradas de los derechos humanos de los pueblos indígenas y tribales, las garantías de no repetición adquieren una mayor relevancia como medida de reparación, a fin de que hechos similares no se vuelvan a repetir y contribuyan a la prevención<sup>337</sup>. En este sentido, la Corte recuerda que el Estado debe adoptar todas las medidas legales, administrativas y de otra índole que sean necesarias para hacer efectivo el ejercicio de los derechos<sup>338</sup> de los pueblos indígenas y tribales, de conformidad con las obligaciones de respeto y garantía, dispuestas en los artículos 1.1 y 2 de la Convención.

### **E.1 Medidas para el reconocimiento de la personalidad jurídica, garantías a la propiedad colectiva, participación y acceso a la justicia**

301. Adicionalmente a lo solicitado en favor de los Pueblos Kaliña y Lokono (*supra* párrs. 274 y 275), la **Comisión** también pidió que la Corte ordene al Estado la adopción de medidas legislativas, administrativas y de otra índole necesarias para reconocer a los pueblos indígenas: a) la personalidad jurídica; b) el derecho a la propiedad colectiva; c) el derecho a la consulta respecto de cualquier proyecto de desarrollo, inversión o de conservación, y d) el

---

<sup>335</sup> Cfr. Artículo 29, inciso 1 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, *supra*.

<sup>336</sup> Cfr. *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 334.

<sup>337</sup> Cfr. *Caso Pacheco Teruel y otros Vs. Honduras. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 27 de abril de 2012. Serie C No. 241, párr. 92. "Las garantías de no repetición [...] contribuirán a la prevención". Cfr. Directriz 23 de los Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y de violaciones graves del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones. UN Doc. A/Res/60/147. Resolución aprobada por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 16 de diciembre de 2005, Directriz 23.

<sup>338</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez. Fondo, supra*, párr. 166, y *Caso Granier y otros (Radio Caracas Televisión) Vs. Venezuela. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 22 de junio de 2005. Serie C No. 293, párr. 389.

derecho a la protección judicial para defender sus derechos en sus territorios tradicionales. Por otra parte, la Comisión consideró que el Estado debía eliminar normas que impidieran la protección del derecho a la propiedad y revisar el marco legal existente con el fin de modificar las normas que sean contrarias con los derechos de los pueblos analizados en el presente caso.

302. Adicionalmente a lo solicitado en favor de los Pueblos Kaliña y Lokono (*supra* párr. 276), los **representantes** pidieron que la Corte ordene al Estado la adopción de todas las medidas legislativas, administrativas y de otra índole necesarias para reconocer y garantizar el acceso colectivo a la justicia (capacidad legal) y el derecho a recursos judiciales efectivos a los pueblos indígenas. Por otra parte, los representantes requirieron la revisión, aprobación o modificación de la legislación relacionada con las áreas protegidas, la minería, la tala, la caza y los bosques, para garantizar la coherencia con los derechos de las víctimas.

303. El **Estado** expresó que: a) la normativa surinamesa no se encontraba familiarizada con el concepto de atribuir personalidad jurídica a grupos étnicos colectivos, por lo que no podría atribuirseles al no estar regulada en el Código Civil. A pesar de ello, indicó que en el marco del estudio del impacto de dicho reconocimiento en el sistema legal surinamés, el Estado estaba en el proceso de creación de la ley de autoridades tradicionales, lo cual consistiría en una solución al problema del reconocimiento de la personalidad jurídica; b) el reclamo sobre tierras y el control sobre estas y los recursos naturales no podría ser entregado a todos los pueblos indígenas y tribales de Surinam, de lo contrario, esto generaría un impacto altamente negativo en la economía del país; c) conforme a la legislación en Surinam, los derechos y los intereses de los indígenas y maroons eran tomados en consideración al momento en que el Estado decidía sobre el otorgamiento de una concesión, para lo cual hizo referencia al artículo 41 de la Ley de Gestión Forestal y al artículo 25.1 del Decreto de Minería (*supra* párr. 209), y d) desde el 27 de septiembre de 2013 se estaban tomando diversas medidas para adoptar un protocolo de "consulta previa, libre e informada" (*Free Prior and Informed Consent Communication Protocol*), pero que estas han sufrido retrasos en su aplicación por factores atribuibles tanto al Estado como a las comunidades indígenas (*supra* párr. 210). A pesar de ello, manifestó su voluntad de seguir trabajando en mejorar las consultas con los indígenas.

304. La Corte encontró al Estado responsable por la violación de los derechos establecidos en los artículos 3, 21, 23 y 25, en relación con los artículos 1.1, 2 y 13 de la Convención, en virtud de: a) que su ordenamiento jurídico interno no reconoce la personalidad jurídica colectiva; b) la falta de reconocimiento de la propiedad colectiva; c) la ausencia de mecanismos para la delimitación, demarcación y titulación de territorios; d) la falta de mecanismos que garanticen la participación efectiva, a través de un proceso de consulta, y e) la ausencia de recursos adecuados y efectivos para garantizar el acceso a la justicia colectiva de los pueblos indígenas y tribales (*supra* párrs. 114, 142, 160, 230 y 268).

305. En razón de lo anterior, teniendo en cuenta las obligaciones derivadas del artículo 2 de la Convención, la Corte dispone que el Estado deberá adoptar todas las medidas legislativas, administrativas y de cualquier otra índole necesarias para:

- a) otorgar a los pueblos indígenas y tribales en Surinam el reconocimiento legal de la personalidad jurídica colectiva, con el propósito de garantizarles el ejercicio y pleno goce de su derecho a la propiedad, de conformidad con sus costumbres y tradiciones, de acuerdo a lo establecido en los párrafos 105 a 114. El Estado deberá cumplir con esta medida de reparación dentro de un plazo no mayor a dos años, a partir de la notificación de la presente Sentencia;
- b) crear un mecanismo efectivo de delimitación, demarcación y titulación de los territorios de los pueblos indígenas y tribales en Surinam. El Estado deberá adoptar estas medidas



con la participación efectiva de dichos pueblos, de acuerdo con su derecho consuetudinario, valores, usos y costumbres<sup>339</sup>, así como a la luz de los estándares fijados en la presente Sentencia (*supra* párrs. 129 a 142), dentro de un plazo no mayor a tres años de notificada la misma;

- c) adecuar sus recursos internos con el fin de garantizar de manera efectiva el acceso a la justicia de los pueblos indígenas y tribales de manera colectiva, así como garantizar el acceso a la información necesaria para el ejercicio de tal derecho. Para ello el Estado deberá interpretar y aplicar dichos recursos tomando en cuenta los estándares en materia indígena mencionados en el párrafo 251 de este Fallo, dentro de un plazo no mayor a dos años a partir de la notificación de la presente Sentencia, y
- d) garantizar: i) la participación efectiva, a través de un proceso de consulta a los pueblos indígenas y tribales de Surinam, según sus tradiciones y costumbres, respecto de cualquier proyecto, inversión, reserva natural, o actividad que puedan afectar su territorio; ii) la realización de estudios de impacto ambiental y social mediante entidades técnicamente capacitadas e independientes, previo al otorgamiento de cualquier proyecto de desarrollo o inversión dentro del territorio tradicional de los pueblos indígenas y tribales, y iii) la repartición de beneficios derivados de esos proyectos con los pueblos indígenas y tribales, de ser el caso (*supra* párr. 201). Todo ello, de conformidad con los estándares señalados en este Fallo<sup>340</sup> (*supra* párrs. 201 a 229) y dentro de un plazo no mayor a dos años, a partir de la notificación de la presente Sentencia.

306. Por otra parte, la Comisión y los representantes solicitaron de manera genérica, la revisión y modificación de la normativa interna en materia de minería, tala, caza, o toda aquella que fuera contraria a los derechos de los pueblos indígenas, sin especificar claramente la normativa o el articulado de la misma, o de qué manera esta sería contraria a dichos derechos. En vista de ello, y siendo que no se verificó una violación particular en la parte de fondo de la presente Sentencia, dichas solicitudes carecen de nexo de causalidad, por lo que no corresponde adoptar una medida de reparación.

## **E.2 Medidas de capacitación**

307. Los **representantes** requirieron la implementación de programas o cursos de capacitación obligatorios que incluyan módulos sobre las normas nacionales e internacionales de derechos humanos relativos a los pueblos indígenas y tribales, que estén destinados a los funcionarios encargados de hacer cumplir la ley, funcionarios civiles y otros cuyas funciones impliquen relaciones con dichos pueblos, en todos los niveles jerárquicos. Todo ello en un plazo razonable y con base en las correspondientes disposiciones presupuestarias. Asimismo, señalaron que esta medida debía garantizar la participación efectiva y el consentimiento libre, previo e informado de los Pueblos Kaliña y Lokono, expresada a través de sus representantes libremente elegidos.

308. Ni la **Comisión** ni el **Estado** se pronunciaron al respecto.

309. En vista de las violaciones acreditadas, el Tribunal dispone que el Estado deberá implementar, en un plazo razonable y con la respectiva disposición presupuestaria, programas

---

<sup>339</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, *supra*, párr. 164; *Caso de los Pueblos indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayanó y sus miembros*, *supra*, párr. 232.

<sup>340</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka*, *supra*, párr. 194 d) y e) y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párrs. 299 y 300.

o cursos obligatorios permanentes que contemplen módulos sobre los estándares nacionales e internacionales en materias relacionadas con los derechos humanos de los pueblos indígenas y tribales, en particular, con el respeto, protección y garantía del derecho a la propiedad colectiva. Estos cursos deberán dirigirse a autoridades encargadas de la administración de justicia y a aquellos otros cuyas funciones estén relacionadas con dicha temática, como parte de la formación general y continua de los funcionarios en sus respectivas instituciones, en todos los niveles jerárquicos<sup>341</sup>.

## **F. Satisfacción**

### **F.1 Publicación y radiodifusión de la Sentencia**

310. Los **representantes** solicitaron la traducción al holandés de la Sentencia por parte del Estado, así como su publicación en el Boletín Oficial del Estado y en un diario de circulación nacional.

311. Ni la **Comisión** ni el **Estado** se pronunciaron al respecto.

312. En vista de las violaciones declaradas en el presente Fallo, la Corte estima pertinente ordenar, como lo ha hecho en otros casos<sup>342</sup>, que el Estado, en el plazo de seis meses, contado a partir de la notificación de la presente Sentencia, realice las siguientes publicaciones: a) el resumen oficial de la presente Sentencia elaborado por la Corte en inglés, el cual deberá ser traducido al holandés y al surinamés por parte del Estado<sup>343</sup> y publicado en los respectivos idiomas por una sola vez, en el Diario Oficial y en un diario de amplia circulación nacional en Surinam, y b) la presente Sentencia en su integridad en idioma inglés, así como el resumen oficial de la misma traducido al holandés, disponibles por un periodo de un año, en un sitio *web* oficial del Estado.

313. Asimismo, la Corte considera apropiado, tal como lo ha dispuesto en otros casos<sup>344</sup>, que el Estado dé publicidad, a través de una o más emisoras radiales de amplia cobertura en los Pueblos Kaliña y Lokono, al comunicado de prensa oficial de la Sentencia, en holandés y/o en surinamés. La transmisión radial deberá efectuarse cada primer domingo del mes al menos en cuatro ocasiones. El Estado deberá comunicar previamente a los representantes, al menos con dos semanas de anticipación, la fecha, horario y emisora en que efectuará tal difusión. El Estado deberá cumplir con esta medida en el plazo de seis meses a partir de la notificación de la presente Sentencia.

### **F.2 Otra medida solicitada: acto público de reconocimiento de responsabilidad del Estado**

314. Los **representantes** requirieron que el Estado pida, oficial y públicamente, disculpas por violaciones de los derechos de los Pueblos Kaliña y Lokono y que se comprometa en público al aseguramiento de que tales derechos se respeten en el futuro. Esta disculpa deberá

---

<sup>341</sup> Cfr. *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 302, y *mutatis mutandis*, *Caso Mendoza y otros Vs. Argentina. Excepciones Preliminares, Fondo y Reparaciones*. Sentencia de 14 de mayo de 2013, párr. 337.

<sup>342</sup> Cfr. *Caso Cantoral Benavides Vs. Perú. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 3 de diciembre de 2001. Serie C No. 88, párr. 79, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 338.

<sup>343</sup> Cfr. *Caso Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de octubre de 2012. Serie C. No. 251, párr. 263, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 338.

<sup>344</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 227, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 339.

hacerse en una ceremonia formal, organizada y llevada a cabo con la participación plena y efectiva de los representantes libremente elegidos de los Pueblos Kaliña y Lokono, al que se invitará a todos los miembros de las comunidades de las víctimas, así como la difusión de la misma en medios de comunicación.

315. Ni la **Comisión** ni el **Estado** se pronunciaron al respecto.

316. Asimismo, la Corte estima que la emisión de la presente Sentencia y las reparaciones ordenadas en la misma resultan medidas suficientes y adecuadas para el presente caso, y en virtud de ello, no estima necesario ordenar la realización de un acto público de reconocimiento de responsabilidad.

### **G. Costas y gastos**

317. Los **representantes** señalaron en su escrito de solicitudes y argumentos que el Estado debía resarcir las costas y gastos en que incurrieron los miembros de los pueblos en la tramitación del caso, ante la Comisión y la Corte, así como en el ámbito doméstico. Para ello, indicaron que los costos de VIDS y KLIM ascendieron a US\$ 179,970.94 (ciento setenta y nueve mil novecientos setenta dólares con noventa y cuatro centavos de los Estados Unidos de América), y que los gastos del *Forest Peoples Programme*, por los últimos quince años, eran de US\$ 15,000.00 (quince mil dólares de los Estados Unidos de América). Asimismo, en las observaciones finales, los representantes también solicitaron el reembolso de los gastos en que incurrió el *Forest Peoples Programme* con motivo de la audiencia pública del presente caso, ascendentes a la suma de US\$ 13,294.25 (trece mil doscientos noventa y cuatro dólares con veinticinco centavos de los Estados Unidos de América). Finalmente, los representantes solicitaron el pago de los gastos que se efectuaron con motivo de la diligencia *in situ*, ascendentes a la suma de US\$ 4,847.40 (cuatro mil ochocientos cuarenta y siete dólares y cuarenta centavos de los Estados Unidos de América).

318. Ni la **Comisión** ni el **Estado** se pronunciaron al respecto.

319. La Corte reitera que, conforme a su jurisprudencia<sup>345</sup>, las costas y gastos hacen parte del concepto de reparación, toda vez que las actividades desplegadas por las víctimas con el fin de obtener justicia, tanto en el ámbito nacional como internacional, implican erogaciones que deben ser compensadas cuando la responsabilidad internacional del Estado es declarada mediante una sentencia condenatoria. En cuanto al reembolso de gastos, corresponde a la Corte apreciar prudentemente su alcance, el cual comprende los gastos generados ante las autoridades de la jurisdicción interna, así como los generados en el curso del proceso ante el sistema interamericano, teniendo en cuenta las circunstancias del caso concreto y la naturaleza de la jurisdicción internacional de protección de los derechos humanos. Esta apreciación puede ser realizada con base en el principio de equidad y tomando en cuenta los gastos señalados por las partes, siempre que su *quantum* sea razonable<sup>346</sup>.

320. Asimismo, la Corte reitera que no es suficiente la remisión de documentos probatorios, sino que se requiere que las partes hagan una argumentación que relacione la prueba con el hecho que se considera representado, y que, al tratarse de alegados desembolsos económicos,

---

<sup>345</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez. Reparaciones y Costas*, *supra*, párr. 42, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 361.

<sup>346</sup> Cfr. *Caso Garrido y Baigorria Vs. Argentina. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 27 de agosto de 1998. Serie C No. 39, párr. 82, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, *supra*, párr. 361.

se establezcan con claridad los rubros y la justificación de los mismos<sup>347</sup>. Por otro lado, el Tribunal ha señalado que "las pretensiones de las víctimas o sus representantes en materia de costas y gastos, y las pruebas que sustentan, deben presentarse a la Corte en el primer momento procesal que se les concede, esto es, en el escrito de solicitudes y argumentos, sin perjuicio de que tales pretensiones se actualicen en un momento posterior, conforme a las nuevas costas y gastos en que se haya incurrido con ocasión del procedimiento ante esta Corte"<sup>348</sup>.

321. Ahora bien, en cuanto a las costas y gastos de VIDS y KLIM, los representantes alegaron que las actividades realizadas se relacionaron con investigaciones sobre las tierras ancestrales de los Pueblos Kaliña y Lokono, el mapeo del área reclamada, reuniones de KLIM, reuniones con autoridades estatales, preparación de planes de manejo de tierras y recursos, visitas de expertos y autoridades maroons, la contratación de dos trabajadores para KLIM, la renta de una oficina y la compra de los suministros de oficina respectivos. Sin embargo, la Corte constata que los comprobantes aportados no permiten demostrar que los montos indicados fueran efectivamente ejecutados, puesto que fueron emitidos por las propias organizaciones de VIDS y KLIM, en su mayoría sin un respaldo por parte de la persona o entidad que recibió el alegado pago. Asimismo, las justificaciones señaladas en dichos comprobantes no establecen con claridad la relación que el presunto gasto guarda con el trámite del proceso, ya sea en el ámbito interno o internacional. Además, los montos desglosados en la lista de gastos no coincide con los solicitados por los representantes. Por otra parte, los representantes no aportaron prueba sobre las costas y gastos en que incurrió el *Forest Peoples Programme*. No obstante, la Corte considera razonable presumir que dichas organizaciones incurrieron en gastos relativos al ejercicio de la representación de las víctimas.

322. En cuanto a los gastos relativos a la audiencia pública y la diligencia *in situ* celebrada en el presente caso, los cuales corresponden a pasajes de avión, alojamiento, alimentación y transporte interno, la Corte constata que los comprobantes aportados demuestran de manera efectiva los gastos en que incurrieron los representantes con motivo de dichas actividades<sup>349</sup>.

323. En consecuencia, por concepto de reintegro de costas y gastos por las labores realizadas en el litigio del caso en el ámbito nacional e internacional, la Corte estima procedente conceder una suma razonable de US\$ 15,000 (quince mil dólares de los Estados Unidos de América) para las organizaciones VIDS y KLIM, conjuntamente, y una suma de US\$ 10,000 (diez mil dólares de los Estados Unidos de América) para el *Forest Peoples Programme*. Adicionalmente, la Corte ordena al Estado pagar a los representantes la cantidad de US\$ 18,141.65 (dieciocho mil ciento cuarenta y un dólares con sesenta y cinco centavos de los Estados Unidos de América) con motivo de los gastos incurridos por los representantes durante la audiencia pública y la diligencia *in situ* realizada en el presente caso. Las sumas señaladas deberán ser pagadas por el Estado a los representantes en un período de seis meses a partir de la notificación de esta Sentencia. Finalmente, la Corte considera que, en el procedimiento de supervisión del cumplimiento de la presente Sentencia, podrá disponer que el Estado reembolse a las víctimas o sus representantes los gastos razonables en que incurran durante dicha etapa procesal.

---

<sup>347</sup> Cfr. *Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez Vs. Ecuador. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 21 de noviembre de 2007. Serie C No. 170, párr. 277, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 362.

<sup>348</sup> *Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez, supra*, párr. 275, y *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 362.

<sup>349</sup> Cfr. Anexo A de los alegatos finales escritos de los representantes (expediente de fondo, folios 731 a 752), y Anexo 9 a las observaciones de los representantes a la diligencia *in situ* (expediente de prueba, folios 2906 a 2917).

## **H. Modalidad de cumplimiento de los pagos ordenados**

324. El Estado deberá cumplir con sus obligaciones monetarias mediante el pago en dólares de los Estados Unidos de América o en su equivalente en dólares surinameses, utilizando para el cálculo respectivo, el tipo de cambio que esté vigente en la bolsa de Nueva York, Estados Unidos de América, el día anterior al pago. Si por causas atribuibles a los beneficiarios de reintegros o a sus derechohabientes no fuese posible el pago de las cantidades determinadas dentro del plazo indicado, el Estado consignará dichos montos a su favor en una cuenta o certificado de depósito en una institución financiera surinamesa solvente, en dólares estadounidenses, y en las condiciones financieras más favorables que permitan la legislación y la práctica bancaria. Si no se reclaman las cantidades correspondientes una vez transcurridos diez años, las cantidades serán devueltas al Estado con los intereses devengados.

325. Las cantidades asignadas en la presente Sentencia como reintegro de costas y gastos deberán ser entregadas a los representantes en forma íntegra, conforme a lo establecido en esta Sentencia, sin reducciones derivadas de eventuales cargas fiscales.

326. En caso de que el Estado incurriera en mora respecto del Fondo de Desarrollo Comunitario, así como de las costas y gastos, deberá pagar un interés sobre la cantidad adeudada correspondiente al interés bancario moratorio en la República de Surinam.

327. Conforme a su práctica constante, la Corte se reserva la facultad inherente a sus atribuciones y derivadas, asimismo, del artículo 65 de la Convención Americana, de supervisar el cumplimiento íntegro de este Fallo. El caso se dará por concluido una vez que el Estado haya dado cabal cumplimiento a lo dispuesto en la presente Sentencia.

328. Dentro del plazo de un año, contado a partir de la notificación de la presente Sentencia, el Estado deberá rendir a la Corte un informe sobre las medidas adoptadas para cumplirla.

## **VIII PUNTOS RESOLUTIVOS**

329. Por tanto,

### **LA CORTE**

### **DECLARA,**

Por seis votos a favor y uno en contra, que

1. El Estado es responsable por la violación del derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica, contemplado en el artículo 3 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1.1, 2, 21 y 25 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros, en los términos de los párrafos 105 a 114 de la presente Sentencia.

Disiente el Juez Pérez Pérez.

Por seis votos a favor y uno en contra, que

2. El Estado es responsable por la violación del derecho a la propiedad colectiva y los derechos políticos, reconocidos en los artículos 21 y 23 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros, en los términos de los párrafos 122 a 230 de la presente Sentencia.

Disiente el Juez Pérez Pérez.

Por seis votos a favor y uno en contra, que

3. El Estado es responsable por la violación del derecho a la protección judicial, reconocido en el artículo 25 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1.1, 2 y 13 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros, en los términos de los párrafos 237 a 268 de la presente Sentencia.

Disiente el Juez Pérez Pérez.

## **Y DISPONE,**

Por unanimidad, que:

4. Esta Sentencia constituye por sí misma una forma de reparación.

5. El Estado deberá otorgar a los Pueblos Kaliña y Lokono el reconocimiento legal de la personalidad jurídica colectiva, en los términos establecidos en el párrafo 279.i.a de la presente Sentencia.

6. El Estado deberá delimitar, demarcar y otorgar título colectivo del territorio tradicional a los miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono, así como garantizar su uso y goce efectivo, tomando en cuenta los derechos que asisten a otros pueblos tribales en la zona, en los términos establecidos en los párrafos 279.i.b, 284 y 285 de la presente Sentencia.

7. El Estado deberá, a través de sus autoridades competentes, establecer la manera como se protegerán los derechos territoriales de los Pueblos Kaliña y Lokono en caso de que las tierras reclamadas sean propiedad del Estado o de terceros, en los términos establecidos en los párrafos 280 a 285 de la presente Sentencia.

8. El Estado deberá adoptar las medidas adecuadas para que se garantice el acceso, uso y participación efectiva en favor de los Pueblos Kaliña y Lokono en las reservas naturales de Galibi y Wane Kreek, en los términos establecidos en el párrafo 286 de la presente Sentencia.

9. El Estado deberá adoptar las medidas necesarias para que no se lleven a cabo actividades que puedan afectar su territorio tradicional, en particular en la reserva de Wane Kreek, mientras no se garanticen los procesos referidos para la participación efectiva de los Pueblos Kaliña y Lokono, en los términos establecidos en el párrafo 287 de la presente Sentencia.

10. El Estado deberá implementar las acciones suficientes y necesarias con el fin de rehabilitar la zona afectada en la Reserva Natural de Wane Kreek, en los términos establecidos en los párrafos 290 a 291 de la presente Sentencia.

11. El Estado deberá crear un fondo de desarrollo comunitario a favor de los miembros de los Pueblos Kaliña y Lokono, en los términos y plazos establecidos en los párrafos 295 a 299 de la presente Sentencia.

12. El Estado deberá poner en marcha los mecanismos necesarios de coordinación entre instituciones con el fin de velar por la efectividad de las medidas antes dispuestas, dentro del plazo de tres meses a partir de la notificación del Fallo, en los términos de lo establecido en los párrafos 285, 290, 291, 295 y 299 de la presente Sentencia.

13. El Estado deberá adoptar las medidas necesarias con el fin de reconocer la personalidad jurídica colectiva de los pueblos indígenas y tribales en Surinam, en los términos establecidos en el párrafo 305.a de la presente Sentencia.

14. El Estado deberá adoptar todas las medidas necesarias para crear un mecanismo efectivo de delimitación, demarcación y titulación de los territorios de los pueblos indígenas y tribales en Surinam, en los términos establecidos en el párrafo 305.b de la presente Sentencia.

15. El Estado deberá adoptar las medidas necesarias para crear o adecuar sus recursos internos con el fin de garantizar de manera efectiva el acceso a la justicia de los pueblos indígenas y tribales de manera colectiva, en los términos establecidos en el párrafo 305.c de la presente Sentencia.

16. El Estado deberá adoptar las medidas necesarias con el fin de garantizar: a) procesos efectivos de participación efectiva para los pueblos indígenas y tribales en Surinam; b) la realización de estudios de impacto ambiental y social, y c) la repartición de beneficios, de ser el caso, en los términos establecidos en los párrafos 305.d de la presente Sentencia.

17. El Estado deberá implementar los programas o cursos permanentes relacionados con los derechos humanos de los pueblos indígenas y tribales, en los términos establecidos en el párrafo 309 de la presente Sentencia.

18. El Estado deberá realizar las publicaciones y transmisión radial en los términos establecidos en los párrafos 312 a 313 de la presente Sentencia.

19. El Estado debe pagar las cantidades fijadas en el párrafo 323 de la presente Sentencia por concepto de reintegro de costas y gastos, dentro del plazo de seis meses contado a partir de la notificación de la misma.

20. El Estado debe, dentro del plazo de un año contado a partir de la notificación de la presente Sentencia, rendir al Tribunal un informe sobre las medidas adoptadas para cumplir con la misma.

21. La Corte supervisará el cumplimiento íntegro de esta Sentencia, en ejercicio de sus atribuciones y en cumplimiento de sus deberes conforme a la Convención Americana sobre Derechos Humanos, y dará por concluido el presente caso una vez que el Estado haya dado cabal cumplimiento a lo dispuesto en la misma.

Los jueces, Humberto Antonio Sierra Porto y Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, hicieron conocer a la Corte su voto concurrente conjunto, y el juez Alberto Pérez Pérez su voto parcialmente disidente, los cuales acompañan esta Sentencia.

Emitida en inglés y español, el texto en español siendo el auténtico, en San José, Costa Rica, el 25 de noviembre de 2015.

Sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Surinam. Fondo, Reparaciones y Costas.

Humberto Antonio Sierra Porto  
Presidente

Roberto F. Caldas

Manuel E. Ventura Robles

Diego García-Sayán

Alberto Pérez Pérez

Eduardo Vio Grossi

Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario

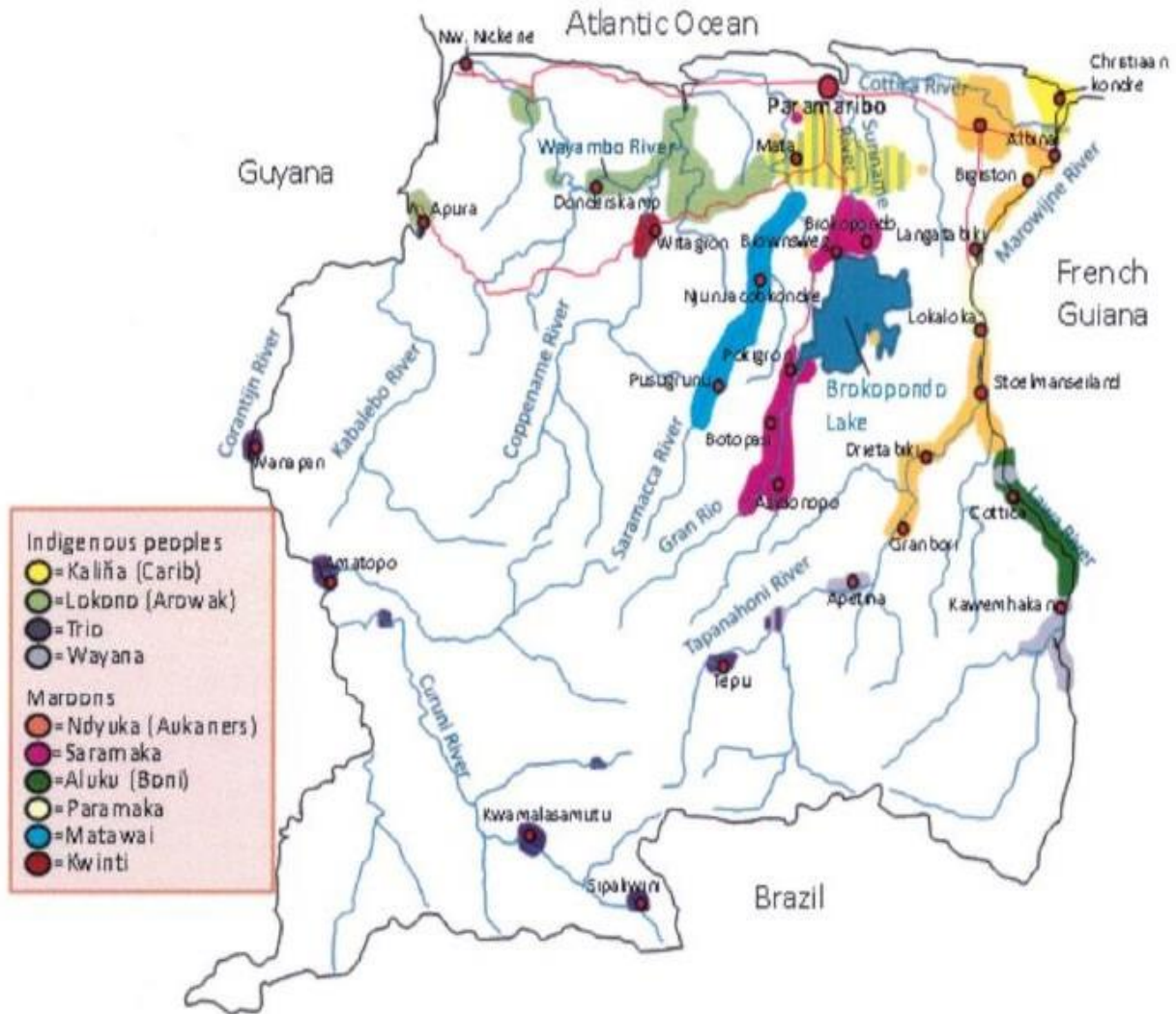
Comuníquese y ejecútese,

Humberto Antonio Sierra Porto  
Presidente

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario



**IX  
ANEXOS  
ANEXO I**



Nota: El presente mapa se incluye con fines ilustrativos. El mapa fue presentado por el Estado mediante sus alegatos finales escritos. En él se delimita una aproximación del territorio ocupado por los pueblos indígenas y maroons en Surinam.

## ANEXO



Nota: El presente mapa se incluye con fines ilustrativos. El mapa fue presentado por los representantes de las víctimas durante la audiencia pública del caso. En él se delimita una aproximación del territorio reclamado por las víctimas y la ubicación de las comunidades de los Pueblos Kaliña y Lokono que forman parte del presente caso. Durante la diligencia *in situ*, el Estado argumentó que el mapa aportado por los representantes era impreciso y los representantes han manifestado que expone áreas aproximadas y no exactas del territorio reclamado.

## ANEXO 93

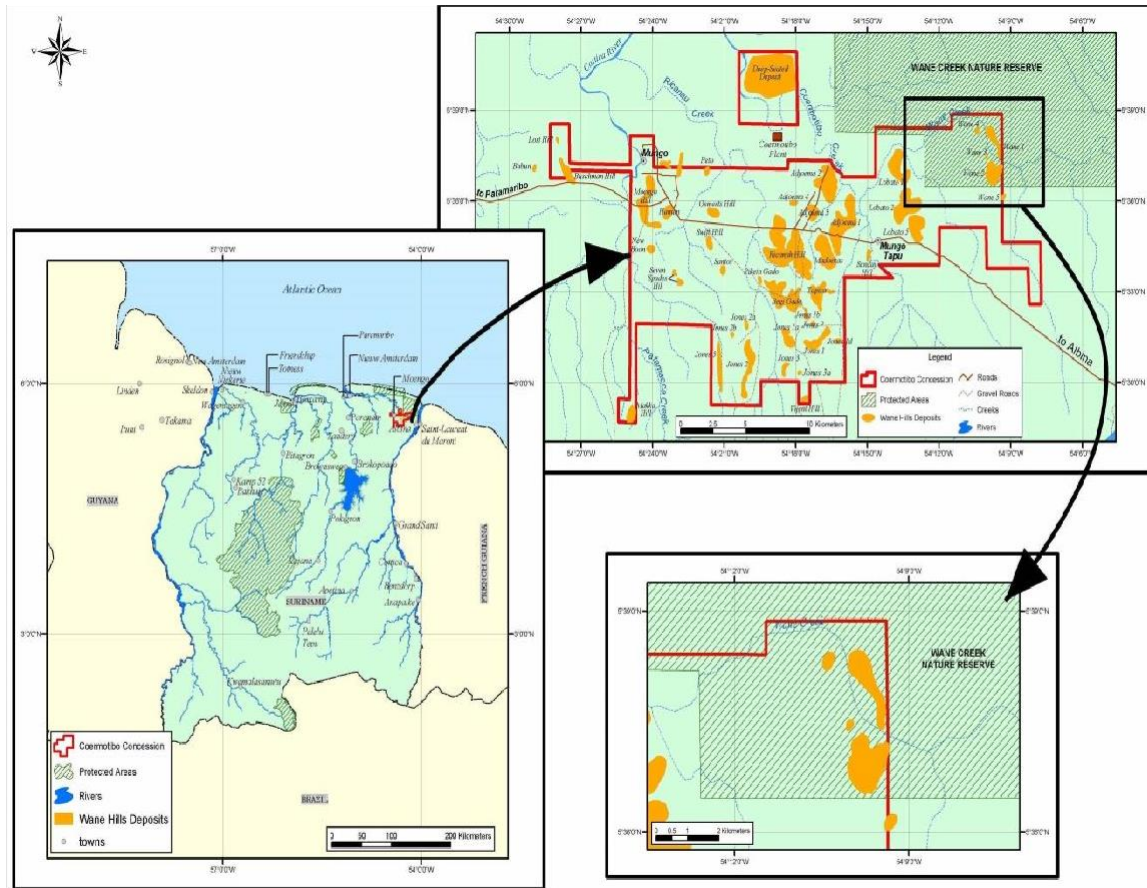


Figure 1: Map showing location of the Moengo-Ricanau-Jones Range of hills in the Moengo region of Eastern Suriname, with focus on the Wane Hills.

Nota: El presente mapa se incluye con fines ilustrativos. El mapa fue presentado por los representantes de las víctimas adjunto al informe del perito Stuart Kirsh. En el mismo se muestra el área concedida para la concesión de bauxita en la zona de la Reserva Natural de Wane Kreek.

## **VOTO CONCURRENTE CONJUNTO DE LOS JUECES**

**HUMBERTO ANTONIO SIERRA PORTO Y**

**EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT**

### **CASO PUEBLOS KALIÑA Y LOKONO VS. SURINAM SENTENCIA DE 25 DE NOVIEMBRE DE 2015 (Fondo, Reparaciones y Costas)**

1. Formulamos el presente voto concurrente, en relación con dos temas abordados en la Sentencia del caso de los *Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Surinam*, a saber: i) sobre las garantías a la propiedad colectiva frente a la concesión minera dentro de la Reserva Natural Wane Kreek, particularmente respecto del derecho a la participación efectiva a través de un proceso de consulta, y ii) sobre el reconocimiento de la personalidad jurídica de manera colectiva.

2. En relación con el primer punto, la Corte en dicha Sentencia estableció que:

200. Como fue constatado en 1958 Surinam otorgó una concesión minera hasta el año 2033 a la empresa Suralco, con el fin de extraer bauxita en la zona este del país. En el año 1997 la compañía comenzó las actividades de extracción de depósitos de bauxita en un área de entre 100a 144 ha, aproximadamente, comprendida dentro de la reserva de Wane Kreek, denominadas como Wane Kreek 1 y 2 (*supra* párrs. 88 y 90). Ello implicó que a mediados de los noventa se iniciaran trabajos preparatorios como la construcción de una carretera para acceder a la mina y transportar dicho mineral (*supra* párr. 89). No existe controversia respecto de que ninguna de dichas actividades contó con la participación efectiva de los Pueblos Kaliña y Lokono, y de que no se realizó un estudio de impacto ambiental al respecto (*infra* párr. 213). Sin perjuicio de lo anterior, la Corte tiene competencia respecto del otorgamiento de la concesión minera otorgada en 1958. No obstante, la Corte sí es competente para analizar las acciones realizadas con posterioridad a la entrada en vigencia de su competencia, en particular, las actividades extractivas llevadas a cabo a partir 1997.

201. En este particular, esta Corte ya estableció en el caso *Saramaka Vs. Surinam* que de conformidad con el artículo 1.1 de la Convención, a fin de garantizar que las restricciones impuestas respecto del derecho a la propiedad de los pueblos indígenas y tribales, por la emisión de concesiones dentro de su territorio, no impliquen una denegación de su subsistencia, el Estado debe cumplir con las siguientes tres garantías: "primero, debe asegurar la participación efectiva de los miembros de los [pueblos indígenas y tribales], de conformidad con sus costumbres y tradiciones, en relación con todo plan de desarrollo, inversión, exploración o extracción (en adelante "plan de desarrollo o inversión") que se lleve a cabo dentro de su territorio. Segundo, el Estado debe garantizar que los miembros de los [pueblos indígenas y tribales], se beneficien razonablemente del plan que se lleve a cabo dentro de su territorio. Tercero, el Estado debe garantizar que no se emitirá ninguna concesión dentro de su territorio a menos y hasta que entidades independientes y técnicamente capaces, bajo la supervisión del Estado, realicen un estudio

previo de impacto social y ambiental. Mediante estas salvaguardas se intenta preservar, proteger y garantizar la relación especial que los miembros de los [pueblos indígenas y tribales], tienen con su territorio, la cual a su vez, garantiza su subsistencia como pueblo indígena". En el presente caso, la Corte analizará el alegado incumplimiento de las referidas salvaguardias por parte del Estado, en relación con el inicio de actividades de extracción de bauxita en 1997.

202. Adicionalmente a lo anterior, la Corte reitera que el artículo 23 de la Convención Americana dispone que "todos los ciudadanos deben gozar de los siguientes derechos y oportunidades: a) participar en la dirección de los asuntos públicos [...]". En similar sentido, el artículo 18 de la Declaración de Naciones Unidas sobre Pueblos Indígenas establece "el derecho [de los pueblos indígenas] a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afecten a sus derechos, por conducto de representantes [...]", y el artículo 32, en lo pertinente, dispone el deber de los Estados de "celebrar consultas y cooperación de buena fe [...] antes de aprobar cualquier proyecto que afecte sus tierras [...], particularmente en relación con [la utilización o la explotación de recursos minerales [...]".

203. En vista de ello, a fin de garantizar el uso y goce del derecho a la propiedad colectiva indígena, conforme a los artículo 1.1 y 21 de la Convención, frente a la utilización o explotación de recursos naturales en su territorio tradicional, el Estado debe, para efectos del presente caso, contar con mecanismos para la participación efectiva de los pueblos indígenas, a través de procedimientos culturalmente adecuados para la toma de decisiones de dichos pueblos. Lo anterior, no sólo consiste en un asunto de interés público sino que también forma parte del ejercicio de su derecho a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afectan sus intereses, de conformidad con sus propios procedimientos e instituciones, en relación con el artículo 23 de la Convención Americana (*supra* párr. 196).

3. Al respecto, concurrimos en esencia con la mayoría de la Corte en el sentido de reiterar las salvaguardias dispuestas por la Corte en su jurisprudencia frente a proyectos de inversión o desarrollo en territorio indígena o tribal. Particularmente, el deber del Estado de llevar a cabo un proceso de participación efectiva, lo cual se materializa a través de la consulta previa, libre e informada.

### **La consulta previa, libre e informada**

4. Uno de los aportes más significativos en materia indígena y tribal en la jurisprudencia de la Corte Interamericana ha sido la interpretación realizada al artículo 21 de la Convención Americana; así, la Corte ha desarrollado una interpretación que protege una de las realidades características de la región, la propiedad comunal de los territorios ancestrales. En este entendido, en los contextos de grandes proyectos o planes de desarrollo, inversión, exploración, explotación y extracción, la Corte ha creado una sólida línea jurisprudencial sobre la obligación de consulta a los pueblos indígenas y tribales, en la medida en que dichos proyectos, afecten tanto sus

territorios como su forma de vida dentro de los mismos<sup>1</sup>.

5. La Corte se ha pronunciado respecto de la consulta previa en cuatro casos relativos a pueblos indígenas o tribales, a saber: *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam*; *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*; *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*, y *Caso Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros, ambos Vs. Honduras*.

6. En este sentido, adicionalmente a lo expuesto en el párrafo 201 de la presente Sentencia, en el caso del *Pueblo Saramaka* la Corte señaló que la consulta debe garantizar la participación efectiva de los integrantes de la Comunidad y esta debe ser: i) de buena fe y con el fin de llegar a un acuerdo; ii) conforme a las propias costumbres y tradiciones de la comunidad y métodos tradicionales para la toma de decisiones; iii) en las primeras etapas del proyecto en cuestión, y iv) previa entrega de toda la información relevante, y posibles riesgos<sup>2</sup>.

7. En el caso del *Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku* y posteriormente reiterado en el caso de la *Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz*, la Corte especificó que “para que la exploración o extracción de recursos naturales en los territorios ancestrales no impliquen una denegación de la subsistencia del pueblo indígena como tal, el Estado debe cumplir con las siguientes salvaguardias: i) efectuar un proceso adecuado y participativo que garantice su derecho a la consulta, en particular, entre otros supuestos, en casos de planes de desarrollo o de inversión a gran escala; ii) la realización de un estudio de impacto ambiental; y iii) en su caso, compartir razonablemente los beneficios que se produzcan de la explotación de los recursos naturales (como una forma de justa indemnización exigida por el artículo 21 de la Convención), según lo que la propia comunidad determine y resuelva respecto de quiénes serían los beneficiarios de tal compensación según sus costumbres y tradiciones”<sup>3</sup>.

8. En el caso de la *Comunidad Garífuna de Punta Piedra*, la Corte reiteró que el Tribunal ha establecido que, “para todo plan de desarrollo, inversión, exploración o extracción en territorios tradicionales de comunidades indígenas o tribales, el Estado debe cumplir con las siguientes salvaguardias: i) efectuar un proceso adecuado y participativo que garantice su derecho a la consulta; ii) realizar un estudio previo de

---

<sup>1</sup> Este Tribunal ha determinado que “[l]os indígenas por el hecho de su propia existencia tienen derecho a vivir libremente en sus propios territorios; la estrecha relación que los indígenas mantienen con la tierra debe de ser reconocida y comprendida como la base fundamental de sus culturas, su vida espiritual, su integridad y su supervivencia económica. Para las comunidades indígenas la relación con la tierra no es meramente una cuestión de posesión y producción sino un elemento material y espiritual del que deben gozar plenamente, inclusive para preservar su legado cultural y transmitirlo a las generaciones futuras”. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2001. Serie C No. 79, párr. 149.

<sup>2</sup> *Cfr. Caso del Pueblo Saramaka. Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2007. Serie C No. 172, párr. 133.

<sup>3</sup> *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y Reparaciones. Sentencia de 27 de junio de 2012*. Serie C No. 245, párr. 157, y *Caso Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros Vs. Honduras. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 8 de octubre de 2015. Serie C No. 305, párr. 156.



impacto ambiental y social; y iii) en su caso, compartir razonablemente los beneficios que se produzcan de la explotación de los recursos naturales”<sup>4</sup>.

9. Además, cabe señalar que tal como fue dispuesto en la Sentencia en comento, si bien Surinam no es parte del Convenio 169 de la OIT, la Corte reiteró lo dispuesto en el caso *Saramaka*<sup>5</sup>, en el sentido que “el derecho a la propiedad protegido conforme al artículo 21 de la Convención Americana, e interpretado a la luz de los derechos reconocidos en los artículos 1 en común y 27 del PIDCP, los cuales no podrán ser restringidos al interpretar la Convención Americana en el presente caso, confiere a los integrantes de los Pueblos Kaliña y Lokono el derecho al goce de su propiedad de conformidad con su tradición comunitaria”<sup>6</sup>.

10. Así, la Corte determinó que, aplicando el criterio antes mencionado al presente caso, “los Pueblos Kaliña y Lokono conformados como pueblos indígenas, se encuentran protegidos por el derecho internacional de los derechos humanos que garantiza el derecho al territorio colectivo que han usado y ocupado tradicionalmente, derivado del uso y ocupación de la tierra y de los recursos necesarios para subsistencia física y cultural y, asimismo, que el Estado tiene la obligación de adoptar medidas especiales para reconocer, respetar, proteger y garantizar a sus integrantes el derecho de propiedad comunal respecto de dicho territorio”<sup>7</sup>.

11. Adicionalmente a ello, la Corte consideró que para efectos del presente caso, el derecho a la consulta encuentra fundamento también en el artículo 23 de la Convención Americana, a la luz de los estándares internacionales<sup>8</sup>. Para ello, señaló que el Estado debe contar con “mecanismos para garantizar la participación efectiva de los pueblos indígenas, a través de procedimientos culturalmente adecuados para la toma de decisiones de dichos pueblos. Lo anterior, no sólo consiste en un asunto de interés público sino que también forma parte del ejercicio de su derecho a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afectan sus intereses, de conformidad con sus propios procedimientos e instituciones, en relación con el artículo 23 de la Convención Americana”<sup>9</sup>.

12. En vista de lo anterior, resulta claro que la participación efectiva aludida en el Capítulo B.4, párrafos 204 a 212 de la Sentencia, debe entenderse en el sentido de garantizar la consulta previa, libre e informada, de conformidad con los desarrollos jurisprudenciales de esta Corte en la materia.

13. Respecto del momento en que debe realizarse la consulta previa, la Corte estableció que:

---

<sup>4</sup> *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros Vs. Honduras. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 8 de octubre de 2015. Serie C No. 304, párr. 215.

<sup>5</sup> *Cfr. Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 95.

<sup>6</sup> *Cfr. Párrafos 122, 123 y 124 de la Sentencia*.

<sup>7</sup> Párrafo 125 de la Sentencia.

<sup>8</sup> Artículo 18 y 32 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas (A/RES/61/295). Ver también el artículo 29 de la misma Declaración. Asimismo, el artículo 6 de la Carta Democrática señala que “La participación de la ciudadanía en las decisiones relativas a su propio desarrollo es un derecho y una responsabilidad [...]”.

<sup>9</sup> Párrafo 203 de la Sentencia.

206. En este sentido, la Corte ya ha establecido que el Estado debe garantizar la participación efectiva "en relación con todo plan de desarrollo, inversión, exploración o extracción"<sup>10</sup>. En particular la Corte se refirió a planes de desarrollo e inversión como "cualquier actividad que pueda afectar la integridad de las tierras y recursos naturales [...], en particular, cualquier propuesta relacionada con concesiones madereras o mineras"<sup>11</sup>.

207. Al respecto, el Tribunal considera que el deber del Estado en relación con dicha garantía se actualiza de manera previa a la ejecución de acciones que podrían afectar de manera relevante los intereses de los pueblos indígenas y tribales, tales como las etapas de exploración y explotación o extracción. En el presente caso, si bien la concesión minera se dio en el año 1958, las actividades de extracción de bauxita se iniciaron en el año 1997, es decir 40 años después, momento en el cual ya se contaba con la determinación precisa del lugar donde se realizarían las actividades extractivas, respecto del resto del territorio previamente explorado. En este sentido, la garantía de participación efectiva debió llevarse a cabo de manera previa al inicio de la extracción o explotación minera, lo cual no ocurrió en el presente caso. Particularmente, respecto de los Pueblos Kaliña y Lokono que se encontraban cerca del área y mantenían una vinculación directa con esta zona, los cuales enfrentaron afectaciones en parte de su territorio tradicional (*supra* párr. 92).

14. Al respecto, concurrimos en el particular, ya que si bien la Corte no tuvo competencia para analizar el momento previo al otorgamiento de la concesión inicial, resulta de gran relevancia, por las particularidades del caso, resaltar que el deber de consultar se actualiza de manera previa a distintos momentos. Al respecto, un proyecto minero está conformado por distintas etapas, entre ellas la de exploración y de factibilidad, de construcción y explotación y la de cierre del proyecto. En este sentido, la ejecución de estas etapas son actos independientes, que si bien están relacionados entre sí y se derivan del acto originario de la concesión misma, por sus características, deben ser consultados previamente. En el presente caso, la Corte constató que en el año 1997 se iniciaron las actividades de extracción de bauxita en Wane Kreek, siendo esta una de las actividades más importantes del proyecto minero, respecto de la cual se verificaron también las consecuencias en el impacto al medio ambiente de la zona<sup>12</sup>.

15. Así, la obligación de los Estados frente a los proyectos de desarrollo en territorio indígena o tribal surge desde el momento en que los Estados aceptan las obligaciones contenidas en las disposiciones de la Convención Americana, con independencia del momento del otorgamiento de la concesión, ya que como se había mencionado anteriormente, son fases independientes. Negar lo anterior y tener una comprensión

---

<sup>10</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 129. En este mismo sentido en el caso de la *Comunidad Garífuna de Punta Piedra*, la Corte señaló que la consulta debe ser previa y debe realizarse desde las primeras etapas del plan de desarrollo o inversión, a fin de que los pueblos indígenas o tribales puedan verdaderamente participar e influir en el proceso de adopción de decisiones. Cfr. *Caso de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, supra*, párr. 217.

<sup>11</sup> *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 129.

<sup>12</sup> Cfr. Párrafos 216 a 222 de la Sentencia.



distinta de la consulta previa, ciñéndola expresamente solo a las primeras etapas de la concesión de un proyecto, llevaría al absurdo de permitir nuevas explotaciones que tengan un impacto actual sobre la cultura y el territorio indígena, afectándolos por el resto del tiempo en que la concesión siga vigente. Evidentemente al ser un proceso constante de diálogo, la consulta no sólo se circunscribe a las primeras etapas de un proyecto, sino que la obligación se materializa cuando exista un posible impacto a la vida tradicional indígena o tribal en cuestión.

16. En vista de lo antes expuesto, tal como fue concluido en el párrafo 212 de la Sentencia, siendo que el Estado no garantizó la participación efectiva, a través de un proceso de consulta a los Pueblos de Kaliña y Lokono antes de emprender o autorizar la explotación de la mina de bauxita dentro de parte de su territorio tradicional, el Estado violó los artículos 21 y 23 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros.

### **El reconocimiento de la personalidad jurídica colectiva**

17. En la presente Sentencia la Corte, con base en los casos precedentes de Surinam<sup>13</sup>, declaró que:

114. En conclusión, ya que el ordenamiento jurídico interno de Surinam no reconoce el ejercicio de la personalidad jurídica de los pueblos indígenas y tribales de manera colectiva, esta Corte considera que el Estado ha violado el artículo 3 de la Convención Americana, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono, en relación con el artículo 2 de la misma. Además, para efectos del presente caso, la falta de reconocimiento de la personalidad jurídica de los Pueblos de Kaliña y Lokono impacta, como será analizado *infra*, en la violación de otros derechos reconocidos en los artículos 1.1, 21 y 25 de la Convención.

18. Concurrimos con dicho razonamiento, ya que el reconocimiento de la personalidad jurídica en su carácter colectivo es un prerrequisito esencial para que los pueblos indígenas y tribales puedan ejercer diversos derechos, que por sus características comunitarias, requieren ser amparados de manera colectiva. En este sentido, el Tribunal reiteró que:

107. [...] “el derecho a que el Estado reconozca su personalidad jurídica es una de las medidas especiales que se debe proporcionar a los grupos indígenas y tribales a fin de garantizar que éstos puedan gozar de sus territorios según sus tradiciones. Ésta es la consecuencia natural del reconocimiento del derecho que tienen los miembros de los grupos indígenas y tribales a gozar de ciertos derechos de forma comunitaria”.

109. [...] “el reconocimiento de la personalidad jurídica es un modo, aunque no sea el único, de asegurar que la comunidad, en su conjunto, podrá gozar y ejercer plenamente el derecho a la propiedad, de conformidad con su sistema de propiedad comunal, así como el derecho a igual protección judicial contra toda violación de dicho derecho”.

---

<sup>13</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia 15 de junio de 2005. Serie C No. 124, párr. 86.5, y *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párrs. 173 a 174.

19. Cabe hacer notar que la Corte llamó la atención del Estado al considerar que dicho incumplimiento resulta aún más gravoso con motivo de lo ya dispuesto en la sentencia en el caso del *Pueblo Saramaka* de 28 de noviembre de 2007 (*supra* párr. 107), obligación que fue reiterada al Estado para efectos de dicho caso, mediante Resolución de Cumplimiento de 23 de noviembre de 2011<sup>14</sup>.

20. En vista de lo anterior, el Tribunal en sus reparaciones, adicionalmente a lo ordenado en favor de los Pueblos Kaliña y Lokono<sup>15</sup>, ordenó a Surinam como garantía de no repetición<sup>16</sup>:

a) otorgar a los pueblos indígenas y tribales en Surinam el reconocimiento legal de la personalidad jurídica colectiva, con el propósito de garantizarles el ejercicio y goce pleno de su derecho a la propiedad, de conformidad con sus costumbres y tradiciones, de acuerdo a lo establecido en los párrafos 105 a 114. El Estado deberá cumplir con esta medida de reparación dentro de un plazo no mayor a dos años, a partir de la notificación de la presente Sentencia.

### **Conclusión**

21. Por lo anterior, quienes suscribimos este voto destacamos los desarrollos antes mencionados en relación con el derecho a la participación efectiva a través de un proceso de consulta, la cual debe ser entendida a la luz de la jurisprudencia constante de esta Corte, y en el caso particular, a la luz del derecho a la participación en la dirección de los asuntos públicos, reconocido en el artículo 23 de la Convención Americana.

22. Asimismo, en relación con el derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica, reconocido en el artículo 3 de la Convención Americana, ha sido interpretado destacando la relevancia de la dimensión colectiva de los pueblos indígenas y tribales. Lo anterior, en consonancia con la acertada interpretación que esta Corte ha desarrollado a lo largo de su jurisprudencia en la materia, en el sentido de reconocer que los derechos de los pueblos indígenas y tribales se dotan de características singulares relacionadas con sus formas particulares de vida, tradiciones, cosmovisión y cultura, las cuales también se encuentran protegidas por la Convención Americana de Derechos Humanos.

Humberto Antonio Sierra Porto  
Juez

Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot  
Juez

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario

---

<sup>14</sup> Cfr. Párrafo 113 de la Sentencia.

<sup>15</sup> Cfr. Párrafo 279 a) de la Sentencia.

<sup>16</sup> Cfr. Párrafo 305 de la Sentencia.

**VOTO PARCIALMENTE DISIDENTE DEL  
JUEZ ALBERTO PÉREZ PÉREZ**

**CASO PUEBLOS KALIÑA Y LOKONO VS. SURINAM**

**SENTENCIA DE 25 DE NOVIEMBRE DE 2015  
(Fondo, Reparaciones y Costas)**

He disentido con los puntos declarativos 1 a 3 en la medida en que en ellos se invocan indebidamente como fundamentos ciertos artículos de la Convención Americana sobre Derechos Humanos presuntamente violados: respectivamente, los artículos, 3, 23 y 13. La aplicación de esos artículos hecha por la Corte en este caso va en contra del sentido claro de dichas disposiciones y la fundamentación que se expone es totalmente insuficiente, y aún en un caso prácticamente inexistente.

Por otro lado, según se verá, los derechos que se pretende proteger mediante la invocación de los artículos 3, 13 y 23 se fundamentan adecuadamente en relación con otras normas de la Convención, ya contenidas en el texto de la sentencia.

**I. No se violó el artículo 3 (Derecho al Reconocimiento de la Personalidad Jurídica)**

El Art. 3 dispone:

*Artículo 3. Derecho al Reconocimiento de la Personalidad Jurídica  
Toda persona tiene derecho al reconocimiento de su personalidad jurídica.*

Por su parte, el art. 1.2 dispone:

*2. Para los efectos de esta Convención, persona es todo ser humano.*

Significativamente, ninguna de esas disposiciones ha sido transcrita en el texto de la sentencia. Quizás la razón para esa injustificable omisión esté en el hecho de que basta leer el artículo 3 y el artículo 1.2 para advertir que el derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica es uno de los "derechos y garantías que son inherentes *al ser humano*" (art. 29 c)), que no puede ser suspendido en los casos de emergencia (art. 27.2).

En consecuencia, el artículo 3 no puede servir de fundamento para el otorgamiento o reconocimiento de *personería jurídica* a grupos o entidades colectivas, sean o no comunidades o pueblos indígenas o tribales.

Distinto es el tema del reconocimiento de la personalidad jurídica de los seres humanos individuales que componen ese pueblo o comunidad, como lo hizo la Corte en el caso de la *Comunidad Indígena Sawhoyamaya*, en el cual declaró violado el artículo 3 en perjuicio de varios miembros individuales de dicha comunidad que "*no contaron con registros de su*

*nacimiento y defunción, ni con algún otro documento proveído por el Estado capaz de demostrar su existencia e identidad".* Dijo la Corte:

188. El derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica representa un parámetro para determinar si una persona es titular o no de los derechos de que se trate, y si los puede ejercer. La violación de aquel reconocimiento supone desconocer en términos absolutos la posibilidad de ser titular de esos derechos y contraer obligaciones, y hace al individuo vulnerable frente a la no observancia de los mismos por parte del Estado o de particulares.

189. Es deber del Estado procurar los medios y condiciones jurídicas en general, para que el derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica pueda ser ejercido por sus titulares. En especial, el Estado se encuentra obligado a garantizar a aquellas personas en situación de vulnerabilidad, marginalización y discriminación, las condiciones jurídicas y administrativas que les aseguren el ejercicio de este derecho, en atención al principio de igualdad ante la ley.

190. En el presente caso, la Corte ha tenido por demostrado que 18 de los 19 miembros de la Comunidad Sawhoyamaxa que fallecieron como consecuencia del incumplimiento por parte del Estado de su deber de prevención de su derecho a la vida (*supra* párr. 178), no contaron con registros de su nacimiento y defunción, ni con algún otro documento proveído por el Estado capaz de demostrar su existencia e identidad. (...)

194. *Con base en las consideraciones anteriores, y sin perjuicio de que otros miembros de la Comunidad se encuentren en la misma situación, la Corte estima que el Estado violó el derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica consagrado en el artículo 3 de la Convención Americana, en perjuicio de NN Galarza, Rosana López, Eduardo Cáceres, Eulalio Cáceres, Esteban González Aponte, NN González Aponte, NN Yegros, Jenny Toledo, Guido Ruiz Díaz, NN González, Luis Torres Chávez, Diego Andrés Ayala, Francisca Britez, Silvia Adela Chávez, Derlis Armando Torres, Juan Ramón González, Arnaldo Galarza y Fátima Galarza*<sup>1</sup>.

El artículo 3 ha sido también interpretado y aplicado correctamente –es decir, como un derecho fundamental de los seres humanos– en numerosos casos. Por ejemplo, en el *Caso de las Niñas Yean y Bosico vs. República Dominicana*, la Corte determinó lo siguiente:

178. Una persona apátrida, *ex definitione*, no tiene personalidad jurídica reconocida, ya que no ha establecido un vínculo jurídico-político con ningún Estado, por lo que la nacionalidad es un prerrequisito del reconocimiento de la personalidad jurídica.

179. La Corte estima que la falta del reconocimiento de la personalidad jurídica lesiona la dignidad humana, ya que niega de forma absoluta su condición de sujeto de derechos y hace al individuo vulnerable frente a la no observancia de sus derechos por el Estado o por particulares.

180. En el caso concreto, el Estado mantuvo a las niñas Yean y Bosico en un limbo legal en que, si bien las niñas existían y se hallaban insertadas en un determinado contexto

---

<sup>1</sup> *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 29 de marzo de 2006. Serie C No. 146, párrs. 188 a 190 y 194.*

social, su existencia misma no estaba jurídicamente reconocida, es decir, no tenían personalidad jurídica<sup>2</sup>.

La Corte también ha declarado, con toda justificación, la violación del artículo 3 en los casos de desapariciones forzadas. En el caso *Anzualdo Castro vs. Perú*, que fue el primero en que adoptó esa posición, la Corte explicitó el contenido y el fundamento del artículo 3 y explicó las razones de su aplicación a esos casos:

87. En cuanto a la alegada violación del artículo 3 de la Convención (*supra* párrs. 56 y 57), la Corte ha considerado que el contenido propio del derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica es que se reconozca a la persona en cualquier parte como sujeto de derechos y obligaciones, y a gozar de los derechos civiles fundamentales[, lo cual] implica la capacidad de ser titular de derechos (capacidad y goce) y de deberes; la violación de aquel reconocimiento supone desconocer en términos absolutos la posibilidad de ser titular de [los] derechos y deberes [civiles y fundamentales].

88. Este derecho representa un parámetro para determinar si una persona es titular o no de los derechos de que se trate, y si los puede ejercer, por lo que desconocer aquel reconocimiento hace al individuo vulnerable frente al Estado o particulares. De este modo, el contenido del derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica refiere al correlativo deber general del Estado de procurar los medios y condiciones jurídicas para que ese derecho pueda ser ejercido libre y plenamente por sus titulares.

89. Sin embargo, en aplicación del principio de efecto útil y de las necesidades de protección en casos de personas y grupos en situación de vulnerabilidad, este Tribunal ha observado el contenido jurídico más amplio de este derecho, al estimar que el Estado se encuentra especialmente "obligado a garantizar a aquellas personas en situación de vulnerabilidad, marginalización y discriminación, las condiciones jurídicas y administrativas que les aseguren el ejercicio de este derecho, en atención al principio de igualdad ante la ley". [...]

90. Ciertamente el contenido jurídico [del derecho al reconocimiento de la personalidad física de cada ser humano] ha sido desarrollado en la jurisprudencia en casos que involucran violaciones de derechos humanos de entidad diferente a la desaparición forzada de personas, puesto que en la mayoría de este tipo de casos el Tribunal ha estimado que no correspondía analizar la violación del artículo 3 de la Convención, por no haber hechos que así lo ameritaran. No obstante, *dado el carácter múltiple y complejo de esta grave violación de derechos humanos, el Tribunal reconsidera su posición anterior y estima posible que, en casos de esta naturaleza, la desaparición forzada puede conllevar una violación específica del referido derecho: más allá de que la persona desaparecida no pueda continuar gozando y ejerciendo otros, y eventualmente todos, los derechos de los cuales también es titular, su desaparición busca no sólo una de las más graves formas de sustracción de una persona de todo ámbito del ordenamiento jurídico, sino también negar su existencia misma y dejarla en una suerte de limbo o situación de indeterminación jurídica ante la sociedad, el Estado e inclusive la comunidad internacional.*

---

<sup>2</sup> *Caso de las Niñas Yean y Bosico Vs. República Dominicana. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas.* Sentencia de 8 de septiembre de 2005. Serie C No. 130, párrs. 178 a 180, y *Caso de personas dominicanas y haitianas expulsadas Vs. República Dominicana. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas.* Sentencia de 28 de agosto de 2014. Serie C No. 282, párrs. 265 a 268.

91. De este modo, la Corte tiene presente que una de las características de la desaparición forzada, a diferencia de la ejecución extrajudicial, es que conlleva la negativa del Estado de reconocer que la víctima está bajo su control y de proporcionar información al respecto, con el propósito de generar incertidumbre acerca de su paradero, vida o muerte, de provocar intimidación y supresión de derechos (*suprapárrs. 60 y 80*).

[...]

*101. En consideración de lo anterior, la Corte estima que en casos de desaparición forzada de personas se deja a la víctima en una situación de indeterminación jurídica que imposibilita, obstaculiza o anula la posibilidad de la persona de ser titular o ejercer en forma efectiva sus derechos en general, en una de las más graves formas de incumplimiento de las obligaciones estatales de respetar y garantizar los derechos humanos. Esto se tradujo en una violación del derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica del señor Anzualdo Castro<sup>3</sup>.*

El fundamento del reconocimiento de la *personería jurídica*<sup>4</sup> de las comunidades o pueblos indígenas o tribales debe buscarse, entonces, en relación con otras disposiciones de la Convención. Ese fundamento no es muy difícil de encontrar, pues es la consecuencia jurídica del reconocimiento del derecho a la propiedad privada (en este caso colectiva) consagrado en el artículo 21. No se puede ser titular de un derecho sin que correlativamente exista la consiguiente personería jurídica. Así lo expuso la Corte en su sentencia en el caso del *Pueblo Saramaka*, en la que expuso con total claridad el razonamiento correcto:

171. El reconocimiento de su personalidad jurídica es un modo, aunque no sea el único, de asegurar que la comunidad, en su conjunto, podrá gozar y ejercer plenamente el derecho a la propiedad, de conformidad con su sistema de propiedad comunal, así como el derecho a igual protección judicial contra toda violación de dicho derecho.

172. La Corte considera que el derecho a que el Estado reconozca su personalidad jurídica es una de las medidas especiales que se debe proporcionar a los grupos indígenas y tribales a fin de garantizar que éstos puedan gozar de sus territorios según sus tradiciones. Ésta es la *consecuencia natural del reconocimiento del derecho que tienen los miembros de los grupos indígenas y tribales a gozar de ciertos derechos de forma comunitaria*<sup>5</sup>.

Ese mismo razonamiento debe ser aplicado en el presente caso, de modo que la invocación del artículo 3, y más aún su supuesta violación, no sólo es injustificada, sino además innecesaria<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> *Caso Anzualdo Castro Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 22 de Septiembre de 2009. Serie C No. 202, párrs. 87 a 91, y 101.

<sup>4</sup> Considero preferible reservar el uso de la expresión "personalidad jurídica" para las situaciones abarcadas por el artículo 3 de la Convención (derecho de todo ser humano al reconocimiento de su personalidad jurídica), y en cambio hablar de "personería jurídica" para los casos en que se atribuye la calidad de sujeto de derechos y obligaciones a un grupo, comunidad o pueblo.

<sup>5</sup> *Caso del Pueblo Saramaka. Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2007. Serie C No. 172, párrs. 171 y 172.

<sup>6</sup> En el caso del Pueblo Saramaka, incongruentemente, se terminó declarando "la violación del derecho de los miembros del pueblo Saramaka al reconocimiento de su personalidad jurídica conforme al artículo 3 de la Convención en relación con su derecho a la propiedad de acuerdo con el artículo 21 de dicho instrumento y el derecho a la protección judicial conforme al artículo 25 del mismo cuerpo legal, así como respecto de la obligación general de los Estados de adoptar las medidas legislativas o de otra índole que sean necesarias para hacer efectivo esos derechos y respetar y asegurar su libre y pleno ejercicio sin discriminación, de conformidad con los artículos 2 y 1.1 de la Convención, respectivamente". Fue una clara inconsecuencia en la que no debe volver a incurrir la Corte.

## II. No se violó el artículo 13 (Libertad de Pensamiento y de Expresión)

El art. 13.1 de la Convención Americana dispone lo siguiente:

### *Artículo 13. Libertad de Pensamiento y de Expresión*

- 1. Toda persona tiene derecho a la libertad de pensamiento y de expresión. Este derecho comprende la libertad de buscar, recibir y difundir informaciones e ideas de toda índole, sin consideración de fronteras, ya sea oralmente, por escrito o en forma impresa o artística, o por cualquier otro procedimiento de su elección.*

Una vez más es preciso señalar que esta disposición no ha sido transcrita en el texto de la sentencia. Quizás la razón para esa injustificable omisión esté en el hecho de que basta leer el artículo 13 para comprender que la negativa a entregar determinadas informaciones que se consideraban necesarias para ejercer los derechos de participación y consulta de un pueblo indígena o tribal no tiene nada que ver con la "libertad de pensamiento y de expresión", y en particular con la "libertad de buscar, recibir y difundir informaciones e ideas de toda índole".

Como se dijo acertadamente en la sentencia sobre el caso *Sarayaku*,

sobre la alegada violación de los artículos 13, 23 y 26 de la Convención, la Corte coincide con la Comisión en cuanto a que, en asuntos como el presente, el acceso a la información es vital para un adecuado ejercicio del control democrático de la gestión estatal respecto de las actividades de exploración y explotación de los recursos naturales en el territorio de las comunidades indígenas, un asunto de evidente interés público. Sin embargo, *la Corte considera que en el presente caso los hechos han sido suficientemente analizados, y las violaciones conceptualizadas, bajo los derechos a la propiedad comunal, a la consulta y a la identidad cultural del Pueblo Sarayaku, en los términos del artículo 21 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, por lo que no se pronuncia sobre la alegada violación de aquellas normas*<sup>7</sup>.

En el presente caso, la Corte consideró la posible violación del art. 13 de oficio, pues no había sido alegada ni por la Comisión ni por las presuntas víctimas<sup>8</sup>. De inmediato pasó a examinar la posible violación del art. 13 consistente en "la falta de respuesta por parte del Estado a la solicitud de información acerca de los títulos de propiedad que alegan las víctimas"<sup>9</sup>. Más precisamente, se trató de la solicitud de "clarificar y producir los documentos relevantes que prueben si las personas identificadas anteriormente [los señores H.J. De Vries y Harrold Sijlbing] poseen títulos válidos en el Pueblo de Pierrekondre; y si fuera así, [clarificar] la naturaleza de aquellos títulos y si estas personas tienen permiso para construir casas y/o comercios debido a los mismos. Solicita[ron] que esta información sea entregada por escrito y sea discutida con [estos] tan pronto se encuentre disponible"<sup>10</sup>. Resulta claro que esa solicitud de información no tiene que ver con "un asunto de evidente interés público", sino con un tema de interés de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono para ejercer su derecho a la protección judicial (art. 25) en relación con sus derechos de propiedad colectiva, participación y consulta.

<sup>7</sup> *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y Reparaciones.* Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245, párr. 230.

<sup>8</sup> *Caso Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Suriname. Fondo, Reparaciones y Costas.* Sentencia de 25 de noviembre de 2015, párr. 259.

<sup>9</sup> *Caso Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Suriname, supra*, párr. 260.

<sup>10</sup> *Caso Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Suriname, supra*, párr. 263.

La libertad de información consagrada en el artículo 13 de la Convención se refiere en cambio (en los ya transcritos términos de la sentencia en el caso Sarayaku) a "la información [que] es vital para un adecuado ejercicio del control democrático de la gestión estatal respecto de las actividades de exploración y explotación de los recursos naturales en el territorio de las comunidades indígenas". No se trata en el presente caso del "control democrático de la gestión estatal", sino del ejercicio de los derechos específicos mencionados al final del párrafo anterior. Como dice la sentencia, "la información solicitada era documentación de importancia para que los Pueblos Kaliña y Lokono pudieran tener elementos claros de cuántos individuos ajenos a sus comunidades se encontraban en la zona, y cuál era la situación legal de la posesión de ese territorio. En este sentido, aquella información podría haberles otorgado elementos adicionales a efectos de la presentación de sus reclamos en el fuero interno"<sup>11</sup>.

Por lo tanto, no corresponde declarar una violación del artículo 13 de la Convención, siendo suficiente declarar la violación del artículo 25 (Derecho a la protección judicial).

### **III. No se violó el artículo 23 (Derechos políticos)**

El art. 23 de la Convención Americana dispone lo siguiente:

#### *Artículo 23. Derechos Políticos*

*1. Todos los ciudadanos deben gozar de los siguientes derechos y oportunidades:*

- a) de participar en la dirección de los asuntos públicos, directamente o por medio de representantes libremente elegidos;*
- b) de votar y ser elegidos en elecciones periódicas auténticas, realizadas por sufragio universal e igual y por voto secreto que garantice la libre expresión de la voluntad de los electores, y*
- c) de tener acceso, en condiciones generales de igualdad, a las funciones públicas de su país.*

*2. La ley puede reglamentar el ejercicio de los derechos y oportunidades a que se refiere el inciso anterior, exclusivamente por razones de edad, nacionalidad, residencia, idioma, instrucción, capacidad civil o mental, o condena, por juez competente, en proceso penal.*

En este caso sí se ha hecho una transcripción del art. 23 en el texto de la sentencia. Pero la transcripción es parcial y sesgada. Sólo llega hasta las palabras "asuntos públicos", y omite tanto el pasaje que dice "directamente o por medio de representantes libremente elegidos" como los apartados b) y c), relativos a los "derechos y oportunidades" de "votar y ser elegidos" y de tener acceso igualitario a "las funciones públicas". Tanto los elementos omitidos, como la referencia a "asuntos públicos" y el nombre de los derechos de que se trata ("Derechos políticos") bastaría para excluir la aplicación de la norma alegadamente violada aun asunto relativo a la propiedad privada (artículo 21) y no "un asunto de evidente interés público" (como se vio en los párrs. 13 y 14), sino un tema privado.

Según el párrafo declarativo 2 de la sentencia, la violación del artículo 23 estaría demostrada "en los términos de los párrafos 122 a 230". Pero un análisis de esos párrafos demuestra que, aunque están insertos en el capítulo VI.2, titulado "Derecho a la propiedad colectiva (artículo 21) y derechos políticos (artículo 23) en relación con los artículos 1.1 y 2 de la Convención

---

<sup>11</sup> Caso Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Suriname, *supra*, párr. 267.



Americana”, en ninguno de sus apartados se trata de los derechos políticos presuntamente violados. Las “Consideraciones de la Corte” comprenden los siguientes cuatro apartados, que tampoco contienen esas menciones: “B.1 Interpretación del derecho a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas en el presente caso”; “B.2 La falta de reconocimiento del derecho a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono”; “B.3 Reservas Naturales en el territorio tradicional”, y “B.4 Respeto de las garantías a la propiedad colectiva frente a la concesión minera dentro de la Reserva Natural Wane Kreek”.

Asimismo, entre las cuatro controversias principales reseñadas en el párrafo 127 de la Sentencia, no hay mención alguna de los derechos políticos ni del artículo 23<sup>12</sup>, y en los 109 párrafos de esos apartados no hay ninguna expresión que procure fundamentar la alegada violación del art. 23:

a) Párrafo 126: “[...] la Corte considera importante resaltar que si bien las partes no han alegado la violación del artículo 23 de la Convención durante el procedimiento ante este Tribunal, estima pertinente aplicar el principio *iura novit curia*”. Es decir, se registra la decisión de considerar una violación no alegada por las partes, pero no se explica en qué consiste esa violación.

b) Párrafo 196: “Al respecto, la Corte recuerda que el artículo 23 de la Convención Americana dispone el deber de gozar de los derechos y oportunidades “de participar en la dirección de los asuntos públicos [...]”. En este sentido, la participación en la conservación del medio ambiente para las comunidades indígenas resulta no sólo en un asunto de interés público sino parte del ejercicio de su derecho como pueblos indígenas a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afectan sus derechos, de conformidad con sus propios procedimientos e instituciones (*supra* párrs. 178 y 180)”. Se pretende identificar el “derecho a participar en la dirección de los asuntos públicos” con el derecho de los pueblos indígenas a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afectan sus derechos, sin exponer siquiera una mínima fundamentación al respecto. Está claro que son dos cosas diferentes.

c) Párrafo 197: “la falta de mecanismos expresos que garanticen el acceso, uso y la participación efectiva de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono en la conservación de las referidas reservas y sus beneficios, configura una violación del deber de adoptar las disposiciones que fueren necesarias para hacer efectivas tales medidas, a fin de garantizar el derecho a la propiedad colectiva, a la identidad cultural y a los derechos políticos, en perjuicio de los Pueblos Kaliña y Lokono”. Sigue faltando la fundamentación de la supuesta equiparación con los derechos políticos.

d) En el párrafo 198 (único de la sección titulada “Conclusión de las restricciones en las Reservas”) nuevamente se incluye a los derechos políticos sin fundamentación alguna: “En

---

<sup>12</sup> “En vista de lo anterior, a la luz de los alegatos de las partes, la Corte constata que las violaciones alegadas se relacionan con cuatro controversias principales: a) la falta de reconocimiento del derecho a la propiedad colectiva y la ausencia de delimitación, demarcación y titulación de las tierras ancestrales de los pueblos indígenas Kaliña y Lokono; b) el otorgamiento de títulos de propiedad y de otra naturaleza a personas no indígenas dentro del territorio reclamado por los Pueblos Kaliña y Lokono; c) las afectaciones en el uso y goce de las áreas de las reservas naturales dentro de los alegados territorios tradicionales, y d) la falta de participación efectiva, a través de un proceso de consulta frente a las concesiones mineras dentro de una de las reservas naturales en el territorio ancestral”. *Caso Pueblos Kaliña y Lokono Vs. Suriname, supra*, párr. 127.

suma, este Tribunal estima que el Estado vulneró los derechos a la propiedad colectiva, identidad cultural y participación en asuntos públicos de las víctimas, principalmente al impedir la participación efectiva y el acceso a parte de su territorio tradicional y recursos naturales en las reservas de Galibi y Wane Kreek, así como al no garantizar de manera efectiva el territorio tradicional de las comunidades afectadas por la degradación del medio ambiente dentro de la reserva de Wane Kreek, lo cual configuró la violación de los artículos 21, 2 y 23 de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio los Pueblos Kaliña y Lokono y sus miembros”.

e) Párrafo 202: “Adicionalmente a lo anterior, la Corte reitera que el artículo 23 de la Convención Americana dispone que “todos los ciudadanos deben gozar de los siguientes derechos y oportunidades: a) [...] participar en la dirección de los asuntos públicos [...]”. En similar sentido, el artículo 18 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas establece que “el derecho [de los pueblos indígenas] a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afecten a sus derechos, por conducto de representantes [...]”, y el artículo 32, en lo pertinente, dispone el deber de los Estados de “celebr[ar] consultas y coopera[ci]ón de buena fe [...] antes de aprobar cualquier proyecto que afecte sus tierras [...], particularmente en relación con [...] la utilización o la explotación de recursos minerales [...]”. En este caso es patente la confusión entre “participar en la dirección de los asuntos públicos” y los artículos 18 y 32 de la Declaración sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, relativos a la participación en las cuestiones que afecten a sus derechos y al deber de los Estados de “celebrar consultas [...] antes de aprobar cualquier proyecto que afecte sus tierras”.

f) Párrafo 203: En el párrafo siguiente se enuncia, pero no se fundamenta en modo alguno, la presunta identificación entre el derecho a participación y consulta derivado del derecho de propiedad y el derecho a participar en la dirección de los asuntos públicos. Se dice, en efecto, lo siguiente: “En vista de ello, a fin de garantizar el uso y goce del derecho a la propiedad colectiva indígena, reconocida en los artículos 1.1 y 21 de la Convención, frente a la utilización o explotación de recursos naturales en su territorio tradicional, el Estado debe, para efectos del presente caso, contar con mecanismos para la participación efectiva de los pueblos indígenas, a través de procedimientos culturalmente adecuados para la toma de decisiones de dichos pueblos. Lo anterior no solo consiste en un asunto de interés público, sino que también forma parte del ejercicio de su derecho a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afectan sus intereses, de conformidad con sus propios procedimientos e instituciones, en relación con el artículo 23 de la Convención Americana (supra párr. 196)”. No se explica por qué “la dirección de los asuntos públicos” sería equivalente a la participación en decisiones relativas a la propiedad privada de carácter colectivo. Tampoco se explica por qué lo relativo a la propiedad privada o a alguno de sus correlarios sería un “asunto de interés público”.

g) En el párrafo en que se formula la conclusión final a este respecto (párr. 230) se menciona la presunta violación del art. 23, pero los únicos fundamentos expuestos se refieren al artículo 21, relativo a la propiedad privada, y no al derecho a participar en la conducción de los asuntos públicos consagrado en el artículo 23, que tiene un sentido y un contenido muy diferentes.

Las restantes menciones al artículo 23 están contenidas en el capítulo de reparaciones (VII) y obviamente se remiten a lo dicho en el capítulo de fondo (VI) sin añadir fundamentos al respecto (párrs. 278, 295, 304). Al contrario, cuando se explicitan los fundamentos de las alegadas violaciones sólo se alude a "la falta de participación efectiva frente a proyectos de explotación en el área de la reserva" (párr. 278-c) o a "la falta de mecanismos que garanticen la participación efectiva, a través de un proceso de consulta" (párr. 304-d).

De lo dicho se desprende que es aplicable también en este aspecto la conclusión ya transcripta (*supra*, párr. 13) a que se llegó en el caso Sarayaku respecto de la presunta violación de los artículos 13 y 23: *"la Corte considera que en el presente caso los hechos han sido suficientemente analizados, y las violaciones conceptualizadas, bajo los derechos a la propiedad comunal, a la consulta y a la identidad cultural del Pueblo Sarayaku, en los términos del artículo 21 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, por lo que no se pronuncia sobre la alegada violación de aquellas normas"*.

En consecuencia, no corresponde declarar una violación del artículo 23 de la Convención, siendo suficiente declarar la violación del artículo 21 (Derecho a la propiedad privada).

#### **IV. Conclusiones**

En conclusión:

- h)* No corresponde declarar que se han violado los artículos 3, 13 y 23 de la Convención Americana;
- i)* Basta con declarar que se han violado los artículos 21 (derecho a la propiedad privada comunal), con los consiguientes derechos al reconocimiento de la personería jurídica y a la consulta y a la identidad cultural y 25 (derecho a la protección judicial) de la Convención Americana.

Alberto Pérez Pérez  
Juez

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario

**CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS**

***COMUNIDAD GARÍFUNA TRIUNFO DE LA CRUZ Y SUS MIEMBROS VS. HONDURAS***

**SENTENCIA DE 8 DE OCTUBRE DE 2015  
(Fondo, Reparaciones y Costas)**

En el *Caso Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros*,

la Corte Interamericana de Derechos Humanos (en adelante "la Corte Interamericana", "la Corte" o "el Tribunal"), integrada por los siguientes Jueces:

Humberto Antonio Sierra Porto, Presidente;  
Roberto F. Caldas, Vicepresidente;  
Manuel E. Ventura Robles, Juez;  
Diego García-Sayán, Juez;  
Alberto Pérez Pérez, Juez;  
Eduardo Vio Grossi, Juez, y  
Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, Juez

presentes, además,

Pablo Saavedra Alessandri, Secretario, y  
Emilia Segares Rodríguez, Secretaria Adjunta,

de conformidad con los artículos 62.3 y 63.1 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos (en adelante, "la Convención Americana" o "la Convención") y con los artículos 31, 32, 65 y 67 del Reglamento de la Corte (en adelante también "el Reglamento"), dicta la presente Sentencia.

# **CASO COMUNIDAD GARÍFUNA TRIUNFO DE LA CRUZ Y SUS MIEMBROS VS. HONDURAS**

## **Tabla de contenido**

|                                                                                                                                                                                                       |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>I. INTRODUCCIÓN DE LA CAUSA Y OBJETO DE LA CONTROVERSI A.....</b>                                                                                                                                  | <b>4</b>  |
| <b>II. PROCEDIMIENTO ANTE LA CORTE .....</b>                                                                                                                                                          | <b>6</b>  |
| <b>III. COMPETENCIA .....</b>                                                                                                                                                                         | <b>9</b>  |
| <b>IV. CONSIDERACIONES PREVIAS .....</b>                                                                                                                                                              | <b>9</b>  |
| A. SOBRE LOS ALEGATOS DEL ESTADO RESPECTO DE QUE LA COMUNIDAD GARÍFUNA TRIUNFO DE LA CRUZ NO SERÍA UN "PUEBLO ORIGINARIO" .....                                                                       | 9         |
| B. SOBRE LOS HECHOS RELACIONADOS CON EL PROYECTO "INDURA BEACH AND GOLF RESORT" .....                                                                                                                 | 10        |
| <b>V. PRUEBA .....</b>                                                                                                                                                                                | <b>11</b> |
| <b>A. PRUEBA DOCUMENTAL, TESTIMONIAL Y PERICIAL.....</b>                                                                                                                                              | <b>11</b> |
| <b>B. ADMISIÓN DE LA PRUEBA .....</b>                                                                                                                                                                 | <b>12</b> |
| <b>C. VALORACIÓN DE LA PRUEBA.....</b>                                                                                                                                                                | <b>13</b> |
| <b>VI. HECHOS .....</b>                                                                                                                                                                               | <b>15</b> |
| A. EL PUEBLO GARÍFUNA EN HONDURAS Y LA COMUNIDAD GARÍFUNA DE TRIUNFO DE LA CRUZ .....                                                                                                                 | 16        |
| B. EL PROCESO DE RECONOCIMIENTO Y TITULACIÓN DEL TERRITORIO DE LA COMUNIDAD TRIUNFO DE LA CRUZ Y SUS MIEMBROS .....                                                                                   | 19        |
| <i>B.1. Otorgamiento de un título ejidal sobre 380 hectáreas 51 áreas y 82.68 centiáreas (1950)...</i>                                                                                                | <i>20</i> |
| <i>B.2. Solicitud de adjudicación durante la primera legislación de reforma agraria (1969).....</i>                                                                                                   | <i>20</i> |
| <i>B.3. Otorgamiento de título de "garantía de ocupación" sobre 126.40 hectáreas durante la segunda legislación de reforma agraria (1979).....</i>                                                    | <i>22</i> |
| <i>B.4. Otorgamiento de título definitivo de dominio pleno sobre 380 hectáreas 51 áreas 82.68 centiáreas (1993) .....</i>                                                                             | <i>22</i> |
| <i>B.5. Solicitudes de ampliación de título de dominio pleno y otorgamiento de título de dominio pleno sobre 234 hectáreas 48 áreas y 76.03 centiáreas (1997-2001) .....</i>                          | <i>22</i> |
| C. PROBLEMÁTICAS PLANTEADAS EN TORNO AL TERRITORIO DE LA COMUNIDAD GARÍFUNA TRIUNFO DE LA CRUZ Y SUS MIEMBROS .....                                                                                   | 23        |
| <i>C.1. Ampliación del radio urbano del Municipio de Tela y sus alegadas consecuencias respecto del territorio tradicional de la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros .....</i>                | <i>23</i> |
| <i>C.2. Empresa asociativa campesina de producción "El Esfuerzo".....</i>                                                                                                                             | <i>27</i> |
| <i>C.3. Presunta creación de una Junta Directiva paralela del Patronato de la Comunidad de Triunfo de la Cruz .....</i>                                                                               | <i>27</i> |
| <i>C.4. Creación del área protegida "Parque Nacional Punta Izopo".....</i>                                                                                                                            | <i>28</i> |
| <i>C.5. Situación de líderes, lideresas y autoridades indígenas por la defensa de las tierras tradicionales de la Comunidad de Triunfo de la Cruz .....</i>                                           | <i>29</i> |
| <i>C.6. Proyectos turísticos "Laguna Negra" y "Playa Escondida".....</i>                                                                                                                              | <i>29</i> |
| <b>VII. FONDO.....</b>                                                                                                                                                                                | <b>30</b> |
| <b>VII-1. DERECHO A LA PROPIEDAD COLECTIVA (Artículo 21 de la Convención en relación con los artículos 1.1 y 2) .....</b>                                                                             | <b>30</b> |
| <b>A. ARGUMENTOS DE LAS PARTES Y DE LA COMISIÓN .....</b>                                                                                                                                             | <b>30</b> |
| <b>B. CONSIDERACIONES DE LA CORTE .....</b>                                                                                                                                                           | <b>32</b> |
| <i>B.1. Estándares aplicables sobre derecho a la propiedad comunal .....</i>                                                                                                                          | <i>33</i> |
| <i>B.2. Consideraciones sobre el territorio tradicional de la Comunidad .....</i>                                                                                                                     | <i>36</i> |
| <i>B.3. La alegada falta de demarcación y delimitación de las tierras tituladas a favor de la Comunidad y de los territorios que fueron reconocidos como tradicionales por parte del Estado .....</i> | <i>38</i> |
| <i>B.4. La alegada falta de protección del territorio de la Comunidad frente a terceros.....</i>                                                                                                      | <i>42</i> |
| <i>B.5. La obligación de garantizar el derecho a la consulta, en relación con el derecho a la propiedad comunal de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz.....</i>                                  | <i>45</i> |
| <b>VII-2. DEBER DE ADOPTAR DISPOSICIONES DE DERECHO INTERNO (Artículo 2 de la Convención, en relación con los artículos 1.1, 21, 8 y 25).....</b>                                                     | <b>52</b> |
| <b>A. ARGUMENTOS DE LAS PARTES Y DE LA COMISIÓN .....</b>                                                                                                                                             | <b>52</b> |

|                                                                                                                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>B. CONSIDERACIONES DE LA CORTE</b> .....                                                                                                                                                | 54        |
| B.1. Procedimiento para delimitar, demarcar y titular las tierras.....                                                                                                                     | 54        |
| B.2. Normativa y/o prácticas sobre el derecho a la consulta previa.....                                                                                                                    | 56        |
| <b>VII-3. EL DERECHO A LA VIDA DE OSCAR BREGA, JESÚS ÁLVAREZ ROCHE, JORGE CASTILLO JIMÉNEZ Y JULIO ALBERTO MORALES (Artículo 4 de la Convención en relación con el artículo 1.1)</b> ..... | <b>57</b> |
| <b>A. ARGUMENTOS DE LAS PARTES Y DE LA COMISIÓN</b> .....                                                                                                                                  | 57        |
| <b>B. CONSIDERACIONES DE LA CORTE</b> .....                                                                                                                                                | 57        |
| <b>VII-4. DERECHO A LAS GARANTÍAS JUDICIALES Y A LA PROTECCIÓN JUDICIAL (Artículos 8.1 y 25 de la Convención en relación con los artículos 1.1 y 2)</b> .....                              | <b>60</b> |
| <b>A. ARGUMENTOS DE LAS PARTES Y DE LA COMISIÓN</b> .....                                                                                                                                  | 60        |
| <b>B. CONSIDERACIONES DE LA CORTE</b> .....                                                                                                                                                | 63        |
| B.1. La alegada falta de efectividad de los recursos para obtener el reconocimiento de la propiedad comunal .....                                                                          | 65        |
| B.2. La alegada falta de efectividad de las acciones judiciales y administrativas frente a las ventas y las adjudicaciones a terceros de tierras tradicionales.....                        | 66        |
| B.3. Las investigaciones relacionadas con las presuntas amenazas y muertes contra miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz.....                                                         | 68        |
| <b>VIII. REPARACIONES (Aplicación del artículo 63.1 de la Convención Americana)</b> .....                                                                                                  | <b>69</b> |
| <b>A. PARTE LESIONADA</b> .....                                                                                                                                                            | 70        |
| <b>B. MEDIDAS DE RESTITUCIÓN: DEMARCACIÓN Y TITULACIÓN DE TIERRAS</b> .....                                                                                                                | 70        |
| <b>C. OBLIGACIÓN DE INVESTIGAR LOS HECHOS QUE GENERARON LAS VIOLACIONES E IDENTIFICAR, JUZGAR Y, EN SU CASO, SANCIONAR A LOS RESPONSABLES</b> .....                                        | 71        |
| <b>D. MEDIDAS DE SATISFACCIÓN Y GARANTÍAS DE NO REPETICIÓN</b> .....                                                                                                                       | 72        |
| D.1. Medidas de Satisfacción .....                                                                                                                                                         | 72        |
| D.2. Garantías de no repetición .....                                                                                                                                                      | 73        |
| <b>E. COMPENSACIÓN COLECTIVA A TRAVÉS DE UN FONDO DE DESARROLLO COMUNITARIO</b> .....                                                                                                      | 76        |
| <b>F. COSTAS Y GASTOS</b> .....                                                                                                                                                            | 78        |
| <b>G. REINTEGRO DE LOS GASTOS AL FONDO DE ASISTENCIA LEGAL DE VÍCTIMAS</b> .....                                                                                                           | 79        |
| <b>H. MODALIDAD DE CUMPLIMIENTO DE LOS PAGOS ORDENADOS</b> .....                                                                                                                           | 80        |
| <b>IX. PUNTOS RESOLUTIVOS</b> .....                                                                                                                                                        | <b>80</b> |
| <b>X. MAPA ANEXO</b> .....                                                                                                                                                                 | <b>83</b> |

## I INTRODUCCIÓN DE LA CAUSA Y OBJETO DE LA CONTROVERSI

1. *El caso sometido a la Corte.* – El 21 de febrero de 2013 la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (en adelante, “la Comisión Interamericana” o “la Comisión”) sometió a la jurisdicción de la Corte Interamericana de Derechos Humanos el caso *Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros* contra la República de Honduras (en adelante, “el Estado” o “Honduras”). De acuerdo con lo señalado por la Comisión, el caso se relaciona con la supuesta responsabilidad internacional de Honduras porque la referida Comunidad no habría contado con un título de propiedad sobre su territorio tradicional que fuese idóneo y culturalmente adecuado, el reconocimiento de parte de dicho territorio habría sido tardío y a la fecha se continuaría negando un título único sobre la totalidad del territorio. Asimismo, la Comunidad no habría mantenido una ocupación y tenencia pacífica de sus tierras tradicionales, debido a (i) la alegada falta de determinación y delimitación oportuna de las tierras tituladas, (ii) la alegada falta de certeza jurídica en los títulos otorgados, (iii) las supuestas restricciones en el acceso a zonas del territorio tradicional por la creación de áreas protegidas, y (iv) la alegada omisión de proteger efectivamente su territorio frente a la ocupación y despojo por terceros. Por otro lado, el caso se refiere a la alegada falta de una consulta previa, libre e informada respecto a la adopción de decisiones como la planificación y ejecución de proyectos y megaproyectos turísticos, la creación de un área protegida y las supuestas ventas de tierras comunitarias. Finalmente, la Comunidad no habría contado con un recurso que tome en cuenta sus particularidades respecto de la propiedad colectiva, ni con el acceso efectivo a la justicia respecto de denuncias sobre las supuestas ventas de tierras tradicionales, actos de amenazas y hostigamiento alegadamente sufridos por las autoridades de la Comunidad como consecuencia de sus actividades en defensa de las tierras, y la situación de inseguridad y violencia generada por terceros en el territorio.
2. *Trámite ante la Comisión.* – El trámite ante la Comisión fue el siguiente:
  - a. *Petición.* – El 29 de octubre de 2003 la Comisión recibió una petición presentada por la Organización Fraternal Negra Hondureña (en adelante “la peticionaria” u “OFRANEH”)<sup>1</sup>.
  - b. *Informe de admisibilidad.* – El 14 de marzo de 2006 la Comisión aprobó el Informe de Admisibilidad N°. 29/06<sup>2</sup>.
  - c. *Medidas Cautelares.* – El 18 de octubre de 2005 la peticionaria solicitó el otorgamiento de medidas cautelares para resguardar los derechos de la Comunidad<sup>3</sup> y el 28 de abril de 2006 la Comisión solicitó al Estado que adoptara las medidas necesarias

---

<sup>1</sup> Dicha petición fue presentada por alegadas violaciones de derechos humanos, en perjuicio de las Comunidades Garífunas de Cayos Cochinos, Punta Piedra y Triunfo de la Cruz, y sus miembros. El 19 de diciembre de 2003 la Comisión decidió dividir la petición en tres asuntos separados.

<sup>2</sup> En dicho Informe, la Comisión declaró la admisibilidad de la petición referente a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros, por la presunta violación de los artículos 8, 21 y 25 de la Convención Americana, en conexión con los artículos 1 y 2 del mismo instrumento.

<sup>3</sup> Específicamente, la peticionaria solicitó que se prohibiera al Estado celebrar actos y contratos sobre bienes inmuebles de la Comunidad ante el peligro supuestamente inminente de daño irreparable a la supervivencia cultural y física de la misma. Asimismo, se refirió a la alegada falta de intervención del Estado ante las denuncias de la Comunidad, la entrada en vigor de una ley de propiedad que iría en detrimento de los derechos de la Comunidad y nuevos proyectos turísticos en la zona.

para proteger y respetar el derecho de propiedad sobre las tierras tradicionales pertenecientes a la Comunidad de Triunfo de la Cruz<sup>4</sup>.

d. *Informe de Fondo.* – El 7 de noviembre de 2012 la Comisión emitió el Informe de Fondo N°. 76/12, en los términos del artículo 50 de la Convención (en adelante “el Informe de Fondo”), en el cual llegó a una serie de conclusiones y formuló varias recomendaciones al Estado:

i. *Conclusiones.* - La Comisión concluyó que el Estado era responsable por la alegada violación a los siguientes derechos humanos establecidos en la Convención Americana:

- el derecho a la propiedad consagrado en el artículo 21 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz y sus miembros, por supuestamente no haberles provisto acceso efectivo a un título de propiedad colectiva sobre su territorio ancestral; así como por alegadamente haberse abstenido de delimitarlo, demarcarlo y protegerlo efectivamente;
- el derecho a la propiedad consagrado en el artículo 21 de la Convención Americana, en conexión con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz y sus miembros, al supuestamente haberse llevado a cabo decisiones relativas a medidas que afectaron sus territorios, sin satisfacer los requisitos establecidos en el derecho interamericano; como lo son, realizar procesos de expropiación; no amenazar la subsistencia de las comunidades indígenas; realizar consultas previas, libres e informadas, así como estudios de impacto social y ambiental, y garantizar la participación de las comunidades indígenas en los beneficios derivados de las concesiones otorgadas;
- los derechos a las garantías judiciales y protección judicial establecidos en los artículos 8 y 25 de la Convención Americana, en conexión con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz y sus miembros, debido a la alegada falta de provisión de un procedimiento adecuado y efectivo para el reconocimiento, titulación, demarcación y delimitación de los territorios reivindicados por las presuntas víctimas, y que permita garantizar la posesión pacífica y recuperación de su territorio ancestral;
- Los derechos a las garantías judiciales y protección judicial establecidos en los artículos 8 y 25 de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz y sus miembros, ante la alegada falta de realización de una investigación seria, efectiva y sin dilaciones dirigida a la averiguación de la verdad y la determinación de responsabilidades, en relación a las denuncias interpuestas por miembros, líderes y lideresas de la Comunidad.

ii. *Recomendaciones.* - La Comisión recomendó al Estado:

- Adoptar a la brevedad las medidas necesarias para hacer efectivo el derecho de propiedad comunal y la posesión de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros, con respecto a su territorio ancestral, y en particular las medidas legislativas, administrativas o de otro carácter necesarias para delimitar, demarcar y titular adecuadamente sus tierras, acorde con su derecho consuetudinario, valores, usos y costumbres y, garantizar a los miembros de la Comunidad el desarrollo y continuidad de su cosmovisión, de modo que puedan continuar viviendo su modo de vida tradicional, conforme a su identidad cultural, estructura social, sistema económico, costumbres, creencias y tradiciones distintivas;
- Establecer, con la participación de los pueblos indígenas, las medidas legislativas o de otra índole, necesarias para hacer efectivo el derecho a la consulta previa, libre, informada y de buena fe, conforme a los estándares de derechos humanos internacionales;
- Investigar y sancionar a los responsables de las amenazas, hostigamientos, actos de violencia e intimidación y daños realizados a la propiedad de los miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz y en particular, a los líderes, lideresas y autoridades;
- Reparar en el ámbito individual y colectivo las consecuencias de la violación de los derechos enunciados;
- Adoptar las medidas necesarias para evitar que en el futuro se produzcan hechos similares, conforme al deber de prevención y garantía de los derechos fundamentales reconocidos en la Convención Americana.

<sup>4</sup>

La Comisión informó en su Informe de Fondo que continúa dando seguimiento a la situación.



e. *Notificación al Estado.* – El Informe de Fondo fue notificado al Estado el 21 de noviembre de 2012, otorgándose un plazo de dos meses para informar sobre el cumplimiento de las recomendaciones. El Estado solicitó una prórroga, la cual fue concedida hasta el 14 de febrero de 2013. A la fecha del escrito de sometimiento del caso ante la Corte, el Estado no había presentado su informe.

f. *Sometimiento a la Corte.* – El 21 de febrero de 2013 la Comisión sometió a la jurisdicción de la Corte Interamericana la totalidad de los hechos y supuestas violaciones de derechos humanos descritos en el Informe de Fondo “por la necesidad de obtención de justicia para las víctimas ante la falta de información sobre el cumplimiento de las recomendaciones por parte del Estado”.

3. *Solicitud de la Comisión Interamericana.* – Con base en lo anterior, la Comisión solicitó al Tribunal que declare la responsabilidad internacional de Honduras por la alegada violación de los derechos anteriormente indicados en las conclusiones del Informe de Fondo. Adicionalmente, la Comisión solicitó a la Corte que ordene al Estado determinadas medidas de reparación, que se detallarán y analizarán en el capítulo correspondiente.

## **II PROCEDIMIENTO ANTE LA CORTE**

4. *Notificación al Estado y a los representantes.* – El sometimiento del caso por parte de la Comisión fue notificado al Estado y a los representantes el 8 de mayo de 2013.

5. *Escrito de solicitudes, argumentos y pruebas.* – El 8 de julio de 2013 los representantes presentaron su escrito de solicitudes, argumentos y pruebas<sup>5</sup> (en adelante “escrito de solicitudes y argumentos”), en los términos de los artículos 25 y 40 del Reglamento de la Corte.

6. *Escrito de contestación.* – El 1 de octubre de 2013 el Estado presentó ante la Corte su escrito de contestación al sometimiento del caso y al escrito de solicitudes y argumentos (en adelante “contestación” o “escrito de contestación”), en los términos del artículo 41 del Reglamento del Tribunal<sup>6</sup>.

7. *Acogimiento al Fondo de Asistencia Legal.* – Mediante Resolución de 18 de diciembre de 2013, el Presidente declaró procedente la solicitud interpuesta por las presuntas víctimas, a través de sus representantes, para acogerse al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas de la Corte, y aprobó que se otorgara la asistencia económica necesaria para la asistencia de un máximo de dos representantes y para la presentación de un máximo de tres declaraciones, ya sea en audiencia o por affidavit. Posteriormente, en la Resolución del Presidente de la Corte de 7 de abril de 2014, se dispuso que dicha asistencia estaría asignada para cubrir los gastos de viaje y estadía necesarios para que la presunta víctima José Ángel Castro y la testigo Clara Eugenia Flores, compareciese a la audiencia pública a ser realizada el 20 de mayo de 2014 en la sede del Tribunal.

---

<sup>5</sup> Los representantes enviaron el escrito de solicitudes y argumentos vía correo electrónico. Mediante comunicación recibida el 18 de julio de 2013, los representantes remitieron a la Corte el escrito original y anexos del mismo.

<sup>6</sup> El Estado envió su escrito de contestación vía correo electrónico. Mediante comunicación recibida el 4 de octubre de 2013, el Estado remitió a la Corte el escrito original y anexos del mismo. Asimismo, mediante escrito de 10 de junio de 2013 el Estado designó como Agente a la señora Ethel Deras Enamorado, Procuradora General de la República, y como Agente alterno al señor Ricardo Rodríguez, Sub-procurador General de la República. En el escrito de contestación el Estado designó al señor Kelvin Fabricio Aguirre Córdova como asistente del Agente alterno.

8. *Audiencia pública.* – Mediante la referida Resolución de 7 de abril de 2014, el Presidente de la Corte ordenó recibir declaraciones rendidas ante fedatario público (*affidavit*) de cuatro presuntas víctimas y seis testigos, propuestos por los representantes, así como de un declarante a título informativo ofrecido por el Estado. Asimismo, en esa Resolución el Presidente convocó a las partes y a la Comisión a una audiencia pública que fue celebrada el 20 de mayo de 2014 durante el 103º Período Ordinario de Sesiones de la Corte, la cual tuvo lugar en su sede<sup>7</sup>. En la audiencia se recibieron las declaraciones de una presunta víctima y una testigo, propuestos por los representantes, un perito propuesto por la Comisión, y un declarante a título informativo ofrecido por el Estado, así como las observaciones y alegatos finales orales de la Comisión, los representantes de las presuntas víctimas y el Estado, respectivamente.

9. *Solicitud de Medidas Provisionales.* – Mediante comunicación de 6 de agosto de 2014 los representantes solicitaron a la Corte ordenar “medidas cautelares” a favor de la Comunidad Garífuna de Barra Vieja, en razón de que dicha Comunidad estaría “a punto de ser desalojada por elementos asignados al Ministerio de Seguridad de Honduras”. El 14 de octubre de 2014 la Corte desestimó la referida solicitud por ser inadmisibles en consideración del hecho que no se pudo derivar que existía una relación con el objeto del caso contencioso *Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz*, puesto que dicho caso “no se refiere a la Comunidad Garífuna de Barra Vieja ni a las tierras que dicha Comunidad habita”<sup>8</sup>.

10. *Solicitud de acumulación.* – Mediante comunicación de 11 de agosto de 2014 los representantes solicitaron a la Corte la acumulación de los casos *Comunidad Garífuna de Punta Piedra* y *Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz*, por considerar que se cumplía con los presupuestos establecidos en el artículo 30 del Reglamento de la Corte. Al respecto, mediante nota de Secretaría de 29 de agosto de 2014, se informó a las partes que en virtud de las particularidades propias y distintas de cada caso, así como la etapa procesal en la que se encontraban los mismos, la Corte en pleno consideró innecesaria la acumulación.

11. *Amici Curiae.* – El Tribunal recibió seis escritos de *amici curiae*, presentados por: 1) Keri Brondo; 2) Mark David Anderson; 3) el Estado de Guatemala<sup>9</sup>; 4) Christopher Loperena; 5) Proyecto de Acompañamiento en Honduras (PROAH)<sup>10</sup>, y 6) Sandra Cuffe.

12. *Alegatos y observaciones finales escritos.* – El 20 de junio de 2014 los representantes y el Estado presentaron sus respectivos alegatos finales escritos y la Comisión Interamericana remitió sus observaciones finales escritas. Ese mismo día los representantes mandaron algunos anexos a dichos alegatos<sup>11</sup> y el 23 de junio de 2014 la Comisión presentó una “ampliación del peritaje de José Aylwin”. El 11 de agosto de 2014 el Estado presentó sus observaciones a los anexos remitidos por los representantes. Por su parte, ni los representantes ni la Comisión presentaron observaciones sobre lo remitido.

---

<sup>7</sup> A esta audiencia comparecieron: a) por la Comisión Interamericana: Rose-Marie B. Antoine, Comisionada; Silvia Serrano Guzmán y Jorge Meza Flores, abogados de la Secretaría Ejecutiva; b) por los representantes de las presuntas víctimas: Mirian Miranda Chamorro, Representante; Christian Callejas Escoto, Representante; Alfredo López, Asesor Cultural; Teresa Reyes, Traductora; Claudia Jiménez, Asistente; Andrea Gutiérrez Baltodano, Asistente, y c) por el Estado de Honduras: Jorge Abilio Serrano Villanueva, Sub Procurador General de la República; Kelvin Fabricio Aguirre Córdova, Procuraduría General de la República; Ramón Valladares Reino, Embajador; Juan Alberto Lara Bueso, Embajador de Honduras en Costa Rica; Ligia Pitsikalidis Midence, Ministerio Público; Roy Murillo Hale, Instituto Nacional Agrario.

<sup>8</sup> *Asunto Comunidad Garífuna de Barra Vieja.* Medidas Provisionales respecto de Honduras. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 14 de octubre de 2014, considerando décimo.

<sup>9</sup> El escrito fue firmado por Antonio Arenales Forno, Presidente de la Comisión Presidencial Coordinadora de la Política del Ejecutivo en Materia de Derechos Humanos (COPREDEH).

<sup>10</sup> El escrito fue firmado por Marine Pezet, Coordinadora de PROAH.

<sup>11</sup> Los originales de los anexos remitidos por los representantes fueron recibidos el 25 de junio de 2014.

13. *Prueba para mejor resolver.* - Mediante nota de Secretaría de 18 de julio de 2014 se solicitó al Estado aportar cierta información como prueba para mejor resolver, la cual fue recibida en la Secretaría el 1 de agosto de 2014<sup>12</sup>.

14. *Erogaciones en aplicación del Fondo de Asistencia.* - Mediante nota de Secretaría de 26 de septiembre de 2014 se remitió al Estado el informe sobre las erogaciones realizadas en aplicación del Fondo de Asistencia Legal de Víctimas, otorgándose un plazo hasta el 2 de octubre de 2014 para que el Estado presentara las observaciones pertinentes. Mediante su escrito de esa misma fecha el Estado informó "no ten[er] observaciones que realizar" a dicho informe.

15. *Diligencia de visita a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz.* - El Estado solicitó al Tribunal en la audiencia pública que "para mejor proveer, [...] para que haya un fallo justo y apegado a la realidad legal, [...] hacer una inspección *in loco* para que constate el respeto a las medidas cautelares ordenadas por la Comisión Interamericana, [...] la realidad física de las comunidades, de las áreas protegidas decretadas y convertidas en parques nacionales, de la forma de vida y como cohabitamos Garífunas y no Garífunas". Dicha solicitud fue reiterada por el Estado en sus alegatos finales escritos. Los representantes indicaron al respecto que "la Comunidad estaría encantada a recibir a esta Corte". La Comisión no formuló observaciones al respecto. Mediante comunicación de 30 de junio de 2015, el pleno de la Corte ordenó de conformidad con el artículo 58.a y 58.b del Reglamento del Tribunal, y la práctica seguida en otros casos, una diligencia *in situ* en la Comunidad con el objetivo de a) observar algunas de las áreas del territorio reclamado por la Comunidad, y b) establecer una reunión con las partes, la Comisión y diversas autoridades y pobladores.

16. Los días 21 y 22 de agosto de 2015 una delegación de la Corte, acompañada por delegaciones de la Comisión, de los representantes y del Estado, visitó la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz<sup>13</sup>. En el transcurso de esa visita la delegación de la Corte fue recibida en una ceremonia tradicional en el centro comunal de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz. Igualmente, la mencionada delegación entrevistó a las partes, a diversas autoridades locales y a los pobladores. Asimismo, junto con las partes y la Comisión Interamericana se desplazó en bote, a pie y en vehículos a diversas áreas con el fin de observar *in situ* las áreas del territorio en disputa. Aprovechando la convocatoria y la presencia de gran cantidad de pobladores, el Presidente del Tribunal y la delegación conversaron espontáneamente con habitantes locales, líderes y autoridades que los acompañaron en su desplazamiento durante la diligencia judicial.

17. *Deliberación del presente caso.* - La Corte inició la deliberación de la presente Sentencia el 6 de octubre de 2015.

---

<sup>12</sup> Los originales de la referida prueba fueron recibidos el 12 de agosto de 2014.

<sup>13</sup> La delegación del Tribunal que efectuó la visita estuvo integrada por el Presidente de la Corte, Juez Humberto Antonio Sierra Porto, el Secretario Pablo Saavedra Alessandri, el Director Jurídico Alexei Julio Estrada; Bruno Rodríguez y Jorge Errandonea, Abogados de la Secretaría. Asimismo, por parte del Estado de Honduras estuvo presente Jorge Abilio Serrano Villanueva, Sub Procurador General de la República; Oscar Bonilla Landa, Mario Alberto Fuentes Morales, Alcalde Municipal de Tela; Marco Tulio Luque, Gerente del Departamento Municipal de Catastro; Danny Gualberto Varela, Procurador Legal Municipal; Gladys Dolores López, Secretaria Municipal; Gerber Antony Gainor Brooks, Comisión Aeroportuaria; Hugo Varela, Registro de la Propiedad de Tela. Por la Comisión Interamericana estuvieron presentes Tracy Susanne Robinson, Comisionada; Silvia Serrano Guzmán y Erick Acuña, Abogados de la Secretaría de la Comisión. Además, estuvieron presentes por los representantes, Miriam Miranda, Selvin López, Margarita Videá, Aurelia Arzu, Jessica García, Amada Ermelinda López, FelixValentin, Annie Bird, ChungWha Hong, Jovanna García Soto, Hudson Miralda Sánchez, Medeleine David Estanislao Alvarez López, Julian Eramos Castillo, Mily Samara Lambert, Elvin Goevany Aquino, Angel Castro, Teresa Reyes, Secundino Torres, Alfredo López, Cesar Benedith, Beatriz Ramos, Olivia Ramos, y Francis López.

### III COMPETENCIA

18. La Corte es competente para conocer del presente caso, en los términos del artículo 62.3 de la Convención, en razón de que Honduras es Estado Parte de la Convención desde el 5 de septiembre de 1977 y reconoció la competencia contenciosa de la Corte el 9 de septiembre de 1981.

### IV CONSIDERACIONES PREVIAS

#### **A. Sobre los alegatos del Estado respecto de que la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz no sería un "pueblo originario"**

19. El Estado, en sus alegatos finales orales en la audiencia pública que se realizó en el presente caso, se refirió a que "el pueblo originario ubicado en la Bahía de Tela fue el pueblo Hicaque" y que "Honduras sí ha cumplido dándole [a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz] un derecho a pesar de no ser un pueblo originario". Posteriormente, en sus alegatos finales escritos, el Estado reiteró que la referida Comunidad "no [sería un] pueblo originario", pero un pueblo "que conserv[a] el estado comunal", por lo que "no tienen el derecho a propiedad ancestral que pretenden en [determinadas] tierras".

20. Los representantes indicaron, en sus alegatos finales escritos, que el Estado "descalifica[ría] la condición de indígenas del pueblo Garífuna y los convierte en una simple minoría étnica, al categorizarlos simplemente como afrodescendientes"<sup>14</sup>. Agregaron que el Estado no lo habría alegado en el momento procesal oportuno, ya que lo habría tenido "a su disposición durante todo el proceso ante la Comisión Interamericana y durante la mayor parte del proceso ante esta Corte y que en ningún momento impugnó, siendo hasta el momento de las declaraciones que [habría] pretendido introducir argumentos que no planteó en su contestación", lo que los representantes consideraron "como [una] falta al principio de lealtad procesal y de buena fe"<sup>15</sup>. Además, alegaron que "[e]l mismo Estado a lo largo del proceso ha reconocido el derecho que asiste a la Comunidad de Triunfo de la Cruz, por lo que pretender un giro de su teoría del caso a estas alturas es inaceptable"<sup>16</sup> y que "no [sería] admisible el argumento introducido extemporáneamente por el Estado acerca de la presunta tenencia y posesión de la tierra por parte del pueblo Hicaque"<sup>17</sup>.

21. La Comisión, en sus observaciones finales orales, indicó "la gravedad de que el Estado en esta audiencia haya pretendido [...] cuestiona[r] el carácter indígena de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, que no solo ha reivindicado sus derechos como tal [...] ante las autoridades a nivel interno sino que [...] [también] ha acudido ante la [...] Corte

---

<sup>14</sup> Los representantes se refirieron específicamente a un censo realizado en el 2013.

<sup>15</sup> Cabe señalar que el Estado, en su escrito de 11 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 1049), respondió a este alegato de los representantes. No obstante, dicho escrito fue remitido en respuesta a una nota de Secretaría solicitando sus observaciones a los anexos a los alegatos finales escritos de los representantes y a un escrito remitido por la Comisión.

<sup>16</sup> Respecto del referido "giro de su teoría", los representantes lo relacionaron con "información histórica que el pueblo Garífuna desconoce por imprecisa y además porque consta prueba documental que acredita el derecho Garífuna sobre esos territorios".

<sup>17</sup> Los representantes agregaron que "las tierras ocupadas por Triunfo de la Cruz fueron abandonadas por el pueblo Hicaque al replegarse a las montañas debido al violento proceso de colonización por parte de los Españoles".

Interamericana en calidad de pueblo indígena, porque así es como se autoidentifica”<sup>18</sup>. Además, en sus observaciones finales escritas, agregó que “el hecho de que [la Comunidad] sea resultado de un sincretismo entre pueblos indígenas que usaban y ocupaban el territorio antes de la colonización [y] las comunidades afrodescendientes, y que hayan atravesado una serie de adaptaciones a sus realidades históricas, no eliminan la condición de pueblo indígena ni restan relevancia al criterio de autoidentificación”. Finalmente, la Comisión reiteró que “ni en el marco de las reclamaciones internas ni en el marco del trámite interamericano ante la Comisión, el Estado formuló controversias sobre el carácter indígena de la Comunidad” y que “[e]sta controversia fue planteada por el Estado por primera vez ante la Corte Interamericana”, por lo que “este cambio en la posición del Estado puede ser considerado a la luz del principio de *estoppel*”.

22. Este Tribunal constata que efectivamente el Estado formuló por primera vez el alegato respecto de que la Comunidad no sería un pueblo indígena u originario en la audiencia pública realizada ante éste. Como la Corte ha establecido anteriormente, puesto que el Estado tiene acceso a los medios de prueba y no se trata de hechos supervinientes, si ante la Corte plantea una posición contradictoria con respecto a la sostenida ante la Comisión, podría desvirtuarse el funcionamiento del Sistema Interamericano y el principio de igualdad de armas en el proceso ante la Corte, pues la contraparte y la Comisión ya no podrían modificar sus posiciones ni su ofrecimiento probatorio. De tal manera, tanto los representantes como la Comisión Interamericana actuaron en el procedimiento ante dicho órgano con base en la posición adoptada por el Estado que no controvirtió el carácter de pueblo indígena de la Comunidad y, en esos términos, fue dictado el Informe de Fondo y, posteriormente, presentado el caso ante la Corte. Al respecto, la Corte recuerda que según la práctica internacional, un Estado que ha adoptado una determinada posición, la cual produce efectos jurídicos, no puede luego, en virtud del principio de *estoppel*, asumir otra conducta que sea contradictoria con la primera y que cambie el estado de cosas en base al cual se guió la otra parte<sup>19</sup>.

23. De esta forma, bajo los principios de *estoppel*, buena fe, equidad procesal y seguridad jurídica, en el presente caso la Corte considera que el Estado no puede variar de forma sustancial su posición respecto de lo planteado en los procedimientos internos, antela Comisión Interamericana y ante la Corte mediante su escrito de contestación, al presentar a partir de la audiencia pública ante la Corte una hipótesis relacionada con el desconocimiento de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz como pueblo indígena o tribal. Por tanto, la Corte desestima este nuevo planteamiento presentado por el Estado, sin perjuicio de lo señalado en el capítulo de Hechos de la presente Sentencia.

### **B. Sobre los hechos relacionados con el proyecto “Indura Beach and Golf Resort”**

24. En su Informe de Fondo la Comisión indicó que a partir de agosto de 2005 se estaría ejecutando un megaproyecto turístico en la Bahía de Tela denominado “[l]os Micos Beach & Golf Resort” o “Bahía de Tela”. Los representantes indicaron que la denominación actual de ese proyecto es “Indura Beach and Golf Resort” y que fue “realizado de forma inconsulta

---

<sup>18</sup> En su escrito de sometimiento del caso, la Comisión indicó que la Comunidad constituye “un grupo étnico diferenciado” que ha “hecho valer sus derechos en Honduras como un pueblo indígena y dicho carácter no fue puesto en debate ante la [Comisión]”. Asimismo, en su Informe de Fondo en el capítulo sobre “Hechos probados” se refirió a que los Garífuna “se auto identifican como un pueblo indígena de cultura africana”.

<sup>19</sup> Cfr. *Caso Neira Alegría y otros Vs. Perú. Excepciones Preliminares*. Sentencia de 11 de diciembre de 1991. Serie C No. 13, párr. 29, y *Caso Masacre de Santo Domingo Vs. Colombia. Excepciones Preliminares, Fondo y Reparaciones*. Sentencia de 30 de noviembre de 2012. Serie C No. 259, párrs. 146 y 148.

con la Comunidad” y que “la ejecución del proyecto fue rechazada por los miembros de la Comunidad”.

25. Por otra parte, la Corte constata que el 6 de agosto de 2014 los representantes solicitaron a la Corte ordenar medidas provisionales a favor de la Comunidad Garífuna de Barra Vieja, en razón de que dicha Comunidad estaría “a punto de ser desalojada por elementos asignados al Ministerio de Seguridad de Honduras” y afirmaron que “esta situación se enc[ontraría] interconectada con el caso de [la Comunidad Garífuna] Triunfo de la Cruz y demás [C]omunidades [G]arífunas en la Bahía de Tela”. Según indicaron en dicha solicitud, la Comunidad de Barra Vieja se encontraría ubicada “en la entrada” del proyecto turístico Bahía de Tela, alegadamente “uno de los mayores promotores del despojo de las comunidades garífunas”<sup>20</sup>.

26. El 14 de octubre de 2014 la Corte desestimó la solicitud de medidas provisionales interpuesta a favor de la Comunidad Garífuna de Barra Vieja por ser inadmisibles, en consideración del hecho que no se puede derivar que existe una “relación con el objeto del caso” contencioso *Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz*, puesto que dicho caso “no se refiere a la Comunidad Garífuna de Barra Vieja ni a las tierras que dicha Comunidad habita”<sup>21</sup>. Este Tribunal constató en particular con respecto a la relación entre los hechos que fundamentan la solicitud de medidas provisionales y el caso contencioso, que los representantes aportaron, en respuesta a una solicitud de información adicional de la Corte, un mapa que muestra la ubicación de las Comunidades Garífunas de Barra Vieja y Triunfo de la Cruz, así como la “zona de impacto [del] proyecto Bahía de Tela” y que “[d]e ese mapa se desprende que las dos Comunidades Garífuna están ubicadas en lugares distintos de la Bahía de Tela”<sup>22</sup>.

27. Por otra parte, en la visita *in situ* realizada por una delegación de la Corte (*supra* párr. 15) a los territorios de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, así como a otras localidades dentro de las cuales se encuentra el proyecto “Indura Beach and Golf Resort”, se pudo constatar que efectivamente ese proyecto turístico se encontraba del otro lado de la Bahía de Tela, alejado de varios kilómetros de la Comunidad Triunfo de la Cruz y de los territorios sobre los cuales versa la controversia del presente caso. En consecuencia, este Tribunal no se pronunciará sobre las alegadas violaciones relacionadas con ese proyecto turístico.

## V PRUEBA

### **A. Prueba documental, testimonial y pericial**

28. El Tribunal recibió diversos documentos presentados como prueba por la Comisión, los representantes y el Estado, adjuntos a sus escritos principales, así como a los alegatos finales escritos de los representantes, como prueba para mejor resolver y adjuntos a las observaciones del Estado sobre la visita *in situ*. Asimismo, el Tribunal recibió las declaraciones rendidas ante fedatario público (*affidavit*) por cuatro (4) presuntas víctimas<sup>23</sup>,

---

<sup>20</sup> Escrito de los representantes de 6 de agosto de 2014.

<sup>21</sup> *Asunto Comunidad Garífuna de Barra Vieja*. Medidas Provisionales respecto de Honduras. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 14 de octubre de 2014, considerando décimo.

<sup>22</sup> *Asunto Comunidad Garífuna de Barra Vieja*. Medidas Provisionales respecto de Honduras. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 14 de octubre de 2014, considerando noveno.

<sup>23</sup> Las presuntas víctimas son: Olivia Ramos Bernardez, Teresa Reyes Reyes, Beatriz Ramos Bernardez y Secundino Torres Amaya.

seis (6) testigos<sup>24</sup> y un declarante a título informativo<sup>25</sup>. En cuanto a la prueba rendida en audiencia pública, la Corte escuchó las declaraciones de la presunta víctima José Ángel Castro, la testigo Clara Eugenia Flores, el perito José Aylwin y el declarante a título informativo Oscar Orlando Bonilla Landa. Durante la visita *in situ* a las áreas que se encuentran relacionadas con los hechos del caso (*supra* párr. 15), varios documentos fueron entregados a la delegación de la Corte. La grabación del desarrollo de la diligencia probatoria *in situ* fue anexada al expediente y transmitida a las partes y la Comisión. La Corte hará referencia en el acápite de Hechos de esta Sentencia, en su caso, a la prueba remitida en el caso *Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros Vs Honduras*, actualmente en trámite ante esta, únicamente en lo que se refiere a aspectos generales del pueblo Garífuna en Honduras.

### **B. Admisión de la prueba**

29. El Tribunal admite los documentos presentados en la debida oportunidad procesal por las partes y la Comisión, cuya admisibilidad no fue controvertida ni objetada<sup>26</sup>. Respecto a algunos documentos señalados por medio de enlaces electrónicos que sean posibles de ser consultados hasta la fecha de emisión de la Sentencia, la Corte ha establecido que, si una parte o la Comisión proporciona al menos el enlace electrónico directo del documento que cita como prueba y es posible acceder a éste, no se ve afectada la seguridad jurídica ni el equilibrio procesal porque es inmediatamente localizable por la Corte, por la otra parte o la Comisión<sup>27</sup>. En este caso, no hubo oposición u observaciones de las partes ni de la Comisión sobre la admisibilidad de tales documentos.

30. Asimismo, la Corte estima pertinente admitir las declaraciones rendidas en audiencia pública y ante fedatario público (*supra* párr. 8), en cuanto se ajusten al objeto definido por el Presidente en la Resolución que ordenó recibirlos<sup>28</sup> y al objeto del presente caso.

31. En lo que se refiere a la documentación entregada durante la audiencia pública por parte del declarante a título informativo Oscar Orlando Bonilla Landa, la Corte nota que dicha documentación fue transmitida a las partes y la Comisión. El Tribunal admite dicha documentación como parte de su declaración, por estimar que puede ser útil para la resolución del presente caso.

32. Respecto de los anexos a los alegatos finales escritos presentados por los representantes el 20 de junio de 2014, este Tribunal constata que los mismos se refieren a información superviniente que además puede ser útil para la resolución del caso, por lo que admite dicha prueba documental, con la excepción de los siguientes documentos, que no tienen dicho carácter y respecto de los cuales los representantes no justificaron que por fuerza mayor o impedimento grave no se hubiera presentado dicha prueba en el momento procesal oportuno: i) un plano de propiedad del señor V. H. de febrero de 2013, ii) una autorización de la Unidad Municipal Ambiental de la Municipalidad de Tela de 19 de octubre

---

<sup>24</sup> Los testigos son: Alfredo López Álvarez, Francis Secundina López Martínez, Iliaria Cacho Amaya, Dionicio Álvarez García, Cesar Leonel Benedit Zúñiga y Doris Rinabett Benedict.

<sup>25</sup> El declarante a título informativo es el señor Ismael Zepeda Ordoñez.

<sup>26</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo*. Sentencia de 29 de julio de 1988. Serie C No. 4, párr. 140, y *Caso Comunidad Campesina de Santa Bárbara Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 1 de septiembre de 2015. Serie C No. 299, párr. 74.

<sup>27</sup> Cfr. *Caso Escué Zapata Vs. Colombia. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 4 de julio de 2007. Serie C No. 165, párr. 26, y *Caso Comunidad Campesina de Santa Bárbara Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 1 de septiembre de 2015. Serie C No. 299, párr. 75.

<sup>28</sup> Los objetos de las declaraciones se encuentran establecidos en la Resolución del Presidente de la Corte de 26 de marzo de 2014.

de 2012, iii) un testimonio del señor V. H. de 27 de diciembre de 2012, y iv) un comunicado público del Comité de Defensa de Tierras Triunfeñas de 20 de septiembre de 2004.

33. Por otro lado, el 23 de junio de 2014 la Comisión presentó una "ampliación del peritaje de José Aylwin", el cual había sido rendido en la audiencia pública. Mediante nota de Secretaría de 18 de julio de 2014 se transmitió dicho escrito a las partes y se otorgó un plazo hasta el 1 de agosto de 2014 para que estas presentaran las observaciones que consideren pertinentes. El Estado solicitó una prórroga, la cual fue otorgada, remitió dichas observaciones el 11 de agosto de 2014 y no objetó la admisibilidad del referido escrito. Los representantes no presentaron observaciones. La Corte considera que la referida ampliación puede ser útil para la resolución del presente caso, por lo que admite el escrito presentado por la Comisión como parte de la declaración del perito José Aylwin.

34. Asimismo, el 9 de enero de 2015 el Estado presentó un escrito en el cual se refirió a una "entrevista celebrada por una empresa de Televisión que opera en la ciudad de Tela [...], a la señora Clara Flores Sánchez, en la Comunidad de Triunfo de la Cruz, en su carácter de Presidenta del Patronato de dicha comunidad". Al respecto, el 13 de enero de 2014 el Estado presentó un DVD con una grabación de la referida entrevista y el 20 del mismo mes y año remitió un escrito al cual adjuntó una "constancia" firmado por el "[p]resentador de Noticias Panorama Matutino", en la cual este indicó que dicha entrevista se había realizado el 15 de noviembre de 2014. Mediante nota de Secretaría de 21 de enero de 2015 se otorgó un plazo hasta el 2 de febrero de 2015 para que los representantes y la Comisión presentaran observaciones. Los representantes y la Comisión remitieron dichas observaciones esa misma fecha. Este Tribunal constata que se trata de información superviniente y admite la referida prueba presentada por el Estado.

35. En cuanto a los documentos recabados durante la visita *in situ* los días 21 y 22 de agosto de 2015, los mismos fueron transmitidos mediante nota de Secretaría de 3 de septiembre de 2015, y se otorgó un plazo hasta el 11 de septiembre de 2015 para que el Estado, los representantes y la Comisión remitieran observaciones sobre el contenido de los mismos. La Corte considera que los documentos recabados pueden ser útiles para la resolución del caso, en consecuencia, de conformidad con el artículo 58.a del Reglamento, la Corte estima procedente admitir los documentos aportados, los cuales fueron incorporados al expediente del mismo.

### **C. Valoración de la Prueba**

36. Con base en lo establecido en los artículos 46, 47, 48, 50, 51, 52, 57 del Reglamento de la Corte, así como en su jurisprudencia constante en materia de prueba y su apreciación, la Corte examinará y valorará los elementos probatorios documentales remitidos por las partes y la Comisión en los momentos procesales oportunos, las declaraciones y dictámenes rendidos mediante declaración jurada ante fedatario público (*affidavit*) y en la audiencia pública. Para ello se sujeta a los principios de la sana crítica, dentro del marco normativo correspondiente, teniendo en cuenta el conjunto del acervo probatorio y lo alegado en la causa<sup>29</sup>. Asimismo, las declaraciones rendidas por las presuntas víctimas serán valoradas dentro del conjunto de las pruebas del proceso en la medida en que pueden proporcionar mayor información sobre las presuntas violaciones y sus consecuencias<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Cfr. Caso de la "Panel Blanca" (*Paniagua Morales y otros*) Vs. Guatemala. Fondo. Sentencia de 8 de marzo de 1998. Serie C No. 37 párr. 76, y Caso Comunidad Campesina de Santa Bárbara Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de septiembre de 2015. Serie C No. 299, párr. 82.

<sup>30</sup> Cfr. Caso Loayza Tamayo Vs. Perú. Fondo. Sentencia de 17 de septiembre de 1997. Serie C No. 33, párr. 43, y Caso Comunidad Campesina de Santa Bárbara Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de septiembre de 2015. Serie C No. 299, párr. 82.



37. Con relación a la diligencia *in situ* (*supra* párr. 15) encaminada a obtener información adicional acerca de la situación de las presuntas víctimas y lugares en que habrían ocurrido algunos de los hechos alegados en el presente caso, la información recibida será valorada en consideración de las circunstancias particulares en la que fueron producidos. De ese modo, de acuerdo con la jurisprudencia de este Tribunal, las declaraciones rendidas por autoridades de la municipalidad, integrantes de la Comunidad Triunfo de la Cruz, y de terceros interesados no pueden ser valoradas aisladamente sino dentro del conjunto de las pruebas del proceso, ya que son útiles en la medida en que puede proporcionar mayor información sobre los hechos alegados, las supuestas violaciones y sus consecuencias<sup>31</sup>.

38. Por otra parte, con respecto a las otras diligencias que fueron llevadas a cabo durante la visita *in situ*, cuyo objetivo era constatar directamente la ubicación de los territorios sobre los cuales versan las controversias del presente caso, la Corte estima que las mismas han brindado una visión general de importante carácter ilustrativo a fin de dimensionar, comprender y enmarcar los hechos específicos que constituyen la base de las alegadas violaciones sometidas a su conocimiento. En esta línea, la Corte otorga validez a dichas diligencias y las valorará dentro del conjunto de las pruebas del proceso y bajo las reglas de la sana crítica.

39. Respecto de la entrevista rendida por la señora Clara Flores (*supra* párr. 34), el Estado indicó que esta fue “realizada en el idioma español por la misma persona que rindió declaración en la Audiencia Pública” y que “la OFRANEH [había] solicit[ado] a [l]a Corte [...] que siendo que la testigo Clara Eugenia Flores, no podía hablar español, debía designarse un traductor que conociese la lengua garífuna”, pero que la referida entrevista “acredita que [la testigo] [...] habla y entiende perfectamente el idioma español”. Al respecto, el Estado solicitó que la Corte considere “que la testigo ha violentado el juramento o declaración solemne rendida ante [este Tribunal] [...], y conforme a lo que establece el artículo 54 de [su] Reglamento [...], poner en conocimiento del Estado de Honduras, dichos hechos, para que se implemente lo previsto en la legislación de [dicho] Estado”<sup>32</sup>.

40. Los representantes, se refirieron, entre otros, a “una violación al principio de buena fe procesal por parte del Estado hondureño, al pretender deslegitimar un testimonio con valoraciones subjetivas sin ningún sustento jurídico y faltando a la verdad”, que se estaría tratando de “desconocer una vez más el derecho a expresar[se] en [su] propia lengua”, y denunciaron “es[e] acto del Estado como una grave represalia contra las víctimas, los declarantes y los representantes”. Lo anterior también evidenciaría “un seguimiento de inteligencia que se ha dado a los declarantes y representantes en el caso” y “[l]a grabación de [l] vídeo indica[ría] que el Estado ha[bría] realizado pesquisas directamente relacionadas con la participación de los declarantes en el proceso internacional como represalia a sus testimonios”. Los representantes indicaron que lo anterior conllevaría una violación del artículo 53 del Reglamento de la Corte.

41. La Comisión indicó que la solicitud de los representantes para que se admita una intérprete de la lengua garífuna para traducir la declaración de la testigo Flores en la audiencia pública había sido otorgada por el Presidente de la Corte en la reunión previa a la misma y que “en dicha reunión el Estado no [había] cuestion[ado] la participación de una intérprete para la señora Flores”. Agregó que “la determinación de permitir que una persona

---

<sup>31</sup> Cfr. *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador. Fondo y Reparaciones*. Sentencia de 17 de junio de 2012. Serie C. 245, párr. 49.

<sup>32</sup> El artículo 54 del Reglamento de la Corte se refiere a la “incomparecencia o falsa deposición” y establece que: “[l]a Corte pondrá en conocimiento del Estado que ejerce jurisdicción sobre el testigo los casos en que las personas requeridas para comparecer o declarar no comparecieron o rehusaren deponer sin motivo legítimo o que, en el parecer de la misma Corte, hayan violado el juramento o la declaración solemne, para los fines previstos en la legislación nacional correspondiente”.

cuenta con intérprete en una audiencia no deriva necesariamente del hecho de no hablar el idioma oficial del caso, sino de la mayor fluidez que genera la posibilidad de expresarse en su idioma propio, cual es el idioma garífuna” que sería “una expresión importante de la identidad cultural de dicho pueblo indígena” y agregó que “la declaración de la señora Flores en la audiencia pública se realizó respetando las normas reglamentarias de la Corte”.

42. Cabe señalar que este Tribunal no hará un pronunciamiento sobre el contenido de la entrevista realizada con la señora Flores, ya que se desprende del escrito del Estado que este únicamente presentó la referida prueba para demostrar que la testigo domina el español para sustentar su solicitud referente al artículo 54 del Reglamento de la Corte. Al respecto, este Tribunal constata que la testigo, en su declaración rendida en la audiencia pública, nunca se refirió a su dominio del español, por lo que su declaración no puede ser considerado como una falsa deposición en los términos del artículo 54 del Reglamento del Tribunal. En consecuencia, se rechaza la referida solicitud del Estado. Asimismo, la Corte recuerda que el derecho a la libertad de expresión implica el derecho de las personas a utilizar el idioma de su elección en la expresión de su pensamiento<sup>33</sup> y que, en tal sentido, un declarante puede declarar en el idioma que mejor domina para expresarse de una manera adecuada.

43. Por otra parte, se recuerda al Estado, como también se informó a la testigo antes de rendir su testimonio en la audiencia pública, que el artículo 53 del Reglamento de la Corte sobre la “[p]rotección de presuntas víctimas, testigos, peritos, representantes y asesores legales” establece que “[l]os Estados no podrán enjuiciar a las presuntas víctimas, a los testigos y a los peritos, a sus representantes o asesores legales ni ejercer represalias contra ellos o sus familiares, a causa de sus declaraciones, dictámenes rendidos o su defensa legal ante la Corte”.

44. Finalmente, la declaración de la testigo Flores será valorada dentro del acervo probatorio del presente caso y según las reglas de la sana crítica.

## **VI HECHOS**

45. En el presente capítulo la Corte hará referencia en lo pertinente a determinados hechos que se refieren a eventos ocurridos con anterioridad a la aceptación por el Estado de la competencia contenciosa de la Corte, los cuales únicamente serán tomados en cuenta con la finalidad de aclarar el marco fáctico del presente caso. En ese sentido se exponen los hechos de acuerdo al siguiente orden: a) Pueblo Garífuna en Honduras y la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz; b) El proceso de reconocimiento y titulación del territorio de la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros, y c) Problemáticas planteadas en torno al territorio de la Comunidad de Triunfo de la Cruz y sus miembros.

<sup>33</sup> Cfr. *Caso López Álvarez Vs. Honduras. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 1 de febrero de 2006, Serie C Nº. 141, párr. 164. Además, este Tribunal nota que el presentador del programa se refirió a que la entrevista habría sido realizada “en idioma español completamente”, lo cual efectivamente quedó demostrado mediante la grabación de esta. No obstante, los representantes habían solicitado en su escrito de 5 de mayo de 2014, el cual fue transmitido al Estado mediante nota de la Secretaría del 8 de ese mismo mes y año, admitir una intérprete para traducir la declaración de la testigo Flores ya que “a pesar de hablar español su expresión cultural se ve limitada en idioma español”. Por tanto, la Corte constata que los representantes nunca negaron que la testigo

dominara el español, aunque en algunos aspectos de manera limitada.

## **A. El Pueblo Garífuna en Honduras y la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz**

46. Honduras tiene una composición multiétnica y pluricultural, y está integrada principalmente por personas mestizas, indígenas y afrodescendientes. Existen estimaciones diversas sobre el número total de la población que compone el pueblo Garífuna en Honduras. De acuerdo al censo realizado por el Instituto Nacional de Estadística en 2001, 49.000 personas se auto-identificaron como garífunas, mientras que otras fuentes estiman una población aproximada de 98.000 personas<sup>34</sup>, aunque existen también otras estimaciones sobre el número de garífunas<sup>35</sup>.

47. El origen del Pueblo Garífuna data del siglo XVIII, de la unión de africanos provenientes de barcos españoles que naufragaron en la Isla San Vicente en 1635 y los amerindios que habitaban la zona desde antes de la colonización, siendo estos los pueblos indígenas de Arawak y Kalinagu. De la unión de estos pueblos emergieron los Karaphunas, quienes una vez que Gran Bretaña tomó el control de la Isla San Vicente en 1797, fueron deportados a la Isla Roatán y de ahí emigraron a tierra firme en el territorio de lo que hoyes Honduras, asentándose a lo largo de la costa norte hondureña y hacia la costa del Caribe de Guatemala, Nicaragua y Belice<sup>36</sup>. Actualmente el pueblo Garífuna está conformado por aproximadamente 40 comunidades que se extienden a lo largo del litoral atlántico o zona costera del Caribe, abarcando los Departamentos de Cortés, Atlántida, Colón y Gracias a Dios, asimismo un número creciente de garífunas vive en ciudades como La Ceiba, Tela, Cortés, Trujillo, San Pedro Sula y Tegucigalpa<sup>37</sup>.

48. El pueblo Garífuna constituye una cultura y un grupo étnico diferenciado, proveniente de un sincretismo entre indígenas y africanos, quienes han hecho valer sus derechos en Honduras como pueblo indígena<sup>38</sup>. Los garífuna se identifican como un pueblo indígena heredero de los caribes insulares, con algunas manifestaciones culturales de origen africano siendo la auto identificación un criterio subjetivo, y uno de los criterios principales y

---

<sup>34</sup> Cfr. Pobreza étnica en Honduras, Utta von Gleich y Ernesto Gálvez. Unidad de Pueblos Indígenas y Desarrollo Comunitario. Banco Interamericano de Desarrollo, Departamento de Desarrollo Sostenible, septiembre de 1999, p. 1-2, referenciado en el Informe de Fondo (expediente de fondo, folio 18); Panel de inspección del Banco Mundial, Informe de Investigación - Programa de Administración de Tierras de Honduras, Informe N° 39933-HN de 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 154), refiriéndose respecto del número de 98.000 personas a un estudio del *Central American and Caribbean Research Council* (CACRC) de 1993.

<sup>35</sup> Cfr. Panel de inspección del Banco Mundial, Informe de Investigación - Programa de Administración de Tierras de Honduras, Informe N° 39933-HN de 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 154), refiriéndose a un Documento de Evaluación de Proyecto del proyecto financiado por el Banco, Honduras: Proyecto de Modernización del Poder Judicial (Crédito de la AIF No. 4098-HO aprobado por el Directorio el 7 de julio de 2005) en el cual se estima que la población garífuna asciende a entre 100.000 y 190.000 personas.

<sup>36</sup> Cfr. Panel de Inspección del Banco Mundial, Informe de investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras, Informe N° 39933-HN, de 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folios 154 a 157), y Pobreza étnica en Honduras, Utta von Gleich y Ernesto Gálvez. Unidad de Pueblos Indígenas y Desarrollo Comunitario. Banco Interamericano de Desarrollo, Departamento de Desarrollo Sostenible, septiembre de 1999, p. 35, referenciado en el Informe de Fondo (expediente de fondo, folio 18).

<sup>37</sup> Cfr. Panel de Inspección del Banco Mundial, Informe de investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras, Informe N° 39933-HN, de 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 157), refiriéndose a 38 comunidades, y Pobreza étnica en Honduras, Utta von Gleich y Ernesto Gálvez. Unidad de Pueblos Indígenas y Desarrollo Comunitario. Banco Interamericano de Desarrollo, Departamento de Desarrollo Sostenible, septiembre de 1999, p. 2, 36, referenciado en el Informe de Fondo (expediente de fondo, folio 18), refiriéndose a 40 poblados, 36 de ellos de población garífuna mayoritaria; Subcomisión para la promoción y protección de los derechos humanos, Grupo de Trabajo sobre las Minorías, 10ª sesión, marzo de 2004, referenciado en el Informe de Fondo (expediente de fondo, folio 18), refiriéndose a 46 comunidades.

<sup>38</sup> Cfr. Informe de Fondo (expediente de fondo, folio 60); Escrito de Solicitudes y Argumentos (expediente de fondo, folio 195).

determinantes recogidos en el artículo 1.2 del Convenio 169 de la OIT, a fin de ser considerado como pueblo indígena o tribal<sup>39</sup>.

49. Asimismo, el artículo 1.1 del Convenio 169 de la OIT establece criterios objetivos<sup>40</sup> a efectos de describir a los pueblos que pretende proteger. En este sentido, la identidad del pueblo Garífuna se ve reforzada por un lenguaje propio, que "pertenece a la familia de lenguas arawak" y por sus formas de organización tradicional alrededor de manifestaciones culturales, como la danza y la música, que juegan un rol importante en la transmisión oral de su historia y tradiciones<sup>41</sup>.

50. El garífuna sostiene una relación especial con la tierra, los recursos naturales, el bosque, la playa y el mar. Éstos últimos, además de tener un valor fundamental para su subsistencia, están vinculados a su historia, ya que son fundamentales para sus ceremonias religiosas y de conmemoración de su llegada por mar a Centroamérica<sup>42</sup>. Esta estrecha relación se refleja en la creencia de que "[l]a tierra es [la] madre", por lo que no es posible desvincular la producción agrícola de la reproducción social y cultural<sup>43</sup>.

51. Las comunidades del pueblo Garífuna mantienen los usos comunitarios tradicionales de la tierra y otros patrones de trabajo que reflejan sus orígenes, su hogar en la costa

---

<sup>39</sup> El artículo 1.2 del Convenio 169 de la OIT establece el criterio subjetivo de autoidentificación, por lo que "[l]a conciencia de su identidad indígena o tribal deberá considerarse un criterio fundamental para determinar los grupos a los que se aplican las disposiciones del presente Convenio", Organización Internacional del Trabajo (OIT), Convenio No. 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en los Países Independientes, adoptado el 27 de junio de 1989 y vigente desde el 5 de septiembre de 1991. De igual manera, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, en su artículo 33.1 establece que "los pueblos indígenas tienen derecho a determinar su propia identidad o pertenencia conforme a sus costumbres y tradiciones", A/Res/61/295, 13 de septiembre de 2007, Resolución Asamblea General de las Naciones Unidas.

<sup>40</sup> Existen varios criterios que permiten construir lo que se entiende por "pueblo indígena" o "pueblo tribal". El artículo 1.1 del Convenio 169 de la OIT establece ciertos criterios objetivos, por lo que dispone que este se aplicará "a) a los pueblos tribales en países independientes, cuyas condiciones sociales, culturales y económicas les distinguen de otros sectores de la colectividad nacional, y que estén regidos total o parcialmente por sus propias costumbres o tradiciones o por una legislación especial; b) a los pueblos en países independientes, considerados indígenas por el hecho de descender de poblaciones que habitaban en el país o en una región geográfica a la que pertenece el país en la época de la conquista o la colonización o del establecimiento de las actuales fronteras estatales y que, cualquiera que sea su situación jurídica, conservan todas sus propias instituciones sociales, económicas, culturales y políticas, o parte de ellas". Organización Internacional del Trabajo (OIT), "Los Derechos de los Pueblos Indígenas y Tribales en la Práctica - Una Guía sobre el Convenio No. 169 de la OIT", Departamento de Normas Internacionales del Trabajo, 2009, p. 9-10. Asimismo, a efectos de identificar a los pueblos indígenas se debe tomar en cuenta sus estilos tradicionales de vida; su cultura y modo de vida diferentes a los de los otros segmentos de la población nacional (forma de subsistencia, el idioma, las costumbres, entre otros); su organización social e instituciones políticas propias, y vivir en continuidad histórica en un área determinada, o antes de que otros "invadieron" o vinieron al área. Cfr. Organización Internacional del Trabajo, Convenio N.º. 169, "Los Principios básicos del Convenio 169 de la OIT - Identificación de los pueblos indígenas y tribales".

<sup>41</sup> "La lengua garífuna pertenece a la familia de lenguas arawak y ha sobrevivido a siglos de persecución y dominación lingüística. Poseen una gran riqueza de úragas, relatos que narraban durante las veladas o las grandes reuniones. Las melodías reúnen elementos africanos y amerindios y los textos constituyen una verdadera reserva de la historia y el saber tradicional de los garífunas sobre el cultivo de manioc, la pesca, la fabricación de canoas y la construcción de casas de barro cocido. Hay también un fuerte componente satírico en las canciones que se cantan al ritmo de los tambores y se acompañan de bailes en los que participan los espectadores". UNESCO, Patrimonio Cultural Inmaterial, "La lengua, la danza y la música de los garífunas", referenciado en Informe de Fondo (expediente de fondo, folio 20).

<sup>42</sup> Cfr. Panel de inspección del Banco Mundial, Informe de Investigación - Programa de Administración de Tierras de Honduras, Informe N.º 39933-HN de 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folios 159 a 160).

<sup>43</sup> Cfr. Declaración rendida ante fedatario público (*affidávit*) por el perito Christopher Loperena el 22 de agosto de 2014 (expediente de fondo del *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros Vs Honduras*, folio 440), y declaración rendida ante la Corte Interamericana por Lidia Palacios, durante la audiencia pública celebrada el 2 de septiembre de 2014 en el *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros Vs Honduras*.

caribeña de Honduras y su cultura<sup>44</sup>. Según el perito Christopher Loperena “[h]istóricamente, los miembros de la comunidad se movían en grupos a la zona de producción agrícola y trabajaban la tierra en forma colectiva, pero hoy, [tras la ocupación de terceros de algunas de sus tierras], las comunidades [...] intentan dispersar el uso de la tierra para tratar de detener la usurpación de terrenos”, por lo que muchas comunidades han cambiado el manejo del territorio y han dejado el cultivo a través del barbecho colectivo, por el barbecho dispersado<sup>45</sup>.

52. El perito James Anaya, ex Relator Especial de las Naciones Unidas por los derechos de los pueblos indígenas indicó que:

“el Pueblo Garífuna tiene muchas de las mismas características que comparten aquellos otros grupos que indudablemente son pueblos originarios [...] En la medida en que el Pueblo Garífuna comparte las características de aquellos grupos generalmente reconocidos como pueblos indígenas se les debe aplicar los mismos estándares de protección de propiedad [...] que son aplicables a los pueblos indígenas dentro de la normativa internacional”. Asimismo señaló que [e]n cualquier caso, el Pueblo Garífuna puede calificarse como un pueblo ‘tribal’ [...] y los estándares de [l] Convenio 169 de la OIT], incluyendo aquellos relacionados con la propiedad, se aplican de igual manera a los pueblos indígenas o tribales”<sup>46</sup>.

53. La economía garífuna está conformada, entre otros, por la pesca artesanal, el cultivo de mandioca, banano, yuca y aguacate, así como la caza de pequeños animales del mar y del bosque, tales como ciervos, agutí, tortugas y manatíes<sup>47</sup>.

54. La Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz se ubica en el departamento de Atlántida, Municipalidad de Tela, a orillas del mar Caribe. De acuerdo a la información contenida en el expediente, surge que el 3 de mayo de 1524 “Triunfo de la Cruz” fue fundada por españoles donde hoy es la ciudad de Tela. En 1805 este lugar estaba poblado por garífunas, que a partir de 1880 fueron desplazados y volvieron a formar la Comunidad

---

<sup>44</sup> Cfr. Panel de Inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación - Programa de Administración de Tierras de Honduras. Informe No. 39933- HN, 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 119).

<sup>45</sup> Cfr. Declaración rendida ante fedatario público (*affidavit*) por el perito Christopher Loperena el 22 de agosto de 2014 (expediente de fondo del *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros Vs Honduras*, folios 441 a 442). El barbecho es una técnica por la cual la tierra se deja sin sembrar o cultivar uno o varios ciclos con el propósito de recuperar y almacenar materia orgánica y humedad. Al respecto, el señor Doroteo Thomas, miembro de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, declaró durante la audiencia pública en dicho caso que “como es costumbre, la comunidad nuestra [G]arífuna tiene la costumbre de hacer su trabajo al principio del año. Entonces, la comunidad trabaja en un sistema que nosotros le llamamos barbecho, porque no utilizamos sistemas técnicos. Entonces, dejamos que la tierra descansa lo suficiente y que se abone así sola para volver a trabajar. La gente siempre la utilizaba pues decían, en tal año vamos a ir a tal parte a trabajar unos tres o cuatro años, mientras la otra parte descansaba. Cuando la comunidad, en aquel entonces ya estaba preparada para hacer sus siembras, entonces vinieron unos foráneos, invadieron las tierras que estaban listas para sembrar y de ahí genera la invasión.” [...] “[N]osotros teníamos varios tipos de trabajo. Donde sembrábamos las tierras, había zonas exclusivamente para sembrar arroz. Otra parte que, la teníamos para sembrar yuca, que es una de las siembras de las que vive la comunidad. Y nosotros lo sembrábamos en grupos, como lo vuelvo a repetir, lo hacíamos como parano destruir los bosques o dejar descansar la tierra, lo hacíamos en forma de barbecho. Cuando hablamos de forma de barbecho, dejamos descansar unos diez, doce años un terreno que se ha trabajado por cuatro años, para volver a regresar a ir dentro unos doce a trece años.” Declaración rendida ante la Corte Interamericana por Doroteo Thomas Rodríguez, durante la audiencia pública celebrada el 2 de septiembre de 2014 en el *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros Vs Honduras*.

<sup>46</sup> Cfr. Declaración rendida ante fedatario público (*affidavit*) por el perito James Anaya el 11 de septiembre de 2014 (expediente de fondo del *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros Vs Honduras*, folio 531).

<sup>47</sup> Cfr. Panel de inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación - Programa de Administración de Tierras de Honduras. Informe No. 39933- HN, 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folios 119 a 120).

"Triunfo de la Cruz" en el lugar que ocupa actualmente<sup>48</sup>. Es de carácter rural y cuenta con una población aproximada de 10,000 habitantes. Los Garífuna de Triunfo de la Cruz realizan actividades tales como la agricultura, pesca artesanal y actividades turísticas<sup>49</sup>.

55. En cuanto al territorio ancestral de la Comunidad, existen dos versiones distintas, por un lado los representantes y la Comisión alegan que el mismo se ubica en el área delimitada así al norte con el Mar Caribe, al sur con el cerro El Tigre, al este con el parque nacional Punta Izopo y al oeste con el cerro Triunfo de la Cruz, abarcando 2.840 hectáreas que incluyen "la zona de viviendas [...] [y] el hábitat funcional", reconociéndose como tal las zonas alrededor de cerro El Tigre, el cerro Punta Izopo y el río Plátano<sup>50</sup>. Por su parte, el Estado rechazó que el territorio Garífuna sea el indicado dado que el informe elaborado por el Central American and Caribbean Research Council (CACRC), que incluye un mapa en base del cual los representantes y la Comisión formularon sus alegatos respecto del territorio ancestral "no es un documento definitivo, sino una aproximación cuyo contenido se basa en la versión unilateral de los interesados"<sup>51</sup>.

56. La Comunidad de Triunfo de la Cruz se constituye mediante las siguientes formas de organización social: A) Patronato Pro-mejoramiento de la Comunidad de Triunfo de la Cruz: su responsabilidad es promover y gestionar proyectos, planes y programas orientados hacia el desarrollo de la comunidad, así como contribuir al mantenimiento y mejoramiento de los bienes comunales; B) la Asamblea General de la Comunidad Triunfo de la Cruz integrada por todas y todos los miembros de la Comunidad, y constituye el órgano máximo de deliberación y decisión del Patronato; C) el Consejo de Ancianos: estructura tradicional y ente asesor y guía de la comunidad y de sus organizaciones, y D) el Comité de Defensa de la Tierra de Triunfo de la Cruz (en adelante "CODETT") que se encuentra a cargo de los asuntos de tierras y su directiva es nombrada por la asamblea general de la Comunidad<sup>52</sup>.

57. Por otra parte, este Tribunal recuerda que la protección ofrecida respecto del derecho a la propiedad colectiva por el artículo 21 de la Convención y el Convenio 169 de la OIT, es la misma independientemente de la calificación de los titulares de dicho derecho como un pueblo o una Comunidad indígena o tribal, por lo que el desconocimiento del Estado de la Comunidad como un pueblo originario no tiene incidencia alguna en los derechos de los cuales esta y sus miembros son titulares, ni en las obligaciones estatales correspondientes<sup>53</sup>. En este sentido, y con base en lo ya resuelto por este Tribunal (*supra* párrs. 22 y 23), la Corte analizará el caso teniendo presente la naturaleza de pueblo indígena o tribal de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz.

### **B. El proceso de reconocimiento y titulación del territorio de la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros**

58. Desde el año 1950 el Estado de Honduras comenzó a otorgar títulos en favor de la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros. Un total de 615 hectáreas y 28.71 centiáreas

---

<sup>48</sup> Cfr. Central American and Caribbean Research Council, "Etnografía Comunidad Triunfo de la Cruz" (expediente de prueba, folio 278).

<sup>49</sup> Cfr. Central American and Caribbean Research Council, "Etnografía Comunidad Triunfo de la Cruz" (expediente de prueba, folio 276).

<sup>50</sup> Cfr. Informe de Fondo (expediente de fondo, folios 20 a 22); Cfr. Escrito de Solicitudes y Argumentos (expediente de fondo, folio 192).

<sup>51</sup> Alegatos Finales Escritos del Estado (expediente de fondo, folio 934).

<sup>52</sup> Cfr. Informe de Fondo (expediente de fondo, folios 22 a 23).

<sup>53</sup> Honduras ratificó el Convenio 169 de la OIT el 28 de marzo de 1995, el cual entró en vigor para Honduras, según establece el artículo 38 del Convenio, el 28 de marzo de 1996. Además Honduras aprobó la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de 13 de septiembre de 2007.

han sido otorgadas a la fecha en "dominio pleno", y 128.40 hectáreas en calidad de "garantía de ocupación". A continuación, el Tribunal se referirá a las solicitudes y a los procesos de reconocimiento y de titulación del territorio de la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros desde 1946 hasta la actualidad.

*B.1. Otorgamiento de un título ejidal sobre 380 hectáreas 51 áreas y 82.68 centiáreas (1950)*

59. El 9 de diciembre de 1946 la Comunidad solicitó el otorgamiento de un título ejidal sobre el terreno que ocupaba<sup>54</sup>. El 29 de noviembre de 1950 el Presidente de la República aprobó la solicitud, por una extensión de 380 hectáreas 51 áreas 82.68 centiáreas, en calidad de ejido "quedando [la aldea de El Triunfo] en la obligación de amojonar formalmente los linderos correspondientes para distinguir el terreno de los que tenga en colindancia, siéndole prohibido también descuajar los bosques que quedan a menos de veinte metros de los ríos y fuentes"<sup>55</sup>. El título ejidal fue inscrito el 6 de octubre de 1951 en el Registro de la Propiedad Inmueble y Mercantil<sup>56</sup>.

*B.2. Solicitud de adjudicación durante la primera legislación de reforma agraria (1969)*

60. El 27 de junio de 1969, al amparo de la Ley de Reforma Agraria de 1962<sup>57</sup>, cincuenta miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz presentaron ante el Coordinador Agrario para la Zona Noroccidental una solicitud de creación de "centro de población agrícola", en la que afirmaron que desde hacía 58 años algunos de los miembros de la Comunidad o sus ascendientes trabajaban en "un terreno nacional que tiene un área aproximada de doscientas manzanas"<sup>58</sup>, que según la Comisión es conocido como "Río Plátano" o "Barra del Río Plátano" y se encontraría al este de la zona adjudicada en calidad de ejido<sup>59</sup>.

61. Por otra parte, surge de la prueba que mediante escritura de compraventa de bien inmueble de 6 de julio de 1969 fue adquirido por la empresa MACERICA S. de R.L., un predio de aproximadamente unas 50 hectáreas de extensión superficial que se encuentra en el lugar denominado "Río Plátano". Ese título fue inscrito el 8 de julio de ese mismo año en el Registro de la Propiedad<sup>60</sup>. Además, de acuerdo con lo señalado por el gerente de la

---

<sup>54</sup> Cfr. Denuncia de un terreno nacional para ejidos de la aldea el Triunfo, presentada por el alcalde auxiliar de esa aldea José Martínez Lino ante el administrador de rentas y aduana, de 9 de diciembre de 1946 (expediente de prueba, folios 1000 a 1001). Director del Archivo Nacional de Honduras, certificación de 18 de mayo del 2006 (expediente de prueba, folio 1008).

<sup>55</sup> Cfr. Registro de la Propiedad Inmueble y Mercantil, certificación de 13 de abril de 1993 (expediente de prueba, folios 1026 a 1027). Director del Archivo Nacional de Honduras, certificación de 18 de mayo de 2006 (expediente de prueba, folio 1023).

<sup>56</sup> Cfr. Registro de la Propiedad Inmueble y Mercantil, certificación de 13 de abril de 1993 (expediente de prueba, folio 1027).

<sup>57</sup> Cfr. Panel de inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación - Programa de Administración de Tierras de Honduras. Informe No. 39933- HN, 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 215). La referida Ley *inter alia* instauraba el reconocimiento de la propiedad de las comunidades indígenas sobre las tierras, bosques, aguas y ejidos de los que en ese momento disfrutaban, titulados o por simple ocupación inmemorial.

<sup>58</sup> Cfr. Solicitud de creación de un centro de población agrícola, de 27 de junio de 1969 (expediente de prueba, folios 1030 a 1031).

<sup>59</sup> Cfr. Informe de Fondo (expediente de fondo, folios 24 a 25).

<sup>60</sup> Cfr. Testimonio de la escritura pública de compraventa N°55 de 6 de julio de 1969, (expediente de prueba, folios 1075 y 1078).

empresa Macerica el 6 de octubre de 1969, esas tierras estaban parcialmente ocupadas por "campesinos de raza de color"<sup>61</sup>.

62. Por otra parte, consta en la prueba que en junio de 1969, miembros de la Comunidad solicitaron al INA ser amparados en contra de actos de desalojo del referido terreno<sup>62</sup>, que según alegaron, eran ejecutados por instrucciones del gerente de la sociedad mercantil MACERICA S. de R.L.<sup>63</sup>.

63. El 7 de mayo de 1970 el INA consideró que se había probado "la ocupación desde hace varios años, por parte de campesinos del terreno denominado 'El Triunfo de La Cruz'" y "de conformidad con lo dispuesto en la Ley de Reforma Agraria vigente, el Instituto Nacional Agrario está obligado a amparar a los medianos y pequeños productores que hayan estado y estén ocupando, por más de un año, terrenos de cualquier dominio, explotándolos conforme a la función social de la tierra y con el consentimiento de su propietario" resolvió:

1. proteger a los miembros de la Comunidad en la ocupación que ejercían en dichas tierras, y 2. otorgar "igual protección a los demás campesinos que ocupan el terreno de referencia"<sup>64</sup>, dicha protección se habría dado "mientras se deslinda la propiedad solicitada por ellos, y la pretendida por la Empresa MACERICA S. DE R. L."<sup>65</sup>.

64. El 19 de octubre de 1971, el INA reconoció la posesión legítima de 50 hectáreas en el terreno "Río Plátano" a la Empresa MACERICA, y recomendó "que se proceda al deslinde del terreno mencionado y en segundo lugar proteger en el excedente a los vecinos de la Comunidad de El Triunfo de La Cruz, para que éstos realicen actividades agrícolas en forma tranquila y la Empresa pueda desarrollar el complejo turístico que tiene planificado"<sup>66</sup>.

65. El 25 de mayo de 1984 el INA emitió un nuevo dictamen en el que indicó que "el documento presentado [por la empresa Macerica] para acreditar el dominio privado del terreno Barra de Río Plátano no constituye título de validez suficiente [...] por lo que cabe que se presuma que es de dominio del Estado"<sup>67</sup>.

66. Más adelante, el 6 de marzo de 1996, el Instituto Hondureño de Turismo indicó en relación con la solicitud de creación de un centro de población agrícola presentada por la Comunidad Triunfo de la Cruz, que el terreno solicitado por la Comunidad estaba situado dentro del perímetro urbano de la Municipalidad de Tela, el cual fue escriturado a favor de dicha Municipalidad. En esa ocasión también se decidió remitir una copia del expediente a la Procuraduría General de la República y Contraloría General de la República y que el INA

---

<sup>61</sup> Escrito del gerente de Macerica S. de R.L., dirigido al Director del INA de 6 de octubre de 1969 (expediente de prueba, folio 1069).

<sup>62</sup> Cfr. Solicitud 81/2000 creación de centro de población agrícola - protección contra desalojo (expediente de prueba, folios 1034 a 1035).

<sup>63</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, Oficina Regional Agraria Zona Nor-Occidental, escrito del Procurador Agrario dirigido al Director del INA de 20 de noviembre de 1969 (expediente de prueba, folio 1037); Escrito con del gerente de Macerica S. de R.L., dirigido al Director del INA de 6 de octubre de 1969 (expediente de prueba, folio 1069) en que solicita "orden[ar] a los campesinos de raza de color el desalojo d[el terreno denominado Río Plátano]".

<sup>64</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, Acuerdo No. 14 de 7 de mayo de 1970 (expediente de prueba, folios 1066 a 1067).

<sup>65</sup> Cfr. Instituto Hondureño de Turismo, informe de investigación sobre expediente No. 2000 procedente del INA y relacionado con la creación del centro de población agrícola de vecinos de el Triunfo de la Cruz, Tela, Atlantida, y oposición de la empresa MACERICA, de 6 de marzo de 1996 (expediente de prueba, folio 1340).

<sup>66</sup> Cfr. Instituto Hondureño de Turismo, informe de investigación sobre expediente No. 2000 procedente del INA y relacionado con la creación del centro de población agrícola de vecinos de el Triunfo de la Cruz, Tela, Atlantida, y oposición de la empresa MACERICA, de 6 de marzo de 1996 (expediente de prueba, folio 1340).

<sup>67</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, Asesoría Legal,, dictamen N° AL-329/84, de 25 de mayo de 1984 (expediente de prueba, folios 1306 y 1309).



“suspenda el trámite de las diligencias mientras se concluye el análisis legal de las instituciones antes mencionadas”<sup>68</sup>.

67. La Contraloría General de la República inició una investigación sobre la legalidad de las ventas, por lo que el INA decidió mantener “en suspenso el trámite de adjudicación a favor de la Comunidad”, hasta “la Procuraduría General de la República y la Contraloría General analizan y definen conjuntamente la situación planteada”<sup>69</sup>. No se cuenta con información actualizada relacionada con esta diligencia.

*B.3. Otorgamiento de título de “garantía de ocupación” sobre 126.40 hectáreas durante la segunda legislación de reforma agraria (1979)*

68. Con base en la nueva Ley de Reforma Agraria, la Comunidad presentó una solicitud ante el INA que dio lugar a que el 28 de septiembre de 1979, dicha institución extendiera a la Comunidad un título de “garantía en ocupación” sobre 126.40 hectáreas, ubicadas al extremo Este de las tierras previamente dadas en calidad de ejido, dentro del área reconocida por la Comunidad como históricamente ocupada<sup>70</sup>.

*B.4. Otorgamiento de título definitivo de dominio pleno sobre 380 hectáreas 51 áreas 82.68 centiáreas (1993)*

69. Con base en la Ley para la Modernización y Desarrollo del Sector Agrícola, el 29 de octubre de 1993 fue extendido gratuitamente a la Comunidad un “título definitivo de propiedad en dominio pleno” sobre las 380 hectáreas 51 áreas 82.68 centiáreas otorgadas como ejido en 1950, estableciendo que “en caso de permitirse la venta o donación de lotes del terreno adjudicado, únicamente se autorice para proyectos turísticos debidamente aprobados por el Instituto Hondureño de Turismo y a descendientes de la Comunidad Étnica beneficiada”; respetando los recursos naturales para preservar “las condiciones naturales del lugar”<sup>71</sup>.

*B.5. Solicitudes de ampliación de título de dominio pleno y otorgamiento de título de dominio pleno sobre 234 hectáreas 48 áreas y 76.03 centiáreas (1997-2001)*

70. El 28 de agosto de 1997 y el 8 de julio de 1998, la Comunidad de Triunfo de la Cruz y sus miembros solicitaron ante el INA un título de dominio pleno sobre el resto de las tierras que afirmaban ocupar históricamente. La primera solicitud se refirió a un área de aproximadamente 600 hectáreas, y la segunda solicitud a un terreno de 126.40 hectáreas que ya poseían en garantía de ocupación (*supra* párr. 68)<sup>72</sup>. El 27 de septiembre de 2001, el INA dio lugar al otorgamiento de un título definitivo de propiedad en dominio pleno sobre

---

<sup>68</sup> Cfr. Instituto Hondureño de Turismo, informe de investigación sobre expediente N° 2000 procedente del INA y relacionado con la creación del centro de población agrícola de vecinos de el Triunfo de la Cruz, Tela, Atlantida, y oposición de la empresa MACERICA, de 6 de marzo de 1996 (expediente de prueba, folios 1339 a 1342).

<sup>69</sup> Cfr. Escrito de la Contraloría General de la República dirigido al Instituto Hondureño de Turismo de 29 de febrero de 1996 (expediente de prueba, folio 1345); Instituto Nacional Agrario, decisión de 25 de marzo de 1996 (expediente de prueba, folio 1348).

<sup>70</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, título de garantía de ocupación a favor de Comunidad Garífuna de “Triunfo de la Cruz”, de 28 de septiembre de 1979 (expediente de prueba, folio 1726).

<sup>71</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, título definitivo de propiedad en dominio pleno a favor de la Comunidad Garífuna “Triunfo de la Cruz”, de 29 de octubre de 1993 (expediente de prueba, folios 1734 a 1736).

<sup>72</sup> Cfr. Solicitud No. 47891 de título definitivo de propiedad en dominio pleno presentada ante el INA, de 28 de agosto de 1997 (expediente de prueba, folios 353 a 355); Solicitud No. 10357 de dominio pleno presentada ante el INA, de 8 de julio de 1998 (expediente de prueba, folios 376 a 379).

tres lotes de tierra que cubren en total 234 hectáreas 48 áreas y 76.03 centiáreas<sup>73</sup>, título en el cual se establece que constituye un patrimonio inalienable de la comunidad, excepto en los casos en que la transferencia de dominio se haga a favor de miembros de la comunidad, con aprobación de la Junta Directiva del Patronato<sup>74</sup>.

71. Por otra parte, el 22 de enero de 2001, la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros solicitaron la ampliación del título de propiedad plena que había sido conferido en el año 1993<sup>75</sup> (*supra* párr. 69). Esa solicitud fue presentada ante el INA y no se especifica el área exacta a la cual se refiere. Únicamente se indica en la solicitud que "los límites de la ampliación de tierra" serían: al Norte: Mar Caribe o de las Antillas, al Sur: Línea telefónica, atrás de Cerro el Tigre, al Este: Cerro Punta Izopo y al Oeste: Cerro Triunfo de la Cruz. En la referida solicitud se precisa que la Comunidad se encontraba en ese momento "en posesión de un terreno comunal con un área total de Trescientas Ochenta Héctareas, Cincuenta y uno Areas, Ochenta y dos punto sesenta y ocho Centiareas (380 hectáreas)" y que "en la actualidad y debido al crecimiento de la población se hacene necesario ampliar dicha área con el propósito que sus habitantes tengan acceso a la tierra para construir sus viviendas. Pero muy especialmente para que puedan cultivar la misma para la subsistencia y para desarrollar otras actividades relacionadas con su idiosincracia y cultura, en el marco del goce de sus derechos conforme el Convenio 169 de la OIT"<sup>76</sup>.

72. En particular, esa solicitud hizo alusión al artículo 19 a) del Convenio 169 de la OIT<sup>77</sup>, el cual establece que "[l]os programas agrarios nacionales deberán garantizar a los pueblos interesados condiciones equivalentes a las que disfruten otros sectores de la población, a los efectos de: a) La asignación de tierras adicionales a dichos pueblos cuando las tierras de que dispongan sean insuficientes para garantizarles los elementos de una subsistencia normal o para hacer frente a su posible crecimiento numérico"<sup>78</sup>.

### ***C. Problemáticas planteadas en torno al territorio de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros***

#### *C.1. Ampliación del radio urbano del Municipio de Tela y sus alegadas consecuencias respecto del territorio tradicional de la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros*

73. Según señalaron los representantes y la Comisión sin que fuera controvertido por el Estado, el 26 de septiembre de 1979 el INA decidió destinar para la ampliación del radio urbano del municipio de Tela un área aproximada de 1380.4 hectáreas. El 24 de abril de 1989, el INA autorizó la ampliación del radio urbano del municipio en 3,219.80 hectáreas,

---

<sup>73</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, título definitivo de propiedad en dominio pleno a favor de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, expediente No. 57426, de 27 de septiembre de 2001 (expediente de prueba, folios 1739 a 1742). El primer lote de 155 hectáreas 82 áreas y 74.74 centiáreas, el segundo lote de 33 hectáreas 33 áreas y 78.98 centiáreas, y el tercer lote de 45 hectáreas 32 áreas y 22.31 centiáreas.

<sup>74</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, título definitivo de propiedad en dominio pleno a favor de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, expediente No. 57426, de 27 de septiembre de 2001 (expediente de prueba, folio 1741).

<sup>75</sup> Cfr. Solicitud ampliación de título presentada ante el INA de 22 de enero de 2001 (expediente de prueba, folios 1760 a 1761 y 1763).

<sup>76</sup> Cfr. Solicitud ampliación de título presentada ante el INA de 22 de enero de 2001 (expediente de prueba, folio 1761).

<sup>77</sup> Cfr. Solicitud ampliación de título presentada ante el INA, de 22 de enero de 2001 (expediente de prueba, folio 1762).

<sup>78</sup> Organización Internacional del Trabajo (OIT), Convenio No. 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en los Países Independientes, adoptado el 27 de junio de 1989 y vigente desde el 5 de septiembre de 1991.

aunque en la resolución se dispuso “[e]xcluir del radio urbano delimitado las tierras adjudicadas a beneficiarios de la Reforma Agraria con anterioridad a esta resolución, hasta que el valor total de las mismas haya sido cancelado”, ello “sin perjuicio del derecho de propiedad y posesión que tengan las personas naturales o jurídicas dentro del área delimitada”<sup>79</sup>. Lo anterior fue aprobado por el Instituto Hondureño de Turismo, excluyendo del área de ampliación 40 hectáreas<sup>80</sup>. La ampliación del casco urbano de la Municipalidad abarcó parte del territorio que la Comunidad afirma haber ocupado tradicionalmente, incluyendo áreas sobre las que tenía títulos de dominio pleno y ocupación<sup>81</sup>.

#### *C.1.1. Municipio de Tela, empresa IDETRISA y proyecto Marbella*

74. Entre agosto de 1993 y julio de 1995, la Municipalidad de Tela vendió unas 44 hectáreas de tierras que se encontraban en parte del área del área otorgada en garantía de ocupación en el año 1979 (*supra* párr. 68), a favor de la empresa Inversiones y Desarrollos El Triunfo S.A. de C.V. (IDETRISA) y de terceros para la ejecución del proyecto turístico “Club Marbella”<sup>82</sup>.

75. El 17 de septiembre de 1994 el CODETT presentó denuncia ante la Fiscalía de Etnias con relación a las ventas de tierras comunales<sup>83</sup>. En junio de 1996 el Ministerio Público interpuso ante el Juzgado de Letras Seccional, acusación por los delitos continuados de abuso de autoridad, estafa simple y estafa calificada contra diversas autoridades y ex autoridades del Municipio de Tela<sup>84</sup>. En octubre de 1996 el Juzgado de Letras Seccional de Tela dictó auto de prisión contra los encausados por el delito de abuso de autoridad en perjuicio de la Comunidad<sup>85</sup>, resolución contra la que tanto el Ministerio Público como los procesados presentaron recurso de apelación<sup>86</sup>. El 3 de marzo de 1997 la Corte de Apelaciones de la Ceiba resolvió no dar lugar al recurso de apelación interpuesto por el

---

<sup>79</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, certificación de Resolución N° 055-89, de 24 de abril de 1989 (expediente de prueba, folios 2038 a 2039).

<sup>80</sup> Cfr. Instituto Hondureño de Turismo, certificación de la Resolución No. 002 de 17 de enero de 1992 (expediente de prueba, folio 2041).

<sup>81</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, División de servicios legales, Departamento de afectación de tierras, , Dictamen DAT 018-98, de 22 de enero de 1998 (expediente de prueba, folio 1713); CODETT, “La Comunidad histórica del Triunfo de la Cruz fundada el 3 de mayo de 1524 - lugar donde se encuentra el histórico cerro Triunfo de la Cruz” (expediente de prueba, folio 2212).

<sup>82</sup> Cfr. Testimonios de escrituras públicas de compra-venta otorgadas por la Municipalidad de Tela a favor de IDETRISA y terceros (expediente de prueba, folios 1367 a 1707); Escrito del Apoderado General para Pleitos de IDETRISA dirigido al Director Ejecutivo del INA, de 22 de agosto de 1997 (expediente de prueba, folio 1350); Instituto Hondureño de Turismo, “Análisis de las solicitudes de dominio pleno de las Comunidades Garífunas” (expediente de prueba, folio 1723); Banco Interamericano de Desarrollo, Análisis de impactos socioculturales del Programa Nacional de Turismo Sostenible entre las Comunidades Garífunas de la Bahía de Tela, julio de 2006 (expediente de prueba, folio 6140).

<sup>83</sup> Cfr. Comité pro-defensa de Tierras Triunfeñas (CODETT), denuncia dirigida al Fiscal de las Etnias de 17 de septiembre de 1994 (expediente de prueba, folios 2224 a 2227); Comité de defensa de tierras triunfeñas, “La Comunidad histórica del Triunfo de la Cruz fundada el 3 de mayo de 1524 - lugar donde se encuentra el histórico cerro Triunfo de la Cruz” (expediente de prueba, folio 2213).

<sup>84</sup> Cfr. Fiscal del Ministerio Público, acusación penal, de 11 de junio de 1996 (expediente de prueba, folios 2235 a 2243).

<sup>85</sup> Cfr. Juzgado de Letras Seccional de Tela, auto dirigido al Coordinador Dirección de Investigación Criminal de 15 de octubre de 1996 (expediente de prueba, folio 2247).

<sup>86</sup> Cfr. Fiscal del Ministerio Público, recurso de apelación, de 30 de octubre de 1996 (expediente de prueba, folios 2249 a 2255); Corte de Apelaciones de la Ceiba, fallo de 3 de marzo de 1997 (expediente de prueba, folio 2263).

Ministerio Público y revocó los autos de prisión dictados en contra de los procesados<sup>87</sup>. Contra esta decisión el Ministerio Público interpuso el 2 de junio de 1997 una demanda de amparo ante la Corte Suprema de Justicia<sup>88</sup>, que fue denegada el 4 de diciembre del mismo año<sup>89</sup>. Posteriormente se resolvió el sobreseimiento definitivo de los funcionarios y ex funcionarios de la Alcaldía Municipal de Tela<sup>90</sup>.

76. Por otra parte, la Comunidad también denunció los hechos ante el Comisionado Nacional de los Derechos Humanos<sup>91</sup>, así como ante el Procurador General del Estado<sup>92</sup>.

77. El 6 de julio de 2006 la Corporación Municipal de Tela aprobó la suscripción de una transacción con las empresas IDETRISA y MACERICA<sup>93</sup> para resolver la controversia entre ambas con relación a la propiedad del área, transacción que se concretó en escritura pública el 17 de agosto de 2006<sup>94</sup>. El 29 de septiembre de 2006 la Corporación Municipal acordó dejar sin valor y efecto el acuerdo por el cual se decidió la suscripción del referido contrato<sup>95</sup>.

### *C.1.2. Sindicato de trabajadores de la Municipalidad de Tela*

78. El 15 de enero de 1997 la Corporación Municipal de Tela acordó traspasar al Sindicato de Empleados y Trabajadores de la Municipalidad de Tela 22.81 manzanas ubicadas en el territorio reivindicado por la Comunidad<sup>96</sup>. Dicho traspaso se hizo efectivo el

---

<sup>87</sup> Cfr. Corte de Apelaciones de la Ceiba, fallo de 3 de marzo de 1997 (expediente de prueba, folios 2262 a 2263).

<sup>88</sup> Cfr. Fiscal Especial del Ministerio Público, recurso de amparo, de 2 de junio de 1997 (expediente de prueba, folios 2266 a 2267); Fiscal Titular del Ministerio Público, formalización del recurso de amparo, de 16 de septiembre de 1997 (expediente de prueba, folios 2268 a 2272).

<sup>89</sup> Cfr. Secretaría General de la Corte Suprema de Justicia, certificación de acta N°. 61 de 4 de diciembre de 1997 (expediente de prueba, folios 2274 a 2289).

<sup>90</sup> Cfr. Secretaria del Juzgado de Letras Seccional de Tela, certificación de la certificación de la secretaria de la Corte de Apelaciones de la Ceiba de la sentencia de 30 de abril de 1999, de 12 de agosto de 1999 (expediente de prueba, folios 2292 a 2294); Secretaría de Relaciones exteriores de la República de Honduras, escrito de observaciones del Estado, de 8 de marzo de 2007 (expediente de prueba, folio 3705).

<sup>91</sup> Cfr. Comisionado Nacional de los Derechos Humanos, escrito dirigido al Alcalde del municipio de Tela, de 1 de agosto de 2001 (expediente de prueba, folio 2296).

<sup>92</sup> Cfr. Patronato pro-mejoramiento de Triunfo de la Cruz, escrito de 30 de noviembre de 1998 (expediente de prueba, folio 2301).

<sup>93</sup> Cfr. Secretario Municipal de Tela, certificación del preámbulo de acta N° 18 punto 10, sesión ordinaria celebrada por la Corporación Municipal de Tela el 29 de septiembre de 2006, de fecha 4 de octubre de 2006 (expediente de prueba, folio 2305); "Desisten de juicios para reiniciar proyectos turísticos en puerto de Tela empresarios y municipalidad firman convenio", nota de prensa, La Ceiba.com de 22 de agosto de 2006 (expediente de prueba, folio 2367).

<sup>94</sup> Cfr. Testimonio de escritura pública N°. 46 de transacción de pleitos, acuerdo de invalidación de compra de varios inmuebles y cancelación de sus inscripciones registrales, rectificación de poligonos, adjudicación de parte de un inmueble a litigante en virtud del arreglo y compromiso de otorgar contrato de comodato, otorgada por MACERICA, IDETRISA y Municipalidad de Tela, de 17 de agosto de 2006 (expediente de prueba, folios 2307 a 2357).

<sup>95</sup> Cfr. Secretario Municipal de Tela, certificación del preámbulo de acta N° 18 punto 10, sesión ordinaria celebrada por la Corporación Municipal de Tela el 29 de septiembre de 2006, de fecha 4 de octubre de 2006 (expediente de prueba, folio 2305).

<sup>96</sup> Cfr. Secretaría municipal de Tela, certificación del preámbulo punto N° 7 del Informe del acta N° 2, de 15 de enero de 1997, de 22 de enero de 1998 (expediente de prueba, folio 1987).

22 de enero de 1998<sup>97</sup>, a su vez el Sindicato transfirió a sus afiliados el dominio pleno sobre diferentes lotes del terreno<sup>98</sup>.

79. Como consecuencia de ese traspaso al Sindicato de Empleados y Trabajadores de la Municipalidad de Tela de 22.81 manzanas ubicadas en el territorio reivindicado por la Comunidad, se plantearon varios procedimientos judiciales y administrativos.

*a) Denuncia penal*

80. El 4 de febrero de 1998, un miembro de la Comunidad presentó una denuncia por abuso de autoridad ante la Dirección de Investigación Criminal del Ministerio Público afirmando que la Municipalidad de Tela habría introducido maquinaria en la zona<sup>99</sup>.

*b) Proceso de expropiación ante el Instituto Nacional Agrario*

81. El 7 de enero de 2002 la Comunidad solicitó al INA la afectación por vía de expropiación de las 22 manzanas<sup>100</sup>, recomendando éste declarar con lugar la solicitud de expropiación, refiriéndose a investigaciones que determinaron que el predio es de naturaleza jurídica privada y que al momento no estaba siendo explotado por estar en conflicto<sup>101</sup>.

*c) Proceso administrativo de nulidad de acuerdo ante la Municipalidad de Tela*

82. El 6 de septiembre de 2002 la Comunidad Triunfo de la Cruz presentó ante la Municipalidad de Tela un reclamo administrativo de nulidad del acuerdo por el cual la Corporación Municipal cedió las 22 manzanas al Sindicato<sup>102</sup>. En la actualidad, se pudo constatar en el marco de la visita *in situ* (*supra* párr. 15) que ese lote de tierra se encuentra ocupado por la Comunidad.

*d) Denuncias por hostigamiento y amenazas a líderes, lideresas y miembros de la Comunidad vinculadas al reclamo de las 22 manzanas*

83. Asimismo, distintos miembros y dirigentes de la Comunidad presentaron denuncias ante el Ministerio Público y dirigieron comunicaciones a otras autoridades estatales relativas a amenazas de muerte y daño, "hostigamiento, amenazas a dirigentes y orden de desalojo",

---

<sup>97</sup> Cfr. Testimonio de escritura pública N° 33 de traspaso de dominio pleno, otorgada por el alcalde municipal de Tela a favor del Sindicato de empleados y trabajadores de la Municipalidad de Tela, de 22 de enero de 1998 (expediente de prueba, folios 1983 a 1986).

<sup>98</sup> Cfr. Escrituras públicas de compra-venta otorgadas por el Sindicato de empleados y trabajadores de la Municipalidad de Tela a favor de terceros (expediente de prueba, folios 2055 a 2201).

<sup>99</sup> Cfr. Ministerio público, Dirección de Investigación criminal, denuncia por un auxiliar de la aldea de Triunfo de la Cruz, de 4 de febrero de 1998 (expediente de prueba, folio 2376).

<sup>100</sup> Cfr. Solicitud de afectación vía expropiación de veintidós manzanas a favor de la Comunidad del Triunfo de la Cruz, de 7 de enero de 2002 (expediente de prueba, folios 1980 a 1981).

<sup>101</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, Dictamen N° 47/03, de 14 de julio de 2003 (expediente de prueba, folio 2386).

<sup>102</sup> Cfr. Reclamo administrativo para que se declare la nulidad de acuerdo de la corporación municipal que dispone de terreno de 22 manzanas y su traspaso al sindicato de la municipalidad, de 5 de septiembre de 2002 (expediente de prueba, folios 2389 a 2391).

destrucción de cultivos, entre otros hechos de violencia relacionados al conflicto sobre las 22 manzanas<sup>103</sup>.

### *C.2. Empresa asociativa campesina de producción "El Esfuerzo"*

84. El 6 de noviembre de 1986 la Comunidad Triunfo de la Cruz propuso al INA la devolución de 25 manzanas que formaban parte de las 126.40 hectáreas entregadas en 1979 a la Comunidad bajo garantía de ocupación, con el objetivo de que sean otorgadas a la cooperativa "El Esfuerzo", integradas por mujeres de escasos recursos, miembros de la misma Comunidad. El 20 de abril de 1987 el INA entregó a la Cooperativa la posesión sobre las 25 manzanas<sup>104</sup>. Desde ese momento, las mujeres integrantes de la cooperativa utilizaron el área para el cultivo de productos con el fin de proveer sustento a sus familias. Desde aproximadamente el año 2000 dicho terreno fue reclamado por un particular, quien procedió a venderlo a terceras personas. Las mujeres integrantes de la Cooperativa denunciaron que sufrieron la destrucción de cultivos, así como actos de hostigamiento promovidos por quienes alegaban tener derecho sobre las 25 manzanas, hechos que han sido denunciados en reiteradas ocasiones por los miembros de la Comunidad<sup>105</sup>.

### *C.3. Presunta creación de una Junta Directiva paralela del Patronato de la Comunidad de Triunfo de la Cruz*

85. En febrero de 2005 la Asamblea General del Patronato eligió la lista presidida por José Ángel Castro como Junta Directiva del Patronato por el período de 2005 a 2007 y posteriormente fue registrado en la Municipalidad de Tela. El grupo vencido en las elecciones creó un segundo patronato dirigido por un miembro de la Comunidad de nombre B.M.<sup>106</sup>, que se mantuvo inscripto en la Municipalidad de Tela<sup>107</sup>. En el 2007 y 2009 se

---

<sup>103</sup> Cfr. Patronato pro-mejoramiento Aldea Triunfo de la Cruz, escrito dirigido al Presidente de la Corte Suprema de Justicia, de 23 de mayo del 2000 (expediente de prueba, folio 2431); Organización fraternal negra hondureña (OFRANEH), Interposición de denuncia por hostigamiento, amenazas a dirigentes y orden de desalojo en contra de la Comunidad de Triunfo de la Cruz, de 22 de marzo de 2001 (expediente de prueba, folios 2426 a 2427); Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, denuncia pública de 30 de mayo de 2006 (expediente de prueba, folio 2433); Comisión Interamericana, declaración de José Ángel Castro rendida en la audiencia pública de 2 de marzo de 2007 (expediente de prueba, folio 3569).

<sup>104</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, Constancia, de 6 de octubre de 1988 (expediente de prueba, folio 2446); Instituto Nacional Agrario, Acta de posesión provisional, de 8 de mayo de 1987 (expediente de prueba, folio 2449 a 2450).

<sup>105</sup> Cfr. Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, Denuncia pública, de 18 de febrero de 2002 (expediente de prueba, folio 2458); Ministerio Público, Fiscalía local de Tela, Declaraciones de ofendidos y testigos, febrero y marzo de 2002 (expediente de prueba, folios 2460 a 2477); Escrito del Fiscal auxiliar de etnias y patrimonio cultural dirigido al Ministerio público, Coordinador Fiscalía de Tela, de 4 de febrero de 2002 (expediente de prueba, folio 7097); Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, Denuncia pública, 14 de mayo de 2003 (expediente de prueba, folio 7098). Secretaría de seguridad, Dirección general de investigación criminal, Denuncia por usurpación de tierras, de 18 de febrero de 2002 (expediente de prueba, folio 2479); Denuncia sobre daños dirigida al Ministerio público de Tela, Coordinador de Fiscales, de 27 de febrero de 2003 (expediente de prueba, folio 2481 a 2482); Secretaría de seguridad, Dirección general de investigación criminal, Denuncia, de 4 de mayo de 2008 (expediente de prueba, folio 2488). Al respecto, en su Escrito de Contestación el Estado señaló que: "[m]uchos de los problemas de la Comunidad tienen su origen en conflictos internos de las mismas comunidades, por ejemplo, la cesión de tierras a particulares en la Cooperativa del Esfuerzo se realizó por un miembro de la Comunidad de Triunfo de la Cruz, lo que provoca que la solución al conflicto creado, encuentre su cauce de reivindicación en la instancia civil o mediante el uso de la jurisdicción interna de las mismas comunidad, antes que en la acción penal por parte el Ministerio Público" (expediente de fondo, folio 292).

<sup>106</sup> Cfr. Declaración rendida ante la Corte Interamericana por José Ángel Castro, durante la audiencia pública celebrada el 20 de mayo de 2014; Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, Denuncia pública, de 21 de mayo de 2009 (expediente de prueba, folio 2548); Patronato pro-mejoramiento de Triunfo de la Cruz, Comunicado público, de 30 de marzo de 2006 (expediente de prueba, folios 2530 a 2531).

realizaron elecciones de la Junta Directiva del Patronato siendo elegida en las dos ocasiones Teresa Reyes<sup>108</sup>, en ambos casos se presentaron solicitudes de "inscripción y reconocimiento"<sup>109</sup>, sin que consten algunos resultados. La Junta Directiva presidida por Teresa Reyes fue inscrita en 2007 ante la Unidad de Registro y Seguimiento de Asociaciones Civiles de la Secretaría de Gobernación y Justicia<sup>110</sup>. El 25 de marzo de 2010 la Asamblea General del Patronato de la Comunidad se reunió con el fin de solucionar la problemática de la existencia de dos Juntas Directivas, se realizó una nueva votación entre Teresa Reyes y B.M., resultando electa la primera<sup>111</sup>. El 29 de marzo de 2010 se presentó una solicitud de inscripción de la Junta electa al Alcalde de Tela<sup>112</sup>. Autoridades y miembros de la Comunidad denunciaron numerosos actos ilegales supuestamente cometidos por B.M. o personas vinculadas<sup>113</sup>.

#### *C.4. Creación del área protegida "Parque Nacional Punta Izopo"*

86. Con fecha 28 de diciembre de 2000, el Congreso Nacional dispuso crear el Área Natural Protegida "Punta Izopo", bajo la categoría de parque nacional e integrarla al Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Honduras. Posee una extensión territorial de 18.820,00 has<sup>114</sup> y su área se superpone con el territorio que alegadamente fue históricamente ocupado por la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz<sup>115</sup>. El decreto

---

<sup>107</sup> Cfr. Municipalidad de Tela, Constancia, de 16 de febrero de 2007 (expediente de prueba, folio 2552); Municipalidad de Tela, Constancia, de 7 de mayo de 2008 (expediente de prueba, folio 2554); Alcaldía Municipal de Tela, Comisión ciudadana de transparencia, Constancia, de 19 de junio de 2009 (expediente de prueba, folio 2556).

<sup>108</sup> Cfr. Junta de notables Triunfo de la Cruz, Acta de apertura, y Acta de cierre (del proceso de elección de nuevas autoridades del patronato de Triunfo de la Cruz), de 9 de febrero de 2007 (expediente de prueba, folios 2558 y 2565); Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, Certificación, de 19 de febrero de 2007 (expediente de prueba, folio 2567); Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz "La celebración de los 210 años por la entrega del futuro del pueblo Garífuna, de 10 de abril de 2007 (expediente de prueba, folio 2222); Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, comunicado público, de 12 de febrero de 2009 (expediente de prueba, folio 2569).

<sup>109</sup> Cfr. Solicitud de inscripción y reconocimiento de una junta directiva del patronato pro mejoramiento de la aldea Triunfo de la Cruz, de 16 de mayo de 2008 (expediente de prueba, folio 2571); Solicitud de inscripción y reconocimiento de una junta directiva del patronato pro mejoramiento de la aldea Triunfo de la Cruz, de 20 de febrero de 2009 (expediente de prueba, folios 2573 a 2574).

<sup>110</sup> Cfr. Secretaría de Gobernación y Justicia, Unidad de registro y seguimiento de asociaciones civiles, Constancia de registro, de 15 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 2579); Secretaría de Estado en los Despachos de Gobernación y Justicia, escrito de 4 de febrero de 2008 (expediente de prueba, folio 2581).

<sup>111</sup> Cfr. Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, Punto de acta de asamblea general, de 25 de marzo de 2010 (expediente de prueba, folio 2586).

<sup>112</sup> Cfr. Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, Solicitud de inscripción de junta directiva de patronato, de 29 de marzo de 2010 (expediente de prueba, folio 2592).

<sup>113</sup> Cfr. Secretaría de seguridad, Dirección general de investigación criminal, Denuncia por cobros ilegales, de 17 de abril de 2006 (expediente de prueba, folio 2594); Secretaría de seguridad, Dirección general de investigación criminal, Denuncia por daños, de 31 de abril de 2006 (expediente de prueba, folio 2596); Secretaría de seguridad, Dirección general de investigación criminal, Denuncia (expediente de prueba, folio 2598); Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, escrito dirigido a la Presidenta de OFRANEH (expediente de prueba, folios 2600 a 2601); Patronato pro-mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, escrito dirigido al Fiscal General, de 14 de mayo de 2009 (expediente de prueba, folio 2444); Fiscalía local de Tela, Acta de denuncia, de 11 de abril de 2011 (expediente de prueba, folios 2605 a 2606).

<sup>114</sup> Cfr. Congreso Nacional, Decreto N°. 261-2000, La Gaceta N°. 29.427, Diario Oficial de la República de Honduras, artículos 1° y 4°, de 13 de marzo de 2001 (expediente de prueba, folios 2693 a 2694).

<sup>115</sup> Cfr. Panel de inspección del Banco Mundial, Informe de Investigación - Programa de Administración de Tierras de Honduras, Informe N° 39933-HN de 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folios 220 a 221); Central American and Caribbean Research Council, "Etnografía Comunidad Triunfo de la Cruz" (expediente de prueba, folio 282 a 283).

mediante el cual se crea el Parque Nacional Punta Izopo, establece: "quienes vivan en el Área Natural Protegida Punta Izopo, así como en zona de amortiguamiento y sean propietarios o poseedores de bienes inmuebles, conservarán sus derechos pero deberán respetar estrictamente los planes de manejo", así mismo dispone que el INA otorgara "dominios plenos" a los poseedores de propiedades que no estuvieren legalizados que no quedaran comprendidos dentro de la zona núcleo del Parque Nacional Punta Izopo<sup>116</sup>. El parque es administrado por la organización no gubernamental PROLANSTATE<sup>117</sup>.

87. Por otra parte, surge del expediente de prueba que entre los objetivos específicos de la creación del parque se encuentran: promover la coordinación y acciones orientadas a lograr una debida participación comunitaria, en especial de las poblaciones ubicadas en la zona de amortiguamiento del Parque; así como favorecer el manejo sostenible de hábitats y recursos de biodiversidad<sup>118</sup>. Las dos zonas básicas de manejo, la zona núcleo y la zona de amortiguamiento, se dividen en sub zonas, según el plan de manejo del Parque Nacional Punta Izopo en el cual se establece la zonificación<sup>119</sup>.

#### *C.5. Situación de líderes, lideresas y autoridades indígenas por la defensa de las tierras tradicionales de la Comunidad de Triunfo de la Cruz*

88. Consta en el acervo probatorio que en el marco de los hechos anteriormente relatados se produjeron homicidios de cuatro miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz: Oscar Brega, Jesús Álvarez Roche, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales<sup>120</sup>. Asimismo, fueron denunciados conflictos generados por usurpación de tierras que habrían sido objeto de algunas diligencias por parte de la Fiscalía de Etnias cuando ha tenido conocimiento de estos<sup>121</sup>.

#### *C.6. Proyectos turísticos "Laguna Negra" y "Playa Escondida"*

89. Por otra parte, el Tribunal constata que el acervo probatorio del presente caso contiene información respecto a un complejo de condominios denominado "Playa Escondida", que fue contruido al costado del territorio titulado en dominio pleno en el año

---

<sup>116</sup> Cfr. Congreso Nacional, Decreto N°. 261-2000, La Gaceta N°. 29.427, Diario Oficial de la República de Honduras, artículos 10° y 13°, de 13 de marzo de 2001 (expediente de prueba, folio 2695).

<sup>117</sup> Cfr. Informe técnico de la Fundación PROLANSTATE al estudio de impacto ambiental del proyecto Los Micos beach & golf resort, de 28 de septiembre de 2005 (expediente de prueba, folio 2666); Central American and Caribbean Research Council, "Etnografía Comunidad Triunfo de la Cruz" (expediente de prueba, folio 282).

<sup>118</sup> Cfr. Congreso Nacional, Decreto N°. 261-2000, La Gaceta N°. 29.427, Diario Oficial de la República de Honduras, artículos 3(5) y (6), de 13 de marzo de 2001 (expediente de prueba, folios 2693 a 2694).

<sup>119</sup> Cfr. Instituto Nacional de Conservación y Desarrollo Forestal, Áreas Protegidas y Vida Silvestre - Plan de manejo Parque Nacional Punta Izopo 2012-2016, mayo de 2012 (expediente de prueba, folios 7866 y 7913 a 7930). La zona núcleo se divide en las siguientes sub zonas: (i) de preservación absoluta, (ii) de recuperación, y (iii) de conservación de especies de interés económico. La zona de amortiguamiento se divide en las siguientes sub zonas: (i) de ecoturismo, (ii) de interés histórico cultural, (iii) de usos múltiples, (iv) de desarrollo comunitario integrado, (v) de recuperación, (vi) protegida privada, (vii) de pesca artesanal marina, y (viii) de administración.

<sup>120</sup> Cfr. Ministerio público, memorandum dirigido a la Fiscalía especial de las etnias y patrimonio cultural, de 9 de octubre de 1996 (expediente de prueba, folio 2706); Comité de Defensa de Tierras Triunfeñas (CODETT), escrito dirigido al Fiscal de las etnias, de 30 de enero de 1995 (expediente de prueba, folio 2708); Ministerio público, Fiscal titular, Interrogatorio, de 16 de marzo de 1995 (expediente de prueba, folios 326 a 327); Nota de prensa, "Piden esclarecer asesinato de garífunas" (expediente de prueba, folio 2710); "Casos de personas asesinadas", documento presentado por los representantes (expediente de prueba, folios 7743 a 7744).

<sup>121</sup> Cfr. Ministerio público, Fiscalía de Etnias y Patrimonio Cultural, escrito dirigido al Director Ejecutivo del INA, de 1 de febrero del 2000 (expediente de prueba, folio 2702); Ministerio público, Fiscalía de Etnias y Patrimonio Cultural, escrito dirigido al Director Ejecutivo del INA, de 24 de febrero de 2000 (expediente de prueba, folio 2704).



1993 a la Comunidad Triunfo de la Cruz, en el territorio reclamado como territorio tradicional en el presente caso<sup>122</sup>. La delegación de la Corte que realizó la visita *in situ* pudo verificar el emplazamiento y la naturaleza de las edificaciones (*supra* parr. 15). Por otra parte, el expediente de prueba también contiene información relacionada con el proyecto inmobiliario denominado "Laguna Negra" aunque el Tribunal no cuenta con mayor documentación sobre la ubicación exacta del mismo y sobre su naturaleza<sup>123</sup>.

## **VII FONDO**

90. En atención a las violaciones de los derechos de la Convención alegadas en el presente caso, la Corte realizará el siguiente análisis: 1) El derecho a la propiedad colectiva; 2) El deber de adoptar disposiciones de derecho interno; 3) El derecho a la vida de Oscar Brega, Jesús Álvarez Roche, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales, y 4) Derecho a las garantías judiciales y protección judicial.

### **VII-1 DERECHO A LA PROPIEDAD COLECTIVA (Artículo 21 de la Convención en relación con los artículos 1.1 y 2)**

#### ***A. Argumentos de las partes y de la Comisión***

91. La *Comisión* observó que autoridades estatales han participado en acciones y omisiones que han impedido a la Comunidad el reconocimiento de su derecho a la propiedad tradicional, así como el uso y goce efectivo de sus tierras y recursos naturales. La Comisión indicó que el territorio que ocupa la Comunidad lo posee tradicionalmente y ha mantenido sus propias formas de organización social y cultural, sus tradiciones, forma de vida, y relación con la tierra. Asimismo, señaló que se había acreditado que desde 1946 la Comunidad inició el proceso para lograr el reconocimiento de derechos sobre las tierras que ha ocupado históricamente y que logró obtener un título ejidal de parte de su territorio tradicional en 1950 y un título de garantía de ocupación de otra área en 1979, los cuales no reconocían propiamente su derecho a la propiedad, sino derechos limitados al uso y disfrute de las tierras. Indicó que recién en 1993 y 2001 el Estado otorgó a la Comunidad títulos de dominio pleno sobre 615 hectáreas y 28.71 centiáreas, mientras que el territorio reivindicado por la Comunidad alcanzaría una superficie aproximada de 2.840 hectáreas. Además, la Comisión señaló que la parte del territorio que no fue reconocida por el Estado coincide, de modo general, con el área utilizada por la Comunidad para la realización de sus actividades tradicionales de subsistencia, como la caza, la pesca y la agricultura.

92. Por otra parte, la *Comisión* se refirió al alegado incumplimiento por parte del Estado de deberes correlativos a los derechos territoriales de la Comunidad, tales como: la falta de determinación y delimitación oportuna de las tierras tituladas, la falta de certeza jurídica en

---

<sup>122</sup> Cfr. Patronato Pro-Mejoramiento Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, "Situación actual de la Comunidad de Triunfo de la Cruz" (expediente de prueba, folio 8334). La delegación de la Corte pudo observar durante su visita *in situ* que efectivamente el proyecto de condominios había sido construido y se encuentra con algunas personas ocupando las unidades habitacionales.

<sup>123</sup> Cfr. Patronato Pro-Mejoramiento Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz, "Situación actual de la Comunidad de Triunfo de la Cruz" (expediente de prueba, folio 8334). Durante la visita *in situ* de la delegación de la Corte se visitaron: i) el lugar denominado "Laguna Negra", y ii) el proyecto llamado "Laguna Negra"; que estarían relacionados con lo informado por los representantes, sin embargo no le queda claro al Tribunal en qué lugar preciso se encuentra el proyecto referenciado.

los títulos otorgados, restricciones en el acceso a las zonas del territorio tradicional por la creación de áreas protegidas<sup>124</sup> y la omisión de proteger efectivamente su territorio frente a la ocupación y despojo por parte de terceros, y garantizar que éste sea exclusivamente indígena. Además, la Comisión observó que de acuerdo con la legislación vigente al momento de la ampliación del casco urbano de Tela, correspondía excluir de la ampliación al menos el área de 126.40 hectáreas dadas a la Comunidad como beneficiaria de la Reforma Agraria, o en su defecto pagar la totalidad del valor de las tierras. Asimismo, la Comisión indicó que se vio afectado el derecho a la propiedad de la Comunidad sobre las tierras tituladas a su favor toda vez que autoridades estatales otorgaron títulos de dominio a personas privadas. Añadió que lo anterior ocurrió a pesar de que los títulos colectivos de 1993 y 2001 contenían una prohibición expresa de enajenación a personas que no fueran miembros de la Comunidad.

93. Asimismo, la *Comisión* alegó que el Estado no habría consultado, de manera previa, libre e informada, con la Comunidad respecto de la adopción de decisiones que afectarían o habrían restringido su derecho a la propiedad colectiva. Dichas decisiones incluirían la planificación y ejecución de proyectos y megaproyectos turísticos, la creación de un área protegida en parte del territorio tradicional, y las ventas de tierras comunitarias, refiriéndose también a que “[l]a ampliación del radio urbano de la Municipalidad se [habría] realiz[ado] sin consultar a la Comunidad”. Adicionalmente, en relación a la creación del área protegida Punta Izopo, señaló que, aunque el Estado habría indicado que se realizó un proceso de concertación y de socialización, este no aportó prueba al respecto. Por último consideró que “las porciones de playa y marítimas no deberían ser excluidas a priori de la posibilidad de ser reconocidas como territorios y recursos [de] naturaleza usados por los pueblos indígenas para sus actividades básicas de subsistencia”.

94. Los *representantes* agregaron que la falta de delimitación y demarcación se ha dado principalmente por omisiones estatales debido al hecho que “la delimitación de tan solo una parte del territorio se dio 7 años después de haberse otorgado un título a la comunidad, sin haberse delimitado el área total del territorio, sin incluir el territorio ancestral y utilizando información en que ya se encontraba cercenado el territorio por las invasiones sufridas”. Los representantes se refirieron a los proyectos turísticos Marbella y “Los Micos Beach and Golf Resort” e indicaron que “[l]as acciones estatales y privadas al respecto han comenzado en la década de los años 70 pero ni antes ni después de que el Estado contrajera obligaciones internacionales con la ratificación del Convenio 169 de la OIT se han realizado los procesos de consulta previa, libre e informada que exige ese instrumento internacional”. Adicionalmente, alegaron que “se presentó la propuesta de la adjudicación del casco urbano sin el consentimiento de la Comunidad”.

95. Finalmente, los *representantes* alegaron en términos generales que “[e]l Estado hondureño ha venido implementando una práctica de convertir las reuniones con las dirigencias de las federaciones indígenas como socializaciones de programas y proyectos a las cuales después califica como consultas”. Los representantes alegaron además que “a pesar de la oposición del pueblo Garífuna, que en proceso de consulta solicitado por representantes de los mismos pueblos estableció su negativa rotunda a la Ley [de Propiedadde 2004] [...] el gobierno impuso un proceso de información del entonces proyecto de ley”,

---

<sup>124</sup> Consideró que uno de los impedimentos para el disfrute pleno del territorio tradicional se relaciona con la creación de un área protegida en Punta Izopo, y la entrega de su administración a la fundación privada PROLANSATE. En ese sentido, reiteró que es contrario a los derechos territoriales de la Comunidad, la adopción de medidas dirigidas a la titulación de terceros en el Área Natural Protegida Punta Izopo, dado que parte de las tierras tradicionales de la Comunidad se encuentran en la zona de amortiguamiento de esta área. Además, señaló que la creación del parque supuso la restricción de los derechos de uso y goce del área por parte de miembros de la Comunidad y que se había impedido a la Comunidad el desarrollo de sus actividades de subsistencia cultural y económica en Punta Izopo, y adicionalmente, diversas áreas del mismo han sido destinadas a fines distintos a la conservación ambiental.

el cual habría sido realizado “con metodología no consensuada y con criterios que reducían las posibilidades de una consulta previa, libre e informada, sustituyéndola por algo a lo que se llamó la Mesa Indígena”, con lo cual se habría violentado “el principio de buena fe constituido en el artículo 6.2 del Convenio [169 de la OIT]”.

96. El *Estado* indicó que, de acuerdo al artículo 346 de la Constitución hondureña, habría dictado medidas de protección de los derechos e intereses de la Comunidad, de manera progresiva y conforme a sus capacidades jurídicas y económicas, , tal como lo demuestran los títulos de dominio otorgados a esta. Señaló asimismo que el proceso de titulación de tierra a las Comunidades Garífunas conlleva tres etapas: titulación, ampliación y saneamiento. Respecto a la última etapa enfatizó que debe tomarse en cuenta que en el área pretendida hay varios ocupantes no garífunas con documentos legales que acreditan su propiedad, quienes también se encuentran protegidos por la legislación nacional.

97. El *Estado* alegó también que dentro del área que reclama la Comunidad como área tradicional se encuentran zonas de playa y mar, lo cual “conforme a la Teoría de los Bienes de Uso Público recogida por la legislación nacional civil de la mayoría de los países [...]no es posible la apropiación de tales zonas, ni es posible emitir un título de dominio sobre los mismos, y están fuera del comercio de los hombres, sino que son de uso de la nación entera”, y que el artículo 617 del Código Civil de Honduras *inter alia* dispone que “el mar adyacente y sus playas, se llaman bienes nacionales de uso público o bienes públicos”. Concluyó el Estado señalando que la legislación nacional reconoce el derecho de los pueblos garífunas a acceder y utilizar las zonas de mar y de playa plenamente, “pero no puede emitir un título de dominio para su uso y posesión exclusivos porque no pueden ser objeto de apropiación”.

98. Por otra parte, el *Estado* señaló en términos generales que los títulos otorgados por el INA a las poblaciones indígenas y afrohondureñas en propiedad comunal son debidamente inscritos en el Registro Agrario, así como en el Registro de la Propiedad Inmueble y Mercantil, por lo tanto tienen validez ante terceros y ante cualquier usurpación existen las instancias correspondientes para hacer las denuncias respectivas. Con respecto a la presunta falta de consulta previa, el Estado alegó que para la construcción del Parque Nacional Punta Izopo se llevó a cabo una consulta libre, previa e informada con la Comunidad y que, respecto del Plan de Manejo del mismo, “para la elaboración y ejecución de dicho plan de manejo se ha[bría]n realizado talleres de socialización con las comunidades de la zona, incluida el patronato de Triunfo de la Cruz, asimismo dicha zona se incorpora a la ejecución a través de los consejos Consultivos Comunitarios”<sup>125</sup>. Agregó que “la Secretaría de Estado en los Despachos de Justicia y Derechos Humanos ha programado y definido una metodología para desarrollar talleres en cuatro áreas, incluyendo la de la Comunidad de Triunfo de la Cruz, los cuales se realizarán con la participación de los peticionarios OFRANEH”.

## **B. Consideraciones de la Corte**

99. A continuación la Corte analizará los alegatos de las partes y de la Comisión en el siguiente orden: 1) Estándares aplicables sobre derecho a la propiedad comunal; 2) Consideraciones sobre el territorio tradicional de la Comunidad; 3) La alegada falta de demarcación y delimitación de las tierras tituladas a favor de la Comunidad y de los territorios que fueron reconocidos como tradicionales por parte del Estado; 4) La alegada falta de protección del territorio de la Comunidad frente a terceros, y 5) La obligación de

---

<sup>125</sup> El Estado se refirió al “Plan de Manejo del Parque Nacional Punta Izopo 2012-2016 actualizado mediante Acuerdo número 040-2012, con una vigencia de 12 años, para el período del 2013-2024”.

garantizar el derecho a la consulta en relación con el derecho a la propiedad comunal de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz.

### *B.1. Estándares aplicables sobre derecho a la propiedad comunal*

100. La Corte recuerda su jurisprudencia en la materia, en el sentido que el artículo 21 de la Convención Americana protege la estrecha vinculación que los pueblos indígenas guardan con sus tierras, así como con los recursos naturales de las mismas y los elementos incorpóreos que se desprendan de ellos. Entre los pueblos indígenas y tribales existe una tradición comunitaria sobre una forma comunal de la propiedad colectiva de la tierra, en el sentido de que la pertenencia de ésta no se centra en un individuo sino en el grupo y su comunidad<sup>126</sup>. Tales nociones del dominio y de la posesión sobre las tierras no necesariamente corresponden a la concepción clásica de propiedad, pero la Corte ha establecido que merecen igual protección del artículo 21 de la Convención Americana. Desconocer las versiones específicas del derecho al uso y goce de los bienes, dadas por la cultura, usos, costumbres y creencias de cada pueblo, equivaldría a sostener que sólo existe una forma de usar y disponer de los bienes, lo que a su vez significaría hacer ilusoria la protección de tal disposición a estos colectivos<sup>127</sup>.

101. La Corte ha tenido en cuenta que los indígenas, por el hecho de su propia existencia, tienen derecho a vivir libremente en sus territorios; la estrecha relación que los indígenas mantienen con la tierra debe de ser reconocida y comprendida como la base fundamental de sus culturas, su vida espiritual, su integridad y su sistema económico. Para las comunidades indígenas la relación con la tierra no es meramente una cuestión de posesión y producción sino un elemento material y espiritual del que deben gozar plenamente, inclusive para preservar su legado cultural y transmitirlo a las generaciones futuras<sup>128</sup>. La cultura de los miembros de las comunidades indígenas corresponde a una forma de vida particular de ser, ver y actuar en el mundo, constituido a partir de su estrecha relación con sus tierras tradicionales y recursos naturales, no sólo por ser estos su principal medio de subsistencia, sino además porque constituyen un elemento integrante de su cosmovisión, religiosidad y, por ende, de su identidad cultural<sup>129</sup>.

102. Debido a la conexión intrínseca que los integrantes de los pueblos indígenas y tribales tienen con su territorio, la protección del derecho a la propiedad, uso y goce sobre éste es necesaria para garantizar su supervivencia. Esta conexión entre el territorio y los recursos naturales que han usado tradicionalmente los pueblos indígenas y tribales y que son necesarios para su supervivencia física y cultural, así como el desarrollo y continuidad de su cosmovisión, es preciso protegerla bajo el artículo 21 de la Convención para garantizar que puedan continuar viviendo su modo de vida tradicional y que su identidad

---

<sup>126</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs Nicaragua. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2001. Serie C No. 79, párrs. 148 y 149, y *Caso de los pueblos indígenas de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros Vs. Panamá. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 14 de octubre de 2014. Serie C No. 284, párr. 111.

<sup>127</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de marzo de 2006. Serie C No. 146, párr. 120, y *Caso de los pueblos indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros Vs. Panamá*, párr. 111.

<sup>128</sup> Cfr. *Caso Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua*, párr. 149, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de agosto de 2010. Serie C No. 214, párr. 86.

<sup>129</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 17 de junio de 2005. Serie C No. 125, párr. 135, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguay*, párr. 174.

cultural, estructura social, sistema económico, costumbres, creencias y tradiciones distintivas serán respetadas, garantizadas y protegidas por los Estados<sup>130</sup>.

103. La jurisprudencia de esta Corte ha reconocido reiteradamente el derecho de propiedad de los pueblos indígenas sobre sus territorios tradicionales, y el deber de protección que emana del artículo 21 de la Convención Americana a la luz de las normas del Convenio 169 de la OIT, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, así como los derechos reconocidos por los Estados en sus leyes internas o en otros instrumentos y decisiones internacionales, conformando así un *corpus juris* que define las obligaciones de los Estados Partes de la Convención Americana, en relación con la protección de los derechos de propiedad indígena<sup>131</sup>. Por tanto, al analizar el contenido y alcance del artículo 21 de la Convención en el presente caso, la Corte tomará en cuenta, a la luz de las reglas generales de interpretación establecidas en el artículo 29.b de la misma y como lo ha hecho anteriormente<sup>132</sup>, la referida interrelación especial de la propiedad comunal de las tierras para los pueblos indígenas, así como las alegadas gestiones que ha realizado el Estado para hacer plenamente efectivo estos derechos<sup>133</sup>.

104. Además, la Corte ha interpretado el artículo 21 de la Convención estableciendo que el deber de los Estados de adoptar medidas para asegurar a los pueblos indígenas su derecho a la propiedad implica necesariamente, en atención al principio de seguridad jurídica, que el Estado debe delimitar, demarcar y titular los territorios de las comunidades indígenas y tribales. Asimismo, la Corte ha explicado que es necesario materializar los derechos territoriales de los pueblos indígenas a través de la adopción de las medidas legislativas y administrativas necesarias para crear un mecanismo efectivo de delimitación, demarcación y titulación, que reconozca tales derechos en la práctica<sup>134</sup>. Lo anterior, considerando que el reconocimiento de los derechos de propiedad comunal indígena debe garantizarse a través del otorgamiento de un título de propiedad formal, u otra forma similar de reconocimiento estatal, que otorgue seguridad jurídica a la tenencia indígena de la tierra frente a la acción de terceros o de los agentes del propio Estado, ya que un reconocimiento meramente abstracto o jurídico de las tierras, territorios o recursos indígenas carece prácticamente de sentido si no se establece, delimita y demarca físicamente la propiedad<sup>135</sup>.

105. Por otra parte, el Tribunal recuerda su jurisprudencia respecto a la propiedad comunitaria de las tierras indígenas, según la cual se indica *inter alia* que: 1) la posesión tradicional de los indígenas sobre sus tierras tiene efectos equivalentes al título de pleno dominio que otorga el Estado; 2) la posesión tradicional otorga a los indígenas el derecho a exigir el reconocimiento oficial de propiedad y su registro; 3) los miembros de los pueblos

---

<sup>130</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*, párrs. 124, 135 y 137, y *Caso de los pueblos indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros Vs. Panamá*, párr. 112.

<sup>131</sup> Cfr. *Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados*. Opinión Consultiva OC-18/03 de 17 de Septiembre de 2003. Serie A No. 18, párr. 120, *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*, párr. 127 y 128, *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador. Fondo y Reparaciones*. Sentencia de 17 de junio de 2012. Serie C. 245, párr. 164, y *Caso de los pueblos indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros Vs. Panamá*, párr. 118 y 142.

<sup>132</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni Vs. Nicaragua*, párr. 148, y *Caso de los pueblos indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros Vs. Panamá*, párr. 113.

<sup>133</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*, párr. 124, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá*, párr. 113.

<sup>134</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni Vs. Nicaragua*, párrs. 153 y 164, y *Caso de los pueblos indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros Vs. Panamá*, párrs. 119 y 166.

<sup>135</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*, párr. 143, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá*, párr. 135.

indígenas que por causas ajenas a su voluntad han salido o perdido la posesión de sus tierras tradicionales mantienen el derecho de propiedad sobre las mismas, aún a falta de título legal, salvo cuando las tierras hayan sido legítimamente trasladadas a terceros de buena fe; 4) el Estado debe delimitar, demarcar y otorgar título colectivo de las tierras a los miembros de las comunidades indígenas<sup>136</sup>, y 5) los miembros de los pueblos indígenas que involuntariamente han perdido la posesión de sus tierras, y éstas han sido trasladadas legítimamente a terceros de buena fe, tienen el derecho de recuperarlas o a obtener otras tierras de igual extensión y calidad<sup>137</sup>. Con respecto a lo señalado, la Corte ha sostenido que no se trata de un privilegio para usar la tierra, el cual puede ser despojado por el Estado u opacado por derechos a la propiedad de terceros, sino de un derecho de los integrantes de pueblos indígenas y tribales para obtener la titulación de su territorio a fin de garantizar el uso y goce permanente de dicha tierra<sup>138</sup>.

106. En el mismo sentido, la Corte ha establecido que la falta de una delimitación y demarcación efectiva por el Estado de los límites del territorio sobre los cuales existe un derecho de propiedad colectiva de un pueblo indígena puede crear un clima de incertidumbre permanente entre los miembros de los pueblos referidos en cuanto no saben con certeza hasta dónde se extiende geográficamente su derecho de propiedad comunal y, consecuentemente, desconocen hasta dónde pueden usar y gozar libremente de los respectivos bienes<sup>139</sup>.

107. Adicionalmente, en el *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros Vs. Panamá*, la Corte indicó que diversos Estados miembros de la Organización de los Estados Americanos que habían reconocido la competencia contenciosa de la Corte - por ejemplo, Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Paraguay, Perú y Venezuela - a través de su normatividad interna han incorporado de alguna forma las obligaciones de delimitar, demarcar y titular las tierras indígenas en su ámbito normativo interno, al menos desde los años 70, 80, 90, y 2000 y que está claramente reconocida la obligación de los Estados de delimitar, demarcar y titular las tierras de los pueblos indígenas<sup>140</sup>.

108. Con respecto a las obligaciones que surgen de las disposiciones de derecho interno hondureño, la Corte constata que la Constitución de 1982, actualmente vigente, señala en su artículo 346 que “[e]s deber del Estado dictar medidas de protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas existentes en el país, especialmente de las tierras y bosques donde estuvieren asentadas”<sup>141</sup>. Asimismo, la Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrícola de 1992 dispuso en su artículo 65 la reforma del artículo 92 de la Ley de Reforma Agraria para que incluyera *inter alia* lo siguiente “[l]as comunidades étnicas que acrediten la ocupación de las tierras donde estén asentadas, por el término no

---

<sup>136</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 15 de junio de 2005. Serie C. 124, párr. 209; *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua*, párr. 151 y 153, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá*, párr. 117.

<sup>137</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay*, párr. 128, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguay*, párr. 109.

<sup>138</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 15 de junio de 2005. Serie C No. 124, párr. 209, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá*, párr. 135.

<sup>139</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua*, párr. 153, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá*, párr. 136.

<sup>140</sup> Cfr. *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá*, párr. 118.

<sup>141</sup> Constitución Política de la República de Honduras, artículo 346.

menor de tres años indicado en el Artículo 15 reformado de esta Ley, recibirán los títulos de propiedad en dominio pleno completamente gratis, extendidos por el Instituto Nacional Agrario en el plazo estipulado en el Artículo 15 referido” y la Ley de Reforma Agraria efectivamente se reformó en tal sentido<sup>142</sup>.

109. Además, la Ley de Propiedad, aprobada por Decreto N° 82-2004 del 28 de mayo de 2004 establece en su artículo 93 que “[e]l Estado, por la importancia especial que para las culturas y valores espirituales reviste su relación con las tierras, reconoce el derecho que los pueblos indígenas y afrohondureños tienen sobre las tierras que tradicionalmente poseen y que la ley no prohíbe”. Por otra parte, el artículo 94 de la misma Ley indica que “los derechos de propiedad sobre las tierras de estos pueblos se titularán a su favor en forma colectiva. Los miembros de las comunidades tienen derecho de tenencia usufructo de acuerdo a las formas tradicionales de tenencia de la propiedad comunal”<sup>143</sup>.

### *B.2. Consideraciones sobre el territorio tradicional de la Comunidad*

110. Según fuera señalado en el capítulo sobre Hechos, consta que: a) en 1946 la Comunidad Triunfo de la Cruz solicitó el otorgamiento de un título ejidal sobre el terreno que ocupaba, y en 1950 se aprobó tal solicitud sobre un territorio que comprende una extensión de aproximadamente 380 hectáreas, en calidad de ejido; b) en 1969, la Comunidad presentó ante el INA una solicitud de creación de un “centro de población agrícola” sobre un área de aproximadamente doscientas manzanas al Este del territorio otorgado en calidad de ejido; c) la Comunidad presentó una solicitud ante el INA que dio lugar a que en 1979 se les extendiera un título en “garantía de ocupación” sobre 126.40 hectáreas, ubicadas al extremo Este de las tierras previamente dadas en calidad de ejido; d) en 1993 fue extendido a la Comunidad un “título definitivo de propiedad en dominio pleno” sobre las aproximadamente 380 hectáreas otorgadas como ejido en 1950; e) en 1997 la Comunidad presentó ante el INA una solicitud con el fin de obtener un título de dominio pleno sobre aproximadamente 600 hectáreas, f) en 1998 la Comunidad presentó una solicitud de dominio pleno sobre un terreno de 126.40 hectáreas que ya poseían en garantía de ocupación, g) en 2001 el INA otorgó un título definitivo de dominio pleno sobre aproximadamente 234 hectáreas, divididas en tres áreas (denominados Lotes A2, A3, y A4 en un mapa realizado por el INA)<sup>144</sup> (*supra* párr. 70), y h) con antelación a que se otorgue en el año 2001 las titulaciones sobre las referidas áreas A2, A3 y A4, surge en la prueba que en enero de ese año la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz solicitó una ampliación del título de dominio pleno que le había sido conferido en el año 1993, sin que se conozca exactamente la extensión que corresponde a dicha solicitud (*supra* párr. 71). Por tanto, la Comunidad presentó a nivel interno, desde 1946, distintas solicitudes para la adjudicación de tierras, que en su totalidad suman aproximadamente unas 980 hectáreas, de las cuales se les confirió aproximadamente 614 hectáreas en “dominio pleno” y 126 hectáreas en “garantía de ocupación”.

111. Sin embargo, y sin perjuicio de lo anterior, el Tribunal constata que los representantes y la Comisión indicaron que el territorio tradicional de la Comunidad tendría una extensión de 2840 hectáreas. Consta que esa evaluación se hace con base en un

---

<sup>142</sup> Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrícola, Congreso Nacional, Decreto N°. 31-92, de 5 de marzo de 1992, La Gaceta N°. 26713 de 6 de abril de 1992, artículo 65; Ley de Reforma Agraria, El Jefe de Estado en Consejo de Ministros, Decreto-Ley N°. 170, de 30 de diciembre de 1974, La Gaceta N°. 21482 de 8 de enero de 1975, artículo 92.

<sup>143</sup> Ley de Propiedad, Congreso Nacional, Decreto N°. 82-2004, de 28 de mayo de 2004, artículos 93 y 94.

<sup>144</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, Memorandum, de 5 de julio de 2001 (expediente de prueba, folios 1938 y 1941), se refiere a que los Lotes A3 y A4 están ubicados dentro del parque nacional Punta Izopo, solicitados por la Comunidad en ampliación.

informe elaborado por el Central American and Caribbean Research Council (CACRC) sobre las tierras tradicionales de la Comunidad en el año 2002 (*supra* párr. 55), aunque únicamente fue remitido un informe de esa misma institución que data del año 2006 que incluye un mapa del informe de 2002 el cual se refiere a las 2840 hectáreas<sup>145</sup>.

112. Asimismo, la Corte nota que esa información fue incluida por primera vez durante el trámite del caso ante la Comisión, en un anexo a un escrito remitido por los peticionarios a la Comisión el 23 de mayo de 2006<sup>146</sup>. Por su parte, el Estado rechaza que el territorio Garífuna sea el indicado dado que el informe del CACRC “no es un documento definitivo, sino una aproximación cuyo contenido se basa en la versión unilateral de los interesados”.

113. Con respecto a la prueba sobre la cual se sustenta el informe de la CACRC de 2002, no se especifica cuales fueron las fuentes que llevaron a la elaboración del referido mapa, únicamente consta en el informe del Panel de inspección del Banco Mundial que el “estudio/diagnóstico de tierras, que fue realizado por el Consejo de Investigación Centroamericano y del Caribe (Central American and Caribbean Research Council, CACRC), se basó en una metodología participativa para cartografiar los reclamos territoriales de 25 comunidades garífunas y misquitas sobre la costa norteña”<sup>147</sup>.

114. Por otra parte, el 5 de julio de 2001, en el marco de la presentación final de las medidas realizadas en la Comunidad Garífuna del Triunfo de la Cruz, el INA elaboró un plano donde se identifican cuatro áreas que conforma la solicitud de ampliación presentada por la Comunidad Triunfo de la Cruz (*supra* párr. 110). En particular se mencionan las áreas: A1 de una extensión de unas 408 hectáreas y que se refiere al “área solicitada en ampliación por la Comunidad del Triunfo de La Cruz, en donde esta misma se encuentra dentro de la ampliación del Radio urbano de Tela”; A2 de una extensión de unas 155 hectáreas y que se corresponde al área solicitada en ampliación que “colinda con el manglardel parque Janneth Kawas”, y “se encuentra fuera del perímetro urbano de Tela”; A3 de una extensión de unas 33 hectáreas y que se corresponde al área solicitada en ampliación que se ubica dentro del Parque Nacional Punta Izopo, y A4 de una extensión de unas 45 hectáreas y que corresponde “al área solicitada en ampliación que cubre parte del cerro Punta Izopo y que se ubica dentro del Parque Nacional Punta Izopo”<sup>148</sup> (*infra* Mapa Anexo).

115. Del mismo modo, en el capítulo de Hechos, se ha visto que el 27 de septiembre de 2001 el INA dio lugar al otorgamiento de un título definitivo de dominio pleno sobre tres lotes de tierra que cubren 234 hectáreas, 48 áreas y 76.03 centiáreas, superficie que corresponde a las áreas A2, A3 y A4 (*infra* Mapa Anexo) (*supra* párr. 70). Por otra parte, mediante acta especial de 19 de septiembre de 2001 el INA indicó que, “en el marco del Convenio 169 de la OIT, reconoce la propiedad ancestral de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz en el lote A1”, motivo por el cual “se compromete a realizar un estudio sobre la tenencia de la tierra que hayan obtenido personas ajenas a la comunidad, en el lote A1 de acuerdo al plano levantado por el Instituto Nacional Agrario en fecha 4 de julio de 2001” y que “[u]na vez determinada la legalidad de las escrituras, anuladas por la autoridad judicial competente y saneadas serán adjudicadas a favor de la comunidad”<sup>149</sup>.

---

<sup>145</sup> Cfr. Central American and Caribbean Research Council, “*Etnografía Comunidad Triunfo de la Cruz*” (expediente de prueba, folios 276 a 297).

<sup>146</sup> Cfr. Expediente de prueba (folio 3347).

<sup>147</sup> Panel de inspección del Banco Mundial, Informe de Investigación - Programa de Administración de Tierras de Honduras, Informe N° 39933-HN de 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 149).

<sup>148</sup> Instituto Nacional Agrario, Memorandum, de 5 de julio de 2001 (expediente de prueba, folios 1938 y 1941).

<sup>149</sup> Instituto Nacional Agrario, Acta Especial, de 19 de septiembre de 2001 (expediente de prueba, folio 1974).



116. Lo anterior permite a la Corte llegar a varias conclusiones. En primer término, no surge de la prueba remitida que la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz hubiera presentado solicitudes a nivel interno que se refieran a la extensión territorial que figura en el Informe de Fondo y en el Escrito de Solicitudes y Argumentos, a saber 2840 hectáreas. En segundo término, las distintas solicitudes que interpuso la Comunidad a lo largo de los años (1946, 1969, 1997, 1998 y 2001) se refieren a extensiones territoriales sensiblemente menores, a saber: 380 hectáreas, 128 hectáreas, 600 hectáreas y 126 hectáreas, que de manera conjunta tampoco suman 2840 hectáreas. En tercer lugar, la Corte nota que la solicitud presentada en enero de 2001 (*supra* párr. 71) no se fundamentó en el hecho que el territorio reclamado era tradicional, sino en que “debido al crecimiento de la población se hace necesario ampliar [el] área [titulada en 1993,] con el propósito que sus habitantes tengan acceso a la tierra para construir sus viviendas. Pero muy especialmente para que puedan cultivar la misma para la subsistencia y para desarrollar otras actividades relacionadas con su idiosincracia y cultura”<sup>150</sup>. En cuarto lugar, el Tribunal no puede dejar de constatar que la solicitud relacionada con el alegado territorio tradicional de 2840 hectáreas fue planteada por primera vez ante los órganos del Sistema Interamericano de derechos humanos, y con posterioridad a la emisión del Informe de Admisibilidad (*supra* párr. 2). Por último, el lote A1 de 408 hectáreas ha sido reconocido como territorio tradicional por el INA, pero no fue adjudicado a la Comunidad.

117. Por todo lo expuesto, el Tribunal concluye que carece de elementos de prueba suficientes que le puedan permitir determinar la extensión real del territorio tradicional de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz. Por tanto, a los efectos de analizar la responsabilidad internacional del Estado en relación con el derecho a la propiedad colectiva de la Comunidad, se considerará que el territorio tradicional de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz abarca por lo menos las siguientes áreas: a) los territorios que fueron otorgados a la Comunidad en calidad de dominio pleno y en garantía de ocupación (*supra* párrs. 68, 69 y 70), y b) los territorios que el propio Estado reconoció a nivel interno como territorio tradicional de la Comunidad (Lote A1 de 408 hectáreas) (*supra* párr. 115 e *infra* Mapa Anexo).

118. Sin perjuicio de lo señalado, es necesario precisar que lo indicado en el párrafo anterior se establece únicamente a los efectos de analizar la responsabilidad internacional del Estado en el presente caso, de conformidad con la prueba que fuera remitida al Tribunal. Asimismo, esa conclusión no impide que, de ser el caso en otros procedimientos judiciales o extrajudiciales, otras autoridades puedan reconocer que el territorio tradicional de la Comunidad Triunfo de la Cruz puede tener mayores dimensiones.

*B.3. La alegada falta de demarcación y delimitación de las tierras tituladas a favor de la Comunidad y de los territorios que fueron reconocidos como tradicionales por parte del Estado*

119. Con respecto a los alegatos relacionados con la presunta falta de titulación, delimitación y demarcación de los territorios tradicionales de la Comunidad Triunfo de la Cruz, el Tribunal recuerda que: a) el 9 de septiembre de 1981 el Estado de Honduras reconoció la competencia contenciosa de este Tribunal (*supra* párr. 18); b) desde la adopción de la Constitución de 1982 el Estado estaba en la obligación de “dictar medidas de protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas existentes en el país, especialmente de las tierras y bosques donde estuvieren asentadas” (*supra* párr. 108); c) la Ley de Reforma Agraria, reformada por la Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrícola de 1992, dispone en su artículo 92 que el Estado estará obligado a titular en

<sup>150</sup> Solicitud ampliación de título presentada ante el INA de 22 de enero de 2001 (expediente de prueba, folio

dominio pleno los territorios de “[l]as comunidades étnicas que acrediten la ocupación de las tierras donde estén asentadas, por el término no menor de tres años”, y d) Honduras ratificó el Convenio 169 de la OIT el 28 de marzo de 1995, el cual entró en vigor para Honduras el 28 de marzo de 1996, de conformidad con lo dispuesto en su artículo 38, y que obliga a los Estados a reconocer los pueblos indígenas y tribales el derecho de propiedad y de posesión sobre las tierras que tradicionalmente ocupan, para lo cual deberán tomar las medidas que sean necesarias para determinar dichas tierras y garantizar la protección efectiva de sus derechos de propiedad y posesión.

120. De lo anterior se desprende que, de conformidad con la normatividad mencionada, es indudable que la obligación a nivel interno de demarcar y delimitar los territorios de las comunidades indígenas ha nacido por lo menos a partir de la adopción de la Constitución de 1982, fecha para la cual el Estado ya había reconocido la competencia contenciosa de la Corte. El fundamento de ello radica en el hecho que la obligación establecida constitucionalmente de dictar medidas de protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas existentes en el país se traduce en que el Estado, para asegurar a dichas comunidades su derecho a la propiedad sobre las tierras en las cuales se encuentran asentadas, debe garantizar el uso y goce de sus bienes, lo cual implica necesariamente, en atención al principio de seguridad jurídica, que el Estado debe demarcar y delimitar los territorios de las comunidades indígenas y tribales.

121. Sobre este particular, la Corte ha declarado previamente que “el reconocimiento meramente abstracto o jurídico de las tierras, territorios o recursos indígenas carece prácticamente de sentido si no se ha establecido y delimitado físicamente la propiedad” (*supra* párr. 104)<sup>151</sup>.

122. Por otra parte, la obligación interna de titular los territorios reclamados por las comunidades indígenas surge a partir del año 1992 con la adopción de la Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrícola. En cuanto a la obligación internacional de titular, demarcar y delimitar, la misma surgió a partir de la entrada en vigor, el 28 de marzo de 1996, del Convenio 169 de la OIT, que había sido ratificado por Honduras en el año 1995.

123. A continuación la Corte analizará las obligaciones a cargo del Estado respecto de cada uno de los siguientes territorios que se refieren a los hechos del caso: a) Terreno dado en ejido en 1950 y en dominio pleno en 1993; b) Lote A1 y terreno dado en garantía de ocupación en el año 1979; c) Lote A2, reconocido en dominio pleno en 2001; d) Lotes A3 y A4, reconocidos en dominio pleno en 2001, y e) Mar y playa.

#### *B.3.1. Terreno dado en ejido en 1950 y en dominio pleno en 1993*

124. En el presente caso se comprueba que en 1993, un año después de que surgiera la obligación de titular a nivel interno (*supra* párr. 119), el INA tituló a favor de la Comunidad Triunfo de la Cruz las aproximadamente 380 hectáreas de territorio que les habían sido conferidas en calidad de título ejidal en el año 1950 (*supra* párr. 59). En consecuencia, la Corte encuentra que el Estado no violó su obligación de titular dicho territorio.

125. Con respecto a la demarcación y delimitación de ese territorio, la Corte constata que recién en el año 2000, 18 años después de que naciera la obligación interna correspondiente, y 6 años después de que naciera la obligación internacional, fue nombrado un Comisionado Agrario encargado de llevar a cabo “la remediación de los ejidos de la

---

<sup>151</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*, párr. 143; *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, párr. 116, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá*, párr. 135.

Comunidad Garífuna del Triunfo de la Cruz”<sup>152</sup>, actividad que se realizó ese mismo año<sup>153</sup>. Por tanto, el Estado es responsable por la violación al artículo 21 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 de la misma, por haber incumplido su obligación de delimitar y demarcar esa área durante el referido período de tiempo.

### *B.3.2. Lote A1 y terreno dado en Garantía de Ocupación en el año 1979*

126. Según fue señalado, en el año 2001 el INA reconoció que el lote A1 de aproximadamente 408 hectáreas era territorio tradicional de la Comunidad Triunfo de la Cruz (*supra* párr. 115). Sin embargo, hasta la fecha, el mismo no ha sido ni demarcado, ni delimitado, ni titulado, siendo que el Estado tenía la obligación de hacerlo desde 1982 y 1992, respectivamente, a nivel interno, y desde 1996 a nivel internacional (*supra* párr. 119). Por tanto, el Estado es responsable por la violación al artículo 21 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 de la misma, por haber incumplido su obligación de titular, delimitar y demarcar esa área. Tampoco surge de la prueba que el INA hubiese evaluado, frente a una eventual imposibilidad real de otorgar esos títulos, y de conformidad con lo establecido por el Convenio 169 de la OIT en su artículo 16<sup>154</sup>, la necesidad de otorgar tierras alternativas o compensaciones por el territorio tradicional que no se estaba adjudicando a la Comunidad. Con respecto al terreno dado en garantía de ocupación en el año 1979, la Corte observa que el mismo se encuentra dentro del lote A1 (*infra* Mapa Anexo), motivo por el cual se llegan a idénticas conclusiones que para la referida área.

127. Por último cabe también señalar que la falta de titulación del territorio del lote A1 en beneficio de la Comunidad Triunfo de la Cruz resulta especialmente gravosa debido al hecho que los demás territorios titulados a favor de la misma que no son adyacentes, se encuentran divididos y fraccionados sin que exista una relación de continuidad entre los mismos. El lote “A1” constituye una extensión territorial que se encuentra contigua a los otros lotes de tierra otorgados en dominio pleno a la Comunidad (*infra* Mapa Anexo), y además posibilitaría que exista una prolongación geográfica entre estos. En ese sentido es razonable inferir que esa falta de continuidad entre los distintos territorios que le fueron otorgados, dificulta el correcto uso y goce de los mismos por parte de los miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz. En consecuencia, la falta de titulación del lote A1 también impacta negativamente en el uso y goce de los otros territorios que fueron otorgados en dominio pleno a la Comunidad.

### *B.3.3. Lote A2 reconocido en dominio pleno en 2001*

128. Consta en la prueba que la Comunidad Triunfo de la Cruz solicitó en dominio pleno, entre otros, el área correspondiente al Lote A2 (133 hectáreas) en el año 1997 (*supra* párr.

---

<sup>152</sup> Escrito del Comisionado Agrario dirigido a la oficina regional agrario de La Ceiba, de 3 de julio de 2000 (expediente de prueba, folio 761).

<sup>153</sup> *Cfr.* Hojas de firma de las personas presentes en “la ubicación de dos puntos de ampliación de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz”, “la ubicación de tres puntos de los Ejidos de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz”, y “la inspección de mojones y linderos” (expediente de prueba, folios 801 a 806).

<sup>154</sup> Artículo 16 del Convenio 169 de la OIT dispone: “3. Siempre que sea posible, estos pueblos deberán tener el derecho de regresar a sus tierras tradicionales en cuanto dejen de existir la causas que motivaron su traslado y reubicación. 4. Cuando el retorno no sea posible, tal como se determine por acuerdo o, en ausencia de tales acuerdos, por medio de procedimientos adecuados, dichos pueblos deberán recibir, en todos los casos posibles, tierras cuya calidad y cuyo estatuto jurídico sean por lo menos iguales a los de las tierras que ocupaban anteriormente, y que les permitan subvenir a sus necesidades y garantizar su desarrollo futuro. Cuando los pueblos interesados prefieran recibir una indemnización en dinero o en especie, deberá concedérseles dicha indemnización, con las garantías apropiadas”.

70). En el 2001 el Estado otorgó el dominio pleno sobre el referido Lote (*supra* párr. 70) y delimitó el mismo<sup>155</sup>. No se cuenta con información sobre la demarcación del mismo.

129. La Corte encuentra que el tiempo transcurrido desde la solicitud de dominio pleno en 1997 y la efectiva titulación por parte del Estado en 2001, no resulta irrazonable, motivo por el cual considera que el Estado no es responsable por la violación a su obligación de titular y delimitar el Lote de tierra A2 (*infra* Mapa Anexo), y no se puede pronunciar sobre la supuesta falta de demarcación, por no contar con los elementos de información suficientes.

#### *B.3.4. Lotes A3 y A4, reconocidos en dominio pleno en 2001*

130. En lo concerniente a las áreas A3 y A4, de aproximadamente 33 hectáreas y 45 hectáreas, respectivamente, el Tribunal observa que su dominio pleno fue otorgado sin que se presentara una solicitud formal por parte de la Comunidad. En consecuencia, no corresponde pronunciarse sobre la obligación de titular esos terrenos. Con respecto a la obligación de delimitar, consta que éstos fueron delimitados en 2001<sup>156</sup>. No se cuenta con información sobre la demarcación de los mismos. La Corte encuentra que el Estado no es responsable por la violación a su obligación de titular, demarcar y delimitar los Lotes de tierra A3 y A4 (*infra* Mapa Anexo).

#### *B.3.5. Solicitudes de dominio pleno sobre mar y tierra*

131. El Tribunal recuerda que los representantes y la Comisión solicitaron a la Corte que reconozca parte del mar y de la playa como territorio tradicional de la Comunidad Triunfo de la Cruz. El Estado alegó que el derecho interno dispone que el mar y la playa son bienes públicos y no es posible emitir un título de dominio para su uso y posesión exclusivos, porque no pueden ser objeto de apropiación, aunque la legislación reconoce el derecho de los pueblos garífunas a acceder a los mismos.

132. Este Tribunal constata que, en el presente caso, la cultura y la economía del pueblo Garífuna, incluyendo la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, están conformadas, entre otros, por la pesca artesanal y la caza de pequeños animales del mar, tales como tortugas y manatíes. En este sentido, la playa y el mar son parte de la identidad étnica garífuna, porque tienen un valor fundamental para su subsistencia, y también están vinculados a su historia y religión. Al respecto, consta en la prueba que "debido a la historia garífuna, las playas son un elemento importante en las ceremonias religiosas" y que "los lugares de residencia garífuna bordeando las playas están en el corazón de esta cultura marinera"<sup>157</sup>.

133. En la misma línea declaró la presunta víctima Ángel Castro que la Comunidad dependía para su "sobrevivencia", aparte de la tierra, de "los mares para pescar" y que "[e]l mar es [...] parte de la cultura Garífuna"<sup>158</sup>. Asimismo declaró que su explotación del mar es "bajo las normas de nuestro uso y costumbres" y que son "limitados en la explotación de la naturaleza", en el sentido que se obtiene "lo que necesita[n] para [su] sustento [...] [y que

<sup>155</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, Memorandum, de 5 de julio de 2001 (expediente de prueba, folios 1938 a 1941).

<sup>156</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, Memorandum, de 5 de julio de 2001 (expediente de prueba, folios 1938 a 1941).

<sup>157</sup> Panel de inspección del Banco Mundial, Informe de Investigación - Programa de Administración de Tierras de Honduras, Informe N° 39933-HN de 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folios 159 a 160).

<sup>158</sup> Declaración rendida ante la Corte Interamericana por José Ángel Castro, durante la audiencia pública celebrada el 20 de mayo de 2014. El señor Castro se refirió a que: "[l]as comunidades garífunas en Honduras están distribuidas en todo el litoral atlántico, incluso en Guatemala, Belice y parte de Nicaragua, porque siendo el mar parte de nuestra cultura, nosotros nos sentimos muy bien enfrente del mar para lo que es la recreación, las brisas y muchas otras cosas".

lo hacen] de una manera artesanal". Al respecto, especificó que el porcentaje de la Comunidad que se dedica al mar "[a]hora se ha disminuido un poco, pero estamos hablando de como un 75%". Además, habría "terceros que [...] explotan, pero de una manera industrial".

134. Respecto del alegado territorio tradicional, del cual formaría parte alguna extensión de mar y playa, según fue indicado, este Tribunal únicamente se pronunciará sobre las alegadas violaciones al derecho a la propiedad comunal relacionadas con los territorios que fueron otorgados a la Comunidad en calidad de dominio pleno y en garantía de ocupación, y sobre aquellos que el propio Estado reconoció a nivel interno como territorio tradicional de la Comunidad (Lote A1 de 408 hectáreas) (*infra* Mapa Anexo y *supra* párr. 117).

135. Sin mengua de lo señalado, la Corte recuerda que su jurisprudencia respecto de los territorios de los pueblos indígenas y tribales se ha referido a áreas terrestres, los cuales, en su caso, incluyen ríos, lagos o recursos naturales de carácter hídrico. En el mismo sentido, el artículo 14.1 del Convenio 169 de la OIT establece genéricamente que "1. [d]eberá reconocerse a los pueblos interesados el derecho de propiedad y de posesión sobre las tierras que tradicionalmente ocupan. Además, en los casos apropiados, deberán tomarse medidas para salvaguardar el derecho de los pueblos interesados a utilizar tierras que no estén exclusivamente ocupadas por ellos, pero a las que hayan tenido tradicionalmente acceso para sus actividades tradicionales y de subsistencia".

136. Asimismo, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas indica en su artículo 25 que "[l]os pueblos indígenas tienen derecho a mantener y fortalecer su propia relación espiritual con las tierras, territorios, aguas, mares costeros y otros recursos que tradicionalmente han poseído u ocupado y utilizado y a asumir las responsabilidades que a ese respecto les incumben para con las generaciones venideras". Por su parte el Comité de Derechos Humanos de las Naciones Unidas ha tratado en algunos casos la relación de los pueblos indígenas o tribales con los recursos pesqueros y su uso de recursos hídricos como, por ejemplo, en los casos *Apirana Mahuika y otros c. Nueva Zelanda* (Comunicación No. 547/1993) y *Angela Poma Poma c. Perú* (Comunicación No. 1457/2006)<sup>159</sup>. En los casos mencionados anteriormente, el Comité ha reconocido que el artículo 27 del Pacto de Derechos Civiles y Políticos (PIDCP) protege el desarrollo de actividades económicas y sociales tradicionales en forma mancomunada como parte del derecho a tener su propia vida cultural, es decir, como expresiones culturales que una comunidad o pueblo indígena podría tener.

137. Por tanto, si bien en el presente caso el Tribunal considera que no es necesario pronunciarse sobre la alegada violación del artículo 21 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio de la Comunidad y sus miembros, por la falta del Estado de garantizar el libre acceso o de delimitar, demarcar y titular partes de la playa y el mar, es relevante recordar que los Estados deben garantizar el uso, goce y utilización en igualdad de condiciones y sin discriminación a las playas y mares costeros y otros recursos que tradicionalmente han utilizado, de conformidad con sus usos y costumbres.

#### *B.4. La alegada falta de protección del territorio de la Comunidad frente a terceros*

138. En cuanto a los alegatos relacionados con la presunta falta de protección del territorio de la Comunidad Triunfo de la Cruz frente a terceros, la Corte reitera que desde el año 1982 el Estado estaba en la obligación de garantizar el uso y goce de los territorios

---

<sup>159</sup> Cfr. Naciones Unidas, Comité de Derechos Humanos, Comunicación No. 547/1993 (*Apirana Mahuika y otros c. Nueva Zelanda*), UN Doc. CCPR/C/70/D/547/1993, de 16 de noviembre de 2000, párr. 9.3; Naciones Unidas, Comité de Derechos Humanos, Comunicación No. 1457/2006 (*Angela Poma Poma c. Perú*), UN Doc. CCPR/C/95/D/1457/2006, de 24 de abril de 2009, párrs. 2.1 y 7.3.

donde estaban asentadas las comunidades indígenas (*supra* párr. 119) y que a partir del año 1996 el Estado estaba obligado internacionalmente a garantizar el uso y goce del territorio de las comunidades indígenas en virtud de lo dispuesto en el Convenio 169 de la OIT (*supra* párr. 119).

139. Los representantes y la Comisión se han referido a varios hechos de ventas o de superposición de títulos de propiedad relacionados con los territorios sobre los cuales versa la presente controversia. De ese modo, se presentan las problemáticas relacionadas con los siguientes títulos: a) la venta de 50 hectáreas de tierra a la empresa MACERICA en el año 1969; b) la venta de aproximadamente 44 hectáreas a la empresa IDETRISA en el año 1993, y c) el traspaso de las 22 manzanas al sindicato de trabajadores de la Municipalidad de Tela.

140. Con respecto a esas tres áreas, cabe señalar que se encuentran todas ubicadas dentro del lote A1 (*infra* Mapa Anexo) que fue reconocida por el INA como territorio tradicional de la Comunidad Triunfo de la Cruz en el año 2001 (*supra* párr. 115).

#### *B.4.1. La venta de 50 hectáreas<sup>160</sup> de tierra a la empresa MACERICA en el año 1969*

141. Surge del acervo probatorio que el 6 de julio de 1969 fue adquirido por la empresa MACERICA un terreno de unas 50 hectáreas situado en el lugar denominado "Río Platano". Consta en los hechos que, en junio de 1969, miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz solicitaron al INA ser amparados en contra de actos de desalojo del terreno que había sido adquirido por la sociedad mercantil MACERICA. Posteriormente, el Director del INA adoptó el Acuerdo N°. 14 de 7 de mayo de 1970, mediante el cual resolvió proteger a los miembros de la Comunidad en la ocupación que ejercían en el terreno, así como "otorgar igual protección a los demás campesinos que ocupan el terreno de referencia" (*supra* párrs. 63).

142. Por otra parte, el 28 de septiembre de 1979 el INA extendió a favor de la Comunidad un título en "garantía en ocupación" sobre 126.40 hectáreas, ubicadas al extremo Este de las tierras previamente dadas en calidad de ejido (*supra* párr. 59). Esa área de 126.40 hectáreas se superpone en parte con el área donde se encontraba situada la empresa MACERICA. De lo anterior se desprende que al reconocer el título en garantía de ocupación, el Estado adquirió la obligación de asegurar el uso y goce de esa propiedad. Dicha obligación no se puede desconocer y el goce no puede dejar de concretarse efectivamente por el otorgamiento de un título de propiedad privado sobre esas tierras<sup>161</sup>.

143. Asimismo, el 25 de mayo de 1984 el INA emitió el Dictamen 329/84, mediante el cual señala que "el documento presentado [por la empresa Macerica] para acreditar el dominio privado del terreno Barra de Río Plátano no constituye título de validez suficiente [...] por lo que cabe que se presuma que es de dominio del Estado" (*supra* párr. 65).

144. Con respecto al territorio donde se encuentra hoy situada la empresa Macerica, la Corte constata que la Comunidad Triunfo de la Cruz no pudo ejercer plenamente el derecho de usar y gozar el título en garantía de ocupación que se le confirió en el año 1979. Lo anterior se fundamenta en el hecho que: i) esa área estaba ocupada por la empresa Macerica, ii) esa área estaba en disputa desde el año 1969, y iii) existía un título a favor de la empresa Macerica cuya validez para acreditar el dominio de ese lote no quedaba clara. Esa situación se prolongó más allá del año 1982, fecha a partir de la cual el Estado estaba

---

<sup>160</sup> En el año 1995 se procedió a una remeida del área, la cual indicó que ascendía a 56.76 hectáreas, siendo que la diferencia de 5.39 hectáreas se debe de aluvión natural que incrementó el área, (expediente de prueba, folios 8813 y 8814).

<sup>161</sup> Cfr. *Caso de los pueblos indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros Vs. Panamá*, párr. 142.

obligado a dictar medidas de protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas existentes en el país y especialmente de las tierras y bosques donde estaban asentadas, de conformidad con lo establecido en el artículo 346 de la Constitución (*supra* párr. 108).

145. En consecuencia, la Corte considera que el Estado es responsable por no haber garantizado el derecho de propiedad de la Comunidad en relación con el título adjudicado en garantía de ocupación en el año 1979 que se superpone con el área donde se encuentra ubicado el territorio ocupado por la empresa Macerica, en violación del artículo 21 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 de la misma.

146. El Tribunal precisa que la declaración de responsabilidad del Estado por no haber garantizado la posesión pacífica del territorio adjudicado en garantía de ocupación a la Comunidad no implica un pronunciamiento sobre los derechos de particulares que ya tenían un título de propiedad privada sobre parte de esas tierras. En este punto, la Corte se refiere únicamente a la responsabilidad del Estado de Honduras por haber otorgado un título de ocupación sobre un territorio que no era posible de ocupar en su totalidad y sobre el cual no existía plena seguridad jurídica en cuanto a su titularidad.

#### *B.4.2. La venta de aproximadamente 44 hectáreas a la empresa IDETRISA en el año 1993*

147. Según se ha señalado en el capítulo de Hechos, (*supra* capítulo VI) entre agosto de 1993 y julio de 1995 la Municipalidad de Tela vendió aproximadamente 44 hectáreas de tierras que se encontraban en el área otorgada en garantía de ocupación en el año 1979, a favor de la empresa IDETRISA, para la ejecución del proyecto turístico "Club Marbella" (*supra* párr. 74).

148. Al igual que en el acápite anterior, la Corte concluye que la Comunidad Triunfo de la Cruz no pudo ejercer plenamente el derecho de usar y gozar que surge del título otorgado en garantía de ocupación del año 1979, puesto que la Municipalidad vendió, con posterioridad al año 1979, parte de ese territorio a la empresa IDETRISA para que pueda desarrollar proyectos turísticos. Por tanto, la Corte considera que el Estado es responsable por no haber garantizado el derecho de propiedad de la Comunidad, en relación con el título adjudicado en garantía de ocupación en el año 1979 que se superpone con el área donde se encuentra ubicado el territorio ocupado por la empresa Idetrisa, en violación con el artículo 21 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 de la misma.

#### *B.4.3. El traspaso de las 22 manzanas al sindicato de trabajadores de la Municipalidad de Tela*

149. En lo que concierne la venta de las 22 manzanas al sindicato de trabajadores de la Municipalidad de Tela, surge de la prueba que el 15 de enero de 1997, la Corporación Municipal de Tela acordó traspasar al Sindicato de Empleados y Trabajadores de la Municipalidad de Tela 22.81 manzanas ubicadas en el territorio reivindicado por la Comunidad y ocupado en parte por esta (*supra* párr. 78).

150. La Corte constata que, según fue indicado por el INA en el año 2001, esa área se encuentra situada dentro del radio urbano de Tela<sup>162</sup>, que forma parte del Lote A1 que fue considerado por esa misma institución como territorio tradicional de la Comunidad Triunfo de la Cruz (*supra* párr. 115). Por otra parte, la adjudicación de las 22 manzanas sobre parte del territorio tradicional de la Comunidad tuvo lugar con posterioridad a la ratificación del Convenio 169 de la OIT por parte de Honduras. Para ese momento, Honduras había

<sup>162</sup> Cfr. Instituto Nacional Agrario, Memorandum de 5 de julio de 2001 (expediente de prueba, folio 1936).

adquirido el compromiso internacional de garantizar el derecho a la propiedad de las comunidades indígenas sobre sus territorios tradicionales (*supra* párr. 119).

151. En consecuencia, el Tribunal concluye que el Estado es responsable por haber violado el deber de garantizar el derecho a la propiedad de la Comunidad Triunfo de la Cruz, contenido en el artículo 21 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 del mismo instrumento, por haber permitido la adjudicación de un título de propiedad sobre un predio que se encuentra situado sobre el territorio que fuera reconocido por un ente estatal como tradicional y que estaba en parte ocupado por los miembros de la Comunidad.

152. Con respecto a este punto, la Corte recuerda que la responsabilidad del Estado en relación con el área donde se encuentran las 22 manzanas que habían sido adjudicadas al sindicato de trabajadores de la municipalidad, debe entenderse sin perjuicio de los derechos de terceros afectados a obtener un resarcimiento o una compensación de conformidad con lo establecido en el derecho interno hondureño.

#### *B.4.4. Conclusión*

153. De acuerdo a lo señalado en los acápites anteriores, el Estado es responsable por la violación al deber de garantizar el uso y goce de los territorios que fueron otorgados a la Comunidad en garantía de ocupación en el año 1979 y, a partir del año 1996, por no garantizar el uso y goce de los territorios tradicionales de la Comunidad que fueron reconocidos como tales por el INA en el año 2001, en violación del artículo 21 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 de la misma.

#### *B.5. La obligación de garantizar el derecho a la consulta, en relación con el derecho a la propiedad comunal de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz*

154. Con respecto al derecho a la propiedad colectiva, resulta necesario reiterar que éste no es absoluto y que, cuando los Estados imponen limitaciones o restricciones al ejercicio del derecho de los pueblos indígenas o tribales a la propiedad sobre sus tierras, territorios y recursos naturales, éstas deben respetar ciertas pautas, las cuales deben ser establecidas por ley, ser necesarias, proporcionales y con el fin de lograr un objetivo legítimo en una sociedad democrática<sup>163</sup>. Asimismo, el primer párrafo del artículo 21 de la Convención establece el derecho a la propiedad y señala como atributos de la propiedad el uso y goce del bien e incluye una limitación a dichos atributos de la propiedad en razón del interés social<sup>164</sup>. A su vez, el segundo inciso refiere a la expropiación de bienes y los requisitos para que tal actuar del Estado pueda considerarse justificado<sup>165</sup>.

155. Además, tratándose del derecho a la propiedad colectiva de pueblos indígenas y tribales, también debe entenderse que una limitación o restricción a ese derecho no implique una denegación en su subsistencia como pueblo<sup>166</sup>. De ese modo, el Tribunal ha precisado que, adicionalmente a los criterios mencionados, se exige al Estado que verifique que dichas restricciones o limitaciones no impliquen tal denegación.

---

<sup>163</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*, párr. 144, y *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 156.

<sup>164</sup> Cfr. *Caso Salvador Chiriboga Vs. Ecuador. Excepción Preliminar y Fondo*. Sentencia de 6 de mayo de 2008. Serie C No. 179, párr. 55, y *Caso Granier y otros (Radio Caracas Televisión) Vs. Venezuela. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 22 de junio de 2015. Serie C. No. 293, párr. 336.

<sup>165</sup> Cfr. *Caso Salvador Chiriboga Vs. Ecuador*, párr. 55, y *Caso Granier y otros (Radio Caracas Televisión) Vs. Venezuela*, párr. 336.

<sup>166</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, párr. 128, y *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 156.



156. En particular, el Tribunal estableció que, para que la exploración o extracción de recursos naturales en los territorios tradicionales no impliquen una denegación de la subsistencia del pueblo indígena como tal, el Estado debe cumplir con las siguientes salvaguardias: i) efectuar un proceso adecuado y participativo que garantice su derecho a la consulta, en particular, entre otros supuestos, en casos de planes de desarrollo o de inversión a gran escala; ii) la realización de un estudio de impacto ambiental; y iii) en su caso, compartir razonablemente los beneficios que se produzcan de la explotación de los recursos naturales, según lo que la propia comunidad determine y resuelva según sus costumbres y tradiciones<sup>167</sup>.

157. En el presente caso no han sido presentados alegatos específicos en relación con los referidos criterios para determinar la validez de las restricciones a la propiedad comunal de la Comunidad, únicamente sobre la supuesta falta del Estado de cumplir con algunas de las referidas salvaguardias que deben ser tomadas en cuenta cuando se trata de restricciones al derecho a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas y tribales. En consecuencia, en este capítulo se analizará la alegada falta de cumplimiento del Estado con esas salvaguardias, a saber: i) efectuar un proceso adecuado y participativo que garantice su derecho a la consulta, y ii) la realización de un estudio de impacto ambiental.

#### *B.5.1. El proceso adecuado y participativo para garantizar el derecho a la consulta*

158. La Corte ha señalado anteriormente, en el *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, que el derecho a la consulta de los pueblos indígenas y tribales, además de constituir una norma convencional, es también un principio general del Derecho Internacional<sup>168</sup> que está cimentado, entre otros, en la estrecha relación de dichas comunidades con su territorio y en el respeto de sus derechos a la propiedad colectiva y a la identidad cultural. Dichos derechos deben ser garantizados, particularmente, en una sociedad pluralista, multicultural y democrática<sup>169</sup>. Esto implica la obligación de los Estados de garantizar a los pueblos indígenas y tribales su participación en las decisiones relativas a medidas que pueden afectar sus derechos, y en particular su derecho a la propiedad comunal, de acuerdo con sus valores, costumbres y formas de organización. En este sentido, el Convenio 169 de la OIT reconoce las aspiraciones de los pueblos indígenas y tribales para “asumir el control de sus propias instituciones y formas de vida y de su desarrollo económico y a mantener y fortalecer sus identidades, lenguas y religiones, dentro del marco de los Estados en que viven”<sup>170</sup>. Además, de conformidad con lo establecido en el artículo 6.1 del Convenio 169 de la OIT, “[a]l aplicar las disposiciones del presente Convenio, los gobiernos deberán: a) consultar a los pueblos interesados, mediante procedimientos apropiados y en particular a través de sus instituciones representativas, cada vez que se prevean medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarles directamente”<sup>171</sup>.

---

<sup>167</sup> Cfr. *Caso Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, párr. 129, y *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 157.

<sup>168</sup> Cfr. *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 164.

<sup>169</sup> Cfr. *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 217.

<sup>170</sup> Convenio No. 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en los Países Independientes, Considerando quinto.

<sup>171</sup> Asimismo, el inciso 2 del artículo 6 del Convenio 169 de la OIT dispone que: “Las consultas llevadas a cabo en aplicación de este Convenio deberán efectuarse de buena fe y de una manera apropiada a las circunstancias, con la finalidad de llegar a un acuerdo o lograr el consentimiento acerca de las medidas propuestas” y el artículo 15.2 del mismo establece que “[e]n caso de que pertenezca al Estado la propiedad de los minerales o de los recursos del subsuelo, o tenga derechos sobre otros recursos existentes en las tierras, los gobiernos deberán establecer o mantener procedimientos con miras a consultar a los pueblos interesados, a fin de determinar si los intereses de esos pueblos serían perjudicados, y en qué medida, antes de emprender o autorizar cualquier

159. Cabe recordar que la obligación de consultar a los pueblos indígenas y tribales está en relación directa con la obligación general del Estado de garantizar el libre y pleno ejercicio de los derechos reconocidos en el artículo 1.1 de la Convención. Esto implica el deber del Estado de organizar adecuadamente todo el aparato gubernamental y de estructurar sus normas e instituciones<sup>172</sup> de tal forma que la consulta a las comunidades indígenas y tribales pueda llevarse a cabo efectivamente, de conformidad con los estándares internacionales en la materia. Lo anterior es necesario para posibilitar la creación de canales de diálogo sostenidos, efectivos y confiables con los pueblos indígenas y tribales en los procedimientos de consulta y participación a través de sus instituciones representativas<sup>173</sup>.

160. Adicionalmente, específicamente con respecto al derecho a la propiedad colectiva, el Estado debe garantizar el derecho de consulta y participación en todas las fases de planeación e implementación de un proyecto o medida que pueda afectar el territorio de una Comunidad indígena o tribal, u otros derechos esenciales para su supervivencia como pueblo. Lo anterior debe realizarse desde las primeras etapas de la elaboración o planificación del proyecto o la medida propuesta, a fin de que los pueblos indígenas puedan verdaderamente participar e influir en el proceso de adopción de decisiones, de conformidad con los estándares internacionales pertinentes. En esta línea, el Estado debe asegurar que los derechos de los pueblos indígenas y tribales no sean obviados en cualquier otra actividad o acuerdo que haga con terceros, o en el marco de decisiones del poder público que afectarían sus derechos e intereses. Por ello, en su caso, corresponde también al Estado llevar a cabo tareas de fiscalización y de control y desplegar, cuando sea pertinente, formas de tutela efectiva de ese derecho por medio de los órganos judiciales correspondientes<sup>174</sup>. En cuanto a sus características, la Corte ha establecido que la consulta debe ser realizada con carácter previo, de buena fe, con la finalidad de llegar a un acuerdo, adecuada, accesible e informada<sup>175</sup>.

161. La Corte constata que si bien desde 1982 existía la obligación interna de garantizar el derecho al uso y goce efectivo de la propiedad a los pueblos indígenas y tribales, al menos desde el 28 de marzo de 1996 Honduras adquirió el compromiso internacional de garantizar el derecho a la consulta cuando entró en vigor el Convenio 169 de la OIT, ratificado por ese Estado el 28 de marzo de 1995.

#### *B.5.2. Aplicación del derecho a la consulta de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz*

162. En este caso corresponde determinar si el Estado cumplió o no la obligación de garantizar el derecho a la consulta de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, tomando en cuenta que algunos de los elementos esenciales del referido derecho acorde a la normativa y jurisprudencia interamericana, la práctica de los Estados y la evolución del Derecho Internacional son: a) el carácter previo de la consulta; b) la buena fe y la finalidad

---

programa de prospección o explotación de los recursos existentes en sus tierras. Los pueblos interesados deberán participar siempre que sea posible en los beneficios que reporten tales actividades, y percibir una indemnización equitativa por cualquier daño que puedan sufrir como resultado de esas actividades”.

<sup>172</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo*. Sentencia de 29 de julio de 1988. Serie C No. 4, párr. 166, y *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 166.

<sup>173</sup> Cfr. *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 166.

<sup>174</sup> Cfr. *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 167.

<sup>175</sup> Cfr. *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 178.

de llegar a un acuerdo; c) la consulta adecuada y accesible; d) el estudio de impacto ambiental, y e) la consulta informada<sup>176</sup>.

163. Con relación a lo anterior, este Tribunal recuerda que es deber del Estado, y no de los pueblos indígenas, demostrar que en el caso concreto estas dimensiones del derecho a la consulta previa fueron efectivamente garantizadas<sup>177</sup>. El incumplimiento de la obligación de consultar, o la realización de la consulta sin observar sus características esenciales, pueden comprometer la responsabilidad internacional de los Estados.

164. A continuación se analizará la alegada falta de consultar a la Comunidad respecto de: i) los proyectos turísticos "Marbella", "Laguna Negra" y "Playa Escondida"; ii) el área protegida "Punta Izopo"; iii) la ampliación del casco urbano y las ventas de tierra, y iv) la aprobación de la Ley de Propiedad en el año 2004.

(i) *Los proyectos turísticos "Marbella" y "Playa Escondida"*

165. Respecto del proyecto "Marbella" consta en la prueba que, entre agosto de 1993 y julio de 1995, la Municipalidad de Tela vendió aproximadamente 44 hectáreas de tierras que se encontraban en el área otorgada en garantía de ocupación en el año 1979, a favor de la empresa IDETRISA, para la ejecución del proyecto turístico "Club Marbella" (*supra* párr. 74). El trámite para obtener las licencias requeridas estaba en curso en el año 1996<sup>178</sup>. En cuanto al proyecto turístico "Playa Escondida" (*supra* párr. 89), los representantes alegaron que en el año 2013 estaba en construcción<sup>179</sup>. Durante la visita *in situ* (*supra* párr. 15), se pudo constatar que la construcción había terminado y que estaba habitado.

166. Para los años 1996 (28 de marzo de 1996) y 2013, ya existía la obligación internacional del Estado, desde la entrada en vigor para Honduras del Convenio 169 de la OIT de realizar un proceso de consulta con la Comunidad (*supra* párr. 119). Asimismo, se desprende de los elementos probatorios aportados que la empresa IDETRISA y el proyecto Marbella se encuentran situados dentro del área denominada "Lote A1" (*infra* Mapa Anexo), el cual ha sido reconocido por el Estado como tierra tradicional de la Comunidad (*supra* párr. 115). En el mismo sentido consta en la prueba que el proyecto Playa Escondida fue también desarrollado en el territorio de ese "Lote A1" (*infra* Mapa Anexo).

167. Por tanto, el Estado debería haber consultado a la Comunidad sobre los proyectos "Marbella" y "Playa Escondida" previamente a su realización, toda vez que se desarrollaron dentro de su territorio tradicional y no fueron aportadas pruebas de que dichas consultas hayan tenido lugar. En consecuencia, la Corte constata que el derecho a la consulta de la Comunidad y sus miembros ha sido violado por el Estado, en relación con el desarrollo de estos dos proyectos. El Tribunal no se pronunciará sobre una supuesta falta de consulta previa respecto del proyecto "Laguna Negra", porque no cuenta con mayor documentación sobre su ubicación exacta (*supra* párr. 89).

(ii) *El área protegida "Punta Izopo"*

168. Con relación al área protegida y parque nacional Punta Izopo, se desprende de la prueba que éste fue creado por el Congreso Nacional el 29 de diciembre de 2000, mediante

<sup>176</sup> Cfr. *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 178.

<sup>177</sup> Cfr. *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 179.

<sup>178</sup> Cfr. Secretaría de Estado en el Despacho del Ambiente, Constancia, de 21 de junio de 1996 (expediente de prueba, folio 2618).

<sup>179</sup> Cfr. Documento "Caso Playa Escondida", anexo al Escrito de Solicitudes y Argumentos (expediente de prueba, folio 7670).

Decreto N° 261-2000 (*supra* párr. 86). El Estado indicó que la Secretaría de Estado en los Despachos de Justicia y Derechos Humanos habría programado una metodología para desarrollar talleres y aportó prueba que dichos talleres se referirían, entre otros, a "Punta Izopo"<sup>180</sup>. Aunque el Estado alegó que éstos serían "realiza[dos] con la participación de los peticionarios OFRANEH", no presentó elementos probatorios de que se habría realizado un proceso de consulta con la Comunidad respecto de la creación del parque nacional y la elaboración del Plan de Manejo.

169. Por el contrario, un documento elaborado por el CODETT afirma que "nos hemos dado cuenta por investigaciones del [CODETT] que el Cerro Punta Isopo, será declarado como área de protección de vida silvestre"<sup>181</sup>. Asimismo, la presunta víctima Ángel Castro declaró en la audiencia pública del presente caso que "[n]o tenemos conocimiento del estudio [de impacto ambiental o social respecto de Punta Izopo,] porque lo hicieron pues sinningún tipo de consulta a las Comunidades de Triunfo de la Cruz". Adicionalmente, la testigo Clara Flores declaró, en términos generales respecto a la toma de decisiones sobre el territorio de la Comunidad, que "[n]o, no se ha hecho ninguna consulta"<sup>182</sup>.

170. La Corte constata que, al menos desde el 28 de marzo de 1996, el Estado tenía una obligación internacional para realizar un procedimiento de consulta con la Comunidad. El Decreto que creó el parque nacional data del año 2000. Asimismo, se desprende de la prueba aportada que una parte de las tierras otorgadas por el Estado a la Comunidad en dominio pleno en 1993 se sobrepone con cierta parte del área protegida, por lo que la afecta directamente. En consecuencia, la falta de consulta a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, respecto de la creación del área protegida Punta Izopo, constituye una violación de su derecho a la consulta, por la cual el Estado de Honduras es responsable.

171. Respecto del Plan de Manejo del referido parque nacional, no consta en la prueba que dicho Plan habría sido consultado con la Comunidad. Este Tribunal recuerda el artículo 6 del Convenio 169 de la OIT y el artículo 32.1 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, y nota que este último establece que los pueblos "tienen derecho a determinar y elaborar las prioridades y estrategias para el desarrollo o la utilización de sus tierras o territorios y otros recursos". El Plan de Manejo constituye una medida que puede afectar las tierras de la Comunidad y su derecho de tomar las decisiones que consideran pertinentes al respecto, por lo que éste debería haber sido consultado con la Comunidad, al menos respecto de la parte del parque nacional que se sobrepone con las tierras otorgadas por el Estado a la Comunidad. Por tanto, la falta del Estado de consultar a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz sobre el Plan de Manejo del área protegida "Punta Izopo" constituye una violación de su derecho a la consulta.

172. Adicionalmente, los representantes se refirieron al proyecto "Punta Isopo resort". Indicaron que se habría vendido unos 39,611.02 m<sup>2</sup> de tierras a favor de una empresa "Punta Hisopo Resort R.L. de C.V." y otros particulares<sup>183</sup>. No obstante, la Corte no cuenta con los elementos probatorios necesarios para determinar si dicho proyecto habría afectado

---

<sup>180</sup> *Cfr.* Secretaría de Estado en los Despachos de Justicia y Derechos Humanos (expediente de prueba, folios 8030 a 8031).

<sup>181</sup> Comité de Defensa de Tierras Triunfeñas (CODETT), "La Comunidad histórica del Triunfo de la Cruz fundada el 3 de mayo de 1524 - lugar donde se encuentra el histórico Cerro Triunfo de la Cruz" (expediente de prueba, folios 2212 a 2214).

<sup>182</sup> Declaración rendida ante la Corte Interamericana por José Ángel Castro, durante la audiencia pública celebrada el 20 de mayo de 2014, y declaración rendida ante la Corte Interamericana por Clara Eugenia Flores, durante la audiencia pública celebrada el 20 de mayo de 2014.

<sup>183</sup> *Cfr.* Documento "Caso Punta Isopo resort", anexo al Escrito de Solicitudes y Argumentos (expediente de prueba, folio 7600).

directamente a la Comunidad, por lo que no se puede pronunciar sobre una posible violación del derecho a la consulta.

173. Cabe señalar que, aún si el Estado habría probado que los talleres de socialización o información anteriormente referidos (*supra* párr. 93) efectivamente tuvieron lugar con la presencia de los representantes legítimos de la Comunidad, este Tribunal recuerda que la mera socialización con la Comunidad o brindar información no necesariamente cumple con los elementos mínimos de una consulta previa adecuada, en la medida que no constituye un diálogo genuino como parte de un proceso de participación con miras a alcanzar un acuerdo.

*(iii) La ampliación del casco urbano y las ventas de tierra*

174. Respecto de la ampliación del casco urbano, la presunta víctima Ángel Castro se refirió en la audiencia pública a “una municipalización en el caso del territorio Garífuna”, que “[l]o hicieron sin consulta, la municipalidad lo hizo sin consulta y acaparó gran parte de nuestras tierras” y que “la extensión del casco urbano no fue tampoco ni socializado con la Comunidad”<sup>184</sup>.

175. La Corte constata que la referida ampliación del casco urbano tuvo lugar, entre otros, en las tierras denominadas “Lote A1” (*infra* Mapa Anexo), reconocidas como tierras tradicionales de la Comunidad por el Estado. No obstante, dicha ampliación fue decretada mediante resolución N° 055-89 emitida por el INA en el año 1989 (*supra* párr. 73), por lo que esta medida administrativa fue adoptada antes que existiera una obligación internacional del Estado de Honduras de consultar a la Comunidad. En consecuencia, la alegada ausencia de un proceso de consulta sobre dicha ampliación, en sí mismo, no constituye una violación al derecho a la consulta de la Comunidad.

*(iv) La aprobación de la Ley de Propiedad en el año 2004*

176. La Corte advierte que no se pronunciará respecto del alegato de los representantes sobre la falta de consulta de la Ley de Propiedad y el supuesto “proceso de información”, siendo que no se brindó argumentación suficiente ni pruebas al respecto.

*B.5.3. La realización de un estudio de impacto ambiental*

177. El informe elaborado en el marco del “Programa Nacional Turismo Sostenible” del Banco Interamericano de Desarrollo se refiere a que “[e]l programa (HO-0195) no ha generado estudios legales y jurídicos sobre los posibles impactos negativos de este programa en comunidades étnicas en general, y en comunidades garífunas localizadas dentro del radio de influencia del programa en particular” y que se requeriría “un estudio profundizado de la situación local de los derechos territoriales y costeros de estas comunidades con vista a protegerlos e igualmente de un análisis de los impactos socioculturales del programa de turismo”<sup>185</sup>.

178. Respecto del proyecto “Marbella”, se indicó que serían elaborados términos de referencia para realizar un estudio de impacto ambiental<sup>186</sup>, pero no fueron aportados y

<sup>184</sup> Declaración rendida ante la Corte Interamericana por José Ángel Castro, durante la audiencia pública celebrada el 20 de mayo de 2014.

<sup>185</sup> Banco Interamericano de Desarrollo, Programa Nacional Turismo Sostenible (HO-0195), “Análisis de Impactos Socioculturales del Programa Nacional de Turismo Sostenible entre las Comunidades Garífunas de la Bahía de Tela”, de julio de 2006 (expediente de prueba, folio 6105).

<sup>186</sup> *Cfr.* Secretaría de Estado en el Despacho del Ambiente, Informe técnico N°. 186/95, de 25 de agosto de 1995 (expediente de prueba, folios 2620 a 2623).

tampoco fue aportado el estudio de impacto ambiental, por lo que no está probado que ese estudio se hubiera efectuado concretamente, ni cuáles habrían sido las conclusiones del mismo.

179. En relación con la obligación de llevar a cabo estudios de impacto ambiental, el artículo 7.3 del Convenio 169 de la OIT dispone que “[l]os gobiernos deberán velar por que, siempre que haya lugar, se efectúen estudios, en cooperación con los pueblos interesados, afin de evaluar la incidencia social, espiritual y cultural y sobre el medio ambiente que las actividades de desarrollo previstas puedan tener sobre esos pueblos. Los resultados de estos estudios deberán ser considerados como criterios fundamentales para la ejecución de las actividades mencionadas”. De ese modo la Corte ha establecido anteriormente que la realización de tales estudios constituye una de las salvaguardas para garantizar que las restricciones impuestas a las comunidades indígenas o tribales respecto del derecho a la propiedad no impliquen una denegación de su subsistencia como pueblo<sup>187</sup>.

180. Asimismo, la Corte ha notado que la importancia de dichos estudios radica en que los mismos “sirven para evaluar el posible daño o impacto que un proyecto de desarrollo o inversión puede tener sobre la propiedad y comunidad en cuestión. [No obstante,] el objetivo de [éstos] no es sólo tener alguna medida objetiva del posible impacto sobre la tierra y las personas, sino también [...] ‘asegura[r] que los miembros del pueblo [...] tengan conocimiento de los posibles riesgos, incluidos los riesgos ambientales y de salubridad’”, para que puedan opinar sobre el proyecto en cuestión dentro de un proceso de consulta “con conocimiento y de forma voluntaria”<sup>188</sup>. Por otro lado, la Corte ha establecido que los estudios de impacto ambiental deben: realizarse conforme a los estándares internacionales y buenas prácticas al respecto, respetar las tradiciones y cultura de los pueblos indígenas y tribales y ser concluidos de manera previa al otorgamiento de la concesión o licencia, ya que uno de los objetivos de la exigencia de dichos estudios es que el Estado garantice el derecho de la Comunidad a ser informado acerca de todos los proyectos propuestos en su territorio y a su participación efectiva en el proceso de otorgamiento de concesiones o licencias<sup>189</sup>.

181. En el presente caso, el Estado debía garantizar que no se emprendiera ninguna actividad relacionada con la realización de proyectos turísticos como el proyecto “Marbella” y “Playa Escondida” dentro de las tierras de la Comunidad hasta que entidades independientes y técnicamente capaces, bajo la supervisión del Estado, realizaran un estudio previo de impacto social y ambiental. Al respecto, la Corte nota que no ha sido probado que fuera realizado el estudio de impacto requerido respecto de esos proyectos.

#### *B.5.4. Conclusión*

182. La Corte ha constatado que no se efectuó un proceso adecuado y efectivo que garantizara el derecho a la consulta de la Comunidad, a través de sus propias instituciones y órganos de representación, en ninguna de las fases de planificación o ejecución de los proyectos turísticos “Marbella” y “Playa Escondida”, la adopción del Decreto que estableció el área protegido Punta Izopo y la aprobación del Plan de Manejo, respecto de la parte que se sobrepone con las tierras de la Comunidad sobre las cuales el Estado había otorgado un título de propiedad en 1993. Por tanto, este Tribunal establece que el Estado ha violado el

---

<sup>187</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, párr. 129, y *Caso Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, párr. 157.

<sup>188</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam. Interpretación de la Sentencia de Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 12 de agosto de 2008, Serie C No. 185, párr. 40.

<sup>189</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam. Interpretación de la Sentencia de Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*, párr. 41.

artículo 21, en relación con el artículo 1.1 de la Convención, por no realizar un proceso de consulta previa ni un estudio de impacto ambiental, ni dispuso que se debían, en su caso, compartir los beneficios de los referidos proyectos, de conformidad con los estándares internacionales, en perjuicio de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros.

## VII-2

### **DEBER DE ADOPTAR DISPOSICIONES DE DERECHO INTERNO (Artículo 2 de la Convención, en relación con los artículos 1.1, 21, 8 y 25)**

#### **A. Argumentos de las partes y de la Comisión**

183. La *Comisión* se refirió a una “falta de provisión de un procedimiento adecuado y efectivo para el reconocimiento, titulación, demarcación y delimitación de los territorios reivindicados por las presuntas víctimas, [...] que permita garantizar la posesión pacífica y recuperación de su territorio [tradicional]”<sup>190</sup>. Agregó que “la existencia de deficiencias en el marco jurídico [...] han impedido que [...] la Comunidad [...], pueda proteger los territorios ocupados históricamente”. Asimismo, agregó que la “legislación agraria” de Honduras estaría “basada en el uso y aprovechamiento productivo de la tierra” y por tanto, “resulta ajena [a] [la]s formas específicas de vinculación y uso de la tierra, dadas por su cultura, usos, costumbres y creencias [de la Comunidad]”<sup>191</sup> y que “[t]al marco legal no tiene el entendimiento del alcance de la propiedad colectiva de los pueblos indígenas y por lo tanto excluye territorios, recursos naturales utilizados ancestralmente”<sup>192</sup>. Asimismo, se refirió a algunas disposiciones de la Ley de Propiedad de 2004, específicamente a su artículo 100 que “afecta[ría] la estabilidad jurídica de las tierras cuando la ley no garantiza la inalienabilidad de las tierras comunales y permite a las comunidades su libre disposición, el establecimiento de prendas o hipotecas u otros gravámenes, o el arriendo de las mismas”<sup>193</sup>.

184. Los *representantes* agregaron que “[l]a ausencia de procedimientos efectivos, específicos y regulados para la titulación de las tierras comunales indígenas causa una incertidumbre general”. Asimismo, indicaron respecto de la legislación existente que “aunque reconoce el régimen comunal de la tierra de pueblos indígenas, establece gravosas excepciones que restringen ese reconocimiento, vulnerando principios, estándares e instrumentos internacionales”, refiriéndose a que a pesar de haber ratificado el Convenio 169 de la OIT y aprobado la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, Honduras no habría “incorporado a la normativa interna una adaptación

---

<sup>190</sup> La Comisión formuló el referido alegato respecto de una alegada violación de los artículos 8 y 25 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma. Asimismo, alegó que el Estado habría violado el artículo 21 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma “por no haber[...] provisto [a la Comunidad y sus miembros] un acceso efectivo a un título de propiedad colectiva sobre su territorio tradicional; así como por haberse abstenido de delimitarlo, demarcarlo y protegerlo efectivamente”.

<sup>191</sup> La Comisión agregó que “la cultura Garífuna es fundamentalmente oral y ante los intereses de terceros en sus territorios, se vieron obligados a realizar gestiones para titular sus tierras y documentar sus derechos, viéndose así forzados a adaptar su tradición oral y seguir los mecanismos legales existentes para fundamentar y documentar sus reclamos”.

<sup>192</sup> Agregó que “[c]omo resultado de ello” la Comunidad logró obtener un título ejidal y un título de garantía de ocupación “los cuales no reconocían propiamente su derecho a la propiedad, sino derechos limitados al uso y disfrute de las tierras”.

<sup>193</sup> La Comisión agregó que “la inclusión de este tipo de cláusulas en el título comunal, así como la aplicación de normativa que incentiva el uso turístico en territorios indígenas, son incompatibles con la seguridad efectiva y certeza jurídica que deben caracterizar el título de propiedad al que tienen derecho los pueblos indígenas”.

sobre los tratados mencionados<sup>194</sup>. Los representantes se refirieron específicamente a varias disposiciones de la Ley de Propiedad, la cual incluiría “excepciones, condiciones y disposiciones revocatorias y restrictivas”<sup>195</sup> e indicaron especialmente respecto al artículo 100 de dicha Ley que permitiría que “las mismas Comunidades podrán poner fin a [l] [...] régimen comunal” y que “el Estado utiliza[ría] [una] norma jurídica positiva que beneficiaría normalmente a los pueblos, [...] y le da[ría] una interpretación y una aplicación que afecta[ría] a los pueblos”. Finalmente, los representantes indicaron que “[c]omo política de las ocho administraciones gubernamentales que se han sucedido en Honduras tras la ratificación del Convenio [169 de la OIT], todas han eludido el tema de la aplicación del derecho a la consulta [y] consentimiento previo, libre e informado”.

185. Por otro lado, el *Estado* se refirió en términos generales a que la Constitución “establece varios principios bajo los cuales tutela y garantiza la protección de los derechos humanos de los pueblos indígenas, a sus tierras y recursos naturales” y que “estos derechos fueron reafirmados [...] mediante la ratificación del Convenio 169 de la OIT”. Agregó que el Estado “a través del [INA], ente ejecutor de la política agraria, realiza acciones orientadas a la reivindicación de las tierras [tradicionales] de las comunidades indígenas y afrohondureños”<sup>196</sup>. Asimismo, indicó que el “INA al momento de realizar las medidas a través de una comisión técnica [define] los límites del área a titular a cada Comunidad elaborándose un mapa [y] el amojonamiento de las colindancias se realiza una vez otorgado el título previa solicitud de las partes interesadas proporcionando mano de obra y material a necesitar. La institución envía nuevamente la comisión agraria”. Respecto de las medidas legislativas adoptadas por el Estado, este se refirió, entre otros, a la creación de la Secretaría de Estado en los Despachos de Pueblos Indígenas y Afrohondureños y reformas del Código Penal para “adicionar como circunstancia agravante cometer el delito con odio o desprecio en razón de pertenencia a pueblos indígenas y afrodescendientes”<sup>197</sup>.

186. Por último, en relación con el derecho a la consulta previa, el *Estado* manifestó que “pese a la ratificación [...] del Convenio 169 de la OIT, así como a la firma de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, el Estado no incorporó a la normativa interna una adaptación sobre los tratados mencionados; [ya] que formalmente la declaración no es un documento vinculante para los Estados, al no ser un Tratado Internacional, posee el rango de Declaración, lo cual le confiere un valor político, ético y moral importante para todos los países miembros de las Naciones Unidas, pero no genera obligaciones jurídicas directas”.

---

<sup>194</sup> Asimismo, los representantes alegaron que “aún no se ha hecho la indispensable reforma constitucional que dé rango jerárquico superior a la temática indígena, con el reconocimiento de la naturaleza pluricultural, del derecho consuetudinario y de las formas propias de organización y desarrollo económico, pero sobre todo, de forma especial a los derechos a la propiedad comunal de los territorios”.

<sup>195</sup> Los representantes mencionaron, entre otros, que la “regularización” a la que se refiere dicha Ley de Propiedad “tomaría en cuenta solamente aspectos de tenencia física de tales tierras y no de la posesión y demás derechos históricos de los pueblos” y que varias disposiciones de la misma “ataca[ría]n contra las obligaciones contraídas por el Estado en diferentes instrumentos internacionales”. Los representantes indicaron que “el 15 de [d]iciembre del año 2008, nuevamente las comunidades Garífunas representadas por la OFRANEH [...] presentaron un recurso de inconstitucionalidad en contra de normativa de la Ley de Propiedad, habiendo sido declarado inadmisibles por la Sala de lo Constitucional en fecha 8 de febrero del año 2011, fundamentando básicamente su sentencia en normativa de corte civil”. No consta en el expediente la referida acción de inconstitucionalidad interpuesta, ni la decisión de la Sala de lo Constitucional al respecto.

<sup>196</sup> El Estado indicó que el proceso de titulación de tierras a las Comunidades está constituido por tres etapas, sin hacer referencia a la normativa relevante. A saber, la titulación (incluyendo la inscripción registral), la “ampliación” que se refiere a “una extensión del área nacional o ejidal en áreas que no están ocupadas, las cuales son propiedad del Estado y que han sido hábitat de las Comunidades Garífunas”, y el “saneamiento” que se refiere a un “proceso mediante el cual se paga el valor de la tierra y mejoras introducidas por ocupantes”.

<sup>197</sup> Adicionalmente, el Estado se refirió a otras normas, por ejemplo respecto de la no discriminación, y a varias capacitaciones que habrían sido realizadas y dirigidas a varios funcionarios públicos.



## **B. Consideraciones de la Corte**

187. La Corte recuerda que el artículo 2 de la Convención obliga a los Estados Parte a adoptar, con arreglo a sus procedimientos constitucionales y a las disposiciones de la Convención, las medidas legislativas o de otro carácter que fueren necesarias para hacer efectivos los derechos y libertades protegidos por la Convención<sup>198</sup>. Es decir, los Estados no sólo tienen la obligación positiva de adoptar las medidas legislativas necesarias para garantizar el ejercicio de los derechos en ella consagrados, sino que también deben evitar promulgar aquellas leyes que impidan el libre ejercicio de estos derechos, y evitar que se supriman o modifiquen las leyes que los protegen<sup>199</sup>. En definitiva, "el Estado tiene el deber de adoptar las medidas necesarias para hacer efectivo el ejercicio de los derechos y libertades reconocidos en la Convención"<sup>200</sup>.

188. A continuación, la Corte analizará la supuesta violación del artículo 2 de la Convención, en relación con los artículos 21, 8 y 25 de la misma, respecto de (i) la alegada falta de un procedimiento para delimitar, demarcar y titular y proteger las tierras, y (ii) la normativa sobre la consulta previa, libre e informada.

### *B.1. Procedimiento para delimitar, demarcar y titular las tierras*

189. Respecto a la obligación del Estado de delimitar, demarcar y titular las tierras de los pueblos indígenas, la Corte ha notado anteriormente que, al menos desde que entró en vigor la Ley de Reforma Agraria de 1974, la cual estableció el derecho a la propiedad de dichos pueblos, y posteriormente cuando entró en vigor la Constitución hondureña de 1982 que reconoció sus derechos respecto de las tierras, existía la obligación de delimitar y demarcar los territorios de las comunidades indígenas y tribales en el derecho interno de Honduras.

190. Asimismo, es indudable que al menos desde el año 1996, cuando entró en vigor el Convenio 169 de la OIT para Honduras, 12 meses después de su ratificación (*supra* párr. 119), ese Estado tenía una obligación internacional de establecer un procedimiento que regulara la delimitación, demarcación y titulación de las tierras a favor de los pueblos indígenas y tribales, a fin de garantizar el goce efectivo de estas.

191. La Corte constata que el Estado se refirió a que es el "Instituto Nacional Agrario (INA), ente ejecutor de la política agraria", quien "realiza acciones orientadas a la reivindicación de las tierras indígenas [y tradicionales] de las comunidades" y brevemente hizo mención al procedimiento para la delimitación y demarcación, sin referirse a la normativa aplicable. Al respecto, consta que la Ley de Reforma Agraria de 1974 se refiere a la titulación de tierras indígenas y tribales y a la verificación de los límites de predios no específicamente indígenas o tribales<sup>201</sup>. Asimismo, la Ley de Propiedad se refiere, entre

<sup>198</sup> Cfr. *Caso Genie Lacayo Vs. Nicaragua. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de enero de 1997. Serie C No. 30, párr. 51, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 5 de octubre de 2015. Serie C No. 302, párr. 213.

<sup>199</sup> Cfr. *Caso Chocrón Chocrón Vs. Venezuela*, párr. 140, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 213.

<sup>200</sup> Caso de la Masacre de las Dos Erres Vs. Guatemala. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2009. Serie C No. 211, párr. 240.

<sup>201</sup> El artículo 92 de dicha Ley establece que: "[I] as comunidades étnicas que acrediten la ocupación de las tierras donde estén asentadas, por el término no menor de tres años [...] recibirán los títulos de propiedad en dominio pleno completamente gratis, extendido por el Instituto Nacional Agrario en el plazo estipulado en el Artículo 15 [de la referida Ley]". Asimismo, entre otros, el artículo 152 de la misma Ley trata de la verificación de los límites de predios, aunque no específicamente en tierras indígenas, estableciendo que: "[e]l Catastro Agrario Nacional examinará los títulos y planos de los predios rurales de cualquier dominio y efectuará las verificaciones y revisiones sobre la extensión y linderos de las tierras rurales privadas, nacionales y ejidales y de las instituciones autónomas y semiautónomas".

otros, a un proceso de "regularización" que podría incluir la delimitación y la titulación de tierras en términos generales<sup>202</sup>.

192. No obstante, la Corte establece que en el período desde 1981, año en el que Honduras reconoció la competencia de la Corte, hasta 1992, regía la Ley de Reforma Agraria de 1974. Bajo la referida Ley únicamente fue interpuesta por la Comunidad una solicitud de otorgamiento de una garantía de ocupación, la cual –como también hicieron notar los mismos representantes<sup>203</sup>– fue otorgada en 1979. Por tanto, la Corte no se pronunciará sobre la referida norma, ya que su alegada deficiencia no se tradujo en violaciones en el presente caso.

193. Por otro lado, en 1993 y 2001, respectivamente, cuando ya había entrado en vigor la Ley para la Modernización y Desarrollo del Sector Agrícola de 1992, se otorgaron a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz dos títulos de propiedad sobre tierras en "dominio pleno". La Comisión y los representantes alegaron que esta Ley, como las leyes de Reforma Agraria, no establecería disposiciones adecuadas respecto de la propiedad de tierras tradicionales, entre otros, por tener un carácter agrario, sin explicar por qué motivo esto resultaría contrario a la Convención ni como se habría traducido en violaciones de derechos en el presente caso. Por tanto, la Corte no se pronunciará sobre la referida norma y su compatibilidad con la Convención Americana.

194. La Comisión y los representantes formularon varios alegatos referentes a la Ley de Propiedad de 2004. No consta que las alegadas deficiencias de dicha Ley se habrían concretado en violaciones en este caso. Este Tribunal recuerda que su competencia contenciosa no tiene por objeto la revisión de las legislaciones nacionales en abstracto, sino que es ejercida para resolver casos concretos en que se alegue que un acto del Estado, ejecutado contra personas determinadas o, en su caso, una Comunidad indígena, es contrario a la Convención. De modo tal que al conocer del fondo del asunto, la Corte examina si la conducta del Estado se ajustó o no a la Convención, en relación con la legislación vigente al momento de los hechos. Dado que en el presente caso no consta que la Ley de Propiedad de 2004 habría sido aplicada a la Comunidad y sus miembros en el marco de los hechos del presente caso, este Tribunal no emitirá un pronunciamiento sobre la compatibilidad de la misma con la Convención.

195. En consecuencia, la Corte no se pronuncia sobre la alegada responsabilidad del Estado por la supuesta violación del artículo 2 de la Convención, en relación con los artículos 1.1, 21, 8 y 25 de la misma, por la alegada falta a nivel interno de adoptar normas que

---

<sup>202</sup> El artículo 72 de la misma establece que: "[e]l proceso de regularización comprenderá las etapas siguientes: 1 Declaración de un predio catastrado irregular; 2 Declaratoria de Regularización: la cual determinará la naturaleza jurídica, delimitación y extensión del área sujeta a regularización; 3 Levantamiento del Censo: Encuesta socioeconómica de los habitantes; 4 Nombramiento de facilitadores del proceso de regularización por parte de la comunidad; 5 Definición de la forma de titulación: individual, colectiva o mixta por parte de la comunidad beneficiada; 6 Aplicación de los mecanismos de regularización definidos en este título; 7 Pago de indemnización en caso de expropiación; y, 8 Titulación y registro". Asimismo, el artículo 73 establece: "[e]l proceso de regularización será iniciado de oficio o a petición de parte por el Instituto de la Propiedad (IP) a través de un Programa Nacional de Regularización Predial en tierras urbanas y rurales comprendidas dentro de alguno de los casos siguientes: 1 En las de naturaleza privada cuyos poseedores carezcan de documento inscribible; 2 Aquellas cuya naturaleza jurídica no este definida en las que se encuentren asentamientos humanos; 3 En las de naturaleza privada en disputa por particulares en las que se encuentran asentamientos humanos; 4 En las de naturaleza privada cuyos poseedores cumplan con los requisitos para adquirir por prescripción; 5 Las ejidales; 6 Las nacionales rurales detentadas por personas naturales hasta por veinticinco (25) hectáreas; 7 Las que careciendo de título sean poseídas por grupos étnicos; 8 Los terrenos de naturaleza fiscal donde hayan asentamientos humanos".

<sup>203</sup> Los representantes indicaron que la referida norma "marcó un retroceso", pero que "[s]in embargo, fue en esa época que Triunfo de la Cruz recibió una garantía de ocupación de su Comunidad en el año 1979", aunque notan que "solo constaba con los límites de colindancias y medidas del radio urbano" y que el artículo 27 de dicha norma "en teoría ampararía las comunidades indígenas [...] resultaba formulado de manera tan genérica que no era apto para tutelar realmente las comunidades".

permitan la delimitación, demarcación y titulación de tierras colectivas, en perjuicio de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros.

### *B.2. Normativa y/o prácticas sobre el derecho a la consulta previa*

196. Desde el 1996, cuando entró en vigor el Convenio 169 de la OIT para Honduras (*supra* párr. 119), el Estado estaba en la obligación, en su caso, y siguiendo los estándares establecidos en dicho instrumento internacional, de consultar a las comunidades indígenas y tribales del país e incluir en su normativa interna un procedimiento que hiciera efectivo el derecho a la consulta. La Corte constató en el presente caso una violación al artículo 21 de la Convención por la falta de consulta previa a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz respecto de la planificación y ejecución del proyecto turístico "Marbella", así como la creación del área protegida "Punta Izopo" y la aprobación de su Plan de Manejo (*supra* párr.87).

197. Asimismo, consta en los alegatos y en la prueba aportada que recién en el año 2004 se emitió la Ley de Propiedad en Honduras, la cual en su artículo 95 se refiere a que: "[e]n caso de que el Estado pretenda la explotación de recursos naturales en los territorios de estos pueblos deberá de informarles consultarles [sic] sobre los beneficios y perjuicios que puedan sobrevivir previo a autorizar cualquier inspección, o explotación. En caso de que autorice cualquier tipo de explotación, los pueblos deben de percibir una indemnización equitativa por cualquier daño que tuvieran como resultado de esas actividades".

198. Además, este Tribunal constata que el Estado indicó en su escrito de contestación que se comprometió a constituir una comisión, la cual, entre otros, estaría encargada de "regular [...] la consulta previa, libre e informada consignada en el Convenio 169 de la [OIT]" y de "establecer los procedimientos y obligaciones de la consulta y la participación de los pueblos indígenas". Es decir, el Estado reconoce que hasta el momento de su contestación del presente caso, no contaba con normas reglamentarias o prácticas de otra índole que permitan hacer efectivo el derecho a la consulta de los pueblos indígenas y tribales. Si embargo, la Corte recuerda que en esta sentencia el Estado fue declarado responsable por la violación al derecho a la propiedad comunal por no haber llevado a cabo consultas previas en el marco del proyecto "Club Marbella" a partir del año 1996 y por la creación del Parque Nacional Punta Izopo en el año 2000, los cuales son anteriores a la adopción de la Ley de Propiedad de 2004.

199. En consecuencia, se desprende de lo anterior que en lo que concierne al período previo a la adopción de la Ley de Propiedad de 2004, el Estado es responsable por el incumplimiento de su obligación de adoptar disposiciones de derecho interno, contenida en el artículo 2 de la Convención Americana, en relación con la violación declarada de los derechos a la consulta y a la propiedad, en perjuicio de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros, por la ausencia de normatividad o de práctica adecuada para hacer efectivo el procedimiento de la consulta al momento de los hechos, la cual se tradujo en las violaciones constatadas en el capítulo correspondiente de esta Sentencia.

200. Con respecto al período posterior al año 2004, puesto que la referida normatividad no fue aplicada a hechos del caso, ni tampoco podría haberlo sido en razón del momento histórico en que acontecieron los mismos, la Corte no se pronuncia sobre la alegada responsabilidad del Estado por la supuesta violación del artículo 2 de la Convención, en relación con los artículos 1.1, 21, 8 y 25 de la misma.

**VII-3**  
**EL DERECHO A LA VIDA DE OSCAR BREGA, JESÚS ÁLVAREZ ROCHE, JORGE**  
**CASTILLO JIMÉNEZ Y JULIO ALBERTO MORALES**  
**(Artículo 4 de la Convención en relación con el artículo 1.1)**

**A. Argumentos de las partes y de la Comisión**

201. Los *representantes* alegaron que “aunque la Comisión Interamericana no consideró la presentación del caso por violaciones al artículo 4 de la Convención Americana en relación al artículo 1.1 de la misma” se “acreditó fehacientemente el asesinato de al menos cuatro líderes comunitarios en relación directa con su trabajo por la defensa de la tierra”<sup>204</sup>. Al respecto, consideraron que el Estado “ha[bría] violentado su obligación negativa en cuanto al derecho a la vida en tanto presupone que ninguna persona sea privada de su vida arbitrariamente, lo que se agrava considerando que la privación a este derecho se ha dado con la intención de generar intimidación en el resto de la Comunidad”. Los representantes identificaron como las personas asesinadas a Oscar Brega, Jesús Álvarez Roche, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales.

202. La *Comisión* incluyó el asesinato de las referidas personas en el capítulo sobre “[h]echos probados” de su Informe de Fondo, pero no alegó la violación del derecho a la vida y tampoco formuló observaciones sobre el alegato de los representantes al respecto. En términos generales en los capítulos titulados “[d]erecho a la propiedad colectiva de la Comunidad de Triunfo de la Cruz y sus miembros” y “[p]rocesos relativos a denuncias penales interpuestas por la Comunidad de Triunfo de la Cruz y sus miembros” del Informe de Fondo, la Comisión se refirió a las amenazas y al asesinato de dirigentes de dicha Comunidad y consideró que “estos hechos evidencian la grave afectación del derecho a la propiedad [tradicional] de la Comunidad en el presente caso” y que los mismos “hacen parte de la compleja y larga lucha emprendida por el reconocimiento y la defensa de las tierras [tradicionales] garífuna, en la que la Comunidad, como colectivo, y sus líderes, lideresas y miembros, considerados individualmente, vieron afectados otros derechos, como a la vida [y] a la integridad personal”<sup>205</sup>.

203. El *Estado* no formuló directamente observaciones respecto de esta alegada violación aunque se refirió a las diligencias de investigación relacionadas con esos presuntos homicidios en el acápite relacionado con la alegada violación a los artículos 8.1 y 25 (*infra* párrs. 215 y ss.).

**B. Consideraciones de la Corte**

204. La Corte recuerda su jurisprudencia constante según la cual la posibilidad de cambiar o variar la calificación jurídica de los hechos objeto de un caso concreto es permitido en el marco de un proceso en el Sistema Interamericano y que las presuntas víctimas y sus

---

<sup>204</sup> En su escrito de solicitudes y argumentos, aunque no en su petitorio, los representantes se refirieron también a que “se ha[bría] podido evidenciar [...] violaciones al derecho a [...] la integridad personal Art. 5.1”, refiriéndose a la observación de la Comisión en su Informe de Fondo respecto de que contra autoridades, líderes y lideresas de la Comunidad se habrían dado “numerosas amenazas, persecución y hostigamientos que han resultado incluso en su muerte”. No obstante, los representantes no formularon alegatos al respecto, por lo que esta referencia será tomada en cuenta en el análisis respecto de la presunta violación de los artículos 8 y 25 de la Convención, en relación con las denuncias interpuestas por la Comunidad sobre las amenazas.

<sup>205</sup> La Comisión también se refirió a esa afectación de otros derechos, incluyendo el derecho a la vida, en su escrito de sometimiento del caso. Asimismo, en la audiencia pública y en sus observaciones finales se refirió a que el conflicto en la zona por la falta de reconocimiento de las tierras de la Comunidad no solo habría puesto en peligro la integridad del territorio, pero también las vidas y la seguridad personal de los líderes y miembros de la Comunidad.

representantes puedan invocar la violación de otros derechos distintos a los comprendidos en la demanda o el Informe de Fondo, siempre y cuando se atengan a los hechos contenidos en dicho documento, en tanto son las presuntas víctimas las titulares de todos los derechos consagrados en la Convención<sup>206</sup>.

205. Asimismo, el artículo 35.1 del Reglamento de la Corte dispone que el caso le será sometido mediante la presentación del Informe de Fondo, que deberá contener "la identificación de las presuntas víctimas". Corresponde pues a la Comisión identificar con precisión y en la debida oportunidad procesal a las presuntas víctimas en un caso ante la Corte<sup>207</sup> y es jurisprudencia constante del Tribunal que las presuntas víctimas deben estar señaladas en el Informe de Fondo previsto en el artículo 50 de la Convención<sup>208</sup>.

206. Este Tribunal constata que los supuestos asesinatos de Oscar Brega, Jesús Álvarez Roche, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales forman parte del marco fáctico del caso, ya que la Comisión en el capítulo de "[h]echos probados" de su Informe de Fondo se refirió a que "la información obrante en el expediente ante la C[omisión] da cuenta del asesinato de al menos cuatro miembros de la Comunidad por causas relacionadas con la defensa de la tierra" e identificó a las cuatro personas referidas.

207. Por otro lado, los representantes se refirieron a la muerte del señor Santos Castillo, quien habría sido asesinado el 2 de mayo o junio de 1997<sup>209</sup>. No obstante, proporcionaron información limitada al respecto<sup>210</sup> y la Comisión tampoco identificó a dicha persona en su Informe de Fondo. En virtud de lo anterior, la Corte únicamente analizará la alegada violación al derecho a la vida de Oscar Brega, Jesús Álvarez Roche, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales.

208. La Corte recuerda que el artículo 1.1 de la Convención establece que los Estados están obligados a respetar y garantizar los derechos humanos reconocidos en ella<sup>211</sup>. En cuanto al derecho a la vida, estas obligaciones no sólo implican que el Estado debe respetarlos (obligación negativa), sino que, además, requiere que el Estado adopte todas las medidas apropiadas para garantizarlos (obligación positiva)<sup>212</sup>. Como parte de la obligación de garantía, el Estado está en el deber jurídico de "prevenir, razonablemente, las violaciones de los derechos humanos, de investigar seriamente con los medios a su alcance las violaciones que se hayan cometido dentro del ámbito de su jurisdicción a fin de

---

<sup>206</sup> Cfr. *Caso Cinco Pensionistas Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de febrero de 2003. Serie C No. 98, párr. 155, y *Caso Norín Catrimán y otros (dirigentes, miembros y activista del pueblo indígena Mapuche) Vs. Chile. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de mayo de 2014. Serie C No. 279, párr. 38.

<sup>207</sup> Cfr. *Caso de las Masacres de Ituango Vs. Colombia. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 1 de julio de 2006. Serie C No. 148, párr. 98, y *Caso J. Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 27 de noviembre de 2013. Serie C No. 275, párr. 23.

<sup>208</sup> Cfr. *Caso García Prieto y Otro Vs. El Salvador. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 20 de noviembre de 2007. Serie C No. 168, párr. 65, y *Caso J. Vs. Perú*, párr. 23.

<sup>209</sup> En sus alegatos finales escritos los representantes se refirieron primero a "al menos cuatro" personas asesinadas y posteriormente a "al menos cinco". Asimismo, los representantes se refirieron a la muerte de "Zacarias Santos" el 2 de junio de 1997 (expediente de prueba, folio 7743).

<sup>210</sup> Los representantes se refirieron a que el señor Santos "[f]ue asesinado dentro de su casa de habitación", que "[f]ue acibillado por hombres desconocidos" y que "[t]ampoco se esclareció el crimen" (expediente de prueba, folio 7743).

<sup>211</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo*, párr. 163, y *Caso Gutiérrez y familia Vs. Argentina*, párr. 76.

<sup>212</sup> Cfr. *Caso de los "Niños de la Calle" (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala*, párr. 139, y *Caso Castillo González Vs. Venezuela*, párr. 122.

identificar a los responsables, de imponerles las sanciones pertinentes y de asegurar a la víctima una adecuada reparación”<sup>213</sup>.

209. Al respecto, dicha obligación de garantía se proyecta más allá de la relación entre los agentes estatales y las personas sometidas a su jurisdicción, abarcando asimismo el deber de prevenir, en la esfera privada, que terceros vulneren los bienes jurídicos protegidos<sup>214</sup>. Lo anterior no significa que un Estado sería responsable por cualquier violación de derechos humanos cometida entre particulares dentro de su jurisdicción, pues sus deberes de adoptar medidas de prevención y protección de los particulares en sus relaciones entre sí se encuentran condicionados al conocimiento de una situación de riesgo real e inmediato para un individuo o grupo de individuos determinado –o a que el Estado debió conocer dicha situación de riesgo real e inmediato<sup>215</sup>- y a las posibilidades razonables de prevenir o evitar ese riesgo.

210. En este caso, para evaluar si respecto de las referidas personas existía dicho riesgo y conocimiento, o debería haber existido dicho conocimiento por parte del Estado, la Corte constata que los representantes no presentaron ninguna información adicional sobre los asesinatos de las cuatro personas ante la Corte. Sobre el asesinato del señor Oscar Brega existe información sobre su asesinato en un memorándum de 9 de octubre de 1996 de la Coordinadora del Ministerio Público dirigido a la Fiscalía Especial de las Etnias<sup>216</sup>. Asimismo, respecto de los asesinatos de los señores Jorge Castillo y Julio Alberto Morales, figura en la prueba un artículo de prensa sin fecha<sup>217</sup> el cual se refiere a que “el 22 de octubre fueron asesinados en Triunfo de la Cruz los garífunas Jorge Castillo y Julio Alberto Morales”<sup>218</sup>, sin más información.

211. Por tanto, este Tribunal no cuenta con los elementos probatorios que permitan establecer si el Estado tenía, o debería haber tenido, conocimiento de una situación de riesgo real e inmediato respecto de los señores Brega, Castillo y Morales, por lo que no puede pronunciarse sobre la alegada violación por parte del Estado del derecho a la vida, en perjuicio de estas tres personas.

---

<sup>213</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*, Fondo, párr. 174, y *Caso Masacre de Santo Domingo Vs. Colombia*, Excepciones Preliminares, Fondo y Reparaciones, párr. 189.

<sup>214</sup> Cfr. *Caso de la Masacre de Mapiripán Vs. Colombia*, párr. 111, y *Caso Luna López Vs. Honduras*, párr. 120.

<sup>215</sup> Cfr. *Caso de la Masacre de Pueblo Bello Vs. Colombia*, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 31 de enero de 2006. Serie C No. 140, párr.123, y *Caso Luna López Vs. Honduras*, párr. 123. Cfr. TEDH, *Caso Kiliç v. Turquía*, No. 22492/93, Sentencia de 28 marzo de 2000, párrs. 62 y 63, y *Osman v. Reino Unido*, No. 23452/94, Sentencia de 28 octubre de 1998, párrs. 115 y 116.

<sup>216</sup> Dicho documento se refiere a que el asesinato del señor Oscar Brega tuvo lugar el 8 de octubre de 1996. Los representantes en su escrito de solicitudes y argumentos se refieren a que tuvo lugar un día después y en un anexo a este escrito se refirieron a la fecha de 8 de octubre de 1996. En dicho anexo, los representantes relataron que “[f]ue el primer asesinato por desconocidos en la entrada a la comunidad cuando venía de Tela, de hacer sus mandados normales del día cuando le hicieron una emboscada unos desconocidos, tal parece que lo estaban esperando y lo tirotearon”. Asimismo, hicieron referencia a que le enterraron en Triunfo de la Cruz el 10 de octubre “después de la autopsia realizada en San Pedro Sula, sin resultados de la misma” (expediente de prueba, folio 7743).

<sup>217</sup> La Comisión en su Informe de Fondo se refirió a que la nota de prensa era de 28 de octubre de 1997.

<sup>218</sup> Los representantes en su escrito de solicitudes y argumentos se refirieron a que Jorge Castillo y Julio Alberto Morales fueron asesinados el 21 de octubre de 1998 y en un anexo a dicho escrito se refirieron a que fallecieron el 21 de octubre de 1997. En este último también se hace mención a que “sufrió varias amenazas de anónimos, sufrió un atentado una noche antes de fallecer” y que “[é] informo haber ido a presentar la denuncia al siguiente día a la Policía sobre el atentado. Y al regresar de la ciudad de Tela estaban hombres esperándolo para asesinarlo” y que “le dispararon, el muchacho Julio Alberto Morales, al ver el peligro se puso nervioso y quiso correr fue cuando también le dispararon, muriendo ambos” (expediente de prueba, folio 7744).

212. En lo que concierne el supuesto asesinato de Jesús Álvarez Roche, consta en el expediente un escrito del CODETT dirigido al Fiscal de las Etnias de 30 de enero de 1995 en el que se solicitó investigar "el intento de asesinato perpetrado contra el señor Alcalde Auxiliar de la Comunidad del Triunfo de la Cruz, Jesús Álvarez, debido a su férrea oposición a las ventas ilegales de tierra"<sup>219</sup>. Asimismo, este Tribunal cuenta con una declaración de Jesús Álvarez ante el Ministerio Público de 16 de marzo de 1995, de la cual se desprende que le preguntaron "si [era] cierto que por la oposición que mantuvo en defensa de las tierras de El Triunfo de la Cruz sufrió [un] atentado de muerte" y respondió que habría sufrido "un atentado de muerte donde resultó con graves lesiones en el brazo izquierdo y en la cadera", el cual habría tomado lugar el 4 de febrero de 1994<sup>220</sup>.

213. Respecto de su muerte, la Comisión indicó en su Informe de Fondo que casi tres años más tarde del atentado, el 9 de mayo de 1997, personas desconocidas habrían disparado a Jesús Álvarez, quien murió a causa de ese ataque el 11 de mayo de 1997<sup>221</sup>. No se presentaron alegatos ni información de la cual se desprenda que durante esos tres años la situación de riesgo real e inmediato se hubiese mantenido.

214. En consecuencia, la Corte considera que si bien es posible inferir que existía un riesgo real e inmediato a la vida del señor Jesús Álvarez en el año 1994, y que el Estado tenía conocimiento de ello, no se cuenta con evidencia suficiente que pruebe la permanencia de ese riesgo durante el período de tres años hasta que se produjo finalmente su muerte. En consecuencia, la Corte no se pronunciará respecto de la alegada violación por parte del Estado del deber de prevención y del derecho a la vida, establecido en el artículo 4, en relación con el artículo 1.1 de la Convención, en perjuicio del señor Jesús Álvarez.

#### VII-4

### **DERECHO A LAS GARANTÍAS JUDICIALES Y A LA PROTECCIÓN JUDICIAL (Artículos 8.1 y 25 de la Convención en relación con los artículos 1.1 y 2)**

#### ***A. Argumentos de las partes y de la Comisión***

215. La *Comisión* alegó que la adjudicación de tierras tradicionales a la Comunidad de Triunfo de la Cruz se realizó a través de la presentación de diversas solicitudes ante el INA, basadas en la legislación agraria existente y que tal legislación ha consistido concretamente en la Ley Agraria de 1924, la Ley de la Reforma Agraria de 1962, la Ley de Reforma Agraria de 1974, y la Ley de Modernización y Desarrollo del Sector Agrícola de 1992. La Comisión agregó que los procedimientos a que dieron lugar tales solicitudes no equivalen a un recurso idóneo para el reconocimiento de la propiedad indígena, al no constituir mecanismos específicos que permitan atender a la titulación de tierras ocupadas por los pueblos indígenas y tribales o su demarcación, considerando sus características particulares, con base en la ocupación histórica de la tierra. Arguyó también la Comisión que se trata, en cambio, del mecanismo general de titulación de la propiedad individual, basado en el

<sup>219</sup> Escrito de 30 de enero de 1995 dirigido al Fiscal de las Etnias (expediente de prueba, folio 2708).

<sup>220</sup> En su declaración el señor Álvarez indicó que: "cuando se conducía en su vehículo a la comunidad el [T]riunfo de la [C]ruz y que después [...] fue sorprendido por dos sujetos que le dispararon y que uno de los sujetos le apunta [...] con una escopeta y el otro sujeto que portaba una arma 3-57 quien fue él que le disparó, y que ellos creían que él ya estaba muerto entonces fue cuando él disparó su arma pero que no logró pegarle a ninguno de los delincuentes y que él pudo reconocer los dos sujetos [...] y que uno de ellos lo pudo identificar y que se trata de un individuo que se apoda El [C]hino y que él puede identificar en cualquier momento" (expediente de prueba, folio 327).

<sup>221</sup> La Comisión se refirió a una publicación en el Diario "El Tiempo" de 21 de mayo de 1997, la cual no consta en el expediente. Por otra parte, los representantes refirieron en su escrito de solicitudes y argumentos que Jesús Álvarez fue asesinado el 24 de abril de 1997.

aprovechamiento productivo de la tierra, y en el cual se ignora la relación especial, única e internacionalmente protegida que tienen los pueblos indígenas y tribales con sus territorios tradicionales, ausente en el caso de las personas no indígenas.

216. Con relación a la efectividad, observó que era un hecho acreditado que el proceso de reclamación territorial de la Comunidad de Triunfo de la Cruz data de 1946 y durante décadas la Comunidad ha presentado siete solicitudes ante las autoridades hondureñas para el reconocimiento de su territorio tradicional. La Comisión indicó que la falta de efectividad del mecanismo existente en el ordenamiento interno queda demostrada en el hecho de haber sido necesaria la presentación de múltiples solicitudes ante el INA, dado que el proceso no estaba diseñado para el reconocimiento de la propiedad indígena, con base en criterios de ocupación histórica. Notó que el proceso de reivindicación territorial, considerado como un todo, inició en 1946 y está aún inconcluso, dado que la Comunidad a la fecha no cuenta con un título de propiedad colectiva sobre su territorio tradicional<sup>222</sup>.

217. Además, la *Comisión* indicó que la ineffectividad de los procesos seguidos ante el INA se manifiesta en que no conllevaron a la demarcación, delimitación y saneamiento de las áreas tituladas, impidiendo así la posesión pacífica de las tierras. Por otro lado, según indicó la Comisión, a pesar de que el Estado alegó que el procedimiento administrativo implicaba una fase de saneamiento que concluye con la indemnización de las mejoras realizadas por los foráneos en las tierras de la Comunidad, no fue probado en el presente caso que haya sido efectivamente realizada. Por el contrario, el propio Estado afirmó su falta de ejecución por las erogaciones económicas que suponía.

218. Asimismo señaló que la Comunidad inició dos procesos administrativos para lograr la recuperación de las 22 manzanas otorgadas por la Municipalidad al Sindicato de Trabajadores. Arguyó, en cuanto al proceso de expropiación iniciado ante el INA el 7 de enero de 2002, que según lo afirmado por el Estado el 7 de diciembre de 2007 dicha entidad emitió la resolución de expropiación, es decir cerca de seis años después, y que por tanto dicho plazo resultaba "a todas luces" irrazonable para un proceso de tal naturaleza. Recordó también que para recuperar las 22 manzanas otorgadas al Sindicato de Trabajadores de la Municipalidad de Tela, la Comunidad interpuso una acción de nulidad de acuerdo ante la Municipalidad. La Comisión observó que recién tras cuatro años de presentado el reclamo, la Procuraduría General de la República emitió opinión favorable y que, a pesar de ello, transcurridos diez años de iniciado, no habría sido emitida una decisión que ponga fin al proceso.

219. Por lo anteriormente expuesto, la *Comisión* concluyó que el Estado de Honduras no cumplió con la obligación de proveer a la Comunidad Triunfo de la Cruz un recurso que tome en cuenta sus particularidades, sus características económicas y sociales, su derecho consuetudinario, valores, usos y costumbres y que, a la vez, sea efectivo para solucionar su reclamación territorial, asegurando el derecho de la Comunidad a ser oída con las debidas garantías y ajustándose a un plazo razonable para garantizar sus derechos y obligaciones. Por lo tanto, la Comisión concluyó que el Estado violó los artículos 25 y 8 de la Convención Americana en perjuicio de la Comunidad de Triunfo de la Cruz y sus miembros, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma.

---

<sup>222</sup> Por ejemplo, como se constató en los hechos probados, el 27 de junio de 1969 se presentó una solicitud de adjudicación de la zona del Río Plátano, proceso que fue suspendido en marzo de 1996, de lo cual al menos para esa fecha -luego de 27 años de iniciado y de cerca de 19 años desde la ratificación de la Convención Americana por parte de Honduras- estaba aún pendiente. Igualmente, según se dio por probado, el 8 de septiembre de 1997 y el 8 de julio de 1998 la Comunidad presentó ante el INA solicitudes de titulación de parte del territorio tradicional, sin que se haya probado la conclusión de los procesos a que dieron lugar, a través de una decisión definitiva.



220. Por otra parte, la *Comisión* observó que la Comunidad de Triunfo de la Cruz presentó una serie de denuncias relativas a afectaciones a su derecho a la propiedad, vinculadas principalmente a (i) las ventas de tierras tradicionales<sup>223</sup>; (ii) los actos de amenazas, agresiones, hostigamiento y persecución sufridos por sus autoridades, líderes y lideresas como consecuencia de sus actividades en defensa de las tierras tradicionales<sup>224</sup>; y (iii) la situación de constante violencia e inseguridad generada por terceros en su territorio.

221. Resumió lo expresado indicando que durante los años materia del presente caso, se presentaron múltiples denuncias interpuestas ante agentes policiales y fiscales que dan cuenta de una multiplicidad de actos de violencia no aislados, permanentes y que se circunscriben dentro de una situación general de desprotección del territorio tradicional de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz. Alegó que no obstante las numerosas denuncias que obran en el expediente, en ninguno de los casos el Estado informó la realización de una investigación seria, efectiva y sin dilaciones dirigida a la averiguación de la verdad y la determinación de responsabilidades. A la luz de lo anterior, la Comisión observó que lo prolongado y repetitivo de los actos de violencia, persecución y venta ilegal de las tierras, hacen notar que la inacción del Estado ante las denuncias interpuestas tornaron infructuosa la búsqueda de protección y de obtención de justicia por parte de la Comunidad y sus miembros. Por tanto, concluyó que en la práctica, el sistema jurídico no representó una respuesta efectiva para la protección del territorio indígena, lo que ha traído múltiples consecuencias a los miembros, líderes y lideresas de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz. La Comisión consideró de la información a su alcance que la falta de respuesta estatal frente a los recursos intentados, dejó a las presuntas víctimas en una situación de desprotección y ha generado que la Comunidad de Triunfo de la Cruz y sus miembros permanezcan en una situación de continua incertidumbre, zozobra y temor.

222. En virtud a lo anterior, la *Comisión* concluyó que el Estado hondureño no habría garantizado un recurso adecuado y efectivo para responder a las reclamaciones de territorio ancestral y las reivindicaciones de las tierras tituladas a favor de la Comunidad, ni habría realizado las investigaciones correspondientes en relación a las denuncias interpuestas por los daños a la propiedad y los actos de amenazas, agresiones, hostigamiento y persecución sufridos, impidiéndoles por tanto ser oídos en un proceso con las debidas garantías, por lo que la Comisión estimó que el Estado violó los artículos 25 y 8 de la Convención Americana.

---

<sup>223</sup> La Comisión recordó que se había acreditado que parte de las tierras tradicionales de la Comunidad ha sido objeto de ventas promovidas por autoridades estatales a empresas y a terceros sin su autorización y que la Comunidad, a través del CODETT, presentó una denuncia penal ante la Fiscalía de Etnias por la venta de tierras comunitarias a la empresa IDETRISA, la cual concluyó con el sobreseimiento definitivo de los funcionarios municipales implicados. Además constató que de los hechos dados por probados la Procuraduría General de la República tomó conocimiento de estas ventas, lo que dio lugar a que la Contraloría General de la República iniciara una investigación, cuya culminación efectiva no fue informada. La Comisión agregó que según se desprende de la prueba obrante en el expediente autoridades estatales participaron directamente en ésta y otras ventas de tierras indígenas, a la fecha no se ha determinado la responsabilidad ni se ha aplicado, en su caso, las sanciones correspondientes a las autoridades estatales implicadas en el despojo paulatino de las tierras tradicionales garífunas. Indicó asimismo que ello es así a pesar de que tales ventas han resultado en una situación de grave desprotección de la Comunidad y sus miembros, y que autoridades estatales reconocieron expresamente que las tierras vendidas en el área de las 22 manzanas eran propiedad tradicional de la Comunidad, las mismas que, según afirmó el mismo Estado, le fueron devueltas.

<sup>224</sup> Por otra parte la Comisión indicó que es un hecho acreditado que, como consecuencia del conflicto territorial surgido, miembros de la Comunidad de Triunfo de la Cruz denunciaron ante autoridades estatales actos de hostigamiento, persecución, amenazas e incluso asesinatos de dirigentes que se oponían al despojo de tierras comunitarias. Recordó que como consecuencia de las ventas de tierras indígenas y la falta de protección frente a la ocupación de sus territorios tradicionales por parte de no garífunas, se generó una situación de conflicto permanente. Según fue denunciado por la Comunidad, tal situación se caracterizó por la irrupción de personas armadas en territorios indígenas, la destrucción de cultivos, la introducción de maquinaria en oposición a la Comunidad, la quema de viviendas, entre otros actos de violencia que impidieron la posesión pacífica de su territorio tradicional.

223. Los *representantes* coincidieron con lo señalado por la Comisión, e indicaron que el Estado había incumplido las obligaciones de respeto y garantía establecidas en el artículo 1.1 y al deber de adoptar disposiciones en el derecho interno establecido en el artículo 2, en relación a los artículos 8 y 25. Señalaron que conforme a los hechos denunciados consideran que el Estado no ha garantizado un recurso efectivo a las víctimas del presente caso para responder a las reclamaciones de la Comunidad sobre sus derechos a tierras y recursos naturales.

224. Por su parte, el *Estado* alegó con respecto a los procedimientos relativos a la propiedad colectiva de la Comunidad que en algunos casos en que particulares tienen posesión y título en las tierras de la Comunidad, la omisión en la interposición de la acción penal pública está precedida por la norma adjetiva número 54 del Código Procesal Penal, que establece que en caso de duplicidad de títulos los conflictos deben dirimirse por la vía civil, ya que la compra de tierra en forma irregular por un particular elimina el animus de usurpar que se consume con procesos violentos de posesión. Sobre los procesos relativos a las denuncias penales interpuestas por la Comunidad y sus miembros, el Estado señaló que lo expuesto por los representantes y la Comisión “carece de fundamento y veracidad, por cuanto [en el presente caso], en materia penal y administrativa, se hizo uso de los procedimientos establecidos en el ordenamiento jurídico del Estado [...], las solicitudes que han [sido] presentad[as] han sido evacuadas, tal es el caso de las promovidas ante el Ministerio Público e [INA], lo que consta en los archivos respectivos y en el caso de esta última institución se conservan los expedientes que contienen diligencias, actuaciones y procedimientos administrativos realizados por dicho Instituto”.

225. Además indicó que la comunidad Garífuna al igual que el resto de los hondureños siempre ha tenido acceso a todo recurso y garantía existente en la legislación y Constitución de la República, en ese sentido, acerca de las 22 manzanas que la alcaldía de Tela otorgó a su sindicato en venta y de las que la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz solicitó expropiación; a la fecha no se ha agotado el procedimiento interno por parte de los peticionarios ya que tienen expedito la garantía de amparo contra la resolución del Consejo Nacional Agrario o acatando esta resolución, demandar la nulidad del título extendido por la Alcaldía de Tela a su sindicato.

## **B. Consideraciones de la Corte**

226. La Corte ha expresado de manera consistente que los Estados Partes están obligados a suministrar recursos judiciales efectivos a las víctimas de violaciones de los derechos humanos (artículo 25), los cuales deben ser sustanciados de conformidad con las reglas del debido proceso legal (artículo 8.1), todo ello dentro de la obligación general, a cargo de los mismos Estados, de garantizar el libre y pleno ejercicio de los derechos reconocidos por la Convención a toda persona que se encuentre bajo su jurisdicción (artículo 1.1)<sup>225</sup>.

227. Asimismo, la jurisprudencia de este Tribunal ha señalado en otros casos que los pueblos indígenas y tribales tienen derecho a que existan mecanismos administrativos efectivos y expeditos para proteger, garantizar y promover sus derechos sobre los territorios indígenas, a través de los cuales se puedan llevar a cabo los procesos de reconocimiento, titulación, demarcación y delimitación de su propiedad territorial<sup>226</sup>. Los

---

<sup>225</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Excepciones Preliminares*. Sentencia de 26 de junio de 1987. Serie C No. 1, párr. 91 y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros Vs. Chile. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 2 de septiembre de 2015. Serie C No. 300, párr. 75.

<sup>226</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2001. Serie C No. 79, párr. 138, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek. Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de agosto de 2010 Serie C No. 214, párr. 109.

procedimientos en mención deben cumplir las reglas del debido proceso legal consagradas en los artículos 8 y 25 de la Convención Americana<sup>227</sup>.

228. Del mismo modo, la Corte ha reiterado que el derecho de toda persona a un recurso sencillo y rápido o a cualquier otro recurso efectivo ante los jueces o tribunales competentes que la ampare contra actos que violen sus derechos fundamentales "constituye uno de los pilares básicos, no sólo de la Convención Americana, sino del propio Estado de Derecho en una sociedad democrática en el sentido de la Convención"<sup>228</sup>. Además, en lo que respecta a pueblos indígenas y tribales, es indispensable que los Estados otorguen una protección efectiva que tome en cuenta sus particularidades propias, sus características económicas y sociales, así como su situación de especial vulnerabilidad, su derecho consuetudinario, valores, usos y costumbres<sup>229</sup>.

229. Por otro lado, el Tribunal ya ha afirmado que la obligación de investigar y en su caso juzgar y sancionar a los responsables de violaciones de derechos humanos, se encuentra dentro de las medidas positivas que deben adoptar los Estados para garantizar los derechos reconocidos en la Convención<sup>230</sup>, de conformidad con el artículo 1.1 de la misma. Este deber es una obligación que debe ser asumida por el Estado como un deber jurídico propio y no como una simple formalidad condenada de antemano a ser infructuosa, o como una mera gestión de intereses particulares, que dependa de la iniciativa procesal de las víctimas, de sus familiares o de la aportación privada de elementos probatorios<sup>231</sup>.

230. Además, el Tribunal ha dicho que la obligación de investigar y el correspondiente derecho de la presunta víctima o de los familiares no sólo se desprenden de las normas convencionales de derecho internacional, imperativas para los Estados Partes, sino que además deriva de la legislación interna que hace referencia al deber de investigar de oficio ciertas conductas ilícitas y a las normas que permiten que las víctimas o sus familiares denuncien o presenten querellas, pruebas, peticiones o cualquier otra diligencia, con la finalidad de participar procesalmente en la investigación penal con la pretensión de establecer la verdad de los hechos<sup>232</sup>.

231. En el presente caso los representantes y la Comisión alegaron que el Estado es responsable por la violación a los derechos contenidos en los artículos 8.1 y 25 de la Convención, en relación con 1.1, de la misma por los siguientes motivos: a) la alegada falta de efectividad de los recursos para obtener el reconocimiento de la propiedad comunal; b) la alegada falta de efectividad de las acciones judiciales y administrativas frente a las ventas y las adjudicaciones a terceros de tierras tradicionales, y c) la alegada falta de investigación en relación con las amenazas y las muertes contra miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz. A continuación la Corte pasará a analizar las alegadas violaciones en ese orden.

---

<sup>227</sup> Cfr. *Caso Godínez Cruz Vs. Honduras. Excepciones Preliminares*. Sentencia de 26 de junio de 1987. Serie C No.3, párr. 92, y *Caso Defensor de Derechos Humanos y otros Vs. Guatemala*, párr. 199.

<sup>228</sup> *Caso Castillo Páez Vs. Perú. Fondo*. Sentencia de 3 de noviembre de 1997. Serie C No. 34, párr. 82, y *Caso Liakat Ali Alibux Vs. Suriname. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 30 de enero de 2014. Serie C No. 276, párr. 42.

<sup>229</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*, párr. 63, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, párr. 264.

<sup>230</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo*, párrs. 166 y 167, y *Caso Veliz Franco y otros Vs. Guatemala. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 19 de mayo de 2014. Serie C No. 277, párr. 183.

<sup>231</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo*, párr. 177, y *Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros Vs. Venezuela*, párr. 216.

<sup>232</sup> Cfr. *Caso Familia Barrios Vs. Venezuela*, párr. 80, y *Caso Veliz Franco y otros Vs. Guatemala*, párr. 184.

*B.1. La alegada falta de efectividad de los recursos para obtener el reconocimiento de la propiedad comunal*

232. La Corte constata en primer término que los alegatos relacionados con la existencia de un procedimiento adecuado para la titulación, demarcación y delimitación de la propiedad colectiva de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz ya fueron analizados en el Capítulo VII-2 sobre el deber de adoptar disposiciones de derecho interno. En el presente acápite únicamente se hará mención a la efectividad de los mecanismos mencionados.

233. De 1946 a 2001 la Comunidad Triunfo de la Cruz presentó varias solicitudes de titulación sobre distintos territorios:

a) en 1946 la Comunidad solicitó el otorgamiento de un título ejidal sobre 380 hectáreas correspondientes al terreno que ocupaba (*supra* párr. 59);

b) el 27 de junio de 1969, al amparo de la Ley de Reforma Agraria, cincuenta miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz presentaron ante la Oficina Regional Agraria del INA una solicitud de creación de "centro de población agrícola" (*supra* párr. 60), la cual se encontraba aún sin resolver en 1996 (*supra* párr. 66). No se cuenta con información sobre el estado actual de ese procedimiento;

c) en 1979 la Comunidad presentó una solicitud ante el INA que dio lugar a que el 28 de septiembre de 1979, dicha institución extendiera a la Comunidad un título de "garantía en ocupación" sobre 126.40 hectáreas (*supra* párr. 68);

d) en 1993 la Comunidad solicitó, con base en la Ley para la Modernización y Desarrollo del Sector Agrícola de 1992, el otorgamiento de un título definitivo de dominio pleno sobre las 380 hectáreas otorgadas como ejido en 1950. El 29 de octubre de 1993 fue extendido gratuitamente a la Comunidad un "título definitivo de propiedad en dominio pleno" sobre esa área (*supra* párr. 69);

e) el 28 de agosto de 1997 y el 8 de julio de 1998 la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros solicitaron ante el INA un título de dominio pleno sobre el resto de las tierras que afirmaban ocupar históricamente en 1997 y 1998. La primera solicitud se refirió a un área de 600 hectáreas, y la segunda solicitud a un terreno de 126.40 hectáreas que ya poseían en garantía de ocupación (*supra* párr. 70). El 27 de septiembre de 2001, el INA dio lugar al otorgamiento de un título definitivo de dominio pleno sobre tres lotes de tierra que cubren 234 hectáreas que se refieren a una de las solicitudes, y no consta que se emitiera resolución alguna sobre la segunda solicitud, y

f) el 22 de enero de 2001 la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros solicitaron la ampliación del título de propiedad plena que había sido conferido en el año 1993. No le consta a la Corte que esa solicitud hubiese sido resuelta por el INA (*supra* párr. 71).

234. Con respecto a lo anterior, la Corte recuerda que no tiene competencia para conocer de los recursos que fueron interpuestos con anterioridad al 9 de septiembre de 1981, fecha en la cual el Estado de Honduras reconoció la competencia contenciosa de la Corte.

235. Por otra parte, la Corte constata que tres de las solicitudes que fueron planteadas por la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz no tuvieron respuesta alguna por parte del Estado. En consecuencia, este Tribunal considera que el Estado es responsable por la violación del artículo 8.1 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 del mismo instrumento, por las solicitudes que no obtuvieron respuesta alguna por parte del INA, a saber: las que fueron planteadas el 27 de junio de 1969, el 8 de julio de 1998 y el 22 de enero de 2001.

236. Todas las demás solicitudes obtuvieron respuesta en plazos máximos de cuatro años, tiempo que a criterio de este Tribunal resulta razonable, tomando en consideración la complejidad de los asuntos sobre las cuales versaron.

237. Con respecto a la solicitud planteada el 28 de agosto de 1997, consta que la misma se refiere a una ampliación de 600 hectáreas y que el INA, en el año 2001, únicamente otorgó una ampliación del dominio pleno sobre 234 hectáreas. La Comisión y los representantes indicaron que ese procedimiento de reconocimiento de tierras no fue efectivo porque no se adjudicó a la Comunidad la integralidad del territorio que había sido solicitado sino uno de menor extensión. El Tribunal recuerda que, en términos generales el artículo 8.1 de la Convención Americana contiene "un ámbito de protección material que implica que el Estado garantice que la decisión que se produzca a través del procedimiento satisfaga el fin para el cual fue concebido. Esto último no significa que siempre deba ser acogido sino que se debe garantizar su capacidad para producir el resultado para el que fue concebido"<sup>233</sup>. En ese sentido, no resulta suficiente alegar que el Tribunal interno no dio lugar a todos los requerimientos que se plantean en una solicitud de titulación para concluir automáticamente que se estaría incumpliendo con lo dispuesto en el artículo 8.1 de la Convención.

238. Sin perjuicio de lo anterior, en el presente caso el Tribunal recuerda que en el capítulo de fondo sobre el derecho a la propiedad comunal, se concluyó que el Estado era responsable por no haber titulado el lote A1 (*infra* Mapa Anexo) que había sido reconocido como territorio tradicional por el INA (*supra* párr. 115). En ese sentido, resulta razonable considerar que la decisión de 5 de julio de 2001 mediante la cual el INA rechazó la solicitud de dominio sobre el lote A1 (*infra* Mapa Anexo) a favor de la Comunidad Triunfo de la Cruz, no tomó en consideración que el carácter tradicional de ese territorio implicaba reconocer el derecho a la propiedad de la Comunidad tomando en cuenta sus particularidades propias y sus características sociales. Sobre el particular, el Tribunal recuerda que, "en lo que respecta a pueblos indígenas y tribales, es indispensable que los Estados otorguen una protección efectiva que tome en cuenta sus particularidades propias, sus características económicas y sociales, así como su situación de especial vulnerabilidad, su derecho consuetudinario, valores, usos y costumbres"<sup>234</sup>.

239. Llama la atención del Tribunal que en ese mismo documento el INA especificó que el lote A1 (*infra* Mapa Anexo) corresponde al territorio tradicional de la Comunidad Triunfo de la Cruz. Sin embargo, no le otorga ninguna consecuencia jurídica particular a ese hecho. Tampoco surge de la prueba que el INA hubiese evaluado, frente a una eventual imposibilidad real de otorgar esos títulos, de conformidad con lo establecido por el Convenio 169 de la OIT, la eventual necesidad de otorgar tierras alternativas o compensaciones por el territorio tradicional que no se estaba adjudicando a la Comunidad.

240. En consecuencia, este Tribunal considera que el Estado es responsable por la violación del artículo 8.1 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 del mismo instrumento, en perjuicio de la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros, por la resolución de la solicitud de dominio pleno presentada el 28 de agosto de 1997, que no consideró el carácter tradicional de uno de los lotes de territorio al cual se refería.

### *B.2. La alegada falta de efectividad de las acciones judiciales y administrativas frente a las ventas y las adjudicaciones a terceros de tierras tradicionales*

---

<sup>233</sup> Cfr. *Caso Barbani Duarte y Otros Vs. Uruguay. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia de 13 de octubre de 2011. Serie C No. 234, párr. 122, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá*, párr. 178.

<sup>234</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay, Fondo, Reparaciones y Costas*, párr. 63, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, párr. 264.

241. La Corte dio por probado que parte de las tierras tradicionales de la Comunidad Triunfo de la Cruz ha sido objeto de ventas y adjudicaciones promovidas por autoridades estatales a terceros y a empresas (*supra* párr. 139).

242. Sobre los alegatos relativos a las acciones judiciales y administrativas frente a las ventas y las adjudicaciones a terceros de tierras tradicionales, el Tribunal constata que: a) como consecuencia del traspaso al Sindicato de Empleados y Trabajadores de la Municipalidad de Tela de 22 manzanas ubicadas en el territorio reivindicado por la Comunidad, se plantearon varios procedimientos judiciales y administrativos (*supra* párrs. 80 a 83); b) fueron planteadas acciones ante la Fiscalía de Etnias como consecuencia de la implantación de la empresa IDETRISA en la Barra del Río Plátano (*supra* párr. 75), y c) aún se encuentra pendiente un proceso ante el INA entre la Comunidad y la empresa privada MACERICA por los territorios que se encuentran situados en la Barra del Río Plátano (*supra* párr. 67).

243. En cuanto a las acciones vinculadas con las 22 manzanas adjudicadas al Sindicato de Trabajadores de la municipalidad de Tela, consta que el 17 de septiembre de 1994 CODETT interpuso una acción penal ante la Fiscalía de Etnias, la cual determinó el cierre del caso por no constituir un ilícito penal (*supra* párr. 75), y que el 4 de febrero de 1998 la Comunidad presentó una denuncia por abuso de autoridad ante la Dirección de Investigación Criminal afirmando que la Municipalidad de Tela habría introducido maquinaria en la zona sin consentimiento de la Comunidad (*supra* párr. 80). La Corte no cuenta con información adicional con relación a esta denuncia que fue planteada hace aproximadamente 17 años.

244. Del mismo modo, consta que en septiembre de 1994 CODETT presentó una denuncia ante la Fiscalía de Etnias en relación con las ventas efectuadas por la municipalidad de Tela a la empresa IDETRISA de parte del territorio otorgado en garantía de ocupación en 1979, que se resolvió mediante el sobreseimiento definitivo de los funcionarios y ex funcionarios de la Alcaldía Municipal de Tela el 26 de noviembre de 1998 (*supra* párr. 75).

245. En relación con los diferentes procesos penales que fueron incoados, la Corte nota que no fueron aportados elementos probatorios que permitan al Tribunal inferir que los sobreseimientos y la falta de determinación de los responsables se hubiese debido a un fraude en los procedimientos o alguna falta a las garantías judiciales contenidas en la Convención. Por el contrario, los representantes y la Comisión únicamente alegaron que esos procesos no desembocaron en condenas a los presuntos responsables de los hechos sin aportar otro tipo de argumentación. En consecuencia, el Tribunal carece de elementos para efectuar un análisis sobre la conformidad o no de estos procedimientos con lo establecido en el artículo 8.1 de la Convención Americana.

246. Por otra parte, surge que el 7 de enero de 2002 la Comunidad solicitó al INA la afectación por vía de expropiación de las 22 manzanas, recomendando el INA declarar con lugar la solicitud de expropiación. El 15 de julio de 2003 esa entidad declaró procedente el inicio del trámite de afectación. Las investigaciones determinaron que el predio es de naturaleza jurídica privada, se encuentra dentro del área de la Municipalidad de Tela, y que en la actualidad no está siendo explotado por estar en conflicto (*supra* párr. 81). Asimismo, el 6 de septiembre de 2002 la Comunidad presentó ante la Municipalidad de Tela un reclamo administrativo de nulidad del acuerdo por el cual la Corporación Municipal cedió las 22 manzanas al Sindicato (*supra* párr. 82). El Estado alegó al respecto que a la fecha no se ha agotado el procedimiento interno por parte de los peticionarios, ya que tienen expedita la garantía de amparo contra la resolución del Consejo Nacional Agrario o acatando esta resolución, pueden demandar la nulidad del título extendido por la Alcaldía de Tela a su Sindicato. La Corte no cuenta con información actualizada en relación con este último procedimiento administrativo iniciado hace aproximadamente 13 años.

247. Asimismo, la Comunidad también denunció los hechos de la venta a la empresa IDETRISA, de tierras tituladas en garantía de ocupación a favor de la Comunidad, ante el Comisionado Nacional de los Derechos Humanos en el año 2001, así como ante el Procurador General del Estado (*supra* párr. 76). La Corte no cuenta con mayor información con respecto a estas denuncias luego de transcurridos 14 años desde que fueron denunciados.

248. En lo que concierne a las acciones administrativas vinculadas con la disputa territorial que existe entre la empresa MACERICA, por una parte, y la Comunidad, por la otra, la Corte constata que el 25 de mayo de 1984 el INA emitió Dictamen en el que presumió que el terreno Barra del Río Plátano era de dominio del Estado, y durante el proceso se verificó que el terreno solicitado por la Comunidad estaba situado dentro del perímetro urbano de la Municipalidad de Tela, en virtud de la resolución adoptada por el INAEI el 24 de abril de 1989, del cual 44 hectáreas habían sido vendidas a una empresa (*supra* párr. 74). La Contraloría General de la República inició una investigación sobre la legalidad de las ventas, por lo que en 1996 el INA decidió mantener en suspenso el trámite de solicitud de adjudicación a favor de la Comunidad (*supra* párr. 67), hasta tanto la Procuraduría General de la República y la Contraloría General analizaran y definieran conjuntamente la situación planteada. La Corte no cuenta con información actualizada con respecto a este procedimiento luego de que transcurrieran 19 años desde que se mantuvo en suspenso el procedimiento.

249. Por otra parte, la Corte constata que varios procedimientos penales y administrativos no brindaron una respuesta procesal a los peticionarios luego de que transcurrieran más de 13 años (reclamo administrativo de nulidad de 6 de septiembre de 2002, *supra* párr. 82); 14 años (denuncia ante el Comisionado Nacional de los Derechos Humanos en 2001, *supra* párr. 76); 17 años (denuncia por abuso de autoridad ante la Dirección de Investigación Criminal de 4 de febrero de 1998, *supra* párr. 80), y 19 años (inicio de investigación por parte de la Contraloría General de la República en 1996, *supra* párr. 67) desde que fueron iniciados o desde que se supo de la última actuación procesal.

250. La Corte reitera su jurisprudencia respecto de que la falta de razonabilidad en el plazo para el desarrollo de un procedimiento constituye, en principio, por sí misma, una violación de las garantías judiciales. De manera consistente este Tribunal ha tomado en cuenta cuatro elementos para determinar la razonabilidad del plazo: i) complejidad del asunto; ii) actividad procesal del interesado; iii) conducta de las autoridades judiciales, y iv) afectación generada en la situación jurídica de la persona involucrada en el proceso<sup>235</sup>.

251. En el presente caso, la Corte encuentra que la falta de respuesta procesal por parte del Estado por esos períodos de tiempo no puede ser justificada a través de la complejidad del caso o por la actividad de los interesados. Si bien es razonable pensar que los procedimientos señalados se refieren a problemáticas complejas que involucran derechos de propiedad tradicional, este Tribunal encuentra que el Estado es responsable por la violación a los derechos contenidos en los artículos 8.1 y 25 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 del mismo instrumento, por la duración más allá de un plazo razonable de las acciones judiciales y administrativas frente a las ventas y las adjudicaciones a terceros de tierras tradicionales, en perjuicio de la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros.

### *B.3. Las investigaciones relacionadas con las presuntas amenazas y muertes contra miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz*

---

<sup>235</sup> Cfr. *Caso Valle Jaramillo y otros Vs. Colombia. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 27 de noviembre de 2008. Serie C No. 192, párr. 155, y *Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros Vs. Venezuela. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 27 de agosto de 2014. Serie C No. 281, párr. 246.

252. La Corte recuerda que en el capítulo de hechos indicó que habían sido presentadas varias denuncias relativas a hechos de violencia y amenazas contra miembros de la Comunidad Triunfo de la Cruz (*supra* párr. 88), sin que se cuente con información sobre si fueron investigadas y el estado de dichas investigaciones. Por otra parte, tampoco consta que el Estado hubiese iniciado de oficio las investigaciones por los homicidios de Oscar Brega, Jesús Álvarez Roche, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales (*supra* párr. 88). El Estado tuvo la oportunidad procesal de referirse a esas investigaciones y no presentó información al respecto.

253. En consecuencia, la Corte encuentra que el Estado es responsable por la violación a los derechos contenidos en los artículos 8.1 y 25 de la Convención, en relación con el artículo 1.1 de la misma, por la falta al deber de investigar los hechos denunciados por la Comunidad y sus miembros, y por no haber iniciado de oficio las investigaciones relativas a las muertes de Oscar Brega, Jesús Álvarez Roche, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales.

### **VIII REPARACIONES (Aplicación del artículo 63.1 de la Convención Americana)**

254. Con base en lo dispuesto en el artículo 63.1 de la Convención<sup>236</sup>, la Corte ha indicado que toda violación de una obligación internacional que haya producido daño comporta el deber de repararlo adecuadamente<sup>237</sup> y que esa disposición "recoge una norma consuetudinaria que constituye uno de los principios fundamentales del Derecho Internacional contemporáneo sobre responsabilidad de un Estado"<sup>238</sup>. Además, este Tribunal ha establecido que las reparaciones deben tener un nexo causal con los hechos del caso, las violaciones declaradas, los daños acreditados, así como con las medidas solicitadas para reparar los daños respectivos. Por lo tanto, la Corte deberá analizar dicha concurrencia para pronunciarse debidamente y conforme a derecho<sup>239</sup>.

255. La reparación del daño ocasionado por la infracción de una obligación internacional requiere, siempre que sea posible, la plena restitución, que consiste en el restablecimiento de la situación anterior. De no ser esto factible, el Tribunal determinará medidas para garantizar los derechos conculcados y reparar las consecuencias que las infracciones produjeron<sup>240</sup>. Por tanto, la Corte ha considerado la necesidad de otorgar diversas medidas de reparación, a fin de resarcir los daños de manera integral, por lo que además de las

---

<sup>236</sup> El artículo 63.1 de la Convención Americana establece: "Cuando decida que hubo violación de un derechoo libertad protegidos en esta Convención, la Corte dispondrá que se garantice al lesionado en el goce de su derecho o libertad conculcados. Dispondrá asimismo, si ello fuera procedente, que se reparen las consecuencias de la medida o situación que ha configurado la vulneración de esos derechos y el pago de una justa indemnización a la parte lesionada".

<sup>237</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones y Costas*, párr. 25, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 05 de octubre de 2015. Serie C No. 302, párr. 286.

<sup>238</sup> *Caso Castillo Páez Vs. Perú. Reparaciones y Costas*, párr. 50, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 286.

<sup>239</sup> Cfr. *Caso Ticona Estrada y otros Vs. Bolivia. Fondo, Reparaciones y Costas*, párr. 110, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 288.

<sup>240</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones y Costas*, párr. 26, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 287.



compensaciones pecuniarias, las medidas de restitución, satisfacción y garantías de no repetición tienen especial relevancia por los daños ocasionados<sup>241</sup>.

256. En consecuencia, y sin perjuicio de cualquier forma de reparación que se acuerde posteriormente entre el Estado y las víctimas, en consideración de las violaciones a la Convención Americana declaradas en esta Sentencia, el Tribunal procederá a disponer las medidas dirigidas a reparar los daños ocasionados. Para ello, tomará en cuenta las pretensiones de la Comisión y de los representantes, así como los argumentos del Estado, a la luz de los criterios fijados en la jurisprudencia de la Corte en relación con la naturaleza y alcance de la obligación de reparar<sup>242</sup>.

### **A. Parte Lesionada**

257. El Tribunal considera parte lesionada, en los términos del artículo 63.1 de la Convención Americana, a quien ha sido declarado víctima de la violación de algún derecho reconocido en la misma. Por lo tanto, esta Corte considera como parte lesionada a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros, quienes en su carácter de víctimas de las violaciones declaradas en esta Sentencia, serán considerados beneficiarios de las reparaciones que la Corte ordene.

### **B. Medidas de restitución: demarcación y titulación de tierras**

258. La *Comisión* recomendó al Estado “[a]doptar a la brevedad las medidas necesarias para hacer efectivo el derecho de propiedad comunal y la posesión de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz y sus miembros, con respecto a su territorio [tradicional]”. Asimismo, indicó que “tomando en cuenta que la playa y el mar constituyen parte esencial de la cultura y de las [...] actividades de subsistencia de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, resulta necesario que el Estado, al momento de cumplir con las medidas de reparación relativas al reconocimiento y titulación aún pendiente, se abstenga de excluir de toda consideración la playa y las porciones marítimas respecto de las cuales la Comunidad acredite haber usado históricamente”<sup>243</sup>. Los *representantes* solicitaron a la Corte ordenar al Estado “[e]ntregar a título gratuito a la Comunidad indígena Triunfo de la Cruz del Pueblo Garífuna las tierras reivindicadas, incluyendo su hábitat [tradicional] o parte faltante de su territorio [tradicional], para completar el derecho territorial de la Comunidad en una superficie total de 2.840 hectáreas, lo que implica el reconocimiento jurídico del territorio de la Comunidad [...], conforme al límite [tradicional]”. El *Estado* no formuló observaciones respecto de esta medida de reparación.

259. La Corte se refiere a lo establecido respecto del territorio ancestral de la Comunidad en el Capítulo de Fondo sobre el derecho a la propiedad comunal, y dispone que el Estado debe proceder a demarcar las tierras sobre las cuales ha sido otorgada la propiedad colectiva a la Comunidad en dominio pleno y en garantía de ocupación. Lo anterior debe ser implementado dentro de un plazo máximo de dos (2) años a partir de la notificación de la presente Sentencia, y con la plena participación de la Comunidad, tomando en consideración su derecho consuetudinario, usos y costumbres.

---

<sup>241</sup> Cfr. *Caso de la Masacre de Mapiripán Vs. Colombia. Fondo, Reparaciones y Costas*, párr. 294, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 287.

<sup>242</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones y Costas*, párrs. 25 a 27, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 289.

<sup>243</sup> La Comisión agregó que los derechos de la Comunidad respecto de las playas o franjas marítimas “ha[n] sido un tema de debates constantes” pero que, aunque “puede ser complejo, aquí lo que el Estado está pretendiendo es excluirlas a priori de todo debate en materia de reconocimiento, titulación y demarcación”.

260. Asimismo, este Tribunal ordena, en relación con el área denominada "Lote A1" (*infra* Mapa Anexo) que fue reconocido como territorio tradicional de la Comunidad Triunfo de la Cruz por parte del INA (*supra* párr. 115), que el Estado otorgue a la Comunidad, en el plazo de dos (2) años desde la notificación de la presente Sentencia, un título de propiedad colectiva sobre dicha tierra, el cual deberá ser debidamente delimitado y demarcado.

261. Si para cumplir con esta medida de reparación el Estado debe llevar a cabo procedimientos de expropiación o de reubicación de terceros que puedan ostentar títulos de dominio pleno sobre lotes comprendidos dentro del lote A1 (*infra* Mapa Anexo), incluyendo las 22 manzanas adjudicadas al Sindicato de Trabajadores de la Municipalidad de Tela (*supra* párr. 78), y los lotes de tierra de las empresas MACERICA e IDETRISA, el Estado deberá pagar las indemnizaciones que corresponde a los perjudicados, de conformidad con lo establecido en el derecho interno. La Corte recuerda su jurisprudencia según la cual la "restricción que se haga al derecho a la propiedad privada de particulares que fuera necesaria para lograr el objetivo colectivo de preservar las identidades culturales en una sociedad democrática y pluralista en el sentido de la Convención Americana", implica la obligación a cargo del Estado de pagar "una justa indemnización a los perjudicados, de conformidad con el artículo 21.2 de la Convención"<sup>244</sup>.

262. En caso de que, por motivos debidamente fundados, el Estado considere que no es posible llevar a cabo la titulación de todo o parte del lote A1 (*infra* Mapa Anexo), deberá conferir un título de propiedad colectiva a la Comunidad sobre tierras alternativas de igual extensión y calidad que las no otorgadas. El Estado, para la implementación de esta medida, deberá consultar con la Comunidad Triunfo de la Cruz y sus miembros, en un procedimiento que sea acorde a los estándares internacionales en la materia.

263. Sin perjuicio de lo anterior, el Estado deberá desarrollar, de común acuerdo con la Comunidad Triunfo de la Cruz, reglas de convivencia pacífica y armoniosa en el territorio en cuestión que haga que las personas que no forman parte de la Comunidad respeten los usos y costumbres de la Comunidad Triunfo de la Cruz, así como los mecanismos de prevención necesarios que eviten cualquier afectación por parte de terceros en el territorio garífuna.

264. La Corte recuerda que, mientras no se hayan demarcado y, en su caso, titulado adecuadamente las referidas tierras a favor de la Comunidad Triunfo de la Cruz, el Estado debe abstenerse de realizar actos que puedan llevar a que los agentes del propio Estado, o terceros que actúen con su aquiescencia o su tolerancia, afecten la existencia, el valor, el uso o el goce de las tierras que deberán serles restituidas y de aquellas sobre las cuales poseen actualmente títulos de propiedad.

### ***C. Obligación de investigar los hechos que generaron las violaciones e identificar, juzgar y, en su caso, sancionar a los responsables***

265. La *Comisión* solicitó a la Corte ordenar que el Estado investigue y sancione a los responsables de "las amenazas, hostigamientos, actos de violencia e intimidación y daños realizados a la propiedad de los miembros de la Comunidad [...] y, en particular, a los líderes, lideresas y autoridades". Los *representantes* indicaron, en términos generales, adherirse "*in totum* a las pretensiones de reparación de los derechos violados [...] elevadas ante la [...] Corte por la [...] Comisión", pero no formularon alegatos específicos respecto de la referida medida de reparación. El *Estado* no formuló observaciones al respecto.

266. La Corte determinó en la presente Sentencia que el Estado había incumplido con su deber de investigar las muertes de los señores Oscar Brega, Jesús Álvarez Roche, Jorge

---

<sup>244</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia 17 de junio de 2005. Serie C No. 125, párr. 148.

Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales, así como de los hechos de violencia denunciados por la Comunidad Triunfo de la Cruz, en violación a lo dispuesto en los artículos 8.1 y 25 de la Convención (*supra* párr. 253).

267. En consecuencia, como lo ha dispuesto en otras oportunidades<sup>245</sup>, la Corte ordena al Estado el inicio de la investigación relacionada con la muerte del señor Jesús Álvarez y de los señores Óscar Brega, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales, con la finalidad de determinar las eventuales responsabilidades penales y, en su caso, aplicar efectivamente las sanciones y consecuencias que la ley prevea. Esta obligación debe ser cumplida en un plazo razonable. Sin perjuicio de lo anterior, la Corte recuerda que es jurisprudencia constante de este Tribunal que los hechos no constitutivos de graves violaciones a los derechos humanos pueden prescribir de conformidad con lo dispuesto en las legislaciones internas de los Estados<sup>246</sup>. No obstante, en el presente caso, la Corte no cuenta con elementos de hecho y de derecho suficientemente precisos para poder determinar el plazo de prescripción de una acción penal que, en su caso, podría aplicar en el presente caso, ni la convencionalidad de dicha prescripción.

#### **D. Medidas de satisfacción y garantías de no repetición**

##### *D.1. Medidas de Satisfacción*

268. El Tribunal determinará medidas que buscan reparar el daño inmaterial y que no tienen naturaleza pecuniaria, así como medidas de alcance o repercusión pública<sup>247</sup>. Al respecto, considerando las circunstancias del caso *sub judice*, en atención de las afectaciones a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros y las consecuencias de orden inmaterial o no pecuniario derivadas de las violaciones de la Convención Americana declaradas en su perjuicio, la Corte estima necesario analizar la pertinencia de las medidas de satisfacción y garantías de no repetición. Asimismo, la jurisprudencia internacional, y en particular de la Corte, ha establecido reiteradamente que la sentencia constituye *per se* una forma de reparación<sup>248</sup>.

269. La Corte toma nota de la recomendación de la Comisión de reparar en el ámbito individual y colectivo las consecuencias de la violación de los derechos enunciados. Los representantes agregaron que para la determinación de las medidas de reparación individual y colectiva "será necesario considerar el derecho consuetudinario de la comunidad afectada". El Estado no formuló alegatos específicos al respecto.

##### *D.1.1. Publicación de la Sentencia*

270. Las partes y la Comisión no se refirieron a esta medida de reparación.

---

<sup>245</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones y Costas*, párr. 174, y *Caso Mendoza y otros Vs. Argentina*, párr. 344.

<sup>246</sup> Cfr. *Caso Albán Cornejo y otros. Vs. Ecuador. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia de 22 de noviembre de 2007. Serie C No. 171, párr. 111, y *Caso Vera Vera y otra Vs. Ecuador. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 19 de mayo de 2011. Serie C No. 226, párr. 117.

<sup>247</sup> Cfr. *Caso de los "Niños de la Calle" (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Reparaciones y Costas*, párr. 84, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros Vs. Chile*, párr. 157.

<sup>248</sup> Cfr. *Caso Neira Alegría y otros Vs. Perú. Reparaciones y Costas*, párr. 56, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 320.

271. No obstante, la Corte estima pertinente ordenar, como lo ha hecho en otros casos<sup>249</sup>, que el Estado, en el plazo de seis meses, contado a partir de la notificación de la presente Sentencia, realice las siguientes publicaciones: a) el resumen oficial de la presente Sentencia elaborado por la Corte, el cual deberá ser publicado en el Diario Oficial y en un diario de amplia circulación nacional de Honduras, y b) la presente Sentencia en su integridad, disponible, por un período de al menos un año, en un sitio web oficial del Estado.

272. Asimismo la Corte considera apropiado, tal como lo ha dispuesto en otros casos<sup>250</sup>, que el Estado dé publicidad, a través de una emisora radial de amplia cobertura en las tierras de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, al resumen oficial de la Sentencia, en español y en el idioma garífuna. La transmisión radial deberá efectuarse cada primer domingo de mes al menos durante tres meses. El Estado deberá comunicar previamente a los representantes, al menos con dos semanas de anticipación, la fecha, horario y emisora en que efectuará tal difusión. El Estado deberá cumplir con esta medida en el plazo de seis meses a partir de la notificación de la presente Sentencia.

#### *D.1.2. Acto público de reconocimiento de responsabilidad*

273. Los *representantes* solicitaron a la Corte ordenar que el Estado “otorgue un reconocimiento público a la Comunidad Garífuna y sus miembros, a través de un acto simbólico, acordado previamente con los peticionarios y las víctimas”. El *Estado y la Comisión* no se refirieron a esta medida de reparación.

274. La Corte dispone, como lo ha hecho en otros casos, que el Estado debe realizar un acto público de reconocimiento de responsabilidad internacional en el cual debe hacer referencia a las violaciones de derechos humanos declaradas en la presente Sentencia<sup>251</sup>. La determinación de la fecha, el lugar y las modalidades del acto deben ser consultados y acordados previamente con la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz. El acto debe ser realizado en una ceremonia pública, con la presencia de altas autoridades del Estado y de los miembros de la Comunidad. Adicionalmente, dicho acto debe tomar en cuenta las tradiciones, usos y costumbres de la Comunidad y ser realizado tanto en español como en el idioma garífuna<sup>252</sup>. Para ello, el Estado cuenta con un plazo de un año, a partir de la notificación de la presente Sentencia.

#### *D.2. Garantías de no repetición*

##### *D.2.1. Solicitud de adecuación del derecho interno*

275. La *Comisión* solicitó que la Corte ordene al Estado “[a]doptar a la brevedad las medidas necesarias para hacer efectivo el derecho de propiedad comunal y la posesión de la Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz y sus miembros, con respecto a su territorio [tradicional]”, refiriéndose en particular a “las medidas legislativas, administrativas o de otro carácter necesarias para delimitar, demarcar y titular adecuadamente sus tierras, acorde con su derecho consuetudinario, valores, usos y costumbres”. Asimismo, se refirió a

---

<sup>249</sup> Cfr. *Caso Cantoral Benavides Vs. Perú*. Reparaciones y Costas. Sentencia de 3 de diciembre de 2001. Serie C No. 88, párr. 79, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 303.

<sup>250</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*, párr. 227, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, párr. 308.

<sup>251</sup> Cfr. *Caso González y otras (“Campo Algodonero”) Vs. México. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 16 de noviembre de 2009. Serie C No. 205, párr. 469, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros Vs. Chile*, párr. 160.

<sup>252</sup> Cfr. *Caso Masacre Plan de Sánchez Vs. Guatemala. Reparaciones*. Sentencia de 19 de noviembre 2004. Serie C No. 116, párr. 101, y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, párr. 305.

que el Estado “[a]dopte un recurso eficaz y sencillo que tutele el derecho de los pueblos indígenas de Honduras a reivindicar y acceder a sus territorios tradicionales y que permita proteger dichos territorios ante acciones de parte del Estado o terceros que infrinjan su derecho de propiedad”. Adicionalmente, solicitó ordenar al Estado adoptar “con la participación de los pueblos indígenas, las medidas legislativas o de otra índole, necesarias para hacer efectivo el derecho a la consulta previa, libre, informada y de buena fe, conforme a los estándares de derechos humanos internacionales”.

276. Los *representantes* solicitaron que la Corte ordene al Estado adoptar “las medidas legislativas, administrativas y de cualquier otro carácter que sean necesarias para crear un mecanismo judicial para hacer efectivo el derecho de los pueblos indígenas [y tribales][...] al derecho de propiedad de su hábitat [tradicional] o territorio [tradicional], acorde con el derecho consuetudinario, los valores, usos y costumbres de éstos” y, más específicamente, “establecer un recurso efectivo y eficaz, que permita a los pueblos indígenas y tribales de Honduras acceder a su hábitat [tradicional] de acuerdo a los derechos que le reconoce la normativa interamericana de derechos humanos”<sup>253</sup>. Asimismo, solicitaron “adoptar en su derecho interno [...] las medidas legislativas, administrativas o de cualquier otra índole para hacer efectivo el derecho a una consulta previa, libre e informada”, más específicamente, la “[a]probación de una [l]ey consensuada para la [c]onsulta de los pueblos indígenas del país que se apegue al Convenio 169 [de la OIT] y la UNDRIP, además que el Estado garantice la buena fe en la aplicación de dicha ley”. Adicionalmente, solicitaron la “[d]erogación del capítulo III de la Ley de Propiedad”, así como la “[d]erogación de las áreas protegidas y parques nacionales que abarcan territorios Garífuna y las cuales fueron creadas de forma inconsulta” y la “[a]nulación de todos aquellos títulos emitidos a terceros sobre los títulos comunitarios [en todas las comunidades Garífunas]”. Finalmente, solicitaron que se ordenen “acciones relativas al más alto nivel en materia legislativa reformando la Constitución de la República, concediendo rango constitucional a la pluriculturalidad, multiculturalidad y multinacionalidad sociológica de los pueblos”.

277. El *Estado* no se refirió específicamente a esta medida de reparación.

278. En el presente caso, la Corte declaró la violación del artículo 2, en relación con los artículos 21 y 1.1 de la Convención, por la ausencia de una práctica o de una normatividad en el sistema jurídico interno respecto del derecho a la consulta previa, libre e informada con los pueblos indígenas y tribales, la cual se tradujo en violaciones en el caso concreto con anterioridad a la adopción de la ley de propiedad en el año 2004 (*supra* párr. 199).

279. Sin embargo, la Corte indicó que no se pronunciaría con relación al período posterior al año 2004 porque no consta que la Ley de Propiedad de 2004 habría sido aplicada a la Comunidad y sus miembros (*supra* párr. 200), por lo que no corresponde que el Tribunal se pronuncie sobre la medida de reparación solicitada por los representantes.

280. Por otra parte, respecto de la solicitud de los representantes de la “[d]erogación de las áreas protegidas y parques nacionales que abarcan territorios Garífuna y las cuales fueron creadas de forma inconsulta”, este Tribunal ordena al Estado que garantice el libre acceso, uso y goce de la propiedad colectiva por parte de la Comunidad en la parte de su territorio que se sobrepone con un área del Parque Nacional Punta Izopo.

281. Con respecto a las demás medidas de reparación solicitadas, en relación con la adecuación del derecho interno, este Tribunal considera que no corresponde ordenarlas, dado que no guardan relación con las violaciones de derechos humanos establecidas en esta Sentencia. Respecto de la medida solicitada acerca de la “[a]nulación de todos aquellos

---

<sup>253</sup> Al respecto, agregaron que “[d]ebe decretarse de forma urgente una ley que prote[ga] efectivamente la propiedad territorial indígena en su más amplio sentido. Debe crearse la institucionalidad necesaria y fortalecerse la existente”.

títulos emitidos a terceros sobre los títulos comunitarios [en todas las comunidades Garífunas]”, la Corte constata que la misma no guarda relación con los hechos del caso en lo que se refiere a otras comunidades Garífunas distintas a la de Triunfo de la Cruz. Respecto de dicha Comunidad, la Corte reitera su jurisprudencia en la cual se establece que no puede decidir si el derecho a la propiedad tradicional de los miembros de una Comunidad indígena o tribal se encuentra por encima del derecho a la propiedad privada de terceros o viceversa, por cuanto la Corte no es un tribunal de derecho interno que dirime las controversias entre particulares. Esa tarea corresponde exclusivamente a la jurisdicción interna.

282. Por último, tomando en consideración que en los hechos del caso se evidenció una falta de claridad en el Registro de la Propiedad de Honduras que podría estar permitiendo la superposición de títulos en las áreas sobre las cuales versan los hechos del caso, la Corte estima pertinente ordenar al Estado que cree los mecanismos adecuados para evitar que en el futuro hechos similares puedan generar afectaciones al derecho a la propiedad en áreas rurales como las analizadas en el presente caso.

#### *D.2.2 Otras medidas solicitadas*

283. La *Comisión* solicitó en sus observaciones finales escritas<sup>254</sup> que la Corte ordene, entre otros: (i) reconocer la totalidad del territorio que la Comunidad ha usado y ocupado históricamente, (ii) asegurar que tanto el título ya otorgado, como el que se otorgue, estén dotados de plenas garantías para asegurar que no serán enajenados, vendidos o titulados sin llevar a cabo una consulta previa, libre e informada, (iii) disponer las medidas necesarias para responder a las exigencias de restitución y reparación a la Comunidad por la concesión de las tierras para proyectos turísticos, la entrega de títulos a terceros no indígenas y la ampliación del caso urbano, iv) adoptar inmediatamente y en consulta con la Comunidad, las medidas necesarias para enfrentar la situación de conflictividad que se vive en la zona, y v) disponer sin dilación el presupuesto necesario para lograr que las tierras y territorios sean de uso y ocupación indígena de manera exclusiva.

284. Los *representantes*, en su escrito de solicitudes y argumentos, solicitaron a la Corte ordenar al Estado el “[r]econocimiento jurídico sobre la posesión territorial [tradicional] de cada una de las comunidades Garífunas”, y “habilitar el área reclamada por la Comunidad [...] con servicios básicos, incluyendo agua potable e infraestructura sanitaria, un centro de salud, un establecimiento escolar [y] una radio comunitaria”. Además, solicitaron, en sus alegatos finales escritos, que la Corte ordene el “reconocimiento del territorio marítimo y de las playas ya que su uso y posesión forman parte de la cosmovisión del pueblo Garífuna” y la “suspensión de leyes y programas que se encuentran a punto de ser aprobados por el Congreso Nacional los que afectaran a los pueblos indígenas y que ha[bría]n desconocido el CPLI”.

285. La Corte constata que las medidas señaladas por la Comisión fueron solicitadas de manera extemporánea, puesto que no fueron planteadas en su escrito de sometimiento del caso ni en el Informe de Fondo, por lo que se rechazan. Respecto de las medidas solicitadas por los representantes en su escrito de solicitudes y argumentos, este Tribunal considera que no corresponde ordenarlas, dado que no guardan relación con los hechos del caso ni con las violaciones de derechos humanos establecidas en esta Sentencia. En relación con las medidas señaladas por éstos en sus alegatos finales escritos, la Corte hace notar que fueron solicitadas de manera extemporánea, puesto que no fueron planteadas en el escrito de solicitudes y argumentos, por lo que se rechazan.

---

<sup>254</sup> La Comisión en sus observaciones finales orales realizadas en la audiencia pública también se refirió, al menos en parte, a estas medidas de reparación.

### **E. Compensación colectiva a través de un fondo de desarrollo comunitario**

286. La *Comisión* se refirió en términos generales a que el Estado repare “en el ámbito individual y colectivo las consecuencias de la violación de los derechos enunciados”.

287. Los *representantes* solicitaron que la Corte convoque a “una audiencia con el objeto de oír las declaraciones de testigos y el dictamen de peritos sobre la dimensión cultural de la Comunidad”, dejando constancia “de la decisión de la Comunidad [...] que los beneficios de las medidas que en indemnización se dicten en el presente caso, alcancen al conjunto de familias ampliadas que integran la comunidad”, y que “[e]n el supuesto que la [...] Corte no convoque a una audiencia sobre reparaciones” solicitan “fijar una suma en equidad para determinar el monto indemnizatorio [...] por concepto de daño emergente y lucro cesante”<sup>255</sup>. Los representantes concluyeron que el monto del daño material “asc[endería] conservadoramente” a US\$ 900.000 (novecientos mil dólares de los Estados Unidos de América). Adicionalmente, los representantes solicitaron que el Estado “establezca un fondo destinado a cubrir el saneamiento por las tierras a ser recuperadas de manos de terceros, calculando sobre el total de la extensión reclamada por la comunidad”, indicando las áreas que deberían ser incluidas en dicho saneamiento. El Estado no formuló observaciones sobre esta medida de reparación. Asimismo, solicitaron a la Corte “ordenar en equidad el monto de la indemnización correspondiente al daño moral causado al Pueblo Garífuna de Triunfo de la Cruz y sus miembros, por los sufrimientos, angustias e indignidades a las que se les ha sometido durante los años en que han visto limitado su derecho a usar, gozar y disponer de su territorio y demás violaciones alegadas”. Concluyeron que el monto del daño inmaterial “asc[endería] conservadoramente” a US\$ 1.400.000 (un millón cuatrocientos mil dólares de los Estados Unidos de América).

288. El *Estado* no formuló observaciones sobre esta medida de reparación.

289. La Corte ha desarrollado en su jurisprudencia el concepto de daño material e inmaterial y los supuestos en que corresponde indemnizarlo. Este Tribunal ha establecido que el daño material supone “la pérdida o detrimento de los ingresos de las víctimas, los gastos efectuados con motivo de los hechos y las consecuencias de carácter pecuniario que tengan un nexo causal con los hechos del caso”<sup>256</sup>. Asimismo, con respecto al daño inmaterial, este Tribunal ha entendido que este “puede comprender los sufrimientos y las aflicciones causados a la víctima directa y a sus allegados, el menoscabo de valores muy significativos para las personas, así como las alteraciones, de carácter no pecuniario, en las condiciones de existencia de la víctima o su familia”<sup>257</sup>.

290. En la presente Sentencia, para resolver las pretensiones sobre el daño material, la Corte tendrá en cuenta el acervo probatorio de este caso, la jurisprudencia del propio Tribunal y los argumentos de las partes.

---

<sup>255</sup> Respecto del daño emergente, los representantes se refirieron a las acciones y diligencias realizadas por miembros de la Comunidad para mantener reuniones con autoridades públicas y otras comunidades, por lo que habrían tenido que desplazarse. Asimismo, indicaron que “la prueba de los daños materiales [...] es de compleja acreditación, en términos de la forma de vida y modelo económico que sigue la Comunidad, basado en un modelo tradicional carente de formalismos contables o financieros rígidos”. No obstante, señalaron que se debería tomar en cuenta la emigración de jóvenes ante la falta de medios de subsistencia y la reducción del territorio, los daños al territorio y sus recursos naturales, la afectación por la paralización de actividades productivas durante los dieciocho años que duró el proceso interno e internacional, y la falta de acceso a zonas de producción alimentaria.

<sup>256</sup> Cfr. *Caso Bámaca Velásquez Vs. Guatemala. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 22 de febrero de 2002. Serie C No. 91, párr. 43, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 314.

<sup>257</sup> Cfr. *Caso de los “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 26 de mayo de 2001. Serie C No. 77, párr. 84, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras*, párr. 320.

291. Respecto a la solicitud de los representantes de convocar una audiencia en relación con las indemnizaciones solicitadas, la Corte estima que este caso no presenta las particularidades que hacen necesario la referida audiencia, por lo que se rechaza dicha solicitud y se resolverá lo pertinente en esta Sentencia.

292. Con relación al daño material, tomando en cuenta que los representantes no proporcionaron medios suficientes de prueba para determinar los montos exactos relacionados con cada de una de las violaciones declaradas, la Corte considera que los perjuicios sufridos por la Comunidad y sus miembros tienen carácter de lucro cesante en razón de que los mismos no podían gozar de sus tierras económicamente de forma plena debido a la falta de demarcación, titulación (respecto del lote A1) (*infra* Mapa Anexo), la venta de partes de sus tierras a terceros, y la falta de consulta del proyecto turístico "Marbella" y "Playa Escondida" y parte del parque nacional Punta Izopo, así como su Plan de Manejo.

293. En cuanto al daño inmaterial, la Corte constata que la solicitud formulada por los representantes en sus alegatos finales escritos fue planteada de manera extemporánea. No obstante, este Tribunal, para valorar los posibles daños inmateriales causados en el caso *sub judice*, ha tomado en consideración lo manifestado por Ángel Castro Martínez y Clara Eugenia Flores en sus declaraciones rendidas ante este Tribunal durante la audiencia pública, y por los señores Olivia Ramos, Teresa Reyes, Beatriz Ramos, Secundino Torres, Alfredo López, Francis Secundina López, Ilaria Cacho, Dionicio Álvarez, César Benedit Zúñiga y Doris Rinabett Benedict en sus declaraciones rendidas ante fedatario público, en cuanto a que los daños ocasionados a éstos son representativos de aquellos producidos al resto de las víctimas, quienes en su totalidad pertenecen a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz.

294. La Corte se remite a sus consideraciones respecto de la violación del artículo 21, en relación con el artículo 1.1 de la Convención. La falta de demarcación de las tierras sobre las cuales fue otorgado un título de propiedad colectiva a la Comunidad Triunfo de la Cruz, así como la falta de titulación del lote "A1" (*infra* Mapa Anexo) reconocido como territorio tradicional por el Estado, y por otra parte la falta de protección de dichas tierras frente a terceros, afectaron de manera negativa el uso y goce de los derechos territoriales de la Comunidad y sus miembros, lo que la Corte tomará en cuenta al momento de fijar el daño inmaterial. De igual forma, la Corte observa que el significado especial que la tierra tiene para los pueblos indígenas y tribales en general, y para la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz en particular, implica que toda denegación al goce o ejercicio de los derechos territoriales acarrea el menoscabo de valores muy representativos para los miembros de dichos pueblos, quienes corren el peligro de perder o sufrir daños irreparables en su vida e identidad cultural y en el patrimonio cultural a transmitirse a las futuras generaciones.

295. En vista de que el Estado fue encontrado responsable por la violación de los artículos 2, 21, 8 y 25 de la Convención, así como con motivo de que la variedad de las medidas de reparación solicitadas por los representantes pretenden en su conjunto beneficiar a la Comunidad Triunfo de la Cruz, la Corte estima apropiado analizar dichas medidas a la luz de la creación de un Fondo de desarrollo comunitario como compensación por el daño material e inmaterial que los miembros de la Comunidad han sufrido. En este sentido, dicho Fondo es adicional a cualquier otro beneficio presente o futuro que corresponda a la Comunidad Triunfo de la Cruz en relación con los deberes generales de desarrollo del Estado.

296. En cuanto a lo anterior, la Corte nota que, en vista de: i) la desposesión de su territorio; ii) los daños ocasionados al mismo y iii) que los pueblos indígenas tienen derecho a la conservación y protección de su medio ambiente y de la capacidad productiva de sus



territorios y recursos naturales<sup>258</sup>; el Fondo deberá ser destinado, conforme se acuerde con la Comunidad Triunfo de la Cruz, a: i) desarrollar proyectos orientados a aumentar la productividad agrícola o de otra índole en la Comunidad; ii) mejorar la infraestructura de la Comunidad de acuerdo con sus necesidades presentes y futuras; iii) restaurar las áreas deforestadas, y iv) otros que consideren pertinentes en beneficio de la Comunidad Triunfo de la Cruz.

297. El Estado deberá adoptar todas las medidas administrativas, legislativas, financieras y de recursos humanos necesarias para la implementación de este Fondo, para lo cual, en el plazo de tres meses de notificada la presente Sentencia, deberá nombrar una autoridad con competencia en la materia, a cargo de su administración. Por su parte, la Comunidad Triunfo de la Cruz deberá nombrar una representación para la interlocución con el Estado, a fin de que en la implementación del Fondo se realice conforme lo disponga la Comunidad.

298. Para dicho Fondo, el Estado deberá destinar la cantidad de US\$ 1.500.000 (un millón quinientos mil dólares de los Estados Unidos de América), la cual deberá ser invertida para el beneficio del territorio titulado de la Comunidad Triunfo de la Cruz en un período no mayor a tres años a partir de la notificación de la presente Sentencia.

299. Finalmente, las partes deberán remitir a la Corte un informe anual durante el período de ejecución en el cual se detallen los proyectos en los que se invertirá el monto destinado al Fondo.

#### **F. Costas y gastos**

300. Los *representantes* solicitaron a la Corte ordenar al Estado "el pago de las costas originadas a nivel nacional en la tramitación de los procesos judiciales y administrativos seguidos por las víctimas o sus representantes en el fuero interno, así como las originadas a nivel internacional en la tramitación de caso ante la Comisión y [...] ante la [...] Corte", refiriéndose a un total de US\$ 50.000 (cincuenta mil dólares de los Estados Unidos de América)<sup>259</sup>. El *Estado* y la *Comisión* no se refirieron a las costas y gastos.

301. La Corte reitera que, conforme a su jurisprudencia<sup>260</sup>, las costas y gastos hacen parte del concepto de reparación, toda vez que las actividades desplegadas por las víctimas con el fin de obtener justicia, tanto a nivel nacional como internacional, implican erogaciones que deben ser compensadas cuando la responsabilidad internacional del Estado es declarada mediante una sentencia condenatoria. En cuanto al reembolso de gastos, corresponde a la Corte apreciar prudentemente su alcance, el cual comprende los gastos generados ante las autoridades de la jurisdicción interna, así como los generados en el curso del proceso ante el sistema interamericano, teniendo en cuenta las circunstancias del caso concreto y la naturaleza de la jurisdicción internacional de protección de los derechos humanos. Esta apreciación puede ser realizada con base en el principio de equidad y tomando en cuenta los gastos señalados por las partes, siempre que su *quantum* sea razonable<sup>261</sup>.

---

<sup>258</sup> Cfr. Artículo 29 inciso 1 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los Pueblos Indígenas de 13 de septiembre de 2007.

<sup>259</sup> Los representantes señalaron los montos relacionados con los gastos incurridos durante el trámite ante la Comisión, la jurisdicción interna, y ante la Corte.

<sup>260</sup> Cfr. *Caso Garrido y Baigorria Vs. Argentina. Reparaciones y Costas. Sentencia de 27 de agosto de 1998. Serie C No 39, párr. 79, y Caso López Lone y otros Vs. Honduras, párr. 330.*

<sup>261</sup> Cfr. *Caso Garrido y Baigorria Vs. Argentina. Reparaciones y Costas, párr. 82, y Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros Vs. Chile, párr. 181.*

302. Asimismo, la Corte recuerda que no es suficiente la remisión de documentos probatorios, sino que se requiere que las partes hagan una argumentación que relacione la prueba con el hecho que se considera representado, y que, al tratarse de alegados desembolsos económicos, se establezcan con claridad los rubros y la justificación de los mismos<sup>262</sup>. Por otro lado, el Tribunal ha señalado que “las pretensiones de las víctimas o sus representantes en materia de costas y gastos, y las pruebas que sustentan, deben presentarse a la Corte en el primer momento procesal que se les concede, esto es, en el escrito de solicitudes y argumentos, sin perjuicio de que tales pretensiones se actualicen en un momento posterior, conforme a las nuevas costas y gastos en que se haya incurrido con ocasión del procedimiento ante esta Corte”<sup>263</sup>.

303. Respecto de los gastos incurridos a nivel interno, los representantes se refirieron únicamente a “[g]astos jurisdicción interna” por US\$ 25.000, y en relación con los gastos incurridos a nivel internacional, a “[v]iajes a Washington D.C., durante la tramitación del proceso ante la Comisión” por US\$ 10.000; “[c]omunicaciones” por US\$ 1.500; “[p]apelaría y envíos” por US\$ 1.500; y “[h]onorarios abogado” por US\$ 2.000. Asimismo, se refirieron a “[g]astos juicio” ante esta Corte, por US\$ 10.000. La Corte constata que los representantes no aportaron prueba respecto de los referidos gastos y que los únicos comprobantes enviados por estos corresponden a las erogaciones del Fondo de Asistencia Legal de Víctimas. Por tanto, la Corte no cuenta con el respaldo probatorio para determinar los gastos realizados.

304. En consecuencia, la Corte decide fijar un total de US\$ 10.000 (diez mil dólares de los Estados Unidos de América), por las labores realizadas en el litigio del caso a nivel nacional e internacional, el cual el Estado debe pagar a los representantes en un período de seis meses a partir de la notificación de esta Sentencia. La Corte considera que, en el procedimiento de supervisión del cumplimiento de la presente Sentencia, podrá disponer que el Estado reembolse a las víctimas o sus representantes los gastos razonables en que incurran en dicha etapa procesal.

### ***G. Reintegro de los gastos al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas***

305. La Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros, por medio de sus representantes, solicitaron el apoyo del Fondo de Asistencia Legal de Víctimas de la Corte para “solventar fondos para el litigio en el presente caso, ante la carencia de posibilidades económicas para afrontar los gastos del litigio”, específicamente “los relacionados con gastos de transporte aéreo, hospedaje y alimentación para la representante de la víctima y los testigos que acoja la [...] Corte”.

306. Mediante la Resolución de 18 de diciembre de 2013, el Presidente del Tribunal declaró procedente la solicitud interpuesta por las víctimas y aprobó que se otorgara la asistencia económica necesaria para la asistencia de un máximo de dos representantes y para la presentación de un máximo de tres declaraciones, ya sea en audiencia o por affidavit.

307. De acuerdo con la información que figura en el informe sobre las erogaciones realizadas en el presente caso, las mismas ascendieron a USD \$ 1,677.97 (mil seiscientos setenta y siete dólares y noventa y siete centavos de los Estados Unidos de América). El Estado tuvo la oportunidad, hasta el 2 de octubre de 2014, de presentar sus observaciones

---

<sup>262</sup> Cfr. *Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez Vs. Ecuador*, párr. 277, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros Vs. Chile*, párr. 182.

<sup>263</sup> *Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez Vs. Ecuador*, párr. 275, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros Vs. Chile*, párr. 182.

sobre las erogaciones realizadas en este caso y, mediante su escrito de esa misma fecha, informó "no ten[er] observaciones que realizar".

308. Corresponde al Tribunal, en aplicación del artículo 5 del Reglamento del Fondo, evaluar la procedencia de ordenar al Estado demandado el reintegro al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas de las erogaciones en que se hubiese incurrido. En razón de las violaciones declaradas en la presente Sentencia, la Corte ordena al Estado el reintegro a dicho Fondo por la cantidad de US \$ 1.677,97 (mil seiscientos setenta y siete dólares y noventa y siete centavos de los Estados Unidos de América) por los gastos incurridos. Este monto deberá ser reintegrado a la Corte Interamericana en el plazo de noventa días, contados a partir de la notificación del presente Fallo.

#### **H. Modalidad de cumplimiento de los pagos ordenados**

309. El Estado deberá cumplir con sus obligaciones monetarias mediante el pago en lempiras o en su equivalente en dólares de los Estados Unidos de América, utilizando para el cálculo respectivo el tipo de cambio que esté vigente en la bolsa de Nueva York, Estados Unidos de América, el día anterior al pago. Si por causas atribuibles a los beneficiarios de reintegros o a sus derechohabientes no fuese posible el pago de las cantidades determinadas dentro del plazo indicado, el Estado consignará dichos montos a su favor en una cuenta o certificado de depósito en una institución financiera hondureña solvente, en dólares estadounidenses, y en las condiciones financieras más favorables que permitan la legislación y la práctica bancaria. Si no se reclaman las cantidades correspondientes una vez transcurridos diez años, las cantidades serán devueltas al Estado con los intereses devengados.

310. Las cantidades asignadas en la presente Sentencia como reintegro de costas y gastos deberán ser entregadas a los representantes en forma íntegra, conforme a lo establecido en esta Sentencia, sin reducciones derivadas de eventuales cargas fiscales.

311. En caso de que el Estado incurriera en mora respecto del Fondo de Desarrollo Comunitario, las costas y gastos, o el reintegro de los gastos al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas, deberá pagar un interés sobre la cantidad adeudada correspondiente al interés bancario moratorio en la República de Honduras.

312. Conforme a su práctica constante, la Corte se reserva la facultad inherente a sus atribuciones y derivada, asimismo, del artículo 65 de la Convención Americana, de supervisar el cumplimiento íntegro de la presente Sentencia. El caso se dará por concluido una vez que el Estado haya dado cabal cumplimiento a lo dispuesto en la presente Sentencia.

313. Dentro del plazo de un año, contado a partir de la notificación de la presente Sentencia, el Estado deberá rendir a la Corte un informe sobre las medidas adoptadas para cumplirla.

### **IX PUNTOS RESOLUTIVOS**

Por tanto,

**LA CORTE**

## **DECLARA,**

por unanimidad, que:

1. El Estado es responsable por la violación del derecho a la propiedad colectiva, reconocido en el artículo 21 de la Convención Americana de Derechos Humanos, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros, en los términos de los párrafos 99 a 182 de la presente Sentencia.
2. El Estado es responsable por la violación de los derechos a las garantías judiciales y protección judicial, reconocidos en los artículos 8.1 y 25 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos, en relación con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros, en los términos de los párrafos 226a 253 de la presente Sentencia.
3. El Estado es responsable por la violación de la obligación de adoptar disposiciones de derecho interno, establecida en el artículo 2 de la Convención Americana de Derechos Humanos, en relación con los artículos 1.1, 21, 8 y 25 de la misma, en perjuicio de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros, en los términos de los párrafos 187 a 200 de la presente Sentencia.
4. El Estado no es responsable por la violación del derecho a la vida, establecido en el artículo 4 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos, en relación con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio de los señores Jesús Álvarez Roche, Oscar Brega, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales, en los términos de los párrafos 204 a 214 de la presente Sentencia.

## **Y DISPONE**

por unanimidad, que:

5. Esta Sentencia constituye *per se* una forma de reparación.
6. El Estado debe, dentro del plazo de dos años contados desde la notificación de la presente Sentencia, proceder a demarcar las tierras sobre las cuales ha sido otorgada la propiedad colectiva a la Comunidad Triunfo de la Cruz en dominio pleno y en garantía de ocupación, con su plena participación, y tomando en consideración el derecho consuetudinario, usos y costumbres, de la Comunidad, de conformidad con lo señalado en el párrafo 259 de la presente Sentencia.
7. El Estado debe, dentro del plazo de dos años contados desde la notificación de esta Sentencia, otorgar a la Comunidad Triunfo de la Cruz un título de propiedad colectiva debidamente delimitado y demarcado sobre el área denominada "Lote A1" (*infra* Mapa Anexo), de conformidad con los párrafos 260 a 264 de la presente Sentencia.
8. El Estado debe iniciar, en un plazo razonable, las investigaciones relacionadas con la muerte del señor Jesús Álvarez y de los señores Óscar Brega, Jorge Castillo Jiménez y Julio Alberto Morales, con la finalidad de determinar las eventuales responsabilidades penales y, en su caso, aplicar efectivamente las sanciones y consecuencias que la ley prevea, de conformidad con lo señalado en los párrafos 266 y 267 de la presente Sentencia.

9. El Estado debe realizar las publicaciones y transmisión radial en el plazo de 6 meses, a partir de la notificación de la presente Sentencia, en los términos de los párrafos 271 y 272 de la presente Sentencia.
10. El Estado debe, dentro del plazo de un año contado desde la notificación de la presente Sentencia, realizar un acto público de reconocimiento de responsabilidad internacional, de conformidad con lo señalado en el párrafo 274 de la presente Sentencia.
11. El Estado debe garantizar el libre acceso, uso y goce de la propiedad colectiva por parte de la Comunidad Triunfo de la Cruz en la parte de su territorio que se sobrepone con un área del Parque Nacional Punta Izopo, de conformidad con lo señalado en el párrafo 280 de la presente Sentencia.
12. El Estado debe crear en un plazo razonable mecanismos adecuados para regular su sistema de Registro de Propiedad, en los términos de lo establecido en el párrafo 282 de la presente Sentencia.
13. El Estado debe crear un fondo de desarrollo comunitario a favor de los miembros de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, en los términos y plazos establecidos en los párrafos 289 a 299 de la presente Sentencia.
14. El Estado debe pagar las cantidades fijadas por concepto de reintegro de costas y gastos en el plazo de un año, contado a partir de la notificación de la misma y en los términos de lo establecido en el párrafo 304 de la presente Sentencia.
15. El Estado debe reintegrar, en el plazo de noventa días la cantidad erogada durante la tramitación del presente caso, al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de conformidad con lo establecido en el párrafo 308 de la presente Sentencia.
16. El Estado debe, dentro del plazo de un año contado a partir de la notificación de la presente Sentencia, rendir al Tribunal un informe sobre las medidas adoptadas para cumplir con la misma.
17. La Corte supervisará el cumplimiento íntegro de esta Sentencia, en ejercicio de sus atribuciones y en cumplimiento de sus deberes conforme a la Convención Americana sobre Derechos Humanos, y dará por concluido el presente caso una vez que el Estado haya dado cabal cumplimiento a lo dispuesto en la misma.

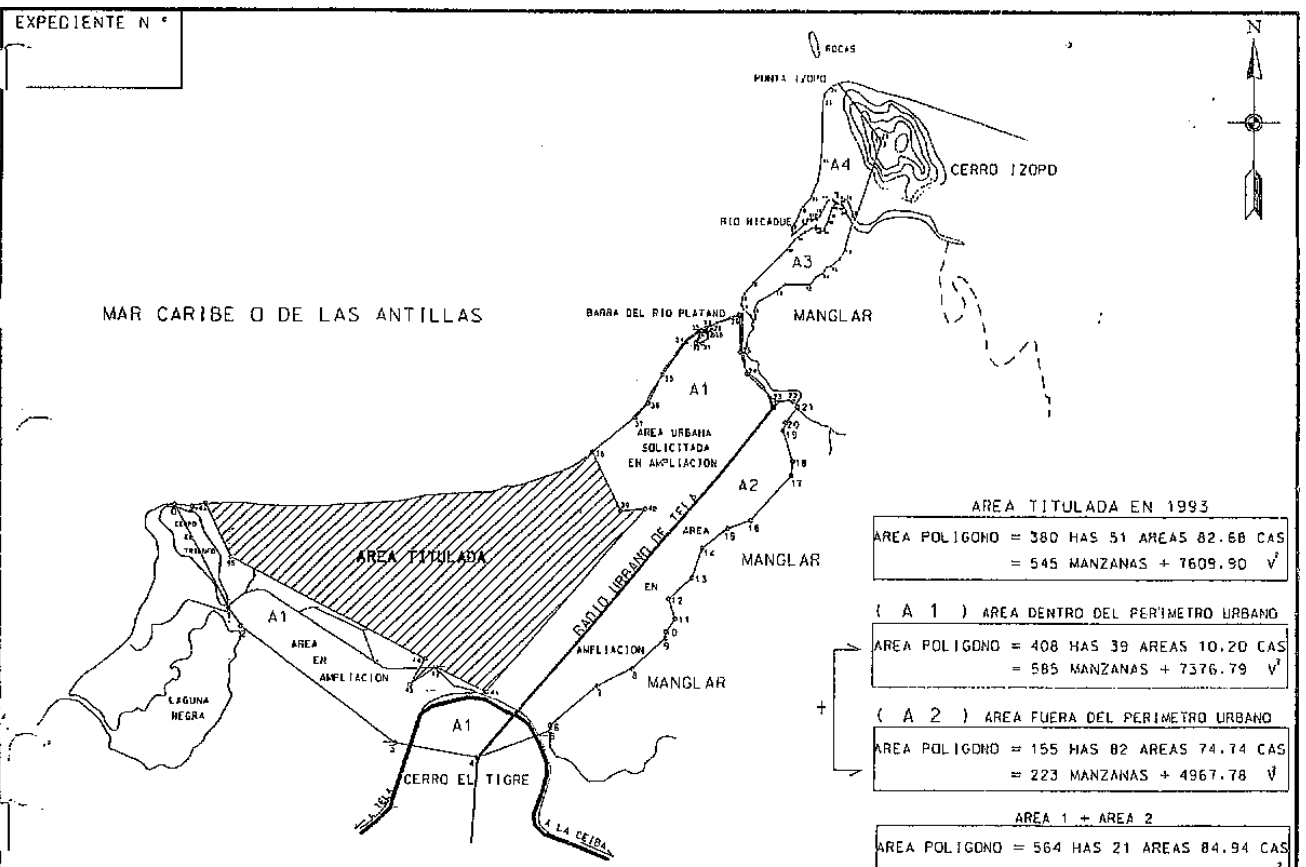
El Juez Humberto Antonio Sierra Porto hizo conocer a la Corte su voto concurrente, el cual acompaña esta Sentencia.

Redactada en español en San José, Costa Rica, el 8 de octubre de 2015.

**X**  
**MAPA ANEXO<sup>264</sup>**

---

<sup>264</sup> Este mapa ha sido realizado por el INA y figura en un documento de 5 de julio de 2001 sobre la solicitud de ampliación de dominio pleno por la Comunidad Triunfo de la Cruz en 1997. Allí se identifican los lotes A1, A2, A3 y A4, así como el área titulada en 1993.



AREA TITULADA EN 1993  
 AREA POLIGONO = 380 HAS 51 AREAS 82.68 CAS  
 = 545 MANZANAS + 7609.90 V<sup>2</sup>

( A 1 ) AREA DENTRO DEL PERIMETRO URBANO  
 AREA POLIGONO = 408 HAS 39 AREAS 10.20 CAS  
 = 585 MANZANAS + 7376.79 V<sup>2</sup>

( A 2 ) AREA FUERA DEL PERIMETRO URBANO  
 AREA POLIGONO = 155 HAS 82 AREAS 74.74 CAS  
 = 223 MANZANAS + 4967.78 V<sup>2</sup>

AREA 1 + AREA 2  
 AREA POLIGONO = 564 HAS 21 AREAS 84.94 CAS  
 = 809 MANZANAS + 2344.57 V<sup>2</sup>

AREA 3 DENTRO DEL PARQUE NACIONAL PUNTA ISOPO  
 AREA POLIGONO = 33 HAS 33 AREAS 78.98 CAS  
 = 47 MANZANAS + 8151.13 V<sup>2</sup>

AREA 4 DENTRO DEL PARQUE NACIONAL PUNTA ISOPO  
 AREA POLIGONO = 45 HAS 32 AREAS 22.31 CAS  
 = 65 MANZANAS + 0037.31 V<sup>2</sup>

POLIGONO A1 + A2 :

| CUADRO DE PUNOS Y DISTANCIAS |            |           |    | CUADRO DE PUNOS Y DISTANCIAS |         |           |   |
|------------------------------|------------|-----------|----|------------------------------|---------|-----------|---|
| N                            | RAMO       | DISTANCIA | W  | N                            | RAMO    | DISTANCIA | W |
| 1                            | S 27°24' E | 105.02    | 24 | N 34°54' V                   | 307.58  |           |   |
| 2                            | S 20°55' E | 189.02    | 25 | N 02°10' V                   | 210.03  |           |   |
| 3                            | S 21°24' E | 170.46    | 26 | S 70°43' V                   | 130.00  |           |   |
| 4                            | S 72°56' E | 75.14     | 27 | S 04°38' E                   | 75.00   |           |   |
| 5                            | N 02°20' E | 63.02     | 28 | S 05°52' E                   | 63.00   |           |   |
| 6                            | N 04°27' E | 10.00     | 29 | S 04°20' E                   | 36.16   |           |   |
| 7                            | N 03°18' E | 211.02    | 30 | S 53°09' E                   | 175.00  |           |   |
| 8                            | N 03°20' E | 340.63    | 31 | N 00°26' W                   | 60.00   |           |   |
| 9                            | N 03°20' E | 298.23    | 32 | N 21°02' E                   | 171.25  |           |   |
| 10                           | N 04°27' E | 59.09     | 33 | E 33°24' V                   | 170.00  |           |   |
| 11                           | N 04°27' E | 145.05    | 34 | S 04°52' W                   | 370.00  |           |   |
| 12                           | N 10°57' E | 180.00    | 35 | S 24°54' W                   | 283.00  |           |   |
| 13                           | N 04°27' E | 220.12    | 36 | S 04°57' W                   | 180.00  |           |   |
| 14                           | N 04°27' E | 273.84    | 37 | S 04°57' W                   | 270.00  |           |   |
| 15                           | N 04°27' E | 246.16    | 38 | E 30°01' E                   | 249.23  |           |   |
| 16                           | N 04°27' E | 218.67    | 39 | N 01°57' E                   | 219.31  |           |   |
| 17                           | N 10°16' E | 214.18    | 40 | S 04°20' E                   | 2355.81 |           |   |
| 18                           | N 04°27' E | 630.26    | 41 | N 03°21' W                   | 497.89  |           |   |
| 19                           | N 04°27' E | 487.00    | 42 | S 22°56' E                   | 272.33  |           |   |
| 20                           | N 10°57' E | 69.85     | 43 | N 31°53' E                   | 349.51  |           |   |
| 21                           | N 10°57' E | 172.55    | 44 | N 02°20' E                   | 1010.30 |           |   |
| 22                           | N 10°57' E | 45.00     | 45 | N 21°22' E                   | 307.57  |           |   |
| 23                           | N 10°57' E | 280.71    | 46 | S 22°56' E                   | 75.00   |           |   |
| 24                           | N 10°57' E | 335.01    | 47 | S 03°24' E                   | 353.24  |           |   |

POLIGONO A3

| CUADRO DE PUNOS Y DISTANCIAS |            |           |    | CUADRO DE PUNOS Y DISTANCIAS |        |           |   |
|------------------------------|------------|-----------|----|------------------------------|--------|-----------|---|
| N                            | RAMO       | DISTANCIA | W  | N                            | RAMO   | DISTANCIA | W |
| 1                            | S 30°50' W | 127.72    | 21 | N 28°19' W                   | 24.95  |           |   |
| 2                            | S 71°20' W | 46.20     | 22 | N 27°06' W                   | 26.93  |           |   |
| 3                            | S 04°10' W | 55.00     | 23 | N 04°25' W                   | 19.83  |           |   |
| 4                            | S 74°42' E | 67.66     | 24 | N 74°03' W                   | 12.02  |           |   |
| 5                            | S 04°35' E | 74.45     | 25 | N 78°10' W                   | 26.67  |           |   |
| 6                            | S 28°22' E | 24.21     | 26 | S 08°08' W                   | 35.22  |           |   |
| 7                            | N 04°27' E | 29.14     | 27 | S 24°54' W                   | 31.00  |           |   |
| 8                            | N 04°27' E | 75.41     | 28 | S 19°55' W                   | 30.48  |           |   |
| 9                            | N 22°52' E | 74.81     | 29 | S 14°03' W                   | 91.81  |           |   |
| 10                           | N 02°54' E | 372.87    | 30 | S 23°14' W                   | 26.82  |           |   |
| 11                           | N 00°26' E | 35.20     | 31 | S 15°28' W                   | 19.01  |           |   |
| 12                           | N 04°27' E | 112.36    | 32 | S 21°45' W                   | 20.82  |           |   |
| 13                           | N 20°26' E | 66.19     | 33 | S 24°30' W                   | 12.64  |           |   |
| 14                           | N 04°27' E | 67.19     | 34 | S 24°20' W                   | 14.09  |           |   |
| 15                           | N 22°22' E | 68.63     | 35 | N 04°28' W                   | 19.21  |           |   |
| 16                           | N 21°20' E | 52.47     | 36 | N 04°28' W                   | 21.62  |           |   |
| 17                           | N 04°27' E | 27.80     | 37 | N 04°28' W                   | 30.05  |           |   |
| 18                           | N 20°22' E | 28.21     | 38 | S 04°22' W                   | 114.94 |           |   |
| 19                           | N 15°22' E | 246.43    | 39 | S 00°27' W                   | 73.75  |           |   |
| 20                           | N 27°02' E | 103.47    | 40 | S 04°22' W                   | 14.05  |           |   |
| 21                           | N 33°37' W | 26.74     | 41 | S 15°04' W                   | 117.04 |           |   |

POLIGONO A4

| CUADRO DE PUNOS Y DISTANCIAS |            |           |    | CUADRO DE PUNOS Y DISTANCIAS |        |           |   |
|------------------------------|------------|-----------|----|------------------------------|--------|-----------|---|
| N                            | RAMO       | DISTANCIA | W  | N                            | RAMO   | DISTANCIA | W |
| 1                            | S 33°30' W | 72.20     | 16 | N 07°00' E                   | 22.01  |           |   |
| 2                            | S 02°21' E | 22.22     | 17 | S 77°51' E                   | 32.44  |           |   |
| 3                            | S 02°21' E | 36.33     | 18 | S 04°10' E                   | 37.76  |           |   |
| 4                            | S 18°31' E | 19.21     | 19 | S 70°17' E                   | 52.16  |           |   |
| 5                            | S 71°20' E | 86.27     | 20 | S 10°00' E                   | 119.27 |           |   |
| 6                            | N 04°27' E | 10.88     | 21 | S 30°26' E                   | 21.78  |           |   |
| 7                            | N 04°27' E | 123.14    | 22 | N 37°54' E                   | 720.57 |           |   |
| 8                            | N 26°22' E | 44.01     | 23 | N 30°17' W                   | 638.83 |           |   |
| 9                            | N 10°16' E | 24.12     | 24 | S 04°27' W                   | 28.29  |           |   |
| 10                           | S 34°25' E | 12.00     | 25 | S 04°25' W                   | 18.14  |           |   |
| 11                           | N 03°27' E | 19.22     | 26 | E 10°12' N                   | 85.32  |           |   |
| 12                           | S 04°27' E | 13.20     | 27 | S 02°52' W                   | 112.00 |           |   |
| 13                           | N 04°27' E | 30.24     | 28 | E 04°21' W                   | 124.09 |           |   |
| 14                           | N 04°27' E | 120.43    | 29 | S 07°44' W                   | 176.46 |           |   |
| 15                           | N 04°27' E | 24.95     | 30 | S 14°24' W                   | 124.24 |           |   |
| 16                           | N 24°51' E | 22.87     | 31 | S 24°20' W                   | 122.00 |           |   |

|                                                  |                                                                                    |            |                  |         |             |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------------|---------|-------------|
| <b>INSTITUTO NACIONAL AGRARIO</b><br>AGRIMENSURA | COMUNIDAD CARIBEÑA :<br><b>TRIUNFO DE LA CRUZ</b>                                  | LEVANTADO: | RAFAEL RODRIGUEZ | FECHA:  | 04/JUL/2001 |
|                                                  | UBICACION:<br>TRIUNFO DE LA CRUZ<br>MUNICIPIO DE TELA<br>DEPARTAMENTO DE ATLANTIDA | DEBIDO:    | J.R.F.C.         | ESCALA: | 1: / 57000  |



Humberto Antonio Sierra Porto  
Presidente

Roberto F. Caldas

Manuel E. Ventura Robles

Diego García-Sayán

Alberto Pérez Pérez

Eduardo Vio Grossi

Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario

Comuníquese y ejecútese,

Humberto Antonio Sierra Porto  
Presidente

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario



**VOTO CONCURRENTENTE DEL JUEZ HUMBERTO ANTONIO SIERRA PORTO**  
**SENTENCIA DE LA CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS**  
**CASO COMUNIDAD GARÍFUNA TRIUNFO DE LA CRUZ Y SUS MIEMBROS VS.**  
**HONDURAS**

**SENTENCIA DE 8 DE OCTUBRE DE 2015**

**(Fondo, Reparaciones y Costas)**

**A. Introducción**

1. La finalidad del presente voto concurrente es señalar algunos aspectos del caso que, en mi opinión, merecen especial atención. Estos aspectos se refieren a: i) las inconsistencias en la presentación del caso y la importancia de la diligencia *in situ*; ii) la lógica de la medida de reparación colectiva consistente en la creación de un fondo de desarrollo comunitario, y iii) los problemas de delimitación y “saneamiento” de tierras como expresión de una situación social.

**B. Las inconsistencias en la presentación del caso y la importancia de la diligencia *in situ***

2. Es importante señalar un aspecto del caso que trata sobre todo del proceso y las circunstancias en las cuales la Corte tiene que decidir los casos sometidos a su jurisdicción. En este sentido, procederé a analizar: i) las inconsistencias en la presentación del caso, y –relacionado con esto- ii) la importancia de la diligencia *in situ*.

*(i) Las inconsistencias en la presentación del caso*

3. Las decisiones de la Corte Interamericana, consideradas de manera amplia, tienen varios propósitos. Entre ellos se puede destacar de manera indicativa los siguientes: i) la declaración y condena de los Estados por la existencia de violaciones a los derechos humanos establecidos en la Convención Americana; ii) la construcción de lógicas de comprensión de los derechos humanos y de actuación (expresadas como garantías de no repetición) para la Corte y para los Estados, así como la creación y el perfeccionamiento de los estándares o líneas jurisprudenciales que contribuyen a construir el *corpus iuris interamericano* (entendido como unos elementos mínimos o básicos relativos al alcance de los derechos contenidos en la Convención); iii) la procuración de justicia mediante la toma de decisiones que sean equitativas con las partes en el litigio y, de manera indirecta, con los demás ciudadanos, y iv) la resolución y la prevención de conflictos, o por lo menos la contribución a ello (las Sentencias no pueden perpetuar, ni crear nuevos conflictos sociales).

4. Para conseguir estos propósitos es necesario que la Corte cuente con todos los elementos fácticos indispensables para poder emitir Sentencias que sean justas y que

resuelvan las controversias que se le plantean. Esto significa que la presentación del caso ante la Corte, sobre todo en lo que se refiere a "Hechos probados", tiene que incluir la información necesaria para que la Corte pueda cumplir con su función a cabalidad. Especialmente, cuando un caso se refiere a reclamaciones sobre tierras que posiblemente están habitadas por diferentes grupos de personas (grupos indígenas o tribales y campesinos o colonos, como en este caso), las circunstancias fácticastendrían que ser verificadas, dentro de lo posible, previamente a la referida presentación del caso ante la Corte.

5. En este caso, del planteamiento de los hechos en el marco fáctico del Informe de Fondo de la Comisión Interamericana no quedó claro la situación real del territorio reclamado por la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, sobre todo en lo que se refiere a los terceros habitantes de las tierras en disputa y la dimensión de esta situación, la cantidad de dichos teceros habitantes, la extensión de las tierras que ocupaban y las circunstancias que alegaban como fundamento para su presencia. Dicha situación tampoco fue aclarada en los demás escritos e intervenciones de la Comisión. Esto significaba que, en la ausencia de otros medios de prueba en el expediente del caso, la Corte inicialmente no tenía suficiente claridad sobre la situación fáctica en la cual alegadamente se produjeron las violaciones de derechos humanos objeto de la controversia.

6. Las referencias en el Informe de Fondo, especialmente respecto de la presencia de terceros en el territorio reclamado por la Comunidad, estaban relacionadas en su mayoría a ciertas ventas de tierras a dichos terceros. Por ejemplo, la Comisión señaló en términos generales que se había realizado un "despojo paulatino de las tierras ancestrales, realizada por parte de las mismas autoridades estatales y, con su aquiescencia, por particulares"<sup>1</sup>, e indicó de manera más específica que "la situación se agravó notoriamente frente al otorgamiento por parte de autoridades públicas a grupos empresariales de turismo y a particulares de títulos de propiedad sobre áreas poseídas por la Comunidad"<sup>2</sup>. Adicionalmente, la Comisión manifestó que "en virtud de la ampliación de su casco urbano [...] la Municipalidad transfirió a particulares diferentes predios pertenecientes al territorio ancestral de la Comunidad Garífuna"<sup>3</sup> y que "uno de los mayores problemas que enfrenta la Comunidad actualmente es la presencia de múltiples personas ladinas o no garífunas dentro de su territorio ancestral, incluso en aquellas áreas otorgadas en dominio pleno"<sup>4</sup>.

7. A pesar de dichas referencias, no resultaba claro cual era la situación actual respecto de las diferentes áreas ni dónde precisamente estaban asentados los terceros y los miembros de la Comunidad, respectivamente. De la información proporcionada tampoco se podía apreciar de manera adecuada quienes eran los diferentes propietarios y ocupantes de las tierras reclamadas por la Comunidad ni sus distintas realidades referentes al uso y ocupación de las mismas.

8. Al respecto, debe ponderarse que si el Tribunal no tiene suficiente información respecto de la situación en que viven las personas involucradas en los acontecimientos del caso, difícilmente puede dictar una Sentencia que tome en cuenta todas las

---

<sup>1</sup> Informe de Fondo, párr. 98.

<sup>2</sup> Informe de Fondo, párr. 99. Véase también Informe de Fondo, párr. 108.

<sup>3</sup> Informe de Fondo, párr. 107. Véase también Informe de Fondo, párr. 123.

<sup>4</sup> Informe de Fondo, párr. 142.

circunstancias que son relevantes para la resolución de la controversia planteada. Además, es necesario evitar, dentro de lo posible, que las decisiones judiciales sean germen para una confrontación social o para incentivar situaciones de conflicto. Como se ha notado anteriormente, las Sentencias de la Corte Interamericana tratan de hacer justicia en el caso sometido a su jurisdicción, evitando que se generen daños a terceros que no participan en el litigio del caso.

9. Dicho lo anterior, la Corte recuerda que es un Tribunal internacional y su función no es decidir sobre los conflictos internos relativos a la propiedad de las tierras que forman parte del territorio nacional de los Estados. En este sentido, el Tribunal ha establecido en su jurisprudencia que no puede decidir que el derecho a la propiedad tradicional de los miembros de las Comunidades indígenas o tribales están por sobre el derecho a la propiedad privada de los otros dueños o viceversa, por cuanto la Corte no es un tribunal de derecho interno que dirime las controversias entre particulares, ya que esa es una tarea que corresponde exclusivamente al Estado<sup>5</sup>.

10. Aunque los objetivos principales de las Sentencias que dicta la Corte son la evaluación respecto de si se han violado o no los derechos humanos establecidos en la Convención Americana y la resolución de las controversias planteadas, un propósito adicional o complementario es la prevención de posibles conflictos entre los diferentes habitantes de las zonas en disputa. Para poder lograr que se realicen dichos objetivos, es necesario que previamente a la presentación del caso ante la Corte se verifiquen las circunstancias fácticas, especialmente cuando se trata de reclamaciones de derechos humanos en los que esté relacionado el derecho de propiedad y, en general, materias de tierras, de manera que la información presentada en el Informe de Fondo plasme con claridad la ubicación de dichas tierras y las particularidades de su posesión, uso y propiedad por parte de la Comunidad indígena o tribal y terceros, así como los conflictos derivados de ello.

*(ii) La importancia de la diligencia in situ*

11. Cuando no existe claridad sobre la situación fáctica del caso que permita a la Corte dictar su Sentencia tomando en cuenta de manera adecuada dicha situación, se hace más importante recabar la prueba necesaria al respecto. En este sentido, quiero resaltar la conveniencia de las visitas *in situ* que el Tribunal ha realizado. Dichas visitas permiten a la Corte obtener un conocimiento de primera mano de las particularidades de las localidades en disputa y su ubicación. Específicamente, resulta valiosa la oportunidad que recibe la Corte a través de estas visitas para adquirir información que únicamente mediante este mecanismo podría obtenerse, incluyendo de los pobladores de las tierras y de las autoridades. Al respecto, es importante señalar la importancia del principio de inmediación, el cual no se tiene por qué reducir a las declaraciones recibidas por la Corte en las audiencias públicas, especialmente en casos que involucran semejantes complejidades.

12. Por primera vez en el *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, la Corte realizó una diligencia *in situ* que tenía principalmente el propósito de realizar

---

<sup>5</sup> *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas.* Sentencia de 29 de marzo de 2006. Serie C No. 146, párr. 136. Asimismo, la Corte ha señalado que no siempre que estén en conflicto los intereses territoriales particulares o estatales y los intereses territoriales de los miembros de las comunidades indígenas, prevalecen los últimos por sobre los primeros. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Fondo Reparaciones y Costas.* Sentencia 17 de junio de 2005. Serie C No. 125, párr. 149.

diligencias encaminadas a obtener información adicional acerca de la situación de las presuntas víctimas y lugares en que habrían ocurrido algunos de los hechos alegados<sup>6</sup>.

13. En el presente caso, el Estado había solicitado la realización de la diligencia en los siguientes términos: "como para mejor proveer, [...] para que haya un fallo justo y apegado a la realidad legal, [...] hacer una inspección *in loco* para que constate el respeto a las medidas cautelares ordenadas por la Comisión Interamericana, [...] la realidad física de las comunidades, de las áreas protegidas decretadas y convertidas en parques nacionales, de la forma de vida y como cohabitamos Garífunas y no Garífunas". La Corte concedió la referida solicitud y ordenó la diligencia *in situ* dada la naturaleza de las controversias y las complejidades, así como la necesidad de contar con mayores elementos de prueba. Especialmente, el objetivo de la misma era: a) observar algunas de las áreas del territorio reclamado por la Comunidad, y b) establecer una reunión con las partes, la Comisión y diversas autoridades y pobladores<sup>7</sup>.

14. En esta Sentencia, la Corte estableció que la diligencia *in situ* había sido valiosa ya que "brind[ó] una visión general de importante carácter ilustrativo a fin de dimensionar, comprender y enmarcar los hechos específicos que constituyen la base de las alegadas violaciones sometidas a su conocimiento"<sup>8</sup>. Más específicamente, mediante la información obtenida durante la referida diligencia se pudo constatar que el proyecto turístico "Indura Beach and Golf Resort" no estaba situado dentro del territorio tradicional reclamado por la Comunidad. Por haber realizado la diligencia *in situ*, el Tribunal pudo establecer que "ese proyecto turístico se encontraba del otro lado de la Bahía de Tela, alejado varios kilómetros de la Comunidad Triunfo de la Cruz y de los territorios sobre los cuales versa la controversia del presente caso". En consecuencia, la Corte no se pronunció sobre las alegadas violaciones relacionadas con ese proyecto turístico<sup>9</sup>.

15. Además, de la información obtenida durante la referida diligencia respecto del proyecto turístico "Playa Escondida", la Corte "pudo verificar el emplazamiento y la naturaleza de las edificaciones"<sup>10</sup> y "se pudo constatar que la construcción había terminado y que estaba habitado"<sup>11</sup>. Por otro lado, no se pudo comprobar durante la visita la ubicación exacta del proyecto inmobiliario "Laguna Negra"<sup>12</sup>.

16. Si el Tribunal no hubiera realizado la diligencia *in situ* y, de esa manera obtenido la información necesaria, no podría haber verificado las circunstancias y los hechos del caso correspondientes a las tierras en disputa y no podría haber establecido el mérito de las violaciones de los derechos humanos alegadas, así como la eventual pertinencia de ciertas medidas de reparaciones.

---

<sup>6</sup> Cfr. *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y reparaciones*. Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245, párr. 20.

<sup>7</sup> Párrs. 15 a 16 de la Sentencia.

<sup>8</sup> Párr. 38 de la Sentencia.

<sup>9</sup> Párr. 27 de la Sentencia.

<sup>10</sup> Párr. 89 de la Sentencia.

<sup>11</sup> Párr. 165 de la Sentencia.

<sup>12</sup> Párr. 89 de la Sentencia.

17. Por la complejidad de los casos que se relacionan con tierras tradicionales de pueblos indígenas y tribales, especialmente cuando estas están parcialmente ocupadas por terceros, es conveniente que los órganos del Sistema Interamericano actúen con el mayor cuidado posible y que se verifique con mayor atención los alegatos de las partes y la prueba que se refiere a las áreas en disputa. A esto puede contribuir la realización de visitas *in situ* por parte de la Corte, que le permiten conocer, ponderar, y profundizar su comprensión de las situaciones de terceros habitantes de las tierras reclamadas por la Comunidad. Lo anterior es necesario para intentar evitar, dentro de las atribuciones o competencias procesales de la Corte, que la decisión rendida por esta sea ineficaz o injusta respecto de los referidos terceros que no son parte en el litigio del caso ante la Corte.

18. Dichos terceros no son parte en el litigio del caso ante la Corte, por lo que posibles violaciones a sus derechos no forman parte del marco fáctico del caso sometido a la Corte y no pueden ser resueltas por esta por consideraciones formales de diseño del Sistema Interamericano de Derechos Humanos.

19. Tomando en cuenta todo lo anterior, es deseable que la Corte continúe con su práctica de realizar diligencias de este tipo en casos en los cuales esto sea útil o necesario para clarificar la situación fáctica, para contribuir a que las Sentencias que el Tribunal dicte cumplan con sus objetivos, en particular en lo que se refiere a la determinación de eventuales infracciones a los derechos humanos y la resolución de las controversias planteadas. De la misma manera, puede ser conveniente, y en ocasiones necesario, considerar la posibilidad de realizar este tipo de diligencias judiciales durante la fase de supervisión de cumplimiento de Sentencias por la Corte, precisamente para verificar la situación *in situ* posterior a la emisión de la Sentencia y para asegurar que la implementación de la misma a nivel interno no conlleve actividades que puedan generar daños a terceros.

### **C. La lógica de la medida de reparación colectiva consistente en la creación de un fondo de desarrollo comunitario**

20. En la Sentencia la Corte ordenó como medida de reparación por daños materiales e inmateriales una compensación colectiva a través de un fondo de desarrollo comunitario. En los párrafos siguientes, quiero precisar algunos aspectos sobre la naturaleza jurídica de esta medida de reparación y, en particular, destacar la distinción o diferencia entre esta medida de reparación y las obligaciones permanentes y generales de los Estados para garantizar los derechos humanos de sus ciudadanos.

21. Para tales fines, a continuación se analizará: i) la diferencia entre la reparación colectiva y las obligaciones generales de los Estados en materia de derechos humanos; ii) el desarrollo jurisprudencial de la Corte respecto de la personalidad jurídica de los pueblos indígenas o tribales y el daño colectivo, y iii) aspectos relacionados con la administración del Fondo de desarrollo comunitario.

(i) *La diferencia entre la reparación colectiva y las obligaciones generales de los Estados en materia de derechos humanos*

22. En la Sentencia se ordenó la siguiente medida de reparación:

En vista de que el Estado fue encontrado responsable por la violación de los artículos 2, 21, 8 y 25 de la Convención, así como con motivo de que la variedad de las medidas de reparación solicitadas por los representantes pretenden en su conjunto beneficiar a la Comunidad Triunfo de la Cruz, la

Corte estima apropiado analizar dichas medidas a la luz de la creación de un Fondo de desarrollo comunitario como compensación por el daño material e inmaterial que los miembros de la Comunidad han sufrido. En este sentido, dicho Fondo es adicional a cualquier otro beneficio presente o futuro que le corresponda a la Comunidad Triunfo de la Cruz en relación con los deberes generales de desarrollo del Estado<sup>13</sup>.

23. Asimismo, tomando en cuenta: "i) la desposesión de su territorio; ii) los daños ocasionados al mismo y iii) que los pueblos indígenas tienen derecho a la conservación y protección de su medio ambiente y de la capacidad productiva de sus territorios y recursos naturales", la Corte estableció que "el Fondo deberá ser destinado, conforme se acuerde con la Comunidad Triunfo de la Cruz, a: i) desarrollar proyectos orientados a aumentar la productividad agrícola o de otra índole en la Comunidad; ii) mejorar la infraestructura de la Comunidad de acuerdo con sus necesidades presentes y futuras; iii) restaurar las áreas deforestadas, y iv) otros que consideren pertinentes en beneficio de la Comunidad Triunfo de la Cruz"<sup>14</sup>.

24. Adicionalmente, la Sentencia establece que el Estado deberá destinar cierta suma para inversión "para el beneficio del territorio titulado de la Comunidad Triunfo de la Cruz" y que las partes deberán "remitir a la Corte un informe anual durante el período de ejecución en el cual se detallen los proyectos en los que se invertirá el monto destinado al Fondo"<sup>15</sup>.

25. Ahora, la razón de ser de la referida medida de reparación ordenada por la Corte es que esta refleja el entendimiento de que la principal o primera reparación adecuada para resarcir un daño sufrido por una Comunidad indígena o tribal de manera colectiva, es la reparación colectiva.

26. En este sentido, es importante señalar algunas características de la reparación colectiva, por ejemplo que: i) debe ser considerada independientemente de la reparación por las afectaciones que pueden haber sufrido los miembros de la Comunidad como individuos; ii) su objetivo es la reparación de afectaciones que, por las características de los pueblos indígenas o tribales mismos (especialmente su relación con sus tierras tradicionales), son colectivas y requieren medidas específicas de reparación; iii) tiene la finalidad de proteger, y ser implementada acorde a los costumbres y la identidad cultural de la Comunidad; iv) tiene un objetivo relacionado con el fortalecimiento de la situación social y económico de la Comunidad, y v) la Comunidad participa de manera efectiva, por medio de sus legítimos representantes, en las decisiones que se toman respecto de la implementación de la reparación colectiva otorgada.

27. El reconocimiento de que los pueblos indígenas o tribales, como tales, pueden ser titulares de un derecho a la reparación está establecido, *inter alia*, en el artículo 28(1) de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas que dispone que: "[l]os pueblos indígenas tienen derecho a la reparación, por medios que pueden incluir la restitución o, cuando ello no sea posible, una indemnización justa y equitativa". Asimismo, su artículo 40 establece que "[l]os pueblos indígenas tienen derecho a [...] una reparación efectiva de toda lesión de sus derechos individuales y colectivos" y que "[e]n esas decisiones se tendrán debidamente en consideración las costumbres, las tradiciones, las normas y los sistemas jurídicos de los pueblos

---

<sup>13</sup> Párr. 295 de la Sentencia.

<sup>14</sup> Párr. 296 de la Sentencia.

<sup>15</sup> Párrs. 298 a 299 de la Sentencia.

indígenas interesados”<sup>16</sup>. En el mismo sentido, los artículos 15 y 16 del Convenio 169 de la OIT se refieren a indemnizaciones de las cuales los pueblos o comunidades son los beneficiarios.

28. La figura jurídica de la reparación colectiva corresponde con el entendimiento de que: i) las Comunidades indígenas son titulares de derechos humanos; ii) estos derechos son diferentes a los derechos de cada miembro de la Comunidad y también a la sumatoria de aquellos, y iii) no son derechos asimilables a los derechos colectivos de otros grupos sociales<sup>17</sup>. Asimismo, es necesario recordar que el daño sufrido por una Comunidad indígena o tribal es colectivo, pero no por ello es menos concreto. La diferencia con un daño sufrido por un individuo, es que el daño colectivo es causado a una colectividad como tal y no es equiparable a la suma de daños individuales.

29. Ahora, al haber destacado algunos elementos de la reparación colectiva, es de especial importancia hacer énfasis en la diferencia entre esta y los deberes generales que tienen los Estados en materia de derechos humanos. Los beneficiarios de esas obligaciones del Estado, por lo general, son los ciudadanos y las demás personas que se encuentran bajo la jurisdicción del Estado. Asimismo, los Estados pueden implementar políticas públicas dirigidas a favorecer a determinados grupos para enfrentar desigualdades de carácter social y económico.

30. Por ejemplo, el artículo 2 del Convenio 169 de la OIT establece el deber de los Estados para adoptar medidas que, *inter alia*, promuevan “la plena efectividad de los derechos sociales, económicos y culturales de esos pueblos, respetando su identidad social y cultural, sus costumbres y tradiciones, y sus instituciones; y [...] que ayuden a los miembros de los pueblos interesados a eliminar las diferencias socioeconómicas que puedan existir entre los miembros indígenas y los demás miembros de la comunidad nacional, de una manera compatible con sus aspiraciones y formas de vida”. Este tipo de medidas están dirigidas a mejorar la calidad de vida y bienestar general de los miembros de pueblos indígenas y tribales y, por tanto, pueden tener un efecto compensador. No obstante, las mismas no pueden ser confundidas con la reparación colectiva.

31. En este caso, la medida de reparación ordenada que consiste en la creación de un Fondo de desarrollo comunitario no está dirigida a que el Estado implemente medidas para mejorar la situación de vida de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y los demás habitantes de la zona. Lo anterior es, finalmente, una obligación permanente del Estado respecto de todos sus ciudadanos, y los ciudadanos Garífunas en particular.

32. La principal diferencia entre la reparación colectiva y una política pública dirigida al desarrollo económico y social reside en que el objetivo de la primera es reparar un daño específico causado por una violación perpetrada por el Estado de un derecho contenido en la Convención Americana, en perjuicio de la Comunidad y sus miembros, mientras que la segunda está dirigida a implementar una obligación general del Estado en materia de derechos humanos (específicamente los derechos económicos, sociales y culturales).

---

<sup>16</sup> Véase también los artículos 20(2) y 32(3) de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas.

<sup>17</sup> Corte Constitucional de Colombia, sentencia T-514 de 2009.

33. En la Sentencia quedó plasmado que la medida de reparación de la creación de un Fondo de desarrollo comunitario es consecuencia de una violación por el Estado de varios derechos establecidos en la Convención (a saber los derechos contenidos en los artículos 2, 21, 8 y 25 de la misma). Por tanto, la implementación de este Fondo no puede sustituir o reemplazar las medidas de política pública tomadas, o a tomar, por el Estado para mejorar la situación de la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y los demás hondureños que viven en la zona de que se trata la Sentencia. Dichas medidas de política pública son una reponsabilidad del Estado y son necesarias para mejorar el nivel de vida de los habitantes de la región, así como para evitar conflictos entre estos. De esa manera, dichas políticas públicas pueden promover la pacífica convivencia entre los diferentes grupos étnicos que habitan el país (véanse mis comentarios *infra* sobre la delimitación de tierras como un tema social).

34. Lo anterior quiere decir que la creación del Fondo es una medida de reparación pecuniaria que se suma a las referidas obligaciones generales del Estado. Esto quedó expresado en la Sentencia cuando la Corte establece que el Fondo debe ser utilizado para realizar obras y servicios de interés colectivo "independientemente de las obras públicas del presupuesto nacional que se destinen para esa región"<sup>18</sup>. De manera similar se consideró que el Fondo de desarrollo comunitario es "adicional a cualquier otro beneficio presente o futuro que le corresponda a la Comunidad Triunfo de la Cruz en relación con los deberes generales de desarrollo del Estado"<sup>19</sup>.

35. Por tanto, el Estado no puede equiparar esta medida de reparación con sus deberes generales en materia de derechos humanos. Una confusión semejante podría dar lugar a una situación en la cual no se otorgaría ninguna indemnización en particular a la Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz, o se debilitarían las políticas públicas dirigidas a mejorar sus condiciones de vida. Si eso fuera el caso, el Estado faltaría a su deber de cumplir con las medidas de reparación ordenadas en la Sentencia.

(ii) *El desarrollo jurisprudencial de la Corte sobre la personalidad jurídica de los pueblos indígenas o tribales y el daño colectivo*

36. La regla general cuando se violan los derechos humanos de los pueblos indígenas y tribales, causando un daño de carácter colectivo, debe ser el otorgamiento de una reparación colectiva y no una indemnización a individuos o miembros de los mismos. Este entendimiento también queda reflejado en el desarrollo de la jurisprudencia de la Corte al respecto.

37. En el *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua* el Tribunal ordenó al Estado, como medida de reparación pecuniaria por daño inmaterial, invertir cierta suma en "obras o servicios de interés colectivo en beneficio de la Comunidad"<sup>20</sup>. Posteriormente, en el *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs.*

---

<sup>18</sup> *Caso Escué Zapata Vs. Colombia. Fondo, Reparaciones y Costas.* Sentencia de 4 de julio de 2007. Serie C No. 165, párr. 168.

<sup>19</sup> Párr. 295 de la Sentencia.

<sup>20</sup> *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua. Fondo, Reparaciones y Costas.*

Sentencia de 31 de agosto de 2001. Serie C No. 79, párr. 167.



Paraguay ordenó la creación de un “fondo de desarrollo comunitario” para tales fines<sup>21</sup>, lo cual ha repetido en otros casos que tratan sobre pueblos indígenas<sup>22</sup>.

38. Ahora, el significado de esta medida de reparación reside en la relación particular que existe entre: i) los derechos de los pueblos indígenas que se ejercen de manera comunal, especialmente el derecho a la propiedad colectiva, ii) los titulares de esos derechos y, por tanto, los beneficiarios de la medida de reparación cuando estos son violados, y iii) el daño específico que genera la violación a los referidos derechos.

39. Respecto del derecho a la propiedad colectiva, en el *Caso Mayagna Vs. Nicaragua* se reconoció que la protección que brinda el artículo 21 de la Convención Americana, se extiende a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas. El Tribunal estableció al respecto que:

[e]ntre los indígenas existe una tradición comunitaria sobre una forma comunal de la propiedad colectiva de la tierra, en el sentido de que la pertenencia de ésta no se centra en un individuo sino en el grupo y su comunidad. Los indígenas por el hecho de su propia existencia tienen derecho a vivir libremente en sus propios territorios; la estrecha relación que los indígenas mantienen con la tierra debe de ser reconocida y comprendida como la base fundamental de sus culturas, su vida espiritual, su integridad y su supervivencia económica. Para las comunidades indígenas la relación con la tierra no es meramente una cuestión de posesión y producción sino un elemento material y espiritual del que deben gozar plenamente, inclusive para preservar su legado cultural y transmitirlo a las generaciones futuras.<sup>23</sup>

40. En consideración de lo anterior y de la legislación nacional, la Corte estableció que “los miembros de la Comunidad Awas Tingni tienen un derecho de propiedad comunal sobre las tierras donde actualmente habitan”<sup>24</sup>. Dicho reconocimiento del derecho a la propiedad colectiva desde entonces ha sido repetido en casos posteriores que tratan de pueblos indígenas y tribales y constituye uno de los avances más significativos en temas de derechos humanos, por lo que se destaca la jurisprudencia de este Tribunal.

41. Respecto de los titulares del derecho a la propiedad comunal, no obstante el reconocimiento de las características especiales de la cultura indígena respecto de la propiedad de sus tierras, la Corte consideraba que los titulares de dicho derecho eran los miembros de la Comunidad indígena o tribal y no la Comunidad como tal. De esta manera, la violación al artículo 21 de la Convención Americana fue declarada en

---

<sup>21</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia de 17 de junio de 2005. Serie C No. 125, párr. 205. En esta Sentencia también se ordenó la creación de un fondo destinado a la adquisición de las tierras a entregarse a la Comunidad Yakye Axa (párr. 218).

<sup>22</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de marzo de 2006. Serie C No. 146, párr. 224; *Caso Escué Zapata Vs. Colombia. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 4 de julio de 2007. Serie C No. 165, párr. 168; *Caso del Pueblo Saramaka. Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2007. Serie C No. 172, párr. 201; *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek. Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de agosto de 2010. Serie C No. 214, párr. 323; *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y reparaciones*. Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245, párrs. 317 y 323, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 14 de octubre de 2014. Serie C No. 284, párrs. 240 y 247 (en estos dos últimos casos se entregó la reparación pecuniaria por daño material e inmaterial a una asociación existente del Pueblo Sarayaku, y a los representantes de las comunidades indígenas, respectivamente). Véase también *Caso Masacre Plan de Sánchez Vs. Guatemala. Reparaciones*. Sentencia de 19 de noviembre 2004. Serie C No. 116, párr. 104 (respecto de la dotación de recursos para la memoria colectiva a miembros de la Comunidad o sus representantes).

<sup>23</sup> *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2001. Serie C No. 79, párr. 149.

<sup>24</sup> *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2001. Serie C No. 79, párr. 153.

perjuicio de los miembros de la Comunidad<sup>25</sup>, los cuales fueron por lo general identificados, pero también designados sencillamente con referencia a esta condición<sup>26</sup>.

42. Dicha postura del Tribunal correspondía con la idea que regía en esa época según la cual los derechos humanos siempre y únicamente son derechos individuales, incluso cuando se trata de pueblos indígenas o tribales. En esta línea de ideas, el Comité de Derechos Humanos de las Naciones Unidas estableció, respecto del artículo 27 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, que: "no se negara a las personas que pertenezcan a dichas minorías [étnicas, religiosas o lingüísticas] el derecho que les corresponde, en común con los demás miembros de su grupo" y que el referido artículo "establece y reconoce un derecho que se confiere a las personas pertenecientes a grupos de minorías"<sup>27</sup>.

43. Siguiendo este razonamiento, en casos anteriores, la Corte ha ordenado –por ejemplo- la creación de fideicomisos en un caso que trataba de un pueblo tribal, con una Fundación como fideicomitente dirigido a administrar o distribuir reparaciones por daño material o inmaterial. Dichas reparaciones habían sido ordenadas en beneficio de ciertos individuos, miembros de la Comunidad, pero no en beneficio de esta misma<sup>28</sup>. De la misma manera, el Tribunal ha ordenado el pago de cierta suma por concepto de daños materiales e inmateriales a una organización de una Comunidad indígena para su posterior distribución a los miembros de la Comunidad, beneficiarios de la indemnización<sup>29</sup>.

44. Respecto del daño específico generado por la violación de derechos humanos en casos que tratan de pueblos indígenas y tribales, en Sentencias anteriores no siempre se reconoció que se había causado un daño inmaterial a la Comunidad como tal<sup>30</sup>. No obstante, al menos desde el *Caso Masacre Plan de Sánchez Vs. Guatemala*, la Corte ha establecido que: "[d]ado que las víctimas en este caso son parte del pueblo maya, este Tribunal considera que la reparación individual tiene como un componente importante

---

<sup>25</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2001. Serie C No. 79, párr. 155; *Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia 15 de junio de 2005. Serie C No. 124, párr. 176; *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia de 17 de junio de 2005. Serie C No. 125, párr. 189, y *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de marzo de 2006. Serie C No. 146, párr.204; *Caso del Pueblo Saramaka. Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2007. Serie C No. 172, párr. 189, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek. Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de agosto de 2010 Serie C No. 214, párr. 278.

<sup>26</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2007. Serie C No. 172, párr. 188: "dado el tamaño y la diversidad geográfica del pueblo Saramaka y, en especial, la naturaleza colectiva de las reparaciones que se ordenarán en el presente caso, la Corte entiende que no es necesario nombrar individualmente, en este caso, a los miembros del pueblo Saramaka a fin de reconocerlos como parte lesionada. No obstante, la Corte observa que los miembros del pueblo Saramaka son identificables de conformidad con la ley consuetudinaria Saramaka".

<sup>27</sup> Naciones Unidas, Comité de Derechos Humanos, Observación General No. 23, U.N. Doc. CCPR/C/21/Rev.1/Add.5, de 26 de abril de 1994, párr. 1.

<sup>28</sup> Cfr. *Caso Aloeboetoe y otros Vs. Surinam. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 10 de septiembre de 1993. Serie C No. 15, párrs. 100 a 108.

<sup>29</sup> Cfr. *Caso Yatama Vs. Nicaragua. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 23 de junio de 2005. Serie C No. 127, párr. 248.

<sup>30</sup> Cfr. *Caso Aloeboetoe y otros Vs. Surinam. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 10 de septiembre de 1993. Serie C No. 15, párrs. 83 a 84.

las reparaciones que esta Corte otorga más adelante a los miembros de las comunidades en su conjunto”<sup>31</sup>.

45. Posteriormente, en el *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam* la Corte reconoció, para determinar el daño inmaterial, la manera específica en que se manifiesta dicho daño cuando se trata de un pueblo indígena o tribal y consideró el impacto que las violaciones de los derechos humanos en ese caso habían tenido en el Pueblo como tal. Al respecto, estableció que dichas violaciones constituyeron “una denigración de sus valores culturales y espirituales” y que “el daño inmaterial que estas alteraciones causaron en el tejido de la sociedad misma del pueblo Saramaka les da el derecho de obtener una justa indemnización”<sup>32</sup>. No obstante, se ordenaba el pago de las reparaciones a los miembros de la Comunidad.

46. La Corte ya había establecido la importancia del reconocimiento de la personalidad jurídica de los miembros de un pueblo indígena<sup>33</sup>, y en el *Caso Saramaka* reconoció dicha importancia específicamente respecto del pueblo indígena o tribal como tal, para poder ejercer ciertos derechos, tales como su derecho a la propiedad colectiva<sup>34</sup>. La Corte estableció que el reconocimiento de la personalidad jurídica del Pueblo “es la consecuencia natural del reconocimiento del derecho que tienen los miembros de los grupos indígenas y tribales a gozar de ciertos derechos de forma comunitaria”<sup>35</sup>. Además, estableció que el reconocimiento de la personalidad jurídica de únicamente los miembros de una Comunidad indígena o tribal “no toma en cuenta el modo en que los miembros de los pueblos indígenas y tribales en general [...] gozan y ejercen un derecho en especial; es decir, el derecho a usar y gozar colectivamente de la propiedad de conformidad con sus tradiciones ancestrales”<sup>36</sup>.

47. Como había señalado la Corte anteriormente, el reconocimiento de la personalidad jurídica es esencial, ya que la falta del mismo “supone desconocer en términos absolutos la posibilidad de ser titular de esos derechos y contraer obligaciones, y hace al individuo vulnerable frente a la no observancia de los mismos por parte del Estado o de particulares”. Los Estados tienen que garantizar “las condiciones jurídicas y administrativas que les aseguren el ejercicio de este derecho” especialmente a “aquellas personas en situación de vulnerabilidad, marginalización y discriminación”<sup>37</sup>.

48. Por primera vez en el *Caso Comunidad Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, el Tribunal estableció que la violación de los derechos a la consulta, a la propiedad comunal indígena y a la identidad cultural, pero también a las garantías judiciales y a

---

<sup>31</sup> Cfr. *Caso Masacre Plan de Sánchez Vs. Guatemala. Reparaciones*. Sentencia de 19 de noviembre 2004. Serie C No. 116, párr. 80.

<sup>32</sup> *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2007. Serie C No. 172, párr. 200.

<sup>33</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay*, párrs. 187 a 194.

<sup>34</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, párr. 167.

<sup>35</sup> *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, párr. 172.

<sup>36</sup> *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, párrs. 168 a 169.

<sup>37</sup> *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay*, párrs. 188 a 189; Cfr. *Caso de las Niñas Yean y Bosico Vs. República Dominicana*. Sentencia de 8 de septiembre de 2005. Serie C No. 130, párr. 179, y *Caso Bámaca Velásquez Vs. Guatemala. Fondo*. Sentencia de 25 de noviembre de 2000. Serie C No. 70, párr. 179.

la protección judicial, había sido perpetrada en perjuicio del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku<sup>38</sup>.

49. Asimismo, la Corte estableció que la parte lesionada era la Comunidad y consideró que:

En anteriores oportunidades, en casos relativos a comunidades o pueblos indígenas y tribales el Tribunal ha declarado violaciones en perjuicio de los integrantes o miembros de las comunidades y pueblos indígenas o tribales. Sin embargo, la normativa internacional relativa a pueblos y comunidades indígenas o tribales reconoce derechos a los pueblos como sujetos colectivos del Derecho Internacional y no únicamente a sus miembros. Puesto que los pueblos y comunidades indígenas o tribales, cohesionados por sus particulares formas de vida e identidad, ejercen algunos derechos reconocidos por la Convención desde una dimensión colectiva, la Corte señala que las consideraciones de derecho expresadas overtidas en la presente Sentencia deben entenderse desde dicha perspectiva colectiva<sup>39</sup>.

50. Al ordenar reparaciones pecuniarias por daño inmaterial, el Tribunal consideró el daño específico generado en perjuicio de la Comunidad, haciendo referencia a "los sufrimientos ocasionados al Pueblo, a su identidad cultural, las afectaciones a su territorio, [...] así como el cambio ocasionado en las condiciones y modo de vida de las mismas"<sup>40</sup>.

51. Este importante desarrollo se dio, como lo estableció el Tribunal, siguiendo la normativa internacional al respecto, refiriéndose específicamente al artículo 3.1 del Convenio 169 de la OIT que establece que: "[l]os pueblos indígenas y tribales deberán gozar plenamente de los derechos humanos y libertades fundamentales, sin obstáculos ni discriminación. Las disposiciones de este Convenio se aplicarán sin discriminación a los hombres y mujeres de esos pueblos"<sup>41</sup>; y al artículo 1 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas: "[l]os indígenas tienen derecho, como pueblos o como personas, al disfrute pleno de todos los derechos humanos y las libertades fundamentales reconocidos por la Carta de las Naciones Unidas, la Declaración Universal de Derechos Humanos y la normativa internacional de los derechos humanos"<sup>42</sup>.

52. En casos posteriores, así como en la presente Sentencia, la Corte ha repetido que la parte lesionada es el Pueblo indígena o tribal y sus miembros<sup>43</sup>.

---

<sup>38</sup> Cfr. *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y reparaciones*. Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245, párr. 341(2) y (4).

<sup>39</sup> *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y reparaciones*. Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245, párr. 231.

<sup>40</sup> *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y reparaciones*. Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245, párr. 323. Véase también *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 14 de octubre de 2014. Serie C No. 284, párr. 246.

<sup>41</sup> Organización Internacional del Trabajo (OIT), Convenio No. 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en los Países Independientes, adoptado el 27 de junio de 1989 y vigente desde el 5 de septiembre de 1991.

<sup>42</sup> La Corte también se refirió a Naciones Unidas, Comité de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales, Observación General No. 17, U.N. Doc. E/C.12/GC/17, de noviembre de 2006, párrs. 7, 8 y 32; Observación General No. 21, U.N. Doc. E/C.12/GC/21, de noviembre de 2009, párrs. 8 a 9; Carta Africana de Derechos Humanos y de los Pueblos de 1986, artículos 20 a 22.

<sup>43</sup> *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 14 de octubre de 2014. Serie C No. 284, párr. 209; *Caso de las Comunidades Afrodescendientes Desplazadas de la Cuenca del Río Cacarica (Operación Génesis) Vs. Colombia. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 20 de noviembre de 2013. Serie C No. 270, punto resolutivo cuarto y párr. 257.

53. Tomando en cuenta lo anterior, se puede constatar que ahora existe en la jurisprudencia de la Corte una congruencia entre el derecho a la propiedad colectiva y los titulares de dicho derecho, que son la Comunidad y sus miembros, los cuales son a la vez beneficiarios de las medidas de reparación. También se reconoce que el impacto de las violaciones en la Comunidad tiene un carácter específico que debe ser reconocido. Es necesario sumar a esto la compensación colectiva.

54. La compensación colectiva es tal vez la única manera en que se puede reparar de manera adecuada el daño específico sufrido por la Comunidad como tal, que se distingue del daño sufrido por sus miembros como individuos, aunque está íntimamente relacionado con el mismo<sup>44</sup>. Como la Corte estableció en el *Caso Comunidad indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*: "las reparaciones adquieren una especial significación colectiva"<sup>45</sup> cuando se trata de un pueblo indígena o tribal.

55. Es más, solo otorgar reparaciones individuales en casos de pueblos indígenas o tribales, además de ser inconsistente con su cosmovisión y modo colectivo de vivir, puede perjudicar el tejido social y cultural de las comunidades y generar división entre sus miembros por ir en contra de sus costumbres y tradiciones. Por tanto, la medida de compensación colectiva, ordenada en este caso a través de un Fondo de desarrollo comunitario, debe ser la regla general en casos que se tratan de pueblos indígenas y tribales y no el pago de reparaciones individuales a miembros de las mismas. La excepción más obvia a esta regla general serían los casos que tratan de daños específicos generados en perjuicio de ciertos individuos, miembros de una Comunidad.

(iii) *Aspectos relacionados con la administración del Fondo de desarrollo comunitario*

56. En casos anteriores, por primera vez en el *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*, la Corte ordenó, conjuntamente con la creación de un Fondo de desarrollo comunitario, el establecimiento de un "comité de implementación" el cual determinaría "[l]os elementos específicos de dichos proyectos [educacionales, habitacionales, agrícolas y de salud en beneficio de los miembros de la Comunidad]". Dicho comité contaría con un representante designado por las víctimas, otro por el Estado, y un "tercer miembro designado de común acuerdo entre las víctimas y el Estado"<sup>46</sup>.

57. En el presente caso, la Corte ordenó que el Estado deberá "nombrar una autoridad con competencia en la materia, a cargo de la administración" del Fondo de desarrollo comunitario. Por su parte, la Comunidad Triunfo de la Cruz "deberá nombrar una

---

<sup>44</sup> Cfr. Naciones Unidas, Comité de Derechos Humanos, Observación General No. 23, U.N. Doc. CCPR/C/21/Rev.1/Add.5, de 26 de abril de 1994, párr. 6.2: "[a]unque los derechos amparados por el artículo 27 [del Pacto de Derechos Civiles y Políticos] sean derechos individuales, dichos derechos dependen a su vez de la capacidad del grupo minoritario para conservar su cultura, su idioma o su religión".

<sup>45</sup> *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia de 17 de junio de 2005. Serie C No. 125, párr. 188.

<sup>46</sup> *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia de 17 de junio de 2005. Serie C No. 125, párrs. 205 a 206. Véase también: *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de marzo de 2006. Serie C No. 146, párrs. 224 a 225; *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2007. Serie C No. 172, párr. 202; *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek. Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de agosto de 2010 Serie C No. 214, párrs. 323 a 324.

representación para la interlocución con el Estado<sup>47</sup>. Aunque la importancia de la reparación colectiva en casos de pueblos indígenas o tribales ha sido señalada, la utilidad de esa medida de reparación depende de su efectiva implementación. Eso requiere una comunicación continua y transparente entre el Estado y los representantes de la Comunidad, y también que ambas partes brinden suficiente información respecto de las actividades realizadas para la implementación del Fondo y los planes de inversión y desarrollo que se ejecutan en el marco del mismo.

58. Para dicha implementación es importante que se haga uso efectivo de la infraestructura, el conocimiento y los medios que tiene el Estado a su disposición. Esto facilita la agilización y coordinación necesaria para la creación del Fondo y para la implementación de los proyectos. En este sentido, el Fondo de desarrollo comunitario es una figura que aprovecha el aparataje estatal y su eficacia, eficiencia y economía.

59. Dicho lo anterior, es importante señalar que es la Comunidad quien tiene que decidir sobre su propio desarrollo. En la Sentencia se establece que el Fondo es primeramente para: "i) desarrollar proyectos orientados a aumentar la productividad agrícola o de otra índole en la Comunidad; ii) mejorar la infraestructura de la Comunidad de acuerdo con sus necesidades presentes y futuras; iii) restaurar las áreas deforestadas, y iv) otros que consideren pertinentes en beneficio de la Comunidad Triunfo de la Cruz"<sup>48</sup>.

60. Al respecto, es importante señalar que el Convenio 169 de la OIT reconoce las aspiraciones de los Pueblos indígenas a "asumir el control de sus propias instituciones y formas de vida y de su desarrollo económico y a mantener y fortalecer sus identidades, lenguas y religiones, dentro del marco de los Estados en que viven"<sup>49</sup> y que el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, así como la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas contemplan el derecho de los Pueblos a perseguir libremente su desarrollo económico, social y cultural<sup>50</sup>.

61. En el mismo sentido, la Corte ha establecido en casos anteriores que, respecto del Fondo "[l]a forma en que el Estado lleve a cabo esta reparación le compete al propio Estado, siempre y cuando se respete el espíritu de la reparación que era [...] permitir que la Comunidad a la que perteneció se beneficie con obras o proyectos de su propia elección sin que el Estado tenga injerencia en el destino que la Comunidad quiera dar a esos fondos"<sup>51</sup>.

62. Por esto, es importante que la implementación del Fondo, y cualquier plan de inversión que se elabora, sea consultado y cuente con la participación efectiva de la

---

<sup>47</sup> Párr. 297 de la Sentencia.

<sup>48</sup> Párr. 296 de la Sentencia.

<sup>49</sup> Convenio N° 169 de la OIT, considerando quinto.

<sup>50</sup> Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, artículo 1(1); Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, artículo 1(1), y Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, considerando sexto, noveno, décimo, 16, y artículos 3 a 5. El Comité de Derechos Humanos estableció que el derecho a la libre determinación establecido en el artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos "se trata de un derecho perteneciente a los pueblos".

<sup>51</sup> *Caso Escué Zapata Vs. Colombia. Interpretación de la Sentencia de Fondo, Reparaciones y Costas.* Sentencia de 5 de mayo de 2008 Serie C No. 178, párr. 21. Véase también, *Caso Aloeboetoe y otros Vs. Surinam. Reparaciones y Costas.* Sentencia de 10 de septiembre de 1993. Serie C No. 15, párr. 108 en que la Corte estableció que el Estado "no podrá restringir o gravar las actividades de la Fundación o la operación de los fideicomisos más allá de lo actualmente existente ni modificar las condiciones vigentes hoy, salvo en lo que pudiere ser favorable, ni intervenir en las decisiones de aquella".

Comunidad, tomando en cuenta los estándares internacionales de la consulta. A saber, que dicha consulta deba ser de carácter previo, de buena fe, con la finalidad de llegar a un acuerdo, adecuada, accesible e informada<sup>52</sup>.

63. Lo anterior quedó plasmado en la Sentencia respecto de los proyectos de desarrollo, haciendo mención de que estos se darían "conforme se acuerde con la Comunidad Triunfo de la Cruz" y que "la implementación del Fondo se realice conformelo disponga la Comunidad"<sup>53</sup>. Es importante que la implementación sea acorde a los costumbres de la Comunidad. Si no, se desvirtuaría el propio sentido de esta forma de compensación colectiva como una medida de reparar el daño específico generado en perjuicio del Pueblo indígena o tribal.

#### **D. Los problemas de delimitación y "saneamiento" de tierras como expresión de una situación social**

64. La mayoría de los casos que tratan de violaciones de derechos humanos cometidos en perjuicio de pueblos indígenas y tribales o sus miembros que han sido sometidos a la jurisdicción de la Corte versan, entre otros, sobre la delimitación, demarcación, y titulación de tierras tradicionales<sup>54</sup>. Del marco fáctico de varios de dichos casos surgen las circunstancias históricas que dieron lugar, al menos parcialmente, a la situación actual en que viven los referidos pueblos, incluyendo la inseguridad respecto del uso y la propiedad de sus tierras. De esos marcos fácticos también surgen las situaciones de carácter interno en los respectivos países que probablemente contribuyen a mantener sus situaciones de inseguridad y marginalización.

65. En este sentido, los problemas de delimitación, demarcación, titulación y "saneamiento" de tierras habitadas por comunidades indígenas o tribales y terceros no deben ser entendidos como problemas meramente jurídicos, sino como expresiones de situaciones sociales más complejas, tales como la convivencia de diferentes grupos étnicos en muchos países de la región. Al respecto, la Corte ha señalado anteriormente que el derecho a la identidad cultural de los pueblos indígenas debe ser garantizado en una sociedad multicultural, pluralista y democrática<sup>55</sup>.

66. Lo anterior también significa que la solución a este tipo de problemas debe ser enfrentada por los Estados de una manera integral, no únicamente como un asunto jurídico.

67. Se puede derivar de los hechos de este caso que los problemas y conflictos respecto del derecho a la propiedad y el uso del territorio tradicional de la Comunidad son sólo un aspecto de la situación existente en la zona. Al parecer, en el trasfondo de estos conflictos existen problemas de ausencia de políticas públicas -o falta de su implementación consistente y adecuada- en materia de registro, redistribución de

---

<sup>52</sup> Párr. 160 de la Sentencia, y *Caso del Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs Ecuador*, párr. 178.

<sup>53</sup> Párrs. 296 y 297 de la Sentencia.

<sup>54</sup> *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua*; *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*; *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay*; *Caso del Pueblo Saramaka. Vs. Surinam*; *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek. Vs. Paraguay*; *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá*.

<sup>55</sup> *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, párr. 159.

tierras, educación, creación de espacios de integración y diálogo entre las comunidades indígenas y no indígenas.

68. Para buscar soluciones a estos conflictos es necesaria la elaboración de políticas públicas integrales y estrategias de convivencia que van más allá de la delimitación y demarcación de lotes de tierra y están dirigidas a evitar situaciones de permanente conflicto. Se requiere la asistencia de diferentes expertos que debería incluir, entre otros, a sociólogos y trabajadores sociales. Entendiendo que los derechos de las Comunidades indígenas y tribales no pueden ser comprendidos como privilegios sobre los derechos del resto de la población, los Estados deben hacer un trabajo de divulgación e implementación de políticas dirigidas a evitar situaciones de desigualdad, con el fin de garantizar el goce efectivo de los derechos de todos los ciudadanos, tanto las comunidades indígenas como las no indígenas.

Humberto Antonio Sierra Porto  
Juez

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario



**CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS**

**CASO COMUNIDAD GARÍFUNA DE PUNTA PIEDRA Y SUS MIEMBROS VS.HONDURAS**

**SENTENCIA DE 8 DE OCTUBRE DE 2015**  
**(Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas)**

En el caso de la *Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros*,

la Corte Interamericana de Derechos Humanos (en adelante, "la Corte Interamericana", "la Corte" o "el Tribunal"), integrada por los siguientes Jueces:

Humberto Antonio Sierra Porto, Presidente;  
Roberto F. Caldas, Vicepresidente;  
Manuel E. Ventura Robles, Juez;  
Diego García-Sayán, Juez;  
Alberto Pérez Pérez, Juez;  
Eduardo Vio Grossi, Juez, y  
Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, Juez;

Presentes, además,

Pablo Saavedra Alessandri, Secretario, y  
Emilia Segares Rodríguez, Secretaria Adjunta,

de conformidad con los artículos 62.3 y 63.1 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos (en adelante, "la Convención Americana" o "la Convención") y con los artículos 31, 32, 42, 65 y 67 del Reglamento de la Corte (en adelante, "el Reglamento"), dicta la presente Sentencia, que se estructura en el siguiente orden:

**CASO COMUNIDAD GARÍFUNA DE PUNTA PIEDRA Y SUS MIEMBROS VS. HONDURAS  
ÍNDICE**

|                                                                                                                                                                            |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>I INTRODUCCIÓN DE LA CAUSA Y OBJETO DE LA CONTROVERSI A.....</b>                                                                                                        | <b>5</b>  |
| <b>II PROCEDIMIENTO ANTE LA CORTE .....</b>                                                                                                                                | <b>6</b>  |
| <b>III COMPETENCIA .....</b>                                                                                                                                               | <b>10</b> |
| <b>IV EXCEPCIÓN PRELIMINAR ALEGADA FALTA DE AGOTAMIENTO DE LOS RECURSOS INTERNOS .....</b>                                                                                 | <b>10</b> |
| A. Argumentos de las partes y de la Comisión .....                                                                                                                         | 10        |
| B. Consideraciones de la Corte .....                                                                                                                                       | 11        |
| <b>V RECONOCIMIENTO PARCIAL DE RESPONSABILIDAD POR PARTE DEL ESTADO. 13</b>                                                                                                |           |
| A. Argumentos de las partes y de la Comisión .....                                                                                                                         | 13        |
| B. Consideraciones de la Corte .....                                                                                                                                       | 15        |
| <b>VI CONSIDERACIONES PREVIAS .....</b>                                                                                                                                    | <b>16</b> |
| A. Sobre el alegado desconocimiento por parte del Estado de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra como pueblo originario .....                                             | 17        |
| B. Sobre la admisibilidad de algunos hechos del marco fáctico .....                                                                                                        | 18        |
| B.1 Exclusión de los hechos y alegatos relacionados con el Parque Nacional "Sierra Río Tinto" .....                                                                        | 18        |
| B.2 Solicitud de inclusión de hechos relacionados con el proyecto Hidroeléctrico "Los Chorros"; actividades de exploración y explotación petrolera, y la Ley de Pesca..... | 19        |
| <b>VII PRUEBA .....</b>                                                                                                                                                    | <b>20</b> |
| A. Prueba documental, testimonial y pericial .....                                                                                                                         | 20        |
| B. Admisión de la prueba .....                                                                                                                                             | 21        |
| B.1 Admisión de la prueba documental.....                                                                                                                                  | 21        |
| B.2 Admisión de la prueba testimonial y pericial .....                                                                                                                     | 22        |
| B.3 Admisión de la prueba relacionada con actividades de exploración minera .....                                                                                          | 22        |
| C. Valoración de la prueba .....                                                                                                                                           | 22        |
| <b>VIII HECHOS .....</b>                                                                                                                                                   | <b>23</b> |
| A. El Pueblo Garífuna en Honduras y la Comunidad Garífuna de Punta Piedra .....                                                                                            | 23        |
| A.1 Antecedentes.....                                                                                                                                                      | 23        |
| B. Reconocimiento y titulación por el Estado del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra .....                                                                 | 27        |
| B.1 Título definitivo de dominio pleno del año 1993 (800 ha 74 a 8 ca) .....                                                                                               | 28        |
| B.2 Título definitivo de dominio pleno del año 1999 (1,513 ha 54 a 45.03 ca).....                                                                                          | 29        |
| C. La ocupación de los pobladores de la Aldea de Río Miel en el territorio titulado a favor de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra.....                                  | 31        |
| D. Gestiones realizadas para lograr el saneamiento del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra .....                                                           | 35        |
| D.1 Comisión Interinstitucional Ad-Hoc y Acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001 .....                                                                               | 36        |
| D.2 Acta de Entendimiento de 2006, Acta Especial con la Aldea de Río Miel de 20 de abril de 2007 y gestiones posteriores .....                                             | 38        |
| E. Concesión minera no metálica "Punta Piedra II" .....                                                                                                                    | 40        |
| F. Denuncias interpuestas a nivel interno derivadas de la situación de conflicto.....                                                                                      | 41        |
| F.1. Denuncia por delito de usurpación, e investigación y proceso penal por la muerte de Félix Ordóñez Suazo.....                                                          | 42        |
| F.1.1 Denuncia por delito de usurpación de 2003.....                                                                                                                       | 42        |
| F.1.2 Muerte de Félix Ordóñez Suazo.....                                                                                                                                   | 43        |
| F.1.3 Investigación preliminar y proceso penal por la muerte de Félix Ordóñez Suazo .                                                                                      | 44        |
| F.2 Denuncia por el delito de usurpación y amenazas en perjuicio de Paulino Mejía y de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra .....                                         | 47        |
| F.3 Denuncia por abuso de autoridad por la construcción de una brecha de carretera en territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra .....                            | 48        |
| <b>IX FONDO .....</b>                                                                                                                                                      | <b>50</b> |
| <b>IX - 1 DERECHO A LA PROPIEDAD COLECTIVA EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 1.1 Y 2 DE LA CONVENCION AMERICANA .....</b>                                                      | <b>50</b> |
| A. Argumentos de la Comisión y de las partes .....                                                                                                                         | 50        |
| B. Consideraciones de la Corte .....                                                                                                                                       | 51        |
| B.1 El derecho a la propiedad colectiva indígena y tribal.....                                                                                                             | 52        |
| B.2 La garantía del uso y goce de la propiedad colectiva .....                                                                                                             | 53        |

|             |                                                                                                                                                                                                                                                    |           |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| B.2.1       | Respecto de la garantía del uso y goce de la propiedad colectiva en el derecho internacional.....                                                                                                                                                  | 54        |
| B.2.2       | La garantía del uso y goce, a través del saneamiento en Honduras y el Acta Compromiso de 2001 .....                                                                                                                                                | 57        |
| B.3         | La falta del uso y goce del territorio de la Comunidad de Punta Piedra.....                                                                                                                                                                        | 58        |
| B.3.1       | Respecto del incremento en la ocupación de terceros en el territorio titulado.....                                                                                                                                                                 | 60        |
| B.3.2       | Respecto de las tierras tituladas en favor de Ambrocio Thomas Castillo y Sergia Zapata Martínez, así como otras alegadas.....                                                                                                                      | 61        |
| B.4         | Conclusión respecto de la garantía del uso y goce de la propiedad colectiva.....                                                                                                                                                                   | 62        |
| C.          | La regulación de Honduras sobre propiedad a la luz del artículo 2 de la Convención Americana en relación con los artículos 1.1 y 21 de la misma .....                                                                                              | 62        |
| C.1         | Argumentos de la Comisión y de las partes .....                                                                                                                                                                                                    | 62        |
| C.2         | Consideraciones de la Corte .....                                                                                                                                                                                                                  | 63        |
| D.          | La obligación de garantizar el derecho a la consulta e identidad cultural .....                                                                                                                                                                    | 65        |
| D.1         | Argumentos de las partes y de la Comisión .....                                                                                                                                                                                                    | 65        |
| D.2         | Consideraciones de la Corte .....                                                                                                                                                                                                                  | 66        |
| <b>IX-2</b> | <b>DERECHO A LA PROTECCIÓN JUDICIAL EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 1.1 Y 2 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA.....</b>                                                                                                                                      | <b>68</b> |
| A.          | Argumentos de las partes y de la Comisión .....                                                                                                                                                                                                    | 68        |
| B.          | Consideraciones de la Corte .....                                                                                                                                                                                                                  | 70        |
| B.1         | Respecto de los procedimientos para la protección de la propiedad de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra frente a terceros a través del saneamiento .....                                                                                        | 71        |
| B.1.1       | La Comisión Interinstitucional Ad-Hoc y demás gestiones realizadas para el saneamiento del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra .....                                                                                               | 71        |
| B.1.1.1     | La garantía del cumplimiento de decisiones que estimen procedente el recurso (artículo 25.2.c de la Convención Americana) .....                                                                                                                    | 73        |
| B.1.2       | La alegada falta de un recurso para la protección de los territorios de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra frente a terceros en la legislación interna (Artículo 2 en relación con el 1.1 y 25 de la Convención) .....                          | 76        |
| <b>IX-3</b> | <b>DERECHO A LA VIDA, A LAS GARANTÍAS JUDICIALES Y A LA PROTECCIÓN JUDICIAL .....</b>                                                                                                                                                              | <b>77</b> |
| A.          | La alegada violación del derecho a la vida del señor Félix Ordóñez Suazo .....                                                                                                                                                                     | 77        |
| A.1         | Argumentos de las partes y de la Comisión .....                                                                                                                                                                                                    | 78        |
| A.2         | Consideraciones de la Corte .....                                                                                                                                                                                                                  | 78        |
| B.          | Debida diligencia y plazo razonable en relación con las denuncias penales interpuestas a nivel interno, en particular las investigaciones y proceso penal por la muerte de Félix Ordóñez Suazo (artículos 8 y 25 de la Convención Americana) ..... | 84        |
| B.1         | Argumentos de las partes y de la Comisión .....                                                                                                                                                                                                    | 84        |
| B.2         | Consideraciones de la Corte .....                                                                                                                                                                                                                  | 85        |
| B.2.1       | Denuncia por el delito de usurpación de 2003, investigaciones y proceso penal relativo a la muerte de Félix Ordóñez Suazo.....                                                                                                                     | 86        |
| B.2.1.1     | Investigaciones derivadas de la denuncia de usurpación de 2003 .....                                                                                                                                                                               | 86        |
| B.2.1.2     | Investigaciones y proceso penal relativo a la muerte de Félix Ordóñez Suazo .....                                                                                                                                                                  | 87        |
| B.2.2.      | Denuncias de usurpación y amenazas de 2010 y abuso de autoridad de 2010 en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros.....                                                                                                  | 90        |
| B.2.2.1     | Denuncia de usurpación y amenazas en perjuicio de los miembros de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, y denuncia de amenazas en perjuicio de Paulino Mejía .....                                                                                | 90        |
| B.2.2.2     | Denuncia por abuso de autoridad en perjuicio de los miembros de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra.....                                                                                                                                         | 92        |
| <b>X</b>    | <b>REPARACIONES.....</b>                                                                                                                                                                                                                           | <b>93</b> |
| A.          | Parte Lesionada .....                                                                                                                                                                                                                              | 94        |
| B.          | Restitución .....                                                                                                                                                                                                                                  | 94        |
| C.          | Compensación colectiva a través de un fondo de desarrollo.....                                                                                                                                                                                     | 97        |
| D.          | Satisfacción: publicación y radiodifusión de la Sentencia.....                                                                                                                                                                                     | 99        |
| E.          | Garantías de no repetición.....                                                                                                                                                                                                                    | 99        |
| F.          | Obligación de investigar los hechos e identificar, juzgar y, en su caso, sancionar a los responsables.....                                                                                                                                         | 101       |
| G.          | Solicitud de indemnización compensatoria por la muerte de Félix Ordóñez Suazo .....                                                                                                                                                                | 102       |
| H.          | Costas y gastos.....                                                                                                                                                                                                                               | 103       |

|                                   |                                                                       |            |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|------------|
| I.                                | Reintegro de los gastos al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas..... | 104        |
| J.                                | Modalidad de cumplimiento de los pagos ordenados.....                 | 104        |
| <b>XI PUNTOS RESOLUTIVOS.....</b> |                                                                       | <b>105</b> |
| <b>XII ANEXOS.....</b>            |                                                                       | <b>109</b> |

## I

### INTRODUCCIÓN DE LA CAUSA Y OBJETO DE LA CONTROVERSID

1. *El caso sometido a la Corte.* – El 1 de octubre de 2013, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (en adelante, “la Comisión” o “la Comisión Interamericana”) sometió el caso de la *Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros* ante la jurisdicción de la Corte Interamericana de Derechos Humanos contra la República de Honduras (en adelante, “el Estado” u “Honduras”). De acuerdo con la Comisión, el presente caso se relaciona con la responsabilidad internacional del Estado por la violación del derecho a la propiedad de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra (en adelante, “la Comunidad” o “la Comunidad de Punta Piedra”), como consecuencia del incumplimiento del deber de garantía por haber otorgado títulos de dominio pleno en 1993 y 1999 a favor de la Comunidad sin haber efectuado un proceso de saneamiento adecuado<sup>1</sup>, a pesar del conocimiento de la ocupación por parte de personas no indígenas en las tierras y territorios titulados. Según la Comisión, dicha falta de saneamiento ha generado que la Comunidad pueda ejercer la tenencia efectiva únicamente de la mitad del territorio titulado por el Estado, con las consecuentes afectaciones a su forma de vida, medios de subsistencia, cultura, usos y costumbres tradicionales. Además, señaló que la continuidad de la ocupación por parte de personas no indígenas ha generado una situación de conflictividad que ha redundado en amenazas, hostigamientos e incluso la muerte de un miembro de la Comunidad de Punta Piedra. Asimismo, la Comisión sostuvo que el Estado ha incumplido los acuerdos realizados para lograr el saneamiento efectivo y que la Comunidad no ha contado con un recurso efectivo para lograr la tenencia pacífica de sus tierras y territorios.

2. *Trámite ante la Comisión.* – El trámite ante la Comisión fue el siguiente:

a) *Petición.* – El 29 de octubre de 2003 la Comisión recibió una petición presentada por la Organización Fraternal Negra Hondureña (en adelante, la “OFRANEH”), contra Honduras por la violación de los artículos 8, 21 y 25 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos (en adelante, “la Convención” o “la Convención Americana”), en relación con el artículo 1.1 del mismo instrumento y con el Convenio 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes de la Organización Internacional del Trabajo (en adelante, “el Convenio 169 de la OIT”), en perjuicio de las Comunidades Garífunas de Cayos Cochinos, Punta Piedra y Triunfo de la Cruz. El 19 de diciembre de 2003 la Comisión decidió dividir la petición en tres asuntos separados, referidos a cada una de las comunidades, y les asignó un número de registro individual.

b) *Medidas Cautelares.* – El 15 de junio de 2007 OFRANEH solicitó medidas cautelares a favor de la Comunidad y en especial de uno de sus miembros, Marcos Bonifacio Castillo, dado que habría sido amenazado de muerte. El 20 de agosto de 2007 la Comisión otorgó dichas medidas en favor de Marcos Bonifacio Castillo (MC-109-07), y continúa supervisándolas en la actualidad.

c) *Informe de Admisibilidad.* – Respecto de la Comunidad de Punta Piedra, el 24 de marzo de 2010 la Comisión emitió el Informe de Admisibilidad No. 63/10, en el que concluyó que tenía competencia para conocer la petición y decidió admitir la denuncia sobre la presunta violación de los artículos 21 y 25 de la Convención, en relación con los artículos 1 y 2 del mismo instrumento.

---

<sup>1</sup> La Corte Interamericana entenderá el término “saneamiento”, para los efectos del presente caso, como una forma de garantizar el uso y goce de la propiedad colectiva de acuerdo con el artículo 21 de la Convención Americana.

d) *Informe de Fondo.* – El 21 de marzo de 2013, la Comisión aprobó el Informe de Fondo No. 30/13, en los términos del artículo 50 de la Convención Americana (en adelante, “Informe de Fondo” o “Informe 30/13”) en el cual llegó a una serie de conclusiones y formuló varias recomendaciones al Estado, a saber:

Conclusiones:

- i) El Estado violó el derecho a la propiedad consagrado en el artículo 21 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de la Comunidad de Punta Piedra.
- ii) El Estado violó el derecho a la protección judicial consagrado en el artículo 25 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la misma, en perjuicio de la Comunidad de Punta Piedra.

Recomendaciones:

- i) Adoptar a la brevedad las medidas necesarias para hacer efectivo el derecho de propiedad de la Comunidad de Punta Piedra y, en particular, las medidas para lograr su saneamiento efectivo.
- ii) Adoptar las medidas necesarias para prevenir que la Comunidad de Punta Piedra sea objeto de discriminación y, en particular, que estén expuestos a actos de violencia por parte de terceros en razón de su origen étnico.
- iii) Adoptar un recurso eficaz y sencillo que tutele el derecho de los pueblos indígenas a reivindicar y acceder a sus territorios tradicionales y que permita protegerlos ante acciones de parte del Estado o de terceros.
- iv) Investigar y sancionar a los responsables de amenazas, hostigamientos, actos de violencia y daños realizados a la Comunidad de Punta Piedra.
- v) Reparar en el ámbito individual y colectivo las consecuencias de las violaciones de los derechos señalados.
- vi) Adoptar las medidas necesarias para evitar que en el futuro se produzcan hechos similares.

e) *Notificación al Estado.* – El Informe de Fondo fue notificado al Estado el 1 de abril de 2013, otorgándosele un plazo de dos meses para informar sobre el cumplimiento de las recomendaciones.

f) *Solicitud de prórroga e informe de cumplimiento.* – El 26 de junio de 2013 el Estado solicitó una prórroga para el cumplimiento de las recomendaciones, la cual fue otorgada por la Comisión por un plazo de tres meses, y se le requirió que presentara un informe sobre los avances alcanzados a más tardar el 1 de septiembre de 2013. Sin embargo, dicho informe no fue presentado.

g) *Sometimiento a la Corte.* – El 1 de octubre de 2013 la Comisión sometió el presente caso a la jurisdicción de la Corte Interamericana. La Comisión designó a la Comisionada Tracy Robinson y al Secretario Ejecutivo Emilio Álvarez Icaza como sus delegados, y a Elizabeth Abi-Mershed, Secretaria Ejecutiva Adjunta, Silvia Serrano Guzmán, Isabel Madariaga y Cristina Blanco, como asesoras legales.

3. *Solicitudes de la Comisión Interamericana.* – Con base en lo anterior, la Comisión solicitó a la Corte que declarara la responsabilidad internacional del Estado por las violaciones señaladas en su Informe de Fondo y que ordenara al Estado como medidas de reparación las recomendaciones indicadas en dicho documento (*supra* párr. 2).

## II PROCEDIMIENTO ANTE LA CORTE

4. *Notificación al Estado y a los representantes de las presuntas víctimas*<sup>2</sup>. - El sometimiento del caso por la Comisión fue notificado al Estado y a los representantes de las presuntas víctimas (en adelante, "los representantes") el 5 de noviembre de 2013.

5. *Escrito de solicitudes, argumentos y pruebas*. - El 3 de enero de 2014 los representantes presentaron su escrito de solicitudes, argumentos y pruebas (en adelante, "escrito de solicitudes y argumentos"), en el cual solicitaron acogerse al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas de la Corte Interamericana (en adelante, "Fondode Asistencia").

6. *Escrito de contestación*. - El 10 de abril de 2014 el Estado presentó ante la Corte su escrito de interposición de excepciones preliminares, contestación al escrito de sometimiento del caso y de observaciones a los escritos de solicitudes y argumentos (en adelante, "escrito de contestación")<sup>3</sup>. En dicho escrito el Estado interpuso una excepción preliminar relacionada con la presunta falta de agotamiento de los recursos internos.

7. *Escritos de observaciones a las excepciones preliminares*. - Los días 15 y 22 de mayo de 2014 la Comisión y los representantes, respectivamente, remitieron sus observaciones a la excepción preliminar interpuesta por el Estado.

8. *Fondo de Asistencia*. - Mediante Resolución de 30 de mayo de 2014<sup>4</sup> el Presidente del Tribunal declaró procedente la solicitud interpuesta por los representantes para acogerse al Fondo de Asistencia, y aprobó que se otorgara la asistencia económica necesaria para la presentación en la Audiencia Pública de dos representantes y para la presentación de un máximo de tres declaraciones y un peritaje.

9. *Solicitud de adopción de medidas provisionales*. - El 19 de julio de 2014 los representantes solicitaron al Tribunal la adopción de medidas provisionales a favor de Miriam Merced Miranda Chamorro y demás miembros de la OFRANEH, como consecuencia del alegado secuestro por un grupo de hombres armados en la Comunidad de Vallecito, Municipio de Limón, Departamento de Colón. Mediante Resolución de la Corte de 14 de noviembre de 2014<sup>5</sup> se resolvió desestimar la solicitud de medidas provisionales interpuesta en virtud de que: i) el Estado brindó seguridad y protección a través de la intervención de efectivos de la Fuerza Militar Xatruch, con el fin de evitar alguna represalia, ii) los hechos acontecidos ocurrieron en una comunidad distinta a la del caso *Comunidad Garífuna de Punta Piedra*, y iii) no se acreditaron suficientes elementos que demostraran una relación o conexión entre los hechos ocurridos y la participación de Miriam Miranda y demás miembros de la OFRANEH

---

<sup>2</sup> Los representantes acreditados en el presente caso son la señora Miriam Miranda Chamorro, Coordinadora de OFRANEH, y el señor Christian Callejas Escojo, asesor legal.

<sup>3</sup> Mediante comunicación de 28 noviembre de 2013 el Estado designó como agente titular al señor Ricardo Rodríguez, y como agente alterno al señor Kelvin Aguirre. Posteriormente, mediante comunicación de 27 de enero de 2014, el Estado nombró como nuevo agente titular al señor Abraham Alvarenga Urbina, y como nuevo agente alterno al señor Jorge Abilio Serrano Villanueva.

<sup>4</sup> *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros Vs. Honduras*. Resolución del Presidente de la Corte Interamericana de Derechos Humanos sobre el Fondo de Asistencia Legal de Víctimas de 30 de mayo de 2014. Disponible en: [http://www.corteidh.or.cr/docs/asuntos/garifuna\\_fv\\_14.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/asuntos/garifuna_fv_14.pdf)

<sup>5</sup> *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus Miembros Vs. Honduras*. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 14 de noviembre de 2014. Disponible en: [http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/garifuna\\_se\\_02.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/garifuna_se_02.pdf)

como representantes en el presente caso ni una relación directa con las situaciones denunciadas en el mismo.

10. *Convocatoria a audiencia.* - Mediante Resolución del Presidente de la Corte de 31 de julio de 2014<sup>6</sup> se resolvió, entre otras situaciones: i) trasladar el peritaje del señor José Aylwin previamente rendido en la audiencia pública del *Caso Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros Vs. Honduras*; ii) requerir que once presuntas víctimas ofrecidas por los representantes, dos testigos ofrecidos por el Estado, y un perito ofrecido por los representantes, presten sus declaraciones ante fedatario público o autoridades tradicionales del pueblo Garífuna de Punta Piedra, y iii) convocar a las partes a una audiencia pública para recibir las declaraciones de dos presuntas víctimas propuestas por los representantes, y un dictamen pericial propuesto por la Comisión. Mediante comunicación de 21 de agosto de 2014 la Comisión solicitó un cambio de la modalidad del peritaje ofrecido por parte del señor James Anaya, en virtud de lo cual la Corte decidió que su declaración fuera presentada por *affidavit*<sup>7</sup>. Las declaraciones ante fedatario público y autoridades tradicionales fueron recibidas los días 22 y 25 de agosto, y 11 de septiembre 2014<sup>8</sup>.

11. *Solicitud de acumulación.* - Mediante comunicación de 11 de agosto de 2014 los representantes solicitaron a la Corte la acumulación de los casos *Comunidad Garífuna de Punta Piedra* y *Comunidad Garífuna de Triunfo de la Cruz*, por considerar que se cumplía con los presupuestos establecidos en el artículo 30 del Reglamento de la Corte. Al respecto, mediante Nota de Secretaría de 29 de agosto de 2014, se informó a las partes que "en virtud de las particularidades propias y distintas de cada caso, así como la etapa procesal en la que se encuentran los mismos, la Corte en pleno consideró innecesaria la solicitud de acumulación".

12. *Audiencia pública.* - La audiencia pública fue celebrada el 2 de septiembre de 2014 en la ciudad de Asunción, Paraguay, durante el 51º Período Extraordinario de Sesiones de la Corte. En la audiencia se recibieron las declaraciones de las presuntas víctimas Lidia Palacios y Doroteo Thomas Rodríguez, propuestas por los representantes, así como las observaciones y alegatos finales orales de la Comisión, los representantes y el Estado.

13. *Observaciones y alegatos finales escritos.* - El día 2 de octubre de 2014, los representantes y el Estado presentaron sus alegatos finales escritos y anexos, así como prueba para mejor resolver solicitada durante la audiencia pública del caso, y la Comisión presentó sus observaciones finales escritas<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> *Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus Miembros Vs. Honduras.* Resolución del Presidente de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 31 de julio de 2014. Disponible en: [http://www.corteidh.or.cr/docs/asuntos/garifuna\\_31\\_07\\_14.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/asuntos/garifuna_31_07_14.pdf)

<sup>7</sup> Mediante comunicación de 21 de agosto de 2014 la Comisión informó que el perito James Anaya "tendría dificultades para trasladarse a Paraguay y rendir su peritaje en la audiencia pública" y por ello solicitó a la Corte que el perito rindiera su declaración a través del uso de medios electrónicos audiovisuales, o subsidiariamente mediante declaración jurada ante fedatario público. Al respecto, mediante Nota de Secretaría de 28 de agosto de 2014, se informó a la Comisión que el Pleno de la Corte decidió que el perito remitiera su dictamen "por medio de declaración jurada ante fedatario público, ya que no se justificó el porqué de la necesidad del cambio" en la modalidad en que se rendiría el peritaje.

<sup>8</sup> Mediante Nota de Secretaría de 28 de agosto de 2014 se dejó constancia que "los representantes no remitieron las declaraciones de los señores Roberto Mejía Castillo y Juliana Suazo Montero, presuntas víctimas del caso, conforme a lo dispuesto en el punto resolutivo primero de la Resolución que emitió el Presidente de la Corte el 31 de julio de 2014".

<sup>9</sup> Al respecto, la Secretaría de la Corte constató que las partes no remitieron: a) información actualizada sobre la cantidad de hectáreas ocupadas por los habitantes de la Aldea de Río Miel; b) los títulos



14. *Observaciones a los anexos.* – Mediante comunicaciones de 10 y 14 de noviembre de 2014, la Comisión y el Estado presentaron sus observaciones a los anexos a los alegatos finales escritos y prueba para mejor resolver. Los representantes no remitieron observaciones.

15. *Prueba para mejor resolver.* – El 3 de diciembre de 2014, siguiendo instrucciones de del Presidente del Tribunal y con fundamento en lo dispuesto en el artículo 58.b) de su Reglamento, la Secretaría solicitó al Estado y a los representantes la presentación de documentación como prueba para mejor resolver<sup>10</sup>. Mediante comunicaciones de 16 y 17 de diciembre de 2014, el Estado y los representantes remitieron de forma parcial lo solicitado<sup>11</sup>.

16. *Hechos supervinientes.* - Mediante comunicación de 25 de febrero de 2015 los representantes aportaron como prueba para mejor resolver documentación relacionada con actividades de extracción minera. Las observaciones del Estado al respecto fueron recibidas el 10 de junio de 2015.

17. *Informe de la Asociación Americana para el Avance de la Ciencia.* – El 24 de octubre de 2014, con fundamento en el artículo 58.c del Reglamento de la Corte, se requirió la Asociación Americana para el Avance de la Ciencia la elaboración de un informe mediante el cual se pudiera obtener información adicional, a través de imágenes satelitales (en adelante, “Informe AAAS”, por sus siglas en inglés) sobre los cambios ocurridos en el territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra desde 1993 hasta la actualidad. El referido informe fue transmitido a las partes el 10 de marzo de 2015 para que remitieran las observaciones que estimaran pertinentes, las cuales fueron recibidas el 15 de mayo de 2015.

18. *Erogaciones en aplicación del Fondo de Asistencia.* – El 10 de marzo de 2015 se transmitió al Estado el Informe sobre las erogaciones realizadas con cargo al Fondo de Asistencia Legal de la Corte en el presente caso. El 28 de abril de 2015 el Estado presentó sus observaciones.

19. *Diligencia in situ en la Comunidad Garífuna de Punta Piedra.* – En su escrito de contestación, el Estado propuso la realización de una inspección ocular *in situ* en el territorio de la Comunidad de Punta Piedra, por lo que el 25 de agosto de 2015, una delegación del Tribunal llevó a cabo dicha diligencia con el objetivo de observar

---

de propiedad de los terrenos de Ambrocio Thomas Castillo y Sergia Zapata Martínez, y c) información sobre la creación del Parque Nacional Sierra Río Tinto, así como la cantidad aproximada de hectáreas que dicha reserva ocuparía del territorio de la Comunidad de Punta Piedra. En virtud de ello, se solicitó a las partes enviar la información referida a más tardar el 31 de octubre de 2014.

<sup>10</sup> La documentación solicitada al Estado como prueba para mejor resolver fue la siguiente: 1) Conclusión del Fiscal de Etnias sobre la vulnerabilidad de los habitantes de Río Miel, rendida en el Expediente No. 0801-2010-12292; 2) Expediente No. 0801-2010-12739; 3) Investigaciones y proceso penal incoado en virtud de la denuncia de Usurpación de Félix Ordóñez Suazo; 4) información sobre la creación del Parque Nacional Sierra Río Tinto; 5) Normativa interna relacionada con: a) el proceso de amparo; b) el procedimiento administrativo para la ejecución de acuerdo de conciliación extrajudicial; c) el “juicio declarativo” o acción civil judicial; d) el proceso de nulidad de escritura pública; e) sobre la existencia de cualquier otro procedimiento, sea de expropiación o de reivindicación de tierras, y f) sobre la legitimidad procesal de grupos colectivos, en su caso, de comunidades indígenas; 5) Copia de la Ley de Reforma Agraria, Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrario, Ley de Propiedad, y Ley de Amparo, vigente al momento de los hechos y en la actualidad; 6) Normativa e información pertinente respecto del funcionamiento del Instituto Nacional Agrario (INA) y el Instituto de la Propiedad (IP). Por otra parte, a los representantes se les solicitó que remitieran un pronunciamiento sobre si el Parque Nacional Sierra Río Tinto se encontraba ubicado dentro del territorio de la Comunidad de Punta Piedra.

<sup>11</sup> Los representantes no remitieron prueba sobre la ubicación del Parque Nacional Sierra Río Tinto.

algunas áreas del territorio reclamado y reunirse con las partes, la Comisión, y diversas autoridades y pobladores<sup>12</sup>. En primer lugar, la delegación realizó un sobrevuelo del territorio relacionado con los hechos del caso. A su llegada, la delegación fue recibida por numerosos miembros de la Comunidad de Punta Piedra. Posteriormente, se realizó una reunión donde diversos miembros de la Comunidad expresaron su parecer respecto de las problemáticas del caso ante la delegación del Tribunal. Seguidamente, la delegación realizó una visita al área de Cosuna, donde presuntamente se encontraría la concesión de exploración no metálica Punta Piedra II. Finalmente, se visitó la Aldea de Río Miel (en adelante, "la Aldea de Río Miel" o "Río Miel"), en la cual se escuchó el parecer de varios de sus pobladores y se recorrieron algunas áreas de la Aldea. Los días 4, 18 y 22 de septiembre de 2015 se recibieron observaciones de las partes respecto de la visita realizada.

20. *Deliberación del presente caso.* – La Corte inició la deliberación de la presente Sentencia el 5 de octubre de 2015.

### **III COMPETENCIA**

21. La Corte Interamericana es competente, en los términos del artículo 62.3 de la Convención, para conocer el presente caso, en razón de que Honduras es Estado Parte de la Convención Americana desde el 8 de septiembre de 1977 y reconoció la competencia contenciosa de la Corte el 9 de septiembre de 1981.

### **IV EXCEPCIÓN PRELIMINAR ALEGADA FALTA DE AGOTAMIENTO DE LOS RECURSOS INTERNOS**

#### **A. Argumentos de las partes y de la Comisión**

22. El **Estado** no señaló un apartado independiente y concreto respecto de las excepciones preliminares interpuestas. Sin embargo, en las conclusiones de su escrito de contestación argumentó que existe una falta de agotamiento de los recursos internos respecto de la alegada violación del derecho a la propiedad, debido a que las presuntas víctimas "no han hecho uso de las acciones o recursos establecidos en la jurisdicción nacional, ya que no han [...] formalizado solicitudes ante las autoridades nacionales ni consta que se les [haya] denegado en sentencia o resolución definitiva dichos petitorios". Por otra parte, el Estado argumentó que la muerte del señor Félix Ordóñez Suazo cuenta con un procedimiento judicial abierto y con una orden de captura pendiente de ejecución contra el presunto responsable, por lo que no procede un pronunciamiento de la Corte Interamericana.

23. La **Comisión** observó que la única referencia en la contestación del Estado que puede entenderse como una excepción preliminar era la referida a los hechos relacionados con la alegada violación al derecho a la propiedad. En este sentido indicó

---

<sup>12</sup> La delegación del Tribunal que efectuó la visita estuvo integrada por el Presidente de la Corte, Juez Humberto Antonio Sierra Porto; Alexei Julio, Director Jurídico de la Secretaría; Jorge Calderón Gamboa, Abogado Coordinador de la Secretaría, y Cecilia La Hoz Barrera, Abogada de la Secretaría. Asimismo, por parte del Estado estuvieron presentes Jorge Abilio Serrano Villanueva, Sub Procurador General de la República, y Jesús Flores, Ingeniero del INA. Por la Comisión Interamericana estuvieron presentes James Cavallaro, Comisionado, y Erick Acuña, Asesor de la Comisión. Además, estuvieron presentes por parte de los representantes Miriam Miranda, Coordinadora General de OFRANEH y otros líderes de la Comunidad.

que: i) está ampliamente demostrado que la Comunidad de Punta Piedra formalizó sus reclamos en múltiples oportunidades; ii) tanto ante la Comisión como ante la Corte, el Estado incumplió la carga que le corresponde en cuanto a la precisión de los recursos a agotar y la prueba de su idoneidad y efectividad, y iii) ante la activación de múltiples mecanismos que no dieron resultado, la suscripción de acuerdos y el incumplimiento de los mismos, la Comisión consideró que, tal como había decidido en su Informe de Admisibilidad, en el presente caso resulta aplicable la excepción contenida en el artículo 46.2 a) de la Convención, relacionado con la inexistencia en la normativa interna de un debido proceso legal para analizar los derechos que se alegaron violados.

24. Los **representantes** señalaron que entendían la falta de agotamiento de los recursos internos como la única excepción preliminar interpuesta por el Estado. Al respecto, manifestaron que el Estado se contradijo al argumentar que no se habían agotado los recursos internos, pues en el apartado sobre el derecho a la protección judicial indicado en su escrito de contestación reconoció las gestiones realizadas por la Comunidad ante el Instituto Nacional Agrario y el Ministerio Público. Asimismo, manifestaron que el Estado no indicó cuáles eran los recursos idóneos y efectivos para la solución del caso en el derecho interno. Finalmente, argumentaron que no existe legislación interna adecuada para la protección y defensa de los derechos de los pueblos indígenas.

#### **B. Consideraciones de la Corte**

25. En el presente capítulo la Corte procederá a analizar las dos excepciones preliminares presentadas por el Estado en su escrito de contestación que se encuentran relacionadas con: 1) la falta de agotamiento de los recursos internos para el saneamiento del territorio de la Comunidad de Punta Piedra; y 2) la falta de agotamiento de los recursos internos con motivo de la muerte de Félix Ordóñez Suazo.

26. El artículo 46.1.a) de la Convención Americana dispone que para determinar la admisibilidad de una petición o comunicación presentada ante la Comisión, de conformidad con los artículos 44 o 45 de la Convención, es necesario que se hayan interpuesto y agotado los recursos de la jurisdicción interna, conforme a los principios del Derecho Internacional generalmente reconocidos<sup>13</sup>. Lo anterior, sin embargo, supone que no sólo deben existir formalmente esos recursos, sino que también deben ser adecuados y efectivos, como resulta de las excepciones contempladas en el artículo 46.2 de la Convención<sup>14</sup>.

27. En este sentido, la Corte recuerda que la regla del previo agotamiento de los recursos internos está concebida en interés del Estado, pues busca dispensarlo de responder ante un órgano internacional por actos que se le imputen, antes de haber tenido la ocasión de remediarlos con sus propios medios<sup>15</sup>. No obstante, para que proceda una excepción preliminar por falta de agotamiento de los recursos internos, el Estado debe especificar los recursos internos que aún no han sido agotados, y

<sup>13</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Excepciones Preliminares*. Sentencia de 26 de junio de 1987. Serie C No. 1, párr. 85, y *Caso Gonzales Lluy y otros Vs. Ecuador. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 01 de septiembre de 2015. Serie C No. 298, párr. 27.

<sup>14</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo*. Sentencia de 29 de julio de 1988. Serie C No. 4, párr. 63, y *Caso de personas dominicanas y haitianas expulsadas Vs. República Dominicana. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de agosto de 2014. Serie C No. 282, párr. 30.

<sup>15</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez, Fondo, supra*, párr. 61, y *Caso Argüelles y otros Vs. Argentina. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 20 de noviembre de 2014. Serie C No. 288, párr. 43.

demostrar que éstos se encontraban disponibles y eran adecuados, idóneos y efectivos<sup>16</sup>.

28. Asimismo, la Corte ha sostenido en su jurisprudencia constante que una objeción al ejercicio de su jurisdicción basada en la supuesta falta de agotamiento de los recursos internos debe ser presentada en el momento procesal oportuno, esto es, durante el procedimiento de admisibilidad ante la Comisión<sup>17</sup>, por lo cual se entiende que luego de dicho momento opera el principio de preclusión procesal<sup>18</sup>.

29. En este sentido, la Corte constata que durante el procedimiento de admisibilidad de la petición tramitado ante la Comisión, mediante escrito de 19 de agosto de 2004 el Estado alegó que "si [...] no ha cumplido a la Comunidad Garífuna [de] Punta Piedra con el pago de la indemnización de trece millones ciento sesenta y ocho mil novecientos y dos lempiras con ochenta y cuatro centavos (Lps. 13,168.982.84)<sup>19</sup>, previo a demandar judicialmente debe presentar reclamo administrativo ante el titular del órgano o de la entidad respectiva, de acuerdo a lo establecido en los artículos 146, 147, 148 y 149 del Título Quinto contenido en la Ley de Procedimiento Administrativo. Si la resolución es negativa el interesado podrá incoar la acción correspondiente por la vía judicial, para que se haga efectivo el derecho reconocido en el arreglo conciliatorio"<sup>20</sup>. Dicha argumentación fue reiterada mediante escrito de 28 de octubre de 2004<sup>21</sup>.

30. En su Informe de Admisibilidad de 24 de marzo de 2010, la Comisión estimó que el Estado alegó la falta de agotamiento de un recurso de carácter administrativo, y que una vez este fuera agotado, se interpusiera una acción judicial, sin embargo, esta última fue señalada de forma genérica. Además, consideró que las presuntas víctimas no contaron con mecanismos adecuados para exigir del Estado la protección de su territorio lo que, en términos del artículo 46.2.a de la Convención Americana, constituye una de las causales de excepción a la regla del agotamiento de los recursos de jurisdicción interna.

31. La Corte observa que, durante el trámite de admisibilidad de la petición ante la Comisión Interamericana, el Estado argumentó la falta de agotamiento de un recurso

---

<sup>16</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez, Fondo, supra*, párrs. 88 y 91, y *Caso Gonzales Lluy y otros, supra*, párr.31.

<sup>17</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez, Excepciones Preliminares, supra*, párrs. 88 y 89, y *Caso Gonzales Lluy y otros, supra*, párr. 27.

<sup>18</sup> Cfr. *Caso Mévoli Vs. Argentina. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 22 de agosto de 2013. Serie C No. 265, párr. 47, y *Caso Defensor de Derechos Humanos y otros Vs. Guatemala. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de agosto de 2014. Serie C No. 283, párr. 20.

<sup>19</sup> La Corte constató que dicho monto se refería a un avalúo de las mejoras introducidas por los ocupantes de Río Miel, realizado por el Instituto Nacional Agrario en el año 2001 (*infra* párr. 115).

<sup>20</sup> Cfr. Escrito del Estado ante la CIDH de 19 de agosto de 2004 (expediente de prueba, folio 357).

<sup>21</sup> En dicha oportunidad el Estado argumentó que "el conflicto de tierras de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra no se resolvió por la vía prevista en la Ley de Conciliación y Arbitraje, sino ante una Comisión Interinstitucional Ad-hoc y representantes de la ODECO y OFRANEH, que realizó el avalúo de las mejoras útiles introducidas por dicha Comunidad Garífuna y agregó un presupuesto para gastos administrativos, por lo que ese acuerdo lo hemos considerado equivalente a la CONCILIACIÓN EXTRAJUDICIAL, a fin de que los interesados pudieran hacer uso de la vía administrativa, tal como está previsto en la Ley de Procedimiento Administrativo [...] estableciéndose expresamente en el texto del artículo 146, que no se podrá demandar judicialmente, en materia de Derecho Privado al Estado, sin previo reclamo administrativo presentado ante el Titular del órgano o de la entidad respectiva. [...] El acuerdo extrajudicial aludido, de ninguna manera debe entenderse como el "agotamiento de recursos internos" contenido en el [artículo] 46, inciso 1.a de la Convención Americana [sobre] Derechos Humanos." Cfr. Escrito del Estado ante la CIDH de 28 de octubre de 2004 (expediente de prueba, folios 331 y 332).

administrativo mediante el cual se pudiera exigir el pago de una indemnización. Al respecto, la Corte concuerda con la Comisión en el sentido de que la referencia del Estado al recurso administrativo para la obtención del pago de la indemnización, primeramente no resultaba un recurso idóneo respecto de la pretensión de la Comunidad de recuperar su territorio ocupado ni se trataba de una indemnización que la comunidad pudiera reclamar a en su favor.

32. Por otra parte, este Tribunal estima que las referencias al agotamiento de recursos internos realizadas por el Estado en su escrito de contestación del caso fue genérica, sin señalar cuáles eran los recursos que podían ser interpuestos por las presuntas víctimas ni las autoridades nacionales que resultarían competentes para resolverlas. En este sentido, la Corte recuerda que la invocación por el Estado de la existencia de un recurso interno no agotado debe no sólo ser oportuna, sino también clara, identificando el recurso en cuestión y también cómo el mismo permitiría proteger a las personas en la situación que se hubiere denunciado<sup>22</sup>. En este sentido, la Corte desestima la excepción preliminar interpuesta.

33. Por otra parte, respecto de la excepción preliminar relacionada con la falta de agotamiento de los recursos internos con motivo de la muerte de Félix Ordóñez Suazo, la Corte constató lo siguiente: i) que la petición inicial ante la Comisión fue presentada el 29 de octubre de 2003; ii) que la muerte del señor Félix Ordóñez Suazo ocurrió el 11 de junio de 2007; iii) que los peticionarios informaron a la Comisión del fallecimiento del señor Ordóñez al día siguiente de haber ocurrido el hecho; iv) que en el Informe de Fondo la Comisión se refirió a la muerte de Félix Ordóñez Suazo y a la respectiva investigación penal; iv) que el Estado señaló en su escrito de contestación que el proceso penal respectivo aún se encontraba en las primeras diligencias investigativas, sin que se presentara justificación sobre el retraso indicado, y v) que el Estado no ha informado a la Corte respecto de avances adicionales en las investigaciones relacionadas con la muerte del señor Ordóñez.

34. En virtud de lo anterior, tomando en consideración que de acuerdo con el Estado el proceso penal se encuentra en las primeras diligencias investigativas, a pesar de haber transcurrido aproximadamente 8 años desde el inicio del mismo, la Corte estima que, en el presente caso, se configura la excepción al agotamiento de los recursos internos establecida en el artículo 46.2.c), con fundamento en el retardo injustificado de las investigaciones penales. Por lo tanto, la Corte desestima la excepción preliminar interpuesta por el Estado y se pronuncia al respecto en el apartado de fondo correspondiente (*infra* párrs. 291 a 302).

## V

### RECONOCIMIENTO PARCIAL DE RESPONSABILIDAD POR PARTE DEL ESTADO

#### A. Argumentos de las partes y de la Comisión

35. El **Estado**, en su escrito de contestación, manifestó que se "allan[aba] parcialmente al hecho y pretensión consistente en el pago de las mejoras para sanear el derecho de propiedad de la Comunidad [Garífuna] de Punta Piedra sobre su territorio, en razón que en el presente caso el Estado de Honduras ha mantenido una posición objetiva y coherente, en el sentido que no está en discusión tal derecho, ni la entrega de un título jurídico que reconozca el mismo, si no la obligación de garantizar

<sup>22</sup> Cfr. Caso de personas dominicanas y haitianas expulsadas, *supra*, párr. 30.

su posesión pacífica a través del saneamiento y su protección efectiva frente a terceros”.

36. En relación con los hechos, el Estado señaló que el “16 de diciembre de 1993 [...] le otorgó a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra el dominio pleno de ochocientas hectáreas con sesenta y cuatro áreas (800.64 ha). Posteriormente en fecha 6 de diciembre de 1999, le adjudicó dominio pleno de un predio rural [...] con una extensión superficial de mil quinientas trece hectáreas con cincuenta y cuatro áreas (1,513.54 ha) como ampliación[,] con fundamento a lo establecido en el artículo 14 del Convenio 169 de la OIT [...] en el reconocimiento de su derecho al hábitat funcional y que debido a la titulación *supra* indicada se originó el conflicto por la tenencia de la tierra con los habitantes de la Aldea Río Miel, que al momento de otorgar el último título se encontraban en posesión de 600 hectáreas”.

37. En relación con los argumentos de derecho, el Estado indicó que ha asegurado el derecho a la propiedad de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, con la “limitación de no garantizar su posesión pacífica a través del saneamiento”. Sin embargo, en sus conclusiones del escrito de contestación señaló que no vulneró el artículo 21 de la Convención Americana.

38. Sobre las medidas de reparación, el Estado propuso realizar nuevamente la actualización del avalúo de las mejoras introducidas por los pobladores de la Aldea de Río Miel y adicionalmente destinar una cantidad de entre cinco y seis millones de lempiras, para adquirir un predio con la finalidad de reubicar a los miembros de la Aldea de Río Miel. Asimismo, rechazó las demás reparaciones solicitadas por los representantes, ya que al momento del asentamiento los campesinos de la Aldea Río Miel ocupaban un territorio de aproximadamente 3.48 ha, y no de 600 ha como señalaron los representantes, lo que conlleva a reducir la pretensión de indemnizaciones por destrucción de cultivos.

39. Durante la audiencia pública del caso, el Estado manifestó que “nunca ha reconocido y no reconoce haber violentado el derecho de propiedad de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra”. Asimismo, realizó las siguientes propuestas: i) “que la Comunidad Garífuna de Punta Piedra acceda que el Estado [...] le pague la tierra que actualmente ocupan los pobladores de Río Miel y que esa tierra pase a ser propiedad de los pobladores de Río Miel”; ii) “que la Comunidad Garífuna de Punta Piedra acceda que el Estado [...] le entregue un área de tierra equivalente a la que ocupan los pobladores de Río Miel en otro lugar contiguo a su anterior título”, o iii) “que la comunidad de Río Miel [...] pague a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra un canon anual por la tierra que ellos ocupan”.

40. Posteriormente, en sus alegatos finales escritos, en primer lugar, el Estado sostuvo que “ante los reclamos de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, asumió la obligación de sanear la tierra a ellos otorgada”. También señaló que no ha violentado el derecho de propiedad de la Comunidad de Punta Piedra ya que desde la emisión del título de ampliación estableció con claridad que el dominio pleno les correspondía sobre el área que ocupaban, y no sobre las áreas ocupadas por los pobladores de Río Miel. Sin embargo, en el mismo escrito, el Estado indicó que de conformidad con la legislación hondureña es obligación del otorgante de un título de propiedad sanear los vicios del inmueble objeto de la transacción, por lo que en el presente caso dicha obligación le competía al Estado de Honduras.

41. Por su parte, la **Comisión** manifestó “que el Estado presentó un ‘allanamiento’ respecto de un hecho del caso –esto es, que no se garantizó la posesión pacífica del territorio a través del saneamiento– y una pretensión relacionada con el pago de mejoras. Sin embargo, del lenguaje utilizado por el Estado no resulta claro si dicho ‘allanamiento’ incluye las consecuencias jurídicas del referido hecho”.

42. Los **representantes** señalaron que “el Estado parece reconocer que no cumpl[ió] con la obligación de garantizar la posesión efectiva, sin embargo concluye que no violentó el artículo 21 de la Convención [...], por lo que no se comprende si se allana o no pues en materia de pueblos indígenas esa garantía de posesión es parte fundamental del derecho de propiedad colectiva. [S]in embargo entend[ieron] que el Estado reconoc[ió] el hecho de que no efectuó el saneamiento necesario para la posesión pacífica del territorio reconocido”.

### **B. Consideraciones de la Corte**

43. De conformidad con los artículos 62 y 64 del Reglamento, y en ejercicio de sus poderes de tutela judicial internacional de derechos humanos, cuestión que trasciende la voluntad de las partes<sup>23</sup>, incumbe al Tribunal velar porque los actos de allanamiento resulten aceptables para los fines que busca cumplir el sistema interamericano para la protección de los derechos humanos. En esta tarea no se limita únicamente a constatar, registrar o tomar nota del reconocimiento efectuado por el Estado, o a verificar las condiciones formales de los mencionados actos, sino que los debe confrontar con la naturaleza y gravedad de las violaciones alegadas, las exigencias e interés de la justicia, las circunstancias particulares del caso concreto y la actitud y posición de las partes, de manera tal que pueda precisar, en cuanto sea posible y en el ejercicio de su competencia, la verdad de lo acontecido<sup>24</sup>. En tal sentido, el reconocimiento no puede tener por consecuencia limitar, directa o indirectamente, el ejercicio de las facultades de la Corte de conocer el caso que le ha sido sometido y decidir si, al respecto, hubo violación de un derecho o libertad protegidos en la Convención<sup>25</sup>.

44. En cuanto al reconocimiento de hechos, la Corte constata que en su escrito de contestación, el Estado afirmó que otorgó dos títulos de propiedad en dominio pleno a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, el primero con una extensión de ochocientas hectáreas con sesenta y cuatro áreas (800.64 ha), y el segundo con una extensión de mil quinientas trece hectáreas con cincuenta y cuatro áreas (1,513.54 ha). Asimismo, reconoció que no saneó el territorio otorgado a la Comunidad, en virtud de que los habitantes de la Aldea Río Miel se encontraban en posesión de parte de éste. No obstante, se contradijo respecto de la cantidad de territorio que se encontraba ocupado por terceros, primeramente señalando una ocupación de 600 hectáreas, y luego manifestando que la ocupación era de 3.48 hectáreas (*supra* párrs. 36 y 38).

45. Al respecto, la Corte estima que dicho reconocimiento de hechos produce plenos efectos jurídicos de acuerdo con los artículos 62 y 64 del Reglamento de la Corte. Sin embargo, si bien ha cesado en parte la controversia sobre los hechos anteriormente

---

<sup>23</sup> Cfr. *Caso Huilca Tecse Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 3 de marzo de 2005. Serie C No. 121, párr. 42, y *Caso Gonzales Lluy y otros, supra*, párr. 49.

<sup>24</sup> Cfr. *Caso Kimel Vs. Argentina. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 2 de mayo de 2008. Serie C No. 177, párr. 24, y *Caso Gonzales Lluy y otros, supra*, párr. 49.

<sup>25</sup> Cfr. *Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 25 de noviembre de 2003. Serie C No. 101, párr. 105, y *Caso Gonzales Lluy y otros, supra*, párr. 49.

señalados, así como sobre la falta de saneamiento, tomando en consideración que el Estado rechazó los demás hechos del marco fáctico, la Corte estima pertinente realizar una determinación amplia y detallada de los mismos, observando aquellos que fueron reconocidos, toda vez que ello contribuye a la reparación de las víctimas y a evitar que se repitan hechos similares<sup>26</sup>.

46. En cuanto al posible reconocimiento por la violación de derechos, el Estado reconoció que “no garantiz[ó] [la] posesión pacífica [del territorio de la Comunidad] a través del saneamiento” (*supra* párr. 37), y que “al momento de otorgar el Título de Propiedad en Dominio Pleno a favor de la Comunidad Garífuna de Punt[a] Piedra por intermedio del Instituto Nacional Agrario (en adelante, “INA”); no sane[ó] el área ocupada por los pobladores de la Aldea de Río Miel, [por lo que] el Título tenía un vicio en la tenencia de tierra”. Para la Corte, dicho reconocimiento acarrea consecuencias jurídicas que impactan en la violación del derecho a la propiedad de la Comunidad de Punta Piedra. Por lo tanto, la Corte analizará el alcance de las violaciones alegadas por la Comisión y los representantes en los capítulos que serán desarrollados (*infra* párrs. 180 a 202).

47. Finalmente, en cuanto a las pretensiones sobre reparaciones, la Corte toma nota que en un primer momento el Estado ofreció realizar una actualización del avalúo de las mejoras útiles y necesarias introducidas por los pobladores de Río Miel y destinar un monto económico para adquirir un predio con la finalidad de reubicar a los miembros de la Aldea de Río Miel. No obstante, durante la audiencia pública del caso cambió su postura con respecto a lo señalado en su escrito de contestación.

48. En este sentido, primeramente la propuesta del Estado se refería a una reubicación de los miembros de la Aldea de Río Miel que se encontraban en el territorio de la Comunidad de Punta Piedra. Sin embargo, las tres propuestas señaladas posteriormente durante la audiencia implicaban que los pobladores de Río Miel permanecieran en el territorio que fue titulado a la Comunidad de Punta Piedra.

49. En consecuencia, la Corte estima que subsiste la controversia presentada respecto de las posibles reparaciones del caso, y por lo tanto la Corte resolverá lo conducente.

## **VI CONSIDERACIONES PREVIAS**

50. En el presente Capítulo, la Corte realizará consideraciones previas sobre: a) el alegado desconocimiento por parte del Estado de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra como pueblo originario, y b) algunos elementos del marco fáctico relacionados con el Parque Nacional “Sierra Río Tinto”; el proyecto hidroeléctrico “Los Chorros”; las actividades de exploración petrolera por parte de la empresa “BG Group”, y la nueva Ley de Pesca.

---

<sup>26</sup> Cfr. *Caso Myrna Mack Chang, supra*, párr. 116, y *Caso Rodríguez Vera y otros (Desaparecidos del Palacio de Justicia) Vs. Colombia. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 14 de noviembre de 2014. Serie C No. 287, párr. 33.



## **A. Sobre el alegado desconocimiento por parte del Estado de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra como pueblo originario**

### **A.1 Argumentos de las partes y de la Comisión**

51. Durante la audiencia pública del presente caso, el **Estado** manifestó, que “la Comunidad Garífuna de Punta Piedra no es un pueblo originario de Honduras o de la región centroamericana. La tierra por ellos solicitada [...] era de la comunidad indígena misquita”. Como consecuencia de lo anterior, “[e]l derecho que tiene [sobre] la tierra que ocupa es exactamente igual al derecho a tierra que ocupan los pobladores de Río Miel y cualquier otro hondureño”. Posteriormente, en sus alegatos finales escritos, el Estado mantuvo que “la Comunidad Garífuna de Punta Piedra no es una comunidad originaria de Honduras o de la región, por lo cual no puede ser considerad[a] como un pueblo indígena”. Al respecto agregó que “por el hecho de no ser un pueblo originario no pueden invocar el derecho a tierras ancestrales”<sup>27</sup>.

52. Ante dichas afirmaciones, la **Comisión** resaltó que “ni en el marco de las reclamaciones internas por parte de la Comunidad ni el marco del trámite interamericano ante la Comisión, el Estado formuló controversias sobre el carácter indígena de ésta. En su escrito de contestación ante la Corte Interamericana el Estado tampoco presentó ningún cuestionamiento sobre el carácter indígena de la Comunidad. Es más, la [Comisión] observ[ó] que el título definitivo de propiedad otorgado por el Estado a la Comunidad en el año 1999 se basó en el artículo 14 del Convenio 169 de la OIT”. En consecuencia, la Comisión argumentó que en virtud de los cambios sustanciales en la posición del Estado ante la Corte, debería aplicarse el principio de *estoppel*.

53. Por su parte, los **representantes** señalaron que “[e]ste cambio de posición por parte del Estado [...] supone convertir el asunto en un caso de naturaleza individual y de derecho civil o agrario que provocaría perjuicio a [la Comunidad de Punta Piedra], por lo que consideramos debe aplicarse la regla del [*estoppel*] y darse por probada la condición indígena del pueblo Garífuna”.

### **A.2 Consideraciones de la Corte**

54. La Corte constata que en el título definitivo de propiedad de 1999, el Estado señaló como fundamento jurídico para la adjudicación del territorio, entre otros el Convenio 169 de la OIT<sup>28</sup>. Asimismo, en el Informe de Fondo, la Comisión señaló que “[e]l carácter indígena del pueblo Garífuna no ha sido controvertido por el Estado de Honduras en el presente caso”. A su vez, en el escrito de contestación ante la Corte, el Estado señaló que “reconoce que los [p]ueblos [i]ndígenas y [a]frohondureños, incluyendo la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, continúan enfrentando serios desafíos [...]”. Sin embargo, a partir de la audiencia pública celebrada el 2 de septiembre de 2014, el Estado argumentó, por primera vez durante la tramitación del caso ante el Sistema Interamericano, que la Comunidad Garífuna de Punta Piedra no era una comunidad originaria de Honduras o de la región, por lo cual

---

<sup>27</sup> Adicionalmente, mediante comunicación de 10 de noviembre de 2014 remitida a la Corte ese mismo día, el Estado señaló que no ha cambiado su posición en la medida en que en la legislación nacional diferencia entre los pueblos indígenas y afro hondureños o afro descendientes. En este contexto, estimó pertinente aclarar que “las comunidades garífunas se les considera comunidades diferenciadas pero no indígenas originarias”.

<sup>28</sup> Cfr. Título definitivo de propiedad de 6 de diciembre de 1999 (expediente de prueba, folio 26).

no podía ser considerada como un pueblo indígena ni podía invocar el derecho a tierras ancestrales.

55. Sobre la base de lo anterior, la Corte recuerda que el funcionamiento lógico y adecuado del Sistema Interamericano de Derechos Humanos implica que, en tanto "sistema", las partes deben presentar sus posiciones e información sobre los hechos en forma coherente y de acuerdo con los principios de buena fe y seguridad jurídica, de modo que permitan a las otras partes y a los órganos interamericanos una adecuada sustanciación de los casos<sup>29</sup>. Asimismo, según la práctica internacional cuando una parte en un litigio ha adoptado una actitud determinada que redunde en deterioro propio o en beneficio de la contraria, no puede luego, en virtud del principio del *estoppel*, asumir otra conducta que sea contradictoria con la primera<sup>30</sup>.

56. De esta forma, bajo los principios de *estoppel*, buena fe, equidad procesal y seguridad jurídica, en el presente caso la Corte considera que el Estado no puede variar de forma sustancial su posición respecto de lo planteado en los procedimientos internos, ante la Comisión Interamericana<sup>31</sup> y ante la Corte mediante su escrito de contestación, al presentar a partir de la audiencia pública ante la Corte una hipótesis relacionada con el desconocimiento de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra como pueblo indígena o tribal.

57. Por tanto, la Corte desestima este nuevo planteamiento presentado por el Estado, sin perjuicio de lo señalado en el capítulo de Hechos de la presente Sentencia.

## **B. Sobre la admisibilidad de algunos hechos del marco fáctico**

### **B.1 Exclusión de los hechos y alegatos relacionados con el Parque Nacional "Sierra Río Tinto"**

58. En el apartado correspondiente a los hechos probados de su Informe de Fondo de 21 de marzo de 2013, la **Comisión** observó que mediante el acuerdo 007-2011 del año 2011 del Instituto Nacional de Conservación y Desarrollo Forestal, Áreas Protegidas y Vida Silvestre, se declaró como área protegida al Parque Nacional "Sierra Río Tinto", y que éste presuntamente abarca parte del territorio Garífuna. Asimismo, a pesar de no haber otorgado consecuencias jurídicas a dicho hecho en el Informe de Fondo, durante la audiencia pública la Comisión señaló que "se creó una reserva forestal en parte del territorio de la comunidad sin consulta previa".

59. Al respecto, los **representantes** agregaron que el referido acuerdo fue publicado en la Gaceta el 5 de julio de 2011, y que si bien la declaratoria del Poder Ejecutivo no ha sido refrendada por el Congreso Nacional, para los representantes el hecho de que haya sido publicada en la Gaceta, es señal de que el Estado realizó actos jurídicos que atañen al territorio Garífuna.

---

<sup>29</sup> Cfr. *Caso Acevedo Jaramillo y otros Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 7 de febrero de 2006, Serie C No. 144, párr. 167, y *Caso Masacre de Santo Domingo Vs. Colombia. Excepciones Preliminares, Fondo y Reparaciones*. Sentencia de 30 de noviembre de 2012. Serie C No. 259, párr. 144.

<sup>30</sup> Cfr. *Caso Neira Alegría y otros Vs. Perú. Excepciones Preliminares*. Sentencia de 11 de diciembre de 1991. Serie C No. 13, párr. 29, y *Caso García y familiares Vs. Guatemala. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de noviembre de 2012. Serie C No. 258, párr. 31.

<sup>31</sup> Cfr. *Caso Neira Alegría y otros Vs. Perú, supra*, párr. 29, y *Caso Masacre de Santo Domingo, supra*, párr. 148.

60. En su escrito de contestación el **Estado** no se refirió al Parque Nacional "Sierra Río Tinto".

61. Durante la audiencia pública del caso la Corte solicitó a las partes que aportaran información precisa sobre la localización de dicho Parque Nacional y la cantidad de territorio de la Comunidad de Punta Piedra que se vería presuntamente afectada.

62. El 10 de noviembre de 2014 el Estado indicó que la ubicación del Parque Nacional no abarcaba el territorio titulado a favor de la Comunidad de Punta Piedra y aportó un mapa que precisaba dicha afirmación. Por su parte, a pesar de ser requerido reiteradamente por la Secretaría de la Corte<sup>32</sup>, los representantes no remitieron prueba que sustentara su posición.

63. Tomando en consideración la información aportada por el Estado como prueba para mejor resolver, y ante la ausencia de elementos que sustenten la posición de los representantes, la Corte constató que el Parque Nacional "Sierra Río Tinto" se encontraba ubicado fuera del territorio titulado a favor de la Comunidad de Punta Piedra. En este sentido, se observó que el territorio titulado a su favor se encuentra al norte del Río Tinto, mientras que el Parque Nacional Sierra Río Tinto se encuentra al sur de dicho río. Asimismo, el Tribunal carece de elementos probatorios adicionales que indiquen alguna otra vinculación entre el Parque Nacional "Sierra Río Tinto" y el territorio titulado a favor de la Comunidad.

64. Por lo tanto, la Corte excluye del análisis del presente caso los hechos y alegatos relacionados con la creación del Parque Nacional "Sierra Río Tinto".

### ***B.2 Solicitud de inclusión de hechos relacionados con el proyecto Hidroeléctrico "Los Chorros"; actividades de exploración y explotación petrolera, y la Ley de Pesca***

65. En su escrito de solicitudes y argumentos, presentado ante la Corte el 3 de enero de 2014, los **representantes** informaron sobre presuntos hechos que no se encontraban contemplados dentro del marco fáctico del Informe de Fondo presentado por la Comisión, los cuales consisten en: 1) la presunta construcción de la represa hidroeléctrica "Los Chorros" en el río Sico; 2) el comienzo de actividades de exploración y explotación por parte de la empresa petrolera "BG Group" en la plataforma continental frente a la Moskitia, y 3) la aprobación de un anteproyecto de Ley de Pesca en la Comisión de Dictamen del Congreso de Honduras. Posteriormente, durante la audiencia pública del presente caso, celebrada el 2 de septiembre de 2014, los representantes informaron que: 1) el proyecto de la represa hidroeléctrica "Los Chorros" fue anunciado en febrero de 2011 y presuntamente inundaría el margen sur del territorio ancestral de la Comunidad Punta Piedra; 2) en julio de 2014 se anunció el comienzo de actividades de exploración por parte de la empresa petrolera "BG Group", y 3) el 20 de agosto de 2014 se aprobó la Ley de Pesca que presuntamente permite la pesca industrial dentro de las 3 millas de la costa. Finalmente, en sus alegatos finales escritos, presentados ante la Corte el 2 de octubre de 2014, los representantes aportaron 3 notas periodísticas como prueba<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Cfr. Notas de la Secretaría de 24 de octubre, 3 y 19 de diciembre de 2014 (expediente de fondo, folios 589, 690 y 706).

<sup>33</sup> Sobre el el proyecto hidroeléctrico "Los Chorros" ver nota de prensa disponible en <http://www.newsinamerica.com/pgint.php?id=10908>. Sobre las actividades de exploración petrolera ver nota de prensa disponible en <http://www.elheraldo.hn/inicio/443116-331/bg-group-iniciara-exploracion->

66. Ni el **Estado** ni la **Comisión** emitieron observaciones al respecto.

67. Este Tribunal reitera que el marco fáctico del proceso ante la Corte se encuentra constituido por los hechos contenidos en el Informe de Fondo sometido a su consideración. En consecuencia, no es admisible que las partes aleguen nuevos hechos distintos a los contenidos en dicho informe, sin perjuicio de exponer aquellos que permitan explicar, aclarar o desestimar los que hayan sido mencionados en el mismo y hayan sido sometidos a consideración de la Corte. La excepción a este principio son los hechos calificados como supervinientes o cuando se tenga conocimiento de hechos o acceso a las pruebas sobre los mismos con posterioridad, siempre que se encuentren ligados a los hechos del proceso<sup>34</sup>.

68. En cuanto a la represa hidroeléctrica “Los Chorros”, en primer lugar, la Corte estima que su presentación no pretende explicar o aclarar la problemática central del caso, a saber, la falta de saneamiento del territorio titulado a favor de la Comunidad de Punta Piedra. En segundo lugar, si bien de acuerdo con los representantes los hechos ocurrieron en febrero de 2011, la Corte constató que la primera referencia que existe al respecto es de un escrito de 5 de junio de 2013 presentado por los representantes ante la Comisión Interamericana, en respuesta al Informe de Fondo emitido el 21 de marzo de 2013. Sobre la base de lo anterior, la Corte considera que los presuntos hechos relacionados con la represa hidroeléctrica “Los Chorros” no son supervinientes a la emisión del Informe de Fondo, ni se encuentran relacionados con los demás hechos del proceso. Por lo tanto, su inclusión dentro del marco fáctico del presente caso es inadmisibile.

69. Por otra parte, en relación con las actividades de exploración petrolera frente a las costas de la Moskitia y la aprobación de la Ley de Pesca en Honduras, la Corte estima que, de acuerdo con lo alegado por los representantes, los hechos son supervinientes en tanto ocurrieron con posterioridad a la emisión del Informe de Fondo. Sin embargo, la Corte considera que los alegados hechos no guardan relación con la problemática central del caso. Asimismo, el Tribunal carece de elementos probatorios suficientes que le permitan pronunciarse sobre las presuntas afectaciones que dichos hechos puedan tener sobre el territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra. Por consiguiente, su inclusión dentro del marco fáctico del presente caso es inadmisibile.

## **VII PRUEBA**

### **A. Prueba documental, testimonial y pericial**

70. La Corte recibió diversos documentos presentados como prueba por la Comisión, los representantes y el Estado, adjuntos a sus escritos principales (*supra* párrs. 2.g, 5 y 6). De igual forma, la Corte recibió de las partes documentos solicitados por este Tribunal como prueba para mejor resolver, de conformidad con el artículo 58 del Reglamento (*supra* párrs. 13 y 15) y recibió algunos documentos con posterioridad a la realización de la diligencia *in situ* (*infra* párr. 73). Además, la Corte recibió las

---

petrolera-en-la-mosquitia-de-honduras. Sobre la aprobación de la Ley de Pesca ver nota de prensa disponible en <http://www.latribuna.hn/2014/08/20/sustituyen-nueva-ley-de-pesca/>.

<sup>34</sup> Cfr. Caso “Cinco Pensionistas” Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 28 de febrero de 2003. Serie C No. 98, párr. 153, y Caso Rodríguez Vera y otros (Desaparecidos del Palacio de Justicia), *supra*, párr. 47.

declaraciones de: 1) los testigos Jesús Ramón Flores y Everardo Díaz Bonilla, propuestos por el Estado; 2) el peritaje del experto Christopher Loperena, propuesto por los representantes; 3) las declaraciones de las presuntas víctimas Antonio Bernárdez Suazo; Armando Castillo Núñez; Dionisia Ávila Castillo; Edelberta Ávila Castillo; Edito Suazo Ávila; Guillermo Martínez Batiz; Joaquín Thomas Rodríguez; Paulino Mejía Castillo; Santos Ávila Castillo, y Santos Celi Suazo Castillo, propuestas por los representantes, y 4) el peritaje del experto James Anaya, propuesto por la Comisión. En cuanto a la prueba rendida en audiencia pública, la Corte escuchó las declaraciones de presuntas víctimas Lidia Palacios y Doroteo Thomas Rodríguez, propuestas por los representantes. Asimismo, la Corte trasladó el peritaje del señor José Aylwin previamente rendido en el *Caso Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros Vs. Honduras*<sup>35</sup>.

## **B. Admisión de la prueba**

### **B.1 Admisión de la prueba documental**

71. En el presente caso, como en otros, la Corte admite aquellos documentos presentados por las partes y la Comisión en la debida oportunidad procesal que no fueron controvertidos ni objetados, ni cuya autenticidad fue puesta en duda<sup>36</sup>. Los documentos solicitados por la Corte, que fueron aportados por las partes con posterioridad a la audiencia pública y a la diligencia *in situ*, son incorporados al acervo probatorio en aplicación del artículo 58 del Reglamento (*supra* párrs. 15 y 19).

72. En cuanto a las notas de prensa, la Corte ha considerado que podrán ser apreciadas cuando recojan hechos públicos y notorios o declaraciones de funcionarios del Estado, o cuando corroboren aspectos relacionados con el caso. En consecuencia, la Corte decide admitir los documentos que se encuentren completos o que, por lo menos, permitan constatar su fuente y fecha de publicación<sup>37</sup>.

73. Asimismo, en aplicación de lo establecido en el artículo 58 del Reglamento de la Corte, se incorporó al expediente del caso, entre otros, lo siguiente: 1) el Informe de AAAS sobre los cambios ocurridos en el territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra desde 1993 hasta la actualidad; 2) el Reglamento de la Ley de Propiedad de Honduras; 3) el Acuerdo Ejecutivo 035-2001 de 28 de agosto de 2001; 4) el expediente No. 6714-2003 referente a la denuncia de usurpación contra Luis Portillo en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo<sup>38</sup>, y 5) cinco testimonios de escrituras públicas relacionados con presuntas ventas de territorios ubicados en la Aldea de Río Miel.

---

<sup>35</sup> Los objetos de estas declaraciones se encuentran establecidos en la Resolución de la Presidencia de 31 de julio de 2014, *supra* párr. 10.

<sup>36</sup> *Cfr. Caso Velásquez Rodríguez, Fondo, supra*, párr. 140, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros Vs. Chile. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 02 de septiembre de 2015. Serie C No. 300, párr. 12.

<sup>37</sup> *Cfr. Caso Velásquez Rodríguez, Fondo, supra*, párr. 146, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros, supra*, párr. 41. Al respecto, se aportaron las notas de prensa señaladas en el párrafo 65.

<sup>38</sup> La Corte constata que en el Informe de Fondo la Comisión se refirió a las denuncias interpuestas a nivel interno y a la falta de investigación por parte del Estado en perjuicio de los miembros de la Comunidad de Punta Piedra. Asimismo, el Estado señaló durante el procedimiento ante la Corte, la existencia de una denuncia de usurpación interpuesta por Félix Ordóñez Suazo contra Luis Portillo en el año 2003. Respecto a estos hechos, la Corte estima que la información brindada por el Estado sobre la existencia de la denuncia de usurpación, complementa y aclara las actuaciones a nivel interno, las cuales forman parte del marco fáctico del referido dicho Informe de Fondo (*infra*, párrs. 133 a 136).

### **B.2 Admisión de la prueba testimonial y pericial**

74. La Corte estima pertinente admitir las declaraciones rendidas durante la audiencia pública, ante fedatario público y ante autoridades tradicionales, en cuanto seajusten al objeto definido por el Presidente en la Resolución que ordenó recibirlos (*supra* párrs. 10 y 12) y al objeto del presente caso. Asimismo, la Corte admite las manifestaciones recibidas durante la diligencia *in situ*.

### **B.3 Admisión de la prueba relacionada con actividades de exploración minera**

75. Mediante comunicación de 25 de febrero de 2015 los representantes informaron a la Corte sobre actividades de exploración y extracción minera que se pretendían realizar en parte del territorio de la Comunidad de Punta Piedra. Como prueba de lo anterior, aportaron un documento denominado "Declaración Anual Consolidada DAC-2014", elaborado por la Corporación Minera CAXINA S.A., con fecha de 27 de enero de 2015. Dicho documento indica que el 4 de diciembre de 2014, la Corporación Minera CAXINA S.A. recibió el derecho minero de exploración No. 105/12/2014, para el desarrollo de actividades en la concesión minera "Punta Piedra II", sobre una extensión de 800 ha y por un período de 10 años. La documentación aportada por los representantes fue transmitida a la Comisión y al Estado para que remitieran sus observaciones. Asimismo, durante la visita *in situ*, la Corte recibió un mapa al respecto por parte del Estado y visitó uno de los puntos donde se estarían realizando las actividades de exploración minera.

76. Tomando en consideración la información aportada por los representantes, así como las observaciones de la Comisión y el Estado, la Corte considera que los hechos alegados respecto de la "Concesión minera no metálica Punta Piedra II" ocurrieron con posterioridad a la presentación del escrito de solicitudes y argumentos y a la realización de la Audiencia Pública del presente caso. En este sentido, la Corte estima que, con fundamento en lo establecido en artículo 57.2 del Reglamento de la Corte, la prueba e información fue presentada como hechos supervinientes y en consecuencia determina su admisión y se referirá al respecto en el Capítulo de Hechos Probados (*infra* párrs. 125 a 129).

### **C. Valoración de la prueba**

77. Con base en su jurisprudencia constante respecto de la prueba y su apreciación<sup>39</sup>, la Corte examinará y valorará los elementos probatorios documentales remitidos por las partes y la Comisión, las declaraciones, testimonios y dictámenes periciales, así como la prueba para mejor resolver solicitada e incorporada por este Tribunal, al establecer los hechos del caso y pronunciarse sobre el fondo. Para ello se sujeta a los principios de la sana crítica, dentro del marco normativo correspondiente, teniendo en cuenta el conjunto del acervo probatorio y lo alegado en la causa<sup>40</sup>.

78. Asimismo, conforme a la jurisprudencia de este Tribunal, las declaraciones rendidas por las presuntas víctimas no pueden ser valoradas aisladamente, sino dentro

<sup>39</sup> Cfr. Caso de la "Panel Blanca" (Paniagua Morales y otros) Vs. Guatemala. Fondo. Sentencia de 8 de marzo de 1998. Serie C No. 37, párrs. 69 a 76, y Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros, *supra*, párr. 16.

<sup>40</sup> Cfr. Caso de la "Panel Blanca" (Paniagua Morales y otros), Fondo, *supra*, párr. 76, y Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros, *supra*, párr. 16.

del conjunto de las pruebas del proceso, en la medida en que pueden proporcionar mayor información sobre las presuntas violaciones y sus consecuencias<sup>41</sup>.

79. Las declaraciones, así como la información y documentación recibida durante la diligencia *in situ* serán valorados en consideración de las circunstancias particulares en la que fueron producidos<sup>42</sup>. Al respecto, la Corte incorporó al expediente del caso el video que contiene las imágenes recabadas por el Estado durante la diligencia *in situ* y lo transmitió a las partes.

80. Respecto de la documentación remitida junto con las observaciones de las partes a la visita, la Corte las analizará de acuerdo con las reglas de la sana crítica y en tanto complementen los objetivos particulares de la visita.

## **VIII HECHOS**

81. En este capítulo se establecerán los hechos del presente caso, con base en el marco fáctico sometido a conocimiento de la Corte por la Comisión, tomando en consideración el acervo probatorio, así como lo alegado por los representantes y el Estado. De esta forma, los hechos serán expuestos en los siguientes apartados: 1) el Pueblo Garífuna en Honduras y la Comunidad Garífuna de Punta Piedra; 2) el reconocimiento y titulación por el Estado del territorio de la Comunidad de Punta Piedra; 3) la ocupación de los pobladores de la Aldea de Río Miel en el territoriotitulado a favor de la Comunidad de Punta Piedra; 4) las gestiones realizadas para lograr el saneamiento del territorio de la Comunidad de Punta Piedra; 5) la concesión minera no metálica "Punta Piedra II", y 6) las denuncias interpuestas a nivel interno derivadas de la situación de conflicto existente entre la Comunidad de Punta Piedra y los pobladores de Río Miel.

### **A. El Pueblo Garífuna en Honduras y la Comunidad Garífuna de Punta Piedra**

#### **A.1 Antecedentes**

82. Honduras tiene una composición multiétnica y pluricultural, y está integrada principalmente por personas mestizas, indígenas y afrodescendientes. Existen estimaciones diversas sobre el número total de la población que compone el Pueblo Garífuna en Honduras. De acuerdo al censo realizado por el Instituto Nacional de Estadística en 2001, aproximadamente 49.000 personas se auto-identificaron como garífunas<sup>43</sup>, mientras que otras fuentes estiman una población aproximada de 98.000 personas<sup>44</sup>, aunque otras, han estimado de forma diferente el número de garífunas<sup>45</sup>.

---

<sup>41</sup> Cfr. *Caso Loayza Tamayo Vs. Perú. Fondo*. Sentencia de 17 de septiembre de 1997. Serie C No. 33, párr. 43, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros, supra*, párr. 16.

<sup>42</sup> Cfr. *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y Reparaciones*. Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245, párr. 49.

<sup>43</sup> Cfr. Panel de Inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras. Informe No. 39933-HN, 12 de junio de 2007, p. 17, párr. 74. Disponible en: <http://siteresources.worldbank.org/EXTINSPECTIONPANEL/Resources/HondurasFINALINVESTIGATIONREPORTSpanishTrad.pdf>.

<sup>44</sup> Cfr. Panel de Inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras, *supra*, p. 17, párr. 74, refiriéndose respecto del número de 98.000 personas a un estudio del *Central American and Caribbean Research Council* (CACRC) de 1993, y Pobreza étnica en Honduras, Uta von Gleich y Ernesto Gálvez. Unidad de Pueblos Indígenas y Desarrollo

83. El origen del Pueblo Garífuna data del siglo XVIII, de la unión de africanos provenientes de barcos españoles que naufragaron en la Isla San Vicente en 1635 y los amerindios que habitaban la zona desde antes de la colonización, siendo estos los pueblos indígenas de Arawak y Kalinagu. De la unión de estos pueblos emergieron los Karaphunas, quienes una vez que Gran Bretaña tomó el control de la Isla San Vicente en 1797, fueron deportados a la Isla Roatán y de ahí emigraron a tierra firme en el territorio de lo que hoy es Honduras, asentándose a lo largo de la costa norte hondureña y hacia la costa del Caribe, Guatemala, Nicaragua y Belice<sup>46</sup>. Actualmente, el Pueblo Garífuna está conformado por aproximadamente 40 comunidades<sup>47</sup> que se extienden a lo largo del litoral atlántico o zona costera del Caribe, abarcando los departamentos de Cortés, Atlántida, Colón y Gracias a Dios, asimismo un número creciente de garífunas vive en ciudades como La Ceiba, Tela, Cortés, Trujillo, San Pedro Sula y Tegucigalpa<sup>48</sup>.

84. El Pueblo Garífuna constituye una cultura y un grupo étnico diferenciado, proveniente de un sincretismo entre indígenas y africanos, quienes han hecho valer sus derechos en Honduras como pueblo indígena. Los garífunas se identifican como un pueblo indígena heredero de los caribes insulares, con algunas manifestaciones culturales de origen africano, siendo la auto-identificación un criterio subjetivo, y uno

---

Comunitario. Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Departamento de Desarrollo Sostenible, Washington, D.C., septiembre de 1999, pp. 1 y 2. Disponible en <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd47/etnica.pdf>.

<sup>45</sup> Cfr. Panel de Inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras, *supra*, p. 17, párr. 74. Este informe hace referencia a que según el "Documento de Evaluación de Proyecto del proyecto financiado por el Banco, Honduras: Proyecto de Modernización del Poder Judicial" (Crédito de la AIF No. 4098-HO aprobado por el Directorio el 7 de julio de 2005) se estima que la población garífuna asciende a entre 100.000 y 190.000 personas. Cfr. Pobreza étnica en Honduras, Utta von Gleich y Ernesto Gálvez, *supra*, p. 2. Asimismo, de acuerdo a una nota de prensa de la OFRANEH de septiembre de 2013, conforme a un boletín emitido por el INA, con posterioridad al censo nacional existían 49,952 garífunas. Esta nota de prensa señaló que dicho monto no era preciso ya que para esa fecha, habitaban la zona aproximadamente 200,000 garífunas. Cfr. Nota de prensa de la OFRANEH publicada el 18 de septiembre de 2013 titulada "Afrodescendientes o Garífunas: raza o cultura". Disponible en: <https://ofraneh.wordpress.com/2013/09/18/afrodescendientes-o-garifunas-raza-o-cultura/>. Esta nota de prensa cita el informe del Banco Mundial de febrero de 2006, titulado "Más allá de los promedios: Afrodescendientes en América Latina", disponible en: [http://siteresources.worldbank.org/INTLACAFROLATINSINSPA/Resources/Honduras\\_Final.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTLACAFROLATINSINSPA/Resources/Honduras_Final.pdf).

<sup>46</sup> Cfr. Panel de Inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras, *supra*, p. 19, párr. 82; Pobreza étnica en Honduras, Utta von Gleich y Ernesto Gálvez, *supra*, p. 35, y Presentación ante Sub-comisión para la promoción y protección de los derechos humanos. Grupo de Trabajo sobre las Minorías. ONU, 10ª Sesión. 1-5 de marzo de 2004. Disponible en: <http://www2.ohchr.org/english/issues/minorities/docs/OFRANEH3a.doc>.

<sup>47</sup> Cfr. Moción suscrita por los Diputados Olegario López Róchez, Erick Mauricio Rodríguez, Samuel Martínez, Jorge Leonidas García, entre otros y presentada con fecha 18 de abril de 2002 ante el Congreso Nacional (expediente de prueba, folio 5), y Declaración rendida ante fedatario público (*affidávit*) por el perito Christopher Loperena el 22 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 432). La moción en mención fue suscrita por un grupo de Diputados a fin de solicitarle al Congreso Nacional la aprobación de una partida presupuestaria de 13,168,982.84 lempiras en el Presupuesto General de Ingresos y Egresos de la República 2002, que estaba próximo a ser aprobado por la Asamblea Legislativa. Lo anterior, con el propósito de proceder al saneamiento del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra (pago de mejoras introducidas por los pobladores de Río Miel, quienes ocupaban parte del territorio titulado a favor de dicha comunidad), con base en el avalúo elaborado por el Instituto Nacional Agrario en el año 2001.

<sup>48</sup> Cfr. Panel de Inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras, *supra*, p. 19, párr. 82, refiriéndose a 38 comunidades; Pobreza étnica en Honduras, Utta von Gleich y Ernesto Gálvez, *supra*, folio 2 y 36, refiriéndose a 40 poblados, 36 de ellos de población garífuna mayoritaria, y Presentación ante Sub-comisión para la promoción y protección de los derechos humanos. Grupo de Trabajo sobre las Minorías, *supra*, refiriéndose a 46 comunidades.



de los criterios principales y determinantes recogidos en el artículo 1.2 del Convenio 169 de la OIT, a fin de ser considerado como pueblo indígena o tribal<sup>49</sup>.

85. Asimismo, el artículo 1.1 del Convenio 169 de la OIT establece criterios objetivos<sup>50</sup> a efectos de describir a los pueblos que pretende proteger. En este sentido, la identidad del Pueblo Garífuna se ve reforzada por un lenguaje propio, que "pertenece a la familia de lenguas arawak"<sup>51</sup> y por sus formas de organización tradicional alrededor de manifestaciones culturales, como la danza y la música, que juegan un rol importante en la transmisión oral de su historia y tradiciones<sup>52</sup>.

86. El garífuna sostiene una relación especial con la tierra, los recursos naturales, el bosque, la playa y el mar. Éstos últimos, además de tener un valor fundamental para su subsistencia, están vinculados a su historia, ya que son fundamentales para sus

---

<sup>49</sup> El artículo 1.2 del Convenio 169 de la OIT establece el criterio subjetivo de auto-identificación, por lo que "[l]a conciencia de su identidad indígena o tribal deberá considerarse un criterio fundamental para determinar los grupos a los que se aplican las disposiciones del presente Convenio". Cfr. Organización Internacional del Trabajo (OIT), Convenio No. 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en los Países Independientes, adoptado el 27 de junio de 1989 y vigente desde el 5 de septiembre de 1991. Disponible en: [http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_ILO\\_CODE:C169](http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169).

Honduras ha ratificado el Convenio 169 el cual entró en vigor respecto de dicho Estado el 28 de marzo de 1995. Las fechas de ratificación de los Convenios de la OIT por parte de Honduras se encuentran disponibles en: [http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11200:0::NO::P11200\\_COUNTRY\\_ID:102675](http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11200:0::NO::P11200_COUNTRY_ID:102675). De igual manera, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, en su artículo 33.1 establece que "los pueblos indígenas tienen derecho a determinar su propia identidad o pertenencia conforme a sus costumbres y tradiciones". Cfr. Organización de las Naciones Unidas (ONU), Resolución de Asamblea General, A/Res/61/295, 13 de septiembre de 2007. Honduras votó a favor de la adopción de esta Declaración. Disponible en: [http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_es.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_es.pdf).

<sup>50</sup> Existen varios criterios que permiten construir lo que se entiende por "pueblo indígena" o "pueblo tribal". El artículo 1.1 del Convenio 169 de la OIT establece ciertos criterios objetivos, por lo que dispone que este se aplicará "a) a los pueblos tribales en países independientes, cuyas condiciones sociales, culturales y económicas les distingan de otros sectores de la colectividad nacional, y que estén regidos total o parcialmente por sus propias costumbres o tradiciones o por una legislación especial; b) a los pueblos en países independientes, considerados indígenas por el hecho de descender de poblaciones que habitaban en el país o en una región geográfica a la que pertenece el país en la época de la conquista o la colonización o del establecimiento de las actuales fronteras estatales y que, cualquiera que sea su situación jurídica, conservan todas sus propias instituciones sociales, económicas, culturales y políticas, o parte de ellas". Cfr. OIT, "Los Derechos de los Pueblos Indígenas y Tribales en la Práctica. Una Guía sobre el Convenio No. 169 de la OIT". Programa para promover el Convenio No. 169 de la OIT (PRO 169), Departamento de Normas Internacionales del Trabajo, 2009, pp. 9 y 10. Disponible en: [http://www.ilo.org/indigenous/Resources/Guidelinesandmanuals/WCMS\\_113014/lang--es/index.htm](http://www.ilo.org/indigenous/Resources/Guidelinesandmanuals/WCMS_113014/lang--es/index.htm). Asimismo, a efectos de identificar a los pueblos indígenas se debe tomar en cuenta sus estilos tradicionales de vida; su cultura y modo de vida diferentes a los de los otros segmentos de la población nacional (forma de subsistencia, el idioma, las costumbres, entre otros); su organización social e instituciones políticas propias, y vivir en continuidad histórica en un área determinada, o antes de que otros "invadieron" o vinieron al área. Cfr. Los Principios básicos del Convenio No. 169 de la OIT. Disponible en: <http://www.ilo.org/indigenous/Conventions/no169/lang--es/index.htm>.

<sup>51</sup> "La lengua garífuna pertenece a la familia de lenguas arawak y ha sobrevivido a siglos de persecución y dominación lingüística. Poseen una gran riqueza de úragas, relatos que se narraban durante las veladas o las grandes reuniones. Las melodías reúnen elementos africanos, amerindios y los textos constituyen una verdadera reserva de la historia y el saber tradicional de los garífunas sobre el cultivo de manioc, la pesca, la fabricación de canoas y la construcción de casas de barro cocido. Hay también un fuerte componente satírico en las canciones que se cantan al ritmo de los tambores y se acompañan de bailes en los que participan los espectadores". Cfr. UNESCO, Obra maestra del patrimonio oral e inmaterial de la humanidad, "La lengua, la danza y la música de los garífunas", p. 17. Disponible en: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001473/147344s.pdf>. Referenciado en el Informe de Fondo (expediente de fondo, folio 13, párr. 36).

<sup>52</sup> Cfr. UNESCO, Obra maestra del patrimonio oral e inmaterial de la humanidad, *supra*, p. 17. Referenciado en el Informe de Fondo (expediente de fondo, folio 13, párr. 36).

ceremonias religiosas y de conmemoración de su llegada por mar a Centroamérica<sup>53</sup>. Esta estrecha relación se refleja en la creencia de que “[l]a tierra es [la] madre”, por lo que no es posible desvincular la producción agrícola de la reproducción social y cultural<sup>54</sup>.

87. Las comunidades del Pueblo Garífuna mantienen los usos comunitarios tradicionales de la tierra y otros patrones de trabajo que reflejan sus orígenes, su hogar en la costa caribeña de Honduras y su cultura<sup>55</sup>. Según el perito Christopher Loperena “[h]istóricamente, los miembros de la comunidad se movían en grupos a la zona de producción agrícola y trabajaban la tierra de manera colectiva, pero hoy[,] [tras la ocupación de terceros de algunas de sus tierras], las comunidades [...] intentan [diseminar] el uso de la tierra para tratar de detener la usurpación de terrenos”, por lo que muchas comunidades han cambiado el manejo del territorio y han dejado el cultivo a través del barbecho colectivo, por el barbecho dispersado<sup>56</sup>.

88. La economía garífuna está conformada, entre otros, por la pesca artesanal, el cultivo de arroz, mandioca, banano, yuca y aguacate, así como la caza de pequeños animales del mar y del bosque, tales como ciervos, agutíes, tortugas y manatíes<sup>57</sup>.

89. El perito James Anaya, ex Relator Especial de la ONU por los derechos de los pueblos indígenas, indicó que:

“el Pueblo Garífuna tiene muchas de las mismas características que comparten aquellos otros grupos que indudablemente son pueblos indígenas originarios [...] [y que] [e]n la medida en que el Pueblo Garífuna comparte las características de aquellos grupos generalmente reconocidos como pueblos indígenas, se les debe aplicar los mismos estándares de protección de propiedad [...] que son aplicables a los pueblos indígenas dentro de la normativa internacional”. Asimismo señaló que “[a]ún si el Pueblo Garífuna no pudiera considerarse como un pueblo originario en Honduras [...] [e]n cualquier caso, [podría] calificarse como un pueblo tribal [...]

---

<sup>53</sup> Cfr. González, Nancie, *Sojourners of the Caribbean: Ethnogenesis and Ethnohistory of the garífunas*. University of Illinois Press, Urbana and Chicago, 1998. En: Panel de Inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras, *supra*, p. 23.

<sup>54</sup> Cfr. Declaración rendida ante fedatario público (*affidávit*) por el perito Christopher Loperena el 22 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 440), y declaración de Lidia Palacios durante la audiencia pública celebrada ante la Corte Interamericana el 2 de septiembre de 2014.

<sup>55</sup> Cfr. Panel de Inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras, *supra*, p. 21.

<sup>56</sup> Cfr. Declaración rendida ante fedatario público (*affidávit*) por el perito Christopher Loperena el 22 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folios 441 a 442). El barbecho es una técnica por la cual la tierra se deja sin sembrar o cultivar uno o varios ciclos con el propósito de recuperar y almacenar materia orgánica y humedad. Al respecto, el señor Doroteo Thomas, miembro de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, declaró durante la audiencia pública que “la comunidad nuestra [G]arífuna tiene la costumbre de hacer su trabajo al principio del año. Entonces, la comunidad trabaja en un sistema que nosotros le llamamos barbecho, porque no utilizamos sistemas técnicos [...] dejamos que la tierra descanse lo suficiente y que se abone así sola para volver a trabajar. La gente siempre la utilizaba pues decían, en tal año vamos a ir a tal parte a trabajar unos tres o cuatro años[,] mientras la otra parte descansaba. Cuando la comunidad, en aquel entonces ya estaba preparada para hacer sus [sembríos], entonces vinieron unos foráneos, [...] invadieron las tierras que estaban listas para sembrar [...]” [...] “[N]osotros teníamos varios tipos de trabajo, donde sembrábamos las tierras había zonas exclusivamente para sembrar arroz; otra parte que la teníamos para sembrar yuca, que es una de las siembras de las que vive la comunidad, y nosotros lo sembrábamos en grupos, como lo vuelvo a repetir, lo hacíamos como para no destruir los bosques o dejar descansar la tierra, lo hacíamos en forma de barbecho. [C]uando hablamos de forma de barbecho, dejamos descansar unos diez, doce años un terreno que se ha trabajado por cuatro años, para volver a regresar a ir dentro unos doce a trece años.”

<sup>57</sup> Cfr. *Mutatis mutandi Caso López Álvarez, supra*, párr. 54.1, y Panel de Inspección del Banco Mundial. Informe de Investigación sobre Programa de Administración de Tierras de Honduras, *supra*, pp. 21 a 25.

[por lo que la protección y estándares del Convenio 169 de la OIT], incluyendo aquellos relacionados con la propiedad, se aplican de igual manera a los pueblos indígenas o tribales<sup>58</sup>.

90. En específico, la Comunidad Garífuna de Punta Piedra es una de las comunidades que forma parte del Pueblo Garífuna y su población se ubica en el Municipio de Iruya, Departamento de Colón, a orillas del mar Caribe<sup>59</sup>. La Comunidad de Punta Piedra constituyó el primer asentamiento de la región del Pueblo Garífuna, cuyos fundadores se establecieron primero en Uraco, cerca del río *Mabougati* (nombre ancestral de Río Miel), para luego establecerse al este del río Miel, en lo que es la comunidad actual<sup>60</sup>. Las partes coinciden que la Comunidad de Punta Piedra fue establecida alrededor del año 1797<sup>61</sup>. Durante la audiencia pública del caso, un miembro de la Comunidad manifestó que la población de Punta Piedra estaría compuesta por aproximadamente 5,000 personas<sup>62</sup> en la actualidad, mientras que el Estado indicó que la misma estaría conformada por aproximadamente 64 familias, equivalente a 385 habitantes. Durante la visita *in situ* llevada a cabo en el territorio de la Comunidad, la señora Eduarda Ávila señaló que esta estaría conformada por 6,000 personas, entre ellos 400 niños en edad escolar.

91. Por otra parte, este Tribunal recuerda que el derecho a la propiedad colectiva reconocida por el artículo 21 de la Convención y el conjunto de derechos recogidos en el Convenio 169 de la OIT, se aplican indistintamente a los indígenas o tribales, por lo que el desconocimiento del Estado de la Comunidad como un pueblo originario no tiene incidencia alguna en los derechos de los cuales esta y sus miembros son titulares ni en las obligaciones estatales correspondientes<sup>63</sup>. En este sentido, y con base en lo ya resuelto por este Tribunal (*supra* párrs. 54 a 57), la Corte analizará el caso teniendo presente la naturaleza de pueblo indígena o tribal de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra.

### **B. Reconocimiento y titulación por el Estado del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra**

92. En la década de 1920, el Estado otorgó a través de un título ejidal el derecho de uso y goce sobre un terreno de aproximadamente más de 800 ha a la Comunidad de Punta Piedra al amparo de normativa de naturaleza agraria, sin que exista precisión sobre el año exacto en que éste fue concedido<sup>64</sup>. El título ejidal no reconocía el derecho

---

<sup>58</sup> Cfr. Declaración rendida ante fedatario público (*affidávit*) por el perito James Anaya el 11 de septiembre de 2014 (expediente de fondo, folio 531).

<sup>59</sup> Cfr. Mapa de la ubicación geográfica de la Comunidad de Punta Piedra, elaborado por el INA el 12 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 11).

<sup>60</sup> Cfr. Declaración rendida ante fedatario público (*affidávit*) por el perito Christopher Loperena el 22 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folios 433 a 434).

<sup>61</sup> El perito en estudios antropológicos en la cultura y territorialidad Garífuna, Christopher Loperena, señaló que Punta Piedra se fundó en 1799. Cfr. Declaración rendida ante fedatario público (*affidávit*) por el perito Christopher Loperena el 22 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 433).

<sup>62</sup> Cfr. Declaración de Doroteo Thomas Rodríguez durante la audiencia pública celebrada ante la Corte Interamericana el 2 de septiembre de 2014.

<sup>63</sup> Honduras ratificó el Convenio 169 de la OIT y votó a favor de la aprobación de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos indígenas (*supra* párr. 84).

<sup>64</sup> Cfr. Comunicado público de OFRANEH de 12 de junio de 2007 donde se afirmó que la Comunidad de Punta Piedra contaba con un título ejidal que data de 1921 (expediente de prueba, folio 13). Por su parte, el Estado afirmó que “en fecha 26 de diciembre de 1922 [el Estado de Honduras] le otorgó a la Comunidad de Punta Piedra un derecho de uso y goce sobre su territorio mediante un título ejidal” (expediente de fondo, folio 570). Cfr. Testimonio de Doroteo Thomas: “[...] Los ancestros nos dejaron un documento por el terreno. [...] Este documento ancestral que tenemos lo dio el gobierno en el año 1921 [...]”. CIDH, Audiencia Pública

a la propiedad de la Comunidad de Punta Piedra. Posteriormente, de acuerdo con la información aportada por las partes, la Comunidad de Punta Piedra solicitó el reconocimiento de la propiedad de su territorio ancestral y la ampliación del mismo, por lo que el 13 de octubre de 1992 y el 8 de julio de 1999, respectivamente, se abrieron expedientes para otorgar dicha titulación<sup>65</sup>. Como consecuencia de ello, el Estado otorgó dos títulos de dominio pleno en favor de la comunidad, uno en 1993 y otro de ampliación en 1999.

### **B.1 Título definitivo de dominio pleno del año 1993 (800 ha 74 a 8 ca)**

93. El 13 de octubre de 1992 se inició el expediente No.25239 y el 16 de diciembre de 1993 el Instituto Nacional Agrario, transfirió "el dominio, posesión, servidumbre, anexidades, usos y demás derechos reales" a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, sobre el área correspondiente al título ejidal anteriormente concedido, abarcando una extensión de 800 ha 74 a y 8 ca, mediante título definitivo de propiedad<sup>66</sup>. El área titulada se ubica en el Municipio de Iriona, Departamento de Colón y colinda por el norte con el Mar Caribe. El título quedó inscrito en el Libro de Registro de la Propiedad, Hipotecas y Anotaciones Preventivas del Registro de la Propiedad y Mercantil de Colón, el 21 de enero de 1994<sup>67</sup>.

94. La Ley de Reforma Agraria<sup>68</sup> de diciembre de 1974 (en adelante, "ley dereforma agraria") y la Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrícola<sup>69</sup> (en adelante, "ley para la modernización agrícola") de 5 de marzo de 1992, constituyeron la base normativa para la titulación de este territorio<sup>70</sup>. El artículo 65 de la ley para la modernización agrícola, el cual modificó el artículo 92 de la ley de reforma agraria, establece que "[...] Las comunidades étnicas que acrediten la ocupación de las tierras donde estén asentadas, por el término no menor de tres años indicado en el artículo 15 reformado de esta ley, recibirán los títulos de propiedad en

---

de fecha 7 de marzo de 2006 sobre "Petición 1119/03-Comunidad Garífuna de Punta Piedra, Honduras", 124º periodo ordinario de sesiones de la CIDH (expediente de fondo, folio 15, nota al pie 21).

<sup>65</sup> Cfr. Título definitivo de propiedad en dominio pleno otorgado por el INA el 16 de diciembre de 1993, identificado con el expediente No. 25239, y Título definitivo de propiedad en dominio pleno otorgado por el INA el 6 de diciembre de 1999, identificado con el expediente No. 52147-10775 (expediente de prueba, folios 15 y 26, respectivamente).

<sup>66</sup> Cfr. Título definitivo de propiedad de 16 de diciembre de 1993, *supra*, el cual establece que: "[A]creditado en las diligencias contenidas en el [e]xpediente No. 25239 incoado con fecha octubre 13 de 1992 que la Comunidad Garífuna "Punta Piedra" reúne los requisitos de Ley para ser adjudicataria de tierra en la Reforma Agraria, por este acto otorga: Título Definitivo de Propiedad en Dominio Pleno" (expediente de prueba, folio 15).

<sup>67</sup> Cfr. Título definitivo de propiedad de 16 de diciembre de 1993, *supra* (expediente de prueba, folio 18).

<sup>68</sup> Cfr. Ley de Reforma Agraria, Decreto Ley No.170-74 de 30 de diciembre de 1974 (expediente de prueba, folios 1853 a 1905).

<sup>69</sup> Cfr. Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrícola, Decreto No.31-92 de 5 de marzo de 1992, la cual modificó algunos artículos de la Ley de Reforma Agraria (expediente de prueba, folios 2242 a 2279).

<sup>70</sup> El título de propiedad de 1993 también señaló como base normativa "[el artículo] 346 de la Constitución; los artículos 1, 5, 6, literal b), 7, 8, 135 literales b) e i), 144 literales a) y g) de la Ley de Reforma Agraria, y 15, 79 y 92 del mismo cuerpo legal reformados mediante Decreto 31-92 [la Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrícola]". Cfr. Título definitivo de propiedad de 16 de diciembre de 1993, *supra* (expediente de prueba, folio 15). El artículo 346 de la Constitución establece que "Es deber del Estado dictar medidas de protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas existentes en el país, especialmente de las tierras y bosques donde estuvieren asentadas" (expediente de fondo, folio181).

dominio pleno completamente gratis, extendidos por el Instituto Nacional Agrario en el plazo estipulado en el artículo 15 referido”<sup>71</sup>.

95. En este sentido, la adjudicación se realizó a título gratuito. Sin embargo, en el título se estableció que “[n]o obstante lo definitivo de este traspaso, el presente título queda sujeto a las condiciones siguientes: [a] que en caso de permitirse la venta o donación de lotes del terreno adjudicado, únicamente se autorice [esta] para proyectos turísticos debidamente aprobados por el Instituto Hondureño de Turismo y a descendientes de la Comunidad [É]tnica beneficiada; b) que se respete la integridad de los bosques para asegurar la existencia de las fuentes de agua, la calidad de las playas, así como la estabilidad de las laderas de pendientes fuertes y el hábitat de fauna local, preservándose así las condiciones naturales del lugar”<sup>72</sup>.

### **B.2 Título definitivo de dominio pleno del año 1999 (1,513 ha 54 a 45.03 ca)**

96. El 8 de julio de 1999 se inició el expediente No.52147-10775 en atención a la solicitud por parte de la Comunidad de Punta Piedra de ampliación del área originalmente adjudicada. Debido a ello, el 6 de diciembre de 1999, el INA otorgó a la Comunidad un título definitivo de propiedad, por medio del cual se le concedió el “dominio, posesión, servidumbre, anexidades, usos y demás derechos reales inherentes”, sobre un área adicional de 1,513 ha 54 a y 45.03 ca<sup>73</sup>, también ubicada en el Municipio de Iruya, Departamento de Colón, el cual colinda al norte con las tierras tituladas a la Comunidad de Punta Piedra en 1993. Este título quedó inscrito en el Libro de Registro de la Propiedad, Hipotecas y Anotaciones Preventivas del Registro de la Propiedad y Mercantil de Colón, el 3 de enero de 2000<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> Éste establece que “El Instituto Nacional Agrario exigirá la devolución de todos los terrenos rurales, nacionales o ejidales que estén ilegalmente en poder de particulares. No obstante lo anterior, quien acredite debidamente ante el mencionado Instituto, haber ocupado, por sí mismo y en forma pacífica, tierras nacionales o ejidales que estén siendo o hayan sido objeto de explotación durante un período no menor a tres años, tendrá derecho a que se le venda la correspondiente superficie, siempre que no exceda de doscientas hectáreas y que no se encuentre entre las exclusiones que establece el [ar]tículo 13 de esta Ley. El precio y las condiciones de esta venta serán determinados por el Instituto Nacional Agrario, de acuerdo con lo prescrito en el [ar]tículo 92 de esta Ley; si el precio no se pagara al contado, el saldo se garantizará con la hipoteca constituida sobre el predio vendido. En todo caso, el título de dominio pleno se otorgará y se inscribirá en el Registro de la Propiedad correspondiente a más tardar dentro de los seis meses siguientes a la fecha en que se formalice la venta. Se excluye del derecho al beneficio contemplado en este [ar]tículo aquellas personas que sean propietarias de uno o más predios rurales cuando su extensión sea igual o mayor al área indicada en el párrafo segundo de este [ar]tículo; si fuere menor, tendrán derecho a que se les adjudique y titule aquella porción de tierras nacionales o ejidales que estuvieren ocupando hasta completar la superficie indicada. Asimismo quedan excluidas del beneficio contemplado en este [ar]tículo, aquellas personas a quienes se les comprobare, a partir de la vigencia de la Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrícola que talen, descombran o rocen áreas de vocación forestal para convertirlas a usos agrícolas contrarios al uso racional, conservación y manejo de las áreas forestales. Lo establecido en esta norma será también aplicable a quienes estén ocupando un predio rústico nacional o ejidal con base en un título supletorio. El Instituto Nacional Agrario actuará de acuerdo con la Administración Forestal del Estado en los terrenos de vocación forestal con el fin de mantener su uso forestal”.

<sup>72</sup> Cfr. Título definitivo de propiedad de 16 de diciembre de 1993, *supra* (expediente de prueba, folio 16).

<sup>73</sup> Cfr. Título definitivo de propiedad de 6 de diciembre de 1999, *supra*, el cual establece que: “[A]creditado en las diligencias contenidas en el Expediente No.52147-10775 incoado con fecha 08/07/99 en que la Comunidad Garífuna de Punta Piedra reúne los requisitos de Ley para ser adjudicatario de tierra en la Reforma Agraria, por este acto otorga: “Título definitivo de propiedad en dominio pleno” (expediente de prueba, folio 26).

<sup>74</sup> Cfr. Título definitivo de propiedad de 6 de diciembre de 1999, *supra* (expediente de prueba, folio 28). Normativa adicional indicada en el título fue el artículo 346 de la Constitución de Honduras; los artículos 1,

97. La adjudicación se realizó a título gratuito y con base en la normativa citada anteriormente (*supra* párr. 94), así como en el artículo 14 del Convenio 169 de la OIT<sup>75</sup>. El título estableció expresamente que el mismo constituía un patrimonio inalienable de la comunidad, con excepción de transferencias de dominio que se realicen entre los mismos miembros de esta, sin que sea posible la venta a terceras personas naturales o jurídicas<sup>76</sup>.

98. Si bien el título otorgaba el dominio pleno sobre el territorio adjudicado, se estableció una primera cláusula de exclusión que señalaba que “[e]n el predio descrito queda comprendida una superficie de [46] ha, [12] a con [96.66] ca (46 [ha] 12 [a] 96.66 [ca]), que por estar tituladas en Dominio Pleno a favor de los señores: Ambrocio Thomas Castillo, con dos (2) predios, uno de 22 [ha] 65 [a] y 75.06 [ca] y otro de 3 [ha] 61 [a] 97.99 [ca]<sup>77</sup>, y Sergia Zapata Martínez, con un predio de 19 [ha] 85 [a] 23.61 [ca]<sup>78</sup>, [que] no forman parte de la presente adjudicación”<sup>79</sup>. Asimismo, el 22 de diciembre de 1999, mediante constancia emitida por el Jefe de Revisión General de Tierras del INA, se clarificó que si bien la Comunidad de Punta Piedra solicitó originalmente la ampliación del dominio pleno sobre 3,000 ha adicionales, el área delineada solo fue de 1,559 ha 67 a 41.69 ca, de las cuales se excluyeron los

---

5, 8, 135 literal b), 144 literales a) y g) de la Ley de Reforma Agraria, y 92 del mismo cuerpo legal reformado por ley para la modernización agrícola de 1992.

<sup>75</sup> Cfr. Título definitivo de propiedad de 6 de diciembre de 1999, *supra* (expediente de prueba, folio 26).

<sup>76</sup> “Este [t]ítulo de propiedad constituye un patrimonio inalienable de la Comunidad Beneficiaria, excepto en los casos en que la transferencia del dominio se haga con el propósito de construir vivienda y obras públicas a favor de los miembros de dicha Comunidad que carezcan de ella, así mismo la transferencia de dominio que hagan los propietarios de viviendas tiene que ser a favor de miembros de la Comunidad. En ambos casos tiene que haber aprobación de la Junta Directiva del Patronato[,] misma que debe constar en el Instrumento de Transferencia de Dominio. El Patronato tendrá derecho preferente para la adquisición del dominio de las viviendas que estén en venta, pero tampoco podrá vender a terceras personas naturales o jurídicas, solamente podrá hacerlo a los miembros de la [C]omunidad Garífuna beneficiaria”. Título definitivo de propiedad de 6 de diciembre de 1999, *supra* (expediente de prueba, folios 27 a 28).

<sup>77</sup> El señor Ambrocio Thomas Castillo cuenta con un título de propiedad emitido el 3 de marzo de 1994, por un área de 22 hectáreas, 65 áreas y 75.06 centiáreas (22 ha 65 a y 75.06 ca). Cfr. Título definitivo de propiedad en dominio pleno otorgado por el INA al señor Ambrocio Thomas Castillo el 3 de marzo de 1994 (expediente de fondo, folios 636 y 637). Asimismo, cuenta con un segundo título de dominio pleno emitido el 22 de julio de 1998, por un área de 3 hectáreas 61 áreas y 97.99 centiáreas (3 ha 61 a y 97.99 ca). Cfr. Título definitivo de propiedad en dominio pleno otorgado por el INA al señor Ambrocio Thomas Castillo el 22 de julio de 1998 (expediente de fondo, folios 634 y 635). A pesar de esto, el informe catastral de 2007 concluyó que el terreno con dominio pleno a favor de Ambrocio Thomas era de 68.06 hectáreas. Sin embargo, dicha información no coincide con los títulos de propiedad emitidos en su favor y proporcionados por el Estado. Cfr. Informe final del levantamiento catastral del área titulada en ampliación a favor de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra del 12 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 38).

Asimismo, si bien el título de ampliación de 1999 menciona dos predios titulados en favor de terceros, los representantes manifestaron que Ambrocio Thomas Castillo posee tres lotes adjudicados, un lote equivalente a un área de 22 hectáreas y fracción, otro lote de 75 hectáreas y fracción y finalmente un lote de 3 hectáreas y fracción. Respecto de Sergia Zapata Martínez, los representantes alegaron que posee un predio de 19 hectáreas y fracción. Por otra parte, los representantes explicaron que al no haberse anulado los títulos definitivos de propiedad, continúa vigente el derecho a favor de los terceros, y que el único medio con el que cuentan para anular las escrituras, son mecanismos de naturaleza civil que desconocen la dimensión colectiva y ancestral de los territorios indígenas. Si esta cantidad de hectáreas se refiere a un área ocupada en posesión de facto, pero no titulada, la Corte no cuenta con suficientes elementos probatorios para comprobar dichas afirmaciones.

<sup>78</sup> Por otro lado, la señora Sergia Zapata Martínez adquirió en propiedad del señor Beato Gonzalo Castillo Guity, mediante testimonio de compraventa, un predio de 19 hectáreas 85 áreas 23.61 centiáreas (19 ha 85 a y 23.61 ca). Cfr. Testimonio de transferencia de propiedad de 23 de abril de 1997 a favor de Sergia Zapata Ramírez (expediente de fondo, folios 625 a 627). El título original de propiedad a favor del señor Castillo Guity data de 19 de junio de 1996. Cfr. Título definitivo de propiedad en dominio pleno otorgado por el INA al señor Beato Gonzalo Castillo Guity el 19 de junio de 1996 (expediente de fondo, folio 630).

<sup>79</sup> Título definitivo de propiedad de 6 de diciembre de 1999, *supra* (expediente de prueba, folio 27).

territorios titulados a favor de los señores Ambrocio Thomas Castillo y Sergia Zapata Martínez, por lo que sólo 1,513 ha 54 a y 45.03 ca del total solicitado fueron ampliadas en favor de la Comunidad<sup>80</sup>.

99. Asimismo, el título de propiedad de 1999 estableció una segunda cláusula de exclusión, la cual señalaba que “[...] se excluyen de la adjudicación las superficies ocupadas y explotadas por personas ajenas a la Comunidad, reservándose el Estado el derecho de disponer de las mismas para adjudicarlas a favor de los ocupantes que reúnan los requisitos de ley<sup>81</sup>”. Dicha cláusula de exclusión no estableció la cantidad de hectáreas ocupadas por terceros.

100. En virtud de la segunda cláusula de exclusión, el señor Edito Suazo Ávila acudió en su carácter de Presidente y Representante Legal del Patronato Pro-Mejoramiento de la Comunidad de Punta Piedra (en adelante, “Patronato de la Comunidad de Punta Piedra”) a solicitar la rectificación de la misma, petición que fue resuelta a su favor, toda vez que en el acto, el Director Ejecutivo del INA reconoció haber incurrido en un “error involuntario al establecer en las condiciones del título”, la exclusión de las superficies ocupadas y explotadas por personas ajenas a la Comunidad de Punta Piedra. Por ello, el día 11 de enero de 2000 dicha cláusula se “elimin[ó] y qued[ó] sin ningún valor o efecto”<sup>82</sup>. Como consecuencia de dicha rectificación, el título de dominio pleno otorgado por el Estado a la Comunidad de Punta Piedra en 1999 abarcó la totalidad de la superficie entregada, manteniendo solamente la exclusión de la superficie titulada en favor de Ambrocio Thomas Castillo y Sergia Zapata Martínez (*supra* párr. 98).

101. Con base en lo señalado, el Estado otorgó a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra dos títulos de dominio pleno, tanto en el año 1993, como en 1999, de 800 ha 74 a 8 ca y de 1,513 ha 54 a 45.03 ca, respectivamente, ambos vigentes a la fecha, por un total de 2,314 ha y fracción.

### **C. La ocupación de los pobladores de la Aldea de Río Miel en el territorio titulado a favor de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra**

102. La ocupación de los territorios de la Comunidad de Punta Piedra por parte de terceros, según diversos testimonios, se habría iniciado a partir del año 1993, aproximadamente<sup>83</sup>, con la llegada de los primeros pobladores a la zona conocida como “Entreríos”, lugar del cual habrían emigraron en 1993 hacia tierras tradicionales

---

<sup>80</sup> Cfr. Constancia emitida por el Jefe de Revisión General de Tierras del Instituto Nacional Agrario de 22 de diciembre de 1999 (expediente de fondo, folio 632).

<sup>81</sup> Título definitivo de propiedad de 6 de diciembre de 1999, *supra* (expediente de prueba, folio 27). Los requisitos de ley se encuentran mencionados en la nota al pie de página 31.

<sup>82</sup> Rectificación del título definitivo de propiedad en dominio pleno otorgado por el INA el 11 de enero de 2000 (expediente de prueba, folio 23).

<sup>83</sup> La señora Lidia Palacios manifestó en audiencia pública que “cuando empezaron a llegar los invasores a nuestra comunidad, a nuestras tierras a invadirla fue en 1993”. Asimismo, el señor Doroteo Thomas señaló que “[e]l problema en Punta Piedra comienza desde el año 1993, por una invasión [...] lo que era de la Comunidad de Punta Piedra, había sido invadido por unos foráneos”. Declaración de Lidia Palacios durante la audiencia pública celebrada ante la Corte Interamericana el 2 de septiembre de 2014 y declaración de Doroteo Thomas Rodríguez durante la audiencia pública celebrada ante la Corte Interamericana el 2 de septiembre de 2014; Cfr. Declaraciones rendidas ante fedatario público (*affidavit*) por Dionisia Ávila Castillo y Edito Suazo Ávila el 20 de agosto de 2014 y el 21 de agosto de 2014, respectivamente (expediente de fondo, folios 464 y 488). Asimismo, el perito Christopher Loperena señaló que “la comunidad ladina de Río Miel se fundó en 1993”. Declaración rendida ante fedatario público (*affidavit*) por el perito Christopher Loperena el 22 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 440).

de cultivo ubicadas al margen del Río Miel, actual territorio titulado a favor de la Comunidad. Dicha ocupación dio lugar a la comunidad conocida hoy como "Río Miel", lo cual derivó en un problema de tenencia de tierras entre ambas comunidades<sup>84</sup>. Sin embargo, con base en el "Resumen de la Encuesta Socio Económica" de la Aldea de Río Miel, elaborado por el INA en junio de 2007, según dichos de los pobladores, al menos 32 ocupantes, así como sus dependientes, habrían habitado dicha zona desde el año 1987<sup>85</sup>. De igual manera, durante la diligencia *in situ*, algunas personas señalaron haber vivido en la zona desde hacía 30 años. Debido a ello, la Corte no puede constatar con exactitud el año en el cual aquellos pobladores (quienes también han sido llamados "ladinos"<sup>86</sup> por miembros de la Comunidad de Punta Piedra y en diversos escritos del Estado<sup>87</sup>) iniciaron su asentamiento en el territorio titulado a favor de la Comunidad de Punta Piedra, no obstante habría ciertos indicios de que existía permanencia de terceros anteriormente al otorgamiento del título de ampliación.

103. La Aldea de Río Miel está habitada en la actualidad por aproximadamente 400 personas, según lo señaló el señor Petronilo López, Presidente del Patronato de Río Miel durante el desarrollo de la visita del caso<sup>88</sup>. Dicha información concuerda con el Informe de Campo del Instituto Nacional Agrario de 9 mayo de 2013 (en adelante "informe de campo de 2013"), debido a que sus investigadores señalaron que los habitantes de la Aldea de Río Miel les manifestaron que estaba conformada por alrededor de 400 pobladores, entre niños y adultos<sup>89</sup>. Conforme a lo observado durante la diligencia *in situ*, la delegación de la Corte pudo observar la existencia de áreas de cultivo y ganaderas, las cuales estarían siendo explotadas por los aldeanos de Río Miel.

104. La Aldea de Río Miel es una comunidad que se encuentra asentada en la actualidad y cuenta con estructuras diversas, entre ellas una escuela, agua potable, vías de comunicación, iglesias de varias denominaciones, un campo de fútbol, y viviendas<sup>90</sup> construidas inicialmente con material local (tierra y madera, bajareque y paja) pero que han sido sustituidas progresivamente por viviendas construidas con material industrial<sup>91</sup>. Asimismo, "[d]esde el 2007 a [2013 se construyeron] 30 nuevas

---

<sup>84</sup> Cfr. Acta de compromiso de las Comunidades de Punta Piedra y Río Miel de 13 de diciembre de 2001 (expediente de prueba, folio 30).

<sup>85</sup> Cfr. Resumen de la Encuesta Socio Económica de la Aldea de Río Miel elaborado por el INA en junio de 2007 (expediente de prueba, folios 748 a 750).

<sup>86</sup> Si bien el término "ladinos" ha sido utilizado por miembros de la Comunidad de Punta Piedra y en diversos escritos del Estado, este Tribunal se referirá a los mismos de manera indistinta como "terceros ocupantes", "pobladores de Río Miel", "pobladores de la Aldea de Río Miel" y "campesinos de Río Miel".

<sup>87</sup> Cfr. Escrito del Estado de 25 de marzo de 2004, recibido por la Comisión el 31 de marzo de 2004 (expediente de prueba, folios 428 a 429).

<sup>88</sup> El Estado en su escrito de alegatos finales, señaló que Río Miel estaba conformada por aproximadamente 355 habitantes, con un total de 71 cabezas de familia. Sin embargo, de acuerdo con el "Consolidado de la Encuesta Socio Económica-Avalúo de Mejoras y Levantamiento Catastral" de junio de 2007, a dicha fecha los habitantes de la Aldea de Río Miel habrían sido aproximadamente 374 personas. Cfr. Consolidado de la Encuesta Socio Económica-Avalúo de Mejoras y Levantamiento Catastral elaborado por el INA en junio de 2007 (expediente de prueba, folios 756 a 758).

<sup>89</sup> Cfr. Informe de Campo del INA de 9 de mayo de 2013 (expediente de prueba, folios 1453 a 1454).

<sup>90</sup> Cfr. Memorandum presentado por la sección de Investigaciones Agronómicas y Avalúos al Ministro Director del INA el 5 de diciembre de 2006 (expediente de prueba, folios 63 a 65); Informe de Avalúo dirigido por el Investigador Agronómico al Ministro Director del INA el 23 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 93 a 94), e Informe de Campo del INA de 9 de mayo de 2013, *supra* (expediente de prueba, folios 1453 a 1454). Asimismo, existen fotografías de las diversas estructuras construidas en la Aldea de Río Miel, que acompañan a algunos de dichos informes.

<sup>91</sup> Cfr. Informe de Avalúo dirigido por el Investigador Agronómico al Ministro Director del INA el 23 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 93 a 100) e Informe de Campo del INA de 9 de mayo de 2013, *supra* (expediente de prueba, folios 1453 a 1454).



viviendas, lo que signific[ó] un crecimiento poblacional de un 29% [...]”, por lo que las conclusiones del informe de campo del INA de 2013 indicaron que “ha[bía] que ponerle mucha atención a la problemática de los pobladores debido al crecimiento poblacional a través del tiempo[,] tanto de sus viviendas[, como de] áreas de trabajadores”. De igual manera, dicho informe observó que los pobladores de Río Miel habían manifestado que estaban cumpliendo con el pago de “bienes inmuebles a la [A]lcaldía de Iriona, Colón [...]” y que “se ha[bían] venido haciendo transacciones de compras de viviendas y terrenos entre sí. Supuestamente con documentos de Dominio Util otorgados por la Municipalidad de Iriona”<sup>92</sup>.

105. Con posterioridad a la visita, el Estado remitió a la Corte copia de cincosupuestos títulos de propiedad en favor de personas en la Aldea de Río Miel correspondientes a los años 1991, 1992, 1993, 1998, y 2006<sup>93</sup>. Estos títulos no fueron presentados con anterioridad por el Estado ni se incluyeron en el levantamiento de los informes catastrales o en la cláusula de exclusión del título de propiedad de 1999. Por su parte, los representantes no controvirtieron la existencia ni la autenticidad de dichos títulos, e indicaron que su emisión era una muestra más de la falta de garantíasde inalienabilidad de los territorios ancestrales garífunas y la profunda ineficiencia del sistema de registro de propiedad en Honduras.

106. Con base en lo señalado, y de acuerdo con la prueba aportada, la Corte constata que existe coincidencia entre las partes respecto de que una porción del territorio titulado en favor de la Comunidad Punta Piedra se encuentra ocupado por terceros, los cuales en su gran mayoría, no gozan de título de propiedad alguno, a diferencia de Sergia Zapata Martínez y Ambrocio Thomas Castillo, quien presuntamente era garífunay habría vendido sus tierras a terceros (*supra* párr. 98). No obstante, existen versionesopuestas sobre la cantidad de hectáreas ocupadas por terceros sin instrumentos de dominio pleno, especialmente en relación con las más de 1,513 ha tituladas en 1999 (*infra* párr. 107).

---

<sup>92</sup> Informe de Campo del INA de 9 de mayo de 2013, *supra* (expediente de prueba, folios 1453 a 1454).

<sup>93</sup> Dichos títulos corresponden a: a) Testimonio del Instrumento Público 478, de fecha 22 de mayo de 1991, autorizado por el Notario Kenneth July Brooks, mediante el cual el señor Marcial Cacho Gutiérrez en su carácter de Alcalde Municipal de Iriona, Departamento de Colon, da en venta al señor Alejandro del Cid Alemán 10.000 ha de tierra ubicadas en la Aldea de Río Miel, el que se encuentra inscrito bajo el número 99 del tomo LXXIX del Registro de la Propiedad Inmueble y Mercantil del Departamento de Colón (expediente de fondo, folio 1157); b) Testimonio del Instrumento Público 324, de fecha 22 de octubre de 1992, autorizado por el Notario Kenneth July Brooks, mediante el cual el señor Marcial Cacho Gutiérrez en su carácter de Alcalde Municipal de Iriona, Departamento de Colon, da en venta al señor José Cupertino Melgar 10.000 ha de tierra ubicadas en la Aldea de Río Miel, el que se encuentra inscrito bajo el número 5 del tomo XCVII del Registro de la Propiedad Inmueble y Mercantil del Departamento de Colón (expediente de fondo, folio 1153); c) Testimonio del Instrumento Público 162, de fecha 1 de diciembre de 1993, autorizado por el Notario Público Rene Corea Cortes, mediante el cual el señor Bernardo Pastor en su carácter de Alcalde Municipal de Limón, Departamento de Colon, da en venta al señor José Abrahán Ramos Romero 97.61 ha de tierra ubicadas en la Aldea de Río Miel, el que se encuentra inscrito bajo el número 69 del tomo CXXVII del Registro de la Propiedad Inmueble y Mercantil del Departamento de Colon (expediente de fondo, folio 1144); d) Testimonio de Título extendido por el señor Anibal Delgado Fiallos en su carácter de Director Ejecutivo del Instituto Nacional Agrario en fecha 30 de junio de 1998, mediante el cual da en Dominio Pleno al señor José Antonio Santiago Lemus 45.96 ha de tierra ubicadas en la Aldea de Río Miel, el que se encuentra inscrito bajo el número 77 del tomo 316 del Registro de la Propiedad del Inmueble y Mercantil del Departamento de Colon (expediente de fondo, folio 1163), y e) Testimonio del Instrumento Público 422, de fecha 1 de noviembre de 2006, autorizado por el Notario Isidoro Palma Florentino, mediante el cual el señor Juan Francisco Cruz da en venta al señor Dionisio Mejía Sánchez 60 ha de tierra ubicadas en la Aldea de Río Miel, el que se encuentra inscrito bajo el número 12 del tomo 656 del Registro de la Propiedad Inmueble y Mercantil del Departamento de Colon (expediente de fondo, folio 1139).

107. En virtud de la falta de prueba actualizada sometida por las partes, no se puede determinar con certeza el área exacta del territorio que actualmente ocupan los habitantes de Río Miel<sup>94</sup>. Sin embargo, conforme a documentos elaborados por el Estado, en particular por el INA, y conforme a la prueba obrante en el expediente ante este Tribunal, hasta diciembre de 2001, el área ocupada por los campesinos en Río Miel alcanzaba 605 ha<sup>95</sup>. Posteriormente, el "Informe Final del Levantamiento Catastral del área titulada en ampliación a favor de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra"<sup>96</sup> de 12 de julio de 2007 (en adelante, el "informe catastral de 2007"), concluyó que de las más de 1.513 ha concedidas en 1999, 612.13 ha estaban ocupadas por los terceros y sólo 653.24 ha estaban habitadas por los garífunas. Dicho informe también concluyó que 177.98 ha correspondían a áreas de bosque dentro del área de ampliación, que también se encontraban en posesión de los miembros de Río Miel<sup>97</sup>. En este sentido, si bien la Corte no cuenta con elementos suficientes para determinar con exactitud el área ocupada en la actualidad, se encuentra probado que, al menos al 2007, un total de 790.11 ha del territorio en ampliación de la Comunidad de Punta Piedra se encontraba ocupado por terceras personas ajenas a la misma<sup>98</sup>. En ellas no se incluían los territorios titulados en favor de Ambrocio Thomas Castillo ni de Sergia Zapata Martínez<sup>99</sup>. Asimismo, parte del territorio del primer título de propiedad, al menos 8.34ha, estaría ocupado por terceros<sup>100</sup>. Dicha información fue ratificada durante la

---

<sup>94</sup> Al respecto, el Estado señaló durante el procedimiento ante la Comisión Interamericana, distintas cantidades de ha ocupadas por terceros, a saber: a) en el escrito presentado por el Estado ante la Comisión el 19 de julio de 2007, durante reunión de trabajo del 128º periodo ordinario de sesiones dijo, en primer lugar, que se trataba de 670 ha (expediente de fondo, folio 18, párr. 52); b) en el mismo escrito, dijo que 790.11 ha eran ocupadas desde hac[ía] 25 años o más (expediente de prueba, folios 717 a 718), y c) en el escrito presentado por el Estado ante la Comisión de 19 de agosto de 2011 indicó que la suma de hectáreas ocupadas era de 278.40 ha (expediente de prueba, folios 526 a 527). Sin embargo, ante la Corte, el Estado alegó que los habitantes de la Aldea de Río Miel, al momento de otorgar el título de ampliación de 1999, se encontraban en posesión de 600 ha (expediente de fondo, folio 169). Por otro lado, conforme a lo concluido en el informe catastral de 2007, el Estado estableció que 612.13 ha era el área ocupada por terceros dentro de la ampliación (expediente de prueba, folio 38). Asimismo, en su escrito de alegatos finales, el Estado ratificó que en la actualidad, los pobladores de Río Miel ocupaban un total de 612.13 ha (expediente de fondo, folio 581). Por su parte, los representantes sostuvieron inicialmente que los terceros habían invadido aproximadamente 670 ha desde 1993, territorio que abarcaba los "trabajaderos" y zonas de siembra de yuca de la comunidad (expediente de fondo, folio 103). A pesar de lo anterior, en su escrito de alegatos finales indicaron que en la actualidad "el área total ocupada por los colonos de Río Miel correspond[ía] a toda el área del título de ampliación de 1999 [...], lo que en total suma[ba] 1,500 ha a la que los colonos han dado uso [...]" (expediente de fondo, folio 545).

<sup>95</sup> Cfr. Acta de compromiso del 13 de diciembre de 2001, *supra*, en la que se estableció que: "[...] encontramos la ocupación de tierras por parte de la Comunidad de Río Miel de un área de tierra de 605 ha [...]" (expediente de prueba, folio 30).

<sup>96</sup> El Informe catastral de 12 de julio de 2007 fue elaborado "solamente con los aldeanos de Río Miel, sin la presencia alguna de los garífunas de Punta Piedra", a efectos de evitar conflictos entre ambas comunidades. Cfr. Informe final de levantamiento catastral del área titulada en ampliación a favor de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra de 12 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 36 y 37).

<sup>97</sup> Cfr. Informe catastral de 12 de julio de 2007, *supra* (expediente de prueba, folio 38), y Mapa de la ubicación geográfica de la Comunidad de Punta Piedra, elaborado por el INA el 12 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 11).

<sup>98</sup> Las 790,11 ha son calculadas sumando 612.13 ha ocupadas por terceros más las 177.98 ha de áreas de bosque que también estarían ocupadas por los pobladores de Río Miel.

<sup>99</sup> El informe catastral de julio de 2007 por el contrario, consideró que el territorio ocupado y condominio pleno de Ambrocio Thomas Castillo se encontraba dentro del territorio de ampliación de 1,513 ha y fracción titulado en favor de la Comunidad de Punta Piedra, e incluso calculó que el monto en hectáreas ascendía a 68.06 ha, es decir un monto mayor al reconocido en la primera cláusula de exclusión del título de 1999 y en los correspondientes títulos de propiedad. Sin embargo, conforme a la constancia aclaratoria de diciembre de 1999 (*supra*, párr. 98), el área titulada en favor de Ambrocio Thomas Castillo y de Sergia Zapata Martínez no formarían parte del total de 1,513 ha y fracción del título de 1999.

<sup>100</sup> Cfr. Informe catastral de 12 de julio de 2007, *supra* (expediente de prueba, folios 39 a 40).

diligencia *in situ* llevada a cabo en el caso sin que las partes hayan proporcionado datos actualizados a la fecha.

108. Asimismo, la Corte valoró diversas imágenes satelitales proporcionadas por el informe de AAAS (*supra* párr. 17). Estas imágenes correspondían a los años 1993 hasta 2013 y fueron captadas sobre el área total reconocida a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, lo cual corresponde a 800 ha otorgadas por el título de 1993 (Zona 1) y 1513 ha 54 a y 45.03 ca otorgadas por el título de ampliación de 1999 (Zona 2)<sup>101</sup>.

109. En relación con la superficie correspondiente al título de ampliación, esta se dividió en dos áreas. La primera zona 2-A que abarcaba las áreas de 612.13 ha ocupadas por la Aldea de Río Miel, 177.98 ha que correspondían a las zonas boscosas, 68.06 ha que pertenecían a Ambrocio Thomas y 2.13 que comprendían carriles y carreteras, de acuerdo con el informe catastral del INA de 2007. La segunda zona 2-B consistente en una superficie de 653.24 ha, la cual a la fecha del informe catastral correspondía al territorio garífuna sobre el cual se alegaría la expansión en la ocupación por parte de pobladores de Río Miel. Tomando esto en cuenta y conforme a la información proporcionada por el Informe AAAS (ver anexo 2), el Tribunal constata que: a) en la zona 2-A, en donde se ubica la Aldea de Río Miel, las estructuras visibles que lo conforman se incrementaron, por lo que el número pasó de aproximadamente 92 en 2002 a 134 en el año 2013; b) en la zona 2-B, el número de estructuras también se incrementó, pasando de un promedio de 7 estructuras a 21 para el año 2013, lo que corresponde a un 200% de incremento; c) se mostró un aumento de tierra despejada en la zona 2-B, en el área que anteriormente era boscosa, por lo que se pasó de 78,15 en el 2002 a 262,57 ha despejadas en el 2013, y d) finalmente, las tierras identificadas como de cultivo, ubicadas en la zona 2-B, también aumentaron en aproximadamente un 100% entre los años 2002 y 2013, pasando de 6.28 a 13.16 ha. Lo anterior, será analizado en el apartado de fondo correspondiente (*infra* párrs. 195 a 197).

#### **D. Gestiones realizadas para lograr el saneamiento del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra**

110. En virtud de que parte de las 1,513.54 ha tituladas a través del segundo título en 1999, habían sido ocupadas por terceros, la Comunidad de Punta Piedra efectuó múltiples acciones para lograr el saneamiento de su territorio ancestral y con ello, el uso y goce pacífico del mismo, a saber: suscripción de un acta de compromiso en el 2001, solicitudes al Congreso Nacional para la adopción de partidas presupuestales, peticiones de información al INA, adopción de un acta de entendimiento en el 2006, y participación en reuniones de trabajo a efectos de concretizar el saneamiento de su territorio.

111. Con motivo de estas gestiones, el Estado a través del INA y del Congreso Nacional, efectuó diversas acciones encaminadas al saneamiento de la propiedad titulada a favor de la Comunidad Indígena de Punta Piedra. Dentro de las medidas adoptadas por el Estado, se establecieron dos comisiones interinstitucionales (2001 y 2007), se adoptó un acta de entendimiento (2006), dos actas especiales (2007), y reuniones de trabajo por medio de las cuales se suscribieron algunos acuerdos entre

---

<sup>101</sup> *Cfr.* Informe de evaluación de imágenes satelitales respecto del cambio del uso de la tierra dentro y alrededor de las tierras garífunas en Honduras: 1993-2013. Informe elaborado por el Proyecto de "Tecnologías Geoespaciales y Derechos Humanos" de la Asociación Americana para el Avance de la Ciencia en enero de 2015 (expediente de fondo, folios 776 a 777).

autoridades estatales, la Comunidad de Punta Piedra y los habitantes de Río Miel. En este sentido, el INA se comprometió a evaluar el territorio ocupado por terceros a efectos de determinar quiénes eran los que lo ocupaban, cuánto territorio se ocupaba y el monto de las mejoras introducidas por aquellos para el pago de las mismas. En virtud de dichos acuerdos, el INA gestionó dos avalúos en 2001 y 2007, respecto de las mejoras introducidas en Río Miel<sup>102</sup> e intentó realizar un tercer avalúo en 2013, que no pudo llevarse a cabo debido a la oposición de sus pobladores<sup>103</sup>. De igual manera el INA presentó solicitudes al Congreso Nacional y a la Secretaría de Finanzas para la creación de un partida presupuestal con el fin de pagar las mejoras establecidas por los avalúos; sin embargo, esta no fue adoptada.

112. Con base en lo señalado, el Tribunal pasará a desarrollar en los apartados siguientes, las gestiones llevadas a cabo para lograr el saneamiento.

### ***D.1 Comisión Interinstitucional Ad-Hoc y Acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001***

113. El 7 de abril de 2001 se estableció una Comisión Interinstitucional *Ad-Hoc* integrada por representantes del Instituto Nacional Agrario, el Comisionado Nacional de Derechos Humanos y la Pastoral Social de la Diócesis de Trujillo, "como organismo de conciliación y concertación en la búsqueda de una solución pacífica al conflicto"<sup>104</sup> entre las Comunidades de Punta Piedra y Río Miel. En virtud de ello, el 13 de diciembre de 2001 la Comisión Interinstitucional *Ad-Hoc*, los representantes de la Comunidad de Punta Piedra, de la Aldea de Río Miel, de la OFRANEH, y de la Organización de Desarrollo Étnico Comunitario (ODECO), se reunieron con la finalidad de buscar una solución al conflicto existente, de la cual derivó el "Acta de compromiso suscrita el 13 de diciembre de 2001" (en adelante, "acta de compromiso de 2001").

114. En dicho evento, las partes participantes reconocieron la existencia de una problemática entre las comunidades de Río Miel y Punta Piedra, situación que ya no solo se trataba de una disputa por la tierra "sino que pon[ía] en peligro la integridad física y algunos bienes de los habitantes de las comunidades representadas". Asimismo, se reconoció "que el problema se [concretizó...] cuando el [INA] le concedió a la [C]omunidad [G]arífuna de Punta Piedra un título en dominio pleno por la cantidad de 1,513 hectáreas sin haber hecho el saneamiento respectivo, o sea, el pago de mejoras a los ocupantes de la [C]omunidad de Río Miel"<sup>105</sup>. En este sentido, adoptaron un acta de compromiso en la que establecieron los siguientes acuerdos: a) buscar una solución pacífica y extrajudicial al conflicto; b) que el Estado cumpla con su obligación de realizar el proceso de saneamiento a favor de la Comunidad de Punta Piedra, pagando las mejoras y reubicando a los campesinos de Río Miel, y c) formular un pliego de peticiones y hacer un calendario de trabajo que contenga las actividades tendientes para cumplir con los compromisos asumidos<sup>106</sup>.

<sup>102</sup> Cfr. Informe de Avalúo dirigido por el Investigador Agronómico al Ministro Director del INA el 23 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 93).

<sup>103</sup> Cfr. Informe de Campo del INA de 9 de mayo de 2013 (expediente de prueba, folio 1454).

<sup>104</sup> Cfr. Acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001, *supra* (expediente de prueba, folio 31).

<sup>105</sup> Cfr. Acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001, *supra* (expediente de prueba, folios 30 y 31).

<sup>106</sup> Las conclusiones y acuerdos adoptados mediante el acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001 fueron los siguientes: "a) La representación de ambas comunidades, la Comisión Interinstitucional, ODECO y OFRANEH, reconocemos que la búsqueda de una solución pacífica y prejudicial al problema es una de las alternativas que todos nos debemos de comprometer a cumplir como medio efectivo de la solución del conflicto[;] b) Las representaciones de las organizaciones y las instituciones antes indicadas reconocemos que el Estado está obligado a realizar el proceso de saneamiento a favor de la [C]omunidad de Punta Piedra,

115. Con el fin de ejecutar los compromisos adoptados, el Instituto Nacional Agrario procedió a efectuar un avalúo de las mejoras introducidas por los ocupantes en el año 2001, resultando un monto de 13,168,982.84 lempiras<sup>107</sup>. El 21 de febrero de 2002 la OFRANEH remitió una carta al Director del INA para solicitar "una copia del Avalúo de las mejoras de Río Miel", esto con el objeto de activar los "mecanismos necesarios para lograr la aprobación de la partida presupuestaria del respectivo saneamiento en mención"<sup>108</sup>. En virtud de ello, miembros de la Comunidad de Punta Piedra llevaron a cabo una marcha a Tegucigalpa el 16 de abril de 2002 para solicitarle al Congreso Nacional y a otras autoridades del Poder Ejecutivo la resolución del caso<sup>109</sup>. Como consecuencia de ello, el 18 de abril de 2002 un grupo de diputados presentó una Moción al Congreso Nacional para la aprobación de la partida en el "Presupuesto General de Ingresos y Egresos de la República 2002" para que el INA procediera al saneamiento de las tierras reivindicadas por la Comunidad de Punta Piedra<sup>110</sup>.

116. El 24 de agosto de 2002 y el 5 de septiembre de 2003 el representante del Patronato de la Comunidad de Punta Piedra solicitó al INA la reactivación de las negociaciones para el saneamiento y la intervención de esta institución debido a que la llegada de los foráneos se incrementaba<sup>111</sup>, así como la tala y venta de tierrasgarífunas a terceros, por parte de los campesinos<sup>112</sup>.

117. El 29 de agosto de 2002 el Presidente de la Comisión de Presupuesto del Congreso Nacional envió al INA el Proyecto de Decreto "Desarrollo del Pueblo Garífuna" con el fin de que emitiera su opinión al respecto<sup>113</sup>, quien mediante comunicado de fecha 4 de septiembre y 2 de octubre de 2002 manifestó estar de acuerdo con la

---

pagando las mejoras a los habitantes de Río Miel para que la [C]omunidad [G]arífuna pueda hacer uso del derecho pleno de propiedad que le da la documentación ancestral y la otorgada por el Instituto Nacional Agrario[;] c) El Estado a través del Instituto Nacional Agrario debe de buscar de la manera más diligente un predio donde se puedan reubicar las familias indemnizadas, además, a través de las Instituciones competentes se deben de realizar todas las acciones para apoyar el derecho de vivienda, de salud, de educación, de agua y otros beneficios que garanticen las condiciones apropiadas a la población reubicada y que de una vez por todas la [C]omunidad de Punta Piedra pueda ejercer el dominio en las tierrasreivindicadas [, y] d) Para el seguimiento a los acuerdos de esta Acta esta Comisión queda autorizada para formular el pliego de peticiones y hacer un calendario de trabajo que contenga las gestiones y las actividadesde campo que garanticen la solución del conflicto, así como generar los mecanismos para la realización delas gestiones pertinentes". *Cfr.* Acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001, *supra* (expediente de prueba, folio 32).

<sup>107</sup> *Cfr.* Moción suscrita por Diputados ante el Congreso Nacional, *supra* (expediente de prueba, folio 7); Oficio No.DE-274 elaborado por el INA de 2 de octubre de 2002 (expediente de prueba, folio 52), y Cuadros de avalúo de mejoras y de gastos operativos para el saneamiento de la Aldea de Río Miel s/f (expediente de prueba, folios 734 a 737). Equivalente a USD \$605,241.97 aproximadamente, conforme al cambio actualizado a noviembre de 2015.

<sup>108</sup> *Cfr.* Carta enviada por la OFRANEH al Ministro Director del INA de 21 de febrero de 2002 (expediente de prueba, folio 42).

<sup>109</sup> *Cfr.* Carta enviada por la OFRANEH al Congreso Nacional de fecha 1 de octubre de 2002 (expediente de prueba, folio 56). De igual manera, el miembro de la Comunidad de Punta Piedra, Edito Suazo Ávila, declaró durante la audiencia ante la Comisión de la realización de dicha marcha de protesta pacífica. *Cfr.* CIDH, Audiencia Pública de fecha 7 de marzo de 2006 sobre "Petición 1119/03-Comunidad Garífuna de Punta Piedra, Honduras", 124° periodo ordinario de sesiones de la CIDH (expediente de fondo, folio 21).

<sup>110</sup> *Cfr.* Moción suscrita por Diputados ante el Congreso Nacional, *supra* (expediente de prueba, folios 5 a 7).

<sup>111</sup> *Cfr.* Carta enviada por el Patronato Pro-Mejoramiento de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra al Ministro Director del INA de 24 de agosto de 2002 (expediente de prueba, folio 54).

<sup>112</sup> *Cfr.* Carta enviada por el Patronato Pro-Mejoramiento de la Comunidad al Ministro Director del INA el 5 de septiembre de 2003 (expediente de prueba, folio 61).

<sup>113</sup> *Cfr.* Carta enviada por el Presidente de la Comisión de Presupuesto del Congreso Nacional al INA el 29 de agosto de 2002 (expediente de prueba, folio 44).

aprobación de la partida presupuestaria para pagar las mejoras correspondientes a efectos de sanear las tierras colectivas de la Comunidad de Punta Piedra<sup>114</sup>.

118. El 1 de octubre de 2002 y el 14 de mayo de 2003 la Comunidad de Punta Piedra envió comunicaciones al Congreso Nacional y al INA, respectivamente, con el objeto de conocer si la partida presupuestaria había sido aprobada<sup>115</sup>. El 26 de mayo de 2003 el INA informó a la Comunidad de Punta Piedra que la partida no había sido incorporada en su presupuesto<sup>116</sup> y el 29 de junio de 2004 presentó una solicitud al Presidente del Congreso Nacional, solicitando la adopción de la misma a efectos de realizar el saneamiento respectivo<sup>117</sup>.

### ***D.2 Acta de Entendimiento de 2006, Acta Especial con la Aldea de Río Miel de 20 de abril de 2007 y gestiones posteriores***

119. A efectos de hacerle seguimiento a los compromisos adoptados mediante el acta de compromiso de 2001, el 28 de septiembre de 2006 se firmó un "Acta de Entendimiento entre la Organización Fraternal Negra Hondureña (OFRANEH) y Autoridades del Gobierno de la República" (en adelante, "acta de entendimiento de 2006"), en la cual se ratificó la necesidad del cumplimiento de los acuerdos sobre la Comunidad de Punta Piedra en lo referente a la aprobación de una partida presupuestaria para el saneamiento de su territorio<sup>118</sup> y la necesidad de la realización de un nuevo avalúo.

120. En virtud del acta de entendimiento de 2006, del 30 de noviembre al 3 de diciembre de 2006, los funcionarios estatales del INA y la Procuraduría General de la República, iniciaron nuevas gestiones con los habitantes de Río Miel, por lo que se apersonaron en el territorio para actualizar el avalúo, ante lo cual estos se opusieron<sup>119</sup>. Asimismo, el 22 de enero, 20 de febrero, y 8 de junio de 2007 se realizaron reuniones diversas entre autoridades del Estado y la OFRANEH a efectos de ratificar la necesidad de un nuevo avalúo, y coordinar la realización del mismo<sup>120</sup>. La

---

<sup>114</sup> Cfr. Cartas elaboradas por el Ministro Director del INA de 4 de septiembre y 2 de octubre de 2002 (expediente de prueba, folios 50 y 52, respectivamente).

<sup>115</sup> Cfr. Carta enviada por la OFRANEH al Congreso Nacional de fecha 1 de octubre de 2002 (expediente de prueba, folios 56 y 57), y Carta enviada por el Ministro Director del INA a la OFRANEH el 26 de mayo 2003 (expediente de prueba, folio 59).

<sup>116</sup> Cfr. Carta enviada por el Ministro Director del INA a la OFRANEH el 26 de mayo 2003 (expediente de prueba, folio 59).

<sup>117</sup> Cfr. Carta enviada por el Ministro Director del INA al Presidente del Congreso Nacional el 29 de junio 2004 (expediente de prueba, folios 1344 y 1345).

<sup>118</sup> El 28 de septiembre de 2006 se adoptó el Acta de Entendimiento de 2006 en donde participaron representantes de la OFRANEH, de diversas Comunidades Garífuna, entre ellas Punta Piedra, y representantes del gobierno. En dicha acta se llegaron a diversos acuerdos a efectos de que se adoptara la partida presupuestaria para el pago de las indemnizaciones y mejoras a los pobladores de Río Miel. Cfr. Acta de Entendimiento entre la Organización Fraternal Negra Hondureña (OFRANEH) y Autoridades del Gobierno de la República de 28 de septiembre de 2006 (expediente de prueba, folios 120, 123 y 124).

<sup>119</sup> En este sentido los pobladores de Río Miel señalaron que "[se oponían] rotundamente a aceptarlo por considerarlo como un abuso de autoridad, ya que no [eran] invasores (...) en gobiernos anteriores se [les] violentaron [sus] derechos englobando[los] en una ampliación otorgada en el año 1999 a favor de la comunidad de Punta Piedra cuando [su] comunidad ya estaba asentada en es[as] tierras y reconocida por la Corporación Municipal de Iriona desde mucho antes. Ellos otorgaron un título sin hacer el debido estudio de campo". Cfr. Memorandum presentado por la sección de Investigaciones Agronómicas y Avalúos al Ministro Director del INA el 5 de diciembre de 2006 (expediente de prueba, folios 63 a 65).

<sup>120</sup> Cfr. Ayuda memoria de 22 de enero de 2007 sobre seguimiento de compromisos adoptados mediante acta de entendimiento de 28 de septiembre de 2006, y Acta especial de 8 de junio de 2007 sobre seguimiento de compromisos adoptados mediante acta de entendimiento de 28 de septiembre de 2006 (expediente de prueba, folios 74 a 83).

reunión del 20 de febrero de 2007 contó con la participación de un representante de la Comunidad de Punta Piedra y creó una Comisión Interinstitucional<sup>121</sup>, la cual se reunió con el Alcalde Municipal de Iriona Puerto y representantes de la Aldea de Río Miel el 14 de marzo de 2007, pero sin la participación de representantes de la Comunidad de Punta Piedra ni de la OFRANEH, adoptándose un acta en la que se dejó constancia de la oposición al primer avalúo realizado en el 2001 por parte de los pobladores de Río Miel. Sin embargo, en dicha reunión se acordó continuar con las gestiones necesarias para solucionar el problema entre ambas comunidades de forma conciliatoria<sup>122</sup>.

121. El 20 de abril de 2007, el Ministro Director del INA, junto con distintas autoridades estatales<sup>123</sup> y representantes de la Comunidad de Río Miel, suscribieron un "Acta Especial" en la que se estableció, entre otros aspectos, lo siguiente: a) El INA manifestó su pretensión de llegar a un "arreglo amistoso" para solucionar el conflicto entre garífunas y los terceros ocupantes; b) por esta razón se comprometió a "definir el área de la aldea, ocupantes, trabajadores, origen de posesión, número de dependientes, el valor de mejoras en el área de terreno que ocupaba cada miembro de la Comunidad de Río Miel, estas acciones iniciarían a más tardar en el término de diez días laborales; c) se determinó concertar una reunión con ambas comunidades para resolver el problema, y d) quedó nuevamente asentado el rechazo de la Comunidad de Río Miel a la pretensión de desalojo, por lo que se "reafirm[ó] que una actuación sobre esta referencia est[aría] estrictamente sujeta a una resolución o sentencia [j]udicial, emitida por los Juzgados competentes que [tuviera] carácter de firme o cosa juzgada"<sup>124</sup>.

122. En virtud de las gestiones para la actualización del avalúo, los pobladores de Río Miel accedieron a que este se realizara por segunda vez<sup>125</sup>, por lo que en mayo y junio de 2007 una comisión agraria del INA realizó una inspección en dicha zona, luego de la cual preparó el informe catastral de 2007 (*supra* párr. 107 y 111) y un nuevo "Informe de Avalúo"<sup>126</sup> de fecha 23 de julio de 2007. En el mismo, se concluyó que las mejoras útiles introducidas por los pobladores de Río Miel, por concepto de viviendas y de obras sociales, ascendían a la suma de 17,108,848.58 lempiras<sup>127</sup>. Asimismo, indicó que el terreno detentado por los habitantes de Río Miel, presentaba "un alto grado de erosión, específicamente las partes altas y nuevas a descombradas para la explotación ganadera (cultivo de pastos)", además estableció que "durante la inspección se pudo ver el avance y la destrucción del bosque de manera muy tradicional (quema)"<sup>128</sup>.

123. Con base en la actualización del avalúo para el saneamiento del territorio de la Comunidad de Punta Piedra, el 19 de diciembre de 2007 el Ministro Director del INA solicitó a la Secretaría de Estado en el Despacho de Finanzas la asignación de una

---

<sup>121</sup> Dicha Comisión Interinstitucional estuvo compuesta por representantes del INA, de la Secretaría de Recursos Naturales y Ambiente (SERNA), de la Procuraduría General de la República, de la Secretaría de Gobernación, del Ministerio Público, y de la OFRANEH (expediente de prueba, folios 67 a 69).

<sup>122</sup> *Cfr.* Acta especial de 14 de marzo de 2007 (expediente de prueba, folio 71). A dicha reunión no asistieron representantes de la OFRANEH o de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra.

<sup>123</sup> Entre ellos representantes de la Secretaría de Relaciones Exteriores, de la Secretaría de Seguridad, de la Alcaldía de Iriona Puerto, y de la Corte Suprema de Justicia.

<sup>124</sup> *Cfr.* Acta especial de 20 de abril de 2007 (expediente de prueba, folio 87).

<sup>125</sup> *Cfr.* Oficio No. DE-099-2007 de 7 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 90).

<sup>126</sup> *Cfr.* Informe de Avalúo dirigido por el Investigador Agronómico al Ministro Director del INA el 23 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 93 a 102).

<sup>127</sup> Equivalente a USD\$ 786,316.86 aproximadamente, conforme al cambio actualizado a noviembre de 2015.

<sup>128</sup> *Cfr.* Informe de Avalúo dirigido por el Investigador Agronómico al Ministro Director del INA el 23 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 93 y 94).

partida adicional al presupuesto de dicha institución de 17,108,848.58 lempiras<sup>129</sup>. Dicha solicitud no obtuvo respuesta, por lo que el 16 de mayo de 2013 el INA reiteró el pedido inicial<sup>130</sup>. El 7 de junio de 2013, la Secretaría de Finanzas concluyó que dada la difícil situación económica de la Administración Pública, no se contaba con disponibilidad financiera para atender dicha demanda que implicaría un recurso adicional a los ya consignados en el presupuesto nacional<sup>131</sup>. Luego de dos solicitudes de reconsideración de fechas 17 de junio y 9 de septiembre de 2013<sup>132</sup>, la Secretaría de Finanzas ratificó la negativa de la creación de la nueva partida presupuestal el 12 de septiembre y el 10 de octubre de 2013<sup>133</sup>. En este sentido, la partida presupuestaria fue adoptada ni el saneamiento del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra fue efectuado, tal como el Estado ha reconocido ante este Tribunal (*supra* párr. 37).

124. En sus observaciones a la diligencia *in situ*, los representantes enfatizaron que los líderes del Patronato de la Aldea de Río Miel señalaron inicialmente a la delegación de la Corte que estarían dispuestos a recibir el pago de las mejoras y reubicarse, si el Estado les otorgaba predios de calidad, ya que había un acuerdo de por medio, lo cual fue corroborado por la delegación de la Corte. No obstante, posteriormente durante la misma diligencia, miembros de dicha aldea señalaron que no se querían ir, ya que habían hecho grandes inversiones en su desarrollo y crecimiento.

#### **E. Concesión minera no metálica "Punta Piedra II"**

125. El 4 de diciembre de 2014, mediante resolución No. 105/12/2014 del Instituto Hondureño de Geología y Minas, la Corporación Minera CANIXA S.A. obtuvo una concesión para la exploración minera no metálica, con la cual se pretende desarrollar el proyecto denominado "Punta Piedra II". Dicha concesión fue otorgada por un período de 10 años, prorrogables a solicitud del contratista, y tiene una extensión de 800 ha<sup>134</sup>.

126. En cuanto a su ubicación, de acuerdo con el Estado, el territorio de la Comunidad de Punta Piedra no forma parte del área otorgada en concesión, ya que los puntos más cercanos entre dichos territorios se encuentran a una distancia de 1.25 kilómetros. Sin embargo, durante la diligencia *in situ* realizada en el presente caso, el Estado [el señor Jesús Flores, Ingeniero del INA], entregó a la delegación del Tribunal un mapa en el cual se constató que el área otorgada en concesión abarca parte del margen Este del territorio de la Comunidad de Punta, tanto del título definitivo de dominio pleno de 1993, como su ampliación de 1999<sup>135</sup> (ver anexo 3).

---

<sup>129</sup> Cfr. Oficio No. DE-255-2007 dirigido por el Ministro Director del INA a la Secretaría de Estado en el Despacho de Finanzas de 19 de diciembre de 2007 (expediente de prueba, folio 1336).

<sup>130</sup> Cfr. Oficio No. DE-42-2013 dirigido por el Ministro Director del INA a la Secretaría de Estado en el Despacho de Finanzas de 16 de mayo de 2013 (expediente de prueba, folios 1342 y 1343).

<sup>131</sup> Cfr. Oficio No. 070-DGP-ID dirigido por el Subsecretario de Estado en el Despacho de Finanzas y Presupuesto al Ministro Director del INA el 7 de junio de 2013 (expediente de prueba, folio 1339).

<sup>132</sup> Cfr. Oficios No. DE-058-2013 de 17 de junio de 2013 y No. DE-088-2013 de 9 de septiembre de 2013 dirigidos por el Ministro Director del INA a la Secretaría de Estado en el Despacho de Finanzas (expediente de prueba, folios 1337 y 1338, respectivamente).

<sup>133</sup> Cfr. Oficios No. 097-DGP-ID de 12 de septiembre de 2013 y No. 158-DGP-ID de 10 de octubre de 2013 dirigidos por el Secretario de Estado en el Despacho de Finanzas al Ministro Director del INA (expediente de prueba, folios 1340 y 1341, respectivamente).

<sup>134</sup> Cfr. "Declaración Anual Consolidada DAC-2014", elaborada por la Corporación Minera CAXINA S.A., de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 756 y 757).

<sup>135</sup> Cfr. Mapa del territorio titulado a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, entregado durante la diligencia *in situ* de 25 de agosto de 2015 (expediente de fondo, folio 1126).



127. Asimismo, se verificó que el proyecto "Punta Piedra II" se encontraba en una fase de exploración y determinación de viabilidad económica del yacimiento a ser explotado. Una vez concluida dicha fase, se procedería a la elaboración de un Estudio de Impacto Ambiental con el objetivo de obtener la licencia ambiental del proyecto de explotación<sup>136</sup>.

128. De acuerdo con la información recibida durante la diligencia *in situ*, los riesgos de una eventual explotación minera se relacionan con la contaminación de una microcuenca hidrográfica que abastece tanto a la Comunidad de Punta Piedra como a la Comunidad de Cosuna<sup>137</sup>.

129. A su vez, durante la diligencia *in situ* la delegación del Tribunal fue informada que no ha sido realizado un proceso de consulta a los miembros de las comunidades de Punta Piedra y Cosuna sobre el proyecto de exploración minera, ya que según el Estado, dicha consulta se realiza al momento en que estén por iniciarse las actividades de explotación y no así de exploración<sup>138</sup>, conforme a su legislación interna, en particular el artículo 82 del Reglamento de la Ley General de Minería (*infra* párr. 221).

#### **F. Denuncias interpuestas a nivel interno derivadas de la situación de conflicto**

130. La ocupación de los pobladores de Río Miel de parte del territorio de la Comunidad de Punta Piedra generó un problema de tenencia de tierra entre ambas comunidades y como consecuencia de ello, una situación de conflicto que produjo a su vez, violencia en la zona, caracterizada por amenazas y actos de hostigamiento por parte de los campesinos<sup>139</sup>. Dicho conflicto habría derivado en la muerte de un miembro de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, el señor Félix Ordóñez Suazo, el

---

<sup>136</sup> Cfr. Declaración Anual Consolidada DAC-2014", elaborada por la Corporación Minera CAXINA S.A., de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 760).

<sup>137</sup> Cfr. Video de la diligencia *in situ* de 25 de agosto de 2015, segmento 3ro, 14:00 min.

<sup>138</sup> Cfr. Video de la diligencia *in situ* de 25 de agosto de 2015, segmento 4to, 01:00 min.

<sup>139</sup> Al respecto, durante la audiencia pública del caso, la señora Lidia Palacios, miembro de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, declaró que "[las amenazas vinieron] de parte de los invasores, las amenazas de muerte y las amenazas constantes, es de parte de los invasores, los foráneos. Hay varios compañeros y personas que han sido amenazados en la comunidad. Nuestros hijos también, pues de parte de ellos mantienen armas, disparan y nos mantienen en zozobra [...]" "hubieron varias [amenazas, las cuales eran] permanentes, porque pasaban disparando con armas en los lugares, en los predios para atemorizarnos, por eso, sentimos amenazas, porque eso no lo dicen con la boca, pero sí lo dicen con las armas y para nosotros eso es amenazas de muerte directa, por eso, lo decimos y también, por eso, sentimos el temor, por eso, ya no podíamos utilizar las tierras que antes utilizábamos". Cfr. Declaración de Lidia Palacios durante la audiencia pública celebrada ante la Corte Interamericana el 2 de septiembre de 2014. Asimismo, el señor Doroteo Thomas Rodríguez, miembro de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, declaró durante la audiencia pública, que "a raíz de esa invasión, se ha ido perdiendo la armonía que tenía la comunidad en aquel entonces, porque antes de la invasión vivíamos pacíficamente, no había ningún tipo de problema. Pero, a la llegada de esa invasión, ya la comunidad fue sintiendo como miedo porque hubo y hay amenazas, intimidaciones [...]". Cfr. Declaración de Doroteo Thomas Rodríguez durante la audiencia pública celebrada ante la Corte Interamericana el 2 de septiembre de 2014. De igual manera, distintos miembros de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra declararon mediante *affidávit* que seguían recibiendo amenazas por parte de los terceros ocupantes, quienes los hostigaban y los mantenían en un estado constante de temor al estar siempre armados. Cfr. Declaraciones rendidas ante fedatario público (*affidávit*) por Dionisia Ávila Castillo y Antonio Bernárdez Suazo el 20 de agosto de 2014; por Santos Ávila Castillo, Santos Celi Suazo Castillo, Edito Suazo Ávila, y Paulino Mejía Castillo el 21 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folios 465, 481, 476, 478 a 479, 489, 494 a 495, respectivamente). Por otro lado, en un comunicado público la OFRANEH señaló que "[e]l conflicto se ha dilatado durante quince años, exacerbando las relaciones raciales y fomentando la violencia, sin que hasta la fecha el Estado de Honduras haya tomado las medidas pertinentes para solucionar la problemática territorial que aqueja a esa [C]omunidad [G]arífuna [...]". Cfr. Comunicado público de OFRANEH del 12 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 13).

11 de junio de 2007. Esta situación fue conocida por el Estado en documentos emitidos por el INA y otras autoridades, como será descrito en el apartado correspondiente de la presente Sentencia (*infra* párrs. 271 y 276).

131. Por otro lado, si bien durante la diligencia *in situ*, los pobladores de Río Miel indicaron que las relaciones con los "hermanos de Punta Piedra" eran pacíficas, los representantes indicaron en sus observaciones respecto de la visita, que "no [era] cierto que ha[bía] armonía entre las comunidades" y que "la seguridad del día de la visita [se debía a que] la zona se militarizó"; asimismo indicaron que "la presencia de los colonos no ha[bía] sido pacífica".

132. La situación de conflicto derivó en la interposición de cinco denuncias, las que serán descritas por este Tribunal en los siguientes apartados: a) denuncia por usurpación en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo de 2003 y denuncia por su consecuente asesinato de 2007; b) denuncia por usurpación y amenazas en perjuicio de Paulino Mejía y de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra de 2010, y c) denuncia por abuso de autoridad por la construcción de una brecha de carretera en el territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra de 2010.

### ***F.1. Denuncia por delito de usurpación, e investigación y proceso penal por la muerte de Félix Ordóñez Suazo***

#### ***F.1.1 Denuncia por delito de usurpación de 2003***

133. El 22 mayo de 2003 Félix Ordóñez Suazo interpuso denuncia No. 188-2003 en contra de Luis Portillo, ante la Dirección General de Investigación Criminal (en adelante, "DGIC") de la Secretaría de Seguridad en Trujillo, por la presunta comisión del delito de usurpación de tierras en su perjuicio<sup>140</sup>. Esta señaló que en mayo de 2003, Luis Portillo, el cual era terrateniente de la zona, quiso apoderarse de un área aproximada de tres a ocho manzanas de terreno, ubicados en la Comunidad de Punta Piedra<sup>141</sup>. Asimismo, el 11 de julio de 2003, esa misma denuncia fue registrada bajo el No. 6714-2003 ante la Fiscalía Especial de Etnias y Patrimonio Cultural (en adelante, la "Fiscalía de Etnias")<sup>142</sup>.

134. El 11 de julio de 2003 la Fiscalía de Etnias emitió un auto de requerimiento de investigación policial a fin de que la DGIC iniciara la investigación de los hechos. Por ello, instruyó la realización de algunas diligencias, entre las más importantes: la identificación del imputado; la toma de declaraciones del imputado, testigos y la víctima; la valoración de daños, y de manera específica, se ordenó el monitoreo de la investigación en la Fiscalía de Trujillo; la obtención de mapas y documentos de propiedad de las partes en conflicto, y la inspección del sitio<sup>143</sup>.

---

<sup>140</sup> *Cfr.* Denuncia por usurpación No. 188-2003 interpuesta el 22 de mayo de 2003 (expediente de prueba, folio 2483).

<sup>141</sup> *Cfr.* Denuncia por usurpación No. 188-2003 interpuesta en mayo de 2003 (expediente de prueba, folio 2483). El Estado señaló que el área presuntamente usurpada se encontraba dentro de las 800 ha y fracción tituladas en favor de la Comunidad de Punta Piedra en 1993 (expediente de prueba, folio 1434).

<sup>142</sup> *Cfr.* Documento de la Fiscalía de Etnias de 11 de julio de 2003, y Auto de requerimiento de investigación policial de la Fiscalía Especial de Etnias de 11 de julio de 2003 (expediente de prueba, folios 2480 a 2481).

<sup>143</sup> *Cfr.* Auto de requerimiento de investigación policial de la Fiscalía Especial de Etnias de 11 de julio de 2003 (expediente de prueba, folios 2481 a 2482).

135. El 10 de septiembre de 2014 la Fiscalía de Trujillo recibió un oficio de la Fiscalía de Etnias de 7 de junio de 2013, a través del cual esta solicitó información en torno a los avances y estado actual de la denuncia por el delito de usurpación<sup>144</sup>, sin que conste en el expediente respuesta a dicha solicitud.

136. La Corte solicitó al Estado como prueba para mejor resolver la copia completa del expediente respecto a la denuncia por usurpación. Con base en la prueba remitida, la Corte nota que de la información allí vertida, no se practicaron las diligencias ordenadas por la Fiscalía de Etnias. El Tribunal carece de información adicional y actualizada del estado de la denuncia luego de la muerte de Félix Ordóñez Suazo.

### **F.1.2 Muerte de Félix Ordóñez Suazo**

137. De acuerdo con la prueba aportada por las partes, la Corte constata que Félix Ordóñez Suazo, quien fuera el Coordinador y Vocal del Patronato de la Comunidad de Punta Piedra<sup>145</sup>, falleció el 11 de junio de 2007 con motivo de tres impactos de bala<sup>146</sup>. Según la declaración del único testigo de la muerte de Félix Ordóñez Suazo, el señor Marcos Bonifacio Castillo, la muerte habría ocurrido en la fecha indicada, alrededor de las 7:30 horas. Por otro lado, el acta de defunción señaló que la hora de muerte fue a las 11:00 horas<sup>147</sup>.

138. Asimismo, conforme a la versión de los hechos narrada por el señor Marcos Bonifacio Castillo, el 11 de junio de 2007, alrededor de las 7:30 horas, este se encontraba ayudando al señor Félix Ordóñez Suazo a reparar un alambrado, en una propiedad situada en un lugar conocido como El Castillo, sector aledaño a Punta Piedra<sup>148</sup>. Ambos vieron que por un camino cercano pasaba David Portillo Chacón, como de 25 años, hijo de Luis Portillo, quien vivía en Río Miel. El mismo estaba armado, llevando una escopeta. Al terminar de trabajar, Félix Ordóñez Suazo y Marcos Bonifacio Castillo se dirigieron a Punta Piedra, y luego de caminar por aproximadamente unos cinco minutos, este último, quien se encontraba tres metros detrás del Félix Ordóñez, escuchó un disparo de arma de fuego y vio que este soltó la motosierra que llevaba consigo<sup>149</sup>. Marcos Bonifacio Castillo señaló que corrió hacia el monte para salvar su vida, en donde escuchó tres disparos más. Después de ello, volvió al pueblo donde contó a la gente lo sucedido. Doroteo Thomas también declaró haber escuchado tres disparos, luego de lo cual se encontró con Marcos Bonifacio Castillo, quien le relató lo sucedido<sup>150</sup>. Según la declaración de Marcos Bonifacio Castillo al autor del disparo habría sido David Portillo Chacón<sup>151</sup>.

---

<sup>144</sup> Cfr. Oficio No. FEEPC-559-2014 de la Fiscalía de Etnias de 7 de junio de 2013 (expediente de prueba, folio 1622).

<sup>145</sup> Cfr. Acta de levantamiento del cadáver de 11 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 1565).

<sup>146</sup> En el Acta del levantamiento del cadáver de 11 de junio de 2007 se indicó la presencia de las siguientes lesiones por proyectil de arma de fuego: un tiro en el costado derecho; un tiro en el pecho, con salida; y un tiro de "rema" en el oído derecho. Cfr. Acta del levantamiento del cadáver de 11 de junio de 2007 y Acta de defunción de 14 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 1559 y 1565). Cfr. Declaración de Marcos Bonifacio Castillo de 5 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 1542 a 1545).

<sup>147</sup> Cfr. Acta de defunción de 14 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1559).

<sup>148</sup> Cfr. Declaración de Marcos Bonifacio Castillo de 5 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1545).

<sup>149</sup> Cfr. Declaración de Marcos Bonifacio Castillo de 5 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1546).

<sup>150</sup> Cfr. Declaración de Doroteo Thomas Rodríguez de 3 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 1546 y 1547).

<sup>151</sup> Cfr. Declaración de Marcos Bonifacio Castillo de 5 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 1544 y 1545).

139. De acuerdo con las declaraciones de Marcos Bonifacio Castillo, Nieves Oswaldo Bonifacio Castillo y Marcial Martínez Suazo, la muerte de Félix Ordóñez Suazo se debió al conflicto de tierras existente entre este con Luis Portillo y su hijo David Portillo Chacón<sup>152</sup>. Dicho conflicto había sido puesto en conocimiento del Ministerio Público a través de una denuncia de usurpación<sup>153</sup> (*supra* párr. 133). Marcos Bonifacio Castillo señaló que “Félix ya había recibido amenazas de parte de Luis Portillo, padre de David Portillo Chacón, y el problema que tenían era por un terreno[,] ya que le habían tomado parte del terreno a don Félix [quien] denunció este problema a la fiscalía”<sup>154</sup>.

140. El 15 de junio de 2007 la OFRANEH solicitó la adopción de medidas cautelares a la Comisión Interamericana “a favor de la [C]omunidad de Punta Piedra, en especial [a favor de] Marcos Bonifacio Castillo [...] el cual ha[bía] sido amenazado de muerte por los hechos del crimen”<sup>155</sup>. La solicitud fue registrada con el No. MC-109-07. El 20 de agosto de 2007 la Comisión adoptó dichas medidas y ordenó al Estado que tomara las medidas necesarias para garantizar la vida e integridad física del señor Marcos Bonifacio Castillo, y que informara sobre las acciones ejecutadas para el esclarecimiento de los hechos que justificaban las medidas, es decir tanto el asesinato de Félix Ordóñez Suazo, como las amenazas de muerte presuntamente recibidas por Marcos Bonifacio Castillo<sup>156</sup>.

### ***F.1.3 Investigación preliminar y proceso penal por la muerte de Félix Ordóñez Suazo***

141. El 11 de junio de 2007 a las 15:30 horas aproximadamente, el Juez de Paz del Municipio de Iriona, Departamento de Colón, se apersonó a la zona de los hechos denominada “El Castillo”, en la jurisdicción de Punta Piedra, a efectos de llevar a cabo la diligencia del levantamiento de cadáver, el cual fue reconocido por testigos y familiares como el cuerpo del señor Félix Ordóñez Suazo<sup>157</sup>. De acuerdo con el acta de levantamiento del cadáver, al llegar el Juez de Paz a la zona de los hechos, se comprobó la presencia de agentes de la Jefatura Municipal de Iriona, sin embargo, por la dificultad de acceso y por la demora, el cuerpo del señor Félix Ordóñez Suazo habríasido movido por los pobladores de la comunidad. Al llegar las autoridades, se inspeccionó el cuerpo y se acordonó un área aproximada de dos metros<sup>158</sup>.

142. La diligencia de levantamiento del cadáver no contó con la presencia del Fiscal del Ministerio Público ni del médico forense, por lo que ante su ausencia, el Juez de Paz

---

<sup>152</sup> Cfr. Declaraciones de Marcial Martínez Suazo de 14 de julio de 2007; Nieves Oswaldo Bonifacio Castillo de 3 de julio de 2007, y Marcos Bonifacio Castillo de 5 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 1537, 1539 y 1545, respectivamente).

<sup>153</sup> Cfr. Declaración de Marcial Martínez Suazo de 14 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1537).

<sup>154</sup> Cfr. Declaración de Marcos Bonifacio Castillo de 5 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1543).

<sup>155</sup> Cfr. Solicitud de medidas cautelares de la OFRANEH de 15 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 1578).

<sup>156</sup> Cfr. CIDH, Resolución de adopción de medidas cautelares en favor de Marcos Bonifacio Castillo de 20 de agosto de 2007 (expediente de prueba, folios 1576 a 1577). El Estado señaló que “[se determinó] que no se [interpuso] denuncia por parte del ofendido, no pudiéndose iniciar una investigación de oficio [respecto de las amenazas contra Marcos Bonifacio Castillo] debido a que se trata[ba] de un delito perseguible por el Ministerio Público a instancia de la víctima”. Cfr. Oficio No. FGR/LR-542-07 del Fiscal General de la República al Sub Procurador General de la República de 31 de agosto de 2007 (expediente de prueba, folio 1582).

<sup>157</sup> Cfr. Acta de levantamiento del cadáver de 11 de junio de 2007 (expediente de prueba, folios 1564 y 1565).

<sup>158</sup> Cfr. Acta de levantamiento del cadáver de 11 de junio de 2007 (expediente de prueba, folios 1564 a 1566).

dejó constancia de: a) la existencia de lesiones con proyectil de arma de fuego: “un tiro en el costado derecho, un tiro en el pecho con salida, un tiro [...] en el oído derecho”. Aproximadamente a las 16:30 horas se autorizó la entrega del cuerpo del señor Félix Ordóñez Suazo a sus familiares<sup>159</sup>, sin que se realizara una autopsia, y b) la existencia de dos cápsulas de proyectil<sup>160</sup> calibre 16 mm recogidas por el auxiliar en la escena del delito, las que fueron trasladadas al Juzgado de Paz<sup>161</sup>. La Corte no cuenta con información respecto de ninguna pericia o diligencia llevada a cabo en relación con la evidencia recolectada.

143. El 13 de junio de 2007 el señor Marcial Martínez Suazo, hermano de Félix Ordóñez Suazo, formalizó “denuncia administrativa” por la muerte “en forma violenta” de su hermano, ocurrida en un área conflictiva con la Comunidad de Río Miel, “provoc[ada] por la disputa de tierra entre las dos comunidades”<sup>162</sup>. La denuncia señaló que Félix Ordóñez Suazo habría sido asesinado tras una serie de amenazas por la familia de Luis Portillo, debido a problemas surgidos por la colindancia de tierras y estableció que Marcos Bonifacio Castillo fue el único testigo de la muerte, la cual según el denunciante, se atribuyó a David Portillo Chacón, hijo de Luis Portillo, ambos de Río Miel<sup>163</sup>.

144. En la misma fecha, la Fiscalía de Etnias recibió una denuncia vía correo electrónico interpuesta por la OFRANEH, por la comisión del delito de asesinato de Félix Ordóñez Suazo, en contra de Luis Portillo y David Portillo Chacón, a la cual se le asignó el No. 7277-2007, la cual fue remitida a la Directora General de Fiscalía en la misma fecha<sup>164</sup>, y finalmente asignada a la Fiscalía Local de Trujillo, Colón<sup>165</sup>. Esta denuncia fue registrada ante la Fiscalía de Trujillo con el No. 0273-2007 y ante la Dirección General de Investigación Criminal con el No. TJC 310-07<sup>166</sup>.

145. El 26 de junio de 2007 la Fiscalía de Etnias emitió un auto de requerimiento de investigación policial a fin de que la DGIC actuara ciertas diligencias<sup>167</sup>, las cuales fueron propuestas por falta de transporte para realizarlas<sup>168</sup>. De las diligencias

---

<sup>159</sup> Cfr. Acta de levantamiento del cadáver de 11 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 1566).

<sup>160</sup> Conforme a la declaración de Nieves Oswaldo Bonifacio Castillo, luego de que esta tuvo conocimiento de los hechos debido a que su hermano Marcos Bonifacio Castillo le informó de lo ocurrido, se dirigió al lugar del crimen, donde fueron encontrados tres casquillos para escopeta. Cfr. Declaración de Nieves Oswaldo Bonifacio Castillo de 3 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1539).

de 3 de julio de 2007, y Marcos Bonifacio Castillo de 5 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 1537, 1539 y 1545, respectivamente).

<sup>161</sup> Cfr. Acta de levantamiento del cadáver de 11 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 1566).

<sup>162</sup> Acta de denuncia de la muerte de Félix Ordóñez Suazo interpuesta por Marcial Martínez Suazo ante el Juzgado de Paz de 13 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 1549).

<sup>163</sup> Cfr. Acta de denuncia de la muerte de Félix Ordóñez Suazo interpuesta por Marcial Martínez Suazo ante el Juzgado de Paz de 13 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 1549).

<sup>164</sup> Cfr. Memorandum No. FEEPC-130-2007 de la Fiscalía de Etnias de 13 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 1517).

<sup>165</sup> Cfr. Memorandum No. FLT-12-007 de la Fiscalía Local de Trujillo de 16 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1558).

<sup>166</sup> Cfr. Memorandum de la Fiscalía Local de Trujillo de 16 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1570).

<sup>167</sup> Entre ellas: identificar a los imputados, sus antecedentes policiales, recabar declaraciones de testigos e imputados, recolectar y embalar evidencias. Cfr. Auto de requerimiento de investigación policial de la denuncia No. 7277 de 13 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 1551).

<sup>168</sup> Cfr. Memorandum No. FLT-03-007 de la Fiscalía Local de Trujillo de 26 de junio de 2007 (expediente de prueba, folios 1525 y 1526). Las diligencias fueron reprogramadas luego de haber conseguido el apoyo de la fuerza naval.

ordenadas, en julio de 2007 la DGCI tomó cuatro declaraciones<sup>169</sup> y elaboró informes en los que concluyó que la inspección minuciosa de la escena del crimen, así como la ubicación y captura de Luis y David Portillo Chacón, se encontraban pendientes de cumplimiento<sup>170</sup>. Asimismo, el 16 de julio de 2007 el Fiscal de Trujillo emitió un auto de requerimiento de ampliación de investigación policial<sup>171</sup>, en donde se ordenó principalmente, la individualización de David Portillo Chacón, la obtención del acta de levantamiento del cadáver del Juez de Paz de Irióna, el embalaje de los casquillos recogidos manteniendo la cadena de custodia, y se practicara la inspección del lugar de los hechos, todo ello en un plazo de diez días. Dichas diligencias no fueron realizadas.

146. De igual manera la Fiscalía de Trujillo: a) presentó ante el Juzgado de Letras Seccional de Trujillo (en adelante, "Juzgado de Letras") un "Requerimiento Fiscal" contra el señor David Portillo Chacón como presunto autor del delito de asesinato en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo con el No 057-2007<sup>172</sup>; b) pidió el libramiento de las órdenes de captura correspondientes, por lo que el 13 de agosto de 2007 el Juzgado de Letras expidió una orden de captura contra David Portillo Chacón<sup>173</sup>; c) solicitó a dicho Juzgado el 24 de marzo de 2011, la celebración de una audiencia de declaración de testigos bajo el protocolo de prueba anticipada, a fin de recabar la declaración de Marcos Bonifacio Castillo<sup>174</sup>, conforme a lo solicitado por la Fiscalía de Etnias<sup>175</sup>. La audiencia para dichos efectos, fue establecida para el 18 de agosto de 2011<sup>176</sup>, sin embargo, la Corte no cuenta con información respecto de la realización de la misma; d) requirió a la Directora Regional de Medicina Forense, con carácter de urgencia, la asignación de un perito para la exhumación del cadáver de Félix Ordóñez Suazo, conforme a lo solicitado por la Fiscalía de Etnias, para que se le practicara la autopsia, la cual no se realizó al momento de su muerte<sup>177</sup>. Sin embargo, el 12 de agosto de 2011 informó a dicha Fiscalía requirente no haber recibido respuesta al respecto<sup>178</sup>.

---

<sup>169</sup> Cfr. Declaraciones de Doroteo Thomas Rodríguez de 3 de julio de 2007; Nieves Oswaldo Bonifacio Castillo de 3 de julio de 2007; Marcos Bonifacio Castillo de 5 de julio de 2007, y Marcial Martínez Suazo de 14 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 1546 a 1547; 1538 a 1541; 1542 a 1545, y 1536 a 1537, respectivamente).

<sup>170</sup> Cfr. Informe de 5 de julio de 2007 e informe de 12 de julio de 2007 de la Dirección General de Investigación Criminal (DGIC) (expediente de prueba, folios 1552 a 1554 y 1528 a 1529, respectivamente).

<sup>171</sup> Cfr. Auto de requerimiento de ampliación de investigación policial del Ministerio Público de Trujillo de 16 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1569).

<sup>172</sup> La causa quedó registrada ante el Juzgado de Letras con el No. 057-2007. Cfr. Requerimiento Fiscal de 26 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 1555 a 1557). Conforme al informe de la sub-inspectora Celma E. Trochez a la DNIC, durante la gira de trabajo del 8-12 de febrero de 2010 llevada a cabo en diferentes Comunidades Garífunas del Departamento de Colón, se informó de que se dejó una copia de la orden de captura del señor David Portillo Chacón por el delito de asesinato en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo en las oficinas de la DNIC de Trujillo, ya que no vivía en la dirección proporcionada. Cfr. Informe a la Dirección Nacional de Investigación Criminal de 16 de febrero de 2007 (expediente de prueba, folio 1617).

<sup>173</sup> Cfr. Orden de captura emitida por el Juzgado de Letras Seccional de Trujillo de 13 de agosto de 2007 (expediente de prueba, folio 1574).

<sup>174</sup> Cfr. Solicitud de la Fiscalía de Trujillo al Juzgado de Letras de citación de testigo como prueba anticipada de 24 de marzo de 2011 (expediente de prueba, folios 1592 a 1594).

<sup>175</sup> Cfr. Memorandum No. FEPC-206-2011 de la Fiscalía de Etnias de 2 de marzo de 2011 (expediente de prueba, folio 1590). Esta solicitud recibió respuesta por parte de la Fiscalía de Trujillo el 28 de marzo de 2011. Cfr. Carta No. CFLT-17-2011 dirigida por la Fiscalía de Trujillo a la Fiscalía de Etnias el 28 de marzo de 2011 (expediente de prueba, folio 1588).

<sup>176</sup> Cfr. Carta de la Fiscalía de Trujillo dirigida a la Fiscalía de Etnias de 12 de agosto de 2011 (expediente de prueba, folio 1596).

<sup>177</sup> Cfr. Memorandum No. FEPC-206-2011 de la Fiscalía Especial de Etnias de 2 de marzo de 2011 (expediente de prueba, folio 1590).

<sup>178</sup> Cfr. Carta de la Fiscalía de Trujillo dirigida a la Fiscalía de Etnias de 12 de agosto de 2011 (expediente de prueba, folio 1596).

147. Por su parte, la Fiscalía de Etnias: a) solicitó la ejecución de la orden de captura en cuatro oportunidades<sup>179</sup>, no obstante, hasta la fecha, esta no ha sido ejecutada; b) requirió directamente a la Dirección de Medicina Forense, ante la falta de respuesta sobre su solicitud de información, la asignación de un perito forense para la exhumación y autopsia al cadáver del señor Félix Ordóñez Suazo<sup>180</sup>; c) pidió a la Fiscalía de Trujillo, por lo menos en cuatro ocasiones, le brindara información respecto de la actuación de diligencias del caso<sup>181</sup>, y d) solicitó a la Dirección Nacional de Investigación Criminal la remisión del padrón fotográfico del imputado, los días 13 de mayo de 2013 y 16 de septiembre de 2014, siendo estas las últimas actuaciones en el proceso, conforme a la prueba obrante en el expediente ante la Corte.

148. Conforme a lo señalado por el Estado, la muerte de Félix Ordóñez Suazo continúa investigándose y tanto la exhumación como la ejecución de la orden de captura se encuentran pendientes de cumplimiento a la fecha.

### ***F.2 Denuncia por el delito de usurpación y amenazas en perjuicio de Paulino Mejía y de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra***

149. El 13 de abril de 2010 Edito Suazo Ávila, representante del Patronato de la Comunidad de Punta Piedra interpuso ante el Ministerio Público una denuncia por los delitos de usurpación y amenazas contra "ladinos o foráneos", debido a la invasión de terrenos de la Comunidad y con base en que la Comunidad estaba siendo "objeto de amenazas" derivadas dicho conflicto, por lo que se dio inicio a la averiguación No. 0801-2010-12292<sup>182</sup>.

150. De igual manera, el 16 de abril de 2010, los señores Edito Suazo Ávila y Antonio Bernárdez Suazo, miembros de la Comunidad de Punta Piedra, interpusieron denuncia por amenazas ante la Fiscalía de Etnias, en contra de Alejandro Ortiz, Efraín Ortiz, y Calín Ortiz, en perjuicio de Paulino Mejía, miembro de la misma comunidad. La denuncia signada con el No. 0801-2010-12739, señaló que dichos sujetos habían invadido tierras pertenecientes a la Comunidad, en particular, una parte del territorio que el patronato de la misma había otorgado a Paulino Mejía, a efectos de que la trabajara. La denuncia indicó que esas personas habrían amenazado a Paulino Mejía diciéndole que abandonara las tierras y se las entregara, ya que de lo contrario, le sucedería lo mismo que a Félix Ordóñez Suazo, presuntamente asesinado con anterioridad, por un conflicto de tierras<sup>183</sup>.

---

<sup>179</sup> Cfr. Oficio No. FEEPC-371-2007 de la Fiscalía Especial de Etnias de 28 de agosto de 2007; Oficio No. FEEPC-110-09 de la Fiscalía Especial de Etnias de 25 de febrero de 2009; Oficio No. FEEPC-79-2010 de la Fiscalía Especial de Etnias de 5 de febrero de 2010, y Oficio No. FEEPC-220-2013 de la Fiscalía Especial de Etnias de 16 de abril de 2013 (expediente de prueba, folios 1575, 1586, 1587 y 1611).

<sup>180</sup> Cfr. Oficio No. FEEPC-556-2011 de la Fiscalía de Etnias de 19 de agosto de 2011 (expediente de prueba, folio 1604).

<sup>181</sup> Cfr. Oficio No. FEEPC-551-2011 de la Fiscalía de Etnias de 10 de agosto de 2011 (expediente de prueba, folio 1595); Oficio No. FEEPC-226-2013 de la Fiscalía de Etnias de 22 de abril de 2013 (expediente de prueba, folio 1612); Memorandum No. FEEPC-136-2013 de la Fiscalía de Etnias de 15 de mayo de 2013 (expediente de prueba, folio 1619), y Oficio No. FEEPC-OF-558-2014 de la Fiscalía de Etnias de 9 de septiembre de 2014 (expediente de prueba, folio 1621). Sólo el primer oficio obtuvo respuesta el 12 de agosto de 2011. Cfr. Carta de la Fiscalía de Trujillo dirigida a la Fiscalía de Etnias de 12 de agosto de 2011 (expediente de prueba, folio 1596).

<sup>182</sup> Cfr. Denuncia No. 0801-2010-12292 interpuesta el 13 de abril de 2010 (expediente de prueba, folio 109).

<sup>183</sup> Cfr. Denuncia No. 0801-2010-12739 interpuesta el 16 de abril de 2010 (expediente de prueba, folios 111, 2443 a 2445).

151. Respecto a la denuncia de usurpación y amenazas en perjuicio de la Comunidad de Punta Piedra (denuncia No.0801-2010-12292), el 13 de abril de 2010 la Fiscalía de Etnias emitió un auto de requerimiento de investigación policial, ordenando una serie de diligencias a la Dirección General de Investigación Criminal, a efectos de investigar la presunta usurpación de la zona a manos de los terceros ocupantes<sup>184</sup>.

152. Respecto a la denuncia de amenazas en perjuicio de Paulino Mejía (denuncia No. 0801-2010-12739), el 17 de abril de 2010, la Fiscalía de Etnias emitió un auto de requerimiento solicitando una serie de diligencias iniciales pertinentes<sup>185</sup> (*infra* párr. 304). Ambas denuncias, tanto la de usurpación y amenazas en perjuicio de la Comunidad de Punta Piedra, como la de amenazas en contra de Paulino Mejía, fueron investigadas conjuntamente, bajo la numeración 0801-2010-12292.

153. El 3 y 4 de junio de 2013, agentes de la DNIC realizaron la visita a la zona de los hechos, conforme a lo solicitado por la Fiscalía de Etnias<sup>186</sup>, y recabaron las declaraciones de cuatro miembros de la Comunidad de Punta Piedra<sup>187</sup>. Las declaraciones fueron consistentes en señalar que parte del territorio de la Comunidad estaba siendo ocupado desde 1993 por personas ajenas a esta, quienes habrían amenazado a sus miembros en diversas ocasiones.

154. Como consecuencia de la visita a la zona de los hechos los agentes de la DNIC emitieron dos actas de diligencia policial<sup>188</sup> y un informe para la Fiscalía de Etnias<sup>189</sup> en donde se dejó constancia de que: a) Paulino Mejía no se apersonó a declarar ante los agentes del DNIC presentes en la zona, a pesar de que se solicitó su presencia; b) ni las oficinas de la DNIC ni las del Ministerio Público de Trujillo tenían registro o habían realizado diligencias en relación con las denuncias de usurpación y amenazas; c) las diligencias planeadas no pudieron culminarse debido a que los agentes de la DNIC no pudieron regresar a la zona de Punta Piedra por falta de apoyo logístico de combustible; d) no se realizó la inspección de la zona presuntamente usurpada por la familia Ortiz, ni se identificó plenamente a las personas denunciadas. La Corte no cuenta con mayor información respecto de este proceso.

### ***F.3 Denuncia por abuso de autoridad por la construcción de una brecha de carretera en territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra***

---

<sup>184</sup> Entre las investigaciones a actuarse, se ordenó identificar a los imputados, recabar declaraciones de testigos, verificar los títulos de propiedad de la Comunidad, realizar la inspección ocular de los hechos, entre otros. *Cfr.* Auto de requerimiento de investigación policial de la denuncia No. 0801-2010-122292 de 13 de abril de 2010 (expediente de prueba, folio 1671).

<sup>185</sup> *Cfr.* Auto de requerimiento de investigación policial de la denuncia No. 0801-2010-12739 de 17 de abril de 2010 (expediente de prueba, folios 2446 a 2447).

<sup>186</sup> *Cfr.* Oficio FEEPC 324/2013 y Oficio FEEPC 355/2013 de la Fiscalía de Etnias de 24 de mayo y 7 de junio de 2013 (expediente de prueba, folio 1641 y 1645).

<sup>187</sup> *Cfr.* Declaración de Edito Suazo Ávila de 3 de junio de 2013; declaración de Antonio Bernárdez Suazo de 3 de junio de 2013; declaración de Andrés Álvarez Bernárdez de 3 de junio de 2013, y declaración de Isabel Bernárdez Martínez de 3 de junio de 2013 (expediente de prueba, folios 1648 a 1664).

<sup>188</sup> *Cfr.* Acta de diligencia policial de 3 de junio de 2013 (expediente de prueba, folios 1665 a 1666), y Acta de diligencia policial de 4 de junio de 2013 (expediente de prueba, folios 1667 a 1669).

<sup>189</sup> *Cfr.* Informe de la Dirección Nacional de Investigación Criminal de 14 de junio de 2013 presentado a solicitud de la Fiscalía de Etnias (expediente de prueba, folios 1644 y 1646 a 1647). Asimismo, la Fiscalía de Etnias solicitó a la DNIC se obtenga los padrones fotográficos de Efraín y Alejandro Ortiz. Dicha solicitud no fue respondida, con base en lo obrante en el expediente ante la Corte. *Cfr.* Solicitud de actuación de diligencias de la Fiscalía de Etnias de 12 de junio de 2013 (expediente de prueba, folios 1642 a 1643).



155. El 19 de octubre de 2010 los señores Edito Suazo Ávila y Antonio Bernárdez Suazo, interpusieron una denuncia por el delito de abuso de autoridad ante la Fiscalía de Etnias, a efectos de investigar la presunta "construcción de una brecha de carretera que pasa[ría] por tierra propiedad de la [C]omunidad [G]arifuna de Punta Piedra, actualmente conocida como Río Miel, sin que se haya hecho la consulta debida a la comunidad tal como lo establece el Convenio 169[...]"<sup>190</sup>. La denuncia fue registrada con el No. 0801-2010-34463.

156. Al respecto, la Fiscalía de Etnias: a) emitió un auto de requerimiento de investigación policial el 3 de noviembre de 2010, ordenando una serie de diligencias a la DGIC, tales como: recabar declaraciones de testigos y del denunciante, solicitar información respecto de si la Alcaldía había autorizado la construcción de la brecha de carretera y la documentación pertinente, así como solicitar información sobre la realización de una consulta previa en relación con la construcción y la prueba pertinente de su realización<sup>191</sup>; b) solicitó al Director de INA la inspección de los terrenos propios de las comunidades para determinar las áreas usurpadas, lo que no se logró inicialmente, por falta de viáticos<sup>192</sup>; c) emitió un nuevo auto de requerimiento de investigación policial el 14 de mayo de 2013, reiterando las diligencias anteriormente dictadas y ordenando a la DGIC la realización de nuevas diligencias, tales como: una inspección ocular en la zona, y la solicitud de información sobre los encargados de la construcción de la carretera<sup>193</sup>; d) pidió a la Secretaría de Obras Públicas, Transporte y Vivienda (SOPTRAVI) de la zona, la remisión de información respecto a la unidad y personal encargados de la construcción de la carretera en el 2010<sup>194</sup>. Al día siguiente, el Director General de Carreteras informó que no se tenía proyecto alguno en la Comunidad de Punta Piedra<sup>195</sup>; e) requirió al Alcalde del Municipio de Irióna copia del permiso de construcción de la carretera del 2010<sup>196</sup>, por lo que el Vice Alcalde contestó indicando que no existía permiso alguno otorgado por la Alcaldía ni documentación de estudio de soporte alguno respecto de la misma<sup>197</sup>.

157. De las diligencias ordenadas, agentes de la DNIC realizaron la inspección ocular de la zona de Río Miel, por medio de la cual: a) confirmaron la existencia de una apertura de carretera frente a un lugar denominado "Pulpería y Hospedaje La Única". Dicha carretera conducía a "El Río Tinto Negro", pasando por el sector "Cerro Castillo", cerca de las propiedades de Paulino Mejía, sin embargo, los agentes no pudieron llegar hasta el final de la misma por la presunta presencia de personas armadas en la zona; b) tomaron fotografías de la apertura de dicha carretera, y c) dejaron constancia de que la Alcaldía no había autorizado ninguna construcción. Ello fue informado a la

---

<sup>190</sup> Cfr. Denuncia de 13 de abril de 2010, interpuesta el 19 de octubre de 2010 (expediente de prueba, folio 1482).

<sup>191</sup> Cfr. Auto de requerimiento de investigación policial de la denuncia No. 0801-2010-34463 de 3 de noviembre de 2010 (expediente de prueba, folios 1484 a 1485).

<sup>192</sup> Cfr. Escrito del Estado presentado ante la Comisión de 18 de febrero de 2011 (expediente de prueba, folio 551 a 552).

<sup>193</sup> Cfr. Auto de requerimiento de investigación policial de la denuncia No. 0801-2010-34463 de 14 de mayo de 2013 de 2010, *supra*, (expediente de prueba, folios 1484 a 1485 y 1487).

<sup>194</sup> Cfr. Oficio FEEPC-OF 65-2013 de la Fiscalía de Etnias de 15 de mayo de 2013 (expediente de prueba, folio 1486).

<sup>195</sup> Cfr. Oficio No. DGC 0861-2013 del SOPTRAVI de 16 de mayo de 2013 (expediente de prueba, folio 1488).

<sup>196</sup> Cfr. Oficio FEEPC-OF 319-2013 de la Fiscalía de Etnias de 23 de mayo de 2013 recibido el 3 de junio de 2013 (expediente de prueba, folio 1495).

<sup>197</sup> Cfr. Carta de la Municipalidad de Irióna de 3 de junio de 2013 (expediente de prueba, folio 1496).

Fiscalía de Etnias el 1 de agosto de 2013<sup>198</sup>. La Corte no cuenta con mayor información respecto de este proceso.

## **IX FONDO**

158. En atención a los derechos de la Convención alegados en el presente caso, la Corte realizará el siguiente análisis: 1) Derecho a la propiedad colectiva en relación con los artículos 1.1 y 2 de la Convención Americana; 2) Derecho a la protección judicial, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la Convención Americana, y 3) Derecho a la vida, a las garantías judiciales y a la protección judicial.

### **IX - 1 DERECHO A LA PROPIEDAD COLECTIVA EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 1.1 Y 2 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA**

#### ***A. Argumentos de la Comisión y de las partes***

159. La **Comisión** señaló que el Estado violó el artículo 21 de la Convención en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, debido a que, si bien en el presente caso no está en controversia el reconocimiento del derecho de propiedad de la Comunidad por parte del Estado, el mismo ha violado su obligación de garantizar la posesión pacífica de su territorio a través del saneamiento y su protección efectiva frente a terceros. Esto implica que, desde 1993 hasta la fecha, la Comunidad Garífuna de Punta Piedra no solo no puede controlar efectivamente y de manera armoniosa el territorio que históricamente le pertenece, sino que además sus miembros se encuentran en una situación de inseguridad que pone en riesgo sus derechos a la vida e integridad personal. Aunado a lo anterior, la Comisión indicó que el saneamiento del territorio ancestral de un pueblo indígena, es decir, el aseguramiento del goce y disfrute efectivo de su territorio tradicional de manera pacífica, es un componente del derecho a la propiedad colectiva.

160. Los **representantes** coincidieron en líneas generales con la Comisión. Aceptaron el hecho de que el Estado ha propuesto soluciones, pero a diferencia de la Comisión mantuvieron que estas no están definidas claramente en la ley ni han sido eficaces en la práctica, por lo que están condenadas al fracaso al no ser mecanismos idóneos para dar una respuesta adecuada. El Estado no garantizó la posesión pacífica del territorio indígena al no investigar denuncias, utilizar mecanismos ineficaces y haber permitido que se generara violencia por omisión en el cumplimiento de sus obligaciones. Asimismo, agregaron que "sobre la salvaguarda a favor de terceros que se suprimió de la segunda titulación es preciso que la Corte aplique la teoría de la continuidad en la identidad de los Estados, en términos de que la eliminación de esa cláusula fue realizada a través de un acto administrativo del Estado de Honduras en un auténtico avance en el reconocimiento de los derechos indígenas en Honduras y no un acto de un exministro a título personal, por lo que el Estado pretende "desconocer los actos firmes del mismo e ignorar los derechos ancestrales, titulares y convencionales de los Garífunas de Punta Piedra, [lo cual] representa un retroceso inaceptable".

---

<sup>198</sup> Cfr. Acta de diligencia policial de inspección ocular de 3 de junio de 2013 (expediente de prueba, 1497 a 1498); Solicitud de información de la Fiscalía de Etnias de 19 de junio de 2013 (expediente de prueba, folio 1489), e Informe de la Dirección Nacional de Investigación Criminal de 1 de agosto de 2013 presentado a solicitud de la Fiscalía de Etnias (expediente de prueba, folios 1490 a 1491).

161. El **Estado** reconoció que hacía falta garantizar la posesión pacífica de los territorios de las comunidades indígenas por medio del saneamiento y que por ello, de conformidad con la legislación hondureña, tiene la obligación de sanear el área ocupada por los pobladores de la Aldea Río Miel. El Estado indicó que ha tratado de sanear el título otorgado a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, para lo cual ha consensuado en dos ocasiones el valor de las mejoras a pagar a los pobladores de Río Miel. Al respecto, señaló que actualmente desconoce el valor de las mejoras que, a lo largo de más de 20 años de ocupación, han desarrollado en tales tierras los pobladores de Río Miel, pero que tiene previsto realizar nuevamente la actualización del avalúo de aquellas para poder proponerles el pago de las mismas, la compra de tierra en otro lugar para asentarlos en ellas y tratar de evitar la violencia que naturalmente se puede generar entre ambas comunidades. Posteriormente, en sus alegatos finales subrayó que el “Estado de Honduras cometió desafuero” al modificar el título otorgado en ampliación a la Comunidad, toda vez que esto constituyó una violación al derecho de ocupación de los pobladores de Río Miel y, por lo tanto, al derecho de que se les hubiera concedido en dominio pleno dicha tierra. En este sentido, el Estado de Honduras insistió en que no violó el derecho de propiedad de la Comunidad de Punta Piedra, ya que la tierra reclamada no estaba ocupada por ellos al momento de la titulación y en el momento presente tampoco se encuentra ocupada por ellos y, por tanto, no tienen derecho a que la tierra que solicitan sea saneada.

#### **B. Consideraciones de la Corte**

162. Primeramente, la Corte reitera que, como fue establecido en el apartado referente al reconocimiento parcial de responsabilidad del Estado, el mismo generó efectos jurídicos en relación con la violación del derecho a la propiedad, recogido en el artículo 21 de la Convención (*supra* párr. 45). No obstante, en el presente capítulo, la Corte analizará los argumentos de las partes y de la Comisión, a fin de determinar el alcance de la misma. Por su parte, la controversia respecto de los artículos 1.1 y 2 convencionales persiste, la cual será analizada, junto con sus alegatos en el apartado correspondientes (*infra* párrs. 203 a 211). Además, de conformidad con lo establecido en la consideración previa (*supra* párr. 56) y hechos probados (*supra* párr. 91), los estándares relativos a los derechos indígenas y tribales le son aplicables a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra.

163. Asimismo, en vista de la posición de las partes y la Comisión, se establecen tres controversias principales. La primera consiste en determinar el alcance de la obligación del Estado en garantizar el uso y goce de la propiedad titulada a favor de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra frente a terceros, con motivo de la alegada falta de posesión pacífica de su territorio tradicional; la segunda, respecto de la compatibilidad de la legislación interna aplicable con la Convención Americana, y la tercera, respecto del momento en que se actualiza el derecho a la consulta previa. Cabe hacer notar, que en este caso la Comisión no presentó como hecho relevante la situación de los habitantes de Río Miel, como una población establecida en el territorio, lo cual este Tribunal tendrá en cuenta al momento de abordar una solución al presentecaso.

164. En este sentido, la Corte analizará dichas controversias en los siguientes apartados: a) el derecho a la propiedad colectiva indígena y tribal; b) la garantía del uso y goce de la propiedad colectiva y la ausencia de saneamiento del territorio garífuna; c) la regulación de Honduras relativa a la propiedad, y d) la obligación de garantizar el derecho a la consulta e identidad cultural.

### **B.1 El derecho a la propiedad colectiva indígena y tribal**

165. La Corte recuerda su jurisprudencia en la materia, en el sentido de que el artículo 21 de la Convención Americana protege la estrecha vinculación que los pueblos indígenas guardan con sus tierras, así como con los recursos naturales de las mismas y los elementos incorpóreos que se desprenden de ellos. Entre los pueblos indígenas existe una tradición comunitaria sobre la propiedad colectiva de la tierra, en el sentido de que la pertenencia a esta no se centra en un individuo sino en el grupo y su comunidad<sup>199</sup>. Tales nociones del dominio y de la posesión sobre las tierras no necesariamente corresponden a la concepción clásica de propiedad, pero la Corte ha establecido que merecen igual protección del artículo 21 de la Convención Americana. Desconocer las versiones específicas del ejercicio del derecho al uso y goce de los bienes dadas por la cultura, usos, costumbres y creencias de cada pueblo, equivaldría a sostener que solamente existe una forma de usar y disponer de los bienes, lo que a su vez significaría hacer ilusoria la protección de tal disposición para estos colectivos<sup>200</sup>.

166. La Corte ha tenido en cuenta que los indígenas por el hecho de su propia existencia tienen derecho a vivir libremente en sus territorios; la estrecha relación que los indígenas mantienen con la tierra debe de ser reconocida y comprendida como la base fundamental de sus culturas, su vida espiritual, su integridad y su sistema económico. Para las comunidades indígenas la relación con la tierra no es meramente una cuestión de posesión y producción, sino un elemento material y espiritual del que deben gozar plenamente, inclusive para preservar su legado cultural y transmitirlo a las generaciones futuras<sup>201</sup>. "La cultura de los miembros de las comunidades indígenas corresponde a una forma de vida particular de ser, ver y actuar en el mundo, constituido a partir de su estrecha relación con sus tierras tradicionales y recursos naturales, no sólo por ser estos su principal medio de subsistencia, sino además porque constituyen un elemento integrante de su cosmovisión, religiosidad y, por ende, de su identidad cultural"<sup>202</sup>, por lo que la protección y garantía del derecho [al uso y goce de su territorio], es necesaria para garantizar [no sólo] su supervivencia<sup>203</sup>, sino su desarrollo y evolución como Pueblo.

167. Debido a la conexión intrínseca que los integrantes de los pueblos indígenas y tribales tienen con su territorio, la protección del derecho a la propiedad, uso y goce sobre este es necesaria para garantizar su supervivencia. Esta conexión entre el territorio y los recursos naturales que han usado tradicionalmente los pueblos indígenas y tribales y que son necesarios para su supervivencia física y cultural, así como el desarrollo y la continuidad de su cosmovisión, es preciso protegerla bajo el

---

<sup>199</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs Nicaragua. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2001. Serie C 79, párr. 148 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 14 de octubre de 2014. Serie C No. 284, párr. 111.

<sup>200</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de marzo de 2006. Serie C 146, párr. 120 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros, supra*, párr. 111.

<sup>201</sup> Cfr. *Caso Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni, supra*, párr. 149 y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek. Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de agosto de 2010 Serie C No. 214, párr. 86.

<sup>202</sup> *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa, supra*, párr. 135 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros, supra*, párr. 112.

<sup>203</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Indígena Yakye Axa, supra*, párrs. 124, 135 y 137 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros, supra*, párr. 112.

artículo 21 de la Convención para garantizar que puedan continuar viviendo su modo de vida tradicional y que su identidad cultural, estructura social, sistema económico, costumbres, creencias y tradiciones distintivas serán respetadas, garantizadas y protegidas por los Estados<sup>204</sup>.

168. La jurisprudencia de esta Corte ha reconocido reiteradamente el derecho de propiedad de los pueblos indígenas sobre sus territorios tradicionales, y el deber de protección que emana del artículo 21 de la Convención Americana a la luz de las normas del Convenio 169 de la OIT<sup>205</sup>, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, así como los derechos reconocidos por los Estado en sus leyes internas o en otros instrumentos y decisiones internacionales<sup>206</sup>, conformando así un *corpus iuris* que define las obligaciones de los Estados Partes de la Convención Americana, en relación con la protección de los derechos de propiedad indígenas. Por tanto, al analizar el contenido y alcance del artículo 21 de la Convención en el presente caso, la Corte tomará en cuenta, a la luz de las reglas generales de interpretación establecidas en el artículo 29.b de la misma y como lo ha hecho anteriormente<sup>207</sup>, la referida interrelación especial de la propiedad comunal de las tierras y los pueblos indígenas, así como las alegadas gestiones que ha realizado el Estado para hacer plenamente efectivos estos derechos<sup>208</sup>.

### **B.2 La garantía del uso y goce de la propiedad colectiva**

169. La Corte ha interpretado el artículo 21 de la Convención estableciendo que el deber de los Estados de adoptar medidas para asegurar a los pueblos indígenas su derecho a la propiedad implica necesariamente, en atención al principio de seguridad jurídica, que el Estado debe delimitar, demarcar y titular los territorios de las comunidades indígenas y tribales<sup>209</sup>. Asimismo, la Corte ha explicado que es necesario materializar los derechos territoriales de los pueblos indígenas a través de la adopción de las medidas legislativas y administrativas necesarias para crear un mecanismo efectivo de delimitación, demarcación y titulación, que reconozca tales derechos en la práctica. Lo anterior, considerando que el reconocimiento de los derechos de propiedad comunal indígena debe garantizarse a través del otorgamiento de un título de propiedad formal, u otra forma similar de reconocimiento estatal, que otorgue seguridad jurídica a la tenencia indígena de la tierra frente a la acción de terceros o de los agentes del propio Estado, y que este "reconocimiento meramente abstracto o jurídico de las tierras, territorios o recursos indígenas carece prácticamente de sentido si no se [establece, delimita y demarca] físicamente la propiedad"<sup>210</sup>.

---

<sup>204</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párrs. 124, 135 y 137 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros*, *supra* párr. 112.

<sup>205</sup> Cfr. OIT, Convenio 169 sobre pueblos indígenas y tribales, *supra*, artículo 18.

<sup>206</sup> *Inter alia*, ONU. Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de las Naciones Unidas; ONU. Comité de Derechos Humanos; ONU, Comité para la Eliminación de la Discriminación Racial; ONU, Relatora Especial sobre los derechos de los pueblos indígenas; ONU, Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas; CIDH, Relatoría sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de la CIDH; Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre.

<sup>207</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni*, *supra*, párr. 148 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros*, *supra*, párr. 113.

<sup>208</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 124 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros*, *supra*, párr. 113.

<sup>209</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni*, *supra*, párr. 153 y 164 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros*, *supra*, párr. 119.

<sup>210</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 143 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros*, *supra*, párr. 135.

170. En este caso, no se presenta controversia respecto de los deberes de delimitación, demarcación o titulación del territorio, ya que el Estado realizó los mismos y el territorio en conflicto se encuentra actualmente titulado a favor de dicha comunidad garífuna. Sin embargo, es preciso definir la relevancia y alcance de la garantía efectiva del uso y goce de la propiedad indígena, la cual se encuentra recogida directamente en el artículo 21 Convención Americana.

### ***B.2.1 Respeto de la garantía del uso y goce de la propiedad colectiva en el derecho internacional***

171. A continuación, en el presente apartado se hará alusión a los principales estándares generales en materia de uso y goce de la propiedad indígena y tribal, sin perjuicio de las consideraciones y ponderaciones específicas que amerite el caso en particular.

172. Respecto del uso y goce del territorio indígena y tribal, este Tribunal recuerda su jurisprudencia según la cual se indica, *inter alia* que: "1) la posesión tradicional de los indígenas sobre sus tierras tiene efectos equivalentes al título de pleno dominio que otorga el Estado, por lo que el área poseída en la práctica es equivalente a la propiedad; 2) la posesión tradicional otorga a los indígenas el derecho a exigir el reconocimiento oficial de propiedad y su registro; 3) los miembros de los pueblos indígenas que por causas ajenas a su voluntad han salido o perdido la posesión de sus tierras tradicionales mantienen el derecho de propiedad sobre las mismas, aún a falta de título legal, salvo cuando las tierras hayan sido legítimamente trasladadas a terceros de buena fe, y 4) los miembros de los pueblos indígenas que involuntariamente han perdido la posesión de sus tierras, y estas hayan sido trasladadas legítimamente a terceros inocentes, tienen el derecho de recuperarlas o a obtener otras tierras de igual extensión y calidad"<sup>211</sup>. Asimismo, en el *Caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua* la Corte señaló que los Estados deben garantizar la propiedad efectiva de los pueblos indígenas y abstenerse de realizar actos que puedan llevar a que los agentes del propio Estado, o terceros que actúen con su aquiescencia o su tolerancia, afecten la existencia, el valor, el uso o el goce de su territorio<sup>212</sup>. En el *Caso del Pueblo Saramaka Vs. Suriname* se estableció que los Estados deben garantizar el derecho de los pueblos indígenas de controlar efectivamente y ser propietarios de su territorio sin ningún tipo de interferencia externa de terceros<sup>213</sup>. En el *Caso Sarayaku del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador* se dispuso que los Estados deben garantizar el derecho de los pueblos indígenas al control y uso de su territorio y recursos naturales<sup>214</sup>. La Comisión Interamericana también se ha pronunciado al respecto<sup>215</sup>.

---

<sup>211</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya*, *supra*, párr. 128 y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 109..

<sup>212</sup> Cfr. *Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, *supra*, párr. 164 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kunade Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros*, *supra*, párr. 232.

<sup>213</sup> *Caso del Pueblo Saramaka. Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de noviembre de 2007. Serie C No. 172, párr. 115.

<sup>214</sup> *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y reparaciones*. Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245, párr. 146.

<sup>215</sup> La Comisión Interamericana en su Informe Derechos de los Pueblos Indígenas y Tribales sobre sus Tierras Ancestrales y Recursos Naturales, sistematizó algunos criterios que se deben tener en cuenta cuando existen conflictos de la propiedad con terceros. La Comisión, señaló que "los pueblos indígenas o tribales y sus miembros tienen derecho a que su territorio sea reservado para ellos, sin que existan dentro de sus tierras asentamientos o presencia de terceros o colonos no indígenas". Señaló que como consecuencia de este derecho "el Estado tiene una obligación correlativa de prevenir la invasión o colonización del territorio indígena o tribal por parte de otras personas". En consecuencia, estableció que el Estado tiene "el deber de realizar las gestiones y actuaciones necesarias para reubicar a aquellos habitantes no indígenas del territorio

173. Por su parte, el Convenio 169 de la OIT, en su artículo 14.1 señala que “[...] deberán tomarse medidas para salvaguardar el derecho de los pueblos interesados a utilizar tierras que no estén exclusivamente ocupadas por ellos, pero a las que hayan tenido tradicionalmente acceso para sus actividades tradicionales y de subsistencia”. El artículo 14.2 dispone que “los gobiernos deberán [...] garantizar la protección efectiva de sus derechos de propiedad y posesión”. Asimismo, el artículo 17.3 señala la obligación de los Estados parte de impedir que personas ajenas a las comunidades indígenas obtengan la propiedad, posesión o uso de los territorios indígenas aprovechándose de sus costumbres o de su desconocimiento de la ley. En su artículo 18 dispone que “[l]a ley deberá prever sanciones apropiadas contra toda intrusión no autorizada en las tierras de los pueblos interesados o todo uso no autorizado de las mismas por personas ajenas a ellos, y los gobiernos deberán tomar medidas para impedir tales infracciones”.

174. En este mismo sentido, la Declaración sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de la ONU reconoce en su artículo 26 “el derecho a las tierras, territorios y recursos que tradicionalmente han poseído, ocupado o utilizado o adquirido”, así como el derecho a poseer, utilizar, desarrollar y controlar esas tierras, por lo que los Estados deben asegurar el reconocimiento y protección jurídicos de esos territorios respetando las costumbres, tradiciones y los sistemas de tenencia de la tierra de los pueblos indígenas<sup>216</sup>.

175. De igual manera, el Comité contra la Discriminación Racial en su Observación General No. 23 exhortó a los Estados a que “reconozcan y protejan los derechos de los [P]ueblos [I]ndígenas a poseer, explotar, controlar y utilizar sus tierras [y que cuando han sido ocupados por terceros sin el consentimiento libre e informado de esos pueblos], [se] adopten medidas para que sean devueltas”<sup>217</sup>.

176. La Relatoría Especial sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de la ONU ha resaltado la obligación de garantizar el uso y goce de la propiedad indígena y tribal, cuando este se encuentra ocupado por terceros, a través del saneamiento del territorio<sup>218</sup>. Por su parte, en su peritaje ante esta Corte, el ex Relator, James Anaya resaltó el deber de los Estados de garantizar el derecho a la propiedad colectiva de pueblos indígenas frente a la invasión de personas no indígenas, así como de resolver la situación de conflictividad derivada de tales situaciones<sup>219</sup>.

---

que se encuentren asentados allí”. CIDH, Derechos de los Pueblos Indígenas y Tribales sobre sus Tierras Ancestrales y Recursos Naturales. Normas y jurisprudencia del Sistema Interamericano de Derechos Humanos, *supra*, párr. 114.

<sup>216</sup> Cfr. ONU, Declaración de las Naciones Unidas sobre Derechos de los Pueblos Indígenas, Resolución 61/295, 107ª sesión plenaria de la Asamblea General, 13 de septiembre de 2007, art. 26. Disponible en: [http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS\\_es.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_es.pdf). En este sentido, el Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de las Naciones Unidas ha hecho énfasis en la obligación de los Estados de proteger dichas tierras de toda injerencia de cualquier institución, empresa o persona. Cfr. ONU, Foro Permanente. Informe de seguimiento sobre los pueblos indígenas y el derecho a participar en la adopción de decisiones, con especial atención a las industrias extractivas.

<sup>217</sup> ONU, Comité para la Discriminación Racial, Observación General No. 23 relativa a los derechos de los pueblos indígenas, 51 período de Sesiones, A/52/18 ANEXO v, 1997, Recomendación 5. Disponible en: [http://confdts1.unog.ch/1%20SPA/Tradutek/Derechos\\_hum\\_Base/CERD/00\\_3\\_obs\\_grales\\_CERD.html#GEN\\_23](http://confdts1.unog.ch/1%20SPA/Tradutek/Derechos_hum_Base/CERD/00_3_obs_grales_CERD.html#GEN_23)

<sup>218</sup> Cfr. ONU, Mandato del Relator Especial sobre los derechos de los pueblos indígenas, Comunicación de 10 de mayo de 2013. Disponible en: [https://spdb.ohchr.org/hrdb/24th/public-UA\\_Nicaragua\\_10.05.13\\_\(1.2013\).pdf](https://spdb.ohchr.org/hrdb/24th/public-UA_Nicaragua_10.05.13_(1.2013).pdf)

<sup>219</sup> Peritaje de James Anaya, rendido ante la Corte (expediente de fondo, folio 527).

177. Por su parte, el Perito José Aylwin señaló (*supra*, párr. 10) que:

“Los Estados deben además prevenir la apropiación e invasión de sus tierras y territorios [indígenas] por parte de terceros [...]. [Del mismo modo] [l]os pueblos indígenas tienen derecho a que los Estados les protejan de ataques de terceros en el contexto de conflicto sobre la propiedad adoptando para ello medidas especiales en atención a su situación particular de vulnerabilidad”. [...]. [La obligación de sanear los territorios] [e]s una realidad común a muchas tierras [...] indígenas de ocupación tradicional [en la que] los procesos de identificación, demarcación, se encuentran con las propiedades de terceros, muchas veces propiedades ilegales y en ocasiones de buena fe [...]. Las obligaciones para los Estados son diversas, ellas incluyen la reubicación [de tercero], el pago de una compensación cuando hay mejoras y también el prevenir conflictos que puedan suscitarse como consecuencia de esta intrusión de terceros en esos espacios”.

178. La Corte toma nota de países de la región como Colombia que reconocen expresamente la obligación del saneamiento en su derecho interno como garantía del uso y goce de la propiedad colectiva. En este sentido, en junio de 2013, la Corte Constitucional de Colombia emitió su Sentencia T-387/13, en la cual, utilizando varias de las fuentes anteriormente citadas<sup>220</sup>, determinó que el Estado se encuentra obligado a proteger los territorios colectivos e indicó que el derecho a la propiedad colectiva comprende la obligación de saneamiento y protección contra actos de terceros<sup>221</sup>.

179. Por su parte, la Corte ha verificado un consenso internacional respecto de la inalienabilidad e imprescriptibilidad de los territorios indígenas como protección del uso y goce del territorio indígena. En este sentido, también ha sido regulado así en Honduras y varios países de la región, por ejemplo Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Paraguay, Perú y Venezuela<sup>222</sup>.

---

<sup>220</sup> La Corte Constitucional de Colombia en su Sentencia T-387/13, de conformidad con los precedentes citados de la Corte Interamericana, y según la interpretación autorizada de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y el Comité para la Eliminación de la Discriminación Racial sostuvo que: “(i) no es necesaria la posesión para que los pueblos indígenas reclamen la delimitación y protección de su territorio; (ii) los pueblos indígenas tienen derecho a la restitución de sus territorios una vez han pasado a manos de terceros; (iii) el derecho a la restitución subsiste hasta que permanezca el vínculo que los une con su territorio y/o hasta que desaparezcan los obstáculos de hecho como la violencia que les han impedido usar sus territorios; (iv) es necesario considerar si con la limitación del derecho a la propiedad, se afecta a otro tipo de derechos. De acuerdo con los estándares de la Corte Interamericana para establecer si una limitación del derecho a la propiedad se encuentra conforme con la Convención Americana es necesario que reúna los requisitos de legalidad, necesidad, proporcionalidad y el logro de un objetivo legítimo en una sociedad democrática”. Disponible en: <http://corteconstitucional.gov.co/relatoria/2013/T-387-13>.

<sup>221</sup> Cfr. Corte Constitucional de Colombia, Sentencia T-38713, párrs. 9, 10 y 11.

<sup>222</sup> Cfr. Honduras: Decreto N°. 82-2004, “Ley de propiedad” de 2004., disponible en: <https://www.ccit.hn/wp-content/uploads/2013/12/LEY-DE-PROPIEDAD.pdf>; Argentina: Constitución de la Nación Argentina de 1853, artículo 75.17, disponible en: <http://www.senado.gov.ar/deInteres>; Constitución de la Provincia del Chaco de 1994, artículo 37, disponible en: [http://www.intertournet.com.ar/argentina/constitucion\\_chaco.htm](http://www.intertournet.com.ar/argentina/constitucion_chaco.htm); Constitución de la Provincia del Chubut de 1994, artículo 34,, disponible en: [http://www.legischubut2.gov.ar/documentos/Constitucion\\_provincial.pdf](http://www.legischubut2.gov.ar/documentos/Constitucion_provincial.pdf); Constitución de la Provincia de Salta de 1986, artículo 15.I, disponible en: <http://www.cmagistraturasalta.gov.ar/images/uploads/constitucion-provincial.pdf>; Provincia de Salta, Ley N°. 4086 de 1966, disponible en: <http://digesto.diputadosalta.gob.ar/leyes/4086.pdf>; Constitución de la Provincia de Formosa de 1957, artículo 79, disponible en: <http://mininterior.gov.ar/provincias/formosa/cp-formosa.pdf>; Ley 2727 de 1989, Provincia de Misiones, disponible en: [http://www.diputadosmisiones.gov.ar/digesto\\_juridico/documentos/218.pdf](http://www.diputadosmisiones.gov.ar/digesto_juridico/documentos/218.pdf); Bolivia: Nueva Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia de 2008, artículo 394.III,, disponible en: <http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>; Ley N°. 1715 de 1996, Ley del Servicio Nacional de Reforma Agraria,, disponible en: <http://bolivia.infoleyes.com/shownorm.php?id=1274>; Brasil: Constitución Política de la República Federativa de Brasil de 1988, artículo 231.4, disponible en:



## **B.2.2 La garantía del uso y goce, a través del saneamiento en Honduras y el Acta Compromiso de 2001**

180. La Corte nota que no existe una concepción expresa del saneamiento en materia de territorios indígenas dentro de la legislación hondureña<sup>223</sup>. No obstante, el acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001 (*supra* párrs. 113 y 114 )<sup>224</sup>, se refiere al alcance de dicha obligación de la siguiente manera:

“El Estado está obligado a realizar el proceso de saneamiento a favor de la Comunidad de Punta Piedra pagando las mejoras a los habitantes de la Aldea de Río Miel para que la Comunidad Garífuna [de Punta Piedra] pueda hacer uso del derecho pleno de propiedad que le da la documentación ancestral y la otorgada por el Instituto Nacional Agrario.

[...] El Estado a través del Instituto Nacional Agrario debe buscar de la manera más diligente un predio donde se puedan reubicar las familias indemnizadas, además, a través de las Instituciones competentes se deben de realizar todas las acciones para apoyar el derecho de vivienda, de salud, de educación, de agua y de otros beneficios que garanticen las condiciones apropiadas a la población reubicada y que de una vez por todas la comunidad de Punta Piedra pueda ejercer el dominio en las tierras reivindicadas”

---

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=Pdf/0507>; Chile: Ley 19.253 de 1993, que “[e]stablece normas sobre protección, fomento y desarrollo de los indígenas, y crea la corporación nacional de desarrollo indígena” (reformada 25 de marzo de 2014), disponible en: <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30620>; Colombia: Constitución Política de Colombia de 1991, artículos 63 y 329, disponible en: <http://www.constitucioncolombia.com/indice.php>; Decreto 2164 de 1995, disponible en: [http://www.incoder.gov.co/documentos/A%C3%910\\_2015/MODIFICACION%20WEB%202015/NORMOGRAMA/Decreto%202164%20de%201995%20-%20Reglamento%20de%20Tierras%20para%20Ind%C3%ADgenas.pdf](http://www.incoder.gov.co/documentos/A%C3%910_2015/MODIFICACION%20WEB%202015/NORMOGRAMA/Decreto%202164%20de%201995%20-%20Reglamento%20de%20Tierras%20para%20Ind%C3%ADgenas.pdf); Costa Rica: Ley 6172 de 1977, Ley indígena, disponible en: [http://www.wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file\\_id=221055](http://www.wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file_id=221055); Ecuador: Constitución del Ecuador de 2008, artículo 57.4, disponible en: [http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion\\_de\\_bolsillo.pdf](http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf); Paraguay: Constitución Nacional del Paraguay de 1992, artículo 64, disponible en: [http://www.oas.org/juridico/spanish/par\\_res3.htm](http://www.oas.org/juridico/spanish/par_res3.htm); Perú: Decreto Legislativo N°. 295 de 1984, Código Civil, disponible en: [http://spij.minjus.gob.pe/CLP/contenidos.dll/demo/coleccion00000.htm/tomo00006.htm/sumilla00008.htm?f=templates\\$fn=document-frame.htm\\$3.0#JD\\_ccsctu](http://spij.minjus.gob.pe/CLP/contenidos.dll/demo/coleccion00000.htm/tomo00006.htm/sumilla00008.htm?f=templates$fn=document-frame.htm$3.0#JD_ccsctu); Decreto Ley N°. 22175 de 1978, Ley de Comunidades Nativas y de Desarrollo Agrario de la Selva y Ceja de Selva, disponible en: <http://www.iadb.org/Research/legislacionindigena/leyn/docs/PERU-Decreto-Ley-22175-78-ley-Comunidades-Nativas-.pdf>; Venezuela: Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999, artículo 119, disponible en: [http://www.cne.gob.ve/web/normativa\\_electoral/constitucion/titulo3.php#art119](http://www.cne.gob.ve/web/normativa_electoral/constitucion/titulo3.php#art119), y “Ley orgánica de pueblos y comunidades indígenas de 2005”, disponible en: <http://www.unes.edu.ve/bibliotecaunes/custodia/leyes/ley34.pdf>. Cfr. *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros*, *supra*, párr. 142.

<sup>223</sup> De conformidad con el Código Civil de Honduras se define el saneamiento para casos de compraventa en el siguiente sentido: a) el artículo 1620 establece que el vendedor está obligado a la entrega y saneamiento de la cosa objeto de la venta; b) el artículo 1631 establece que, en virtud del saneamiento a que se refiere el artículo 1620, el vendedor responderá al comprador de la posesión legal y pacífica de la cosa vendida y de los vicios o defectos ocultos que tuviere. Pero esta figura se encuentra regulada en el Código Civil de Honduras solo en relación con: a) la acción reivindicatoria o de dominio (art. 879); b) la partición de bienes (arts. 1257.2 y 1258); c) la donación (arts. 1329 y 1330); d) la compraventa, tanto en casos de evicción como de defectos o gravámenes ocultos (arts. 1620, 1631-1633, 1635, 1637, 1638, 1641, 1643, 1644 y 1652); e) transmisión de créditos y demás derechos incorporales (art. 1672), y f) arrendamiento de cosas (arts. 1683, 1696 y 1700), sin hacer referencia a saneamiento de las tierras indígenas.

<sup>224</sup> En este sentido, ver también el Acuerdo Ejecutivo número 035-2001 de 28 de Agosto de 2001.

181. En vista de todo lo anterior, la Corte reitera la obligación del Estado de garantizar el uso y goce efectivo del derecho a la propiedad indígena o tribal, para lo cual pueden adoptarse diversas medidas, entre ellas el saneamiento. En este sentido, para efectos del presente caso, el Tribunal entiende que el saneamiento consiste en un proceso que deriva en la obligación del Estado de remover cualquier tipo de interferencia sobre el territorio en cuestión. En particular, se realizará a través de la posesión plena del legítimo propietario y, de ser procedente y según lo acordado, mediante el pago de mejoras y la reubicación de los terceros ocupantes, a fin de que la Comunidad de Punta Piedra pueda hacer uso y goce pacífico y efectivo de su dominio pleno de la propiedad colectiva.

### **B.3 La falta del uso y goce del territorio de la Comunidad de Punta Piedra**

182. Siendo reconocida por parte del Estado la obligación de garantizar el uso y goce, a través del saneamiento (*supra* párr. 114), la Corte analizará en qué momento el Estado tuvo conocimiento de la ocupación de terceros en el territorio en cuestión, a fin de proceder al saneamiento respectivo.

183. En este sentido, la Corte constata que, según diversas declaraciones, la ocupación en la Aldea de Río Miel comenzó entre los años 1987 y 1993 (*supra* párr. 102), mas no hay registros oficiales de la misma. Cabe recordar que el primer título le fue otorgado a la Comunidad de Punta Piedra en 1993 por una superficie de aproximadamente 800 ha, en relación con un territorio respecto del cual contaba con un título ejidal desde 1920 (*supra* párr. 92). Posteriormente, mediante constancia del INA de 22 de diciembre de 1999, la Comunidad de Punta Piedra solicitó la ampliación de su territorio a través del expediente #10775 – 52147<sup>225</sup> por un área de 3,000 ha. No obstante, solamente se le demarcaron y titularon 1,513 ha adicionales, excluyendo expresamente 46 ha de quienes tenían título en la zona, y se precisaron las colindancias (*supra* párrs. 96 y 98). La suma total del territorio titulado a favor de la Comunidad de Punta Piedra ascendió a 2.314 ha (*supra* párr. 101). Cabe señalar, que en el título de ampliación de 6 de diciembre de 1999, el cual fue revocado en su cláusula el 11 de enero de 2000 (*supra* párr. 100), se preveía que “se excluye[ran] de la adjudicación las superficies ocupadas y explotadas por personas ajenas a la Comunidad, reservándose el Estado el derecho de disponer de las mismas para adjudicarlas a favor de los ocupantes que reúnan los requisitos de ley”. No se especificó el número de personas ni el área ocupada.

184. Además, con motivo de los reclamos de ocupación, en 2001 se firmó el acta de compromiso entre las partes (*supra* párr. 114), a fin de sanear el territorio titulado y evitar los conflictos presentados, así como el acta de entendimiento en 2006<sup>226</sup> con el mismo fin, en la cual se reiteró explícitamente a la problemática de ocupación de terceros (*supra* párr. 119). En 2007 el INA emitió el informe catastral, en el que se registró el incremento en la ocupación de terceros en la zona del segundo título. Adicionalmente, persistiendo la problemática, el caso fue presentado ante la Comisión Interamericana el 29 de octubre de 2003, dictándose el Informe de Admisibilidad el 24 de marzo de 2010 y el Informe de Fondo el 21 de marzo de 2013, donde se describió

<sup>225</sup> Cfr. Constancia del INA de 22 de diciembre de 1999 (expediente de fondo, folio 632).

<sup>226</sup> Las medidas que se solicitaron para sanear el territorio fueron la suscripción del acta de compromiso en el 2001, las solicitudes al Congreso Nacional para la adopción de partidas presupuestales, las peticiones de información al INA, la adopción del acta de entendimiento en el 2006 y la participación en reuniones de trabajo a efectos de concretar el saneamiento de su territorio.

la gravedad derivada de la ausencia de saneamiento. Finalmente, según el informe de campo de 2013, la Aldea de Río Miel contaba con un desarrolló de infraestructura de agua y luz, entre otras.

185. En este sentido, la Corte constata que el Estado tuvo conocimiento respecto de la ocupación de terceros en la zona, al menos desde la valoración de la solicitud de ampliación de 1999, luego con el título definitivo de 5 de enero de 2000. Posteriormente, una vez titulado el territorio, el Estado tuvo noticia en diversas ocasiones más de la continua y creciente ocupación de terceros en parte del territorio titulado y reclamado, sin que el mismo actuara con la debida diligencia para tutelar dicho territorio y/o arribar a una solución definitiva.

186. Respecto del momento en el que el Estado debió haber saneado el territorio, en el presente caso, la Corte toma nota que, de manera previa al segundo título de ampliación, el Estado no deslindó claramente las zonas que supuestamente se encontrarían ocupadas por terceros, a fin de prever y resolver los problemas de la ocupación progresiva, a través de medidas destinadas a garantizar el uso y goce del territorio previo a su titulación. Sin embargo, la Corte estima que, si bien dicha medida de saneamiento por lo general, y según el caso, debía preceder a la titulación, es en definitiva que, una vez titulado el territorio, que el Estado tenía ya el deber irrefragable de sanear el territorio titulado, a fin de garantizar el uso y goce efectivo de la propiedad colectiva de la Comunidad de Punta Piedra. Dicha obligación correspondía ejercerla al Estado de oficio y con extrema diligencia, tutelando también los derechos de terceros<sup>227</sup>.

187. Sobre las medidas adoptadas por el Estado, si bien este realizó el acuerdo y el acta de 2001 y 2006, respectivamente, entre las partes con el fin de pagar las mejoras a la Comunidad de Río Miel y reubicarlos, la Corte constata que el Estado no asumió dicho compromiso como un deber propio ni ejecutó acciones sostenidas orientadas a alcanzar su efecto útil, sino que de ello se desprende que dicho compromiso se siguió como una gestión destinada al fracaso que, por ejemplo, una vez requerido el presupuesto correspondiente al Congreso Nacional, este nunca se adoptó para tal fin (*supra* párr. 118 y 123). Asimismo, según lo alegado por el Estado, son las presuntas víctimas quienes debieron interponer recursos frente al incumplimiento del Estado, delegando así la responsabilidad asumida en los acuerdos alcanzados por el propio Estado en el actuar recursivo de las presuntas víctimas (*infra* párr. 230).

188. Es en este sentido la Corte reitera el reconocimiento efectuado por Honduras, en el cual manifestó que:

---

<sup>227</sup> Al respecto, el Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales de las Naciones Unidas señala la necesidad de un marco legal que sea acorde al artículo 11 del Pacto. El Comité considera que entre las garantías procesales que se deberían aplicar en el contexto de los desalojos forzosos figuran: a) una auténtica oportunidad de consultar a las personas afectadas; b) un plazo suficiente y razonable de notificación a todas las personas afectadas con antelación a la fecha prevista para el desalojo; c) facilitar a todos los interesados, en un plazo razonable, información relativa a los desalojos previstos y, en su caso, a los fines a que se destinan las tierras o las viviendas; d) la presencia de funcionarios del gobierno o sus representantes en el desalojo, especialmente cuando éste afecte a grupos de personas; e) identificación exacta de todas las personas que efectúen el desalojo; f) no efectuar desalojos cuando haga muy mal tiempo o de noche, salvo que las personas afectadas den su consentimiento; g) ofrecer recursos jurídicos; y h) ofrecer asistencia jurídica siempre que sea posible a las personas que necesiten pedir reparación a los tribunales. *Cfr.* El Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales de las Naciones Unidas, Observación General No. 7 (1997), párrafo 15.

"[e]l Estado de Honduras se allana parcialmente al hecho y pretensión consistente en el pago de las mejoras para sanear el derecho de propiedad de la Comunidad de Punta Piedra sobre su territorio, en razón [de] que en el presente caso el Estado de Honduras ha mantenido una posición objetiva y coherente, en el sentido [de] que no está en discusión tal derecho, ni la entrega de un título jurídico que reconozca el mismo, sino la obligación de garantizar su posesión pacífica a través del saneamiento y su protección efectiva frente a terceros" (*supra*, párr. 35).

189. Por tanto, la falta de garantía del uso y goce, a través de la ausencia de saneamiento por parte del Estado del territorio de la Comunidad de Punta Piedra, durante más de 15 años, así como la falta de ejecución de dichos acuerdos, derivaron en graves tensiones entre las comunidades en cuestión. Esto ha impedido a la Comunidad de Punta Piedra gozar de la posesión y protección efectiva de su territorio frente a terceros en contravención al derecho a la propiedad colectiva.

### **B.3.1 Respeto del incremento en la ocupación de terceros en el territorio titulado**

190. El informe catastral de 2007 aportó la información respecto de la extensión de tierra ocupada por terceros en esa fecha. Sin embargo, existe controversia respecto del territorio del segundo título que posteriormente a dicho informe y hasta la actualidad se encontraría ocupado por terceros ajenos a la Comunidad de Punta Piedra. En este sentido, la Corte analizará lo conducente.

191. En este sentido, los **representantes** refirieron en sus alegatos finales que "el área total ocupada por los colonos de Río Miel correspond[ía] a toda el área del título de ampliación de 1999 [...] a la que los colonos han dado uso en potreros cercados para ganadería extensiva, zonas de vivienda y zonas de cultivo. Los periodos de ocupación se dan en tres momentos: antes del 93 no existían invasiones de los colonos; del año 1993 a 2003 se establecieron los antiguos colonos, y del 2003 a la fecha se vendieron estas tierras a los nuevos colonos [...]". En sus observaciones a la diligencia *in situ* los representantes enfatizaron que del sobrevuelo realizado en la visita se pudo "observ[ar] que la región está totalmente cubierta con monocultivos de palma africana y viviendas de la Comunidad de Río Miel en los cerros, así como extensas zonas de potreros y áreas aradas. Ninguna de esas actividades agrícolas responde al modelo de cultivo Garífuna".

192. Por su parte, en sus alegatos finales el **Estado** señaló que es un hecho probado por las declaraciones de los miembros de la Comunidad Garífuna que las tierras que reclaman están ocupadas y explotadas por los pobladores de Río Miel desde el año 1993 y de acuerdo con el Informe Catastral del INA "se constató la existencia de un área aproximada a las 612.13 ha que se encontraban ocupadas por estos pobladores". Según lo dicho por el Estado, actualmente la ocupación de los pobladores de Río Miel "se define como una consolidación de su centro poblado en virtud de contar con una infraestructura habitacional consolidada, con construcciones permanentes, servicios públicos como agua potable y energía eléctrica [...]. Existe en la actualidad un total de 71 cabezas de familia para un total de 355 habitantes que ocupan en forma conjunta 612.13 ha que son explotadas en los rubros ganadero, palma africana y cultivos de plátano y arroz".

193. La Corte toma nota que durante la audiencia del caso los representantes preguntaron a la presunta víctima Doroteo Thomas Rodríguez, sobre la extensión del área ocupada por los colonos de Río Miel, a lo que este respondió:

“[e]n el título de ampliación [de 1500 ha], la comunidad de Punta Piedra no estátrabajando absolutamente ninguna pulgada de tierra, porque está en manos de la invasión y siempre [les] han dicho ellos cuando [hacen el] reclamo, “ustedes tienen los documentos y nosotros tenemos la tierra”.

194. Por su parte, la presunta víctima Lidia Palacios, a la pregunta del Estado acerca de la ocupación de los pobladores de Río Miel sobre la tierra otorgada en el título de ampliación de 1999, respondió que:

“[y]a estaban los invasores pero lo agarraron de [su] tierra, la invadieron, los que estaban antes [eran] los garífunas, y también, agarraron gran parte de lo que está actualmente en ampliación”.

195. De conformidad con los hechos probados en el presente caso, este Tribunal constata que desde 2007 hasta la fecha la Aldea de Río Miel ha presentado un crecimiento poblacional, según se afirmó en el informe de campo de 2013, con la existencia de 30 nuevas viviendas, equivalente a un incremento de la población de 29% (*supra* párr. 104). Asimismo, conforme al informe de AAAS, las estructuras en la zona del segundo título que anteriormente no estaban habitadas por personas de Río Miel (zona 2-B) se habrían incrementado de 7 en el 2002 a 21 al 2013. Dicho informe también señaló un incremento en la deforestación de áreas anteriormente boscosas y en la zona de reserva (*supra*, párr. 109). Durante la diligencia *in situ* realizada por la Corte, en la cual se sobrevoló el área del título de ampliación, se corroboró que diversas áreas en dicha zona estarían deforestadas y/o utilizadas como área de cultivo. Por su parte, algunos testimonios de miembros de la Aldea de Río Miel habrían señalado que algunos de dichos incrementos en la zona de ampliación corresponden a que personas garífunas les rentarían tierras en esa área para trabajo, lo cual a criterio de los representantes “constituyen actos que prueban la falta de garantía de seguridad efectiva y estabilidad jurídica por no garantizar la estabilidad de las tierras”.

196. En este sentido, si bien la Corte no cuenta con elementos actualizados respecto de si dicho crecimiento implicó una mayor ocupación de territorio por parte de los aldeanos de Río Miel, y en concreto de la zona 2-B (territorio de ampliación), estima coherente inferir que dichas áreas han sido progresivamente ocupadas por otros pobladores ajenos a los miembros de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, las cuales estarían siendo explotadas principalmente en los rubros ganadero y de cultivo.

197. Por tanto, la Corte constata que se ha presentado un incremento paulatino en la ocupación por parte de terceros ajenos a la Comunidad en el territorio del segundo título otorgado en 1999, posterior al registrado en el informe catastral de 2007.

### ***B.3.2 Respetto de las tierras tituladas en favor de Ambrocio Thomas Castillo y Sergia Zapata Martínez, así como otras alegadas.***

198. Los representantes solicitaron la reivindicación de todo el territorio correspondiente al segundo título, incluyendo ciertos predios previamente titulados a favor de terceros.

199. En este sentido, cabe recordar que el título de propiedad otorgado por el Estado en 1999 excluyó expresamente 46 ha 12 a y 96.66 ca que se encontraban tituladas a favor de dos particulares: i) Ambrocio Thomas Castillo, quien contaba con 2 predios, uno de 22 ha 65 a y 75.06 ca, y otro de 3 ha 61 a y 97.99 ca, y ii) Sergia Zapata Martínez, quien era propietaria de 1 predio de 19 ha 85 a y 23.61 ca (*supra*, párr. 98).

Cabe señalar que durante la visita algunas personas señalaron que Ambrocio Thomas Castillo era garífuna y que habría vendido ya su predio a un tercero que actualmente vive en ese lugar (*supra*, párr. 106).

200. La Corte nota que siendo que en el presente caso la Comunidad de Punta Piedra no se opuso en el segundo título de propiedad al reconocimiento de las propiedades de Ambrocio Thomas Castillo y Sergia Zapata Martínez (*supra* párr. 100), de lo cual se desprende que tampoco fue controvertido ante ninguna instancia interna o solicitadosu reivindicación, no corresponde a la Corte pronunciarse al respecto.

201. Con posterioridad a la visita, el Estado remitió a la Corte copia de cincosupuestos títulos de propiedad en favor de personas de la Aldea de Río Miel, correspondientes a los años 1991, 1992, 1993, 1998, y 2006 (*supra*, párr. 105). Al respecto, siendo que los mismos no habían sido señalados por el Estado con anterioridad ni se desprenden de ninguno de los informes catastrales o títulos de propiedad que constan en el expediente, este Tribunal no cuenta con elementos para su valoración. No obstante, como fue señalado por los representantes (*supra* párr. 105), lo anterior evidencia la falta de claridad en el sistema de registro público de la propiedad de Honduras que podría estar permitiendo el traslape de títulos en áreas rurales, con las consecuencias sociales que esto ocasiona para la seguridad jurídica y social.

#### ***B.4 Conclusión respecto de la garantía del uso y goce de la propiedad colectiva***

202. En vista de todo lo anterior, el Estado es responsable de la violación del artículo 21 de la Convención Americana en perjuicio de la Comunidad de Punta Piedra y sus miembros, dada la falta garantía del uso y goce del derecho de propiedad colectiva.

### ***C. La regulación de Honduras sobre propiedad a la luz del artículo 2 de la Convención Americana en relación con los artículos 1.1 y 21 de la misma***

#### ***C.1 Argumentos de la Comisión y de las partes***

203. La **Comisión** alegó que, a pesar de la existencia de normas constitucionales y legales que reconocen el derecho de la Comunidad a la propiedad comunal y el reconocimiento de sus formas tradicionales de tenencia territorial, esta no ha podido usar y gozar de sus tierras pacíficamente. La Comisión observó que estas disposiciones que reconocen el derecho a la propiedad de los pueblos indígenas son el artículo 346 de la Constitución, el artículo 92 de la Ley de Modernización y Desarrollo del Sector Agrario y el Capítulo III, en sus artículos 93 a 102, de la Ley de Propiedad del 2004. De igual forma, advirtió que desde el año 1995 entró en vigor en Honduras el Convenio 169 de la OIT. En relación con la Ley de Propiedad del 2004, la Comisión sostuvo que esta no fue consultada a los pueblos indígenas y además resaltó con preocupación lo señalado en dicha normativa, ya que establece que "los terceros que tengan título de propiedad en tierras de estos pueblos y que ha[yan] tenido y poseído la tierra tienen derecho de continuar poseyéndola y explotándola", y que los terceros en tierras indígenas que no posean título alguno podrán negociar su presencia en la comunidad. En este sentido, algunas disposiciones "tornan ilusorio el derecho preferente de los pueblos indígenas con base en la posesión ancestral de sus tierras, así como tampoco favorecen su derecho a la propiedad colectiva de un territorio exclusivamente indígena".

204. Los **representantes** disintieron con lo señalado por la Comisión respecto a que la Comunidad tenía sus derechos garantizados en la legislación interna. Por el contrario, estimaron que, de acuerdo a los estándares internacionales, la normativa interna no garantiza los derechos territoriales del Pueblo Garífuna e incumple con la garantía de respeto, tal es el caso de la Constitución Hondureña que privilegia un modelo de desarrollo que excluye el modelo seguido por los pueblos indígenas. De igual manera, señalaron que el artículo 92 de la Ley de Modernización y Desarrollo del Sector Agrícola de 1995 por sí solo, "no garantiza[ba] de forma adecuada estos derechos pues según el análisis anterior [era] insuficiente frente a la fundamentación civilista de la normativa existente". También se alegó que la Ley de Propiedad de 2004 no fue consultada con los pueblos, sino que "solo fue sometida a un proceso de socialización" en el cual manifestaron su rechazo; y afirmaron que con la existencia de esta ley sus títulos [eran] vulnerables, toda vez que establece fórmulas jurídicas para la atomización de los territorios garífunas y permite la regularización de tierras poseídas, aun irregularmente, por terceros, como el caso de los colonos de Río Miel. De igual modo, indicaron que los criterios de "inalienabilidad, imprescriptibilidad e inembargabilidad" reconocidos por esta ley, estaban supeditados "a la voluntad de las comunidades, pudiendo desaparecer tales criterios con la aprobación de[,] por ejemplo[,] una junta directiva", lo que significa que la normativa no garantizaba la inalienabilidad de las tierras comunales y permitía a las comunidades su libre disposición, el establecimiento de prendas o hipotecas u otros gravámenes, o el arriendo de las mismas.

205. El **Estado** fundamentó su actuar en las diversas leyes que regulan la materia, y señaló que se ha conducido con apego al Convenio 169 de la OIT, del cual es parte desde 1995. Asimismo, consideró que lo dispuesto por el artículo 346 constitucional, el artículo 92 de la Ley de Modernización y Desarrollo del Sector Agrícola, así como lo previsto en el Capítulo III de la Ley de Propiedad referente al "Proceso de Regularización de la Propiedad Inmueble para Pueblos Indígenas y Afrohondureños", que contempla el proceso de regularización de los territorios indígenas, es suficiente para garantizar los derechos territoriales. Al respecto, el Estado alegó que no necesita ajustar su sistema legal, ya que su legislación está debidamente adecuada a la Convención Americana.

### **C.2 Consideraciones de la Corte**

206. En relación con el artículo 2 de la Convención Americana, el Tribunal ha indicado que el mismo obliga a los Estados Parte a adoptar, con arreglo a sus procedimientos constitucionales y a las disposiciones de la Convención, las medidas legislativas o de otro carácter que fueren necesarias para hacer efectivos los derechos y libertades protegidos por la Convención<sup>228</sup>. Es decir, "[e]l deber general [derivado de este artículo] implica la adopción de medidas en dos vertientes. Por una parte, la supresión de las normas y prácticas de cualquier naturaleza que entrañen violación a las garantías previstas en la Convención. Por la otra, la expedición de normas y el desarrollo de prácticas conducentes a la efectiva observancia de dichas garantías"<sup>229</sup>.

---

<sup>228</sup> Cfr. *Caso Genie Lacayo Vs. Nicaragua. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 29 de enero de 1997. Serie C No. 30, párr. 51, y *Kuna*, párr. 192. y *Caso Tarazona Arrieta y Otros Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 15 de octubre de 2014. Serie C No. 286, párr. 153.

<sup>229</sup> Cfr. *Caso Castillo Petruzzi y otros Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 30 de mayo de 1999. Serie C No. 52, párr. 207, y *Caso Tarazona Arrieta y Otros, supra*, párr. 153.

207. En vista de los alegatos de las partes, la Corte constata que tanto la Comisión como los representantes se limitaron a señalar de manera somera y general algunas disposiciones que, según su dicho, pudieran resultar contrarias a la Convención sin haber desarrollado una mayor argumentación aplicable para el presente caso. Sin perjuicio de lo anterior, dichos alegatos tendrían relación con dos momentos: a) la legislación vigente al momento de la entrega de los títulos, y b) la legislación actual.

208. Respecto de la primera, la Corte nota que el artículo 346 de la Constitución de Honduras establecía la protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas, especialmente de las tierras y bosques donde se encuentran asentadas<sup>230</sup>. No obstante, de la normativa regulatoria vigente a ese momento, particularmente de la Ley para la Modernización y Desarrollo del sector Agrícola<sup>231</sup>, no se desprende ninguna norma sustantiva específica que regule textualmente la protección de las tierras colectivas indígenas frente a invasiones de terceros.

209. Sin embargo, cabe destacar que en el título de ampliación, entre otras disposiciones, se hizo alusión expresa al artículo 14 del Convenio 169 de la OIT que dispone el deber del Estado de tomar medidas para salvaguardar el derecho de los pueblos indígenas para utilizar sus tierras "que no estén exclusivamente ocupadas por ellos, pero que hayan tenido tradicionalmente acceso para sus actividades tradicionales y de subsistencia" (*supra*, párr. 97). Por tanto, el Tribunal estima que, siendo que la controversia radica principalmente sobre este segundo título, las alusiones expresas del artículo 346 constitucional, de obligaciones internacionales como el artículo 14 del Convenio 169 de la OIT, así como la configuración de las Comisiones Interinstitucionales Ad-hoc, representaban suficiente marco de protección para que el Estado, en el presente caso, protegiera y garantizara el derecho de propiedad de la Comunidad de Punta Piedra. Por ello, no se demostró que se configuraría un incumplimiento por parte del Estado en relación con la normativa sustantiva vigente en ese momento, en relación con el artículo 2 de la Convención para efectos del presente caso.

210. Respecto de la legislación actualmente vigente, la Corte toma nota que adicionalmente al mandato constitucional previamente señalado, la Ley de Propiedad de 2004<sup>232</sup> y su reglamento<sup>233</sup>, reconocen expresamente el régimen comunal de las tierras indígenas con el carácter de inalienable, inembargable e imprescriptible, así como la importancia que para las culturas y valores espirituales reviste su relación con las tierras. Asimismo, Honduras ratificó en 1994 el Convenio 169 de la OIT<sup>234</sup>, el cual entró en vigencia en 1995, y votó a favor de la Declaración de UN sobre Pueblos Indígenas en la Asamblea General de la ONU en 2007. No obstante, si bien, los

---

<sup>230</sup> El artículo 346 de la Constitución Política de Honduras de 1982 señala que: "[e]s deber del Estado dictar medidas de protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas existentes en el país, especialmente de las tierras y bosques donde estuvieren asentadas". Disponible en: [http://www.oas.org/dil/esp/Constitucion\\_de\\_Honduras.pdf](http://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_de_Honduras.pdf)

<sup>231</sup> El artículo 92 de esta Ley reconoce el derecho de las comunidades "étnicas" a recibir títulos de propiedad en forma gratuita de las tierras donde estén asentadas, si las solicitan en un plazo de tres años. Sin embargo, no establece disposición alguna en relación con medidas de protección para dichas tierras. *Cfr.* Ley para la Modernización y el Desarrollo del Sector Agrícola, *supra*.

<sup>232</sup> Aprobada por Decreto No. 82-2004 de 29 de junio de 2004. Disponible en: <https://www.ccit.hn/wp-content/uploads/2013/12/LEY-DE-PROPIEDAD.pdf>.

<sup>233</sup> Reglamento de la Ley de Propiedad (Resolución C.D.IP No. 003-2010). Disponible en: <http://www.poderjudicial.gob.hn/CEDIJ/Documents/Reglamento%20Ley%20de%20Propiedad.pdf>

<sup>234</sup> Aprobado por Decreto No. 26-94 del Congreso Nacional de 10 de mayo de 1994, publicado en el Diario Oficial "La Gaceta" el 30 de julio de 1994. El Convenio 169 entró en vigencia para Honduras el 28 de marzo de 1995 (*supra* párr. 84).



representantes y la Comisión señalaron algunos artículos de la Ley de Propiedad que podrían presentar ambigüedades o inconsistencias, la Corte nota que ninguna disposición de dicha normativa ha sido aplicada al caso concreto, por lo que no corresponde un pronunciamiento en abstracto. Además, la Corte advierte que no se pronunciará respecto del alegato de los representantes y la Comisión sobre la falta de consulta de la Ley de Propiedad y su supuesta "socialización", siendo que no se brindó argumentación suficiente ni pruebas al respecto.

211. En vista de lo anterior, el Tribunal considera que no cuenta con elementos concretos y consistentes para analizar la supuesta incompatibilidad de dicha normativa, por lo que, para efectos del presente caso, no se demostró una violación directa por parte de la legislación sustantiva aplicable en la materia, en relación con el artículo 2 de la Convención Americana, en conexión con los artículos 1.1 y 21 de la misma. Sin embargo, la Corte advierte la relevancia de la debida interpretación de la legislación y aplicación del control de convencionalidad, a la luz de la jurisprudencia de la Corte y estándares internacionales aplicables, a fin de garantizar los derechos de la propiedad colectiva indígena y tribal.

#### ***D. La obligación de garantizar el derecho a la consulta e identidad cultural***

##### ***D.1 Argumentos de las partes y de la Comisión***

212. Los **representantes** argumentaron que la empresa Corporación Caxina S.A. ha estado realizando actividades con miras a la extracción minera no metálica en una zona concesionada que comprende áreas tituladas y ancestrales de las comunidades de Punta Piedra y Cusuna. Al respecto, añaden que las actividades se han realizado con el aval del Estado pero sin haberse realizado un proceso de consulta previa, libre e informada con la comunidad. Además, señalaron que la empresa minera ha realizado actividades de exploración sin existir un estudio de impacto ambiental.

213. Al respecto, la **Comisión** observó con preocupación que el 4 de diciembre de 2014 la Corporación Minera Caxina habría recibido los derechos mineros de exploración en una zona que incluía parte del territorio tradicional de la Comunidad de Punta Piedra. A ello sumaron que dicha autorización de explotación minera, la cual ya estaba inscrita ante el Instituto de Geología y Minas de Honduras, se llevó a cabo sin ningún tipo de consulta con la Comunidad. De esta forma, la Comisión consideró que esta situación reflejaba la continuidad de acciones y omisiones del Estado que afectaron la propiedad colectiva de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra.

214. Por su parte, el **Estado** afirmó que la supuesta concesión minera, se encontraba en una etapa de exploración y recolección de información para constatar la factibilidad del proyecto. En este sentido, la exploración realizada por la empresa concluyó que el cuerpo mineralizado de 4.9 ha que pretenderían eventualmente extraer, y se encontraba a una distancia de 1,25 kilómetros de la Comunidad de Punta Piedra. Asimismo manifestó que, de conformidad con lo establecido en los artículos 11, 29, 50 y 51 de la Ley General de Minería, así como el artículo 82 del Reglamento de la referida Ley, en el dado caso que el proceso de exploración actual se transforme a la etapa de explotación, se realizaría un Estudio de Impacto Ambiental y la consulta a todos los habitantes afectados en forma previa, libre e informada. A su vez, durante la diligencia *in situ*, el Estado reiteró que, según su ordenamiento interno, no

corresponde realizar una consulta en la fase de exploración sino hasta la fase de explotación<sup>235</sup>.

## **D.2 Consideraciones de la Corte**

215. El Tribunal ha establecido que, para todo plan de desarrollo, inversión, exploración o extracción en territorios tradicionales de comunidades indígenas o tribales, el Estado debe cumplir con las siguientes salvaguardias: i) efectuar un proceso adecuado y participativo que garantice su derecho a la consulta; ii) realizar un estudio previo de impacto ambiental y social; y iii) en su caso, compartir razonablemente los beneficios que se produzcan de la explotación de los recursos naturales<sup>236</sup>.

216. Sobre la consulta previa, este Tribunal ha señalado que el Estado debe garantizar la misma, mediante la participación en todas las fases de planeación y desarrollo de un proyecto que pueda afectar el territorio sobre el cual se asienta una comunidad indígena o tribal, u otros derechos esenciales para su supervivencia como pueblo. En este sentido, estos procesos de diálogo y búsqueda de acuerdos deben realizarse desde las primeras etapas de la elaboración o planificación de la medida propuesta, a fin de que los pueblos indígenas o tribales puedan verdaderamente participar e influir en el proceso de adopción de decisiones, de conformidad con los estándares internacionales pertinentes<sup>237</sup>. En cuanto a sus características, la Corte ha establecido que la consulta debe ser realizada con carácter previo, de buena fe, con la finalidad de llegar a un acuerdo, adecuada, accesible e informada<sup>238</sup>. En particular, en el caso *Sarayaku Vs. Ecuador*, la Corte determinó al Estado responsable por haber permitido que una empresa petrolera privada realizara actividades de exploración petrolera en su territorio, sin haberle consultado previamente<sup>239</sup>.

217. En particular, respecto del momento en que debe efectuarse la consulta, el artículo 15.2 del Convenio 169 de la OIT señala que “[e]n caso de que pertenezca al Estado la propiedad de los minerales o de los recursos del subsuelo, o tenga derechos sobre otros recursos existentes en las tierras, los gobiernos deberán establecer o mantener procedimientos con miras a consultar a los pueblos interesados, a fin de determinar si los intereses de esos pueblos serían perjudicados, y en qué medida, antes de emprender o autorizar cualquier programa de prospección o explotación de los recursos existentes en sus tierras”.

218. En vista de lo anterior, la Corte considera que la consulta debe ser aplicada con anterioridad a cualquier proyecto de exploración que pueda afectar el territorio tradicional de las comunidades indígenas o tribales.

219. En el presente caso, la Corte constató que el 4 de diciembre de 2014 la Corporación Minera Caxina S.A. obtuvo una concesión para la exploración minera no metálica por un período de 10 años, sobre una extensión territorial de 800 ha, que abarca parte del margen Este de los dos títulos de propiedad otorgados a la

---

<sup>235</sup> Cfr. Video que contiene las imágenes recabadas por el Estado durante la diligencia *in situ* realizada el 25 de agosto de 2015 (expediente de fondo, folio 1127).

<sup>236</sup> Cfr. *Caso Pueblo Saramaka Vs. Surinam*, *supra*, párr. 129, y *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, *supra*, párrs. 157 y 177.

<sup>237</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 167.

<sup>238</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 178.

<sup>239</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párrs. 211 y 232.

Comunidad de Punta (*supra* párr. 125). Dicha concesión autoriza expresamente a la empresa el uso del subsuelo y la realización de actividades mineras, geológicas, geofísicas y otros trabajos en el área de la concesión<sup>240</sup>. En este sentido, la Corte considera que por el objeto de dicha concesión, ésta podría generar una afectación directa sobre el territorio de la Comunidad en sus siguientes fases, a lo largo del período de los 10 años en que fue otorgada, por lo que esta situación, en el caso concreto, exigiría la realización de una consulta previa a la Comunidad.

220. En cuanto a las disposiciones de derecho interno, la Corte observa que, de manera general, el artículo 95 de la Ley de Propiedad de 2004, establece que “[e]n caso de que el Estado pretenda la explotación de recursos naturales en los territorios de [los] pueblos [indígenas y afrohondureños], deberá de informarles [y] consultarles sobre los beneficios y perjuicios que puedan sobrevivir previo a autorizar cualquier inspección, o explotación”<sup>241</sup>. Asimismo, el Reglamento de dicha Ley se refiere a la consulta sin especificar el momento<sup>242</sup>. Por su parte, el artículo 50 de la Ley General de Minería establece que “[e]l otorgamiento de concesiones mineras no puede menoscabar la garantía de propiedad privada y la propiedad que pertenece a las Municipalidades, que establece la Constitución de la República y desarrolla el Código Civil y los tratados internacionales en materia de Derechos de los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes, particularmente respetando el Convenio 169 [de la OIT] y la Declaración de Naciones Unidas sobre Derechos de los Pueblos Indígenas”<sup>243</sup>.

221. Sin embargo, el artículo 82 del Reglamento de la Ley General de Minerías establece que “[p]revio a la resolución del otorgamiento de la explotación, la Autoridad Minera solicitará a la Corporación Municipal respectiva y a la población, realizar una consulta en un plazo no mayor a sesenta (60) días calendario[.] La decisión adoptada por la consulta es vinculante para el otorgamiento de la concesión de explotación. Podrán participar en la consulta los ciudadanos domiciliados en el o los municipios consultados que estén inscritos como tales en el censo electoral de la última elección general[.] Si el resultado de la consulta ciudadana fuere de oposición a la explotación, no se puede volver a realizar sino hasta después de tres (3) años”<sup>244</sup>.

222. En virtud de lo anterior, la Corte constata que si bien la legislación de Honduras reconoce a los pueblos indígenas y afrohondureños el derecho a la consulta y lo refiere a los estándares internacionales, las disposiciones reglamentarias en materia de

---

<sup>240</sup> Cfr. Declaración Anual Consolidada DAC-2014”, elaborada por la Corporación Minera Caxina S.A., de 27 de enero de 2015 (expediente de fondo, folio 757 - 759).

<sup>241</sup> Artículo 95 de la Ley de Propiedad de Honduras (expediente de prueba, folio 2312).

<sup>242</sup> Al respecto, el artículo 264 establece lo siguiente: “En caso que el Estado autorice cualquier tipo de explotación por la cual los pueblos indígenas nativos y afrohondureños sufrieran daños como resultado de la misma, deberán ser indemnizados equitativamente” (expediente de prueba, folio 2551). Asimismo, el artículo 267 establece lo siguiente: “[...] Toda actividad susceptible de afectar directa o indirectamente a los miembros de la comunidad étnica deberá ser objeto de socialización y consulta” (expediente de prueba, folio 2552). Finalmente, el artículo 268 establece lo siguiente: “Para el otorgamiento de todo contrato de cualquier naturaleza por parte del pueblo indígena nativo o afrohondureño, el tercero deberá presentar a la autoridad máxima y legítima que representa al grupo étnico, un proyecto de desarrollo que contenga la información necesaria sobre la naturaleza, objetivos y alcance de las actividades, así como los beneficios que percibirían los pueblos y comunidades involucrados, los posibles daños ambientales, sociales, culturales y de cualquier otra índole y sus condiciones de reparación a los fines de que puedan ser evaluados y analizados previamente por el pueblo o comunidad respectiva para su posterior ratificación, a solicitud de la autoridad máxima, por parte del Instituto de la Propiedad” (expediente de prueba, folio 2552).

<sup>243</sup> Artículo 50 de la Ley General de Minería de Honduras (expediente de fondo, folio 1017).

<sup>244</sup> Artículo 82 del Reglamento de la Ley General de Minería de Honduras (expediente de fondo, folio 1004).

minería supeditan su realización a la fase inmediatamente anterior a la autorización de la explotación minera. En este sentido, dicha regulación carecería de la precisión necesaria de los estándares analizados sobre el derecho a la consulta, particularmente con lo señalado en *Caso Pueblo Saramaka Vs. Suriname* y *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*, según los cuales la consulta debe realizarse en las primeras etapas del proyecto; es decir, de forma previa a la autorización programas de prospección o exploración con las salvedades antes expuestas (*supra* párr. 218). No obstante, la Corte ha señalado que la consulta además de constituir una obligación convencional es también un principio general del derecho internacional<sup>245</sup>, que los Estados deben de cumplir, independientemente de que esté regulada expresamente en su legislación, por lo que la exigencia consiste en que el Estado cuente con mecanismos adecuados y efectivos para garantizar el proceso de consulta en estos casos, sin perjuicio de que pueda ser precisada en ley.

223. Al respecto, ya en el *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador*<sup>246</sup>, la Corte verificó que diversos Estados miembros de la Organización de los Estados Americanos, entre ellos Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, México, Nicaragua, Paraguay, Perú y Venezuela, a través de su normatividad interna, así como otros países a través de sus más altos tribunales de justicia, tales como: Argentina, Belice, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Guatemala, México, Perú, Venezuela, han incorporado la obligación de consultar previamente con las comunidades indígenas sobre cualquier medida administrativa o legislativa que los afecte directamente.

224. En consecuencia, la Corte ha constatado que el Estado no efectuó un proceso adecuado y efectivo que garantizara el derecho a la consulta de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra frente al proyecto de exploración en su territorio. Asimismo, la normatividad interna carecería de precisión respecto de las etapas previas de la consulta, lo cual derivó en el incumplimiento de la misma para efectos del presente caso. Por lo tanto, la Corte concluye que el Estado es responsable por la violación del derecho a la propiedad comunal reconocido en el artículo 21 de la Convención, así como de los artículos 1.1 y 2 del mismo instrumento en relación con el derecho a la identidad cultural<sup>247</sup>, en perjuicio de la Comunidad de Punta Piedra y sus miembros.

## IX-2

### **DERECHO A LA PROTECCIÓN JUDICIAL EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 1.1 Y 2 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA**

225. El Tribunal analizará en este apartado las controversias respecto de la violación del artículo 25 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de ese tratado, por lo que valorará los procedimientos para la protección de la propiedad de la Comunidad de Punta Piedra frente a terceros y los mecanismos utilizados para lograr la reivindicación de sus tierras.

#### **A. Argumentos de las partes y de la Comisión**

226. La **Comisión** concluyó que el Estado violó el artículo 25 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 del mismo instrumento, con motivo de la falta de

---

<sup>245</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 164.

<sup>246</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párr. 164.

<sup>247</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku*, *supra*, párrs. 217 y 220.

garantía de un recurso adecuado y efectivo para responder a los reclamos de territorio y las reivindicaciones de las tierras tituladas a favor de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra. Respecto de este punto, la Comisión señaló que los territorios ancestrales de la Comunidad de Punta Piedra, titulados por el INA en 1993 y 1999, no fueron saneados, a pesar de que esta realizó diversas gestiones en el ámbito administrativo ante el INA y otras autoridades estatales encaminadas a obtener dicho saneamiento. La Comisión indicó que el Estado actuó mediante el establecimiento de dos Comisiones *Ad-Hoc*, la suscripción de acuerdos priorizando la negociación y conciliación entre ambas comunidades (Punta Piedra y Río Miel), y gestiones del INA para la realización de dos avalúos de las mejoras introducidas por los terceros ocupantes de Río Miel. Sin embargo, alegó que dichas gestiones no fueron adecuadas y efectivas pues no permitieron el saneamiento y la protección del territorio ancestral de la Comunidad de Punta Piedra.

227. En particular, la Comisión señaló que la creación de las comisiones interinstitucionales fue insuficiente y no brindó certeza jurídica a los interesados, dada su naturaleza temporal y ausencia de una competencia claramente definida por la ley, por lo que ante la negativa de los campesinos de Río Miel de abandonar la zona a cambio del pago de las mejoras, la Comunidad de Punta Piedra careció de un recurso que le permitiera recuperar su territorio.

228. Los **representantes** coincidieron en líneas generales con lo alegado por la Comisión y añadieron que la Comunidad de Punta Piedra se sometió de buena fe a los procesos que el Estado propuso, ante la carencia de mecanismos idóneos que permitieran una solución más adecuada al conflicto. Asimismo, indicaron que se realizaron gestiones en el ámbito administrativo, judicial y legislativo que no surtieron efectos, a pesar de haberse creado comisiones interinstitucionales, presentado denuncias y gestionado fondos para el saneamiento ante el Congreso Nacional, por lo que transcurridos 21 años del comienzo del conflicto, se ha evidenciado que las actuaciones del Estado han sido dispersas e inefectivas, generando una completa indefensión del pueblo.

229. Por su parte, el **Estado** en su contestación negó que se vulnerara el derecho a un recurso sencillo y efectivo, ya que existía documentación en donde constaba que la Comunidad de Punta Piedra y sus miembros hicieron uso de los procedimientos establecidos en el ordenamiento jurídico hondureño, y que las solicitudes fueron evacuadas, como en el caso de las promovidas ante el INA y Ministerio Público. Asimismo, señaló que la legislación hondureña "otorga[ba] el derecho a un recurso sencillo y rápido o a cualquier otro recurso sencillo [y] efectivo ante los Jueces o Tribunales competentes contra actos que violenten los derechos fundamentales [...]".

230. El Estado en su escrito de alegatos finales, retomó alegatos que habían sido presentados durante el procedimiento de admisibilidad ante la Comisión, mediante los cuales señaló que los compromisos adoptados a través de las Comisiones *Ad-Hoc*, equivalían a una "conciliación extrajudicial", con valor de cosa juzgada, por lo que, lo que procedía era la vía administrativa, prevista en los artículos 146 a 149 de la Ley de Procedimiento Administrativo, a efectos del pago de lo acordado por la administración pública, antes de poder acudir a la vía judicial civil. En el mismo escrito, el Estado alegó que si alguien incurría en una obligación que no cumplía, era a través de los órganos judiciales que se le compelió a ese cumplimiento y Honduras no era la excepción. Adicionalmente, el Estado alegó que el derecho a la tierra de la Comunidad de Punta Piedra era igual al de cualquier otro nacional, al no constituir un pueblo indígena originario. En virtud de ello, el Estado señaló que le correspondía al derecho

privado y a los tribunales civiles resolver el conflicto de tierras existente, a través de la acción civil judicial de reivindicación de dominio, mediante un "juicio declarativo", y que incluso los pobladores de Río Miel podrían haber alegado la prescripción adquisitiva en su beneficio, por ocupar dichos territorios por más de 20 años. Asimismo, el Estado indicó, de manera genérica, que la garantía de amparo era otro recurso disponible, regulado en el artículo 183 de la Constitución, así como "otras garantías y recursos que[podían] ser invocados", sin especificar cuáles o desarrollar su contenido.

## **B. Consideraciones de la Corte**

231. La Corte ha expresado de manera reiterada que los Estados Partes están obligados a suministrar recursos judiciales efectivos a las víctimas de violaciones de los derechos humanos (artículo 25), los cuales deben ser sustanciados de conformidad con las reglas del debido proceso legal (artículo 8.1), todo ello dentro de la obligación general, a cargo de los mismos Estados, de garantizar el libre y pleno ejercicio de los derechos reconocidos por la Convención a toda persona que se encuentre bajo su jurisdicción (artículo 1.1)<sup>248</sup>. La inexistencia de un recurso efectivo frente a las violaciones de los derechos recogidos en la Convención supone una transgresión de la misma por el Estado Parte en el cual semejante situación tenga lugar<sup>249</sup>.

232. La Corte ha interpretado que el alcance de la obligación del Estado de proporcionar un recurso judicial, recogida en el texto del artículo 25 de la Convención, no se reduce a la mera existencia de tribunales o procedimientos formales, sino que el Estado debe, además, adoptar medidas positivas para garantizar que estos recursos sean efectivos para dirimir si ha habido una vulneración de derechos humanos y proporcionar la eventual reparación<sup>250</sup>. En ese sentido, en los términos del citado artículo, es posible identificar dos obligaciones específicas del Estado. La primera, consagrar normativamente y asegurar la debida aplicación de recursos efectivos ante las autoridades competentes, que amparen a todas las personas bajo su jurisdicción contra actos que violen sus derechos fundamentales o que conlleven a la determinación de los derechos y obligaciones de éstas.<sup>251</sup> La segunda, garantizar los medios para ejecutar las respectivas decisiones y sentencias definitivas emitidas por tales autoridades competentes, de manera que se protejan efectivamente los derechos declarados o reconocidos<sup>252</sup>.

233. En lo que respecta a pueblos indígenas y tribales, la jurisprudencia de este Tribunal ha señalado que los Estados tienen el deber de instituir procedimientos adecuados en el marco del ordenamiento jurídico interno para procesar las reivindicaciones de sus tierras, derivado de la obligación general de garantía que establecen los artículos 1 y 2 de la Convención<sup>253</sup>. Los recursos ofrecidos por el Estado

<sup>248</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez, Excepciones Preliminares*, supra, párr. 91, y *Caso López Lone y otros Vs. Honduras. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 5 de octubre de 2015, Serie No. 302, párr. 245.

<sup>249</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, supra, párr. 113, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Embera de Bayano y sus miembros*, supra, párrs. 193 y 198.

<sup>250</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez, Fondo*, supra, párrs. 63, 68 y 81 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Embera de Bayano y sus miembros*, supra, párr. 165.

<sup>251</sup> Cfr. *Caso de los "Niños de la Calle" (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Fondo*. Sentencia de 19 de noviembre de 1999. Serie C No. 63, párr. 237, y *Caso Wong Ho Wing Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 30 de junio de 2015. Serie C No. 297, párr. 196.

<sup>252</sup> Cfr. *Caso de los "Niños de la Calle" (Villagrán Morales y otros)*, supra, párr. 237, y *Caso Wong Ho Wing*, supra, párr. 196.

<sup>253</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, supra, párr. 102, y *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa*, supra, párr. 109.

deben suponer una posibilidad real<sup>254</sup> para que las comunidades indígenas y tribales puedan defender sus derechos y puedan ejercer el control efectivo de su territorio, sin ninguna interferencia externa<sup>255</sup>.

### ***B.1 Respeto de los procedimientos para la protección de la propiedad de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra frente a terceros a través del saneamiento***

234. Con base en lo expuesto, el Tribunal analizará en este apartado las controversias respecto de la violación del artículo 25 de la Convención, en relación con los artículos 1.1 y 2 de ese tratado, por lo que valorará: a) la idoneidad y efectividad de la Comisión Interinstitucional *Ad-Hoc* y de los acuerdos conciliatorios; b) la ejecución de los compromisos adoptados, y c) la alegada falta de un recurso adecuado y efectivo en la legislación interna para este caso.

#### ***B.1.1 La Comisión Interinstitucional Ad-Hoc y demás gestiones realizadas para el saneamiento del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra***

235. La Corte reitera que la Comunidad Garífuna de Punta Piedra recibió dos títulos de propiedad en 1993 y 1999. Sin embargo, parte del territorio titulado a su favor se encontraba en posesión de terceros, es decir que el territorio fue titulado sin que haya sido saneado por el Estado. El deber de sanear ha sido considerado como una obligación de oficio del Estado en el presente caso, conforme a lo establecido por esta Corte (*supra* párr. 186).

236. En este sentido, el Tribunal comprueba que el Estado no probó que los recursos de carácter administrativo, judicial o de otra índole existentes a nivel interno, en el momento en que sucedieron los hechos, se ajustaran o fueran aplicados de conformidad con los estándares en la materia, a pesar de haberse ratificado el Convenio 169 de la OIT, a efectos de que Honduras garantizara el derecho a la propiedad de la Comunidad de Punta Piedra a través de la protección de su uso y goce en forma plena. No obstante, el Tribunal comprueba que el Estado, ante este escenario, y como muestra de un esfuerzo por cumplir con su obligación de sanear el territorio titulado a favor de la Comunidad de Punta Piedra, creó una Comisión Interinstitucional *Ad-Hoc*, como un mecanismo de conciliación a efectos de lograr una solución pacífica, concertada y extrajudicial del problema y se comprometió a una serie de acuerdos adoptados también por los pobladores de las Comunidades de Punta Piedra y Río Miel en el acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001.

237. En específico, en dicho acuerdo, el Estado de Honduras reconoció que “[estaba] obligado a realizar el proceso de saneamiento a favor de la [c]omunidad de Punta Piedra pagando las mejoras a los habitantes de Río Miel”, que el INA “debía de buscar de la manera más diligente un predio donde se pu[dieran] reubicar las familias indemnizadas”, y que “para el seguimiento a los acuerdos de esta Acta [la] Comisión [Interinstitucional] estaba autorizada para formular el pliego de peticiones y hacer un calendario de trabajo [...] [a fin de] garanti[zar] la solución del conflicto [...]”<sup>256</sup>.

<sup>254</sup> Cfr. *Caso del Tribunal Constitucional Vs. Perú. Competencia*. Sentencia de 24 de septiembre de 1999. Serie C No. 55, párr. 90 y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 144.

<sup>255</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, *supra*, párrs. 148 a 153 y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Embera de Bayano y sus miembros*, *supra*, párr. 112.

<sup>256</sup> Cfr. Acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001, *supra* (expediente de prueba, folio 32).

238. Asimismo, la celebración de reuniones posteriores, la adopción del acta de entendimiento de 2006 y la creación de una Comisión Interinstitucional en el año 2007, tuvieron como fin la materialización de dichos acuerdos, a efectos de cumplir con la obligación de oficio del Estado de sanear el territorio titulado (*supra* párr. 111). Inclusive, el Estado reconoció en sus alegatos finales que, al tener el título un vicio en la tenencia de la tierra, existía la obligación del Estado de sanearlo (*supra* párr. 40).

239. En este sentido, el Tribunal se referirá a la idoneidad y efectividad de los mecanismos conciliatorios disponibles en el momento de los hechos, en particular a la creación de la Comisión Interinstitucional *Ad-Hoc* de 2001 y los acuerdos conciliatorios adoptados. La Corte ha establecido que los recursos existentes deben ser adecuados e idóneos, lo cual significa que "la función de esos recursos, dentro del sistema del derecho interno, sea idónea para proteger la situación jurídica infringida. En todos los ordenamientos internos existen múltiples recursos, pero no todos son aplicables en todas las circunstancias. [...] Así lo indica el principio de que la norma está encaminada a producir un efecto y no puede interpretarse en el sentido de que no produzca ninguno o su resultado sea manifiestamente absurdo o irrazonable"<sup>257</sup>.

240. La idoneidad de un compromiso de conciliación, en casos con características como el presente, estaría basada en el hecho que constituye una vía adecuada y expedita para proteger la situación jurídica infringida, es decir resolver el conflicto existente y sanear el territorio de la Comunidad de Punta Piedra, para alcanzar con ello, un resultado manifiestamente razonable por acuerdo de las partes<sup>258</sup>.

241. Por otro lado, el Tribunal ha indicado que "[u]n recurso debe ser, además, eficaz, es decir, capaz de producir el resultado para el que ha sido concebido"<sup>259</sup>. Al respecto, los compromisos adoptados tenían la potencialidad o capacidad de producir el resultado para el cual fueron concebidos, es decir, realizar los avalúos correspondientes, pagar las mejoras útiles y, en su caso, reubicar a los pobladores de Río Miel. En efecto, mediante el acta de compromiso de 2001, el Estado de Honduras, la Comunidad de Punta Piedra y la de Río Miel se comprometieron a ello (*supra* párrs. 113 y 114). Por ello, al adoptar dichos compromisos, el Estado no actuó sólo como un ente conciliador, sino que a su vez, actuó como parte obligada por los mismos.

242. La creación de un mecanismo conciliatorio, ante la ausencia de otro mecanismo idóneo y efectivo para el caso concreto, significó la creación de un recurso *ad-hoc* accesible, simple, posiblemente rápido y sencillo, con participación directa del pueblo indígena, resultando en la adopción de acuerdos concretos y vinculantes que tenían la potencialidad o capacidad de producir el resultado para el cual fue concebido, es decir,

---

<sup>257</sup> *Caso Velásquez Rodríguez, Fondo. Supra*, párr. 64, y *Caso Brewer Carías Vs. Venezuela. Excepciones Preliminares*. Sentencia de 26 de mayo de 2014. Serie C. No. 278, párr. 86.

<sup>258</sup> El Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo ha indicado que el acceso a la justicia no debe estar limitado a la existencia de un recurso ante los sistemas judiciales formales, sino que el acceso a la justicia debe ser un proceso que se adapte a los contextos particulares de cada caso, con el fin de que todas las personas puedan interponer reclamos y obtener una solución justa. Asimismo, es de gran importancia que los recursos existentes, incluidos los mecanismos de conciliación, sean efectivos y se encuentren en conformidad con estándares de derechos humanos [incluidos los estándares de los artículos 8 y 25 de la Convención Americana]. *Cfr.* UNDP: *Programming for Justice: Access for All. A Practitioner's Guide to a Human Rights-Based Approach to Access to Justice*, 2005. Disponible en: [http://www.unrol.org/files/Justice\\_Guides\\_ProgrammingForJustice-AccessForAll.pdf](http://www.unrol.org/files/Justice_Guides_ProgrammingForJustice-AccessForAll.pdf).

<sup>259</sup> *Caso Velásquez Rodríguez, Fondo, supra*, párr. 66, y *Caso Defensor de Derechos Humanos y otros, supra*, párr. 157.



resolver el conflicto existente y sanear el territorio de la Comunidad de Punta Piedra. Por ello, la Corte considera que el mecanismo de conciliación creado fue adecuado e idóneo para el caso concreto. No obstante, en la práctica, este Tribunal constata que dichos acuerdos no fueron ejecutados, principalmente por parte del Estado, por lo que tornaron al mecanismo conciliatorio en un recurso ineficaz. En efecto, la Corte ha manifestado que un recurso efectivo puede volverse ineficaz si se le subordina a exigencias procesales que lo hagan inaplicable, o si, de hecho, carece de virtualidad para obligar a las autoridades<sup>260</sup>. A este respecto, el Tribunal se pronunciará a continuación.

*B.1.1.1 La garantía del cumplimiento de decisiones que estimen procedente el recurso (artículo 25.2.c de la Convención Americana)*

243. La Corte nota que fue el propio Estado de Honduras quien calificó el acta de compromiso de 2001 como una "conciliación extrajudicial", y en este sentido señaló que, "el acuerdo a que lleg[aren] las partes por medio de la conciliación tendr[ía] los efectos de cosa juzgada y fuerza ejecutiva"<sup>261</sup>, conforme al artículo 4 de la Ley de Conciliación y Arbitraje, por lo que al decir del propio Estado, este acuerdo tenía la equivalencia de una sentencia judicial firme, la cual debió ser efectivamente cumplida. Al respecto, el Tribunal considera que los acuerdos de 2001 constituyeron decisiones que estimaron procedente el recurso *ad-hoc* disponible. Estas decisiones significaron compromisos que implicaban la puesta en práctica de acciones concretas de las partes, en especial del Estado, por lo que este tenía la obligación de garantizar su cumplimiento y ejecución, de conformidad con el artículo 25.2.c de la Convención Americana, el cual establece que "los Estados partes se comprometen [...]: c) a garantizar el cumplimiento, por las autoridades competentes, de toda decisión en que se haya estimado procedente el recurso".

244. En este sentido, este Tribunal considera que la garantía de ejecución le es aplicable al cumplimiento de cualquier decisión que estime procedente el recurso disponible<sup>262</sup>, como la del presente caso, de conformidad con lo anteriormente señalado. El proceso debe tender a la materialización de la protección del derecho reconocido en el pronunciamiento mediante la aplicación idónea de este<sup>263</sup>. Por tanto, la efectividad de las providencias judiciales o de cualquier otra decisión conforme al artículo 25.2.c depende de su ejecución<sup>264</sup>, la cual debe ser considerada como parte

---

<sup>260</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez, Fondo, supra*, párr. 66, y *Caso Brewer Carías, supra*, párr. 87.

<sup>261</sup> Cfr. Escritos del Estado ante la Comisión recibidos el 31 de marzo, 19 de agosto y 28 de octubre de 2004 (expediente de prueba, folios 428 a 430, 355 a 358, y 324 a 326, respectivamente). En el escrito de 19 de agosto de 2004 el Estado citó el artículo 4 de la Ley de Conciliación Y Arbitraje, el cual señala que "[e]l acuerdo a que lleguen las partes por medio de la conciliación tendrá los efectos de cosa juzgada y fuerza ejecutiva en igualdad de condiciones a la de una sentencia judicial firme".

<sup>262</sup> La jurisprudencia de la Corte respecto del artículo 25 también se ha referido a la aplicación del derecho a la protección judicial en el marco de procedimientos de carácter distinto al judicial, por lo que este Tribunal ha interpretado que "el derecho a un recurso sencillo y rápido o a cualquier otro recurso efectivo", así como el artículo 25 en su conjunto, debe ser entendido de manera amplia. Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa, supra*, párrs. 65 y 98, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek, supra*, párrs. 144 a 145, y 154.

<sup>263</sup> Cfr. *Caso Baena Ricardo y otros Vs. Panamá. Competencia*. Sentencia de 28 de noviembre de 2003. Serie C No. 104, párrs. 73, 74 y 82, y *Caso Wong Ho Wing, supra*, párr. 198.

<sup>264</sup> Cfr. *Mutatis Mutandi, Caso Baena Ricardo y otros, Competencia, supra*, párr. 82, y *Caso Wong Ho Wing, supra*, párr. 198.

integrante del derecho de acceso a la justicia<sup>265</sup>. Lo contrario supone la negación misma del derecho involucrado<sup>266</sup>. Asimismo, la Corte ha señalado que para lograr plenamente la efectividad de la sentencia, la ejecución debe ser completa, perfecta, integral y sin demora<sup>267</sup>.

245. Por ello, el Estado tiene la responsabilidad de garantizar los medios para ejecutar las decisiones emitidas por las autoridades competentes, de manera que se protejan efectivamente los derechos declarados o reconocidos<sup>268</sup> a efectos de otorgar certeza sobre el derecho o controversia discutida en el caso concreto<sup>269</sup>.

246. En efecto, a pesar de la obligación del Estado de cumplir con los acuerdos adoptados conforme al acta de compromiso de 2001 y de haberle otorgado a dichos acuerdos el valor de una sentencia judicial firme, la Corte constata que este no ejecutó las acciones a las que se comprometió, las cuales fueron reiteradas mediante acuerdo de entendimiento de 2006 (*supra* párr. 119), ya que si bien realizó dos avalúos en el 2001 y 2007 para el pago de mejoras a los pobladores de Río Miel, no buscó un predio alternativo para su posible reubicación ni logró la aprobación de la partida presupuestaria para el pago de las mismas, ante la negativa de los órganos correspondientes, tales como el Congreso Nacional y la Secretaría de Finanzas (*supra* párrs. 118 y 123).

247. Asimismo, la Corte toma nota que no existían medidas claras de ejecución de los acuerdos<sup>270</sup>, sin embargo, entiende que debían intervenir otras entidades estatales, a efectos de la aprobación de una partida presupuestaria y el desembolso del monto calculado con base en los avalúos realizados (*supra* párrs. 118 y 123).

248. A este respecto, la Corte estima que en un ordenamiento basado sobre el principio del Estado de Derecho todas las autoridades públicas, dentro del marco de su competencia, deben atender las decisiones adoptadas a través de un mecanismo de conciliación extrajudicial como las del presente caso, así como dar impulso y ejecución a las mismas sin obstaculizar el sentido y alcance de la decisión ni retrasar indebidamente su ejecución<sup>271</sup>, con el fin de otorgarle a la Comunidad de Punta Piedra, certeza sobre el derecho o controversia y, por ende, tiene como uno de sus efectos la

---

<sup>265</sup> Cfr. *Mutatis Mutandi, Caso Baena Ricardo y otros, Competencia, supra*, párr. 82, y *Caso Wong Ho Wing, supra*, párr. 198.

<sup>266</sup> Cfr. *Caso Baena Ricardo y otros, Competencia, supra*, párr. 82, y *Caso Wong Ho Wing, supra*, párr. 196.

<sup>267</sup> Cfr. *Caso Mejía Idrovo Vs. Ecuador. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 5 de julio de 2011. Serie C No. 228, párr. 105, y *Caso Furlan y Familiares Vs. Argentina. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2012. Serie C No. 246, párr. 210.

<sup>268</sup> Cfr. *Caso de los "Niños de la Calle" (Villagrán Morales y otros), supra*, párr. 237, y *Caso Wong Ho Wing, supra*, párr. 196.

<sup>269</sup> Cfr. *Caso Acevedo Jaramillo y otros, supra*, párr. 167, y *Caso Wong Ho Wing, supra*, párr. 196.

<sup>270</sup> Ni el acta de compromiso de 2001 ni reuniones posteriores establecieron de manera clara las competencias ni las funciones y mecanismos que la Comisión Interinstitucional u otras autoridades tendrían para ejecutar los compromisos a los cuales el Estado se obligó (*supra* párrs. 114). El acta de compromiso de 2001 solo estableció que la Comisión Interinstitucional estaba autorizada para formular un pliego de peticiones y hacer un calendario de trabajo para solucionar el conflicto.

<sup>271</sup> Cfr. *Mutatis Mutandis, Caso Mejía Idrovo, supra*, párr. 106. Ver también: El T.E.D.H. ha establecido en el *Caso Immobiliare Saffi Vs. Italia*, que si se puede admitir en principio que los Estados intervengan en un procedimiento de ejecución de una decisión de justicia, tal intervención no puede tener como consecuencia práctica que se impida, invalide o retrase de manera excesiva la ejecución en cuestión y menos aún que se cuestione el fondo de la decisión. Cfr. T.E.D.H., *Caso Immobiliare Saffi Vs. Italia*, (No. 22774/93), G.C., Sentencia de 28 de Julio de 1999, párr. 74.

obligatoriedad y necesidad de cumplimiento. De igual manera, el Tribunal considera que acuerdos conciliatorios como el presente, en que la obligación recaía en el propio Estado, deben poseer una vocación de eficacia, por lo que deben ser adoptados mediante mecanismos que permitan su ejecución directa sin requerir la activación de otras vías de carácter administrativas o judiciales<sup>272</sup> (*supra* párr. 230). Por ello, no es válido que el Estado alegue tal exigencia con base en su propio incumplimiento u otros como la falta de recursos económicos, en detrimento de las obligaciones jurídicas con valor de cosa juzgada asumidas en los compromisos conciliatorios del 2001, y en contravención de los principios de buena fe y efectos útiles (*effet utile*) de dichos acuerdos<sup>273</sup>.

249. Asimismo, el Tribunal ha señalado que la ejecución de los fallos debe realizarse sin obstáculos o demoras indebidas, a fin de que alcancen su objetivo de manera rápida, sencilla e integral<sup>274</sup>. Ello cobra especial importancia en casos de materia indígena, debido a que la situación especial de vulnerabilidad en la que se podrían encontrar estos pueblos, podría generar en sí misma obstaculizaciones no sólo para acceder a la justicia, sino para lograr la ejecución de las decisiones adoptadas. En este sentido, el Estado debe considerar situaciones que podrían significar un obstáculo para estos pueblos, tales como: limitantes para el acceso físico a las instituciones administrativas y judiciales (distancia, dificultad de acceso)<sup>275</sup>; complejidad y diversidad de instancias a agotarse; altos costos para la tramitación de los procesos judiciales y para la contratación de abogados, y monolingüismo en el desarrollo de los procesos judiciales<sup>276</sup>. En virtud de ello, la Corte estima que la necesidad de que se

---

<sup>272</sup> En su escrito de alegatos finales ante la Corte, el Estado señaló que la vía previa administrativa debía utilizarse a fin de que el Estado cumpliera con "el acuerdo" al cual se sometió. El Estado no estableció cuál sería el recurso judicial idóneo y efectivo que debería utilizarse luego de haber agotado la vía administrativa. Por otro lado, el Estado argumentó en sus alegatos finales que los representantes no hicieron uso de los recursos existentes dentro de la legislación interna, correspondientes a cualquier hondureño, y se limitaron a señalar de manera genérica la existencia de recursos tales como la "reivindicación de dominio ante los tribunales civiles"; "la garantía del amparo"; "el juicio declarativo", y "otras garantías y recursos que pueden ser invocados", sin especificar de qué forma serían adecuados y efectivos para el caso concreto. Dicha argumentación tampoco fue invocada en la etapa de admisibilidad ante la Comisión.

<sup>273</sup> Cfr. *Caso del Tribunal Constitucional, Competencia*, *supra*, párr. 36 y *Caso Rochac Hernández y otros Vs. El Salvador. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 14 de octubre de 2014. Serie C No. 285, párr. 162.

<sup>274</sup> Cfr. *Caso Mejía Idrovo*, *supra*, párr. 105, citando T.E.D.H., *Caso Matheus Vs. Francia*, (No. 62740/01), Sentencia de 31 de marzo de 2005, párr. 58. Según los estándares elaborados por el Comité Consultivo de Jueces Europeos (CCJE), un órgano consultivo del Comité de Ministros del Consejo de Europa en las materias relativas a la independencia, la imparcialidad y la competencia profesional de los jueces, "la ejecución de las decisiones de justicia debe ser equitativa, rápida, efectiva y proporcionada" (Cfr. Opinión No. 13 (2010), *On the role of judges in the enforcement of judicial decisions*. Disponible en: [https://wcd.coe.int/wcd/ViewDoc.jsp?Ref=CCJE\(2010\)2&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=DBDCF2&BackColorIntranet=FDC864&BackColorLogged=FDC864](https://wcd.coe.int/wcd/ViewDoc.jsp?Ref=CCJE(2010)2&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=DBDCF2&BackColorIntranet=FDC864&BackColorLogged=FDC864).

<sup>275</sup> Los Estados deben garantizar a los pueblos indígenas y tribales el acceso físico a las instituciones administrativas y judiciales, o a los centros de administración de justicia encargados de las investigaciones, así como garantizar su participación en la tramitación de los procesos judiciales, administrativos o de cualquier otra índole, sin que ello les genere a dichos pueblos hacer esfuerzos desmedidos o exagerados, ya sea debido a las distancias, a las vías de acceso a dichas instituciones, o a los altos costos en virtud de los procedimientos. Cfr. *Mutatis Mutandi, Caso Tiu Tojín Vs. Guatemala. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 26 de noviembre de 2008. Serie C No. 190, párr. 100.

<sup>276</sup> Los Estados deben asegurar que los miembros de la comunidad puedan comprender y hacerse comprender en los procedimientos legales iniciados, facilitándoles intérpretes u otros medios eficaces paratal fin. Cfr. *Caso Tiu Tojín*, *supra*, párrs. 92 y 100; *Caso Fernández Ortega y otros Vs. México. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 30 de agosto de 2010 Serie C No. 215, párrs. 200 a 201, y *Caso Rosendo Cantú y otra Vs. México. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de agosto de 2010 Serie C No. 216, párrs. 184 a 185. Asimismo, el artículo 12 del Convenio 169 de la OIT señala que "[l]os pueblos interesados deberán tener protección contra la violación de sus derechos, y poder iniciar procedimientos legales, sea personalmente o bien por conducto de sus organismos

agoten otras vías para el cumplimiento de las propias obligaciones estatales asumidas, en vez de propiciar su ejecución, las entorpece, lo cual podría resultar en un esfuerzo desmedido o exagerado en detrimento de la Comunidad de Punta Piedra.

250. Adicionalmente, la Corte considera que los alegatos del Estado respecto de la falta de interposición de la vía previa administrativa y de otros recursos en la vía judicial (*supra* párr. 230) son extemporáneos, ya que no fueron presentados a la Corte en el momento procesal oportuno, es decir en el escrito de contestación del Estado, ni fueron parte de la argumentación en relación con las excepciones preliminares correspondientes, sino que son alegatos incorporados como defensa del Estado a través de los alegatos finales escritos.

251. Con base en lo señalado, la Corte considera que, para efectos del presente caso, los acuerdos conciliatorios adoptados fueron idóneos, a fin de lograr el saneamiento del territorio indígena que le correspondía de oficio al Estado. Sin embargo, la falta de materialización concreta de los acuerdos que obligan al Estado de Honduras, es decir, su falta de ejecución directa sin requerir la activación de otras vías judiciales, los tornaron ineficaces, lo cual impidió la posibilidad real de uso y goce del territorio titulado a favor de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, por lo que el Estado vulneró el artículo 25.1 y 25.2.c de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 del mismo instrumento en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros.

***B.1.2 La alegada falta de un recurso para la protección de los territorios de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra frente a terceros en la legislación interna (Artículo 2 en relación con el 1.1 y 25 de la Convención)***

252. Como ha sido señalado por esta Corte, el Estado alegó de manera genérica, la existencia de recursos internos al momento de la emisión de los títulos de propiedad (1993 y 1999) (*supra* párrs. 229 y 230), los cuales, conforme ha indicado Honduras, habrían servido para proteger el derecho a la propiedad de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra. Sin embargo, si bien el Estado aportó normativa en relación con dichos recursos, no demostró de qué manera garantizaban el uso y goce pleno del derecho a la propiedad de la Comunidad de Punta Piedra. A pesar de ello, esta Corte no cuenta con suficientes elementos probatorios respecto de que el diseño normativo de los recursos ordinarios generales alegados no se ajustan necesariamente o sean interpretados de conformidad con los estándares convencionales en la materia, por lo que no procede pronunciarse al respecto.

253. Por otro lado, en cuanto a la alegada violación del artículo 2 de la Convención Americana, el Tribunal nota que si bien ni los representantes ni la Comisión presentaron alegatos específicos respecto del procedimiento adjetivo de la Ley de Propiedad, vigente a partir del 29 de junio de 2004, la Corte constata que el Estado señaló el tercer párrafo del artículo 102 de dicha norma, el cual establece que “[t]odo conflicto que se suscite entre estos pueblos y terceros respecto a tierras comunales se someterá al procedimiento especial creado en esta Ley”. Dicho procedimiento estaría regulado en su Título VI “Procedimientos para la solución jurisdiccional de controversias”, en los

---

representativos, para asegurar el respeto efectivo de tales derechos. Deberán tomarse medidas paragarantizar que los miembros de dichos pueblos puedan comprender y hacerse comprender en procedimientos legales, facilitándoles si fuere necesario, intérpretes u otros medios eficaces”.

artículos 110 y 111<sup>277</sup>. En dicho articulado se establecen las etapas y términos en que se desarrolla el procedimiento para resolver conflictos derivados de la propia ley. En virtud de ello, la Corte entiende que a partir de la vigencia de la misma existiría un procedimiento específico para la resolución de controversias entre los pueblos indígenas y afrohondureños y los terceros, respecto a tierras comunales.

254. Si bien dicha normativa no señala expresamente las características del recurso, a la luz de los estándares aplicables para resolver el conflicto de territorios entre la Comunidad de Punta Piedra y la de Río Miel, la Corte nota que hasta el momento ninguna disposición de dicha normativa ha sido aplicada al caso concreto, por lo que corresponde un pronunciamiento en abstracto. Tampoco se ha demostrado que la misma haya sido interpretada de manera desfavorable en perjuicio de las comunidades indígenas en Honduras.

255. En vista de lo anterior, el Tribunal considera que no cuenta con elementos concretos y consistentes para analizar la supuesta incompatibilidad de la normativa procesal, por lo que no se demostró, para efectos del presente caso, una violación directa del artículo 2 de la Convención Americana, en conexión con los artículos 1.1 y 25 de la misma. Sin embargo, la Corte reitera la relevancia de la debida interpretación de la legislación y aplicación del control de convencionalidad, a la luz de la jurisprudencia de la Corte y los estándares en materia indígena establecidos por la misma.

### **IX-3**

#### **DERECHO A LA VIDA, A LAS GARANTÍAS JUDICIALES Y A LA PROTECCIÓN JUDICIAL**

256. El Tribunal analizará en este apartado las controversias respecto de la violación de los artículos 4, 8 y 25 de la Convención, por lo que valorará: a) el derecho a la vida del señor Félix Ordóñez Suazo; b) las investigaciones y proceso penal derivados de dicha muerte, y c) la debida diligencia y plazo razonable en relación con las denuncias penales interpuestas a nivel interno por los delitos de usurpación, amenazas y abuso de autoridad.

#### **A. La alegada violación del derecho a la vida del señor Félix Ordóñez Suazo**

---

<sup>277</sup> El artículo 110 de la Ley de Propiedad de 2004 señala que “[e]l conocimiento de los asuntos atribuidos por esta Ley a órganos jurisdiccionales corresponderá a los Juzgados de Letras de lo Civil y se sujetará al procedimiento especial siguiente: 1. Presentada la demanda por escrito se resolverá su admisión en el término de dos (2) días o se ordenará que la misma se subsane en el término de tres (3) días hábiles; 2. Admitida la demanda, se citará y emplazará al demandado para que la conteste en el término de tres (3) días hábiles. 3. Contestada la demanda señalará audiencia, la cual se realizará dentro de los cinco (5) días hábiles siguientes de la contestación. 4. En dicha audiencia las partes podrán imponer los incidentes y oponer las defensas y excepciones que estimen pertinentes, acto seguido se procederá a la proposición y evacuación de pruebas; 5. De no ser posible evacuar en el mismo acto toda la prueba propuesta por las partes, se suspenderá la audiencia cuantas veces sea necesario hasta concluir con la evacuación de toda la prueba propuesta sin que la misma pueda exceder de un plazo de treinta (30) días hábiles; y, 6. Cerrada la audiencia, al Juez señalará dentro del término de cinco (5) días hábiles audiencia de juzgamiento en la cual podrá pronunciarse sobre la cuestión principal e incidentes o excepciones propuestos. Las actuaciones posteriores a la contestación de la demanda se notificarán a las partes por estrados, debiendo el Juzgado impulsar de oficio la sustanciación del proceso. Por su parte, el artículo 111 de la Ley de Propiedad de 2004 señala que “[c]ontra la sentencia referida solamente procederá el Recurso de Casación *per saltum* ante la Corte Suprema de Justicia” (expediente de prueba, folios 2315 a 2316).

### **A.1 Argumentos de las partes y de la Comisión**

257. Los **representantes** señalaron en su escrito de solicitudes y argumentos que “el Estado reconoció en varios documentos la existencia de una situación de peligro para los miembros de la [C]omunidad de Punta Piedra y no hicieron nada para evitar que se dieran los hechos violentos que generar[on] [la] violación [del derecho a la vida]”. En este sentido, señalaron que “el elemento de arbitrariedad que contempla el artículo 4 [de la Convención] se encuentra en la omisión del Estado de investigar las denuncias y de resolver el conflicto adecuadamente”. Por tanto, los representantes consideraron que “el [E]stado de Honduras, por aquiescencia y omisión incurrió en arbitrariedad, por lo que debe ser declarado responsable internacionalmente de haber violentado el artículo 4 en relación al artículo 1.1 de la Convención”. Igualmente, en sus alegatos finales escritos indicaron que “[c]onsta en el marco fáctico recogido por la[Comisión] en su [I]nforme de [F]ondo, que por razones directamente relacionadas con la defensa de la tierra se habría asesinado a Félix Ordóñez en un momento bastante avanzado y [tenso] del conflicto, esto ante la inactividad estatal y más bien tomando partido el Estado a favor de los colonos, por lo que no se protegió la vida de los dirigentes y por tal razón considera[ron] que el Estado ha violado el artículo 4 de la[Convención Americana]”.

258. En su Informe de Fondo, la **Comisión** no se pronunció de manera específica sobre la violación del artículo 4 de la Convención en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo<sup>278</sup>. Sin embargo, durante la audiencia pública del caso señaló que “la muerte de Félix Ordóñez se encuentra dentro del marco fáctico del Informe de Fondo [y] sí le otorgó una consecuencia jurídica en la sección relacionada con la protección judicial dentro de los diferentes recursos que la Comisión analizó[,] por lo tanto, la Corte estaría plenamente facultada para pronunciarse respecto del artículo 4 si lo tiene a bien”. Posteriormente, en sus alegatos finales escritos señaló que “los miembros de la Comunidad no han podido vivir de manera pacífica en su territorio. Por el contrario, las tensiones con los colonos y otros actores han generado que los miembros de la Comunidad vivan en una situación de riesgo para su vida e integridad personal, dentro de lo cual se enmarca el asesinato de uno de los miembros de la Comunidad, el señor Félix Ordóñez”.

259. El **Estado** en su escrito de contestación no se refirió de forma específica a la violación del artículo 4 de la Convención, sin embargo señaló que “[e]n relación con la muerte del señor Félix Ordóñez [...] el caso ya ha sido judicializado y se encuentra en orden de captura contra el presunto responsable, por lo que no procede un pronunciamiento de la Corte Interamericana en relación con un caso abierto”. Durante la audiencia pública el Estado señaló que “[l]a muerte del señor Félix Ordóñez en el año 2007 fue un hecho aislado, producto de un altercado que tuvo con otro hondureño”.

### **A.2 Consideraciones de la Corte**

---

<sup>278</sup> La Corte constató que los hechos relacionados con dichas violaciones fueron puestos en conocimiento de la Comisión y trasladados al Estado para las respectivas observaciones. *Cfr.* Escrito de los peticionarios presentado ante la Comisión el 14 de junio de 2007 (expediente de prueba, folios 788 y 789); comunicación de la Comisión solicitando información al Estado de 15 de junio de 2007 (expediente de prueba, folio 787), y escrito del Estado presentado ante la Comisión el 3 de julio de 2007 (expediente de prueba, folios 697 y 698).

260. La Corte recuerda que las presuntas víctimas y sus representantes pueden invocar la violación de otros derechos distintos a los analizados en el Informe de Fondo, siempre y cuando se atengan a los hechos contenidos en dicho documento<sup>279</sup>. En este sentido, en el Capítulo de Hechos Probados del Informe de Fondo, la Comisión señaló que "la información aportada por las partes indica que existe una situación de conflicto permanente provocada por terceros interesados en las tierras de la Comunidad, caracterizada por constantes amenazas, hostigamientos y acciones violentas". Asimismo, se refirió al acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001<sup>280</sup>; a las declaraciones rendidas durante la audiencia pública ante la Comisión de Benito Bernárdez<sup>281</sup> y Doroteo Thomas<sup>282</sup>; al asesinato de Félix Ordóñez Suazo en junio de 2007 y a la respectiva investigación penal<sup>283</sup>. Con fundamento en lo anterior, la Corte considera que, al alegar la presunta violación del artículo 4.1 de la Convención, los representantes se refirieron a hechos que se encontraban contemplados dentro del marco fáctico planteado por la Comisión en el Informe de Fondo, y por lo tanto procederá a pronunciarse al respecto.

261. La Corte recuerda que el deber de garantizar el pleno y libre ejercicio de los derechos humanos se proyecta más allá de la relación entre los agentes estatales y las personas sometidas a su jurisdicción, abarcando asimismo el deber de prevenir, en la esfera privada, que terceros vulneren los bienes jurídicos protegidos<sup>284</sup>. Sin embargo, es claro que un Estado no puede ser responsable por cualquier violación de derechos humanos cometida entre particulares dentro de su jurisdicción. En este sentido, las obligaciones convencionales de garantía a cargo de los Estados no implican una responsabilidad ilimitada de los Estados frente a cualquier acto o hecho de particulares, pues sus deberes de adoptar medidas de prevención y protección se encuentran condicionados al conocimiento de una situación de riesgo real e inmediato para un individuo o grupo de individuos determinado, y a las posibilidades razonables de prevenir o evitar ese riesgo. Es decir, aunque un acto u omisión de un particular tenga como consecuencia jurídica la violación de determinados derechos humanos de otro particular, aquél no es automáticamente atribuible al Estado, pues debe atenderse a las circunstancias particulares del caso y a la concreción de dichas obligaciones de garantía<sup>285</sup>.

262. La Corte ha señalado que el derecho a la vida es un derecho humano fundamental, cuyo goce pleno es un prerrequisito para el disfrute de todos los demás

---

<sup>279</sup> Cfr. *Caso "Cinco Pensionistas"*, *supra*, párr. 155, y *Gonzales Lluy y otros*, *supra*, párr. 37.

<sup>280</sup> En dicha Acta se dejó constancia que "se han venido presentando problemas que no solamente significan la disputa por la tierra, sino que ponen en peligro la integridad física y algunos bienes de los habitantes de las comunidades". Cfr. Acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001, *supra* (expediente de prueba, folio 26).

<sup>281</sup> En dicha declaración señaló que "[t]odos los días los hijos de la comunidad son perseguidos por los invasores[.] Persiguieron a [su] papá para matarlo con armas de alto calibre" (expediente de fondo, folio 26).

<sup>282</sup> En dicha declaración señaló que "[c]uando recibí[eron] la noticia que allí estaban los invasores [fueron] a conversar con ellos de buena manera, [pero] ellos dijeron que [los] iban a matar" (expediente de fondo, folio 18).

<sup>283</sup> Al respecto la Comisión indicó que "dentro de este contexto de conflictividad, se denunció el asesinato del miembro de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra Félix Ordóñez Suazo, en junio de 2007, hecho que fue puesto en conocimiento de la autoridad, tanto ante Dirección General de Investigación Criminal, como la Fiscalía Especial de Etnias y Patrimonio, entidades ante las cuales estaría pendiente la investigación" (expediente de fondo, folio 26).

<sup>284</sup> Cfr. *Caso de la "Masacre de Mapiripán" Vs. Colombia*. Sentencia de 15 de septiembre de 2005. Serie C No. 134, párr. 111, y *Gonzales Lluy y otros*, *supra*, párr. 170.

<sup>285</sup> Cfr. *Caso de la Masacre de Pueblo Bello Vs. Colombia. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 31 de enero de 2006. Serie C No. 140, párr. 123, y *Gonzales Lluy y otros*, *supra*, párr. 170.

derechos humanos. En virtud de este papel fundamental que se le asigna en la Convención, los Estados tienen la obligación de garantizar la creación de las condiciones que se requieran para que no se produzcan violaciones de ese derecho<sup>286</sup>.

263. Conforme a la jurisprudencia de este Tribunal, para establecer que se ha producido una violación al derecho a la vida, no se requiere determinar la culpabilidad de sus autores o su intencionalidad, y tampoco es preciso identificar individualmente a los agentes a quienes se atribuyen los hechos violatorios. Resulta suficiente demostrar que se han verificado acciones u omisiones que hayan permitido la perpetración de esas violaciones o que exista una obligación del Estado que haya sido incumplida<sup>287</sup>.

264. Al respecto, la Corte constató que el 11 de junio de 2007 el señor Félix Ordóñez Suazo, quien fuera Coordinador y Vocal del Patronato de la Comunidad de Punta Piedra, falleció tras haber recibido tres impactos de bala. De acuerdo con las declaraciones de varios integrantes de la Comunidad de Punta Piedra, la muerte de Félix Ordóñez Suazo fue motivada por el conflicto de tierras existente entre éste y dos miembros de la Aldea de Río Miel, y que en virtud de dichas tensiones el señor Ordóñez había recibido amenazas (*supra* párrs. 137 a 139).

265. Con base en lo anterior, la Corte analizará si en el presente caso se configuraron los requisitos para que surgiera la responsabilidad positiva del Estado de prevenir la violación del derecho a la vida en perjuicio del señor Félix Ordóñez Suazo. Para ello, debe verificarse que al momento de los hechos i) existía una situación de riesgo real e inmediato para la vida del señor Félix Ordóñez Suazo; ii) que las autoridades conocían o debían tener conocimiento de dicho riesgo, y iii) que no adoptaron las medidas necesarias dentro del ámbito de sus atribuciones que, juzgadas razonablemente, podían esperarse para prevenir o evitar ese riesgo<sup>288</sup>. Dicha verificación deberá tomar en consideración la posible situación de especial vulnerabilidad, la causa de muerte y el correspondiente nexo causal entre éstos<sup>289</sup>.

266. La Corte constató que las declaraciones de los miembros de la Comunidad de Punta Piedra son consistentes en señalar que, en el contexto de la usurpación de tierra y la muerte de Félix Ordóñez Suazo, los pobladores de la Aldea de Río Miel los han amenazado de manera constante, mediante intimidaciones verbales y uso de armas de fuego. Dicha situación ha tenido como consecuencia el desarrollo de un temor generalizado en la Comunidad, a la vez que ha limitado el uso de su territorio, y sus efectos permanecen en la actualidad<sup>290</sup>.

---

<sup>286</sup> Cfr. *Caso de los "Niños de la Calle" (Villagrán Morales y otros)*, *supra*, párr. 144, y *Caso Artavia Murillo y otros (Fecundación in vitro) Vs. Costa Rica. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 noviembre de 2012 Serie C No. 257, párr. 172.

<sup>287</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez, Fondo, supra*, párrs. 134, 172 y 173, y *Caso Cruz Sánchez y otros Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 17 de abril de 2015. Serie C No. 292, párr. 280.

<sup>288</sup> Cfr. *Caso de la Masacre de Pueblo Bello, supra*, párr. 123, y *Caso Rodríguez Vera y otros (Desaparecidos del Palacio de Justicia)*, *supra*, párr. 523.

<sup>289</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek, supra*, párr. 227.

<sup>290</sup> Cfr. Declaración de Nieves Oswaldo Bonifacio Castillo de 3 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1539); declaración de Marcos Bonifacio Castillo de 5 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1545); declaración de Marcial Martínez Suazo de 14 de julio de 2007 (expediente de prueba, folio 1537); declaración de Armando Castillo Núñez de 21 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 462); declaración de Dionisia Ávila Castillo de 20 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 465); declaración de Edelberta Ávila Castillo de 21 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 466); declaración de Edito Suazo Ávila de 21 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 469); declaración de Joaquín Thomas Rodríguez de 21 agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 472); declaración de Santos Ávila Castillo de 21



267. En este sentido, el señor Armando Castillo, miembro de la Comunidad de Punta Piedra, señaló en su *affidavit* presentado ante la Corte que “[m]urió allí [...] Félix Ordóñez por luchar. Era un líder y por eso lo mataron, para que les [dejaran] todo y no seguir la lucha. Félix defendió a su pueblo con su vida. [...] Mataron al pueblo junto con el hermano Félix”<sup>291</sup>.

268. Asimismo, el señor Paulino Mejía, miembro de la Comunidad de Punta Piedra y presunta víctima de una denuncia por usurpación y amenazas (*supra* párr. 150), manifestó en su *affidavit* presentado ante la Corte que “viv[ió] en propia carne cuando masacraron a [su] compañero Félix Ordóñez, [estaban] colindados en el mismo predio de trabajo. Esa persecución todavía sigue allí. [Lo] pasan amenazando a cada rato hombres fuertemente armados, como si estuvieran cazando venados u otros animales. [...] Solo pasan haciendo tiros en el monte. Sólo Dios sabe cómo no han baleado a alguien de [la Comunidad]”<sup>292</sup>.

269. A su vez, durante la audiencia pública ante la Comisión Interamericana celebrada el 7 de marzo de 2006, el señor Benito Bernárdez, miembro de la Comunidad de Punta Piedra, manifestó que “[t]odos los días los hijos de la Comunidad son perseguidos por los invasores[.] Persiguieron a [su] papá con armas de alto calibre”. Asimismo, manifestó que al llegar a Honduras los invasores se van a dar cuenta de la asistencia de los miembros de la Comunidad a la audiencia ante la Comisión, y en virtud de ello serán amenazados.

270. La Corte considera que la falta de saneamiento tuvo como consecuencia la creación de una situación de riesgo general en el territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, caracterizada por amenazas y actos de hostigamiento entre particulares. En dicho contexto se produjo la muerte del señor Félix Ordóñez Suazo. Sobre la base de lo anterior, el Tribunal procederá a determinar el grado de conocimiento que tenía el Estado de la situación de riesgo observada.

271. Al respecto, la Corte constató que en el acta de compromiso de 13 de diciembre de 2001, firmada por la Comisión Interinstitucional *Ad-Hoc*<sup>293</sup> y representantes de las comunidades de Río Miel y Punta Piedra se dejó constancia que la problemática “pon[ía] en peligro la integridad física y algunos bienes de los habitantes de las comunidades representadas” (*supra* párr. 114).

272. Asimismo, la Corte verificó que el 22 mayo de 2003 el señor Félix Ordóñez Suazo, interpuso una denuncia ante la Dirección General de Investigación Criminal en contra del señor Luis Portillo, miembro de la Aldea de Río Miel, por la presunta

---

de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 476); declaración de Santos Celi Suazo Castillo de 21 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 478); declaración de Antonio Bernárdez Suazo de 20 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 481); declaración de Paulino Mejía Castillo de 21 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 494); declaración de Lidia Palacios rendida durante la audiencia pública celebrada ante la Corte Interamericana el 2 de septiembre de 2014; declaración de Doroteo Thomas Rodríguez rendida durante la audiencia pública celebrada ante la Corte Interamericana el 2 de septiembre de 2014, y declaraciones de Dionisia Castillo Ávila, Edito Suazo, Benito Bernárdez, Eduarda Ávila, y Joaquín Thomas durante la diligencia *in situ* celebrada el 25 de agosto de 2015 (expediente de fondo, folio 1127).

<sup>291</sup> Declaración de Armando Castillo Núñez de 21 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folio 462).

<sup>292</sup> Declaración de Paulino Mejía Castillo de 21 de agosto de 2014 (expediente de fondo, folios 494 y 495).

<sup>293</sup> Conformada por representantes del Instituto Nacional Agrario, el Comisionado Nacional de Derechos Humanos y la Pastoral Social de la Diócesis de Trujillo (*supra* párr. 113).

comisión del delito de usurpación de tierras<sup>294</sup>. Dicha denuncia establecía que en mayo de 2003, Luis Portillo quiso apoderarse de un área aproximada de tres a ocho manzanas de terreno, ubicados en la Comunidad de Punta Piedra (*supra* párr. 133). Al respecto, el Tribunal nota que el Estado no llevó a cabo ninguna diligencia de importancia para el esclarecimiento de los hechos y la sanción de los responsables, en contravención de los principios de la debida diligencia y el plazo razonable (*infra* párr. 290).

273. Asimismo, la Corte verificó que, al momento de presentar la petición ante la Comisión el 29 de octubre de 2003 (*supra* párr. 2.a), los representantes señalaron que el conflicto de tenencia de tierra con la Aldea de Río Miel "sembró el germen de la violencia y de la zozobra en la [Comunidad de Punta Piedra]"<sup>295</sup>. Dicha petición fue transmitida al Estado el 30 de enero del 2004.

274. Por otro lado, la Corte constató que el 28 de septiembre de 2006, representantes de OFRANEH y de diversas comunidades garífunas, dentro de las cuales se encontraba la Comunidad de Punta Piedra, celebraron una reunión con autoridades estatales<sup>296</sup> con el objeto de dar seguimiento a las solicitudes planteadas al Presidente de la República<sup>297</sup>. Sin embargo, del acta de entendimiento firmada por los presentes no se desprende ningún elemento relacionado con la situación de riesgo existente en la Comunidad Garífuna de Punta Piedra ni respecto de la situación específica del señor Félix Ordóñez Suazo.

275. A su vez, el 20 de abril de 2007 se realizó una reunión que contó con la participación de autoridades del Gobierno<sup>298</sup> y representantes de la Aldea de Río Miel en la que se acordó que "el [INA] pretend[ía] llegar a un arreglo amistoso para la solución del conflicto [...], con el propósito de evitar hechos que perturb[aran] la paz entre ambas comunidades, como se ha mantenido hasta la fecha [y que el] INA y la Municipalidad de Irióna Puerto concertara[n] una reunión con ambas comunidades (Río Miel y Punta Piedra), con el propósito de resolver amistosamente el problema"<sup>299</sup>.

---

<sup>294</sup> La Corte verificó que el delito de usurpación contemplado en el Código Penal de Honduras establece lo siguiente: "Artículo 227. Quien usurpe un bien inmueble o un derecho real será sancionado con reclusión de dos (2) a cuatro (4) años, sin perjuicio de que tan pronto como se acredite en autos el derecho correspondiente, el juez que conoce de la causa ordene el desalojo del bien de que se trate o el reintegro del derecho usurpado". Disponible en: <http://www.ccit.hn/wp-content/uploads/2013/12/Codigo-Pena-Honduras.pdf>.

<sup>295</sup> *Cfr.* Petición ante la Comisión de 29 de octubre de 2003 (expediente de prueba, folio 500).

<sup>296</sup> A saber: 1) la Secretaria de Estado en el Despacho de Recursos Naturales y Ambiente; 2) el Secretario de Seguridad; 3) el Secretario de Relaciones Exteriores; 4) el Sub Procurador General de la República; 4) el Director del Fondo Hondureño de Inversión Social; 5) el Secretario de Turismo; 6) el Secretario de Estado de Obras Públicas, Transporte y Vivienda; 7) la Asistente de la Presidencia en Asuntos Sociales; 8) la Directora de Fiscales del Ministerio Público; 9) la Fiscalía de Etnias del Ministerio Público; 10) la Dirección General del Registro de la Propiedad; 11) el Director del Instituto Nacional Agrario, y 12) Sub Secretario de Gobernación y Justicia. *Cfr.* Acta de entendimiento entre la OFRANEH y autoridades del Gobierno de la República, de 28 de septiembre de 2006 (expediente de prueba, folio 121).

<sup>297</sup> Respecto de Punta Piedra, la temática abordaba fue el cumplimiento de la aprobación de la partida presupuestaria para el saneamiento de Punta Piedra *Cfr.* Acta de entendimiento entre la OFRANEH y autoridades del Gobierno de la República, de 28 de septiembre de 2006 (expediente de prueba, folio 123).

<sup>298</sup> A saber: 1) el Instituto Nacional Agrario; 2) el Ministerio de Relaciones Exteriores; 3) la Secretaría de Seguridad, 4) la Corte Suprema de Justicia, y 5) la Alcaldía de Irióna Puerto. *Cfr.* Acta especial de 20 de abril de 2007 (expediente de prueba, folio 87).

<sup>299</sup> *Cfr.* Acta especial de 20 de abril de 2007 (expediente de prueba, folio 87).

276. De conformidad con lo anterior, la Corte verificó que previo a la muerte del señor Félix Ordóñez Suazo, al menos 13 instituciones estatales<sup>300</sup> tuvieron conocimiento sobre distintos componentes del conflicto, y la Dirección General de Investigación Criminal conoció particularmente la situación de Félix Ordóñez Suazo relacionada con el delito de usurpación de tierras en 2003. Sin embargo, de la información presentada a la Corte, se desprende que ninguna de las autoridades tuvo conocimiento específico de una situación que colocara en riesgo la vida del señor Ordóñez, mismo que se materializó en 2007.

277. Al respecto, la Corte recuerda que, aunque un acto u omisión de un particular tenga como consecuencia la violación de determinados derechos de otro particular, la responsabilidad por dicha violación no es automáticamente atribuible al Estado, pues debe atenderse a las circunstancias del caso y a la concreción de las obligaciones de garantía. Asimismo, recuerda que la obligación de prevenir es de medio o comportamiento y no se demuestra su incumplimiento por el mero hecho de que un derecho haya sido violado (*supra* párr. 261).

278. En este sentido, la Corte constató que existía un proceso judicial abierto respecto de la alegada usurpación de tierras que fue interpuesto por el señor Félix Ordóñez Suazo. No obstante, en dicha denuncia no se indicaron alegatos relacionados con una posible situación de riesgo a la vida, ni del tipo penal de usurpación se desprenden elementos que indiquen que dicho acto se encontraba acompañado de amenazas, intimidaciones o alguna forma de violencia. Asimismo, si bien la muerte del señor Félix Ordóñez Suazo representó una escalada en los actos de violencia en la zona, mediante la cual se incrementó la situación de riesgo e inseguridad de los miembros de la Comunidad de Punta Piedra, este Tribunal estima que, previo a dicha muerte, no existían elementos probatorios suficientes que permitan determinar que el Estado tenía o debía tener conocimiento específico respecto de una situación de riesgo real e inmediato en perjuicio particular del señor Félix Ordóñez Suazo.

279. Por tanto, de los elementos allegados a este Tribunal, no se comprueba un incumplimiento del deber de garantía por parte del Estado en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo, en los términos del artículo 4.1 de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 del mismo instrumento.

280. Sin perjuicio de lo anterior, la Corte observa que según declaraciones de miembros de la Comunidad de Punta Piedra, tanto durante el procedimiento ante la Corte así como en el desarrollo de la visita, son consistentes en señalar que han recibido amenazas de los pobladores de la Aldea de Río Miel (*supra* párr. 266). En este sentido, la Corte recuerda que los Estados tienen el deber constante y permanente de cumplir con las obligaciones generales que le corresponden bajo el artículo 1.1 de la Convención, de respetar los derechos y libertades en ella reconocidos y de garantizar su libre y pleno ejercicio a toda persona sujeta a su jurisdicción<sup>301</sup>. En consecuencia, el Estado se encuentra especialmente obligado a garantizar los derechos de las personas

---

<sup>300</sup> A saber: 1) la Secretaría de Seguridad; 2) la Procuraduría General de la República; 3) la Dirección de Fiscales del Ministerio Público; 4) la Fiscalía de Etnias del Ministerio Público; 5) la Alcaldía de Iruya Puerto; 6) el Instituto Nacional Agrario; 7) la Secretaría de Relaciones Exteriores; 8) la Secretaría de Estado en el Despacho de Recursos Naturales y Ambiente; 9) el Fondo Hondureño de Inversión Social; 10) la Secretaría de Turismo; 11) la Secretaría de Obras Públicas, Transporte y Vivienda; 12) la Dirección General del Registro de la Propiedad, y 13) Sub Secretario de Gobernación y Justicia.

<sup>301</sup> *Cfr. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Resolución de la Corte de 15 de enero de 1988, Considerando 3, y *Caso Gonzales Lluy y otros respecto de Ecuador*. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 02 de septiembre de 2015, Considerando 27.

en situación de riesgo y debe impulsar las investigaciones necesarias para esclarecer los hechos y, en su caso, sancionar a los responsables<sup>302</sup>, así como proveer los medios para que las personas que habitan el territorio en cuestión puedan convivir de forma armoniosa.

**B. Debida diligencia y plazo razonable en relación con las denuncias penales interpuestas a nivel interno, en particular las investigaciones y proceso penal por la muerte de Félix Ordóñez Suazo (artículos 8 y 25 de la Convención Americana)**

**B.1 Argumentos de las partes y de la Comisión**

281. La **Comisión** resaltó la falta de investigación en cuanto a las denuncias interpuestas por la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros derivadas de la situación de conflicto y actos de amenazas y hostigamientos. En este sentido, la Comisión consideró que la ausencia de un recurso adecuado y efectivo que permitiera el saneamiento y protección del territorio ancestral de la Comunidad generó un agravamiento de la situación de conflicto existente, conocida por el Estado desde la falta de cumplimiento del primer compromiso de 13 de diciembre de 2001, y un incremento del clima de tensión y violencia en la zona provocada por terceros interesados en las tierras ancestrales. La Comisión señaló que los actos de violencia y amenazas de los que han sido víctimas los miembros de la Comunidad fueron denunciados ante las autoridades correspondientes en diversas ocasiones. La Comisión señaló que el Estado no realizó mayores acciones de investigación respecto de dichas denuncias y que más bien las mismas estarían paralizadas, propiciando una situación de impunidad. Concluyó que el Estado no aportó evidencia de una investigación seria, efectiva, diligente y sin dilaciones dirigida a la averiguación de la verdad y determinación de responsabilidades, por lo que dejó a las presuntas víctimas en una situación de desprotección. Cabe señalar que la Comisión no incluyó la alegada violación del artículo 8 (garantías judiciales) en su Informe de Fondo (*infra* párr. 284).

282. Por otra parte, los **representantes** indicaron que la Comunidad de Punta Piedra y la OFRANEH presentaron denuncias de amenazas por parte de pobladores de Río Miel, así como del asesinato de Félix Ordóñez Suazo, y de la construcción de una carretera en su territorio, sin que se haya iniciado una investigación seria al respecto. Por ello, los representantes consideraron que el “[...] tratamiento que las autoridades estatales le dieron a las amenazas y asesinato de miembros de la comunidad” y el hecho de que a la fecha no se hayan “[...] iniciado las investigaciones”, también representa una violación de los artículos 8 y 25 de la Convención, en relación con los artículos el 1.1 y 2 del mismo instrumento.

283. Respecto a las denuncias penales interpuestas por la Comunidad de Punta Piedra y algunos de sus miembros, el **Estado** indicó que las investigaciones por las denuncias por delito de amenazas contra Paulino Mejía y usurpación en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo, se encontraban inconclusas a la fecha. Respecto de la denuncia por la construcción de la brecha de carretera señaló que no se configuró el delito de abuso de autoridad porque dicha construcción no fue realizada por ningún funcionario estatal. Respecto de la denuncia de usurpación en perjuicio de toda la Comunidad de

---

<sup>302</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez, Resolución de 15 de enero de 1988. supra*, Considerando 3, y *Asunto Giraldo Cardona y otros respecto de Colombia*. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 28 de enero de 2015, Considerando 40.

Punta Piedra, el Estado concluyó que la solución ante la ocupación de terceros, quienes también eran vulnerables y gozaban del derecho a la protección estatal, no era el ejercicio de la acción penal, ya que estos podrían solicitar la prescripción adquisitiva. Finalmente, respecto del asesinato de Félix Ordóñez Suazo, el Estado argumentó que existía una causa instruida en etapa de investigación contra el presunto responsable, sobre el cual existía una orden de captura pendiente de ejecución, por lo que dichas investigaciones se encontraban pendientes.

## **B.2 Consideraciones de la Corte**

284. Los representantes de las presuntas víctimas solicitaron a la Corte que se declare la violación de los artículos 8 y 25 de la Convención Americana. El análisis del artículo 8 no fue parte del Informe de Fondo sometido por la Comisión (*supra* párr. 2.d). En vista de la jurisprudencia reiterada en este ámbito<sup>303</sup>, al alegar los representantes la presunta violación del artículo 8 de la Convención, se refirieron al marco fáctico planteado por la Comisión en el Informe de Fondo, por lo que es pertinente pronunciarse sobre el mismo.

285. El Tribunal ya ha afirmado que la obligación de investigar, juzgar y, en su caso, sancionar a los responsables de violaciones de derechos humanos se encuentra dentro de las medidas positivas que deben adoptar los Estados para garantizar los derechos reconocidos en la Convención<sup>304</sup>, de conformidad con el artículo 1.1 de la misma. Esta obligación tiene que ser asumida por el Estado como un deber jurídico propio y no como una simple formalidad condenada de antemano a ser infructuosa, o como una gestión de intereses particulares, que dependa de la iniciativa procesal de las víctimas, de sus familiares o de la aportación privada de elementos probatorios<sup>305</sup>. Dicha obligación se mantiene cualquiera sea el agente o particular al cual pueda atribuirse la violación<sup>306</sup>. Asimismo, la debida diligencia exige que el órgano que investiga lleve a cabo todas aquellas actuaciones y averiguaciones necesarias<sup>307</sup>, dentro de un plazo razonable, con el fin de intentar obtener un resultado<sup>308</sup>.

286. Con base en lo expuesto, este Tribunal analizará la alegada violación de los artículos 8 y 25, para lo cual desarrollará su análisis valorando: a) la denuncia de usurpación de 2003, así como la debida diligencia y plazo razonable durante las investigaciones y el proceso penal relativo a la muerte de Félix Ordóñez Suazo de 2007, y b) la debida diligencia y el plazo razonable respecto de las denuncias de usurpación y amenazas de 2010, en perjuicio de Paulino Mejía y de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, así como la denuncia de abuso de autoridad de 2010, en perjuicio de dicha Comunidad y sus miembros.

---

<sup>303</sup> Cfr. *Caso Cinco Pensionistas*, *supra*, párr. 155 y *Caso González Lluy y otros*, *supra*, párr. 37.

<sup>304</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez*, *Fondo*, *supra*, párrs. 166 y 167, y *Caso González Lluy y otros*, *supra*, párr. 168.

<sup>305</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez*, *Fondo*, *supra*, párr. 177, y *Caso González Lluy y otros*, *supra*, párr. 168.

<sup>306</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez*, *Fondo*, *supra*, párr. 177, y *Caso Espinoza Gonzáles Vs. Perú. Excepciones Preliminares*, *Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 20 de noviembre de 2014. Serie C No. 289, párr. 238.

<sup>307</sup> Cfr. *Caso de las Hermanas Serrano Cruz Vs. El Salvador. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 1 de marzo de 2005. Serie C No. 120, párrs. 65 y 83, y *Caso Espinoza Gonzáles*, *supra*, párr. 238.

<sup>308</sup> *Caso de las Hermanas Serrano Cruz*, *supra*, párrs. 65 y 83 y *Caso Espinoza Gonzáles*, *supra*, párr. 290.

### **B.2.1 Denuncia por el delito de usurpación de 2003, investigaciones y proceso penal relativo a la muerte de Félix Ordóñez Suazo**

#### *B.2.1.1 Investigaciones derivadas de la denuncia de usurpación de 2003*

287. El Tribunal ha constatado que el 22 mayo de 2003 Félix Ordóñez Suazo interpuso la denuncia No.188-2003 en contra de Luis Portillo por la presunta comisión del delito de usurpación de tierras<sup>309</sup>, en su perjuicio y el de la Comunidad de Punta Piedra, ya que este último quiso apoderarse de un área aproximada de tres a ocho manzanas de terreno, ubicados dentro del territorio de la comunidad (*supra* párr. 133).

288. Con motivo de dicha denuncia, el 11 de julio de 2003 la Fiscalía de Etnias emitió un auto de requerimiento de investigación policial a fin de que la DGIC iniciara la investigación de los hechos. Por ello, instruyó que se realizaran ciertas diligencias (*supra* párr. 134), entre las más importantes y básicas, la identificación del imputado, la toma de su declaración y la de la víctima, así como la obtención de mapas, documentos de propiedad de las partes en conflicto y la inspección del sitio.

289. El Tribunal estima que la interposición de una denuncia penal exige que el órgano que investiga lleve a cabo todas aquellas actuaciones y averiguaciones necesarias, dentro de un plazo razonable, con el fin de intentar obtener un resultado<sup>310</sup>. Sin embargo, la Corte entiende que si bien con base en la información recabada en las actuaciones iniciales, el órgano a cargo podría decidir no continuar con las investigaciones, de considerarlo procedente, sí es indispensable que este realice las diligencias mínimas que le permitan tener un marco informativo suficiente sobre la presunta comisión de un delito. En el presente caso, conforme a la prueba obrante en el expediente, la Corte verifica que se recabaron los títulos de propiedad emitidos en favor de la Comunidad de Punta Piedra, empero ninguna otra diligencia fue practicada por las autoridades correspondientes, a efectos de recolectar información mínima de lo ocurrido.

290. En virtud de lo señalado, el Tribunal constata que el Estado no llevó a cabo ninguna diligencia relevante para el esclarecimiento de los hechos y la sanción de los responsables, por lo que a más de 11 años de interpuesta la denuncia por el delito de usurpación, el Estado no se ha pronunciado respecto de la misma, en contravención con los principios de debida diligencia y plazo razonable. Asimismo, si bien el señor Félix Ordóñez Suazo falleció en junio de 2007, el Tribunal carece de información adicional y actualizada del estado de la denuncia de usurpación luego de su muerte<sup>311</sup> y constata que aquella no se vinculó con las investigaciones llevadas a cabo con motivo de su fallecimiento.

---

<sup>309</sup> El delito de usurpación contemplado en el Código Penal de Honduras establece lo siguiente: "ARTICULO 227. Quien usurpe un bien inmueble o un derecho real será sancionado con reclusión de dos (2) a cuatro (4) años, sin perjuicio de que tan pronto como se acredite en autos el derecho correspondiente, el juez que conoce de la causa ordene el desalojo del bien de que se trate o el reintegro del derecho usurpado". Disponible en: <http://www.ccit.hn/wp-content/uploads/2013/12/Codigo-Pena-Honduras.pdf>

<sup>310</sup> Cfr. *Caso de las Hermanas Serrano Cruz*, *supra*, párrs. 65 y 83, y *Caso Espinoza Gonzáles*, *supra*, párrs. 238 y 290.

<sup>311</sup> Consta en el expediente que el 10 de septiembre de 2014, en el marco de las investigaciones por su muerte, la Fiscalía de Trujillo recibió un oficio de la Fiscalía de Etnias a través del cual esta solicitó información en torno a los avances y estado actual de la denuncia de usurpación. Del expediente ante la Corte no se deriva que se haya dado respuesta a dicha solicitud.

### B.2.1.2 Investigaciones y proceso penal relativo a la muerte de Félix Ordóñez Suazo

291. El Tribunal ha establecido que Félix Ordóñez Suazo murió el 11 de junio de 2007, entre las 7:30 y 11:00 horas, a causa del impacto de tres proyectiles de bala (*supra* párr. 137). De acuerdo con declaraciones del único testigo del crimen, el presunto autor habría sido David Portillo Chacón, hijo de Luis Portillo, este último denunciado en el año 2003 por el señor Félix Ordóñez Suazo por el delito de usurpación de tierras (*supra* párrs. 133, 138 y 139). Como consecuencia de ello, esta Corte constata que se presentaron dos denuncias, por lo que se inició una investigación con proceso penal para el esclarecimiento de los hechos y la correspondiente sanción de los responsables, la cual aún se encuentra en etapa de investigación. En virtud de ello, con base en lo alegado por la Comisión y por las partes, el Tribunal analizará: a) las presuntas omisiones en las diligencias iniciales de la investigación, y b) las presuntas irregularidades en el proceso penal y el plazo razonable.

292. Respecto a las diligencias iniciales, la Corte ha establecido que la eficiente determinación de la verdad en el marco de la obligación de investigar una muerte, debe mostrarse desde las primeras diligencias con toda acuciosidad<sup>312</sup>. Asimismo, en cuanto al manejo exhaustivo de la escena del crimen<sup>313</sup> y el tratamiento del cadáver de la víctima, deben realizarse algunas diligencias mínimas e indispensables para la conservación de los elementos de prueba y evidencias que puedan contribuir al éxito de la investigación<sup>314</sup>, tales como la autopsia y el levantamiento del cadáver.

293. Con base en lo señalado, la Corte constata que a las 15:30 horas aproximadamente, del día de ocurridos los hechos, el Juez de Paz del Municipio de

---

<sup>312</sup> Cfr. *Caso Juan Humberto Sánchez Vs. Honduras. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 7 de junio de 2003. Serie C No. 99, párr. 127, y *Caso Defensor de Derechos Humanos y otros, supra*, párr. 204. Al respecto, la Corte ha especificado los principios rectores que son precisos observar en una investigación cuando se está frente a una muerte violenta. Las autoridades estatales que conducen una investigación de este tipo deben intentar como mínimo, inter alia: i) identificar a la víctima; ii) recuperar y preservar el material probatorio relacionado con la muerte, con el fin de ayudar en cualquier potencial investigación penal de los responsables; iii) identificar posibles testigos y obtener sus declaraciones en relación con la muerte que se investiga; iv) determinar la causa, forma, lugar y momento de la muerte, así como cualquier patrón o práctica que pueda haber causado la muerte; v) distinguir entre muerte natural, muerte accidental, suicidio y homicidio, y vi) la distinción y aprehensión de la o las personas involucradas en la muerte y la presentación de los presuntos perpetradores ante un tribunal competente establecido por ley. Además, es necesario investigar exhaustivamente la escena del crimen, se deben realizar autopsias y análisis de restos humanos, en forma rigurosa, por profesionales competentes y empleando los procedimientos más apropiados. Cfr. Manual sobre la Prevención e Investigación Efectiva de Ejecuciones Extrajudiciales, Arbitrarias y Sumarias de Naciones Unidas (Protocolo de Minnesota), Doc.E/ST/CSDHA/.12 (1991). Disponible en: <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Executions/Pages/RevisionoftheUNManualPreventionExtraLegalArbitrary.aspx>

<sup>313</sup> Cfr. *Caso Juan Humberto Sánchez, supra*, párr. 127 y *Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros, supra*, párr. 228.

<sup>314</sup> En este sentido, los estándares internacionales señalan que, en relación con la escena del crimen, los investigadores deben, como mínimo: fotografiar dicha escena, cualquier otra evidencia física y el cuerpo como se encontró y después de moverlo; recoger y conservar todas las muestras de sangre, cabello, fibras, hilos u otras pistas; examinar el área en busca de huellas de zapatos o cualquier otra que tenga naturaleza de evidencia, y hacer un informe detallando cualquier observación de la escena, las acciones de los investigadores y la disposición de toda la evidencia coleccionada. El Protocolo de Minnesota establece, entre otras obligaciones, que al investigar una escena del crimen se debe cerrar la zona contigua al cadáver, y prohibir, salvo para el investigador y su equipo, el ingreso a la misma. Cfr. *Caso González y otras ("Campo Algodonero") Vs. México. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 16 de noviembre de 2009. Serie C No. 205., párr. 301, y *Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros, supra*, párr. 228. Cfr. Protocolo de Minnesota, *supra*.

Iriona se apersonó a la zona de los hechos denominada "El Castillo", a efectos de llevar a cabo la diligencia del levantamiento de cadáver de Félix Ordóñez Suazo. En el acta, el Juez de Paz dejó constancia de la presencia de agentes de la Jefatura Municipal de Iriona, y la ausencia del Fiscal y del médico forense. Asimismo, estableció que al llegar a la zona de los hechos, los pobladores habían movido el cuerpo del señor Félix Ordóñez Suazo, por lo que este Tribunal entiende que la inspección del cuerpo se hizo en un lugar distinto al de ocurrido la muerte.

294. Del acta de levantamiento del cadáver, la Corte constata que el Juez de Paz dejó constancia de las lesiones por arma de fuego en el cuerpo de Félix Ordóñez Suazo (*supra* párr. 142), y que el auxiliar recogió dos cápsulas de proyectil calibre 16 mm en la escena del crimen, trasladadas al Juzgado de Paz. Respecto de dicha prueba recabada, el Tribunal resalta que de la prueba obrante en el expediente, no se deriva que se haya practicado reconocimiento legal sobre dichos proyectiles ni peritaje de balística alguno. Tampoco se desprende la recolección de ningún otro elemento de prueba de la escena del crimen.

295. Asimismo, el Tribunal comprueba que el cuerpo del señor Félix Ordóñez Suazo fue entregado a sus familiares a las 16:30 horas del mismo día de su muerte, es decir, una hora después de iniciada la diligencia de levantamiento, sin la realización de una autopsia. Al respecto, este Tribunal ha señalado que la autopsia es una de las pericias mínimas e indispensables a efectos de obtener evidencias que puedan contribuir al éxito de las investigaciones, ya que tiene como objetivo recolectar información para identificar a la persona fallecida, la hora, fecha, causa y forma de la muerte y debe respetar ciertas formalidades básicas<sup>315</sup>. Si bien las lesiones por arma de fuego fueron descritas por el Juez de Paz en el acta de levantamiento, ningún médico forense o autoridad competente señaló la causa de muerte, elementos relevantes a determinar en el presente caso. No se desprende la actuación de ninguna otra diligencia inicial de recolección de prueba.

296. De igual manera, la Corte constata que el 13 de junio de 2007 se presentaron dos denuncias por la muerte de Félix Ordóñez Suazo (*supra* párrs. 143 y 144), por lo que la Fiscalía de Etnias emitió un auto de requerimiento de investigación policial el 26 de junio del mismo año, solicitando diversas diligencias a la DGIC. Dichas diligencias no pudieron ser inicialmente ejecutadas por falta de transporte y de apoyo logístico, y sólo se recabaron las declaraciones de cuatro personas, entre ellos el único testigo del caso, Marcos Bonifacio Castillo. Inclusive, la DGIC estableció la falta de inspección minuciosa de la escena del crimen. De igual manera, la Corte comprueba que no se llevó a cabo la inspección del lugar de los hechos, ni peritaje alguna sobre los casquillos recolectados manteniendo la cadena de custodia correspondiente, como lo ordenó el Fiscal de Trujillo el 16 de julio de 2007, a través de un auto de requerimiento de ampliación policial (*supra* párr. 145).

297. La Corte ha señalado que las actuaciones más próximas al suceso, debidamente realizadas por las autoridades encargadas de la investigación, suelen arrojar indicios más adecuados que favorecen la identificación de elementos probatorios para el caso. Por tanto, este Tribunal considera que las omisiones cometidas durante las primeras

---

<sup>315</sup> Las formalidades básicas que debe cumplir la autopsia implican indicar la fecha, hora de inicio y finalización, así como el lugar donde se realiza y el nombre del funcionario que la ejecuta. Asimismo, *sedebe, inter alia*, fotografiar adecuadamente el cuerpo; tomar radiografías del cadáver, de su bolsa o envoltorio y después de desvestirlo [si fuera el caso], documentar toda lesión. *Cfr. Caso González y otras ("Campo Algodonero")*, *supra*, párr. 310, y *Caso Defensor de Derechos Humanos y otros*, *supra*, párr. 204.



diligencias pueden constituir faltas al deber de investigar los hechos ocurridos<sup>316</sup>, en contravención del deber de investigar con debida diligencia.

298. Asimismo, el Tribunal toma nota que la DGIC señaló que el posible móvil de la muerte estaría relacionado con las disputas patrimoniales existentes, línea de investigación que no fue seguida en el proceso, a pesar de haberse interpuesto una denuncia de usurpación en el 2003 contra el padre del presunto autor del delito. La Corte constata que a pesar de los indicios demostrados que indicaron una interrelación entre el móvil del crimen contra Félix Ordóñez Suazo y la denuncia de usurpación de 2003, las autoridades no realizaron investigaciones del conjunto de estos hechos ni realizaron una averiguación tendiente a comprobar dichos vínculos<sup>317</sup>. Al respecto, si bien este Tribunal se ha referido a que “[l]a investigación con debida diligencia exige tomar en cuenta lo ocurrido en otros homicidios y establecer algún tipo de relación entre ellos”<sup>318</sup>, la Corte estima que ese mismo principio implica tomar en cuenta lo sucedido en cualquier otro delito que pudiera contribuir al esclarecimiento de los hechos y la determinación de responsabilidades. Ello debe ser impulsado de oficio, sin que sean las víctimas y sus familiares quienes tengan la carga de asumir tal iniciativa<sup>319</sup>.

299. Respecto a las irregularidades y retrasos en el proceso penal, el Tribunal constata que estos fueron atribuibles principalmente a la actuación judicial. En efecto, el 26 de julio de 2007 la Fiscalía de Trujillo presentó un requerimiento fiscal ante el Juzgado de Letras contra David Portillo Chacón como presunto autor del delito de asesinato en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo, por lo que el 13 de agosto de 2007 el Juzgado de Letras emitió la orden de captura correspondiente. Sin embargo, hasta la fecha esta no ha sido ejecutada, a pesar de que la Fiscalía de Etnias solicitó la ejecución de la misma en cuatro oportunidades (*supra* párr. 147).

300. De igual manera, no consta en el expediente ante esta Corte que se haya celebrado la audiencia del 18 de agosto de 2011 ordenada en el proceso penal ante el Juzgado de Letras, conforme a lo solicitado por la Fiscalía de Trujillo, con el fin de que se tomara la declaración del señor Marcos Bonifacio Castillo, único testigo del caso, como prueba anticipada. Asimismo, la Corte comprueba que desde el año 2010, tanto la Fiscalía de Etnias, como la Fiscalía de Trujillo han solicitado se ejecute la diligencia de exhumación del cadáver de Félix Ordóñez Suazo, para la posterior práctica de la autopsia correspondiente. Sin embargo, a pesar de habérselo solicitado a la Directora Regional de Medicina Forense en dos oportunidades con carácter de urgente, y emperode que la Fiscalía de Etnias reiteró solicitudes de información respecto de la realización de dicha práctica en cuatro oportunidades, la exhumación del cadáver estaría pendiente de cumplimiento a la fecha (*supra* párrs. 146 a 148).

301. La Corte verifica que a más de ocho años de ocurridos los hechos, el proceso penal se encuentra en etapa de investigación ante el Juez de primera instancia, y sin que diligencias relevantes hayan sido llevadas a cabo. En este sentido, considera que una

---

<sup>316</sup> Cfr. *Caso de la "Masacre de Mapiripán" Vs. Colombia*, *supra*, párr. 228, y *Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros*, *supra*, párr. 261.

<sup>317</sup> Cfr. *Caso Familia Barrios*, *supra*, párr. 253 y *Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros*, *supra*, párr. 224.

<sup>318</sup> Cfr. *Caso González y otras ("Campo Algodonero")*, *supra*, párr. 368; *inter alia* *Caso Familia Barrios*, *supra*, párr. 253, y *Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros*, *supra*, párr. 224.

<sup>319</sup> Cfr. *Caso González y otras ("Campo Algodonero")*, *supra*, párr. 368; *inter alia*, *Caso Familia Barrios*, *supra*, párr. 253, y *Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros*, *supra*, párrs. 224 a 225.

demora prolongada, como la que se ha dado en este caso, constituye en principio, una violación a las garantías judiciales, vulnerándose con ello el plazo razonable<sup>320</sup>.

302. En virtud de lo señalado, esta Corte comprueba que al inicio de las investigaciones por la muerte de Félix Ordóñez Suazo se omitió la recaudación de pruebas trascendental, sin que posteriormente se hayan practicado diligencias relevantes a nivel judicial, por lo que el Estado no llevó a cabo una averiguación exhaustiva y diligente. Todo ello generó graves faltas al deber de investigar los hechos ocurridos, lo que incluso podría afectar la inmediatez de la prueba, la obtención de información fidedigna, la pérdida o la imposibilidad de recolección de prueba en el futuro, debido al paso del tiempo. En este sentido, el Tribunal considera que dichas omisiones e irregularidades, demuestran una falta de efectividad en el actuar del Estado durante las investigaciones y proceso penal del caso. De igual manera, la Corte concluye que el Estado incumplió con el plazo razonable debido a la existencia de ciertos retrasos procesales en la prosecución del caso. En consecuencia, esta Corte considera que el Estado es responsable internacionalmente por la violación de los derechos establecidos en los artículos 8.1 y 25.1 de la Convención Americana, en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo y de los miembros de la Comunidad de Punta Piedra.

### ***B.2.2. Denuncias de usurpación y amenazas de 2010 y abuso de autoridad de 2010 en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros***

303. La Corte constató que el 13 y 16 de abril, y 19 de octubre de 2010, respectivamente, la Comunidad de Punta Piedra, a través de su patronato, interpuso tres denuncias, a saber: a) por usurpación por la invasión de terrenos de la Comunidad y por amenazas derivadas del conflicto de tierras por parte de los "ladinos o foráneos" de Río Miel; b) por la presunta comisión del delito de amenazas de muerte por parte de tres pobladores de Río Miel, en perjuicio de Paulino Mejía, miembro de dicha comunidad, y c) por la comisión del presunto delito de abuso de autoridad, a efectos de investigar la presunta construcción de una brecha de carretera que cruzaba el territorio de la comunidad en Río Miel, sin que se haya hecho la consulta previa (*supra* párrs. 149, 150 y 155).

#### ***B.2.2.1 Denuncia de usurpación y amenazas en perjuicio de los miembros de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, y denuncia de amenazas en perjuicio de Paulino Mejía***

304. Respecto de la denuncia por usurpación y amenazas en perjuicio de la Comunidad de Punta Piedra, la Corte comprueba que el 13 de abril de 2010 la Fiscalía de Etnias emitió un auto de requerimiento en donde se ordenaron distintas diligencias, en especial, la de inspección ocular de los hechos (*supra* párr. 151). Asimismo, en relación con la denuncia de amenazas en perjuicio de Paulino Mejía, el 17 de abril de 2010, la Fiscalía de Etnias emitió un auto de requerimiento, remitido en dos oportunidades a los agentes de la DGIC, solicitando una serie de diligencias iniciales pertinentes<sup>321</sup>. La Corte

---

<sup>320</sup> Cfr. *Caso Hilaire, Constantine y Benjamin y otros Vs. Trinidad y Tobago. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 21 de junio de 2002. Serie C No. 94, párr. 145, y *Caso Veliz Franco y otros Vs. Guatemala. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 19 de mayo de 2014. Serie C No. 277, párr. 217.

<sup>321</sup> Entre las más importantes: a) identificación y toma de declaración de los imputados (Alejandro Ortiz, Efraín Ortiz y Calín Ortiz); b) toma de declaración de testigos; c) establecimiento e inspección de la

nota que las investigaciones derivadas de ambas denuncias se llevaron a cabo en conjunto, por lo que las analizará de esta manera.

305. El Tribunal constata que más de tres años después de interpuestas ambas denuncias, el 3 y 4 de junio de 2013, se llevó a cabo la inspección a la zona por agentes de la DNIC, adscritos a la Fiscalía de Etnias en Tegucigalpa. Esta sería la única diligencia practicada en el marco de las investigaciones de ambos casos. Durante la inspección, los agentes se apersonaron a la Comunidad de Punta Piedra en donde tomaron la declaración de cuatro testigos (*supra* párr. 153), los que consistentemente declararon que parte del territorio de la comunidad estaba siendo ocupado por personas ajenas a esta desde 1993, es decir por habitantes de la zona de Río Miel. En particular, declararon que Alejandro, Efraín y Calín Ortiz, no sólo habían amenazado a diversos miembros de la Comunidad, sino también a Paulino Mejía, a efectos de que este abandonara sus tierras, las cuales colindaban con las ocupadas por aquellos, en el sector El Castillo, en Punta Piedra. Las declaraciones señalaron que los ocupantes de Río Miel amenazaron de muerte a la comunidad<sup>322</sup> mostrándoles sus escopetas, les dijeron que “ellos nunca se van a salir” y que “si se salen de donde están van a matara alguno de [ellos]”<sup>323</sup>.

306. Los agentes de la DNIC sólo pudieron recabar la declaración de los cuatro testigos debido a que por falta de combustible, no pudieron regresar a la zona de Punta Piedra para terminar con las diligencias planeadas, es decir que no se logró recabar la declaración de Paulino Mejía, no se realizó la inspección de la zona presuntamente usurpada por la familia Ortiz, ni se identificó plenamente a las personas denunciadas (*supra* párr. 154). Incluso, dichos agentes dejaron constancia que ni las oficinas de la DNIC en la ciudad de Trujillo, ni las del Ministerio Público de Trujillo, conocían, registraban o habían realizado diligencias en relación con las denuncias de usurpación y amenazas. A la fecha, la Corte comprueba que no se ha practicado ninguna diligencia relevante con posterioridad al mes de junio de 2013, habiendo transcurrido casi cinco años desde los hechos, en contravención con los principios de la debida diligencia y del plazo razonable<sup>324</sup>.

307. Asimismo, el Tribunal nota que, a pesar de la existencia de declaraciones de miembros de la comunidad reportando la existencia de amenazas, incluso de muerte, en contra de ellos, el Estado no llevó a cabo diligencias adicionales para el esclarecimiento de los hechos. En este sentido, el Tribunal recuerda que la obligación del Estado de investigar debe cumplirse diligentemente para evitar la impunidad y que

---

ubicación de las parcelas trabajadas por Paulino Mejía, en qué calidad fueron entregadas por la Comunidad de Punta Piedra, posesión actual de las mismas, y d) obtención de los títulos de propiedad de la comunidad.

<sup>322</sup> Cfr. Declaración de Antonio Bernárdez Suazo de 3 de junio de 2013, y declaración de Andrés Álvarez Bernárdez de 3 de junio de 2013 (expediente de prueba, folios 1655 y 1659 a 1660).

<sup>323</sup> Cfr. Declaración de Andrés Álvarez Bernárdez de 3 de junio de 2013 (expediente de prueba, folios 1659 a 1660).

<sup>324</sup> Adicionalmente, refiriéndose exclusivamente a la usurpación de tierras en perjuicio de toda la Comunidad de Punta Piedra, el Estado informó que conforme a la opinión de la Fiscal de Etnias “el territorio [materia de la denuncia de usurpación] también [estaba] ocupado por una comunidad campesina de Río Miel, que también [era] vulnerable, y que igualmente merec[ía] protección por parte del Estado [...]. En ese sentido[,] coincid[ieron] en que la solución a este problema no [era] el ejercicio de la acción penal pública, puesto que los ocupantes, [...] podrían aducir una prescripción adquisitiva [...]”. Cabe hacer notar que esta opinión fue emitida mediante un memorándum interno, mas no constituye una decisión formal respecto a la denuncia interpuesta. Cfr. Memorándum No. FEEPC-108-2014 de la Fiscalía Especial de Etnias y Patrimonio Cultural dirigido a la Coordinadora de la Unidad de Asuntos Internacionales, para informarle del estado actual de las denuncias a nivel interno, de fecha 2 de octubre de 2014 (expediente de prueba, folios 2327 a 2329).

este tipo de hechos vuelvan a repetirse<sup>325</sup>. Por ello, ante la existencia de amenazas presuntamente proferidas hasta la actualidad, la Corte le recuerda al Estado las obligaciones generales que le corresponden bajo el artículo 1.1 de la Convención<sup>326</sup>, y la especial obligación de garantizar los derechos de las personas en situación de riesgo<sup>327</sup> (*supra* párr. 280).

308. Con base en lo señalado, la Corte concluye que el Estado actuó vulnerando el principio de la debida diligencia, al no haber practicado diligencias relevantes para el esclarecimiento de los hechos y la determinación de las responsabilidades correspondientes. Asimismo, el Estado vulneró el principio del plazo razonable, con motivo de que a más de cinco años de la presentación de las denuncias anteriormente mencionadas, el Estado no ha concluido las investigaciones ni los procedimientos iniciados por la Comunidad de Punta Piedra.

#### *B.2.2.2 Denuncia por abuso de autoridad en perjuicio de los miembros de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra*

309. Respecto de la denuncia por abuso de autoridad<sup>328</sup> en relación con la construcción de una brecha de carretera sin la consulta previa respectiva, el Tribunal nota que si bien el 3 de noviembre del mismo año la Fiscalía de Etnias dictó un auto de requerimiento policial ordenando una serie de diligencias, entre ellas, la inspección de los terrenos en donde se habría construido la brecha de carretera, ninguna de ellas fue realizada por "falta de viáticos". No fue hasta inicios de junio de 2013, es decir, más de dos años después de la denuncia, que se realizó la inspección de la zona y se tomaron fotografías. La misma confirmó la existencia de una apertura de carretera frente a un lugar denominado "Pulpería y Hospedaje La Única", en el territorio de la Comunidad de Punta Piedra. Sin embargo, tanto el Director General de Carreteras como el Vice-Alcalde del Municipio de Iriona, informaron a la Fiscalía de Etnias que dichas instituciones no habían autorizado la construcción de ninguna carretera en la zona (*supra* párr. 156).

310. La Corte corrobora que, conforme al Memorándum No. FEEPC-108-2014 aportado por el Estado a esta Corte, la Fiscalía de Etnias señaló que ninguna autoridad pública había autorizado la construcción de dicha carretera y que conforme a las investigaciones realizadas por los analistas de investigación, no se configur[ó] la

---

<sup>325</sup> Cfr. *Caso de las Masacres de Ituango Vs. Colombia. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de julio de 2006. Serie C No. 148, párr. 300 y Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros, supra, párr. 216.*

<sup>326</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Resolución de la Corte de 15 de enero de 1988, Considerando 3, y Asunto Giraldo Cardona y otros. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 28 de enero de 2015, Considerando 40.*

<sup>327</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez. Resolución, supra, Considerando 3, y Asunto Giraldo Cardona y otros, supra, Considerando 40.*

<sup>328</sup> El artículo específico de abuso a la autoridad por el cual se interpuso la denuncia por la construcción de la brecha de la carretera no está mencionado en la denuncia. Sin embargo, el Cap. III "ABUSO DE AUTORIDAD Y VIOLACION DE LOS DEBERES DE LOS FUNCIONARIOS" del Código Penal de Honduras regula dichos tipos penales del art. 349-357. El artículo que aplicaría de manera general al presenta caso es el siguiente: "ARTICULO 349. Será castigado con reclusión de tres (3) a seis (6) años e inhabilitación especial por el doble del tiempo que dure la reclusión, el funcionario o empleado público que: 1) Se niegue a dar el debido cumplimiento a órdenes, sentencias, providencias, resoluciones, acuerdos o decretos dictados por las autoridades judiciales o administrativas dentro de los límites de sus respectivas competencias y con las formalidades legales; 2) Dicte o ejecute órdenes, sentencias, providencias, resoluciones, acuerdos o decretos contrarios a la Constitución de la República o a las leyes o se abstenga de cumplir lo dispuesto por cualquiera de dichos ordenamientos jurídicos; 3) Omita, rehúse o retarde algún acto que deba ejecutar de conformidad con los deberes de su cargo; [...]"

comisión del delito de Abuso de Autoridad [...]”<sup>329</sup>. Con base en la prueba obrante en el expediente, la Corte constató que ni los hallazgos derivados de la inspección de la zona ni la conclusión respecto a la no configuración de la comisión del delito de abuso de autoridad fueron puestos en conocimiento de los denunciantes, por lo que la decisión sobre dicha denuncia nunca les fue notificada, lo que pudo haber impedido que estos hicieran uso de los recursos disponibles a efectos de recurrir dicha decisión.

311. El Tribunal considera que la falta de la notificación de la decisión derivada de la denuncia interpuesta por la presunta comisión del delito de abuso de autoridad, así como la demora en el inicio de las investigaciones, vulneraron el derecho al acceso a la justicia y el principio del plazo razonable, con motivo de que a más de cuatro años de la presentación de la denuncia, el Estado no ha notificado la terminación del procedimiento a la Comunidad de Punta Piedra o a sus representantes.

312. En vista de todo lo señalado anteriormente, el Tribunal concluye que el Estado es responsable por la violación de los artículos 8 y 25 de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 del mismo instrumento, en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros.

## **X REPARACIONES (APLICACIÓN DEL ARTÍCULO 63.1 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA)**

313. Sobre la base de lo dispuesto en el artículo 63.1 de la Convención Americana<sup>330</sup>, la Corte ha indicado que toda violación de una obligación internacional que haya producido daño comporta el deber de repararlo adecuadamente y que esa disposición recoge una norma consuetudinaria que constituye uno de los principios fundamentales del Derecho Internacional contemporáneo sobre responsabilidad de un Estado<sup>331</sup>.

314. La Corte ha establecido que las reparaciones deben tener un nexo causal con los hechos del caso, las violaciones declaradas, los daños acreditados, así como con las medidas solicitadas para reparar los daños respectivos. Por lo tanto, la Corte deberá observar dicha concurrencia para pronunciarse debidamente y conforme a derecho<sup>332</sup>.

315. De acuerdo con las consideraciones expuestas sobre el reconocimiento parcial realizado por el Estado (*supra* párrs. 43 a 49) y las violaciones a la Convención Americana declaradas en el Capítulo IX de la presente Sentencia, la Corte procederá a analizar los argumentos y recomendaciones presentados por la Comisión Interamericana, las pretensiones de los representantes de las víctimas y los alegatos del Estado, a la luz de los criterios fijados en su jurisprudencia en relación con la

---

<sup>329</sup> Cfr. Memorandum No. FEPC-108-2014 de la Fiscalía de Etnias dirigido a la Coordinadora de la Unidad de Asuntos Internacionales, para informarle del estado actual de las denuncias a nivel interno, de fecha 2 de octubre de 2014 (expediente de prueba, folios 2327 a 2328).

<sup>330</sup> El artículo 63.1 de la Convención Americana establece que “[c]uando decida que hubo violación de un derecho o libertad protegidos en [la] Convención, la Corte dispondrá que se garantice al lesionado en el goce de su derecho o libertad conculcados. Dispondrá asimismo, si ello fuera procedente, que se reparen las consecuencias de la medida o situación que ha configurado la vulneración de esos derechos y el pago de una justa indemnización a la parte lesionada”.

<sup>331</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 21 de julio de 1989. Serie C No. 7, párr. 25, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros, supra*, párr. 149.

<sup>332</sup> Cfr. *Caso Ticona Estrada y otros Vs. Bolivia. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 27 de noviembre de 2008. Serie C No. 191, párr. 110, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros, supra*, párr. 149.

naturaleza y alcance de la obligación de reparar, con el objeto de disponer las medidas dirigidas a reparar los daños ocasionados a las víctimas<sup>333</sup>.

316. La Corte considera que la reparación en casos como el presente debe reconocer el fortalecimiento de la identidad cultural de los pueblos indígenas y tribales, garantizando el control de sus propias instituciones, culturas, tradiciones y territorios, a fin de contribuir con su desarrollo de acuerdo con sus proyectos de vida y necesidades presentes y futuras. Asimismo, el Tribunal reconoce que la situación de los pueblos indígenas varía según las particularidades nacionales y regionales, y las diversas tradiciones históricas y culturales. En vista de ello, la Corte estima que, las medidas de reparación otorgadas deben proporcionar mecanismos eficaces enfocados desde su propia perspectiva étnica que les permita definir sus prioridades en lo que atañe a su proceso de desarrollo y evolución como pueblo.

#### **A. Parte Lesionada**

317. La Corte considera parte lesionada, en los términos del artículo 63.1 de la Convención, a quien ha sido declarada víctima de la violación de algún derecho reconocido en la misma. Por lo tanto, esta Corte considera como parte lesionada a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, y de forma individual al señor Félix Ordóñez Suazo, quienes en su carácter de víctimas de las violaciones declaradas en el Capítulo IX serán beneficiarios de lo que la Corte ordene a continuación.

#### **B. Restitución**

318. La **Comisión** solicitó a la Corte que ordene al Estado adoptar a la brevedad las medidas necesarias para hacer efectivo el derecho de propiedad comunal y la posesión de la Comunidad de Punta Piedra y sus miembros, con respecto a su territorio ancestral. En particular, el Estado deberá adoptar las medidas legislativas, administrativas o de otro carácter, necesarias para lograr su saneamiento efectivo, acorde con su derecho consuetudinario, valores, usos y costumbres. Asimismo deberá garantizar a los miembros de la Comunidad que puedan continuar viviendo su modo de vida tradicional, conforme a su identidad cultural, estructura social, sistema económico, costumbres, creencias y tradiciones distintivas.

319. En sus observaciones finales escritas, la Comisión consideró que el Estado debe: 1) disponer las medidas necesarias para identificar en un plazo corto la totalidad del territorio invadido; 2) disponer los recursos humanos y financieros necesarios para la reubicación de las personas de Río Miel, consultando con ellas todas las demás posibilidades que permitan evitar o, cuando menos, minimizar la necesidad de recurrir a la fuerza, y 3) disponer las medidas necesarias para evitar afectaciones a la vida e integridad al momento de la reubicación, así como restablecer los canales de confianza. En este sentido, la Comisión consideró que una fijación concreta de los plazos para cada una de estas etapas en la Sentencia, favorecería significativamente su cumplimiento y la restitución definitiva de las tierras de la Comunidad. Asimismo, indicó que "el Estado debe adoptar las medidas necesarias para prevenir que luego de la reubicación de los colonos de Río Miel, se generen nuevas invasiones por parte de terceros en el territorio de la Comunidad. En la misma línea, el Estado debe abstenerse

---

<sup>333</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez. Reparaciones y Costas*, *supra*, párr. 25 y 26, y *Caso Gonzales Lluy y otros*, *supra*, párr. 344.

de adoptar decisiones que afecten dicho territorio sin realizar una consulta previa, libre e informada con miras a la obtención del consentimiento”.

320. Los **representantes** solicitaron: a) la restitución total de las tierras de la Comunidad de Punta Piedra que se encuentran en manos de los habitantes de Río Miel; b) la anulación de todos los títulos emitidos a terceros sobre los títulos comunitarios (en todas las comunidades Garífunas), y c) el reconocimiento jurídico sobre la posesión territorial ancestral de cada una de las comunidades Garífunas. En sus alegatos finales escritos, solicitaron el saneamiento efectivo de la totalidad del territorio de la Comunidad de Punta Piedra, considerando no solamente las zonas invadidas por el asentamiento de los nuevos colonos, sino también las demás zonas en posesión de terceros, a de bosque, y hábitat funcional. Para ello, solicitaron que se establezcan mecanismos integrales para la reubicación de los nuevos colonos, y las medidas de seguridad necesarias para proteger la vida e integridad de los miembros de Río Miel, y que se fijen plazos específicos para la realización de este saneamiento. Asimismo, solicitaron la adopción inmediata de medidas integrales que eviten la continuación de la conflictividad en la zona y para que una vez restituido el territorio no se vuelvan a dar invasiones en los territorios garífunas.

321. En su escrito de contestación, el **Estado** “prop[uso] realizar nuevamente la actualización del avalúo de las mejoras útiles y necesarias introducidas por los [pobladores de Río Miel] y adicionalmente destinar una cantidad adicional de cinco millones (Lps. 5,000,000.00) a seis millones de lempiras (Lps. 6,000,000.00), para adquirir un predio con la finalidad de reubicar a los miembros de la Aldea de Río Miel. Sin embargo, durante la audiencia pública del caso, el Estado realizó las siguientes propuestas: i) “que la Comunidad Garífuna de Punta Piedra acceda que el Estado [...] le pague la tierra que actualmente ocupan los pobladores de Río Miel y que esa tierra pase a ser propiedad de los pobladores de Río Miel”; ii) “que la Comunidad Garífuna de Punta Piedra acceda que el Estado [...] le entregue un área de tierra equivalente a la que ocupan los pobladores de Río Miel en otro lugar contiguo a su anterior título”, y iii) “que la Comunidad de Río Miel [...] pague a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra un canon anual por la tierra que ellos ocupan”.

322. En el Capítulo IX, la Corte determinó que el Estado violó el artículo 21 y 25 de la Convención con motivo del incumplimiento en garantizar el uso y goce de la propiedad comunal, a través del saneamiento respectivo, así como por el incumplimiento en la ejecución de los acuerdos alcanzados (*supra* párrs. 189, 202 y 251), por lo que dichas omisiones permitieron el incremento progresivo de la ocupación del territorio comunal, privando a la Comunidad de Punta Piedra del uso y goce efectivo y pacífico de su territorio (*supra* párrs. 189 y 197). Asimismo, este Tribunal también observó que han transcurrido más de 15 años del compromiso y deber del Estado para sanear el territorio y en la actualidad otros pobladores se encuentran asentados en esa área.

323. La Corte establece que a fin de lograr una reparación integral de las violaciones acreditadas, a través de la restitución de los derechos conculcados, corresponde al Estado realizar el saneamiento de las tierras tradicionales que fueron tituladas por el Estado en favor de la Comunidad de Punta Piedra y hacer efectiva la implementación de los acuerdos alcanzados. Dicha obligación de saneamiento corresponde ejercerla al Estado de oficio y con extrema diligencia. (*supra* párr. 186). En este sentido, el Estado debe remover cualquier tipo de obstáculo o interferencia sobre el territorio en cuestión (*supra* párr. 181). En particular, a través de garantizar el dominio pleno y efectivo de los miembros de la Comunidad de Punta Piedra como legítimos propietarios, y de ser

precedente y según lo acordado, mediante el pago de mejoras y la reubicación, con las debidas garantías, de los terceros ocupantes.

324. Para ello, el Estado debe realizar las siguientes acciones:

a) adoptar todas las medidas administrativas, legislativas, financieras y de recursos humanos necesarias para restituir de manera integral a la Comunidad de Punta Piedra su territorio titulado, garantizando su uso y goce pacífico de manera plena y efectiva<sup>334</sup>, en el plazo no mayor a 30 meses, a partir de la notificación de la presente Sentencia.

b) garantizar de manera inmediata y efectiva que el territorio que actualmente se encuentra en posesión de la Comunidad de Punta Piedra, no sufra ninguna intrusión, expansión adicional, interferencia o afectación de parte de terceros o agentes del Estado que pueda menoscabar la existencia, el valor, el uso o el goce de su territorio<sup>335</sup>.

c) proceder con el pago de mejoras y la reubicación de los terceros pobladores con las debidas garantías, en el plazo no mayor a dos años posteriores a la notificación del presente Fallo.

d) en el supuesto que se acredite la existencia de títulos legítimos de propiedad en la Aldea de Río Miel, anteriores a la entrega del segundo título a la Comunidad de Punta Piedra, conforme a la jurisprudencia de la Corte, el Estado deberá valorar la posibilidad de su compra o la expropiación de esas tierras, por razones de utilidad pública o interés social<sup>336</sup>.

325. Si por motivos objetivos y fundamentados<sup>337</sup> se impidiera el reintegro total o parcial del territorio ocupado por terceros, el Estado deberá, de manera excepcional, ofrecer a la Comunidad de Punta Piedra tierras alternativas, de la misma o mayor calidad física, las cuales deberán de ser contiguas a su territorio titulado, libre de cualquier vicio material o formal y debidamente tituladas en su favor. El Estado deberá entregar las tierras, electas de manera consensuada con la Comunidad de Punta Piedra, conforme a sus propias formas de consulta y decisión, valores, usos y costumbres<sup>338</sup>. Una vez acordado lo anterior, dicha medida deberá ser efectivamente ejecutada en el plazo de un año contado a partir de la notificación de voluntad de la Comunidad de Punta Piedra. Asimismo, en el otorgamiento de dichas tierras se deberá incluir un plan de desarrollo integral para ese territorio alternativo, de común acuerdo con la Comunidad, el cual es adicional al referido fondo de desarrollo dispuesto (*infra* párrs. 332 a 336). El Estado deberá hacerse cargo de los gastos derivados del traslado y reubicación, así como de los correspondientes gastos por pérdida o daño que puedan sufrir como consecuencia del otorgamiento de dichas tierras alternativas<sup>339</sup>.

---

<sup>334</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa*, *supra*, párr. 210, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 281.

<sup>335</sup> Cfr. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awás Tingni*, *supra*, párr. 164.

<sup>336</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 217, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 286.

<sup>337</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 217, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 286. Ver asimismo el artículo 16 del Convenio 169 de la OIT.

<sup>338</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 217, y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 286.

<sup>339</sup> Cfr. Artículo 16.5 del Convenio 169 de la OIT.



326. Sin perjuicio de lo anterior, el Estado deberá desarrollar, de común acuerdo con la Comunidad de Punta Piedra y la Aldea de Río Miel, reglas de convivencia pacífica y armoniosas en el territorio en cuestión que respeten los usos y costumbres de la Comunidad de Punta Piedra, así como los mecanismos de prevención necesarios que eviten cualquier afectación por parte de terceros en el territorio garífuna.

327. En relación con la falta de consulta del proyecto de exploración Punta Piedra II, que incluye parte del territorio de la Comunidad de Punta Piedra, el Estado deberá hacer cesar cualquier actividad que no haya sido previamente consultada, y en su caso, proceder de conformidad con la jurisprudencia de la Corte, a la realización de la misma<sup>340</sup>.

328. El Estado deberá, dentro del plazo de tres meses a partir de la notificación de la Sentencia, poner en marcha los mecanismos necesarios de coordinación entre instituciones que tengan incidencia en la toma de decisiones y cuenten con competencia en la materia, con el fin de velar por la efectividad de las medidas antes dispuestas, entre ellas: hacer efectivo el saneamiento, garantizar la integridad del territorio comunal y, en su caso, participar en la implementación del referido plan de desarrollo.

### **C. Compensación colectiva a través de un fondo de desarrollo**

329. La **Comisión** solicitó a la Corte que ordene al Estado reparar en el ámbito individual y colectivo las consecuencias de la violación de los derechos enunciados, en especial por la falta de saneamiento de su territorio ancestral y por los daños provocados en el propio territorio por el accionar de terceros. Asimismo, en sus observaciones finales escritas señaló que esta obligación busca compensar los daños sufridos por la falta de posesión pacífica de parte importante de su territorio por más de veinte años.

330. Los **representantes** solicitaron la reparación del daño emergente en términos de la pérdida y detrimento económico que se ha generado en la Comunidad, como colectividad, por la falta de acceso y usufructo tradicional de los recursos naturales. Adicionalmente, solicitaron una serie de reparaciones con el ánimo de: a) mejorar la capacidad productiva<sup>341</sup>; b) recuperar el área de bosque<sup>342</sup>, c) mejorar el servicio

---

<sup>340</sup> Cfr. *Caso del Pueblo Saramaka, supra*, párr. 194.d), y *Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku, supra*, párr. 299.

<sup>341</sup> A saber: i) para el cultivo de arroz 100 ha con su respectiva maquinaria aradora, procesador, despulpador, silos de almacenaje, bodegas y un camión para la distribución de comercio abierto para el pueblo Garífuna; ii) para el cultivo de plátano 100 ha con empacadora para el procesamiento y elaboración de tajadas para el comercio y la distribución de los mismos; iii) para el cultivo de yuca 200 ha con fábrica y empacadora para la elaboración de casabe, saborizar, embolsar y trabajar todos los productos derivados de la yuca; iv) para el cultivo de cocos altos del pacífico resistentes al amarillamiento letal, 100 ha con su respectiva fábrica para el rayado del coco, embotellamiento del agua, y hacer con el coco los diferentes derivados de la misma, como ser aceite de coco y su envasado, las tabletas y sus empaques y otros más; v) para el cultivo de árboles frutales y vegetales 100 ha con la asistencia de los agrónomos de la Comunidad para todos los rubros y las diferentes fábricas; vi) un proyecto de cría de cerdos con su propia infraestructura (galpones, rastro y cuarto frío); vii) un proyecto de cría de gallinas ponedoras de huevos con su propia infraestructura (galpones); viii) un proyecto de cría y engorde de pollo para la comercialización con su propia infraestructura (galpones, rastro y cuarto frío para almacenaje); ix) un proyecto de cría de tilapias con su respectiva infraestructura para los tiempos de escasez por la veda a la pesca artesanal; x) un proyecto de pesca que incluye 4 lanchas, 4 motores, redes y aperos de pesca, sondas para pesca, radares, GPS, cuarto frío para almacenaje del producto y vehículo para el traslado, comercialización y venta de los

eléctrico<sup>343</sup>; d) prevenir desastres naturales<sup>344</sup>; e) crear un parque de recreación con iluminación, y f) crear un centro cultural y museo. Asimismo, los representantes señalaron que el patronato es una forma de organización municipal impuesta.

331. Por su parte, el **Estado** rechazó de forma general las pretensiones planteadas por la Comisión y los representantes.

332. En vista de que el Estado fue encontrado responsable por la violación de los artículos 21 y 25 de la Convención, así como con motivo de que la variedad de las medidas de reparación solicitadas por los representantes pretenden en su conjunto el desarrollo y mejoramiento de la productividad del territorio de la Comunidad (*supra* párr. 316), como lo ha hecho en casos anteriores<sup>345</sup>, la Corte estima apropiado analizar dichas medidas a la luz de la creación de un fondo de desarrollo comunitario como compensación por el daño material e inmaterial que los miembros de la Comunidad han sufrido. En este sentido, dicho fondo es adicional a cualquier otro beneficiopresente o futuro que le corresponda a la Comunidad de Punta Piedra con motivo de los deberes generales de desarrollo del Estado.

333. En atención a las medidas de reparación solicitadas por la Comisión y los representantes, la desposesión de su territorio, los daños ocasionados al mismo y que los pueblos indígenas tienen derecho a la conservación y protección de su medio ambiente y de la capacidad productiva de sus territorios y recursos naturales<sup>346</sup>, la Corte ordena que el fondo sea destinado con los objetivos de: i) desarrollar proyectos orientados a aumentar la productividad agrícola o de otra índole en la Comunidad; ii) mejorar la infraestructura de la Comunidad de acuerdo con sus necesidades presentes y futuras; iii) restaurar las áreas deforestadas, y iv) otros que consideren pertinentes para el beneficio de la Comunidad de Punta Piedra.

334. El Estado deberá adoptar todas las medidas administrativas, legislativas, financieras y de recursos humanos necesarios para la implementación de este fondo, para lo cual, en el plazo de tres meses a partir de la notificación de la Sentencia, deberá nombrar una autoridad con competencia en la materia, a cargo de la administración del fondo. Por su parte, la Comunidad de Punta Piedra deberá elegir una representación para la interlocución con el Estado, a fin de que la implementación del fondo se realice conforme lo disponga la Comunidad.

335. Para dicho fondo, el Estado deberá destinar la cantidad de US\$ 1,500,000.00 (un millón quinientos mil dólares de los Estados Unidos de América), la cual será

---

mismos; xi) un capital de semilla de US\$ 500.000 para las diferentes empresas que estarán funcionando en la zona recuperada por el pueblo Garífuna de Punta Piedra.

<sup>342</sup> A saber: i) la reforestación de 178 ha con árboles de laurel, santa maría, teca, guanacaste, barba de jolote y ceibón, y ii) el dragado de todas las cuencas de agua de la zona de Río Miel y la reforestación de las mismas con árboles de bambú desde la cuenca hasta la desembocadura.

<sup>343</sup> A saber: una central generadora de electricidad para todo el pueblo con toda su infraestructura (posteo, cableado y pegues a las casas aptas para poder tener energía eléctrica).

<sup>344</sup> A saber: i) la reforestación de la playa con árboles para crear una barrera protectora contra los malos tiempos y el cambio climático con los diferentes tipos de árboles, como son hicacos, uvas de playa, cama, nances, marañones y almendras, y ii) la creación de un albergue con toda su infraestructura para casos de desastres naturales en la zona alta del pueblo determinado por la gente de la comunidad para su ubicación.

<sup>345</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa*, *supra*, párr. 205 y *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek*, *supra*, párr. 323.

<sup>346</sup> Cfr. Artículo 29 inciso 1 de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de 13 de septiembre de 2007.

invertida para el beneficio del territorio titulado de la Comunidad de Punta Piedra en el periodo no mayor a tres años a partir de la notificación de la presente Sentencia.

336. Finalmente, la Corte establece que las partes deberán remitir al Tribunal un informe anual durante el periodo de ejecución, en el cual se detallen los proyectos en los cuales se invertirá el monto destinado al Fondo.

#### **D. Satisfacción: publicación y radiodifusión de la Sentencia**

337. Ni los **representantes**, ni la **Comisión**, ni el **Estado** se refirieron a esta medida de reparación.

338. A pesar de lo anterior, en vista de las violaciones declaradas en el presente Fallo, la Corte estima pertinente ordenar, como lo ha hecho en otros casos<sup>347</sup>, que el Estado, en el plazo de seis meses, contado a partir de la notificación de la presente Sentencia, realice las siguientes publicaciones: a) el resumen oficial de la presente Sentencia elaborado por la Corte en español, el cual deberá ser traducido a lengua garífuna por parte del Estado<sup>348</sup>, y publicado en ambos idiomas por una sola vez, en el Diario Oficial, y en español en un diario de amplia circulación nacional de Honduras, y b) la presente Sentencia en su integridad en idioma español, disponible, por un periodo de un año, en un sitio *web* oficial del Estado.

339. Asimismo, la Corte considera apropiado, tal como lo ha dispuesto en otros casos<sup>349</sup>, que el Estado dé publicidad, a través de una emisora radial de amplia cobertura en la Comunidad de Punta Piedra, al resumen oficial de la Sentencia, en español y en garífuna. La transmisión radial deberá efectuarse cada primer domingo del mes al menos durante tres meses. El Estado deberá comunicar previamente a los representantes, al menos con dos semanas de anticipación, la fecha, horario y emisora en que efectuará tal difusión. El Estado deberá cumplir con esta medida en el plazo de seis meses a partir de la notificación de la presente Sentencia.

#### **E. Garantías de no repetición**

340. La **Comisión** solicitó a la Corte que ordene al Estado “[a]doptar las medidas necesarias para evitar que en el futuro se produzcan hechos similares, conforme al deber de prevención y garantía de los derechos fundamentales reconocidos en la Convención Americana”. De forma particular recomendó i) “[a]doptar un recurso eficaz y sencillo que tutele el derecho de los pueblos indígenas de Honduras a reivindicar y acceder a sus territorios tradicionales y que permita proteger dichos territorios entre acciones de parte del Estado o terceros que infrinjan su derecho a la propiedad” y ii) “[a]doptar las medidas necesarias para prevenir que la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros sean objeto de actos de discriminación y, en particular, que estén expuestos a actos de violencia por parte de terceros en razón de su origen étnico”. En sus observaciones finales escritas la Comisión destacó que “algunas

---

<sup>347</sup> Cfr. *Caso Cantoral Benavides Vs. Perú. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 3 de diciembre de 2001. Serie C No. 88, párr. 79, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros, supra*, párr. 162.

<sup>348</sup> Cfr. *Caso Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana. Fondo Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de octubre de 2012. Serie C No. 251, párr. 263, y *Caso Liakat Ali Alibux Vs. Surinam. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 30 de enero de 2014. Serie C No. 276, párr. 147.

<sup>349</sup> Cfr. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay*, párr. 227, y *Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros, supra*, párr. 217.

disposiciones de la Ley de Propiedad de 2004 podrían vaciar de contenido los conceptos de indivisibilidad, imprescriptibilidad e inalienabilidad incluidos en la misma ley. La [Comisión] observ[ó] con preocupación [que] algunas de las disposiciones de dicha norma que dejarían abierta [l]a posibilidad de que personas no indígenas puedan obtener un reconocimiento de propiedad sobre territorios indígenas por el paso del tiempo de su posesión”.

341. En su escrito de solicitudes y argumentos los **representantes** solicitaron: i) adoptar mecanismos eficaces para el reclamo y reivindicación efectiva de los derechos de propiedad territorial del Pueblo Garífuna, respetando las propias formas de derecho consuetudinario, usos y costumbres; ii) derogar el capítulo III de la Ley de Propiedad referente al “Proceso de Regularización de la Propiedad Inmueble para Pueblos Indígenas y Afrohondureños”; iii) aprobar una ley consensuada por la consulta de los pueblos indígenas que se apegue al Convenio 169 y la UNDRIP, además de que el Estado garantice la buena fe en la aplicación de dicha ley; iv) atender procesos que nazcan desde las comunidades a fin de legislar y hacer efectivos los derechos de consulta previa, libre e informada conforme a los estándares, jurisprudencia y demás fuentes de derecho internacional de derechos humanos con la participación de las comunidades en los procesos legislativos; v) implementar programas consensuados con el Pueblo Garífuna para generar un impacto efectivo y memoria histórica en la sociedad; vi) excluir a las comunidades garífunas del casco urbano de las municipalidades, y vii) aprobar el Título Multicomunal de la Zona de Irióna y Gracias a Dios, que abarcaría 15 comunidades continuas. Posteriormente, en sus alegatos finales escritos los representantes añadieron las siguientes garantías de no repetición: i) detener todas las medidas que afecten los territorios sin una consulta previa, libre e informada, y ii) derogar la Ley de Propiedad en tanto sus disposiciones vuelven ilusorios los alcances de una eventual Sentencia de la Corte y permitirían la repetición de hechos como los del presente caso.

342. Por su parte, el **Estado** se opuso a la pretensión derogatoria del capítulo III de la Ley de Propiedad, referente al “Proceso de Regularización de la Propiedad Inmueble para Pueblos Indígenas y Afrohondureños”, y de las legislaciones relacionadas, en virtud de que la Comunidad de Punta Piedra “deber[ía] hacer uso de las acciones o recursos establecidos en el derecho interno, ya que no han [...] formalizado las solicitudes ante las autoridades nacionales competentes ni consta que se les ha denegado en sentencia o resolución definitiva”. Asimismo, rechazó de manera genérica las demás medidas de no repetición planteadas por los representantes.

### ***E.1 Adecuación del ordenamiento interno***

343. En cuanto a la solicitud de adecuación del ordenamiento interno, la Corte consideró que ninguna disposición de la Ley de Propiedad y su Reglamento fue aplicada en el presente caso, por lo que carecía de elementos suficientes sobre la normativa vigente en la actualidad para concluir que existió un incumplimiento por parte del Estado del artículo 2 de la Convención Americana (*supra* párrs. 211 y 254). En este sentido, en virtud de la falta de nexo de causalidad entre los hechos y las violaciones establecidas, no es procedente ordenar tal medida.

344. En cuanto a la normativa relativa a la consulta previa, libre e informada, la Corte consideró que el artículo 82 del Reglamento a la Ley General de Minería carecía de precisión respecto de las etapas previas de la consulta, en contravención con lo dispuesto en el artículo 50 de la misma ley que hacen alusión a los estándares internacionales en la materia. Por lo tanto, la Corte concluyó que el Estado era

responsable por la violación del derecho a la propiedad comunal, y de los artículos 1.1 y 2 de la misma y del derecho a la identidad cultural (*supra* párr. 224).

345. En consecuencia, el Estado deberá, en un plazo razonable, adoptar las medidas suficientes y necesarias, a fin de que sus disposiciones reglamentarias sobre minería no menoscaben el derecho a la consulta, en el sentido de que ésta deba realizarse inclusive de forma previa a la autorización de programas de prospección o exploración.

346. En este sentido, la Corte recuerda que la interpretación de la normativa aplicable en materia indígena, los jueces y órganos vinculados a la administración de justicia en todos los niveles, están en la obligación de ejercer *ex officio* un “control de convencionalidad” entre las normas internas y la Convención Americana, evidentemente en el marco de sus respectivas competencias y de las regulaciones procesales correspondientes. En esta tarea, los jueces y órganos vinculados a la administración de justicia deben tener en cuenta no solamente el tratado, sino también la interpretación que del mismo ha hecho la Corte Interamericana, intérprete última de la Convención Americana<sup>350</sup>. Lo anterior, resulta especialmente aplicable a la interpretación de la legislación en materia de minería a la a luz de los estándares expuestos en la presente Sentencia (*supra* párr. 222).

### ***E.2 Creación de mecanismos efectivos para la regulación del Registro de Propiedad***

347. En virtud de que en los hechos del caso se evidenció una falta de claridad en el Registro de la Propiedad en Honduras que podría estar permitiendo el traslape de títulos en a rurales (*supra* párr. 201), la Corte estima pertinente ordenar al Estado que cree los mecanismos adecuados para evitar que en el futuro hechos similares puedan generar afectaciones al derecho a la propiedad en a rurales como las analizadas en el presente caso.

### ***E.3 Otras medidas solicitadas***

348. Respecto de las demás medidas de reparación indicadas en el presente apartado, relacionadas con la memoria histórica de la Comunidad, la exclusión del casco urbano de las municipalidades, y la aprobación de un Título Multicomunal de la Zona de Iriona y Gracias a Dios, la Corte estima que la emisión de la presente Sentencia y las reparaciones ordenadas en la misma resultan suficientes y adecuadas para el presente caso, y en virtud de ello no estima necesario ordenar las medidas solicitadas.

### ***F. Obligación de investigar los hechos e identificar, juzgar y, en su caso, sancionar a los responsables***

349. La **Comisión** solicitó a la Corte que ordene al Estado realizar la investigación y sanción efectiva de los actos de amenazas, hostigamientos, actos de violencia e intimidación y daños realizados a la propiedad de la comunidad Garífuna de Punta Piedra.

---

<sup>350</sup> Cfr. *Caso Almonacid Arellano y otros*, *supra*, párr. 124, y *Caso de personas dominicanas y haitianas expulsadas*, *supra*, párr. 311.

350. Los **representantes** solicitaron que se ordene al Estado la investigación y sanción efectiva de los actos de amenazas, hostigamientos, represión y asesinatos de miembros de la Comunidad de Punta Piedra, y que se investigue y sancione a los agentes estatales que por acción u omisión hayan contribuido a que las violaciones mencionadas estén en impunidad.

351. Por su parte, el **Estado** manifestó que “tiene toda la voluntad de investigar y sancionar a los responsables de las amenazas, hostigamientos, actos de violencia e intimidación y daños realizados a la propiedad de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros”.

352. En el presente caso, respecto de la denuncia por el delito de usurpación y el proceso penal relativo a la muerte de Félix Ordóñez Suazo, y las denuncias de usurpación, amenazas y abuso de autoridad en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, la Corte encontró al Estado responsable por la violación de los derechos establecidos en los artículos 8.1 y 25.1 de la Convención, en virtud de que las omisiones e irregularidades en los procesos demostraron una clara falta de efectividad en el actuar del Estado con el fin de alcanzar la verdad y sancionar a los responsables (*supra* párrs. 302, 308 y 312).

353. En razón de lo anterior, teniendo en cuenta la jurisprudencia de este Tribunal<sup>351</sup> y que los distintos procesos judiciales analizados aún se encuentran pendientes de sentencia, la Corte dispone que el Estado debe continuar eficazmente y conducir con la mayor diligencia y dentro del plazo razonable las investigaciones penales por los hechos analizados en el presente Fallo. Para ello, el Estado debe emprender con seriedad todas las acciones necesarias con el fin de individualizar, juzgar, y en su caso sancionar a los autores y partícipes de los mismos. No obstante, la Corte determina que la supervisión de la presente medida de reparación se realizará únicamente respecto del proceso penal relativo a la muerte del señor Félix Ordóñez Suazo.

#### **G. Solicitud de indemnización compensatoria por la muerte de Félix Ordóñez Suazo**

354. Los **representantes** solicitaron la reparación del daño material con relación al detrimento económico generado a las familias de la víctima del asesinato de Félix Ordóñez Suazo, ocurrido en el contexto del conflicto. Asimismo, solicitaron la reparación del lucro cesante y del daño inmaterial por las consecuencias psicológicas sufridas por los familiares de la víctima asesinada y los líderes y lideresas amedrentadas.

355. El **Estado** rechazó de manera general las pretensiones de indemnización planteadas en el escrito de solicitudes y argumentos.

356. La **Comisión** no se refirió a esta medida de reparación.

357. En el presente caso, la Corte no encontró responsable al Estado de la violación del deber de garantía del derecho a la vida en perjuicio de Félix Ordóñez Suazo. En virtud de lo anterior, a falta de nexo causal con las violaciones acreditadas, no resulta

---

<sup>351</sup> Cfr. *Caso del Penal Miguel Castro Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 25 de noviembre de 2006. Serie C No. 160, párr. 441, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros, supra*, párr. 155.

procedente la concesión de la indemnización compensatoria por lucro cesante y daño inmaterial solicitada por los representantes.

#### **H. Costas y gastos**

358. Los **representantes** señalaron que el Estado debe resarcir las costas y gastos en que incurrieron los miembros de la Comunidad en la tramitación del caso ante la Comisión y la Corte. En sus alegatos finales escritos los representantes señalaron que las costas y gastos ascendían a un monto de US\$ 90,000.00 (noventa mil dólares de los Estados Unidos de América).

359. El **Estado** señaló que confía en que una vez resuelta la controversia, a la parte vencedora se le reconozca el derecho a que se le reembolsen los gastos en que pueda haber incurrido con motivo del procedimiento, y que en caso de que la Corte considere que las partes tuvieron motivos racionales para litigar, se les exima del pago de las mismas.

360. La **Comisión** no se refirió a esta medida de reparación.

361. La Corte reitera que, conforme a su jurisprudencia<sup>352</sup>, las costas y gastos hacen parte del concepto de reparación, toda vez que las actividades desplegadas por las víctimas con el fin de obtener justicia, tanto a nivel nacional como internacional, implican erogaciones que deben ser compensadas cuando la responsabilidad internacional del Estado es declarada mediante una sentencia condenatoria. En cuanto al reembolso de gastos, corresponde a la Corte apreciar prudentemente su alcance, el cual comprende los gastos generados ante las autoridades de la jurisdicción interna, así como los generados en el curso del proceso ante el sistema interamericano, teniendo en cuenta las circunstancias del caso concreto y la naturaleza de la jurisdicción internacional de protección de los derechos humanos. Esta apreciación puede ser realizada con base en el principio de equidad y tomando en cuenta los gastos señalados por las partes, siempre que su *quantum* sea razonable<sup>353</sup>.

362. Asimismo, la Corte reitera que no es suficiente la remisión de documentos probatorios, sino que se requiere que las partes hagan una argumentación que relacione la prueba con el hecho que se considera representado, y que, al tratarse de alegados desembolsos económicos, se establezcan con claridad los rubros y la justificación de los mismos<sup>354</sup>. Por otro lado, el Tribunal ha señalado que "las pretensiones de las víctimas o sus representantes en materia de costas y gastos, y las pruebas que sustentan, deben presentarse a la Corte en el primer momento procesal que se les concede, esto es, en el escrito de solicitudes y argumentos, sin perjuicio de que tales pretensiones se actualicen en un momento posterior, conforme a las nuevas costas y gastos en que se haya incurrido con ocasión del procedimiento ante esta Corte"<sup>355</sup>.

---

<sup>352</sup> Cfr. *Caso Velásquez Rodríguez. Reparaciones y Costas*, *supra*, párr. 42, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros*, *supra*, párr. 181.

<sup>353</sup> Cfr. *Caso Garrido y Baigorria Vs. Argentina. Reparaciones y Costas*. Sentencia de 27 de agosto de 1998. Serie C No. 39, párr. 82, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros*, *supra*, párr. 181.

<sup>354</sup> Cfr. *Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez. Vs. Ecuador. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 21 de noviembre de 2007. Serie C No. 170, párr. 277, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros*, *supra*, párr. 182.

<sup>355</sup> *Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez*, *supra*, párr. 275, y *Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros*, *supra*, párr. 182.

363. En el presente caso, la Corte constató que los representantes señalaron en sus alegatos finales escritos que “[l]a información documental que respalda [los] gastos se presentará en escrito de liquidación formal que será enviado vía *courier* a la Corte desde Honduras”. Sin embargo, dicha información no fue recibida. En virtud de ello, la Corte no cuenta con respaldo probatorio para determinar los gastos realizados.

364. En consecuencia, la Corte decide fijar la suma de US\$ 10,000 (diez mil dólares de los Estados Unidos de América), por las labores realizadas en el litigio del caso a nivel nacional e internacional, lo cual el Estado debe pagar a los representantes en un plazo de un año, contado a partir de la notificación de esta Sentencia.

365. Asimismo, la Corte considera que, en el procedimiento de supervisión del cumplimiento de la presente Sentencia, podrá disponer que el Estado reembolse a las víctimas o sus representantes los gastos razonables en que incurran durante dicha etapa procesal.

#### ***I. Reintegro de los gastos al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas***

366. Los **representantes** presentaron solicitud de apoyo del Fondo de Asistencia Legal de Víctimas de la Corte para cubrir determinados gastos de presentación de prueba. Mediante Resolución del Presidente de la Corte de 30 de mayo de 2014, se autorizó la asistencia económica del Fondo para la comparecencia a la Audiencia Pública de dos representantes y para la presentación de un máximo de tres declaraciones y un peritaje.

367. El **Estado** tuvo oportunidad de presentar sus observaciones sobre las erogaciones realizadas en el presente caso, las cuales ascendieron a la suma de US\$ 8,543.06 (ocho mil quinientos cuarenta y tres dólares de los Estados Unidos de América con seis centavos). Al respecto, el Estado señaló que confía en que una vez resuelta la controversia, a la parte vencedora se le reconozca el derecho a que se le reembolsen los gastos en que pueda haber incurrido con motivo del procedimiento, y que en caso de que la Corte considere que las partes tuvieron motivos racionales para litigar, se les exima del pago de las mismas. Corresponde entonces al Tribunal, en aplicación del artículo 5 del Reglamento del Fondo, evaluar la procedencia de ordenar al Estado demandado el reintegro al Fondo de Asistencia Legal de las erogaciones en que se hubiese incurrido.

368. En razón de las violaciones declaradas en la presente Sentencia y del cumplimiento de los requisitos para acogerse al Fondo, la Corte ordena al Estado reintegrar a dicho Fondo la cantidad de US\$ 8,543.06 (ocho mil quinientos cuarenta y tres dólares de los Estados Unidos de América con seis centavos) por los gastos incurridos. Este monto deberá ser reintegrado a la Corte Interamericana en el plazo de noventa días, contados a partir de la notificación del presente Fallo.

#### ***J. Modalidad de cumplimiento de los pagos ordenados***

369. El Estado deberá cumplir con sus obligaciones monetarias mediante el pago en lempiras o en su equivalente en dólares de los Estados Unidos de América, utilizando para el cálculo respectivo el tipo de cambio que esté vigente en la bolsa de Nueva York, Estados Unidos de América, el día anterior al pago. Si por causas atribuibles a los beneficiarios de reintegros o a sus derechohabientes no fuese posible el pago de las cantidades determinadas dentro del plazo indicado, el Estado consignará dichos montos a su favor en una cuenta o certificado de depósito en una institución financiera



hondureña solvente, en dólares estadounidenses, y en las condiciones financieras más favorables que permitan la legislación y la práctica bancaria. Si no se reclaman las cantidades correspondientes una vez transcurridos diez años, las cantidades serán devueltas al Estado con los intereses devengados.

370. Las cantidades asignadas en la presente Sentencia como reintegro de costas y gastos deberán ser entregadas a los representantes en forma íntegra, conforme a lo establecido en esta Sentencia, sin reducciones derivadas de eventuales cargas fiscales.

371. En caso de que el Estado incurriera en mora respecto del Fondo de Desarrollo Comunitario, las costas y gastos, o el reintegro de los gastos al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas, deberá pagar un interés sobre la cantidad adeudada correspondiente al interés bancario moratorio en la República de Honduras.

## **XI PUNTOS RESOLUTIVOS**

**372.** Por tanto,

### **LA CORTE**

### **DECIDE,**

Por unanimidad,

1. Aceptar el reconocimiento parcial de responsabilidad efectuado por el Estado, en los términos de los párrafos 43 a 49 de la presente Sentencia.
2. Desestimar la excepción preliminar interpuesta por el Estado sobre "falta de agotamiento de recursos internos" para garantizar el uso y goce del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, en los términos de los párrafos 29 a 32 de la presente Sentencia.
3. Desestimar la excepción preliminar interpuesta por el Estado sobre "falta de agotamiento de recursos internos" con motivo de la muerte de Félix Ordóñez Suazo, en los términos de los párrafos 33 a 34 de la presente Sentencia.

### **DECLARA,**

Por unanimidad, que

4. El Estado es responsable por la violación del derecho a la propiedad colectiva, reconocido en el artículo 21 de la Convención Americana, y de los artículos 1.1 y 2 de la misma y del derecho a la identidad cultural, en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, en los términos de los párrafos 162 a 202, y 215 a 224 de la presente Sentencia.
5. El Estado es responsable por la violación del derecho a la protección judicial, reconocido en los artículos 25.1 y 25.2.c de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros, en los términos de los párrafos 235 a 251 de la presente Sentencia.

6. El Estado es responsable por la violación de los derechos a las garantías judiciales y protección judicial, reconocidos en los artículos 8.1 y 25 de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, sus miembros, y en particular de Félix Ordoñez Suazo, en los términos de los párrafos 284 a 312 de la presente Sentencia.

7. El Estado no es responsable por la violación del deber de garantía del derecho a la vida, reconocido en el artículo 4 de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 de la misma, en perjuicio de Félix Ordoñez Suazo, en los términos de los párrafos 260 a 280 de la presente Sentencia.

8. El Estado no es responsable por la violación de la obligación de adoptar disposiciones de derecho interno, establecida en el artículo 2 de la Convención Americana, en relación con los artículos 1.1, 21 y 25 de la misma, en los términos de los párrafos 206 a 211 y 252 a 255 de la presente Sentencia.

### **Y DISPONE,**

Por unanimidad, que:

9. Esta Sentencia constituye *per se* una forma de reparación.

10. El Estado debe garantizar el uso y goce, a través del saneamiento, de las tierras tradicionales que fueron tituladas por el Estado a favor de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, llevando a cabo dicha obligación de oficio y con extrema diligencia, en los términos y plazos establecidos en los párrafos 322 a 326 de la presente Sentencia.

11. El Estado debe hacer cesar cualquier actividad respecto del proyecto de exploración Punta Piedra II que no haya sido previamente consultada, en los términos establecidos en el párrafo 327 de la presente Sentencia.

12. El Estado debe crear un fondo de desarrollo comunitario a favor de los miembros de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, en los términos y plazos establecidos en los párrafos 332 a 336 de la presente Sentencia.

13. El Estado debe poner en marcha los mecanismos necesarios de coordinación entre instituciones con el fin de velar por la efectividad de las medidas antes dispuestas, dentro del plazo de tres meses a partir de la notificación del Fallo, en los términos de lo establecido en el párrafo 328 de la presente Sentencia.

14. El Estado debe, en el plazo de seis meses, realizar las publicaciones y transmisión radial señaladas en los párrafos 338 y 339 de la presente Sentencia.

15. El Estado debe, dentro de un plazo razonable, adoptar las medidas suficientes y necesarias, a fin de que sus disposiciones reglamentarias sobre minería no menoscaben el derecho a la consulta, en los términos de lo establecido en los párrafos 344 a 346 de la presente Sentencia.

16. El Estado debe, en un plazo razonable, crear mecanismos adecuados para regular su sistema de Registro de Propiedad, en los términos de lo establecido en el párrafo 347 de la presente Sentencia.

17. El Estado debe continuar y concluir, en un plazo razonable, la investigación por la muerte de Félix Ordóñez Suazo y demás denuncias interpuestas en la jurisdicción interna, y en su caso, sancionar a los responsables, en los términos de lo establecido en el párrafo 353 de la presente Sentencia.

18. El Estado debe pagar la cantidad fijada en el párrafo 364 de la presente Sentencia por concepto de reintegro de costas y gastos en el plazo de un año, contado a partir de la notificación de la misma.

19. El Estado debe reintegrar al Fondo de Asistencia Legal de Víctimas de la Corte Interamericana de Derechos Humanos la cantidad erogada durante la tramitación del presente caso, en los términos de lo establecido en el párrafo 368 de la presente Sentencia.

20. El Estado debe, dentro del plazo de un año contado a partir de la notificación de la presente Sentencia, rendir al Tribunal un informe sobre las medidas adoptadas para cumplir con la misma.

21. La Corte supervisará el cumplimiento íntegro de esta Sentencia, en ejercicio de sus atribuciones y en cumplimiento de sus deberes conforme a la Convención Americana sobre Derechos Humanos, y dará por concluido el presente caso una vez que el Estado haya dado cabal cumplimiento a lo dispuesto en la misma.

El juez Eduardo Vio Grossi hizo conocer a la Corte su voto concurrente, el cual acompaña esta Sentencia.

Redactada en español en San José, Costa Rica, y emitida el 8 de octubre de 2015.

Sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros vs. Honduras. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas.

Humberto Antonio Sierra Porto  
Presidente

Roberto F. Caldas  
Robles

Manuel E. Ventura

Diego García-Sayán  
Pérez

Alberto Pérez

Eduardo Vio Grossi  
Poisot

Eduardo Ferrer Mac-Gregor

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario

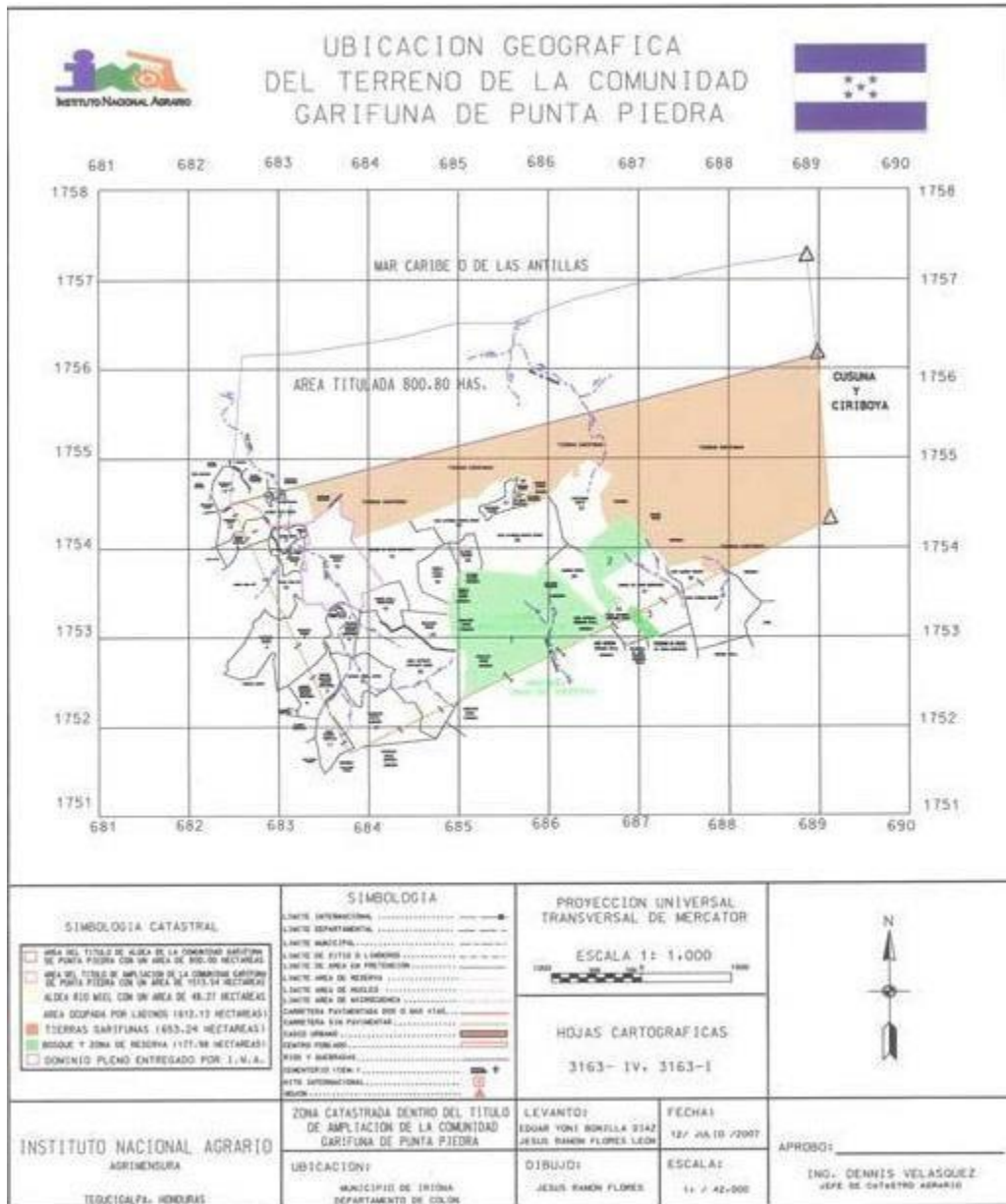
Comuníquese y ejecútese,

Humberto Antonio Sierra Porto  
Presidente

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario

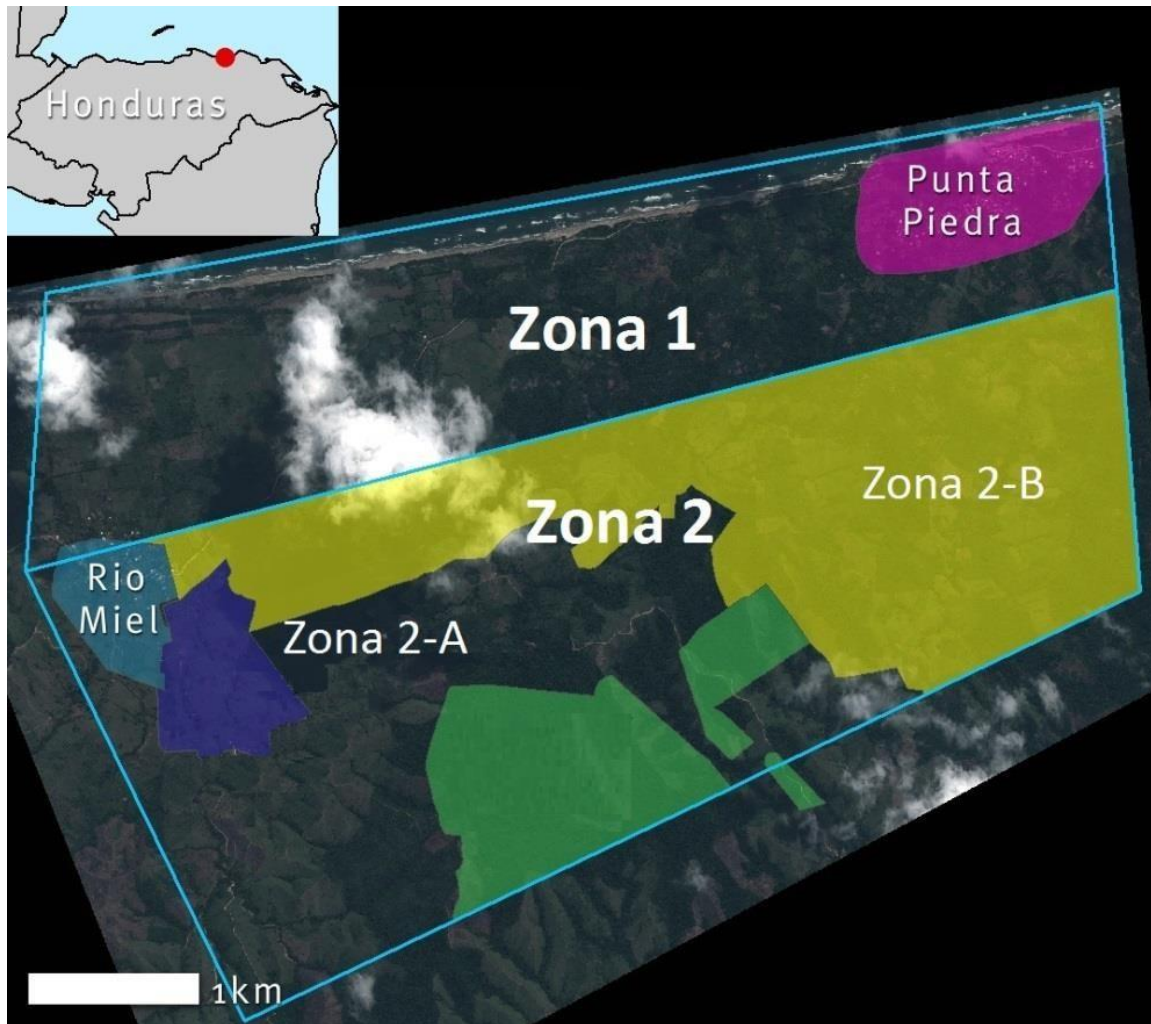
## XII ANEXOS

### ANEXO I



**Nota:** El presente mapa se incluye con fines ilustrativos. Este fue aportado por el Estado mediante sus alegatos finales escritos. En éste se presentan los dos títulos de propiedad otorgados a la Comunidad Garífuna de Punta Piedra, así como el área ocupada por los pobladores de la Aldea Río Miel, según el Informe Catastral de 2007.

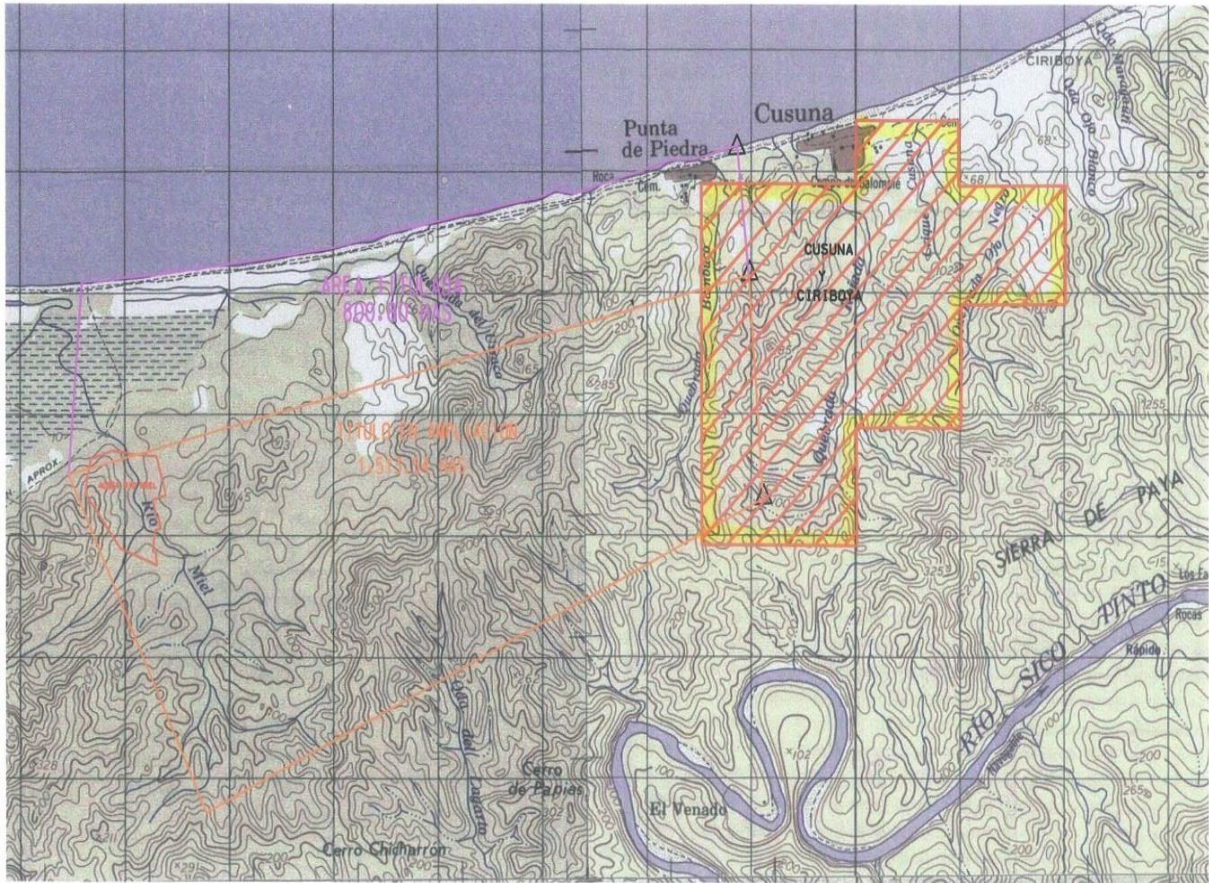
## ANEXO



**Nota:** El presente mapa se incluye con fines ilustrativos. Este fue aportado como anexo al Informe del AAAS, y fue adaptado por la Secretaría de la Corte Interamericana para indicar las Zonas 1, 2, 2-A y 2-B.



## ANEXO



**Nota:** El presente mapa se incluye con fines ilustrativos. Este fue presentado por el Estado durante la diligencia *in situ*. En éste se delimita el área concesionada a la Corporación Minera CANIXA S.A. para el desarrollo del proyecto denominado "Punta Piedra II".

**VOTO CONCURRENTENTE DEL JUEZ EDUARDO VIO GROSSI,  
CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS  
CASO COMUNIDAD GARÍFUNA DE PUNTA PIEDRA Y SUS MIEMBROS  
VS. HONDURAS, SENTENCIA DE 8 DE OCTUBRE DE 2015  
(Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas)**

Se emite el presente voto concurrente con la Sentencia del título, toda vez que, si bien el infrascrito comparte las decisiones que en ella se establecen, en cuanto a desestimar las excepciones preliminares interpuestas por el Estado por la "falta de agotamiento de recursos internos" tanto "para garantizar el uso y goce del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros"<sup>1</sup>, como "con motivo de la muerte de Félix Ordóñez Suazo"<sup>2</sup>, estima que hay razones adicionales para adoptar aquellas.

Además, se extiende el presente voto concurrente a los efectos de dejar constancia de la interpretación que el suscrito le asigna a la terminología empleada, en cuanto a la responsabilidad del Estado, en los resolutivos 4 a 8 de la Sentencia.

**A. Falta de agotamiento de recursos internos para garantizar el uso y goce del territorio de la Comunidad Garífuna de Punta Piedra y sus miembros.**

En lo atinente a la primera excepción preliminar planteada por el Estado, cabe indicar que ella fue formulada en sus escritos de 25 de marzo, 17 de agosto y 27 de octubre de 2004, vale decir, en el escrito de contestación o de observaciones<sup>3</sup> a la petición inicial de fecha 29 de octubre de 2003<sup>4</sup>, y en otros complementarios a aquél.

Por ende, considerando lo expuesto en otros votos individuales y que se reiteran en este<sup>5</sup>, se puede afirmar que, aunque la presentación de la referida excepción preliminar fue oportunamente planteada por el Estado, no constituyó en realidad una excepción preliminar a lo alegado y expuesto en la petición.

---

<sup>1</sup> Punto Resolutivo 2.

<sup>2</sup> Punto Resolutivo 3.

<sup>3</sup> En adelante "la contestación".

<sup>4</sup> En adelante "la petición".

<sup>5</sup> Voto Disidente del Juez Eduardo Vio Grossi, *Caso Galindo Cárdenas y Otros Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 2 de octubre de 2015. Serie C No. 301; Voto Individual Disidente del Juez Eduardo Vio Grossi, *Caso Comunidad Campesina Santa Bárbara Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 1 de septiembre de 2015. Serie C No. 299; Voto Individual Disidente del Juez Eduardo Vio Grossi, *Caso Wong Ho Wing Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 30 de junio de 2015. Serie C No. 297; Voto Individual Disidente del Juez Eduardo Vio Grossi, *Caso Cruz Sánchez y Otros Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 17 de abril de 2015. Serie C No. 292; Voto Individual Disidente del Juez Eduardo Vio Grossi, *Caso Liakat Alibux Vs Suriname. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 30 de enero de 2014. Serie C No. 276, y Voto Individual Disidente del juez Eduardo Vio Grossi, *Caso Díaz Peña Vs. Venezuela. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 26 de junio de 2012. Serie C No. 244.



Esto es, el "recurso administrativo para la obtención del pago de la indemnización" alegado por Estado como recurso no previamente agotado, no solo no "resultaba un recurso idóneo respecto de la pretensión de la Comunidad de recuperar su territorio ocupado ni se trataba de una indemnización que la comunidad pudiera reclamar a en su favor"<sup>6</sup>, sino que, adicionalmente, no respondía a lo sostenido en la petición. En efecto, en esta lo que se alegó, en lo que respecta al cumplimiento de la regla del previo agotamiento de los recursos internos, era que, en atención a la celebración del acuerdo con el Estado para solucionar el conflicto en cuestión concerniente a la titularidad del dominio de tierras, no era menester agotarlos para hacer cumplir lo pactado.

Sobre ese particular, es de advertir que resulta evidente que se debe entender que con dicho acuerdo se cumplió con la regla del agotamiento previo de los recursos internos o, en todo caso, que, celebrado aquel, se eximió de cumplir esta. De otra manera, la conciliación no tendría por objeto el solucionar el conflicto y podría servir, entonces, como mero instrumento para prolongarlo. Es decir, en tal hipótesis, el tener que recurrir a otras instancias nacionales para hacer cumplir lo pactado por el Estado importaría trasladar el caso nuevamente a una fase contradictoria, a un nuevo juicio, esta vez de orden administrativo. Lo pactado por el Estado no tendría, entonces, en realidad el valor de un real y efectivo compromiso, al no otorgar certeza y seguridad jurídicas y no ser suficiente para el objeto perseguido.

En ese orden de ideas, la conciliación, al dar término a un conflicto y descartar por innecesaria, por tanto, la concurrencia a los tribunales e instancias jurisdicciones pertinentes, viene a significar con ello que se dan por agotados los recursos que se pudieran haber interpuesto ante éstas.

Y también resulta pertinente observar que el hacer cumplir lo pactado por el Estado es una obligación propia de este y no de la contraparte. Habiendo concurrido a un acuerdo, corresponde al propio Estado adoptar todas las medidas para cumplir con lo que se ha obligado. El principio de buena fe así lo impone. Al efecto, tendría aplicación análoga el principio del *Pacta Sunt Servanda*, lo pactado obliga y así como ningún Estado puede invocar su derecho interno para incumplir una obligación internacional, tampoco podría invocarlo para dejar de cumplir lo pactado en el ámbito interno y alegado en el internacional.

En tal sentido, entonces, no habría, en consecuencia y en la situación de autos, recurso interno que agotar, es decir, la regla del previo agotamiento de los recursos internos no sería aplicable al caso.

## **B. Falta de agotamiento de recursos internos con motivo de la muerte de Félix Ordóñez Suazo.**

En lo concerniente a la excepción interpuesta por el Estado con relación a la muerte de don Félix Ordóñez Suazo, es menester recordar que aquella constituyó un hecho sobreviniente en la causa<sup>7</sup>, por lo que, lo que procedía, una vez que aconteció, no era el interponer una excepción preliminar en la misma, como se hizo, sino, en todo caso, alegar que se interpusiera, si así se estimaba, una nueva petición ante la Comisión.

---

<sup>6</sup> Párr. 31. En adelante, "párr." indicará "párrafo de la Sentencia".

<sup>7</sup> Párr. 33.

Efectivamente, como reiteradamente se ha indicado<sup>8</sup>, la regla del previo agotamiento de los recursos internos debe ser cumplida por el peticionario antes de interponer la petición ante la Comisión y ello, evidentemente, no pudo suceder en autos. Y tampoco se pudo alegar, por parte de la peticionara, el previo agotamiento de los recursos internos respecto de la citada excepción ni invocarse alguno de las causales para eximirse de esa obligación.

Por otra parte, al momento de producirse la muerte del Sr. Ordóñez, su vinculación con los hechos de la causa no estaba aún comprobada, de modo que mal se podía alegar, en ese momento, la falta de agotamiento previo de los recursos internos o una de las causales en que la misma no rige.

E igualmente, por lo tanto, no resulta adecuada la referencia que la Sentencia hace al artículo 46.2.c) de la Convención, con fundamento en el retardo injustificado de las investigaciones penales, para desestimar la aludida excepción preliminar interpuesta por el Estado.

Lo procedente en el caso era, entonces, desestimar tal excepción también por improcedente y no únicamente por no cumplir con prescrito en el citado artículo 46.2.c).

### **C. Terminología empleada, en cuanto a la responsabilidad del Estado, en los resolutivos 4 a 8 de la Sentencia.**

En los resolutivos 4 a 6 de la Sentencia se señala que "(e)l Estado es responsable por la violación de los derechos" que indican y en los resolutivos 7 y 8 se expresa que "(e)l Estado no es responsable" del deber y de la obligación que, respectivamente, mencionan.

De esta forma, en la Sentencia se omite la referencia al término "*internacionalmente*" que se ha empleado en otros fallos luego de la palabra "*responsable*".

El suscrito ha aceptado lo anterior entendiendo que la responsabilidad que puede constatar en una Sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos<sup>9</sup> es siempre y solo internacional.

En efecto, de conformidad a lo dispuesto en el artículo 62.3 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos<sup>10</sup>, "(l)a Corte tiene competencia para conocer de cualquier caso relativo a la interpretación y aplicación de las disposiciones de esta Convención que le sea sometido". La competencia de la Corte consiste, por tanto, en interpretar y aplicar un tratado, por lo que, al efecto, tiene plena aplicación lo previsto en el artículo 27 de la Convención de Viena sobre el Derecho de los Tratados, a saber que "(u)na parte no podrá invocar las disposiciones de su derecho interno como justificación del incumplimiento de un tratado".

Por otra parte, el artículo 63.1 de la Convención dispone que "(c)uando decida que hubo violación de un derecho o libertad protegidos en esta Convención, la Corte

---

<sup>8</sup> Nota Nº 5.

<sup>9</sup> En adelante "la Corte".

<sup>10</sup> En adelante "la Convención".

*dispondrá que se garantice al lesionado en el goce de su derecho o libertad conculcados”.*

A su turno, el artículo 68.1 del mismo texto normativo establece que *“(l)os Estados Partes en la Convención se comprometen a cumplir la decisión de la Corte en todo caso en que sean partes.”*

A su vez, en el artículo 65 de la Convención se indica que en el informe anual que la Corte debe presentar a la Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos, *“señalará los casos en que un Estado no haya dado cumplimiento a sus fallos”.*

Las aludidas normas convencionales demuestran, pues, que la competencia de la Corte lo es respecto de un instrumento jurídico internacional, que el cumplimiento de sus fallos corresponde a los Estados partes en los respectivos casos sometidos a su conocimiento<sup>11</sup> y que, si ellos no los cumplen, lo que procede es señalar esas violaciones de la obligación internacional de acatarlos ante una instancia internacional, esto es, la Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos. La esfera de acción de la Corte es, pues, la internacional.

En suma, se ha aceptado suprimir el término *“internacionalmente”* en los puntos resolutivos antes indicados y referidos a la responsabilidad del Estado que declara la Corte, ya que se entiende que ésta solo puede ser internacional.

Eduardo Vio Grossi  
Juez

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretario

---

<sup>11</sup> Con tal fórmula, no se varía respecto de lo que rige en general en el Derecho Internacional, expresado, en especial, en lo dispuesto en el artículo 50 del Estatuto de la Corte Internacional de Justicia: *“La decisión de la Corte no es obligatoria sino para las partes en litigio y respecto del caso que ha sido decidido”.* Por ello, respecto de los Estados no partes de un conflicto, la jurisprudencia es una fuente auxiliar del Derecho Internacional. El artículo 38.1.d del referido Estatuto señala: *“La Corte, cuya función es decidir conforme al derecho internacional las controversias que le sean sometidas, deberá aplicar: las decisiones judiciales y las doctrinas de los publicistas de mayor competencia de las distintas naciones, como medio auxiliar para la determinación de las reglas de derecho, sin perjuicio de lo dispuesto en el Artículo 59”.* Es por lo señalado que las sentencias de la Corte no tienen el carácter supranacional, vale decir, no tienen aplicación o ejecución directa en el territorio de los Estados Partes de la Convención, sino que, para ello se requiere de la acción del Estado.

## **Corte Interamericana de Direitos Humanos**

### **Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname**

**Sentença de 28 de novembro de 2007**

***(Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas)***

No *Caso do Povo Saramaka*,

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada "a Corte", "a Corte Interamericana" ou "o Tribunal"), integrada pelos seguintes juízes:\*

Sergio García Ramírez, Presidente;  
Cecilia Medina Quiroga, Vice-Presidente;  
Manuel E. Ventura Robles, Juiz;  
Diego García Sayán, Juiz;  
Leonardo A. Franco, Juiz;  
Margarette May Macaulay, Juíza; e  
Rhadys Abreu Blondet, Juíza;

Presentes, ademais,

Pablo Saavedra Alessandri, Secretário; e  
Emilia Segares Rodríguez, Secretária Adjunta;

de acordo com os artigos 62.3 e 63.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (doravante denominada "a Convenção" ou "a Convenção Americana") e com os artigos 29, 31, 37, 56 e 58 do Regulamento da Corte (doravante denominado "o Regulamento"), profere a presente Sentença.

#### **I**

### **INTRODUÇÃO DA CAUSA E OBJETO DA CONTROVÉRSIA**

1. Em 23 de junho de 2006, de acordo com o disposto nos artigos 50 e 61 da Convenção Americana, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada "a Comissão" ou "a Comissão Interamericana") apresentou à Corte uma demanda contra o Estado do Suriname (doravante denominado "o Estado" ou "Suriname"). Esta demanda teve origem na denúncia número 12.338 remetida à Secretaria da Comissão em 27 de outubro de 2000 pela Associação de Autoridades Saramaka (doravante denominada "AAS") e doze capitães Saramaka em seu nome, bem como em nome do povo Saramaka que vive na região superior do Rio Suriname. Em 2 de março de 2006, a Comissão aprovou o Relatório de Admissibilidade e de Mérito nº 9/06, nos termos do artigo 50 da Convenção,<sup>1</sup> o qual contém determinadas recomendações para o Estado. Em 19 de junho de 2006, a Comissão concluiu que "o assunto não havia sido resolvido" e, conseqüentemente, submeteu o presente caso à jurisdição da Corte.<sup>2</sup>

---

\* Por razões de força maior, o Juiz *ad hoc* Alwin Rene Baarh não participou na deliberação e assinatura da presente Sentença.

2. A demanda submete à jurisdição da Corte as supostas violações cometidas pelo Estado contra os membros do povo Saramaka - uma suposta comunidade tribal que vive na região superior do Rio Suriname. A Comissão arguiu que o Estado não adotou medidas efetivas para reconhecer seu direito ao uso e gozo do território que tradicionalmente usaram e ocuparam; que o Estado supostamente violou o direito à proteção judicial em detrimento do povo Saramaka ao não oferecer-lhes acesso efetivo à justiça para a proteção de seus direitos fundamentais, particularmente o direito a ter propriedade de acordo com suas tradições comunitárias, e que o Estado supostamente não cumpriu seu dever de adotar disposições de direito interno para assegurar e respeitar estes direitos dos Saramakas.

3. A Comissão solicitou à Corte que declarasse a responsabilidade internacional do Estado pela violação dos artigos 21 (Direito à Propriedade) e 25 (Direito à Proteção Judicial) da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 2 da mesma. Além disso, a Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Estado a adoção de várias medidas de reparação pecuniárias e não pecuniárias.

4. Os representantes das supostas vítimas (doravante denominados "os representantes"), a saber, o senhor Fergus MacKay, do *Forest Peoples Programme*, o senhor David Padilla e a Associação de Autoridades Saramaka, apresentaram seu escrito de petições, argumentos e provas (doravante "escrito de petições e argumentos"), nos termos do artigo 23 do Regulamento. Os representantes solicitaram à Corte que declarasse que o Estado havia cometido as mesmas violações de direitos alegadas pela Comissão, e também alegaram que o Estado havia violado o artigo 3 (Direito ao Reconhecimento da Pessoa Jurídica) da Convenção ao "não reconhecer a personalidade jurídica do povo Saramaka". Adicionalmente, os representantes apresentaram fatos e argumentos jurídicos adicionais com relação aos supostos efeitos contínuos associados à construção de uma represa hidroelétrica na década de sessenta, que supostamente inundou territórios tradicionais dos Saramakas. Igualmente, solicitaram a adoção de determinadas medidas de reparação e o reembolso das custas e gastos incorridos no processo do caso nos âmbitos interno e internacional.

5. O Estado apresentou a contestação escrita da demanda e do escrito de petições e argumentos (doravante denominado "contestação da demanda"). Neste escrito, o Estado argumentou que "não é responsável pela violação do direito à propriedade nos termos do artigo 21 da Convenção, porque o Estado reconhece à comunidade Saramaka [um privilégio sobre a terra que] tradicionalmente usou e ocupou [;] que não violou o direito à proteção judicial porque a legislação do Suriname dispõe de recursos legais efetivos[, e] o Estado [...] cumpriu suas obrigações de acordo com os artigos 1 e 2 da Convenção e, por isso, não violou estes artigos". Ademais, o Estado apresentou as seguintes exceções preliminares, as quais a Corte dividiu nas seguintes categorias: falta de legitimação dos peticionários originais perante a Comissão; falta de legitimação dos representantes perante a Corte; não esgotamento de recursos internos; duplicidade de procedimentos internacionais, e a falta de "legitimação da Comissão para apresentar o [caso] perante a Corte". Finalmente, o Estado fez referência a outras alegações sobre admissibilidade quanto à representação legal das supostas vítimas e o papel dos senhores David Padilla e Hugo Jabini no presente caso.

## II PROCEDIMENTO PERANTE A CORTE

6. A demanda da Comissão foi notificada ao Estado no dia 12 de setembro de 2006,<sup>3</sup> e aos representantes em 11 de setembro de 2006. Durante o procedimento perante este Tribunal, além da apresentação dos escritos principais remetidos pelas partes (pars. 1, 4 e 5

*supra*), a Comissão e os representantes apresentaram argumentos sobre as exceções preliminares oferecidas pelo Estado. Além disso, em 26 de março de 2007, o Estado apresentou um escrito adicional, em conformidade com o artigo 39 do Regulamento da Corte, e em 18 de abril de 2007, a Comissão e os representantes apresentaram suas observações a respeito.

7. Em 30 de março de 2007, o Presidente da Corte (doravante denominado "o Presidente") ordenou a submissão de declarações prestadas perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) de sete testemunhas e de cinco peritos propostos pela Comissão, pelos representantes e pelo Estado, e as partes tiveram a oportunidade de apresentar suas respectivas observações.<sup>1</sup> Outrossim, devido às particulares circunstâncias do caso, o Presidente convocou a Comissão Interamericana, os representantes e o Estado a uma audiência pública para receber as declarações de três supostas vítimas, de duas testemunhas e de dois peritos, bem como as alegações finais orais das partes sobre as exceções preliminares, assim como sobre os eventuais mérito, reparações e custas. O Estado solicitou o adiamento da data da audiência pública e, portanto, foi concedida às partes a possibilidade de apresentar observações a respeito. Em 14 de abril de 2007, depois de considerar estas observações, o Presidente ratificou sua decisão anterior sobre a data da audiência e modificou, parcialmente, a Resolução de 30 de março, concedendo às partes mais tempo para apresentar as declarações juramentadas das testemunhas e dos peritos, bem como os argumentos finais escritos das partes.<sup>2</sup> A audiência pública foi celebrada em 9 e 10 de maio de 2007, durante o 75º Período Ordinário de Sessões da Corte.<sup>3</sup>

8. Em 3 de julho de 2007, o Estado apresentou suas alegações finais escritas. Em 9 de julho de 2007, a Comissão e os representantes apresentaram suas respectivas alegações finais escritas.

9. Em 16 de julho de 2007, solicitou-se aos representantes que apresentassem comprovantes e documentação como prova a respeito das custas e gastos incorridos por *Forest Peoples Programme* no presente caso. Esta prova não foi apresentada.

### **III CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS**

10. Antes de analisar as exceções preliminares apresentadas pelo Estado e o possível mérito do caso, a Corte analisará se este Tribunal é competente para conhecer sobre os argumentos apresentados pelos representantes (par. 4 *supra*) a respeito dos supostos efeitos contínuos produzidos pela construção de uma represa e reserva dentro do território tradicional Saramaka.

#### **A. Os supostos "efeitos contínuos" relacionados com a construção da represa Afobaka**

---

<sup>1</sup> Resolução emitida pelo Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 30 de março de 2007.

<sup>2</sup> Resolução emitida pelo Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 14 de abril de 2007.

<sup>3</sup> As seguintes pessoas estiveram presentes na audiência pública: (a) pela Comissão Interamericana: Paolo Carozza, Comissário e Delegado, e Elizabeth Abi-Mershed e Juan Pablo Albán A., assessores; (b) pelos representantes: Fergus MacKay, advogado do *Forest Peoples Programme*, e (c) pelo Estado: Soebhaschandre Punwasi, Agente; Eric Rudge, Agente Assistente; Hans Lim A Po, Lydia Ravenberg, Margo Waterval, Reshma Alladin e Monique Pool.

11. Na demanda submetida à Corte a Comissão definiu a base fática para o presente caso sob o título "Declaração dos Fatos". Nessa seção, a Comissão incluiu a seguinte declaração: "[d]urante a década de '60, a inundação resultante da construção de uma reserva hidroelétrica deslocou o povo Saramaka e criou os chamados povos de 'transmigração'". Esta frase é a única referência na demanda da Comissão a respeito do suposto deslocamento dos membros do povo Saramaka devido à construção de uma represa, à qual os representantes se referem como represa Afobaka, na década de 1960, a qual supostamente inundou o território tradicional dos Saramaka. A Corte observa que a Comissão não desenvolveu em sua demanda nenhum argumento jurídico a respeito da suposta responsabilidade internacional do Estado por estes atos.

12. Os representantes, por outro lado, apresentaram um relato de fatos bastante detalhado, de três folhas e meia, o qual não figura na demanda, a respeito dos supostos "efeitos contínuos e permanentes" relacionados com a construção da represa e da reserva Afobaka. Deste modo, sob o título "Fatos", em seu escrito de petições e argumentos os representantes descreveram, *inter alia*, os seguintes supostos fatos: a falta de consentimento do povo Saramaka para esta construção; os nomes das empresas envolvidas na construção da reserva; algumas somas de dinheiro relacionadas à quantidade da área inundada e a quantidade de Saramakas deslocados dessa área; a indenização concedida àqueles que foram deslocados; a falta de acesso à eletricidade nos chamados povos de "transmigração"; o doloroso efeito que a construção teve na comunidade; a redução nos recursos de subsistência do povo Saramaka; a destruição dos locais sagrados Saramaka; a falta de respeito aos restos mortais enterrados de Saramakas; o impacto ambiental causado pelas empresas estrangeiras que foram beneficiadas por concessões de mineração na área, e o plano do Estado de incrementar o nível da reserva para aumentar o fornecimento de energia, o que supostamente causaria o deslocamento forçado de mais Saramakas, fato este que foi objeto de uma reclamação apresentada pelos Saramaka perante as autoridades internas no ano 2003.

13. A seguir, a Corte considerará se os fatos usados pelos representantes para fundamentar seus argumentos a respeito dos supostos "efeitos contínuos e permanentes" relacionados com a construção da represa Afobaka possuem uma relação direta com o marco fático apresentado pela Comissão a este Tribunal em sua demanda, documento que define o alcance dos fatos em litígio perante este Tribunal.<sup>4</sup> Nesse sentido, a Corte tem afirmado, de forma constante, que "[... os representantes] não podem alegar novos fatos distintos daqueles mencionados na demanda [da Comissão], sem prejuízo de expor aqueles que permitam explicar, esclarecer ou rejeitar os que foram mencionados na demanda, ou ainda, responder às pretensões do demandante".<sup>5</sup> Deste modo, a Corte deve basear-se na demanda da Comissão para determinar se esta é uma questão que se encontra compreendida dentro do alcance fático do caso que foi apresentado perante esta Corte para sua resolução.

14. A Corte observa que na demanda apresentada pela Comissão não havia nenhuma das afirmações de fato apresentadas pelos representantes a respeito da represa Afobaka. Além disso, algumas das questões apresentadas pelos representantes incluem

---

<sup>4</sup> Cf. Artigo 61 da Convenção Americana, Artigos 32, 33 e 36 do Regulamento da Corte e Artigos 2 e 28 do Estatuto da Corte.

<sup>5</sup> Cf. *Caso "Cinco Aposentados" Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 28 de fevereiro de 2003. Série C Nº 98, par. 153; *Caso Bueno Alves Vs. Argentina. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 11 de maio de 2007. Série C Nº 164, par. 121, e *Caso do Presídio Miguel Castro Castro Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 25 de novembro de 2006. Série C Nº 160, par. 162.

controvérsias, como o suposto plano do Estado de incrementar o nível da reserva, o que ainda se encontra pendente de resolução por parte das autoridades internas do Suriname.

15. Outrossim, durante a audiência pública celebrada no presente caso, foi perguntado à Comissão como "caracterizaria a informação adicional apresentada pelos representantes a respeito dos supostos efeitos da reserva sobre o povo Saramaka".<sup>6</sup> A Comissão respondeu que "na demanda e no relatório do artigo 50 há uma única frase a respeito da reserva e de seus efeitos" e, portanto, caracterizou esta informação como "um fato de contexto histórico".<sup>7</sup> Diferentemente de outros casos,<sup>8</sup> a Comissão não alegou que estes antecedentes contextuais e históricos se relacionam com o objeto da controvérsia.

16. Em consequência, de acordo com a estrutura e o objeto da demanda, bem como com o próprio esclarecimento da Comissão sobre o modo no qual estes supostos fatos deveriam ser interpretados no presente caso, a Corte considera que a Comissão apenas propôs esta questão como um antecedente contextual relativo à história da controvérsia no presente caso, mas não como uma questão a ser resolvida pela Corte. Por essa razão, de acordo com as limitações a respeito da participação das supostas vítimas no procedimento perante esta Corte, o Tribunal considera que os fundamentos de fato para os argumentos dos representantes a respeito não correspondem ao alcance da controvérsia de acordo com o marco fático estabelecido pela Comissão na demanda.

17. À luz das considerações mencionadas e a fim de preservar o princípio de certeza jurídica e o direito de defesa do Estado, a Corte considera que os argumentos dos representantes quanto aos supostos efeitos contínuos e permanentes associados à construção da reserva Afobaka não são admissíveis.

#### **IV EXCEÇÕES PRELIMINARES**

18. Na contestação da demanda, o Estado apresentou diversas exceções preliminares, as quais serão analisadas pela Corte na seguinte ordem:

##### **A) PRIMEIRA EXCEÇÃO PRELIMINAR**

###### *Falta de legitimação dos peticionários perante a Comissão Interamericana*

19. O Estado alegou em sua primeira exceção preliminar que nenhum dos dois peticionários originais, a saber, a Associação de Autoridades Saramaka e os doze capitães Saramaka, tinham legitimidade para apresentar uma petição perante a Comissão Interamericana. Especificamente, o Estado argumentou que os peticionários não consultaram o *Gaa'man*, que é a suposta autoridade máxima dos Saramaka, sobre a apresentação desta denúncia. Esta suposta desconsideração em relação aos costumes e tradições Saramaka equivale, de acordo com o Estado, ao descumprimento dos requisitos do artigo 44 da Convenção, em vista de que os peticionários, segundo se alega, não

---

<sup>6</sup> Pergunta da Juíza Macaulay durante a audiência pública perante a Corte nos dias 9 e 10 de maio de 2007 (transcrição da audiência pública, p. 90).

<sup>7</sup> Resposta da Comissão à pergunta feita pela Juíza Macaulay durante a audiência pública no presente caso (transcrição da audiência pública, p. 91).

<sup>8</sup> Cf. *Caso Servellón García e outros Vs. Honduras. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 21 de setembro de 2006. Série C Nº 152; *Caso Goiburú e outros Vs. Paraguai. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 22 de setembro de 2006. Série C Nº 153, e *Caso do Massacre de La Rochela Vs. Colômbia. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 11 de maio de 2007. Série C Nº 163.



contavam com a permissão do líder da comunidade e, portanto, não tinham autoridade para peticionar à Comissão em nome da comunidade Saramaka. Com base nestes fundamentos, o Estado considerou que a Comissão deveria ter declarado a petição inadmissível. Por sua vez, a Comissão Interamericana afirmou que, de acordo com os artigos 44 da Convenção Americana e 26.1 do Regulamento da Comissão, não é necessário que os peticionários sejam as vítimas ou que possuam poder de representação ou alguma outra autorização legal por parte das vítimas ou de seus familiares para poder submeter uma petição à Comissão. Do mesmo modo, os representantes alegaram que, apesar de os peticionários terem consultado o *Gaa'man*, tanto antes como depois de terem submetido a petição, não existe um requerimento, explícito ou implícito, no artigo 44 da Convenção ou no artigo 23 do Regulamento da Comissão de que o *Gaa'man*, quem o Estado considera ser o verdadeiro representante dos peticionários, tivesse que apresentar a petição ou que os peticionários tivessem que obter a autorização do *Gaa'man* para apresentá-la.

20. A este respeito, a Corte deve analisar o alcance da disposição do artigo 44 da Convenção e interpretá-la em conformidade com o objeto e o fim deste tratado, a saber, a proteção dos direitos humanos<sup>9</sup> e de acordo com o princípio da efetividade (*effet utile*) das normas legais.<sup>10</sup>

21. O artigo 44 da Convenção dispõe que

[q]ualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado Parte.

22. O artigo 44 da Convenção permite a todo grupo de pessoas apresentar denúncias ou queixas de violações dos direitos estabelecidos na Convenção. Esta ampla faculdade para apresentar uma petição é uma característica particular do sistema interamericano para a proteção dos direitos humanos.<sup>11</sup> Além disso, toda pessoa ou grupo de pessoas que não seja as supostas vítimas pode apresentar uma petição.<sup>12</sup>

23. Em consideração destas observações, este Tribunal considera que não existe um pré-requisito convencional que estabeleça que a principal autoridade da comunidade deva dar sua permissão para que um grupo de pessoas apresente uma petição perante a Comissão Interamericana a fim de buscar a proteção de seus direitos ou dos direitos dos membros da comunidade à qual pertencem. Tal como foi previamente mencionado, a possibilidade de apresentar uma petição foi amplamente concebida na Convenção e assim tem sido entendida pelo Tribunal.<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> Cf. *O Efeito das Reservas sobre a Entrada em Vigência da Convenção Americana sobre Direitos Humanos* (arts. 74 e 75). Parecer Consultivo OC-2/82 de 24 de setembro de 1982. Série A Nº 2, par. 29.

<sup>10</sup> Cf. *Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru. Competência*. Sentença de 24 de setembro de 1999. Série C Nº 54, par. 37, e *Caso do Tribunal Constitucional Vs. Peru. Competência*. Sentença de 24 de setembro de 1999. Série CNº 55, par. 36. Cf. também *Caso Baena Ricardo e outros Vs. Panamá. Competência*. Sentença de 28 de novembro de 2003. Série C Nº 104, par. 66; *Caso Acevedo Jaramillo e outros Vs. Peru. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 7 de fevereiro de 2006. Série C Nº 144, par. 135, e *Caso Yatama Vs. Nicarágua. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 23 de junho de 2005. Série C Nº 127, par. 84.

<sup>11</sup> Cf. *Caso Castillo Petruzzi e outros Vs. Peru. Exceções Preliminares*. Sentença de 4 de setembro de 1998. Série C Nº 41, par. 77.

<sup>12</sup> Cf. *Caso Castillo Petruzzi e outros*, nota 14 *supra*, par. 77; *Caso Acevedo Jaramillo e outros*, nota 13 *supra*, par. 137, e *Caso Yatama*, nota 13 *supra*, par. 82.

<sup>13</sup> Cf. *Caso Castillo Petruzzi e outros*, nota 14 *supra*, par. 77; *Caso Acevedo Jaramillo e outros*, nota 13 *supra*, par. 137, e *Caso Yatama*, nota 13 *supra*, par. 82.

24. Portanto, para os fins do presente caso, a Corte considera que a Associação de Autoridades Saramaka, como também os doze capitães Saramaka, podem ser considerados como um "grupo de pessoas" nos termos do artigo 44 da Convenção e conforme a interpretação que a Corte tem dado a esta disposição. Igualmente, a Corte é da opinião de que os petionários não necessitavam obter a permissão do *Gaa'man* ou inclusive de cada um dos membros da comunidade a fim de apresentar a petição perante a Comissão Interamericana. Por estas razões, a Corte rejeita a primeira exceção preliminar.

## **B) SEGUNDA EXCEÇÃO PRELIMINAR**

### *Falta de legitimização dos representantes perante a Corte Interamericana*

25. Como segunda exceção preliminar, o Estado objetou o *locus standi in judicio* das supostas vítimas e de seus representantes no procedimento perante esta Corte. O Estado alega que, nos termos dos artigos 51 e 61 da Convenção, unicamente o Estado e a Comissão podem submeter um caso à Corte e comparecer perante este órgão. De acordo com o Estado, toda participação independente ou individual das supostas vítimas ou de seus representantes contraria a Convenção e o princípio de igualdade de armas. Uma vez que só existe um projeto de Protocolo relacionado à legitimização dos indivíduos perante a Corte e tendo em vista que o Regulamento da Corte não pode prevalecer sobre a Convenção, o Estado conclui que os indivíduos ainda não possuem legitimidade legal para atuar perante a Corte. Deste modo, a participação das supostas vítimas e de seus representantes apenas pode ser realizada através da Comissão. Além disso, o Estado argumentou que os representantes não possuem legitimização, independente e separada, para alegar perante a Corte que o Suriname violou o direito consagrado no artigo 3 da Convenção. Por sua vez, a Comissão e os representantes alegaram que, uma vez que a Comissão submete um caso à Corte, as supostas vítimas ou seus representantes estão legitimados para submeter de maneira autônoma à Corte suas petições e argumentos, com base nos fatos estabelecidos na demanda da Comissão.

26. De fato, conforme o estipulado no artigo 61 da Convenção, a Comissão Interamericana é o órgão facultado a iniciar um procedimento perante a Corte mediante a apresentação de uma demanda. Não obstante, o Tribunal considera que evitar que as supostas vítimas apresentem seus próprios argumentos jurídicos significaria restringir indevidamente seu direito de acesso à justiça, o que deriva de sua condição de sujeitos do Direito Internacional dos Direitos Humanos.<sup>14</sup> Na etapa atual da evolução do sistema interamericano para a proteção dos direitos humanos, a faculdade das supostas vítimas, seus familiares ou seus representantes para apresentar, de forma autônoma, suas petições, argumentos e prova, deve ser interpretada em conformidade com sua posição de titulares dos direitos reconhecidos na Convenção e como beneficiários da proteção que oferece o sistema.<sup>15</sup> Entretanto, há certos limites à sua participação neste procedimento, de acordo

---

<sup>14</sup> Cf. *Caso "Cinco Aposentados"*, nota 8 *supra*, par. 155; *Caso do Massacre de Pueblo Bello Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C Nº 140, par. 54, e *Caso do "Massacre de Mapiripán" Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C Nº 134, par. 57.

<sup>15</sup> Cf. OEA, Assembleia Geral, Resolução AG/RES. 1890 (XXXII-O/02), Avaliação do Funcionamento do Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos para seu Aperfeiçoamento e Fortalecimento, e OEA, Assembleia Geral, AG/RES. 2291 (XXXVII-O/07), Fortalecimento dos sistemas de direitos humanos em seguimento dos mandatos derivados das Cúpulas das Américas.

com o estabelecido na Convenção e no exercício da competência da Corte.<sup>16</sup> Isto é, o objetivo do escrito de petições, argumentos e prova dos representantes é fazer efetivo o atributo processual de *locus standi in judicio* que esta Corte já reconheceu às supostas vítimas, seus familiares ou seus representantes em sua jurisprudência.<sup>17</sup>

27. Também se encontra bem estabelecido na jurisprudência do Tribunal que os representantes podem informar ao Tribunal sobre os chamados fatos supervenientes, que poderão alegar perante a Corte em qualquer momento do procedimento antes que seja prolatada a sentença.<sup>18</sup> Ademais, vale a pena mencionar que, quanto à incorporação de outros direitos distintos daqueles incluídos na demanda da Comissão, a Corte estabeleceu que os representantes podem invocar estes direitos sempre que eles se refiram aos fatos já incluídos na demanda.<sup>19</sup> Finalmente, a Corte é o órgão que deve decidir, em cada caso, sobre a admissibilidade dos argumentos desta natureza a fim de salvaguardar a igualdade processual das partes (par. 17 *supra*).<sup>20</sup>

28. O reconhecimento do *locus standi in judicio* das supostas vítimas, bem como seu direito a apresentar argumentos jurídicos distintos daqueles apresentados pela Comissão, ainda que baseados nos mesmos fatos, não viola o direito de defesa do Estado. O Estado tem sempre a oportunidade, em todas as etapas do procedimento perante este Tribunal, de responder às observações formuladas pela Comissão e pelos representantes. O Estado tem esta oportunidade tanto na etapa escrita como na etapa oral do procedimento. Também, no presente caso, de acordo com o artigo 39 do Regulamento da Corte, foi concedida ao Estado a oportunidade de apresentar um escrito adicional a fim de responder à totalidade dos argumentos jurídicos apresentados pelos representantes (par. 6 *supra*). Por essa razão, o direito de defesa do Estado em relação às observações formuladas pelos representantes no presente caso foi respeitado e protegido em todo momento.

29. A Corte, portanto, considera que, de acordo com a Convenção, o Regulamento do Tribunal e sua jurisprudência, as supostas vítimas e seus representantes têm direito a participar em todas as etapas do presente procedimento e alegar as violações de direitos que não foram contempladas pela Comissão em sua demanda. Por estas razões, a Corte rejeita a segunda exceção preliminar.

### **C) TERCEIRA EXCEÇÃO PRELIMINAR**

#### *Irregularidades no procedimento perante a Comissão Interamericana*

30. O Estado argumentou que foram cometidas diversas irregularidades durante o procedimento perante a Comissão, incluindo, *inter alia*, que a Comissão supostamente: (i) deu aos representantes a possibilidade de apresentar mais de onze escritos no transcurso do procedimento; (ii) permitiu que o senhor Padilla - antigo Secretário Executivo Adjunto da Comissão - atuasse como assessor e advogado dos representantes; (iii) não concedeu ao

---

<sup>16</sup> Cf. *Caso do "Massacre de Mapiripán"*, nota 17 *supra*, par. 58, e *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 17 *supra*, par. 55.

<sup>17</sup> Cf. *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 17 *supra*, par. 53.

<sup>18</sup> Cf. *Caso "Cinco Aposentados"*, nota 8 *supra*, par. 154; *Caso Bueno Alves*, nota 8 *supra*, par. 121, e *Caso do Presídio Miguel Castro Castro*, nota 8 *supra*, par. 162.

<sup>19</sup> Cf. *Caso "Cinco Aposentados"*, nota 8 *supra*, par. 155; *Caso Escué Zapata Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 4 de julho de 2007. Série C Nº 165, par. 92, e *Caso Bueno Alves*, nota 8 *supra*, par. 121.

<sup>20</sup> Cf. *Caso do "Massacre de Mapiripán"*, nota 17 *supra*, par. 58, e *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 17 *supra*, par. 55.

Estado a oportunidade de assistir à 119ª sessão em março de 2004 ao não ter convidado o Estado oportunamente; (iv) requereu que o Estado apresentasse um segundo pedido de audiência pública sobre o tema porque a Comissão não respondeu ao primeiro pedido; (v) não tratou o Estado com respeito durante a 121ª sessão já que apenas um Comissário presidia a audiência pública enquanto um segundo membro saiu depois das primeiras observações; (vi) não enviou ao Estado as atas da reunião ou outra informação relacionada à 119ª sessão, apesar de vários pedidos realizados pelo Estado, o que levou a que o Estado não tivesse a informação necessária durante a 121ª sessão e causou uma desvantagem ao Estado, e (vii) não respondeu as observações do Estado depois da adoção do relatório do artigo 50 e, deste modo, enganou o Estado a respeito da submissão da demanda à Corte. O Estado, portanto, arguiu que "[d]ado que a Comissão não atuou de maneira adequada no transcurso do procedimento, a Corte deve resolver esta situação e declarar que a Comissão não é competente para apresentar este caso em particular perante a Corte. Caso seja declarado que a Comissão não é competente para apresentar esta demanda/caso perante a Corte de acordo com a aplicação do *princípio do fruto da árvore envenenada*, os representantes originais não possuem legitimação para apresentar este caso".

31. Em resposta, a Comissão argumentou que: (i) ambas as partes tiveram ampla oportunidade de dirigir-se à Comissão, tanto de forma oral como escrita, e o Estado não demonstrou de que forma o tratamento dispensado pela Comissão foi diferente ou prejudicial ao Estado; (ii) a participação do ex-Secretário Executivo Adjunto da Comissão no presente caso estava de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão e não foi concedido tratamento preferencial ao senhor Padilla; (iii) o Estado foi devidamente notificado a respeito da audiência convocada para o 119º Período de Sessões nos termos do artigo 62.4 do Regulamento da Comissão, o qual permite um mês de antecipação para a notificação das audiências; (iv) a audiência solicitada foi convocada na primeira oportunidade disponível depois do pedido do Estado; (v) de acordo com o estabelecido no artigo 65 do Regulamento da Comissão, o Presidente poderá formar grupos de trabalho por questões de economia processual e, além disso, todas as audiências são gravadas para que toda a Comissão esteja informada sobre o ocorrido durante a audiência; (vi) na demanda foi solicitado à Corte que convocasse as declarações de dois peritos ouvidos no 119º Período de Sessões da Comissão para permitir ao Estado a oportunidade de ouvir e questionar suas declarações, e (vii) tomou plenamente em consideração a informação apresentada pelas partes no período entre a emissão do relatório do artigo 50 e a determinação de que o caso devia ser enviado à Corte. Nesta decisão, a Comissão considerou seus deveres em conformidade com os artigos 44.1 e 44.2 de seu Regulamento, os quais dispõem sobre o cumprimento das recomendações emitidas e a opinião do peticionário. Os representantes apoiaram os argumentos e considerações expostos pela Comissão.

32. A Corte argumentou previamente que analisará os procedimentos submetidos perante a Comissão quando houver um erro que viole o direito de defesa do Estado.<sup>21</sup> No presente caso, o Estado não demonstrou de que maneira a conduta da Comissão implicou num erro que tenha afetado o direito de defesa do Estado durante o procedimento perante a Comissão.

33. Em função das razões expostas, a Corte rejeita a terceira exceção preliminar apresentada pelo Estado.

---

<sup>21</sup> Cf. *Caso Trabalhadores Demitidos do Congresso (Aguado Alfaro e outros) Vs. Peru. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 24 de novembro de 2006. Série C Nº 158, par. 66.

## D) QUARTA EXCEÇÃO PRELIMINAR

### *Descumprimento dos artigos 50 e 51 da Convenção Americana*

34. O Estado argumentou que a demanda apresentada pela Comissão em 23 de junho de 2006 é extemporânea, já que foi submetida à Corte após transcorrido o período de três meses estabelecido nos artigos 50 e 51 da Convenção Americana. O Estado afirmou que a Comissão deveria ter apresentado sua demanda o mais tardar em 22 de junho de 2006. Considerando que o período de tempo estipulado na Convenção havia transcorrido, o Estado afirma que a Comissão deveria ter adotado o relatório previsto no artigo 51 da Convenção Americana.

35. O artigo 51.1 da Convenção estabelece o prazo máximo dentro do qual a Comissão deve apresentar o caso à competência contenciosa da Corte; transcorrido este prazo, a Comissão perde o direito de fazê-lo.<sup>22</sup> Conforme este artigo:

[s]e no prazo de três meses, a partir da remessa aos Estados interessados do relatório da Comissão, o assunto não houver sido solucionado ou submetido à decisão da Corte pela Comissão ou pelo Estado interessado, aceitando sua competência, a Comissão poderá emitir, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, sua opinião e conclusões sobre a questão submetida à sua consideração.

36. Este Tribunal já estabeleceu que o prazo de três meses deve ser contado a partir da data de transmissão do relatório do artigo 50 ao Estado em questão.<sup>23</sup> A Corte também esclareceu que este limite temporal, ainda quando não é fatal, tem caráter peremptório, exceto em circunstâncias excepcionais, em relação à submissão do caso a este Tribunal.<sup>24</sup>

37. Conforme a prova apresentada pela Comissão Interamericana à Corte, o Relatório nº 09/06 (Relatório do artigo 50) foi enviado ao Estado em 23 de março de 2006. O Estado não proporcionou prova alguma que contradiga este fato. Por isso, a interposição do caso perante a Corte em 23 de junho de 2006 foi realizada dentro do prazo de três meses estabelecido no artigo 51.1 da Convenção. Igualmente, dado que o caso foi interposto perante a Corte, as disposições do artigo 51 da Convenção não são aplicáveis.<sup>25</sup>

38. Em função das razões mencionadas, a Corte considera que a Comissão Interamericana interpôs a demanda do presente caso perante este Tribunal dentro do prazo convencional estabelecido no artigo 51.1 e, por isso, rejeita a quarta exceção preliminar apresentada pelo Estado.

---

<sup>22</sup> Cf. *Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 26 de setembro de 2006. Série C Nº 154, par. 58.

<sup>23</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Exceções Preliminares. Sentença de 26 de junho de 1987. Série C Nº 1, par. 162; Caso Almonacid Arellano e outros*, nota 25 *supra*, par. 56, e *Caso Baena Ricardo e outros Vs. Panamá. Exceções Preliminares*. Sentença de 18 de novembro de 1999. Série C Nº 61, par. 37. Cf. também *Certas Atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos* (arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 e 51 Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Parecer Consultivo OC-13/93 de 16 de julho de 1993. Série A Nº 13, par. 51.

<sup>24</sup> Cf. *Caso Neira Alegria e outros Vs. Peru. Exceções Preliminares*. Sentença de 11 de dezembro de 1991. Série C Nº 13, pars. 32-34, e *Caso Cayara Vs. Peru. Exceções Preliminares*. Sentença de 3 de fevereiro de 1993. Série C Nº 14, pars. 38-39. Cf. também *Certas Atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos* (arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 e 51 Convenção Americana sobre Direitos Humanos), nota 26 *supra*, par. 51.

<sup>25</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez*, nota 26 *supra*, par. 63, e *Caso Baena Ricardo e outros*, nota 26 *supra*, pars. 38-39. Cf. também *Certas Atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos* (arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 e 51 Convenção Americana sobre Direitos Humanos), nota 26 *supra*, par. 52.

39. Outrossim, o Estado afirmou que a Comissão não levou em consideração o escrito do Estado no qual detalha a implementação das recomendações do relatório do artigo 50 da Comissão. A este respeito, a Corte reitera que os artigos 50 e 51 da Convenção estabelecem duas etapas diferentes.<sup>26</sup> Uma vez adotado o relatório preliminar estabelecido no artigo 50 da Convenção, a Comissão não precisa necessariamente adotar outro relatório que contemple se o Estado cumpriu as recomendações emitidas. A Comissão tem a faculdade, dentro do período de três meses, de decidir se submete o caso à Corte através da respectiva demanda ou se procede de acordo com o artigo 51 da Convenção.<sup>27</sup> Entretanto, esta decisão não é discricionária, mas deve ser baseada na alternativa que mais beneficie a proteção dos direitos estabelecidos na Convenção.<sup>28</sup>

40. A este respeito, a Comissão afirmou que "tomou plenamente em consideração a informação fornecida pelas partes no período entre a emissão do relatório do artigo 50 e sua decisão de que o caso devia ser enviado à Corte". A Corte considera que se encontra dentro da competência da Comissão, conforme os termos do artigo 51 da Convenção, bem como dos padrões estabelecidos no artigo 44 de seu Regulamento, determinar se o Estado cumpriu as recomendações do relatório do artigo 50 e decidir submeter o caso à competência da Corte. Não obstante, mesmo que a Comissão tenha certa margem de discricionariedade nesta avaliação, deveria considerar devidamente o respeito aos direitos processuais das partes.<sup>29</sup> Adicionalmente, a Corte revisará os procedimentos perante a Comissão caso exista um erro que afete o direito de defesa do Estado.<sup>30</sup> Entretanto, no presente caso não existe prova que sugira que a Comissão não cumpriu as respectivas disposições da Convenção assim como as de seu Regulamento. Em razão do exposto, a Corte rejeita a quarta exceção preliminar apresentada pelo Estado.

## **E) QUINTA EXCEÇÃO PRELIMINAR**

### *Não esgotamento dos recursos internos*

41. O Estado do Suriname afirmou que as supostas vítimas não promoveram nem esgotaram os recursos judiciais internos, os quais o Estado considera que são adequados e efetivos. O Estado argumentou que existem várias disposições dentro do Código Civil do Suriname que oferecem recursos judiciais efetivos, a saber, os artigos 1386,<sup>31</sup> 1387,<sup>32</sup>

---

<sup>26</sup> Cf. *Caso Baena Ricardo e outros*, nota 26 *supra*, par. 37, e *Certas Atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos* (arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 e 51 Convenção Americana sobre Direitos Humanos), nota 26 *supra*, par. 50.

<sup>27</sup> Artigos 50 e 51 da Convenção Americana. Cf. *Caso Velásquez Rodríguez*, nota 26 *supra*, par. 63; *Caso Baena Ricardo e outros*, nota 26 *supra*, par. 37, e *Caso Cayara*, nota 27 *supra*, par. 39. Cf. também *Certas Atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos* (arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 e 51 Convenção Americana sobre Direitos Humanos), nota 26 *supra*, par. 50.

<sup>28</sup> Cf. *Caso Baena Ricardo e outros*, nota 26 *supra*, par. 37, e *Certas Atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos* (arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 e 51 Convenção Americana sobre Direitos Humanos), nota 26 *supra*, par. 50.

<sup>29</sup> Cf. *Caso Cayara*, nota 27 *supra*, par. 63, e *Caso Baena Ricardo e outros*, nota 26 *supra*, par. 43.

<sup>30</sup> Cf. *Caso Trabajadores Demitidos do Congresso (Aguado Alfaro e outros)*, nota 24 *supra*, par. 66.

<sup>31</sup> "Artigo 1386: Cada ato legal que causa danos a outro, impõe uma obrigação à pessoa que leva a culpa do dano a compensar tal dano." Cf. Código Civil do Suriname (expediente de apêndices à demanda, anexo 4, folha 51).

<sup>32</sup> "Artigo 1387: Cada um será responsável não apenas pelo dano causado por seu ato, mas também pelo dano causado por sua negligência e descuido." Cf. Código Civil do Suriname (expediente de apêndices à demanda, anexo 4, folha 51).

1388,<sup>33</sup> 1392<sup>34</sup> e 1393.<sup>35</sup> Além disso, o Estado arguiu que existe um recurso judicial efetivo previsto no artigo 226 do Código Processual do Suriname que estabelece “um processo sumaríssimo” para aqueles casos que requerem uma urgência imediata. O Estado afirmou que as supostas vítimas escolheram não esgotar todos estes recursos judiciais disponíveis na legislação interna antes de interpor a petição inicial perante a Comissão. Ademais, o Estado sustentou que o fato de que a petição apresentada ao Presidente da República, segundo o artigo 41.2 da Lei de Gestão Florestal, não tenha um resultado favorável, não demonstra por si só a falta de recursos internos, nem indica que os representantes esgotaram todos os recursos efetivos que estavam disponíveis.

42. No presente caso, as supostas vítimas reconheceram que não esgotaram os recursos internos mencionados pelo Estado *supra*. Pelo contrário, sustentaram que estes recursos eram inadequados e não efetivos para tratar as questões apresentadas perante esta Corte. Por outro lado, as supostas vítimas apresentaram quatro petições ao Estado relacionadas com o presente caso: foram apresentadas duas petições ao Presidente do Suriname, nos termos do artigo 41.1(b) da Lei de Gestão Florestal de 1992, e outras duas conforme o artigo 22 da Constituição do Suriname de 1987, que reconhece o direito de peticionar perante as autoridades públicas. Nenhuma destas reclamações formais obteve resposta. Por isso, a questão recai em torno a se as supostas vítimas deveriam ter esgotado, adicional ou simultaneamente, os recursos internos mencionados pelo Estado.

43. A Corte já desenvolveu pautas claras para analisar uma exceção de suposto descumprimento do esgotamento dos recursos internos.<sup>36</sup> Primeiro, a Corte interpretou a exceção como uma defesa disponível para o Estado e, como tal, que pode ser renunciada, seja expressa ou tacitamente. Segundo, a fim de que a exceção de não esgotamento dos recursos internos seja oportuna, deve ser alegada na primeira atuação do Estado durante o procedimento perante a Comissão; do contrário, presume-se que o Estado renunciou tacitamente a apresentar este argumento. Terceiro, a Corte afirmou que o Estado que apresenta esta exceção deve especificar os recursos internos que ainda não foram esgotados e demonstrar que estes recursos são aplicáveis e efetivos.

44. O Estado arguiu pela primeira vez a questão do esgotamento de recursos internos em sua quarta comunicação no procedimento perante a Comissão e não especificou explicitamente quais recursos internos não haviam sido esgotados pelas supostas vítimas. Em uma petição posterior, de 23 de maio de 2003, o Estado fez referência à existência de

---

<sup>33</sup> “Artigo 1388: 1. A pessoa será responsável não apenas pelo dano causado por seu próprio ato, mas também pelo dano causado devido aos atos de pessoas que tem a responsabilidade por materiais ou objetos em sua posse. [...] 3. Os principais e aqueles designados por outros como responsáveis por seus assuntos, serão responsáveis pelo dano causado por seus empregados e seus designados durante o trabalho que realizam por eles”. Cf. Código Civil do Suriname (expediente de apêndices à demanda, anexo 4, folha 51)

<sup>34</sup> “Artigo 1392: 1. Atos deliberados ou imprudentes com fins de causar dano ou mutilar ou inutilizar um membro do corpo humano, permitem à vítima reclamar indenização não apenas pelos gastos matéria de sua recuperação, mas também pode reclamar indenização pelos gastos causados pelo dano ou mutilação. 2. Também se considera a posição mútua das partes, incluídas a posição econômica e as circunstâncias dos fatos. 3. Em geral se aplica este último artigo para apreciar o dano que surgiu como resultado de uma ofensa perpetrada contra a pessoa.” Cf. Escrito de contestação da demanda (mérito, tomo II, folha 335).

<sup>35</sup> “Artigo 1393: 1. Uma causa civil com respeito à difamação pode servir para indenizar o dano ou reparar o prejuízo ao nome ou a reputação da vítima. 2. Ao apreciá-la, o juiz tomará em conta o grau menos grave ou mais grave do insulto, e também a qualidade, posição e estatus econômico e circunstâncias das duas partes.” Cf. Escrito de contestação da demanda (mérito, tomo II, folha 336).

<sup>36</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez*, nota 26 *supra*, par. 88; *Caso Nogueira de Carvalho e outros Vs. Brasil. Exceções Preliminares e Mérito*. Sentença de 28 de novembro de 2006. Série C Nº 161, par. 51, e *Caso Almonacid Arellano e outros*, nota 25 *supra*, par. 64.

“vários artigos do Código Civil do Suriname [...] sobre os quais os representantes teriam podido promover uma ação.” Referiu-se, em particular, aos artigos 1386, 1387, 1388, 1392 e 1393 de seu Código Civil. Na contestação à demanda perante a Corte, o Estado argumentou adicionalmente a suposta falta de esgotamento do recurso interno disponível de acordo com artigo 226 de seu Código Civil. A Corte nota que o Estado não arguiu, na primeira atuação perante a Comissão, que as supostas vítimas não haviam esgotado os recursos internos supostamente disponíveis de acordo com os artigos 226, 1386, 1387, 1388, 1392 e 1393 do Código Civil. Portanto, a Corte considera que o Estado implicitamente renunciou seu direito de questionar a admissibilidade do caso sobre a base do suposto não esgotamento dos recursos internos disponíveis de acordo com estes artigos do Código Civil. A Corte, por isso, rejeita a quinta exceção preliminar em relação à falta de esgotamento de recursos internos.

## **F) SEXTA EXCEÇÃO PRELIMINAR**

### *Duplicidade de procedimentos internacionais*

45. O Estado argumentou que os representantes apresentaram petições duplicadas a mais de um organismo internacional e, portanto, a demanda perante esta Corte é inadmissível de acordo com os artigos 46.c e 47.d da Convenção Americana. O Estado sustenta que, no presente caso, já foram apresentadas denúncias com o mesmo predicado de fato e padrões legais e disposições de direitos humanos perante o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas (doravante denominado “Comitê de Direitos Humanos”) e perante o Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial (doravante denominado “CERD”). O Estado também afirmou que a Corte já decidiu sobre o direito à propriedade dos “*maroons* e/ou indígenas” no caso da *Comunidade Moiwana Vs. Suriname*.

46. O artigo 46 da Convenção Americana estipula como um dos requisitos para que uma petição seja admitida pela Comissão,

[...]

c. que a matéria da petição ou comunicação não esteja pendente de outro processo de solução internacional [...]

e conforme o artigo 47 da Convenção Americana, será declarada inadmissível uma petição quando

[...]

d. for substancialmente reprodução de petição ou comunicação anterior, já examinada pela Comissão ou por outro organismo internacional.

[...]

47. A questão de *litis pendencia* exige estabelecer se “a matéria” da petição ou comunicação está pendente em outro procedimento de resolução internacional, enquanto a *res judicata surge* quando a petição ou comunicação for “substancialmente a mesma” que uma petição ou comunicação anterior já examinada pela Comissão ou por outro organismo internacional.

48. Esta Corte já estabeleceu que “[a] frase ‘substancialmente a mesma’ significa que deve existir identidade entre os casos. Para que exista esta identidade requer-se a presença



de três elementos, a saber: que as partes sejam as mesmas, que o objeto seja o mesmo e que a base jurídica seja idêntica”.<sup>37</sup>

49. A petição relacionada com este caso foi interposta perante a Comissão em 27 de outubro de 2000. A exceção do Estado se relaciona com as apresentações efetuadas perante os organismos de direitos humanos das Nações Unidas do ano de 2002 a 2005. Especificamente, o Estado destacou que: a) desde dezembro de 2002 até julho de 2005 houve cinco “petições formais” apresentadas pela Associação de Líderes de Povos Indígenas do Suriname, *Stiching Sanomaro Esa*, a Associação de Autoridades Saramaka e a ONG *Forest Peoples Programme* perante o Comitê CERD,<sup>38</sup> em especial, uma petição apresentada em 15 de dezembro de 2002 “solicitando ação urgente pelos direitos dos povos tribais e indígenas do Suriname” e b) uma “petição” apresentada em 30 de janeiro de 2002 pela ONG *Forest Peoples Programme* perante o Comitê de Direitos Humanos a respeito do Suriname e seu cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (doravante denominado “PIDCP”), especificamente em relação a violações dos artigos 1, 26 e 27 deste instrumento internacional.

50. O Comitê de Direitos Humanos emitiu observações finais sobre o Suriname em 4 de maio de 2004,<sup>39</sup> ao passo que o CERD emitiu suas observações finais sobre o Suriname em 28 de abril de 2004.<sup>40</sup> Além disso, em 9 de março de 2005, o CERD adotou uma decisão de seguimento a respeito das observações finais antes mencionadas.<sup>41</sup> Finalmente, o CERD emitiu três decisões de acordo com seu procedimento de alerta e urgência em 21 de março de 2003,<sup>42</sup> em 18 de agosto de 2005<sup>43</sup> e em 18 de agosto de 2006,<sup>44</sup> a respeito do Suriname.

---

<sup>37</sup> Cf. *Caso Baena Ricardo e outros*, nota 13 *supra*, par. 53.

<sup>38</sup> O Estado fez referência a: Pedido Formal para Iniciar um Procedimento Urgente para Evitar Danos Imediatos e Irreparáveis, 15 de dezembro de 2002; Informação Adicional de 21 de maio de 2003; Comentários sobre o relatório do Estado Parte Suriname (CERD/C/446/Add.1), 26 de janeiro de 2004; Pedido para Iniciar um Procedimento Urgente e um Procedimento de Seguimento em Relação com a Adoção Iminente de Legislação Racialmente Discriminatória pela República de Suriname, 6 de janeiro de 2005, e Pedido de Seguimento e Ação Urgente Sobre a Situação de Indígenas e Tribos em Suriname, 8 de julho de 2005.

<sup>39</sup> Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas. Considerações sobre os relatórios apresentados pelos Estados Parte conforme o Artigo 40 do Pacto, Observações Finais sobre Suriname (octogésima sessão, 2004), UN Doc. CCPR/CO/80/SUR, 4 de maio de 2004 (expediente de anexos ao escrito de petições e argumentos, anexo 4.3, folhas 1492-1496).

<sup>40</sup> Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, Considerações sobre os relatórios apresentados pelos Estados Parte conforme o Artigo 9 da Convenção, Observações Finais sobre Suriname (sexagésima quarta sessão, 2004), UN Doc. CERD/C/64/CO/9, 28 de abril de 2004 (expediente de anexos ao escrito de petições e argumentos, anexo 4.2, folhas 1486-1491).

<sup>41</sup> Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, Procedimento de Seguimento, Decisão 3(66) sobre Suriname (sexagésima quarta sessão, 2005), UN Doc. CERD/C/66/SUR/Dec.3, 9 de março de 2005 (expediente de anexos ao escrito de petições e argumentos, anexo 4.4, folhas 1497-1498).

<sup>42</sup> Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, *Procedimento de Ação Urgente, Decisão 3(62) sobre Suriname (sexagésima segunda sessão, 2003)*, UN Doc. CERD/C/62/CO/Dec.3, 21 de março de 2003 (expediente de anexos ao escrito de petições e argumentos, anexo 4.1, folhas 1484-1485).

<sup>43</sup> Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, *Procedimento de Ação Urgente, Decisão 1(67) sobre Suriname (sexagésima sétima sessão, 2005)*, UN Doc. CERD/C/DEC/SUR/2, 18 de agosto de 2005 (expediente de anexos ao escrito de petições e argumentos, anexo 4.5, folhas 1499-1500).

<sup>44</sup> Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, *Procedimento de Ação Urgente, Decisão 1(69) sobre Suriname (sexagésima nona sessão, 2006)*, UN Doc. CERD/C/DEC/SUR/5, 18 de agosto de 2006 (expediente de anexos ao escrito de petições e argumentos, anexo 4.6, folhas 1501-1502).

51. A fim de abordar esta questão, a Corte fará ênfase no objeto, propósito e natureza das ações submetidas aos Comitês de Direitos Humanos e CERD das Nações Unidas. A respeito do Comitê de Direitos Humanos, a única decisão mencionada pelo Estado se relaciona com o procedimento por meio do qual este organismo de controle emitiu observações finais e recomendações sobre o cumprimento e a implementação dos direitos e obrigações estabelecidos no PIDCP por parte do Suriname. Este procedimento, regido pelo artigo 40 do PIDCP, concede ao Comitê de Direitos Humanos a faculdade de examinar os relatórios periódicos dos Estados Parte "sobre as medidas por eles adotadas para tornar efetivos os direitos reconhecidos no presente Pacto e sobre o progresso alcançado no gozo desses direitos". A Corte observa que o objeto e o propósito da apresentação realizada pela ONG *Forest Peoples Programme* não constitui uma petição para a adjudicação de determinados direitos do povo Saramaka, mas um relatório sombra (*shadow report*) que ajuda o Comitê de Direitos Humanos na proposição de perguntas para o Suriname durante a revisão dos relatórios do Estado, assim como para proporcionar informação independente sobre a questão. Evidentemente as observações finais do Comitê de Direitos Humanos estão relacionadas com a avaliação da situação geral dos direitos humanos em um país sujeito a escrutínio. Este procedimento contrasta com o mecanismo de queixas individuais estabelecido no primeiro Protocolo Opcional ao PIDCP, segundo o qual o Comitê de Direitos Humanos pode considerar toda petição ou comunicação individual relacionada com supostas violações de direitos reconhecidos no PIDCP por parte dos Estados Parte do Protocolo, o que não ocorre no presente caso.

52. As decisões do CERD mencionadas pelo Estado, por outro lado, apontam a dois mecanismos de seguimento diferentes. Primeiro, as observações finais foram emitidas conforme o procedimento de relatórios, nos termos do artigo 9 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Discriminação Racial (doravante denominada "CIEDR"), através do qual os Estados Partes se comprometem a apresentar, de forma periódica, "um relatório sobre as medidas legislativas, judiciais, administrativas ou outras que tomarem para tornarem efetivas as disposições da presente Convenção". Este procedimento é similar ao procedimento descrito anteriormente para o Comitê de Direitos Humanos. Além disso, a decisão relacionada ao procedimento de seguimento emitida pelo CERD implica uma revisão das medidas adotadas pelo Estado a fim de cumprir as observações finais e as recomendações anteriormente adotadas, assim como um pedido de mais informação de acordo com o artigo 9, parágrafo 1, do CIEDR e do artigo 65 do Regulamento do Comitê.

53. Segundo, o CERD emitiu três decisões referentes ao procedimento de alerta e urgência, mecanismo preventivo adotado em 1993 para tentar prevenir que "os problemas existentes se convertam em conflitos" e "para responder aos problemas que exigem uma imediata atenção para prevenir ou limitar a quantidade de violações graves da Convenção". Este mecanismo é diferente, também, do procedimento de queixas individuais, segundo o qual o CERD pode considerar toda comunicação individual relacionada com os Estados Parte apenas se os Estados efetuarem a declaração necessária conforme o artigo 14 da CERD, fato que o Suriname ainda não realizou. O mesmo CIEDR reconhece esta diferenciação ao afirmar que o procedimento de alerta e urgência "é claramente distinto do procedimento de comunicação nos termos do artigo 14 da Convenção. Mais ainda, a natureza e a urgência da questão examinada nesta decisão vai além dos limites do procedimento de comunicação".<sup>45</sup>

54. Com fundamento nas considerações antes mencionadas, o Tribunal conclui que os procedimentos de relatórios periódicos dos organismos universais de direitos humanos,

---

<sup>45</sup> Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, *Procedimento de Alerta e Urgência, Decisão 1(68) sobre os Estados Unidos da América (sexagésima oitava sessão, 2006)*, UN Doc. CERD/C/USA/DEC/1, 11 de abril de 2006, par. 4.

assim como o procedimento de alerta e urgência do CERD, não têm o mesmo objeto, propósito nem natureza da competência contenciosa da Corte Interamericana. Os primeiros não envolvem uma parte peticionária que solicita reparação pela violação dos direitos do povo Saramaka. Ao invés de adjudicar controvérsias e ordenar as medidas de reparação correspondentes, estes procedimentos consistem em meras revisões da situação geral relativa aos direitos humanos ou à discriminação racial em um país determinado, neste caso, no Suriname, ou se referem a uma situação especial que implica uma situação de discriminação racial que exige atenção urgente. Ademais, a natureza das observações finais e das recomendações emitidas por estes Comitês é distinta das sentenças emitidas pela Corte Interamericana.

55. Em vista destas considerações, não é necessário que a Corte decida sobre se as partes envolvidas neste procedimento internacional são as mesmas que as partes do presente caso ou se os fundamentos jurídicos são os mesmos. Basta para a Corte afirmar que os procedimentos perante o Comitê de Direitos Humanos e o CERD são, intrinsecamente, de objeto, propósito e natureza distintos àqueles do presente caso. Portanto, a Corte rejeita a sexta exceção preliminar do Estado quanto à duplicidade dos procedimentos internacionais em relação com as decisões e relatórios mencionados anteriormente dos Comitês de Direitos Humanos e CERD.

56. Quanto aos argumentos de que esta Corte já resolveu sobre o direito à propriedade dos "maroons e/ou de povos indígenas" no *Caso Comunidade Moiwana Vs. Suriname* (doravante denominado "*Caso Moiwana*"), esta Corte recorda que, a fim de que se configure *res judicata* deve haver identidade entre os casos, isto é, as partes e o objeto do caso devem ser idênticos assim como seus fundamentos jurídicos (par. 48 *supra*).

57. É evidente que não há identidade entre os sujeitos ou entre o objeto do presente caso e o *Caso Moiwana*. As vítimas no *Caso Moiwana* diferem das supostas vítimas do presente caso. Enquanto o primeiro caso faz referência às violações em detrimento dos membros da comunidade de Moiwana, o presente caso se refere a supostas violações em detrimento dos membros do povo Saramaka. Enquanto no *Caso Moiwana* os fatos se referiam à suposta denegação de justiça e ao deslocamento da comunidade Moiwana ocorrido depois que as forças armadas do Suriname atacaram os membros do povo de Moiwana em 29 de novembro de 1986, no presente caso os fatos se relacionam ao suposto descumprimento do Suriname em adotar medidas efetivas para reconhecer aos membros do povo Saramaka o direito de propriedade comunal em relação às terras que tradicionalmente usaram e ocuparam; ao não oferecimento de acesso efetivo à justiça aos membros do povo Saramaka, como comunidade, para a proteção de seus direitos fundamentais; e ao não cumprimento da obrigação de adotar disposições legais internas e de respeitar os direitos consagrados na Convenção.

58. Em virtude destas razões, a Corte também rejeita a sexta exceção preliminar a respeito da suposta duplicidade de procedimentos internacionais em relação ao caso *Moiwana*.

#### **G) SÉTIMA EXCEÇÃO PRELIMINAR**

##### *Falta de competência 'ratione temporis'*

59. Os representantes alegaram em seu escrito de petições e argumentos que a construção, na década de 1960, da reserva e da represa Afobaka sobre as terras tradicionalmente ocupadas e usadas pelo povo Saramaka "mostra efeitos contínuos e consequências imputáveis ao Suriname e que violam as garantias convencionais". Em especial, os representantes apontam a "uma privação contínua do acesso àquelas terras e

recursos tradicionais que foram inundados, bem como ao dano irreparável a numerosos locais sagrados; a interrupção permanente sobre a posse e os sistemas de gestão de recursos tradicionais das terras do povo Saramaka, que, juntamente com um aumento substantivo da população causado pela fusão da maioria dos deslocados com comunidades existentes, produziu um sério estresse na capacidade das terras e florestas Saramaka para cumprir as necessidades de subsistência básicas; o descumprimento contínuo por parte do Estado de garantir o direito de posse sobre aquelas terras perdidas, tanto dentro do território tradicional Saramaka como para aquelas comunidades que estão presentes fora desse território; e o descumprimento contínuo do dever de proporcionar reparações significativas”.

60. No escrito adicional conforme o artigo 39 do Regulamento da Corte, o Estado impugnou a competência *ratione temporis* da Corte sobre estes supostos atos, argumentando que ocorreram antes de 12 de novembro de 1987, data na qual o Suriname ratificou a Convenção Americana e reconheceu a competência contenciosa da Corte nos termos do artigo 62.1 da Convenção Americana. Além disso, o Estado observou que os supostos fatos ocorreram na década de 1960, durante o tempo em que o poder colonial holandês governava o território do Suriname, isto é, antes que o Estado do Suriname fosse estabelecido em conformidade com as regras e princípios aceitos no Direito Internacional. O Suriname sustentou que, antes de 25 de novembro de 1975, data na qual se tornou independente do Reino dos Países Baixos, não se pode adjudicar responsabilidade conforme o Direito Internacional sobre o Estado do Suriname, nem mesmo em virtude do conceito de violações contínuas, dado que o Estado não era sujeito de obrigações de acordo com o Direito Internacional daquela época e o conceito de violação contínua surgiu muito recentemente.

61. O Tribunal já decidiu que não é competente para resolver as supostas violações relacionadas com a construção da reserva Afobaka no presente caso em vista de que a Comissão não incluiu estes fatos em sua demanda (pars. 11-17 *supra*). Portanto, não há necessidade de que a Corte trate este tema novamente nesta seção.

## **V COMPETÊNCIA**

62. A Corte é competente para conhecer do presente caso, nos termos do artigo 62.3 da Convenção. O Estado do Suriname ratificou a Convenção Americana em 12 de novembro de 1987 e reconheceu a competência contenciosa da Corte nessa mesma data.

## **VI PROVA**

63. Em conformidade com as disposições dos artigos 44 e 45 do Regulamento, bem como as decisões anteriores da Corte sobre a prova e sua apreciação,<sup>46</sup> a Corte procederá a examinar e a apreciar a prova documental apresentada pela Comissão, pelos representantes e pelo Estado nas distintas etapas processuais. Além disso, a Corte examinará e apreciará as declarações das testemunhas e dos peritos prestadas perante agente dotado de fé

---

<sup>46</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awás Tingni Vs. Nicarágua. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C Nº 79, par. 86; *Caso da "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros) Vs. Guatemala. Reparaciones e Custas*. Sentença de 25 de maio de 2001. Série C Nº 76, par. 50, e *Caso Bámaca Velásquez Vs. Guatemala. Reparaciones e Custas*. Sentença de 22 de fevereiro de 2002. Série C Nº 91, par. 15. Cf. também *Caso do Presídio Miguel Castro Castro*, nota 8 *supra*, pars. 183 e 184; *Caso Almonacid Arellano e outros*, nota 25 *supra*, pars. 67, 68 e 69, e *Caso Servellón García e outros*, nota 11 *supra*, par. 34.

pública ou perante a Corte na audiência pública. Para tanto, a Corte se aterá aos princípios da crítica sã, dentro do marco legal correspondente.<sup>47</sup>

#### **A) PROVA DOCUMENTAL, TESTEMUNHAL E PERICIAL**

64. A pedido do Presidente, a Corte recebeu os testemunhos e as declarações oferecidas perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) das seguintes testemunhas e peritos:<sup>48</sup>

- a) Silvi Adjako, testemunha proposta pela Comissão e pelos representantes, é membro do Matjau lö (clã), e prestou testemunho a respeito da suposta destruição de seus campos por uma empresa madeireira estrangeira e seus esforços contínuos para obter algum tipo de ressarcimento;
- b) Hugo Jabini, testemunha proposta pela Comissão e pelos representantes, é membro fundador da Associação de Autoridades Saramaka e representante em Paramaribo. Declarou a respeito, *inter alia*, dos esforços do povo Saramaka para proteger sua terra e seus recursos, suas tentativas de chegar a um acordo com o Estado e seus métodos para documentar o uso tradicional Saramaka do território;
- c) Capitão Chefe Eddie Fonkie, testemunha proposta pela Comissão, é representante do Abaisa lö (clã) e *fiscali* do povo Saramaka, e declarou a respeito da lei consuetudinária Saramaka que rege a titularidade da terra e dos recursos, os direitos Saramaka a respeito de tratados, o uso atual da terra e dos recursos Saramaka, e o suposto impacto das operações de mineração sobre os povos deslocados do Distrito Brokopondo;
- d) George Leidsman, testemunha proposta pelos representantes, é membro Saramaka do povoado inundado de Ganzee, e declarou a respeito do suposto deslocamento forçado do povo Saramaka na década de 1960 e de suas consequências e efeitos;
- e) Jennifer Victorine van Dijk-Silos, testemunha proposta pelo Estado, é a diretora da Comissão Presidencial sobre os Direitos às Terras [*Presidential Land Rights Commission*] do Suriname, e declarou sobre o estabelecimento da Comissão Presidencial sobre os Direitos da Terra em 1º de fevereiro de 2006, seus sucessos e os futuros planos a respeito dos direitos à terra do povo Saramaka e de outras comunidades *maroons* e indígenas que vivem no Suriname;
- f) Peter Poole, perito proposto pela Comissão e pelos representantes, trabalha como perito geomático e trabalhou com várias comunidades tribais e indígenas em projetos relacionados com a administração dos recursos e o desenvolvimento sustentável. Apresentou seu parecer a respeito de, *inter alia*, seu papel ao auxiliar o povo Saramaka na criação de mapas, fotografias aéreas e imagens de satélite geograficamente precisas que mostram como os Saramaka usam e ocupam seu território e recursos; deduções a respeito do alcance do uso do território e recursos

---

<sup>47</sup> Cf. *Caso da "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros) v. Guatemala. Mérito*. Sentença de 8 de março de 1998. Série C Nº 37, par. 76; *Caso Cantoral Huamaní e García Santa Cruz Vs. Peru. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 10 de julho de 2007. Série C Nº 167, par. 38, e *Caso Zambrano Vélez e outros Vs. Equador. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 4 de julho de 2007. Série C Nº 166, par. 32.

<sup>48</sup> Em 30 de março de 2007 o Presidente requereu os testemunhos por declaração juramentada do Sr. Michel Filisie, Ministro de Desenvolvimento Regional de Suriname e de Gaa'man Gazon Mathodja (nota 4 *supra*). Em 25 de abril de 2007 o Estado informou à Corte sobre sua desistência de oferecer estas declarações neste caso.

dos Saramaka baseadas nestes instrumentos; exploração mineira de ouro ilegal próxima dos chamados povos de transmigração Saramaka; o suposto impacto contínuo causado pela inundação da reserva Afobaka sobre o território Saramaka, e o impacto ambiental das atividades das empresas madeireiras no território Saramaka;

g) Mariska Muskiet, perita proposta pela Comissão e pelos representantes, trabalha como professora de direitos reais na Universidade do Suriname, e é Diretora Interina de *Stichting Moiwana*, uma organização de direitos humanos do Suriname. Apresentou um parecer a respeito dos direitos reais no Suriname e dos recursos internos em relação às demandas por terras de comunidades indígenas e tribais;

h) Robert Goodland, perito proposto pelos representantes, é ex-Assessor Ambiental Chefe do Grupo do Banco Mundial. Redigiu e implementou a política oficial do Banco Mundial sobre as Comunidades Tribais e Indígenas adotada em fevereiro de 1982. Apresentou um parecer a respeito, *inter alia*, do suposto impacto ambiental e social das concessões madeireiras que operaram entre 1997 e 2003 no território Saramaka; da falta de cumprimento dos padrões do Banco Mundial por parte do Suriname; do suposto efeito adverso contínuo da reserva e represa Afobaka sobre o povo Saramaka; das ramificações potenciais dos planos do Suriname para incrementar o nível de água da reserva Afobaka através do projeto Tapanahony/*Jai Kreek Diversion*, e possíveis reparações para reparar o suposto dano no presente caso;

i) Martin Scheinin, perito proposto pelos representantes, trabalha como Professor de Direito Constitucional e Internacional na Universidade Åbo Akademi, na Finlândia e é ex-membro do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas. Apresentou seu parecer a respeito, *inter alia*, do reconhecimento por parte do Comitê de Direitos Humanos dos direitos das comunidades indígenas e tribais conforme o artigo 1 do PIDCP e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (doravante denominado "PIDESC"), sua relevância para a interpretação dos artigos 21 (Direito à Propriedade) e 3 (Direito ao Reconhecimento da Personalidade Jurídica) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a relação entre o artigo 1.2 do PIDCP e os direitos de propriedade das comunidades indígenas e tribais, e o direito à autodeterminação; e

j) Magda Hoever-Venoaks, perita proposta pelo Estado, é uma autoridade importante sobre recursos judiciais no Direito Constitucional e Administrativo do Suriname. Apresentou seu parecer a respeito, *inter alia*, do *status* legal das disposições que proporcionam recursos às partes interessadas na Lei de Mineração surinamesa e na Lei de Administração Florestal surinamesa, assim como outros recursos disponíveis na área do Direito Constitucional ou Administrativo do Suriname.

65. Durante a audiência pública do presente caso a Corte recebeu os testemunhos e as perícias das seguintes testemunhas e peritos:

a) Capitão Chefe Wazen Eduards, testemunha proposta pela Comissão e pelos representantes, é o Diretor da Associação de Autoridades Saramaka, representante autorizado do Dombi lö (clã) e há pouco foi designado *fiscali* do povo Saramaka. Declarou, *inter alia*, a respeito dos esforços da Associação de Autoridades Saramaka para resistir à suposta incursão das empresas madeireiras no território Saramaka; o

suposto impacto das operações destas empresas e a ausência de consulta ou permissão do povo Saramaka por parte do governo do Suriname antes de autorizar as concessões; os esforços do povo Saramaka para proteger seus direitos no âmbito interno, inclusive o procedimento de alcançar um consenso interno; a lei consuetudinária Saramaka que regula os direitos de propriedade e de demarcação do território; e a importância da terra para a integridade cultural do povo Saramaka;

b) Capitão Ceasar Adjako, testemunha proposta pela Comissão e pelos representantes, é membro do Matjau lö (clã). Declarou, *inter alia*, a respeito das razões pelas quais os membros Saramaka devem obter concessões por parte do governo; a suposta chegada das empresas madeireiras estrangeiras ao território Matjau; a suposta destruição dos recursos florestais e os cultivos de subsistência, e o interesse do povo Saramaka em preservar seu ambiente e a colheita sustentável da madeira;

c) Rudy Strijk, testemunha proposta pelo Estado, é o ex-Comissário de Distrito do Distrito de Sipaliwini. Declarou, *inter alia*, a respeito de seu papel como Comissário de Distrito ao outorgar concessões de mineração e exploração madeireira; a relação do governo com as autoridades tradicionais Saramaka; e as supostas consultas do Comissário de Distrito com o povo Saramaka antes de autorizar as concessões;

d) Capitão Chefe Albert Aboikoni, testemunha proposta pelo Estado, foi o *Gaa'man* interino logo do falecimento do *Gaa'man* Songo Aboikoni. Declarou sobre sua experiência como parlamentar no governo do Suriname e sobre seus esforços para promover os direitos de propriedade das comunidades indígenas e tribais no Suriname; o papel do *Gaa'man* e sua relação com a comunidade e outras autoridades tradicionais, e as áreas onde reside o povo Saramaka;

e) Rene Ali Somopawiro, testemunha proposta pelo Estado, trabalha como diretor interino da Fundação para a Gestão Florestal e Controle de Produção (SBB). Declarou, *inter alia*, a respeito de o papel do SBB ao processar os pedidos de concessões de madeira, monitoramento destas concessões e a promoção de técnicas florestais sustentáveis; a diferença entre "permissões de extração madeireira" e as permissões chamadas de "florestas comunais", assim como os requisitos de elegibilidade dos povos indígenas e *maroons*, e o estado das concessões outorgadas aos membros Saramaka;

f) Richard Price, perito proposto pela Comissão e pelos representantes, trabalha como Professor de Estudos Americanos, Antropologia e História no *William & Mary College*, e é um especialista sobre a história e cultura do povo Saramaka. Apresentou seu parecer sobre o uso sustentável da terra pelo povo Saramaka; a história do Tratado de 1762 entre a coroa holandesa e o povo Saramaka; o suposto impacto da reserva Afobaka sobre o povo Saramaka e seu território tradicional; as diferenças entre o povo Saramaka e outros grupos *maroon*; a relação entre a lei consuetudinária Saramaka e o sistema jurídico do Suriname; a guerra civil no Suriname entre os *maroons* e o governo costeiro; a importância cultural de cortar a madeira como uma atividade tradicional Saramaka; os supostos efeitos materiais, culturais e espirituais das operações madeireiras das empresas estrangeiras no povo Saramaka e em seu território; a presença das tropas surinamesas no território Saramaka; os sistemas tradicionais de propriedade da terra e a estrutura social do povo Saramaka, e a lei consuetudinária; e

g) Salomón Emanuels, perito proposto pelo Estado, é antropólogo cultural. Apresentou seu parecer, *inter alia*, a respeito da hierarquia de autoridade Saramaka, incluindo a posição e o papel tanto do *Gaa'man* como dos *lös* (clãs); o procedimento Saramaka a respeito das decisões sobre os direitos de propriedade de toda a comunidade, e as relações entre as autoridades locais dos *lös* (clãs) Saramaka.

## **B) APRECIÇÃO DA PROVA**

66. No presente caso, como em outros,<sup>49</sup> a Corte admite o valor probatório de todos os documentos enviados pelas partes no momento processual oportuno, nos termos do artigo 44 do Regulamento da Corte, que não foram controvertidos nem objetados, nem cuja autenticidade foi questionada.

67. Quanto aos documentos produzidos pela imprensa apresentados pelas partes, este Tribunal considera que podem ser apreciados quando reúnam fatos públicos e notórios ou declarações de funcionários do Estado que não tenham sido modificadas, ou quando corroborem aspectos relacionados com o caso e provados por outros meios.<sup>50</sup>

68. Em relação aos testemunhos e pareceres prestados pelas testemunhas e peritos, a Corte os considera pertinentes na medida em que se ajustem ao objeto definido pelo Presidente na Resolução na qual ordenou recebê-los (par. 7 *supra*) e tomando em conta as observações apresentadas pelas partes. Este Tribunal entende que as declarações testemunhais apresentadas pelas vítimas não podem ser apreciadas isoladamente tendo em vista que têm um interesse direto no caso, razão pela qual serão apreciadas dentro do conjunto das provas do processo.<sup>51</sup>

69. Em função da relevância para a resolução do presente caso e em conformidade com o artigo 45.1 do Regulamento da Corte, a pedido da Comissão, a Corte incorpora ao acervo probatório a transcrição do parecer prestado pelo Dr. Richard Price durante a audiência pública celebrada em 7 de julho de 1992 no caso *Aloeboetoe e outros Vs. Suriname*.<sup>52</sup>

70. O Estado impugnou a declaração prestada pelo senhor Peter Poole durante o procedimento perante a Comissão porque "a investigação foi realizada sem a aprovação das autoridades do Suriname". Além disso, o Estado notou que não esteve presente na audiência celebrada em março de 2004 perante a Comissão e que a prova produzida na audiência não lhe foi enviada. Por isso, o Suriname argumentou que esta prova não deveria ser admitida de acordo com o artigo 44.2 do Regulamento da Corte. O Estado também objetou a declaração da senhora Mariska Muskiet prestada perante a Comissão e argumentou que "não foi remetida a informação ao Estado durante o procedimento perante a Comissão" e que "a [Sra. Muskiet] não se qualifica como perita no campo de direitos reais do Suriname e dos direitos sobre a terra dos indígenas e *maroons* do Suriname". O Tribunal observa que, ainda que o Estado não tenha estado presente quando o senhor Poole e a

---

<sup>49</sup> Cf. *Caso Loayza Tamayo Vs. Peru. Reparaciones e Custas*. Sentença de 27 de novembro de 1998. Série C Nº 42, par. 53; *Caso Cantoral Huamaní e García Santa Cruz*, nota 50 *supra*, par. 41, e *Case Zambrano Vélez e outros*, nota 50 *supra*, par. 37.

<sup>50</sup> Cf. *Caso da "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros)*, nota 50 *supra*, par. 75; *Caso Cantoral Huamaní e García Santa Cruz*, nota 50 *supra*, par. 41, e *Caso Zambrano Vélez e outros*, nota 50 *supra*, par. 38.

<sup>51</sup> Cf. *Caso Loayza Tamayo Vs. Peru. Mérito*. Sentença de 17 de setembro de 1997. Série C Nº 33, par. 43; *Caso Cantoral Huamaní e García Santa Cruz*, nota 50 *supra*, par. 44, e *Caso Zambrano Vélez e outros*, nota 50 *supra*, par. 40.

<sup>52</sup> *Caso Aloeboetoe e outros Vs. Suriname. Mérito*. Sentença de 4 de dezembro de 1991. Série C Nº 11.



senhora Muskiet declararam durante o procedimento perante a Comissão, ambos os peritos apresentaram pareceres durante o procedimento perante este Tribunal e foi concedido ao Estado o direito de se defender e de apresentar observações aos dois pareceres. Ademais, o Suriname não pôde demonstrar porque a senhora Muskiet, que é uma professora universitária e leciona direito de propriedade, não está qualificada para apresentar um parecer a respeito da lei de propriedade surinamesa. Por esta razão, a Corte admite e aprova, tendo em conta as observações do Estado, e avaliará seu valor probatório de acordo com as regras da crítica e dentro do conjunto das provas no presente caso.

71. Ademais, o Estado impugnou a declaração prestada pelo Dr. Richard Price perante a Comissão, alegando que sua declaração "é totalmente obsoleta". A Corte, não obstante, admite esta prova tendo em conta as observações do Estado e a apreciará conforme as regras da crítica e o conjunto de provas do processo.

72. A Corte observa que o Estado apresentou prova documental adicional juntamente com as alegações escritas adicionais, de acordo com o artigo 39 do Regulamento da Corte. O Estado, especificamente, apresentou documentos identificados como "Boletim de Leis e Decretos da República de Suriname - SB 2003#07-", "Análise dos Direitos de Propriedade das Comunidades Indígenas e dos *Maroons* no Suriname. Adoção da Legislação no Suriname pela Equipe de Conservação do Amazonas"; "Estado atual das concessões madeireiras localizadas na área reclamada dos *Iös Saramaka*" e "Transmigração". Do mesmo modo, os representantes apresentaram prova documental adicional juntamente com as observações às alegações escritas adicionais do Estado. A prova inclui o Relatório Final de 2004 do Relator Especial das Nações Unidas sobre a soberania permanente dos povos indígenas a respeito dos recursos naturais e extratos do relatório de março 2007 da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

73. A Corte considera que os mencionados documentos apresentados pelo Estado e pelos representantes, os quais não foram objetados nem tiveram sua autenticidade questionada, são úteis e relevantes; portanto, a Corte os incorpora ao acervo probatório, de acordo com o artigo 45.1 do Regulamento.

74. Outrossim, o Estado anexou às alegações finais escritas um parecer sobre "a soberania permanente a respeito dos recursos naturais e os povos indígenas", de Nico J. Schrijver. A Corte nota que o Estado não ofereceu esta prova no momento processual oportuno e que nem o Tribunal nem o Presidente solicitaram a sua apresentação. Em consequência, de acordo com o artigo 44.3 do Regulamento da Corte, o Tribunal não admite esta prova.

75. Os representantes também apresentaram prova adicional juntamente com seu escrito final; especificamente, os comprovantes nos quais enumeram os gastos realizados pela Associação de Autoridades Saramaka. Dado que a Corte considera que estes documentos são relevantes para decidir sobre o tema dos gastos do presente caso, a Corte os incorpora ao acervo probatório, de acordo com o artigo 45.1 do Regulamento da Corte.

76. Efetuado o exame dos elementos probatórios que constam no expediente do presente caso, a Corte procede a analisar as alegadas violações da Convenção Americana em consideração dos fatos que a Corte considera provados, assim como dos argumentos jurídicos das partes.

## VII

**FALTA DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 2<sup>53</sup> (DISPOSIÇÕES DE DIREITO INTERNO) E VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 3<sup>54</sup> (DIREITO AO RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA), 21<sup>55</sup> (DIREITO À PROPRIEDADE PRIVADA) E 25<sup>56</sup> (DIREITO À PROTEÇÃO JUDICIAL) DA CONVENÇÃO AMERICANA, EM RELAÇÃO AO ARTIGO 1.1<sup>57</sup> (OBRIGAÇÃO DE RESPEITAR OS DIREITOS) DESTE INSTRUMENTO**

77. Devido à inter-relação dos argumentos apresentados perante a Corte no presente caso, o Tribunal abordará em um único capítulo as supostas falta de cumprimento do artigo 2 e as violações dos artigos 3, 21 e 25 da Convenção. Deste modo, a Corte tratará as seguintes oito questões: primeiro, se os membros do povo Saramaka conformam uma unidade tribal sujeita a medidas especiais de garantia do exercício de seus direitos; segundo, se o artigo 21 da Convenção Americana protege o direito dos integrantes dos povos tribais ao uso e gozo da propriedade comunal; terceiro, se o Estado reconheceu o direito à propriedade dos membros do povo Saramaka que deriva de seu sistema comunal de propriedade; quarto, se, e em que medida, os integrantes do povo Saramaka têm direito de usar e gozar dos recursos naturais que se encontram sobre e dentro do território que supostamente tradicionalmente lhes pertence; quinto, se, e em que medida, o Estado pode outorgar concessões para a exploração e a extração dos recursos naturais presentes dentro e sobre o suposto território Saramaka; sexto, se as concessões que o Estado já outorgou cumprem as garantias estabelecidas pelo Direito Internacional; sétimo, se a falta de reconhecimento do povo Saramaka como pessoa jurídica os torna inelegíveis para receber um título comunal de propriedade sobre suas terras na qualidade de comunidade tribal conforme o direito interno e de ter acesso igualitário à proteção judicial de seu direito de propriedade e, finalmente, se existem recursos legais efetivos e adequados disponíveis no Suriname para proteger os membros do povo Saramaka contra os atos que violem seu alegado direito ao uso e gozo da propriedade comunal.

---

<sup>53</sup> O artigo 2 estabelece que: “[s]e o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.”

<sup>54</sup> O artigo 3 estabelece que: “[t]oda pessoa tem direito ao reconhecimento de sua personalidade jurídica.”

<sup>55</sup> O artigo 21 estabelece, *inter alia*, que: “1. Toda pessoa tem direito ao uso e gozo dos seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse social. 2. Nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos ena forma estabelecidos pela lei..”

<sup>56</sup> O artigo 25 estabelece que: “1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais. 2. Os Estados Partes comprometem-se:

- a. a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpuser tal recurso;
- b. a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; e
- c. a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso.”

<sup>57</sup> Artigo 1(1) estabelece que: “[O]s Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.”

## **A. OS INTEGRANTES DO POVO SARAMAKA COMO UMA COMUNIDADE TRIBAL SUJEITA A MEDIDAS ESPECIAIS QUE GARANTAM O EXERCÍCIO DE SEUS DIREITOS**

78. A Comissão e os representantes alegaram que o povo Saramaka constitui uma unidade tribal e que o Direito Internacional dos Direitos Humanos impõe ao Estado a obrigação de adotar medidas especiais para garantir o reconhecimento dos direitos dos povos tribais, incluindo o direito à posse coletiva da propriedade. O Estado se opôs à possibilidade de definição do povo Saramaka como uma comunidade tribal sujeita à proteção do Direito Internacional dos Direitos Humanos a respeito do direito à posse coletiva da propriedade. Portanto, a Corte deve analisar se os integrantes do povo Saramaka constituem uma comunidade tribal e, se for o caso, se está sujeita a medidas especiais que garantam o exercício de seus direitos.

79. Em princípio, a Corte observa que o povo Saramaka não é nativo da região que habita; mas foram levados durante a época de colonização ao que hoje se conhece como Suriname (par. 80 *infra*). Portanto, estão fazendo valer seus direitos na qualidade de suposto povo tribal, isto é, um povo que não é nativo da região, mas que compartilha características similares com os povos indígenas, como ter tradições sociais, culturais e econômicas diferentes de outras partes da comunidade nacional, identificar-se com seus territórios ancestrais e estar regulados, ao menos de forma parcial, por suas próprias normas, costumes ou tradições.

*A.1) Os integrantes do povo Saramaka como um grupo distinto nos aspectos social, cultural e econômico e com uma relação especial a respeito de seu território ancestral*

80. De acordo com as evidências apresentadas pelas partes, o povo Saramaka é um dos seis distintos grupos *marrons* do Suriname, cujos ancestrais foram escravos africanos levados à força ao Suriname durante a colonização europeia no século XVII.<sup>58</sup> Seus ancestrais escaparam para as regiões do interior do país onde estabeleceram comunidades autônomas.<sup>59</sup> O povo Saramaka está organizado em doze clãs de linhagem materna (*lõs*) e se estima que o número atual da população Saramaka seja de 25.000 a 34.000 membros, que se dividem em 63 comunidades situadas na região superior do Rio Suriname e em algumas comunidades deslocadas que estão localizadas ao norte e ao oeste desta região.<sup>60</sup>

81. Sua estrutura social é diferente à de outros setores da sociedade, pois o povo Saramaka está organizado em clãs de linhagem materna (*lõs*) e se regem, ao menos de forma parcial, por seus próprios costumes e tradições.<sup>61</sup> Cada clã (*lõ*) reconhece a

---

<sup>58</sup> Este fato foi reconhecido pelo Estado (mérito, tomo II, folha 291). *Cf.* também Testemunho do Capitão Chefe e Fiscal Wazen Eduards durante a audiência pública de 9 a 10 de maio de 2007 (transcrição de audiência pública, pp. 3-4).

<sup>59</sup> Este fato foi reconhecido pelo Estado (mérito, tomo II, folha 288). *Cf.* também Testemunho do Capitão Chefe e Fiscal Wazen Eduards, nota 61 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 4), Perícia do Professor Richard Price durante a audiência pública de 9 a 10 de maio de 2007 (transcrição de audiência pública, p. 57), e perícia de Salomon Emanuels durante a audiência pública de 9 a 10 de maio de 2007 (transcrição de audiência pública, p.67).

<sup>60</sup> Este fato foi reconhecido pelo Estado (mérito, tomo II, folha 297). *Cf.* também Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", em 15 de outubro de 2003 (expediente de apêndices à demanda, anexo 2, folha 15).

<sup>61</sup> Ainda que o assunto dos direitos de propriedade esteja em controvérsia, as partes concordam que o povo Saramaka tem suas próprias normas tradicionais e costumes com respeito à forma em que o povo Saramaka usa e goza da propriedade.

autoridade política de vários líderes locais, incluindo os que eles chamam de Capitães e Capitães Chefes, assim como um *Gaa'man*, que é o oficial de mais alta posição dentro da comunidade.<sup>62</sup>

82. Sua cultura é também muito parecida com a dos povos tribais, já que os integrantes do povo Saramaka mantêm uma forte relação espiritual com o território<sup>63</sup> ancestral que tradicionalmente usaram e ocuparam. A terra significa mais do que meramente uma fonte de subsistência para eles; também é uma fonte necessária para a continuidade da vida e da identidade cultural dos membros do povo Saramaka.<sup>64</sup> As terras e os recursos do povo Saramaka formam parte de sua essência social, ancestral e espiritual. Neste território, o povo Saramaka caça, pesca e colhe, e coleta água, plantas para fins medicinais, óleos, minerais e madeira.<sup>65</sup> Os sítios sagrados estão distribuídos em todo o território, toda vez que o território em si tem um valor sagrado para eles.<sup>66</sup> Em especial, a identidade dos integrantes do povo com a terra está intrinsecamente relacionada à luta histórica pela liberdade contra a escravidão, chamada a sagrada "primeira vez".<sup>67</sup> Durante a audiência pública do presente caso o Capitão Chefe Wazen Eduards descreveu a especial relação que mantém com a terra do seguinte modo:

A floresta é como nosso mercado local; ali obtemos nossos medicamentos, nossas plantas medicinais. Ali caçamos para ter carne para comer. A floresta constitui verdadeiramente nossa vida inteira. Quando nossos ancestrais escaparam para a floresta, não levavam nada com eles. Aprenderam como sobreviver, quais plantas comer, como administrar suas necessidades de subsistência uma vez que chegaram à floresta. É toda nossa forma de vida.<sup>68</sup>

83. Do mesmo modo, é possível caracterizar sua economia como tribal. De acordo com a perícia do Dr. Richard Price, por exemplo, "a maior quantidade de alimentos consumidos pelos Saramaka provém de [...] lotes e de jardins" tradicionalmente cultivados pelas mulheres Saramaka.<sup>69</sup> Os homens, de acordo com o Dr. Price, pescam e "caçam porcos selvagens, cerdos, tapir, todo tipo de macacos, diversos tipos de aves, tudo o que comem

---

<sup>62</sup> Cf. Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", nota 63 *supra*.

<sup>63</sup> Ao fazer referência ao termo "território" a Corte se refere à totalidade de terra e dos recursos que os Saramaka utilizaram tradicionalmente. Nesse sentido, o território Saramaka pertence de maneira coletiva aos membros do povo Saramaka, enquanto que as terras dentro desse território estão divididas entre os doze clãs Saramaka (par. 100 *supra*). Cf. *Affidavit* de Capitão Chefe e Fiscal Eddie Fonkie, em 5 de abril de 2007 (expediente de *affidavits* e observações, anexo 4, folha 1911); Perícia do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 60-61), e Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", nota 63 *supra*.

<sup>64</sup> Cf. Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", nota 63 *supra*, (folhas 17-18).

<sup>65</sup> Cf. Testemunho do Capitão Cesar Adjako durante a audiência pública de 9 a 10 de maio de 2007 (transcrição de audiência pública, p. 15); Perícia do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 55); relatório do Professor Richard Price de 30 de setembro de 2000 (expediente de anexos à demanda, anexo 1, folha 4), e Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", nota 63 *supra*, (folha 16).

<sup>66</sup> Cf. Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", nota 63 *supra*, (folha 14), e *Affidavit* do Dr. Peter Poole de 30 de abril de 2007 (expediente de *affidavits* e observações, anexo 8, folha 1961).

<sup>67</sup> Cf. Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", nota 63 *supra*.

<sup>68</sup> Testemunho do Capitão Chefe e Fiscal Wazen Eduards, nota 61 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 5).

<sup>69</sup> Cf. Perícia do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 55); relatório do Professor Richard Price, nota 68 *supra*, e Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", nota 63 *supra*, (folha 16).

os Saramakas".<sup>70</sup> Ademais, as mulheres colhem distintos tipos de frutas, plantas e minerais, que utilizam de várias formas, inclusive para fazer cestas, óleo para cozinhar e para os tetos de suas casas.<sup>71</sup>

84. Por isso, de acordo com o exposto, a Corte considera que os membros do povo Saramaka constituem uma comunidade tribal cujas características sociais, culturais e econômicas são diferentes de outras partes da comunidade nacional, particularmente graças à relação especial existente com seus territórios ancestrais, e porque se regulam eles mesmos, ao menos de forma parcial, através de suas próprias normas, costumes e tradições. Consequentemente, a Corte procederá a analisar se, e em que medida, os integrantes de povos tribais requerem certas medidas especiais que garantam o pleno exercício de seus direitos.

#### *A.2) Medidas especiais devidas aos membros dos povos tribais que garantam o exercício de seus direitos*

85. Esta Corte afirmou anteriormente, com base no artigo 1.1 da Convenção, que os membros dos povos indígenas e tribais necessitam de certas medidas especiais para garantir o exercício pleno de seus direitos, em especial o gozo de seus direitos de propriedade, a fim de garantir sua sobrevivência física e cultural.<sup>72</sup> Outras fontes do Direito Internacional declararam, no mesmo sentido, que estas medidas são necessárias.<sup>73</sup> Em particular, no caso *Moiwana*, a Corte determinou que outra comunidade *maroon* que vive no Suriname tampouco é indígena da região, mas sim constitui uma comunidade tribal que se assentou no Suriname nos séculos XVII e XVIII, e que esta comunidade tribal tinha "uma relação profunda e inclusiva a respeito de suas terras ancestrais" que não se centrava "no

---

<sup>70</sup> Cf. Perícia do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 55); relatório do Professor Richard Price, nota 68 *supra*, e Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", nota 63 *supra*, (folha 16).

<sup>71</sup> Cf. Perícia do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 55); relatório do Professor Richard Price, nota 68 *supra*, e Professor Richard Price, "Report in support of Provisional Measures", nota 63 *supra*, (folha 16).

<sup>72</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, nota 49 *supra*, pars. 148-149, e 151; *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 29 de março de 2006. Série C Nº 146, pars. 118-121, e 131, e *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C Nº 125, pars. 124, 131, 135-137 e 154.

<sup>73</sup> Desde o ano de 1972, na resolução adotada pela Comissão sobre "Proteção Especial dos Povos Indígenas – Ação para Combater o Racismo e a Discriminação Racial", a Comissão declarou que "por razões históricas e por princípios morais e humanitários, a proteção especial dos povos indígenas constitui um compromisso sagrado dos Estados". Cf. Resolução sobre a Proteção Especial dos Povos Indígenas. Ação para Combater o Racismo e a Discriminação Racial, OEA/Ser.L/V/II/.29 Doc. 41 rev. 2, 13 de março de 1973, citado em Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório 12/85, *Caso nº 7615, Yanomami. Brasil*, 5 de março de 1985, par.

8. Cf. também Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório sobre a Situação de Direitos Humanos no Equador, OAS/Ser.L/V/II.96 Doc.10 ver. 1, 25 abril de 1997, Capítulo IX (afirmando que "dentro do Direito Internacional em geral, e especificamente no direito interamericano, requer-se de proteção especial para que os povos indígenas possam exercer seus direitos plena e equitativamente com o resto da população. Além disso, talvez seja necessário estabelecer medidas especiais de proteção para os povos indígenas a fim de garantir sua sobrevivência física e cultural --um direito protegido em vários instrumentos e convenções internacionais."); UNCERD, *Recomendação Geral nº 23, Os Direitos dos Povos Indígenas (sessão cinquenta e um, 1997)*, U.N. Doc. A/52/18, anexo V, 18 de agosto de 1997, par. 4 (convidando os Estados Parte a tomar certas medidas para reconhecer e garantir os direitos dos povos indígenas), e ECHR, *Caso Connors Vs. Reino Unido*, Sentença de 27 de maio de 2004, Demanda nº 66746/01, par. 84 (afirmando que os Estados têm a obrigação de tomar ações positivas para promover e proteger as diferentes tradições de minorias de acordo com o parâmetro de igualdade perante a lei).

indivíduo, mas na comunidade em seu conjunto".<sup>74</sup> Esta relação especial com a terra, assim como seu conceito comunal de propriedade, levou a Corte a aplicar à comunidade Moiwana sua jurisprudência em relação às comunidades indígenas e seus direitos à propriedade comunal, de acordo com o artigo 21 da Convenção.<sup>75</sup>

86. A Corte não encontra uma razão para se afastar desta jurisprudência no presente caso. Por isso, este Tribunal declara que os membros do povo Saramaka devem ser considerados como uma comunidade tribal e que a jurisprudência da Corte a respeito do direito de propriedade dos povos indígenas também é aplicável aos povos tribais em virtude de que compartilham características sociais, culturais e econômicas distintivas, incluindo a relação especial com seus territórios ancestrais, o que requer medidas especiais conforme o Direito Internacional dos Direitos Humanos a fim de garantir a sobrevivência física e cultural deste povo.

#### **B. O DIREITO DOS INTEGRANTES DOS POVOS TRIBAIS AO USO E GOZO DA PROPRIEDADE COMUNAL DE ACORDO COM O ARTIGO 21 DA CONVENÇÃO AMERICANA E OS ARTIGOS 1.1 E 2 DESTE INSTRUMENTO**

87. A Corte agora analisará se o artigo 21 da Convenção Americana protege o direito dos membros dos povos tribais ao uso e gozo da propriedade comunal.

##### *B.1) Direito à propriedade comunal conforme o artigo 21 da Convenção Americana*

88. Esta Corte já tratou a questão anteriormente e tem argumentado em repetidas oportunidades que

A estreita vinculação dos povos indígenas com suas terras tradicionais e os recursos naturais vinculados à sua cultura que nela se encontrem, assim como os elementos incorpóreos que se desprendam destes, devem ser protegidos pelo artigo 21 da Convenção Americana.<sup>76</sup>

89. Ademais, no caso *Mayagna* a Corte afirmou que "o artigo 21 da Convenção protege o direito à propriedade em um sentido que compreende, entre outros, os direitos dos membros das comunidades indígenas no âmbito da propriedade comunal".<sup>77</sup> De igual maneira, no caso *Sawhoyamaxa* a Corte considerou "que os conceitos de posse e de propriedade nas comunidades indígenas podem ter um significado coletivo, no sentido de que seu pertencimento 'não se centra em um indivíduo mas no grupo e sua comunidade'".<sup>78</sup> Além disso, o Tribunal afirmou no caso *Yakye Axa* que "tanto a propriedade privada dos particulares como a propriedade comunitária dos membros das comunidades indígenas possuem proteção convencional concedida pelo artigo 21 da Convenção Americana".<sup>79</sup>

---

<sup>74</sup> Cf. *Caso da Comunidade Moiwana Vs. Suriname. Exceções Preliminares, mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 15 de junho de 2005. Série C Nº 124, pars. 132-133.

<sup>75</sup> Cf. *Caso da Comunidade Moiwana*, nota 77 *supra*, par. 133.

<sup>76</sup> *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa*, nota 75 *supra*, par. 118. Cf. também *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 137.

<sup>77</sup> *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, nota 49 *supra*, par. 148.

<sup>78</sup> *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa*, nota 75 *supra*, par. 120 (citando o *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, nota 49 *supra*, par. 149).

<sup>79</sup> *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 143.

90. As decisões da Corte a respeito desse tema se basearam na relação especial que os integrantes dos povos indígenas e tribais têm com seu território e na necessidade de proteger seu direito a esse território a fim de garantir a sobrevivência física e cultural destes povos. Nesse sentido, a Corte afirmou que:

A estreita relação que os indígenas mantêm com a terra deve de ser reconhecida e compreendida como a base fundamental de suas culturas, sua vida espiritual, sua integridade e sua sobrevivência econômica. Para as comunidades indígenas a relação com a terra não é meramente uma questão de posse e de produção, mas um elemento material e espiritual do qual devem gozar plenamente [...] para preservar seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras.<sup>80</sup>

91. Em essência, em conformidade com o artigo 21 da Convenção, os Estados devem respeitar a especial relação que os membros dos povos indígenas e tribais têm com seu território, para assim garantir sua sobrevivência social, cultural e econômica.<sup>81</sup> Esta proteção da propriedade, nos termos do artigo 21 da Convenção, lida em conjunto com os artigos 1.1 e 2 deste instrumento, atribui aos Estados a obrigação positiva de adotar medidas especiais para garantir aos integrantes dos povos indígenas e tribais o exercício pleno e igualitário do direito aos territórios que tradicionalmente usaram e ocuparam.

### *B.2) Interpretação do artigo 21 da Convenção Americana no presente caso*

92. A Corte reconhece que chegou a essa interpretação do artigo 21 em casos anteriores à luz do artigo 29.b da Convenção, o qual proíbe interpretar uma disposição da Convenção no sentido de limitar o gozo e o exercício de qualquer direito ou liberdade que possa estar reconhecido de acordo com as leis internas do Estado em questão ou de acordo com outra convenção à qual o Estado seja parte. Nesse sentido, a Corte interpretou o artigo 21 da Convenção à luz da legislação interna dos direitos dos membros dos povos indígenas e tribais da Nicarágua<sup>82</sup> e do Paraguai,<sup>83</sup> por exemplo, bem como também tendo em conta a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais nos Países Independentes (doravante denominada "Convenção nº 169 da OIT").<sup>84</sup>

---

<sup>80</sup> *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, nota 49 *supra*, par. 149. Cf. também *Caso do Massacre Plan de Sánchez Vs. Guatemala. Reparações e Custas*. Sentença de 19 de novembro de 2004. Série C Nº 116, par. 85; *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa*, nota 75 *supra*, par. 118, e *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 131.

<sup>81</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, nota 49 *supra*, pars. 148-149, e 151; 148-149, e 151; *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa*, nota 75 *supra*, pars. 118-121, e *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, pars. 124, 131, 135 e 154. Cf. também Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório 75/02, *Caso 11.140. Mary e Carrie Dann. Estados Unidos*, 27 de dezembro de 2002, par. 128 (observando que "a contínua utilização de sistemas coletivos tradicionais de controle e uso do território são essenciais em muitas circunstâncias para o bem estar individual e coletivo e também para a sobrevivência dos povos indígenas"), e Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório 40/04, *Mérito. Caso 12.052. Comunidades Indígenas Mayas do Distrito de Toledo. Belize*, 12 de outubro de 2004, par. 114 (enfatizando que "os órgãos do sistema interamericano de direitos humanos reconheceram que os povos indígenas gozam de uma relação particular com a terra e os recursos tradicionalmente ocupados e usados por eles, conforme os quais essas terras e recursos são considerados de propriedade e gozo das comunidades indígenas em seu conjunto e de acordom o qual o uso e gozo da terra e de seus recursos são componentes integrais da sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas e da efetiva realização de seus direitos humanos em termos mais gerais.")

<sup>82</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, nota 49 *supra*, pars. 148, 150 e 152-153.

<sup>83</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, pars. 138-139, e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa*, nota 75 *supra*, pars. 122-123.

<sup>84</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, pars. 127-130, e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa*, nota 75 *supra*, par. 117.

93. Como se discutirá a seguir (pars. 97-107 *infra*), a legislação interna do Suriname não reconhece o direito à propriedade comunal dos membros de seus povos tribais, bem como não ratificou a Convenção nº 169 da OIT. Não obstante, o Suriname ratificou tanto o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).<sup>85</sup> O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que é o organismo de especialistas independentes que supervisiona a implementação do PIDESC por parte dos Estados Parte, interpretou o artigo 1º comum a estes pactos como aplicável aos povos indígenas.<sup>86</sup> A este respeito, em conformidade com o artigo 1º, em virtude do direito à autodeterminação dos povos indígenas, os povos poderão “determina[r] seu desenvolvimento econômico, social e cultural” e poderão “dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais” para que não sejam privados de “seus próprios meios de subsistência”.<sup>87</sup> Conforme o artigo 29.b da Convenção Americana, esta Corte não pode interpretar as disposições do artigo 21 deste instrumento no sentido de limitar o gozo e exercício dos direitos reconhecidos pelo Suriname nestes Pactos.<sup>88</sup> A Corte considera que o mesmo raciocínio se aplica aos povos tribais devido às similares características sociais, culturais e econômicas que compartilham com os povos indígenas (pars. 80-86 *supra*).<sup>89</sup>

94. De maneira similar, o Comitê de Direitos Humanos da ONU analisou as obrigações dos Estados Parte do PIDCP, incluindo o Suriname, com base no artigo 27 deste instrumento e notou que “não se negará às pessoas que pertençam a estas minorias o direito que lhes corresponde, em comunidade com os demais membros de seu grupo, a gozar de sua própria cultura, [a qual] poderá consistir em um modo de vida que está fortemente associado ao território e ao uso de seus recursos naturais. Isso poderia ser particularmente certo em relação aos membros de comunidades indígenas que constituem uma minoria”.<sup>90</sup>

95. A análise anterior sustenta uma interpretação do artigo 21 da Convenção Americana no sentido de reconhecer o direito dos integrantes dos povos indígenas e tribais a que determinem e gozem livremente de seu próprio desenvolvimento social, cultural e econômico, o que inclui o direito a gozar da particular relação espiritual com o território que tradicionalmente usaram e ocuparam. Por isso, no presente caso, o direito à propriedade protegido no artigo 21 da Convenção Americana e interpretado à luz dos direitos

---

<sup>85</sup> Suriname ratificou ambos tratados em 28 de março de 1977. *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*, 19 Dezembro 1966, 99U.N.T.S. 171, Can T.S. 1976 nº 47, 6 I.L.M. 368 (entrou em vigência em 23 de março de 1976), e *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, 16 Dezembro 1966, 993 U.N.T.S. 3, 6 I.L.M. 368 (entrou em vigência em 3 de janeiro de 1976).

<sup>86</sup> Cf. ONU, Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, *Consideração de relatórios apresentados por Estados Partes conforme os Artigos 16 e 17 do Pacto. Observações Finais sobre a Federação Russa (trigésima primeira sessão)*. UN Doc. E/C.12/1/Add.94, 12 de dezembro de 2003, par. 11, no qual o Comitê expressou preocupação pela “precária situação das comunidades indígenas no Estado Parte, que afetam seu direito à autodeterminação segundo o artigo 1 do Pacto”.

<sup>87</sup> Artigo 1 comum do PIDCP e PIDESC.

<sup>88</sup> Cf. Artigo 29 da Convenção Americana. Cf. também *Interpretação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem no Marco do Artigo 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Parecer Consultivo OC-10/89 de 14 de julho de 1989. Série A Nº 10, par. 37, e o *Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal*. Parecer Consultivo OC-16/99 de 1 de outubro de 1999. Série A Nº 16, pars. 113-115 (afirmando uma interpretação dos instrumentos internacionais de direitos humanos que tenha em consideração o desenvolvimento progressivo do *corpus juris gentium* do Direito Internacional dos Direitos Humanos no tempo e em seu estado atual).

<sup>89</sup> Cf. *Caso da Comunidade Moiwana*, nota 77 *supra*, par. 133.

<sup>90</sup> ONU, Comitê de Direitos Humanos, *Comentário Geral nº 23: Os direitos das minorias (Art. 27) (quinquagésima sessão, 1994)*, ONU. Doc. CCPR/C/21Rev.1/Add.5, 4 de agosto de 1994, pars. 1 e 3.2.



reconhecidos nos artigos 1º comum e 27 do PIDCP, os quais não poderão ser restringidos ao interpretar-se a Convenção Americana no presente caso, confere aos integrantes do povo Saramaka o direito ao gozo de sua propriedade de acordo com sua tradição comunitária.

96. Aplicando o critério mencionado no presente caso, a Corte, portanto, conclui que os membros do povo Saramaka constituem uma comunidade tribal protegida pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos que garante o direito ao território comunal tradicionalmente usado e ocupado, derivado do uso e ocupação, de longa data, da terra e dos recursos necessários para sua subsistência física e cultural e, além disso, que o Estado tem a obrigação de adotar medidas especiais para reconhecer, respeitar, proteger e garantir aos integrantes do povo Saramaka o direito de propriedade comunal em relação a este território.

### **C. OS DIREITOS DOS MEMBROS DO POVO SARAMAKA DERIVADOS DE SEU SISTEMA DE PROPRIEDADE COMUNAL (ARTIGO 21 DA CONVENÇÃO EM RELAÇÃO AOS ARTIGOS 1.1 E 2 DESTE INSTRUMENTO)**

97. Uma vez declarado que a Convenção Americana reconhece o direito dos membros do povo Saramaka ao uso e gozo de sua propriedade de acordo com seu sistema de propriedade comunal, a Corte procederá, agora, com a análise sobre se o Estado adotou o marco adequado para tornar efetivo este direito por meio da legislação interna.

98. A questão geral sobre os direitos de propriedade comunal dos povos indígenas e tribais no Suriname já foi matéria de estudo por esta Corte no caso *Moiwana*. Neste precedente a Corte sustentou que o Estado não reconhecia a estes povos um direito à propriedade comunal.<sup>91</sup> A Corte observa que esta conclusão encontra respaldo em uma série de organismos e organizações internacionais que também trataram desta questão em outras oportunidades. O Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial,<sup>92</sup> o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas,<sup>93</sup> e o Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos povos indígenas<sup>94</sup> todos observaram que o Suriname não

<sup>91</sup> Cf. *Caso da Comunidade Moiwana*, nota 77 *supra*, pars. 86.5 e 130.

<sup>92</sup> Cf. Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, *Considerações sobre os relatórios apresentados pelos Estados Parte conforme o Artigo 9 da Convenção, Observações Finais sobre Suriname*, nota 43 *supra*, par. 11.

<sup>93</sup> Cf. Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas. *Considerações sobre os relatórios apresentados pelos Estados Parte conforme o Artigo 40 do Pacto, Observações Finais sobre Suriname*, nota 42 *supra*, par. 21 (expressando preocupação “sobre a falta de reconhecimento legal e de garantias para a proteção dos direitos indígenas e tribais a suas terras e outros recursos”, e recomendando que Suriname “garanta aos membros de comunidades indígenas o pleno gozo de todos os direitos reconhecidos no artigo 27 do Pacto e que adote legislação específica para tal propósito”) (expediente de anexos ao escrito dos representantes, anexo 4.3, folhas 1495-1496).

<sup>94</sup> Cf. ONU, Relatório do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, Rodolfo Stavenhagen, apresentado de acordo com a resolução 2001/65 da Comissão (quinquagésima nona sessão), UN Doc. E/CN.4/2003/90, 21 de janeiro de 2003, par. 21 (explicando que, “[I]legalmente, o Estado é o dono da terra que ocupam, e este pode outorgar concessões de propriedade privada a particulares. As terras, territórios e recursos indígenas e tribais não estão reconhecidos na lei. [...] Apesar de terem apresentado petições ao Governo nacional e perante o Sistema Interamericano de proteção de direitos humanos (Comissão e Corte), as comunidades indígenas e *maroons* ainda não receberam a proteção que requerem”). O Banco Interamericano de Desenvolvimento também apoiou esta análise em seu estudo realizado em agosto de 2006 sobre os povos indígenas e *maroons* em Suriname. Este estudo indica que “a lei surinamesa não reconhece nem protege o sistema tradicional de posse da terra dos povos indígenas e tribais, nem sua relação especial com a floresta. Todas as terras e todos os recursos naturais são entendidos como pertencentes ao Estado”. Cf. Banco Interamericano de Desenvolvimento, *Povos Indígenas e Maroons em Suriname, agosto de 2006* (mérito, tomo II, folha 567).

reconhece legalmente os direitos dos membros dos povos indígenas e tribais sobre suas terras, recursos e territórios comunais.

99. O Estado também aceitou que sua legislação interna não reconhece o direito dos membros do povo Saramaka ao uso e gozo de seu sistema de propriedade comunal sobre seu território, mas que lhes reconhece um privilégio no uso da terra. Não obstante, o Estado proporcionou quatro supostas razões pelas quais não deveria ser considerado responsável por esta situação no presente caso. Primeiro, o Estado manifestou que a falta de clareza a respeito do sistema de posse de terras do povo Saramaka, particularmente sobre quem são os titulares da terra, apresenta um problema prático para o reconhecimento do direito comunal à propriedade por parte do Estado. Segundo, algumas "complexidades e sensibilidades" a respeito da questão dos direitos coletivos não permitiram que o Estado reconhecesse legalmente estes direitos. O Estado sugeriu que uma legislação que proporcione um "tratamento especial" aos grupos indígenas e tribais geraria problemas de soberania Estatal e de discriminação em relação ao resto da população. Terceiro, o Estado argumentou que o Poder Judiciário, por meio de seus tribunais, poderia reconhecer os direitos comunais de propriedade, mas que os integrantes do povo Saramaka se negaram a demandar perante os tribunais internos para reclamar este reconhecimento. Finalmente, o Estado arguiu que sua legislação doméstica reconhece aos membros do povo Saramaka um "interesse", e não um direito, à propriedade. A Corte abordará estas questões nesta ordem.

#### *C.1) Sistema de posse da terra dos membros do povo Saramaka*

100. Primeiro, a questão sobre a suposta falta de clareza do sistema tradicional de posse das terras dos integrantes do povo Saramaka foi tratada exaustivamente pelas partes, testemunhas e peritos no presente caso. Da prova e dos testemunhos apresentados perante a Corte, se extrai que os *lös*, ou *clãs*, são as entidades proprietárias primárias das terras dentro da sociedade Saramaka.<sup>95</sup> Cada *lö* é autônomo e é quem designa os direitos da terra e os recursos entre os *bëë* (grupos familiares ampliados) e seus membros individuais de acordo com a lei consuetudinária Saramaka.<sup>96</sup> De acordo com esta lei consuetudinária, os Capitães ou membros de um *lö* não podem afetar ou alienar de modo algum a propriedade comunal de seu *lö* e um *lö* não pode afetar ou alienar as terras do conjunto coletivo do território Saramaka.<sup>97</sup> Sobre esse último tema, o Capitão Chefe e *Fiscali* Eddie Fonkie explicou que "[s]e um *lö* trata de vender sua terra, os outros *lös* têm direito de objetar e deter esta transação porque, do contrário, seriam afetados os direitos e a vida de todo o povo Saramaka. Os *lö* são muito autônomos e [...] não interferem nos assuntos dos demais menos que sejam afetados os interesses de todo o povo Saramaka".<sup>98</sup> Isso ocorre porque

---

<sup>95</sup> Cf. Testemunho do Capitão Chefe e *Fiscali* Wazen Eduards, nota 61 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 8); Testemunho do Capitão Cesar Adjako, nota 68 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 16), *Affidavit* de Silvi Adjako, 7 e 8 de abril de 2007 (expediente de *affidavits* e observações, anexo 5, folhas 1919-1925); Parecer do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 59); Parecer de Salomon Emanuels, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 67 e 69), e *Affidavit* do Capitão Chefe e *Fiscali* Eddie Fonkie, nota 66 *supra*, (folhas 1911-1912).

<sup>96</sup> Cf. Testemunho do Capitão Chefe e *Fiscali* Wazen Eduards, nota 61 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 8); Testemunho do Capitão Cesar Adjako, nota 68 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 16); Parecer do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 59); Parecer de Salomon Emanuels, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 67 e 69), e *Affidavit* do Capitão Chefe e *Fiscali* Eddie Fonkie, nota 66 *supra*.

<sup>97</sup> Cf. *Affidavit* do Capitão Chefe e *Fiscali* Eddie Fonkie, nota 66 *supra*, e Parecer do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 60).

<sup>98</sup> *Affidavit* do Capitão Chefe e *Fiscali* Eddie Fonkie, nota 66 *supra*.

o território “pertence aos Saramakas, em última instância. [Isto é,] pertence aos Saramaka como povo”.<sup>99</sup>

101. Em todo caso, a suposta falta de clareza quanto ao sistema de posse da terra dos Saramaka não apresenta um obstáculo insuperável para o Estado, que tem a obrigação de consultar os integrantes do povo Saramaka (par. 129 *infra*) e solicitar um esclarecimento sobre esta questão a fim de cumprir suas obrigações de acordo com o artigo 21 da Convenção, em relação ao artigo 2 deste instrumento.

*C.2) Complexidade das questões relacionadas e inquietude por parte do Estado a respeito da discriminação contra pessoas que não sejam membros indígenas ou tribais*

102. Dois argumentos adicionais e inter-relacionados apresentados pelo Estado a respeito do porquê não reconheceu e protegeu legalmente os sistemas de posse da terra dos povos indígenas e tribais se referem às supostas dificuldades e sensibilidades das questões tratadas, e a inquietude que circunda a possibilidade de uma legislação favorável aos povos indígenas e tribais ser percebida como uma atitude discriminatória contra o resto da população. Quanto à primeira questão, a Corte observa que o Estado não pode se abster de cumprir as obrigações internacionais previstas na Convenção Americana simplesmente porque é difícil fazê-lo. A Corte compartilha a inquietude do Estado quanto à complexidade das questões relacionadas com este tema; entretanto, o Estado tem o dever de reconhecer o direito à propriedade dos membros do povo Saramaka, no âmbito de seu sistema coletivo de propriedade, e estabelecer os mecanismos necessários para tornar efetivo internamente o direito consagrado na Convenção, conforme interpretou este Tribunal em sua jurisprudência.

103. Além disso, é improcedente o argumento do Estado de que é discriminatório aprovar uma lei que reconheça as formas comunais de posse da terra. É um princípio estabelecido no Direito Internacional que o tratamento desigual a pessoas em condições desiguais não constitui necessariamente uma discriminação não permitida.<sup>100</sup> A legislação que reconhece estas diferenças não é, portanto, necessariamente discriminatória. No contexto dos integrantes dos povos indígenas e tribais, esta Corte já expressou que é necessária a adoção de medidas especiais a fim de garantir sua sobrevivência de acordo com suas tradições e costumes (pars. 78-86, 91 e 96 *supra*). Por essa razão, é improcedente o argumento do Estado a respeito de sua incapacidade de criar legislação nesta área devido à suposta complexidade da questão ou da possível natureza discriminatória desta legislação.

<sup>99</sup> Parecer do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 60).

<sup>100</sup> Cf., por exemplo, CtEDH, *Connors vs. Reino Unido*, nota 76 *supra*, par. 84 (declarando que os Estados têm uma obrigação positiva de adotar os passos necessários para salvaguardar e proteger os diferentes estilos de vida das minorias com o fim de garantir seu direito à igualdade perante a lei). Cf. também, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório sobre a Situação de Direitos Humanos no Equador, nota 76 *supra* (afirmando que “no Direito Internacional geral e especificamente no direito interamericano, proteções especiais para os povos indígenas podem ser necessárias para que estes exerçam seus direitos plenamente e com igualdade frente ao resto da população. Adicionalmente, pode ser que se sejam necessárias proteções especiais para os povos indígenas com o fim de garantir sua sobrevivência física e cultural – o que é um direito protegido em vários convênios e instrumentos internacionais”). Cf. também ONU, Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, Art. 1.4 (afirmando que “[a]s medidas especiais adotadas com o fim exclusivo de assegurar o adequado progresso de certos grupos raciais ou étnicos ou de certas pessoas que requeiram a proteção que possa ser necessária com objetivo de garantir, em condições de igualdade, o desfrute ou exercíciolos direitos humanos e das liberdades fundamentais não serão considerados como medidas de discriminação racial [...]”, e Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, *Recomendação Geral nº 23, Direitos dos Povos Indígenas*, nota 76 *supra*, par. 4 (fazendo um chamado aos Estados a adotar certas medidas com o fim de reconhecer e garantir os direitos dos povos indígenas).

### *C.3) Reconhecimento de direitos pelo Poder Judiciário*

104. Adicionalmente, o Estado argumentou que o Poder Judiciário, por meio de seus tribunais, poderia reconhecer os direitos à propriedade comunal, mas que os membros do povo Saramaka se negaram a demandar perante os tribunais internos para reclamar este reconhecimento. Em primeiro lugar, deveria ser feita uma distinção entre a obrigação do Estado conforme o artigo 2 da Convenção para efetivar, mediante legislação interna, os direitos ali consagrados e a obrigação conforme o artigo 25 de proporcionar recursos efetivos e adequados para reparar as supostas violações a estes direitos. A Corte tratará, a seguir (pars. 76-85), em sua análise sobre a suposta violação do artigo 25 da Convenção, da efetividade dos recursos mencionados pelo Estado, inclusive daqueles disponíveis de acordo com o artigo 1386 do Código Civil do Suriname, para reparar as supostas violações ao direito dos membros do povo Saramaka à propriedade de acordo com seu sistema de propriedade comunal.

105. A Corte observa que mesmo que a chamada legislação judicial possa ser um meio para o reconhecimento dos direitos dos indivíduos, especialmente nos sistemas de *common law*, a disponibilidade de um procedimento deste tipo não cumpre, por si só, as obrigações do Estado de tornar efetivos os direitos consagrados na Convenção Americana. Isto é, a mera possibilidade de reconhecimento de direitos através de determinado processo judicial não é substituto para o reconhecimento real destes direitos. O processo judicial mencionado pelo Estado deve, então, ser entendido como um meio através do qual poderiam ser efetivados estes direitos no futuro, mas que ainda não reconheceu, efetivamente, os direitos em questão. Em todo caso, o direito dos integrantes do povo Saramaka em particular, ou dos membros dos povos indígenas ou tribais em geral, de possuir a terra em forma coletiva ainda não foi reconhecido por nenhum tribunal interno do Suriname.

### *C.4) Legislação interna*

106. Finalmente, o Estado alega que, ainda que "possa ser correto que os interesses sobre a terra dos Saramaka não sejam reconhecidos como um direito subjetivo no sistema legal surinamês [,] é uma tergiversação tendenciosa sugerir que o sistema não reconhece e não respeita, na prática, os interesses legítimos da Tribo". De acordo com o Estado, a legislação interna existente reconhece certos "interesses", em oposição a direitos, dos membros dos povos indígenas e tribais sobre a terra. Entre os instrumentos legais podem ser mencionados a Constituição de 1987, os Decretos L-1 de 1982, o Decreto Mineiro de 1986 e a Lei de Gestão Florestal de 1992. Como uma questão preliminar, a Corte observa que o reconhecimento e respeito na prática dos "interesses legítimos" dos integrantes do povo Saramaka não pode ser interpretado como se satisfizesse as obrigações do Estado conforme o artigo 2 da Convenção a respeito do artigo 21 deste instrumento. A Corte procederá a analisar em que medida estes instrumentos legais reconhecem um "interesse", e não um direito, a respeito da propriedade dos membros do povo Saramaka.

#### *C.4.a) A Constituição de 1987*

107. A respeito deste argumento, o Estado primeiro reconheceu que "os direitos à terra da Tribo Saramaka não estão de fato explicitamente consagrados na Constituição de 1987", mas também argumentou que este reconhecimento constitucional não é um requisito de acordo com o artigo 2 da Convenção. Como destacou o Estado, o Suriname não é uma exceção nesse sentido, já que muitos Estados Parte da Convenção têm constituições que não reconhecem explicitamente os sistemas de propriedade coletiva que possam ser exercidos por integrantes dos povos indígenas e tribais. Ainda assim, a obrigação de tornar

efetivo, mediante legislação interna, o direito à propriedade comunal não implica, necessariamente, num reconhecimento constitucional deste direito. O artigo 2 da Convenção ordena que os Estados tornem efetivos, no âmbito de suas legislações internas, aqueles direitos e liberdades mediante "a adoção de medidas legislativas ou de outro caráter que forem necessárias". No caso do Suriname, não se adotou nenhuma medida legislativa ou de outra natureza.

#### C.4.b) Os Decretos L-1

108. Segundo, o Estado se referiu aos Decretos L-1 de 1982. O artigo 4 do Decreto L-1 estabelece o seguinte:

- (1) Na designação de *domain land* [terra da qual o Estado é proprietário em virtude de sua Constituição], respeitar-se-ão os direitos que possuem os Bushnegroes [Maroons] tribais e Índios a respeito de seus povos, assentamentos e parcelas florestais, sempre que não afetem o interesse geral.
- (2) O interesse geral inclui a execução de todo projeto dentro dos parâmetros de um plano de desenvolvimento aprovado.<sup>101</sup>

109. A nota explicativa oficial do artigo 4.1 do Decreto L-I indica que os "direitos fáticos" dos membros dos povos indígenas e tribais serão tomados em conta quando forem emitidos títulos sobre o *domain land*.<sup>102</sup>

110. O uso do termo "direitos fáticos" (ou direitos *de fato*) na nota explicativa do artigo 4.1 do Decreto L-I tem como fim distinguir estes "direitos" dos direitos legais (*de jure*) concedidos aos possuidores de títulos reais individuais e outros direitos de propriedade que sejam registráveis, reconhecidos e emitidos pelo Estado. Esta limitação ao reconhecimento do direito dos integrantes do povo Saramaka para gozar plenamente do território que possuíram e ocuparam tradicionalmente é incompatível com a obrigação do Estado de acordo com o artigo 2 da Convenção para fazer efetivos os direitos consagrados no artigo 21 deste instrumento.

#### C.4.c) Decreto de Exploração Mineira de 1986

111. Do mesmo modo, o Decreto de Exploração Mineira, ao qual se referiu o Estado, tampouco chega a fazer efetivos os direitos à propriedade que os membros do povo Saramaka têm em razão de seu sistema de propriedade comunal. O Decreto de Exploração Mineira reconhece unicamente o direito a uma compensação para os demandantes legítimos e os terceiros com um interesse na terra na qual seja concedido um direito de exploração mineira.<sup>103</sup> Este decreto define os "demandantes legítimos" como aquelas pessoas "que são donos da terra ou têm direito de uso real sobre a propriedade privada".<sup>104</sup> Define os terceiros como "aqueles cujos interesses [...] se baseiam em direitos de uso pessoal sobre a propriedade privada".<sup>105</sup> A propriedade privada, por sua vez, está definida no artigo 46 do

<sup>101</sup> Decreto L-1 de 15 de junho de 1982, que contém princípios básicos sobre a política de terras, SB 1982, nº 10, Artigo 4 (expediente de anexos à demanda, anexo 5, folha 53).

<sup>102</sup> Decreto L-1 de 15 de junho de 1982, nota 104 *supra*.

<sup>103</sup> Decreto E 58 de 8 de maio de 1986, que contém regras gerais para a exploração de minerais (Decreto Mineira), Artigos 47 e 48 (expediente de anexos à demanda, anexo 8, folha 144).

<sup>104</sup> Decreto E 58 de 8 de maio de 1986, nota 106 *supra*, Artigo 46(b).

<sup>105</sup> Decreto E 58 de 8 de maio de 1986, nota 106 *supra*, Artigo 46(c).

Decreto de Exploração Mineira, como a terra outorgada pelo Estado em títulos pessoais ou reais.<sup>106</sup> Portanto, para qualificar como "demandante legítimo" ou "terceiro" conforme os artigos 47 e 48 do Decreto de Exploração Mineira, as pessoas em questão devem ser titulares de algum tipo de direito que tenha sido registrado ou possuam algum título emitido pelo Estado. Portanto, o Decreto de Exploração Mineira, mais que fazer efetivo o direito à propriedade dos membros do povo, de acordo com seu sistema comunitário, enfatiza a necessidade de obter um título sobre o território que tradicionalmente possuíam a fim de poder reclamar uma compensação (par. 183 *infra*).

#### C.4.d) Lei de Gestão Florestal de 1992

112. O Estado também fez referência à Lei de Gestão Florestal de 1992 como um exemplo da legislação interna que torna efetivo o direito dos membros do povo Saramaka ao uso e gozo da propriedade de acordo com seu sistema de propriedade comunal. O Suriname afirmou que a emissão das permissões chamadas de "florestas comunitárias", que poderiam ser estabelecidas de acordo com a Lei de Gestão Florestal de 1992, poderia proporcionar reconhecimento efetivo do direito à propriedade dos membros do povo Saramaka. Entretanto, a prova apresentada perante a Corte contradiz esta afirmação.

113. Ainda que surjam perguntas a respeito e se houve algum esforço do Estado para informar os integrantes dos povos indígenas e tribais sobre a possibilidade de obter estas permissões chamadas de "florestas comunitárias",<sup>107</sup> o problema verdadeiro está em que estas permissões não são emitidas como uma questão de direito, mas segundo a discricionariedade do Ministro responsável pelas florestas e com sujeição às condições que o Ministro possa impor.<sup>108</sup> A Corte observa que não conta com prova que demonstre que tenha sido emitida permissão alguma de "floresta comunitária" a qualquer membro do povo Saramaka.<sup>109</sup> Não obstante, a Corte considera que as permissões de "florestas comunitárias" são, em essência, concessões florestais revogáveis que transmitem direitos de uso limitado e restrito e que, portanto, não representam um reconhecimento adequado dos direitos dos integrantes do povo Saramaka à propriedade.<sup>110</sup> Além disso, considerando que ainda não foram adotadas as leis necessárias para implementar a permissão das florestas comunitárias, pode-se questionar em juízo a certeza jurídica desse título.<sup>111</sup>

114. Igualmente, o artigo 41 da Lei de Gestão Florestal de 1992 estabelece que os direitos consuetudinários dos habitantes tribais, a respeito de suas aldeias e assentamentos, assim como das parcelas agrícolas, serão respeitados "na maior medida possível".<sup>112</sup> Essa disposição limita de forma inadequada o alcance do "respeito" ao direito ao território dos membros do povo Saramaka unicamente a suas "aldeias, assentamentos e parcelas agrícolas". Esta limitação não leva em consideração a relação que os integrantes dos povos

<sup>106</sup> Decreto E 58 de 8 de maio de 1986, nota 106 *supra*, Artigo 46(a).

<sup>107</sup> Cf. Artigo 41(2) da Lei de Gestão Florestal, 18 de setembro de 1992 (expediente de anexos à demanda, anexo 6, folha 75). Cf. também Testemunho do Capitão Cesar Adjako, nota 68 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 19), e Testemunho de Rene Somopawiro durante a audiência pública na Corte os dias 9 e 10 de maio de 2007 (transcrição de audiência pública, pp. 40 e 53).

<sup>108</sup> Cf. Testemunho de Rene Somopawiro, nota 110 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 39 e 42).

<sup>109</sup> Cf. Testemunho do Capitão Cesar Adjako, nota 68 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 18-20), e Testemunho de Rene Somopawiro, nota 110 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 49).

<sup>110</sup> Testemunho de Rene Somopawiro, nota 110 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 52).

<sup>111</sup> Cf. Testemunho de Rene Somopawiro, nota 110 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 52).

<sup>112</sup> Cf. Artigo 41 da Lei de Gestão Florestal, nota 110 *supra*, (folhas 74-75).

indígenas e tribais têm com o território em seu conjunto e não apenas com suas aldeias, assentamentos e parcelas agrícolas. De acordo com a análise desta Corte, o dever do Estado é ainda maior a fim de garantir e proteger os direitos à propriedade dos integrantes do povo Saramaka (pars. 85-96 *supra*). Por essa razão, a Corte considera que a Lei de Gestão Florestal não torna efetivos os direitos à propriedade comunal dos membros do povo Saramaka.

\*  
\*   \*  
\*

115. Em suma, o marco jurídico do Estado meramente outorga aos integrantes do povo Saramaka um privilégio para usar a terra, o que não garante o direito de controlarem efetivamente e de serem proprietários de seu território sem nenhum tipo de interferência externa. A Corte determinou, em outras ocasiões, que mais do que um privilégio para usar a terra, o qual pode ser despojado pelo Estado ou ofuscado por direitos à propriedade de terceiros, os integrantes de povos indígenas e tribais devem obter o título de seu território a fim de garantir o uso e gozo permanente desta terra.<sup>113</sup> Este título deve ser reconhecido e respeitado, não apenas na prática, mas juridicamente, a fim de salvaguardar sua certeza jurídica. A fim de obter este título, o território que os membros do povo Saramaka tradicionalmente usaram e ocuparam deve ser primeiro demarcado e delimitado, através de consultas realizadas com este povo e com os povos vizinhos.<sup>114</sup> Sobre este particular, a Corte declarou previamente que "o reconhecimento estritamente jurídico em abstrato das terras, territórios ou recursos dos indígenas perde seu verdadeiro significado quando não se estabelece nem delimita fisicamente a propriedade".<sup>115</sup>

116. Em última instância, o Estado expressou seu compromisso de "melhorar a codificação atual do sistema de direitos à terra dos povos tribais e indígenas". Para tal efeito, o Presidente do Suriname designou um comitê de especialistas no ano 2006 para tratar essa questão. Entretanto, até a presente data, o sistema jurídico do Estado segue sem reconhecer o direito à propriedade dos membros do povo Saramaka em relação com seu território, mas apenas outorga um privilégio ou permissão de uso e de ocupação das terras a critério do Estado. Por esta razão, a Corte considera que o Estado não cumpriu seu dever de efetivar, no âmbito interno, os direitos à propriedade dos membros do povo Saramaka de acordo com o artigo 21 da Convenção, em relação aos artigos 2 e 1.1 deste instrumento.

117. A seguir, a Corte deve determinar o alcance do direito dos membros do povo Saramaka sobre o território que tradicionalmente possuíram e as obrigações respectivas do Estado, dentro do contexto do presente caso.

#### **D. O DIREITO DOS INTEGRANTES DO POVO SARAMAKA A USAR E GOZAR DOS RECURSOS NATURAIS PRESENTES DENTRO E SOBRE AS TERRAS QUE TRADICIONALMENTE POSSUÍRAM**

118. Uma questão que se deriva, necessariamente, da afirmação de que os integrantes do povo Saramaka têm o direito de usar e gozar de seu território de acordo com suas tradições e costumes é o direito aos recursos naturais presentes nas e dentro das terras, inclusive os

---

<sup>113</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, nota 49 *supra*, par. 153; *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 215, e *Caso da Comunidade Moiwana*, nota 77 *supra*, par. 209.

<sup>114</sup> A Corte observa que no caso da *Comunidade Moiwana* ordenou-se ao Estado criar um mecanismo efetivo para a delimitação, demarcação e titulação do território tradicional da comunidade Moiwana. Cf. *Caso da Comunidade Moiwana*, nota 77 *supra*, par. 209.

<sup>115</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 143.

recursos naturais sob a superfície. No presente caso, tanto o Estado como os Saramaka reclamam o direito sobre estes recursos naturais. Os membros do povo Saramaka alegam que seu direito a usar e gozar de todos estes recursos naturais é uma condição necessária para o desfrute de seu direito à propriedade conforme o artigo 21 da Convenção. O Estado argumentou que todos os direitos relativos à terra, em particular os recursos naturais sob a superfície, pertencem ao Estado, que pode dispor livremente destes recursos através de concessões a terceiros. A Corte tratará esta questão tão complexa na seguinte ordem: primeiro, o direito dos membros do povo Saramaka a usar e gozar dos recursos naturais presentes nas e dentro das terras que tradicionalmente possuíram; segundo, a autorização pelo Estado de concessões para a exploração e extração de recursos naturais, inclusive aqueles presentes sob a superfície, dentro do território Saramaka; e, finalmente, o cumprimento das garantias estabelecidas no Direito Internacional a respeito das concessões para a exploração e extração já outorgadas pelo Estado.

119. Primeiro, a Corte deve analisar se, e em que medida, os membros do povo Saramaka têm o direito de usar e gozar os recursos naturais presentes dentro e sobre o território que tradicionalmente possuíram. O Estado não contesta que os Saramaka tenham usado e ocupado tradicionalmente certas terras durante séculos; tampouco objeta que os Saramaka possuem um "interesse" no território que usaram tradicionalmente de acordo com seus costumes. A controvérsia existente aponta para a natureza e o alcance deste interesse. De acordo com o marco constitucional e legal do Suriname, os integrantes do povo Saramaka não possuem direitos à propriedade *per se*, mas possuem um meroprivilégio ou permissão de usar e ocupar as terras em questão (pars. 97-115 *supra*). De acordo com o artigo 41 da Constituição do Suriname e o artigo 2 do Decreto de Exploração Mineira de 1986, os direitos de propriedade de todos os recursos naturais pertencem ao Estado.<sup>116</sup> Por essa razão, o Estado alega que tem um direito inalienável a explorar estes recursos. Por outro lado, as leis consuetudinárias do povo Saramaka supostamente outorgam à comunidade todos os recursos naturais presentes em seu território tradicional e subjacente a ele, ou que de alguma forma estejam relacionados com este território. Para sustentar esta afirmação, a Corte ouviu a declaração de um Capitão Saramaka a respeito de que o povo Saramaka tem o direito geral de "possuir tudo, desde a copa das árvores até os lugares mais profundos que se possam chegar debaixo da superfície".<sup>117</sup>

120. Sobre este tema particular, a Corte argumentou previamente<sup>118</sup> que a subsistência cultural e econômica dos povos indígenas e tribais e, portanto, de seus integrantes, depende do acesso e do uso dos recursos naturais de seu território "que estão relacionados com sua cultura e que nele se encontram" e que o artigo 21 protege o direito a estes recursos naturais (pars. 85-96 *supra*).<sup>119</sup> Entretanto, o alcance deste direito requer uma

---

<sup>116</sup> Constituição de Suriname, Artigo 41 (expediente de anexos à demanda, anexo 3, folha 28), e Decreto E58 de 8 de maio de 1986, nota 106 *supra*, Artigo 2 (folha 120).

<sup>117</sup> Testemunho do Capitão Chefe e Fiscal Wazen Eduards, nota 61 *supra* (transcrição de audiência pública, p.8).

<sup>118</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 137, e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 118.

<sup>119</sup> A Corte também toma nota que a Comissão Africana, assim como a Corte Suprema do Canadá e a Corte Constitucional da África do Sul declararam que os direitos das comunidades indígenas às terras devem ser entendidos de maneira tal que incluam os recursos naturais que ali se encontrem. Entretanto, a Comissão Africana e a Corte Suprema do Canadá observaram que tais direitos não são absolutos, e que podem sofrer restrições em certas condições. Cf. Comissão Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, *The Social and Economic Rights Action Center and the Center for Economic and Social Rights v. Nigeria*, Comunicação 155/96 (2001), pars. 42, 54 e 55, e *Delgamuukw v. British Columbia*, [1997] 3 S.C.R. 1010 (11 de dezembro de 1997), pars. 194, 199 e 201. A Corte Constitucional da África do Sul, citando uma lei interna que requeria a devolução de terras a donos que haviam sido despojados destas por políticas racialmente discriminatórias, sustentou o direito de um povo indígena



maior elaboração, especialmente quanto à relação intrínseca entre a terra e os recursos naturais nela presentes, assim como entre o território (entendido como compreendendo tanto a terra como os recursos naturais) e a sobrevivência econômica, social e cultural dos povos indígenas e tribais e, deste modo, de seus membros.

121. De acordo com a jurisprudência da Corte, segundo o estabelecido nos casos *Yakye Axa e Sawhoyamaya*, os integrantes dos povos indígenas e tribais têm o direito de ser titulares dos recursos naturais que tradicionalmente usaram dentro de seu território em função das mesmas razões pelas quais têm o direito de ser titulares da terra que usaram e ocuparam tradicionalmente durante séculos. Sem eles, a sobrevivência econômica, social e cultural destes povos está em risco.<sup>120</sup> Daí a necessidade de proteger as terras e os recursos usados tradicionalmente: para prevenir sua extinção como povo. Isto é, o objetivo e o fim das medidas requeridas em nome dos membros dos povos indígenas e tribais é garantir que poderão continuar vivendo seu modo de vida tradicional e que sua identidade cultural, estrutura social, sistema econômico, costumes, crenças e tradições características serão respeitados, garantidos e protegidos pelos Estados.

122. Como foi mencionado anteriormente (pars. 85-96 *supra*), devido à conexão intrínseca entre os integrantes dos povos indígenas e tribais e seu território, para garantir sua sobrevivência é necessária a proteção do direito à propriedade sobre este território, de acordo com o artigo 21 da Convenção. Desse modo, o direito a usar e gozar do território careceria de sentido no contexto dos membros dos povos indígenas e tribais se este direito não estivesse conectado aos recursos naturais presentes dentro do território. Por essarazão, a reclamação pela titularidade das terras dos integrantes dos povos indígenas e tribais deriva da necessidade de garantir a segurança e a permanência do controle e usos recursos naturais, que por sua vez mantêm esse estilo de vida. Esta conexão entre o território e os recursos naturais necessários para sua sobrevivência física e cultural é exatamente o que é necessário proteger de acordo com o artigo 21 da Convenção, a fim de garantir aos membros dos povos indígenas e tribais o uso e gozo de sua propriedade. A partir desta análise, entende-se que os recursos naturais presentes nos territórios dos povos indígenas e tribais protegidos nos termos do artigo 21 são aqueles recursos naturais usados tradicionalmente e que são necessários para a própria sobrevivência, desenvolvimento e continuidade do estilo de vida deste povo.<sup>121</sup>

123. Por isso, no presente caso, a Corte deve determinar quais são os recursos naturais presentes dentro do território Saramaka e quais são necessários para a sobrevivência de seu modo de vida e que devem ser, portanto, protegidos de acordo com o artigo 21 da Convenção. Em consequência, a Corte deve também decidir se, e em que medida, o Estado pode outorgar concessões para a exploração e extração daqueles e de outros recursos naturais presentes no território Saramaka.

#### **E. A OUTORGA DE CONCESSÕES POR PARTE DO ESTADO PARA A EXPLORAÇÃO E EXTRAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS DENTRO E SOBRE O TERRITÓRIO SARAKAMA**

124. A Comissão e os representantes alegaram que as concessões de terra para a exploração florestal e mineração outorgadas pelo Estado a terceiros sobre o território do

---

aos recursos minerais presentes nestas terras. Cf. *Alexkor Ltd. and the Government of South Africa v. Richtersveld Community and Others*, CCT/1903 (14 de outubro de 2003), par. 102.

<sup>120</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 137, e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 118.

<sup>121</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, pars. 124 e 137, e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, pars. 118 e 121.

povo Saramaka, sem consultá-los plena e efetivamente, violaram o direito aos recursos naturais presentes neste território. O Estado argumentou que toda a titularidade sobre as terras, incluídos todos os recursos naturais, pertence ao Estado e que, como tal, o Estado pode outorgar concessões a empresas madeireiras ou mineiras dentro do território Saramaka, respeitando o máximo possível os costumes e tradições dos Saramaka.

#### *E.1) Restrições ao direito à propriedade*

125. Em consequência, a Corte deve decidir se, e em que medida, o Estado pode outorgar concessões para a exploração e extração dos recursos naturais presentes no território Saramaka. Sobre este tema particular, o Estado argumentou que, caso a Corte reconhecesse um direito dos membros do povo Saramaka sobre os recursos naturais presentes dentro das terras que lhes pertencem tradicionalmente, esse direito deveria limitar-se àqueles recursos que usam tradicionalmente para sua subsistência e para as atividades culturais e religiosas. De acordo com o Estado, os supostos direitos à terra dos membros do povo Saramaka "não incluiriam nenhum interesse sobre outras florestas ou minerais além daqueles que a Tribo tradicionalmente possui e usa para sua subsistência (agricultura, caça, pesca, etc.) e as necessidades culturais e religiosas de seus membros".

126. O Estado parece reconhecer que os recursos relacionados com a subsistência do povo Saramaka incluem os recursos relacionados com as atividades agrícolas, de caça e de pesca. Isso é consistente com a análise anterior da Corte sobre como o artigo 21 da Convenção protege o direito dos membros do povo Saramaka em relação aos recursos naturais que são necessários para sua subsistência física (pars. 120-122 *supra*). Entretanto, ainda que seja certo que toda atividade de exploração ou de extração no território Saramaka poderia afetar, em maior ou menor grau, o uso e gozo de algum recurso natural utilizado tradicionalmente para a subsistência dos Saramakas, também é certo que não se deve interpretar o artigo 21 da Convenção de maneira que impeça o Estado de emitir qualquer tipo de concessão para a exploração ou extração de recursos naturais dentro do território Saramaka. A água limpa natural, por exemplo, é um recurso natural essencial para que os membros do povo Saramaka possam realizar algumas de suas atividades econômicas de subsistência, como a pesca. A Corte observa que este recurso natural será provavelmente afetado por atividades de extração relacionadas com outros recursos naturais que não são tradicionalmente utilizados ou essenciais para a subsistência do povo Saramaka e, portanto, de seus membros (par. 152 *infra*). De modo similar, as florestas dentro do território Saramaka proporcionam morada para os distintos animais que caçam para sobreviver, e é ali onde recolhem frutas e outros recursos essenciais para viver (pars. 82-83 *supra* e pars. 144-146 *infra*). Nesse sentido, as atividades das companhias madeireiras na floresta também poderiam afetar estes recursos de subsistência. Isto é, é muito provável que a extração de um recurso natural afete o uso e o gozo de outros recursos naturais necessários para a sobrevivência dos Saramakas.

127. Não obstante, a proteção do direito à propriedade conforme o artigo 21 da Convenção não é absoluta e, portanto, não permite uma interpretação tão estrita. Ainda que a Corte reconheça a interconexão entre o direito dos membros dos povos indígenas e tribais ao uso e gozo de suas terras e o direito aos recursos necessários para sua sobrevivência, estes direitos de propriedade, como muitos outros direitos reconhecidos na Convenção, estão sujeitos a certos limites e restrições. Nesse sentido, o artigo 21 da Convenção estabelece que "a lei poderá subordinar [o] uso e gozo d[os bens] ao interesse social". Por isso, a Corte afirmou em outras ocasiões que, de acordo com o artigo 21 da Convenção, o Estado poderá restringir o uso e gozo do direito à propriedade sempre que as restrições: a) tenham sido previamente estabelecidas por lei; b) sejam necessárias; c)

sejam proporcionais e d) que tenham o objetivo de alcançar um objetivo legítimo em uma sociedade democrática.<sup>122</sup> Consoante a esta disposição, o Estado poderá restringir, sob certas condições, os direitos dos integrantes do povo Saramaka à propriedade, incluídos seus direitos sobre os recursos naturais presentes no território.

128. Adicionalmente, a respeito das restrições sobre o direito dos membros dos povos indígenas e tribais, em especial ao uso e gozo das terras e os recursos naturais que tradicionalmente possuíram, um fator crucial a considerar é também se a restrição implica uma denegação das tradições e costumes de modo que ponha em perigo a própria subsistência do grupo e de seus integrantes. Isto é, em conformidade com o artigo 21 da Convenção, o Estado poderá restringir o direito ao uso e gozo dos Saramaka sobre as terras que são titulares tradicionalmente e sobre os recursos naturais nelas presente, unicamente quando esta restrição cumpra os requisitos indicados anteriormente e, além disso, quando não implique numa denegação de sua subsistência como povo tribal (pars. 120-122 *supra*).<sup>123</sup>

*E.2) Garantias contra restrições ao direito à propriedade que neguem a subsistência do povo Saramaka*

129. Neste caso em particular, as restrições em questão correspondem à emissão das concessões para exploração madeireira e mineração de recursos naturais presentes dentro do território Saramaka. Por isso, de acordo com o artigo 1.1 da Convenção, a fim de garantir que as restrições impostas aos Saramakas em relação ao direito à propriedade por meio da emissão de concessões dentro de seu território não impliquem na negação de sua subsistência como povo tribal, o Estado deve cumprir as seguintes três garantias: primeiro, o Estado deve assegurar a participação efetiva dos membros do povo Saramaka, de acordo com seus costumes e tradições, em relação a todo projeto de desenvolvimento, investimento, exploração ou extração (doravante denominado "projeto de desenvolvimento ou de investimento")<sup>124</sup> que seja realizado dentro do território Saramaka. Segundo, o Estado deve garantir que os membros do povo Saramaka se beneficiem razoavelmente do projeto realizado dentro de seu território. Terceiro, o Estado deve garantir que não outorgará nenhuma concessão dentro do território Saramaka a menos e até que entidades independentes e tecnicamente capazes, sob a supervisão do Estado, realizem um estudo prévio de impacto social e ambiental. Por meio destas salvaguardas se procura preservar, proteger e garantir a relação especial que os membros do povo Saramaka têm com seu território que, por sua vez, garante sua subsistência como povo tribal.

130. Estas salvaguardas, especialmente aquelas referentes à participação efetiva e à participação nos benefícios de projetos de desenvolvimento ou de investimento dentro dos

---

<sup>122</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, pars. 144-145 citando (*mutatis mutandi*) *Caso Ricardo Canese Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C Nº 111, par. 96; *Caso Herrera Ulloa Vs. Costa Rica. Exceções Preliminares, mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 2 de julho de 2004. Série C Nº 107, par. 127, e *Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. Série C Nº 74. par. 155. Cf., também, *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaxa*, nota 75 *supra*, par. 137.

<sup>123</sup> Cf., e.g. Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, *Länsman e outros vs. Finlândia (quingüésima segunda sessão, 1994)*, Comunicação nº 511/1992, UN Doc. CCPR/C/52/D/511/1994, 8 de novembro de 1994, par. 9.4 (permitindo que os Estados levem a cabo atividades de desenvolvimento que limitem os direitos de uma minoria cultural, sempre e quando esta atividade não extinga por completo o modo de vida do povo indígena).

<sup>124</sup> Ao utilizar o termo (projeto de desenvolvimento ou de investimento) a Corte supõe qualquer atividade que possa afetar a integridade das terras e recursos naturais dentro do território Saramaka, em particular, qualquer proposta relacionada com concessões madeireiras ou de mineração.

territórios tradicionais indígenas e tribais, são consistentes com as observações do Comitê de Direitos Humanos, o texto de distintos instrumentos internacionais e a prática de vários Estados Parte à Convenção.<sup>125</sup> No caso *Apirana Mahuika e outros Vs. Nova Zelândia*, por exemplo, o Comitê de Direitos Humanos decidiu que poderia restringir-se o direito à cultura de uma população indígena de acordo com o artigo 27 do PIDCP quando a comunidade mesma tenha participado na decisão de restringir este direito. O Comitê considerou que “a aceitação das medidas que afetem ou interfiram nas atividades econômicas com significado cultural de uma minoria dependerá de se os membros da minoria em questão tiveram a oportunidade de participar no processo da tomada de decisão em relação com estas medidas e se continuarão se beneficiando de sua economia tradicional”.<sup>126</sup>

131. Do mesmo modo, o artigo 32 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que foi aprovada recentemente na Assembleia Geral da ONU com o apoio do Estado do Suriname,<sup>127</sup> estabelece o seguinte:<sup>128</sup>

1. Os povos indígenas têm o direito de determinar e de elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou a utilização de suas terras ou territórios e outros recursos.
2. Os Estados realizarão consultas e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado antes de aprovar qualquer projeto que afete suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação ao desenvolvimento, à utilização ou à exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo.
3. Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a reparação justa e equitativa dessas atividades, e serão adotadas medidas apropriadas para mitigar suas consequências nocivas nos planos ambiental, econômico, social, cultural ou espiritual.

<sup>125</sup> Cf., e.g. OIT Convenção nº 169, Artigo 15(2) (declarando que “[e]m caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras, a fim de determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados e, em que medida. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.”) O Banco Mundial implementou requisitos similares. Banco Mundial, *Política Operacional Revisada e Procedimentos do Banco em relação com Povos Indígenas (OP/BP 4.10)*. Outros documentos falam de maneira mais ampla sobre o direito de uma minoria de participar nas decisões que lhes afetem direta ou indiretamente. Cf., e.g. ONU, Comitê de Direitos Humanos, *Comentário Geral nº 23: Os direitos das minorias (Art. 27)*, nota 93 *supra*, par. 7 (indicando que o desfrute dos direitos culturais de acordo com o artigo 27 do PIDCP “pode requerer a adoção de medidas legais positivas de proteção e medidas que garantam a participação efetiva dos membros de comunidades minoritárias nas decisões que lhes afetam”); Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, *Recomendação Geral nº 23, Direitos dos Povos Indígenas*, nota 76 *supra*, par. 4(d) (fazendo um chamado aos Estados a “[g]arantir que os membros dos povos indígenas tenham o mesmo direito com respeito à participação efetiva na vida pública e que não se tome nenhuma decisão que tenha uma relação direta com seus direitos ou interesses sem seu consentimento informado”).

<sup>126</sup> Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, *Apirana Mahuika e outros v. Nova Zelândia (sessão setenta, 2000)*, UN Doc. CCPR/C/70/D/547/1993, 15 de novembro de 2000, par. 9.5.

<sup>127</sup> Através do voto de 143 a favor e 4 contra, com 11 abstenções, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 13 de setembro de 2007, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Cf. <http://www.un.org/News/Press/docs/2007/qa10612.doc.htm>).

<sup>128</sup> A Corte observa que, ao explicar a posição do Estado a favor deste texto, o representante de Suriname fez referência ao texto do artigo 32 desta Declaração. A este respeito, o comunicado de imprensa emitido pelas Nações Unidas afirmou: “[O representante de Suriname] disse que seu Governo aceitou o fato de que os Estados deveriam buscar consultar previamente a fim de evitar desconsiderar os direitos humanos. O nível destas consultas depende das circunstâncias específicas. Não se deve entender a estas consultas como um fim em si mesmas, mas como um meio para servir o objetivo de respeitar os interesses daqueles que utilizaram a terra”, nota 130 *supra*. Cf. também <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/es/drip.html>.

132. Destaca-se que o Comissário do Distrito de Sipaliwini no Suriname, que testemunhou perante a Corte a pedido do Estado, reconheceu a importância de se consultar as autoridades tradicionais do povo Saramaka antes de autorizar concessões que possam afetar “as comunidades diretamente vizinhas”.<sup>129</sup> Entretanto, a Corte considera que o real alcance das garantias a respeito das consultas e da participação dos Saramaka nos benefícios dos planos de desenvolvimento requer de um maior esclarecimento.

*E.2.a) Direito a ser consultado e, se for o caso, a obrigação de obter consentimento*

133. Primeiro, a Corte manifestou que ao garantir a participação efetiva dos integrantes do povo Saramaka nos projetos de desenvolvimento ou investimento dentro de seu território, o Estado tem o dever de consultar ativamente esta comunidade, segundo seus costumes e tradições (par. 129 *supra*). Este dever requer que o Estado aceite e ofereça informação e implica numa comunicação constante entre as partes. As consultas devem realizar-se de boa fé, através de procedimentos culturalmente adequados e devem ter como objetivo alcançar um acordo. Além disso, o povo Saramaka deve ser consultado, de acordo com suas próprias tradições, nas primeiras etapas do projeto de desenvolvimento ou investimento e não unicamente quando surja a necessidade de obter a aprovação da comunidade, se for o caso. O aviso com antecedência proporciona um tempo para a discussão interna dentro das comunidades e para oferecer uma adequada resposta ao Estado. O Estado, além disso, deve assegurar-se de que os membros do povo Saramaka tenham conhecimento dos possíveis riscos, incluindo os riscos ambientais e de salubridade, a fim de que aceitem o projeto de desenvolvimento ou investimento proposto com conhecimento e de forma voluntária. Por último, a consulta deveria levar em consideração os métodos tradicionais do povo Saramaka para a tomada de decisões.<sup>130</sup>

134. Ademais, a Corte considera que, quando se trate de projetos de desenvolvimento ou de investimento de grande escala que teriam um impacto maior dentro do território Saramaka, o Estado tem a obrigação não apenas de consultar os Saramaka, mas também deve obter seu consentimento livre, prévio e informado, segundo seus costumes e tradições. A Corte considera que a diferença entre “consulta” e “consentimento” neste contexto requer maior análise.

135. A este respeito, o Relator Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos povos indígenas observou, de maneira similar, que:

[s]empre que se realize [projetos de grande escala] em áreas ocupadas por povos indígenas, é provável que estas comunidades tenham que atravessar mudanças sociais e econômicas profundas que as autoridades competentes não são capazes de entender, muito menos de antecipar. [O]s principais efeitos [...] incluem a perda de territórios e de terra tradicional, o desalojamento, a migração e o possível

---

<sup>129</sup> Testemunho do Comissário de Distrito Rudy Strijk durante a audiência pública na Corte nos dias 9 e 10 de maio de 2007 (transcrição de audiência pública, p. 23).

<sup>130</sup> Assim mesmo, em *Comunidades Indígenas Maya no Distrito de Toledo Vs. Belize*, a Comissão Interamericana observou que os Estados devem levar a cabo consultas efetivas e plenamente informadas com comunidades indígenas com relação a fatos ou decisões que pudessem afetar seus territórios tradicionais. Neste caso, a Comissão determinou que um procedimento de “consentimento pleno e informado” requer, “como mínimo, que todos os integrantes da comunidade estejam plenamente informados da natureza e das consequências do processo, e que sejam dotados de uma oportunidade efetiva para participar de maneira individual ou coletiva”. Cf. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório 40/04, *Mérito. Caso 12.052. Comunidades Indígenas Maya no Distrito de Toledo*, nota 84 *supra*, par. 142. Cf. também Os Princípio do Equador, Princípio 5.

reassentamento, esgotamento de recursos necessários para a subsistência física e cultural, a destruição e contaminação do ambiente tradicional, a desorganização social e comunitária, os impactos sanitários e nutricionais negativos de longa duração [e], em alguns casos, abuso e violência.<sup>131</sup>

Em consequência, o Relator Especial da ONU determinou que “[é] essencial o consentimento livre, prévio e informado para a proteção dos direitos humanos dos povos indígenas em relação com grandes projetos de desenvolvimento”.<sup>132</sup>

136. De maneira similar, outros organismos e organizações internacionais afirmaram que, em determinadas circunstâncias e adicionalmente a outros mecanismos de consulta, os Estados devem obter o consentimento dos povos tribais e indígenas para realizar projetos de desenvolvimento ou de investimento de grande escala que tenham um impacto significativo no direito ao uso e gozo de seus territórios ancestrais.<sup>133</sup>

137. É mais significativo ainda mencionar que o Estado reconheceu, também, que o “nível de consulta que se requer é obviamente uma função da natureza e do conteúdo dos direitos da Tribo em questão”. A Corte concorda com o Estado e, além disso, considera que além da consulta requerida, sempre que se apresente um projeto de desenvolvimento ou de investimento dentro do território tradicional Saramaka, a garantia de participação efetiva requerida quando se trate de grandes projetos de desenvolvimento ou investimento que possam ter um impacto profundo nos direitos de propriedade dos membros do povo Saramaka em grande parte de seu território, deve entender-se como requisito adicional à obrigação de obter o consentimento livre, prévio e informado do povo Saramaka, segundo seus costumes e tradições.

#### *E.2.b) Benefícios compartilhados*

138. A segunda garantia que o Estado deve cumprir ao considerar os projetos de desenvolvimento dentro do território Saramaka é a de compartilhar, razoavelmente, os benefícios do projeto com o povo Saramaka. Pode-se dizer que o conceito de compartilhar os benefícios, que pode ser encontrado em vários instrumentos internacionais a respeito dos direitos dos povos indígenas e tribais,<sup>134</sup> é inerente ao direito de indenização reconhecido no artigo 21.2 da Convenção, o qual estabelece que:

---

<sup>131</sup> ONU, Relatório do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, nota 97 *supra*, p. 2.

<sup>132</sup> ONU, Relatório do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, nota 97 *supra*, par. 66.

<sup>133</sup> O CERD observou que “[q]uanto à exploração dos recursos que jazem no subsolo em terras tradicionais de comunidades indígenas, o Comitê observa que a mera consulta com estas comunidades não é suficiente para cumprir os requisitos estabelecidos pelo Comitê em sua recomendação geral XXIII sobre os direitos dos povos indígenas. O Comitê, portanto, recomenda que se obtenha o consentimento prévio e informado destas comunidades”. Cf. Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, Considerações dos relatórios apresentados pelos Estados Partes conforme o artigo 9 da Convenção. Observações Finais a respeito do Equador (sessão sessenta e dois, 2003), UN Doc. CERD/C/62/CO/2, 2 de junho de 2003, par. 16.

<sup>134</sup> Cf. Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, nota 130 *supra*, Artigo 32.2 (afirmando que “os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado antes de aprovar qualquer projeto que afete suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação ao desenvolvimento, à utilização ou à exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo.” Cf. também Convenção OIT nº 169, nota 128 *supra*, Artigo 15(2) (afirmando que “[o]s povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades”).

[n]enhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos e na forma estabelecidos pela lei.

139. A Corte considera que o direito a receber o pagamento de uma indenização de acordo com o artigo 21.2 da Convenção se estende não apenas à total privação de um título de propriedade por meio de uma expropriação por parte do Estado, por exemplo, mas também compreende a privação do uso e gozo regular desta propriedade. No presente caso, o direito a obter o pagamento de uma "indenização justa" conforme o artigo 21.2 da Convenção se traduz no direito dos membros do povo Saramaka a participar, de forma razoável, nos benefícios derivados da restrição ou privação do direito ao uso e gozo de suas terras tradicionais e daqueles recursos naturais necessários para sua sobrevivência.

140. Nesse sentido, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial recomendou não apenas que se deve obter o consentimento prévio e informado das comunidades quando existam projetos para realizar grandes atividades de exploração em territórios indígenas, mas também se deve "garantir que os benefícios derivados desta exploração sejam compartilhados de maneira equitativa".<sup>135</sup> Do mesmo modo, o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas sugeriu que, a fim de garantir "os direitos humanos dos povos indígenas em relação a grandes projetos de desenvolvimento, [os Estados devem garantir] uma participação mutuamente aceitável nos benefícios [...]".<sup>136</sup> Nesse contexto, de acordo com o artigo 21.2 da Convenção, pode-se entender a participação nos benefícios como uma forma de indenização razoável e em equidade que deriva da exploração das terras e dos recursos naturais necessários para a sobrevivência do povo Saramaka.

#### **F. O CUMPRIMENTO DAS GARANTIAS ESTABELECIDAS PELO DIREITO INTERNACIONAL EM RELAÇÃO ÀS CONCESSÕES JÁ OUTORGADAS PELO ESTADO**

141. Tendo declarado que o direito tradicional dos membros do povo Saramaka a usar e gozar das suas terras implica necessariamente em fruir de um direito similar a respeito dos recursos naturais necessários para sua sobrevivência, e tendo estabelecido as garantias e limitações em relação ao direito do Estado de autorizar concessões que restrinjam o uso e gozo destes recursos naturais, a Corte agora procederá a analisar se as concessões já outorgadas pelo Estado dentro do território Saramaka cumprem as garantias mencionadas anteriormente.

142. No presente caso, a prova apresentada perante a Corte demonstra que, entre os anos de 1997 e 2004, o Estado emitiu ao menos quatro concessões madeireiras e várias concessões para mineração a membros do povo Saramaka e a pessoas e empresas alheias a este povo, dentro do território possuído tradicionalmente por integrantes do povo Saramaka.<sup>137</sup> A testemunha René Somopawiro, chefe da Fundação do Estado para a Gestão e Controle Florestal, reconheceu, no seu testemunho perante a Corte, que o Estado outorgou concessões dentro do território Saramaka.<sup>138</sup> O Comissário de Distrito Strijk

<sup>135</sup> Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, *Considerações dos relatórios apresentados pelos Estados Partes conforme o artigo 9 da Convenção. Observações Finais a respeito do Equador*, par. 16.

<sup>136</sup> ONU, Relatório do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, nota 97 *supra*, par. 66.

<sup>137</sup> Mapa preparado pelo Ministério de Recursos Naturais (expediente de anexos à demanda, anexo 16, folhas 180-181).

<sup>138</sup> Testemunho de Rene Somopawiro, nota 110 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 45-46).

também declarou que, durante sua gestão, o Estado outorgou ao menos uma concessão madeireira dentro do território Saramaka a uma pessoa ou empresa alheia ao povo Saramaka.<sup>139</sup>

143. Como foi mencionado anteriormente, o artigo 21 da Convenção não proíbe *per se* a emissão de concessões para a exploração dos recursos naturais em territórios indígenas ou tribais. Entretanto, se o Estado quisesse restringir legitimamente os direitos à propriedade comunal dos membros do povo Saramaka, deveria consultar as comunidades afetadas a respeito dos projetos de desenvolvimento que fossem realizados nos territórios ocupados tradicionalmente, compartilhar os benefícios razoáveis com elas, e realizar estudos prévios de impacto ambiental e social (pars. 126-129 *supra*).

#### *F.1) Concessões madeireiras*

144. Portanto, em relação à extração madeireira, questiona-se se este recurso natural é um dos que vem sendo usado tradicionalmente pelos membros do povo Saramaka de modo intrinsecamente relacionado com a sua subsistência. Sobre este tema particular, o Dr. Richard Price, antropólogo que testemunhou na audiência pública do presente caso, apresentou um mapa no qual o povo Saramaka fez centenas de marcas para indicar a localização e a variedade de árvores que utilizam para distintos fins.<sup>140</sup> Por exemplo, os integrantes do povo Saramaka utilizam um tipo especial de árvore para construir botes e canoas a fim de trasladar-se e transportar pessoas e bens de um povoado a outro.<sup>141</sup> Os Saramaka também utilizam distintos tipos de espécies de palmeiras para fazer várias coisas, incluindo o teto de suas casas, e a partir das quais obtêm frutas que processam para obter óleo para cozinhar.<sup>142</sup> Quando se fez referência à floresta, uma das testemunhas manifestou durante a audiência pública que “era ali onde cortavam as árvores para construir suas casas, para sobreviver, para fazer seus botes [...]; tudo com o que vivem”.<sup>143</sup> Outra testemunha expressou a importância do corte de madeira para o povo Saramaka e sua preocupação com o ambiente:

Quando cortamos as árvores, pensamos em nossos filhos e netos, nas futuras gerações. [...] Quando ingressamos na floresta por qualquer razão, pensamos no que estamos fazendo, pensamos em proteger o ambiente. Temos muito cuidado para não destruir algo que se encontre na floresta. Obtemos a madeira que necessitamos para nossos propósitos e temos muito cuidado para não destruir o ambiente.<sup>144</sup>

145. Assim, a prova apresentada ao Tribunal indica que os Saramaka também dependem da extração de madeira como parte de sua estrutura econômica. Nesse sentido, o Estado enfatizou que alguns dos membros individuais Saramaka solicitaram concessões em nome próprio para a exploração madeireira. Quando o Capitão Cesar Adjako, do clã (*lõ*) Matjau, foi questionado durante a audiência pública sobre porque ele, por exemplo, havia solicitado uma concessão madeireira a título pessoal ao Estado, respondeu que o fez “porque o governo havia adotado uma nova lei através da qual se alguém quisesse vender a madeira

<sup>139</sup> Testemunho do Comissário de Distrito Rudy Strijk, nota 132 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 26).

<sup>140</sup> Parecer do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 55-56).

<sup>141</sup> Parecer do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 55-56).

<sup>142</sup> Parecer do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 55-56).

<sup>143</sup> Testemunho do Capitão Chefe e Fiscal Wazen Eduards, nota 61 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 6).

<sup>144</sup> Testemunho do Capitão Cesar Adjako, nota 68 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 15-16).



que cortava, tinha de obter uma concessão em seu nome. Do contrário, não era permitido vender madeira. [...] Uma vez que obtenha a concessão, todos os meus filhos poderão cortar madeira".<sup>145</sup> Isto é, o objetivo de solicitar uma concessão pessoal era permitir que os integrantes do povo Saramaka continuassem vendendo madeira legalmente, como vinham tradicionalmente fazendo para subsistir.

146. Esta prova indica que os Saramaka têm colhido, utilizado, comercializado e vendido produtos de madeira e de outra natureza de forma tradicional, e que continuam fazendo atualmente.<sup>146</sup> Portanto, de acordo com a análise mencionada a respeito da extração dos recursos naturais que são necessários para a subsistência do povo Saramaka e, deste modo, de seus integrantes, o Estado não deveria ter outorgado concessões madeireiras dentro do território Saramaka a não ser que houvesse cumprido as três garantias de participação efetiva, benefícios compartilhados e estudos prévios de impacto ambiental e social.

#### *F.1.a) Participação efetiva*

147. No presente caso o Estado não garantiu, com antecedência, a participação efetiva do povo Saramaka, através de seus métodos tradicionais de tomada de decisão, nos processos de concessões madeireiras emitidas dentro do território Saramaka e tampouco compartilhou os benefícios com os membros deste povo. De acordo com o Comissário de Distrito Strijk, que declarou perante este Tribunal, "não era necessário" consultar ou obter o consentimento do povo Saramaka em relação às concessões madeireiras em questão, tendo em vista que não havia sido informado sobre locais tradicionais Saramaka na área.<sup>147</sup> Nas palavras do Comissário de Distrito Strijk, "se há lugares sagrados, cemitérios e parcelas agrícolas, então procedemos à consulta; se não há lugares sagrados, cemitérios ou parcelas agrícolas, então não se realiza a consulta".<sup>148</sup> Este procedimento, evidentemente, não garante a participação efetiva do povo Saramaka, por meio de seus próprios costumes e tradições, no processo de avaliação da autorização de concessões madeireiras dentro de seu território. Tal como foi mencionado anteriormente, a questão não é se o Estado deve consultar os Saramaka, mas se, de fato, o Estado também deve obter seu consentimento (pars. 133-137 *supra*).

#### *F.1.b) Estudos prévios de impacto ambiental e social*

148. O Estado também argumentou que "as concessões outorgadas a terceiros não afetaram os interesses tradicionais do povo [Saramaka]". A prova apresentada ao Tribunal indica que não apenas o nível de consulta a que se refere o Estado foi insuficiente para garantir ao povo Saramaka sua participação efetiva no processo de tomada de decisões, mas o Estado também não realizou nem supervisionou estudos de impacto ambiental e social antes de emitir estas concessões<sup>149</sup> e que, ao menos algumas das concessões outorgadas afetaram, de fato, recursos naturais necessários para a subsistência econômica e cultural do povo Saramaka. Uma vez mais, a Corte observa que quando se outorga uma concessão

---

<sup>145</sup> Testemunho do Capitão Cesar Adjako, nota 68 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 14).

<sup>146</sup> Cf. Parecer do Professor Richard Price, nota 62 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 58), e Testemunho do Capitão Cesar Adjako, nota 68 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 13).

<sup>147</sup> Testemunho do Comissário de Distrito Rudy Strijk, nota 132 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 26 e 30).

<sup>148</sup> Cf. Testemunho do Comissário de Distrito Rudy Strijk, nota 132 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 30).

<sup>149</sup> Cf. Testemunho de Rene Somopawiro, nota 110 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 47).

madeira também se afeta uma grande variedade de produtos florestais não derivados da madeira, que são utilizados pelos membros do povo Saramaka para subsistir e comercializar.

149. Nesse sentido, o mapa realizado pelo perito Dr. Peter Poole, e que foi apresentado perante a Corte, demonstra a ocupação e o uso das terras e recursos outorgados em concessão dentro do território Saramaka por parte de pessoas e empresas alheias a este povo.<sup>150</sup> Segundo a prova apresentada, os integrantes do povo Saramaka estiveram utilizando extensamente as áreas outorgadas a empresas madeireiras para caçar e pescar, assim como para obter uma grande variedade de produtos florestais.<sup>151</sup>

150. O Capitão Chefe Wazen Eduards,<sup>152</sup> o Capitão Ceasar Adjako,<sup>153</sup> a senhora Silvi Adjako,<sup>154</sup> e o senhor Hugo Jabini,<sup>155</sup> por exemplo, todos declararam que as atividades das empresas madeireiras dentro do território tradicional Saramaka eram altamente destrutivas e produziram um dano massivo em uma área substantiva da floresta do povo Saramaka e nas funções ecológicas e culturais que esta proporcionava. A senhora Silvi Adjako, por exemplo, declarou que as empresas madeireiras "destruíram nossa floresta e inutilizaram parte de nossa terra porque bloquearam os córregos e deixaram que a água assentasse sobre a terra. Antes disso, podíamos usar a floresta livremente e com tranquilidade e constituía uma grande comodidade e apoio para nós."<sup>156</sup> Esta declaração também está respaldada pela declaração do senhor Hugo Jabini, que acrescentou que estas empresas "deixaram a floresta totalmente arruinada onde trabalham. Não se pode seguir utilizando grande parte da floresta para colher e os animais também se afastam destas áreas. Foram bloqueados os córregos, inundou-se a área e se converteu em um pântano. Tornou-se inutilizável e os espíritos estão totalmente ofendidos".<sup>157</sup>

151. As observações das testemunhas Saramaka estão corroboradas pela pesquisa realizada pelos peritos Dr. Roberto Goodland e Dr. Peter Poole, que visitaram as áreas sujeitas a concessões e seus arredores entre os anos 2002 e 2007.<sup>158</sup> Em termos gerais, o Dr. Goodland manifestou que "os impactos sociais, ambientais e de outra natureza das empresas madeireiras são graves e traumáticos",<sup>159</sup> e que "a exploração florestal foi realizada por debaixo dos padrões mínimos aceitáveis para operações desse tipo".<sup>160</sup> O Dr. Goodland a caracterizou como "entre as explorações florestais pior planejadas, mais

---

<sup>150</sup> Cf. Mapa II, apresentado por Peter Poole perante a Comissão Interamericana durante a audiência pública do 5 de março de 2006 (expediente de anexos à demanda, anexo 15, folha 172).

<sup>151</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Peter Poole, nota 69 *supra* (folha 1965).

<sup>152</sup> Cf. Testemunho do Capitão Chefe e Fiscal Wazen Eduards, nota 61 *supra* (transcrição de audiência pública, pp. 4-5).

<sup>153</sup> Cf. Testemunho do Capitão Ceasar Adjako, nota 68 *supra* (transcrição de audiência pública, p. 16).

<sup>154</sup> Cf. *Affidavit* de Silvi Adjako, nota 98 *supra* (folha 1924).

<sup>155</sup> Cf. *Affidavit* de S. Hugo Jabini de 3 de abril de 2007 (expediente de *affidavits* e observações, anexo 6, folhas 1937-38).

<sup>156</sup> *Affidavit* de Silvi Adjako, nota 98 *supra*, (folha 1924).

<sup>157</sup> Cf. *Affidavit* de S. Hugo Jabini, nota 158 *supra* (folha 1938).

<sup>158</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Robert Goodland de 27 de abril de 2007 (expediente de *affidavits* e observações, anexo 3, folhas 1887-1894), e *Affidavit* do Dr. Peter Poole, nota 69 *supra* (folhas 1964-65).

<sup>159</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Robert Goodland, nota 161 *supra* (folha 1888).

<sup>160</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Robert Goodland, nota 161 *supra* (folha 1892).

daninhas e desperdiçadoras possíveis.”<sup>161</sup> O Dr. Poole acrescentou que era "imediatamente evidente que as operações florestais dessas concessões não estavam sendo realizadas em conformidade com as especificações mínimas ou aceitáveis e que a gestão sustentável não era um fator importante na tomada de decisão”.<sup>162</sup>

152. Os Doutores Goodland e Poole declararam que as empresas madeireiras construíram pontes de má qualidade em suas concessões e que estas pontes bloquearam desnecessariamente uma grande quantidade de córregos.<sup>163</sup> Dado que estes córregos são a principal fonte de água potável utilizada pelos membros do povo Saramaka, estes “não possuem acesso à água necessária para beber, cozinhar, lavar, irrigar, regar e pescar. [Além disso,] as granjas de subsistência tornaram-se menos produtivas ou tão improdutivas que tiveram de ser abandonadas”.<sup>164</sup> De acordo com o Dr. Goodland, estas grandes áreas com água estancada fazem com que a floresta seja incapaz de produzir colheitas agrícolas tradicionais dos Saramaka.<sup>165</sup> O Dr. Poole chegou à mesma conclusão.<sup>166</sup>

#### *F.1.c) Benefícios compartilhados*

153. Não apenas foi deixado um legado de destruição ambiental, privação dos recursos de subsistência e problemas espirituais e sociais aos integrantes do povo Saramaka, mas estes tampouco receberam qualquer benefício das operações madeireiras realizadas em seu território. As estatísticas governamentais apresentadas como prova perante a Corte indicam que se extraiu uma grande quantidade de madeira valiosa do território Saramaka e não lhes foi pago nenhum tipo de indenização.<sup>167</sup>

\*  
\*       \*

154. Em suma, a Corte considera que as concessões madeireiras que o Estado outorgou sobre as terras da região superior do Rio Suriname danificaram o meio ambiente e que a deterioração teve um impacto negativo sobre as terras e os recursos naturais que os membros do povo Saramaka utilizavam tradicionalmente, que se encontram, total ou parcialmente, dentro dos limites do território sobre o qual têm direito à propriedade comunal. O Estado não realizou ou supervisionou estudos de impacto ambiental e social prévios, nem mesmo pôs em prática garantias ou mecanismos a fim de assegurar que estas concessões madeireiras não causassem um dano maior ao território e às comunidades Saramaka. Ademais, o Estado não permitiu a participação efetiva do povo Saramaka, de acordo com suas tradições e costumes, no processo de tomada de decisões a respeito das concessões madeireiras e, por sua vez, os membros do povo Saramaka não receberam nenhum benefício da extração madeireira em seu território. Tudo isso constitui uma violação

<sup>161</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Robert Goodland, nota 161 *supra* (folha 1892).

<sup>162</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Peter Poole, nota 69 *supra* (folha 1964).

<sup>163</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Robert Goodland, nota 161 *supra* (folhas 1890-1891), e *Affidavit* do Dr. Peter Poole, nota 69 *supra* (folhas 1964-1965).

<sup>164</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Robert Goodland, nota 161 *supra* (folhas 1891).

<sup>165</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Robert Goodland, nota 161 *supra* (folhas 1890-1891).

<sup>166</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Peter Poole, nota 69 *supra* (folha 1964).

<sup>167</sup> Cf. *Affidavit* do Dr. Robert Goodland, nota 161 *supra* (folha 1894) (citando as estatísticas florestais de 1999 a 2005 da Fundação de Administração Florestal de Suriname), e Resumo das concessões madeireiras na Região Pokigron. Mapa produzido pela Fundação de Administração Florestal de Suriname, Ministério de Recursos Naturais, agosto 2003 (expediente de anexos ao escrito dos representantes, anexo 1.1, folha 1460).

do direito à propriedade dos integrantes do povo Saramaka, reconhecido no artigo 21 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 deste instrumento.

### *F.2) Concessões de mineração aurífera*

155. A Corte também deve analisar se as concessões outorgadas a empresas de mineração de ouro dentro do território tradicional Saramaka afetaram os recursos naturais que os membros do povo Saramaka utilizaram tradicionalmente e que são necessários para sua subsistência cultural. De acordo com a prova apresentada à Corte, os integrantes do povo Saramaka não utilizaram o ouro tradicionalmente como parte de sua identidade cultural ou sistema econômico. Salvo algumas possíveis exceções individuais, os Saramaka não se identificam com o ouro nem demonstraram uma relação particular com este recurso natural em especial, além de reclamar o direito geral de "serem titulares de tudo, desde a mais alta das árvores até o lugar mais profundo sob a superfície."<sup>168</sup> Entretanto, como foi mencionado anteriormente (pars. 126-129 *supra*), tendo em vista que toda atividade de mineração especializada em ouro dentro do território Saramaka inevitavelmente afetará outros recursos naturais necessários para a subsistência deste povo, como os canais navegáveis, por exemplo, o Estado tem o dever de consultar o povo Saramaka, de acordo com seus costumes e tradições, a respeito de toda concessão para mineração proposta dentro do território Saramaka; permitir a participação dos membros do povo nos benefícios que se derivem desta possível concessão; e realizar ou supervisionar um estudo prévio de impacto ambiental e social. A mesma análise se aplica a respeito de outras concessões dentro do território Saramaka que envolvam recursos naturais que os membros do povo não utilizam tradicionalmente, mas cuja extração afetaria inevitavelmente outros recursos que são vitais para seu modo de vida.

156. A Corte reconhece que, até a presente data, não foram realizadas operações de mineração de grande escala dentro do território tradicional Saramaka. Entretanto, o Estado não cumpriu as três garantias mencionadas anteriormente quando emitiu concessões de mineração aurífera de pequena escala dentro do território Saramaka.<sup>169</sup> Isto é, essas concessões foram outorgadas sem realizar ou supervisionar estudos prévios de impacto ambiental e social, sem consultar o povo Saramaka de acordo com suas tradições, e sem garantir a seus membros uma participação razoável nos benefícios. Deste modo, o Estado violou o direito dos integrantes do povo Saramaka à propriedade conforme o artigo 21 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 deste instrumento.

157. Em relação àquelas concessões outorgadas a terceiros dentro do território Saramaka, incluindo integrantes individuais, a Corte já manifestou que (pars. 127-128 *supra*) "quando a propriedade comunal indígena e a propriedade privada individual entram em contradição aparente ou real, a própria Convenção Americana e a jurisprudência da Corte proporcionam pautas para estabelecer restrições admissíveis ao gozo e exercício destes direitos".<sup>170</sup> Portanto, o Estado tem o dever de avaliar, à luz da presente Sentença e

---

<sup>168</sup> Testemunho do Capitão Chefe e Fiscal Wazen Eduards, nota 61 *supra* (transcrição de audiência pública, p.8).

<sup>169</sup> Cf. Mapa preparado pelo Ministério de Recursos Naturais, nota 140 *supra*.

<sup>170</sup> *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 144. Cf. também, Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, *Iván Kitok vs. Suécia*, Comunicação nº 197/1985, UN Doc. CCPR/C/33/D/197/1985, 10 de agosto de 1988, par. 9.8.

da jurisprudência da Corte,<sup>171</sup> se é necessária uma restrição a estes direitos de propriedade privada para preservar a subsistência física e cultural do povo Saramaka.

\*  
\*       \*  
\*

158. Em virtude de todas as considerações acima mencionadas, a Corte conclui o seguinte: primeiro, que os integrantes do povo Saramaka têm o direito a usar e gozar dos recursos naturais presentes dentro do território que ocupam tradicionalmente e que sejam necessários para sua sobrevivência; segundo, que o Estado pode restringir este direito por meio da outorga de concessões para exploração e extração de recursos naturais presentes dentro do território Saramaka apenas se garantir a participação efetiva e os benefícios ao povo Saramaka, se realizar ou supervisionar estudos prévios de impacto ambiental ou social e se implementar medidas e mecanismos adequados a fim de assegurar que estas atividades não produzam um dano maior às terras tradicionais Saramaka e a seus recursos naturais; e, por último, que as concessões já outorgadas pelo Estado não cumpriram estas garantias. Portanto, a Corte considera que o Estado violou o artigo 21 da Convenção, em relação ao artigo 1 deste instrumento, em detrimento dos integrantes do povo Saramaka.

**H. A FALTA DE RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO POVO SARAKAMA COMO UM IMPEDIMENTO PARA PODER RECEBER O TÍTULO DE PROPRIEDADE COMUNAL DE SUAS TERRAS NA QUALIDADE DE COMUNIDADE TRIBAL E PARA TER ACESSO EQUITATIVO À PROTEÇÃO JUDICIAL DE SEUS DIREITOS DE PROPRIEDADE**

159. Os representantes manifestaram que o Estado violou suas obrigações previstas no artigo 3 da Convenção ao negar ao povo Saramaka o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica. De acordo com os representantes, a falta de reconhecimento da personalidade jurídica do povo Saramaka converte este povo em inelegível, de acordo com o direito interno, para poder receber o direito comunal à terra na qualidade de comunidade tribal. Unicamente os membros individuais da comunidade Saramaka, como particulares, podem solicitar ao Estado uma permissão para o uso da terra. Os representantes solicitaram, portanto, que o Estado reconheça a personalidade jurídica do povo Saramaka como um povo distinto, de acordo com o direito à autodeterminação.

160. Como uma questão preliminar, o Estado manifestou que a Comissão não argumentou uma violação do artigo 3 da Convenção em sua demanda perante a Corte e que esta suposta violação tampouco foi incluída no relatório do artigo 50. O Estado reiterou que os representantes não possuem legitimação para apresentar argumentos perante a Corte, de forma separada e independente, de que o Suriname violou o artigo 3 da Convenção.

161. A Corte resolveu esta questão (Exceções Preliminares, pars. 25-29 *supra*) e sustentou que as supostas vítimas ou seus representantes podem invocar outros direitos distintos daqueles incluídos na demanda da Comissão, sempre que se refiram a fatos que já foram incluídos na demanda.<sup>172</sup> A Corte observa que, ainda que a Comissão não tenha argumentado uma violação do artigo 3 da Convenção, os argumentos jurídicos dos representantes a respeito da suposta falta de reconhecimento da personalidade jurídica do povo Saramaka se fundamentam em fatos já incluídos na demanda. Portanto, a Corte procederá a analisar os argumentos das partes a respeito desta questão.

<sup>171</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, pars. 144-145, e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 137.

<sup>172</sup> Cf. *Caso "Cinco Aposentados"*, nota 8 *supra*, par. 155; *Caso Escué Zapata*, nota 22 *supra*, e *Caso Bueno Alves*, nota 8 *supra*, par. 121.

162. Fundamentalmente, o Estado questionou a capacidade de coesão do povo Saramaka "como titular independente de direitos e obrigações regido por suas próprias leis, regulações e costumes, como sugere o conceito de personalidade judiciária [sic] consagrado no artigo 3 da Convenção". Em segundo lugar, o Estado argumentou que a Convenção Americana garante que toda "pessoa" tem o direito de ser reconhecida como tal perante a lei e não como um "povo distinto", como manifestam os representantes. Finalmente, o Estado argumentou que é possível para o povo Saramaka "dirigir-se aos tribunais civis e solicitar uma decisão declaratória por meio da qual se reconheça a tribo como uma entidade legal".

163. A Corte abordará os dois primeiros argumentos do Estado na presente seção e o último argumento, a respeito da disponibilidade de recursos internos, na seção relacionada à proteção judicial (pars. 176-185 *infra*).

164. O primeiro argumento do Estado se refere ao fato da inclusão voluntária de alguns membros do povo Saramaka na "sociedade moderna" ter afetado sua distinção cultural, de modo que seria difícil defini-los como uma personalidade jurídica. Isto é, o Estado questiona se é possível definir legalmente os Saramaka de uma forma que leve em consideração os distintos graus em que vários membros autoidentificados do povo Saramaka aceitam as leis, costumes e economia tradicional do povo Saramaka, particularmente aqueles que vivem em Paramaribo ou fora do território reclamado pelos Saramaka. Nesse sentido, a Corte declarou que o povo Saramaka pode definir-se como um grupo tribal (pars. 80-84 *supra*) cujos membros gozam e exercem certos direitos, como o direito à propriedade, em uma maneira coletiva característica (pars. 87-96 *supra*). O fato de que alguns membros individuais do povo Saramaka vivam fora do território tradicional Saramaka e de um modo que difere de outros Saramaka que vivem dentro do território tradicional e de acordo com os costumes Saramaka não afeta a distinção deste grupo tribal nem tampouco o uso e gozo comunal de sua propriedade. Além disso, a questão de se alguns membros autoidentificados do povo Saramaka podem afirmar certos direitos comunais em nome da personalidade jurídica deste povo é uma questão que apenas o povo Saramaka deve resolver de acordo com seus próprios costumes e não o Estado ou esta Corte no presente caso. Ademais, a falta de identificação individual a respeito das tradições e leis Saramaka por parte de alguns membros da comunidade não pode ser utilizada como um pretexto para negar ao povo Saramaka o direito à personalidade jurídica.

165. Tendo enfatizado que o povo Saramaka é um grupo tribal distinto, cujos membros gozam e exercem certos direitos de maneira coletiva, a Corte tratará agora do segundo argumento do Estado, que diz respeito à possibilidade de reconhecer a personalidade jurídica de um grupo no lugar da personalidade de seus membros individuais.

166. A Corte analisou anteriormente o direito de pessoas particulares a obter o reconhecimento de sua personalidade jurídica de acordo com o artigo 3 da Convenção Americana.<sup>173</sup> Deste modo, a Corte o definiu como o direito a ser reconhecido legalmente como sujeito de direitos e de obrigações.<sup>174</sup> Isto é, o "direito ao reconhecimento da

<sup>173</sup> Este direito também está reconhecido em outros instrumentos internacionais. *Cf., inter alia*, Declaração Universal de Direitos Humanos, Artigo 6; PIDCP, Artigo 16; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, Artigo XVII, e Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, Artigo 5.

<sup>174</sup> *Cf. Caso Bámaca Velásquez Vs. Guatemala. Mérito*. Sentença de 25 de novembro de 2000. Série C Nº 70, par. 179; *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 188, e *Caso das Crianças Yean e Bosico Vs. República Dominicana. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 8 de setembro de 2005. Série C Nº 130, par. 177. *Cf.* também Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, *Consideração dos relatórios apresentados pelos Estados Partes conforme o artigo 40 do Pacto, Observações Finais a respeito do Gabão*, UN Doc. CCPR/C/31/ADD.4, 18 de novembro de 1996, par. 54.

personalidade jurídica representa um parâmetro para determinar se uma pessoa é titular ou não dos direitos em questão e se pode exercê-los”.<sup>175</sup> A Corte também manifestou que a violação daquele reconhecimento pressupõe desconhecer em termos absolutos a possibilidade de ser titular e de gozar destes direitos e obrigações,<sup>176</sup> o que põe o indivíduo em uma posição vulnerável em relação ao Estado ou a terceiros.<sup>177</sup> Em especial, a Corte observou que “o Estado se encontra obrigado a garantir às pessoas em situação de vulnerabilidade, marginalização e discriminação, as condições jurídicas e administrativas que lhes assegurem o exercício deste direito, em atenção ao princípio da igualdade perante a lei”.<sup>178</sup> A questão que se propõe no presente caso é se é possível aplicar este critério ao povo Saramaka como grupo e não meramente como indivíduos.

167. A Corte tratou em outras ocasiões o tema do direito à personalidade jurídica no contexto das comunidades indígenas e argumentou que os Estados têm o dever de procurar os meios e condições jurídicas em geral necessárias para que o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica possa ser exercido por seus titulares.<sup>179</sup> A questão no presente caso é de natureza distinta. Aqui a questão reside em se a falta de reconhecimento da personalidade jurídica do povo Saramaka o torna inelegível para receber o título comunal de suas terras como comunidade tribal e ter acesso igualitário à proteção judicial de seus direitos de propriedade, conforme o direito interno. A questão não gira em torno do direito individual que o Estado reconheça a personalidade jurídica de cada membro. No Suriname, todas as pessoas, sejam membros individuais Saramaka ou não, têm direito a ser proprietário e a obter proteção judicial contra toda violação desse direito individual.<sup>180</sup> Ainda assim, o Estado não reconhece o povo Saramaka como entidade jurídica capaz de usar e gozar da propriedade comunal como um grupo tribal. Além disso, o Estado não reconhece o povo Saramaka como uma entidade jurídica capaz de obter acesso igualitário à proteção judicial frente a toda violação de seus direitos de propriedade comunal.

168. A Corte nota que é necessário o reconhecimento da personalidade jurídica dos membros individuais da comunidade para o gozo de outros direitos, como o direito à vida e à integridade pessoal.<sup>181</sup> Entretanto, este reconhecimento individual não considera o modo como membros dos povos indígenas e tribais em geral, e o Saramaka em particular, gozam e exercem um direito em especial; isto é, o direito a usar e gozar coletivamente da propriedade de acordo com suas tradições ancestrais.

169. A Corte observa que todo membro individual do povo Saramaka pode obter proteção judicial contra violações a seus direitos individuais de propriedade e que uma decisão a seu favor pode também ter um efeito favorável a toda a comunidade. Em um sentido jurídico, estes membros individuais não representam a comunidade em seu conjunto. As decisões correspondentes ao uso desta propriedade individual dependem do indivíduo e não do povo

---

<sup>175</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 188.

<sup>176</sup> Cf. *Caso Bámaca Velásquez*, nota 177 *supra*, par. 179; *Caso La Cantuta Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 29 de novembro de 2006. Série C Nº 162, par. 120, e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 188.

<sup>177</sup> Cf. *Caso das Crianças Yean e Bosico*, nota 177 *supra*, par. 179, e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 188.

<sup>178</sup> *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 189.

<sup>179</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 189.

<sup>180</sup> Cf. Constituição de Suriname, Artigo 41, nota 119 *supra*, e Artigo 1386 do Código Civil do Suriname (expediente de anexos à demanda, anexo 4, folhas 51).

<sup>181</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, pars. 188-190.

Saramaka conforme suas tradições. Consequentemente, o reconhecimento do direito à personalidade jurídica do povo Saramaka como um conjunto ajudaria a evitar essas situações, já que os representantes verdadeiros da personalidade jurídica seriam eleitos conforme suas próprias tradições e autoridades locais e as decisões que afetem sua propriedade seriam de responsabilidade daquelas autoridades e não dos membros individuais.

170. Ocorre uma situação similar no presente caso, onde o Estado constantemente objetou que os doze capitães dos doze clãs (*lös*) Saramaka verdadeiramente representem a vontade da comunidade em seu conjunto (pars. 19-24 *supra*). O Estado, ademais, argumentou que o verdadeiro representante da comunidade deveria ser o *Gaa'man* e não outros. Esta controvérsia sobre quem realmente representa o povo Saramaka é uma consequência natural da falta de reconhecimento de sua personalidade jurídica.<sup>182</sup>

171. O reconhecimento de sua personalidade jurídica é um modo, ainda que não seja o único, de assegurar que a comunidade, em seu conjunto, poderá gozar e exercer plenamente o direito à propriedade, de acordo com seu sistema de propriedade comunal, bem como o direito a igual proteção judicial contra toda violação deste direito.

172. A Corte considera que o direito a que o Estado reconheça sua personalidade jurídica é uma das medidas especiais que se deve proporcionar aos grupos indígenas e tribais a fim de garantir que estes possam gozar de seus territórios segundo suas tradições. Esta é a consequência natural do reconhecimento do direito a gozar de certos direitos de forma comunitária dos membros dos grupos indígenas e tribais.

173. Neste caso o Estado não reconhece que o povo Saramaka possa gozar e exercer os direitos de propriedade como uma comunidade.<sup>183</sup> Do mesmo modo, a Corte observa que foi negado a outras comunidades no Suriname o direito de solicitar proteção judicial contra supostas violações de seu direito à propriedade coletiva, precisamente porque um juiz considerou que essa comunidade não tinha a capacidade jurídica necessária para solicitar esta proteção.<sup>184</sup> Isso situa o povo Saramaka em uma situação vulnerável na qual os direitos à propriedade individual podem triunfar sobre os direitos à propriedade comunal em a qual o povo Saramaka não pode solicitar, com personalidade jurídica, proteção judicial contra as violações a seus direitos de propriedade reconhecidos no artigo 21 da Convenção.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> Durante o procedimento deste caso perante a Corte, e anteriormente durante o procedimento da petição perante a Comissão, foram utilizados vários nomes para referir-se a este caso. No relatório do artigo 50 a Comissão utilizou o nome "12 Clãs Saramaka"; nas Resoluções do Presidente da Corte de 30 de março e 14 de abril de 2007 utilizou-se o nome "Comunidade Saramaka", e em várias comunicações entre a Secretaria da Corte as partes foi utilizado o nome de "Wazen Eduards e outros". Entretanto, em reconhecimento ao direito dos membros do povo Saramaka ao uso e gozo da propriedade de acordo com seu sistema comunal e tradições ancestrais como comunidade tribal, a Corte considera que o nome "Povo Saramaka" é mais apropriado.

<sup>183</sup> Cf. *Caso da Comunidade Moiwana*, nota 77 *supra*, par. 86.5.

<sup>184</sup> Cf. *Affidavit* de Mariska Muskiet de 3 de abril de 2007 (expediente de *affidavits* e observações, anexo 7, folha 1946).

<sup>185</sup> Cf., por exemplo, caso *Marijkedorp* (decidindo que os títulos de propriedade privada ofuscam as formas tradicionais de posse de terras). Cf. *Affidavit* de Mariska Muskiet, nota 187 *supra*, e Banco Interamericano de Desenvolvimento, *Povos Indígenas e Maroons no Suriname*, nota 97 *supra*, (folha 568) (declarando que "[s]ob o direito surinamês, as comunidades e povos indígenas e tribais carecem de personalidade jurídica e portanto não possuem a capacidade para exercer seus direitos [...] Qualquer tentativa por parte de povos indígenas para fazer uso do sistema judicial, portanto, fracassou").



174. Em conclusão, o povo Saramaka forma uma entidade tribal distinta em situação de vulnerabilidade, tanto a respeito do Estado como de terceiras partes privadas, na medida em que carece de capacidade jurídica para gozar, coletivamente, do direito à propriedade e para reclamar a suposta violação deste direito perante os tribunais internos. A Corte considera que o Estado deve reconhecer aos integrantes do povo Saramaka esta capacidade para exercer plenamente estes direitos de maneira coletiva. Isto pode ser alcançado mediante a adoção de medidas legislativas ou de outra natureza que reconheçam e considerem o modo particular em que o povo Saramaka se vê como coletivamente capaz de exercer e gozar do direito à propriedade. Portanto, o Estado deve estabelecer as condições judiciais e administrativas necessárias para garantir a possibilidade de reconhecimento de sua personalidade jurídica, através da realização de consultas com o povo Saramaka, com pleno respeito a seus costumes e tradições, e com o objetivo de assegurar o uso e gozo de seu território de acordo com seu sistema de propriedade comunal, assim como do direito de acesso à justiça e igualdade perante a lei.<sup>186</sup>

175. O descumprimento por parte do Estado de realizar o anterior resultou na violação do direito dos membros do povo Saramaka ao reconhecimento de sua personalidade jurídica conforme o artigo 3 da Convenção, em relação a seu direito à propriedade de acordo com o artigo 21 deste instrumento e ao direito à proteção judicial, previsto no artigo 25 do mesmo instrumento legal, bem como a respeito da obrigação geral dos Estados de adotar as medidas legislativas ou de outra natureza que sejam necessárias para fazer efetivo estes direitos e respeitar e assegurar seu livre e pleno exercício sem discriminação, de acordo com os artigos 2 e 1.1 da Convenção, respectivamente.

#### **H. A EXISTÊNCIA DE RECURSOS JUDICIAIS EFETIVOS E ADEQUADOS NO SURINAME PARA PROTEGER O POVO SARAMAKA CONTRA OS ATOS QUE VIOLAM SEU DIREITO À PROPRIEDADE**

176. A Comissão e os representantes alegaram que o Estado violou o direito à proteção judicial do povo Saramaka porque o sistema judicial do Estado não está planejado adequadamente para reparar as violações aos direitos de propriedade coletiva dos povos indígenas e tribais. O Estado afirmou que existem, no âmbito interno, recursos jurídicos para tratar as supostas violações aos interesses de propriedade do povo Saramaka e que as vítimas tinham estes recursos à disposição, mas optaram por não utilizá-los. Como evidência de sua postura, o Estado se referiu a distintas disposições do sistema jurídico interno, algumas das quais já foram tratadas pela Corte em sua análise sobre a violação por parte do Estado do artigo 21 da Convenção em relação ao artigo 2 do mesmo instrumento (pars. 106-116 *supra*). Em especial, o Estado argumentou que há distintos artigos no Código Civil do Suriname que dispõem sobre recursos judiciais efetivos,<sup>187</sup> os quais permitem que todo indivíduo inicie uma demanda perante o Poder Judiciário no caso de uma suposta violação de seus direitos de propriedade, inclusive por violações cometidas pelo próprio Estado. A Comissão e os representantes argumentaram que estas disposições são irrelevantes a respeito da questão do direito à terra dos povos indígenas e tribais, e que apenas as pessoas individuais podem recorrer a estes recursos, e não os povos.

177. O artigo 25.1 da Convenção estabelece, em termos gerais, a obrigação dos Estados de garantir um recurso judicial efetivo contra atos que violem direitos fundamentais. Ao interpretar o texto do artigo 25 da Convenção, a Corte sustentou, em outras oportunidades, que a obrigação do Estado de proporcionar um recurso judicial não se reduz simplesmente à

<sup>186</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 189.

<sup>187</sup> Cf. Artigos 1386, 1387, 1388, 1392 e 1393 do Código Civil do Suriname (expediente de anexos à demanda, anexo 4, folhas 51) e Contestação à demanda (mérito, volume II, folhas 335-336).

mera existência dos tribunais ou de procedimentos formais ou ainda à possibilidade de recorrer aos tribunais. Em verdade, o Estado tem o dever de adotar medidas positivas para garantir que os recursos que proporciona através do sistema judicial sejam "verdadeiramente efetivos para estabelecer se houve ou não uma violação aos direitos humanos e para proporcionar uma reparação".<sup>188</sup> Deste modo, a Corte declarou que "a inexistência de um recurso efetivo contra a violação dos direitos reconhecidos pela Convenção constitui uma transgressão da Convenção por parte do Estado Parte no qual ocorre esta situação".<sup>189</sup>

178. Em relação aos membros dos povos indígenas, a Corte estabeleceu que "é indispensável que os Estados concedam uma proteção efetiva que leve em consideração suas particularidades, suas características econômicas e sociais, assim como sua situação de especial vulnerabilidade, seu direito consuetudinário, valores, usos e costumes".<sup>190</sup> Em particular, a Corte tem argumentado que, para garantir o direito à propriedade comunal dos integrantes dos povos indígenas, os Estados devem estabelecer "um recurso efetivo com as garantias do devido processo [...] que lhes permita reivindicar suas terras tradicionais".<sup>191</sup>

#### *H.1) Código Civil do Suriname*

179. A Corte considera que o recurso judicial disponível no Código Civil do Estado é inadequado e ineficaz para reparar as supostas violações ao direito de propriedade comunal dos membros do povo Saramaka pelas seguintes duas razões. Primeiro, este recurso supostamente apenas está disponível para as pessoas individuais que reclamam uma violação de seus direitos individuais à propriedade privada. O povo Saramaka, como entidade coletiva cuja personalidade jurídica não está reconhecida pelo Estado, não pode utilizar este recurso enquanto comunidade para afirmar o direito à propriedade comunal de seus integrantes (paras. 159-175 *supra*). Segundo, o direito à propriedade comunal dos membros do povo Saramaka não está reconhecido pelo Estado (paras. 97-116 *supra*) e, portanto, um recurso judicial que exige que se demonstre a violação de um direito reconhecido pelo Estado não seria um recurso adequado para este tipo de demanda.

180. A prova apresentada perante este Tribunal a respeito de casos arguidos por membros de povos indígenas e tribais no Suriname, de acordo com seu Código Civil, respalda o argumento dos Saramaka de que o recurso não é efetivo para solucionar suas demandas. Em um destes casos, um tribunal interno negou o pedido de uma comunidade de revogar uma concessão de mineração, com fundamento em que a comunidade não tinha capacidade legal como entidade coletiva para solicitar estas medidas e referiu a comunidade novamente ao Ministério que havia emitido a concessão de mineração.<sup>192</sup> Em outro caso, confirmou-se o título privado emitido pelo Estado sobre o terreno localizado dentro de uma área residencial em uma aldeia indígena, apesar das objeções do Capitão desta aldeia. O juiz sustentou que em função de que o titular do terreno tinha um título válido conforme a

---

<sup>188</sup> Cf. *Garantias Judiciais em Estados de Emergência* (arts. 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Parecer Consultivo OC-9/87 de 6 de outubro de 1987. Série A Nº 9, par. 24.

<sup>189</sup> Cf. *Caso Castillo Petruzzi e outros Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 30 de maio de 1999. Série C Nº 52, par. 185; *Caso Claude Reyes e outros Vs. Chile. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 19 de setembro de 2006. Série C Nº 151, par. 130, e *Caso Yatama*, nota 13 *supra*, par. 168. Cf. também *Garantias Judiciais em Estados de Emergência* (arts. 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), nota 191 *supra*, par. 24.

<sup>190</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 63.

<sup>191</sup> Cf. *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa*, nota 75 *supra*, par. 96.

<sup>192</sup> *Affidavit* de Mariska Muskiet, nota 187 *supra*, (folha 1943).

lei surinamesa e toda vez que a comunidade indígena não tinha título ou nenhuma outra permissão escrita emitida pelo Estado, a aldeia devia respeitar o direito à propriedade do dono deste título privado.<sup>193</sup>

181. Os pontos mencionados também coincidem com o parecer pericial prestado pela Professora Mariska Muskiet, que observou que "o artigo 1386 [do Código Civil] implica uma ação civil por um fato ilícito e não proporciona um meio efetivo para reparar o problema subjacente enfrentado pelos Saramaka: a falta de reconhecimento de seus direitos à propriedade comunal".<sup>194</sup> Na declaração oferecida perante agente dotado de fé pública da professora Muskiet se explica a natureza de uma série de "problemas insuperáveis que o povo Saramaka tem de atravessar para iniciar uma demanda e ganhar o caso de acordo com o artigo 1386",<sup>195</sup> e que respaldam sua conclusão segundo a qual "é inútil invocar o artigo 1386 do Código Civil do Suriname nas circunstâncias nas quais se encontram as demandas e os direitos que o povo de Saramaka está buscando proteger. Não teriam esperanças de sucesso".<sup>196</sup>

182. Portanto, a Corte conclui que as disposições do Código Civil do Suriname não proporcionam um recurso adequado e efetivo contra atos que violam os direitos à propriedade comunal dos integrantes do povo Saramaka.

#### *H.2) Decreto de Exploração Mineira*

183. O Estado também argumentou que o Decreto de Exploração Mineira proporciona recursos efetivos que as supostas vítimas não invocaram. A Corte reitera (par. 111 *supra*) que este decreto apenas permite apelar perante o Poder Judiciário se o possuidor de um direito de exploração mineira e um "demandante legítimo" ou "terceiro" não chegarem a um acordo sobre o montante da indenização solicitada.<sup>197</sup> Não obstante, para qualificar como "demandante legítimo" ou "terceiro", a pessoa em questão deve ser titular de um direito ou interesse registrável emitido pelo Estado.<sup>198</sup> Portanto, o aparente recurso estabelecido de acordo com o Decreto de Exploração Mineira é inadequado e ineficaz no presente caso dado que os membros do povo Saramaka não possuem um título sobre seu território tradicional ou sobre alguma parte dele. Portanto, não qualificam como "demandante legítimo" ou "terceiro" conforme o Decreto de Exploração Mineira. Esta posição coincide com o parecer pericial da Dra. Hoever-Venoaks, segundo o qual o "Decreto de Exploração Mineira [...] não oferece uma proteção legal aos habitantes do interior que vivem em comunidades tribais".<sup>199</sup>

---

<sup>193</sup> *Affidavit* de Mariska Muskiet, nota 187 *supra*.

<sup>194</sup> *Affidavit* de Mariska Muskiet, nota 187 *supra*, (folha 1950).

<sup>195</sup> *Affidavit* de Mariska Muskiet, nota 187 *supra*, (folha 1950).

<sup>196</sup> *Affidavit* de Mariska Muskiet, nota 187 *supra* (folha 1950). *Cf.* também ONU, Relatório do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, Rodolfo Stavenhagen, U.N. Doc. A/59/258, 12 de agosto de 2004, par. 29 (no qual o Relator Especial enfatizou que "os povos indígenas não possuem acesso igualitário ao sistema judicial e se encontram com discriminação de todo tipo no funcionamento do sistema de justiça.")

<sup>197</sup> Decreto E 58 de 8 de maio de 1986, nota 106 *supra*, Artigo 46 (a) (folha 144).

<sup>198</sup> Decreto E 58 de 8 de maio de 1986, nota 106 *supra*, Artigo 46 (a) (folha 144).

<sup>199</sup> *Affidavit* da Dra. M. R. Hoever-Venoaks de 29 de abril de 2007 (expediente de *affidavits* e observações, anexo 10, folha 1982).

### H.3) Lei de Gestão Florestal de 1992

184. Além disso, o Estado argumentou que o artigo 41.1.b da Lei de Gestão Florestal permite aos membros dos povos tribais interpor demandas escritas perante o Presidente do Suriname nos casos onde não se respeitem seus supostos direitos consuetudinários às aldeias e assentamentos, assim como às parcelas agrícolas. Os integrantes do povo Saramaka interpuseram ao menos duas reclamações perante o Presidente do Suriname até hoje não receberam nenhuma resposta oficial do Escritório do Presidente.<sup>200</sup> Isso põe em dúvida a eficácia deste procedimento. Em todo caso, a demanda interposta perante o Presidente não satisfaz o requisito do artigo 25 da Convenção de proporcionar recursos judiciais adequados e efetivos para supostas violações aos direitos de propriedade comunal dos membros dos povos indígenas e tribais.

\*  
\*   \*   \*

185. A Corte, portanto, conclui que o Estado violou o direito à proteção judicial reconhecido no artigo 25 da Convenção, em relação aos artigos 21 e 1.1 deste instrumento, toda vez que as disposições internas antes mencionadas não proporcionam recursos judiciais adequados e eficazes para proteger os membros do povo Saramaka contra atos que violam seu direito à propriedade.

## VIII REPARAÇÕES (APLICAÇÃO DO ARTIGO 63.1 DA CONVENÇÃO AMERICANA)<sup>201</sup>

### A) OBRIGAÇÃO DE REPARAR

186. É um princípio do Direito Internacional que toda violação de uma obrigação internacional que tenha produzido um dano comporta o dever de repará-lo adequadamente.<sup>202</sup> Essa obrigação de reparar está regulamentada em todos os aspectos pelo Direito Internacional.<sup>203</sup> A Corte fundamentou suas decisões em matéria de reparações no artigo 63.1 da Convenção Americana.

---

<sup>200</sup> Petições apresentadas pelas supostas vítimas perante o Presidente da República de Suriname em 15 de janeiro de 2003 e 16 de abril de 2000, de acordo com o artigo 22 da Constituição de Suriname, nota 119 *supra* (folhas 182-185 e 204-205); e petições apresentadas de acordo com o artigo 41 da Lei de Gestão Florestal de 1992 em 24 de outubro de 2005 e em 1 de julho de 2000 (expediente de anexos à demanda, anexo 17, folhas 182-185, e anexo 18, folhas 205-208).

<sup>201</sup> O artigo 63(1) estabelece que: “[q]uando [a Corte] decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegidos nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam reparadas as conseqüências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada.”

<sup>202</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Reparaciones e Custas*. Sentença de 21 de julho de 1989. Série C Nº 7, par. 25; *Caso Cantoral Huamaní e García Santa Cruz*, nota 50 *supra*, par. 156, e *Caso Zambrano Vélez e outros*, nota 50 *supra*, par. 131.

<sup>203</sup> Cf. *Caso Aloeboetoe e outros Vs. Suriname. Reparaciones e Custas*. Sentença de 10 de setembro de 1993. Série C Nº 15, par. 44; *Caso Cantoral Huamaní e García Santa Cruz*, nota 50 *supra*, par. 165, e *Caso Zambrano Vélez e outros*, nota 50 *supra*, par. 131.

187. De acordo com o critério estabelecido e reiterado na jurisprudência da Corte a respeito da natureza e do alcance da obrigação de reparar,<sup>204</sup> assim como das mencionadas considerações expostas sobre o mérito e as violações à Convenção declaradas nos capítulos anteriores, a Corte procederá a analisar os argumentos das partes relativos às reparações, a fim de ordenar as medidas relevantes para reparar os danos.

## **B) PARTE LESADA**

188. O Tribunal decidiu anteriormente que, nos casos contenciosos perante a Corte, a parte interessada deve nomear individualmente os beneficiários das possíveis reparações.<sup>205</sup> Entretanto, em vista do tamanho e da diversidade geográfica do povo Saramaka<sup>206</sup> e, em especial, da natureza coletiva das reparações que serão ordenadas no presente caso, a Corte entende que não é necessário nomear individualmente os membros do povo Saramaka neste caso a fim de reconhecê-los como parte lesada. No entanto, a Corte observa que os membros do povo Saramaka são identificáveis de acordo com a lei consuetudinária Saramaka, dado que cada um dos membros individuais Saramaka pertence a apenas um dos doze lões de linhagem materna nos quais está organizada a comunidade.

189. Portanto, conforme a jurisprudência da Corte a respeito dos povos indígenas e tribais,<sup>207</sup> a Corte considera como “parte lesada” no presente caso os membros do povo Saramaka que, em seu caráter de vítimas das violações estabelecidas na presente Sentença (pars. 116, 154, 156, 158, 175 e 185 *supra*), são os beneficiários das formas coletivas de reparações que o Tribunal venha a fixar.

## **C) MEDIDAS DE REPARAÇÃO**

190. A Corte procederá a resumir os argumentos das partes a respeito das reparações e, depois, determinará as medidas a serem ordenadas a fim de reparar o dano produzido aos integrantes do povo Saramaka pelas violações estabelecidas na presente Sentença.

191. A fim de reparar o dano ocasionado aos Saramakas, a Comissão solicitou, *inter alia*, que a Corte ordene ao Estado revogar as disposições legais que impeçam a proteção do direito à propriedade do povo Saramaka e adotar, em sua legislação interna, e através de consultas efetivas e plenamente informadas com este povo, as medidas legislativas, administrativas e de outra natureza que sejam necessárias para proteger, através de mecanismos especiais, o território no qual este povo exerce seu direito à propriedade comunal, de acordo com as práticas consuetudinárias do uso da terra, sem prejuízo de outras comunidades tribais e indígenas; que se abstenha de todo ato que possa dar lugar a

---

<sup>204</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez*, nota 205 *supra*, pars. 25-26; *Caso Garrido e Baigorria Vs. Argentina. Reparaciones e Custas*. Sentença de 27 de agosto de 1998. Série C Nº 39, par. 43, e *Caso da "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros)*, nota 49 *supra*, pars. 76-79. Cf. também *Caso La Cantuta*, nota 179 *supra*, pars. 200- 203, e *Caso do Presídio Miguel Castro Castro*, nota 8 *supra*, pars. 414-416.

<sup>205</sup> Cf. *Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia. Exceção Preliminar, mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 1º de julho de 2006. Série C Nº 148, par. 98, e *Caso Goiburú e outros*, nota 11 *supra*, par. 29. Cf. também *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, nota 49 *supra*, pars. 162-167.

<sup>206</sup> O povo Saramaka está composto por aproximadamente 30.000 pessoas. Em virtude da escassez de informação de censos precisos sobre a composição da comunidade Saramaka, estima-se que está composta por entre 25.000 a 34.482 integrantes. O povo Saramaka também está disperso através da região superior do Rio Suriname, no Distrito Brokopondo, e em outras áreas de Suriname, incluindo a capital, Paramaribo (par. 80 *supra*).

<sup>207</sup> Cf. *Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, nota 49 *supra*, par. 164; *Caso da Comunidade Indígena Yakyé Axa*, nota 75 *supra*, par. 189, e *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*, nota 75 *supra*, par. 204.

que agentes do próprio Estado ou terceiros, atuando com o consentimento ou tolerância do Estado, afetem o direito à propriedade e a integridade do território do povo Saramaka; reparar o dano ambiental causado pelas concessões madeireiras outorgadas pelo Estado no território tradicionalmente ocupado e usado pelo povo Saramaka e fazer o que for necessário a fim de adotar, de acordo com os procedimentos constitucionais do Suriname e as disposições da Convenção Americana, as medidas legislativas ou de outra natureza que possam ser necessárias para oferecer proteção judicial e efetivar os direitos coletivos e individuais do povo Saramaka em relação com o território que tradicionalmente ocuparam e utilizaram. Além disso, a Comissão solicitou indenização pecuniária pelo dano à propriedade causado como resultado das violações estabelecidas, acrescentando que "não se pode pensar a indenização desde o ponto de vista individual, visto que as vítimas são membros de uma comunidade e a comunidade em si foi afetada".

192. Os representantes solicitaram, de maneira similar, que a Corte ordene ao Estado, *inter alia*, adotar as medidas necessárias para delimitar, demarcar e outorgar títulos das terras tradicionais e recursos ao povo Saramaka de acordo com seu direito consuetudinário e seus valores; adotar ou modificar as medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza que sejam necessárias para reconhecer e assegurar o direito do povo Saramaka a conceder ou abster-se de conceder seu consentimento livre, prévio e informado para aquelas atividades que afetem suas terras, territórios e recursos; oferecer uma desculpa pública oficial ao povo Saramaka e estabelecer um fundo de desenvolvimento com suficiente capital para investir em saúde, educação, gestão de recursos e outros projetos no território Saramaka, e que todo o anterior seja determinado e implementado com a participação e o consentimento informado do povo Saramaka. Os representantes, além disso, solicitaram medidas de reparação pecuniária pela degradação ambiental e pela destruição de seu território por parte dos concessionários madeireiros, acrescentando que todo dano material ou imaterial deveria ser somado ao Fundo e ser utilizado para os fins mencionados.

193. O Estado negou qualquer responsabilidade internacional pelos fatos alegados na demanda e manifestou que os Saramaka não comprovaram que sofreram danos materiais ou imateriais ou que estes danos sejam atribuíveis ao Estado. Em consequência, o Estado solicitou à Corte que rejeitasse o pedido dos representantes de reparação e custas.

#### *C.1) Medidas de Satisfação e Garantias de Não Repetição*

194. A fim de garantir a não repetição da violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à propriedade e à proteção judicial dos membros do povo Saramaka, o Estado deve realizar as seguintes medidas:

a) delimitar, demarcar e conceder o título coletivo do território dos membros do povo Saramaka, de acordo com seu direito consuetudinário e através de consultas prévias, efetivas e plenamente informadas com o povo Saramaka, sem prejuízo de outras comunidades indígenas e tribais. Até que não se realize esta delimitação, demarcação e concessão de título coletivo sobre o território Saramaka, o Suriname deve abster-se de realizar atos que possam estimular agentes do próprio Estado ou terceiros, atuando com consentimento ou tolerância do Estado, a agir com potencialidade de afetar a existência, valor, uso ou gozo do território ao qual têm direito os integrantes do povo Saramaka, a menos que o Estado obtenha o consentimento prévio, livre e informado deste povo. A respeito das concessões já outorgadas dentro do território tradicional Saramaka, o Estado deve revisá-las à luz da presente Sentença e da jurisprudência deste Tribunal, com o fim de avaliar se é necessária uma modificação dos direitos dos concessionários para preservar a sobrevivência do povo Saramaka. O Estado deverá iniciar o processo de delimitação,

demarcação e titulação do território tradicional Saramaka dentro do período de três meses, contado a partir da notificação da presente Sentença, e deverá completar este processo dentro dos três anos posteriores a essa data;

b) conceder aos membros do povo Saramaka o reconhecimento legal da capacidade jurídica coletiva correspondente à comunidade que eles integram, com o propósito de garantir o pleno exercício e gozo de seu direito à propriedade de caráter comunal, assim como o acesso à justiça enquanto comunidade, de acordo com seu direito consuetudinário e suas tradições. O Estado deverá cumprir esta medida de reparação dentro de um prazo razoável;

c) eliminar ou modificar as disposições legais que impeçam a proteção do direito à propriedade dos membros do povo Saramaka e adotar, em sua legislação interna e através de consultas prévias, efetivas e plenamente informadas com o povo Saramaka, medidas legislativas ou de outra natureza necessárias a fim de reconhecer, proteger, garantir e fazer efetivo o direito de titularidade de direitos de forma coletiva sobre o território que tradicionalmente ocuparam e utilizaram para o povo Saramaka, o que inclui as terras e os recursos naturais necessários para sua subsistência social, cultural e econômica, bem como administrar, distribuir e controlar efetivamente este território, de acordo com seu direito consuetudinário e sistema de propriedade comunal, e sem prejuízo de outras comunidades indígenas e tribais. O Estado deverá cumprir esta medida de reparação dentro de um prazo razoável;

d) adotar as medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza que sejam necessárias para reconhecer e garantir o direito do povo Saramaka a ser efetivamente consultado, segundo suas tradições e costumes, ou, se for o caso, o direito de conceder ou abster-se de conceder seu consentimento prévio, livre e informado a respeito dos projetos de desenvolvimento ou de investimento que possam afetar seu território e a compartilhar, razoavelmente, os benefícios derivados destes projetos com o povo Saramaka, caso estes sejam realizados. O povo Saramaka deve ser consultado durante o processo estabelecido para cumprir esta forma de reparação. O Estado deve cumprir esta medida de reparação em um prazo razoável;

e) assegurar que sejam realizados estudos de impacto ambiental e social por entidades tecnicamente capacitadas e independentes, e previamente à outorga de concessões relacionadas com projetos de desenvolvimento ou de investimento dentro do território tradicional Saramaka, e implementar medidas e mecanismos adequados a fim de minimizar o prejuízo que estes projetos possam gerar na capacidade de sobrevivência social, econômica e cultural do povo Saramaka, e

f) adotar as medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza necessárias para proporcionar aos integrantes do povo Saramaka os recursos efetivos e adequados contra atos que violem seu direito ao uso e gozo da propriedade de acordo com seu sistema de propriedade comunal. O Estado deverá cumprir esta medida de reparação em um prazo razoável.

195. Ademais, a Corte considera que a presente Sentença é por si só uma forma de reparação<sup>208</sup> que deveria entender-se como uma medida de satisfação que reconhece que o Estado violou os direitos dos membros do povo Saramaka estabelecidos na presente Sentença.

196. Além disso, como medida de satisfação, o Estado deve realizar o seguinte:

a) traduzir ao holandês e publicar o Capítulo VII da presente Sentença, sem as correspondentes notas de rodapé, bem como os pontos resolutivos de números um a quinze, no Boletim Oficial do Estado e em outro jornal de ampla circulação nacional, e

b) financiar duas transmissões radiais em língua Saramaka dos conteúdos dos parágrafos 2, 4, 5, 17, 77, 80-86, 88, 90, 91, 115, 116, 121, 122, 127-129, 146, 150, 154, 156, 172 e 178, sem as correspondentes notas de rodapé, e dos pontos resolutivos números um a quinze da presente Sentença, em uma estação de rádio que seja acessível ao povo Saramaka. A hora e a data desta transmissão deverão ser informadas às vítimas ou a seus representantes com suficiente antecipação.

197. O Estado deve publicar as partes relevantes da presente Sentença, de acordo com o parágrafo 196(a), ao menos uma vez em cada publicação, dentro do prazo de um ano, contado a partir da notificação da presente Sentença. O Estado também deverá realizar a transmissão radial das partes relevantes da presente Sentença, de acordo com o parágrafo 196(b) da mesma, dentro do prazo de um ano, contado a partir da notificação desta Sentença.

### C.2) *Medidas de Indenização*

198. A Corte desenvolveu em sua jurisprudência o conceito de danos material e imaterial e os pressupostos em que corresponde indenizá-los.<sup>209</sup> Portanto, à luz deste critério, a Corte procederá a determinar se estas medidas de indenização pecuniária devem ser outorgadas no presente caso e, em caso de sê-lo, as somas a serem fixadas.

#### C.2.a) *Dano Material*

199. De acordo com a prova apresentada perante este Tribunal, foi extraída uma quantidade considerável de madeira valiosa do território do povo Saramaka sem antes consultá-los ou oferecer-lhes uma indenização (par. 153 *supra*). Ademais, a prova do caso indica que as concessões madeireiras outorgadas pelo Estado causaram grande dano à propriedade no território tradicionalmente ocupado e utilizado pelo povo Saramaka (pars. 150-151 *supra*). Por estas razões, e com fundamento no conceito de equidade, a Corte fixa pelo dano material direto que estas atividades causaram a quantia de US\$ 75.000 (setenta e cinco mil dólares estadunidenses) em favor do povo Saramaka. Esta soma deverá ser acrescida ao fundo de desenvolvimento descrito abaixo (pars. 201-202).

---

<sup>208</sup> Cf. *Caso Suárez Rosero Vs. Equador. Reparaciones e Custas*. Sentença de 20 de janeiro de 1999. Série C Nº44, par. 72; *Caso Cantoral Huamani e García Santa Cruz*, nota 50 *supra*, par. 180, e *Caso Zambrano Vélez e outros*, nota 50 *supra*, par. 142.

<sup>209</sup> Cf. *Caso Velásquez Rodríguez*, nota 205 *supra*, par. 50; *Caso Cantoral Benavides Vs. Peru. Reparaciones e Custas*. Sentença de 3 de dezembro de 2001. Série C Nº 88, pars. 53 e 57, e *Caso Bámaca Velásquez*, nota 49 *supra*, par. 43. Cf. também *Caso La Cantuta*, nota 179 *supra*, pars. 213 e 216, e *Caso do Presídio Miguel Castro Castro*, nota 8 *supra*, pars. 423 e 430.



### C.2.b) *Dano Imaterial*

200. No capítulo anterior a Corte descreveu o dano ambiental e a destruição das terras e recursos utilizados tradicionalmente pelo povo Saramaka, bem como seu impacto sobre a propriedade deste povo, não apenas quanto aos recursos de subsistência, mas também em relação à conexão espiritual que o povo Saramaka tem com seu território (pars. 80-85 e 150-151 *supra*). Além disso, existe prova que indica o sofrimento e a angústia que o povo Saramaka atravessou como resultado de uma longa e contínua luta pelo reconhecimento legal de seu direito ao território que tradicionalmente ocuparam e utilizaram durante séculos (pars. 64(a), 64(b), 64(c), 64(f), 64(h), 65(a), 65(b) e 65(f) *supra*), assim como a frustração a respeito do sistema jurídico interno que não os protege contra violações a este direito (pars. 178-185 *supra*). Tudo isso constitui uma depreciação de seus valores culturais e espirituais. A Corte considera que o dano imaterial que estas alterações causaram no tecido da própria sociedade do povo Saramaka lhes dá o direito de obter uma justa indenização.

201. Por estas razões, a Corte ordena, em equidade, que o Estado designe a soma de US\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares estadunidenses) a um fundo de desenvolvimento comunitário criado e estabelecido em benefício dos membros do povo Saramaka em seu território tradicional. Este fundo terá como objetivo financiar projetos educativos, de habitação, agrícolas e sanitários, bem como proporcionar eletricidade e água potável, caso seja necessário, em benefício do povo Saramaka. O Estado deverá designar esta quantia para o estabelecimento deste fundo de desenvolvimento de acordo com o estabelecido no parágrafo 208 da presente Sentença.

202. O Estado deverá criar um comitê, composto por três membros, o qual será responsável por designar como serão implementados os projetos. O Comitê de implementação estará composto por um representante designado pelas vítimas, um representante designado pelo Estado e outro representante designado conjuntamente pelas vítimas e pelo Estado. O Comitê deverá consultar o povo Saramaka antes de tomar e implementar as decisões. Ademais, os membros do comitê de implementação deverão ser eleitos dentro de um prazo de seis meses, contado a partir da notificação da presente Sentença. Caso o Estado e os representantes não cheguem a um acordo a respeito da composição dos membros do comitê de implementação dentro do prazo estabelecido de seis meses, contado a partir da notificação da presente Sentença, a Corte poderá convocar uma reunião para resolver este assunto.

### **D) CUSTAS E GASTOS**

203. Como a Corte já indicou em oportunidades anteriores, as custas e gastos estão incluídos dentro do conceito de reparação consagrado no artigo 63.1 da Convenção Americana.<sup>210</sup>

204. A Corte leva em consideração que os representantes incorreram em gastos durante o transcurso dos procedimentos internos e internacionais do presente caso. Consequentemente, os representantes solicitaram que fossem reembolsados todos os gastos realizados na preparação e no processamento do caso no âmbito interno, bem como perante a Comissão e a Corte. Entretanto, não buscam nenhum tipo de reembolso a título

---

<sup>210</sup> Cf. *Case Garrido e Baigorria*, nota 207 *supra*, par. 79, e *Caso da "Panel Blanca"* (*Paniagua Morales e outros*), nota 49 *supra*, par. 212. Cf. também *Caso La Cantuta*, nota 179 *supra*, par. 243, e *Caso do Presídio Miguel Castro*, nota 8 *supra*, par. 455.

de honorários dos advogados no presente caso, pois renunciaram a esse direito. A Associação de Autoridades Saramaka solicitou o reembolso das custas legais e dos gastos realizados durante o período de 2000 a 2007 na soma de US\$ 108.770,27. Ademais, os representantes solicitaram que seja reembolsada ao *Forest Peoples Programme*, em equidade, a soma de US\$ 30.000 por suas respectivas custas e gastos.

205. O Estado afirmou que não existe justificção alguma para conceder uma compensação pelas custas legais e gastos realizados no presente caso. Além disso, objetou os comprovantes apresentados pela Associação de Autoridades Saramaka e manifestou que as inconsistências encontradas nesta documentação impedem que a Corte chegue a uma decisão equitativa a respeito.

206. Com respeito ao pedido de um montante em equidade de US\$ 30.000 (trinta mil dólares estadunidenses) a favor do *Forest Peoples Programme* pelas custas legais incorridas no presente caso, esta Corte considera que a soma, em equidade, de US\$ 15.000,00 (quinze mil dólares estadunidenses) é razoável e coerente com os montantes determinados por este Tribunal em casos anteriores de características similares e, portanto, ordena ao Estado pagar esta soma diretamente ao *Forest Peoples Programme*.

207. A Associação de Autoridades Saramaka, por outro lado, solicitou o reembolso das custas e gastos incorridos da soma de US\$ 108.770,27 e, além disso, apresentou comprovantes que supostamente respaldam este pedido. Este Tribunal analisou estes comprovantes e encontrou vários problemas com eles. Por exemplo, as quantias estabelecidas em muitos dos comprovantes não correspondem à soma reclamada pela Associação. Do mesmo modo, muitos dos comprovantes não foram apresentados ou se encontravam ilegíveis. A relação entre alguns dos comprovantes e o presente caso também é questionável. No entanto, a Corte considera que a Associação apresentou prova suficiente para respaldar o pedido de custas e gastos substantivos relativos aos procedimentos internoe o internacional. De acordo com a própria análise da Corte destes comprovantes e com base em critérios de equidade e razoabilidade, o Tribunal ordena que o Estado reembolse diretamente à Associação de Autoridades Saramaka a soma de US\$ 75.000 (setenta e cinco mil dólares estadunidenses).

#### **E) MODALIDADE DE CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DE REPARAÇÃO MONETÁRIAS**

208. Dentro de um ano, contado a partir da notificação da presente Sentença, o Estado deverá designar ao menos US\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil dólares estadunidenses) para o fundo de desenvolvimento mencionado nos parágrafos 199 e 201, e o restante deverá ser designado dentro de três anos, contados a partir da notificação desta Sentença.

209. O pagamento ordenado nos parágrafos 206 e 207 a título de reembolso das custas e gastos incorridos pelos representantes deverá ser realizado diretamente a cada organização dentro de um prazo de seis meses, contado a partir da notificação da presente Sentença.

210. O Estado deverá cumprir as obrigações monetárias mediante o pagamento em dólares estadunidense ou na quantia equivalente em moeda do Suriname, utilizando para o cálculo respectivo o câmbio vigente na bolsa de Nova York, Estados Unidos, no dia anterior ao pagamento.

211. Os pagamentos estabelecidos na presente Sentença a título de indenização pelos danos material e imaterial e o reembolso das custas e gastos não poderão ser afetados, reduzidos ou condicionados por motivos tributários atuais ou futuros.

212. Caso o Estado atrasar o estabelecimento do fundo de desenvolvimento, deverá pagar a quantia devida acrescida dos juros bancários moratórios vigentes no Suriname.

213. Conforme sua prática constante, a Corte se reserva a faculdade, inerente a suas atribuições e derivada também do artigo 65 da Convenção Americana, de supervisionar a execução integral da presente Sentença. O caso se dará por concluído quando o Estado tenha dado pleno cumprimento ao disposto na presente decisão. Dentro do prazo de um ano, contado a partir da notificação desta Sentença, o Suriname deverá apresentar à Corte um relatório sobre as medidas adotadas para dar-lhe cumprimento.

## **IX PONTOS RESOLUTIVOS**

214. Portanto,

### **A Corte**

#### **Declara,**

por unanimidade, que:

1. O Estado violou, em detrimento dos membros do povo Saramaka, o direito à propriedade, reconhecido no artigo 21 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação às obrigações de respeitar, garantir e efetivar este direito no âmbito interno, de acordo com os artigos 1.1 e 2 da mesma, nos termos dos parágrafos 78 a 158 desta Sentença.

2. O Estado violou, em detrimento dos integrantes do povo Saramaka, o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, reconhecido no artigo 3 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao direito à propriedade estabelecido no artigo 21 deste instrumento e ao direito à proteção judicial estabelecido no artigo 25 da mesma, assim como em conexão com as obrigações de respeitar, garantir e efetivar estes direitos no âmbito interno, de acordo com os artigos 1.1 e 2 da mesma, nos termos dos parágrafos 159 a 175 desta Sentença.

3. O Estado violou o direito à proteção judicial, reconhecido no artigo 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação às obrigações de respeitar e garantir o direito à propriedade, reconhecidas nos artigos 21 e 1.1 deste instrumento, em detrimento dos membros do povo Saramaka, nos termos dos parágrafos 176 a 185 desta Sentença.

#### **E Decide:**

por unanimidade, que:

4. Esta Sentença constitui *per se* uma forma de reparação, nos termos do parágrafo 195 da mesma.

5. O Estado deve delimitar, demarcar e outorgar o título coletivo do território dos membros do povo Saramaka, de acordo com seu direito consuetudinário e por meio de consultas prévias, efetivas e plenamente informadas com o povo Saramaka, sem prejuízo de outras comunidades indígenas e tribais. Até que não se realize esta delimitação, demarcação e outorga do título coletivo sobre o território Saramaka, o Suriname deve

abster-se de realizar atos que possam estimular agentes do próprio Estado ou terceiros, atuando com consentimento ou tolerância do Estado, a potencialmente afetar a existência, valor, uso ou gozo do território ao qual têm direito os integrantes do povo Saramaka, a menos que o Estado obtenha o consentimento prévio, livre e informado deste povo. A respeito das concessões já outorgadas dentro do território tradicional Saramaka, o Estado deve revisá-las à luz da presente Sentença e da jurisprudência deste Tribunal com o fim de avaliar se é necessária uma modificação dos direitos dos concessionários para preservar a sobrevivência do povo Saramaka, nos termos dos parágrafos 101, 115, 129-137, 143, 147, 155, 157, 158 e 194(a) desta Sentença.

6. O Estado deve outorgar aos membros do povo Saramaka o reconhecimento legal da capacidade jurídica coletiva correspondente à comunidade que eles integram, com o propósito de garantir o exercício e pleno gozo de seu direito à propriedade de caráter comunal, assim como o acesso à justiça enquanto comunidade, de acordo com seu direito consuetudinário e tradições, nos termos dos parágrafos 174 e 194(b) desta Sentença.

7. O Estado deve eliminar ou modificar as disposições legais que impeçam a proteção do direito à propriedade dos membros do povo Saramaka e adotar, em sua legislação interna e através de consultas prévias, efetivas e plenamente informadas com o povo Saramaka, medidas legislativas ou de outra natureza necessárias a fim de reconhecer, proteger, garantir e efetivar o direito de titularidade de direitos de forma coletiva sobre o território que tradicionalmente ocuparam e utilizaram ao povo Saramaka, o que inclui as terras e os recursos naturais necessários para sua subsistência social, cultural e econômica, bem como administrar, distribuir e controlar efetivamente este território, de acordo com seu direito consuetudinário e sistema de propriedade comunal e sem prejuízo de outras comunidades indígenas e tribais, nos termos dos parágrafos 97 a 116 e 194(c) desta Sentença.

8. O Estado deve adotar as medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza que sejam necessárias para reconhecer e garantir o direito do povo Saramaka a ser efetivamente consultado, segundo suas tradições e costumes, ou se for o caso, o direito de conceder ou abster-se de conceder seu consentimento prévio, livre e informado a respeito dos projetos de desenvolvimento ou de investimento que possam afetar seu território e a compartilhar, razoavelmente, os benefícios derivados destes projetos com o povo Saramaka, no caso destes serem realizados, nos termos dos parágrafos 129 a 140, 143, 155, 158 e 194(d) desta Sentença.

9. O Estado deve assegurar que sejam realizados estudos de impacto ambiental e social por entidades tecnicamente capacitadas e independentes, e previamente à outorga de concessões relacionadas com projetos de desenvolvimento ou de investimento dentro do território tradicional Saramaka, bem como implementar medidas e mecanismos adequados a fim de minimizar o prejuízo que estes projetos possam gerar na capacidade de sobrevivência social, econômica e cultural do povo Saramaka, nos termos dos parágrafos 129, 133, 143, 146, 148, 155, 158 e 194(e) desta Sentença.

10. O Estado deve adotar as medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza necessárias para proporcionar aos integrantes do povo Saramaka os recursos efetivos e adequados contra atos que violem seu direito ao uso e gozo da propriedade de acordo com seu sistema de propriedade comunal, nos termos dos parágrafos 177 a 185 e 194(f) desta Sentença.

11. O Estado deve traduzir ao holandês e publicar o Capítulo VII da presente Sentença, sem as correspondentes notas de rodapé, bem como os pontos resolutivos números um a

quinze, no Boletim Oficial do Estado e em outro jornal de ampla circulação nacional, nos termos dos parágrafos 196(a) e 197 desta Sentença.

12. O Estado deve financiar duas transmissões radiais em língua Saramaka dos conteúdos dos parágrafos 2, 4, 5, 17, 77, 80-86, 88, 90, 91, 115, 116, 121, 122, 127-129, 146, 150, 154, 156, 172 e 178, sem as correspondentes notas de rodapé, e dos pontos resolutivos números um a quinze da presente Sentença, em uma estação de rádio que seja acessível ao povo Saramaka, nos termos dos parágrafos 196(b) e 197 desta Decisão.

13. O Estado deve designar as quantias fixadas nesta Sentença como indenização pelos danos material e imaterial a um fundo de desenvolvimento comunitário criado e estabelecido em benefício dos membros do povo Saramaka em seu próprio território tradicional, nos termos dos parágrafos 199, 201, 202, 208 e 210 a 212 desta Decisão.

14. O Estado deve realizar o pagamento a título de reembolso de custas e gastos, nos termos dos parágrafos 206, 207 e 209 a 211 desta Sentença.

15. A Corte supervisionará o cumprimento integral desta Sentença, em exercício de suas atribuições e em cumprimento de seus deveres conforme a Convenção Americana, e dará por concluído o presente caso quando o Estado tenha dado pleno cumprimento ao disposto na mesma. O Estado deverá, dentro do prazo de um ano contado a partir da notificação desta Sentença, apresentar à Corte um relatório sobre as medidas adotadas para cumpri-la.

Redigida em inglês e espanhol, sendo autêntico o texto em inglês, em San José, Costa Rica, em 28 de novembro de 2007.

Sergio García Ramírez  
Presidente

Cecilia Medina Quiroga

Manuel E. Ventura Robles

Diego García Sayán

Leonardo A. Franco

Margarette May Macaulay

Rhadys Abreu Blondet

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretário

Comunique-se e execute-se,

Sergio García Ramírez  
Presidente

Pablo Saavedra Alessandri  
Secretário